

**LT 600kV CC Coletora
Porto Velho Araraquara 2, N° 01**

Abril de 2010

EIA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

VOL. 5/9

Diagnóstico do Meio Socioeconômico
PARTE A

CONSÓRCIO AMBIENTAL MADEIRA

SUMÁRIO

VOLUME 1 / 9

INTRODUÇÃO, CONSIDERAÇÕES GERAIS, CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, ALTERNATIVAS LOCACIONAIS E ÁREAS DE INFLUÊNCIA

1. INTRODUÇÃO.....	1-1
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS	2-1
2.1 PROCEDIMENTOS DO LICENCIAMENTO	2-1
2.1.1 Instrumentos Legais e Normativos	2-2
a. Apresentação.....	2-2
b. Planejamento do Setor Elétrico no Brasil	2-3
c. Aspectos Jurídicos do Licenciamento Ambiental do Empreendimento	2-8
2.1.1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DOS ESTADOS	2-45
a. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Rondônia	2-46
b. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Mato Grosso.....	2-52
c. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Goiás.....	2-58
d. Considerações acerca da Legislação Ambiental de Minas Gerais	2-64
e. Considerações acerca da Legislação Ambiental de São Paulo.....	2-70
2.1.1.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS	2-82
2.1.1.3 QUADRO DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....	2-90
a. Quadro de Legislação Ambiental Federal	2-90
b. Quadro de Legislação Ambiental dos Estados....	2-104
c. Quadro de Legislação Ambiental dos Municípios	2-123
2.1.2 ESTUDOS AMBIENTAIS	2-142
2.1.2.1 ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA	2-142
2.1.2.2 RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA.....	2-143
2.1.2.3 OUTROS ESTUDOS E DOCUMENTOS.....	2-143
a. Estudos de Levantamento de Potencial Malarígeno	2-143

b.	Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas ...	2-144
c.	Estudos sobre Comunidades Quilombolas	2-145
d.	Estudos sobre Assentamentos Agrícolas	2-147
e.	Estudos sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Regional	2-148
f.	Certidão de Anuência das Prefeituras Municipais	2-148
g.	Estudos Específicos para Unidades de Conservação Federais	2-149
h.	Estudos Específicos para Cavidades	2-149
2.1.3	MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	2-150
2.1.3.1	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	2-150
2.1.4	MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS.....	2-150
a.	Disponibilidade do Empreendedor e Empresas Consultoras	2-150
b.	Elaboração dos Planos de Trabalho	2-150
c.	Disponibilidade do Empreendedor e Empresas Consultoras para Reuniões.....	2-151
d.	Disponibilidade do Empreendedor e Empresas Consultoras para Vistorias	2-151
e.	Disponibilidade do Empreendedor e Empresas Consultoras para Seminários	2-151

ANEXOS

- 2.1.2-1 – Correspondências SVS/MS
- 2.1.2-2 – Correspondências FUNAI
- 2.1.2-3 – Correspondências Fundação Cultural Palmares
- 2.1.2-4 – Correspondências INCRA
- 2.1.2-5 – Correspondências IPHAN
- 2.1.2-6 – Anuências Obtidas das Prefeituras
- 2.1.2-7 – Correspondências ICMBIO
- 2.1.2-8 – Correspondências CECAV
- 2.1.2-9 – Protocolo Planos de Trabalho

3.	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	3.1-1
3.1	ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO EIA/RIMA	3.1-1
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDEDOR	3.2-1
a.	Dados do Empreendedor	3.2-1
b.	Experiência das Empresas no Setor	3.2-3

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA E DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELOS ESTUDOS AMBIENTAIS	3.3-1
a. Dados do Consórcio.....	3.3-1
b. Equipe Técnica.....	3.3-6
c. Experiência do Consórcio.....	3.3-6

ANEXO

3.3-1 – Anotações de Responsabilidade Técnica

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	3.4-1
3.4.1 HISTÓRICO DO EMPREENDIMENTO	3.4-4
a. Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro.....	3.4-4
b. Entidades Envolvidas na Política Nacional de Energia....	3.4-11
c. Histórico dos Estudos para Inserção no Sistema Interligado Nacional – SIN	3.4-17
d. Sistema Interligado Nacional – SIN	3.4-18
3.4.2 OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO	3.4-21
a. Descrição dos objetivos do empreendimento	3.4-21
3.4.3 JUSTIFICATIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	3.4-22
a. Justificativas Técnicas, Econômicas e Socioambientais .	3.4-22
b. Justificativas para Uso de Linhas de Transmissão de 600 CC	3.4-23
c. Necessidade de Implementação de duas LTs.....	3.4-30
3.4.4 DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	3.4-31
a. Características Técnicas da LT 600kV CC Coletora Porto - Velho – Araraquara 2 N ^o 01	3.4-32
b. Características Técnicas das Estações Retificadoras e Inversoras, e das Subestações Interligadas	3.4-65
c. Fontes de Distúrbios e Interferências do Sistema de Transmissão	3.4-96
d. Medidas de Segurança.....	3.4-98
e. Riscos e Acidentes	3.4-100
f. Etapas de Planejamento.....	3.4-105
g. Etapas de Implantação do Empreendimento.....	3.4-106
h. Etapas de Operação e Manutenção	3.4-141
i. Diretrizes de Localização dos Pontos de Apoio às Obras ...	3.4-144
3.4.5 ASPECTOS CONSTRUTIVOS	3.4-145
a. Obras e Serviços de Infraestrutura	3.4-145
b. Infraestrutura para Áreas de Apoio.....	3.4-145
c. Técnicas Construtivas Especiais	3.4-146

d.	Procedimentos Construtivos no Interior de Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP).....	3.4-149
e.	Critérios para Minimização de Interferências em Fragmentos Florestais	3.4-150
f.	Logística de Saúde, Transporte e Emergência Médica ..	3.4-151
g.	Cruzamentos com Interferências	3.4-151
3.4.6	INVESTIMENTOS.....	3.4-152
3.5	ESTUDO E ANÁLISE COMPARATIVA DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS	3.5-1
a.	Alternativas de Diretrizes de Traçado	3.5-1
b.	Definição do Corredor de Estudo	3.5-37
c.	Identificação e Caracterização de Diretrizes de Traçado.....	3.5-41
d.	Principais Interferências Socioambientais das Alternativas (Diretrizes).....	3.5-50
e.	Distanciamento de Unidades de Conservação	3.5-56
f.	Localização Geográfica do Corredor de Estudo	3.5-59
g.	Análise Comparativa das Alternativas.....	3.5-63
h.	Hipótese de não execução do empreendimento.....	3.5-85
i.	Escolha da diretriz preferencial de passagem	3.5-85
j.	Hipótese de passagem das diretrizes fora dos limites do vale do Rio Guaporé	3.5-87
k.	Alternativas ao corredor de referência do leilão da ANEEL e manutenção de distância de 10km entre os circuitos.....	3.5-89
l.	Razões técnicas para afastamento de 10km do empreendimento em relação ao outro circuito projetado.....	3.5-89
3.6	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DA DIRETRIZ PREFERENCIAL.....	3.6-1
3.6.1	LEVANTAMENTO DE DADOS	3-6-1
3.6.1.1	MEIO FÍSICO	3.6-2
3.6.1.2	MEIO BIÓTICO.....	3.6-5
3.6.1.3	MEIO SOCIOECONÔMICO.....	3.6-9
3.6.2	DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA.....	3-6-12
3.6.2.1	ÁREA DE ABRANGÊNCIA REGIONAL (AAR).....	3.6-13
3.6.2.2	ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA (AII)	3.6-14
3.6.2.3	ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID).....	3.6-17

VOLUME 2 / 9

DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO

3.6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DE MEIO FÍSICO	3.6.3.1-1
3.6.3.1 CLIMA	3.6.3.1-1
a. Clima e as Condições Meteorológicas da ARR e All	3.6.3.1-6
b. Séries históricas de dados para todas as variáveis climáticas na região de inserção da LT	3.6.3.1-67
3.6.3.2 GEOLOGIA	3.6.3.2-1
a. Caracterização Geológica da All	3.6.3.2-1

ANEXO

3.6.3.2-1 – Coordenadas dos Pontos de Levantamento de Campo – GEOLOGIA

3.6.3.3 CAVIDADES	3.6.3.3-1
a. Identificação e Localização de Cavernas na All.....	3.6.3.3-1
b. Estudos de Patrimônio Espeleológico	3.6.3.3-2
3.6.3.4 SISMICIDADE	3.6.3.4-1
a. Caracterização da ocorrência de eventos sísmicos	3.6.3.4-1
3.6.3.5 GEOMORFOLOGIA E GEOTECNIA	3.6.3.5-1
a. Unidades Geomorfológicas	3.6.3.5-1
b. Padrões de Relevo	3.6.3.5-20
c. Áreas Suscetíveis ao Desencadeamento de Movimentos de Massa, Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água . (Dinâmica Superficial)	3.6.3.5-38
d. Estabilidade Geotécnica de Áreas Sensíveis.....	3.6.3.5-41
3.6.3.6 PEDOLOGIA	3.6.3.6-1
a. Caracterização Pedológica	3.6.3.6-1
b. Áreas Degradadas e Antropizadas.....	3.6.3.6-62
3.6.3.7 RECURSOS MINERAIS	3.6.3.7-1
a. Processos Minerários Existentes	3.6.3.7-1
b. Áreas para Potenciais Bota-Foras e Áreas de Empréstimo	3.6.3.7-12

ANEXO

3.6.3.7-1 – Processos Minerários (DNPM) existentes nas Áreas de Influência da LT

3.6.3.8 PALEONTOLOGIA	3.6.3.8-1
a. Potencial Paleontológico	3.6.3.8-1
3.6.3.9 RECURSOS HÍDRICOS	3.6.3.9-1
a. Principais Corpos d'Água Atravessados	3.6.3.9-1
b. Caracterização dos Principais Corpos d'Água	3.6.3.9-3
c. Caracterização das Áreas Alagáveis na AID	3.6.3.9-13
d. Condições de Drenagem dos Acessos em Áreas de Várzeas e Lagoas Marginais	3.6.3.9-20
3.6.3.10 SÍNTESE DO MEIO FÍSICO	3.6.3.10-1
a. Aspectos Metodológicos e Critérios Adotados	3.6.3.10-1
b. Unidades de Terrenos e Sensibilidade Geoambiental	3.6.3.10-5
c. Resumo	3.6.3.10-19

VOLUME 3 / 9

DIAGNÓSTICO DO MEIO BIÓTICO – PARTE A

3.6.4 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO BIÓTICO	3.6.4.1-1
3.6.4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	3.6.4.1-1
a. Levantamento e Distribuição dos Grupos	3.6.4.1-1
b. Metodologia e Espaço Amostral	3.6.4.1-1
c. Desenho Experimental do Monitoramento	3.6.4.1-2
3.6.4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS	3.6.4.2-1
a. Biótopos das Áreas de Influência	3.6.4.2-1
b. Áreas de preservação Permanente (APP)	3.6.4.2-26
c. Unidades de Conservação	3.6.4.2-29
d. Áreas Prioritárias e Corredores Ecológicos...	3.6.4.2-43
3.6.4.3 FLORA	3.6.4.3-1
a. Produtos	3.6.4.3-1
3.6.4.3.1 Levantamento da Flora Terrestre	3.6.4.3-1
a. Florística	3.6.4.3-1
b. Metodologia Adotada	3.6.4.3-19
c. Lista de Espécies	3.6.4.3-29
d. Dados dos Estudos Quali-Quantitativos	3.6.4.3-60
e. Remanescentes Florestais	3.6.4.3-246
f. Extrativismo Vegetal	3.6.4.3-247
g. Espécies da Flora Objeto de Resgate	3.6.4.3-252
3.6.4.3.2 Inventário Florestal	3.6.4.3.2-267
a. Interferências com Áreas de Preservação Permanente (APP)	3.6.4.3.2-267
b. Identificar áreas de apoio à obra	3.6.4.3.2-267
c. Mapear as áreas de vegetação a ser suprimida	3.6.4.3.2-267
d. Uso do Material Lenhoso	3.6.4.3.2-267
e. Quantificar a área a ser desmatada e sua localização	3.6.4.3.2-267
f. Registros das ARTs – Anotação de Responsabilidade Técnica	3.6.4.3.2-268
g. Relatório Fotográfico	3.6.4.3.2-268
h. Apresentar todas as informações, unidades amostrais e cálculos referentes aos dados levantados	3.6.4.3.2-268

3.6.4.4 FAUNA.....	3.6.4.4-1
a. Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Fauna Silvestre.....	3.6.4.4-1
b. Registro de Dados.....	3.6.4.4-1
3.6.4.4.1 Levantamento da Fauna Terrestre	3.6.4.4-2
a. Caracterização dos Ambientes.....	3.6.4.4-2
b. Caracterização das Espécies da Fauna	3.6.4.4-2
c. Pontos de Amostragem.....	3.6.4.4-54
d. Metodologia e Esforço Amostral.....	3.6.4.4-82
e. Resultados – AID	3.6.4.4-94
f. Análises Estatísticas e Conclusões.....	3.6.4.4-260
g. Destino do material coletado	3.6.4.4-272
3.6.4.4.2 Levantamento de Fauna Aquática em Áreas de Várzea.....	3.6.4.4-272
a. Metodologia.....	3.6.4.4-272
b. Resultados	3.6.4.4-278
3.6.4.4.3 Conclusões sobre a Fauna Terrestre e a Fauna Aquática.....	3.6.4.4-317

VOLUME 4 / 9

DIAGNÓSTICO DO MEIO BIÓTICO – PARTE B - ANEXOS

ANEXOS

- 3.6.4.4-1 – Autorizações para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico
- 3.6.4.4.1-1 – Espécies de Mastofauna de Ocorrência nas Áreas de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-2 – Espécies de Aves de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-3 – Espécies de Herpetofauna de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-4 – Espécies de Borboleta de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-5 – Espécies de Ictiofauna de Ocorrência na Área de Influência Indireta da LT
- 3.6.4.4.1-6 – Ofício Nº 265/2010/CGFAP/DBFLO
- 3.6.4.4.1-7 – Padrões Utilizados para a Análise de Solos
- 3.6.4.4.1-8 – Estações Meteorológicas Utilizadas como Subsídio à Coleta de Fauna
- 3.6.4.4.1-9 – Avaliação do Potencial Malarígeno (APM)
- 3.6.4.4.1-9.1 – Aspectos das Técnicas Utilizadas em Campo e em Laboratório para Avaliação do Potencial Malarígeno da LT
- 3.6.4.4.1-9.2 – Pontos Georreferenciados e Pesquisados para Coleta de Anofelinos Adultos e Imaturos, ao Longo da LT
- 3.6.4.4.1-9.3 – Coletas Efetuadas com Armadilhas de Shannon ao Longo da LT
- 3.6.4.4.1-9.4 – Coletas Efetuadas com Concha Entomológica ao Longo da LT
- 3.6.4.4.1-9.5 – Georreferenciamento dos Pontos de Coleta ao Longo da LT, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, Indicando os Locais onde foram as Capturas de Mosquitos Adultos e Imaturos
- 3.6.4.4.1-10 – Lista Comentada de Mamíferos, Aves, Herpetofauna e Lepidópteros
- 3.6.4.4.1-11 – Cartas de Recebimento (Vertebrados, Ictiofauna, Lepidópteros e Anofelinos).
- 3.6.4.4-2 – CD de Dados Brutos

VOLUME 5 / 9

DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO – PARTE A

3.6.5 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO	3.6.5.1-1
3.6.5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	3.6.5.1-1

ANEXOS

3.6.5.1-1	Roteiro de entrevistas nas Prefeituras	
3.6.5.1-2	Roteiro de entrevista – AID	
3.6.5.1-3	Roteiro de entrevista – Descrição do traçado	
3.6.5.2 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS - AAR	3.6.5.2-1	
a.	Histórico de Ocupação da AAR	3.6.5.2-1
b.	Programas Governamentais – AAR	3.6.5.2-15
c.	Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE dos Estados Abrangidos pelo Empreendimento ..	3.6.5.2-62
3.6.5.3 DEMOGRAFIA, ESTRUTURA PRODUTIVA E MALHA URBANA	3.6.5.3-1	
a.	Histórico de Ocupação das Mesorregiões e Municípios	3.6.5.3-1
b.	Caracterização da População Residente	3.6.5.3-35
c.	Distribuição Geográfica da População Residente	3.6.5.3-70
d.	Hierarquia Urbana Regional	3.6.5.3-101
e.	Infogramas de Hierarquia Urbana Regional	3.6.5.3-103
f.	Ordenamento Territorial: Planos Diretores Municipais	3.6.5.3-115
g.	Caracterização do Uso do Solo no Corredor de Estudo	3.6.5.3-127
h.	Estrutura-Fundiária dos Municípios da All ..	3.6.5.3-139
i.	Superposições e Atividades Incompatíveis com Usos Futuros da Faixa de Servidão	3.6.5.3-158
j.	Povoados, Vilas, Comunidades e Outras Formas de Assentamentos.....	3.6.5.3-168
k.	Área Territorial e Extensão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara2, Nº 02 nos Municípios Atravessados	3.6.5.3-193
3.6.5.4 SAÚDE	3.6.5.4-1	
a.	Infraestrutura e Serviços de Saúdes disponíveis na All	3.6.5.4-1

b.	Profissionais de Saúde.....	3.6.5.4-23
c.	Incidência de Endemias na All.....	3.6.5.4-33
d.	Municípios Interceptados pela LT Situados em Área Endêmica de Malária.....	3.6.5.4-35
e.	Recomendações da SVS/MS.....	3.6.5.4-40
f.	Aspectos Sanitários.....	3.6.5.4-40
3.6.5.5	EDUCAÇÃO.....	3.6.5.5-1
a.	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Técnico na All.....	3.6.5.5-1
b.	Ensino Superior na All.....	3.6.5.5-22
3.6.5.6	SEGURANÇA PÚBLICA.....	3.6.5.6-1
a.	Trecho 1 – Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT).....	3.6.5.6-1
b.	Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Alto Araguaia (MT).....	3.6.5.6-13
c.	Trecho 3: Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP).....	3.6.5.6-21
3.6.5.7	INFRAESTRUTURA.....	3.6.5.7-1
a.	Caracterização da Infraestrutura.....	3.6.5.7-1
b.	Sobreposição do sistema viário com o empreendimento.....	3.6.5.7-26
3.6.5.8	ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	3.6.5.8-1
a.	Pressões Migratórias.....	3.6.5.8-1
b.	Conflitos Agrários e Tensões Socioambientais.....	3.6.5.8-16
c.	Disponibilidade de Mão de Obra na All.....	3.6.5.8-23
3.6.5.9	ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANÇAS PÚBLICAS.....	3.6.5.9-1
a.	Composição do PIB por Setor da Economia ...	3.6.5.9-1
b.	Caracterização das Atividades Econômicas Urbanas e Rurais.....	3.6.5.9-8
3.6.5.10	POPULAÇÕES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E TRADICIONAIS.....	3.6.5.10-1
a.	Comunidades Tradicionais.....	3.6.5.10-1
b.	Comunidades Remanescentes Quilombos ...	3.6.5.10-9
c.	Fatos Históricos e Atuais Associados à Presença de Quilombos.....	3.6.5.10-12
d.	Recomendações da Fundação Palmares ...	3.6.5.10-26
e.	Povos e Etnias Indígenas.....	3.6.5.10-29
f.	Recomendações da FUNAI.....	3.6.5.10-29

3.6.5.11 DINÂMICA E USO DO TERRITÓRIO E OUTRAS

INFORMAÇÕES.....3.6.5.11-1

- a. Análise Descritiva dos Principais Uso de Solo no Corredor em Estudo (AID).....3.6.5.11-1
- b. Mapeamento dos Usos do Solo e Ocupação do Solo na All.....3.6.5.11-104
 - b.1 Uso e Ocupação do Solo Rural na All.....3.6.5.11-133
 - b.2 Culturas e Sistema de Produção no Corredor em Estudo3.6.5.11-173
- c. Travessia de Rios Navegáveis3.6.5.11-166
- d. Projetos de Desenvolvimento Econômico .3.6.5.11-174
- e. Proximidade com Estruturas Impeditivas ..3.6.5.11-183
- f. Projetos Viários3.6.5.11-187
- g. Malhas Urbanas Vulneráveis ao Empreendimento3.6.5.11-191
- h. Demandas por infraestrutura decorrentes do empreendimento3.6.5.11-197

3.6.5.12 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO E DE LAZER – AID/AII

.....3.6.5.12-1

- a. Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico3.6.5.12-1
 - a.1 Patrimônio Arqueológico3.6.5.12-1
 - a.2 Patrimônio Paisagístico3.6.5.12-73
 - a.3 Patrimônio Histórico e Cultural3.6.5.12-80
- b. Atendimento às Recomendações do IPHAN3.6.5.12-136
- c. Instituições Envolvidas com o Patrimônio Histórico/Cultural Local3.6.5.12-137
- d. Locais para Prática de Turismo e Lazer3.6.5.12-138

ANEXOS

- 3.6.5-12-1 – Belezas Cênicas
- 3.6.5-12-2 – Belezas Cênicas
- 3.6.5-12-3 – Belezas Cênicas

VOLUME 6 / 9

DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO – PARTE B

ANEXO

- 3.6.5.10-1 – Povos e Etnias Indígenas

VOLUME 7 / 9

ANÁLISE INTEGRADA, IMPACTOS, MEDIDAS, PROGRAMAS, PROGNÓSTICOS, CONCLUSÕES, BIBLIOGRAFIA E GLOSSÁRIO

3.6.6	ANÁLISE INTEGRADA	3.6.6-1
3.6.6.1	METODOLOGIA	3.6.6-1
	a. Síntese da Qualidade Ambiental	3.6.6-1
	b. Identificação dos Principais Indicadores de Sensibilidade	3.6.6-2
	c. Pontuação	3.6.6-5
	d. Especialização e Integração dos Indicadores de Sensibilidade	3.6.6-5
3.6.6.2	SÍNTESE DA QUALIDADE AMBIENTAL.....	3.6.6-7
	a. Primeira Geounidade	3.6.6-7
	b. Segunda Geounidade	3.6.6-13
	c. Terceira Geounidade	3.6.6-17
3.6.6.3	SÍNTESE CONCLUSIVA – ÁREAS DE SENSIBILIDADE.....	3.6.6-20
3.6.7	IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	3.6.7-1
	a. Considerações da avaliação de impactos e metodologia.....	3.6.7-1
	b. Espacialização dos Impactos	3.6.7-7
	c. Efeitos cumulativos e sinergia	3.6.7-8
	d. Descrição dos Cenários, Intervenções e Processos Indutores	3.6.7-8
	e. Resultados – Descrição dos Impactos Ambientais	3.6.7-40
	f. Programas e Medidas Ambientais.....	3.6.7-115
	g. Conclusão	3.6.7-123

ANEXO

3.6.7-1 – Matriz de Impactos Ambientais

3.6.8	MEDIDAS MITIGADORAS E PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	3.6.8-1
	a. Medidas de Controle e Programas Ambientais	3.6.8-1
	b. Proposição Integrada para Monitoramento Ambiental para as Diversas Áreas de Influência.....	3.6.8-1

- c. Composição dos Programas Ambientais3.6.8-5
- d. Medidas Mitigadoras para Construção de Obras3.6.8-5
- e. Outras Medidas Compensatórias3.6.8-5
- f. Incorporar medidas específicas de resgate e
manejo de fauna3.6.8-6
- g. Medidas do meio socioeconômico visando à inserção
regional do empreendimento3.6.8-6
- h. Identificar a participação do empreendedor junto a
parceiros institucionais que desenvolvam programas
de capacitação e qualificação3.6.8-6
- i. Apresentar o Plano Ambiental para a Construção (PAC),
Programa de Gestão de Resíduos, Programa de
Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa
de Prevenção e Controle de Processos Erosivos, entre
outros programas e medidas de controle ambiental
relacionados ao meio físico3.6.8-7
- j. Apresentar medidas de controle do efeito indutor de
penetração e ocupação antrópica gerado pela abertura
da faixa de servidão e demais áreas necessárias para
instalação do empreendimento3.6.8-7
- k. Considerar a hipótese de promoção do incremento e/ou
melhoria das estruturas e serviços médicos municipais
de pronto-atendimento e pronto-socorro, dos serviços
de Segurança Pública junto aos pontos de apoio logístico
do empreendimento (canteiros de obras, cidades, vilas,
comunidades), entre outros serviços, conforme os
resultados dos levantamentos realizados na elaboração
do EIA e das análises de impactos3.6.8-7
- l. Considerar a hipótese de promoção do incremento e/ou
melhoria das infraestrutura e serviços de segurança
pública junto aos pontos de apoio logístico do
empreendimento (canteiros de obras, cidades, vilas,
comunidades), conforme os resultados dos
levantamentos realizados na elaboração das análises
de impactos3.6.8-8

m.	Apresentar medidas de segurança no trânsito e mobilidade urbana, com ênfase no convívio sustentável da mobilidade intraurbana, em razão do incremento do tráfego de veículos pesados no período de obras.....	3.6.8-8
n.	Apresentar medidas e programas de controle/recuperação quanto à instabilização de taludes e encostas marginais e demais áreas sensíveis identificadas na AID.....	3.6.8-8
o.	Apresentar, caso se verifique a presença de áreas de interesse paleontológico, um Programa de Monitoramento Paleontológico, com o objetivo de identificar e mapear as áreas potenciais de ocorrência de vestígios fósseis na AID, conforme as formações litoestratigráficas presentes...	3.6.8-9
p.	Propor ações para qualificar a mão de obra local e regional de forma a priorizar sua contratação	3.6.8-9
q.	Planos e Programas	3.6.8-11
3.6.9	PROGNÓSTICO	3.6.9-1
3.6.9.1	REGIÃO SEM O EMPREENDIMENTO	3.6.9-1
3.6.9.2	A REGIÃO COM O EMPREENDIMENTO	3.6.9-2
3.6.10	CONCLUSÃO	3.6.10-1
3.6.11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	3.6.11-1
3.6.12	GLOSSÁRIO.....	3.6.12-1
3.6.13	ANEXOS DO EIA.....	3.6.13-1
4.	ORIENTAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	4-1
4.1	ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR	4-1
4.2	NORMAS E PADRÕES PARA PRODUTOS CARTOGRÁFICOS	4-1
4.2.1	PADRÕES GERAIS.....	4-1
4.2.2	IMAGENS	4-6
4.2.3	PLANOS DE INFORMAÇÃO.....	4-9
4.2.4	ATRIBUTOS	4-9
4.2.5	LEGENDA	4-9
4.2.6	ESCALA	4-10
4.2.7	PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA E BASE DE DADOS	4-11

ANEXO

4.1-1 DVDs (1/2 e 2/2) - ILUSTRAÇÕES EDITÁVEIS – ARQUIVOS MXD E SHAPES ASSOCIADOS

VOLUME 8 / 9

ILUSTRAÇÕES – PARTE A

ILUSTRAÇÃO 1 – LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

ILUSTRAÇÃO 2 – RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

ILUSTRAÇÃO 3 – CORREDORES ALTERNATIVOS

ILUSTRAÇÃO 4 – DIRETRIZES DE TRAÇADO

ILUSTRAÇÃO 5 – ÁREAS DE INFLUÊNCIA

ILUSTRAÇÃO 6 – GEOLOGIA, CAVIDADES NATURAIS, PALEONTOLOGIA E JAZIMENTOS MINERAIS

ILUSTRAÇÃO 7 – ZONAS SISMOGÊNICAS E SISMOS

ILUSTRAÇÃO 8 – GEOMORFOLOGIA

ILUSTRAÇÃO 9 – PEDOLOGIA

ILUSTRAÇÃO 10 – SUSCETIBILIDADE À EROSÃO

ILUSTRAÇÃO 11 – PROCESSOS MINERÁRIOS (DNPM)

ILUSTRAÇÃO 12 – SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS

ILUSTRAÇÃO 13 – RECURSOS HÍDRICOS E ÁREAS ALAGÁVEIS

ILUSTRAÇÃO 14 – SÍNTESE DO MEIO FÍSICO

VOLUME 9 / 9

ILUSTRAÇÕES – PARTE B

ILUSTRAÇÃO 15 – COBERTURA VEGETAL, USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS

ILUSTRAÇÃO 16 – CARTA-IMAGEM E PONTOS DE INTERESSE PARA A SOCIOECONOMIA

ILUSTRAÇÃO 17 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ÁREAS PRIORITÁRIAS E CORREDORES ECOLÓGICOS

ILUSTRAÇÃO 18 – PONTOS DE AMOSTRAGEM DO MEIO BIÓTICO

ILUSTRAÇÃO 19 – PROJETOS DE ASSENTAMENTOS, TERRAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

ILUSTRAÇÃO 20 – SENSIBILIDADE AMBIENTAL

ILUSTRAÇÃO 21 – ESPACIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

3.6.5 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DO MEIO SOCIOECONÔMICO

3.6.5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O diagnóstico do meio socioeconômico foi emitido a partir Termo de Referência (Processo IBAMA: 02001.000326/2009-07) elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – (IBAMA) para subsidiar o processo de Licenciamento Ambiental das Atividades de Instalação e Operação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N°01, com 2.369km de extensão, localizada nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, atravessando os Estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Esta parte do estudo tem como objetivo caracterizar os principais aspectos sociais, culturais e econômicos das áreas de inserção do empreendimento e das populações residentes que podem ser por ele afetadas, considerando a implantação da faixa de servidão de 79m ao longo do traçado, as áreas de abertura de acessos aos locais das torres, empréstimo e bota-fora, o sistema viário utilizado para o transporte de equipamentos, materiais e trabalhadores, bem como demais interferências oriundas das etapas de implantação e operação da LT.

A partir dos levantamentos de dados primários e secundários, e das análises feitas sobre os dados obtidos, são apresentados, nesta seção, os diagnósticos que servirão como base para a avaliação dos impactos e a proposição das medidas e programas ambientais pertinentes, bem como os meios e as alternativas mais eficazes para mitigar ou eliminar esses impactos.

Dada a grande extensão do traçado da LT optou-se por realizar uma amostragem das áreas atravessadas pelo empreendimento, com o enfoque nos padrões de ocupação, sistema de produção e principais aglomerados humanos identificados na AID. As áreas pesquisadas na AID do empreendimento são apresentadas por trechos, para cuja definição foi utilizada a categoria de unidade de paisagem como recorte. Como instrumentos de pesquisa, foram utilizados questionários aplicados nas Prefeituras, roteiro de entrevista semi-estruturado e observação dos participantes, para identificação das áreas inseridas no corredor em estudo (**Anexos 3.6.5.1-1 ao 3.6.5.1-3 – Roteiros de Entrevista**). Os levantamentos de campo foram realizados no período de agosto a dezembro de 2009, ao longo da área atravessada pelo empreendimento, considerando um corredor de 5km, sendo 2,5km para cada lado, a partir do eixo da LT, para identificação dos usos e ocupação da Área de Influência Direta; um corredor de 10km (5km para cada lado a partir do eixo da LT) para identificação de comunidades

tradicionais e povos indígenas; e pesquisa junto às Prefeituras dos municípios atravessados pelo empreendimento.

O estudo procurou caracterizar as dinâmicas sociais na região de inserção do empreendimento, considerando os históricos de ocupação e ciclos econômicos, a fim contextualizar as ocupações humanas nas cidades e nas áreas atravessadas pela LT, permitindo observar suas conseqüências sobre a organização espacial, recursos florestais disponíveis e, principalmente, sobre o cotidiano das comunidades residentes na região. Desta forma, os levantamentos *in loco* buscaram identificar a dinâmica de circulação local, as formas e apropriações dos espaços e a organização do território das populações residentes ao longo do corredor de 5km da diretriz do traçado da Linha de Transmissão.

A apresentação dos resultados dos levantamentos realizados, tanto das informações coletadas em campo como a revisão bibliográfica, apoiada pela coleta de dados em bases oficiais, foi organizada de forma a seguir o Termo de Referência, conforme solicitado pelo órgão licenciador.

Após a apresentação dos aspectos metodológicos, a seção seguinte contém a análise dos “**Aspectos Geopolíticos**”, que compreende o histórico de ocupação da Área de Abrangência Regional - AAR, pontuações sobre a importância estratégica do território amazônico, sobre o andamento da elaboração e implantação do Zoneamento Ecológico Econômico nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, as diretrizes do ZEE dos Estados, e a relação do empreendimento com o uso e ocupação do solo propostos. São abordados ainda os planos e programas governamentais dirigidos à AAR. Baseia-se, essencialmente, no levantamento de documentos elaborados por órgãos governamentais, como o Programa Amazônia Sustentável e o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia, complementados por textos acadêmicos. Neste capítulo é descrito o histórico dos projetos de infra-estrutura nos Estados abrangidos pelo empreendimento, no contexto dos ciclos econômicos e suas influências no desenvolvimento e povoamento da região e os programas e projetos transnacionais e nacionais de infra-estrutura previstos e em implantação na região.

Em seguida, na seção “**Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana**”, a All é subdividida em Alls mesorregionais estaduais, a fim de permitir a visualização das diferenças regionais. Para cada uma delas, é desenvolvida a análise da concentração e crescimento populacional, situação do domicílio, composição da população por idade e sexo, hierarquia urbana regional, considerando o setor terciário, infra-estrutura e fluxo de pessoas e cargas. A caracterização se baseia nos dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Demográfico e da Contagem de População, e da pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC), recobrando o período de 1991 a 2007, as dinâmicas de circulação local e os principais pólos (regionais, municipais e locais). Também é caracterizada a população total dos municípios sua distribuição por sexo, longevidade, IDHM e taxa geométrica de crescimento de 1970 a 2000. Quanto a distribuição geográfica tem-se: densidade demográfica por município, grau de urbanização por município e o contingente populacional na AID ao longo do traçado. Serão analisados indicadores sociais, como a Esperança de Vida ao Nascer e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 1970 a 2000), com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Além disso, são apresentados o histórico de ocupação e formação dos municípios e a caracterização qualitativa dos aspectos fundiários dos municípios da All, com base no Censo Agropecuário do IBGE, relacionando-os com os planos diretores municipais, quando existentes. A análise do uso e ocupação do solo no corredor em estudo se baseou nos dados de fito-fisionomia, fornecidos pelo MMA e complementados com informações de levantamento de campo. Os aspectos fundiários são analisados a partir de informações sobre a condição legal das terras e do número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total. Nesse capítulo, são abordados também os povoados e demais formas de assentamento humano e as superposições entre o traçado da LT e as atividades e usos incompatíveis com estabelecimento da faixa de servidão da LT.

A seção seguinte – “**Saúde**” - também apresenta a subdivisão em All mesorregionais estaduais. A infra-estrutura e os serviços de saúde é analisada através do número de estabelecimentos de saúde por tipo, presentes em cada município, além do número de leitos hospitalares disponibilizados nos municípios, segundo sua especialidade, e da cobertura da população pelo Programa de Saúde da Família (PSF), com base em dados recentes do Ministério da Saúde (DATASUS e SVS) e com informações do levantamento de campo, quando existentes.

Estas informações são complementadas por dados quantitativos (número de profissionais de saúde, equipes de saúde, agentes comunitários e área de atuação) referente ao ano de 2000, fornecida pelo IPEA, e qualificadas por informações disponibilizadas pelos governos municipais, quando existentes.

Quanto à incidência de endemias, os dados disponibilizados pelo DATASUS - SVS, referentes aos estados de Rondônia e Mato Grosso, são complementados com informações dos governos municipais, quando disponíveis. É apresentada uma

avaliação da influência das endemias na região e uma identificação dos municípios interceptados pela LT que se encontram em área endêmica de Malária. Nesse capítulo, são abordadas, ainda, as condições de saneamento ambiental, mensuradas através do número de domicílios por forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário e destino do lixo, com base no Censo Demográfico 2000.

Na seção “**Educação**”, a análise da infra-estrutura em educação toma por base as informações acerca das matrículas nos diferentes níveis de ensino, da creche ao ensino profissionalizante, por município e All fornecidas pelo INEP, através do Censo Escolar - 2009, além do número de instituições de ensino superior e de cursos técnicos secundários presentes nos municípios da All, encontradas no Censo do Ensino Superior do INEP – 2007, complementado por levantamentos de campo no corredor de passagem da LT (AID).

A seção de “**Segurança Pública**” apresenta as taxas de homicídios por mesorregião/microrregião e as frequências por município para os anos de 2003 a 2007; comparativo entre mortes violentas por homicídios com outras causas externas, relacionados à escolaridade, sexo, estado civil, raça-cor das vítimas e local de ocorrência do evento por meso/microrregião, quando existentes. Destaca-se que houve grande dificuldade para se obter informações a respeito de Segurança Pública para os municípios da All. Estas informações, quando existentes, foram obtidas durante o levantamento de campo, realizado em outubro de 2009.

Na seção dedicada à “**Infra-Estrutura**”, qualifica-se a rede viária de transporte existente – rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos – nos Estados atravessados pelo empreendimento, enfatizando a rede que atende aos municípios em estudo nestes Estados. Apresenta a caracterização do sistema viário e a superposição com o traçado.

A seção seguinte – “**Organização Social**” – também apresenta a subdivisão da All em mesorregionais estaduais. Nessa seção, são abordados os temas relacionados à existência de pressões migratórias, os respectivos serviços públicos sobrecarregados pelo empreendimento, conflitos agrários, tensões socioambientais, e disponibilidade de mão-de-obra na região. As pressões migratórias são analisadas com base em informações da Contagem de População 1996 e do Censo Demográfico 2000, ambos produzidos pelo IBGE. Para a identificação de disponibilidade de mão-de-obra na All, foi utilizado como variável o nível de emprego. Este é analisado através de dados do Censo Demográfico 2000, estabelecendo-se uma comparação entre o total da População Economicamente Ativa (PEA) e o percentual da PEA que se encontra

efetivamente empregada – População Ocupada (PO). São relacionados com o contingente e nível de qualificação exigidos para as obras de implantação da LT.

A análise das “**Atividades Econômicas e Finanças Públicas**” inicia a seção seguinte apresentando o Produto Interno Bruto (PIB) dos estados nos quais estão inseridos os municípios em estudo – Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Em seguida, para cada subdivisão das All – Mesorregionais, são apresentados os PIBs municipais, divididos pela setores primário, secundário e terciário, estabelecendo uma comparação de representatividade percentual com o PIB estadual setorial, de modo a situar cada município no panorama das atividades econômicas do Estado ao qual pertence, com base em dados do IPEA.

Segue-se a análise das atividades econômicas de cada setor. Para os setores secundário e terciário, são utilizados como base dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE, referentes ao ano de 2006, complementados por outras fontes bibliográficas. Quanto ao setor primário, dado o elevado o grau de informalidade das atividades econômicas, tanto no que se refere ao registro de unidades empresariais quanto com relação à contratação de pessoal, optou-se pela análise de informações sobre a produção animal e vegetal, fornecidas pela Pesquisa Pecuária Municipal, pela Produção Agrícola Municipal, e Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, realizadas pelo IBGE. Para analisar as finanças públicas, observa-se a participação dos municípios da All na cota-parte de fundo de participação municipal, nas transferências correntes de tributos estaduais para os municípios, na receita tributária municipal e nas receitas de capital, tomando por base dados do IPEA - 2006.

A seção destinada à identificação das “**Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais**” tomou como base as informações coletadas na AID, durante a realização dos levantamentos de campo (agosto-novembro,2009) e das instituições governamentais FUNAI e Fundação Cultural Palmares, referentes às populações indígenas e quilombolas. No caso das comunidades remanescentes de quilombo, por solicitação da Fundação Cultural Palmares foi realizado, em outubro de 2009, um seminário na instituição, com a presença do corpo técnico da Fundação, da equipe do IBAMA, de representante do INCRA, lideranças do Movimento Negro dos cinco estados atravessados pela LT, do empreendedor e consultora. Neste seminário foi exposto as preocupações das comunidades e foi apresentado o empreendimento, a metodologia de trabalho para elaboração do EIA, as informações levantadas por dados secundários sobre o tema até aquela data e os principais impactos esperados do empreendimento, bem como os procedimentos a serem tomados, no caso de travessia da LT sobre comunidade quilombola. Com relação ao componente indígena, destaca-se que não

foram identificadas Terras Indígenas no corredor em estudo. Contudo, seguindo as diretrizes do TR da FUNAI, são apresentadas as Terras Indígenas localizadas nos municípios que compõem a AII. Com relação às comunidades Quilombolas, são apresentadas as áreas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, e as demais comunidades encontradas na AID que se auto-denominaram quilombolas, apesar de não serem reconhecidas oficialmente. Quanto às populações tradicionais, foram identificados e descritos os principais aspectos socioeconômicos das diversas localidades presentes ao longo da linha, com ênfase para a descrição dos modos de vida das populações extrativistas.

Na seção “**Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações**”, são apresentadas a descrição das áreas atravessadas pela LT com ocupação ou uso humano das terras, tais como: povoados, fazendas, assentamentos, loteamentos. A descrição do traçado tem início na Subestação de Porto Velho, terminando na Subestação de Araraquara 2. Optou-se por apresentar as informações por trechos do traçado, por conta das semelhanças no padrão de ocupação e nos modos de vida dos grupos sociais identificados. A apresentação de cada trecho é acompanhada de sua respectiva imagem, para permitir a visualização da área descrita. Para ilustrar principalmente o padrão construtivo e paisagens integrantes da AID, apresentar-se-á o registro fotográfico ao longo da descrição dos trechos e das coordenadas UTM correspondentes aos trechos e fotos correspondentes. A análise de uso e ocupação está baseada na análise do uso da terra nos estabelecimentos agropecuários, segundo a área, e do número de estabelecimentos agropecuários por classe de atividade econômica, a partir do Censo Agropecuário 2006. Nesse item, são abordados também as culturas e sistemas de produção empregados nas atividades agropecuárias e extrativistas ao longo do corredor de estudo (5km).

Nessa seção, são apresentados, ainda: a descrição dos usos e paisagem nos trechos de travessia dos principais rios navegáveis; os projetos de desenvolvimento econômico, tais como UHE e LTs encontradas ao longo das áreas atravessadas pelo empreendimento; a localização dos aeródromos e pivôs centrais identificados no corredor em estudo; os projetos de abertura de sistema viários, quando existentes. Por fim, a malha urbana vulnerável ao empreendimento, entendida como aquelas vias que potencialmente sofrerão interferências relacionadas ao período de obras empreendimento.

Em seguida, é apresentada a seção de “**Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e Paisagístico**” com informações e estudos referentes as áreas de valor

histórico, arqueológico, paisagístico, cultural e lazer para turismo nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento.

Por último, é apresentada uma “**Síntese Conclusiva**” das informações com aspectos relevantes para a compreensão da dinâmica socioeconômica das áreas de influência.

(1) **Áreas de Estudo para o Meio Socioeconômico**

Considerando o item 3.6.2 do Termo de Referência supracitado, para o meio socioeconômico, as Áreas de Influência do empreendimento, foram delimitadas conforme descrito a seguir.

- **Área de Abrangência Regional – AAR**

O Termo de Referência define que a AAR “*deve ter por referência um recorte geográfico para além da abrangência da All, sobre o qual a Linha e os impactos sinérgicos com outros empreendimentos possam gerar ou sofrer influências*”. Nesse sentido, considerou-se como Área de Abrangência Regional (AAR) a região que inclui os Estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, atravessados pelo traçado projetado da LT 600kV Coletora Porto Velho- Araraquara 2, Nº 01.

- **Área de Influência Indireta – All**

De acordo com o Termo de Referência, a Área de Influência Indireta (All) “*corresponde ao território onde a implantação do projeto impacte de forma indireta os meios físico, biótico e socioeconômico. A delimitação da All circunscreve a área de influência direta – AID*”. Deste modo, esta Área de Influência é composta pelos 87 municípios atravessados pela LT, ou seja, aqueles municípios em cujo território se encontra a faixa de servidão, ao longo do traçado da LT 600kV Coletora Porto Velho- Araraquara 2, Nº 01 e aqueles inseridos na área ao redor do eletrodo de terra com 15km de raio.

Para permitir a compreensão das diferenças regionais entre os municípios em estudo, eles foram agrupados de acordo com as mesorregiões às quais pertencem. Assim sendo, os conjuntos de municípios da All pertencentes a diferentes mesorregiões constituem as Alls mesorregionais do empreendimento. Nos estados de Goiás e Minas Gerais, onde há poucos municípios a serem atravessados pela LT (5 e 4, respectivamente), todos pertencentes às mesmas mesorregiões, as Alls mesorregionais são compostas pela totalidade dos municípios em estudo nestes

estados. Nos demais estados, a área em estudo é composta de mais de uma AM mesorregional, conforme o quadro apresentado a seguir.

Quadro 3.6.5.1-1 - Área de Influência Indireta e Mesorregiões da LT 600kV Coletora Porto Velho- Araraquara 2, Nº1

No.	UF	Região	Mesorregião	Município por ordem de travessia
1	RO	Norte	Leste Rondoniense	Alto Paraíso
2	RO	Norte		Ariquemes
3	RO	Norte		Cacaulândia
4	RO	Norte		Jaru
5	RO	Norte		Ouro Preto do Oeste
6	RO	Norte		Teixeirópolis
7	RO	Norte		Ji-Paraná
8	RO	Norte		Presidente Médici
9	RO	Norte		Nova Brasilândia D'Oeste
10	RO	Norte		Castanheiras
11	RO	Norte		Rolim de Moura
12	RO	Norte		Pimenta Bueno
13	RO	Norte		São Felipe D'Oeste
14	RO	Norte		Primavera de Rondônia
15	RO	Norte		Parecis
16	RO	Norte		Chupinguaia
17	RO	Norte		Corumbiara
18	RO	Norte		Colorado do Oeste
19	RO	Norte		Cabixi
20	RO	Norte	Madeira-Guaporé	Porto Velho
21	RO	Norte		Candeias do Jamari
22	MT	Centro-Oeste	Sudoeste Mato-grossense	Comodoro
23	MT	Centro-Oeste		Nova Lacerda
24	MT	Centro-Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade
25	MT	Centro-Oeste		Pontes e Lacerda
26	MT	Centro-Oeste		Vale de São Domingos
27	MT	Centro-Oeste		Jauru
28	MT	Centro-Oeste		Araputanga
29	MT	Centro-Oeste		Reserva do Cabaçal
30	MT	Centro-Oeste		Rio Branco
31	MT	Centro-Oeste		Salto do Céu
32	MT	Centro-Oeste		Lambari D'Oeste
33	MT	Centro-Oeste		Barra do Bugres

No.	UF	Região	Mesorregião	Município por ordem de travessia
34	MT	Centro-Oeste	Centro-Sul Mato-grossense	Alto Paraguai
35	MT	Centro-Oeste		Rosário Oeste
36	MT	Centro-Oeste		Jangada
37	MT	Centro-Oeste		Acorizal
38	MT	Centro-Oeste		Cuiabá
39	MT	Centro-Oeste		Santo Antônio do Leverger
40	MT	Centro-Oeste	Sudeste Mato-grossense	Campo Verde
41	MT	Centro-Oeste		Jaciara
42	MT	Centro-Oeste		Juscimeira
43	MT	Centro-Oeste		Rondonópolis
44	MT	Centro-Oeste		Poxoréo
45	MT	Centro-Oeste		São José do Povo
46	MT	Centro-Oeste		Guiratinga
47	MT	Centro-Oeste		Pedra Preta
48	MT	Centro-Oeste		Alto Garças
49	MT	Centro-Oeste		Alto Araguaia
50	GO	Centro-Oeste	Sul Goiano	Santa Rita do Araguaia
51	GO	Centro-Oeste		Mineiros
52	GO	Centro-Oeste		Serranópolis
53	GO	Centro-Oeste		Jataí
54	GO	Centro-Oeste		Caçu
55	MG	Sudeste	Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba	Santa Vitória
56	MG	Sudeste		Limeira do Oeste
57	MG	Sudeste		União de Minas
58	MG	Sudeste		Iturama
59	MG	Sudeste		Limeira do Oeste
60	SP	Sudeste	São José do Rio Preto	Ouroeste
61	SP	Sudeste		Indiaporã
62	SP	Sudeste		Guarani d'Oeste
63	SP	Sudeste		Macedônia
64	SP	Sudeste		Pedranópolis
65	SP	Sudeste		Fernandópolis
66	SP	Sudeste		Meridiano
60	SP	Sudeste		Valentim Gentil
67	SP	Sudeste		Votuporanga
68	SP	Sudeste		Sebastianópolis do Sul
69	SP	Sudeste		Monte Aprazível
70	SP	Sudeste		Poloni
71	SP	Sudeste		Neves Paulista
72	SP	Sudeste		Jaci
73	SP	Sudeste		Mirassol
74	SP	Sudeste		Nova Aliança
75	SP	Sudeste		Potirendaba
76	SP	Sudeste		Ibirá
77	SP	Sudeste		Urupês
78	SP	Sudeste		Marapoama
79	SP	Sudeste	Itajobi	

No.	UF	Região	Mesorregião	Município por ordem de travessia
80	SP	Sudeste	Araraquara	Bariri
81	SP	Sudeste		Bocaina
82	SP	Sudeste		Itápolis
83	SP	Sudeste		Tabatinga
84	SP	Sudeste		Nova Europa
85	SP	Sudeste		Gavião Peixoto
86	SP	Sudeste		Boa Esperança do Sul
87	SP	Sudeste		Araraquara

Fonte: IBGE, elaboração própria, 2010.

• Área de Influência Direta - AID

De acordo com o TR, a AID “é a área cuja incidência dos impactos ocorre de forma direta sobre os recursos ambientais, modificando a sua qualidade ou diminuindo seu potencial de conservação ou aproveitamento. A rede de relações sociais, econômicas e culturais a ser afetada durante todas as fases do empreendimento deve ser considerada na sua delimitação” e considerou-se as “áreas destinadas à instalação da infra-estrutura necessária à implantação e operação do empreendimento, áreas de canteiros de obras, de empréstimo e bota-fora, áreas a serem utilizadas para o transporte de equipamentos, materiais e trabalhadores, bem como as demais áreas que sofrerão alterações conseqüentes da ação direta do empreendimento, a serem identificadas no decorrer dos estudos. Inclui ainda pontos de localização de obras civis decorrentes ou associadas ao empreendimento tais como cidades, vilas residenciais, alojamentos e demais pontos de apoio logístico. Para os estudos socioeconômicos, devem ser considerados como AID, as localidades e comunidades diretamente impactadas pelo empreendimento. Devem ser considerados ainda os espaços de referência necessários à manutenção das atividades humanas ali identificadas”.

Deste modo, para atendimento ao que preconiza o TR, a Área de Influência Direta compreende todos os pontos de ocupação humana, tais como: comunidades, vilas, distritos, loteamentos, fazendas, projetos de assentamento, localizados num corredor de 5km (2,5km para cada lado do eixo) e populações tradicionais e ribeirinhas localizadas num corredor de 10km (5km para cada lado do eixo) ao longo da diretriz do traçado; local do eletrodo de terra; além dos espaços de referência necessários à manutenção das atividades humanas ali identificadas que poderão ser impactados pelas obras e operação da LT 600kV Coletora Porto Velho- Araraquara 2, Nº 01.

O Quadro a seguir, apresenta um resumo das Áreas de Influência da LT 600kV Coletora Porto Velho- Araraquara 2, Nº 01 a serem estudadas.

Quadro 3.6.5.1-2 - Áreas de Influência da LT 600kV Coletora Porto Velho- Araraquara 2, Nº 01.

AAR	AII	AID
Estado	Municípios Atravessados	
Rondônia (RO)	Porto Velho, Candeias do Jamari, Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaulândia, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis, Ji-Paraná, Presidente Médici, Nova Brasilândia D'Oeste, Castanheiras, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, São Felipe D'Oeste, Primavera de Rondônia, Parecis, Chupinguaia, Corumbiara, Colorado do Oeste e Cabixi	<ul style="list-style-type: none"> • Localidades e Povoados situados no corredor de 5km. • Faixa de servidão Administrativa. • Comunidades Indígenas, Quilombolas e Tradicionais situadas no corredor de 10km. • Área das Estações Retificadoras e Coletoras em Porto Velho e Araraquara. • Área de localização do eletrodo de terra. • Áreas de Canteiros de obras e alojamentos de trabalhadores. • Vias de acessos a serem utilizadas durante o período de obras.
Mato Grosso (MT)	Comodoro, Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos, Jauru, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, Lambari D'Oeste, Barra do Bugres, Alto Paraguai, Rosário Oeste, Jangada, Acorizal, Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis, Poxoréo, São José do Povo, Guiratinga, Pedra Preta, Alto Garças e Alto Araguaia	
Goiás (GO)	Caçu; Santa Rita do Araguaia; Mineiros; Serranópolis; Jataí.	
Minas Gerais (MG)	Limeira do Oeste; Iturama; Santa Vitoria; União de Minas	
São Paulo (SP)	Ouroeste, Indiaporã, Guarani d'Oeste, Macedônia, Pedranópolis, Fernandópolis, Meridiano, Valentim Gentil, Votuporanga, Sebastianópolis do Sul, Monte Aprazível, Poloni, Neves Paulista, Jaci, Mirassol, Nova Aliança, Potirendaba, Ibirá, Urupês, Marapoama, Itajobi, Itápolis, Tabatinga, Nova Europa, Gavião Peixoto, Bariri, Boa Esperança do Sul, Bocaina e Araraquara.	

ANEXO 3.6.5.1-1
ROTEIRO DE ENTREVISTAS
NAS PREFEITURAS

ROTEIRO DE CONSULTA ÀS PREFEITURAS

Data e local da entrevista:

Identificação do(s) Entrevistado(s):

Nome:

Cargo:

Contato:

Lista de documentos a ser solicitada

(Verificar se existem ou não. Caso existam, solicitação de cópia e/ou arquivo digital)

1. Plano Diretor: ()sim ()não
2. Mapas oficiais e recentes:
 - a. Planta oficial do município com limites municipais, malha viária, distritos, bairros, comunidades ou povoados rurais: ()sim ()não
 - b. Mapa com perímetro urbano: ()sim ()não
3. Legislação de Zoneamento Municipal (inclusive com mapa) - Zoneamento Ecológico Econômico: ()Sim ()Não
4. Lei de Parcelamento de Uso do Solo: ()Sim ()Não
5. Código de Meio Ambiente: ()Sim ()Não
6. Lei Orgânica: ()Sim ()Não

7. Instrumentos de Gestão Ambiental

- a. Planos de Manejo de Unidades de Conservação () Sim () Não.
-

- b. Conselhos gestores () Sim () Não Quais?
-

- d. Agenda 21? () Sim () Não
-
-

e. Qual o grau de implementação desses instrumentos de gestão no município?

f. Quais os mecanismos de participação comunitária na sua implementação?

8. O Município possui CODEMA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental)?
Quais entidades participam do Conselho? Há quanto tempo foi formado?

9. Quais são os principais problemas ambientais enfrentados pelo Município?

10. Existem **projetos** públicos e/ou privados no município **em processo de licenciamento ambiental** por algum órgão do SISNAMA? Quais são, quais as empresas responsáveis e em que fase do licenciamento está o projeto?

Unidades Conservação

11. Existem Unidades de Conservação municipal e estadual tais como APAs, RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e Reservas em geral? (**Nome, Área total, Decreto de Criação, Plano de Manejo e Localização Geográfica**)

População Tradicional

12. Caso haja **RESEX** no município, levantar informações sobre o relacionamento com a RESEX: serviços públicos existentes na RESEX, projetos em curso; eventuais obras de infra – estrutura em planejamento e informações sobre **Área – Número de Famílias – Plano de Manejo**.

13. Há **comunidades quilombolas**? Caso afirmativo, identificar, quantificar população, localizar em mapa, pegar contatos e textos ou informações disponíveis. _____

14. Verificar existência de **populações indígenas** no município. Caso sim, localizar e levantar informações acerca do relacionamento com o município (em caso de programa, solicitar uma cópia) um. _____

15. Existem **ações voltadas** para segmentos sociais de interesse específico (como grupos **indígenas, populações ribeirinhas, comunidades de remanescentes de quilombos, pescadores artesanais**)? Quais? Quem são os grupos? Onde eles se localizam? (numero de famílias ou habitantes, nomes de lideranças, contatos e endereços) _____

Principais características municipais

16. Breve historio do surgimento, ocupação e evolução da ocupação do território do município (solicitar cópia ou local onde possa estar disponível esta informação)

17. **Lista dos Distritos, bairros rurais, principais núcleos povoados** (ou comunidades) do município: (estimar quantidade da população; identificar distância da sede municipal; localizar em mapa – solicitar uma cópia ou indicar as **localidades que se situam próximas ao empreendimento**);

18. **Tendências migratórias:**

a. Existe algum fluxo migratório para o município recente? Caso sim, motivado por quê? _____

b. Há migração para fora do município? Os que saem vão para onde e por quê? _____

Zoneamento ou uso de território

19. Identificar as categorias a seguir especificando: nome, **principais atividades desenvolvidas, localização, histórico de ocupação, padrão construtivo e situar em relação ao traçado– ir até os locais e fotografar:**

a. **áreas industriais** atuais ou previstas:

b. área de **expansão urbana**:

c. áreas de **loteamento**:

d. áreas de **assentamentos rurais**:

20. **Estrutura fundiária** do município:

a. Identificação o predomínio de **uso e tamanho de propriedade** (informar o módulo rural mínimo):

b. Principais tendências de alteração na estrutura fundiária do município:

c. Verificar se existem dados municipais a respeito da estrutura fundiária local (caso sim, solicitar cópia – identificar fonte e contanto dos responsáveis).

21. Conflitos agrários:

a. Levantar históricos de conflitos agrários e tensões sociais no município (informar o **local de ocorrência, período e motivo**, com enfoque na região atravessada pelas LTs):

22. Há ocupações de terras e/ou assentamentos de movimentos sociais? Identificar e Localizar os que situam próximos ao traçado:

Atividades Econômicas e Finanças Municipais

23. Quais são as principais atividades econômicas urbanas e rurais atualmente?

24. Quais os **setores da economia que empregam** mais trabalhadores?

() agropecuária () turismo rural () reflorestamento () indústria () comércio () serviços e outros: _____

25. Caracterizar a **mão de obra disponível** localmente (na sede e em todo o município, com enfoque na qualificação e grau de escolaridade): _____

26. Orçamento Municipal atualizado: **principais fontes de arrecadação**.

27. Identificar **centros regionais** fornecedores de mercadorias e serviços para município: _____

28. Existem projetos de investimento privado de porte no município.

Quais? _____

29. Verificar existência de **aeródromos** no município, homologados ou não? Quais são os principais usuários do aeródromo? () Sim () Não

30. Há atividade de **mineração** ou projetos de exploração de recursos minerais? Quais são? Onde ficam? Explora que tipo de minério?

() Sim () Não

Saúde

31. Caracterização da **incidência de endemias**, sobretudo de:

- a. malária ()Sim ()Não
- b. dengue ()Sim ()Não
- c. febre amarela ()Sim ()Não
- d. Leishmaniose ()Sim ()Não
- e. doenças sexualmente transmissíveis ()Sim ()Não
- f. outras com incidência significativa: -

32. Identificar **hospitais de referência** e estrutura para remoção regionais utilizadas:

33. Principal **causa de morte** infantil e adulta:

34. Caracterizar a **infraestrutura** local do setor de saúde:

a. porte:

b. onde se localizam as unidades de saúde:

c. existência de leitos de UTI: ()Sim ()Não Quantos?

d. unidades vinculadas ao SUS: ()Sim ()Não Quantos?

e. unidades da rede privada: () Sim () Não Quantos?

f. número de médicos:

g. número de outros profissionais de saúde:

h. Número de **agentes comunitários e área** de atuação desses agentes: _____

i. Avaliação da suficiência do atendimento atual: _____

j. Unidades da **SVS** – Secretaria de Vigilância Sanitária e atuação desta unidade: _____

Educação

35. Pegar lista das escolas, números de matrícula e localização (para verificar a distancia das escolas em relação ao traçado e aos locais de alojamento de trabalhadores) () Sim () Não

36. Existe alguma política ou ação educacional diferenciada nas escolas dos municípios (educação ambiental – educação indígena – quilombola – agrícola)?

() Sim () Não

37. Existem cursos técnicos e profissionalizantes no município? Quais são e quais as entidades que oferecem? () Sim () Não

38. Identificar carências atuais, incluindo os locais onde a população do município busca serviços educacionais?

Infra – estrutura

39. Quais os **serviços de transporte (rodoviário, fluvial e aéreo)** disponíveis? Quais as principais **rotas, empresas e frequências**? Identificar a nível local (entre a zona rural e urbana) e regional (principais destinos)

40. Existem projetos de **hidrovias** ou ampliação de capacidade de navegação fluvial? Quais são? Identificar os rios e demais informações sobre o projeto. ()Sim ()Não

41. Há projetos de **abertura de sistemas viários**? Quais? (informações sobre extensão, localização, data de conclusão, instituição responsável)
()Sim ()Não

42. Equipamentos públicos (captação de água; ETA; captação e lançamento de esgoto, ETE; subestação de energia; aterro sanitário ou lixão; cemitérios, etc.): localizar em mapa, em particular destacar aqueles que se situam ao longo ou próximos ao traçado.

Segurança Pública

43. Caracterizar **infra – estrutura e serviços de segurança pública existentes**, identificando as **dificuldades e demandas atuais** (numero e localização dos postos policiais, efetivo, principais ocorrências, abrangência ou jurisdição, formas de atendimento) Ex: quando há uma ocorrência na zona rural, como a população chama a polícia e quanto tempo demora para atender ao chamado?

Identificar a existência – numero de unidade – localização e área de atuação:

- Exercito: ()Sim ()Não

- ou outra instituição de apoio a segurança pública?

- Postos de defesa civil: ()Sim ()Não

- Unidades do corpo de bombeiro: ()Sim ()Não

- Brigadas de incêndio: ()Sim ()Não

- Polícia ambiental: ()Sim ()Não

Sociedade Civil Organizada

44. Identificar associações, entidades de classe e outras instituições atuantes da sociedade civil organizada. Indicar áreas de atuação.

45. Há ONGs atuando e quais suas formas e áreas de atuação? ()Sim ()Não

46. Há movimentos sociais atuantes? Quais são? ()Sim ()Não

47. Comunicação

a. Identificar os principais jornais locais e a sua abrangência. _____

b. Identificar os principais rádios locais e a sua abrangência. _____

c. Recebe sinais de quais emissoras de televisão? _____

d. Recebe sinais de celular? Quais operadoras? _____

Patrimônio Histórico, Cultural e Lazer

48. Existem, no município, áreas valor histórico e cultural? Há alguma instituição envolvida com o patrimônio histórico-cultural? (identificar e pegar contato)

()Sim ()Não

49. Existem áreas procuradas para prática de lazer e turismo? Quais são os equipamentos de lazer e atrativos naturais (serra, cachoeiras, etc.)?

() Sim () Não

50. Quais são as principais festas, festejos e comemorações realizadas no município e em que época é realizada?

ANEXO 3.6.5.1-2
ROTEIRO DE ENTREVISTA - AID

ROTEIRO DE ENTREVISTA - AID

Principais caracterizações gerais ao longo do traçado

- a. Identificar as principais atividades econômicas urbanas e rurais atualmente.
- b. Identificar os distritos, bairros rurais, principais núcleos povoados (ou comunidades) rurais ao longo do traçado e identificar as respectivas distância da sede municipal;
- c. Identificar o contingente populacional (Distritos, bairros rurais, principais núcleos povoados as comunidades, fazendas, etc.) ao longo do traçado;
- d. Localizar em mapa as comunidades tradicionais (ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, etc) mais significativas, quantificando a população na faixa da AID.
- f. Identificar (marcar ponto) os equipamentos públicos (captação de água; ETA; captação e lançamento de esgoto, ETE; subestação de energia; aterro sanitário ou lixão; cemitérios, escolas, etc.) que se situam ao longo ou próximos ao traçado.
- g. Identificar principais problemas e carências em serviços público.
- h. Verificar existência de aeródromos na AID, homologados ou não.
- i. Há projetos de abertura de sistemas viários que podem interferir com a diretriz principal do traçado?
- j. Há projetos de exploração de recursos minerais? Quais são?
- l. Existe algum projeto já implantado ou em planejamento que foi objeto de licenciamento ambiental (tanto a nível estadual como federal?)

População Local:

- a. Identificar a população residente existentes das localidades identificadas ao longo do traçado (numero de famílias);
- b. Identificar casos de segunda residência, especificando os respectivos locais;
- c. Identificar usos dos recursos naturais ou atividades desenvolvidas pela população local na AID, incluindo pesca, lazer, medicina natural, entre outras, para subsidiar avaliação de impactos potenciais;

Tendências migratórias:

- a. Existe algum fluxo migratório para o município recente? Caso sim, motivado por quê?
- b. Há migração para fora do município? Os que saem vão para onde e por quê?

Uso de território

Identificar ao longo do traçado:

- a. Culturas sazonais e culturas permanentes e formas de exploração;
- b. Pastagens naturais e/ou cultivadas (tipos e quais são cultivadas);
- c. Áreas com atividades de silvicultura ou extração de produtos florestais;
- d. Áreas legisladas de preservação de vegetação natural;
- e. Unidades de Conservação;
- f. Áreas industriais atuais;
- g. Áreas urbanas e área de expansão urbana;
- h. Áreas de uso indireto indígena ou de comunidades tradicionais;

Estrutura fundiária:

- a. Identificação o predomínio de tipo e tamanho de propriedades ao longo do traçado;
- b. Identificar a relação de propriedade e posse das terras ao longo do traçado;

Conflitos agrários:

- a. Levantar históricos de conflitos agrários e tensões sociais ao longo do traçado.
- b. Há ocupações de terras e/ou assentamentos do MST ou outra entidade? Marcar ponto e caracterizar o local.

Uso dos Recursos naturais

Uso dos Rios

- a. Caracterizar a navegação existente hoje em dia (tipos de embarcação, calado, destino de viagens, horários) e determinações técnicas correspondentes quanto à altura de segurança de cabo / embarcação segundo a NBR 5422;
- b. Caracterizar a pesca existente (loais de pesca “pesqueiros”, freqüência, horário, principais espécies, artes de pesca, embarcações, numero de pescadores por embarcação, finalidade (comercial/subsistência);
- c. Identificar e caracterizar as Áreas de Lazer e praias sazonais;
- d. Existem projetos de ampliação de capacidade de previstos (dragagem e novas rotas de deslocamento).

Árvores e Plantas exploradas:

- a. Período (calendário extrativista);
- b. Manejo e formas de utilização (caule, folha, flor, fruto e tempo para regeneração);
- c. Utilização e beneficiamento (para que serve e como é feito);
- d. Sistema de Produção (familiar, agroindustrial, assalariado, etc)
- e. Destino da produção e formas comercialização. Identificar os intermediários e pontos de venda dos produtos;

Animais:

- a. Identificar os animais utilizados na Caça (alimentação e comercialização: pele, abate)

Infraestrutura Física

Transporte

- a. Identificar quais os serviços de transporte (rodoviário, fluvial e aéreo) disponíveis.
- b. Identificar as principais rotas, empresas, freqüências e tempo do trajeto?

* O sistema viário existente apresenta superposição com o traçado proposto para o empreendimento?

Sistema de abastecimento ou captação de água:

- Qual a empresa responsável pelo abastecimento de água no município?
- Onde é feita a captação?
- Como é fornecida a população? () rede geral () cisterna () poço () outros

Sistema de Esgotamento Sanitário:

- Qual a empresa responsável pelo tratamento?
- Onde é feito o tratamento do esgoto?() não existe () estação de tratamento () outro:
- E pelo tratamento? Apontar os problemas e deficiências do sistema

Sistema de coleta de lixo:

Identificar qual empresa é responsável e como é feita a coleta, o transporte e a disposição final do lixo.

Comunicação

- Identificar os principais meios de comunicação local (jornais, rádios, carro de som, auto-falante, correio) e a sua abrangência.
- Recebe sinais de quais emissoras de televisão?
- Recebe sinais de celular? Quais operadoras?

Segurança Pública

Caracterizar infra-estrutura e serviços de segurança pública existentes, identificando as principais ocorrências, dificuldades e demandas atuais.

* Caso haja algum problema e se você precisar de polícia, qual a delegacia que você procura?

Saúde

Caracterizar a infraestrutura local do setor de saúde:

- porte das unidades;
- onde se localizam as unidades de saúde;

- c. número de médicos;
- d. número de outros profissionais de saúde;
- e. Número de agentes comunitários e área de atuação desses agentes;
- f. Avaliação da suficiência do atendimento atual.
- g. Unidades da SVS – Secretaria de Vigilância Sanitária e atuação desta unidade.
- h. Identificar hospitais de referência e estrutura para remoção utilizadas.

Incidência de endemias, sobretudo de:

- a. malária
- b. dengue;
- c. febre amarela;
- d. doenças sexualmente transmissíveis;
- e. outras com incidência significativa.

Educação

Quantas e quais os tipos de escolas existentes no povoado?

Identificar carências atuais, incluindo os locais onde a população busca serviços educacionais?

Comércio e serviços

Caracterizar o comércio local existente.

Identificar centros regionais fornecedores de mercadorias e serviços para a localidade.

Emprego

Situação de emprego / desemprego local ? Verificar sazonalidade do emprego.

Caracterizar a mão de obra disponível localmente.

Sociedade Civil Organizada

- a. Identificar associações, ONGs, entidades de classe e outras instituições atuantes da sociedade civil organizada. Indicar áreas de atuação.
- b. Há movimentos sociais atuantes?

Turismo, Patrimônio Histórico – Arqueológico, Cultural

- a. Identificar e localizar áreas procuradas para prática de lazer e turismo? Quais são os equipamentos de lazer e atrativos naturais (serra, cachoeiras, etc.)?
- b. Identificar e localizar áreas de interesse histórico, arqueológico, cultural e paisagístico.
- c. Quais são as principais festas, festejos e comemorações realizadas no local e em que época é realizada?

ANEXO 3.6.5.1-3

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESCRIÇÃO DO TRAÇADO

ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA DE CAMPO – DESCRIÇÃO DO TRAÇADO

Caracterização das áreas atravessadas pelo traçado

- 1) Histórico da Ocupação**
 - a. De onde vieram:
 - b. Quando e por que:
- 2) Condições de Ocupação**
 - a. Número de famílias/residências (aproximado):
 - b. Tamanho dos lotes:
 - c. Padrão construtivo (predomínio):
 - d. Tipos de propriedade (posse, título, arrendatário, meeiro, parceiro):
 - e. Uso da terra: (sistemas de produção, preços, principais destinos, formas de escoamento da produção e grau de mecanização da produção).
- 3) Infraestrutura**
 - a. Saneamento:
 - b. Água:
 - c. Lixo:
 - d. Saúde (equipamentos e recursos humanos), potencial endêmico:
 - e. Educação (equipamentos e recursos humanos):
 - f. Segurança (posto – ocorrências):
 - g. Lazer:
 - h. Comunicação:
- 4) Vias de Acesso:**
 - a. Principais vias de acesso;
 - b. Rotas e locais de deslocamento (polos locais e regionais);
 - c. Condições das vias de acesso.
- 5) Áreas de Relevante Interesse Social**
 - a. Locais que estejam fora do corredor de 5km que sejam pólos ou centros locais;
 - b. Aeródromos ou aeroportos;
 - c. Áreas de Lazer e Turismo;
 - d. Cemitérios e áreas sagradas;
 - e. Áreas de uso indireto de comunidades indígenas e população tradicional;

3.6.5.2. ASPECTOS GEOPOLÍTICOS - AAR

Neste item será apresentado o histórico da ocupação e dos projetos de infraestrutura aplicados à Área de Abrangência Regional (AAR) do empreendimento, que compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, pertencentes às regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. A AAR, de acordo com o TR emitido pelo IBAMA, tem por referência um recorte geográfico para além da abrangência da All, sobre o qual a Linha e os impactos sinérgicos com outros empreendimentos possam gerar ou sofrer influências. O histórico de ocupação dos Estados em estudo aborda desde as primeiras levas de ocupação não indígena, ocasionando a formação das primeiras unidades administrativas, até a ocupação recente, sempre relacionadas a grandes projetos de infraestrutura que impulsionaram o desenvolvimento das regiões nas quais estes Estados estão inseridos.

a. Histórico de Ocupação e dos projetos de infraestrutura da AAR

Os grandes investimentos em infraestrutura, bem como a implantação de projetos de assentamento, projetos industriais e de mineração foram os fatores determinantes no processo de ocupação e os principais vetores de transformação do espaço e da dinâmica social na Amazônia ao longo das últimas décadas. Ora defendidos como condição essencial ao desenvolvimento e à integração da região ao País, ora criticados como vetor de devastação ambiental e fragmentação territorial, esses projetos ainda não foram avaliados adequadamente quanto aos seus custos e benefícios. As decisões sobre as obras jamais foram integradas a um processo abrangente de planejamento multissetorial para a região, o que resultou um padrão errático de intervenções, com grande impacto socioambiental, em que, raramente as vocações econômicas e os interesses das populações regionais foram considerados.

Em geral, tais políticas de desenvolvimento se resumiram a ações de indução passiva de investimentos por grandes empresas, a exemplo dos incentivos fiscais e creditícios da antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e do Banco da Amazônia – BASA, ou a investimentos em grandes estradas à frente da demanda.

O “boom” das grandes políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia ocorreu a partir da década de 60. Na visão dos governos militares, a Amazônia deveria ser ocupada e explorada com o objetivo de reafirmar a soberania nacional e de acelerar o crescimento econômico do país. As principais estratégias foram estabelecidas com a criação da SUDAM (1966); a criação do Banco da Amazônia – BASA; da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA e da implantação da “Operação Amazônia”.

A Operação Amazônia se sustentava sobre o seguinte tripé: i) incentivos fiscais e financeiros, para atrair capital privado, ii) política de terras, para solucionar o problema da posse da terra em outras regiões e também para ampliar as áreas de utilização agrícola e iii) infraestrutura de telecomunicações e estradas, viabilizando as primeiras. Através dessas estratégias, os governos militares buscaram promover o processo de desenvolvimento regional.

Ao longo de um período de 20 anos, foram tomadas medidas para implementação dessas políticas e de seus projetos (Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, Projetos Demonstrativos – PDA, POLAMAZÔNIA, entre outros), que resultaram na construção das principais rodovias federais e estaduais (Belém-Brasília, Transamazônica, Santarém-Cuiabá) e das principais hidrelétricas da região, além da criação da Zona Franca de Manaus (1967), dos principais projetos de colonização (década de 70) e dos grandes projetos para uso dos recursos naturais da região, como o Porto Trombetas, o Projeto Carajás e ainda o Projeto Jari (todos na década de 80).

O deslocamento de pessoas para fora do setor agrícola, por conta das inúmeras ofertas de empregos, criadas nesse período em outros municípios e/ou em outros setores (indústria, comércio, ou mesmo para áreas de garimpos que proliferaram bastante nessa época), assumiu proporções importantes na região amazônica como um todo, uma vez que um grande contingente da população de vários municípios “correu” para os grandes centros (num ascendente processo de urbanização de cidades como Belém e Manaus), buscando os benefícios desses projetos (Oliveira, 1983 Miranda Neto, 1986 *apud* Oliveira 2002).

A formação de eixos de transporte decorrentes do processo de integração terrestre e fluvial do território atraiu investimentos públicos e privados, definindo uma espécie de macro-zoneamento de fato da região. Estabeleceu-se a migração e a formação de núcleos urbanos, induzindo à forte pressão sobre o meio ambiente em termos de desmatamento, queimadas e conflitos fundiários.

Além dos nordestinos que migraram para a região nos séculos XIX e XX, nas últimas décadas, chegaram migrantes do Sul e do Sudeste do Brasil, especialmente na Amazônia Ocidental. Entre os migrantes estrangeiros, destacam-se os japoneses, que desempenharam importante papel na agricultura do município de Alenquer, na margem esquerda do rio Amazonas, enquanto nas fronteiras, há trocas constantes nos dois sentidos com países vizinhos, da Bolívia à Guiana Francesa.

Tanto a atração de capitais voltados à transformação modernizadora da economia regional, quanto a imigração espontânea, na esteira das novas estradas e cidades,

resultaram na multiplicação de expectativas contraditórias de controle sobre recursos naturais, subitamente abertos à apropriação. Tal posição contrastava com a fragilidade, ou mesmo ausência, de uma estrutura de regulação adequada. A presença do governo federal era, em geral, incipiente. Quando presentes, as instituições federais eram, não raro, capturadas por grupos dominantes, o que acirrava a grave crise de legitimidade. Governos Estaduais e Municipais não dispunham nem da autoridade política e nem dos meios para estruturarem as demandas conflitantes nos limites do marco legal e no âmbito da negociação política. O nível de organização da sociedade era baixo e as regras e convenções, cruciais ao diálogo e à solução pacífica de conflitos, virtualmente inexistentes.

A partir da década de 90, foram incentivadas e redirecionadas algumas políticas agrícolas, tendo como pano de fundo a valorização da agricultura familiar. Um exemplo foi à criação de novas linhas de crédito, menos burocratizadas, em contraponto às inúmeras linhas de crédito acessíveis somente aos produtores mais capitalizados. A nova política do governo para o campo levou a um aumento no volume de recursos aplicado no Setor Agrícola nacional.

Por outro lado, faltam condições infraestruturais básicas para viabilizar a economia local, principalmente em termos de acesso à energia, manutenção de estradas vicinais e ramais, melhora da confiabilidade e segurança do transporte fluvial, acesso a comunicações, capacidade de estocagem e boa conservação dos produtos.

Tem-se observado notável efeito das políticas públicas, em particular aquelas associadas à infraestrutura, nas expectativas dos diversos segmentos sociais. A simples possibilidade de novas estradas vem produzindo intensa mobilização de agentes, que procuram garantir primazia no acesso aos recursos.

(1) Rondônia

O processo de povoamento do espaço físico que constitui o estado de Rondônia começa no século XVIII, durante o ciclo do ouro, quando mineradores, comercializadores, militares e padres jesuítas fundam os primeiros arraiais e vilas nos vales dos rios Guaporé e Madeira.

A decadência desse ciclo de produção aurífera causou a involução populacional desses arraiais, vilas e cidades surgidas no auge deste ciclo, com o êxodo dos portugueses e paulistas, que formavam o topo da sociedade da época. Mas ficaram os negros remanescentes do escravismo, os mulatos e os índios já aculturados.

No século XIX, o primeiro ciclo da borracha, em sua fase primária, atraiu basicamente nordestinos e bolivianos para o trabalho nos seringais, mas não gerou núcleos de povoamento nesse espaço geográfico, tendo em vista que se tratava de um sistema de produção voltado para a exportação, cujos principais núcleos localizavam-se em Manaus (Amazonas) e Belém (Pará).

No entanto, a construção e o funcionamento da Ferrovia Madeira-Mamoré, e das Estações Telegráficas da Comissão Rondon, geraram os sub-ciclos Ferroviário e o do Telégrafo, que atraíram povoadores para as terras rondonienses, originários de várias regiões brasileiras e de outros países, que se fixaram e formaram núcleos urbanos.

As estações telegráficas da Comissão Rondon atraíram, principalmente, mato-grossenses, paulistas e nordestinos, que trabalhavam nos serviços de telegrafia, e acomodavam-se em suas cercanias, gerando pequenos núcleos urbanos, como Ariquemes, Presidente Pena ou Urupá, Pimenta Bueno e Vilhena.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré atraiu vários contingentes migratórios destinados ao trabalho nas obras da ferrovia, nos setores técnicos e administrativos da empresa construtora, com seus diversos ramos de exploração, comercialização e serviços, além do comércio que se formava ao redor.

Nesta fase de imigrações, instalaram-se, em terras rondonienses, notadamente nos núcleos urbanos de Porto Velho, Jacy-Paraná, Mutum-Paraná, Abunã, Guajará-Mirim e Costa Marques, turcos, sírios, judeus, gregos, libaneses, italianos, bolivianos, indianos, cubanos, panamenhos, porto-riquenhos, italianos, barbadianos, tobaguenses, jamaicanos.

A migração ocorreu com a fixação de nordestinos procedentes dos estados do Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, além de amazonenses, paraenses e mato-grossenses.

O segundo ciclo da Borracha, iniciado em 1942, foi diferente do primeiro e encontrou a região com sua infraestrutura em fase de consolidação. Os povoadores dos seringais eram nordestinos, mas divididos em duas categorias, os seringueiros civis e os soldados da borracha, estes, incorporados ao Batalhão da Borracha.

Os núcleos urbanos desenvolveram-se. O sistema de saúde pública melhorou consideravelmente e as ações de governo estenderam-se para o interior. A geopolítica regional passou por total transformação, tendo em vista a criação do Território Federal do Guaporé, em terras desmembradas dos estados do Mato Grosso e do Amazonas.

Em 13-09-1943, foi criado o Território Federal do Guaporé, posteriormente denominado Rondônia, tendo como capital o município de Porto Velho, condição conservada quando da elevação do Território à categoria de Estado, em 1981.

Nesse período, as estações telegráficas da Comissão Rondon funcionavam como receptores de uma ocupação humana rural-rural, procedente do Mato Grosso, destinada à pecuária, formando grandes latifúndios, onde funcionavam antigos seringais.

O ciclo do Diamante promoveu mudanças substanciais na ocupação humana e desenvolvimento dos povoados de Rondônia (hoje Ji-Paraná) e Pimenta Bueno, enquanto o ciclo da Cassiterita expandiu a ocupação humana no espaço físico que compreende as microrregiões de Porto Velho e Ariquemes.

O ciclo da Agricultura, cuja atração migratória começou desordenadamente em 1964, fixou em Rondônia contingentes migratórios procedentes do Mato Grosso, Goiás, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Acre e do Nordeste, destacando-se os estados do Ceará, Bahia, Piauí, Paraíba e Sergipe.

Após o golpe militar de 1964, os novos líderes do Brasil aumentaram o nível de intervenção federal na região amazônica. Nessa época os planos estratégicos do governo para a região foram inspirados por uma doutrina geopolítica que tratava a região como um imenso “vazio demográfico” que precisava ser ocupado, inclusive por motivos de “segurança nacional” conforme o lema “ocupar para não entregar”. E, simultaneamente, a região era vista pelo regime militar como uma enorme fronteira de riquezas naturais. A ser incorporada ao crescimento da economia nacional, (Becker 1990 *apud* AIRES 2003: P.9).

Com a intenção de facilitar o acesso à terra e outros recursos naturais, o governo federal criou incentivos fiscais financiados pelo BASA – Banco da Amazônia e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para incentivar os setores industriais, inclusive empresas estrangeiras, a atuar como agentes de desenvolvimento junto ao governo federal na região amazônica.

Durante a administração do General Médici, o governo criou o Programa de Integração Nacional – PIN, com o *slogan* “terras sem homens para homens sem terras”. O programa previa o assentamento de mais de 100.000 famílias, sob a responsabilidade do Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária – INCRA, (MODESTO 1983 *apud* Aires 2003: 10).

Com a abertura da BR-364 e as notícias oficiais e informais sobre terras férteis e baratas em Rondônia, provocou-se um surto migratório, que fez a população do Estado saltar de 113.000 para 500.000, entre as décadas de 70 e 80. Os migrantes, quase em sua totalidade, eram pequenos agricultores. Porém, a ocupação acelerada levou à simbiose entre agricultores, posseiros e madeireiros, onde as madeiras eram trocadas pela abertura de carreadores para o seu escoamento e para o transporte dos agricultores migrantes (HOMMA apud MORAN 1981).

As microrregiões formadas pelos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Rolim de Moura receberam migrantes mato-grossenses, gaúchos e paranaenses, em sua maioria. As microrregiões formadas pelos municípios de Cacoal, Presidente Médici e Ji-Paraná receberam gaúchos, paranaenses, paulistas e nordestinos, em sua maioria. Migrantes capixabas, paranaenses, mineiros e baianos formam a maioria dos que se fixaram nas microrregiões de Ouro Preto, Jaru e Ariquemes.

As regiões de Porto Velho e Guajará-Mirim receberam povoadores, mas em menor escala e de categorias diferentes, considerando-se que o ciclo da Agricultura atraiu, em princípio, uma migração rural-rural, para, em seguida, fixarem-se migrantes de características rural-urbanas.

(2) Mato Grosso

A região onde hoje se encontra o Estado de Mato Grosso tem sua base econômica assentada na atividade agropecuária, em um sistema onde predominam médias e grandes propriedades, com expressiva produção mercantil de carne, leite, grãos, algodão e cana-de-açúcar. A economia agrícola determina o processo de desenvolvimento, desdobrando-se em atividades industriais e de serviços direcionadas ou decorrentes da agropecuária. A agricultura da região é realizada, em geral, com bases tecnológicas avançadas, em que se destacam o uso da mecanização, o trato cultural e a irrigação, em médias e grandes propriedades rurais, com baixa utilização de mão de obra.

Em meio às propriedades rurais capitalizadas, encontra-se um número expressivo de assentamentos rurais do INCRA, ocupados por pequenos produtores dedicados à agricultura de subsistência, fazendo uso de práticas agrícolas tradicionais, baseadas na mão de obra familiar, sem aporte de capital, recebendo pequeno apoio em termos de assistência técnica, que se reflete na baixa produtividade e nos modestos resultados de sua atividade. Esses pequenos produtores complementam sua renda com trabalhos temporários, nas épocas de plantio ou de colheita, nas propriedades capitalizadas da região.

Apesar das diferenças internas encontradas na região Centro-Oeste, ela apresenta uma considerável homogeneidade em seu crescimento histórico, tendo mantido, até o último quarto do século XX, características da sociedade rural tradicional, apresentando significativo crescimento no último quarto de século, impulsionado por investimentos privados no agronegócio, principalmente em função do *boom* da soja na região do cerrado, ocorrido a partir dos anos 80.

O processo de organização político-administrativa de Mato Grosso ocorreu a partir de 1724, com o estabelecimento do distrito de Cuiabá, que veio a se constituir em seu primeiro município. Mato Grosso englobava os atuais estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul. Durante a vigência do Estado Novo, pelo Decreto nº 5.812, de 13, de setembro de 1943, foram desmembrados de Mato Grosso os territórios federais de Ponta Porã e Guaporé (hoje Estado de Rondônia). O território federal de Ponta Porã voltou a reintegrar o Estado, em virtude do Artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Segundo Oliveira (1997 *apud* Ecology Brasil 2005), até os anos 30 do século XX, menos de 20% das terras do Centro-Oeste eram ocupadas. No primeiro governo de Getúlio Vargas, a migração para a região foi estimulada com o discurso da “Marcha para o Oeste”, em que trabalhadores e agricultores nacionais e estrangeiros foram estimulados a migrarem para núcleos de colonização ali instalados. Entretanto, os resultados da ocupação da região não foram significativos.

A região centro-oeste manteve, até a década de 1960, seu caráter essencialmente rural, apresentando um acentuado vazio demográfico e estabelecendo tênues relações comerciais com os principais centros do país. As características climáticas, associadas à boa aptidão do cerrado para a formação de pastagens, fizeram com que a pecuária extensiva em pastagens naturais se mantivesse, por longos anos, como a forma predominante de utilização das terras na região, ao lado da exploração de recursos minerais, atividades que representaram o motor da ocupação desse território, em que viviam populações indígenas, como testemunham os diversos sítios arqueológicos nele existentes.

A partir da ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, em 1956, foi iniciada a construção da nova capital da República, exatamente com o objetivo de incentivar o desenvolvimento das regiões centro-oeste, norte e nordeste do país. Simultaneamente, inicia-se a construção da rodovia Belo Horizonte – Brasília. Paralelamente, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM – foi implantada uma série de medidas voltadas para o incentivo à ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste. Houve atração de trabalhadores de todo o país, que

se refletiu em forte crescimento de toda a região de entorno da nova capital e da nova rodovia e a ampliação de processo migratório para o Centro-Oeste.

De acordo com Oliveira (1997 *apud* Ecology Brasil), durante a década de 60, a região passou a receber grande número de migrantes que se deslocavam para as regiões ao sul de Mato Grosso e Goiás. Os pequenos agricultores enfrentaram dificuldades para se fixarem nas áreas iniciais de expansão de fronteira agrícola ao sul do Centro-Oeste, onde se estabeleceram grandes propriedades. Assim, os deslocamentos das frentes demográficas foram direcionados para o Estado do Mato Grosso, que se encontra mais distante do eixo central do país.

Os incentivos decorrentes dos programas conduzidos pelo Poder Público, a partir deste momento, sobretudo através do crédito subsidiado, visando à ocupação do Cerrado, atraíram contingentes importantes de agricultores detentores de conhecimentos técnicos e de meios de produção, sobretudo oriundos da região Sul do país, que, fazendo uso do crédito estatal, introduziram um novo padrão de reestruturação do espaço territorial na região Centro-Oeste, ampliando a produção agrícola, principalmente de grãos, em que se destacava o arroz.

Dois tipos de produtores se distinguem nesse contexto: *“Aqueles provenientes do Sul, que reproduzem o capital trazido, transformando-se em empresários rurais, através da abundância de crédito e infraestrutura de armazenagem, e os pequenos produtores, que não podendo usufruir da política creditícia, cedem lugar à concentração capitalista (de terras ou de produção)”* (Idem, s.d:10).

A economia tradicional da pecuária extensiva, do extrativismo vegetal e do garimpo sobrevive paralelamente às novas configurações da vida rural que vão ganhando força em todo o Centro-Oeste a partir dos anos 60.

Pela Lei Complementar n 31 de 11 de outubro de 1977 foi criada nova unidade federativa no Brasil, o Estado de Mato Grosso do Sul, como parte desmembrada do Estado de Mato Grosso.

A partir da década de 80, com o crescimento da importância da economia da soja e sua expansão para o Centro-Oeste, em grande parte devido às pesquisas realizadas pela EMBRAPA em busca de variedades da soja adaptáveis às condições ambientais do Cerrado, o desenvolvimento regional veio a efetivamente se consolidar.

O intenso processo de crescimento da soja vai capitanear o desenvolvimento do agro-negócio no Estado de Mato Grosso, reunindo indústrias e serviços a montante e a jusante da produção e promovendo uma forte mecanização das práticas agrícolas. De

outro lado, a modernização da agricultura acarretou a exclusão dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, uma vez que reduziu drasticamente a utilização do fator trabalho e inviabilizou a ocupação dessas áreas pela agricultura familiar. Em praticamente toda a área, predomina a agricultura mecanizada em alto nível tecnológico, com aplicação de corretivos e de fertilizantes, sendo muito comum o uso da irrigação, principalmente nos platôs, com sistemas de pivôs centrais. Os elevados custos de produção associados às culturas locais, em decorrência das deficiências trazidas pelo clima e pelos solos da região, a predominância da monocultura (soja, milho, cana-de-açúcar e algodão) e a alta produtividade obtida, deram origem a uma concentração do agro-negócio na região, implicando na exclusão do pequeno agricultor familiar e do trabalhador agrícola.

Sobretudo a partir dos anos 90, observa-se um crescimento dos conflitos agrários na região, marcados por invasões de terras pelo Movimento dos Sem Terra – MST, dando origem a um número significativo de assentamentos rurais da reforma agrária.

(3) Goiás

O Estado de Goiás caracteriza-se como uma região de produção de grãos, principalmente soja e milho, consolidada com o processo de modernização agrícola brasileiro adotado a partir da década de 70.

Em 1683, Bartolomeu Bueno da Silva, à frente de numerosa bandeira, chegou até o rio das Mortes, seguindo o roteiro que Manuel Correia traçara em 1647. Ali, com o auxílio do bandeirante Pires de Campos, que lhe indicou um guia, atingiu as cabeceiras de um rio que depois se chamou rio Vermelho. Foi nesse local que Bartolomeu usou a artimanha do prato de aguardente com fogo para impressionar os nativos, sendo cognominado Anhanguera - diabo velho. De regresso, além de ouro, trouxe grande número de índios cativos.

Cerca de quarenta anos depois, Bartolomeu Bueno da Silva Filho foi incumbido, pelo governo de São Paulo, de chefiar uma bandeira de cem homens, com o fim de localizar o lugar onde estivera com seu pai. Tendo encontrado o aldeamento dos índios guaiases, ou Goiás, e vestígios da roca cultivada pelo Anhanguera, fundou, em 1726, o arraial da Barra, hoje Buenolândia, e no ano seguinte, os de Ouro Fino, Ferreiro e Santana, originando-se deste último a cidade de Goiás, que foi sede administrativa da Capitania e do Estado de Goiás, de 1744 até 1937.

Os primeiros migrantes para a região do estado de Goiás vieram, principalmente, em busca da mineração do ouro. Segundo Aguiar (2003 *apud* Ecology Brasil 2005), as primeiras viagens para Goiás ocorreram no século XVII, mas o interesse maior pela região foi a partir de 1726, com a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas.

Desta forma, o ouro passou a ser o primeiro elemento catalisador da vida econômica do povo goiano, que teve o seu apogeu de 1726 a 1778, decaindo em seguida. Nessa época, abriu-se uma frente de colonização, vinda principalmente de Minas Gerais, em direção a essa região. Com a estagnação e a decadência da mineração de ouro, surgiram fazendas direcionadas principalmente à pecuária, ainda no século XVII, como alternativa econômica para a região, afirmando uma vocação do estado para a produção pecuária.

A primeira capital goiana tinha sido escolhida quando a Província era aurífera. Posteriormente, ficou demonstrado que a criação do gado e a agricultura passaram a ser fatores preponderantes no desenvolvimento. Em 23 de março de 1937, foi assinado o Decreto nº 1816, transferindo a capital estadual da Cidade de Goiás para a de Goiânia.

A partir de 1935, a construção da estrada de ferro, cruzando o rio Paranaíba e atingindo a cidade de Anápolis, marcou uma nova fase do processo de ocupação da região. Até a década de 1960, a região Centro-Oeste, na qual está inserido o Estado de Goiás, manteve seu caráter essencialmente rural, com vazio demográfico e tênues relações comerciais com os principais centros do país. A partir de 1956, com Juscelino Kubitschek presidente do Brasil, foi iniciada a construção de Brasília, objetivando incentivar o desenvolvimento das regiões centro-oeste, norte e nordeste do país. Simultaneamente, teve início a construção da rodovia Belo Horizonte – Brasília. Paralelamente, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM foram implantadas medidas voltadas para o incentivo à ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste.

Esses eventos provocaram um intenso processo de atração de trabalhadores de todo o país, que se refletiu em forte crescimento de toda a região de entorno da nova capital e da nova rodovia e a ampliação de processo migratório para o Centro-Oeste. Neste momento, é particularmente significativo o crescimento observado nas regiões Sudoeste e Centro-Sul de Goiás. Leite, ao estudar a região Centro-Sul, apontou que a “área agropecuária modernizada de Goiás evoluiu para uma economia de mercado, a partir do desenvolvimento urbano e regional dos mercados de Goiânia, Anápolis e Brasília. A pecuária é leiteira, gerando a ocorrência de muitas unidades industriais de transformação (cooperativas de leite e indústria de laticínios).” (Leite, s.d:8).

De acordo com Shiki (1997 *apud* Lima 2008:4), a agricultura intensiva, com utilização de alto padrão tecnológico e da mecanização tratorizada em extensas áreas, principalmente na cultura da soja, tomou impulso na década de 80. As bases deste processo foram alicerçadas na década de 70, com os programas públicos de crédito

rural e ocupação de regiões de fronteiras agrícolas, mas, apenas na década de 80, têm-se uma alteração de base e o processo de modernização altera toda a estrutura produtiva da região.

O setor sucroalcooleiro beneficiou-se, no Estado de Goiás, dos incentivos fiscais e do Programa “Produzir”, que tem potencializado os investimentos. Além disso, o estado de Goiás apresenta terras baratas, com preço de arrendamento considerado baixo em relação aos outros estados e áreas propícias, principalmente da pecuária extensiva, que podem ter sua ocupação otimizada. Todos os fatores parecem indicar que este processo terá uma continuidade e tende a agravar a gestão do território em Goiás.

(4) Minas Gerais

O desbravamento da região que hoje corresponde ao Estado de Minas Gerais teve início no século XVI, por entradas que partiam da Bahia em busca de ouro e pedras preciosas. Em 1720, a região foi dividida em Capitania de São Paulo e Capitania de Minas Gerais. Na primeira metade do século XVIII, a região tornou-se o centro econômico da colônia, com rápido povoamento, com destaque para as chamadas Vilas do Ouro - Ouro Preto, Mariana, Serro, Caeté, São João del-Rei, Pitangui, Sabará e São José do Rio das Mortes. No entanto, a produção aurífera começou a cair por volta de 1750, o que levou Portugal a buscar meios para aumentar a arrecadação de impostos, provocando a revolta popular, que culminou na Inconfidência Mineira, em 1789.

Encerrada essa fase, a política de isolamento, antes imposta à região mineradora como forma de exercer maior controle sobre a produção de pedras e metais preciosos, ainda inibia o desenvolvimento de qualquer outra atividade econômica de exportação, forçando a população a se dedicar a atividades agrícolas de subsistência. Por décadas, apesar dos avanços alcançados na produção de açúcar, algodão e fumo para o mercado interno, as atividades produtivas continuaram restritas às grandes fazendas, autárquicas e independentes.

A decadência do ouro levou ao esvaziamento das vilas mineradoras, com o deslocamento das famílias e seus escravos para outras regiões, o que expandiu as fronteiras da capitania, antes restritas à região das minas.

No fim do século XVIII, começou a ocupação das atuais regiões da Zona da Mata, Norte de Minas e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A expansão dos limites de Minas Gerais continuou ao longo do século XIX. Em 1800, definiu-se a divisa com o Espírito Santo, que foi estendida até a Serra dos Aimorés. Em 1816, as atuais regiões do Triângulo e Alto Paranaíba foram incorporadas a Minas Gerais, transferidas da

Capitania de Goiás. Em 1824 o atual Noroeste de Minas deixou de pertencer a Pernambuco e foi incorporado a Minas. Já a divisa com o Rio de Janeiro, estabelecida sem muita precisão desde 1709, foi fixada em 1843, e, em 1857, o Vale do Jequitinhonha foi definitivamente transferido da Bahia para Minas Gerais.

A decadência da produção aurífera nas últimas décadas do século XVIII desencadeou um movimento migratório das vilas do ouro para outras áreas da Capitania das Minas Gerais. A estagnação econômica da província, bem como de toda a colônia, continuava e somente foi rompido com o surgimento de uma nova e dinâmica atividade exportadora, o café.

Nos primeiros anos do século XIX, as lavouras de café da Capitania do Rio de Janeiro atingiram Minas Gerais pelos vales dos afluentes do Rio Paraíba do Sul. Localizaram-se, inicialmente, na Zona da Mata, nas fazendas dos seus desbravadores, cujas famílias eram oriundas das regiões de Vila Rica, do Serro e do Sul de Minas.

Rapidamente, a cafeicultura se difundiu, transformando-se na principal atividade da Província de Minas Gerais durante o Brasil Império e agente indutor do povoamento e do desenvolvimento da infraestrutura de transportes e de energia. A prosperidade trazida pelo café ensejou um primeiro surto de industrialização, reforçado, mais tarde, pela política protecionista implementada pelo Governo Federal, após a Proclamação da República Brasileira.

Juiz de Fora despontava como a principal cidade mineira à época, estimulada pela imigração de alemães e italianos para trabalhar nas fazendas e nas fábricas. Construíram-se as primeiras usinas hidroelétricas, ferrovias e rodovias de Minas Gerais - com destaque para as pioneiras Estrada União e Indústria e Usina de Marmelos - e foram fundadas as primeiras instituições bancárias.

As indústrias daí originadas eram de pequeno e médio porte, concentradas, principalmente, nos ramos de produtos alimentícios (laticínios e açúcar), têxteis e siderúrgicos. No setor agrícola, em menor escala, outras culturas se desenvolveram, como o algodão, a cana-de-açúcar e cereais.

O predomínio da cafeicultura só vai se alterar, gradualmente, no período de 1930 a 1950, com a afirmação da natural tendência do Estado para a produção siderúrgica e com o crescente aproveitamento dos recursos minerais. Ainda na década de 50, no processo de substituição de importações, a indústria ampliou consideravelmente sua participação na economia brasileira. Um fator que contribuiu para essa nova realidade foi o empenho governamental na expansão da infraestrutura - sobretudo na área de

energia e transportes - cujos resultados se traduziram na criação, em 1952, da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e no crescimento da malha rodoviária estadual, com destaque para a inauguração da Rodovia Fernão Dias (BR-381), que liga Belo Horizonte a São Paulo, no fim da década.

Na década de 60, a ação do Governo cumpriu papel decisivo no processo de industrialização, ao estabelecer o aparato institucional requerido para desencadear e sustentar o esforço de modernização da estrutura fabril mineira.

A eficiente e ágil ofensiva de atração de investimentos, iniciada no final da década de 1960, encontrou grande ressonância junto a investidores nacionais e estrangeiros. Já no início da década de 1970, o Estado experimentou uma grande arrancada industrial, com a implantação de inúmeros projetos de largo alcance sócio-econômico. O parque industrial mineiro destacou-se nos setores metal-mecânico, elétrico e de material de transportes.

Entre 1975 e 1996, o Produto Interno Bruto (PIB) mineiro cresceu 93% em termos reais. Em igual período, o País registrou um crescimento de 65%. Esse relevante desempenho verificou-se, sobretudo, no setor de transformação e nos serviços industriais de utilidade pública. Na indústria extrativa mineral, a supremacia mineira durou até 1980, quando o País passou a explorar, entre outras, as jazidas do complexo Carajás. Entretanto, em 1995, o Estado ainda respondia por 26% do valor da produção mineral brasileira do setor de metálicos.

(5) São Paulo

A fundação de São Paulo insere-se no processo de ocupação e exploração das terras americanas pelos portugueses, a partir do século XVI. Inicialmente, os colonizadores fundaram a Vila de Santo André da Borda do Campo (1553), constantemente ameaçada pelos povos indígenas da região. A data oficial reconhecida para a fundação da cidade de São Paulo é a da conversão de São Paulo, 25 de janeiro de 1554, quando foi rezada a primeira missa no local do colégio fundado pelos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, que se chamou "Colégio São Paulo de Piratininga", dando origem ao povoado que se formou ao seu redor.

Em 1681, São Paulo foi considerada cabeça da Capitania de São Paulo e, em 1711, a Vila foi elevada à categoria de Cidade. Apesar disso, até o século XVIII, São Paulo continuava como um quartel-general de onde partiam as "bandeiras", expedições organizadas para apresar índios e procurar minerais preciosos nos sertões distantes.

Durante os três primeiros séculos de colonização, o número de índios e mamelucos superou em muito o de europeus. Até meados do século XVIII, predominava entre a população uma "língua geral" de base tupi-guarani, sendo essa língua franca a mais falada em toda a região. Após a Independência, em 1822, os africanos representavam algo em torno de 25% da população, e, os mulatos, mais de 40%. Era já então insignificante a presença de índios nas zonas ocupadas pela colonização, e em especial nas lavouras de açúcar, implantadas com êxito no litoral norte e na região entre Itu e Sorocaba. Assim, a grande virada da economia paulista só aconteceria na passagem do século XVIII para o XIX, quando as plantações de café começaram a substituir as de cana-de-açúcar e a se preparar para ocupar o primeiro plano na economia nacional.

Foi nessa época que São Paulo passou a assumir uma posição de destaque no cenário nacional, com o avanço dos cafezais, que encontraram na terra roxa do norte da província o solo ideal. A expansão da cultura do café exigiu a multiplicação das estradas de ferro, iniciando-se então (1860-1861) em Santos e São Paulo os trabalhos da construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, a São Paulo Railway, responsável pelo primeiro trem a ligar as duas cidades.

São Paulo prosperou muito nessa época e a capital da província passou por uma verdadeira revolução urbanística, resultado da necessidade de transformar uma cidade acanhada, pouco mais que um entreposto comercial, em capital da nova elite econômica que se impunha. Mas as transformações no período também assumiram outras facetas. A chegada de milhares de imigrantes, além de resolver o problema da mão de obra da lavoura cafeeira, permitiu maior ocupação do interior do Estado. Criaram-se as condições necessárias para que pequenas fábricas, subsidiárias do café, dessem os primeiros passos em direção à industrialização. Com o interior já integrado ao cenário do rápido crescimento da província, começou haver a preocupação com a construção de novas estradas, prevendo-se a interiorização dos cafezais e a prosperidade que seria sacramentada com a República.

Até 1930, a República é controlada pelas oligarquias agrárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A importância econômica do café produzido em São Paulo e do gado de Minas Gerais sustenta a "política do café-com-leite", em que paulistas e mineiros se alternam na presidência da República. Na verdade, São Paulo apenas mantinha o poder que conquistara com a consolidação das novas bases econômicas do país nas últimas décadas do Império. A ferrovia puxava a expansão da cafeicultura, atraía imigrantes e permitia a colonização de novas áreas, enquanto, nas cidades, a

industrialização avançava, criava novos contornos urbanos e abria espaço para novas classes sociais, o operariado e a classe média.

Em 1930, os trilhos de suas ferrovias chegavam às proximidades do rio Paraná e a colonização ocupava mais de um terço do Estado. As cidades se multiplicavam. Socialmente, o Estado, com seus mais de um milhão de imigrantes, tornou-se uma torre de Babel, profundamente marcado pelas diferentes culturas trazidas de mais de 60 países.

No plano econômico, o café superou a crise por que passou no início da década de 1930 e foi estimulado por bons preços durante a guerra, favorecendo a recuperação de São Paulo. Mas, agora, era a vez da indústria despontar, impulsionada, entre outros motivos, pelos capitais deslocados da lavoura. Logo, outro grande salto seria dado, com a chegada da indústria automobilística em São Paulo, carro-chefe da economia nacional desde a década de 1950. A partir daí, o Estado paulista se transformou no maior parque industrial do país, posição que continuou a manter, apesar das transformações econômicas e políticas vividas pelo Brasil.

b. Programas Governamentais – AAR

Esse item volta-se para a identificação das políticas públicas que já possuem mecanismos em funcionamento nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, especialmente quando envolvem municípios da Área de Influência Indireta (AII) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 01, ou que, por estarem sendo desenvolvidos em outras regiões desses estados, possam vir a ser implantadas na AII, em função das características do empreendimento e de seus potenciais benefícios e impactos ambientais para a região.

O **Plano Plurianual (PPA)** é o núcleo diretor dos planos e políticas governamentais, que a ele devem se ajustar os planos e políticas governamentais em âmbito nacional e regional. A partir do PPA, as políticas públicas destinadas, em especial à região da Amazônia Legal buscam compatibilizar o crescimento econômico com a inserção social e com a conservação ambiental. Embora correto em sua proposição, precisa avançar como instrumento da espacialização e territorialização da atuação governamental, que por vezes apresenta contradições em sua implementação ou não aproveita a sinergia entre ações.

• Infraestrutura

Em termos das políticas públicas de infraestrutura, são apresentadas informações sobre o Setor de Energia, em função de sua evidente interface e complementaridade

com a Linha de Transmissão, e o Setor de Transportes, na medida em que suas novas obras devem ser consideradas no planejamento socioambiental do empreendimento, visando reduzir impactos ambientais, evitar a adoção de medidas que venham a ser conflituosas com os empreendimentos planejados pelo setor e indicar possíveis parcerias que ampliem os benefícios das ações de cunho socioambiental que venham a ser implantadas.

- **Programa Calha Norte**

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985, pelo Governo Federal, visando promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

Na sua trajetória, o PCN esteve vinculado a diversos órgãos do Governo Federal. Atualmente, está subordinado ao Ministério da Defesa, que considerando a estratégia adequada à região, busca desenvolver ações que colaborem efetivamente para as duas principais vertentes do Programa:

- ▶ Contribuir para a Manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Territorial da Região do Calha Norte.
- ▶ Contribuir para a Promoção do Desenvolvimento Regional.

Vencida a etapa pioneira da implantação do Programa, quando se chamava Projeto Calha Norte, prioritariamente dirigida a Faixa de Fronteira, cresce a importância do PCN, tendo em vista o agravamento de certas tendências presentes na região amazônica. Entre os principais problemas, figuram o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas e a intensificação e o espraiamento dos ilícitos transfronteiriços. Nesse contexto, crescem, igualmente, as necessidades de vigilância da fronteira e de proteção das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais.

Outro importante e urgente aspecto a ser considerado no norte amazônico é a fixação de padrões de desenvolvimento que sejam socialmente justos e ecologicamente sustentáveis.

A estratégia adotada pelo Programa visa atender as duas vertentes principais e baseia-se, principalmente, na implantação e ampliação de unidades militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como no apoio aos pólos irradiadores do desenvolvimento social sustentável e ambientalmente correto.

Área de abrangência

O PCN abrange 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 Km da Faixa de Fronteira, em 6 Estados da Federação: Acre (22 municípios), Amapá (16 municípios), Amazonas (62 municípios), Pará (27 municípios), Rondônia (52 municípios) e Roraima (15 municípios). O Programa tem uma área de atuação que corresponde a 32% do Território Nacional onde habitam cerca de 8.000.000 pessoas, aí incluindo 30% da população indígena do Brasil.

Em Rondônia, estado abordado neste estudo, são 52 municípios contemplados pelo Calha Norte. São eles: Alta Floresta D'oeste, Espigão D'oeste, Porto Velho, Alto Alegre dos Parecis, Governador Jorge Teixeira, Presidente Médici, Alto Paraíso, Guajará-Mirim, Primavera de Rondônia, Alvorada D'oeste, Itapuã do Oeste, Rio Crespo Ariquemes, Jaru, Rolim de Moura, Burity, Ji-Paraná, Santa Luzia D'oeste, Cabixi, Machadinho D'oeste, São Felipe D'oeste, Cacaulândia, Ministro Andreazza, São Francisco do Guaporé, Cacoal, Mirante da Serra, São Miguel do Guaporé, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro Seringueiras, Candeias do Jamari, Nova Brasilândia D'oeste, Teixeirópolis, Castanheiras, Nova Mamoré, Theobroma, Cerejeiras, Nova União, Urupá, Chupinguaia, Novo Horizonte do Oeste, Vale do Anari, Colorado do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Vale do Paraíso, Corumbiara, Parecis, Vilhena, Costa Marques, Pimenta Bueno, Cujubim, Pimenteiras do Oeste.

Projetos: (i) Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região do Calha Norte; (ii) Implantação de Infraestrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região do Calha Norte; (iii) Implantação de Unidades Militares na Região do Calha Norte;

Atividades: (i) Gestão e Administração do Programa Calha Norte; (ii) Apoio aéreo na Região do Calha Norte; (iii) Manutenção de Aeródromos; (iv) Conservação de Rodovias na Região do Calha Norte; (v) Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região do Calha Norte; (vi) Apoio às Comunidades da Região do Calha Norte, através da distribuição de material e equipamentos básicos às comunidades indígenas; distribuição de material e de equipamentos escolares e materiais didáticos para as comunidades isoladas; manutenção das embarcações; manutenção da infraestrutura instalada nos pelotões especiais de fronteira.

- **Geração de Energia**

A Matriz Energética Brasileira, segundo os dados da ANEEL até 03/2010, está estruturada na geração hidrelétrica, que respondia por 68,24% da capacidade

instalada. Em segundo lugar, respondendo por 10,5% da capacidade instalada, encontra-se o uso do gás, no qual se destaca o gás natural, na geração termelétrica. O uso do petróleo (óleo diesel ou residual), de biomassa e de carvão mineral e os sistemas de energia nuclear e eólica desempenham 14,19% do parque gerador nacional. O Brasil importou 8.170.000 kW, principalmente do Paraguai e da Argentina

No total, o Brasil conta com 2.209 empreendimentos do setor de energia, responsáveis por uma geração de 107.436.280 kW de potência. O Setor planeja a adição de outros 37 milhões de kW ao Sistema, a partir de 161 novos empreendimentos, que já se encontram em construção, e 432 já outorgados. (ANEEL).

Serão aqui descritos os equipamentos do setor em âmbito estadual, dentro da AAR.

(1) Rondônia

O estado de Rondônia possui no total 67 empreendimentos em operação, gerando 923.559 kW de potência, o que corresponde a 0,88% da capacidade geradora do Brasil. Os empreendimentos em operação no Estado compreendem: 48 Usinas Termelétricas; 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas; 4 Centrais Geradoras Hidrelétricas; 1 Usina Hidrelétrica de Energia e 1 Central Geradora Solar Fotovoltaica. Está prevista para os próximos anos uma adição de 6.713.220 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos oito (8) empreendimentos atualmente em construção e mais nove (9) com sua outorga assinada.

Apesar de só haver uma usina hidrelétrica, esta é responsável por 23,47% da energia produzida em Rondônia e situa-se na cidade de Porto Velho, no rio Jamari. A usina denomina-se Samuel, é de propriedade das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A e produz 216.750 kW de energia destinada a serviço público.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) respondem por 6,83% da capacidade geradora do estado e quatro delas localizam-se nos municípios em estudo, três em Colorado do Oeste, no rio Enganado, denominadas Castaman I, Castaman II e Castaman III; e uma entre Pimenta Bueno e Primavera de Rondônia, denominada Primavera, no rio Pimenta Bueno.

Apenas uma Central Geradora Hidrelétrica está situada na All Mesorregional rondoniense, entre os municípios de Colorado do Oeste e Vilhena, no rio Cabixi, denominada de Poço, com produção de 500 kW de potencia para registro, e de propriedade de Mario Cesar Torres Mendes.

(2) Mato Grosso

O Estado do Mato Grosso possui no total 124 empreendimentos em operação, distribuídos entre: Central Geradora Hidrelétrica; Pequena Central Hidrelétrica; Usina Hidrelétrica de Energia e Usina Termelétrica de Energia. Juntos, estes empreendimentos geram 2.122.490 kW de potência, o que corresponde a 2,1% da capacidade geradora do Brasil. Está prevista para os próximos anos uma adição de 976.238 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 15 empreendimentos atualmente em construção e mais 28 com sua outorga assinada.

Dos empreendimentos em operação, 41,70% da capacidade de geração do Estado é proveniente de oito usinas hidrelétricas, sendo que quatro delas estão em municípios que pertencem a AII Mesorregional Mato-grossense. A primeira delas, a Usina Hidrelétrica Guaporé, localiza-se em Pontes e Lacerda, no Rio Guaporé e gera 124.200 kW de potência destinada tanto a autoprodução quanto a produção independente de energia. É de propriedade de duas empresas: a Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A (36%) e a Tangará Energia S/A (64%).

A segunda e a terceira usinas, Juba I e II, situam-se nos municípios de Barra do Bugres e Tangará de Serra¹, no Rio Juba. Cada uma delas produz 42.000 kW de energia destinadas a autoprodução, e são de propriedade da Itamarati Norte S/A Agropecuária.

Por último, temos a Usina de Manso, que gera a maior potência do Estado do Mato Grosso, 210.900 kW. Localiza-se nos municípios de Chapada dos Guimarães² e Rosário do Oeste, no rio Manso, e pertence a Furnas Centrais Elétricas S/A (70%) e aos Produtores Energéticos de Manso S/A (30%). A energia produzida se destina a produção independente e ao serviço público.

Existe também uma Usina Hidrelétrica outorgada, a Couto Magalhães, situada nos municípios de Alto Araguaia e Santa Rita do Araguaia³, no rio Araguaia. Esta Usina é de propriedade da Enercouth S/A (49%) e da Rede Couto Magalhães Energia S/A (51%), produzirá 150.000 kW e se destinará a produção independente de energia.

Das 47 Usinas Termelétricas em operação, que respondem a 32,59% da energia do Estado do Mato Grosso, sete delas pertencem aos municípios da AII Mesorregional Mato-grossense.

1 O município de Tangará de Serra não pertence à AII Mesorregional Mato-grossense.

2 O município de Chapada dos Guimarães não pertence à AII Mesorregional Mato-grossense.

3 O município de Santa Rita do Araguaia não pertence à AII Mesorregional Mato-grossense.

Existem duas Usinas Termelétricas em construção e duas outorgadas no Estado. Entre as usinas em construção, uma situa-se no município de Alto Araguaia, denominada Unidade de Geração de Energia Elétrica – AGRENCO – Mato Grosso, de propriedade da Agrenco Bioenergia Indústria e Comércio de Óleos e Biodiesel Ltda. Será movida a resíduos de madeira e irá gerar 34.000 kW de potência, com a finalidade de produção independente de energia. E, entre as usinas outorgadas, uma estará presente no município de Comodoro – a Solonorte, pertencente a Solonorte Construções, Madeiras e Metalurgia Ltda, movida também a resíduos de madeira e com previsão de gerar 800 kW de potência, destinada a produção independente de energia.

O Mato Grosso possui também quarenta e cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas, que produzem 25,20% da energia estadual. Vinte delas localizam-se em municípios pertencentes à All Mesorregional e, juntas, produzem 282.170 kW de potência, conforme quadro abaixo.

Encontram-se em construção doze Pequenas Centrais Hidrelétricas, e duas estão situadas em Juscimeira e Santo Antonio do Leverger, municípios da All Mesorregional Mato-grossense. Ambas produzirão 18.000 kW para produção independente de energia. A Central de Juscimeira, propriedade da Ibó Energética Ltda, se chamará Sete Quedas Altas, localizada no rio Córrego Ibó. Em Santo Antonio do Leverger, está sendo construída a Usina São Tadeu I, no rio Aracá-Mirim, pertencente a São Tadeu Energética Ltda. Além disso, existem dezenove as Pequenas Centrais Hidrelétricas outorgadas e dez pertencem aos municípios da All Mesorregional Mato-grossense.

Por último, existem vinte e quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas, que respondem por 0,51% da potencia gerada no Estado do Mato Grosso. Sete delas estão incluídas nos municípios da All Mesorregional em estudo.

Ainda existem seis Centrais Geradoras Hidrelétricas outorgadas e uma delas, a Preformax, será construída no município de Nova Lacerda, de propriedade da Preformax Indústria Plástica S.A., e que produzirá 1000 kW de potência para registro.

(3) Goiás

De acordo com o Banco de Informações de Geração, da Aneel, o estado de Goiás possui, no total, 62 empreendimentos em operação, gerando 8.787.461 kW de potência, que representam 8,3% da capacidade geradora do Brasil. Está prevista, para os próximos anos, uma adição de 2.369.018 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 17 empreendimentos em construção e mais 23 com sua outorga assinada. A maior parte da potência gerada no Estado é proveniente das 11 Usinas

Hidrelétricas (91%) em operação, sendo a maior geradora a Hidrelétrica de Itumbiara (2.080.500 kW de potência), de propriedade de Furnas Centrais Elétricas S/A, com a produção integralmente destinada ao serviço público.

Entre os municípios em estudo na AlI goiana, situa-se apenas a Usina Hidrelétrica Espora, no município de Serranópolis, no rio Corrente, de propriedade da Espora Energética S/A, gerando 32.010 kW de potência, destinadas à produção independente de energia. No município de Caçu, encontram-se em construção as usinas hidrelétricas de Salto e Salto do Rio Verdinho, pertencentes, às empresas Rio Verde Energia S/A e Rio Verdinho Energia S/A, com a previsão de gerar 108.000 e 93.000 kW de potência, respectivamente, com a finalidade de produção independente de energia e, também, uma hidrelétrica de propriedade da Gerdau Aços Longos, com a previsão de gerar 65.000 kW de potência.

Entre as 25 usinas termoelétricas em operação no Estado, uma também está situada no município de Serranópolis, de propriedade da Energética Serranópolis Ltda., gerando 3.860 kW de potência e movida a bagaço de cana-de-açúcar. Encontram-se em construção três (3) termoelétricas, nos municípios de Jataí, Mineiros e Caçu, com a finalidade de produção independente de energia.

Há, ainda, duas pequenas centrais hidrelétricas nos municípios em estudo: uma delas em Santa Rita do Araguaia, gerando 800 kW de potência destinada ao serviço público, de propriedade da Primavera Energia S/A, e outra no município de Jataí, de propriedade da Jataí Energética S/A, gerando 30.000 kW de potência com a finalidade de produção independente de energia. Em Jataí, funciona, também, a central geradora hidrelétrica Agropecuária Rio Paraíso, gerando 302 kW de potência para a empresa.

Encontram-se outorgados, nos municípios goianos em estudo, a usina hidrelétrica de Couto Magalhães, no município de Santa Rita do Araguaia, com a previsão de gerar 150.000 kW de potência, além de uma central geradora hidrelétrica no município de Jataí, e uma termoelétrica movida a bagaço de cana-de-açúcar no município de Mineiros.

(4) Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais possui 274 empreendimentos em operação, gerando 18.477.963 kW de potência, que representam 17,6% da capacidade geradora do país. Está prevista, para os próximos anos, uma adição de 1.811.491 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 25 empreendimentos atualmente em construção e 74 com sua outorga assinada. Segundo a Aneel (Banco de Informações de Geração),

90% da capacidade de geração do Estado provêm de suas 41 usinas hidrelétricas. Na All mineira, situa-se a hidrelétrica de São Simão, no município de Santa Vitória, de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S/A, responsável por gerar 1.710.000 kW de potência destinada ao serviço público.

As 79 usinas termoelétricas de Minas Gerais respondem por 6,6% da capacidade de geração do Estado. Duas delas estão situadas nos municípios mineiros que serão atravessados pela LT: a de Coruripe Iturama, no município de Iturama, e a de Limeira do Oeste, no município homônimo, ambas com finalidade de produção independente de energia.

(5) São Paulo

O Estado de São Paulo é o maior gerador de energia do Brasil, com 522 empreendimentos em operação, gerando 22.638.907 kW de potência, que representam 21,5% da potência gerada no país. 78,5% desta capacidade provêm das 48 usinas hidrelétricas em operação no Estado, destacando-se a de Ilha Solteira, que gera 3.444.000 kW, enquanto 20,8% cabem às 408 usinas termoelétricas em funcionamento. Está prevista, para os próximos anos, uma adição de 4.304.741 kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 28 empreendimentos atualmente em construção e mais 43 com a outorga assinada.

Nos municípios paulistas em estudo, estão situadas 14 usinas termoelétricas. São elas: de Água Limpa e da Agroálcool, no município de Monte Aprazível; da Destil, no município de Marapoama; da Casa de Força, no município de Fernandópolis; da Nova Tamoio, da Zanin, da Nestlé Araraquara e da kAiser-Araraquara, no município de Araraquara; da Hevea-Tec, no município de Jaci; de Virgolino de Oliveira (Fazenda Canoas), no município de José Bonifácio; e da Bebidas Poty e da Cerradinho Potirendaba, em Potirendaba. Há, ainda, 2 pequenas centrais hidrelétricas, nos municípios de Araraquara e Gavião Peixoto, e uma central geradora hidrelétrica, no município de Itápolis. Há duas termoelétricas em construção no município de Sebastianópolis do Sul.

- **Programa Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica (Luz para Todos)**

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com a participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, foi lançado pelo Governo Federal, em substituição ao Projeto Luz no Campo, com a meta de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas, atualmente sem acesso à energia.

O programa tem como prioridades dar suporte aos projetos de eletrificação rural que atendam às comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; projetos de eletrificação em assentamentos rurais; projetos de eletrificação rural em municípios com baixo índice de atendimento em energia elétrica; projetos de eletrificação rural em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); projetos de eletrificação rural em escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água; projetos de eletrificação rural que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; projetos de eletrificação rural das populações do entorno de unidades de conservação ambiental; e projetos de eletrificação rural, oriundos de demandas coletivas.

A ANEEL estabeleceu metas de universalização por município, devendo as concessionárias de serviços de energia elaborar Planos de Universalização de Energia para suas áreas de concessão, que se concretizam em Programas Anuais de Expansão do Atendimento.

(1) Rondônia

Programa Luz para Todos: desde o ano de 2004, o estado vem se beneficiando com o programa federal Luz para Todos, que até dezembro de 2008 havia expandido a eletrificação rural para 24.160 consumidores e construiu 6.900 km de rede. A meta é o atendimento de 100% das propriedades rurais até o final de 2010.

O estado de Rondônia tem participação no Programa Luz Para Todos através do convênio firmado entre o Governo do Estado (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES) e Centrais Elétricas de Rondônia - CERON.

A CERON investiu também no Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – ReLuz, em continuidade ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, lançado em 2000, com o objetivo de reduzir as despesas dos municípios com iluminação pública, melhorar o embelezamento urbanístico e, ainda, proporcionar segurança à população.

Projeto de Eletrificação Rural⁴: busca Proporcionar à população rural, especialmente naquelas localidades com maior adensamento populacional e que apresentam potencialidades agropecuárias, o acesso a eletrificação.

Quadro 3.6.5.2 - 1 - Ações executadas diretamente pelo Governo do Estado (Secretaria de Agricultura – SEAPES) em 2006.

Município	Tipo de obra	Local	Valor (R\$)
Rolim de Moura	Melhoria e ampliação de 17,5 km de monofásica, passando 4,128 km para trifásica	Linha 200-Norte	54.768,58
Santa Luzia do Oeste	Construção de 13,26 km de trifásica	Linha 208-Sul	225.557,05
Santa Luzia do Oeste	Construção de 5,3 km de rede monofásica	Linha 200-Sul	52.618,76
Nova Brasilândia do Oeste	Ampliação e reforma de 18,16 km de monofásica	Linha 118	137.209,84
Santa Luzia do Oeste	Construção de 7,0 km de monofásica	Linha 60-184 e Vila Lazzaroto	67.346,41
Machadinho do Oeste	Construção de 7,0 km de rede monofásica	Linha C-10	80.064,15
Machadinho do Oeste	Construção de 4,8 km de rede trifásica e 10,8 km de rede monofásica	Linha MA-39 e Linha C-9	196.089,27
TOTAL			813.654,06

Fonte:SEAPES/2006⁵

Destaca-se, ainda, a inserção da CERON ao Sistema Interligado Nacional – SIN, através da linha de transmissão de Jauru - MT a Vilhena – RO, e o início da construção das hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau).

(2) Mato Grosso

Programa Luz para Todos: entre 2004 e 2008, o Programa Luz para todos realizou 73.500 novas ligações no Estado do Mato Grosso. Para 2009-2010, a previsão é de atendimento de 32.000 novos domicílios rurais.

Plano de Universalização Urbana: através do Plano de Universalização Urbana, as Centrais Elétricas Mato-grossenses (Cemat), efetuou mais de 42 mil novas ligações urbanas em 2008, atingindo a universalização em 100% dos municípios mato-grossenses, e se mantendo sempre bem acima da meta de atendimento estipulada pela empresa.

Destacam-se ainda na empresa inúmeros projetos que abordam a dimensão corporativa, social e ambiental, como por exemplo: programa de ações corretivas e preventivas para lidar com os casos de invasões de faixa de servidão já existentes ou coibir novas invasões; plano de ação, remediação e monitoramento de potenciais passivos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho; acompanhamento de obras de energização em aldeias indígenas; programa de eficiência energética (PEE); entre outros.

⁵Fonte: <http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/eletrificacao.htm>

(3) Goiás

Programa Luz para Todos: é responsabilidade da CELGPar (Companhia Celg de Participações), A CELG fornece energia elétrica a 237 dos 246 municípios goianos. Os outros nove, que não integram a All do empreendimento, são de responsabilidade da companhia Hidroelétrica São Patrício (Chesp). De acordo com a CELG, quando o Luz para Todos teve início, a empresa já recebeu mais de 50 mil inscrições válidas, sendo que 27 mil já foram atendidas e o restante está com a rede elétrica em fase de construção. Outras 21.652 mil estão com o requerimento em fase de contratação.

Programa Energia e Telecomunicações: de responsabilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura – Seinfra, que se destina a disponibilizar energia elétrica e informações do setor elétrico, busca a melhoria do planejamento energético do estado, através do apoio a projetos de utilização de fontes de energia alternativas, como a solar e o gás natural, e o atendimento a comunidades isoladas.

(4) Minas Gerais

Programa Luz para Todos: a primeira etapa do Programa Luz para Todos, implantado em parceria com o Ministério das Minas e Energia, já efetuou ligações em 190.000 domicílios e estabelecimentos, atendendo a 800.000 pessoas da área rural, entre 2004 e 2008.

Na segunda etapa, que irá até dezembro de 2010, serão priorizados municípios cujos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) estejam abaixo da média estadual, principalmente no Norte de Minas e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e nos municípios com as menores taxas de atendimento em relação ao mercado potencial original. Cerca de 220.000 pessoas serão beneficiadas, em 205 municípios do Estado.

Programa Clarear: é um programa de eletrificação urbana, da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, concluiu o processo de universalização de ligações elétricas, em todos os 774 municípios mineiros atendidos pela Empresa.

Mais de 650 mil consumidores já foram beneficiados com a ligação da energia elétrica ou obras de modificação de redes de distribuição de energia, mediante investimentos que chegam a R\$ 302 milhões, desde 2004, com recursos próprios da Empresa. A Cemig completou toda a infraestrutura de atendimento urbano dos 774 municípios no final de 2006, cumprindo as metas de universalização estipuladas pela Aneel. O Programa Clarear contempla novas ligações de consumidores residenciais urbanos, de pequeno e médio porte, com carga de até 50 kW. O único custo para o consumidor é a instalação do padrão de entrada em sua residência.

(5) São Paulo

Programa Luz para Todos: no período de janeiro de 2005 a setembro de 2008, foram realizadas 62.162 novas ligações elétricas rurais no âmbito do Programa Luz para Todos no estado de São Paulo, sendo que a maior parte deste público situa-se na faixa de renda familiar de até três salários mínimos mensais.

No programa de eletrificação rural, mais de 90% das ligações elétricas rurais foram realizadas em municípios que possuem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média do estado, focando a inclusão social e o resgate da cidadania aos trabalhadores que residem no meio rural paulista.

Programa de Universalização do Atendimento no Meio Rural: no Plano Plurianual do Estado de São Paulo, para o período 2008 – 2011, no âmbito do Programa de Universalização do Atendimento no Meio Rural, está prevista a realização de 10.000 ligações de energia. A experiência da Ceresp – Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – atesta que, a cada duas ligações rurais efetuadas, gera-se uma terceira ligação, fato que estimula a atividade rural de pequeno e médio porte e contribui para conter ou mesmo reverter o êxodo rural (Governo do Estado de São Paulo 2008: 81).

- **Transporte**
- **Transporte Rodoviário**
- ✓ **Âmbito federal**

Com relação ao transporte rodoviário, de responsabilidade do Ministério dos Transportes, a partir do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o principal programa relacionado à região da LT é o Corredor Sudoeste, voltado para a redução do custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste.

Programa Corredor Sudoeste

Contempla atividades de adequação rodoviária nas BR's 060, 158 e 452, que cortam os municípios presentes na Área de Influência Indireta da LT.

São também relevantes, para a região, os programas de:

Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário, que visa “melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados”;

Manutenção da Malha Rodoviária Federal, destinada a manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego; e

Serviços de Transporte Rodoviário, destinados a “garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas”.

Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT)

De acordo com o plano, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) registra ser crescente a realização de investimentos no setor de infraestrutura de transportes, o que vem contribuindo para o desenho de um novo cenário do país e onde se destacam obras na região Centro-Oeste. Nos últimos anos, os recursos destinados à região aumentaram significativamente, para garantir o escoamento da produção agrícola e demais riquezas geradas no Centro-Oeste. Entretanto, são essencialmente investimentos para recuperação de rodovias que nem chegam a alterar seu padrão regular.

✓ **Âmbito estadual**

(1) Rondônia

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC: para o estado de Rondônia, o principal programa em âmbito federal é o Programa de Aceleração do Crescimento, que tem como objetivo na área de infraestrutura, a melhoria das condições de interligação do estado com os demais estados da região norte até 2010, reduzindo os custos de transporte de cargas através dos seguintes projetos:

- na BR-319: pavimentação e construção da ponte sobre o Rio Madeira;
- na BR-364: construção do trecho Candeias do Jamari – UNIR e Travessia de Porto Velho;
- na BR-429: construção e pavimentação do trecho Alvorada D’Oeste - São Miguel.

(2) Mato Grosso

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): no estado de Mato Grosso, o PAC tem o objetivo de integrar o território do estado e melhorar as condições da interligação do Mato Grosso com a Região Norte e com São Paulo, através dos seguintes projetos para os anos 2007-2010:

- BR-158: Construção/Pavimentação dos trechos Ribeirão Cascalheira – Entroncamento MT- 326 - Divisa MT/PA;
- BR-163: Adequação de capacidade de travessias de urbanas de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop e pavimentação do trecho Garantã do Norte-Divisa MT/PA;
- BR-163-364/MT: Duplicação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil;
- BR-242: Construção dos trechos Ribeirão - Cascalheira – Sorriso;
- BR-364: Pavimentação de Mundo Novo a Sapezal, construção e pavimentação de Diamantino-km 720 e Construção e pavimentação do km 720-Campo Novo dos Parecis.

Programa Estradeiro: a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Mato Grosso (SINFRA)⁶ é responsável pela obras na área de construção civil, infraestrutura e habitação. Na área de transportes a SINFRA se responsabiliza, através do Programa Estradeiro, pela construção e recuperação das rodovias estaduais, além de possuir uma parceria com os produtores rurais para pavimentação das rodovias.

(3) Goiás

Plano de Desenvolvimento do Transporte de Goiás: da Secretaria de Estado de Infraestrutura, no âmbito da melhoria da malha rodoviária goiana, prevê pavimentações e duplicações em corredores rodoviários, incluindo vias alimentadoras por regiões de planejamento, destacando-se:

- Sudoeste: BR-364, BR-060, BR-158, GO-174, GO-206, GO-164 e BR-452;
- Sul: BR-060, BR-452, GO-040, BR-153, GO-206 e GO-330;
- Sudeste: BR-050 e GO-330;

⁶ <http://www.sinfra.mt.gov.br/conteudo.php?sid=9&parent=9>

- Entorno do DF: BR-040, BR-050 e BR-080;
- Nordeste: BR-020 e BR-010;
- Norte: BR-153, GO-164 e BR-414;
- Centro: BR-153, BR-414, BR-060 e BR-070;
- Noroeste: GO-164
- Oeste: BR-070, GO-060, GO-164 e BR-158;
- Metropolitana: Anel Rodoviário, BR-153, BR-060, BR-070, GO-060 e GO-040.

(4) Minas Gerais

Programa Potencialização da Infraestrutura Logística da Fronteira Agroindustrial: a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, do Governo do Estado de Minas Gerais, desenvolve o Programa de Potencialização da Infraestrutura Logística da Fronteira Agroindustrial, com o objetivo de aumentar a competitividade da indústria da região, reduzindo o custo do transporte.

Plano Estratégico de Logística de Transportes: no âmbito do Plano Estratégico de Logística de Transportes, do Estado de Minas Gerais, com relação ao transporte rodoviário, estão previstas as seguintes ações:

- BR – 040, entre BH e divisa com Goiás: duplicação (Sete Lagoas – entr. BR – 135), recuperação e construção de 3ª faixa (entroncamento com BR – 135 e divisa com Goiás) e posterior concessão (BH – div. MG/GO).
- BR – 262, entre a entrada para Bela Vista de Minas e a divisa MG/ES: recuperação e construção de 3ª faixa, e posterior concessão.
- BR – 262, entre Betim e Uberaba: duplicação (Betim – Nova Serrana), construção de 3ª faixa (Nova Serrana – Araxá) e posterior concessão.
- Duplicação da BR 381, entre BH e Governador Valadares.
- BR 050, entre divisa MG/GO e divisa MG/SP: duplicação (Uberlândia – divisa MG/GO) e posterior concessão (div MG/GO e div MG/SP).
- Recuperação da BR 116 entre divisa MG/BA e Governador Valadares e entre Governador Valadares e divisa MG/RJ.

- Recuperação e manutenção da BR – 135, trecho entre Montes Claros e Januária.

(5) São Paulo

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): para o Estado de São Paulo, dos programas de âmbito federal, destaca-se o apoio à construção do Rodoanel Trecho Sul, no município de São Paulo, integrando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Programa Plurianual 2008 – 2011: de âmbito estadual, este programa seleciona quatro linhas prioritárias de ação:

- projetos com foco na ampliação e recuperação da malha rodoviária destinados a eliminar os gargalos no trânsito do interior do Estado, como o dirigido para as rodovias estaduais e para as estradas vicinais;
- projetos destinados a melhorar as condições de exportação no Estado, como as obras de melhoria da ligação rodoviária Campinas/Vale do Paraíba/Porto de São Sebastião e as obras projetadas para o entorno do Porto de Santos e a viabilização do Porto de São Sebastião;
- projetos destinados a promover a transposição da RMSP, seja no modal rodoviário (Rodoanel, Marginais, Complexo Viário Jacu-Pêssego, Avenidas Roberto Marinho e Bandeirantes), seja no modal ferroviário (Ferroanel); e
- projetos destinados a descongestionar as regiões metropolitanas como as novas linhas e a modernização do metrô e do sistema de trens da CPTM, os corredores exclusivos de ônibus na Grande São Paulo, o Corredor Noroeste da Região Metropolitana de Campinas e o Sistema de Transporte sobre Trilhos da Região Metropolitana de Santos.

➤ Transporte Ferroviário

✓ Âmbito federal

Programa Corredor Sudoeste

No âmbito do Programa Corredor Sudoeste, do governo federal, duas importantes concessões ferroviárias beneficiam os Estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais.

A primeira, Ferrovia Norte-Sul, tem sua concessão detida pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., interligando as cidades de Goiânia e Palmas/TO ao

Porto de Belém e ao Porto de Itaqui, no Maranhão, através de sua integração com a Estrada de Ferro Carajás, em Açailândia. A partir de Senador Canedo, nas proximidades de Goiânia, a Ferrovia Norte-Sul, se interligará à Ferrovia Centro-Atlântica, com ramais para Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória e Salvador.

Encontra-se em operação o trecho norte, ligando as cidades de Estreito e Açailândia, no Estado do Maranhão, com extensão de 226 km de linha ferroviária. O trecho sul, que deverá ligar as cidades de Porangatu e Senador Canedo, em Goiás, possui 502 km, enquanto o trecho intermediário, que não faz parte da concessão da Valec, interligará Porangatu a Colinas do Tocantins, com 675 km.

A Estrada de Ferro Norte-Sul encontra-se a considerável distância da Área de Influência Indireta da LT, não possuindo nenhuma interferência com o Projeto, mas representando, futuramente, a partir da integração intermodal, uma importante alternativa de escoamento de sua produção, sobretudo para a região Norte.

Já a Ferronorte S.A. – Ferrovias Norte Brasil, segundo grande projeto para a região, apresenta grande proximidade com a AII. A Ferronorte possuirá uma extensão de 5.228 km, atravessando os estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Pará, e se integrará às ferrovias Centro-Atlântica, a partir de Uberlândia - MG e Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes (Malha Paulista), a partir de Aparecida do Taboado – MS. Trata-se de ferrovia destinada ao transporte de cargas. Encontra-se em operação um trecho de 512 km ligando a fronteira MS/SP à cidade de Alto Araguaia/ MT.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Com impulso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está em fase de estudo a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste Uruaçu/GO - Vilhena/RO.

Sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, está em andamento, no Estado de Minas Gerais, a construção de contorno ferroviário no município de Campo Belo.

No Estado de São Paulo, o Plano Plurianual 2008 – 2011 concentra os investimentos em transporte ferroviário nas regiões metropolitanas, prevendo a expansão do metrô e a modernização dos trens metropolitanos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, para transformá-los em metrô de superfície, e a promoção da melhoria do transporte de passageiros nas regiões metropolitanas (Campinas e Baixada Santista), com a implantação de corredores expressos de ônibus e trilhos.

Ainda no estado de São Paulo, com investimentos do PAC, estão em construção o contorno no município de Ourinhos e o contorno e o pátio ferroviário de Tutóia, no município de Araraquara, que integra a área em estudo.

➤ **Transporte Aeroviário**

✓ **Âmbito federal**

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com relação ao transporte aeroviário, estão previstas ações para os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. São elas:

- Complementação da reforma do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Cuiabá para os anos 2007-2010.
- Em andamento, a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Goiânia.
- Foi concluída a complementação da reforma, modernização e adequação do terminal de passageiros do Aeroporto de Congonhas (SP). Encontram-se em andamento as obras na torre de controle deste aeroporto.
- Encontram-se em andamento as obras de implantação, adequação, ampliação e revitalização do sistema de pistas e pátios do Aeroporto de Guarulhos (SP).
- Em fase de ação preparatória, no Estado de São Paulo, estão os seguintes projetos: pátio de aeronaves de autoridades, no Aeroporto de Congonhas; construção do terminal de passageiros 3 e da pista de saídas rápidas, no Aeroporto de Guarulhos; pista de táxi, pista principal e projeto de construção da segunda pista de pouso, no Aeroporto de Viracopos – Campinas.
- No Aeroporto de Confins (MG), está em construção a ampliação do estacionamento de veículos e alteração de acessos internos.
- Em fase de ação preparatória, está o projeto de reforma e ampliação do terminal de passageiros do município de Confins (MG).

➤ **Transporte Hidroviário e Portos**

✓ **Âmbito federal**

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Quanto ao transporte hidroviário e portos, no âmbito do PAC, estão determinadas ações somente nos Estados de São Paulo e Rondônia. São elas:

- Está em construção o Terminal Hidroviário de Porto Velho – Cain’Agua, com o objetivo de expandir o acesso fluvial para a melhoria do transporte de cargas e de passageiros,
- Está em construção a Avenida Perimetral Portuária (margem direita), no Porto de Santos (SP).
- Em fase de licitação de obra, no Porto de Santos (SP), encontram-se a Avenida Perimetral Portuária (margem esquerda); dragagem de aprofundamento do canal de acesso, na bacia de evolução e junto ao cais; e derrocagem junto ao canal de acesso.

• **Principais Planos e Programas de Meio Ambiente**

✓ **Âmbito federal**

• **Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)**

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é uma iniciativa do Governo Federal e da sociedade civil brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que busca a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nas florestas tropicais da Amazônia e Mata Atlântica brasileira e também melhorias na qualidade de vida das populações locais. É considerado o mais importante programa já desenvolvido para a proteção e manejo sustentável das florestas tropicais brasileiras.

O programa foi oficialmente lançado no Brasil em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, e em 2003, após uma análise dos resultados e obstáculos de implantação, teve início a sua segunda fase, prevista para se estender até 2010.

O responsável pela sua coordenação geral do programa é o Ministério do Meio Ambiente – MMA, que atua em parceria com órgãos governamentais federais,

estaduais e municipais, organizações ambientais, movimentos sociais e o setor privado.

Podemos destacar como os beneficiários: gestores públicos responsáveis pela aplicação das políticas ambientais nos diferentes níveis, comunidades indígenas e populações tradicionais, instituições da sociedade civil, setor privado e a comunidade científica.

- **Plano Amazônia Sustentável – PAS**

O Plano Amazônia Sustentável - PAS se refere ao conjunto de objetivos e diretrizes estratégicas elaborados a partir de um diagnóstico atualizado sobre a Amazônia brasileira, que tem como objetivo orientar um novo modelo de desenvolvimento, no qual as soluções econômicas sejam ambientalmente sustentáveis, possibilitando a preservação de toda a área amazônica, valorizando a potencialidade de seu enorme patrimônio natural e sócio-cultural e oferecendo opções de desenvolvimento que beneficiem especialmente as populações locais.

Para tanto, com ênfase em processos institucionais, foram estabelecidas as seguintes diretrizes do PAS: presença do Estado em ações integradas aos três níveis de governo, à sociedade civil e aos setores empresariais; o fortalecimento dos fóruns de diálogo intergovernamentais, criando o fórum dos governadores da Amazônia Legal; a integração do Brasil com os países sul-americanos; organização de uma estrutura produtiva; garantia dos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais; ampliação do crédito e do apoio para atividades e cadeias produtivas sustentáveis; melhoria do acesso aos serviços públicos e do suporte ao subdesenvolvimento rural; adoção de um novo padrão de financiamento.

Instituído em 2003, o Plano visa constituir-se como locus institucional capaz de orientar o desenvolvimento de políticas públicas que atendam aos desafios da região. Na elaboração da primeira versão do Plano Amazônia Sustentável, em 2003, foi identificado um grande arco de povoamento mais adensado em torno da floresta amazônica – via de regra chamado “Arco do Fogo” - de onde partiam três frentes de expansão para a floresta: do leste do Pará em direção à Terra do Meio, do norte de Mato Grosso rumo ao eixo da BR-163, no sudoeste paraense, e do norte de Rondônia e do noroeste de Mato Grosso para o sul do Amazonas.

O PAS estabelece que projetos de infraestrutura estruturantes e indutores de grandes alterações na apropriação do espaço, caso não acompanhados de um planejamento estratégico das obras, podem implicar em riscos de ampliação do desflorestamento.

Entende-se que a infraestrutura é necessária ao desenvolvimento de qualquer região ou país, mas na Amazônia ela requer especificidades que devem ser atendidas. A região é extremamente carente em energia e transporte, bem como em insumos básicos tais como indústrias, serviços e ciência, tecnologia e inovação (CT&I). A solução proposta pelo PAS é um compromisso de ampliar as condições de participação de grupos de indivíduos que enfrentam maiores custos nesta direção, sugerindo a adoção de regras que interajam com a base desigual da sociedade, minimizando as consequências indesejáveis. O apoio do Estado a esforços de auto-organização e mobilização dos setores tradicionalmente excluídos das decisões sobre políticas públicas é um compromisso central da estratégia de implementação do PAS. Assim, as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, conforme proposto no Plano, estão agrupadas em 5 grandes eixos temáticos: ordenamento territorial e gestão ambiental; produção sustentável com inovação e competitividade; infraestrutura para o desenvolvimento; inclusão social e cidadania; e novo padrão de financiamento.

- **Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia – PROAMBIENTE**

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia (PROAMBIENTE) foi instituído em junho de 2003, sendo incluído como política pública do Governo Federal no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 e como programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

O programa consiste no desenvolvimento rural socioambiental direcionado à produção familiar rural agrícola da Amazônia Legal. Está voltado para a produção de sistemas equilibrados de produção, como o manejo integrado dos recursos naturais. Seu conceito inovador está relacionado à valorização, inclusão e ao tratamento diferenciado aos produtores rurais, através da conciliação entre a produção rural econômica e a conservação do meio ambiente.

O programa tem como objetivo promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação de serviços ambientais. Dessa forma, o PROAMBIENTE incentiva o uso sustentável dos recursos naturais, priorizando o emprego de sistemas de produção que incorporem tecnologias mitigadoras de impactos ambientais, o preparo da terra sem uso do fogo, a utilização de áreas alteradas ou degradadas através de implantação de sistemas alternativos de uso da terra, o uso de sistemas agropastoris, sistemas agro-florestais, agro-extrativismo, o extrativismo florestal madeireiro (através de manejo comunitário) e não

madeireiro, as modalidades de pesca artesanal, práticas indígenas e tradicionais e a verticalização da produção familiar rural.

O principal elemento da proposta consiste no Programa de Serviços Ambientais que permite que o produtor familiar que aderir ao PROAMBIENTE tenha apoio para o estabelecimento de um sistema de produção rural (via recursos próprios ou via crédito produtivo opcional) que une viabilidade econômica; processos participativos de planejamento e tomadas de decisão; fortalecimento de sua organização social; assessoria técnica e extensão rural pública (estatal e não-estatal); manejo integrado dos recursos naturais da unidade de produção; e mecanismos de verificação de serviços ambientais através de certificação participativa e monitoramento ambiental. Comprovada a prestação dos serviços ambientais propostos, o produtor familiar terá o direito de receber uma parcela mensal referente à remuneração desses serviços ambientais prestados à sociedade nacional e internacional.

Existem atualmente 11 pólos localizados na Amazônia Legal, cada um com 250 a 500 famílias que contam com capacitação técnica das instituições responsáveis pela coordenação. Na Área de Abrangência Regional do estudo, destaca-se o Pólo Noroeste do Mato Grosso (ou Pólo Pioneiro Noroeste) que é desenvolvido no município de Juína.

A degradação ambiental pela permanência dos processos de exploração já em andamento na região, de puro extrativismo de atributos naturais de forma pouco eficiente, como a exploração madeireira sem manejo florestal, constitui-se numa ameaça atual e constante para a sustentabilidade regional. Por isso, o Governo Federal, a partir de uma parceria sólida com a Prefeitura Municipal de Juína, vem buscando o restabelecimento da formação vegetal em escala de paisagem e o resgate social a partir da implantação do Programa PROAMBIENTE na região.

- **Programa Nacional de Florestas (PNF)⁷**

O Programa Nacional de Florestas-PNF foi instituído pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, e lançado pelo Governo Federal em 21 de setembro do mesmo ano. Seu objetivo geral é "*a promoção do desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores de modo a promover a ampliação do mercado interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor*".

Nesse contexto, o PNF envolve os aspectos ambientais, sociais e econômicos do setor florestal brasileiro, englobando entre seus objetivos específicos:

⁷ http://www.presidencia.gov.br/principais_programas/dsenvolvimento/

- I - O estímulo do uso sustentável de florestas nativas e plantadas.
- II - O fomento das atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais.
- III - A recuperação das florestas de preservação permanente, de reserva legal e áreas alteradas.
- IV - O apoio às iniciativas econômicas e sociais das populações que vivem em florestas.
- V - A reapreensão de desmatamentos ilegais e a extração predatória de produtos e subprodutos florestais, conter queimadas acidentais e prevenir incêndios florestais.
- VI - A promoção do uso sustentável das florestas de produção, sejam nacionais, estaduais, distrital ou municipais.
- VII - O apoio do desenvolvimento das indústrias de base florestal.
- VIII - a ampliação dos mercados interno e externo de produtos e subprodutos florestais;
- IX - A valorização dos aspectos ambientais, sociais e econômicos dos serviços e dos benefícios proporcionadas pelas florestas públicas e privadas.
- X - O estímulo à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas florestais.

O PNF cria uma nova política florestal com fundamentos no aumento da cobertura florestal no Brasil por meio da expansão das florestas plantadas, no estímulo ao manejo sustentável, no investimento em formação de mão de obra especializada, na criação de linhas de crédito e desenvolvimento tecnológico. Do programa fazem parte, ainda, a regulamentação da concessão de terras públicas e a fiscalização mais intensa e dirigida, com foco na Amazônia, Matam Atlântica, Cerrado e Caatinga.

- **Programa Terra Legal⁸**

O Governo Federal, por meio do **Programa Terra Legal**, vai titular a propriedade de terras públicas ocupadas por posseiros na Amazônia Legal. Em Rondônia, serão beneficiados 51 municípios, 43.740 imóveis rurais. No Estado do Mato Grosso, serão 8 municípios beneficiados.

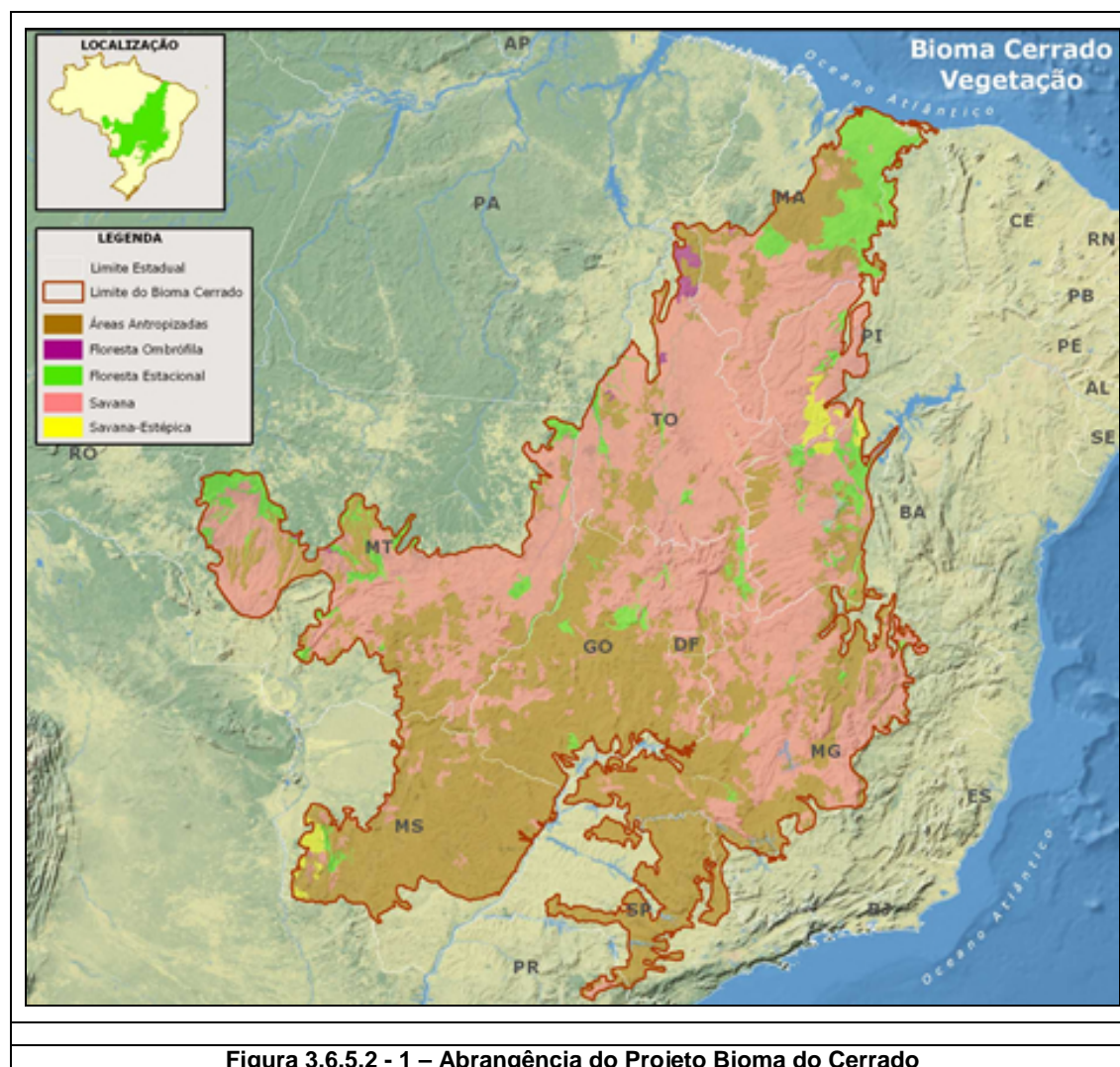
⁸ <http://portal.mda.gov.br/terralegal/>

O **Terra Legal** também leva à Amazônia Legal a Rota Verde, estratégia de incentivo ao desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, que vai atender posseiros que ocupam áreas tituladas de até quatro módulos fiscais e assentados da reforma agrária. A partir do georreferenciamento da área, esses produtores terão acesso a licenciamento ambiental, assistência técnica, crédito e programas do Governo Federal de compra da produção, como o PAA Sociobiodiversidade. A Rota Verde será gerenciada e monitorada pelo Sistema Pronaf Sustentável, uma abordagem global dos sistemas produtivos, da propriedade com plano de desenvolvimento sustentável da unidade familiar.

- **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado – Programa Cerrado Sustentável.**

As atividades relacionadas à Proteção do Bioma do Cerrado inserem-se no **Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado – Programa Cerrado Sustentável**. O Programa Cerrado Sustentável tem como objetivo principal a promoção da conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas naturais, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais, buscando condições para reverter os impactos socioambientais negativos do processo de ocupação do Bioma Cerrado.

O Programa visa incorporar medidas não só no plano ambiental da preservação e da conservação, mas também consolidar políticas sociais e econômicas estruturantes, estimuladoras do desenvolvimento sustentável, bem como favorecer a contínua mobilização da sociedade em torno de seus objetivos específicos.



O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) integra e articula ações do Ministério do Meio Ambiente e suas instituições vinculadas visando a redução do desmatamento no Cerrado. Incorpora as diretrizes e operacionaliza o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado (Programa Cerrado Sustentável).

O traço fundamental do Plano é servir de referência para a ação coordenada entre o Ministério e suas vinculadas, no período de 2009-2011. Assim, por exemplo, as áreas prioritárias para a criação de Unidades de Conservação, cujos estudos são de responsabilidade do ICMBIO e da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, serão alvos preferenciais da fiscalização, a ser feita pelo IBAMA. O estímulo ao manejo da agrobiodiversidade pelas comunidades locais é considerado medida importante para demonstrar a viabilidade da produção sustentável o bioma, e as políticas de valorização das cadeias produtivas da sociobiodiversidade deverão reforçar os

mecanismos que facilitem a produção, o escoamento e a comercialização dos produtos, favorecendo a formação de bons negócios para as comunidades e a conservação do Cerrado. A integração de sistemas de licenciamento das propriedades rurais e de gestão florestal é considerada necessária para o diagnóstico sobre as irregularidades ambientais, em especial o desmatamento. Para tanto, espera-se criar, por meio do Plano, as condições para que os Estados e o IBAMA possam cada vez mais integrar suas bases de informação.

- **Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)**

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) “é um plano estratégico de longo prazo, pactuado entre o Poder Público, os usuários e as comunidades, que visa fundamentar e orientar a implementação da política e o gerenciamento dos recursos hídricos, propondo as diretrizes e grandes metas para a gestão dos mesmos.”

O Plano propõe programas nacionais e regionais, relacionados aos setores usuários de recursos hídricos, objetivando o uso racional e sustentável da água, tendo por base uma divisão do território nacional em 12 grandes bacias hidrográficas, dentre as quais, duas são de interesse do empreendimento: a Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia, ocupando parte significativa dos estados de Mato Grosso e Goiás e sendo atravessada pela LT; e a Região Hidrográfica do Paraná, que inclui o sudeste do Estado de Goiás.

O PNRH tem como objetivos estratégicos: (i) melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade; (ii) redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, assim como a mitigação de efeitos de eventos hidrológicos críticos; e (iii) percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante.

- **Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia–Tocantins**

O Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás celebraram convênio para a implantação de um Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins. As atividades tiveram início pela elaboração de um diagnóstico sobre a bacia, envolvendo a realização de oficinas e audiências públicas sobre o tema. Encontra em elaboração um Plano de Ações e Metas (PAM), cujas responsabilidades são compartilhadas por Núcleos de Articulação do Plano (NAPs).

✓ **Âmbito Estadual**

▪ **Rondônia**

• **Programa de Recuperação da Mata Ciliar**

O Programa de Recuperação de Mata Ciliar tem como meta principal a recomposição da vegetação no entorno das nascentes, córregos, igarapés e rios em todos os municípios e distritos do Estado de Rondônia. Programas e projetos desta natureza têm a função de conscientizar a sociedade da importância da vegetação no entorno dos corpos hídricos, e assim promover a mobilização dos mesmos para que juntos, poder público, privado e sociedade civil, possam combater a erosão, a eutrofização das águas, aumento das chuvas, aumento na diversidade de espécies animais e vegetais, aumento no volume de água nos corpos hídricos e melhoria da qualidade da mesma.

▪ **Mato Grosso**

• **Programa de Desenvolvimento Ambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEA)⁹**

A finalidade do PRODEA é estimular o desenvolvimento do setor ambiental, defendendo e preservando o meio ambiente, por meio de uma política de defesa da fauna, da flora e do patrimônio genético e cultural do Estado de Mato Grosso, através de financiamentos de atividades que estimulem o crescimento dos setores de desenvolvimento no Estado, de forma sustentável, mediante o fortalecimento e o desenvolvimento de áreas voltadas a conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e a sustentabilidade da atividade econômica do Mato Grosso. O PRODEA cria o **Fundo Estadual de Desenvolvimento Ambiental - FUNDEA**, vinculado a Fundação Estadual do Meio Ambiente, com o objetivo de financiar projetos e áreas complementares de interesse do Estado.

• **Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH)¹⁰**

É um instrumento de planejamento que estabelece diretrizes gerais sobre os Recursos Hídricos no Estado, com intuito de promover a harmonização e adequação de políticas públicas para busca do equilíbrio entre a oferta e a demanda de água, de forma assegurar as disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade para o uso racional,

⁹http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_9d921451fc6a39ff48e8a860f19d3a35LEI7958.pdf

¹⁰ <http://www.sema.mt.gov.br/PERH/>

propondo programas e projetos para sua proteção, recuperação e gerenciamento deste recurso, buscando garantir seu uso sustentável.

- **Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Estado do Mato Grosso (PPCDQ/MT).**

Foi elaborado pelo Governo do Estado por meio de parceria firmada com o Ministério do Meio Ambiente (MMA/SECEX/DPCD), e deriva da necessidade dos estados amazônicos construírem seus próprios planos de prevenção e combate ao desmatamento, como extensores naturais do Plano Federal, o PPCDAM, que teve sua segunda versão lançada em julho/2009. O PPCDQ/MT delinea-se com base na priorização de algumas ações, dentre elas: o refinamento do conhecimento e monitoramento da cobertura florestal do estado; a intensificação dos programas de desenvolvimento sustentável para indígenas, quilombolas, assentamentos e colônias agrícolas; o incentivo e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis.

- **Programa MT Legal**

A proposta do MT Legal foi construída pelo Governo de Mato Grosso com a participação das Organizações Não Governamentais (ONGs), Ministério Público Estadual, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), com objetivo de regularização fundiária e dos passivos ambientais no Mato Grosso.

O programa prevê o cadastramento e regularização de 100% das propriedades no Estado e consta do Termo de Cooperação Técnica "Pacto Ambiental", assinado há dois anos entre produtores de soja, por meio da sua associação (Aprosoja) e o governo estadual. O processo de licenciamento de imóveis rurais obedecerá duas etapas: o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) e o Licenciamento Ambiental Único (LAU).

- **Programa de Biocombustíveis do Estado de Mato Grosso (PROBIOMAT)**

O PROBIOMAT tem como objetivo “integrar o Estado à rede nacional de biocombustíveis, contribuindo no esforço para desenvolver tecnologias de produção e uso economicamente sustentável de biodiesel, e contribuindo também para melhorar a inserção internacional do Brasil nas questões ambientais globais”. Além disso, o Estado apresenta boas condições para o cultivo de oleaginosas, tecnologia e infraestrutura necessária para a produção de biocombustíveis em larga escala e centenas de assentamentos rurais que potencialmente poderiam ser incorporados ao esforço produtivo, tendo em vista a meta de inclusão social do PNPB.

- **Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Mato Grosso – MT Floresta¹¹**

O MT Floresta visa apoiar o Programa de Desenvolvimento Florestal, assegurando ao Estado a oferta futura de matéria-prima para a indústria madeireira de forma sustentável, bem como, criar uma nova mentalidade junto aos proprietários rurais quanto ao valor da cobertura florestal de suas propriedades. Os objetivos do MT Floresta são: Produção sustentável e matéria-prima para o setor florestal; Conservação da biodiversidade do Estado; Criação de mecanismos legais para a obtenção de benefícios florestais; e Certificação florestal. Os recursos disponíveis são distribuídos da seguinte forma: 10% para pesquisa; 15% para áreas degradadas e matas ciliares; 15% para controle e fiscalização; 50% para atividades econômicas; 10% para atividades administrativas e educação ambiental.

- **Goiás**

- **Política Estadual de Educação Ambiental**

Em junho de 2009, o Governo do Estado de Goiás, através de lei estadual, instituiu a **Política Estadual de Educação Ambiental**, que envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente, instituições dos sistemas de ensino público e privado, órgãos e entidades públicos da União, dos Estados e dos Municípios, e organizações não governamentais com atuação em educação ambiental.

A lei determina que todas as instituições, de natureza pública ou privada, que exerçam atividades consideradas poluidoras ou potencialmente poluidoras, ou que tenham condutas lesivas ao meio ambiente, deverão implantar programas de educação ambiental. As atividades vinculadas à Política Estadual de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação formal e não formal, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I – formação e capacitação de pessoas;
- II – desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III – produção e divulgação de material educativo;
- IV – acompanhamento e avaliação das ações em educação ambiental.

¹¹http://www.seder.mt.gov.br/html/ind_modelo.php?CX=internas_miolo&tabela=paginas&codigoPagina=120

- **Gerenciamento Ambiental Integrado do Alto e Médio Araguaia – Projeto Rio Vivo**

O Programa é desenvolvido por uma parceria entre a Fundação Pro Cerrado (Coordenadora do Programa), a Agência Goiana de Meio Ambiente (executora), o Instituto Qualitas e a APEGO – Associação dos Pescadores Esportivos de Goiás, das Universidades Federal, Estadual e Católica de Goiás, da Saneago, do CPRM e do IBAMA, visando a gestão ambiental integrada da bacia do Rio Araguaia.

O Projeto Rio Vivo possui 6 frentes de ação: monitoramento da qualidade da água, proteção de nascentes, recuperação de matas ciliares, salvamento do Pirarucu, proteção ambiental de quelônios e educação ambiental.

- **Programa Goiano de Biodiesel**

Lançado em 2005, o programa objetiva “fomentar a cadeia produtiva do biodiesel em Goiás e contribuir para com o desenvolvimento sustentado do Estado. Há, ainda, o Fundo de Incentivo ao Biodiesel no Estado de Goiás (FUNBIODIESEL) que tem por uma de suas finalidades, “incentivar a melhoria dos processos industriais, da qualidade do produto final, dos co-produtos e subprodutos e a rentabilidade global da cadeia de produção de biodiesel”. Segundo o Governo do Estado de Goiás, cerca de 50 agrovilas goianas estão envolvidas atualmente na produção de oleaginosas para o mercado de biodiesel, mobilizando quase 2 mil famílias.

- **Minas Gerais**

- **Plano Plurianual de Ação Governamental**

No Plano Plurianual de Ação Governamental 2008-2011, do Governo do Estado de Minas Gerais, estão previstas as seguintes ações em prol da qualidade ambiental, dentre outras:

- Aprimorar a gestão de bacias hidrográficas, visando à disponibilidade e à qualidade da água e a redução dos conflitos em torno de seu uso.
- Reduzir a contaminação das águas de Minas Gerais.
- Conservar o cerrado e recuperar a mata atlântica.
- Ampliar o tratamento de resíduos sólidos.

- Adotar metas de sustentabilidade e qualidade ambiental e consolidar o sistema de monitoramento.
- Ampliar o percentual do território ambientalmente protegido e promover a gestão eficiente das unidades de conservação.

- **São Paulo**

- **Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais e Projeto de Recuperação de Matas Ciliares**

A recuperação de matas ciliares prevista no Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais é um dos principais projetos estratégicos para o período do Plano Plurianual, apresentando forte interface com outros projetos estratégicos, como o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, que se encontra em implementação, com apoio financeiro do GEF/Banco Mundial e em parceria com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento — SAA (Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável), e cuja execução terá continuidade no período 2008-2011.

- **Protocolo de Conduta Agroambiental**

O Protocolo de Conduta Agroambiental define uma forma de premiar condutas positivas, além das exigidas pela legislação, atraindo à adesão os mais adiantados e norteando ações complementares aos que não aderirem. Tais ações podem ser tanto de fomento como de exigências adicionais, porém, adequadas à sua realidade. Dentro do guarda-chuva do protocolo, há vários itens, tais como redução da colheita da cana queimada, recuperação das matas ciliares, redução no consumo de água e nas emissões atmosféricas das unidades industriais e gerenciamento de embalagens de agrotóxicos. Outras iniciativas estratégicas incluem o Licenciamento Ambiental Unificado, que prevê a criação da Agência Ambiental/Cetesb; os projetos Litoral Norte e Município Verde, visando o planejamento ambiental, e o Serra do Mar, focado na gestão ambiental, assim como o projeto Lixo Mínimo, que irá melhorar a gestão e a redução do volume de resíduos domésticos, estimulando a reciclagem e extinguindo os lixões a céu aberto.

- **Principais Planos e Programas de Desenvolvimento Socioeconômico**

- ✓ **Âmbito federal**

- **Programa Brasil Quilombola (PBQ)**

O Programa Brasil Quilombola é uma iniciativa do Governo Federal que visa o desenvolvimento sustentável dos quilombolas, através da sua inclusão na sociedade civil sem comprometer a legitimidade de sua cultura, assim como garantir os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infraestrutura, saneamento básico, transporte, água, luz, telecomunicações, previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população brasileira.

O programa é coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, e tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações sociais. Os governos municipais têm, neste contexto, uma função singular por se responsabilizarem, em última instância, pela execução da política em cada localidade. Para garantir a eficácia do programa, seu modelo de gestão, que cuida da formulação, execução e monitoramento das ações planejadas, este é baseado nos princípios da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que são transversalidade, gestão descentralizada e gestão democrática.

Dentre estas ações governamentais incluídas no Programa Brasil Quilombola, podemos destacar, primeiramente, os serviços de ouvidoria e as pesquisas que garantem a competência das próprias ações. As ações em si se concentram nas seguintes áreas: regularização fundiária; promoção da igualdade racial; fortalecimento da participação política dos quilombolas; segurança; assistência social –; saúde; geração de renda; direitos humanos; educação; meio ambiente; e previdência social.

- **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implantado em 1996, é um programa do Governo Federal que visa à erradicação de todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, garantindo a permanência delas na escola e em atividades sócio-educativas, culturais, esportivas, artísticas e de lazer, em um processo de resgate da cidadania. Além disso, o programa promove projetos de geração de trabalho e renda para suas famílias.

O PETI é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e desenvolvido em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil. Desde 2000, o programa estabeleceu uma parceria junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (tem), que tem como competência o mapeamento dos focos de trabalho infantil no Brasil. Além disso, o Governo Federal vem buscando integrar o PETI ao Programa Bolsa Família como forma de racionalizar a gestão de ambos os programas e evitar o desperdício de recursos públicos, a duplicidade de benefícios, propiciando uma maior cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil.

Segundo a Análise Situacional do PETI de 2004, os Estados e municípios apontaram como principais pontos positivos do programa: “melhoria na qualidade de vida da criança e da família e da auto-estima da criança; construção e resgate da cidadania e inserção social das crianças, adolescentes e suas famílias; ajuda financeira às famílias; permanência das crianças na escola e na jornada ampliada; geração de renda para as famílias, melhoria da qualidade de vida da criança e sua família, representando importante ajuda financeira às famílias; incremento de recursos que movimenta a economia dos municípios.”

- **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é uma política do Governo Federal que envolve todas as áreas de atuação do governo, visando reduzir as desigualdades regionais e despertar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras. Busca, a exploração dos potenciais endógenos de desenvolvimento das diversas regiões do país, articulando políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, permitindo a dinamização e a melhor distribuição das atividades produtivas no território.

A PNDR tem como objetivo organizar um olhar sobre o conjunto do território do país, permitindo que as ações e os programas implementados sejam regulados a partir de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais. Para isso, as regiões prioritárias para a PNDR foram definidas pelo cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita. O cruzamento dessas resultou em um cartograma que classifica o território nacional com base em quatro critérios diferentes: “Alta Renda”, “Baixa Renda”, “Dinâmica Recente” e “Estagnado”. Com isso, se reconhece a existência de sub-regiões dentro de cada macrorregião do país, sendo algumas consideradas competitivas com elevados rendimentos médios, e outras sub-regiões consideradas estagnadas e com precárias condições de vida. A PNDR pode então apresentar

estratégias específicas para cada tipo de sub-região, lançando um olhar mais aguçado para cada realidade e permitindo a tomada de ações que vão desde a escala supranacional até a escala local.

- **Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada**

O Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada consiste em diversas ações coordenadas e supervisionadas pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração que visam a diminuição da pobreza em zonas rurais, especialmente nas áreas de baixa disponibilidade de recursos hídricos e áreas onde esses recursos estão sendo subutilizados. Entende-se que o apoio a agricultura irrigada representa um eficaz mecanismo para o combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para a mão de obra qualificada ou não. Além disso, o fortalecimento da agricultura irrigada resulta em um aumento da oferta de alimentos a preços menores do que aqueles produzidos nas áreas não irrigadas e favorece ao aumento produtivo entre os fatores terra e trabalho.

A execução do Programa é feita a partir do apoio dado a Estados e municípios para elaboração de planos diretores, estudos e projetos, além de fortalecimento institucional, execução de obras e aquisição de equipamentos. No entanto, os responsáveis diretos pela execução das ações são os próprios Governos municipais e estaduais e entidades vinculadas ao Ministério da Integração.

- **II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**

Pretende representar o maior plano de reforma agrária da história do Brasil, assentando em média 130 mil famílias por ano. Com o PNRA, o atual Governo pretende mudar a estrutura agrária brasileira. Para atingir seus objetivos e metas o PNRA associa a democratização do acesso à terra, medidas direcionadas à garantia de crédito, ao seguro agrícola, à assistência técnica e extensão rural, à comercialização, à agroindustrialização, à recuperação e preservação ambiental e à promoção da igualdade.

Na implantação de novos projetos de assentamento, o PNRA pauta-se por dois princípios: desenvolvimento sustentável dos territórios nos quais se inscreverão e um projeto produtivo de viabilização econômica da produção agrícola.

No ano de 2008, de acordo com o INCRA, no Estado de Goiás, a área incorporada aos assentamentos da reforma agrária foi de 2.751 ha, enquanto, em Minas Gerais, a área destinada aos assentamentos foi acrescida de 186 ha e, no Estado de São Paulo, de 232 ha.

O PNRA contará ainda com o apoio do Plano Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária; do Programa de Aquisição de Alimentos; Programa de Crédito Fundiário; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; Programa Nacional de Educação do Campo – PRONERA.

- **Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)**

Criado em 1995 e tendo sua atual estrutura regulamentada pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, o Pronaf, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares”.

O programa tem por diretrizes: disponibilizar financiamentos em volume e condições adequadas à sustentabilidade da agricultura familiar; garantir o fluxo de recursos para implantação dos assentamentos rurais; promover a capacitação dos agricultores e extensão rural de qualidade; incentivar a geração e a transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e às atividades não-agrícolas; estimular a agricultura orgânica; combater a violência no campo; dentre outras.

- **Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família, instituído em 2003, tem como principal objetivo a inclusão social das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A transferência direta de renda possibilita aliviar os efeitos mais imediatos da pobreza, como a insegurança alimentar e nutricional. Ao associá-la a estratégias de melhoria das condições de saúde e educação, o programa potencializa oportunidades para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. No entanto, a médio e longo prazo, torna-se imprescindível sua articulação com programas de geração de trabalho, emprego e renda, tendo em vista a construção de relações econômicas e sociais capazes de propiciar a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos excluídos do mercado formal de trabalho.

A participação dos estados na gestão de benefícios está focada na coordenação dos municípios que fazem parte de seu território. Os estados exercem a função de promotores do desenvolvimento das atribuições municipais, não apenas estimulando uma ação local qualificada, como também fornecendo o suporte e o apoio técnico necessário ao planejamento e desenvolvimento do Programa.

No modelo de gestão descentralizada do PBF, os governos municipais são os principais gestores do Programa junto às famílias. Neste sentido, os gestores municipais, como executores locais do PBF, podem identificar mudanças socioeconômicas das famílias e realizar as devidas atividades de gestão de benefícios, de forma centralizada ou descentralizada. O gestor municipal deve manter-se atento, também, à mobilidade geográfica, característica presente nesse estrato da população, promovendo os ajustes necessários nos cadastros das famílias beneficiárias.

- **Projeto Brasil Municípios**

O Projeto Brasil Municípios, também chamado de Projeto Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Selecionados para a Redução da Pobreza, que está previsto para durar até 2011, consiste em um acordo de cooperação técnica entre o Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e a União Européia que visa contribuir para o fortalecimento das capacidades administrativas municipais, como forma de aumentar a eficácia das ações de planejamento, gestão, avaliação e monitoramento de políticas públicas e de programas e projetos governamentais no nível dos governos locais.

Segundo o Governo Federal, o projeto poderá auxiliar na formação e na capacitação de gestores e técnicos municipais, na prestação de consultoria e assistência técnica para a solução de problemas que impedem ou fragilizam a execução de programas e projetos, no intercâmbio de experiências entre municípios, do Brasil e do exterior, no apoio ao desenvolvimento de experiências-piloto inovadoras de gestão local e no fortalecimento de parcerias, consórcios e outras formas de associativismo intermunicipal.

O projeto tem amplitude nacional, mas os municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, selecionados previamente segundo critérios socioeconômicos, e que levam em conta também as inter-relações geográficas e a participação dos municípios em programas de desenvolvimento, receberão prioridade para as ações de capacitação institucional.

- **Programa Luz Para Todos**

O Programa Luz para Todos, lançado em 11 de novembro de 2003, é uma iniciativa do Governo Federal que visa estimular as concessionárias distribuidoras de energia a levar eletricidade até um significativo contingente de domicílios, principalmente nas áreas rurais do Brasil, para que seja possível acabar com a exclusão elétrica no país. Assim, o Governo Federal pretende utilizar a energia elétrica como instrumento de

desenvolvimento social e econômico das comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e da fome e para o aumento da renda familiar. O acesso à energia elétrica favorece a integração dos programas sociais do Governo Federal, contribuindo para que as áreas atendidas pelo programa se beneficiem de serviços básicos de saúde, educação, abastecimento de água, saneamento e comunicação e também de políticas de incentivo à agricultura familiar. Além disso, com a implementação do programa, estima-se que, aproximadamente, 300 mil empregos diretos e indiretos são gerados, já que é dada prioridade ao uso da mão de obra local e à compra de materiais e equipamentos nacionais fabricados nas regiões próximas às localidades atendidas.

No Estado de Goiás, cerca de 35 mil domicílios já foram atendidos, beneficiando 176 mil pessoas e contando com 58 milhões de reais em investimentos. No Estado do Mato Grosso, estima-se que já foram investidos cerca de 700 milhões de reais até agora, e que quase 80% dos municípios do Estado já foram atendidos pelo programa.

- **Territórios da Cidadania¹²**

Lançado pelo Governo Federal em 2008, o programa Territórios da Cidadania tem como objetivos: promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável nas regiões mais necessitadas do país, especialmente no meio rural. As ações a serem executadas estão divididas nos seguintes eixos temáticos: direitos e desenvolvimento social; organização sustentável da produção; saúde, saneamento e acesso a água; educação e cultura; infraestrutura; apoio à gestão territorial e ações fundiárias.

O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Em 2009, o número de territórios foi ampliado de 60 para 120, sendo 27 territórios na região Norte; 56 territórios na região Nordeste; 15 territórios na região Sudeste; 12 territórios na região Centro-Oeste e 10 territórios na região Sul.

- **Geração de Trabalho e Renda**

No eixo Geração de Trabalho e Renda, o Governo Federal, através de 15 Ministérios e 4 Secretarias Especiais da Presidência da República, desenvolve uma grande

¹²<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>

variedade de ações visando à inclusão produtiva para desempregados, jovens em situação de risco, mulheres, indígenas, quilombolas, catadores e populações pobres em geral.

Deseja-se incentivar a especialização produtiva dos territórios, construindo marcas próprias, e estimular a cooperatividade e a competitividade sistêmica, para a conquista da sustentabilidade dos pequenos negócios. Nada disso é possível sem capacitação. Tornar as pessoas capazes de planejar e gerenciar seu próprio desenvolvimento significa alimentar um processo de educação continuada, permanente.

Entretanto, não basta desenvolver a capacidade de planejamento participativo e gestão compartilhada em escala municipal. É fundamental articular os atores locais também em espaços regionais. Isso possibilita a descoberta e afirmação de uma identidade regional, facilitando a articulação dos empreendedores locais e o adensamento dos empreendimentos, de modo a permitir a organização das cadeias produtivas e a formação de arranjos produtivos locais.

✓ **Âmbito Estadual**

(1) Rondônia

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário: o Programa foi criado com o objetivo de possibilitar a execução de intervenções que viabilizem o fortalecimento do setor agropecuário do estado de Rondônia, e dele derivam-se vários projetos e iniciativas estratégicas, listados a seguir:

Programa de Mecanização Agrícola (PROMEC)¹³: a utilização do sistema de agricultura itinerante era o modelo predominante em Rondônia e se caracterizava pelo emprego de práticas inadequadas de manejo do solo, que tornavam economicamente insustentáveis os cultivos, induzindo, por consequência, ao abandono e a abertura de novas áreas. Para reduzir a utilização desse prejudicial sistema, foi criado o Programa de Mecanização Agrícola - PROMEC, que associado aos demais projetos do setor vêm possibilitando a utilização de técnicas que melhor aproveitem as áreas já alteradas, incorporando-as ao processo produtivo, gerando renda e emprego, aumentando a produção e diminuindo os índices de desmatamento. O projeto se viabiliza através da destinação de 05 horas/máquinas para produtores organizados em Associações ou Cooperativas, de forma a apoiá-los no aumento da produção e da produtividade agrossilvopastoril, sempre levando em consideração a aptidão agrícola e a capacidade

¹³<http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/promec.htm>

de uso do solo para cada região, conforme prevê o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado.

Solo Fértil¹⁴: o projeto realiza a distribuição de calcário para os produtores rurais, promovendo o estímulo ao uso de corretivos agrícolas, elevando o pH do solo, diminuindo ou eliminando os efeitos tóxicos do alumínio e aumentando a absorção de nutrientes. É desenvolvido mediante parceria entre o executivo estadual (calcário) e o beneficiário (transporte).

Semear¹⁵: o projeto tem como objetivo distribuir sementes de boa qualidade (certificadas) de arroz, milho e feijão aos agricultores familiares; aumentar a produção de grãos no estado de Rondônia; melhorar o nível socioeconômico das famílias dos pequenos agricultores, através da comercialização do excedente da produção e geração de emprego e renda no campo.

Cafeicultura¹⁶: o projeto de tecnificação do café busca introduzir novas tecnologias tendo como foco o aumento da produtividade e melhoria da qualidade do café produzido em Rondônia, buscando ampliar sua competitividade no mercado e agregar valor à produção.

Armazenamento¹⁷: a ação de Armazenamento está sendo desenvolvida através de parceria entre Setor Público e o Setor Privado, da qual fazem parte a SEAPES, a Cooperativa de Trabalho, Armazenagem, Administração e Conservação do Estado de Rondônia - COOTRAL e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Através da SEAPES, foi possível realizar a aquisição de materiais para construção de plataforma de embarque e desembarque de grãos no município de Ariquemes; visitas bimestrais de rotina nas Unidades Armazenadoras para vistoriar e avaliar a operacionalização dos armazéns, dentre outras ações.

Horticultura¹⁸: o Projeto Horta nas Escolas e Hortas Comunitárias tem por objetivo proporcionar uma merenda mais rica e saudável aos alunos da rede pública de ensino fundamental, suplementando os recursos repassados para a merenda escolar, além de promover a educação integral de toda a comunidade escolar, especialmente crianças e jovens, incorporando a alimentação saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica.

14<http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/solo%20fertil.htm>

15<http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/semear.htm>

16<http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/cafeicultura.htm>

17<http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/armazenamento.htm>

18<http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/horticultura.htm>

Fruticultura¹⁹: o cultivo de espécies frutíferas tem contribuído para a melhoria das condições ecológicas da região, além de gerar postos de trabalho e ampliar a renda. Geralmente são estabelecidas em áreas recém-desmatadas ou em substituição às culturas anuais, ou em áreas de capoeiras, o que tem contribuído para reduzir as pressões sobre as florestas. As ações de apoio ao produtor estão voltadas para a capacitação técnica, organização dos produtores e da produção, diminuição dos índices de desperdícios dentro e fora da propriedade, produção agroecológica, manejo adequado, dentre outras.

Piscicultura: o projeto de apoio ao desenvolvimento da Piscicultura denominado ÁGUA VIVA tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da piscicultura, sendo coordenado pela SEAPES e executado em parceria com a EMATER em todo o Estado e o SEBRAE na região central e sul do Estado. O projeto tem como foco o desenvolvimento da piscicultura e utiliza a metodologia da participação de todos os elos da cadeia produtiva, sendo viabilizado mediante a execução de diversas ações dentre as quais se destacam: diagnóstico da situação atual, seminário de validação e definição do plano local de desenvolvimento; apoio para constituição de associações e cooperativas integradas, objetivando formar uma central para viabilizar transporte, armazenagem e distribuição; estímulo para aquisição coletiva de insumos; contratação de profissionais, treinamentos, encontros, visitas técnicas, seminários e assessoramento técnico especializado; dentre outras.

Programa PRO-LEITE: para melhorar a produtividade do rebanho o estado tem apoiado a realização de transferência de tecnologias adequadas ao manejo alimentar, através da recuperação e melhoria de pastagens degradadas, bem como aspectos nutricionais. Para dar sustentabilidade ao aumento da produtividade do rebanho leiteiro, o estado está investindo na qualidade do leite produzido e apoiando a implantação de agroindústrias. Dentro do programa Pro-Leite destacam-se os Projetos: inseminar; manejo de pastagens; granelização e sanidade animal (vacinação de brucelose).

Pró-Peixe²⁰: em parceria com o PRONAF, o projeto visa beneficiar os aqüicultores e piscicultores de Rondônia, que já exploram ou estão pré-dispostos a investirem na atividade de forma econômica e profissional, com a disponibilidade de até 30 horas máquinas, para construção e ampliação de tanques.

¹⁹<http://www.seapes.ro.gov.br/projetos/Programa%20de%20Apoio%20ao%20Desenvolvimento%20Agropecuário/fruticultura.htm>
²⁰<http://www.sedes.ro.gov.br/conteudo.asp?id=152>

- **"MICROCRÉDITO" - Um gerador de oportunidades²¹**

A Associação de Crédito Cidadão de Rondônia - ACRECID, é uma Organização da Sociedade Civil de interesse Público (OSCIP) que trabalha com o microcrédito, levando em conta a realidade dos pequenos negócios, que operam de forma mais simplificada, apostando na potencialidade econômica do empreendimento e nas relações de confiança. Foi constituída em 12 de setembro de 2001, e, desde então, vem realizando um trabalho social em todo o estado de Rondônia.

- **Programa de Geração de Emprego e Renda²²**

Este projeto oferece a prestação de serviços de intermediação de mão de obra, atendimento ao seguro-desemprego, emissão de carteiras de trabalho e qualificação e requalificação profissional para trabalhadores e desempregados, objetivando aumentar a probabilidade de obtenção de um novo emprego, ou manutenção do existente, contribuindo decisivamente nos processos de geração de oportunidades de trabalho e renda.

(2) Mato Grosso

- **Programa de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso – PRODER²³**

A finalidade do PRODER é criar condições para a consolidação da agricultura familiar e da expansão do agronegócio no Estado do Mato Grosso, através de apoio produtivo, tecnológico, organizacional, ambiental e de mercado, no intuito de promover a inclusão social, a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano da população rural, o estímulo das cadeias produtivas para geração de trabalho e renda, além de saldos na balança comercial do Estado. Dentro do programa foi criado o **Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR**, para ser aplicado prioritariamente em pesquisa e difusão tecnológica, treinamento de mão de obra, promoção e divulgação.

- **Programa Produtos da Terra²⁴**

O programa de desenvolvimento da agroindústria familiar tem como objetivos principais: implantar, modernizar e adequar às pequenas e médias unidades agroindustriais, gerando emprego e renda, bem como inserir os agro empreendedores de forma profissional e com competitividade no mercado, tendo como premissa a

²¹<http://www.sedes.ro.gov.br/conteudo.asp?id=155>

²² <http://www.sedes.ro.gov.br/conteudo.asp?id=156>

²³http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_9d921451fc6a39ff48e8a860f19d3a35LEI7958.pdf

²⁴http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_9ad87fe3863ce1f9610d3baab95a8aedPASSO%20A%20PASSO%20PARA%20REGISTRO%20NO%20PRODUTO%20DA%20TERRA.pdf

sustentabilidade social, econômica e ambiental; e agregar valores aos sistemas produtivos dos familiares, transformando seu perfil socioeconômico, baseado predominantemente na produção primária.

- **Programa de Incentivo à cultura do algodão (PROALMAT)**

O PROALMAT foi criado pela Lei Estadual 6.883 de 02/06/97 e regulamentado pelo Decreto nº 1.589 de 18/07/1.997, e tem como objetivo fornecer redução de 75% do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS), incidente sobre o valor de comercialização do algodão sendo destinado aos produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado.

O Proalmat entrega para cada produtor cadastrado e que cumpre as exigências estabelecidas, a destruição das soqueiras de algodão (restos da lavoura), o transporte das embalagens de agrotóxicos para as Centrais de Recepção e o certificado anual que comprova a participação no programa. O programa beneficia quase 100% dos produtores de algodão do Estado, inclusive os da agricultura familiar, o que fez com que, nos últimos anos, o Estado do Mato Grosso fosse transformado no maior produtor de algodão do País, sendo responsável por quase metade da produção nacional.

Programa Mato-Grossense de Melhoramento da Pecuária (PROMMEPE)²⁵ Os objetivos do PROMMEPE são: I – elevar, a curto e médio prazo, o padrão sócio-econômico do rebanho geral através da utilização de inseminação artificial, touros registrados, reprodutores e matrizes melhoradoras, oriundos do programa; II – introduzir e aprimorar orientações sobre manejo, alimentação e sanidade, visando aumentar os índices de desfrute e a oferta de carne; III – introduzir o Calendário Sanitário de forma que concretize o processo profilático e do controle das principais doenças que ocorrem nos Estado; IV – possibilitar aos pecuaristas a introdução e melhorias quando ao aumento do índice de natalidade, redução do índice de mortalidade, redução de idade do 1º parto e redução da idade de abate; V – fornecer um esquema de alimentação no período da seca que permite ganhos e peso; VI – incentivar a utilização e cruzamento industrial, com objetivo de obter um produto precoce e de maior peso para o abate; e VII – possibilitar melhorias de desempenho da pecuária leiteira.

²⁵http://www.seder.mt.gov.br/html/ind_modelo.php?CX=internas_miolo&tabela=paginas&codigoPagina=102

Programa de Agregação de Valor à Produção Rural (PROVEMAIS)²⁶

O PROVEMAIS visa assegurar os recursos necessários para criação de projetos que possam gerar emprego e renda no meio rural, principalmente em relação às iniciativas da agroindústria. Os beneficiários do programa são associações, cooperativa sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, e demais setores envolvidos na agricultura familiar e projetos individuais.

- **Projeto de Microcrédito²⁷**

O projeto de Microcrédito oferece oportunidade de crédito a empreendedores de baixa renda que tenham habilidade e experiência de trabalho e que queiram iniciar ou ampliar seu próprio negócio, sendo parte de uma ação conjunta da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS), Município, MT FOMENTO, SEBRAE, Conselho Municipal do Trabalho, EMPAER e Agente de Crédito. Os bens financiáveis pelo projeto são: Máquinas, equipamentos, ferramentas, (novos e usados), matéria prima, mercadorias para revendas e bens destinados a produção, prestação de serviços e comercialização.

- **Programa Pinar**

Lançado pelo Governo do Estado do Mato Grosso em 1997, o programa visa fornecer a demanda hídrica necessária para irrigação de 3.712ha de 26 núcleos agrícolas localizados em diversos municípios do Estado de Mato Grosso, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado. O programa foi implementado através de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o Governo do Estado do Mato Grosso.

(3) Goiás

- **Projeto de Irrigação Flores de Goiás**

Lançado pelo Governo do Estado de Goiás em 1997, o projeto consiste na instalação de um sistema de captação e distribuição de água, envolvendo estruturas tipo barramentos, canais e tomadas d'água, que permite facilidade para uso eficiente de vários métodos de irrigação. Assim, o projeto visa contribuir para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida na região nordeste do Estado. Localizado na Região do Vão do Paranã, no nordeste Goiano, o projeto está sendo

²⁶http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_3bd988fc3f31c6239b05dc1ac633330cPROVEMAIS%20-%20DEC.%204.930%20DE%2028.12.04.jpg
²⁷<http://aplic.setec.mt.gov.br/microcredito/index.htm>

implementado através de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado de Goiás.

- **Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia**

Lançado pelo Governo do Estado de Goiás em 1997, o projeto consiste na construção de canais, drenos, estações de bombeamento e de drenagem, diques, sistematização e estradas para possibilitar um melhor aproveitamento hidroagrícola para irrigação de lavouras, possibilitando a obtenção do máximo de rentabilidade da área agrícola. Assim, tendo o Rio Araguaia como fonte hídrica, o projeto visa contribuir para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida na região do Vale do Rio Araguaia. Localizado no município de São Miguel do Araguaia, o projeto está sendo implementado através de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado de Goiás.

- **Projeto de Irrigação Três Barras**

Lançado pelo Governo do Estado de Goiás em 1997, o projeto consiste na melhoria da infraestrutura de irrigação para ampliar a produção de alimentos, especialmente frutas e hortaliças, visando melhoria da qualidade de vida de 182 famílias da região. Assim, o projeto tem como objetivo aumentar o número de empregos e diminuir o êxodo rural, proporcionando o crescimento econômico da região sudeste do Estado. Localizado no município de Cristalina, o projeto está sendo implementado através de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado de Goiás.

- **Programa Goiás Irrigar**

Desenvolvido pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), o Programa tem por objetivo “promover o desenvolvimento planejado da agricultura irrigada, viabilizando a implantação dos projetos de irrigação de interesse de Goiás”. Suas ações são dirigidas a: garantir a eficiência e sustentabilidade dos projetos de irrigação; estimular investimentos privados, o incremento da produção e da qualidade agrícola, a organização de produtores rurais e a expansão da agroindustrialização e da comercialização dos produtos agrícolas; implementar um modelo eficaz de irrigação para o Estado; elaborar o Plano Diretor de Irrigação; compatibilizar os projetos públicos de irrigação com os projetos da iniciativa privada.

- **Programa Agricultura Familiar**

De responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO, tem por objetivo “estimular e fortalecer a expansão das atividades

agropecuárias, desenvolver a agroindustrialização, agregar renda, gerar emprego e diversificar a produção rural familiar”.

O Programa Agrofamiliar é dirigido aos pequenos produtores e os trabalhadores rurais que utilizam mão de obra familiar, viabilizando mecanismos voltados à assistência creditícia, reforma agrária, transferência de conhecimentos e tecnologias, regularização fundiária, incentivos ao associativismo, verticalização e técnicas de inserção competitiva no mercado.

- **Programa Celeiro Novo**

Promovido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAGRO, visa “aumentar a produção, a produtividade e qualidade de grãos, desenvolver e fortalecer as demais atividades agropecuárias de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e ao crescimento da economia”. O Programa atua junto aos agentes do agronegócio, na busca da eficiência da produção agrícola, através de ações de fomento, assistência técnica, modernização, verticalização, conhecimento, motivação e ampliação de acesso aos mercados locais, regionais e internacionais. É também responsável pela vigilância sanitária animal e vegetal e pelo apoio tecnológico e gerencial à agricultura familiar.

- **Programa Banco do Povo**

Promovido pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, visa “gerar oportunidades de trabalho e renda, através da concessão de crédito ágil, acessível e adequado e da promoção de assistência técnica para microempreendedores de baixa renda, garantindo a sustentabilidade do negócio.”

No ano de 2008, no âmbito deste programa, foram financiados 5.404 contratos, gerados 6.578 empregos e foi aplicado um valor acumulado de R\$ 9.358.663,04. Foi realizada a capacitação de agentes de crédito de 114 municípios, 2.031 empreendedores receberam treinamento e foi disponibilizada consultoria empresarial a 2.905 agentes de crédito.

(4) Minas Gerais

O Plano Plurianual de Ação Governamental 2008 – 2011, do Estado de Minas Gerais, destaca os seguintes objetivos na área de redução da pobreza e inclusão produtiva: superar a pobreza crônica das novas gerações, através da educação; promover a inclusão produtiva da população adulta; reduzir o analfabetismo; promover a segurança alimentar nutricional e a saúde em todas as fases do ciclo de vida individual; promover

a intervenção integrada nos espaços de concentração da pobreza; fortalecer a agricultura familiar, dentre outros.

(5) São Paulo

No Plano Plurianual 2008-2011, elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, na área de assistência e desenvolvimento social, recebem destaque as seguintes iniciativas: concessão de apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade; apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a promoção de ações de proteção social especial à população em situação de desamparo e exclusão social; ações de transferência de renda, operacionalizadas no Programa Família Cidadã, por meio de duas ações.

A seguir é apresentado um quadro resumo dos Planos e Programas identificados nas Áreas de Abrangência Regional e Área de Influência Indireta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

Quadro 3.6.5.2 - 2 - Resumo de Planos e Programas Governamentais existentes na AAR e AII da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA DE ÂMBITO FEDERAL	
Programa Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica (Programa Luz para Todos)	
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	
Programa Corredor Sudoeste	
Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT)	
PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA DE ÂMBITO ESTADUAL	
Rondônia	Programa Luz para Todos
	Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
Mato Grosso	Programa Luz para Todos
	Plano de Universalização Urbana
	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
	Programa Estradeiro
Goiás	Programa Luz para Todos
	Programa Luz para Goiás
	Programa Energia e Telecomunicações
	Plano de Desenvolvimento do Transporte de Goiás
Minas Gerais	Programa Luz para Todos
	Programa Clarear
	Programa de Potencialização da Infraestrutura Logística da Fronteira Agroindustrial
	Plano Estratégico de Logística de Transportes

PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA DE ÂMBITO ESTADUAL	
São Paulo	Programa Luz para Todos
	Programa de Universalização do Atendimento no Meio Rural
	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
	Programa Plurianual 2008 - 2011
PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE DE ÂMBITO FEDERAL	
Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)	
Plano Amazônia Sustentável - PAS	
Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia - PROAMBIENTE	
Programa Nacional de Florestas (PNF)	
Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável	
Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH	
Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins	
PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE DE ÂMBITO ESTADUAL	
Rondônia	PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE DE ÂMBITO ESTADUAL
Mato Grosso	Programa de Desenvolvimento Ambiental do Estado do Mato Grosso - PRODEA
	Plano Estadual de Recursos Hídricos
	Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Estado do Mato Grosso - PPCDQ/MT
	Programa MT Legal
	Programa de Biocombustíveis do Estado de Mato Grosso - PROBIOMAT
Goiás	Política Estadual de Educação Ambiental
	Gerenciamento Ambiental Integrado do Alto e Médio Araguaia - Projeto Rio Vivo
	Programa Goiano de Biodiesel
Minas Gerais	Plano Plurianual de Ação Governamental
São Paulo	Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
	Projeto de Recuperação de Matas Ciliares
	Protocolo de Conduta Agroambiental
PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ÂMBITO FEDERAL	
Programa Brasil Quilombola (PBQ)	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	
Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	
Projeto Brasil Municípios	
Programa Luz Para Todos	
Territórios da Cidadania	
II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	
Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf)	
Programa Bolsa Família	
Geração de Trabalho e Renda	

PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE ÂMBITO ESTADUAL	
Goiás	Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia
	Projeto de Irrigação Três Barras
	Projeto de Irrigação Flores de Goiás
	Programa Goiás Irrigar
	Programa Agricultura Familiar
	Programa Celeiro Novo
	Programa Banco do Povo
Rondônia	PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
	Programa de Mecanização Agrícola - PROMEC
	Programa PRO-LEITE
	Projeto de Eletrificação Rural
	Programa MICROCRÉDITO
	Programa de Geração de Emprego e Renda
Mato Grosso	Programa de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso - PRODER
	Programa Produtos da Terra
	Programa de Incentivo à cultura do algodão - PROALMAT
	Programa Mato-Grossense de Melhoramento da Pecuária - PROMMEPE
	Programa de Agregação de Valor à Produção Rural - PROVEMAIS
	Projeto de Microcrédito
	Programa Pinar
Minas Gerais	Plano Plurianual de Ação Governamental 2008 - 2011
São Paulo	Plano Plurianual de assistência e desenvolvimento social 2008-2011

c. Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE dos Estados Abrangidos pelo Empreendimento

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento de planejamento do ordenamento territorial que vem sendo elaborado em algumas regiões prioritárias de determinadas macro-regiões do Brasil, especialmente na Amazônia.

O ZEE foi considerado instrumento de gestão territorial técnico (provê informação integrada em uma base geográfica e classifica o território segundo suas potencialidades e vulnerabilidades) e político (permite integrar políticas públicas e é instrumento de negociação entre esferas do governo, setor privado e a sociedade civil).

O ZEE, como instrumento de planejamento, possui três características fundamentais:

- integração harmônica e interdependência entre os aspectos ecológicos e econômicos;
- processualidade operacional em uma sequência interativa de fases contínuas, de modo a superar o modelo de utilização de recursos naturais gerador de desequilíbrios;

- adequação à realidade considerada, no que tange a preservar as peculiaridades próprias dos sistemas físico-bióticos, sócio-econômicos, culturais e políticos, retratando uma opção de desenvolvimento sustentável.

Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal

A Amazônia tem sido foco da atenção nacional e mundial no que diz respeito à preservação do Meio Ambiente e em relação à importância e riqueza dos seus recursos naturais. Se por um lado a importância ambiental e política da maior floresta tropical do planeta enquanto acervo de biodiversidade e para a manutenção do clima global, avança em consonância com a afirmação de políticas ambientais globais, em outra mão, o discurso desenvolvimentista, normalmente presente nas políticas regionais, ressaltam a importância da exploração dos recursos naturais da região para o seu desenvolvimento econômico. Desta forma, muitas das análises que envolvem o espaço amazônico, possuem um caráter paradoxal acerca do uso dos recursos naturais. Historicamente, ressalta-se que o modelo de desenvolvimento para a Amazônia, salvo algumas exceções pontuais, prima pela perda de sua riqueza natural decorrente da exploração predatória e conseqüente prejuízos para as comunidades amazônicas.

Contudo, apesar de pressões cada vez mais intensas, a Amazônia conserva ainda hoje as principais características de seu patrimônio natural, social e cultural, o que lhe confere uma identidade singular. O complexo ecológico transnacional é caracterizado principalmente pela contigüidade da floresta que, juntamente com o amplo sistema fluvial amazônico, unifica vários subsistemas ecológicos distribuídos pela Guiana Francesa, Suriname, Guyana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Desta forma, alguns esforços governamentais tem sido dirigidos para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, especialmente para a compatibilização da exploração eficiente dos recursos naturais, coadunando ações de preservação ambiental. Esta política é expressa, por exemplo, no PAS (Plano Amazônia Sustentável), que integra a política de desenvolvimento regional da Amazônia definido diretrizes para o desenvolvimento e ocupação da região norte, envolvendo ações dos governos federal e estadual. Desenvolvido a partir do ano de 2003, o PAS vem sendo discutido e aprimorado através de diagnósticos e consultas públicas e influenciado diversos programas em andamento e definido novos programas para a região.

Segundo o diagnóstico apresentado em 2003 no PAS, o desenvolvimento sustentável na Amazônia está especialmente condicionado á importância dos seus recursos

naturais, resumidas em três conjuntos estratégicos - os patrimônios biológico, hidrológico e geológico:

Patrimônio biológico. A Amazônia abriga um terço das florestas tropicais úmidas do Planeta, que concentram 50% da diversidade biológica mundial e apresentam imenso potencial genético, princípios ativos de inestimável interesse econômico e social e oferta de produtos florestais com alto valor no mercado. O maciço florestal é administrado, em sua maior parte, por um mesmo Estado nacional. Seus habitantes acumularam conhecimento singular sobre suas características e seu funcionamento. Assim, o patrimônio biológico representa grande potencial ecológico, econômico e político, de importância estratégica regional, nacional e internacional.

Patrimônio hidrológico. A bacia hidrográfica estende-se por mais de 6 milhões de km² e reúne mais de 1.100 afluentes. Pela bacia do rio Amazonas, flui cerca de 15% da água doce não congelada do planeta, recurso cada vez mais escasso, e 80% da água disponível no território brasileiro. O potencial hidrelétrico é fundamental para o País. A bacia dispõe, ainda, de vastos recursos pesqueiros e potencial excepcional para a aqüicultura.

Patrimônio pedológico/geológico. A Amazônia possui meio bilhão de hectares de solos de aptidão agrícola variada, cerca de um quinto dos quais aberto, um subsolo com gigantescas reservas de minérios tradicionais em exploração (ferro, bauxita, ouro, cassiterita) e ocorrências de minérios com potencial para novas aplicações tecnológicas (nióbio, manganês, titânio).

Dada a importância estratégica da Amazônia, foi criado em 2001, o **Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)**, com o objetivo de estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável, a fim de conciliar conflitos de uso do território e exploração dos recursos naturais. A regulação do território passou a ser abordada segundo três princípios básicos - eficácia, valorização da diferença e descentralização.

Destaca-se que o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento de planejamento do ordenamento territorial que vem sendo elaborado em algumas regiões prioritárias de determinadas macro-regiões do Brasil, especialmente na Amazônia.

O ZEE foi considerado como instrumento de gestão territorial técnico (provê informação integrada em uma base geográfica e classifica o território segundo suas potencialidades e vulnerabilidades) e político (permite integrar políticas públicas e é instrumento de negociação entre esferas do governo, setor privado e a sociedade civil).

O ZEE, como instrumento de planejamento, possui três características fundamentais:

- integração harmônica e interdependência entre os aspectos ecológicos e econômicos;
- processualidade operacional em uma seqüência interativa de fases contínuas, de modo a superar o modelo de utilização de recursos naturais gerador de desequilíbrios;
- adequação à realidade considerada, no que tange a preservar as peculiaridades próprias dos sistemas físico-bióticos, sócio-econômicos, culturais e políticos, retratando uma opção de desenvolvimento sustentável.

O ZEE junto com a regularização fundiária é o estabelecimento da fronteira da legalidade ambiental, demandada por governos, técnicos, ambientalistas, empresários sérios e universidades. Estabelece o que pode ser feito, como e onde, criando a base da sustentabilidade e uma clareza e foco nas operações de repressão ao crime ambiental.

Nesse sentido, o Macrozoneamento dialoga e mantém uma relação de mão dupla com as principais iniciativas que já estão transformando a Amazônia e que contam com forte legitimação política e social, no geral referenciadas no PAS, tais como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAM), as Políticas Nacionais de Ordenamento Territorial (PNOT), as Políticas de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de Defesa (PND), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Programa Territórios da Cidadania, os Planos de Desenvolvimento Regionais, a exemplo dos Planos Marajó, BR-163, Xingu e Sudoeste da Amazônia, e, assim que forem lançados, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado (PPCerrado) e o Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, entre outros. Uma aproximação ainda não realizada, porém necessária, é com o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), que está sendo elaborado pela Sudam.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) organizou com o IBGE, a Embrapa e a CPRM (recursos minerais) o Consórcio ZEE Brasil para apoiar os estados na elaboração dos seus zoneamentos. A conclusão de todos os ZEEs estaduais e do Macro-zoneamento até o final de 2009 é um compromisso do MMA e do governo federal. Três estados concluíram (Acre, Rondônia e Pará), enquanto outros 3 enviaram às Assembléias Legislativas. Já o estado do Amazonas o apresentou à Comissão e enviou ao parlamento estadual em março de 2009.

(1) Rondônia

1ª aproximação do ZEE do Estado de Rondônia

Na década de 80, o Governo Federal, preocupado com a ocupação desordenada da região Noroeste, e constatando a pouca capacidade dos Governos Estaduais em fazer frente à necessidade de apoio socioeconômico à população migrante, implantou o POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil, que tinha como objetivo a maior integração nacional, através de projetos de pavimentação de rodovias e infraestrutura, que facilitariam o escoamento da produção, interiorizando e descentralizando os serviços públicos.

Entretanto, mesmo com esta intervenção, havia a necessidade de promover o ordenamento da ocupação segundo critérios mais sustentáveis. Por volta de 1986, o Estado desencadeou um processo de correção de rumos do POLONOROESTE, incorporando a idéia do ordenamento territorial, numa ótica de sustentabilidade a longo prazo, surgindo então o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia-PLANAFLORO, que teve como base a 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico.

O referido Zoneamento foi instituído em 14 de junho de 1988, através do Decreto Estadual nº 3782, na escala 1:1.000.000, posteriormente ratificado pela Lei Complementar nº 052, de 20 de dezembro de 1991.

A concepção metodológica que norteou a 1ª Aproximação do Zoneamento se apoiou no reconhecimento da ocupação territorial, na identificação da alteração da cobertura florestal e na evidência dos condicionamentos geofitoecológicos e edafoclimáticos dos "Sistemas Ambientais" de ocupação.

Como forma de aprofundar os estudos sobre o Zoneamento, reconheceu-se a necessidade de uma 2ª aproximação do ZEE de Rondônia, considerando a área total do seu território, e ainda as áreas de influência dos Estados do Mato Grosso, do Acre, do Amazonas e da República Federativa da Bolívia. Além disso, realizaram-se vários estudos através de um consórcio de empresas especializadas²⁸ que resultaram em um diagnóstico sócioeconômico-ambiental do Estado.

O projeto de ZEE de Rondônia foi dividido em quatro etapas:

28 O Consórcio Tecnosolo/DHV Consultants foi contratado para execução do "Diagnóstico Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia e Assistência Técnica para Formulação do Zoneamento do Estado", conforme processo administrativo nº 276/94, licitado através da Carta Convite nº 146/94, bem aos termos da Lei 8.666/93".
<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/ro2.html>

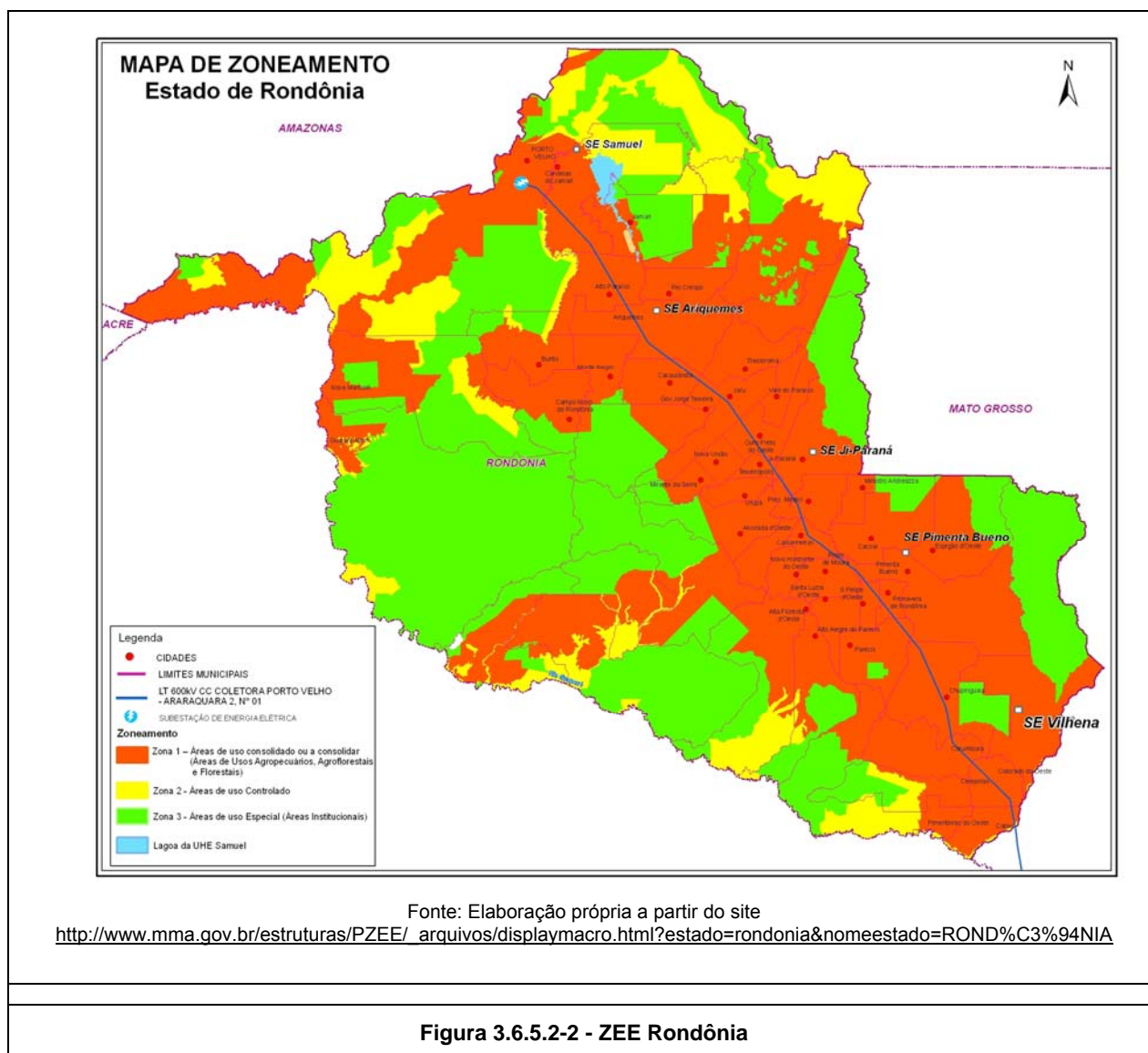
Levantamento situacional: neste levantamento foram considerados: (i) meio físico - a geologia, a geomorfologia, o clima, a hidrologia, os solos e a hidrogeologia; (ii) meio biótico - a cobertura vegetal e a fauna; (iii) meio antrópico - a demografia, os setores produtivos, o uso das terras, a estrutura fundiária, a infraestrutura econômica e a infraestrutura social e (iv) os aspectos jurídicos e institucionais: as leis, as instituições e o zoneamento.

Diagnóstico: a partir do Levantamento situacional, foi elaborado um diagnóstico com a situação física, biótica e sócio-econômica do estado, e, desta forma, este foi o ponto de partida para a definição dos espaços ambientais e a proposta de zoneamento.

Oficinas e Audiências Públicas: com a proposta de ZEE concluída, ocorreram diversas oficinas e audiências públicas nas cidades de Guajará Mirim; Machadinho d'Oeste; Nova Mamoré; Buritis; Ji Paraná; Alta Floresta; Costa Marques; Cerejeiras; São Miguel do Guaporé; Pimenta Bueno e Porto Velho.

A seguir são apresentadas as Leis de Zoneamento criadas para o estado de Rondônia:

- LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 06 DE JUNHO DE 2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE
- LEI COMPLEMENTAR Nº 312, DE 06 DE MAIO DE 2005, do Estado de Rondônia, que institui o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico – ZSEE – Altera a Lei Complementar Nº 233
- DECRETO Nº 5.875, DE 15 DE AGOSTO DE 2006 (DOU de 16/08/2006) - Adota a Recomendação nº 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.



De acordo com o mapa acima, pode-se notar que o Estado de Rondônia é composto por três grandes zonas, onde destaca-se a Zona 1 com usos consolidados ou a consolidar, predominando portanto atividades agropecuárias, agroflorestais e florestais.

Por ser também a região onde está prevista a implantação do empreendimento, pode-se afirmar que não há incompatibilidade com o uso e ocupação do solo, tendo em vista as características dessa região, com vocação para o uso agrícola. Acrescenta-se a isso o fato de que estes municípios foram fundados a partir de projetos de colonização, conforme será descrito no item 3.6.5.3, letra a apresentado no próximo capítulo.

Um outro aspecto que também contribui para reforçar o argumento de que não há incompatibilidade de uso com o empreendimento é o fato de que das 25 prefeituras da

área de influência do empreendimento, 23 consentiram a anuência pelo uso de passagem, 01 o fez com algumas ressalvas, no caso, os municípios de Teixeiraópolis e apenas 01 município, Candeias do Jamari, ainda não autorizou a passagem.

(2) Mato Grosso

De acordo com as informações da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do Estado do Mato Grosso, o relatório final do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Mato Grosso está em fase de apreciação pela Comissão Especial de Zoneamento (dezembro/2009). Este relatório já incorpora as diretrizes do projeto original elaborado pelo governo, e as sugestões feitas pela sociedade durante a realização das audiências públicas e seminários técnicos promovidos nas cidades-pólos do Estado.

Após ser aprovado e sancionado, o relatório denominado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei nº 273/08 - do Zoneamento, ainda deverá ser apreciado pela Comissão Coordenadora do Zoneamento e Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em Brasília (DF), antes de receber o decreto presidencial homologando-o como Lei do Zoneamento de Mato Grosso.

O projeto de ZSEE do Mato Grosso

O projeto de Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Mato Grosso baseou-se no Diagnóstico Sócio Econômico Ecológico, que dividiu o Estado em Unidades Sócio Econômicas Ecológicas – USEE.

As USEE são unidades territoriais que foram caracterizadas a partir das similaridades e distinções de suas potencialidades naturais, econômicas e sociais, baseadas nas Regiões de Planejamento e posteriormente avaliadas em sua sustentabilidade quanto a Eficiência Econômica, Condições e Qualidade de Vida e Qualidade do Ambiente Natural. Essa avaliação qualificou as unidades territoriais mediante o reconhecimento das limitações e vocações de cada uma. Na sequência, foi elaborado um quadro prospectivo qualitativo das unidades, denominado Situação Tendencial, considerando a evolução das tendências dos indicadores que caracterizam a qualidade do meio natural, das condições de vida e da eficiência econômica, identificando problemas e questões emergentes.

Com isso, foram definidas as linhas de intervenção adequadas para o Estado e, em cada Região de Planejamento, foi promovido o enquadramento das Unidades Territoriais de acordo com a problemática comum a elas, dando origem a Zonas de Intervenção, com diretrizes específicas em cada zona de acordo com a sua problemática dominante. Além disso, foram criadas Subzonas com diretrizes

específicas, de acordo com suas particularidades, compatibilizadas com a categoria de uso da zona à qual estavam vinculadas. Em resumo, o ZSEE do Estado de Mato Grosso é constituído por Zonas de Intervenção, agrupadas em Categorias e Subcategorias de uso, listadas a seguir.

Categoria 1. Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar

Compreende as áreas que se encontram em processo de consolidação das atividades produtivas ou já consolidadas, que concentram a porção mais dinâmica da economia estadual, para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, tendo em vista a sustentabilidade ambiental e econômica. Dentre as áreas classificadas na categoria, aquelas que serão atravessadas pela Linha são as das Zonas 1.7, 1.8 (subzonas “a” e “b”), 1.9 e 1.10, relativas aos pólos regionais de Rondonópolis e Barra do Garças.

Quadro 3.6.5.2 - 3 - Categoria 1: Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
1.1	Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Agroindústria, na Área de Influência do Pólo Regional de Sorriso	Consolidação, diversificação e integração de cadeias produtivas da agricultura moderna empresarial e da agroindústria associada, controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas, fortalecimento das funções urbanas e de apoio à produção no Pólo Regional de Sorriso.
1.2	Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio de Agroindústria Madeireira e Atividades Agropecuárias e Madeireira, na Área de Influência do Pólo Regional de Sinop	Fomento à atividade empresarial visando pesquisa, apoio tecnológico, exploração e industrialização sustentável da madeira, incentivo ao reflorestamento com espécies nativas, e ao controle do manejo florestal sustentável de uso múltiplo de florestas nativas. Admite-se ainda, uso agropecuário nos solos de melhor aptidão, acompanhado de práticas conservacionistas e diversificação desta cadeia produtiva.
1.3	Estrutura Produtiva a Consolidar em Áreas com Predomínio de Agricultura Moderna Diversificada, Agroindústria e Reflorestamento na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Consolidação da agricultura moderna com manejo de solos e água, incentivo à diversificação e integração de cadeias produtivas e à agroindústria associada. Indicada também ao reflorestamento, e ao controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de erosão.
1.4	Estrutura Produtiva a Consolidar em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Agroindústria, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Consolidação da agricultura moderna, com manejo de solos e água, incentivo à diversificação e integração de cadeias produtivas e à agroindústria associada, ao controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de erosão.
1.5	Estrutura Produtiva a Consolidar em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Pecuária, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	Consolidação e diversificação da agricultura moderna, com manejo de solos e água, incentivo à integração de cadeias produtivas e desenvolvimento de agroindústria associada, ao controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de erosão.
1.6	Estrutura Produtiva Consolidada com Agropecuária Moderna Tecnificada e Diversificada e Presença de Pequena e Média Produção Familiar, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Consolidação e integração de cadeias produtivas da agropecuária moderna diversificada, com adoção de práticas conservacionistas, fomento à agroindústria associada, reflorestamento e incentivo ao turismo e aproveitamento do potencial mineral, controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de erosão e programa de recuperação ambiental da bacia do rio Sepotuba.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
1.7	Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio de Agricultura Moderna e Pecuária, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Consolidação da agropecuária moderna e da pecuária extensiva nas áreas aptas a essas lides em condições morfoedológicas adequadas, acompanhadas de práticas conservacionistas, ao controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e de processos erosivos. Indicada também, ao incentivo à agroindústria e programa de recuperação ambiental da bacia do rio São Lourenço, em especial as cabeceiras dos rios Tenente Amaral, Prata, Saia Branca e Areia.
1.8	Estrutura Produtiva Consolidada e a Consolidar em Área com Predomínio da Pecuária Moderna, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Consolidação da atividade agropecuária, com predominância da pecuária moderna, através da melhoria das lides, com adoção de técnicas conservacionistas no manejo de solos, água e pastagens e boas práticas de produção pecuária, admitindo pastagens plantadas apenas nas áreas com condições morfoedológicas adequadas. Incentivo à agroindústria e ao desenvolvimento de fruticultura em áreas de agricultura familiar, à diversificação das atividades terciárias e ao desenvolvimento das atividades turísticas através do incremento das infraestruturas e serviços de apoio ao turismo receptivo e ao controle das atividades pesqueiras e minerárias empresariais.
1.8 a		Consolidação da atividade agropecuária, com predominância da pecuária moderna, através da melhoria das lides, com adoção de técnicas conservacionistas no manejo de solos, água e pastagens e boas práticas de produção pecuária. Incentivo à diversificação das atividades terciárias ao desenvolvimento das atividades turísticas através do incremento das infraestruturas e serviços de apoio ao turismo receptivo e ao controle de atividades pesqueiras
1.8 b		Consolidação da pecuária, com adoção de técnicas conservacionistas no manejo de solos, água e pastagens e boas práticas de produção pecuária, admitindo pastagens plantadas apenas nas áreas com condições morfoedológicas adequadas. Incentivo à agroindústria e ao desenvolvimento de fruticultura em áreas de agricultura familiar. Controle de atividades minerárias empresariais.
1.9	Estrutura Produtiva Consolidada em Área com Predomínio da Pecuária Moderna, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Fortalecimento da infraestrutura urbana de apoio à produção do Pólo Regional de Rondonópolis; ao estímulo à implantação de equipamentos rodo-ferroviários em reforço às funções locais e regionais de logística; à contenção da ampliação das áreas antropizadas pela agropecuária, com incentivos à melhoria da capacidade de suporte daquelas exploradas; à agropecuária moderna nas áreas aptas a essas lides e agroindústria associada; e incentivo ao turismo receptivo e ao ecoturismo (águas termais, cavernas e cachoeiras) e programa de recuperação ambiental da bacia dos rios São Lourenço e Vermelho.
1.10	Estrutura Produtiva a Consolidar com Agricultura Moderna e Pecuária em Relevo Fragmentado do Planalto dos Guimarães, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Consolidação da agropecuária moderna, fortalecimento da pecuária leiteira para pequenos e médios produtores e agroindústria associada; regularização, reorganização e tecnificação da atividade mineral (diamante e calcário) e controle das atividades pesqueiras nos rios Itiquira e Correntes e implantação de programas de recuperação de áreas degradadas contemplando as cabeceiras dos rios Araguaia, Itiquira, Correntes e Taquari, a ser desenvolvido de forma integrada com os governos dos estados vizinhos de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEPLAN/MT

Categoria 2. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo

Compreendem as áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação, para as quais são necessárias ações de recuperação ambiental, ou alteração do uso do solo, ou reordenação de estrutura produtiva, ou adequação do sistema de manejo, ou readequação para conservação e/ou recuperação de recursos hídricos, em face dos problemas de degradação emergente dos componentes ambientais ou da importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do Estado.

As áreas enquadradas na Categoria 2 são divididas em 3 Subcategorias:

2.1 Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação Ambiental

Nesta subcategoria, a região da All se insere na Zona 2.1.2, concernente ao pólo regional de Cuiabá.

Quadro 3.6.5.2 - 4 - Subcategoria 2.1

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.1.1	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação Ambiental, em Ambiente do Contato Savana/Floresta, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Recuperação ambiental no que concerne aos recursos hídricos e às áreas degradadas por uso agropecuário intenso sem técnicas adequadas de manejo de solos de águas; à melhoria e fortalecimento das atividades agropecuárias com a adoção de manejo e práticas conservacionistas, policultura e agroindústria associada, assegurando a agregação de valores à produção para fixação de pequenos e médios produtores. Prioritária para recuperação de áreas de preservação permanente.
2.1.2	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação Ambiental, em Ambiente Savânico da Baixada Cuiabana, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Recuperação ambiental da Baixada Cuiabana, no que concerne aos recursos hídricos e às áreas degradadas por exploração mineral; à promoção de usos agropecuários compatíveis nas áreas com baixa capacidade de suporte; à implantação de medidas de desenvolvimento urbano e à aplicação das ações estabelecidas nos planos e programas específicos referentes ao Aglomerado Urbano Cuiabá/Várzea Grande, com incentivo à consolidação do parque industrial e de serviços. Controle de atividades minerárias, em especial aos bens minerais usados na construção civil. Incentivo ao turismo receptivo e de negócios.

Fonte: SEPLAN/MT

2.2. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva

Nesta subcategoria, há municípios da All inseridos nas Zonas 2.7 e 2.8, influenciados pelo pólo regional de Cáceres, onde há núcleos de policultura e pecuária em áreas alagáveis.

Quadro 3.6.5.2 - 5 - Subcategoria 2.2

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.2.1	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, tanto em atividades agropecuárias, como para desenvolvimento de sistemas agroflorestais e policultura diversificada, notadamente de pequenos e médios produtores, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo, aproveitamento da madeira, ordenação e regularização das atividades minerárias para exploração empresarial, agroindústria e turismo. É Indicada também para recuperação de áreas degradadas.
2.2.2		Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, acompanhadas de práticas conservacionistas, tanto em atividades agropecuárias, como para desenvolvimento de sistemas agroflorestais e policultura diversificada, notadamente de pequenos e médios produtores, diversificação das cadeias produtivas, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo, aproveitamento da madeira e exploração do potencial mineral em especial de ouro e rochas ornamentais.
2.2.2.a	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, acompanhadas de práticas conservacionistas, tanto em atividades agropecuárias, como para desenvolvimento de sistemas agroflorestais e policultura diversificada, notadamente de pequenos e médios produtores, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo, aproveitamento da madeira e exploração do potencial mineral em especial de ouro e rochas ornamentais.
2.2.2.b		Indicada à readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, acompanhadas de práticas conservacionistas, em especial nas atividades agropecuárias, com incentivo à policultura, notadamente para pequenos e médios produtores, diversificação da cadeia produtiva e intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas.
2.2.3	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva na Área de Influência do Pólo Regional de Juína	Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, acompanhadas de práticas conservacionistas, tanto em atividades agropecuárias, como para desenvolvimento de sistemas agroflorestais e policultura diversificada, notadamente de pequenos e médios produtores, diversificação de cadeias produtivas, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo, reorganização da indústria madeireira, ordenação e regularização das atividades minerárias para exploração empresarial e agroindústria. É indicada também para recuperação de áreas degradadas.
2.2.4	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva, em Ambientes da Planície do Guaporé, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Readequação dos usos do solo através da utilização de tipos de manejos adequados, considerando as especificidades relativas a relevo e solos na exploração dos recursos naturais, em atividades agropecuárias e policultura diversificada, com emprego de práticas conservacionistas, desenvolvimento de sistemas agroflorestais, intensificação das atividades de reflorestamento com espécies nativas, nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado manejo florestal de uso múltiplo. Ordenação e regularização de atividades minerárias. Incentivo ao turismo cultural e ecoturismo.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.2.5	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva, em Ambientes das Baixas Vertentes do Guaporé, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Readequação da agropecuária utilizando tipos de manejos adequados, com emprego de práticas conservacionistas, considerando as especificidades relativas a relevo e solos, proteção ou recuperação de áreas de preservação permanente e controle de processos erosivos. Nas áreas com formações florestais remanescentes é indicado ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo e nas áreas antropizadas, o reflorestamento com espécies nativas.
2.2.6	Readequação dos Sistemas de Manejo para Fomento às Atividades Agroindustriais e Revigoramento das Atividades Agropecuárias, em Ambiente do Planalto do Jauru, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Reordenamento da estrutura produtiva, com diversificação das cadeias produtivas para incremento das atividades agroindustriais, fomento à agropecuária em ambientes que apresentem condições adequadas de relevo e solos e fortalecimento da pequena e média produção. Indicada também ao revigoramento das atividades agropecuárias e fortalecimento e diversificação das atividades sócio-econômicas ao longo do eixo estabelecido pela rodovia BR-174, com incentivo à pequena e média produção familiar. Priorização de recuperação de áreas de preservação permanente e de áreas degradadas por atividade garimpeira e pastagens degradadas. Ordenação e regularização de atividades minerárias.
2.2.6.a		Reordenamento da estrutura produtiva, com diversificação das cadeias produtivas para incremento das atividades agroindustriais, fomento à agropecuária em ambientes que apresentem condições adequadas de relevo e solos e fortalecimento da pequena e média produção. Priorização de recuperação de áreas de preservação permanente e de pastagens degradadas. Ordenação e regularização de atividades minerárias.
2.2.6.b		Revigoramento das atividades agropecuárias e fortalecimento e diversificação das atividades sócio-econômicas ao longo do eixo estabelecido pela rodovia BR-174, com incentivo à pequena e média produção familiar. Regularização e controle de atividades minerárias e recuperação de áreas degradadas.
2.2.7	Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva, em Ambientes das Rampas do Guaporé, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Melhoria da pecuária e agricultura nas terras elevadas, aptas a essas lides, em ambientes que apresentem condições adequadas de relevo e solos, adotando técnicas conservacionistas. Restrições dos usos que impliquem em alterações da cobertura vegetal e do regime hídrico em áreas inundáveis e a proteção das lagoas e meandros do rio Guaporé e seus afluentes.
2.2.8	Readequação dos Sistemas de Manejo para Fortalecimento de Atividades Agropecuárias, em Ambientes de Entorno do Pantanal do Paraguai, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres.	Melhoria da pecuária nas terras elevadas, aptas a essas lides, implantação de pastagens plantadas apenas em ambientes que apresentem condições adequadas de relevo e solos, com adoção de manejo e práticas conservacionistas. Restrições dos usos que impliquem em alterações da cobertura vegetal e do regime hídrico em áreas inundáveis e a proteção das lagoas e meandros de drenagens formadoras do pantanal.

Fonte: SEPLAN/MT

2.3. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Conservação e/ou Recuperação de Recursos Hídricos

Na categoria 2.3, referem-se a regiões contidas na All as Zonas 2.3.7 (subzonas “a” e “b”), 2.3.8, 2.3.11, 2.3.14, 2.3.16 e 2.3.17, influenciadas pelos pólos regionais de Cuiabá e Rondonópolis.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.1	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Papagaio, Juruena e Sangue da Superfície Circumplanáltica do Rio Papagaio/Rio do Sangue, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Proteção de áreas de recarga de aquíferos através de recuperação e/ou conservação de drenagens, ao reflorestamento com espécies nativas, à implantação de sistemas agroflorestais, às atividades agropecuárias nos interflúvios com destaque àquele ao longo da MT-170, implantação de projeto integrado de microbacia, não sendo admitido o fomento e incentivo às práticas agropecuárias em ambientes sem condições de relevo e solos, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.2	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Claro e Sucariúna ou Ponte de Pedra, e Cabeceiras do Rio Arinos, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens, em especial das suas cabeceiras; usos agropecuários nas áreas de interflúvios; não sendo admitido o fomento e incentivos à atividades agropecuárias em ambientes sem condições adequadas de relevo e solos, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Indicada ainda, à implantação de projeto integrado de microbacia, ao estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas, à pesquisa, regularização e controle da atividade mineral.
2.3.3	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Verde e Arinos, na Área de Influência do Pólo Regional de Sorriso	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens, proteção de áreas de campos de murundus, reflorestamento com espécies nativas, uso agropecuário nos interflúvios, não sendo admitido o fomento e incentivo às atividades agropecuárias em ambientes sem condições adequadas de relevo e solos, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e regularização e controle da atividade mineral na bacia do rio Arinos.
2.3.4	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos rios Sepotuba, Santana, Branco, Bugres e Paraguai, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e suas cabeceiras, ao controle de atividades pesqueiras no rio Paraguai; à melhoria e fortalecimento de atividades agropecuárias nos interflúvios, em condições morfoedológicas adequadas, implantação de projeto integrado de microbacia, e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas; com ênfase ao agronegócio e ao ecoturismo.
2.3.5	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Sepotuba, Santana e Paraguai, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras do rio Paraguai; ao fortalecimento e melhoria das atividades agropecuárias em áreas adequadas de relevo e solos, com ênfase ao apoio aos pequenos e médios produtores. Indicada também à implantação de projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas, consolidação das atividades agropecuárias modernas nas manchas de solos aptos, não sendo admitido o fomento e incentivo à agropecuária em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Destinada ainda à pesquisa, regularização e controle de atividade mineral, e à recuperação de áreas degradadas pela atividade garimpeira nas sub-bacias dos formadores do rio Paraguai e à reestruturação sócio-econômica da região de Alto Paraguai.
2.3.5.a		proteção de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e suas cabeceiras, aofortalecimento e melhoria das da agropecuária em áreas adequadas de relevo e solos, não sendo admitido o fomento e incentivo à atividades agropecuárias em áreas sem condições adequadas de relevo, solos e clima, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; apoio aos pequenos e 139 médios produtores, implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas, pesquisa, regularização e controle de atividade mineral, e à recuperação de áreas degradadas pela atividade garimpeira nas sub-bacias dos formadores do rio Paraguai.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.5.b		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras, consolidação da agropecuária moderna apenas nos interflúvios, não sendo admitido o fomento e incentivo à agropecuária em áreas sem condições adequadas de relevo e solos, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, implantação de projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Indicada também à pesquisa, regularização e controle de atividade mineral, e à recuperação de áreas degradadas pela atividade garimpeira e à reestruturação sócio-econômica da região de Alto Paraguai.
2.3.6	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores do Rio Suiá-Miçu, Daro e Feio, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças.	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores do rio Suiá-Miçu, Daro e Feio, à readequação dos usos dos recursos naturais através de manejo florestal de usos múltiplos, reflorestamento com espécies nativas e usos agropecuários apenas nos interflúvios de áreas já desmatadas, em condições de relevo e solos adequadas, não sendo admitido o fomento e incentivo à atividades agropecuárias em áreas sem condições adequadas de relevo e solos, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas
2.3.7		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Von Den Steinen, Ronuro e Teles Pires, Culuene e Curisevo, ao ecoturismo e turismo de pesca, ao incentivo à proteção dos remanescentes vegetais, onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; ao reflorestamento com espécies nativas. A agropecuária deverá ser limitada à utilização de áreas onde as condições morfopedológicas forem favoráveis, não sendo admitido seu fomento e incentivo em áreas sem condições adequadas de relevo e solos, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e 152 monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Incentivo aos estudos de biodiversidade.
2.3.7.a	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Ferro, Ronuro, Culuene, Teles Pires e das Altas Cabeceiras dos Afluentes do Rio Xingu, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e de cabeceiras dos formadores dos rios Von Den Steinen, Ronuro e Teles Pires, incentivo à proteção dos remanescentes vegetais, onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; reflorestamento com espécies nativas. A agropecuária deverá ser limitada à utilização de áreas onde as condições morfopedológicas forem favoráveis, não sendo admitido seu fomento e incentivo em áreas onde estas condições forem inadequadas, em especial em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas. Incentivo aos estudos de biodiversidade.
2.3.7.b		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras, priorizando os formadores dos rios Teles Pires, Culuene e Curisevo, ao ecoturismo e turismo de pesca, e à implantação de pastagens plantadas apenas em interflúvios, em condições morfopedológicas favoráveis, não sendo admitido o fomento e incentivos à agropecuária em áreas onde essas condições forem inadequadas, em especial em solos arenosos e hidromórficos por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.8	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação de recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Teles Pires e Xingu, em Ambientes da Depressão de Paranatinga, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Teles Pires e Xingu, à pecuária apenas nos interflúvios que apresentem condições de relevo e solos adequadas, exceto em solos arenosos e hidromórficos; e pastagens naturais nas áreas inadequadas ao uso agropecuário. Implantação de projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.9		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens dos formadores dos rios Sete de Setembro, Culuene, Tanguro e Suiá-Miçu, aos usos agropecuários nas áreas de maior aptidão em relação ao relevo e solo, aproveitamento de pastagens nativas, especialmente nas áreas próximas dos formadores do rio Xingu; ao incentivo à proteção dos remanescentes vegetais onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; e ao reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas. Implantação de projeto integrado de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.9.a	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Sete de Setembro, Culuene, Tanguro e Suiá-Miçu, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Sete de Setembro e Suiá-Miçu, à agropecuária apenas em interflúvios que apresentem condições de relevo e solos adequadas, garantindo nas demais áreas que apresentam limitações agrônômicas, apenas o aproveitamento sustentado da oferta de pastagens nativas na atividade pecuária, com especial ênfase nas áreas próximas aos formadores do rio Xingu. Implantação de definidas por projeto integrado de microbacia e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.9.b		Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Sete de Setembro e Suiá-Miçu; agropecuária nas áreas com condições adequadas de relevo e solos; implantação de projeto de microbacias; ao incentivo à proteção dos remanescentes vegetais onde predominam formações ecotonais, destinando-os à compensação de reserva legal; ao reflorestamento com espécies nativas e à recuperação de áreas degradadas. Estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.10	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Ronuro, Arraias, Ferro, Manissuiá-Miçu e Von Den Steinen, na Área de Influência do Pólo Regional de Sinop	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, em especial recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Ronuro, Arraias, Ferro, Manissuiá-Miçu e Von Den Steinen; aos estudos de biodiversidade; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos; ao manejo florestal em grandes estabelecimentos e ao reflorestamento com espécies nativas; à agropecuária apenas nos interflúvios nas áreas já desmatadas e em condições adequadas de relevo e solos, não sendo admitidos fomento e incentivos a estas atividades em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.11	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Curisevo, Culuene e Pacuneiro, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Curisevo, Pacuneiro e Culuene; ao reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal; incentivo a sistemas agroflorestais associados à agroindústria para pequenos e médios produtores; à agropecuária nas áreas já desmatadas e em condições 173 adequadas de relevo e solos, não sendo admitidos fomento e incentivos a estas atividades em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.12	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios das Mortes e Araguaia, na Borda do Planalto dos Guimarães/Alcantilados, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios das Mortes e Araguaia; readequação da atividade pecuária, através do melhoramento e/ou recuperação das pastagens já existentes, projetos agrícolas alternativos e pecuária em pastagens naturais. Indicada também à recuperação de áreas degradadas e à regularização e controle da atividade mineral. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
2.3.13	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Pindaíba, Araguaia e das Mortes, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Pindaíba, Araguaia e das Mortes; à proteção integral dos ecossistemas pantaneiros e remanescentes florestais, para manutenção dos recursos biológicos. Indicada também às atividades agropecuárias em condições de relevo e solos adequadas, não sendo admitido o fomento e incentivo para atividades em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Incentivo ao desenvolvimento das atividades turísticas e ao controle das atividades pesqueiras. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.14	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Roncador e Cuiabá, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através da recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios da Casca, Quilombo, Roncador e Manso; incentivo à exploração turística do potencial cênico representado pelo lago do APM Manso e da Chapada dos Guimarães; à exploração econômica das pastagens naturais; atividades agropecuárias, apenas nas áreas com condições adequadas de relevo e solos, não sendo admitido seu fomento e incentivo em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Incentivo ao desenvolvimento das atividades turísticas e ao controle das atividades pesqueiras. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.15	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Sepotuba, Cabaçal e Paraguai, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Sepotuba, Cabaçal e Paraguai; à proteção das baías e lagoas através do incentivo ao ecoturismo e turismo rural; à agropecuária apenas em condições adequadas de relevo e solos, à recuperação das pastagens já implantadas, ao uso extensivo das pastagens naturais, à pecuária leiteira e à fruticultura, não sendo admitido o fomento e incentivo à pecuária moderna e agricultura tecnificada em ambientes sem condições de relevo e solos, especialmente em solos arenosos e hidromórficos, por serem estes fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica. Indicada também à implantação de projeto de microbacias, estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas e à regularização e ao controle da atividade mineral e pesqueira.
2.3.16	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Araguaia, Correntes, Taquari e Itiquira, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Araguaia, Correntes, Taquari e Itiquira, à adequação da pecuária extensiva com incentivo à melhoria das pastagens plantadas, não sendo admitida a agricultura em função do limitado potencial de solos. Indicada também à recuperação de áreas degradadas por atividades agropecuárias e garimpeiras; e, à pesquisa, regularização e controle da atividade mineral em nível empresarial. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.
2.3.17	Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação e/ou Conservação dos Recursos Hídricos dos Formadores dos Rios Taquari e Correntes, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Proteção de áreas de recarga de aquíferos, através de recuperação e/ou conservação de drenagens e cabeceiras dos formadores dos rios Taquari e Correntes; ao incentivo ao ecoturismo; à pecuária apenas em condições adequadas de relevo e solos, à 195 recuperação das pastagens já implantadas, não sendo admitido o fomento e incentivo à agricultura tecnificada. Indicada também à recuperação de áreas degradadas por atividades agropecuárias. Implantação de projeto de microbacias e estabelecimento de plano de controle e monitoramento do uso de defensivos agrícolas.

Fonte: Seplan/MT

Categoria 3. Áreas que Requerem Manejos Específicos

Compreendem as áreas que pelas características ambientais - elevado potencial biótico, especificidade ecológica e paisagística e elevada fragilidade - requerem manejos específicos, para garantir a manutenção de suas características e a

exploração racional e adequada de sua base de recursos naturais, tendo em vista compatibilizar a proteção do ambiente natural com a sustentabilidade das atividades econômicas.

As áreas enquadradas na Categoria 3 são divididas em 3 Subcategorias:

3.1. Áreas que Requerem Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal

Não há municípios da All englobados por esta subcategoria.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.1	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde predominam Formações Florestais, na Região Localizada entre os Rios Madeirinha e Juruena, na Área de Influência do Pólo Regional de Juína	Estudo da biodiversidade, visando à identificação e exploração sustentável de novos produtos da floresta e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos e outras atividades que não impliquem na alteração da cobertura vegetal.
3.1.1.a		Estudo da biodiversidade, visando à identificação e exploração sustentável de novos produtos da floresta; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos.
3.1.1.b		Implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona, e outras atividades que não impliquem na alteração da cobertura vegetal.
3.1.1.c		Implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona; combinadas com ações conservacionistas voltadas à recuperação de áreas degradadas e/ou desmatadas, visando garantir a conectividade com as áreas protegidas do Estado de Rondônia.
3.1.2	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais com Ocorrência de Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Juína	Estudos de biodiversidade, em função da alta diversidade biológica e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona e ao turismo receptivo.
3.1.3	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Estudos de biodiversidade; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.4	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Reflorestamento com espécies nativas; manejo florestal de uso múltiplo adequado e ao uso agropecuário nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas, de acordo com a capacidade da zona.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.5	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais na Bacia dos Rios Iriri Novo e Kurumaro, na Área de Influência do Pólo Regional de Alta Floresta	Incentivo dos estudos de biodiversidade e à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de usos múltiplos em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.5.a		Implantação de sistemas agroflorestais nas áreas degradadas pelo uso agropecuário e ao incentivo do manejo florestal sustentável de uso múltiplo de acordo com a capacidade da zona.
3.1.5.b		Incentivo dos estudos de biodiversidade, à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos e manejo florestal sustentável de usos múltiplos em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.6	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais com Ocorrência de Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica (Subzona 3.1.6.a e 3.1.6.b)	Incentivo aos estudos da biodiversidade; ao reflorestamento, com espécies nativas, manejo florestal sustentável de uso múltiplo, à melhoria das lides pecuárias e pastagens nativas nas áreas de Savana Parque, acompanhadas de ações conservacionistas.
3.1.6.a		Incentivo aos estudos da biodiversidade; ao reflorestamento, com espécies nativas; manejo florestal sustentável de uso múltiplo e à melhoria das lides pecuárias.
3.1.6.b		Incentivo ao reflorestamento, com espécies nativas, manejo florestal sustentável de uso múltiplo, à melhoria das lides pecuárias, acompanhadas de ações conservacionistas, e pastagens nativas nas áreas de Savana Parque.
3.1.7	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato de Florestas, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Indicada predominantemente a ações conservacionistas; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, e manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.8	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, em Área de Influência do Pólo Regional de Juara	Reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo nos remanescentes florestais, de acordo com a capacidade da zona. Nas demais áreas, sendo admitida atividades agropecuárias nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas.
3.1.8.a		Reflorestamento, com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona, admite-se também, o desenvolvimento de atividades agropecuárias nas manchas de solos aptos para essas lides, acompanhadas de práticas conservacionistas.
3.1.8.b		Manejo florestal sustentável de uso múltiplo nos remanescentes florestais; ao reflorestamento com espécies nativas e ao uso agropecuário nos solos com melhor aptidão, com emprego de práticas conservacionistas.
3.1.9	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Sinop	Incentivo aos estudos de biodiversidade; à implantação de sistemas agroflorestais em pequenos e médios estabelecimentos, e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo em grandes estabelecimentos, de acordo com a capacidade da zona.
3.1.10	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Incentivo aos estudos da biodiversidade, ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo e ao reflorestamento com espécies nativas.
3.1.11	Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	Incentivo dos estudos da biodiversidade, ao reflorestamento com espécies nativas e ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona. Nas áreas regularmente desmatadas e com capacidade de suporte, são admitidos usos agropecuários

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.1.12	Manejes Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal, onde Predominam Formações Florestais com Ocorrência do Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Sorriso	Incentivo para reflorestamento com espécies nativas e manejo florestal sustentável de uso múltiplo, de acordo com a capacidade da zona; à pesquisa e apoio tecnológico para a exploração sustentável de produtos e subprodutos da madeira. Admitindo-se também, o uso agropecuário nos solos de melhor aptidão, acompanhado de práticas conservacionistas.

3.2. Áreas que Requerem Manejos Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros

Quanto a esta subcategoria, há regiões da All inseridas na Zona 2.4 (subzonas “a” e “b”), pertencentes ao pólo regional de Cuiabá.

Quadro 3.6.5.2 - 6 - Subcategoria 3.2

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.2.1	Manejes Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros, onde Predominam Formações Savânicos e de Contato Floresta/Savana, da Planície do Rio Araguaia, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Pecuária extensiva e às ações conservacionistas, limitando seus usos ao aproveitamento da Savana como pastagem natural e pastagem plantada como economia complementar à pecuária pantaneira e ao fortalecimento do ecoturismo, turismo náutico, turismo de praia e do turismo receptivo.
3.2.1.a		Pecuária extensiva acompanhada de ações conservacionistas, limitando seus usos ao aproveitamento da Savana como pastagem natural e ao fortalecimento do ecoturismo.
3.2.1.b		Desenvolvimento da pecuária em pastagens plantadas, como economia complementar à pecuária pantaneira; implantação ou incremento de infraestruturas e serviços de apoio, voltados ao aproveitamento dos atrativos naturais para o turismo receptivo, turismo náutico e de praia.
3.2.2	Manejes Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros, da Planície do Rio Araguaia na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Pecuária extensiva, acompanhada de ações conservacionistas, vedadas interferências ou implantação de estruturas que alterem a dinâmica do regime hídrico. Indicada a implantação ou incremento de infraestruturas e serviços de apoio ao turismo náutico, turismo de praia, turismo de pesca e turismo receptivo.
3.2.2.a		Implantação ou incremento de infraestruturas e serviços de apoio ao turismo receptivo, turismo náutico e de praia; limitação dos usos ao aproveitamento da savana para pastagem natural, vedadas interferências ou implantação de estruturas que alterem a dinâmica do regime hídrico e regularização e ordenação da atividade minerária.
3.2.2.b		Desenvolvimento da pecuária em pastagens plantadas, como economia complementar à pecuária pantaneira, apenas nas áreas aptas para tais lides; incentivo ao desenvolvimento do turismo receptivo, turismo náutico, turismo de praia e turismo de pesca.
3.2.3	Manejes Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros, onde Predominam Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Pecuária extensiva acompanhada de ações conservacionistas, limitada os usos ao aproveitamento da savana como pastagem natural, vedada à implantação de estruturas e interferências que alterem a dinâmica dos recursos hídricos. Incremento de infraestruturas e de serviços de apoio ao ecoturismo, turismo receptivo e turismo de pesca.
3.2.4	Manejes Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros, onde Predominam Formações Savânicas, na Área de	Pecuária extensiva com pastagem nativa, e pastagens plantadas, apenas nas áreas com aptidão para esse uso da terra, mediante o emprego de práticas conservacionistas, ao ecoturismo, turismo de contemplação, de pesca, rural e cultural.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.2.4.a	Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Limitação dos usos ao aproveitamento da Savana como pastagem natural, vedada a implantação de estruturas e interferências que alterem a dinâmica dos recursos hídricos. Incentivo ao ecoturismo, turismo de contemplação, de pesca, rural e cultural.
3.2.4.b		Pecuária em pastagens plantadas, apenas nas áreas com aptidão para esse uso da terra, mediante o emprego de práticas conservacionistas, associada à pecuária extensiva em pastagens nativas e incentivos à melhoria da capacidade de suporte das pastagens existentes. Incentivo ao ecoturismo.

Fonte: SEPLAN/MT

3.3. Áreas que Requerem Manejos Específicos com Elevada Fragilidade;

Nesta categoria, classifica-se a All nas Zonas 3.3.9, 3.3.10, 3.3.11 e 3.3.13 (subzonas “a” e “b”), referentes aos pólos regionais de Rondonópolis e Cuiabá.

Quadro 3.6.5.2- 7 - Subcategoria 3.3

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.3.1	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Juína	Incentivo do reflorestamento com espécies nativas; ao manejo florestal sustentável de uso múltiplo; ao controle da agropecuária e sua contenção em ambientes de solos arenosos pela sua alta susceptibilidade à erosão e hidromórficos por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, nestes ambientes deve-se manter a cobertura vegetal natural para evitar erosão; e à ordenação e regularização das atividades minerárias para exploração empresarial. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.2	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais, na Área de Influência do Pólo Regional de Vila Rica	Incentivo do reflorestamento com espécies nativas, manejo sustentável de uso múltiplo, à readequação da pecuária em pequenas propriedades com a utilização de práticas de manejo de solo e sua contenção em ambientes de solos arenosos, pela sua alta susceptibilidade à erosão, e de solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando o controle de processos erosivos e a proteção de recursos hídricos, não sendo admitido o uso para agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.3.3		Implantação de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, ao reflorestamento com espécies nativas nas áreas desflorestadas, à readequação da pecuária e policultura em pequenas e médias propriedades, apenas em solos e relevos aptos, com a adoção de técnicas de manejo de solos e água, e sua contenção em ambientes de solos arenosos, pela sua alta susceptibilidade à erosão, e de solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando o controle de processos erosivos e a proteção dos recursos hídricos, não sendo admitido o uso para agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.3.a	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas com Ocorrência de Contato Floresta/Savana, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Implantação de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, ao reflorestamento com espécies nativas nas áreas desflorestadas, à readequação da pecuária e policultura em pequenas e médias propriedades, apenas em solos e relevos aptos, com a adoção de técnicas de manejo de solos e água, e sua contenção em ambientes de solos arenosos, pela sua alta susceptibilidade à erosão, e de solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando o controle de processos erosivos e a proteção dos recursos hídricos, não sendo admitido o uso para agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.3.b		Implantação de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, ao reflorestamento com espécies nativas nas áreas desflorestadas, à readequação da pecuária e policultura em pequenas e médias propriedades, apenas em solos e relevos aptos, com a adoção de técnicas de manejo de solos e água, e sua contenção em ambientes de solos arenosos, pela sua alta susceptibilidade à erosão, e de solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando o controle de processos erosivos e a proteção dos recursos hídricos, não sendo admitido o uso para agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.4	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas da Superfície Circumplanáltica das Altas Cabeceiras do Rio Juruena, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Incentivo do reflorestamento com espécies nativas, à readequação do uso do solo, ao desenvolvimento do ecoturismo e etnoturismo, à contenção da agropecuária em solos arenosos pela sua alta susceptibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, onde se deve manter a cobertura vegetal natural com aproveitamento apenas de pastagens nativas, evitando aceleração de processos erosivos e assoreamento dos cursos d'água, visando proteger os recursos hídricos e controlar a degradação ambiental. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.5	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais nas Altas Vertentes do Guaporé, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Reflorestamento com espécies nativas, à contenção da expansão agropecuária, admitindo-a apenas em condições adequadas de solos e relevos, com adoção de técnicas de manejo de solos e água, e restringindo-a em solos arenosos, em função de sua baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, onde é indicada a conservação da cobertura vegetal, a ser utilizada apenas com aproveitamento de pastagens nativas, visando o controle de processos erosivos e de assoreamento dos cursos d'água. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.6	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas no Planalto de Comodoro, na Área de Influência do Pólo Regional de Cáceres	Recuperação de áreas degradadas nas áreas de pastagens já implantadas, ao controle da agropecuária com adoção de técnicas adequadas de solos e água e sua contenção em solos arenosos, em função da baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; com incentivo à compensação de reserva legal através da manutenção de remanescentes vegetais e dos recursos hídricos, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.3.7	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas na Borda da Chapada dos Parecis, na Área de Influência do Pólo Regional de Tangará da Serra	Manejo sustentável de usos múltiplos e aproveitamento de pastagens naturais. Os usos agropecuários se restringem a pequenas áreas localizadas no limite da Chapada em condições morfológicas adequadas, sendo vedados em solos arenosos, em função de sua baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; onde se incentiva a compensação de reserva legal através da manutenção de remanescentes vegetais, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água e proteger aquíferos superficiais e subterrâneos. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.8	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas na Borda da Chapada dos Parecis, na Área de Influência do Pólo Regional de Diamantino	Preservação de formações vegetais que protegem as escarpas da Chapada dos Parecis, ao manejo sustentável de usos múltiplos e aproveitamento de pastagens naturais. Os usos agropecuários se restringem a pequenas áreas localizadas no limite da Chapada, em condições morfológicas adequadas, sendo vedados nas escarpas, como também em solos arenosos, em função de sua baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; onde se incentiva a compensação de reserva legal através da manutenção de remanescentes vegetais, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água e proteger aquíferos superficiais e subterrâneos. Contenção de agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.9	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Florestais em Relevos Rampeados das Bordas do Planalto dos Guimarães, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Indicada à preservação de formações vegetais que protegem as escarpas do Planalto dos Guimarães e da Serra de São Vicente, ao incentivo ao ecoturismo, à pecuária extensiva em pastagem natural na região de entorno do Reservatório da APM Manso, à agropecuária em condições adequadas de relevo e solos na região de entorno da serra de São Vicente, com adoção de práticas conservacionistas e ao ordenamento da atividade minerária em moldes empresariais. Recuperação de Áreas Degradadas por processos erosivos.
3.3.10	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas do Entorno do Reservatório do APM Manso, na Área de Influência do Pólo Regional de Cuiabá	Preservação de formações vegetais que protegem as escarpas do Planalto dos Guimarães, ao incentivo ao ecoturismo, à pecuária extensiva em pastagem natural e da agropecuária em condições adequadas de relevo e solos, com adoção de técnicas de manejo de solos e água e contenção desta atividade em solos arenosos, em função da baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Não admitida a agricultura tecnificada. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.11	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis	Uso com pastagens naturais não admitindo a ampliação das pastagens plantadas nos solos arenosos, em função da baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; com incentivos à melhoria da capacidade de suporte das pastagens existentes; ao controle de atividades pesqueiras no rio Culene e à recuperação de áreas degradadas por processos erosivos.
3.3.12	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas, na Área de Influência do Pólo Regional de Barra do Garças	Aproveitamento para pastagens naturais, atividades de ecoturismo, à contenção da expansão agropecuária, restringindo-a apenas em áreas com aptidão compatível, com adoção de técnicas de manejos de solos e água, não admitindo-a em solos arenosos, em função de sua baixa capacidade de suporte e susceptibilidade à erosão e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica; visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Indicada a implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
3.3.13		Indicada ao uso com pastagens naturais, ao ecoturismo, ao rígido controle de usos agropecuários, restritos apenas às áreas de ocorrência de solos com aptidão compatível para a atividade com acompanhamento de práticas conservacionistas e programa de controle de processos erosivos, não sendo admitidas atividades agropecuárias em solos arenosos em função da baixa capacidade de suporte e à alta susceptibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Indicada à pesquisa e ao ordenamento de atividades minerárias e implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.13.a	Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade, onde Predominam Formações Savânicas em Relevo Fragmentado do Planalto dos Alcantilados, na Área de Influência do Pólo Regional de Rondonópolis.	Indicada ao uso com pastagens naturais, ao ecoturismo, ao rígido controle de usos agropecuários, restritos apenas às áreas de ocorrência de solos com aptidão compatível para a atividade com acompanhamento de práticas conservacionistas e programa de controle de processos erosivos, não sendo admitidas atividades agropecuárias em solos arenosos em função da baixa capacidade de suporte e à alta susceptibilidade à erosão, e em solos hidromórficos, por serem fundamentais à estabilidade da dinâmica hídrica, visando evitar processos erosivos, assoreamento e contaminação dos cursos d'água. Indicada à pesquisa e ao ordenamento de atividades minerárias, e implantação de programa de recuperação de áreas degradadas e controle de erosão e assoreamento de drenagens.
3.3.13.b		Indicada ao rígido controle de usos agropecuários, restritos apenas às áreas de ocorrência de solos com aptidão compatível para a atividade, em condições morfopedológicas adequadas, com acompanhamento de práticas conservacionistas. Indicada a implantação de programa de controle de erosão e de assoreamento de drenagens.

Fonte: SEPLAN/MT

Categoria 4. Áreas Protegidas

Compreendem as áreas legalmente instituídas até a data da publicação desta lei, relativas às Terras Indígenas e Unidades de Conservação, regidas pelas respectivas normas de criação e demais dispositivos legais pertinentes, e as Unidades de Conservação propostas para implantação, que obedecem à relevância ecológica tratada no âmbito do ZSEE-MT. Não foram encontradas, nesta categoria, regiões pertencentes à All.

As áreas enquadradas na Categoria 4 são divididas em 2 Subcategorias:

4.1. Áreas Protegidas Criadas

Quadro 3.6.5.2 - 8 - Subcategoria 4.1

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
4.1.1.	Terras indígenas	Apiaká-Kayabi , Arara do Rio Branco, Areões, Areões I, Areões II, Aripuanã, Baía dos Guatós, Bakairi, Batelão, Batovi, Cacique Fontoura, Capoto / Jarina, Chão Preto, Enawenê-Nawê, Erikbatsa, Escondido, Estação Paresi, Estivadinho, Figueiras, Gleba Iriri, Manok, Japuira, Jarudore, Juininha, Kaiaby, Karajá de Aruanã II, Kawahiva do Rio Pardo, Lagoa dos Brincos, Marãiwatsed, Marechal Rondon, Menkragnoti, Menku, Merure, Nambikwara, Panará, Parabubure, Paresi, Parque Indígena Aripuanã, Parque Indígena Xingu, Pequizal, Pequizal do Naruv'tu, Perigara, Pimentel Barbosa, Pirineus de Souza, Ponte de Pedra, Portal do Encantado, Rio Formoso, Roosevelt, Sangradouro/Volta Grande, Santana, São Domingos, São Marcos, Sararé, Serra Morena, Sete de Setembro/MT, Tadarimana, Taihãntesu, Tapirapé/Karajá, Tereza Cristina, Tirecatina, Ubawawe, Uirapuru (Capitão Marcos), Umutina, Urubu Branco, Utiariti, Vale do Guaporé, Wawi e Zoró
4.1.2.	Unidades de Conservação	
	Unidades de Conservação de Jurisdição Federal	
	Proteção Integral	Estação Ecológica do Iquê Juruena; Estação Ecológica Taiamã; Estação Ecológica Serra das Araras - Área I; Estação Ecológica. Serra das Araras - Área II; Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense; Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; Parque Nacional dos Campos Amazônicos e Parque Nacional do Juruena.
4.1.2.a	Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica São Luis; Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Estância Dorochê; Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Terra Nova; Reserva Particular do Patrimônio Natural Estância Ecológica SESC Pantanal; Reserva Particular do Patrimônio Natural Parque Ecológico João Basso; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Mata Fria; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Jubran; Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba Cristalino; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Rama; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Lourdes Félix Soares; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Verde Amazônica; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica América Amazônica; Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica José Gimenez Soares; Reserva Particular do Patrimônio Natural Hotel Mirante; Área de Proteção Ambiental dos Meandros do Rio Araguaia.
	Unidades de Conservação de Jurisdição Estadual	
4.1.2.b	Proteção Integral	Reserva Ecológica Culuene; Estação Ecológica Rio da Casca I; Estação Ecológica Rio da Casca II; Reserva Ecológica Apiacás; Estação Ecológica do Rio Roosevelt; Estação Ecológica do Rio Madeirinha; Estação Ecológica do Rio Ronuro; Estação Ecológica Rio Flor do Prado; Parque Águas Quentes; Parque Massairó Okamura; Parque da Serra Azul; Parque Serra Ricardo Franco; Parque Serra de Santa Bárbara; Parque da Cidade Mãe Bonifácia; Parque do Cristalino I; Parque do Cristalino II; Parque Gruta da Lagoa Azul; Parque da Saúde; Parque do Araguaia; Parque do Xingu; Parque Guirá; Parque Águas de Cuiabá; Parque Dom Osório Stofell; Parque Igarapés do Juruena; Parque Tucumã; Parque Encontro das Águas; Parque de Paranaíta; Refúgio da Vida Silvestre Corixão da Mata Azul; Refúgio da Vida Silvestre Quelôneos do Araguaia; Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Vale do Sepotuba; Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba Cristalino III.
	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Guariba Roosevelt; Distrito Agroecológico de Praia Rica; Área de Proteção Ambiental do Pé da Serra Azul; Área de Proteção Ambiental do Rio da Casca; Área de Proteção Ambiental da Chapada dos Guimarães; Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá; Área de Proteção Ambiental do Salto Magessi; Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Paraguai; Estrada Parque Transpantaneira; Estrada Parque Cachoeira da Fumaça; Estrada Parque Chapada dos Guimarães; Estrada Parque MT 040/361; Estrada Parque Poconé-Porto Cercado.

Zonas/ Subzonas	Característica	Indicação
4.1.2.c	Unidades de Conservação de Jurisdição Municipal	
	Proteção Integral	Parque Zoológico de Rondonópolis; Parque Ilto Ferreira Coutinho; Parque do Bacaba; Parque Ambiental de Juína; Parque Florestal de Cláudia; Parque do Distrito de Progresso; Parque de Jaciara; Parque do Córrego Lucas; Parque das Araras; Parque Residencial Alto da Boa Vista; Parque Zoológico da Lagoa dos Veados; Parque do Córrego Boiadeiro; Parque Nascente do Rio Taquari; Parque Celebra; Parque da Cabeceira do Coxipozinho; Horto Florestal Toti Garcia; Monumento Natural Confusão; Monumento Natural Caverna do Jabuti
	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental Tanque do Fancho; Área de Proteção Ambiental do Aricá-Açu; Área de Proteção Ambiental Córrego do Mato e Rio Araguaia; Área de Proteção Ambiental Ribeirãozinho e Alcantilados do Rio Araguaia; Área de Proteção Ambiental Morro Santa Luzia; Área de Proteção Ambiental Ribeirão da Aldeia; Área de Proteção Ambiental Cachoeira da Fumaça; Área de Proteção Ambiental Ribeirão Claro, Água Emendada, Paraíso, Rio Araguaia; Área de Proteção Ambiental Ribeirão do Sapo; Área de Proteção Ambiental Córrego Gordura e Córrego Boiadeiro; Área de Proteção Ambiental Rio Araguaia. Córrego Rico, Couto Magalhães e Rio Araguainha; Área de Proteção Ambiental Serra das Araras; Área de Proteção Ambiental Ribeirão da Aldeia e Rio das Garças; Área de Proteção Ambiental Tadarimana; Área de Proteção Ambiental Rio Bandeira, Rio das Garças e Rio Taboca; Área de Proteção Ambiental Nascente do Rio Araguaia; Área de Proteção Ambiental Ninho das Águas; Área de Proteção Ambiental do Rio Dantas e Morro Verde; Área de Proteção Ambiental do Rio das Garças e Furnas do Batovi; Área de Proteção Ambiental Ribeirão do Sapo e Rio Araguaia.

Fonte: SEPLAN/MT

4.2. Áreas Protegidas Propostas.

Além das áreas protegidas listadas acima, estão sendo propostas à criação de diversas Unidades de Conservação no estado do Mato Grosso, considerando a relevância ecológica que estes ambientes possuem, as áreas estão divididas em: elevado potencial florestal, ambientes pantaneiros e ambientes com elevada Fragilidade. Dessa forma sendo indicada as seguintes áreas:

- Elevado Potencial Florestal:

Apiacás: Indicada à criação de Unidade de Conservação, devido à ocorrência de sistemas de elevada fragilidade e garantir a ampliação da área do Parque Nacional do Juruena e a faixa de amortecimento de atividades antrópicas no entorno da Terra Indígena kAiabi;

Rio Madeirinha: Indicada para criação de Unidade de Conservação visando à ampliação da área das Unidades de Conservação Estaduais Estação Ecológica do Rio Madeirinha e Rio Roosevelt, Parque Estadual Tucumã e a Reserva Extrativista Guariba – Roosevelt, para preservação da Biodiversidade no Domínio Amazônico no Estado de Mato Grosso.

Serra dos Caiabis: Indicada para disciplinar o uso, garantir a manutenção e conectividade das formações ripárias, florestais e de savana, e áreas significativas de

vida silvestre, que se encontram sob pressão antrópica, para orientar os usos futuros de conservação, turismo, em áreas específicas.

Rio Arinos: Indicada à criação de Unidade de Conservação como forma de garantir a conservação ambiental desta região do estado, recoberta por ambientes florestais.

Rio Manissauá-Miçu: Indicada à criação de Unidade de Conservação devido à ocorrência de espécie nova de primata (*Callicebus sp nov*) e de formação florestal de significativa importância ecológica, sob pressão da exploração seletiva da madeira e de áreas agrícolas.

- Ambientes pantaneiros com elevado potencial biótico:

Rio das Mortes: criação da Unidade de Conservação visando garantir a preservação do complexo paisagístico do pantanal do vale dos rios Araguaia e das Mortes; pela presença de uma fauna e flora específica associadas à dinâmica do regime de cheias e vazantes e, reforçar a conectividade entre o Parque Estadual do Araguaia e Reserva de Vida Silvestre; Rio Araguaia – Rio das Mortes: criação da Unidade de Conservação para garantir a variabilidade ambiental evidenciada pelos diversos padrões fisionômicos e pela riqueza da flora e fauna; visando resguardar a conservação das feições ecológicas existentes, bem como disciplinar o uso e garantir a manutenção das formações ripárias e das áreas significativas de vida silvestre reforçando a conectividade entre o Parque Estadual do Araguaia, APA dos Meandros do Rio Araguaia, Reserva da Vida Silvestre, Corixão da Mata Azul e Reserva da Vida Silvestre Quelônios do Araguaia;

Rio Cristalino do Araguaia: Indicada para ampliação da Unidade de Conservação existente – APA Estadual dos Meandros do rio Araguaia, para resguardar a conservação ambiental, como forma de disciplinar o uso e garantir a manutenção das Formações Ripárias e das feições ecológicas, decorrentes da dinâmica das cheias e vazantes do rio Araguaia.

Pantanal do Barbado: Indicada para criação de Unidade de Conservação, pela relevância ecológica do Pantanal do rio Barbado, nas proximidades do Parque Ecológico Santa Bárbara, como forma de disciplinar o uso e garantir a manutenção nas formações ripárias e áreas significativas de vida silvestre e constituir uma faixa tampão do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense.

Corixo Grande/Rio Paraguai: Indicada para implantação de Unidade de Conservação, como forma de disciplinar o uso e garantir a manutenção das formações ripárias e áreas significativas de vida silvestre, constituir uma faixa tampão ao Parque Nacional

do Pantanal Mato-grossense e promover a conectividade entre este Parque e o Parque Estadual Guirá.

- Ambientes com Elevada Fragilidade:

Serra de São Vicente: Indicada à manutenção e recuperação do seu estado de conservação, visando promover a conectividade com a Unidade de Conservação Parque Estadual Serra de Santa Bárbara e a Terra Indígena Sararé e a regularização das atividades de mineração (ouro) existentes, incluindo a recuperação das áreas degradadas.

Província Serrana: Indicada para criação de Unidade de Conservação, visando garantir a manutenção das formações vegetais, dos ambientes de vida silvestre, a proteção das formações cársticas e de beleza cênica da Província Serrana.

Serra do Culuene: Indicada para criação da Unidade de Conservação, visando garantir a manutenção das formações vegetais e de áreas significativas de vida silvestre e da beleza cênica.

Serra de Santa Bárbara: Indicação para criação de Unidade de Conservação, visando disciplinar o uso do solo, e ampliar o Parque Estadual Serra de Santa Bárbara.

Além das áreas de elevado potencial florestal foi proposta áreas de conservação de recursos hídricos no Rio Ronuro, tendo sido indicada à criação de Unidade de Conservação visando à conectividade entre o Parque Indígena do Xingu e a Estação Ecológica Estadual do rio Ronuro; preservação dos diversos ambientes compostos de florestas e savanas e de contatos na forma de enclave e ecótonos, e à proteção da recarga de aquífero dos rios formadores da bacia do Rio Xingu que vêm sofrendo forte pressão antrópica.

No estado do Mato Grosso, a divisão por regiões de planejamento, está assim definida:

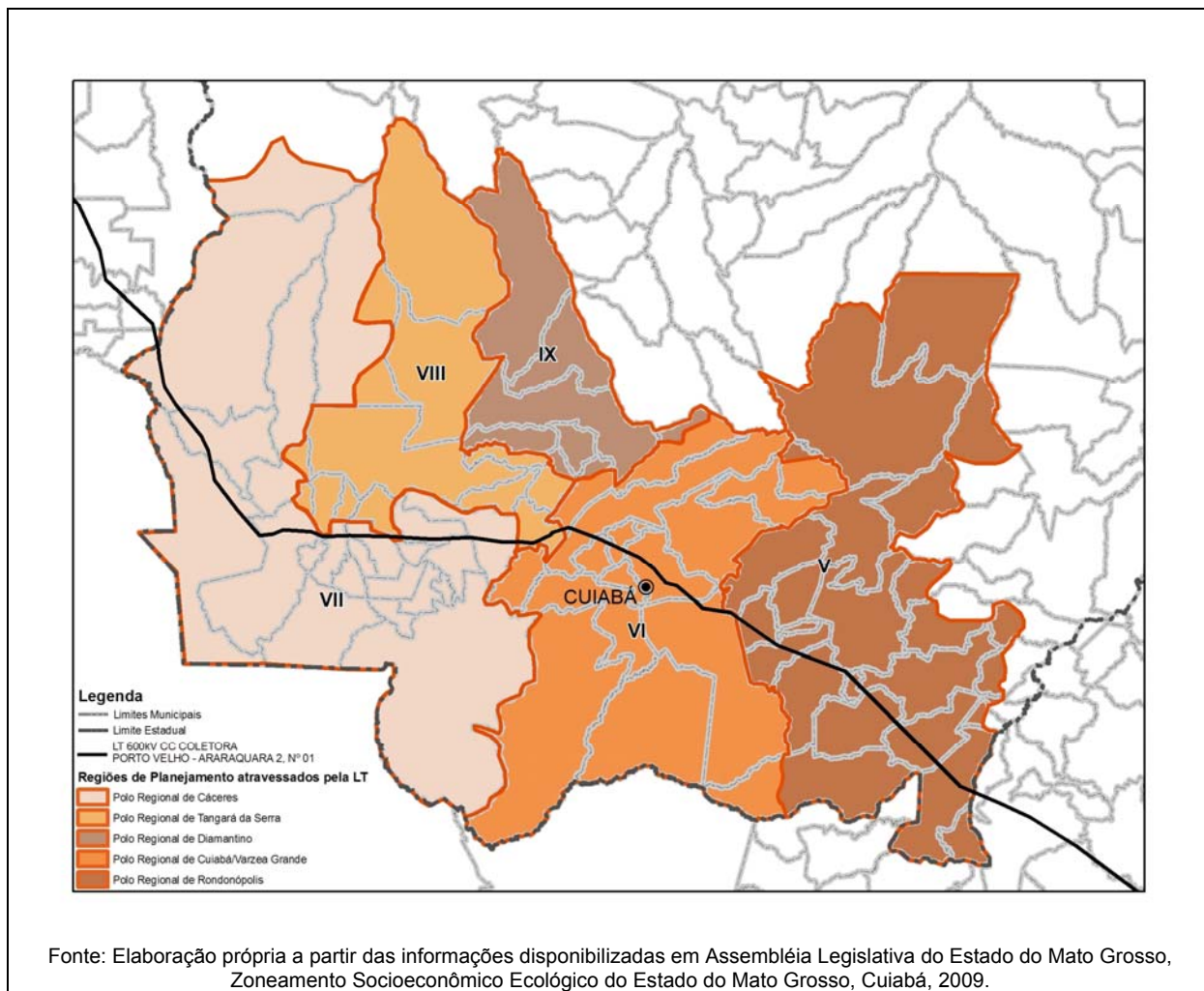
Quadro 3.6.5.2 - 9 – Região de Planejamento - ZEEMT

POLOS REGIONAIS	MUNICÍPIOS
Pólo Regional de Juína - região I	Juína (Cidade Pólo);Aripuanã;Castanheira;Colniza; Cotriguaçu; Juruena; Rondolândia;
Pólo Regional de Alta Floresta - região II	Alta Floresta (Cidade Pólo); Apicás;Carlinda;Colider;Guarantã do Norte; Matupá;Nova Bandeirantes;Nova Canaã do Norte;Nova Guarita;Nova Monte Verde;Nova Santa Helena;Novo Mundo; Paranaíta; Peixoto de Azevedo;Terra Nova do Norte.

POLOS REGIONAIS	MUNICÍPIOS
Pólo Regional de Vila Rica - região III	Vila Rica (Cidade Pólo); Alto Boa Vista; Bom Jesus do Araguaia; Cana-Brava do Norte; Confresa; Luciara; Novo Santo Antônio; Porto Alegre do Norte; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; São Felix do Araguaia; São José do Xingu; Serra Nova Dourada.
Pólo Regional de Barra do Garças - região IV	Barra Garças (Cidade Pólo); Água Boa; Araguaiana; Araguinha; Campinápolis; Canarana; Cocalinho; General Carneiro; Nova Nazaré; Nova Xavantina; Novo São Joaquim; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Querência; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Torixoréu.
Pólo Regional de Rondonópolis - região V	Rondonópolis (Cidade Pólo); Alto Araguaia; Alto Garças; Alto Taquari; Campo Verde; Dom Aquino; Gaúcha do Norte; Guiratinga; Itiquira; Jaciara; Juscimeira; Paranatinga; Pedra Preta; Poxoréu; Primavera do Leste; Santo Antônio do Leste; São José do Povo; São Pedro da Cipa; Tesouro.
Pólo Regional de Cuiabá - região VI	Cuiabá/Várzea Grande (Cidades Pólos); Acorizal; Barão de Melgaço; Chapada dos Guimarães; Jangada; Nobres; Nossa Senhora do Livramento; Nova Brasilândia; Planalto da Serra; Poconé; Rosário Oeste; Santo Antônio do Leverger .
Pólo Regional de Cáceres - região VII	Cáceres (Cidade Pólo); Araputanga; Campos de Júlio; Comodoro; Conquista ; D'Oeste; Curvelândia; Figueirópolis D'Oeste; Glória D'Oeste; Indiavaí; Jauru; Lambari D'Oeste; Mirassol D'Oeste; Nova Lacerda; Pontes e Lacerda; Porto Esperidião; Reserva do Cabaçal; Rio Branco; Salto do Céu; São José dos Quatro Marcos; Sapezal; Vale de São Domingos; Vila Bela da Santíssima Trindade ;
Pólo Regional de Tangará da Serra - região VIII	Tangará da Serra (Cidade Pólo); Barra do Bugres; Brasnorte; Campo Novo do Parecis; Denise; Nova Olímpia; Porto Estrela; Santo Afonso.
Pólo Regional de Diamantino - região IX	Diamantino (Cidade Pólo); Alto Paraguai; Arenópolis; Nortelândia; Nova Marilândia; Nova Maringá; São José do Rio Claro.
Pólo Regional de Sorriso - região X	Sorriso (Cidade Pólo); Ipiranga do Norte; Itanhangá; Lucas do Rio Verde; Nova Mutum; Santa Rita do Trivelato; Tapurah.
Pólo Regional de Juara - região XI	Juara (Cidade Pólo); Novo Horizonte do Norte; Porto dos Gaúchos; Tabaporã
Pólo Regional de Sinop - região XII	Nova Ubiratã, Feliz Natal, Vera, Santa Carmem, Cláudia, União do Sul, Itaúba, Marcelândia e Sinop.

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

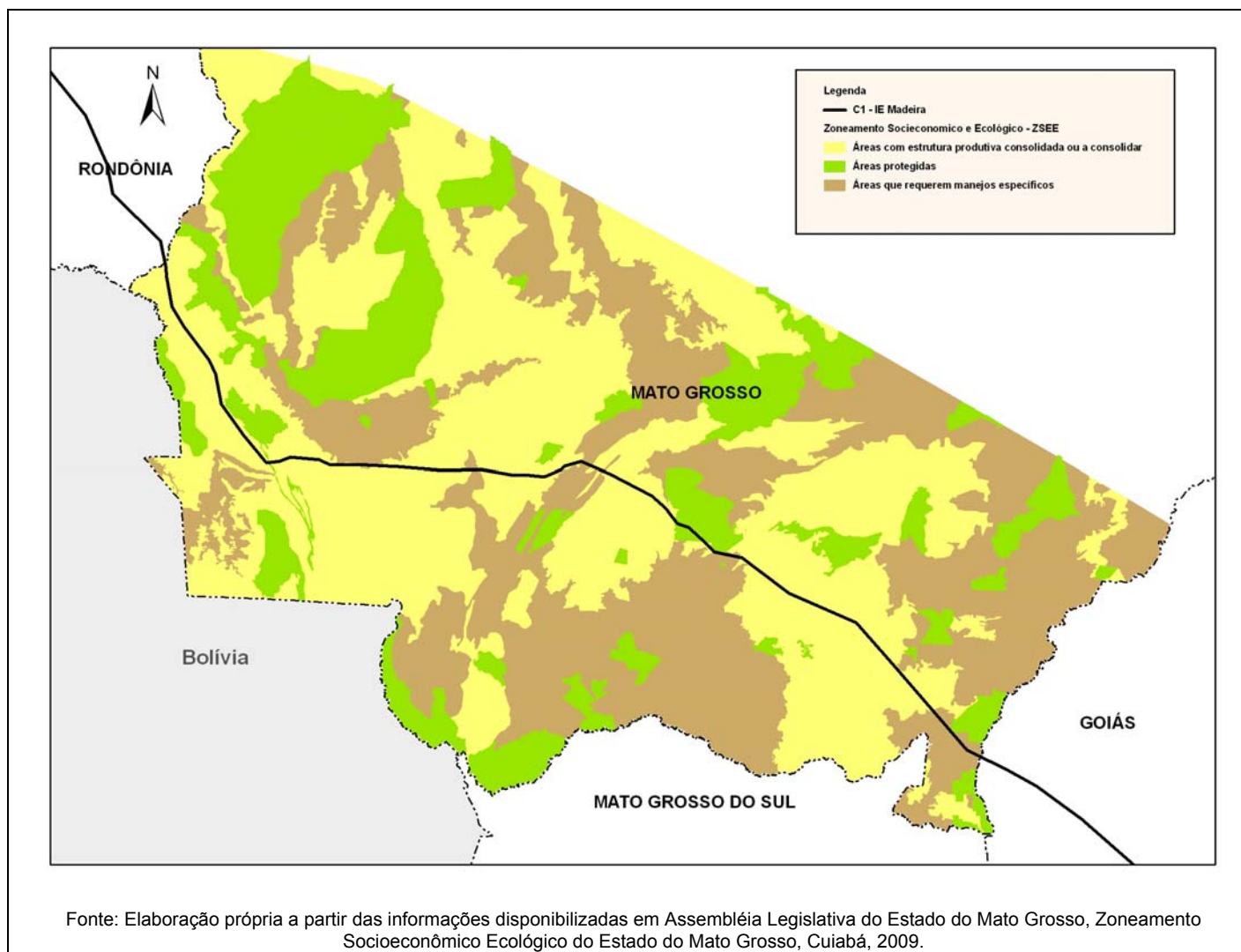
Na área de influencia do empreendimento, concentram-se os pólos regionais de Rondonópolis (região V), Cuiabá/Várzea Grande (região VI), Cáceres (região VII), Tangará da Serra (região VIII) e Diamantino (região IX), conforme apresentado no mapa a seguir.



Ao se correlacionar os usos das regiões de planejamento, das zonas de intervenção, e das categorias e sub categorias, percebe-se que na região onde está prevista a instalação do empreendimento, prevalecem áreas nas categorias 1 e 3, ou seja, áreas com uso consolidado ou a consolidar e áreas que requerem manejo específico, com predomínio de atividades econômicas ligadas a agricultura, pecuária de alta tecnologia e agroindústria. As exceções estão na categoria 4 que estabelece áreas protegidas, nesse caso, Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

De acordo com as características de uso do solo dessa região, pode-se considerar que seus usos são compatíveis com a implementação do empreendimento.

Destaca-se que pelo fato do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do estado do Mato Grosso estar em fase de aprovação, o mapa a ser apresentado não contempla as áreas que requerem readequação dos sistemas de manejo, descritas acima como categoria 2. Entretanto, optou-se por apresentar as informações tento em vista que esta categoria ainda está em via de ser implantada.



(3) Goiás

No Estado de Goiás, apenas 20 municípios, que não fazem parte da área direta ou indiretamente afetada pelo empreendimento, são contemplados pelo Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Em 2009, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado de Goiás, segundo o qual o Estado executa e o MMA acompanha o processo de elaboração do ZEE. A previsão da conclusão do macrozoneamento está prevista para 2010, definindo as áreas a serem detalhadas.

(4) Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, o Zoneamento Ecológico-Econômico foi aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) em dezembro de 2008. O ZEE/MG foi elaborado a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA para elaboração do ZEE, em conformidade às diretrizes da Política e Legislação Ambiental do Estado de Minas Gerais, orientando-se pelos patamares: (i) referente às Unidades Regionais do Copam; (ii) patamar referente às Bacias Hidrográficas do Estado; (iii) referente às meso e microregiões; (iv) referente ao ordenamento Municipal. É fruto de acordo de cooperação técnica, científica, financeira e operacional, firmado entre o SISEMA e Universidade Federal de Lavras, através da Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão, e contou, em especial, com a parceria da Fundação João Pinheiro para a sua execução.

O ZEE/MG estabelece um Índice Ecológico Econômico, que é o resultado de uma combinação lógico-intuitiva dos vários níveis de potencialidade social com os de vulnerabilidade natural. As possíveis combinações permitem agrupar áreas semelhantes quanto à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados. Foram geradas tabelas com a relação dos municípios que compõem as regiões do ZEE, contendo a pontuação obtida em cada um dos fatores condicionantes, o total de pontos e a categorização em A, B, C, D e E. A partir desses resultados, os municípios poderão ser aglomerados por classe, formando zonas dentro de cada região em termos de ponto de partida para o desenvolvimento sustentável de condições Muito Favoráveis, Favoráveis, Pouco Favoráveis, Precárias e Muito Precárias de potencialidade social. Entre os quatro municípios mineiros que integram a AII do empreendimento, três possuem a maior parte de seu território classificada como Zona Ecológica Econômica A, que engloba municípios que possuem capacidades nos níveis estratégico, tático e operacional de serem facilmente estimulados para alavancar o desenvolvimento sustentável local. A

exceção é o município de União de Minas, classificado como Zona Ecológica Econômica C, que define o município como ponto de partida pouco favorável para o desenvolvimento sustentável, em comparação com todos os municípios do estado de Minas Gerais. Essa situação se traduz na capacidade limitada que possui de oferecer resposta proporcional aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou em setores específicos.

(5) São Paulo

No Estado de São Paulo, já existe Zoneamento Ecológico Econômico para a região do Litoral Norte e encontra-se em fase de elaboração o ZEE da Baixada Santista. Nenhum deles se refere à All do empreendimento. Para a elaboração do ZEE do Estado, está sendo articulado Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o governo estadual. A princípio, o zoneamento será elaborado por bacias hidrográficas.

3.6.5.3. DEMOGRAFIA, ESTRUTURA PRODUTIVA E MALHA URBANA

a. Histórico de Ocupação das Mesorregiões e Formação dos Municípios Atravessados pela LT

A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 atravessa 87 municípios e dez mesorregiões brasileiras. Nesse item são apresentadas os históricos de ocupação das mesorregiões atravessadas pela LT, destacando os municípios atravessados pelo empreendimento.

(1) Estado de Rondônia

- **Mesorregião Madeira-Guaporé**

A Mesorregião Madeira-Guaporé é composta por 10 municípios, 2 dos quais fazem parte da Área de Influência Indireta da Linha de Transmissão.

Em **Porto Velho**¹, capital do Estado, o início do povoamento se deu efetivamente a partir de 1907, depois da assinatura do Tratado de Petrópolis (17 de Novembro de 1903), em que o Brasil se comprometia com a Bolívia em construir uma estrada de ferro que ligasse a fronteira boliviana do rio Mamoré, onde hoje está a cidade de Guajará Mirim, até a cabeceira navegável do rio Madeira, hoje Porto Velho. Em contrapartida o Governo boliviano passava para o Brasil as terras do extremo oeste, que formam hoje o Estado do Acre. A Bolívia necessitava escoar sua produção para a Europa e Estados Unidos, mas havia dificuldade de navegabilidade nos rios Mamoré e Madeira, pois em seus leitos haviam vinte e três cachoeiras, impossibilitando qualquer empreitada. Sem estradas e diante do problema, a saída encontrava-se na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Vieram, então, para esta região cidadãos de diversas nacionalidades, entre eles ingleses, norte-americanos, caribenhos e asiáticos, todos determinados a desbravar essa fronteira e a construir a maior obra humana na Amazônia Ocidental. Como a melhor tecnologia era a estrangeira, eles chegaram prontos a construir uma estação completa, dotada do que havia de básico e imprescindível para o bom andamento do empreendimento e o bem-estar de seus usuários. Com a chegada dos trabalhadores e do desenvolvimento, a pequena vila de Santo Antônio da Madeira, situada a 7 km ao sul do porto Madeira, ao passar dos anos foi gradualmente se transferindo para as proximidades da nova estação central. Nascia, então, a cidade de Porto Velho. As instalações do complexo ferroviário cresciam, a renda per capita era alta, o comércio vigoroso e o fluxo de estrangeiros intenso. Foi o que bastou para a pequena cidade chamar a atenção de

¹ <http://www.rondonia.ro.gov.br/>

nações distantes com interesses especiais: um pequeno povoado em franco desenvolvimento, uma estrada de ferro e um eldorado latente em plena selva brasileira.

Em 2 de outubro de 1914, Porto Velho era conhecida político-administrativamente como Município e em 13 de setembro de 1943 como capital de novo Território Federal do Guaporé, que mais tarde, em 17 de fevereiro de 1956, passava a se chamar de Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido da Silva Rondon.

Já a moderna história de Porto Velho começa com a descoberta de cassiterita (minério de estanho) nos velhos seringais no final dos anos 50, e de ouro no rio Madeira. Mas, principalmente, com a decisão do governo federal, no final dos anos 70, de abrir nova fronteira agrícola no então Território Federal de Rondônia, como meio de ocupar e desenvolver essa região segundo os princípios da segurança nacional vigentes. Além de aliviar tensões fundiárias principalmente nos estados do sul, por meio da transferência de grandes contingentes populacionais para o novo Eldorado. A cidade (e o estado) tornou-se um novo caldeirão cultural, onde se misturam hábitos e sotaques de todos os quadrantes do país. Esta migração intensa provocou um explosivo crescimento da cidade, particularmente na década de 80.

Candeias do Jamari² foi criada como município em fevereiro de 1992, como área desmembrada de Porto Velho. Surgiu como povoado no cruzamento da BR-29 (hoje BR-364) com o Rio Candeias, afluentes do Rio Jamari, e ficou conhecida como Vila Candeias em homenagem ao rio que banha a cidade.

Quadro 3.6.5.3 - 1 – Ano de criação e formação dos municípios da AII Mesorregional Madeira Guaporé

Municípios da AII	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Candeias do Jamari	1993	Porto Velho
Porto Velho	1943	-

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal - 2009

- **Mesorregião Leste Rondoniense**³

A Mesorregião Leste Rondoniense é composta por 42 municípios, 19 dos quais fazem parte da Área de Influência Indireta da Linha de Transmissão 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01.

² <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

³ As informações dos municípios pertencentes a esta mesorregião foram pesquisadas no site: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

Ariquemes tem em seu nome uma homenagem ao povo indígena Arikemes, habitante original dessa região. Por volta de 1794, o Vale do Jamari, onde surgiu o núcleo que deu origem ao município de Ariquemes, era conhecido pela abundância de suas especiarias nativas, destacando o cacau e o látex da seringueira. A região habitada por extrativistas e índios possuía vários seringais, principalmente o Seringal Papagaios. Nessa época, a região amazônica era desconhecida. A ocupação do Vale do Jamary ocorreu por volta de 1900, principalmente durante o primeiro ciclo da borracha, mas sua ocupação efetiva se deu a partir de 1909 com a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, cuja expedição era chefiada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em 1915, essa região foi delimitada pela resolução nº 735, de 06 de outubro, e denominada 3º Distrito do município de Santo Antônio do Rio Madeira. Período de grande migração nordestina, com os imigrantes ocupando terras e extraíndo as riquezas naturais, especialmente o látex da borracha, de grande procura internacional. Com as altas produções de borracha da Malásia, os seringais amazônicos entraram em decadência, vindo a se recuperar com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que os aliados perdessem os seringais do oriente. A Amazônia via-se envolvida num conflito em função da borracha, iniciando o segundo ciclo econômico com reflexos em todos os seringais já existentes. Novos imigrantes nordestinos surgiram na Amazônia para contribuir com o trabalho na guerra que se desenrolava na Europa e no Oriente. Em setembro de 1943, o Presidente Getúlio Vargas, cria o Território Federal do Guaporé, e a região passou a fazer parte do município de Porto Velho como Distrito de Ariquemes. Houve um fluxo migratório de nordestinos que se transformaram em seringueiros, formando um exército de "Soldados da Borracha". Terminado o conflito mundial, houve a diminuição do interesse pela borracha Amazônica. Em 1958, com a descoberta da cassiterita, minério de estanho, novos contingentes migratórios ocorreram, vindos de diversos pontos do país. Os garimpeiros se estabeleceram em volta do campo de pouso de aeronaves que escoavam a produção do minério, centralizaram suas moradias e os estabelecimentos comerciais. Em fevereiro de 1960, o então Presidente Juscelino Kubstchek de Oliveira, determinou a abertura e construção da estrada que acabou se tornando o leito da BR - 364. No dia 15 de abril de 1970, o Ministério das Minas e Energia, por meio de portaria, proibiu a lavra manual de garimpagem da cassiterita sob argumento de ser predatória, determinando que a exploração das jazidas minerais fosse mecanizada através de empresas. A partir daí, Ariquemes passou a ser apenas ponto de parada ao longo da BR - 364. Em 1972, começaram os estudos realizados pelo INCRA nas áreas desapropriadas, que resultaram nos projetos de assentamento "Burareiro" e "Marechal Dutra". A partir de 1975, esses projetos entram em fase de implantação. O Prefeito de Porto Velho determinou a transferência da sede do Distrito, localizada às margens do rio Jamari, onde atualmente se localiza o bairro Marechal Rondon, para outra

localidade próxima a BR - 364, onde foi instalada a cidade planejada dividida em setores: Institucional, Industrial, Comercial e Residencial. No dia 11 de fevereiro de 1976, a primeira árvore foi derrubada surgindo a Nova Ariquemes. A vila passou a ser chamada de Vila Velha. Houve tentativa de erradicação do vilarejo inicial, visto ser ele cortado ao centro pela BR - 364, que lhe servia de eixo. Apesar das tentativas, o povo ali residiu e ocupou, em grande parte, a área atualmente incluída no plano urbano que representa uma referência histórica do município.

Alto Paraíso foi criado em fevereiro de 1992, como área desmembrada de Ariquemes e Porto Velho. Uma cidade que se originou do Núcleo Urbano de Apoio Rural Marechal Dutra, um dos projetos de assentamento de colonos do INCRA.

O município de **Cacaulândia** foi criado em fevereiro de 1992, também como área desmembrada de Ariquemes, surgindo, primeiramente, como núcleo urbano de apoio rural ao projeto de assentamento dirigido por Marechal Deodoro.

Jaru foi criado em junho de 1981 como município pelo desmembramento dos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná. O povoamento desta região teve início no século XX com a construção de um depósito de um seringal. Em 1912, o arrendatário deste depósito, Sr. Ricardo Cantanhede, dinamizou a exploração de borracha naquele lugar, quando em 1917, Rondon instalou uma estação telegráfica às margens do Rio Jaru, que deu nome a localidade.

Colorado do Oeste foi criado em junho de 1981, como área desmembrada do município de Vilhena, surgindo com a implantação pelo INCRA, em 1975, do Projeto Integrado de Colonização Colorado, depois denominado Paulo Assis Ribeiro, em homenagem ao chefe do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA, que tinha como finalidade encaminhar trabalhadores para os seringais da Amazônia, à época da Segunda Guerra Mundial.

O município de **Corumbiara** foi criado como área desmembrada de Colorado do Oeste e Vilhena, e também tem seu surgimento como núcleo urbano de apoio rural ao Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, com o nome de Nova Esperança.

Cabixi tem este nome em homenagem à tribo indígena Cabixis, e também surge dentro do Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, sendo elevado a categoria de município em julho de 1988, com área desmembrada de Colorado do Oeste.

Chupinguaia foi criada a partir do desmembramento dos municípios de Vilhena e Corumbiara, tornando-se município em dezembro de 1995.

Em meados da década de setenta o INCRA/RO implacou mais um projeto integrado de colonização denominado **Rolim de Moura**, nome escolhido em homenagem a Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro governador da Capitania de Mato Grosso. Em julho de 1977, o Engenheiro Agrônomo Expedito Rafael, executor do INCRA em Cacoal, foi à região com a finalidade de determinar o local para a instalação do núcleo urbano do projeto. Foi escolhido o cruzamento da linha 25 com a linha 184, onde foram feitas as demarcações e distribuição dos lotes urbanos, tendo o povoado recebido o nome do projeto de colonização: Rolim de Moura. Sem nunca ter sido distrito, o povoado de Rolim de Moura foi transformado em município em agosto de 1983, com área desmembrada do Município de Cacoal.

O município de **Castanheiras** foi criado em fevereiro de 1992, com área desmembrada de Rolim de Moura.

Ji-Paraná teve como seus primeiros colonos os nordestinos, que ocuparam a região em 1877. A principal atividade era a extração do látex da seringueira. Na mesma época, chegavam os primeiros missionários, que faziam os primeiros contatos e o acultramento dos nativos e, por necessidade, organizaram a primeira administração do emergente povoado. De 1883 até 1900, ocorreu grande surto da atividade seringalista na região, principalmente às margens do rio Machado e do rio Urupá, e o centro da administração, onde os seringalistas se encontravam para realizar seus negócios, era denominado "pouso redondo". O local posteriormente ficou conhecido como "Dois de Abril" e o lugarejo (atual Ji-Paraná), até o ano de 1909, ficou conhecido pelo nome de Urupá. No ano de 1909, a chegada do Marechal Rondon à embocadura do rio Urupá, marca o local onde foi construída a primeira estação telegráfica da região, denominada de Presidente Pena. O crescimento econômico experimentado pela região, baseado principalmente na imigração atraídos pelo alto preço da borracha amazônica no mercado internacional, obrigou a administração local a melhorar a estrutura física e organizacional da estação telegráfica, como pólo centralizador das ações administrativas, no ano de 1912. Com a desvalorização da borracha em 1920, ocorreu a redução da atividade econômica local, o que motivou também a redução da população, que saía em grande número em busca de novas fontes de renda. Esse período de estagnação econômica durou até o ano de 1950, com a descoberta de diamantes e o início da atividade garimpeira na região. Em 1943, foi criado o Território Federal de Guaporé, instalando dois municípios (Porto Velho e Guajará-Mirim) e vários distritos, dentre eles o Distrito de Vila de Rondônia, pertencente ao município de Porto Velho. Vila de Rondônia recebeu, em 1952, o primeiro administrador do Distrito. A vila tomava novo impulso econômico com a então florescente atividade garimpeira, sem captar para si o desenvolvimento socioeconômico que daí poderia advir, visto que toda

produção garimpeira era voltada à exportação, sem um controle adequado de retenção de divisas. Em 1956 o território muda de nome para Território Federal de Rondônia, o que ocasionava confusão na identificação da Vila com o Território. Em 1960, a vila recebeu com entusiasmo a abertura da BR-029, atual BR-364. Com a abertura da estrada federal, o fluxo migratório da região se tornou mais acentuado, dando início à atuação do INCRA para organizar o processo de organização das terras. Em 1977, foi concedida a emancipação política à Vila de Rondônia, que passou a se denominar Ji-Paraná, em homenagem ao rio que atravessava toda sua área de Sul para Norte.

O município de **Ouro Preto do Oeste** foi criado em 1981, como área desmembrada de Ji-Paraná, e surgiu através do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, realizado pelo INCRA, com um núcleo urbano de apoio rural localizado às margens da BR-364. Em 1915 surgem os primeiros registros sobre a origem do município de **Presidente Médici**, com a passagem da comissão de Rondon pela região, que era habitada por seringueiros e trabalhadores do seringal São Pedro do Muqui. A região permaneceu praticamente imutável até a abertura da rodovia federal BR-364, do início do incentivo à colonização do Estado de Rondônia e da região Norte do país. Os primeiros colonos chegaram ao local da margem da rodovia BR-364, a partir da década de sessenta, instalando-se em quatro barracas ao lado do lamaçal que cobria a estrada. A localidade ficou conhecida como "Trinta e Três" por estar a 33 km da "Vila de Rondônia", atual cidade de Ji - Paraná. A "Vila 33" passou a chamar Presidente Médici e foi elevada a categoria de município em junho de 1981, com área desmembrada de Ji-Paraná.

O povoado de **Nova Brasilândia** surgiu a medida que as frentes migratórias avançavam através da linha 25 do Projeto Integrado de Colonização Rolim de Moura, a partir da BR-364 em Pimenta Bueno. O núcleo urbano foi construído no cruzamento da linha 25 com a linha 126 do referido projeto. O município foi criado com o nome de Nova Brasilândia d'Oeste, em junho de 1987, com área desmembrada do Município de Presidente Médici.

Teixeirópolis surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Ouro Preto, e foi elevado a categoria de município em junho de 1994, com área desmembrada do Município de Ouro Preto do Oeste.

Em 1912, quando Rondon retornou construindo a linha telegráfica que ligaria o Mato Grosso ao Amazonas, implantou uma estação telegráfica na confluência do Rio Apidiá, denominado por ele de **Pimenta Bueno**, com o Rio Barão de Melgaço ou Comemoração de Floriano. A estação telegráfica recebeu o nome de Pimenta Bueno, núcleo embrionário da futura cidade. A localidade de Pimenta Bueno tem crescimento populacional a partir do final da década de sessenta e início da de setenta, por causa

da implantação dos projetos de colonização em Rondônia, sendo elevada a condição de município em outubro de 1977, com área desmembrada de Porto Velho.

Os municípios de **Parecis, Primavera de Rondônia e São Felipe D'Oeste** foram criados a partir do desmembramento do município de Pimenta Bueno. Parecis surgiu como Núcleo Urbano de Apoio Rural, na linha 75, sendo elevado a município em junho de 1994. Primavera de Rondônia surgiu como Núcleo Urbano de Apoio Rural do projeto de Colonização Abaitará, e foi criado como município em junho de 1994. Já São Felipe D'Oeste surgiu de uma invasão de terras na fazenda São Felipe na década de 80, que após muitos conflitos sofreu desapropriação, e os posseiros residentes decidiram que o nome São Felipe deveria permanecer na denominação do projeto de colonização implantado no município de Pimenta Bueno. O município de São Felipe D'Oeste foi criado em junho de 1994.

Quadro 3.6.5.3 - 2 - Ano de criação e formação dos municípios da All Mesorregional Leste Rondoniense

All Mesorregional Leste Rondoniense		
Municípios da All	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Alto Paraíso	1993	Ariquemes e Porto Velho
Ariquemes	1977	-
Cabixi	1989	Colorado do Oeste
Cacaulândia	1993	Ariquemes
Castanheiras	1993	Rolim de Moura
Chupinguaia	1997	Vilhena e Corumbiara
Colorado do Oeste	1981	Vilhena
Corumbiara	1993	Colorado do Oeste e Vilhena
Jaru	1981	Ariquemes e Ji-Paraná
Ji-Paraná	1977	-
Nova Brasilândia D'Oeste	1989	Presidente Médici
Ouro Preto do Oeste	1981	Ji-Paraná
Parecis	1997	Pimenta Bueno
Pimenta Bueno	1977	Porto Velho
Presidente Médici	1981	Ji-Paraná
Primavera de Rondônia	1997	Pimenta Bueno
Rolim de Moura	1983	Cacoal
São Felipe D'Oeste	1997	Pimenta Bueno
Teixeirópolis	1997	Ouro Preto do Oeste

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal. - 2009

(2) Estado do Mato Grosso

• Mesorregião Centro-Sul Matogrossense

A Mesorregião Centro-Sul Matogrossense é formada por 17 municípios, 6 dos quais fazem parte do empreendimento analisado. A cidade mais populosa é **Cuiabá**, capital do Estado, fundada pelos bandeirantes paulistas que estavam, primeiramente, a procura de índios para lavoura, e, mais tarde, atraídos pela descoberta das minas de ouro e diamantes⁴. Em 1719, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil descobriam ouro às margens do córrego da Prainha, denominada “Lavras do Sutil”, hoje Cuiabá. Somente em 1818, Cuiabá é elevada a categoria de cidade, passando a capital em 1835. Na segunda metade do século XIX, com o fim da Guerra do Paraguai e a livre negociação, a cidade ganha força com obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Como pólo avançado no interior brasileiro, centraliza uma região que passa a ter expressiva produção agroindustrial açucareira e intensa produção extrativa, em especial de poaia e de seringa. No século XX, a ligação rodoviária com São Paulo e Goiás e a aviação comercial, a partir de 1940, trouxeram o desenvolvimento da Capital. No entanto, o grande marco de crescimento tem início na década de 70, quando o Governo Federal inicia um programa de povoamento do interior do País, oferecendo vantagens para os interessados⁵, e fazendo com que a população de Cuiabá fosse de 83 mil habitantes em 1970 para 526 mil pessoas em 2007. Hoje a economia da cidade é representada pelo comércio varejista e pela agroindústria, principalmente.

Os municípios de Acorizal e Santo Antonio do Leverger foram criados a partir do desmembramento de Cuiabá. **Acorizal**⁶ foi desmembrado de Cuiabá em 1953 e teve origem essencialmente agrícola, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar. Já **Santo Antonio do Leverger**⁷, antes denominado Santo Antonio do Rio Abaixo, foi desmembrada de Cuiabá em 1899, e também surgiu devido ao cultivo da cana-de-açúcar, possuindo, no final do século XIX, as maiores usinas de açúcar, aguardente e álcool do Estado do Mato Grosso. A decadência da expansão industrial da cana tem início em 1925, e, atualmente, a economia do município tem base principal na agropecuária, pesca e turismo.

4 <http://biblioteca.ibge.gov.br>

5 <http://www.cuiaba.mt.gov.br/cuiaba/index.jsp>

6 <http://biblioteca.ibge.gov.br>

7 www.mtseusmunicipios.com.br

Alto Paraguai⁸ pertencia a Diamantino, sendo elevada a categoria de município em 1953. O primeiro núcleo de povoação se formou devido às lavras auríferas⁹, na primeira metade do séc. XVIII, e posteriormente com a descoberta de diamantes. Em 1850 o ciclo de garimpo se fecha, devido à queda da cotação do diamante, sendo reaberto, apenas, na década de 30, inclusive ganhando fama alguns garimpos no interior do município. Atualmente, as principais atividades econômicas do município são o extrativismo mineral, a agricultura e a pecuária. **Jangada**¹⁰ foi desmembrada do município de Acorizal em 1976 e é uma região que se desenvolveu por estar situada em um entroncamento rodoviário (BR-364/BR-163/MT-358), e por esta razão, ter acesso a diferentes regiões do estado, facilitando o fluxo migratório. A base econômica jangadense hoje é a pecuária¹¹. **Rosário do Oeste** foi elevado à categoria de município em 1861, mas foi fundada em 1750 a partir do desenvolvimento de um povoado que estava situado na passagem para as minas de ouro de Cuiabá¹². A economia do município, nos dias de hoje, gira em torno da agricultura (mandioca, principalmente) e pecuária.

Quadro 3.5.5.3 - 3 - Ano de criação e formação dos municípios da All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense – MT

Municípios da All	Ano de Criação	Município(s) do(s) qual(is) foi desmembrado
Acorizal	1953	Cuiabá
Alto Paraguai	1953	Diamantino
Cuiabá	1719	-
Jangada	1989	Acorizal
Rosário Oeste	1833	-
Santo Antônio do Leverger	1899	Cuiabá

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal - 2009

- **Mesorregião Sudeste Matogrossense**

A Mesorregião Sudeste Matogrossense é constituída por 22 municípios, sendo que 10 fazem parte da Área de Influência Indireta da Linha de Transmissão em estudo. **Rondonópolis** destaca-se por possuir a maior população. Sua ocupação¹³ se dá, primeiramente, através dos índios Bororo, no final do século XIX, seguida por aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas. Em 1902, famílias procedentes de Goiás, Cuiabá e outras regiões do estado formaram o povoado às margens do Rio Poguba ou “Rio Vermelho” – primeira denominação da região. A existência do povoado do Rio Vermelho se oficializa em 10 de agosto de 1915, quando o presidente do Estado

⁸ <http://biblioteca.ibge.gov.br>

⁹ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

¹⁰ <http://biblioteca.ibge.gov.br>

¹¹ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

¹² http://www.rosariooeste.mt.gov.br/?pg=conteudo&id_con=4

¹³ <http://www.rondonopolis.mt.gov.br>

do Mato Grosso – Joaquim da Costa Marques – concede uma reserva de 2.000 ha para a povoação do Rio Vermelho. Acontecem ainda, entre 1907 e 1909, as expedições, comandadas por Cândido Rondon para o estabelecimento de uma linha telegráfica para interligar o Estado do Mato Grosso e do Amazonas com o resto do país. Em 1922 é inaugurado um posto telegráfico às margens do Rio Poguba. Em 1918, o tenente Otávio Pitaluga, que também era deputado e agrimensor, concluiu o projeto de medição, alinhamento e estética da cidade, e ainda altera o seu nome para Rondonópolis, em homenagem a Rondon. Em 1920, Rondonópolis transforma-se em distrito de Santo Antonio de Leverger e comarca de Cuiabá. No mesmo período, com a descoberta do garimpo de diamantes na localidade vizinha denominada Poxoréu, ocorre o despovoamento de Rondonópolis, que passa a ser distrito de Poxoréu em 1938. Em 1947, a cidade retoma o seu crescimento devido à política do sistema de colônias pelo governo do Estado, que fez com que a cidade se desenvolvesse através da agricultura, conseguindo a sua emancipação política em 1953. Na década de 50 e 60 a cidade recebe muitos migrantes mato-grossenses, nordestinos, paulistas, mineiros, japoneses e libaneses para a produção de alimentos. Na década de 70, o município passa por uma “modernização no campo”, incrementando as atividades da soja, pecuária e comércio, e recebendo migrantes sulistas. Em 1980, transforma-se em pólo econômico da região e classifica-se como segundo município do estado em importância econômica, demográfica e urbana. Na década de 90, Rondonópolis projeta-se como a “capital nacional do agronegócio”, e ao mesmo tempo começa a desenvolver o setor agroindustrial.

A história de **São José do Povo**¹⁴ está ligada ao contexto econômico e social de Rondonópolis. O povoado surgiu através da destinação das terras por José Salmen Hanze, sendo criado o município em julho de 1989, e tendo sua economia baseada na cultura do algodão, arroz e milho, além da pecuária. O município de **Pedra Preta**¹⁵ foi desmembrado de Rondonópolis. As terras deste município pertenciam a um japonês – Noda Guenko, que morava em Rondonópolis no início da década de 50 e que planejava transformar suas terras em uma cidade, o que aconteceu em 13 de maio de 1976, e que, hoje, tem sua base econômica na agricultura, onde se destaca o cultivo da soja e da pecuária¹⁶.

Existem três municípios que se originaram pelo desmembramento do território de Cuiabá: Campo Verde, Jaciara e Poxoréu. **Campo Verde**¹⁷ teve o seu primeiro núcleo de povoamento denominado Capim Branco e depois Coronel Ponce, em homenagem

¹⁴ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

¹⁵ <http://biblioteca.ibge.gov.br>

¹⁶ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

¹⁷ <http://www.campoverde.mt.gov.br/>

ao político que governou o estado no início do século XX. O povoamento se deu, primeiramente, através da família Borges, que liderada por Diogo Borges, chegou à região em 1880, vindo de Uberaba – MG, fugindo de perseguições políticas. Já em 1966, fixou-se na localidade a família Côcco, nas margens da BR-070, iniciando uma nova fase migratória com a colonização sulista. Por muitas décadas a região sobreviveu da pecuária e da agricultura de subsistência, mas na década de 70, com a chegada dos migrantes vindo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, houve um impulso na agricultura com o cultivo do arroz e depois da soja. Em 74, um gaúcho, Otavio Eckert, adquiriu terras, fundou uma fazenda e abriu o Posto Paraná, as margens da BR-070, primeiro estabelecimento comercial do povoado e que por muitos anos serviu como nome da localidade. Foi também Eckert que deu origem ao Loteamento Campo Real, iniciando a venda de lotes urbanos e fortalecendo o processo de ocupação ao instalar rede de energia elétrica, posto telefônico, escola e poço artesiano. Em julho de 1988, o município de Campo Verde é criado, e, atualmente, tem sua base econômica¹⁸ na agricultura, pecuária, agroindústria, comércio e turismo ecológico. **Jaciara** teve sua primeira ocupação feita por três famílias vindas de Minas Gerais, a partir de 1877. Mas, somente na década de 40, através da família paulista Ferreira da Costa, ocorreu o desbravamento das terras e o povoamento da região, através da aquisição de terras do governo, criando a CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola Ltda. Desta forma, no início dos anos 50, foi feito o loteamento da área do povoado de São Nicolau, hoje sede do município de Jaciara, que foi elevado à categoria de município em dezembro de 1958. Destaca-se também no ano de 1958 o início da abertura da BR-364, passando por Jaciara. Até a década de 70, predominava na região os paulistas, mineiros e nordestinos. A partir de 1975 migram para Jaciara famílias oriundas do sul do País, que levaram para a região a tecnologia para o cultivo da soja, que junto das culturas de cana-de-açúcar, arroz, milho e pecuárias são as principais atividades econômicas do município nos dias de hoje. Com origem no garimpo, **Poxoréu**¹⁹ recebeu garimpeiros a procura de diamantes no final do sec. XIX. Antes deste período, e sem precisão histórica, esta localidade era povoada por índios Bororos. Com a notícia da descoberta de diamantes em junho de 1924, muitos garimpeiros partem para o sopé do Morro da Mesa, tornando-se este o primeiro nome de Poxoréu, cujo município foi criado em março de 1939. A economia local, atualmente, baseia-se na agricultura (cultivo de soja, milho e arroz), na pecuária e ainda no extrativismo mineral de diamantes.

A primeira denominação de **Juscimeira**²⁰ foi Garimpos, ocupada primeiramente por João Mateus Barbosa, em 1953, através da compra de terras junto às margens do Rio

¹⁸ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

¹⁹ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

²⁰ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

Areias. Devido à fertilidade do solo, a região foi atraída por mais pessoas. José Candido Lima, em 1957, adquire também terras e as divide em lotes, dando início a um povoado denominado Limeira. Em 1968, o nome do então distrito de Poxoréu passa a ser Juscimeira, que se torna município em dezembro de 1979, e tem sua base econômica, atualmente, na cultura da cana-de-açúcar, principalmente, e no turismo.

O município de **Alto Araguaia**²¹, anteriormente denominado de Santa Rita do Araguaia foi descoberto devido à procura de pedras preciosas, mas tendo entre seus primeiros habitantes os índios Bororo. Em janeiro de 1923 foi criada a comarca de Santa Rita do Araguaia, ano que foi marcado por inúmeros problemas com os garimpeiros, que não concordavam que o governo do estado cedesse terras para uma companhia inglesa de exploração de minérios, o que resultou em inúmeras turbulências políticas na região, cessada apenas após o envio das tropas mato-grossenses pelo governo. No entanto, devido a degradação política pela qual o município passava, em 1929, o distrito de Lageado é elevado a condição de vila e, em 1933, a sede de Santa Rita do Araguaia é transferida para Lageado, que passa a município em 1938. Essa situação perdura por pouco tempo, já que Santa Rita do Araguaia retoma sua condição de município em outubro de 1938, mas perde o distrito de Lageado, que passa a ser denominado de Guiratinga. A economia de Alto Araguaia gira em torno do cultivo da soja, pecuária, indústria e comércio. A formação dos primeiros núcleos urbanos no município de **Alto Garças**²² ocorreu no Vale do Rio Café com a chegada de garimpeiros em 1915. A primeira denominação da localidade onde hoje se encontra o município de Alto Garças²³ foi São Vicente, que era parte de uma grande fazenda pertencente a Manoel Bastos. Um decreto estadual de junho de 1928 reservou 3.600 ha de terras desta fazenda para formação de patrimônio. Em fevereiro de 1933 este patrimônio torna-se distrito, com o nome de São Vicente de Bonito, e pertencente à Santa Rita do Araguaia e em 1938 passa para o município de Alto Araguaia. Em 1943 altera o nome para Alto Garças e em dezembro 1953 eleva-se a categoria de município. Sua base econômica, atualmente, encontra-se nas atividades de agricultura, pecuária e extrativismo mineral. A história de **Guiratinga**²⁴ se inicia no final do séc. XIX, com as primeiras incursões realizadas por Antonio Candido de Carvalho. Em 1895, chegaram à região nortistas e nordestinos a procura de seringueiras, e lá se estabeleceram. No mesmo período, veio de Minas e Goiás a família Moraes com o objetivo de criar gado e explorar a agricultura de subsistência. É esta família que inicia a busca por diamantes, que é descoberta por um baiano, Feliciano Sezilo dos Santos, e, desta forma, surge o primeiro garimpo na região. Com a notícia da descoberta de

²¹ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

²² <http://biblioteca.ibge.gov.br>

²³ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

²⁴ <http://www.guiratinga.mt.gov.br/>

diamantes, a região começa a receber migrantes do Nordeste, Goiás e Minas. Até 1929, Guiratinga recebe um acentuado fluxo de migrantes e era conhecida apenas por “povoação do lageado”, pertencendo ao município de Santa Rita do Araguaia. Com o aumento da exploração de diamantes, o povoado passa a condição de vila, denominando-se Vila Lajeado, em setembro de 1929. E março de 1938, Lageado torna-se município e em 1943 passa a se chamar Guiratinga, que hoje tem sua base econômica na pecuária, agricultura e extrativismo mineral.

Quadro 3.6.5.3 - 4 - Ano de criação e formação dos municípios da AII Mesorregional Sudeste Matogrossense – MT

Municípios da AII	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Alto Araguaia	1938	Guiratinga (Lajeado)
Alto Garças	1953	Alto Araguaia
Campo Verde	1989	Cuiabá e Dom Aquino
Guiratinga	1938	Alto Araguaia
Jaciara	1958	Cuiabá
Juscimeira	1979	Poxoró
Pedra Preta	1976	Rondonópolis
Poxoréo	1938	Cuiabá
São José do Povo	1993	Rondonópolis
Rondonópolis	1953	Poxoréo

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal - 2009

• Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense

A Mesorregião Sudoeste Mato-grossense é formada por 22 municípios, dos quais 12 destes fazem parte da Linha de Transmissão em estudo.

Vila Bela Santíssima Trindade²⁵, foi fundada em 1752 por D. Antonio Rolim de Moura, sendo a primeira sede da Capitania de Mato Grosso. Com o passar do tempo, a localidade perde a condição de capital para Cuiabá e passa a chamar-se Mato Grosso, mas em 1979 recebe a denominação antiga de volta – Vila Bela Santíssima Trindade - que tem como principais atividades econômicas, hoje, a pecuária e o extrativismo mineral, além da agricultura de subsistência. **Pontes e Lacerda**²⁶ foi uma região habitada pelos índios nambikwára, que depois receberam, pelos paulistas que chegaram nesta localidade, o nome de kabixi. Primeiramente denominada Vila dos Pretos, o povoado começa a crescer a partir da instalação, em 1906, da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas. Em 1962, foi construída a estrada de Vila Bela Santíssima Trindade e, com a conclusão desta, nasce um novo povoado que ficava a 3 km da Vila dos Pretos. Surge assim, o distrito de Pontes e Lacerda, no município de

²⁵ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

²⁶ http://www.mtseusmunicipios.com.br

Vila Bela Santíssima Trindade, que é emancipado em dezembro de 1979, e tem sua base econômica, atualmente, no extrativismo vegetal e mineral, pecuária e agricultura de subsistência. **Comodoro**²⁷ surgiu pelo movimento dos governos federais e estaduais para estabelecer fronteiras agrícolas no Estado do Mato Grosso, mas bem antes disso a região era habitada pelo povo indígena nambikwára²⁸. Além do mais, vale também destacar a passagem da comissão Rondon pelo território onde nasceria Comodoro, que é fruto de um projeto de colonização surgido em 1983, idealizado por José Carlos Piovezan, dono de extensa área de terras na região, e que organizou uma empresa imobiliária com fins de loteamento, com pretensões de vender 3.235 lotes e abrigar pelo menos 17.000 habitantes no projeto colonizador. O resultado final do projeto foi tido como sucesso total, com a vinda de milhares de pessoas de diversos Estados da Federação, mais especialmente da região sul brasileira. Com o crescimento acentuado permitiu-se a afirmação política de Comodoro, tendo absorvido a sede distrital de Novo Oeste, em março de 1985, e em maio de 1986, é sancionada a lei que cria o município, desmembrando-o de Vila Bela Santíssima Trindade. Hoje, o município tem como principais atividades econômicas a agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal. **Nova Lacerda**²⁹ se constitui num dos mais novos territórios de todo o Estado do Mato Grosso, sendo criado em dezembro de 1995, desmembrada de Comodoro e Vila Bela Santíssima Trindade. Mas, antes disso, esta foi uma região habitada por povos indígenas bororos, cabixis e nambikwára. Também teve seu chão movimentado por inúmeras expedições a partir do século XVIII. A lida garimpeira sempre movimentou esta porção oestina mato-grossense, que também despertou interesse pela riqueza vegetal. Mas foi somente a partir dos programas governamentais de auxílio à abertura de novas fronteiras agrícolas brasileiras que esta região começa a ser colonizada. Hoje, a economia de Nova Lacerda é baseada na agricultura, pecuária e extrativismo mineral³⁰.

O município de **Vale de São Domingos**³¹ foi criado em dezembro de 1999, como território desmembrado de Pontes e Lacerda, e tem sua economia local, hoje, baseada no extrativismo vegetal e mineral, agricultura e pecuária.

Araputanga³², assim como vários outros municípios desta Mesorregião, originou-se em função do movimento de colonização programada do governo estadual, iniciado na década de 1940. De 1953 a 1955, o Dr. Nelson da Costa Marques conheceu e mediu terras entre os rios Jauru e Cabaçal. Separou para si algumas sobras e logo legalizou a

²⁷ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/>

²⁸ <http://biblioteca.ibge.gov.br>

²⁹ <http://biblioteca.ibge.gov.br>

³⁰ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

³¹ <http://biblioteca.ibge.gov.br>

³² <http://www.araputanga.mt.gov.br/>

posse dessas terras. As sobras localizavam-se no Vale das Pitas, do Bugre, da Água Suja e do Córrego Grande. Pelos anos de 1957/58, um grupo de imigrantes coreanos e japoneses adquiriu terras na região, a fim de implantar uma colonização modelo. Pretendiam situar a sede à margem esquerda do córrego das Pitas, onde mais tarde moraria o Sr. José Sato. Denominaram o lugar de Ituinópolis. No entanto, o projeto não vingou e a maioria dos imigrantes foi embora. O Dr. Nelson da Costa Marques, dono de extensa área resolveu lotear sua propriedade. Em 1963, a família Sato tomou a determinação de fundar o patrimônio, ao ser vendido o primeiro lote urbano. Ao povoado deu-se o nome de Paixão, que perdurou durante anos. A atual denominação foi sugerida pelo Dr. Nelson da Costa Marques. Em 1970, foi inaugurada a estrada ligando Araputanga à Cáceres. Em 1975, foi fundada a Cooperativa Agropecuária do Noroeste, que passou a coletar leite de toda a região e a industrializá-lo. Com isso, Araputanga passou a desenvolver-se rapidamente e tornou-se distrito em outubro de 1977, com território jurisdicionado ao município de Mirassol D'Oeste. Em dezembro de 1979 foi criado o município de Araputanga, que tem sua base econômica, nos dias de hoje, na pecuária leiteira, na agricultura e no comércio³³.

Em 1878, assentou-se em **Barra do Rio dos Bugres**³⁴, Pedro Torquato Leite da Rocha, procedente de Cuiabá, acompanhado de familiares. No ano seguinte, 1879, ali chegavam mais famílias e, assim, continuou o povoamento da Barra do Rio dos Bugres, com família chegando para a extração de poaia, borracha e madeira. A essa época, também era intensa a navegação pelo Rio Paraguai, que tinha em Barra do Bugres a passagem das lanchas que faziam linha regular de Cáceres-Corumbá-Montevideo. Cáceres crescia como interposto. Ali lideravam a indústria e o comércio. Em junho de 1910, ocorreu a desapropriação de 2000 hectares de terras dos campos de propriedade de Manoel de Campos Borges para Barra do Bugres, e em julho de 1927, foi reservada uma área de terras para patrimônio da povoação. Em 1938, a denominação de Barra do Rio dos Bugres passa para Barra do Bugres. E, finalmente, em dezembro de 1943, é criado o município de Barra do Bugres. Vale ressaltar, que por volta de 1958, Manoel Rodrigues projetou produzir aguardente, e produziu a Bugrina, aguardente muito disputada pelos conhecedores. Em 1979, a 4 km da cidade, 60 ha de terras eram doados pela prefeitura municipal para o programa do PROBOR 3, com a produção de mudas de seringueiras enxertadas de alta qualidade e resistência a pragas, estendendo à região circunvizinha. Em setembro de 1980, instalou-se em Barra do Bugres a Barralcool Destilaria Barra Ltda, absorvendo a produção canavieira regional. A mesma Barralcool protagonizou, em outubro de 2006, a inauguração da

³³ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

³⁴ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

primeira usina de biodiesel do Brasil. A base econômica do município, hoje, é a agricultura, comércio, agroindústria e pecuária.

Também habitada primeiramente por índios pareci, nambikwara e bororo³⁵, **Jauru**³⁶ nasceu sob a influência do movimento colonizador. No começo da década de 1950, a Companhia Comercial de Terras Sul Brasil, da cidade paulista de Marília, adquiriu área de 250 mil ha, com fins de colonização no município de Cáceres, entre os rios Jauru e Guaporé. Em 1953, Francisco Ângelo Montalar e outros membros da família, em consórcio com Antenor Pereira de Carvalho e Aurélio Mota adquiriram as terras da Companhia Sul Brasil, localizadas entre o Rio Jauru, pela margem direita até a altura da confluência do Rio Santíssimo, Córrego do Bagre e uma parte do município de Mato Grosso. Essas terras adquiridas foram divididas em quatro glebas, e uma parte dos lotes formou a área urbana de Jauru, que primeiramente recebeu a denominação de Gleba Paulista, passando depois a Cidade de Deus. Por fim, deram-lhe a denominação de Jauru, devido ao Rio Jauru. Em 1953, começaram a chegar as primeiras famílias de colonos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Enfrentando todas as dificuldades, o povoado foi crescendo, tornando-se distrito em novembro de 1976 e município em setembro de 1979, tendo sua área desmembrada do município de Cáceres. Atualmente, em Jauru, a principal atividade econômica é a pecuária.

O local do loteamento Gleba Cerejeira, adquirido pela família Fidelis, se tornaria o município de **Lambari d'Oeste**³⁷, que recebe esta denominação em 1956, mas que só foi criado como município em dezembro de 1991.

A denominação do município de **Rio Branco**³⁸ foi em homenagem ao Rio Branco, curso d'água que banha a cidade e também é referência à Colônia Rio Branco, implantada pelo governo do Estado numa área de 200 mil hectares, em maio de 1953. O início da colônia ocorre a partir de ações desenvolvidas por João Augusto Capilé, da Comissão de Planejamento da Produção, que buscava assentar colonos que tiveram problemas em Dourados e Jaciara. O distrito de Rio Branco foi criado abril de 1978, jurisdicionado ao município de Cáceres, elevando-se a categoria de município em dezembro de 1979. Atualmente, as principais atividades econômicas são a agricultura, a pecuária e o extrativismo mineral.

O município de **Reserva do Cabaçal**³⁹ foi criado em maio de 1986, como território desmembrado do município de Rio Branco. Sua ocupação começa com a colonização

³⁵ <http://biblioteca.ibge.gov.br>

³⁶ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

³⁷ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

³⁸ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

³⁹ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

incentivada pelo Estado, que promoveu a chegada de muitas famílias de agricultores a essa região, e que acabou por fundar um povoado às margens do Rio Cabaçal, que, hoje, tem sua base econômica na pecuária, principalmente.

Assim como Rio Branco, a origem do município de **Salto do Céu**⁴⁰ está ligada aos assentamentos de colonos da Colônia Rio Branco, a partir de 1960. Dando prosseguimento à procura de glebas aptas para produção de cereais, João Augusto Capilé Filho, chefe da Comissão de Planejamento da Produção, subiu o Rio Branco, e se deparou com uma enorme queda d'água, denominando-a de Salto do Céu. Em homenagem à queda d'água, o lugar de assentamento dos colonos adotou o nome de Salto do Céu. A chegada de João Carreiro de Sá e de Cipriano Ribeiro Sobrinho assinalou o início da ocupação da terra em Salto do Céu. O município foi criado em dezembro de 1979, como território desmembrado do município de Cáceres, e tem sua economia, hoje, baseada na agricultura e pecuária.

**Quadro 3.6.5.3 - 5 - Ano de criação e formação dos municípios da
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense - MT**

Municípios da All	Ano de Criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Araputanga	1979	Mirassol D'Oeste
Barra do Bugres	1943	-
Comodoro	1986	Vila Bela da Santíssima Trindade
Jauru	1979	Cáceres
Lambari D'Oeste	1993	Rio Branco
Vila Bela da Santíssima Trindade	1746	-
Nova Lacerda	1997	Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade
Pontes e Lacerda	1979	Vila Bela da Santíssima Trindade
Reserva do Cabaçal	1986	Rio Branco
Rio Branco	1979	Cáceres
Salto do Céu	1979	Cáceres
Vale de São Domingos	1999	Pontes e Lacerda

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal - 2009

(3) Goiás

- **Mesorregião Sul Goiano - GO**

A Mesorregião Sul Goiano, da qual fazem parte os 5 municípios goianos a serem atravessados pela Linha de Transmissão 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 01, é formada por 82 municípios, e é a mesorregião goiana que apresenta o maior PIB do Estado.

⁴⁰ <http://www.mtseusmunicipios.com.br>

Registros históricos apontam que, durante o ciclo do ouro (o apogeu foi entre 1751 e 1778), as tribos indígenas eram numerosas no território goiano, apesar da passagem repetida das bandeiras durante mais de 100 anos.

Desde o início da povoação da região, a colonização levou à ocupação das terras indígenas, à escravização dos mais pacíficos e choques intermitentes com tribos que resistiam. Foram vários os choques entre índios e mineradores. Depois de muito insucesso, a partir do Marquês de Pombal, o governo português reconheceu que seria impossível povoar a capitania sem a presença dos índios e lembrou que, desde o princípio, os colonizadores da América do Norte ganharam a benevolência dos índios “por meio da suavidade e brandura, fazendo-os presentes para os atraírem”.

Durante o Século XIX, com a Marcha para o Oeste, especialmente os paulistas e mineiros vieram para o sudoeste goiano em busca de extensas faixas de terras férteis para explorar a atividade econômica agropastoril.

Caçu foi criada a partir da Fazenda Caçu, desenvolvendo povoado, a partir de 1915. Chamada por esse nome, em decorrência da grande quantidade de planta medicinal denominada “Alcaçuz”. Em junho de 1924 foi alçada a categoria de distrito, ainda subordinada ao município de Jataí e estabeleceu-se como município em 1918.

Jataí estava sendo formado como município no final da década de 1890. A história do município, assim como a de todo o sudoeste goiano, constitui a última fase de expansão do gado, que, vindo da zona leste do Brasil, através do rio São Francisco, tomou conta de Minas Gerais e veio até Goiás e Mato Grosso. Em setembro de 1836, o mineiro José Manoel Vilela procedente de Lavras do Funil, hoje cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais, entrou pelo leste através de Rio Verde, nos sertões do sudoeste goiano, fundando uma fazenda de criação de gado às margens do Rio Claro. Foi o primeiro núcleo de povoação que, com terreno doado por Francisco Joaquim Vilela e sua mulher Genoveva Maximina Vilela, tomou o nome de Paraíso. Em 1864, o Presidente da Província de Goiás elevou à Freguesia a capela do Divino Espírito Santo de Jataí, criando-se assim o Distrito de Paraíso de Jataí. Já em 1867, foi lançada a pedra fundamental da Igreja, pelo Padre Antônio Marques Santarém. Atualmente o município é considerado a *capital de grãos* de Goiás, o maior produtor de milho e sorgo do Brasil e maior de soja de Goiás. É o maior produtor de grãos de Goiás e o quinto do Brasil com 1 164 913 toneladas colhidas em 2007.

O processo de ocupação do município de **Mineiros** iniciou com as expedições vindas de Minas Gerais, mais precisamente da região do Triângulo Mineiro, onde começaram a desbravar a região conhecida atualmente como sudoeste goiano. A partir daí,

famílias de fazendeiros começaram a instalar-se na região onde hoje existe a Vila do Cedro. As primeiras famílias que exerceram influência foram os Carrijo, Machado, Resende e Paniago. Com o crescimento do povoado, ergueu-se a primeira igreja, que hoje é a Matriz do Divino Espírito Santo. As famílias se instalaram próximas ao Córrego Moita Redonda, hoje conhecido por Córrego Mineiros. Após ser elevada à condição de povoado e depois vila, em outubro de 1939 ocorreu a emancipação que tornou oficial o Município de Mineiros.

O município de **Santa Rita do Araguaia** surgiu com o povoado chamado “Santa Rita dos Impossíveis”, que começou a se formar em 1890, na margem direita do Rio Araguaia, em terras doadas pelo fazendeiro José Manoel Vicente. Ele cedeu parte das terras de sua fazenda Araguaia para a formação do patrimônio (denominação usada para designar locais e obras da igreja católica). O povoado passou a distrito de Mineiros, em 1911, com a denominação de Santa Rita do Araguaia. Recebeu este nome por estar a 500 metros do Rio Araguaia. O nome do lugar muda, em 1943, para Ivape, termo indígena que significa “Caminho das Frutas”. Ficou conhecido assim até outubro de 1953, quando foi criado o município, que voltou a chamar-se Santa Rita do Araguaia.

O município de **Serranópolis**, antiga Serra do Café, teve origem por volta de 1880, a partir da doação de terras feita por Agostinho Cristiano de Oliveira para a formação do patrimônio (denominação usada para designar locais e obras da igreja católica). No século passado, migrantes de Minas Gerais, São Paulo e Bahia se fixaram na região, em terras próprias para lavoura e pecuária. Em 1914, por lei municipal de Jataí foi criado o Distrito de Serra do Cafezal, devido a presença de grandes lavouras cafeeiras. Com o declínio desta cultura, mudaram o nome do povoado para Nuputira, nome indígena e, em novembro de 1958, o distrito se emancipa, com o nome de Serranópolis indicando as serras que envolvem a cidade.

Quadro 3.6.5.3 - 6 - Ano de criação e formação dos municípios da AII Mesorregional Sul Goiano - GO

Município	Ano de criação	Município(s) do qual foi desmembrado
Caçu	1953	Jataí
Jataí	1895	Rio Verde
Mineiros	1960	Jataí
Santa Rita do Araguaia	1953	Jataí
Serranópolis	1958	Jataí

Fonte: Histórico – IBGE/Cidades

(4) Minas Gerais

- **Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**

A Mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba conta com 66 municípios, 4 dos quais serão atravessados pela Linha de Transmissão, integrando a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento. Figura entre as mesorregiões mais urbanizadas de Minas Gerais, de acordo com o perfil demográfico do Estado elaborado pela Fundação João Pinheiro (2003: 45). A cidade de Uberlândia polariza os demais municípios, como capital regional interestadual, dada a magnitude de seu comércio, além do crescimento da atividade industrial, do centro universitário e da prestação de serviços.

O Triângulo Mineiro pertencia, inicialmente, à província de São Paulo, juntamente com Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Em 1720, Minas Gerais se emancipou, mas o Triângulo, Goiás e Paraná continuaram pertencendo à província de São Paulo. Já em 1748, Goiás também se emancipou e levou consigo o Triângulo. Mas só em 1816, Dom João VI, a pedido de um grupo de fazendeiros, líderes políticos e comerciantes de Araxá, separou o Triângulo de Goiás e o anexou a Minas Gerais. Eles alegavam que Ouro Preto, capital da época, era bem mais próxima do Triângulo do que de Goiás.

Muitos fatores concorreram para o povoamento do território do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, a mesopotâmia do Brasil Central, isto é, território limitado por dois caudais de grande vulto; o Paranaíba e o Rio Grande, que, ao se encontrarem, formam o vértice do triângulo. O escaçamento das minas do Campo das Vertentes, de Ouro Preto e Sabará, despertou a atenção para outras terras.

Os grupos indígenas que dominavam o Triângulo, na época do desbravamento, ofereciam resistência aos viajantes e colonizadores. Nas margens do Rio Grande, localizavam-se os Boróros, os Araxás e os Cataguás. Nas vertentes do Paranaíba, ficavam os Caiapós e os Inás. Os Caiapós não tinham habitação certa, mas dominavam extensa área do Triângulo e se estendiam pelo interior de São Paulo. (JOSÉ, O. 1965; 14 *apud* Paiva) Desde o século XVII, sofreram terríveis ataques, por determinação da Coroa portuguesa, através das bandeiras de apresamento, que matavam os que resistiam. Em 1820, ainda havia perto de mil Caiapós na freguesia de Uberaba. No início do século XX, os remanescentes dos antigos grupos indígenas, inteiramente corrompidos pelos brancos, atuavam como facínoras no Triângulo.

As criações de distritos, municípios e comarcas na região consolidam a presença institucional de Minas no Triângulo. Até 1840, a região tinha somente dois municípios:

Araxá e Uberaba. Ao longo de um século, com o crescimento econômico e intenso povoamento, esses dois enormes municípios foram-se desdobrando. Araxá, município e vila de São Domingos do Araxá, por decreto imperial de 13 de outubro de 1831, que engloba todo o Triângulo, de Uberaba até as divisas do Campo das Vertentes e do Alto Paranaíba. Começam os desdobramentos com a emancipação de Uberaba em 1836, por lei de 22 de fevereiro de 1936; emancipação de Patrocínio em 1840, de Rio Paranaíba em 1848, de Sacramento em 1870, de Ibiá, em 1923, de Perdizes e Santa Juliana, em 1938. Mais tarde começam os desdobramentos de Patrocínio, completando a configuração Atual do Alto Paranaíba. Começam os desdobramentos do município de Uberaba com a emancipação de Prata, em 1851, Frutal em 1888, Uberlândia em 1891, Campo Florido, em 1938, Conceição das Alagoas em 1938, Veríssimo em 1838 e Água Comprida em 1948. (COSTA, J. R. 1970)

De acordo com Carvalho (2008: 2), a área em estudo mineira, desde o século XIX, tem sido marcada pelo desenvolvimento da atividade da pecuária tradicional, de corte e leite. A partir da década de 1970, com a implantação de programas de expansão agrícola do cerrado, aliados a mudanças de estruturas e técnicas para o preparo do solo, o cultivo de grãos foi responsável pela maior modificação que ocorreu na região do Pontal do Triângulo Mineiro (que engloba os quatro municípios mineiros pertencentes à All), alterando as estruturas tradicionais de produção que se mantinham até então. Seguiu-se a hegemonia da pecuária e do cultivo de grãos. A partir de 1999, surge então o avanço de uma reestruturação produtiva no Pontal do Triângulo Mineiro, com a consolidação da plantio de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool combustível, em áreas até então destinadas às atividades tradicionais principais ou a outras atividades de menor expressão local.

Os maiores municípios da área em estudo mineira, tanto em extensão territorial quanto em termos populacionais – Iturama e Santa Vitória -, foram criados no final da década de 40. Os municípios de Limeira do Oeste e União de Minas surgiram na década de 90, sendo que Limeira do Oeste foi desmembrado de Iturama, em 1992.

Iturama⁴¹ teve como seus primeiros habitantes índios da tribo dos caiapós, nas proximidades de uma cachoeira do rio Grande, a uns 20 km da atual sede municipal. O local onde os aborígenes fixaram seu aldeamento, no passado, é, ainda hoje, comumente conhecido e chamado de “Aldeia dos Índios”.

Dada a deficiência de informes históricos, não se pode precisar quem desbravou a região, e quais os primeiros habitantes que ali fixaram residência. O povoamento foi

⁴¹ <http://biblioteca.ibge.gov.br>

paulatino, com origem desconhecida. Em 1890, nas imediações da atual cidade de Iturama, naquela ocasião, município de Campina Verde, havia uma fazenda de vastíssima extensão territorial – “Fazenda Santa Rosa” – de propriedade de Dona Francisca Justiniana de Andrade, que planejou formar ali uma povoação a fim de densificar o povoamento da região, quase um deserto, naquela época. Em 24 de março de 1897, D. Justiniana fez uma escritura pública de doação de seu patrimônio, num total de 189 alqueires, para ser ali erigida uma capela ao Sagrado Coração de Jesus. Após a doação, iniciou-se a venda da área a terceiros, pela Diocese de Uberaba. Com a construção da capela surgiram as primeiras casas do patrimônio resultando, mais tarde, num povoado cujo nome primitivo, como homenagem à sua Fundadora, D. Francisca Justiniana de Andrade, foi homônimo ao de sua fazenda: povoado “Santa Rosa”.

Quando foi criado o distrito, em 1938, permaneceu este com o nome de Santa Rosa, com terras desmembradas do distrito de São Francisco de Sales, subordinado ao município de Campina Verde. Iturama recebeu esta denominação e foi elevado à categoria de município em dezembro de 1948, sendo desmembrado de Campina Verde.

Uma das primeiras pessoas a se estabelecerem na região de **Santa Vitória** foi Manoel Joaquim Alves, vulgo Paranaíba, natural de São Thomé das Letras, que se tornou grande latifundiário no Ribeirão de São Jerônimo Grande. Este latifundiário fez uma doação de um terreno para patrimônio de uma capela a ser edificada, tendo como orago Nossa Senhora das Vitórias da Batalha de Lepanto, a batalha decisiva entre as forças “Cristãs” e as do “crescente”, surgindo daí a denominação de Capela de Santa Vitória. Além de construída a capela, José Joaquim Alves Paranaíba, filho de Manoel Joaquim Alves, chamou o agrimensor Emídio Marques do Prata para medição e demarcação do terreno doado. Em 1898, foi inaugurado o cemitério; em 1904, promove-se um mutirão orientado por Padre Ângelo, para a abertura de um canal de irrigação que levou água do córrego do Boi, afluente do Paranaíba, às proximidades do cemitério, onde se ergueu, ou se reergueu um cruzeiro, em torno do qual se iniciou o núcleo que deu origem ao povoado, mais tarde cidade de Santa Vitória e sede do município do mesmo nome. Os seus primeiros moradores foram Joaquim Coelho, José Luiz Custódio, Salustiano de Moraes e outros.

O distrito de Santa Vitória foi criado em setembro de 1923, subordinado ao município de Ituiutaba, sendo elevado a elevado à categoria de município em dezembro de 1948, desmembrado, então, de Ituiutaba.

Existia em São José do Rio Preto⁴² (SP) um comerciante português chamado Joaquim Gomes Ribeiro, dono de uma casa atacadista de secos e molhados. Os fazendeiros da região estavam acostumados a fazer compras nesse estabelecimento. Conta-se que certa vez um deles não teve dinheiro para saldar suas dívidas com o comerciante. Em troca, deu ao sr. Joaquim a escritura de 400 alqueires de terra. Foi assim que o português ficou dono do território onde hoje está **Limeira do Oeste**. Seu filho, Joamário, veio a Minas para tomar conhecimento da situação das terras e viu que eram muitas. Com a ajuda de um engenheiro agrônomo, fez pequenos sítios, e assim, começaram a chegar pessoas interessadas. Por volta de 1968, o sr. José Cândido de Lima comprou uma parte destas terras e passou a loteá-las. Nascia o povoado que veio a dar origem a Limeira do Oeste. Em 1976, tornou-se distrito e emancipou-se de Iturama em 1992.

Por volta de 1923 vindos do Município de Campina Verde, chegavam ao local denominado “Casinhas” o Sr. Guilherme Simão Nunes, acompanhado de seus pais. Em meados do ano de 1939, casou-se com Maria Garcia Nunes, adquirindo logo em seguida uma gleba onde construiu a sede da fazenda, onde hoje é o Município de **União de Minas**⁴³.

Nesta época surgiram os primeiros comerciantes e moradores, surgindo um povoado com o nome de “Porteirão”. Em 1953, o Sr, Guilherme construiu uma escola em sua propriedade. No ano de 1960, resolveu fazer um loteamento, que foi aprovado sob a Lei 770 de 22 de outubro de 1969, surgindo assim a “Vila Porteirão”. Logo a pequena Vila passou a chamar-se “Bela Vista do Porteirão” pela ampla vista que o local oferecia. Por serem católicos doaram à Diocese de Uberaba meio alqueire para construção de uma capela, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Daí em diante foram chegando várias famílias, entre eles, o caminhoneiro e comerciante Sayd Yunes e o político Élcio de Souza, mudando a denominação de “Bela Vista do Porteirão” para “União. O Distrito de União foi criado em maio de 1976 e instalado sob o Decreto nº 18096, de 25 de setembro de 1976. Em dezembro de 1995 o distrito de União foi emancipado, criando-se o município de União de Minas.

Quadro 3.6.5.3 - 7 - Ano de criação e formação dos municípios da All Mesorregional Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba - MG

Município	Ano de criação	Município(s) do(s) qual(is) foi desmembrado
Ituramã	1949	Campina Verde
Limeira do Oeste	1992	Ituramã
União de Minas	1997	Unai
Santa Vitória	1948	Ituiutaba

Fonte: Histórico – IBGE/Cidades

⁴² <http://www.limeiradooeste.mg.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100131443>

⁴³ <http://www.uniaodeminas.mg.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100131829>

(5) São Paulo⁴⁴

• Mesorregião São José do Rio Preto

Com a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense, em 1912, a cidade de São José do Rio Preto transformou-se em pólo comercial, por onde passavam produtos agrícolas locais e as mercadorias vindas da capital. Na área em estudo, o primeiro município a ser criado foi Itajobi, desmembrado de Itápolis em 1918. Em 1928, seu território foi desmembrado para formação do município de Urupês. Nesta mesma época, surgiram os municípios de Potirendaba, Mirassol, Monte Aprazível e Ibirá, desmembrados de Rio Preto (atual São José do Rio Preto).

A região destacou-se, em meados da década de 1930, como grande área agropecuária de São Paulo, integrada à dinâmica da economia paulista, respondendo por cerca de 14% da produção agrícola e 20% dos efetivos bovinos do Estado. O café era, então, a cultura economicamente mais importante, respondendo por cerca de 63% do valor da produção agropecuária regional e 17% da área cultivada com café do Estado de São Paulo.

Com a crise de 1929, houve forte expansão da indústria e de alguns produtos como o algodão e o açúcar, voltados para o comércio exterior, embora o café continuasse sendo a principal cultura da região.

De 1970 a 1989, a mesorregião de São José do Rio Preto desempenhou papel estratégico na produção de matérias-primas agroindustriais, produtos agrícolas para exportação e alimentos. Nesse período, cresceu o peso das culturas exportáveis mais dinâmicas, como a laranja e, após o lançamento do Proálcool, em 1975, a cana-de-açúcar, para a produção de álcool, além do café e dos produtos da pecuária.

A região constitui, hoje, importante centro comercial e de serviços, industrial e médico-hospitalar, exercendo atração sobre ampla área geográfica, que ultrapassa os limites do Estado de São Paulo, atingindo municípios de Estados vizinhos, como os do sudeste de Minas Gerais, do sul de Goiás e do nordeste do Mato Grosso do Sul.

A Mesorregião São José do Rio Preto contém 109 municípios, 21 dos quais estão incluídos na AII do empreendimento. Os municípios em estudo de criação mais recente são Ouroeste, desmembrado de Guarani d'Oeste em 1995, e Marapoama, desmembrado de Itajobi em 1991.

⁴⁴ Informações baseadas do site <http://biblioteca.ibge.gov.br>

Itajobi surge a partir da doação de terras, em junho de 1884, de Inácio Nantes da Costa. Com a colaboração das famílias Ferreira de Toledo, Costa Ribeiro, Cardoso de Matos, Machado de Oliveira, Ribeiro Ferraz, Machado Magalhães, Tripeno e Sene, foi construída a capela dedicada à Santa padroeira. Em 1894 foram chegando novos moradores, principalmente emigrantes Italianos, Alemães e Sírios, que impulsionaram a agricultura e o comércio. O Distrito de Paz foi criado em agosto de 1906, alterando a denominação de Campo Alegre das Pedras para Itajobi, que segundo Theodoro Sampaio vem do tupi, " itá- jubi", que significa " pedra deitada". Sua elevação a Município ocorreu em outubro de 1918, abrangendo naquela época os territórios de Mundo Novo (hoje Município de Urupês), Roberto (atualmente anexado ao Município de Pindorama) e Marapuama, que ainda existe como Distrito de Itajobi.

Expedições organizadas por José Bernardino de Seixas chega ao sertão de Rio Preto, em 1881. Primeiramente instalou-se junto ao Ribeirão das Bicas, tomando posse de gleba de terra concedida pelo Governo Imperial, mas, devido à insalubridade do local, muito próximo do rio do Cubatão ou Barra Mansa, cheio de alagados, José Bernardino deslocou-se cerca de três quilômetros para o norte, ponto mais alto, onde fundou o patrimônio de São Sebastião da Cachoeira, no Município de São José do Rio Preto. O Distrito de Paz foi criado em agosto de 1906, com o nome de **Ibirá**, que segundo Theodoro Sampaio, no tupi " ybyrá ", significa árvore ou madeira. O Distrito foi elevado à categoria de município em dezembro de 1921, desmembrado de Rio Preto.

O surgimento de **Mirassol** está ligado ao povoamento das nascentes do rio São José dos Dourados, com a instituição da Comarca de São José do Rio Preto, em 1904, pois a região passou a atrair mais desbravadores. Várias fazendas formaram-se em glebas demarcadas por Frederico Meyer, Portugal Freixo e Francisco Crespo, como a do Sertão dos Inácios, Bálsamo, Tatu, Campo e Barra Grande. Dois destes proprietários se reuniram para fundar um patrimônio, os mineiros Joaquim da Costa Penha (o "Capitão Neves") também fundador de Monte Azul Paulista e Neves Paulista, e seu amigo Vítor Cândido de Souza. Em 1910, ergueram um cruzeiro em louvor a São Pedro em terras das fazendas Três Barras, Campo, Piedade e Sertão dos Inácios, fundando a futura povoação de São Pedro da Mata do Una. Em 1912 por sugestão de Joaquim da Costa Penha, foi alterado o nome para Mirassol, em virtude da vista descortinada após a derrubada das matas. Outros atribuem o nome à presença de moitas de girassóis (flor), que no dizer de colonos espanhóis eram "Mirassois". O Distrito policial foi criado em 1914 e em novembro de 1919, já estava instalado o Distrito de Paz, que em março de 1925, foi transformado em Município.

Em meados de 1898, houve um retalhamento do sertão de Rio Preto, no noroeste do Estado, formando sítios e fazendas para venda, que receberam muitos desbravadores, iniciando-se as primeiras lavouras de café e cereais, tendo na Estrada da Boiadeira, ligando São José do Rio Preto ao Porto do Taboado, no Rio Paraná, a via de acesso e escoamento das produções locais. Dois anos depois, João Busto Moreno doou as terras necessárias para formação do patrimônio, tendo como fundador o Capitão Porfírio de Alcântara Pimentel, oriundo de Monte Alto. Próxima ao rio São José dos Dourados, a povoação denominou-se Patrimônio de Água Limpa, sendo nela instalado, em 1912, um Distrito policial e dois anos depois, elevado à categoria de Distrito de Paz, com o nome **Monte Aprazível**, escolhido pelo seu fundador. A construção da Igreja do Senhor Bom Jesus, iniciada em 1919, deu maior dinamismo à construção urbana, principalmente após a instalação da Paróquia, no ano seguinte. O progresso registrado, justificou a criação, em 1924, do Município de Monte Aprazível.

João Antônio de Siqueira adquiriu de Manoel Ponciano Leite, em 1829, cerca de 1044 alqueires de terras, na região de São José do Rio Preto, aí estabelecendo-se com numerosa família. O patrimônio teve início, no entanto, somente em 1905, com a distribuição dos bens entre os herdeiros, realizada pelo engenheiro Luiz Roncati que foi autorizado a reservar uma gleba de 17 alqueires para a povoação, cujo padroeiro seria o Senhor Bom Jesus. Cumprindo condições estabelecidas por ocasião da partilha, Luiz Roncati autorizou José Rodrigues da Costa, vulgo Carioca, a construir casas no arraial, que seriam vendidas à medida que surgissem os interessados. As primeiras casas de pau-a-pique começaram a ser edificadas em 1907, substituídas em pouco tempo, por alvenaria, sendo a primeira unidade adquirida por José Contador. Iniciativa marcante no desenvolvimento da povoação, então conhecida por Três Córregos, foi a construção da capela, erigida por Lourenço Siqueira, Manoel Bento e outros. Em 1910, Manoel Mario da Silva estabeleceu a primeira casa comercial e, no ano seguinte, foi instalado o distrito policial. A povoação continuou seu desenvolvimento sendo criado, em 1919, o Distrito de Paz, com a denominação **Potirendaba**, que foi elevada a categoria de município em dezembro de 1925.

Nova Aliança é proveniente da fazenda Bela Aliança, que ficava no município de São Joaquim da Barra. Zeferino Gottardo, Gasparo Iraldi, Jorge Galvão e Luiz Guilherme, em 1910, resolveram fundar um povoado na margem direita do Ribeirão Borboleta. Devido à proximidade de Rio Preto (atual São José do Rio Preto) ao qual pertenciam as terras compreendidas entre os Ribeirões Fartura e Borá, aliado à qualidade das terras, o povoamento se fez de modo acelerado, principalmente ao longo da vertente do Ribeirão Borá, ocupando-se principalmente da cultura do café, do arroz e da cana-de-açúcar. O Distrito de Paz foi criado em 1926, no Município de São José do Rio Preto

e a autonomia foi concedida em 1944, com o nome de Nova Aliança, em alusão ao local de origem de seus fundadores, fazenda Bela Aliança.

As terras férteis da região já eram conhecidas desde o início deste século e foi este fator que levou o desbravador de matas e fazendeiro, Joaquim da Costa Penha, o Capitão Neves, mineiro e antigo morador de Jabotical, também fundador de Monte Azul Paulista e Mirassol, adquirir gleba do fazendeiro Vilela. Em de maio de 1922, Capitão Neves, auxiliado por Waldemar e José da Costa Spindola, José Francisco Matarezi, Joaquim Pedro da Silva e Gerônimo Chico, ergueram um cruzeiro no local que constitui o divisor de águas entre os córregos da Água Limpa, o de Jacutinga e o Ribeirão do Jacaré, fundando o patrimônio do "Canto Chão", sob a invocação de Nossa Senhora da Aparecida. Em setembro do mesmo ano foi rezada missa na capela erguida junto ao cruzeiro. A primeira riqueza explorada foi a madeira, retirada das matas derrubadas para implantação das lavouras, seguindo-se a cultura de milho, arroz, feijão e, sobretudo, o café. O Distrito de Paz foi criado em dezembro de 1927 recebendo o nome de Vila Neves, primeiramente em território de Monte Aprazível e depois de Mirassol (1937). Em novembro de 1944 é elevado a município com o nome de Iboti. Em 1948, em homenagem ao seu fundador, o nome foi alterado para **Neves Paulista**, diferenciando-a de homônimas em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 1927, Joaquim Antônio Pereira, junto com os irmãos Francisco Joaquim e Bertolino Arnaldo da Silva, adquiriram mil alqueires de terras, nas proximidades das fazendas Santa Rita e Marinheiro, que, com Afonso Cáfaró, iniciaram as lavouras de café. Em 1938, Carlos Barozzi fundou o patrimônio que levou seu nome, mais tarde denominado Brasilândia. Próximo a este núcleo, Joaquim Antônio Pereira determinou o levantamento topográfico de uma área destinada à implantação do patrimônio Vila Pereira, tendo aí erguido um cruzeiro, em 1939, e construído uma capela, mais tarde demolida para construção da Igreja matriz. As duas vilas disputavam a liderança no progresso quando, em 1943, receberam a visita de Fernando Costa, então Interventor Federal do Estado de São Paulo. Por sugestão deste, os fundadores uniram as vilas, dando origem a **Fernandópolis**, cujo nome foi escolhido em homenagem ao Interventor. Portanto, em novembro de 1944 é criado o distrito de Fernandópolis, sendo elevado a categoria de município em 1945, como área desmembrada de Tanabi e Pereira Barreto.

Com a quebra do café em 1937, Francisco Schmidt, cafeicultor de imensa área, a título de pagamento por empréstimos contraídos, entregou terras à firma Theodoro Wille & Cia Ltda. O Procurador desta, Carlos Heldwing e o engenheiro Guilherme Von Trubach fundaram a Companhia Retalhadora de Terras, para loteamento das terras de

Francisco Schmidt. A grande distância, na época, do loteamento de outros centros, levou o empreendimento ao fracasso. Para cobrir o déficit da Companhia, Demétrio Acácio de Lima, Sebastião Braga, Paschoal Albanese e os engenheiros Von Trubach e Otávio Rittel, para atrair compradores dos cafés fundaram em 1937, um patrimônio do contraforte do espigão Viradouro. A escolha do nome do patrimônio ficou a cargo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo, denominando-o Votuporanga, que, na língua tupi, significa vento bom (ibytu = ar, brisa; poranga = bonito, bom). Em 1940 foi criado o distrito de **Votuporanga**, no município de Monteiro, e em 1948, Votuporanga é elevado a categoria de município, como desmembramento de Tanabi.

Por volta de 1940 a Estrada de Ferro Araraquarense demandava rumo ao extremo oeste de São Paulo, atingindo a cidade de Votuporanga. Os grandes proprietários da região, motivados pela fácil comunicação com outros centros, passaram a lotear suas terras em pequenas fazendas, para facilitar o povoamento. O povoado de Jacilândia (terra da lua) nasceu desse movimento, quando as primeiras famílias dos pioneiros Rafael Cavalin e Ramon Céspedes Ramos adquiriram, em 1943, uma gleba de 28 alqueires de terras, de José Honório Filho. Procederam loteamento das terras, dotando o patrimônio de largas avenidas e ruas. Os novecentos lotes foram todos vendidos em menos de um ano, para os que chegavam das zonas Mogiana, Noroeste e Sorocabana. Na ocasião da emancipação política, em 1948, ocorreu a alteração do nome Jacilândia para Valentim Gentil, em homenagem ao Deputado Estadual, então Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Em maio de 1926, Cândido Poloni levantou, na sede da fazenda de sua família, um cruzeiro em torno do qual se formou a povoação de Vila Rosa, assim denominada em homenagem à sua mãe. Próximo ao núcleo, desenvolvia-se outro, Vila Colombo, elevado a Distrito de Paz, em 1928, no Município de Mirassol. As duas vilas passaram a receber grandes famílias, principalmente imigrantes italianos, que se dedicavam à cafeicultura. Formaram-se novas fazendas que propiciaram o progresso da região, Vila Rosa superou sua vizinha e, assim, a sede do distrito foi transferida para essa, em 1932, que no ano seguinte passou a denominar-se Vila Poloni. Em 1953 foi criado o município de **Poloni**, como área desmembrada de Monte Aprazível.

Indiaporã nasceu da iniciativa de Hipólito de Moura, Alcides Borges da Silva e Francisco Leonel Filho em formar um patrimônio, e que foi concretizada por Luiz Antônio de Amorim, proprietário local, que em 1940, doou uma gleba para implantação da praça da Matriz, onde foi levantado um cruzeiro marcando a fundação da povoação. O fundador encarregou o engenheiro José Dantas para proceder a demarcação dos 97 lotes iniciais da povoação de Indianópolis, assim denominada. Muitas famílias afluíram ao núcleo, onde estabeleceram agricultura, pecuária, pesca e extração de minerais. O

rápido progresso possibilitou a criação do Distrito de Paz, em 1948, com topônimo hídrico Indiaporã, cujo radical indígena " porã " significa bonita ; portanto " Índia bonita", em homenagem aos índios goytacazes que viviam na região. Indiaporã tornou-se município em dezembro de 1953, com área desmembrada de Fernadópolis.

Meridiano foi fundada em 19 de março de 1940 por João Pereira e Ernesto Cavalin, que inicialmente adquiriram terras no núcleo dos atuais córregos São João, Maravilhas, Das Pedras e Marinheiro. Paralelamente surgiram arrendatários e pessoas interessadas em fixar residência naquela localidade para iniciar o plantio de cebola e a criação de gado, principalmente. Deste princípio nasceu em 1940 o povoado dividido em duas partes com os nomes de São João da Maravilha e São José da Maravilha, que em pouco tempo se fundiram, passando a ser chamado de Meridiano. O Distrito de Meridiano foi criado em dezembro de 1948, no Município de Fernandópolis, sendo elevado à categoria de município em fevereiro de 1959.

Jaci, outrora conhecida por Miralua, foi fundada por Cassiano Macial de Pontes, fazendeiro residente nas cercanias do atual Município, desde os idos de 1890. O Coronel Cassiano, Alcides do Amaral Mendonça, João Mendes de Oliveira, Claudino Gomes de Oliveira e outros, tiveram a idéia da edificação da Vila. Em setembro de 1925 a Vila passou a Distrito Policial. Em dezembro de 1925 passou a Distrito de Paz, e, em fevereiro de 1959 foi elevado a categoria de município com a denominação de Jaci, desmembrado dos municípios de Mirassol e Neves Paulista.

Macedônia então, localizada na região da Alta Araraquarense, iniciou o seu povoamento antes da chegada dos trilhos da antiga Estrada de Ferro Araraquarense, tendo por eixo a Estrada Boiadeira, onde foram surgindo as fazendas de lavouras e de criação. O município foi criado a partir da fazenda de Inocência de Paula Eduardo com o Patrimônio de Ecatu e desenvolveu-se a idéia da criação da cidade em 1946. Em 1948 se estabelece como distrito de Fernandópolis e somente em 1964, foi desmembrada de Fernandópolis e instituída como município.

O Noroeste Paulista começou a ser explorado por Euphy Jales, fundador de Jales, e companhias de colonização, como a CAIC, fundadora de Santa Fé do Sul, que motivou a fixação de povoadores atraídos pela fertilidade dos solos, facilidade de aquisição de terras e, principalmente, pela infra-estrutura básica implantada, destacando-se a Estrada de Ferro Araraquara. Assim, Antônio Zacarias de Oliveira e Antônio Flávio de Oliveira doaram, em março de 1945, parte de suas terras para formação do patrimônio de **Guarani d'Oeste**, cujo loteamento ficou sob a responsabilidade de Antônio Ribeiro. Vários estabelecimentos comerciais foram instalados e, em torno deles, as primeiras residências. O município criado com a denominação de Guarani d'Oeste ocorreu em fevereiro de 1959, desmembrado de Fernandópolis.

Em 1905 o sertanejo Januário Alves Ferreira, natural do Distrito de Tanabi e possuidor de uma gleba de terras de mais ou menos 2000 alqueires situados entre o Córrego do Retiro e o Córrego Fundo, afluentes da margem esquerda do Rio São José dos Dourados, doou uma área de 270 alqueires ao patrimônio de São Sebastião. Nessa área foi construída uma capela coberta de palha e em sua volta foram sendo construídos os ranchos de pau-a-pique cobertos de sapé dos primeiros moradores da povoação, que se iniciava com o nome de Ribeirão. O povoado de Ribeirão foi elevado a distrito em 1953 com o nome de **Sebastianópolis do Sul**, em homenagem ao seu padroeiro e com o intuito de se fazer a devida distinção com o antigo Distrito de Sebastianópolis situado na região, então já elevado a Município de General Salgado. Elevado à categoria de Município em fevereiro de 1964, desmembrado de Monte Aprazível.

O distrito de **Marapoama** foi criado em janeiro de 1936, em território pertencente ao município de Itajobi. Consolidou sua emancipação política em dezembro de 1991, quando tornou-se município.

Ouroeste foi criado em outubro de 1990, no município de Guarani d'Oeste e elevado à categoria de Município em dezembro de 1995.

Pedranópolis foi criado a partir das primeiras famílias a se fixarem no Sertão do Marimbondo, chegaram por volta de 1936, quando adquiriram glebas da Fazenda Marimbondo. João Gonçalves Leite e José Pagne em 1937 fundam o núcleo urbano de Pedranópolis atraindo novos moradores. Em 1944 passa a se estabelecer como distrito de Fernandópolis e somente em 1964, se institui município. **Urupês** em 1913, a partir da doação de 40 alqueires de terras por Maria Cardoso e seu filho Bernardino Cardoso, desenvolveu-se o núcleo urbano, principalmente em função da economia cafeeira. Em setembro de 1928, foi elevado a município, tendo o nome alterado em novembro de 1944 para “Urupês”, que no tupi significa um tipo de cogumelo ou “orelha de pau”

Valentim Gentil a partir do desenvolvimento da Estrada de Ferro Araraquarense, em 1940 procederam loteamento das terras, dotando o patrimônio de largas avenidas e ruas ainda denominada Jacilândia. Na ocasião da emancipação política, em 1948, ocorreu a alteração do nome Jacilândia para Valentim Gentil, em homenagem ao Deputado Estadual.

Quadro 3.6.5.3 - 8 - Ano de criação e formação dos municípios da All Mesorregional São José do Rio Preto - SP

Município	Ano de criação	Município(s) do(s) qual(is) foi desmembrado
Fernandópolis	1944	Tanabi e Pereira Barreto
Guarani d'Oeste	1960	Fernandópolis
Ibirá	1921	Rio Preto
Indiaporã	1953	Fernandópolis
Itajobi	1918	Itápolis
Jaci	1959	Mirassol e Neves Paulista
Macedônia	1964	Fernandópolis
Marapoama	1991	Itajobi
Meridiano	1959	Fernandópolis
Mirassol	1924	Rio Preto
Monte Aprazível	1924	Rio Preto
Neves Paulista	1944	Monte Aprazível e Mirassol
Nova Aliança	1944	São José do Rio Preto
Ouroeste	1995	Guarani d'Oeste
Pedranópolis	1964	Fernandópolis
Poloni	1953	Monte Aprazível
Potirendaba	1925	Rio Preto
Sebastianópolis do Sul	1964	Monte Aprazível
Urupês	1928	Itajobi
Valentim Gentil	1948	Votuporanga
Votuporanga	1948	Tanabi

Fonte – Histórico – IBGE/Cidades e Perfil Municipal – Governo do Estado de São Paulo

- **Mesorregião Araraquara**

A Mesorregião Araraquara possui uma produção agropecuária importante, associada a uma agroindústria de grande dimensão.

A região estruturou-se economicamente a partir de meados do século XIX, com o café. Em 1866, era criado o município de Araraquara, desmembrado de Piracicaba. O grande impulso veio com a construção da Companhia de Estrada de Ferro do Rio Claro, que ligou a região a outras importantes ferrovias, fazendo chegar ao Porto de Santos suas mercadorias e, à mesorregião, a mão-de-obra imigrante.

Com a cultura cafeeira, surgiram vários segmentos urbanos, a agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas, a indústria, o setor externo, a intermediação financeira, o comércio atacadista e varejista, os serviços de apoio à produção, os transportes urbanos, a construção civil, a infraestrutura urbana, etc. Nesta época, foram criados os municípios de Itápolis (1906) e Tabatinga (1925), desmembrados de Ibitinga. A crise do café, por sua vez, abriu espaço para novas culturas, como laranja, abacaxi, banana, algodão e cana-de-açúcar.

Araraquara construiu grande parte de seu setor industrial a partir do aproveitamento de produtos agrícolas, como as agroindústrias sucroalcooleiras, de processamento e refino de óleos vegetais e de frutas cítricas.

A Mesorregião Araraquara contém 21 municípios, 8 dos quais serão atravessados pela Linha de Transmissão.

Quadro 3.6.5.3 - 9 -Ano de criação e formação dos municípios da All Mesorregional Araraquara - SP

Município	Ano de criação	Município(s) do(s) qua(is) foi desmembrado
Araraquara	1866	Piracicaba
Bocaina	1891	Jaú
Boa Esperança do Sul	1898	Araraquara
Itápolis	1906	Ibitinga
Bariri	1906	Jaú
Tabatinga	1925	Ibitinga
Nova Europa	1953	Tabatinga
Gavião Peixoto	1995	Araraquara

Fonte: Histórico – IBGE/Cidades - 2009

Araraquara teve origem a partir das explorações de Pedro José Netto, oriundo de Minas Gerais, que em 1807, fixou-se nos campos de Araraquara. Em 1809, juntamente com seus filhos, requereu a posse de uma sesmaria, cujos domínios principiavam no Morro do Espigão que verte para o córrego do Brejo Grande, buscando o Ribeirão do Barreiro. Com o aparecimento de novos exploradores, Pedro José Netto indicou-lhes a existência de terras devolutas, contíguas à sua, para que eles, por meios regulares, também se estabelecessem e se tornassem senhores dos respectivos territórios. Essas sesmarias foram demarcadas oficialmente entre 1812 e 1819. A Sesmaria do Ouro foi o local escolhido para Pedro José Netto iniciar a povoação de Araraquara, em 1812, onde, com seus filhos, erigiu uma capela. Nas grandes propriedades rurais, características da região durante a primeira metade do século XIX, plantava-se cana-de-açúcar e milho, ao lado de outros cereais. Os rebanhos eram constituídos, em sua maioria, por suínos e bovinos. A partir de 1850, as plantações de café substituíram as culturas de cana e cereais da zona araraquarense, tornando-se o produto de maior importância na economia local. A cana-de-açúcar somente voltou a ser cultivada a partir de 1929, sendo hoje um dos principais produtos agrícolas. O Distrito de São Bento de Araraquara foi criado em outubro de 1817, subordinado ao município de Piracicaba. Foi elevado à condição de comarca em abril de 1866. Tornou-se vila com a denominação de São Bento de em agosto de 1832, desmembrado de Piracicaba. Em

abril de 1866, torna-se comarca abril de 1866, e em 1889 é elevado à condição de cidade, com a denominação de Araraquara.

Nas proximidades do rio Jacaré-Pipira, junto a um boqueirão no meio da mata, foi fundada pelo Capitão Bento Bernardes Rangel e Luiz Valladão de Freitas, a povoação de “Arraial de São João”, mais tarde chamada São João da Bocaina. O nome decorreu da devoção ao santo das festas juninas, época em que se deu a fundação, e “Bocaina” em virtude do grotão ou boqueirão junto ao qual foi instalado o povoado, em terras doadas por José Inácio e seu sobrinho José Inácio Alvarenga. Em 1890 São João da Bocaina foi elevado a distrito policial e no ano seguinte, em fevereiro, foi criado o distrito de Paz, que, em julho 1891, transformou-se em município. Em 1938, passou a denominar-se simplesmente **Bocaina**.

Localizado entre os rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pipira, em terras de Araraquara a pedido de Manoel Jorge de Marins, foi formado em 1887, o Patrimônio da Capela de São Sebastião, às margens do ribeirão Boa Esperança, onde já existia uma pequena capela. As terras para a povoação foram doadas por Marcella Martha de Jesus, Joaquim da Costa Sobrinho, Amanicho de Oliveira Sardinha, Antônio José da Motta, Lourenço José de Faria, Maria Rita de Camargo e Joaquim Francisco da Cruz que, entre 1850 e 1904, foram sendo agregadas ao Patrimônio, totalizando 209 alqueires. Nessa ocasião, o lugar ficou conhecido como capela de São Sebastião de Boa Esperança. Sua elevação a distrito de Paz deu-se em julho de 1895, com o nome de Boa Esperança, em região do ribeirão que banha a localidade. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Boa Esperança, em julho de 1898, desmembrado de Araraquara. Em 1944, passou a chamar-se **Boa Esperança do Sul**.

Em 1842 os mineiros de Santo Antônio do Machado, Miguel Pereira Landim e Pedro Alves Oliveira o “Velho Amaro”, e suas famílias, fixaram-se as margens do Ribeirão dos Porcos, região conhecida como “Boa Vista”. Em 1856, quando Pedro Alves de Oliveira adquiriu a propriedade Boa Vista, começaram a surgir as primeiras divergências entre os Landins e os Amaros, cuja separação foi determinada pela escritura lavrada na aquisição da mesma. Os Landins dirigiram-se para um lado, onde fundaram um novo povoado, denominando-o Vila do Senhor Bom Jesus do Ibitinga (atual Ibitinga), e os Amaros, para as margens do Córrego das Pedras, onde Pedro Alves de Oliveira doou em 1862, 112a.e $\frac{3}{4}$ de terras ao Divino Espírito Santo, surgindo, desse modo, a capela de Espírito Santo do Córrego das Pedras. Com a morte do fundador, em 1885, seus herdeiros passaram a vender seus quinhões inventariados, dividindo, assim, a grande propriedade, multiplicando o povoamento. No ano seguinte foi criado no povoado, a freguesia de Espírito Santo do Córrego das Pedras (categoria equivalente a Distrito) e,

em 1891, foi elevado a vila, com prerrogativas de Município, com o nome de Boa Vista das Pedras. Em 1906 o nome Boa Vista das Pedras foi reduzido para Pedras e, em 1910, mudou para **Itápolis**.

As terras entre os rios Tietê e Jacaré-Pipira, quase na sua confluência, como parte dos Campos de Araraquara, desde o século XVIII eram freqüentadas pelos bandeirantes por constituir ponto de passagem nas penetrações nos sertões de Goiás e Mato Grosso. Em 1833, José Antônio de Lima e seu cunhado, Álvaro Corrêa Arnau, tomaram posse desse território. José Antônio de Lima ficou com a área banhada pelos ribeirões Sapé e Palmital até o rio Tietê, onde instalou a sua sede, a qual chamou de “Sítio do Tietê”, que passou a ser o núcleo do Bairro do Tietê. Com a chegada de João Leme da Rosa em 1858, que tomando posse de gleba no Bairro do Tietê, fez doação de 30 alqueires de terras para construção de uma capela em louvor a Nossa Senhora das Dores. Novos moradores foram se fixando em torno da capela, nos lotes vendidos por Leme da Rosa, provocando o desenvolvimento do núcleo que passou a se chamar “Nossa Senhora das Dores do Sapé”, mais tarde “Sapé do Jair. Em 1877 com a eleição de Antônio José de Carvalho como representante de Sapé na Câmara de Jair, tornou-se possível a elevação a Distrito de Paz, e em junho de 1890, à Freguesia, com o nome de Bariri. Em dezembro de 1906, **Bariri** eleva-se a condição de cidade.

Em fins do século XIX existiam na região, dois grandes núcleos, a Fazenda Santana e Fazenda São João das Três Barras, cujos domínios vieram a constituir o atual Município. A fazenda São João das Três Barras era assim denominada por fazerem nela, convergência de três córregos: São João, o córrego do meio e o córrego do Cavalo. Joaquim Pinto Ramalho doou ao Bispado de São Carlos vinte alqueires de terras, à margem esquerda do Córrego do Cavalo. Nesta gleba começou a surgir uma pequena povoação, quando João Satyro instalou uma pequena taberna. Nessa época D^a. Mariana Antonia de Jesus, uma das herdeiras da fazenda São João das Três Barras, doou uma segunda gleba - dez alqueires - ao Bispado de São Carlos, à margem direita do Córrego do Cavalo. O progresso acentuou-se e a lavoura tomou incremento. Isso levou Ibitinga, a quem pertencia a povoação, a instalar um Distrito Policial, com o nome de Jacaré. Logo depois a denominação foi substituída para **Tabatinga**. Em 1911, Tabatinga foi elevada à categoria de Distrito de Paz, continuando a pertencer ao Município de Ibitinga. Em 1925, foi elevado a município.

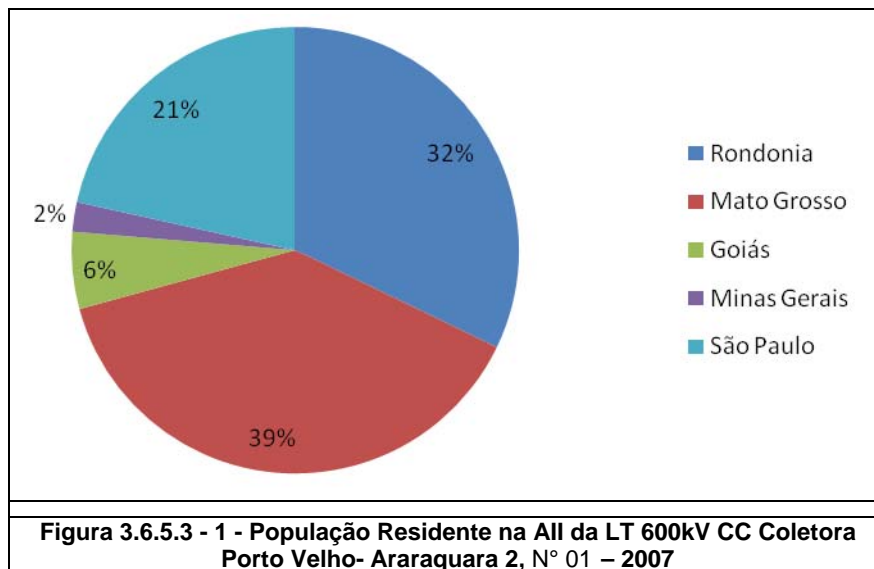
As origens do povoamento do Cambuty remontam ao século XIX, quando em 1815, foi concedida uma sesmaria, nos sertões de Araraquara, ao Coronel Joaquim José Pinto de Moraes Leme. A colonização, no entanto, iniciou somente em 1906, quando o Governo do Estado adquiriu do Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto,

herdeiro do antigo sesmeiro, parte das terras para instalação dos núcleos coloniais de Nova Europa, Nova Paulicéia e Gavião Peixoto. Nesses núcleos foram criados vários incentivos para atrair imigrantes, residentes ou não no País: isenção de pagamento antecipado para aquisição de lotes, longos prazos de pagamento, campo de demonstração. A Estrada de Ferro de Dourado, com ponto inicial em Ribeirão Bonito, onde fazia conexão com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, uniu os núcleos, em 1908, possibilitando o rápido escoamento da produção agrícola local. O núcleo de **Nova Europa** - assim denominado em homenagem aos imigrantes europeus, destacou-se dos demais, devido à alta produção de café, arroz, algodão, milho e outros cereais. O Distrito foi criado com a denominação de Nova Europa, em dezembro de 1913, subordinado ao município de Ibitinga, sendo elevado à categoria de município em dezembro de 1953, desmembrado de Tabatinga.

Gavião Peixoto, primeiramente, foi criado como distrito com a denominação de Nova Paulicéia, em outubro de 1912, com sede no núcleo colonial de mesmo nome, no Município de Araraquara. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Gavião Peixoto em dezembro de 1995.

b. Caracterização da População Residente

A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01 atravessará o território de 87 municípios, divididos em cinco Estados brasileiros: Rondônia (21), Mato Grosso (28), Goiás (5), Minas Gerais (4) e São Paulo (29). Estes 87 municípios, que constituem a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, juntos, no ano de 2007, perfaziam uma população de 2.767.170 habitantes. Deste total, a maior parte residia nos Estados de Mato Grosso (37,8%) e Rondônia (31,5%). Os dois municípios mais populosos da AII são as capitais destes dois Estados, Cuiabá (526.830 habitantes) e Porto Velho (369.345 habitantes).



Para permitir a compreensão das diferenças regionais entre os municípios em estudo, eles foram agrupados de acordo com as mesorregiões às quais pertencem. Assim sendo, os conjuntos de municípios da All pertencentes a diferentes mesorregiões constituem as Alls mesorregionais do empreendimento. Nos estados de Goiás e Minas Gerais, onde há poucos municípios a serem atravessados pela LT (5 e 4, respectivamente), todos pertencentes às mesmas mesorregiões, as Alls mesorregionais são compostas pela totalidade dos municípios em estudo nestes estados, cujas populações correspondem a 5,6% e 2,1% da população residente na All do empreendimento. Destacam-se como municípios mais populosos os municípios de Jataí (81.972 habitantes), em Goiás, e Iturama (31.495 habitantes), em Minas Gerais.

Nos demais estados, a área em estudo é composta de mais de uma All mesorregional. No Estado de Rondônia, os municípios foram divididos em All Mesorregional Madeira-Guaporé, que inclui a capital, Porto Velho, e o município de Candeias do Jamari, e All Mesorregional Leste Rondoniense, onde se inserem os outros 19 municípios a serem atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 01 no Estado, e onde reside 17,9% da população da All do empreendimento, destacando-se como o mais populoso o município de Ji-Paraná (107.679 habitantes).

No Estado do Mato Grosso, os 28 municípios da All foram divididos em All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense, que inclui a capital Cuiabá e é a mais populosa All mesorregional do empreendimento (21,6% da população da All); All Mesorregional Sudeste Matogrossense, onde reside 11,4% da população da All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 01 com 10 municípios, destacando-se Rondonópolis como o mais populoso; e All Mesorregional Sudoeste

Matogrossense, que contribui com 5,6% da população da All, composta por 12 municípios, destacando-se, em termos populacionais, o município de Pontes e Lacerda (37.910 habitantes).

No Estado de São Paulo, há 8 municípios incluídos na All Mesorregional Araraquara, onde residem 11,4% dos habitantes da All do empreendimento, figurando Araraquara como o município mais populoso de toda a área em estudo paulista – 195.815 habitantes. Os demais 21 municípios paulistas em estudo constituem a All mesorregional São José do Rio Preto, com 11,7% da população residente na All da LT tendo como município mais populoso Votuporanga – 77.622 habitantes, em 2007.

Quadro 3.6.5.3 - 10 - População Residente na All – 2007

Alls Mesorregionais e Total All	Número de municípios	População residente	(%) All	(%) Estado
All Mesorregional Madeira Guaporé (RO)	2	386.081	14,0	26,6
All Mesorregional Leste Rondoniense (RO)	19	486.292	17,6	33,5
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense (MT)	6	585.790	21,2	20,5
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense (MT)	10	308.822	11,2	10,8
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense (MT)	12	152.234	5,5	5,3
All Mesorregional Sul Goiano (GO)	5	151.259	5,5	2,7
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)	4	58.072	2,1	0,3
All Mesorregional Araraquara (SP)	8	316.065	11,4	0,8
All Mesorregional São José do Rio Preto (SP)	21	322.555	11,7	0,8
Total All	87	2.767.170	14,0	

Fonte: Contagem de População – IBGE

A seguir, os municípios que compõem a All do empreendimento são analisados mais detalhadamente, através da sua inserção nas suas respectivas Alls mesorregionais. O enfoque por mesorregiões, divididas por Estados, permite aprofundar as especificidades de cada grupo de municípios, diferenciando-os com relação ao crescimento populacional, à composição da população e aos indicadores de “desenvolvimento humano” e expectativa de vida.

Preliminarmente, observa-se o expressivo crescimento populacional das Alls mesorregionais Madeira-Guaporé, Sudoeste e Centro-Sul matogrossenses, na década de 70. Nos anos 80, ambas as Alls mesorregionais rondonienses apresentaram crescimento expressivo, que foi mantido também pelo Centro-Sul matogrossense. A All Mesorregional Araraquara e o Sul Goiano também apresentaram taxa de crescimento significativa nesta década. Apenas o conjunto de municípios mineiros perderam população neste período. Na década de 90, perderam população as Alls mesorregionais do Leste Rondoniense, de Minas Gerais e de São José do Rio Preto. As demais mantiveram crescimento positivo, num ritmo mais lento. Entre 2000 e 2007, houve expressivo crescimento na All Mesorregional São José do Rio Preto, enquanto a

perda populacional permaneceu, num ritmo mais lento, no Leste Rondoniense. Em Minas Gerais e no Sudoeste Matogrossense, foi observado crescimento positivo em ritmo lento, abaixo de 1,0%, e, nas demais Alls mesorregionais, crescimento entre 1,0% e 2,0%.

A Síntese dos Indicadores Sociais 2005, elaborada pelo IBGE, aponta as tendências demográficas observadas no Brasil e nas suas grandes regiões. A análise da composição etária da população brasileira permite observar um estreitamento na base da pirâmide etária, associada à diminuição das taxas de fecundidade e natalidade. No entanto, “a distância que separa a fecundidade das mulheres menos instruídas das Regiões Norte e Nordeste da fecundidade das que possuem alta escolaridade do Sudeste e Sul é de mais de 3 filhos. Mesmo dentro de uma mesma região, as mulheres com até 3 anos de estudo chegam a ter, em média, mais que o dobro do número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo” (IBGE 2006: p. 28). Outra tendência, verificada a nível nacional, é o incremento da população idosa acima de 70 anos de idade, ocasionando um alargamento do topo da pirâmide etária.

Para a análise da estrutura etária da população, no presente estudo, foram estabelecidas três faixas etárias: de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais. Esta divisão permite perceber a proporção das populações infantil e idosa em meio à população total, lançando bases para a análise da razão de dependência, uma vez que a faixa etária mais longa corresponde à População em Idade Ativa (PIA), ou população potencialmente produtiva. Foram consideradas populações com estrutura jovem aquelas em que a faixa etária de 0 a 14 anos contribui com 30% e mais, enquanto a população com 65 anos ou mais representa menos de 4%.

Quanto à composição da população, de uma maneira geral, classificavam-se como estruturalmente jovens as populações das Alls Mesorregionais rondonienses, e do sudeste e sudoeste matogrossenses, enquanto que os municípios mineiros e o município goiano de Caçu já se classificavam como estruturalmente idosos, no ano de 2000. De uma maneira geral, predomina a população masculina na maior parte dos municípios da All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Mesmo aqueles situados em Estados caracterizados, já no ano de 2000, como de predominância feminina, como São Paulo e Minas Gerais, as Alls mesorregionais neles inseridas apresentam maioria masculina. Os municípios mais populosos e urbanizados, como Porto Velho, Ji-Paraná, Cuiabá, Jataí, Rondonópolis, Votuporanga, Mirassol e Araraquara apresentam, de uma maneira geral, maior proporção da População em Idade Ativa, apesar de uma maior presença de idosos, além da predominância da população feminina ou equilíbrio entre os dois sexos. Além disso, estes municípios apresentaram, de uma maneira geral, maior IDH e expectativa de vida.

(1) Rondônia

- Dados Gerais**

Dos 52 municípios e 1.453.756 pessoas que compõem o Estado de Rondônia, 21 deles fazem parte da área de influência indireta (AII) do trajeto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 o que corresponde a uma população residente de 872.373 pessoas, ou seja, 60,01% da população total do Estado. Além disso, o Estado possui duas Mesorregiões - Madeira Guaporé e Leste Rondoniense - onde se encontram os municípios da Área de Influência Indireta (AII), conforme demonstrado no Quadro abaixo.

Quadro 3.6.5.3 - 11 - População Residente nos municípios da AII/ Rondônia – 2007

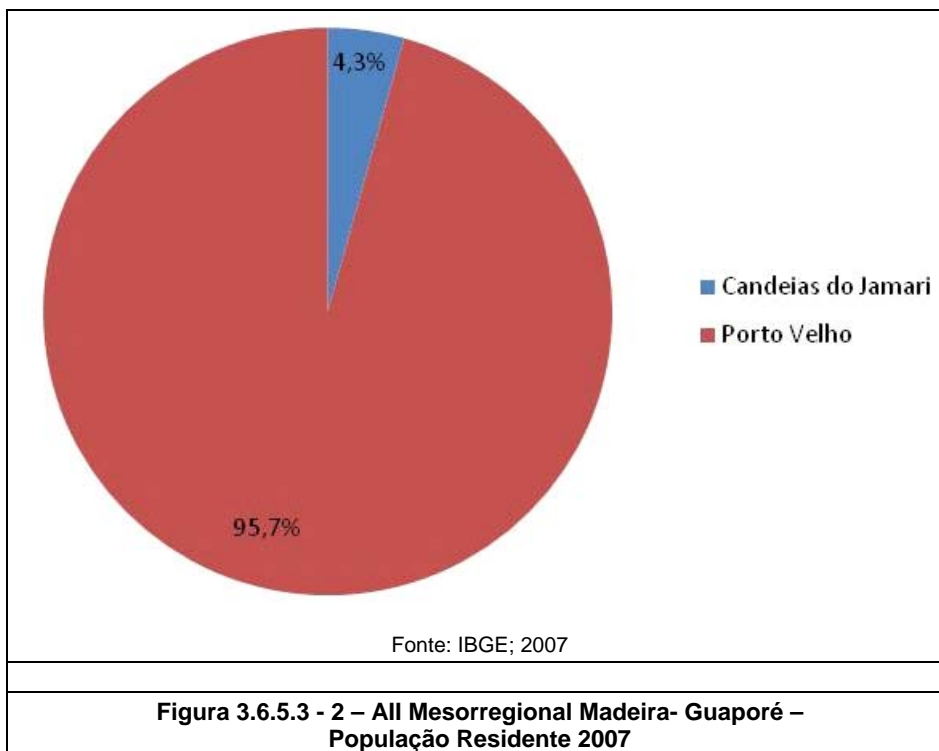
Municípios da AII	População	Mesorregião
Candeias do Jamari	16.736	Madeira-Guaporé
Porto Velho	369.345	
AII Mesorregional Madeira Guaporé	386.081	
Alto Paraíso	16.758	Leste Rondoniense
Ariquemes	82.388	
Cabixi	6.575	
Cacaulândia	5.553	
Castanheiras	3.624	
Chupinguaia	7.456	
Colorado do Oeste	17.644	
Corumbiara	9.476	
Jaru	52.453	
Ji-Paraná	107.679	
Nova Brasilândia D'Oeste	17.170	
Ouro Preto do Oeste	36.040	
Parecis	4.583	
Pimenta Bueno	32.893	
Presidente Médici	22.197	
Primavera de Rondônia	3.704	
Rolim de Moura	48.894	
São Felipe D'Oeste	6.286	
Teixeirópolis	4.919	
AII Mesorregional Leste Rondoniense	486.292	
Rondônia	1.453.756	

Fonte: IBGE; Censo Demográfico e Contagem da População, 2007.

Para efeito de análise neste trabalho, a AII do Estado de Rondônia será dividida em duas AII Mesorregionais: Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense.

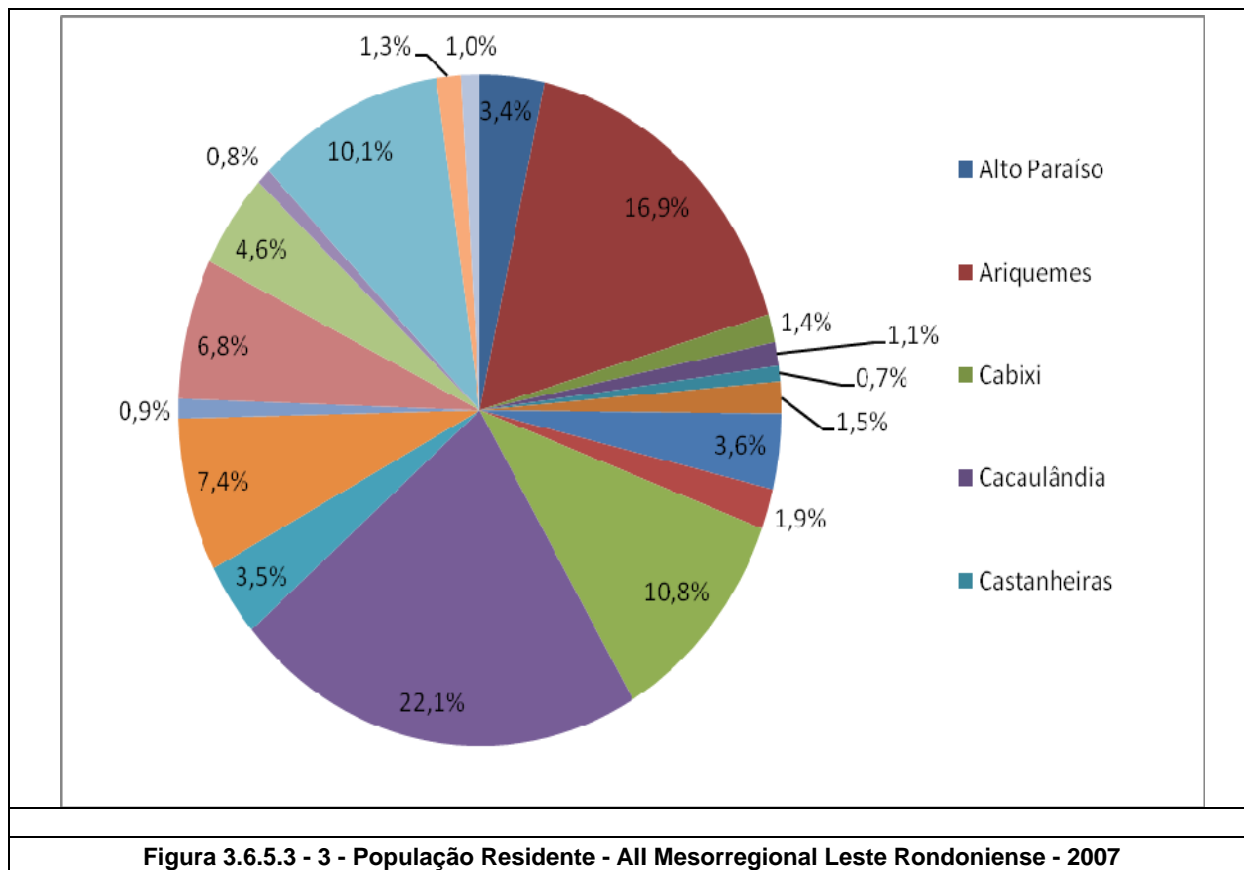
A AII Mesorregional Madeira-Guaporé possuía, em 2007, 386.081 pessoas, ou seja, 26,56% da população do Estado de Rondônia, sendo composta por apenas dois

municípios, Candeias do Jamari e Porto Velho. 95,7% da população desta All Mesorregional pertenciam a apenas um município, Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com 369.345 habitantes.



A All Mesorregional Leste-Rondoniense é formada por 19 municípios, cuja população, em 2007, era de 486.292 pessoas (33,45% da população do Estado de Rondônia). A composição dos municípios desta All Mesorregional apresenta-se bastante diversificada, com quatro municípios maiores, Ji-Paraná, Ariquemes, Jaru e Rolim de Moura, com respectivamente 22,1%, 16,9%, 10,8% e 10,1% da população total.

O município de Ji-Paraná, com 107.679 habitantes, era, em 2007, o mais populoso e o único com população acima de 100.000 habitantes, enquanto nove municípios possuíam menos de 10.000 habitantes e menos de 2% da população total da All Mesorregional: Corumbiara, Chupinguaia, Cabixi, São Felipe D'Oeste, Cacaúlândia, Teixeiraópolis, Parecis, Primavera de Rondônia, Castanheiras.



• **População Residente e taxa de crescimento anual por período**

A população do Estado de Rondônia passou de 111.064 habitantes, em 1970, para 1.453.756 habitantes, em 2007, com uma taxa de crescimento populacional sempre positiva, mas que vai decrescendo ao longo das décadas analisadas.

Porto Velho, na All Mesoregional Madeira-Guaporé, manteve sempre crescimento positivo entre 1970 e 2007. No período entre 1970-80 a taxa de crescimento anual foi de 4,77, subindo para 7,94 entre 1980-91, mas tendo uma queda acentuada entre 1991-2000 (1,53) e 2000-2007 (1,42). Candeias do Jamari apresentou taxa de crescimento de 3,55 entre os anos 2000 e 2007.

A All Mesoregional Leste Rondoniense apresentou crescimento acentuado entre 1980-1991, tendo sua população mais que duplicada neste período. Porém, nas décadas seguintes, sua população começa a decair, apresentando taxas de crescimento anual negativo, atingindo -0,02 em 2007. Entre os anos 2000 e 2007, Chupinguaia (4,39), Alto Paraíso (3,56) e Parecis (3,42) foram os municípios que apresentaram maior taxa positiva de crescimento. Colorado do Oeste (-3,03), Presidente Médici (-2,43), Primavera de Rondônia (-2,14) e Castanheiras (-2,13) apresentaram as maiores taxas negativas.

Quadro 3.6.5.3 - 12 - População Residente e Taxa de Crescimento Anual por Período nos municípios da Alls/ Rondônia - 1970/2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Candeias do Jamari	-	-	-	-	-	13.107	-	16.736	3,55
Porto Velho	84.048	133.882	4,77	287.534	7,94	334.661	1,53	369.345	1,42
All Mesorregional Madeira Guaporé	84.048	133.882	4,77	287.534	7,94	347.768	1,92	386.081	1,50
Alto Paraíso	-	-	-	-	-	13.118	-	16.758	3,56
Ariquemes	-	53.365	-	83.684	4,60	74.503	-1,16	82.388	1,45
Cabixi	-	-	-	8.174	-	7.518	-0,83	6.575	-1,90
Cacaulândia	-	-	-	-	-	5.372	-	5.553	0,47
Castanheiras	-	-	-	-	-	4.212	-	3.624	-2,13
Chupinguaia	-	-	-	-	-	5.521	-	7.456	4,39
Colorado do Oeste	-	-	-	38.993	-	21.892	-5,61	17.644	-3,03
Corumbiara	-	-	-	-	-	10.459	-	9.476	-1,40
Jaru	-	-	-	63.535	-	53.600	-1,69	52.453	-0,31
Ji-Paraná	-	121.714	-	97.799	-2,16	106.800	0,88	107.679	0,12
Nova Brasilândia D'Oeste	-	-	-	15.798	-	17.067	0,78	17.170	0,09
Ouro Preto do Oeste	-	-	-	83.857	-	40.884	-6,93	36.040	-1,79
Parecis	-	-	-	-	-	3.622	-	4.583	3,42
Pimenta Bueno	-	29.993	-	48.759	4,98	31.752	-4,20	32.893	0,51
Presidente Médici	-	-	-	30.064	-	26.365	-1,30	22.197	-2,43
Primavera de Rondônia	-	-	-	-	-	4.311	-	3.704	-2,14
Rolim de Moura	-	-	-	59.751	-	47.382	-2,29	48.894	0,45
São Felipe D'Oeste	-	-	-	-	-	7.056	-	6.286	-1,64
Teixeirópolis	-	-	-	-	-	5.618	-	4.919	-1,88
All Mesorregional Leste Rondoniense	-	205.072	-	530.414	9,97	487.052	-0,85	486.292	-0,02
Rondônia	111.064	491.025	16,03	1.132.692	8,72	1.379.787	1,99	1.453.756	0,75
Total All - Rondônia	84.048	338.954	14,96	817.948	9,21	834.820	0,20	872.373	0,63

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População – 1970-2007

• População por sexo

De maioria masculina, a população do Estado de Rondônia, em 2000, compunha-se de 708.140 homens e 671.647 mulheres ou 51,3% de homens e 48,7% de mulheres. Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, nota-se uma diferença bem pequena entre o número de homens e mulheres, o que faz o seu percentual ser igual para ambos os sexos, mas, ao analisar individualmente as duas cidades desta All Mesorregional, observa-se que, em Porto Velho, existia uma pequena maioria de mulheres (50,2%), ocorrendo o contrário em Candeias do Jamari, que possuía maioria significativa de homens (53,7%).

A All Mesorregional Leste-Rondoniense apresentou distribuição percentual similar ao Estado de Rondônia entre homens e mulheres, 51,2% e 48,8%, respectivamente, e ao

analisar seus municípios percebe-se que, com exceção de Ji-Paraná, que apresentava 50,1% de mulheres, todas as outras cidades possuíam maioria masculina.

Quadro 3.6.5.3 - 13 - População Residente por Sexo nos municípios da Alls/ Rondônia - 2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Candeias do Jamari	13.107	7.045	6.062	53,7%	46,3%
Porto Velho	334.661	166.737	167.924	49,8%	50,2%
All Mesorregional Madeira-Guaporé	347.768	173.782	173.986	50,0%	50,0%
Alto Paraíso	13.118	7.141	5.977	54,4%	45,6%
Ariquemes	74.503	37.995	36.508	51,0%	49,0%
Cabixi	7.518	3.962	3.556	52,7%	47,3%
Cacaulândia	5.372	2.906	2.466	54,1%	45,9%
Castanheiras	4.212	2.248	1.964	53,4%	46,6%
Chupinguaia	5.521	3.043	2.478	55,1%	44,9%
Colorado do Oeste	21.892	11.140	10.752	50,9%	49,1%
Corumbiara	10.459	5.649	4.810	54,0%	46,0%
Jaru	53.600	27.446	26.154	51,2%	48,8%
Ji-Paraná	106.800	53.251	53.549	49,9%	50,1%
Nova Brasilândia D'Oeste	17.067	9.081	7.986	53,2%	46,8%
Ouro Preto do Oeste	40.884	20.725	20.159	50,7%	49,3%
Parecis	3.622	1.946	1.676	53,7%	46,3%
Pimenta Bueno	31.752	16.086	15.666	50,7%	49,3%
Presidente Médici	26.365	13.609	12.756	51,6%	48,4%
Primavera de Rondônia	4.311	2.330	1.981	54,0%	46,0%
Rolim de Moura	47.382	23.987	23.395	50,6%	49,4%
São Felipe D'Oeste	7.056	3.752	3.304	53,2%	46,8%
Teixeirópolis	5.618	2.990	2.628	53,2%	46,8%
All Mesorregional Leste-Rondoniense	487.052	249.287	237.765	51,2%	48,8%
Rondônia	1.379.787	708.140	671.647	51,3%	48,7%

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

• População por Idade

Ao analisar a tabela de população por faixa etária no ano 2000, observa-se que a população de Rondônia e das All Mesorregionais em estudo era de estrutura jovem, por estarem todas com percentual acima de 30% para a faixa de 0 a 14 anos, enquanto a população maior de 65 anos estava abaixo de 4%. Em Rondônia, o percentual era de 34,5% para os menores de 14 anos e de 3,2% para os maiores de 65 anos.

Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, o grupo de 0 a 14 anos era de 34,7%, com destaque para Candeias do Jamari, que tinha 38,6% da população nesta faixa etária. Os maiores de 65 anos se encontravam com um percentual baixo, de 2,8%, para ambas as cidades que formam esta Mesorregional, isto é, Candeias do Jamari e Porto Velho.

Na All Mesorregional Leste-Rondoniense, a população de 0 a 14 anos era de 33,4%, tendo nos municípios de Parecis (37,4%), Chupinguaia (36,2%) e Corumbiara (36,1%) os maiores percentuais, e os menores em Colorado do Oeste (32,2%), Ji-Paraná (32,5%) e Presidente Médici (32,5%). No que diz respeito à faixa etária dos maiores de 65 anos, no caso desta All Mesorregional, o percentual entre os municípios que a compõe sofreu variação. Embora a média da All Mesorregional fosse de 3,7%, seis cidades apresentaram percentuais acima de 4%, como foi o caso de Teixeiraópolis (4,8%), Cabixi (4,8%), Colorado do Oeste (4,5%), Presidente Médici (4,5%), Rolim de Moura (4,3%), e Primavera de Rondônia (4,0%).

A população em Idade Ativa (PIA), ou seja, entre 15 e 64 anos, nas Alls Mesorregionais, acompanhou a tendência estadual de 62,3%. Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, a média ficou em 62,5% e, na All Mesorregional Leste-Rondoniense, foi de 62,9%. O maior percentual, nesta faixa etária, encontrava-se em Ji-Paraná, com 64%, e, o menor, em Candeias do Jamari, com 58,9% de pessoas entre 15 e 64 anos.

Quadro 3.6.5.3 - 14 - População por faixa etária nos municípios da Alls/ Rondônia – 2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 anos ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Candeias do Jamari	5.055	38,6	7.716	58,9	336	2,6
Porto Velho	115.793	34,6	209.544	62,6	9.324	2,8
All Mesorregional Madeira-Guaporé	120.848	34,7	217.260	62,5	9.660	2,8
Alto Paraíso	4.592	35,0	8.116	61,9	410	3,1
Ariquemes	25.724	34,5	46.614	62,6	2.165	2,9
Cabixi	2.500	33,3	4.658	62,0	359	4,8
Cacaulândia	1.867	34,8	3.343	62,2	162	3,0
Castanheiras	1.460	34,7	2.613	62,0	139	3,3
Chupinguaia	1.999	36,2	3.395	61,5	128	2,3
Colorado do Oeste	7.040	32,2	13.860	63,3	991	4,5
Corumbiara	3.773	36,1	6.379	61,0	308	2,9
Jaru	18.097	33,8	33.485	62,5	2.017	3,8
Ji-Paraná	34.697	32,5	68.346	64,0	3757	3,5
Nova Brasilândia D'Oeste	5.895	34,5	10.441	61,2	732	4,3
Ouro Preto do Oeste	13.582	33,2	25.729	62,9	1.573	3,8
Parecis	1.354	37,4	2.207	60,9	61	1,7
Pimenta Bueno	10.382	32,7	20.208	63,6	1162	3,7
Presidente Médici	8.559	32,5	16.613	63,0	1.193	4,5
Primavera de Rondônia	1.453	33,7	2.685	62,3	174	4,0
Rolim de Moura	15.630	33,0	29.720	62,7	2.031	4,3
São Felipe D'Oeste	2.315	32,8	4.488	63,6	253	3,6
Teixeiraópolis	1.909	34,0	3.438	61,2	271	4,8
All Mesorregional Leste Rondoniense	162.828	33,4	306.338	62,9	17.886	3,7
Rondônia	476.289	34,5	859.998	62,3	44.661	3,2

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

- **Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer**

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado pela ONU no início da década de 90 e trouxe uma inovação ao introduzir, em sua concepção, além da variável econômica (renda), tradicionalmente utilizada nas comparações do grau de desenvolvimento entre países, outras variáveis que visam captar aspectos das condições de vida da população. Ainda que tenham ocorrido algumas alterações em sua metodologia de cálculo, o IDH tem mantido a sua concepção básica ao longo dos anos, sendo composto de três índices, aos quais são atribuídos pesos iguais: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (número médio de anos de estudo e taxa de analfabetismo) e renda (renda familiar *per capita* média ajustada). O IDH varia entre 0 e 1 e classifica países, estados e municípios segundo três níveis de desenvolvimento humano: baixo desenvolvimento humano (IDH até 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8) e alto desenvolvimento humano (IDH acima de 0,8).

Em 2000, de acordo com a lista dos 175 países avaliados pela ONU, no que se refere ao IDH, o Brasil ficou com a 65ª posição, com um IDH de 0,757. Em 2004, o Brasil se classificou em 72º lugar, com índice 0,775, entre 177 países. O IBGE constatou que, entre os anos de 1991 e 2000, ocorreu uma melhoria dos índices em 83% das 5.507 cidades existentes no País, sendo que o subíndice de educação cresceu 25%, enquanto o subíndice de longevidade apresentou aumento de 12% e o subíndice de renda cresceu 11%.

Todos os municípios que fazem parte da AII de Rondônia, tanto na AII Madeira-Guaporé quanto na AII Leste Rondoniense, tiveram um acréscimo no seu IDH-M entre os anos de 1991 e 2000 e todos eles classificaram-se como de médio desenvolvimento humano.

O município que mais se destacou nessa classificação em 2000 foi Porto Velho, com índice de 0,763, estando bem acima do Estado de Rondônia, com 0,735. Pimenta Bueno veio em seguida com índice de 0,754 e Ji-Paraná e Rolim de Moura alcançaram, ambos, 0,753. O menor índice ocorreu em Parecis, com 0,666.

No que concerne à Esperança de Vida ao Nascer, também é possível afirmar que, em todos os municípios das AII Mesorregionais, houve um incremento na expectativa de vida, entre os anos 1991 e 2000. Na cidade de Presidente Médici, esse aumento foi pouco expressivo, pois passou de 65,22 anos para 65,61 anos. E apenas um município, Rolim de Moura, teve a sua expectativa de vida em 69,52 anos. Todos os demais estavam abaixo desta idade.

Quadro 3.6.5.3 - 15 - Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da Alls/ Rondônia– 1991/2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	IDH-M		Esperança de Vida ao Nascer	
	1991	2000	1991	2000
Candeias do Jamari	0,597	0,671	57,82	63,12
Porto Velho	0,71	0,763	62,99	64,81
All Mesorregional Madeira Guaporé				
Alto Paraíso	0,578	0,715	59,66	66,57
Ariquemes	0,66	0,752	61,85	67,61
Cabixi	0,619	0,705	63,16	65,62
Cacaulândia	0,575	0,713	61,51	67,61
Castanheiras	0,536	0,702	59,32	67,17
Chupinguaia	0,597	0,707	61,95	66,62
Colorado do Oeste	0,647	0,739	66,02	68,24
Corumbiara	0,542	0,668	59,32	63,94
Jaru	0,646	0,729	65,22	68,49
Ji-Paraná	0,68	0,753	64,51	66,92
Nova Brasilândia d'Oeste	0,585	0,689	61,4	64,58
Ouro Preto do Oeste	0,648	0,727	62,76	65,63
Parecis	0,575	0,666	62,73	66,18
Pimenta Bueno	0,663	0,754	61,95	67,22
Presidente Médici	0,623	0,707	65,22	65,61
Primavera de Rondônia	0,593	0,691	62,73	66,18
Rolim de Moura	0,655	0,753	64,87	69,52
São Felipe d'Oeste	0,582	0,694	62,73	66,62
Teixeirópolis	0,593	0,685	63,84	65,61
All Mesorregional Leste Rondoniense	-			
Rondônia	0,66	0,735	63,84	65,61

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD/IPEA – 1991/2000

(2) Mato Grosso

• Dados Gerais

Dos 141 municípios e 2.854.642 pessoas que compõem o Estado do Mato Grosso, 28 deles fazem parte da Área de Influência Indireta (All) do trajeto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 o que corresponde a uma população residente de 1.046.846 pessoas, ou seja, 36,7% da população total do Estado. Além disso, o Estado possui cinco Mesorregiões, sendo que, em quatro delas, estão situados os municípios compreendidos neste estudo, conforme demonstrado no quadro a seguir.

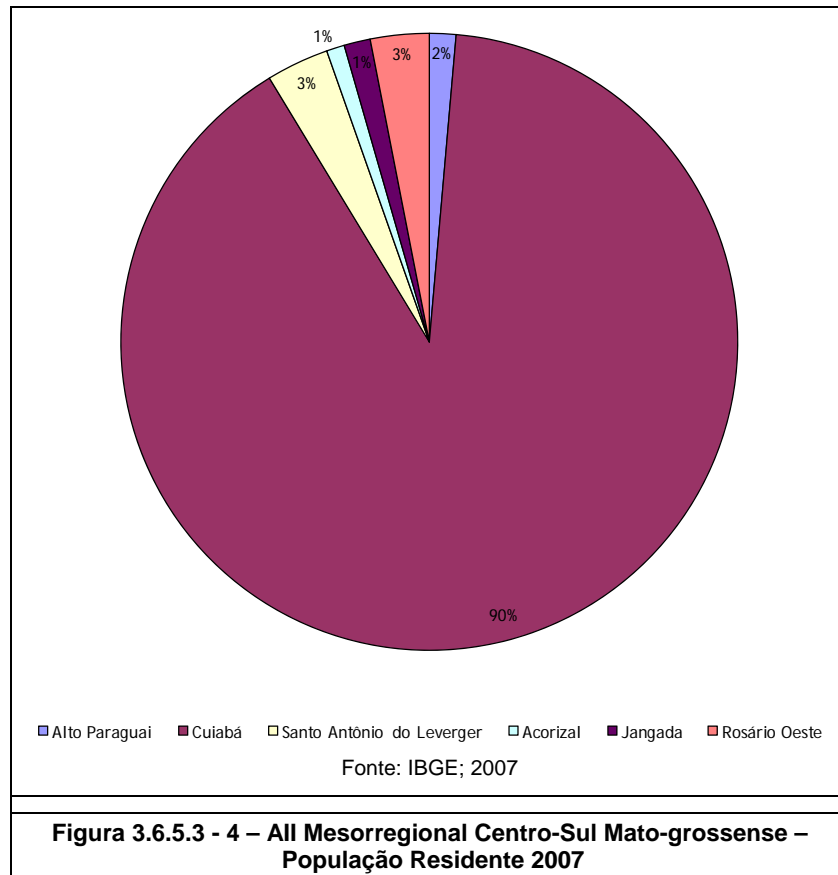
Quadro 3.6.5.3.b - 16 – População Residente nos municípios da AII/ Mato Grosso - 2007

AII	População	Mesorregião	
Acorizal	5.530	Centro-Sul Mato-grossense	
Alto Paraguai	8.144		
Cuiabá	526.830		
Jangada	8.058		
Rosário Oeste	18.031		
Santo Antônio do Leverger	19.197		
AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	585.790		
Comodoro	17.939	Sudeste Mato-grossense	
Alto Araguaia	13.790		
Alto Garças	9.132		
Campo Verde	25.924		
Guiratinga	13.883		
Jaciara	24.945		
Juscimeira	11.830		
Pedra Preta	15.638		
Poxoréo	17.592		
São José do Povo	3.305		
Rondonópolis	172.783		
AII Mesorregional Sudeste Mato-grossense	308.822		
Araputanga	15.335		Sudoeste Mato-grossense
Barra do Bugres	32.490		
Jauru	10.774		
Lambari D'Oeste	4.870		
Vila Bela da Santíssima Trindade	13.886		
Nova Lacerda	4.949		
Pontes e Lacerda	37.910		
Reserva do Cabaçal	2.505		
Rio Branco	5.053		
Salto do Céu	3.650		
Vale de São Domingos	2.873		
AII Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	134.295		
Mato Grosso	2.854.642		

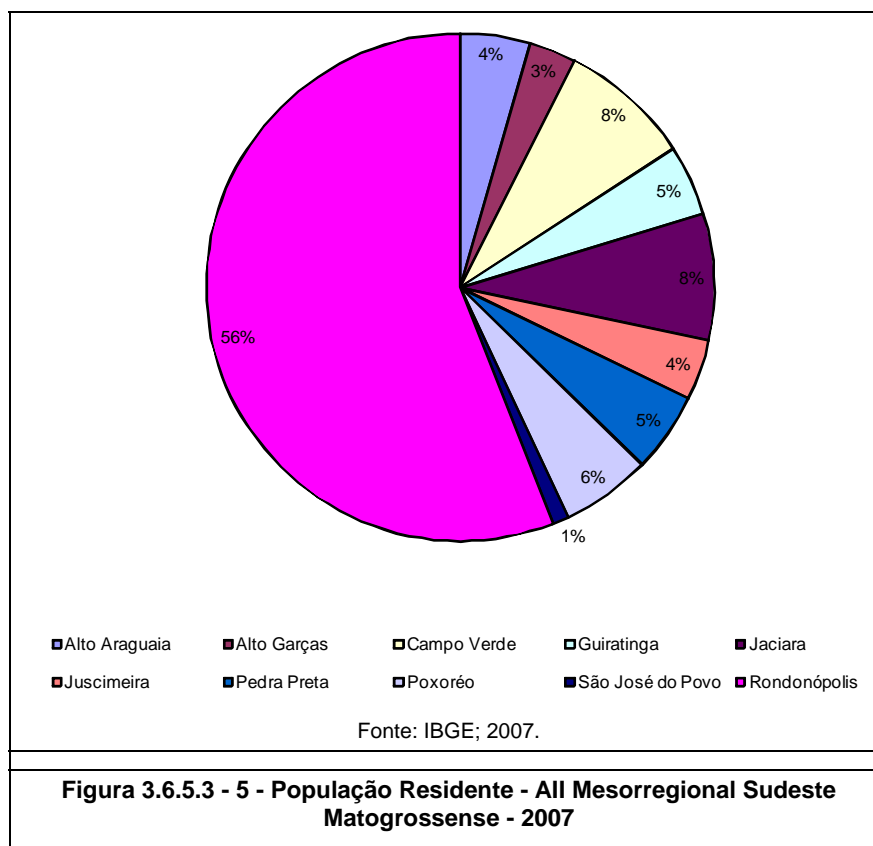
Fonte: IBGE; 2007.

Para efeito de análise neste trabalho, a AII do Estado do Mato Grosso será dividida em três AII Mesorregionais: Centro-Sul Mato-grossense, Sudeste Mato-grossense e Sudoeste Matogrossense. Como apenas um município, Comodoro, pertence à mesorregião Norte-Matogrossense, este será incorporado à AII Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, em função da proximidade e das semelhanças regionais.

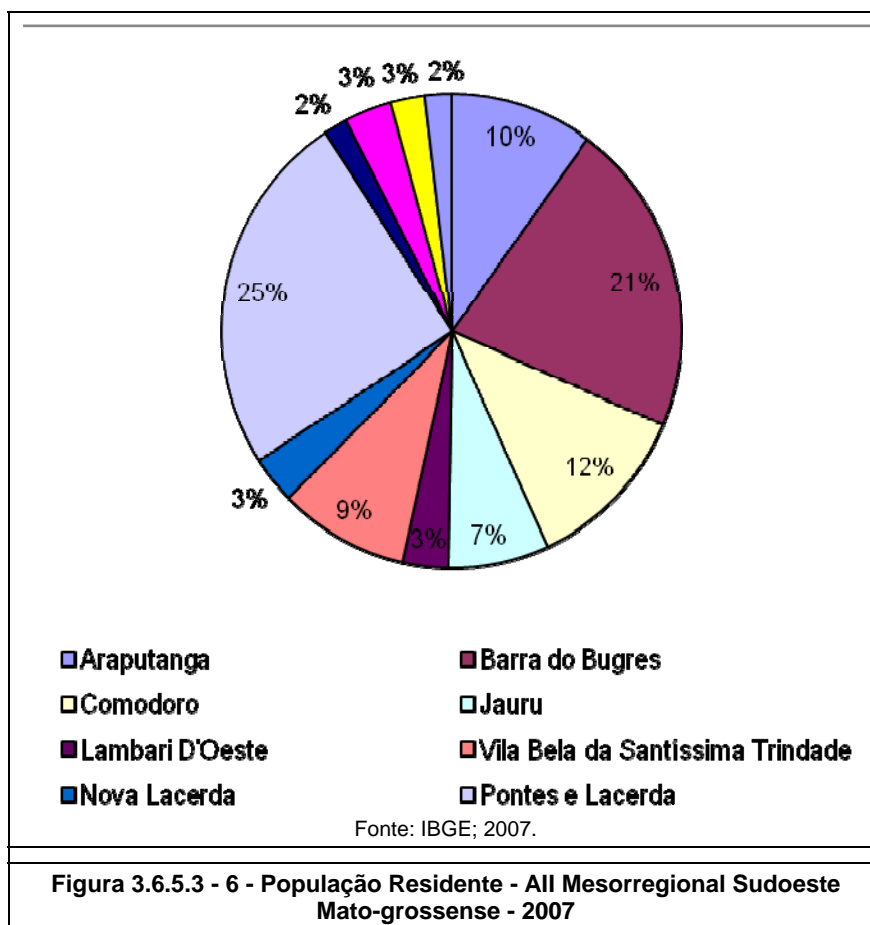
A AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense possuía 585.790 pessoas em 2007, sendo composta por seis municípios, Acorizal, Alto Paraguai, Cuiabá, Jangada, Rosário Oeste e Santo Antonio do Leverger. Aproximadamente 90% da população desta AII Mesorregional pertenciam ao município de Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, com 526.830 habitantes.



Já a All Mesorregional Sudeste Mato-grossense é composta por dez municípios e 308.822 pessoas, aproximadamente 11% da população do Estado do Mato Grosso. Apenas um município se destacou em número de habitantes – Rondonópolis – com 172.783 pessoas e 56% da população desta All Mesorregional. Nos demais, a população variava entre 3.305 habitantes, em São José do Povo, e 25.924, habitantes em Campo Verde.



Por último, a All Mesorregional Sudoeste Mato-Grossense é formada por doze municípios e 152.234 habitantes. Os maiores municípios encontrados foram Pontes e Lacerda, com 37.910 pessoas, e Barra do Bugres, com 32.490 pessoas, e os menores municípios foram Vale de São Domingos, com 2.873 habitantes, e Reserva do Cabaçal, com 2.505 habitantes.



- População Residente e taxa de crescimento anual por período**

De 1970 a 2007, a população do Estado de Mato Grosso quase dobrou, saltando de 1.597.009 para 2.854.642 habitantes. Entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento anual da população foi negativa (-3,32%). Por outro lado, na década seguinte, 1980/1990, o crescimento populacional foi positivo, subindo para 5,94% e, nos anos subsequentes, foi decrescendo, atingindo 1,89% no período entre 2000 e 2007.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, houve incremento da taxa anual de crescimento da população entre os anos 70 e 90 e queda populacional entre 1990 e 2007, ficando abaixo da média estadual. Isto significa que, no conjunto dos municípios em estudo na mesorregião Centro-Sul Matogrossense, a população passou a crescer num ritmo menos acelerado a partir dos anos 90. A cidade de Cuiabá, capital do Estado, acompanhou a tendência apresentada pela All Mesorregional, alcançando 1,24% em 2007. A maior taxa de crescimento populacional, entre 2000 e 2007, ocorreu no município de Santo Antonio de Lerveger (3,17%). Ao mesmo tempo, três municípios apresentaram decréscimo populacional neste mesmo período: Acorizal (-0,72%), Alto Paraguai (-0,78%) e Rosário do Oeste (-0,56%).

A maior taxa de crescimento anual na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense ocorreu entre os anos 80 e 91, quando atingiu 2,65%. Nos demais anos, a taxa de crescimento foi sempre inferior a 2%. De forma geral, a maioria dos municípios desta All Mesorregional apresentou crescimento positivo não muito significativo durante o período de 1970 e 2007, à exceção do município de Campo Verde, que quase triplicou sua população em número absoluto entre 1991 e 2000, alcançando uma taxa de 11,17% neste período e continuando a crescer no período subsequente, atingindo 6,02% em 2007.

A All Mesorregional Sudoeste Mato-Grossense apresentou queda ininterrupta em sua taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2007. Porém, em número absoluto, a sua população passou de 31.826 pessoas, em 1970, para 152.234, em 2007. Isso se deve ao fato de que houve um acréscimo de novos municípios a partir dos dados de 1991, nesta All Mesorregional. Em sete municípios, ocorreu crescimento positivo entre 2000 e 2007, sendo o maior deles em Nova Lacerda, que atingiu 2,92%. Nos demais, houve crescimento populacional negativo, sendo a menor taxa encontrada em Salto do Céu, com -3,47%.

Quadro 3.6.5.3 - 17 - População Residente e Taxa de Crescimento Anual por Período nos municípios da Alls/ Mato Grosso - 1970/2007

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Período								
	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Acorizal	8.854	8.609	-0,28	5.308	-4,72	5.817	0,92	5.530	-0,72
Alto Paraguai	11.353	10.659	-0,63	13.854	2,66	8.605	-4,65	8.144	-0,78
Cuiabá	100.860	212.980	7,76	402.813	6,58	483.346	1,84	526.830	1,24
Jangada	-	-	-	5.227	-	7.134	3,16	8.058	1,76
Rosário Oeste	18.044	19.757	0,91	20.050	0,15	18.755	-0,67	18.031	-0,56
Santo Antônio do Leverger	14.509	11.738	-2,10	15.389	2,75	15.435	0,03	19.197	3,17
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	153.620	263.743	5,55	462.641	5,78	539.092	1,54	585.790	1,19
Alto Araguaia	7.547	11.230	4,05	10.770	-0,42	11.410	0,58	13.790	2,74
Alto Garças	5.890	6.705	1,30	8.306	2,16	8.335	0,03	9.132	1,31
Campo Verde	-	-	-	5.975	-	17.221	11,17	25.924	6,02
Guiratinga	14.939	13.585	-0,95	14.798	0,86	12.645	-1,56	13.883	1,34
Jaciara	32.132	14.438	-7,69	21.917	4,26	23.796	0,83	24.945	0,68
Juscimeira	-	12.757	-	10.948	-1,52	12.063	0,97	11.830	-0,28
Pedra Preta	-	12.343	-	11.225	-0,94	13.611	1,95	15.638	2,00
Poxoréo	27.431	28.054	0,22	23.878	-1,60	20.030	-1,74	17.592	-1,84
São José do Povo	-	-	-	-	-	3.056	-	3.305	1,13
Rondonópolis	62.086	81.375	2,74	126.627	4,52	150.227	1,72	172.783	2,02
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	150.025	180.487	1,87	234.444	2,65	272.394	1,51	308.822	1,81
Araputanga	-	17.155	-	12.560	-3,07	13.675	0,85	15.335	1,65
Barra do Bugres	22.250	23.646	0,61	22.264	-0,60	27.460	2,12	32.490	2,43

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Período								
	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Comodoro	-	-	-	9.278	-	15.046	4,95	17.939	2,54
Jauru	-	16.696	-	13.247	-2,29	12.764	-0,37	10.774	-2,39
Lambari D'Oeste	-	-	-	-	-	4.690	-	4.870	0,54
Vila Bela da Santíssima Trindade	9.576	8.935	-0,69	13.693	4,36	12.665	-0,78	13.886	1,32
Nova Lacerda	-	-	-	-	-	4.045	-	4.949	2,92
Pontes e Lacerda	-	14.406	-	34.603	9,16	43.012	2,20	37.910	-1,79
Reserva do Cabaçal	-	-	-	3.186	-	2.418	-2,72	2.505	0,51
Rio Branco	-	17.583	-	11.845	-3,87	5.092	-8,10	5.053	-0,11
Salto do Céu	-	11.249	-	7.410	-4,09	4.675	-4,50	3.650	-3,47
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	2.873	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	31.826	109.670	13,17	128.086	1,56	145.542	1,29	152.234	0,64
Mato Grosso	1.597.009	1.138.918	-3,32	2.027.231	5,94	2.504.353	2,14	2.854.642	1,89

Fonte: Censo Demográfico e Contagem da População – IBGE – 1970-2007

• População por sexo

A população do Estado do Mato Grosso é composta por maioria masculina (51,4%), segundo os dados do ano 2000. Nas All Mesorregionais, com exceção da Centro-Sul Mato-grossense, a maioria da população também é formada por homens.

Na All Mesorregional Centro Sul Mato-grossense, existia 50,77% de mulheres em 2000, e entre os seus municípios, apenas um possuía maioria feminina – Cuiabá (51,26%). Os demais municípios eram de maioria masculina, variando de 54,07%, em Santo Antonio do Leverger, a 48,74%, em Cuiabá.

A All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, com 51,09% de homens e 48,91% de mulheres, tinha em São José do Povo o maior percentual de população masculina (53,77%). Rondonópolis era o município com o maior percentual de população feminina (49,88%).

Todos os municípios que compõe a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense possuíam maioria masculina, tendo em Nova Lacerda o maior percentual dessa população (55,62%). Dentre a população feminina, o maior percentual localizava-se em Araputanga (49,72%).

Quadro 3.6.5.3 - 18 - População Residente por Sexo nos municípios da Alls/ Mato Grosso - 2000

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Acorizal	5.817	3.170	2.647	54,5	45,5
Alto Paraguai	8.605	4.536	4.069	52,71	47,29
Cuiabá	483.346	235.568	247.778	48,74	51,26
Jangada	7.134	3.744	3.390	52,48	47,52
Rosário Oeste	18.755	10.020	8.735	53,43	46,57
Santo Antônio do Leverger	15.435	8.346	7.089	54,07	45,93

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	539.092	265.384	273.708	49,23	50,77
Alto Araguaia	11.410	5.906	5.504	51,76	48,24
Alto Garças	8.335	4.303	4.032	51,63	48,37
Campo Verde	17.221	8.991	8.230	52,21	47,79
Guiratinga	12.645	6.420	6.225	50,77	49,23
Jaciara	23.796	12.395	11.401	52,09	47,91
Juscimeira	12.063	6.342	5.721	52,57	47,43
Pedra Preta	13.611	7.097	6.514	52,14	47,86
Poxoréo	20.030	10.770	9.260	53,77	46,23
São José do Povo	3.056	1.649	1.407	53,96	46,04
Rondonópolis	150.227	75.287	74.940	50,12	49,88
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	272.394	139.160	133.234	51,09	48,91
Araputanga	13.675	6.876	6.799	50,28	49,72
Barra do Bugres	27.460	14.230	13.230	51,82	48,18
Comodoro	15.046	7.920	7.126	52,64	47,36
Jauru	12.764	6.538	6.226	51,22	48,78
Lambari D'Oeste	4.690	2.489	2.201	53,07	46,93
Vila Bela da Santíssima Trindade	12.665	6.825	5.840	53,89	46,11
Nova Lacerda	4.045	2.250	1.795	55,62	44,38
Pontes e Lacerda	43.012	22.254	20.758	51,74	48,26
Reserva do Cabaçal	2.418	1.254	1.164	51,86	48,14
Rio Branco	5.092	2.579	2.513	50,65	49,35
Salto do Céu	4.675	2.441	2.234	52,21	47,79
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	145.542	75.656	69.886	52,0	48,0
Mato Grosso	2.504.353	1.287.187	1.217.166	51,4	48,6

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

• População por Idade

No ano 2000, a população do Mato Grosso poderia ser considerada como de estrutura jovem, por sua população de 0 a 14 anos representar 31,81% do total (acima de 30%), enquanto a população de 65 anos ou mais correspondia a 3,64% (abaixo de 4%).

Existia um percentual alto de população com 65 anos ou mais nos municípios que compõem a All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense, se comparado à média estadual. Com exceção de Cuiabá (3,67%), todos os demais municípios pertencentes a essa All Mesorregional apresentavam mais de 5% de população idosa, sendo Acorizal a localidade com maior percentual (6,76%).

Por outro lado, nesta mesma All Mesorregional, se comparada com as médias das demais, esta é a que apresenta o maior percentual de pessoas de 15 a 64 anos (66,59%). Novamente, Cuiabá se destacou por ser a cidade com o maior percentual de pessoas nesta faixa etária - 15 a 64 anos (67,26%) - e menor percentual na faixa etária

de 0 a 14 anos (29,08%). O município de Jangada era o que possuía maior percentual de pessoas de 0 a 14 anos (37,72%) e também o menor percentual de pessoas de 15 a 64 anos (57%).

De todas as All Mesorregionais, a Sudeste Mato-grossense foi a que apresentou maior percentual de pessoas acima de 65 anos, com 4,58%, estando os maiores percentuais desta faixa etária nas cidades de São José do Povo (7,00%) e Guiratinga (7,62%). O município de Jaciara foi o que apresentou o maior percentual de pessoas com 15 a 64 anos (67,01%), enquanto o município de Alto Araguaia apresentou o menor percentual de população até 14 anos (28,09%).

A All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense também poderia ser considerada como estruturalmente jovem, pois sua população de 0 a 14 anos foi de 33,13%, enquanto a população maior de 65 anos era de 3,64%. Com relação aos diversos municípios desta All Mesorregional, Rio Branco foi o único que apresentou a população até 14 anos abaixo de 30% (29,79%). O percentual de população idosa é bastante diversificado entre seus municípios, estando cinco deles com população idosa acima da média estadual: Reserva do Cabaçal (6,85%); Salto do Céu (5,77%); Rio Branco (5,74%); Lambari d'Oeste (5,06%) e Jauru (4,30%). A população em idade ativa (15 a 64 anos) variava entre 59,59%, em Vila Bela Santíssima Trindade, e 65,15%, em Araputanga.

Quadro 3.6.5.3 - 19 - População por Faixa Etária nos municípios da Alls/ Mato Grosso - 2000

Idade em Faixas	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Acorizal	1.888	32,46	3.536	60,78	393	6,76
Alto Paraguai	2.788	32,40	5.270	61,24	547	6,36
Cuiabá	140.509	29,08	325.143	67,26	17.693	3,67
Jangada	2.691	37,72	4.067	57,00	375	5,27
Rosário Oeste	6.308	33,63	11.379	60,66	1.069	5,69
Santo Antônio do Leverger	4.830	31,29	9.597	62,17	1.008	6,54
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	159.014	29,50	358.992	66,59	21.085	3,91
Alto Araguaia	3.205	28,09	7.541	66,09	663	5,83
Alto Garças	2.316	27,79	5.520	66,23	498	5,99
Campo Verde	5.643	32,77	11.195	65,00	382	2,22
Guiratinga	3.588	28,37	8.095	64,02	962	7,62
Jaciara	6.895	28,98	15.943	67,01	958	4,03
Juscimeira	3.648	30,24	7.743	64,19	672	5,57
Pedra Preta	4.114	30,22	8.899	65,38	598	4,40
Poxoréo	6.184	30,88	12.582	62,80	1.264	6,31
São José do Povo	827	27,05	2.015	65,94	213	7,00
Rondonópolis	44.651	29,73	99.302	66,11	6.275	4,18
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	81.071	29,76	178.835	65,65	12.485	4,58

Idade em Faixas	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Araputanga	4.304	31,47	8.911	65,15	460	3,36
Barra do Bugres	9.494	34,58	17.011	61,94	954	3,47
Comodoro	5.403	35,91	9.228	61,33	415	2,77
Jauru	4.295	33,65	7.919	62,05	551	4,30
Lambari D'Oeste	1.512	32,25	2.940	62,68	238	5,06
Vila Bela da Santíssima Trindade	4.675	36,92	7.545	59,59	445	3,52
Nova Lacerda	1.346	33,27	2.611	64,57	87	2,16
Pontes e Lacerda	13.878	32,27	27.764	64,54	1.369	3,18
Reserva do Cabaçal	740	30,62	1.512	62,50	166	6,85
Rio Branco	1.517	29,79	3.283	64,47	293	5,74
Salto do Céu	1.476	31,57	2.929	62,66	269	5,77
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	48.640	33,42	91.653	62,97	5.247	3,61
Mato Grosso	796.823	31,81	1.617.195	64,55	91.226	3,64

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

- **Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer**

O Estado do Mato Grosso e todos os municípios em estudo eram classificados como de “médio desenvolvimento humano”, tanto em 1991 quanto em 2000, com exceção de Cuiabá que, no ano 2000, teve seu índice registrado em 0,821, e portanto, subindo na classificação do IDH para município de “alto desenvolvimento humano”.

Além disso, observa-se que houve crescimento do IDH entre os anos 91 e 2000 em todos os municípios analisados. Os menores índices, em 2000, foram encontrados em três municípios: Jangada, Jauru e Reserva do Cabaçal, e eram os três de 0,68. Os maiores índices, excetuando Cuiabá já citado, estavam concentrados na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, nos municípios de Rondonópolis (0,791); Alto Garças (0,795); Jaciara (0,788) e Alto Araguaia (0,786).

No que concerne à Esperança de Vida ao Nascer, medida em anos, também é possível afirmar que em todos os municípios das All Mesorregionais houve um incremento na expectativa de vida entre os anos 1991 e 2000. O maior crescimento, em número de anos neste período, foi verificado em Alto Garças, seguido por Alto Araguaia e Jangada.

No ano 2000, os municípios que apresentaram menor esperança de vida foram Jauru e Reserva do Cabaçal, ambos com 64,4 anos e localizados na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense.

Por outro lado, a maior parte dos municípios que apresentaram maior esperança de vida ao nascer estavam localizados na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense,

como por exemplo, Alto Araguaia (73,81), Alto Garças (72,49) e Jaciara (72,4), entre outros.

Quadro 3.6.5.3 - 20 - Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da AII/ Mato Grosso - 1991/2000

Municípios e Estado	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)		Esperança de vida ao nascer – Ano	
	1991	2000	1991	2000
Acorizal	0,624	0,695	66,92	69,67
Alto Paraguai	0,605	0,704	61,27	66,01
Cuiabá	0,76	0,821	66,31	69,06
Jangada	0,548	0,68	59,63	67,63
Rosário Oeste	0,601	0,715	63,35	69,67
Santo Antônio do Leverger	0,6	0,717	66,85	69,86
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense				
Alto Araguaia	0,674	0,786	65,05	73,81
Alto Garças	0,666	0,795	63,34	72,49
Campo Verde	0,732	0,8	68,75	72,15
Guiratinga	0,675	0,761	64,25	71
Jaciara	0,71	0,788	67,07	72,4
Juscimeira	0,65	0,718	62,09	67,06
Pedra Preta	0,664	0,735	67,07	69,69
Poxoréo	0,646	0,743	64,25	71,53
São José do Povo	0,625	0,699	64,16	67,63
Rondonópolis	0,714	0,791	65,16	70,67
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense				
Araputanga	0,68	0,754	64,07	68,17
Barra do Bugres	0,62	0,715	58,61	66,29
Comodoro	0,664	0,724	64,73	67,47
Jauru	0,576	0,68	60,79	64,4
Lambari D'Oeste	0,579	0,692	60,98	65,55
Vila Bela da Santíssima Trindade	0,649	0,715	64,13	67,94
Nova Lacerda	0,583	0,719	59,92	68,17
Pontes e Lacerda	0,671	0,753	65,48	70,71
Reserva do Cabaçal	0,582	0,68	57,57	64,4
Rio Branco	0,636	0,698	62,55	65,55
Salto do Céu	0,583	0,702	64,04	68,12
Vale de São Domingos	-	-	-	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense				
Mato Grosso	0,685	0,773	64,24	69,38

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/IPEA) - 2000

(3) Goiás

- Dados Gerais**

Dos 246 municípios que compõem o Estado de Goiás, 82 fazem parte da Mesorregião Sul Goiano, 5 dos quais serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01, estando, portanto, incluídos na AII do empreendimento. Estes

constituem a All Mesorregional Sul Goiano, cuja população residente, no ano de 2007, era de 151.259 habitantes, correspondendo a 2,7% da população do Estado. Deste total, 54,2% residiam no município de Jataí e 29,9% no município de Mineiros. Nos demais municípios em estudo, em 2007, a população residente era de 5.873 habitantes em Santa Rita do Araguaia, 10.902 habitantes no município de Caçu e 7.333 habitantes em Serranópolis.

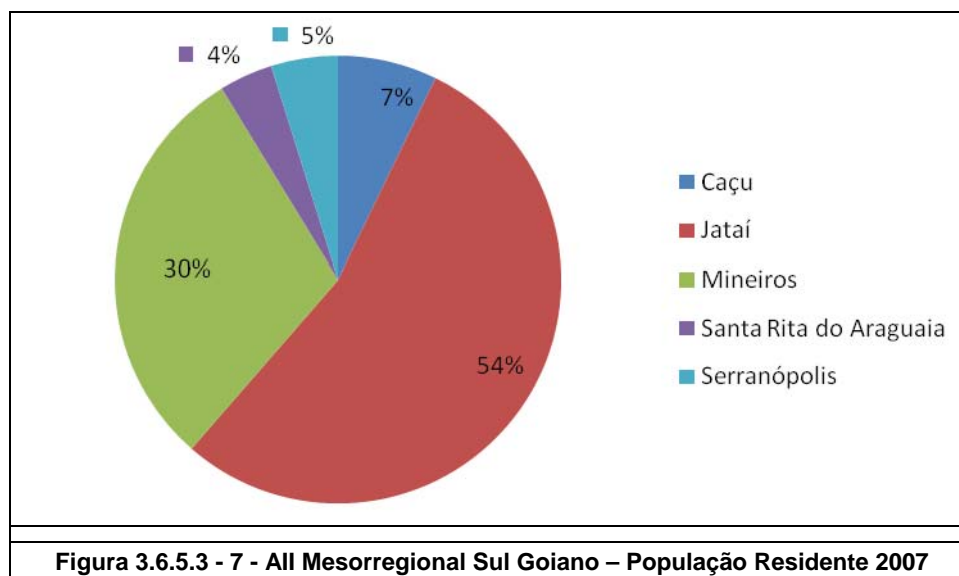


Figura 3.6.5.3 - 7 - All Mesorregional Sul Goiano – População Residente 2007

Quadro 3.6.5.3 - 21 - População Residente nos municípios da All/Goias – 2007

All	População	Mesorregião
Caçu	10.892	Sul Goiano
Jataí	81.972	
Mineiros	45.189	
Santa Rita do Araguaia	5.873	
Serranópolis	7.333	
All Mesorregional Sul Goiano	151.259	
Goias	5.647.035	

Fonte: Contagem de População - IBGE - 2007

• **População Residente e taxa de crescimento anual por período**

De uma maneira geral, entre 1970 e 2007, o crescimento populacional da All Mesorregional Sul Goiano se manteve abaixo do crescimento populacional apresentado pelo Estado de Goiás, exceto na década de 80. No entanto, os municípios que a compõem apresentam diferenciações entre si. Mineiros é o município goiano em estudo que mais cresceu durante todo o período analisado, mantendo-se acima da taxa de crescimento populacional do Estado de Goiás entre 1970 e 2007. O município de Santa Rita do Araguaia apresentou expressivo crescimento na década de 70, mantendo-se acima da média estadual de crescimento populacional na década de 80 e

entre 2000 e 2007. O município de Jataí apresentou crescimento constante no período analisado, abaixo da média estadual, enquanto Serranópolis e Caçu apresentaram crescimento negativo, ou seja, decréscimo populacional, na década de 90.

Quadro 3.6.5.3 - 22 - População Residente e Taxa de Crescimento Anual por Período nos municípios da All/Goiás – 1970/2007

All	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Caçu	9.885	10.739	0,83	11.228	0,45	10.575	-0,60	10.892	0,42
Jataí	41.364	53.394	2,59	65.957	2,14	75.451	1,35	81.972	1,19
Mineiros	15.182	21.690	3,63	31.144	3,68	39.024	2,28	45.189	2,12
Santa Rita do Araguaia	2.309	3.933	5,47	4.534	1,43	5.087	1,16	5.873	2,07
Serranópolis	5.179	5.390	0,40	7.855	3,84	6.447	-1,96	7.333	1,86
All Mesorregional Sul Goiana	73.919	84.407	1,34	120.718	3,64	136.584	1,24	151.259	1,47
Goiás	2.938.029	3.860.174	2,77	4.018.903	0,40	5.003.228	2,21	5.647.035	1,74

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE – 1970-2007

• População por sexo

No ano de 2000, o Estado de Goiás apresentava pequena predominância da população feminina (50,19%). No entanto, na All Mesorregional Sul Goiano, era a população masculina que predominava no ano de 2000, representando 51,2% da população total. Todos os municípios, exceto Jataí, acompanhavam esta predominância, chegando a população masculina a representar 53,8% dos habitantes do município de Serranópolis.

Quadro 3.6.5.3 - 23 - População por Sexo nos municípios da All/Goiás – 2000

Municípios, Estado e All	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Caçu	10.575	5.370	5.205	50,78	49,22
Jataí	75.451	37.626	37.825	49,87	50,13
Mineiros	39.024	19.691	19.333	50,46	49,54
Santa Rita do Araguaia	5.087	2.602	2.485	51,15	48,85
Serranópolis	6.447	3.471	2.976	53,83	46,17
All Mesorregional Sul Goiano	136.584	68.760	67.824	51,218	49
Goiás	5.004.197	2.492.724	2.511.473	49,81	50,19

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

• População por idade

São consideradas populações com estrutura jovem aquelas em que a faixa etária de 0 a 14 anos contribui com 30% e mais, enquanto a população com 65 anos ou mais representa menos de 4%. O Estado de Goiás está inserido nesta classificação. No ano de 2000, a população jovem representava 35,5% do total, enquanto os idosos representavam apenas 2,21%.

No entanto, não é este o comportamento apresentado pelo conjunto de municípios em estudo neste Estado. A All Mesorregional Sul Goiano possuía, no ano de 2000, 28,6% de população jovem e 4,7% de população idosa. A maior parte dos municípios estudados acompanha esta tendência apresentada pela All. A população do município de Caçu, no entanto, já pode ser enquadrada na classificação de estruturalmente idosa, que compreende as populações cujo percentual de jovens se encontra abaixo dos 28% e, de idosos, acima de 5%. O município de Serranópolis é o que apresenta o maior percentual de População em Idade Ativa (PIA), ou seja, entre 15 e 64 anos – 67,19%.

Quadro 3.6.5.3 - 24 - População por Faixa Etária nos municípios da All/Goias – 2000

Idade em Faixas	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	N	%	n	%
Caçu	2.803	26,51	7.029	66,47	602	5,69
Jataí	21.630	28,67	49.657	65,81	3.367	4,46
Mineiros	11.626	29,79	25.235	64,67	1.780	4,56
Santa Rita do Araguaia	1.507	29,62	3.254	63,97	269	5,29
Serranópolis	1.833	28,43	4.332	67,19	223	3,45
All Mesorregional Sul Goiano	39.399	28,60	89.507	65,62	6241	4,69
Goias	375.450	35,48	803.121	75,89	23.404	2,21

Fonte: Censo Demográfico - IBGE - 2000

- **Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Longevidade**

Na All Mesorregional Sul Goiano, todos os municípios se encontravam, tanto em 1991 quanto em 2000, incluídos na classificação de médio desenvolvimento humano. Em todos eles, houve crescimento do IDH no período analisado de cerca de 0,08, tendo o maior crescimento ocorrido no município de Serranópolis.

Quanto à componente longevidade do IDH, que constitui um parâmetro para avaliar as condições de saúde dos municípios de uma maneira ampla, embora todos os municípios goianos em estudo se classifiquem como de médio desenvolvimento humano, tendo sido registrado crescimento entre 1991 e 2000, a esperança de vida ao nascer é mais baixa do que o IDH total. O indicador Esperança de Vida ao nascer cresceu em todos os municípios em estudo, no período analisado. No ano de 2000, variava de 69 anos, em Serranópolis, a 72, nos municípios de Caçu e Mineiros.

Quadro 3.6.5.3 - 25 - Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da AII/Goiás – 1991/2000

AII Mesorregional Sul Goiano	IDH-M		Esperança de Vida	
	1991	2000	1991	2000
Municípios da AII				
Caçu	0,706	0,783	65,92	71,96
Jataí	0,716	0,793	66,2	71,55
Mineiros	0,701	0,78	64,36	72,1
Santa Rita do Araguaia	0,682	0,756	63,61	70,56
Serranópolis	0,666	0,742	65,28	69,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD/IPEA - 1991-2000

(4) Minas Gerais

- Dados Gerais**

O Estado de Minas Gerais possui 853 municípios, 66 dos quais integram a Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Os 4 municípios mineiros cujo território será atravessado pelo empreendimento fazem parte desta Mesorregião Geográfica e, para efeito de análise no presente estudo, compõem a AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. No ano de 2007, residiam, neste conjunto de municípios, 58.072 habitantes, correspondendo a 0,3% da população do Estado de Minas Gerais.

Os municípios mais populosos são Iturama e Santa Vitória que, em 2007, contavam com 31.495 habitantes e 15.492 habitantes, correspondendo a 54% e 29%, respectivamente, da população da AII Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

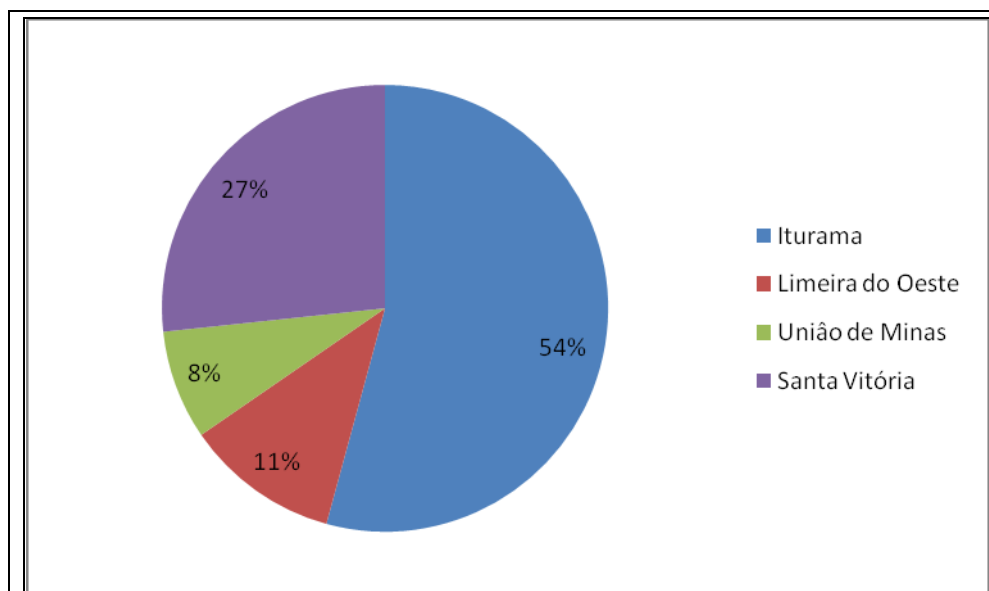


Figura 3.6.5.3 - 8 - População Residente nos municípios da AII/Minas Gerais – 2007

Quadro 3.6.5.3 - 26 - População Residente nos municípios da All/Minas Gerais – 2007

All	População	Mesorregião
Iturama	31.495	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Limeira do Oeste	6.492	
União de Minas	4.593	
Santa Vitória	15.492	
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	58.072	
Minas Gerais	19.273.506	

Fonte: Contagem de População – IBGE - 2007

- População Residente e taxa de crescimento anual por período**

Entre 1970 e 2007, a All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentou crescimento populacional bastante abaixo do apresentado pelo Estado de Minas Gerais, em todos os sub-períodos analisados. Nas décadas de 80 e 90, houve decréscimo populacional. Na década de 90, contribuiu para a diminuição da população, no município de Ituramã, o desmembramento para a formação do município de Limeira do Oeste. No ano de 2007, o conjunto de municípios em estudo no Estado de Minas Gerais possuía 4.207 habitantes a menos do que em 1970.

Quadro 3.6.5.3 - 27 - População residente e Taxa de Crescimento Anual por Período nos municípios da All/Minas Gerais – 1970/2007

All	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Ituramã	42.644	47.564	1,10	45.699	-0,40	28.814	-4,51	31.495	1,28
Limeira do Oeste	-	-	-	-	-	6.170	-	6.492	0,73
Santa Vitória	19.635	17.385	-1,21	16.583	-0,47	16.365	-0,13	4.593	-16,60
União de Minas	-	-	-	-	-	4.638	-	15.492	18,80
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	62.279	64.949	0,42	62.282	-0,42	55.987	-1,06	58.072	0,52
Minas Gerais	11.485.663	13.380.105	1,54	15.743.152	1,64	17.905.134	1,30	19.273.506	1,06

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE – 1970-2007

- População por sexo**

No ano de 2000, no Estado de Minas Gerais, a população feminina predominava sobre a população masculina, representando 50,5% dos habitantes do Estado. A All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentava, contudo, comportamento diverso, com predominância significativa da população masculina – 52%. Todos os municípios mineiros em estudo acompanhavam a tendência da All, variando o percentual da população masculina de 50,3% em Ituramã a 53,6% em União de Minas.

Quadro 3.6.5.3 - 28 - População residente por sexo nos municípios da AII/Minas Gerais – 2000

Municípios, Estado e AII	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Ituramã	28.814	14.498	14.316	50,3	49,7
Limeira do Oeste	6.170	3.212	2.958	52,1	47,9
Santa Vitória	16.365	8.487	7.878	51,9	48,1
União de Minas	4.638	2.485	2.153	53,6	46,4
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	55.987	28.682	27.305	52,0	48,0
Minas Gerais	17.905.134	8.856.145	9.048.988	49,5	50,5

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

- **População por idade**

O Estado de Minas Gerais acompanha a tendência apresentada pelo país de envelhecimento da população, com 28,4% de jovens até 14 anos de idade e 5,1% de idosos acima de 65 anos, no ano de 2000. A AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresenta uma intensificação desta tendência, classificando-se sua população, já no ano de 2000, como estruturalmente idosa, onde os jovens representam menos de 28% do total de habitantes ao mesmo tempo em que os idosos representam mais de 5%. Todos os municípios mineiros em estudo apresentavam, em 2000, populações estruturalmente idosas, com exceção de União de Minas, onde os jovens representavam 28,2% dos habitantes do município à ocasião da realização do último Censo Demográfico.

Quadro 3.6.5.3 - 29 - População por faixa etária nos municípios da AII/Minas Gerais – 2000

Idade em Faixas	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Municípios, Estado e AII						
Iturama	7.975	27,7	19.208	66,7	1.293	4,5
Limeira do Oeste	1.724	27,9	4.093	66,3	327	5,3
Santa Vitória	4.088	25,0	10.977	67,1	1.057	6,5
União de Minas	1.310	28,2	3.052	65,8	244	5,3
Total All	15.097	27,2	37.330	66,5	2.921	5,4
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	492.145	26,3	1.264.537	67,6	94.819	5,1
Minas Gerais	5.082.169	28,4	11.713.991	65,4	914.432	5,1

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

- **Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Longevidade**

Entre 1991 e 2000, os municípios mineiros em estudo apresentaram expressivo crescimento do IDH, destacando-se o município de Limeira do Oeste, cujo IDH cresceu 0,12 pontos. No ano de 2000, o município de Ituramã atingiu a classificação de “alto desenvolvimento humano”, enquanto os demais municípios da AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se classificavam como de “médio desenvolvimento humano. Neste mesmo ano, o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios mineiros em estudo variava de 0,72, em União de Minas, a 0,8, em Ituramã.

O indicador Esperança de Vida ao Nascer, que subsidia a componente “longevidade” do IDH, avalia as condições de saúde nos municípios. Entre 1991 e 2000, houve crescimento da Esperança de Vida ao Nascer em todos os municípios da All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, destacando-se Limeira do Oeste com o crescimento mais expressivo. No ano de 2000, a Esperança de Vida ao Nascer variava de 67,5 anos em União de Minas a 72,9 em Ituramã e Limeira do Oeste.

Quadro 3.6.5.3 - 30 - Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer – 1991/2000

Municípios da All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	IDH-M		Esperança de Vida	
	1991	2000	1991	2000
Ituramã	0,71	0,80	68,77	72,96
Limeira do Oeste	0,63	0,75	67,00	72,96
Santa Vitória	0,68	0,76	68,46	72,21
União de Minas	0,63	0,72	62,81	67,54

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD/IPEA – 1991-2000

(5) São Paulo

• Dados Gerais

O Estado de São Paulo possui 645 municípios, subdivididos em 15 mesorregiões geográficas. Os 29 municípios paulistas que serão atravessados pela Linha de Transmissão e estão, portanto, incluídos na Área de Influência Indireta do empreendimento, estão situados nas mesorregiões São José do Rio Preto e Araraquara. No conjunto destes 29 municípios que integram a All, residiam, no ano de 2007, 638.620 pessoas, correspondendo a 1,6% da população do Estado. O município mais populoso é Araraquara, com 195.815 habitantes, em 2007.

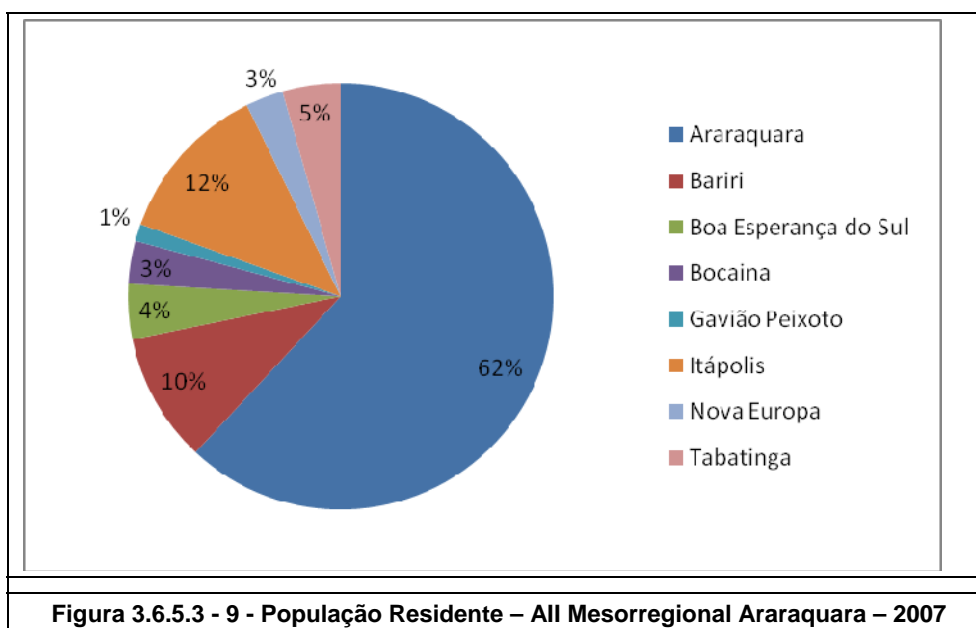
Quadro 3.6.5.3 - 31 - População Residente nos municípios da All – São Paulo/ 2007

Municípios e All	População	Mesorregião
Araraquara	195.815	Araraquara
Bariri	30.995	
Boa Esperança do Sul	13.208	
Bocaina	10.299	
Gavião Peixoto	4.103	
Itápolis	38.633	
Nova Europa	9.047	
Tabatinga	13.965	
All Mesorregional Araraquara	316.065	

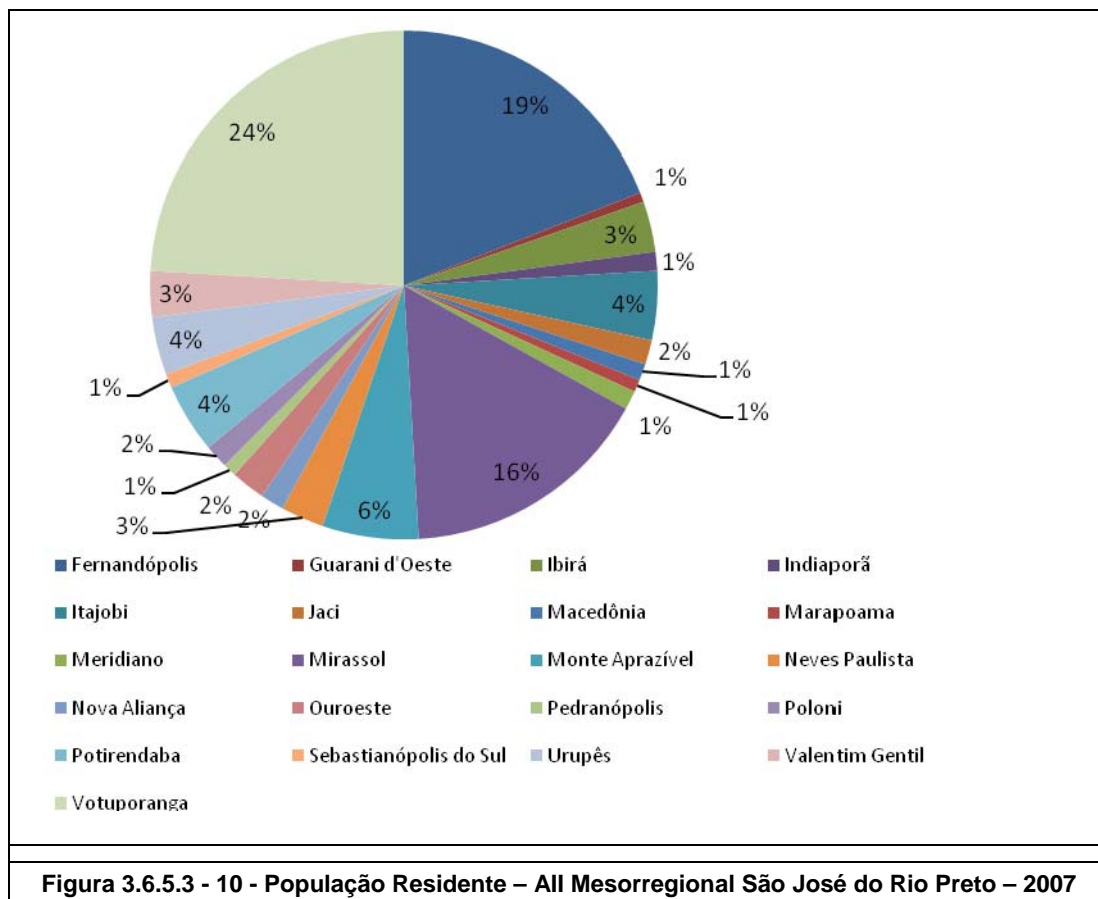
Municípios e All	População	Mesorregião
Fernandópolis	61.392	São José do Rio Preto
Guarani d'Oeste	1.963	
Ibirá	10.379	
Indiaporã	3.880	
Itajobi	14.182	
Jaci	5.008	
Macedônia	3.411	
Marapoama	2.556	
Meridiano	3.857	
Mirassol	51.660	
Monte Aprazível	19.745	
Neves Paulista	8.825	
Nova Aliança	4.905	
Ouroeste	7.035	
Pedranópolis	2.734	
Poloni	4.878	
Potirendaba	14.327	
Sebastianópolis do Sul	2.871	
Urupês	11.917	
Valentim Gentil	9.408	
Votuporanga	77.622	
All Mesorregional São José do Rio Preto	322.555	

Fonte: Contagem de População – IBGE

Oito dos municípios paulistas incluídos na área em estudo pertencem à mesorregião Araraquara, constituindo a All Mesorregional Araraquara onde, em 2007, residiam 316.065 pessoas. Deste total, 195.815 pessoas residiam no município de Araraquara, correspondendo a 62% da população desta All Mesorregional. O segundo município mais populoso era Itápolis, com 38.633 habitantes.



56,6% do total de habitantes da All no Estado de São Paulo, ou seja, 322.55 pessoas residiam em 21 municípios que pertencem à Mesorregião São José do Rio Preto, formando a All Mesorregional São José do Rio Preto. Os três mais populosos, em 2007, eram Votuporanga, Fernandópolis e Mirassol, onde residiam, respectivamente, 24%, 19% e 16% da população da All Mesorregional São José do Rio Preto. Os menos populosos eram Guarani d'Oeste e Pedranópolis.



- População Residente e taxa de crescimento anual por período**

De 1970 a 2007, a população do Estado de São Paulo mais do que duplicou, chegando a 39.827.570 habitantes em 2007. Em todo o período, a taxa anual de crescimento da população permaneceu elevada, tendo a mais baixa ocorrido entre 2000 e 2007, 1,04% ao ano – e, a mais elevada, entre 1970 e 1980, 3,49% ao ano.

A All Mesorregional Araraquara apresentou crescimento ininterrupto em todo o período analisado, tendo superado a taxa de crescimento anual da população estadual na década de 80. Este desempenho foi o mesmo nos oito municípios que a integram, sendo que, na década de 70 e na década de 80, a maior taxa de crescimento anual foi

registrada no município de Boa Esperança do Sul e, na década de 90 e no período 2000-2007, a maior taxa de crescimento anual ocorreu no município de Nova Europa.

A All Mesorregional São José do Rio Preto cresceu nas décadas de 70 e 80, bastante abaixo da média estadual, e apresentou crescimento negativo de -2,2% ao ano na década de 90. Entre 2000 e 2007, no entanto, o conjunto de municípios em estudo na Mesorregião São José do Rio Preto apresentou expressivo crescimento, à taxa de 4,54% ao ano, bastante superior à média estadual, tendo chegado a 2007 com 322.555 habitantes, 86.173 a mais do que no ano de 2000. Em todo o período analisado, vários municípios desta All Mesorregional apresentaram decréscimo populacional, tendo as maiores taxas anuais negativas sido registradas no município de Meridiano, de 1970 a 1980, no município de Indiaporã, entre 1980 e 1991, em Guarani d'Oeste, na década de 90, e no município de Macedônia, de 2000 a 2007. O decréscimo populacional do município de Guarani d'Oeste, na década de 90, é explicável pelo desmembramento para formação do município de Ouroeste, em 1995.

Quadro 3.6.5.3 - 32- População Residente e Taxa Anual de Crescimento nos municípios da All – São Paulo - 1970/2007

Municípios, Estado e All	1970	1980	Taxa 70/80	1991	Taxa 80/91	2000	Taxa 91/00	2007	Taxa 00/07
Araraquara	100.438	128.122	2,46	166.731	2,67	182.471	1,3	195.815	1,01
Bariri	17.497	19.894	1,29	24.542	2,12	28.224	1,41	30.995	0,94
Boa Esperança do Sul	6.363	8.352	2,76	11.867	3,58	12.573	0,58	13.208	0,49
Bocaina	6.896	6.774	-0,18	7.254	0,69	9.442	2,67	10.299	0,87
Gavião Peixoto	-	-	-	-	-	4.126	-	4.103	-0,08
Itápolis	20.711	25.981	2,29	33.053	2,44	37.750	1,92	38.633	0,33
Nova Europa	3.822	4.508	1,66	5.381	1,79	7.307	4,47	9.047	3,1
Tabatinga	6.875	7.999	1,53	10.793	3,04	12.990	2,68	13.965	1,04
All Mesorregional Araraquara	162.602	201.630	2,17	259.621	2,56	294.883	1,28	316.065	1,00
Fernandópolis	39.050	46.996	1,87	56.144	1,79	61.647	1,34	61.392	-0,06
Guarani d'Oeste	7.966	8.300	0,41	6.779	-2	2.006	-15,97	1.963	-0,31
Ibirá	7.286	8.260	1,26	8.713	0,54	9.447	1,16	10.379	1,35
Indiaporã	5.842	6.547	1,15	4.767	-3,12	4.058	-2,27	3.880	-0,64
Itajobi	11.579	14.503	2,28	15.014	0,35	14.230	-0,76	14.182	-0,05
Jaci	4.000	3.801	-0,51	3.237	-1,59	4.117	3,5	5.008	2,84
Macedônia	5.475	4.215	-2,58	3.956	-0,63	3.761	-0,72	3.411	-1,39
Marapoama	-	-	-	-	-	2.238	-	2.556	1,92
Meridiano	5.795	3.771	-4,21	3.784	0,03	4.025	0,89	3.857	-0,61
Mirassol	20.579	28.309	3,24	39.286	3,33	48.327	3	51.660	0,96
Monte Aprazível	17.005	16.442	-0,34	17.504	0,63	18.413	0,73	19.745	1
Neves Paulista	8.199	7.804	-0,49	8.313	0,63	8.907	0,99	8.825	-0,13
Nova Aliança	4.577	4.287	-0,65	4.194	-0,22	4.768	1,85	4.905	0,41
Ouroeste	-	-	-	-	-	6.290	-	7.035	1,61
Pedranópolis	4.495	3.554	-2,32	3.105	-1,34	2.734	-1,8	2.734	0
Poloni	5.105	4.775	-0,67	4.526	-0,53	4.774	0,76	4.878	0,31
Potirendaba	9.880	10.705	0,81	11.201	0,45	13.656	2,87	14.327	0,69
Sebastianópolis do Sul	3.002	2.379	-2,3	2.516	0,56	2.546	0,17	2.871	1,73
Urupês	10.417	11.991	1,42	11.011	-0,85	11.833	1,03	11.917	0,1
Valentim Gentil	5.744	5.395	-0,62	5.905	0,91	8.605	5,53	9.408	1,28
Votuporanga	39.443	52.279	2,86	66.166	2,38	75.641	1,93	77.622	0,37
All Mesorregional São José do Rio Preto	215.439	244.313	1,27	276.121	1,23	236.382	-2,2	322.555	4,54
São Paulo	17.770.975	25.042.074	3,49	31.588.925	2,35	37.032.403	2,3	39.827.570	1,04

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE – 1970-2007

- **População por sexo**

No Estado de São Paulo, no ano de 2000, havia preponderância das pessoas do sexo feminino na composição da população, representando as mulheres 51% da população total do Estado. Na AII Mesorregional Araraquara, a predominância feminina também era mais expressiva, representando 50,72% da população, em 2000. Já na AII Mesorregional São José do Rio Preto a predominância era masculina, sendo que as pessoas do sexo masculino representavam 50,3% da população.

Na área em estudo na Mesorregião Araraquara, nas populações dos municípios de Araraquara, Bocaina e Itápolis, predominam as pessoas do sexo feminino. Na AII Mesorregional São José do Rio Preto, a população feminina é maioria em 7 municípios: Fernandópolis, Ibirá, Mirassol, Monte Aprazível, Nova Aliança, Poloni e Votuporanga. Em Indiaporã, as mulheres representam 50% do total de habitantes.

Quadro 3.6.5.3 - 33 - População Residente por Sexo nos municípios da AII – São Paulo/ 2000

Municípios, Estado e AII	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Araraquara	182.471	88.742	93.729	48,6	51,4
Bariri	28.224	14.131	14.093	50,1	49,9
Boa Esperança do Sul	12.573	6.391	6.182	50,8	49,2
Bocaina	9.442	4.711	4.731	49,9	50,1
Gavião Peixoto	4.126	2.205	1.921	53,4	46,6
Itápolis	37.750	18.840	18.910	49,9	50,1
Nova Europa	7.307	3.708	3.599	50,7	49,3
Tabatinga	12.990	6.591	6.399	50,7	49,3
AII Mesorregional Araraquara	294.883	145.319	149.564	49,28	50,72
Fernandópolis	61.647	30.343	31.304	49,2	50,8
Guarani d'Oeste	2.006	1.039	967	51,8	48,2
Ibirá	9.447	4.646	4.801	49,2	50,8
Indiaporã	4.058	2.028	2.030	50	50
Itajobi	14.230	7.176	7.054	50,4	49,6
Jaci	4.117	2.135	1.982	51,9	48,1
Macedônia	3.761	1.907	1.854	50,7	49,3
Marapoama	2.238	1.130	1.108	50,5	49,5
Meridiano	4.025	2.056	1.969	51,1	48,9
Mirassol	48.327	23.849	24.478	49,4	50,7
Monte Aprazível	18.413	9.128	9.285	49,6	50,4
Neves Paulista	8.907	4.484	4.423	50,3	49,7
Nova Aliança	4.768	2.369	2.399	49,7	50,3
Ouroeste	6.290	3.159	3.131	50,2	49,8
Pedranópolis	2.734	1.401	1.333	51,2	48,8
Poloni	4.774	2.334	2.440	48,9	51,1
Potirendaba	13.656	7.012	6.644	51,4	48,7
Sebastianópolis do Sul	2.546	1.301	1.245	51,1	48,9

Municípios, Estado e All	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Urupês	11.833	5.968	5.865	50,4	49,6
Valentim Gentil	8.605	4.380	4.225	50,9	49,1
Votuporanga	75.641	37.114	38.527	49,1	50,9
All Mesorregional São José do Rio Preto	312.023	154.959	157.064	50,3	49,7
São Paulo	37.032.403	18.139.363	18.893.040	49	51

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

• População por Idade

No ano de 2000, a população do Estado de São Paulo se enquadrava na classificação de estruturalmente idosa, com 26,3% de jovens até 14 anos (abaixo de 28%) e 5,1% de idosos acima de 65 anos (acima de 5%). Ambas as Alls Mesorregionais em estudo no Estado acompanham esta tendência, de forma mais acentuada.

O conjunto de municípios em estudo na Mesorregião Araraquara apresenta percentual de jovens menor que a do Estado de São Paulo (24,5%), mas o percentual de idosos é mais elevado do que o estadual – 6,8%. Nesta All Mesorregional, os municípios de Gavião Peixoto e Boa Esperança do Sul contradizem esta tendência, com percentuais elevados de jovens e pequenos de idosos. O maior percentual de População em Idade Ativa (PIA), entre 15 e 64 anos de idade, foi apresentado pelo município de Araraquara – 68,9%. O menor percentual é do município Boa Esperança do Sul – 64,1%.

A All Mesorregional São José do Rio Preto apresenta população ainda mais idosa, com 22,9% de jovens e 7,5% de idosos. Todos os 21 municípios que a compõem apresentam população estruturalmente idosa. O mais baixo percentual de jovens até 14 anos ocorre no município de Neves Paulista, enquanto o maior percentual de idosos ocorre em Pedranópolis. O município de Sebastianópolis do Sul é o que apresenta o maior percentual de População em Idade Ativa – 71,4%.

Quadro 3.6.5.3 - 34 - População por Faixa Etária nos municípios da All – São Paulo/ 2000

Idade em Faixas Municípios, Estado e All	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Araraquara	42.117	23,1	125.639	68,9	12.098	6,6
Bariri	6.949	24,6	18.324	64,9	2.366	8,4
Boa Esperança do Sul	3.769	30,0	8.063	64,1	628	5,0
Bocaina	2.414	25,6	6.251	66,2	628	6,7
Gavião Peixoto	1.235	29,9	2.677	64,9	183	4,4
Itápolis	9.285	24,6	25.281	67,0	2.702	7,2
Nova Europa	1.955	26,8	4.878	66,8	354	4,9
Tabatinga	3.535	27,2	8.478	65,3	839	6,5
All Mesorregional Araraquara	71.259	24,5	199.591	68,7	19.798	6,8

Idade em Faixas Municípios, Estado e All	0 - 14		15 - 64		65 ou mais	
	n	%	n	%	n	%
Fernandópolis	14.352	23,3	42.368	68,7	3.961	6,4
Guarani d'Oeste	481	24,0	1.343	67,0	171	8,5
Ibirá	2.231	23,6	6.268	66,4	749	7,9
Indiaporã	922	22,7	2.765	68,1	268	6,6
Itajobi	3.219	22,5	9.643	67,5	1.232	8,6
Jaci	1.066	25,5	2.855	68,3	184	4,4
Macedônia	849	22,5	2.615	69,2	262	6,9
Marapoama	554	24,8	1.498	66,9	138	6,2
Meridiano	988	24,6	2.727	67,8	269	6,7
Mirassol	11.514	23,8	32.978	68,2	3.209	6,6
Monte Aprazível	3.896	21,2	12.789	69,5	1.459	7,9
Neves Paulista	1.877	21,1	6.131	68,8	769	8,6
Nova Aliança	1.086	22,8	3.194	67,0	383	8,0
Ouroeste	1.562	24,8	4.202	66,8	431	6,9
Pedranópolis	584	21,4	1.824	66,7	302	11,1
Poloni	981	20,6	3.176	66,5	513	10,8
Potirendaba	2.891	21,2	9.364	68,6	1.180	8,6
Sebastianópolis do Sul	571	22,4	1.818	71,4	148	5,8
Urupês	2.659	22,5	7.975	67,4	1.024	8,7
Valentim Gentil	2.056	23,9	5.963	69,3	481	5,6
Votuporanga	17.337	22,9	52.368	69,2	5.068	6,7
All Mesorregional São José do Rio Preto	71.676	22,9	213.864	68,1	22.201	7,5
São Paulo	9.745.219	26,3	25.027.182	67,6	1.891.491	5,1

Fonte: Censo Demográfico – IBGE - 2000

• Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Longevidade

Entre 1991 e 2000, o Estado de São Paulo apresentou crescimento de 0,042 pontos do IDH, passando a se classificar como de “alto desenvolvimento humano”, no ano de 2000. No mesmo período, houve crescimento do IDH em todos os municípios paulistas em estudo. Em 1991, todos se classificavam como de “médio desenvolvimento humano”. No ano de 2000, 11 dos municípios em estudo no Estado de São Paulo alcançaram a classificação de “alto desenvolvimento humano”: Araraquara, cidade pólo da Mesorregião Araraquara, Bariri e Bocaina, e na All Mesorregional São José do Rio Preto, os municípios de Fernandópolis, Ibirá, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nova Aliança, Potirendaba e Votuporanga.

Quanto à Esperança de Vida ao Nascer, medida em anos, foi verificado crescimento em todos os municípios paulistas em estudo, de 1991 a 2000, sendo que os maiores crescimentos foram verificados nos municípios de Ouroeste e Sebastianópolis do Sul. No ano de 2000, na All Mesorregional Araraquara, a Esperança de Vida ao Nascer

variava de 70,23 anos, em Boa Esperança do Sul, a 76,21 anos, no município de Bocaina. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, o indicador variava de 71,2 anos, nos municípios de Ibirá e Guarani d'Oeste, a 76,3 anos, em Itajobi.

Quadro 3.6.5.3 - 35 - Índice de Desenvolvimento Humano e Esperança de Vida ao Nascer nos municípios da All – São Paulo/ – 1991/2000

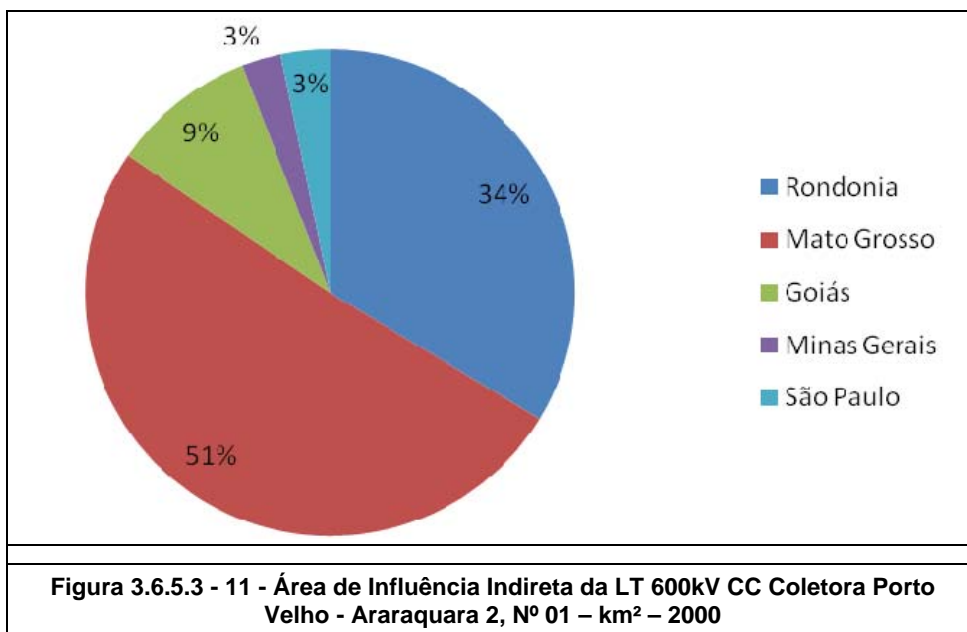
Municípios, Estado e All	IDH-M		Esperança de Vida	
	1991	2000	1991	2000
Araraquara	0,789	0,83	70,12	72,17
Bariri	0,75	0,802	70,57	73,74
Boa Esperança do Sul	0,692	0,755	65,05	70,23
Bocaina	0,749	0,807	70,7	76,21
Gavião Peixoto	0,726	0,763	70,01	71,34
Itápolis	0,727	0,785	68,31	71,34
Nova Europa	0,759	0,791	71,49	73,76
Tabatinga	0,706	0,76	67,18	70,24
All Mesorregional Araraquara				
Fernandópolis	0,775	0,832	72,08	75,82
Guarani d'Oeste	0,7	0,757	67,74	71,17
Ibirá	0,727	0,801	70,86	75,98
Indiaporã	0,707	0,766	65,99	71,17
Itajobi	0,739	0,798	72,11	76,32
Jaci	0,726	0,781	72,47	73,81
Macedônia	0,684	0,757	71,94	75,42
Marapoama	0,718	0,78	72,11	75,95
Meridiano	0,678	0,762	66,27	71,48
Mirassol	0,761	0,822	71,05	75,42
Monte Aprazível	0,745	0,808	70,52	73,31
Neves Paulista	0,734	0,804	71,15	73,31
Nova Aliança	0,751	0,806	72,43	76,05
Ouroeste	0,7	0,787	65,88	72,04
Pedranópolis	0,729	0,778	71,22	74,42
Poloni	0,746	0,787	70,52	72,29
Potirendaba	0,744	0,805	72,47	75,42
Sebastianópolis do Sul	0,687	0,769	66,13	72,04
Urupês	0,746	0,795	72,11	73,58
Valentim Gentil	0,721	0,785	71,11	73,53
Votuporanga	0,766	0,817	71,11	71,92
All Mesorregional São José do Rio Preto				
São Paulo	0,778	0,82		

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD/IPEA - 1991/2000

c. Distribuição Geográfica da População Residente

No ano de 2000, os 87 municípios que serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N°1, juntos, ocupavam uma área de 266.213,14 km², que corresponde à All do empreendimento. Mais da metade desta superfície pertence ao

Estado do Mato Grosso (51%), ficando Rondônia com 34%, Goiás, com 9%, e Minas Gerais e São Paulo, cada um com 3% da área total da All. O município de maior extensão territorial é a capital Porto Velho, com 34.08,50 km², seguido pelo município matogrossense de Comodoro, com um território de 21.744,2 km².



A Área de Influência Indireta (All) do empreendimento, como um todo, no ano de 2000, apresentava a densidade demográfica de 9,8 hab/km². No entanto, há significativas diferenças entre as Alls Mesorregionais que a compõem, em termos de concentração populacional.

O conjunto de 29 municípios paulistas em estudo ocupa apenas 3,2% da superfície da All, mas nele reside 21% da população abrangida pela All do empreendimento. Assim sendo, a concentração populacional na área paulista em estudo é significativamente mais elevada do que no restante da All. A maior densidade demográfica ocorria na All Mesorregional Araraquara, onde, no ano de 2000, havia 88,2 habitantes/km², seguida pela All Mesorregional São José do Rio Preto, com 41 hab/km². Os municípios onde havia maior concentração populacional, em 2000, eram Mirassol (198,2 hab/km²), Araraquara (181,2 hab/km²) e Votuporanga (179,2 hab/km²). A terceira em concentração populacional é a All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense (19,1 hab/km², em 2000), a mais populosa da All do empreendimento e que ocupa 10,9% de sua superfície. Esta All Mesorregional inclui a capital Matogrossense, Cuiabá, que, no ano de 2000, possuía 121,6 hab/km².

A menor densidade demográfica da All, no ano de 2000, era apresentada pela All Mesorregional do Sudoeste Matogrossense (2,2 hab/km²), a mais extensa da All, com 67.449,8 km², que correspondem a 25,5% da área em estudo e onde reside apenas 5,6% da população da All da LT Madeira. Destacam-se, em extensão territorial, os municípios de Comodoro, Vila Bela de Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda. É preciso ressaltar que o município de Comodoro, o segundo em extensão territorial de toda a área do conjunto de municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N^o 01, pertence à mesorregião Norte-Matogrossense. Por ser o único desta mesorregião a ser atravessado pela linha, e pelas suas semelhanças com os municípios da mesorregião Sudoeste Matogrossense, foi incluído na All Mesorregional homônima.

Nas demais Alls mesorregionais em estudo, no ano de 2000, a densidade demográfica variava de 5,4 hab/km², na All Mesorregional Sul Goiano, a 10,9 hab/km², na All Mesorregional Leste Rondoniense.

Quadro 3.6.5.3 - 36 - Área (km²) e densidade demográfica da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N^o01 – 2000

Alls Mesorregionais e Total All	Área total das unidades territoriais (km ²)	(%) All	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por km ²)
All Mesorregional Madeira-Guaporé	40.907,70	15,5	5,87
All Mesorregional Leste Rondoniense	48.164,00	18,2	10,93
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	28213,9	10,7	19,1
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	38940,9	14,7	7,0
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	67449,8	25,5	2,2
All Mesorregional Sul Goiano	25.380,20	9,6	5,4
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	6.891,70	2,6	8,1
All Mesorregional Araraquara	4.269,9	1,0	69,1
All Mesorregional São José do Rio Preto	5766,3	2,2	41,0
Total All	264.488,70	100	9,8

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Em 2007, no conjunto dos 89 municípios que serão atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N^o 01, havia 774.449 domicílios, 85% dos quais em situação urbana. O crescimento do percentual de domicílios em situação urbana, na All como um todo, foi mais intenso na década de 90, quando passou de 77,1%, em 1991, a 83,8%, no ano de 2000. Os maiores percentuais de domicílios em situação urbana, em todos os períodos analisados, foram apresentados pelas Alls Mesorregionais paulistas (em 2007, a ausência de dados para o município de Araraquara diminui a média da All mesorregional) e pela All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense. Os municípios que apresentaram os maiores percentuais de urbanização, em 2007, foram Cuiabá (98,5%), Votuporanga (97,4%) e Mirassol (97,1%). Os menores percentuais de domicílios urbanos ocorreram na All

Mesorregional Sudoeste Matogrossense e na All Mesorregional Leste Rondoniense, onde, em 2007, eram de 71,3% e 71,5%, respectivamente. Os municípios menos urbanizados da All, em 2007, eram o rondoniense Castanheiras (22,2%) e o matogrossense Vale de São Domingos (23,9%).

Quadro 3.6.5.3 - 37 - Percentual de domicílios em situação urbana da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N°01

Alls Mesorregionais	Domicílios em Situação Urbana (%)		
	1991	2000	2007
All Mesorregional Madeira-Guaporé	80,9	81,9	82,4
All Mesorregional Leste Rondoniense	51,0	66,4	71,5
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	92,3%	94,2	93,5
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	82,6%	87,4	88,2
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	54,7%	64,3	71,3
All Mesorregional Sul Goiano	80,8	87,3	88,7
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	70,0	80,9	84,5
All Mesorregional Araraquara	90,4	91,7	90,7
All Mesorregional São José do Rio Preto	86,2	90,5	92,8
Total All	77,1	83,8	85,0

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE – 1991-2007

(1) Rondônia

O conjunto dos municípios em estudo ocupava, no ano 2000, uma área de 89.071,70 km², o que equivalia a 37,5% da área territorial do estado de Rondônia. Havia uma composição bastante variada com relação à densidade demográfica, tendo municípios que se encontravam tanto abaixo quanto acima da densidade do Estado, que era de 5,8 hab/ km².

Quadro 3.6.5.3 - 38 - Área e Densidade Demográfica nos municípios da All/Rondônia - 2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (km ²)	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por km ²)
Candeias do Jamari	6.839,20	1,92
Porto Velho	34.068,50	9,82
All Mesorregional Madeira-Guaporé	40.907,70	5,87
Ariquemes	4.975,00	14,94
Cabixi	1.525,00	4,93
Colorado do Oeste	1.437,00	15,31
Corumbiara	3.068,00	3,41
Jaru	2.897,90	18,22
Ji-Paraná	6.894,70	15,49
Nova Brasilândia D'Oeste	1.155,40	14,77
Ouro Preto do Oeste	1.970,40	20,74
Pimenta Bueno	6.233,60	5,09
Presidente Médici	1.686,70	15,62
Rolim de Moura	1.481,50	31,92

Municípios, All Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (km ²)	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por km ²)
Alto Paraíso	2.647,80	4,96
Cacaulândia	2.002,30	2,67
Castanheiras	897,6	4,69
Chupinguaia	5.131,00	1,07
Parecis	2.548,70	1,42
Primavera de Rondônia	613	7,03
São Felipe D'Oeste	544,4	12,96
Teixeirópolis	454	12,39
All Mesorregional Leste Rondoniense	48.164,00	10,93
Rondônia	237.564,50	5,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

A All Mesorregional Madeira-Guaporé ocupava 17,2% do território de Rondônia, tendo em Porto Velho a sua maior extensão territorial, com 34.068,50 km², seguida por Candeias do Jamari com 6.839,20 km². A densidade demográfica em Porto Velho era de 9,82 hab/ km², exatamente como a média da All como um todo, e, em Candeias do Jamari, de 1,92hab/km².

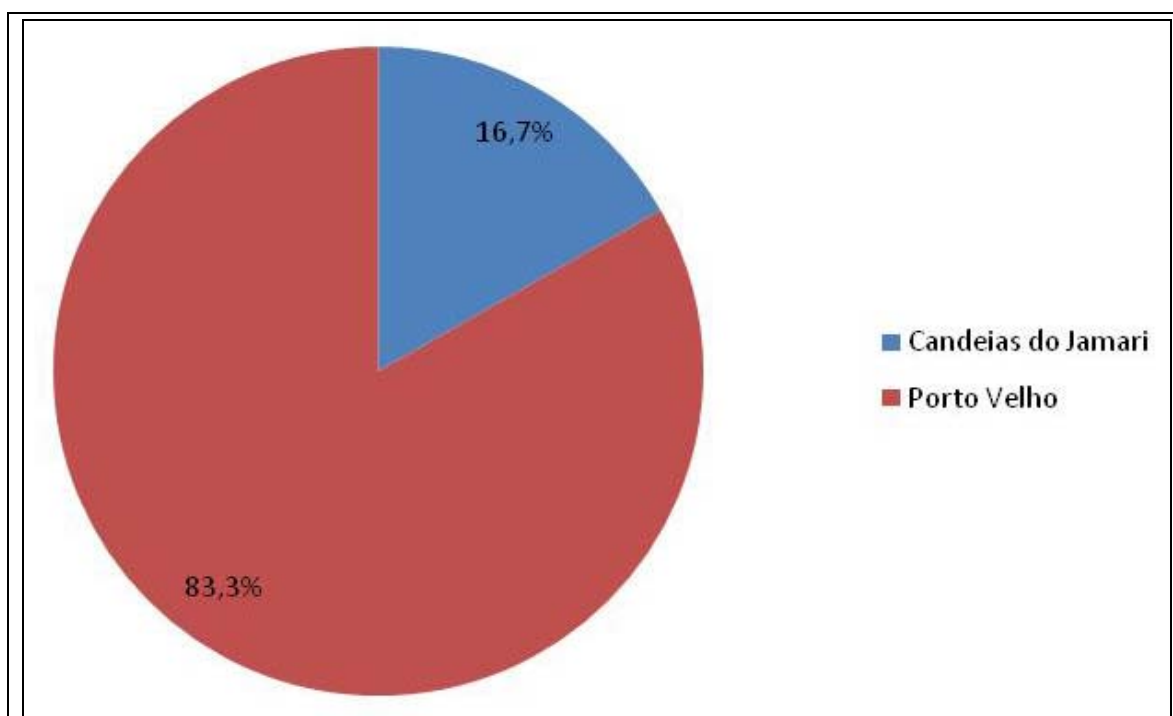


Figura 3.6.5.3 - 12 - Área dos Municípios - All Mesorregional Madeira-Guaporé

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2000

A All Mesorregional Leste-Rondoniense ocupava 20,3% do Estado de Rondônia, com a densidade demográfica variando de 1,07 hab/km² em Chupinguaia até 31,92 hab/ km² em Rolim de Moura. O maior município, em extensão territorial, era Ji-Paraná com área de 6.894,70 km² e densidade de 15,49 hab/km², seguido por Pimenta Bueno com

6.233,60 km² e densidade de 5,09 hab/ km². Destacam-se, também, nesta All Mesorregional, os municípios com as menores áreas territoriais, estando os mesmos distribuídos entre Teixeiraopolis, com uma área de 454 km² e densidade de 12,39 hab/ km², Primavera de Rondônia, com 613 km² e densidade de 7,03 km² e, por último, Castanheiras, com 897,6 km² e densidade de 4,69 km².

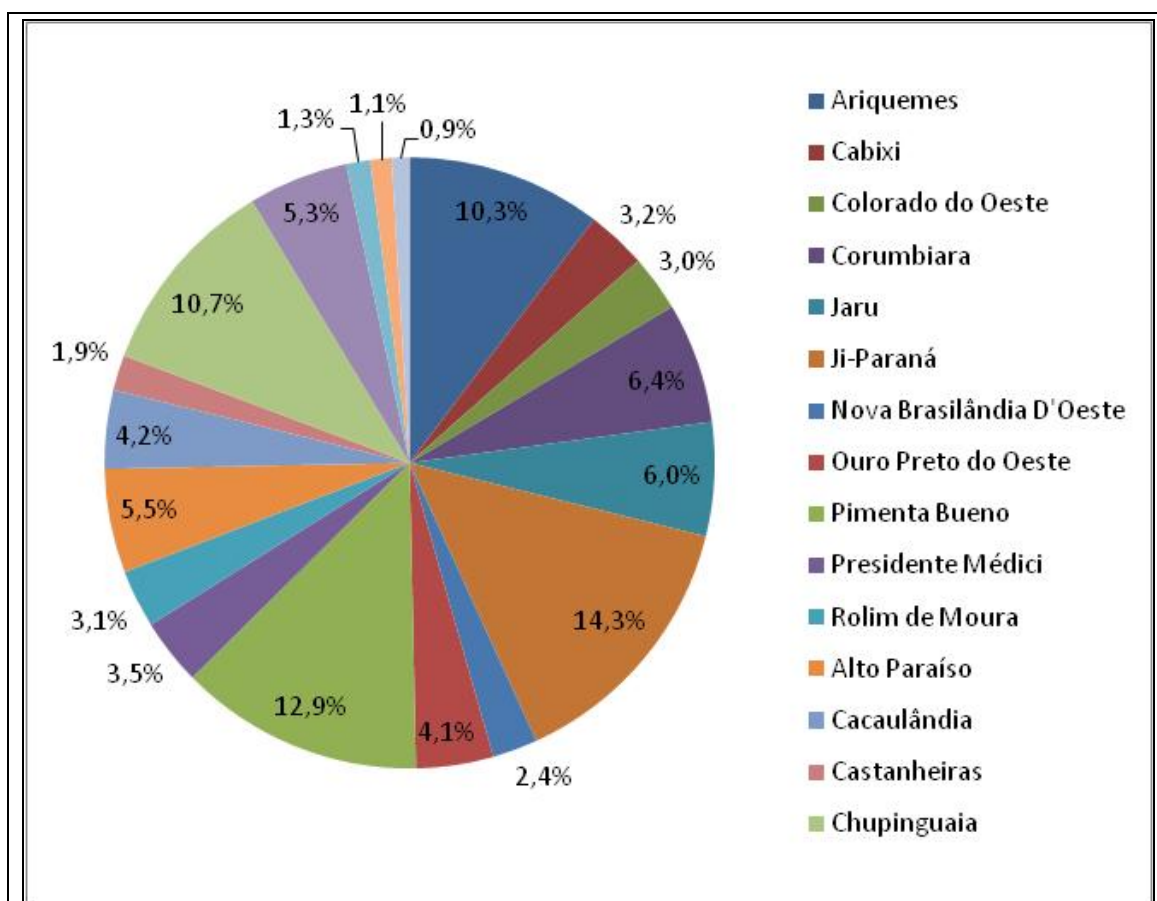


Figura 3.6.5.3 - 13 - Área dos Municípios - All Mesorregional Leste Rondoniense - 2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2000

O Estado de Rondônia, no ano 2000, se manteve como uma das unidades da federação com mais baixo percentual de domicílios em situação urbana (65,91%), sendo superior apenas aos estados do Maranhão (61,11%) e Piauí (64,89%).

Nos municípios em estudo, o percentual de domicílios urbanos apresentava-se fortemente concentrado em quatro cidades: Ji-Paraná (88,8%); a capital do Estado, Porto Velho (83,51%); Rolim de Moura (80,46%) e Ariquemes (77,1%), de acordo com os dados do IBGE de 2007. Juntos, estes municípios correspondiam a 75,68% do total de domicílios urbanos analisados.

Entre 1991 e 2007, na AII Mesorregional Madeira-Guaporé houve crescimento do percentual de domicílios em situação urbana, com exceção de Candeias do Jamari, onde este percentual passou de 69,5%, em 2000, para 56,91%, em 2007.

A mesma situação apresentada acima se repete na AII Mesorregional Leste Rondoniense, onde houve acréscimo do percentual de domicílios em situação urbana, com exceção de Chupinguaia, que teve uma pequena diminuição em seu percentual de domicílios urbanos, passando de 34,71%, em 2000, para 33,79% em 2007.

Quadro 3.6.5.3 - 39 - Percentual de Domicílios em situação urbana nos municípios da AII/Rondônia - 1991-2007

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Domicílios em Situação Urbana (%)		
	1991	2000	2007
Candeias do Jamari	-	69,5	56,91
Porto Velho	80,85	82,38	83,51
AII Mesorregional Madeira-Guaporé	80,85	81,91	82,4
Ariquemes	55,03	76,15	77,1
Cabixi	25,8	37,86	41,09
Colorado do Oeste	41,57	69,22	72,15
Corumbiara	-	20,71	25,47
Jaru	45,32	57,39	67,91
Ji-Paraná	79,64	86,23	88,8
Nova Brasilândia D'Oeste	34,46	40,82	48,74
Ouro Preto do Oeste	30,25	66,26	73,18
Pimenta Bueno	53,93	83,34	85,4
Presidente Médici	37,63	48,66	59,88
Rolim de Moura	49,17	73,79	80,46
Alto Paraíso	-	30,49	46,11
Cacaulândia	-	35,95	34,28
Castanheiras	-	19,49	22,65
Chupinguaia	-	34,71	33,79
Parecis	-	32,87	38,49
Primavera de Rondônia	-	28,18	36,48
São Felipe D'Oeste	-	16,24	24,66
Teixeirópolis	-	20,39	27,73
AII Mesorregional Leste Rondoniense	51,00	66,37	71,47
Rondonia	60,09	65,91	70,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Em números absolutos, observa-se que as AII Mesorregionais analisadas possuíam, em 2007, um total de 139.779 domicílios, 99.905 na área urbana e 39.874 na área rural.

Na AII Mesorregional Madeira-Guaporé, houve crescimento da quantidade de domicílios, tanto em situação rural quanto urbana, entre os anos de 1991 e 2007. E, no

caso de Candeias do Jamari, os domicílios rurais quase dobraram entre os anos de 2000 e 2007, passando de 966 para 1.890 domicílios.

No caso da All Mesorregional Leste Rondoniense, apesar de ter havido um acréscimo no número total de domicílios, entre os anos de 1991 e 2007, houve diminuição do número de domicílios em situação rural. Ainda assim, boa parte dos municípios manteve a predominância de domicílios em situação rural, sendo eles: Cabixi, Corumbiara, Nova Brasilândia d'Oeste, Alto Paraíso, Cacaúlândia, Castanheiras, Chupinguaia, Parecis, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste e Teixeiraópolis.

Quadro 3.6.5.3 - 40 - Domicílios por situação nos municípios da All/Rondônia - 1991/2007

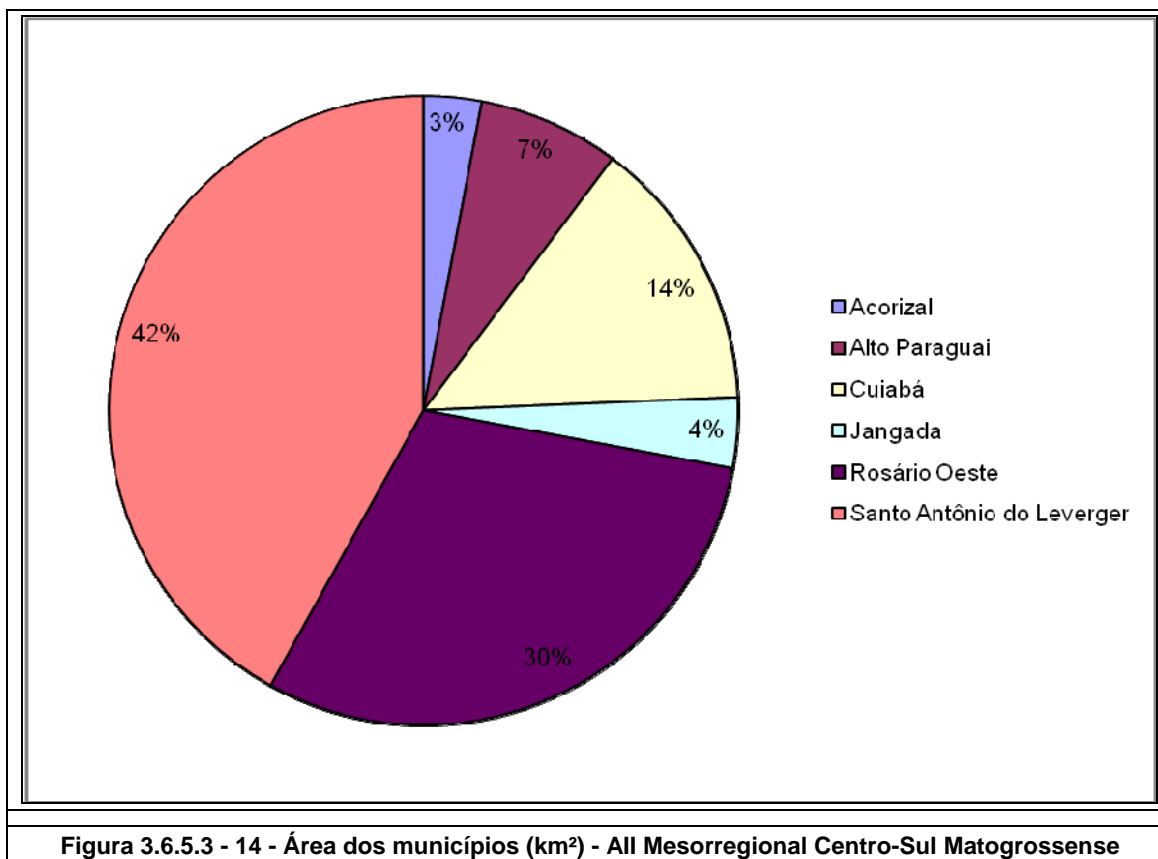
Municípios, All Mesorregional e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Candeias do Jamari	-	-	2.201	966	2.496	1.890
Porto Velho	53.838	12.753	68.935	14.747	84.036	16.592
All Mesorregional Madeira-Guaporé	53.838	12.753	71.136	15.713	86.532	18.482
Ariquemes	10.445	8.534	14.108	4.419	17.940	5.329
Cabixi	458	1.317	739	1.213	789	1.131
Colorado do Oeste	3.500	4.919	3.971	1.766	3.863	1.491
Corumbiara	-	-	544	2.083	699	2.045
Jaru	6.250	7.540	7.786	5.780	10.260	4.849
JiParaná	17.574	4.492	24.217	3.867	27.564	3.476
Nova Brasilândia D'Oeste	1.180	2.244	1.723	2.498	2.382	2.505
Ouro Preto do Oeste	5.357	12.350	7.063	3.596	7.611	2.789
Pimenta Bueno	5.970	5.100	7.023	1.404	8.041	1.375
Presidente Médici	2.521	4.179	3.310	3.493	3.891	2.607
Rolim de Moura	6.645	6.868	9.318	3.310	11.558	2.807
Alto Paraíso	-	-	927	2.113	2.152	2.515
Cacaúlândia	-	-	472	841	541	1.037
Castanheiras	-	-	206	851	229	782
Chupinguaia	-	-	503	946	671	1.315
Parecis	-	-	283	578	495	791
Primavera de Rondônia	-	-	310	790	398	693
São Felipe D'Oeste	-	-	278	1.434	440	1.344
Teixeiraópolis	-	-	283	1.105	381	993
All Mesorregional Leste Rondoniense	59.900	57.543	83.064	42.087	99.905	39.874
Rondonia	153.045	101.659	228.834	118.360	284.686	122.022

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População

(2) Mato Grosso

O conjunto dos municípios mato-grossenses em estudo perfazia uma área, no ano 2000, de 134.604 km², o que equivalia a 14,9% da área territorial do estado do Mato Grosso.

A All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense ocupava 3,12% do território estadual, com uma densidade demográfica de 19,11 hab/km². Dentre os seus municípios, Cuiabá se destacou por possuir densidade demográfica bem maior que, inclusive, a de todos os municípios analisados – 121,65 hab/km², ocupando 14% da área territorial desta All Mesorregional. A maior extensão territorial cabia a Santo Antonio do Leverger, com 11.827,9 km².



Os municípios de Poxoreu, Guiratinga e Alto Araguaia possuíam a maior extensão territorial na All Mesorregional Sudeste Matogrossense. Ao mesmo tempo, as maiores concentrações populacionais encontravam-se em Rondonópolis (36,02 hab/km²) e Jaciara (14,35 hab/km²).

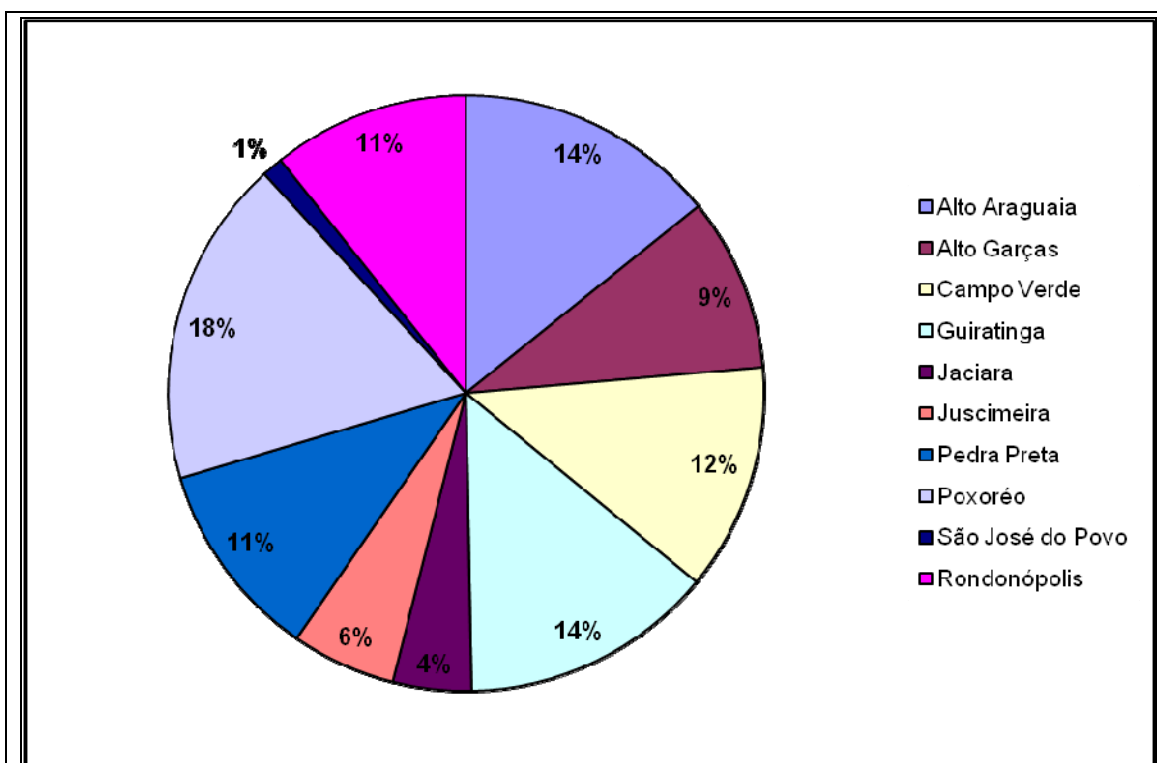
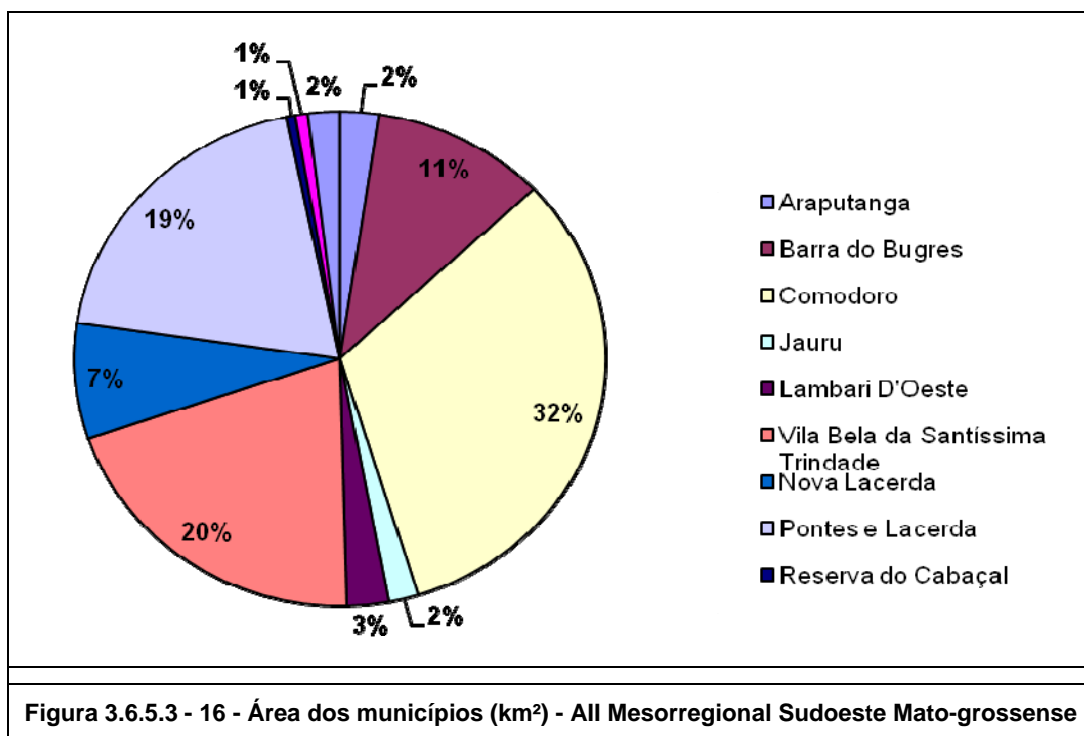


Figura 3.6.5.3 - 15 - Área dos municípios (km²) - All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense

Fonte: IBGE; 2000.

A All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense possuía a maior área territorial entre as três Alls Mesorregionais, com 67.449,8 hab/km², correspondendo a aproximadamente 7% do Estado do Mato Grosso. Quatro municípios se destacaram porque, juntos, ocupavam 82% da área desta All Mesorregional: Comodoro (21.744,2 km²), Vila Bela de Santíssima Trindade (13.630,5 km²); Pontes e Lacerda (13.122,9 km²) e Barra do Bugres (7.161,1 km²). Observa-se, também, que esta era a All Mesorregional com o menor município em extensão territorial entre todos os analisados: Reserva do Cabaçal, com 360,5 km². Com relação à densidade demográfica, esta variava de 0,69 hab/km², em Comodoro, e 10,5 hab/km², em Jauru.



Fonte: IBGE; 2000.

Quadro 3.6.5.3 - 41 - Área e Densidade Demográfica nos municípios da All/Mato Grosso - 2000

Municípios, All Mesoregionais e Estado	Área total das unidades territoriais (km²)	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por km²)
Acorizal	841,1	6,9
Alto Paraguai	2.052,5	4,19
Cuiabá	3.970,9	121,65
Jangada	1.021,9	6,95
Rosário Oeste	8.499,6	2,17
Santo Antônio do Leverger	11.827,9	1,3
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	28.213,9	19,11
Alto Araguaia	5.538,4	2,05
Alto Garças	3.660,0	2,27
Campo Verde	4.794,7	3,58
Guiratinga	5.358,3	2,36
Jaciara	1.658,7	14,35
Juscimeira	2.205,0	5,47
Pedra Preta	4.193,2	3,26
Poxoréo	6.923,3	2,89
São José do Povo	444,1	6,88
Rondonópolis	4.165,2	36,02
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	38.940,9	7,00

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Área total das unidades territoriais (km²)	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por km²)
Araputanga	1.602,8	8,52
Barra do Bugres	7.161,1	3,83
Comodoro	21.744,2	0,69
Jauru	1.217,4	10,5
Lambari D'Oeste	1.713,1	2,73
Vila Bela da Santíssima Trindade	13.630,5	0,93
Nova Lacerda	5.073,3	0,8
Pontes e Lacerda	13.122,9	3,28
Reserva do Cabaçal	360,5	6,71
Rio Branco	529,1	9,59
Salto do Céu	1.294,9	4,26
Vale de São Domingos	-	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	67.449,8	2,16
Mato Grosso	903.386,1	2,77

Fonte: Censo Demográfico – IBGEF

Conforme observado nos dados do ano 2000, o Estado do Mato Grosso estava entre os doze Estados brasileiros com percentual de domicílios urbanos acima de 80%, ocupando o 11º lugar, com 81,59%, sendo inferior ao Estado do Espírito Santo (81,15%) e superior ao Estado de Santa Catarina (80,28%).

A capital do Estado, Cuiabá, entre os anos 1991 e 2007, mantivera os seus domicílios em situação urbana em aproximadamente 98%, e é o maior percentual de domicílios urbanos entre todos os municípios a serem atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 01.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, mesmo com decréscimo no número de domicílios urbanos entre 2000 e 2007, o percentual de domicílios nesta situação em 2007 permanecia alto – 93,45%. Excetuando Cuiabá, que foi citada acima e que pertence a esta All Mesorregional, os municípios em situação urbana em 2007 variavam de 30,14%, em Santo Antônio do Leverger, e 69,98%, em Alto Paraguai.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, três municípios apresentaram queda no percentual de domicílios urbanos entre 2000 e 2007: São José do Povo, Pedra Preta e Guiratinga. E, os maiores municípios em percentual de domicílios urbanos em 2007, foram Rondonópolis, com 95,58%, seguido por Jaciara, com 92,62% e Alto Garças, com 90,41%.

Entre 1991 e 2007, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense apresentou percentual de domicílios urbanos abaixo da média estadual. No entanto, em 2007, três dos seus municípios tiveram mais de 80% de domicílios em área urbana: Pontes e

Lacerda (82,89%); Rio Branco (81,22%) e Barra dos Bugres (81,04%). O restante dos municípios apresentou percentual de domicílios urbanos variando entre 79,55%, em Araputanga, e 23,89%, em Vale de São Domingos.

Quadro 3.6.5.3 - 42 - Percentual de Domicílios em Situação Urbana nos municípios da All/Mato Grosso - 1991-2007

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Acorizal	52,86	48,1	53,72
Alto Paraguai	70,29	76,21	69,98
Cuiabá	98,15	98,71	98,49
Jangada	40,41	39,66	44,63
Rosário Oeste	54,41	57,09	56,53
Santo Antônio do Leverger	27,26	34,9	30,14
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	92,26%	94,15%	93,45%
Alto Araguaia	79,17	80,14	82,99
Alto Garças	82,33	86,45	90,41
Campo Verde	44,1	75,76	77,07
Guiratinga	81,63	90,05	81,22
Jaciara	89,07	90,53	92,62
Juscimeira	67,93	66,01	73,45
Pedra Preta	67,4	78,8	70,8
Poxoréo	66,47	68,06	69,25
São José do Povo	-	52,5	46,78
Rondonópolis	89,23	94,46	95,58
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	82,58%	87,37%	88,17%
Araputanga	59,49	80,76	79,55
Barra do Bugres	69,58	82,46	81,04
Comodoro	56,46	60,94	68,14
Jauru	45,48	52,78	62,72
Lambari D'Oeste	-	38,52	60,82
Vila Bela da Santíssima Trindade	27,95	20,79	34,64
Nova Lacerda	-	48,88	57,15
Pontes e Lacerda	62,65	68,28	82,89
Reserva do Cabaçal	59,69	67,97	66,05
Rio Branco	45,46	69,39	81,22
Salto do Céu	38,06	54,19	57,37
Vale de São Domingos	-	-	23,89
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	54,65%	64,26%	71,26%
Mato Grosso	74,40%	80,59%	81,53%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População

Em números absolutos, observa-se que as All mesorregionais possuíam em 2007 um total de 302.404 domicílios, 268.188 na área urbana e 34.216 na área rural.

Na All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense houve uma pequena queda na quantidade de domicílios em situação rural entre os anos de 1991 e 2000, e

crescimento dos mesmos entre 2000 e 2007. Jangada foi o único município em que ocorreu predomínio da situação rural em relação à urbana, em 2007.

A All Mesorregional Sudeste Mato-grossense quase dobrou o número de domicílios urbanos entre 1991 e 2007, passando de 46.373 para 81.589. Com relação aos domicílios rurais, existia uma composição diversificada entre os municípios desta All Mesorregional. Em seis deles, houve acréscimo dos domicílios rurais entre 2000 e 2007, destacando-se Guiratinga e Pedra Preta, por terem tido aumento mais significativo. Nos demais municípios, houve queda não muito acentuada dos domicílios rurais, também entre 2000 e 2007.

Por último, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense manteve o crescimento dos domicílios urbanos e teve queda nos rurais entre 1991 e 2007. Vila Bela Santíssima Trindade e Vale de São Domingos eram os únicos municípios que, em 2007, possuíam maior quantidade de domicílios em situação rural. Vale de São Domingos figura como o segundo município menos urbanizado de toda a All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº01.

Quadro 3.6.5.3 - 43 - Domicílios por situação nos municípios da All/Mato Grosso - 1991/2007

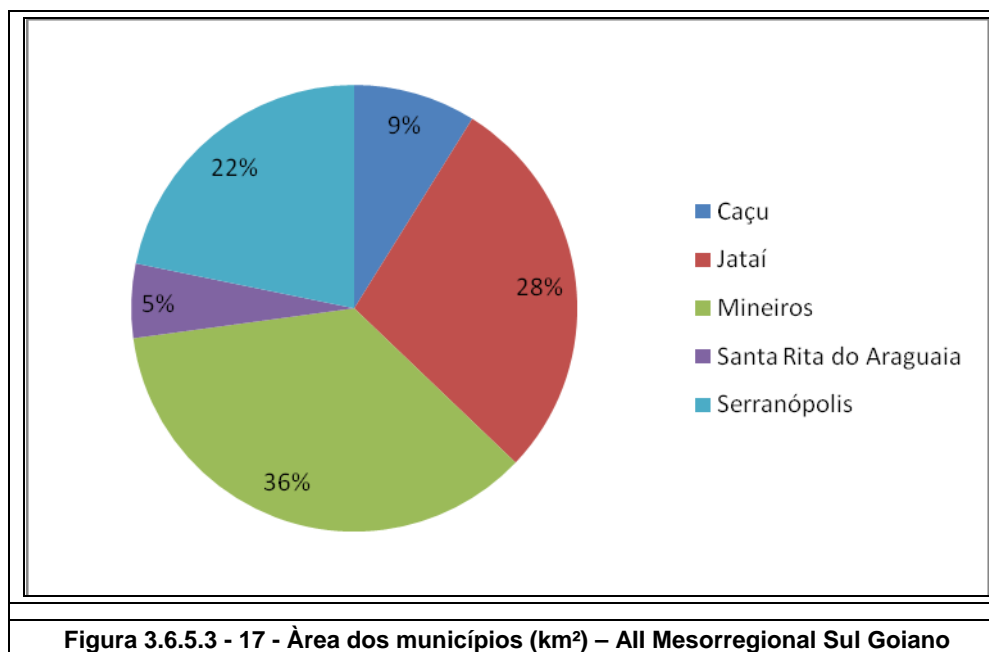
Municípios, All Mesorregionais e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Acorizal	628	560	696	751	888	765
Alto Paraguai	2.224	940	1.714	535	1.702	730
Cuiabá	91.929	1.730	125.496	1.637	148.031	2.271
Jangada	430	634	650	989	943	1.170
Rosário Oeste	2.288	1.917	2.538	1.908	2.753	2.117
Santo Antônio do Leverger	930	2.482	1.291	2.408	1.673	3.878
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	98.429	8.263	132.385	8.228	155.990	10.931
Alto Araguaia	1.976	520	2.599	644	3.572	732
Alto Garças	1.705	366	2.009	315	2.563	272
Campo Verde	572	725	3.448	1.103	5.847	1.740
Guiratinga	2.817	634	3.151	348	3.489	807
Jaciara	4.710	578	5.613	587	6.786	541
Juscimeira	1.798	849	2.255	1.161	2.673	966
Pedra Preta	1.877	908	2.829	761	3.360	1.386
Poxoréo	3.822	1.928	3.800	1.783	3.716	1.650
São José do Povo	-	-	431	390	508	578
Rondonópolis	27.096	3.271	38.544	2.260	49.075	2.270
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	46.373	9.779	64.679	9.352	81.589	10.942
Araputanga	1.683	1.146	2.854	680	3.640	936
Barra do Bugres	3.418	1.494	5.462	1.162	7.029	1.645
Comodoro	1.149	886	2.328	1.492	3.234	1.512
Jauru	1.289	1.545	1.616	1.446	1.913	1.137
Lambari D'Oeste	-	-	463	739	885	570
Vila Bela da Santíssima Trindade	829	2.137	623	2.373	1.255	2.368

Municípios, All Mesorregionais e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Nova Lacerda	-	-	416	435	763	572
Pontes e Lacerda	4.874	2.906	7.833	3.639	9.197	1.898
Reserva do Cabaçal	419	283	452	213	498	256
Rio Branco	1.187	1.424	1.002	442	1.310	303
Salto do Céu	628	1.022	685	579	685	509
Vale de São Domingos	-	-	-	-	200	637
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	15.476	12.843	23.734	13.200	30.609	12.343
Mato Grosso	339.178	116.715	520.538	125.367	664.576	150.510

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem da População

(3) Goiás

O conjunto de municípios em estudo no Estado de Goiás compõe a All Mesorregional Sul Goiano, que ocupa uma área de 25.380,20 km², correspondendo a 7,5% da área do Estado de Goiás. Os maiores territórios municipais desta All pertencem aos municípios de Mineiros e Jataí, que ocupam, respectivamente, 36% e 28% da área goiana em estudo. Serranópolis vem em seguida, com 22%.



Na All Mesorregional Sul Goiano, a concentração da população era de 5,7 hab/km², no ano de 2000, bastante inferior à concentração populacional no Estado de Goiás naquele mesmo ano, que era de 14,7 hab/m². Entre os municípios goianos em estudo, em 2000, a densidade demográfica variava de 1,2 hab/km², no município de Serranópolis, a 10,5 hab/km², no município de Jataí.

Quadro 3.6.5.3 - 44 - Área, população residente e densidade demográfica nos municípios da All/Goiás – 2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (km ²)	População Residente	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por km ²)
Caçu	2.250,80	10.575	4,7
Jataí	7.174,10	75.451	10,5
Mineiros	9.067,00	39.024	4,3
Santa Rita do Araguaia	1.361,80	5.087	3,7
Serranópolis	5.526,50	6.447	1,2
All Mesorregional Sul Goiano	25.380,20	136.584	5,4
Goiás	340.117,60	5.003.228	14,7

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Entre 1991 e 2007, na All Mesorregional Sul Goiano, houve crescimento do percentual de domicílios em situação urbana, mais acentuado entre 1991 e 2000. Todos os municípios em estudo acompanharam a tendência apresentada pela All, exceto Santa Rita do Araguaia, onde o percentual de domicílios em situação urbana diminuiu entre 2000 e 2007, chegando a um percentual inferior ao apresentado em 1991. Neste município, em termos absolutos, houve crescimento do número de domicílios, tanto em situação rural quanto em situação urbana, sendo que, proporcionalmente, o crescimento dos domicílios em situação rural foi maior, o que explica a porcentagem apresentada em 2007 – 86,2% de domicílios urbanos. No ano de 2007, o percentual de domicílios em situação urbana, nos municípios goianos em estudo, variava de 69,1% em Serranópolis a 92% em Jataí.

Quadro 3.6.5.3 - 45 - Percentual de domicílios em situação urbana nos municípios da All/Goiás – 1991/2007

Municípios, All e Estado	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Caçu	70,3	78	78,8
Jataí	84	90,5	92,0
Mineiros	84,3	88,1	89,0
Santa Rita do Araguaia	86,4	90,4	86,2
Serranópolis	52,2	60,4	69,1
All Mesorregional Sul Goiano	80,8	87,3	88,7
Goiás	80,8	87,7	83,7

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População, IBGE

Em números absolutos, na All Mesorregional Sul Goiano, entre 1991 e 2000, houve crescimento da quantidade de domicílios em situação urbana e diminuição dos domicílios em situação rural. A maior parte dos municípios integrantes da All acompanhou esta tendência. A exceção foi o município de Mineiros, onde, embora o percentual de domicílios em situação urbana tenha passado de 84,3%, em 1991, para 88,1%, em 2000, houve crescimento do número de domicílios nas duas situações consideradas. Entre 2000 e 2007, esta All Mesorregional apresentou crescimento do número dos domicílios, tanto em situação urbana quanto rural, embora,

percentualmente tenha crescido a proporção dos domicílios em situação urbana. Nos municípios de Serranópolis e Jataí, no entanto, o número de domicílios em situação rural diminuiu no mesmo período.

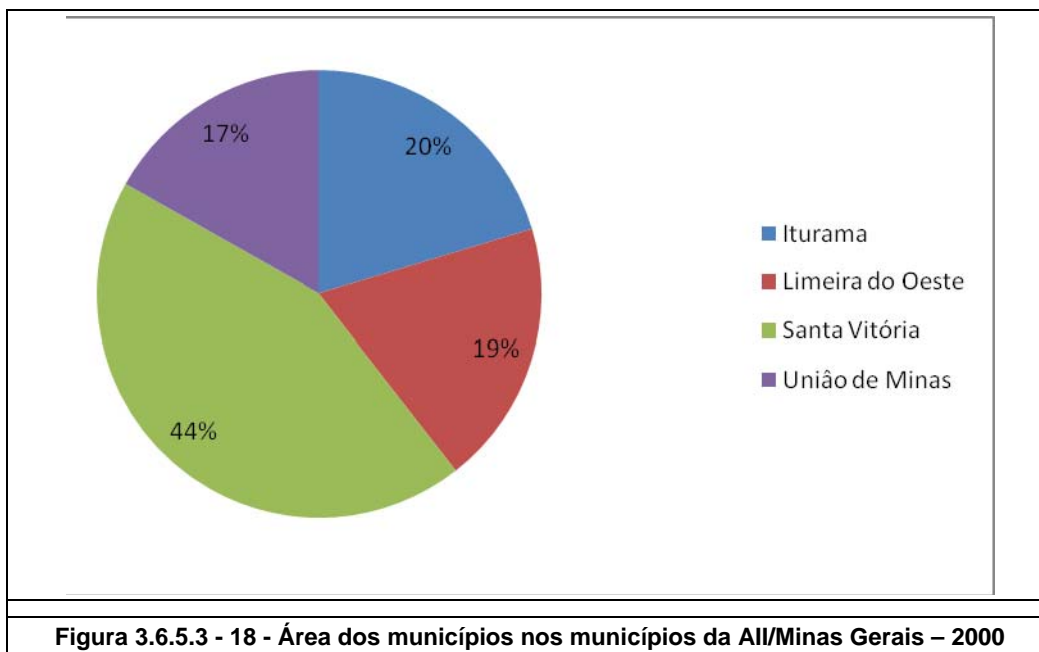
Quadro 3.6.5.3 - 46 – Domicílios por situação nos municípios da All/Goiás – 1991/2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Caçu	2.046	862	2.466	694	2.955	795
Jataí	13.637	2.601	19.357	2.038	22.916	2.003
Mineiros	6.404	1.192	9.372	1.270	11.725	1.450
Santa Rita do Araguaia	970	152	1.360	145	1.603	256
Serranópolis	1.004	919	1.184	775	1.542	691
All Mesorregional Sul Goiano	24.061	5.726	33.739	4.922	40.741	5.195
Goiás	798.835	189.348	1.225.871	172.144	862.230	167.563

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População, IBGE

(4) Minas Gerais

O conjunto de municípios mineiros em estudo ocupa uma área de 6.891,70 km², correspondendo a 1% da área do Estado de Minas Gerais. O maior território da All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pertence ao município de Santa Vitória, com 3.012,50 km², que corresponde a 44% da All mineira.



A All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresenta baixa concentração populacional, com 8,1 habitantes por km², no ano de 2000, bastante abaixo da densidade demográfica apresentada pelo Estado de Minas Gerais no mesmo ano – 30,5 hab/km². No ano de 2000, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba,

a densidade demográfica variava de 4,0 hab/km², em União de Minas, a 20,6 hab/km², em Ituramã.

Quadro 3.6.5.3 - 47 - Área, população residente e densidade demográfica nos municípios da AII/Minas Gerais – 2000

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (km ²)	População residente	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por km ²)
Ituramã	1.401,30	28.814	20,6
Limeira do Oeste	1.317,40	6.170	4,7
Santa Vitória	3.012,50	16.365	5,4
União de Minas	1.160,50	4.638	4,0
AII Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	6.891,70	55.987	8,1
Minas Gerais	586.552,40	17.905.134	30,5

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Entre 1991 e 2007, a AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentou significativo incremento do percentual de domicílios em situação urbana. De 2000 a 2007, enquanto o Estado de Minas Gerais apresentou decréscimo do percentual de domicílios situados em áreas urbanizadas, o conjunto de municípios mineiros em estudo apresentou incremento de 3,6 pontos percentuais, atingindo, no ano de 2007, percentual de domicílios urbanos mais elevado que o de Minas Gerais. Em todo o período analisado, os municípios mineiros em estudo apresentaram crescimento do percentual de domicílios em situação urbana, tendo o maior aumento ocorrido no município de Ituramã. No ano de 2007, na AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o percentual de domicílios urbanos variava de 56%, em União de Minas, a 93,9%, em Ituramã.

Quadro 3.6.5.3 - 48- Percentual de domicílios em situação urbana nos municípios da AII/Minas Gerais – 1991/2007

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Ituramã	69,3	93,0	93,9
Limeira do Oeste	-	61,8	64,5
Santa Vitória	71,8	76,5	82,1
União de Minas	-	48,1	56,0
AII Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	70,0	80,9	84,5
Minas Gerais	76,7	83,3	77,9

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

Em termos absolutos, de 1991 a 2007, na AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, houve crescimento do número total de domicílios, mesmo com a diminuição dos domicílios em situação rural. Todos os municípios mineiros em estudo acompanharam esta tendência, exceto Ituramã, onde, na década de 90, houve diminuição do número total de domicílios, tanto urbanos quanto rurais, possivelmente devido à perda de território para formação de novos municípios, como foi o caso de Limeira do Oeste, desmembrado de Ituramã em 1992.

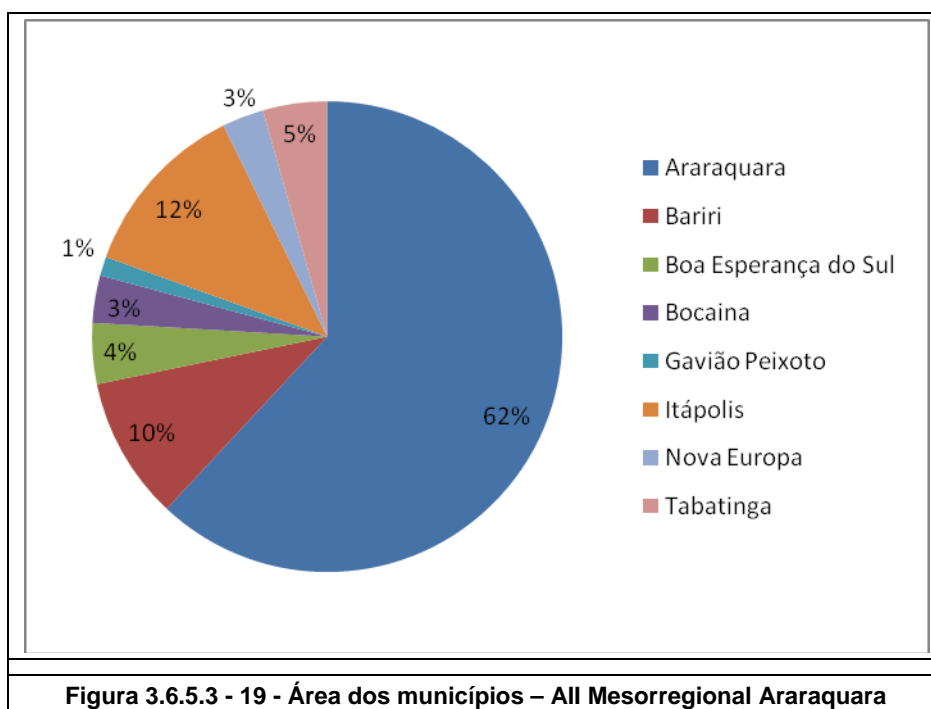
Quadro 3.6.5.3 - 49 - Domicílios por Situação nos municípios da All/Minas Gerais – 1991/2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Iturama	8.089	3.580	7.770	587	9.126	592
Limeira do Oeste	-	-	1.131	699	1.225	674
Santa Vitória	3.140	1.235	3.755	1.154	4.253	929
União de Minas	-	-	663	714	811	636
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	11.229	4.815	13.319	3.154	15.415	2.831
Minas Gerais	2.843.616	863.621	3.967.370	797.888	2.850.129	810.337

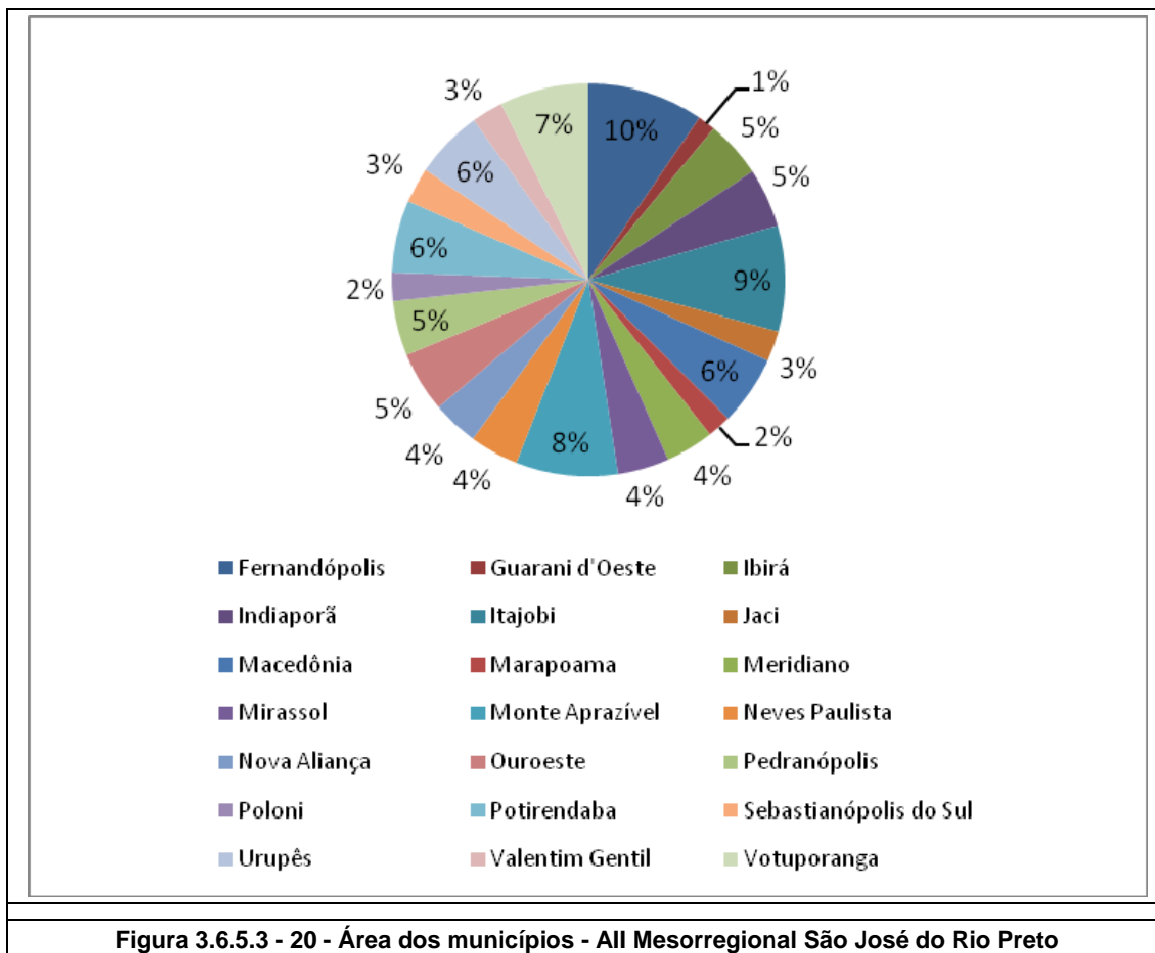
Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE

(5) São Paulo

O conjunto de municípios paulistas em estudo ocupa uma área de 10.036,2 km², equivalendo a 4,0% do território do Estado de São Paulo. A área em estudo em São Paulo é menos densamente povoada que o Estado como um todo, uma vez que sua população total, em 2007, correspondia a 1,6% da população do Estado. A All Mesorregional Araraquara, com apenas 8 municípios, ocupa 42,5% da área em estudo no Estado de São Paulo. Os maiores municípios, em termos de extensão territorial, são Araraquara e Itápolis.



A All Mesorregional São José do Rio Preto, com seus 21 municípios, ocupa 57,5% da área em estudo paulista, com 5.766,3 km². Os municípios que a integram, de uma maneira geral, dispõem de territórios pouco extensos, variando as áreas municipais de 84,5 km², em Guarani d'Oeste, a 549,6 km², no município de Fernandópolis.



A densidade demográfica na área em estudo paulista é bastante mais baixa do que a apresentada pelo total do Estado de São Paulo. A AII Mesorregional Araraquara apresenta maior concentração populacional, com 69,1 hab/km², em 2000. Na AII Mesorregional São José do Rio Preto, o território é menos densamente povoado, com 41 hab/km².

Os municípios de Mirassol, Araraquara e Votuporanga, contudo, apresentavam densidade demográfica acima da estadual – 198,2 hab/km², 181,2 hab/km² e 179,2 hab/km², respectivamente. Nos demais municípios em estudo, em 2000, a densidade demográfica variava de 10,5 hab/km², no município de Pedranópolis, a 112,1 hab/km², em Fernandópolis.

Quadro 3.6.5.3 - 50 - Área, população residente e densidade demográfica nos municípios da All/São Paulo – 2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	Área total das unidades territoriais (km ²)	População Residente	Densidade demográfica da unidade territorial (Habitante por km ²)
Araraquara	1.006,0	182.471	181,2
Bariri	440,6	28.224	64,1
Boa Esperança do Sul	691,0	12.573	18,2
Bocaina	364,0	9.442	25,9
Gavião Peixoto	243,7	4.126	16,9
Itápolis	997,1	37.750	37,9
Nova Europa	160,9	7.307	45,4
Tabatinga	366,5	12.990	35,4
All Mesorregional Araraquara	4.269,9	294.883	69,1
Fernandópolis	549,6	61.647	112,1
Guarani d'Oeste	84,5	2.006	23,7
Ibirá	270,6	9.447	34,9
Indiaporã	279,5	4.058	14,5
Itajobi	501,8	14.230	28,3
Jaci	144,4	4.117	27,6
Macedônia	329,1	3.761	11,4
Marapoama	113,3	2.238	19,7
Meridiano	228,1	4.025	17,6
Mirassol	243,8	48.327	198,2
Monte Aprazível	482,9	18.413	38,1
Neves Paulista	232,2	8.907	38,4
Nova Aliança	217,9	4.768	21,9
Ouroeste	287,6	6.290	21,9
Pedranópolis	260,0	2.734	10,5
Poloni	134,8	4.774	35,4
Potirendaba	342,4	13.656	39,0
Sebastianópolis do Sul	168,1	2.546	15,2
Urupês	324,8	11.833	36,4
Valentim Gentil	149,2	8.605	57,8
Votuporanga	421,7	75.641	179,2
All Mesorregional São José do Rio Preto	5.766,3	236.382	41,0
São Paulo	248.176,7	37.032.403	149,0

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Entre 1991 e 2007, o Estado de São Paulo apresentou decréscimo do percentual de domicílios em situação urbana, de 93,4%, em 1991, para 90,3%, em 2007, com pequena elevação meio ponto percentual em 2000, em relação a 1991. A área em estudo no Estado, no entanto, vem incrementando o percentual de urbanização dos domicílios. Embora a análise seja prejudicada pela ausência de dados sobre situação do domicílio para o município de Araraquara, em 2007, é possível observar que, de

uma maneira geral, todos os municípios paulistas em estudo apresentaram crescimento do percentual de domicílios em situação urbana no período considerado.

Na All Mesorregional Araraquara (excetuando-se o município de Araraquara), o percentual dos domicílios em situação urbana, em 2007, variava de 79,9%, em Gavião Peixoto, a 93,3%, no município de Nova Europa. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, que atingiu, no ano de 2007, percentual de domicílios em situação urbana acima do apresentado pelo Estado, este percentual variava de 69%, no município de Meridiano, a 97,1%, em Mirassol.

Quadro 3.6.5.3 - 51 - Percentual de domicílios em situação urbana nos municípios da All/São Paulo – 1991/2007

Municípios, Mesorregiões e Estado	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Araraquara	94,7	95,7	
Bariri	95,8	87,5	92,3
Boa Esperança do Sul	89	74,5	85,5
Bocaina	90,5	83,5	90,5
Gavião Peixoto		67,5	79,9
Itápolis	79,3	86	90,1
Nova Europa	69,2	88,3	93,3
Tabatinga	67,8	78,9	84,2
All Mesorregional Araraquara	87,3	91,7	90,7
Fernandópolis	93,2	96	96,8
Guarani d'Oeste	70,9	87,7	88,8
Ibirá	81,6	88,8	92,6
Indiaporã	77,4	79,2	83,1
Itajobi	15,3	78	83,9
Jaci	93,2	74,5	85,9
Macedônia	58,9	71,7	74,4
Marapoama		71,1	82,4
Meridiano	54,1	67	69
Mirassol	93,5	96,4	97,1
Monte Aprazível	80,8	87,2	90
Neves Paulista	79	87	89,4
Nova Aliança	65,2	76,9	85,5
Ouroeste		75,2	84,4
Pedranópolis	52,8	60,4	58,6
Poloni	81,9	90,1	90,6
Potirendaba	74,4	86,1	90,3
Sebastianópolis do Sul	50,3	66,7	75,2
Urupês	73,7	83,8	88,5
Valentim Gentil	77,6	87,2	90,7
Votuporanga	93,2	96,4	97,4
All Mesorregional São José do Rio Preto	86,2	90,5	92,8
São Paulo	93,4	93,9	90,3

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE – 1991-2007

Em números absolutos, em todos os municípios paulistas em estudo, no período que vai de 1991 a 2007, houve crescimento do número de domicílios em situação urbana e decréscimo do número de domicílios em situação rural. Apenas nos municípios de Bocaina, Jaci e Guarani d'Oeste, entre 1991 e 2000, houve diminuição, também, do número de domicílios em situação urbana, devido à perda de território para formação de novos municípios.

Quadro 3.6.5.3 - 52 - Domicílios por situação nos municípios da AII/São Paulo – 1991/2007

Municípios, Mesorregiões e Estado	1991		2000		2007	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Araraquara	41.441	2.321	51.266	2.331		
Bariri	21.469	3.073	26.050	2.174	8.859	388
Boa Esperança do Sul	8.845	3.022	10.753	1.820	3.481	432
Bocaina	6.060	1.194	8.546	896	2.785	294
Gavião Peixoto	-	-	716	345	883	222
Itápolis	6.861	1.791	9.488	1.543	11.138	1.226
Nova Europa	907	403	1.780	235	2.491	180
Tabatinga	1.849	880	2.952	791	3.635	680
All Mesorregional Araraquara	87.432	12.684	111.551	10.135	33.272	3.422
Fernandópolis	13.961	1.021	17.879	742	19.342	633
Guarani d'Oeste	1.277	525	565	79	603	76
Ibirá	1.910	444	2.552	323	3.105	247
Indiaporã	1.011	296	1.033	272	1.163	237
Itajobi	2.454	1.436	3.247	918	3.785	729
Jaci	13.961	1.021	866	296	1.290	211
Macedônia	597	417	816	322	821	282
Marapoama	-	-	465	189	672	144
Meridiano	535	454	805	396	855	385
Mirassol	9.759	673	13.857	517	16.307	482
Monte Aprazível	3.911	927	5.047	743	5.841	650
Neves Paulista	1.730	460	2.348	351	2.598	307
Nova Aliança	730	390	1.100	331	1.378	233
Ouroeste	-	-	1.375	454	1.922	354
Pedranópolis	419	375	495	324	534	377
Poloni	1.043	230	1.391	153	1.519	157
Potirendaba	2.264	778	3.560	574	4.124	445
Sebastianópolis do Sul	366	361	547	273	727	240
Urupês	2.174	777	2.964	573	3.331	434
Valentim Gentil	1.217	352	2.119	310	2.726	279
Votuporanga	16.773	1.228	22.268	840	25.031	656
All Mesorregional São José do Rio Preto	76.092	12.165	85.299	8.980	97.674	7.558
São Paulo	7.508.078	531.583	9.731.738	632.414	3.652.074	393.282

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População – IBGE – 1991-2007

(6) Distribuição da População Residente no Corredor em Estudo (5Km)

Conforme observado no item anterior, embora haja grande concentração populacional nas zonas urbanas dos municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento, grande parte da população reside na zona rural dos municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01. Ao longo do levantamento de campo, realizado entre o período de outubro – novembro de 2009, procurou-se entender o padrão de ocupação no corredor de estudo com 5Km - faixa de 2,5 Km para

cada lado, a partir do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 - a fim de perceber se esse padrão se reproduz nas áreas atravessadas pela LT e como a população residente se distribui no espaço. Para tal, procurou-se identificar os bairros, distritos, as localidades e demais aglomerados humanos existentes na Área de Influência Direta da LT.

O traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 atravessa, em grande parte a zona rural dos municípios inseridos na AII. No trecho entre Porto Velho - RO – Nova Lacerda-MT foram identificadas aproximadamente 1.378 famílias, das quais 1.371 no trecho entre Porto Velho – Cabixi (RO) e 7 entre Comodoro e Nova Lacerda (MT). Em média, cada família é composta por 4,8 indivíduos, o que leva a estimativa de uma de população de 6.615 pessoas vivendo no trecho estudado. Deste total, cerca de 53% vivem em propriedades rurais e 47% nos vilarejos e distritos.

Na área de estudo do Eletrodo de terra Nº 01 em Rondônia as propriedades pesquisadas estão localizadas no espaço rural dos municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari. Os dados levantados apontam a existência de aproximadamente 213 famílias vivendo na área de estudo. Considerando que cada família é composta em média por 4,8 indivíduos, estima-se uma de população de 1.022 pessoas. A região que apresentou maior ocupação humana está localizada na faixa de terra à margem esquerda do Rio Jamari. Nesta região, a mais antropizada vivem aproximadamente 190 famílias.

Na zona rural, a distribuição geográfica da população acompanha os modelos de ocupação do solo desencadeados a partir da década de 60 pelos projetos de colonização. A população esta distribuída, de um lado, em latifúndio, e de outro em pequena propriedade rural. Esta última, categorizada por pequenos sítios, colônias, lotes e parcelas. No latifúndio, a densidade demográfica é baixa, condição observada em Rondônia, nos municípios de Porto Velho (BR-364 sentido Rio Branco-AC), Candeias do Jamari e Chupinguaia (RO); e mais acentuadamente nos municípios de Comodoro e Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso. Os territórios que apresentam maior concentração populacional são aqueles em que se enraizaram os projetos de assentamento desencadeados pelo INCRA. Este modelo predomina nos municípios de Alto Paraíso, Jarú, Ouro Preto D'Oeste, Colorado do Oeste e Cabixi. No corredor em estudo foi identificada uma série de localidades que possuem adensamentos populacionais relevantes, como o caso da Linha 632 em Jarú, com 31 famílias, Linha 20 em Teixeiraópolis com 45 famílias, Linha 04 em Ji-Paraná com 49 famílias e Linha Nova em Colorado do Oeste, com 31 famílias (Quadro 3.6.5.3-53).

Há de se destacar que a mobilidade no meio rural é uma importante característica do dinamismo que remodela as configurações sociais, produtivas e fundiárias da região. Vários depoimentos levam a crer que mesmo as famílias dos assentamentos, com reconhecimento legal do direito de usufruto da terra, não estão enraizadas em seus territórios. Neste cenário, há uma importante contribuição advinda das melhorias de infraestrutura que chegam às áreas ocupadas por essas famílias, em especial a pavimentação das linhas, ramais e estradas de chão. Na medida em que o asfalto chega, ou está prestes a chegar, chega também a pressão daqueles que desejam, a qualquer custo, constituir grandes fazendas ou incorporar mais terra a partir da compra seqüencial de pequenas propriedades rurais, estabelecendo a concentração fundiária e desestruturando a pequena agricultura familiar.

Nesse trecho foram identificados três importantes aglomerados que se encontram em processo de urbanização, todos localizados no Estado de Rondônia. No município de São Felipe D'Oeste está localizada a Vila Novo Paraíso, com aproximadamente 380 domicílios, correspondendo a uma população em torno de 1.800 pessoas. Em Chupinguaia encontra-se o Distrito de Boa Esperança, onde vivem em torno de 1.300 pessoas. No município de Cabixi está localizado o Distrito de Planalto, área urbana em que a LT mais se aproximará. O Distrito possui uma população em torno de 480 pessoas.

No estado do Mato Grosso a distribuição da população residente no corredor em estudo é similar ao padrão encontrado no estado de Rondônia, os adensamentos populacionais identificados alternam com extensas áreas agrícolas e pastagens destinadas a pecuária, onde a densidade demográfica é baixa. Ao longo do trecho entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT e Alto Araguaia-MT as maiores concentrações populacionais identificadas foram nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade - Assentamento Santa Helena; Barra dos Bugres - Distrito de Currupira; Jangada, Acorizal- Distrito de Baús; Cuiabá - Coxipó do Ouro e Santo Antonio do Leverger - Assentamento Santo Antonio da Fartura, além do perímetro urbano do municípios de Reserva do Cabaçal, o qual situa-se dentro do corredor em estudo. O número médio de famílias residentes nos adensamentos populacionais identificados no corredor de estudo é de 110 aproximadamente. Em geral os adensamentos populacionais que se encontram acima da média possuem acentuado grau de urbanização e são responsáveis pela oferta de serviços para as populações residentes em suas proximidades.



Foto 3.6.5.3 - 1 Área urbana do município de Reserva do Cabaçal - MT



Foto 3.6.5.3 - 2 Assentamento Santo Antonio da Fartura, no município de Santo Antônio do Leverger - MT

Por outro lado, os menores adensamentos populacionais, tratam-se em sua maioria, de assentamentos rurais e concentram-se predominantemente nos municípios de Pontes e Lacerda, Jauru, Salto do Céu, Barra dos Bugres, Acorizal, Cuiabá e Santo Antônio Do Leverger. Em comum eles possuem número de famílias muito abaixo da média estimada, variando entre 10 e 60 famílias residentes. Um dos adensamentos identificados trata-se de uma ocupação de trabalhadores rurais sem terra, que no momento de passagem da equipe de campo, em novembro de 2009, estavam acampados na Fazenda Tetéia, na estrada para o distrito de Coxipó do Ouro, município de Cuiabá.

No trecho entre os municípios de Santa Rita do Araguaia-GO e Araraquara-SP, ocupação humana se distribui de forma não uniforme ao longo do trecho pesquisado. O Sudeste goiano e os municípios de Limeira d'Oeste e Ituramã, no estado de Minas Gerais se caracterizam por apresentar a menor concentração populacional nas localidades e nos municípios sede. Esta região há o predomínio de grandes propriedades agropastoris. Não foi identificado nenhum povoado, distrito ou comunidade tradicional na AID, concentrando-se grande parte da população nas sedes urbanas dos municípios de Santa Rita do Araguaia, Serranópolis, Caçu, São Simão e em maior numero nos municípios de Mineiros-GO e Ituramã-MG, pólos regionais na área educacional, de saúde e segurança.

No Noroeste Paulista, assim como o padrão fundiário é diferenciado dos trechos anteriores, com a presença de médias e pequenas propriedades rurais, a densidade populacional dos municípios é bem diferenciada. Nesse trecho encontram-se os povoados, distritos e aglomerados humanos em maior concentração e proximidade com a LT, se comparado aos demais trechos do empreendimento. Dentre eles,

destacam-se o Povoado do Retiro, no município de Sebastianópolis do Sul, situado a cerca de 400m do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, com aproximadamente 150 habitantes; o Bairro Itaiúba (Monte Aprazível), a 500 m do eixo da LT; o Distrito de São João de Itaguaçu, com aproximadamente 500 habitantes, no município de Urupês; Vila Açaí (Itajobí), localidade situada a 400m da linha de transmissão, que possui mais de 100 famílias residentes e os Bairro Córrego do Meio e o Distrito de Curupá localizados no municípios de Tabatinga.

Destaca-se que o centro do município de Marapoama encontra-se a 1,2km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01, e possui uma população estimada de 2 mil pessoas e, junto ao município de Tabatinga configura uma das áreas de menor densidade populacional do trecho paulista.

Por outro lado, destaca-se o município de Itápolis que apresenta uma das maiores concentrações populacionais na região, com aproximadamente 40 mil habitantes. O centro do município encontra-se a aproximadamente 1,5km da LT. Itápolis se destaca como pólo local, referente a serviços educacionais e de saúde.

Com relação à área projetada para o Eletrodo de Terra Nº 01, este encontra-se no Noroeste e Oeste Paulista, em uma região onde há baixa concentração populacional. Para identificar os bairros, distritos e localidades na área de estudo deste eletrodo, percorreu-se um raio de 15km, a partir do eixo central do mesmo, cobrindo uma área circular de aproximadamente 353,25km² nos municípios Gavião Peixoto, Tabatinga, Itápolis, Matão e Nova Europa.

O município de Gavião Peixoto é de pequeno porte e a paisagem dominante são os canaviais, mas podem ser observadas áreas com cultivo de laranja. Nele, foi identificado o Bairro Vila Nova Paulicéia, localizado a aproximadamente 12,5km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01. De acordo com os entrevistados, no bairro vivem mais de 100 habitantes, a maioria da própria região, que trabalham nas lavouras de cana-de-açúcar. Esta produção é escoada para a Usina Santa Fé.

No município de Tabatinga, identificou-se o Distrito de Curupá, o Bairro Monjolo, o Bairro Córrego do Meio e o Bairro Vila Alice. O Distrito de Curupá encontra-se a 1,5km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01. Segundo os entrevistados, tem aproximadamente 5.000 habitantes, que vivem do cultivo da laranja, do milho e da cana-de-açúcar. É possível considerar o distrito bem estruturado, tendo em vista a presença de asfalto nas ruas, iluminação pública, posto de saúde, rede de esgoto, coleta de lixo e posto policial, além de uma fábrica de pelúcia. Vale destacar o importante intercâmbio de trabalhadores e produtos com o município de Tabatinga, o

que gera renda e faz cair o nível de desemprego na região. O Bairro Monjolo fica a aproximadamente 13,6km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01. A região não é muito povoada e o acesso é através de estrada de terra. O Bairro é composto por pequenos sítios com a produção diversificada, que inclui laranja, milho e gado, e grandes fazendas monocultoras de cana-de-açúcar. O Bairro Córrego do Meio encontra-se localizado a aproximadamente 400m do centro de Eletrodo de Terra Nº 01 e, segundo os entrevistados, possui 300 habitantes, que vivem da produção do milho, da laranja, da cana-de-açúcar e gado. A localidade carece de diversos serviços, que são buscados nos municípios vizinhos como Nova Europa ou no próprio município de Tabatinga. O Bairro Vila Alice encontra-se a aproximadamente 5,2km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01 e é pouco povoado. Segundo os entrevistados, os habitantes do local vivem da produção de cana-de-açúcar, laranja, milho e gado. O acesso ao local é feito através de estrada de terra e há relativa carência de serviços públicos, que assim como os demais bairros rurais, são oferecidos prioritariamente na sede do município.

No município de Boa Esperança do Sul foi identificado o bairro Flórida com mais de 100 habitantes e situado a cerca de 8km do eixo do Eletrodo de Terra Nº 01.

Nova Europa é um município de pequeno porte, com boa estrutura urbana conta com ruas pavimentadas e iluminadas, 2 postos de saúde, um hospital e escolas. Contudo, os habitantes buscam alguns serviços em Araraquara ou Ribeirão Preto, pólos locais. No município foi possível identificar o Bairro Meia Légua, a aproximadamente 10km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01. O Bairro é pouco povoado e seus moradores vivem do cultivo da cana. A produção é escoada para as Usinas da região. Outras localidades identificadas no município de Nova Europa são Córrego Bonito e Forquilha, que deixam cerca de 10km da LT.

Quadro 3.6.5.3 - 53 – Estimativa do número de famílias residentes nas localidades, povoados, bairros e distritos identificados ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Nº Famílias	Distância da LT IE (m)	Coordenadas	
					S	W
Trecho 1						
RO	Porto Velho	BR 364 PV (RO) – RB (AC)	4	28454	370243	9001034
RO	Porto Velho	Ramal Balneário das Garças – BR364	4	26382	373270	8999969
RO	Porto Velho	Linha 22	10	23241	394731	8989865
RO	Candeias do Jamari	Linha 43	3	22118	402072	8983678
RO	Candeias do Jamari	Linha 27	6	6778	415238	8992063
RO	Candeias do Jamari	Linh2 095.077rmandelho - Nova dor de 5km	9	15714	428139	8965246
RO	Candeias do Jamari	Linha 03	8	12937	441578	8953106
RO	Alto Paraíso	Linha 95	10	16770	449503	8931987
RO	Alto Paraíso	Linha 90	11	24952	442347	8928015
RO	Ariquemes	Linha 75	6	9675	471220	8908946
RO	Ariquemes	BR 421	6	13367	485637	8878364
RO	Ariquemes	Linha 40	10	5137	500517	8877415
RO	Cacaulândia	RO 140	5	2630	510193	8873268
RO	Cacaulândia	Linha C 25	4	3543	519164	8865371
RO	Cacaulândia	Linha 07	10	37572	498967	8837981
RO	Jaru	Linha 17	6	17636	521677	8845836
RO	Jaru	RO 464	6	15925	546248	8828366
RO	Jaru	Linha 627	12	18704	531700	8836952
RO	Jaru	Linha 632	31	23894	532210	8830072
RO	Ouro preto D'oeste	Linha 69	8	21374	556357	8803963
RO	Ouro preto D'oeste	Linha 04	29	12855	566105	8804806
RO	Ouro preto D'oeste	Linha 37	6	16391	570451	8792203
RO	Ouro preto D'oeste	Linha 12	8	29715	553607	8793218
RO	Teixeirópolis	Linha 22	6	3874	590769	8784689
RO	Ji-Paraná	Linha 09	16	16424	587837	8766759
RO	Ji-Paraná	Linha 04	49	3836	599773	8771608
RO	Presidente Médici	BR 429	8	10719	599192	8760275
RO	Presidente Médici	Linha 02/03	10	10108	599618	8760734
RO	Castanheiras	Linha Castanheira	18	22704	593108	8743644
RO	Castanheiras	Linha do Costa	27	10038	611494	8731112
RO	Castanheiras	RO 479	17	16712	620496	8715872
RO	Castanheiras	Linha 192	5	13052	630177	8713252
RO	Rolim de Moura	Linha 196	16	23480	642670	8690615
RO	Rolim de Moura	Linha 204	6	15708	634599	8706668
RO	São Felipe D'Oeste	Linha FP 17	6	14496	653268	8691762
RO	Primavera de Rondônia	Linha 45	5	20145	675122	8655508
RO	Parecis	Linha 65	1	17758	676585	8657497
RO	Chupinguaia	Linha 85	3	21613	697263	8616614

Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Nº Famílias	Distância da LT IE (m)	Coordenadas	
					S	W
RO	Chupinguaia	Linha 105	2	16652	705046	8611366
RO	Chupinguaia	Linha 115	2	4683	718299	8611052
RO	Chupinguaia	Linha 125	10	6749	723645	8584547
RO	Chupinguaia	Linha 135	2	7307	722204	8589138
RO	Corumbiara	Linha 05	16	26399	715059	8554891
RO	Corumbiara	Linha 03	24	17687	736023	8546726
RO	Colorado do Oeste	Linha Nova	31	11648	747030	8544477
RO	Colorado do Oeste	Linha 05	5	4	774641	8518937
RO	Cabixi	Linha 07	14	4898	772820	8462560
MT	Comodoro	Fazenda Vitória do Guaporé	7	16239	797442	8402711
MT	Nova Lacerda	Fazenda Fortaleza do Guaporé	0	29921	777085	8531594
Trecho 2						
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Santa Helena	120	6321	189.482	8.388.852
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Guaporé	80	2089	185.568	8.378.405
MT	Pontes e Lacerda	Gleba Catulino	40	863	246.198	8.326.970
MT	Jauru	Gleba Corgão (PA Corgão)	70	3515	306.914	8.329.145
MT	Jauru	Distrito de Lucialva	84	1500	303.800	8.326.890
MT	Araputanga	PA Floresta (dentro do PA Vereda)	90	253	326.100	8.324.600
MT	Araputanga	Botas (Sede do PA Vereda) Pólo Local	80	3700	331.500	8.322.600
MT	Reserva do Cabaçal	Área Urbana do município	450	2370	351.105	8.327.495
MT	Reserva do Cabaçal	Acampamento Padre Maurício (trabalhadores sem terra)	80	1412	352.170	8.326.509
MT	Salto do Céu	Assentamento Morada do Vale	84	712	371.507	8.323.295
MT	Salto do Céu	Assentamento Salto das Nuvens	27	1500	379.265	8.322.947
MT	Salto do Céu	Assentamento Montechi	60	397	383.880	8.323.662
MT	Salto do Céu	Assentamento Cecília Antunes	45	2500	398.714	8.316.932
MT	Salto do Céu	Vila São Jorge	20	1593	396.205	8.324.763
MT	Barra dos Bugres	Distrito de Currupira	140	3371	561.474	8.328.848
MT	Barra dos Bugres	Assentamento Buriti Fundo	40	2101	496.472	8.320.009
MT	Barra dos Bugres	Assentamento João e Maria	85	777	508.906	8.330.818
MT	Jangada	Nova Jangada e Novo Horizonte (área de sítios)	135	500	553.025	8.322.230
MT	Acorizal	Comunidade Campo Limpo	10	665	563.864	8.319.651
MT	Acorizal	Assentamento Vale do Sol	15	1029	565.758	8.316.609
MT	Acorizal	Comunidade Xavier (Charquinho, Mata grande e Laranjal)	60	3240	567.961	8.312.130
MT	Acorizal	Distrito de Baús	200	3157	574.042	8.314.785
MT	Cuiabá	Coxipó do Ouro	270	2656	609.305	8.290.943
MT	Cuiabá	Acampamento de trabalhadores sem terra na estrada para Coxipó do Ouro	9	487	606.699	8.289.537
MT	Cuiabá	Assentamento 21 de Abril		5212	624473	8270686
MT	Santo Antonio Do Leverger	Assentamento Santo Antonio da Fartura	350	3946	668.464	8.255.115
MT	Santo Antonio Do Leverger	Gleba Bigorna	15	1070	664.749	8.25.025
MT	Santo Antonio Do Leverger	Ocupação na Fazenda Muller	11	620	659.217	8.250.234
MT	Jaciara	Vila Residencial Santa Fé (Usina Pantanal)	72	605	689.684	8.239.241
MT	Jaciara	Placa Santo Antonio	250	2596	730.036	8.216.760

Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Nº Famílias	Distância da LT IE (m)	Coordenadas	
					S	W
MT	Juscimeira	Santa Elvira	400	138	735.423	8.211.651
MT	Juscimeira	Comunidade Aldeinha	30	490	757.308	8.209.737
MT	Rondonópolis	Vila Bueno	66		769.321	8.201.889
MT	Rondonópolis	Vila Naboreiro	200	1823	778.885	8.197.476
MT	São Jose Do Povo	Sede do município	400	0	793.232	8.177.720
MT	São José do Povo	Assentamento Marighela	160	4465	786.257	8.196.030
MT	São Jose do Povo	Cascata	45		780.722	8.189.880
MT	São José do Povo	Assentamento João Pessoa	85	3378	800.139	8.169.657
Trecho 3						
SP	Sebastianópolis do Sul	Povoado Retiro	150	400 m	616.789	7.713.841
SP	Monte Aprazível	Bairro Itaiúba	Indeterminado	500m	617.431	7.712.914
SP	Urupês	Distrito de São João de Itaguaçu	Aprox. 500 hab.	1,7 Km	688.080	7.653.321
SP	Marapoama	Centro da cidade	2000 hab.	1,2 Km	693.802	7.648.012
S	Itajobi	Vila Açai	+ de 100	2,5 Km	714.422	7.624.999
SP	Itápolis	Centro da cidade	40000 hab.	1,5 Km	750.221	7.595.922
SP	Tabatinga	Bairro Córrego do meio	+ de 20	300 m	746.450	7.600.756
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá.	+ de 200	1,5 Km	750.254	7.595.877
Municípios do Eletrodo de Terra Nº 01						
SP	Gavião Peixoto	Bairro Vila Nova Paulicéia	+ de 100	12,1 Km	754.854.307	7.587.918.687
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá	5000 hab.	1 Km	750.263.663	7.595.959.545
SP	Itápolis	Bairro Vila do Quadro	- de 100 hab.	12,1 Km	750.596.282	7.611.560.768
SP	Matão	Distrito de São Lourenço do Turvo	3000 hab.	14,6 km	755.687.749	7.614.754.479
SP	Nova Europa	Bairro Meia Légua	+ de 100 hab.	11,3 Km	753.076.247	7.588.822.422
SP	Nova Europa	Córrego Bonito e Forquilha	Indeterminado	10 Km	755.728.061	7.590.485.911
SP	Tabatinga	Bairro Monjolo	Indeterminado	13,6 Km	740.978.889	7.599.910.121
SP	Tabatinga	Bairro Córrego do Meio	300 hab.	1 Km	746.512.711	7.600.682.930
SP	Tabatinga	Bairro Vila Alice	Indeterminado	5 Km	747.849.855	7.604.967.480
RO	Porto Velho	Linha 22	12	14.4	397933	9007920
RO	Porto Velho	Linha 27	74	14.4	397933	9007920
RO	Porto Velho	Linha 32	40	8.4	400626	9001128
RO	Porto Velho	Linha 37	40	11.8	397893	8990586
RO	Porto Velho	Linha 45	20	10.1	404640	8988174
RO	Porto Velho	Linha 53	04	1.4	406446	8995414
RO	Candeias do Jamari	Linha 27	22	10.8	416600	9003128
RO	Candeias do Jamari	Linha faz. Moisés	01	14 Km	441133	8986144

Fonte: Pesquisa de campo, outubro – novembro de 2009.

Ressalta-se que a estimativa populacional aqui apresentada exclui os grupos familiares residentes nas fazendas e demais estabelecimentos agropecuários encontrados no trecho pesquisado, em virtude da dificuldade no levantamento de informações consistentes durante o trabalho de campo. Parte destas dificuldades residiram tanto na impossibilidade de acesso à estes estabelecimentos, quanto na falta de informações mais precisas dos entrevistados.

Nesse sentido, e tendo em vista as dimensões do empreendimento com 2.369km de extensão, optou-se por trabalhar com estimativas do total de população presente na AID, a partir dos dados da contagem de população de 2007, realizada pelo IBGE. O cálculo das estimativas baseou-se nos totais populacionais das menores unidades geográficas trabalhadas pelo IBGE, isto é, os setores censitários. Na AID, foram identificados 363 setores censitários sendo 29 no Estado de Goiás, 9 em Minas Gerais, 110 no Mato Grosso, 120 em Rondônia e 95 em São Paulo. Todos estes setores têm parcelas inseridas em uma área de 11.966km², que corresponde ao total da AID, sendo esta uma faixa de 5 quilômetros de largura ao longo do traçado previsto (2,5km para cada lado).

Para estimar a população residente nestas parcelas dos setores, calculou-se a densidade demográfica de todo o setor, para o ano de 2007, e aplicou-se esta média para a parcela atingida. Assim, multiplicou-se a média pela área ocupada, em cada um dos setores, chegando aos totais de população estimada, (os valores por setor estão apresentados no **Anexo 3.6.5.3 –1**). A partir destes cálculos estima-se que na AID haja aproximadamente 37.405 pessoas residentes ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01, com 5km de largura. Ressalta-se que a área diretamente afetada pela LT, ou seja, a área que terá interferência com o empreendimento será uma faixa de 78m de largura, onde será estabelecida a faixa de servidão da referida LT e o local onde serão instalados os Eletrodos de Terra N° 01.

d. Hierarquia Urbana Regional

De acordo com o documento “Regiões de Influência das Cidades 2007”, elaborado pelo IBGE, o “avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliaram a organização em redes – de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica – cujos nós são as cidades”.

Ao lado do entendimento de que o desenvolvimento econômico e social é regionalmente desbalanceado, a melhoria do sistema de comunicações e o acesso imediato à informação dão origem a um fenômeno novo que é a possibilidade da

articulação direta do “local” com “global”, sem a necessária mediação do regional ou nacional. Isso porque a inserção das localidades no mundo crescentemente integrado faz-se segundo suas potencialidades e capacidade de competitividade, o que gera um processo de simultânea inclusão e exclusão. Isso significa que, em vez de homogeneização dos espaços econômicos nacionais, o processo de globalização pode aumentar as diferenças entre as regiões de um mesmo país (SWYNGEDOUW, 1989; MARKUSEN, 1996).

O conceito de hierarquia urbana está baseado na noção de rede urbana, um conjunto integrado de cidades que estabelecem relações econômicas, sociais e políticas entre si. A avaliação tradicional está baseada no denominado modelo industrial, que dá prioridade à relação estabelecida entre as diferentes cidades, a partir dos fluxos de mercadorias e de serviços; a avaliação recente apóia-se no chamado modelo informacional, concentrando-se na relação entre as diferentes cidades a partir dos fluxos administrativos e de informações.

Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, o IBGE buscou informações de subordinação administrativa no setor público federal e de localização das sedes e filiais de empresas. “A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território” (IBGE 2007: p.9).

As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis (metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local), divididos, por sua vez, em dois ou três subníveis. “A hierarquia dos centros urbanos assim identificados levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais. (...) a avaliação do papel dos centros dá-se em função de sua posição em seu próprio espaço. Quanto maior o centro urbano, mais diversificada é sua infraestrutura econômica e maiores as suas possibilidades de coordenar os principais fluxos de mercadorias e de serviços, influenciando as outras cidades da sua rede. Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia” (REGIC/IBGE; p.11). Destaca-se que a complexidade crescente do espaço social e sua flexibilidade na organização e articulação dificultam definições regionais

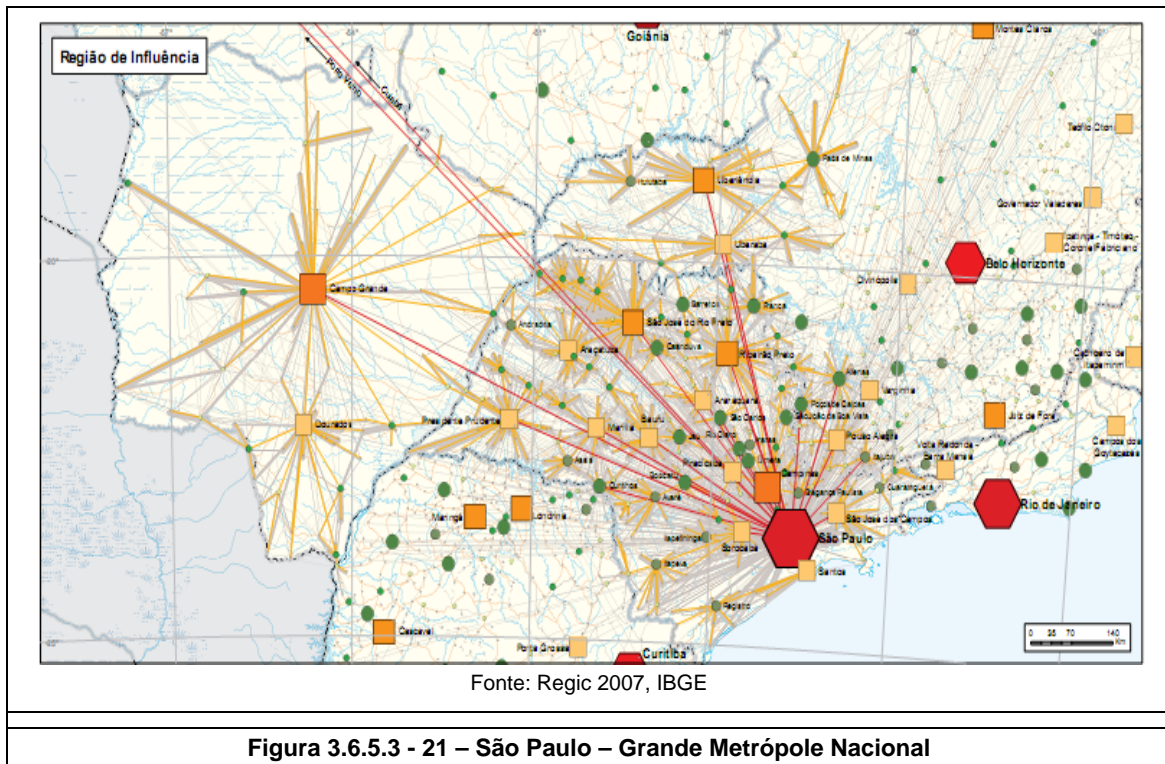
rígidas e exigem a combinação de critérios variados que dialoguem com as múltiplas espacialidades e territorialidades implícitas e/ou explícitas nas políticas setoriais e nos recortes temáticos. Com o objetivo de visualizar essa interação existente nas áreas de Influência do empreendimento, no item E – Infogramas de Hierarquia Urbana Regional, é apresentado um fluxograma dos municípios em estudo e a seguir é apresentado a rede urbana na Área de Influência do empreendimento.

e. Infogramas de Hierarquia Urbana Regional

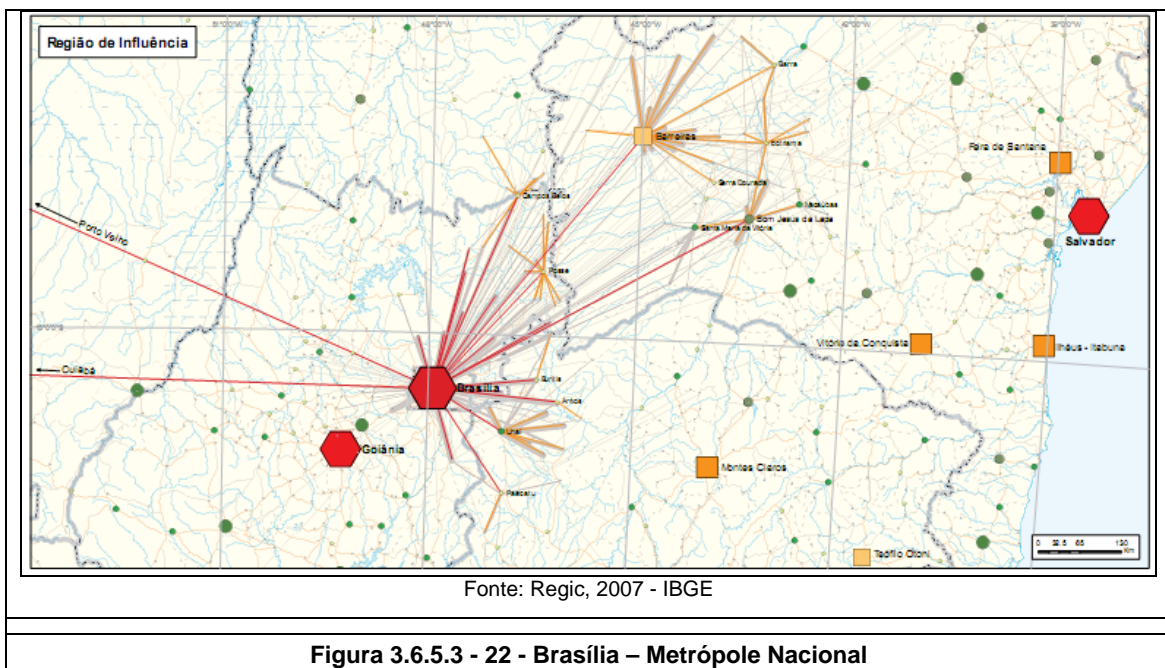
(1) Metrópoles

De acordo com a metodologia do IBGE, nesta hierarquia, as metrópoles são os 12 principais centros urbanos do país, que se caracterizam pelo seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto de municípios que compõe a All do empreendimento se encontra sob influência das metrópoles de São Paulo, Brasília, Goiânia e Belo Horizonte.

Segundo o IBGE, o conjunto urbano de São Paulo é o único a receber a classificação de “**grande metrópole nacional**”, por exercer controle sobre os principais sistemas de comunicação que difundem as inovações por todo o país, através dos meios de comunicação. São Paulo é considerada, portanto, a metrópole informacional. Essa liderança foi conquistada ao longo das últimas décadas e atraiu profissionais altamente qualificados de todas as regiões do país; é a cidade que apresenta atualmente a maior concentração de cientistas, engenheiros, administradores, especialistas em finanças, artistas, esportistas, profissionais da área de comunicações e publicitários do Brasil. Com exceção dos municípios goianos, influenciados pela metrópole de Goiânia, todos os municípios em estudo estão sob a área influência de São Paulo.



Os municípios rondonienses e matogrossenses se encontram, também, sob a influência de Brasília, classificada como “**metrópole nacional**”. Isto deve-se em grande parte a dinâmica de deslocamento entre as regiões, as quais Brasília é ponto de encontro, parada ou conexão entre os municípios em estudo e demais regiões do país.



(2) Capitais Regionais

De acordo com o IBGE, as capitais regionais são centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão territorial no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência no estado e nos estados próximos, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios.

Na Área de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 os municípios de Porto Velho, Cuiabá, e Araraquara são classificados como capitais regionais, sendo o principal ponto de referência para os demais municípios rondonienses, matogrossenses, goiano e paulistas. Além das capitais regionais situadas na área de Influência da LT, os municípios paulistas em estudo são influenciados também pelas cidades de São José do Rio Preto e Bauru, ambas situadas fora da AII. Destaca-se que há 17 municípios na AII do empreendimento sob influência da cidade de São José do Rio Preto.



Foto 3.6.5.3 - 3 - Cidade de Porto Velho - RO



Foto 3.6.5.3 - 4 - Cidade de Cuiabá - MT

Os municípios mineiros sofrem a influência da metrópole paulista e também da metrópole de Belo Horizonte através do município de Uberaba, ambas situadas fora da Área de Influência do empreendimento, mas classificado como capital regional. A exceção é o município de Santa Vitória, que é influenciado somente pela metrópole de São Paulo, pois se encontra na área de influência da capital regional de Uberlândia.

- **Centro Sub-regional**

Os Centros Sub-regionais complementam e polarizam a rede urbana de regiões menores. Neles se encontram os principais serviços, além de ter um comércio mais

dinâmico. Neste caso, esses municípios por apresentarem infra-estrutura consolidada exercem influência apenas em cidades próximas, povoados e zona rural.

Na Área de Influência do empreendimento, no estado de Rondônia os municípios de Ariquemes, Vilhena e Ji-Paraná, que figuram como centros sub-regionais, No estado do Mato Grosso, apenas os municípios de Cáceres e Rondonópolis são apontados como polos sub-regionais. Ainda na Área de influência figuram como centro sub-regionais os municípios de Catanduva, Votuporanga e Fernandópolis no estado de São Paulo. Sob a influência de Bauru, o município de Jaú também é como centro sub-regional classificado.

Os municípios de Rio Verde, Cacoal e Ituiutaba fora da Área de Influência do empreendimento também aparecem como polos de referência para os municípios em estudo.

- **Centro de Zona**

De acordo com as classificações do IBGE estes municípios apresentam atuação restrita a imediações, exercendo funções elementares de gestão. Os centros de zonas podem ser entendidos como aquelas cidades pequenas e médias que concentram atividades de suporte à produção rural, como profissionais especializados, comércio de insumos e maquinário agrícola, centros de transportes e de distribuição de produtos para a agricultura e pecuária.

No Estado de Rondônia os municípios de Ouro Preto do Oeste, Cacoal e Rolim de Moura são classificados como centro de zona. Na área de influência cuiabana, centralizando relações com os municípios menores, destacam-se os municípios: Alto Araguaia, Barra do Bugres, Diamantino, Primavera do Leste, Araputanga, Pontes e Lacerda e Jaciara.

Os municípios goianos que integram a área em estudo pertencem à área de influência da metrópole de Goiânia, onde figuram como centros de zona os municípios de Jataí e Mineiros, influenciando Serranópolis e Santa Rita do Araguaia, respectivamente. O município de Caçu é influenciado por Goiânia através do município de Rio Verde.

No estado de São Paulo, sob a influência direta de Araraquara, encontram-se os centros locais de Gavião Peixoto, Boa Esperança do Sul, Nova Europa e Tabatinga. E ainda os municípios de Itápolis, Monte Aprazível, Bariri, classificado como centro de zona.

- **Centro Locais e Outras Centralidades**

A hierarquização dos polos aqui abordados está relacionada com a dinâmica de ocupação existente nos trechos atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01 e ao respectivo grau de urbanização das cidades, seguindo os seguintes parâmetros: serviços de saúde, educação, saneamento, energia, comunicação, transporte, moradia e fluxos de pessoas e cargas.

A distribuição dos níveis hierárquicos no território é desigual, confrontando áreas que contam com uma rede urbana estruturada — com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares — e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários, reposicionando assim, a hierarquia urbana local.

Nesse sentido, levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais. Nesse aspecto considerou-se as principais redes de comunicação e circulação existentes na AID, tanto do ponto de vista da percepção dos moradores sobre o território e a importância destes centros no cotidiano das comunidades visitadas na AID, como da própria infra-estrutura existente na região.

Dentre os elementos apontados pelos moradores e utilizados como critério para a classificação e hierarquização dos polos encontrados na Área de Influência, podemos citar: escolas, posto de saúde, hospitais, supermercados, portos, aeroportos, rodoviárias, além de identificar os principais destinos da produção dessa população residente na AID.

Com relação à oferta de serviços públicos de saúde para a população residente na Área de Influência Direta do empreendimento, observou-se que nem todos os serviços de saúde estão disponíveis diretamente aos residentes. Por isso, utilizou-se como critério os níveis de atenção à saúde disponível a população, sendo eles:

Atenção Básica: os serviços de saúde no nível da atenção básica estão disponíveis aos residentes na Área de Influência Direta, através de unidades básicas de saúde localizadas nos polos locais e pela atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que uma vez sediados nestes polos atendem à população das demais comunidades. Os agentes concentram suas atividades nas ações de vigilância e promoção da saúde e em tese, desempenham um papel educativo e liderança, pois percorrem todas as localidades e são referência deste nível para a população.

Média complexidade: é encontrado nas sedes dos municípios da Área de Influência Indireta. Neles são realizados exames patológicos e demais procedimentos especializados por profissionais de nível médio e superior e é para aonde a população da AID se dirige quando procura este serviço. Em geral, estes serviços são encontrados em centros médicos municipais, ou em unidades de saúde particulares conveniadas ao SUS.

Alta Complexidade: a depender da distância do município do paciente e da especialidade exigida pelo caso é realizada a remoção para o município que possui Gestão Plena do SUS para o atendimento.

Importante destacar que na área de influência do empreendimento, embora predomine regiões menos densamente ocupadas, apresenta alguns povoados com grau de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões ou os estabelecidos pelo IBGE. No entanto, considerando os padrões de interações e importância na vida cotidiana da população residentes, estes locais assumem a o mesmo nível na hierarquia “centros locais”.

A seguir é apresentado as informações levantadas em campo, que indicam os locais e a circulação dos moradores na região do empreendimento.

- **Trecho 1: Porto Velho(RO) – Nova Lacerda (MT)**

No trecho estudado foram identificados espaços urbanos essenciais para a manutenção da dinâmica territorial ao longo da AID. No que tange a malha viária, no estado de Rondônia, constatou-se que o elevado número de linhas, estradas, ramais e rodovias possibilitam uma considerável mobilidade entre o rural e o urbano. Essa dinâmica cria uma frouxidão entre os limites legais dos municípios, fazendo, por exemplo, que a família que reside na Linha 4 do município de Ji-Paraná, em razão da localização e existência de condições de acesso, deixe de dirigir-se à sede de seu município para resolver seus assuntos na cidade de Presidente Médici, sede do município vizinho.

No Estado de Rondônia, a análise de campo identificou uma série de eixos e polos de circulação viária, tendo sua função graduada pela importância que assume para a manutenção da dinâmica rural e urbana. Partindo do rural, as linhas, travessões e estrada de chão são corredores essenciais para que as famílias se desloquem até o centro urbano mais próximo, e vice-versa. As famílias de Candeias do Jamari residentes nas Linhas 43, 27 e 9 que se deslocam à Vila Triunfo em busca de serviços de saúde, educação, judiciários, ou ainda para adquirir e oferecer produtos e serviços

(Quadro 3.6.5.3-54). A relação entre a família rural e as vilas, distritos e sede dos municípios representa o nível primário dessa dinâmica de circulação. Neste nível, ao longo da AID, foram identificados 21 polos de circulação, sendo 19 em Rondônia e 2 em Mato Grosso.

Outro nível de circulação é aquele que liga vilarejos, distritos e pequenas cidades aos centros urbanos mais desenvolvidos. Neste nível ganha destaque as cidades-polos de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Colorado do Oeste. Estas recebem os fluxos de demandas por produtos e serviços não contemplados nos centros urbanos menores.

A BR-364 é o principal eixo de integração entre as principais cidades de Rondônia e Mato Grosso que se encontram mais próximas ao trecho estudado. Em Rondônia, a BR-421 conecta distritos e vilarejos de Ariquemes e Cacaupônia aos polos da cidade de Ariquemes e de Porto Velho. A rede rodoviária composta pela BR-429, RO-470, RO-010 e RO-479 representa outro importante eixo de integração de Rondônia, ligando as vilas e distritos dos municípios de Ouro Preto D'Oeste, Teixeirópolis, Urupá, Presidente Médici, Nova Brasilândia, Ji-Paraná, Castanheiras e Rolim de Moura, às cidades-polos de Ji-Paraná, Presidente Médici e Rolim de Moura.

O tipo de transporte utilizado está relacionado às condições de trafegabilidade oferecidas pela malha viária. Nas estradas de chão, linhas e ramais, no período de verão (junho-novembro), circulam todo o tipo de veículo: ônibus, caminhões, caminhonetes, carros de passeios e motos. Ao longo da AID, a motocicleta é o tipo de transporte mais comum. O cavalo, a carroça e a bicicleta aparecem como outro importante tipo de transporte, em especial para percorrer pequenas distâncias.

Quadro 3.6.5.3 - 54 - Dinâmica de circulação no corredor em estudo - Trecho Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT).

Centro Sub-regional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
Porto Velho	Porto Velho	Porto Velho	Famílias das linhas 22	Ramal das Garças e BR 364
	Candeias do Jamari	Vila Triunfo	Famílias das linhas 27, 43 e 09.	Linha 9 / BR 364
Ariquemes	Alto Paraíso	Distrito de Vila Triunfo	Famílias das linhas 631, 110 e 105	Linha 3
	Alto Paraíso	Alto Paraíso	Famílias das linhas 95, 100, 95 e 90	Linha 85
	Ariquemes	Alto Paraíso	Famílias das linhas 75	Linha 75
	Ariquemes	Ariquemes	Famílias das linhas 70, 65, 60 e 40	BR 421
	Cacaupônia	Cacaupônia	Famílias das LC 20 e LC 25	RO 140

Centro Sub-regional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
Ji-Paraná	Jaru	Cacaulândia	Famílias das LC 7, LC 20 e LC 25	Linha 7 e BR 364
	Jaru	Jaru	Famílias das linhas 17, 464, 627, 608, 635	BR 364
	Ouro Preto D'Oeste	Ouro Preto D'Oeste	Famílias das linhas 69, 63, 4, RO 470, 37, 8 e 12	RO 470 e BR 364
	Teixeirópolis	Teixeirópolis	Famílias das linhas 8, 12, 20 e 22	RO 473
	Ji-Paraná	Teixeirópolis	20 e 9	RO 473
	Ji-Paraná	Presidente Médici	Linha 4	BR 429 e BR 364
	Presidente Médici	Presidente Médici	Linha 1, 2, 3 e BR 429	BR 429 e BR 364
Rolim de Moura	Castanheiras	Presidente Médici	Estrada Castanheiras	BR 364
	Castanheiras	Jardinópolis	Estrada Castanheiras, Linha do Costa, Linha 176 e Estrada Jardinópolis	Estrada de Jardinópolis
	Rolim de Moura	Castanheiras	Estrada Castanheiras, Linha do Costa, Linha 176 e Estrada Jardinópolis	RO 479
	Rolim de Moura	Rolim de Moura	Linhas 192, 196 e 204	RO 010/383
	Rolim de Moura	Pimenta Bueno	RO 383	RO 010/383
Cacoal	Rolim de Moura	São Felipe D'Oeste	FP 17 e Linha 29	RO 010/383
	Primavera de Rondônia	São Felipe D'Oeste	Linha 29	RO 491
	Primavera de Rondônia	Primavera de Rondônia	Linhas 45, 24 e 65	Linha 24
	Primavera de Rondônia	Pimenta Bueno	Linhas 24 e 65	RO 491
Vilhena	Chupinguaia	Boa Esperança	Linhas 52, 85 e 95	Estrada Boa Esperança
	Chupinguaia	Chupinguaia	Linhas 95, 100, 105 115, 125, 30, 35, 135, Estrada da Fazenda Santa Elina e Estrada da Fazenda Boa Vista	RO 391 e Linha 125
	Corumbiara	Corumbiara	Linhas 6, 5, 2, 3, Segundo Eixo	Terceiro Eixo e Linha 4
	Colorado do Oeste	Colorado do Oeste	Segundo Eixo, Linha Nova, Linhas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7	Linha 01
	Cabixi	Colorado do Oeste	Linha 7	Linha 01
	Cabixi	Distrito de Planalto	Linhas 5, 6, 7, 8, 9 e 10	Eixo Zero
	Cabixi	Cabixi	Linhas 7, 8, 9 e 10	Linha 1 – Estrada para Cabixi
Cáceres	Comodoro	Comodoro	Estrada da Fazenda Realeza do Guaporé, Estrada da Fazenda Conguape	MT 235
	Ponte Lacerda	Nova Lacerda	Estrada da Fazenda Fortaleza do Guaporé	Estrada da Torre - Estrada da Fazenda Fortaleza do Guaporé

Fonte: levantamento de campo, outubro 2009

• Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade -MT – Alto Araguaia-MT

No presente trecho os pólos regionais são os municípios de Cáceres, que faz limite com os municípios de Lambari D'Oeste e Barra dos Bugres e de Cuiabá, que além de capital do Estado é referência para parte da população do trecho, em particular para média e alta complexidade em serviços de saúde, educação de nível superior e

comércio. Já os pólos municipais são as cidades integrantes da área de influência do empreendimento e que são referência para a população de municípios vizinhos em serviços públicos, comércio e trabalho. Na AID apenas duas sedes de polos municipais são atravessadas pelo empreendimento, a saber, Reserva do Cabaçal e São José do Povo, contudo, os municípios de Pontes e Lacerda, Barra dos Bugres e Rondonópolis, ainda que não sejam atravessados pelo empreendimento, em suas sedes, são importantes polos municipais, em virtude da abundante oferta de serviços e de infraestrutura, em comparação aos demais municípios do trecho.



Foto 3.6.5.3 - 5 - Sedes dos municípios de Reserva do Cabaçal e São José do Povo, respectivamente

Os polos locais podem ser definidos, como aqueles locais que os moradores primeiro acionam quando precisam de serviços como escolas; posto de saúde e pequenos estabelecimentos comerciais. Na Área de Influência Direta do empreendimento em geral podem ser patrimônio (ou currutelas), distritos e assentamentos rurais de reforma agrária. As rodovias e estradas municipais são a única forma de deslocamento das populações residentes no trecho e a dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias entre os diferentes polos se dá através destas vias. No quadro a seguir são apresentados os polos locais e quais localidades integrantes da AID os têm como referência.

**Quadro 3.6.5.3 – 55 - Dinâmica de circulação no corredor em estudo -
Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade –MT – Alto Araguaia-MT**

Centro Sub-regional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
Ponte e Lacerda	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Santa Helena	Moradores do assentamento Guaporé e residentes nas fazendas da região	MT-246 e estradas vicinais
Araputanga	Jauru	Distrito de Lucialva	PA Corgão e trabalhadores de fazendas da região	MT-388 e estradas vicinais
Araputanga	Araputanga	Botas (Sede do PA Vereda) Pólo Local	PA Floresta e PA Vereda	MT-388 e estradas vicinais
Araputanga	Reserva do Cabaçal	Reserva do Cabaçal	Moradores da área rural, tais como sítiantes e trabalhadores de Fazendas do município	Estrada sem informações
Cuiabá	Barra dos Bugres	Distrito de Currupira	Assentamento João e Maria e demais residentes da área rural	MT-246
Cuiabá	Acorizal	Jangada	Nova Jangada e Novo Horizonte (área de sítios)	MT-246, BR-163 e BR-364
Cuiabá	Acorizal	Distrito de Baús	Assentamento Vale do Sol, Comunidade do Xavier, Gleba Baús, Loteamento Águas Claras e Fazendas da região.	MT-102
Cuiabá	Cuiabá	Coxipó do Ouro	Trabalhadores de fazendas da região.	MT-251 e estradas vicinais
Cuiabá	Cuiabá	Cuiabá	Moradores da área rural e de Coxipó do Ouro	BR-070, BR-163, MT-010 e MT-251
Cuiabá	Santo Antonio Do Leverger	Assentamento Santo Antonio da Fartura	Gleba resistência, Mata-mata, Gleba Bigorna	BR-361 e estradas vicinais
Cuiabá	Rondonópolis	São Jose Do Povo	Moradores da Área urbana, assentamentos, Wilson Moreira, João Pessoa e trabalhadores de Fazendas da região	MT-459, MT-470
Cuiabá	Rondonópolis	Vila Naboreiro	Vila Bueno e residentes nas chácaras da região	Estradas vicinais
Primavera do Leste	Poxoréu	Assentamento Xico Mendes	Aldeinha e chácaras da região.	MT-130 e estradas Vicinais
Jaciara	Juscimeira	Santa Elvira	Assentamento Apetracenter e moradores das chácaras do entorno.	BR-361 e estradas vicinais
Rondonópolis	Jaciara	Placa Santo Antonio	Projeto de Assentamento Beleza e moradores de fazendas da região	BR-361 e estradas vicinais
Rondonópolis	São José do Povo	Assentamento Marighela	Assentamento Primavera	MT-459, MT-470 e estradas vicinais

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2009.

• Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara(SP)

No trecho do estado de Goiás, os municípios da área de Influência do empreendimento são: Santa Rita do Araguaia, Mineiros, Serranópolis, Jataí, Caçu e São Simão. Segundo os moradores destes municípios os principais pólos locais são: Rio Verde, Jataí e Mineiros.

A cidade de Santa Rita do Araguaia, situada a cerca de 8km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 01, possui 4 escolas, 2 postos de saúde, um posto da polícia. Os entrevistados queixaram-se da falta de emprego e de hospitais. Verificou-se também a ausência de universidades, o que força os jovens a saírem do município e irem para o município de Mineiros, em função dos estudos. É em Mineiros que as

ocorrências policiais são registradas e os hospitais atendem os casos mais graves e de internação.

Próximo ao município de Serranópolis, identificou-se um município chamado Chapadão do Céu. Nele os moradores encontram serviços de saúde de primeiro atendimento e de educação pré-escolar. Contudo, os principais serviços públicos são oferecidos apenas pelo município de Mineiros. No município de Caçu, os serviços públicos são disponibilizados nos municípios de São Simão e Itarumã.

No caso do Estado de Minas Gerais, os municípios de Limeira do Oeste e Iturumã, são polarizados por cidades como Uberlândia (fora da AII), São José do Rio Preto (fora da AII) e Fernandópolis, no Estado de São Paulo. Pela proximidade geográfica, muitos moradores dos municípios mineiros buscam por serviços públicos oferecidos no estado de São Paulo. É o caso do município de Iturumã, que pela carência de escolas e hospitais recorre ao município paulista de Ouroeste para atender às suas necessidades. Os moradores do município de Limeira do Oeste, por estarem próximo aos municípios de Fernandópolis e São José do Rio Preto, procuram esses polos, principalmente em casos de atendimento médico mais urgente e especializado.

No trecho que atravessa o estado de São Paulo, os municípios por serem menores, estão em maior número. São eles: Ouroeste, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Fernandópolis, Votuporanga, Pedranópolis, Sebastianópolis do Sul, Monte Aprazível, Poloni, Neves Paulista, Nova Aliança, Potirendaba, Macedônia, Valentim Gentil, Urupês, Marapoama, Itajobi, Jaci, Itápolis, Tabatinga, Gavião Peixoto e Araraquara.

Os municípios do estado de São Paulo se diferenciam dos demais estados por apresentarem melhor infraestrutura, o que faz com que os moradores das diferentes localidades recorram ao próprio município para atender às suas necessidades em relação à educação, segurança, serviços e educação. Em casos mais graves de saúde, ou em busca de mais qualificação profissional, os moradores recorrem às cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, que possuem grandes hospitais e universidades.

Os moradores dos municípios de Ouroeste até Itajobi, em função da proximidade, recorrem diretamente a São José do Rio Preto. E, a partir de Itajobi, os entrevistados recorrem à cidade de Araraquara para realizar compras e, em caso de atendimento médico especializado como internação, dirigem-se a Ribeirão Preto ou São José do Rio Preto.

**Quadro 3.6.5.3 – 56 - Dinâmica de circulação no corredor em estudo
Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara(SP)**

Centro Sub-regional	Centro de Zona	Centro Local	Povoados /Localidades	Vias de Acesso utilizados
Uberaba	Itarumã	Limeira d'Oeste	Rio Verdinho	Estrada municipal Pedro Besteti
São José do Rio Preto	Votuporanga	Sebastianópolis do Sul	Povoado Retiro	BR 154 e BR456
São Paulo	São José do Rio Preto	Monte Aprazível	Bairro Itaiúba	BR 154 e BR457
Catanduva	Votuporanga	Urupês	Distrito de São João de Itaguaçu	Estrada vicinal que liga Urupês-Marapoama-Itajobi
São José do Rio Preto	Catanduva	Votuporanga	Marapoama	SP 320 e SP 310
Catanduva	Votuporanga	Itajobi	Vila Açai	SP 320 e SP 311
São Paulo	Araraquara	São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Araraquara	Itápolis	SP 333 e BR 456
São José do Rio Preto, Ribeirão Preto	Araraquara	Tabatinga	Bairro Córrego do meio	BR 456
São José do Rio Preto, Ribeirão Preto	Araraquara	Tabatinga	Distrito de Curupá.	Estrada de Terra Tabatinga-Curupá e BR 456

Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro de 2009.

f. Ordenamento Territorial: Planos Diretores Municipais

(1) Rondônia

Na área rondoniense em estudo, o instrumento de planejamento municipal mais utilizado é a Lei de parcelamento do solo, presente em 13 dos 21 municípios da AII. A Lei de Zoneamento ou equivalente e o Código de Obras estão presentes em 12 municípios e o Plano Diretor em 9 municípios da AII. Os municípios de Ariquemes, Colorado do Oeste, Jauru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e Pimenta Bueno são os únicos que dispõem dos quatro instrumentos de planejamento municipal analisados.

O Plano Diretor do município de Ariquemes, instituído em 2006, estabelece diretrizes para as políticas de desenvolvimento e ordenamento urbano municipal a partir da perspectiva da “organização e controle do uso e ocupação do solo no território municipal, de modo a evitar e corrigir distorções do processo de desenvolvimento urbano e seus efeitos negativos (...)” (Plano Diretor de Ariquemes, 2006: p. 18).

As políticas públicas a serem desenvolvidas no município devem estar fundamentadas em princípios como a função social da cidade; o desenvolvimento sustentável; a justiça social; a universalização da mobilidade e acessibilidade; a gestão democrática e participativa; entre outros. No artigo 10, do Capítulo IV, o Plano prevê que “a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo do Município terá como objetivo geral estruturar a cidade, ordenar e controlar o processo de ocupação do solo” (idem, p.5) atendendo a esses princípios estabelecidos.

No artigo 74, do Capítulo II, o novo zoneamento municipal é definido “considerando que a zona de expansão urbana passa a integrar a zona urbana, com perímetro contendo: I – Área urbana consolidada; II – Área urbana em expansão.” (idem, p.36). A área urbana consolidada foi dividida em três regiões e a área urbana em expansão foi dividida em quatro regiões, sendo compostas por bairros e setores especificados no documento. O Plano especifica, ainda, que o Município deve, através de lei específica, estabelecer o zoneamento ambiental.

O Plano Diretor do município de Pimenta Bueno, instituído em 2008, estabelece que “a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo, terão como objetivo geral a estruturação da cidade, o ordenamento e o controle do processo de ocupação do solo” (Plano Diretor de Pimenta Bueno, 2008: p. 7). Na Seção I, do Capítulo I, do Título II, o Documento trata do Zoneamento Municipal, dividindo o terreno incluído nos limites do perímetro urbano em: I- área urbana; II- área de expansão urbana.

Na Seção III, o Documento trata das Zonas Rurais considerando como Zona Rural aquela constituída por áreas destinadas às atividades de exploração agrícola, pecuária, extrativismo vegetal, extrativismo mineral, agroindustrial, bem como as atividades de reflorestamento.” (idem, p. 26)

O Plano Diretor do município de Porto Velho, instituído em 2007, visa o ordenamento do território municipal na “perspectiva de sua valorização, tendo como finalidade o desenvolvimento econômico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do Município e seus núcleos urbanos, de forma a compatibilizar esse desenvolvimento com o uso e a ocupação do solo, os recursos ambientais, a oferta de equipamentos urbanos e comunitários e a mobilidade de pessoas e bens” (Plano Diretor de Porto Velho 2007: p. 6).

No artigo 11, da Seção I, do Capítulo III, o Plano trata do macrozonemaneto municipal “objetivando promover seu ordenamento, assim como o planejamento, visando atingir a visão estratégica e adequada implementação dos programas e os projetos prioritários definidos pelo Plano Diretor do Município de Porto Velho” (idem, p.7). Dessa forma, o Plano institui 4 categorias de macrozonas: Macrozona Urbana – UM; Macrozona Ambiental – MA; Macrozona de Interesse Sociocultural – MI; Macrozona Rural – MR. Nessa mesma perspectiva, o artigo 5º do Capítulo II do documento estabelece que “a política municipal de desenvolvimento urbano será estabelecida com base nas diretrizes de: I - uso e ocupação do solo; II – mobilidade urbana; III – meio ambiente” (idem, p.4).

Quadro 3.6.5.3 -57 - Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana municípios da AII/ estado de Rondônia– 2008

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Alto Paraíso	Não	Sim	Sim	Sim
Ariquemes	Sim	Sim	Sim	Sim
Cabixi	Não	Sim	Não	Não
Cacaulândia	Não	Sim	Não	Não
Candeias do Jamari	Não	Sim	Sim	Não
Castanheiras	Não	Não	Sim	Não
Chupinguaia	Não	Sim	Não	Sim
Colorado do Oeste	Sim	Sim	Sim	Sim
Corumbiara	Não	Não	Sim	Sim
Jaru	Sim	Sim	Sim	Sim
Ji-Paraná	Sim	Sim	Sim	Sim
Nova Brasilândia D'Oeste	Não	Não	Sim	Não
Ouro Preto do Oeste	Sim	Sim	Sim	Sim
Parecis	Não	Não	Não	Não
Pimenta Bueno	Sim	Sim	Sim	Sim

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Porto Velho	Sim	Não	Sim	Sim
Presidente Médici	Sim	Não	Não	Sim
Primavera de Rondônia	Sim	Não	Não	Não
Rolim de Moura	Não	Sim	Sim	Não
São Felipe D'Oeste	Não	Não	Não	Sim
Teixeirópolis	Não	Não	Não	Não

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008

(2) Mato Grosso

Na área mato-grossense em estudo, o instrumento de planejamento municipal mais utilizado é o Código de Obras, presente em 20 dos 28 municípios mato-grossenses da All. A Lei de parcelamento do solo está presente em 10 municípios e a Lei de Zoneamento ou equivalente em 9 municípios da All. Enquanto isso, apenas 7 municípios dispõem de Plano Diretor. Os municípios de Barra dos Bugres, Comodoro, Cuiabá, Jaciara, Pontes e Lacerda e Poxoréo são os únicos que dispõem dos quatro instrumentos de planejamento municipal analisados.

O Plano Diretor do município de Barra do Bugres, instituído por lei complementar em 2006, “visa propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem-estar social dos cidadãos de Barra do Bugres e é o instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, determinante para todos os agentes, públicos, privados e sociais, que atuam no município.” (Plano Diretor de Barra do Bugres, 2006: p. 1).

No Capítulo V, que trata do Ordenamento Territorial, o Documento define que o território do município divide-se em: macrozona urbana - parcela do território municipal delimitada pelo perímetro urbano, composta por áreas urbanizadas e de expansão urbana; e macrozona rural: parcela do território municipal localizada fora dos limites definidos pela macrozona urbana.

A macrozona urbana subdivide-se em 3 (três) categorias de zona: I - Zona Urbana de Uso Misto (ZOMI); II - Zona de Expansão Urbana (ZOEX); III - Zonas Urbanas Especiais (ZOES). As ZOES, por sua vez, são zonas próprias exigem tratamento diferenciado por suas condições peculiares e classificam-se em 6 (seis) sub-categorias: I - Zona Especial Central (ZECE); II - Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA); III - Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH); IV - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS); V - Zona Especial de Alto Impacto (ZEAI); VI - Corredores de Tráfego (COTR).

O artigo 81 do Documento estabelece que “o uso do solo na macrozona urbana de Barra do Bugres tem como critério básico a compatibilidade de vizinhança.” (idem,

p.33). A compatibilidade de vizinhança é definida como “a capacidade de convivência entre as diversas atividades e empreendimentos que se desenvolvem na macrozona urbana, desde as relações que não oferecem nenhum tipo de incomodidade, até as que resultam altos níveis de incômodo.” (idem, p.34).

O Plano Diretor do município de Comodoro, datado de 2007, estabelece a Política de Uso e Ocupação do Solo Urbano, tendo como objetivos: ordenar o crescimento da Cidade e de suas edificações; promover a justiça social, contemplando o acesso da população a terra e à moradia; zelar pela qualidade do ambiente construído; implantar áreas verdes, de recreação e convivência humana; estimular a descentralização das atividades de planejamento. Dessa forma, o zoneamento municipal deve “assegurar a proteção à natureza, porém conferindo condições de uso para promover e estimular investimentos privados em hotelaria, náutica e ecoturismo.” (Plano Diretor de Comodoro, 2007: p. 34).

O Plano divide o município de Comodoro nas seguintes macrozonas: I. De Gestão Compartilhada dos Terrenos da União e do Estado; II. Da Sede Municipal; III. Dos Sertões. O Artigo 111 do Plano Diretor estabelece que “o município terá como orientação básica para o gerenciamento das áreas de seu território, em especial aquelas integrantes das macrozonas de gestão compartilhada, o respeito ao interesse local e à autonomia municipal conforme previsto na Constituição Federal.” (idem, p. 35)

A Subseção III do Plano também cria Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e as conceitua de 2 formas: ZEIS1 – áreas ocupadas por assentamentos urbanos consolidados e irregulares de baixa renda; e ZES2 – áreas desocupadas que possam receber empreendimentos imobiliários de interesse social, de caráter público ou privado.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do município de Cuiabá, publicado em 2007, é definido como “o instrumento básico do processo de planejamento municipal para implantação da Política de Desenvolvimento Urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tendo por finalidade orientar a atuação da Administração Pública e da iniciativa privada.” (Plano Diretor de Cuiabá, 2007: p. 1).

Constitui como diretriz geral do Plano, o ordenamento territorial do município “mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, de forma a combater e evitar: a) proximidade ou conflitos entre os usos incompatíveis ou inconvenientes; b) parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana; c) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão

da infra-estrutura correspondente; d) o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade; e) o estacionamento de veículos bem como a colocação de jardineiras, placas e outros obstáculos em calçadas e passeios públicos, ressalvados os abrigos de passageiros, o posteamento de sinalização de trânsito e a iluminação pública.” (idem, p.5-6)

Além disso, o Plano estabelece que a aplicação da legislação de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo Urbano deve ser feita a partir da “definição de ‘áreas preferenciais’ e ‘áreas restritas à ocupação urbana’, compatibilização com a acessibilidade de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos, condições geotécnicas e elementos indutores do crescimento urbano, notadamente os geradores de emprego (...)” (idem, p.5)

O artigo 31 define o zoneamento municipal como “o estabelecimento de áreas diferenciadas de adensamento, uso e ocupação do solo, visando dar a cada região melhor utilização em função das diretrizes de crescimento, da mobilidade urbana, das características ambientais e locais, objetivando o desenvolvimento sustentável e o bem estar social da comunidade, mediante a observação das condições físicas, ambientais e paisagísticas, de infra-estrutura disponível e usos compatíveis com a vizinhança local.” (idem, p.28).

Dessa forma, os diversos tipos de Usos do Solo Urbano são classificados em quatro categorias: “I- INÓCUA: os que não apresentam caráter de incomodidade, nela se incluindo a atividade residencial unifamiliar, e aquelas anexas à residência, desde que não ultrapassem a 50% (cinquenta por cento) da área construída desta; II- COMPATÍVEL: os que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor e incremento da demanda por infra-estrutura, podem e devem integrar-se à vida urbana, adequando-se a padrões comuns de funcionamento, estabelecidos pelo Código de Posturas do Município; III- IMPACTANTE: os que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor e incremento da demanda por infra-estrutura, podem integrar-se à vida urbana comum, adequando-se às exigências de Posturas Municipais, mas que exigem padrões mínimos de infra-estrutura para sua instalação e funcionamento; IV- ALTO IMPACTO: as atividades e empreendimentos que, por seu nível impactante, porte, periculosidade, potencial poluidor e incremento da demanda por infra-estrutura, devem submeter-se a condições especiais para sua localização e instalação. Esta categoria subdivide-se em ALTO IMPACTO SEGREGÁVEL e ALTO IMPACTO NÃO SEGREGÁVEL.” (idem, p.28-29)

Por fim, o artigo 34 do Plano define que a Macrozona Urbana de Cuiabá é dividida em três categorias de zonas: “ZONA URBANA DE USO MULTIPLO (ZUM): Zona de uso

proibido à subcategoria ALTO IMPACTO SEGREGÁVEL e restrita à categoria IMPACTANTE e à subcategoria ALTO IMPACTO NÃO SEGREGÁVEL; II- ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEX): Zona não parcelada dentro da macrozona urbana, destinada à ampliação da ocupação urbana, conforme modelo de Uso e Ocupação do Solo aqui definido e na Legislação de Parcelamento do Solo; III- ZONAS URBANAS ESPECIAIS: Zonas cujas condições peculiares próprias recomendam tratamento diferenciado (...)” (idem, p.29)

O Plano Diretor do município de Jaciara prevê a elaboração de um zoneamento para ordenar o território municipal, criando zonas comercial, industrial, residencial, mista, de preservação paisagística, de expansão urbana e zona rural. A Lei nº 1.160, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre a Política de Proteção Ambiental do Município de Jaciara, na sua Seção IV, também prevê a definição do Zoneamento Ambiental em lei específica.

O plano diretor de Pontes e Lacerda foi instituído em 2006, e na Seção I do cap. II trata do Zoneamento, determinando para o território do município a divisão em:

- Áreas: divididas em rural e urbana
- Bairros: definidos como unidades de vizinhança com identidade comum
- Zonas: definidas como setores homogêneos os quais traduzem espacialmente as estratégias de desenvolvimento, podendo se dividir em subzonas;
- Zonas de especial interesse: porções do território com diferentes características ou com destinação específica e normas próprias de uso e ocupação do solo.

No art. 74 desta mesma Seção, é constituída a Zona de Proteção Ambiental Urbana (ZPAU). E o art.75 coloca que a Zona de Proteção Ambiental pode se impor a qualquer outra zona, interrompendo-as em sua continuidade.

A Seção II trata do Zoneamento do município e define a Zona de Produção Rural (ZPAR), que é subdividida em ZPAR 1 – de proteção permanente, e ZPAR 2 – de uso e ocupação controlados. Cria-se ainda a Zona de Proteção Ambiental Rural, a Zona de Expansão Urbana, e a Zona de Urbanização Específica (que é subdividida em três zonas).

A Seção III trata do Zoneamento da Cidade, estabelecendo a Zona de Estruturação e Adensamento, identificada como área com infra-estrutura básica executada, e que se subdivide em ZEA-1, ZEA-2 e ZEA-3. O parágrafo IV trata da Zona de Estruturação

Básica, que define as áreas com grande carência de obras de infra-estrutura básica, equipamentos urbanos e comunitários. Além disso, esta Seção ainda trata das Zonas Comerciais e Industriais e da Zona de Proteção Ambiental Urbana.

A Seção IV trata das Zonas de Especial Interesse (ZEI), que são quatro: ZEI Social; ZEI Ambiental; ZEI Público e ZEI Histórico.

O plano diretor de Pontes e Lacerda também possui uma parte reservada somente para os instrumentos de desenvolvimento urbano e ambiental (Título IV), que trata do ordenamento urbano e ambiental, do uso e ocupação do solo, do parcelamento do solo urbano, das obras e instalações, posturas, proteção ambiental e do sistema viário e de transportes.

O Plano Diretor Participativo de Poxoréo (2006) divide o território municipal em três áreas: rural, urbanizada e área de proteção especial ambiental. As áreas rurais do município de Poxoréo, por sua vez, são subdivididas em quatro categorias: área rural consolidada, área rural extrativista, área rural distrital e área rural com urbanização específica. A área rural consolidada (ARC) corresponde às áreas ocupadas por proprietários rurais em atividade e áreas ociosas com potencial produtivo, na qual a diretriz de ocupação é desenvolver a produção agropecuária do município. Está incluída nesta categoria a área rural consolidada da região do Jarudore. A área rural distrital (ARD) corresponde a áreas da zona rural com aglomerados e equipamento urbanos comunitários, localizados estrategicamente nas regiões produtoras. Inclui-se nesta categoria a área rural distrital de Jarudore. A área rural de urbanização específica (ARUE) corresponde a áreas da zona rural destinadas aos assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais. Classifica-se como tal a área rural de urbanização específica de Joanesburgo.

O Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Rondonópolis (2006) divide o perímetro urbano em seis macrozonas: zonas especiais de interesse sociais (ZEIS), zonas de interesse ambiental (ZIA), zonas impactantes (ZIM), zonas de comércio e serviço (ZCS), zona centralizada (ZC) e zonas de bairro (ZB), prevalecendo as zonas de interesse ambiental sobre as demais. O plano também dedica atenção detalhada às zonas especiais de interesse social, garantindo o direito das populações de baixa renda de requerer o assentamento e um maior comprometimento do poder público na viabilização de interesses sociais.

Quadro 3.6.5.3-58 - Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana municípios da AII/ Estado do Mato Grosso– 2008

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Acorizal	Não	Sim	Não	Não
Alto Araguaia	Não	Não	Não	Sim
Alto Garças	Não	Não	Sim	Sim
Alto Paraguai	Não	Não	Não	Não
Araputanga	Não	Sim	Sim	Sim
Barra dos Bugres	Sim	Sim	Sim	Sim
Campo Verde	Não	Não	Não	Sim
Comodoro	Sim	Sim	Sim	Sim
Cuiabá	Sim	Sim	Sim	Sim
Guiratinga	Não	Não	Não	Sim
Jaciara	Sim	Sim	Sim	Sim
Jangada	Não	Não	Não	Não
Jauru	Não	Não	Não	Não
Juscimeira	Não	Não	Não	Sim
Lambari D'Oeste	Não	Não	Não	Sim
Nova Lacerda	Não	Não	Não	Não
Pedra Preta	Não	Não	Não	Sim
Pontes e Lacerda	Sim	Sim	Sim	Sim
Poxoréo	Sim	Sim	Sim	Sim
Reserva do Cabaçal	Não	Não	Não	Sim
Rio Branco	Não	Não	Não	Sim
Rondonópolis	Sim	Não	Sim	Sim
Rosário Oeste	Não	Não	Não	Sim
Salto do Céu	Não	Não	Não	Não
Santo Antônio do Leverger	Não	Não	Não	Sim
São José do Povo	Não	Não	Não	Não
Vale de São Domingos	Não	Não	Não	Não
Vila Bela da Santíssima Trindade	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008

(3) Goiás

Na área goiana em estudo, o instrumento de planejamento municipal mais utilizado é a Lei de Zoneamento ou equivalente, presente em todos os municípios goianos da AII, exceto Serranópolis, que dispõe apenas de Código de Obras. A Lei de Parcelamento do Solo já existe nos municípios de Jataí, Mineiros e Caçu. Apenas os municípios de Jataí e Mineiros dispõem de Plano Diretor.

O Plano Diretor de Mineiros, de 2008, estabelece macrozoneamentos urbano e rural. Prevê a elaboração de Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano que contenha mecanismos de controle de atividades ou empreendimentos potencialmente poluidores ou causadores de impacto (Art. 95).

O Plano Diretor Urbano de Jataí é formado pelo Código de Edificações, Código de Posturas e pelas leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano e a lei que institui o Certificado de Regularidade junto ao Plano Diretor Municipal (CRPD).

Quadro 3.6.5.3 – 59 - Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana municípios da AI/ Estado de Goiás– 2008

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Caçu	Não	Sim	Sim	Sim
Jataí	Sim	Sim	Sim	Não
Mineiros	Sim	Sim	Sim	Não
Santa Rita do Araguaia	Não	Sim	Não	Não
Serranópolis	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008

(4) Minas Gerais

Na área mineira em estudo, apenas o município de Ituramã dispõe de Plano Diretor, bem como dois demais instrumentos de planejamento municipais analisados. Os municípios de Limeira do Oeste e Santa Vitória contam com Lei de Zoneamento ou equivalente, Lei de parcelamento do solo e Código de Obras, enquanto que o município de União de Minas não dispõe de nenhum destes instrumentos.

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Ituramã, de 2003, estabelece, em seu artigo quarto, parágrafo segundo, que o “Executivo Municipal deverá exigir a elaboração de estudos e relatórios de impacto ambiental”, para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente. O documento contém um Código de Zoneamento.

Quadro 3.6.5.3-60 - Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana municípios da AI/ Estado de Minas Gerais– 2008

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Ituramã	Sim	Sim	Sim	Sim
Limeira do Oeste	Não	Sim	Sim	Sim
Santa Vitória	Não	Sim	Sim	Sim
União de Minas	Não	Não	Não	Não

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008

(5) São Paulo

Na área em estudo no Estado de São Paulo, apenas os municípios de Araraquara, Itápolis e Votuporanga dispõem dos quatro instrumentos de planejamento municipal analisados. Além destes, os municípios de Fernandópolis, Sebastianópolis do Sul, Bariri e Mirassol também dispõem de Plano Diretor.

O Plano Diretor de Araraquara, datado de 2005, em seu terceiro capítulo, que trata das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, estabelece como uma das

diretrizes gerais da política urbana, a realização de “Audiência do Poder Público Municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos e atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população” (art. 7, inciso XII). O artigo 162 trata do zoneamento urbano, estabelecendo duas categorias de uso do solo: Zonas Ambientais e Zona de Estruturação Urbana Sustentável.

O Plano Diretor do município de Itápolis, instituído em 2006, contém as seguintes leis: Leis dos Perímetros Urbanos, Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Sistema Viário e Código de Obras. São definidos como temas prioritários do plano: sistema produtivo, meio ambiente, mobilidade, desenvolvimento social e política habitacional, uso e ocupação do solo e organização institucional. Na subseção I da Seção I, o documento trata do macrozoneamento municipal, que divide o município em macrozonas urbana e rural. A Macrozona rural é definida como “constituída por áreas com predominância de cultura extensiva, destinadas às atividades rurais e à implantação de equipamentos urbanos ou estabelecimentos de grande porte, como aterro sanitário, estação de tratamento de água e de efluentes líquidos e agroindústria” (Plano Diretor de Itápolis 2006: p. 47). Para a Macrozona Urbana, o documento prevê “a divisão das áreas urbanas do Município em zonas de usos e ocupações distintos, segundo os critérios de usos predominantes e de usos afins e separação de usos conflitantes, objetivando a ordenação do território e o desenvolvimento urbano, seguindo critérios urbanísticos e ambientais desejáveis estabelecidos pelo Plano Diretor” (idem, p.50) e, também, a elaboração de lei específica para o perímetro urbano.

O Plano Diretor do município de Mirassol, também datado de 2006, “visa definir duas áreas de ocupação: zona rural (na qual temos a produção de alimentos, exploração de minérios, produção e extração de madeiras, etc.) e zona urbana e sua possibilidade de expansão (contendo as zonas residenciais, comerciais, serviços e industriais)”. Além disso, o plano destaca a priorização de investimentos em infra-estrutura para implantação de indústrias de agroindústrias no distrito de Ruilândia. O documento prevê, também, a elaboração de zoneamento para o perímetro urbano, dividido em setores urbanos (SU) e setores de expansão urbana (SEU), definindo categorias para a divisão territorial do solo urbano:

- ZR - ZONAS DE USO RESIDENCIAIS
- ZCS – ZONAS DE USO COMERCIAIS E DE SERVIÇOS
- ZI – ZONAS DE USO INDUSTRIAIS

- ZE – ZONAS DE USO CARACTERIZADAS COMO ZONAS ESPECIAIS
- ZEIS – ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
- ZEPA – ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
- ZERP – ZONA ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O Plano Diretor considera como Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEPA):

- Parque Natural Municipal da Grota de Mirassol
- Parque Municipal do Piedade
- Rio São José dos Dourados e seus afluentes
- Córrego Piedade e seus afluentes
- Córrego do Fundão e seus afluentes
- Córrego Fartura e seus afluentes
- Áreas das nascentes

Na zona rural, são consideradas Zonas Especiais de Preservação Ambiental Rural:

- Reservas florestais
- Nascentes e minas
- Parques
- Jazidas minerais
- Sítios arqueológicos

O Plano Diretor de Mirassol estabelece, ainda, uma hierarquização das vias e prevê a elaboração de um Plano Viário Municipal.

O Plano Diretor de Votuporanga, de 2007, em seu Art.29, prevê a realização de Audiências Públicas “sempre que empreendimentos ou atividades públicas ou privadas acarretem impactos negativos à vizinhança do seu entorno, ao ambiente natural ou construído, ao patrimônio histórico-cultural, ao conforto ou à segurança da população,

para os quais serão exigidos estudos e relatórios de impacto ambiental e de vizinhança”. O plano estabelece diretrizes para a elaboração do macrozoneamento urbano e rural, este último com zonas de uso predominantemente agrícola e zonas de proteção ambiental.

O Plano Diretor de Sebastianópolis do Sul é o mais recente da área em estudo, datado de julho de 2009. O plano define a política de desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental; a função social da propriedade urbana; as políticas públicas; o plano urbanístico-ambiental; e a gestão democrática. O plano prevê a elaboração de Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Por outro lado, municípios como Nova Europa, Guarani d’Oeste, Indiaporã, Monte Aprazível, Neves Paulista, Bocaina, Itaju e Poloni não dispõem de nenhum dos quatro instrumentos pesquisados. Existe lei de zoneamento ou equivalente em dez dos municípios paulistas analisados, enquanto que 14 destes municípios contam com lei de parcelamento do solo e 11, dispõem de código de obras.

Quadro 3.6.5.3– 61- Instrumentos de Planejamento Municipal e de Política Urbana municípios da AI/ Estado de São Paulo– 2008

Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Araraquara	Sim	Sim	Sim	Sim
Gavião Peixoto	Não	Sim	Sim	Não
Itápolis	Sim	Sim	Sim	Sim
Nova Europa	Não	Não	Não	Não
Tabatinga	Não	Não	Sim	Não
Fernandópolis	Sim	Sim	Não	Sim
Guarani d'Oeste	Não	Não	Não	Não
Ibirá	Não	Sim	Não	Não
Indiaporã	Não	Não	Não	Não
Itajobi	Não	Não	Sim	Sim
Jaci	Não	Não	Sim	Sim
Macedônia	Não	Sim	Não	Sim
Marapoama	Não	Não	Sim	Sim
Meridiano	Não	Não	Não	Não
Mirassol	Sim	Não	Sim	Sim
Monte Aprazível	Não	Não	Não	Sim
Neves Paulista	Não	Não	Não	Não
Nova Aliança	Não	Sim	Sim	Não
Nova Europa	Não	Não	Sim	Não
Ouroeste	Não	Sim	Sim	Não
Pedranópolis	Não	Não	Sim	Não
Poloni	Não	Não	Não	Não
Potirendaba	Não	Não	Sim	Sim
Sebastianópolis do Sul	Sim	Não	Não	Não
Urupês	Não	Sim	Sim	Não

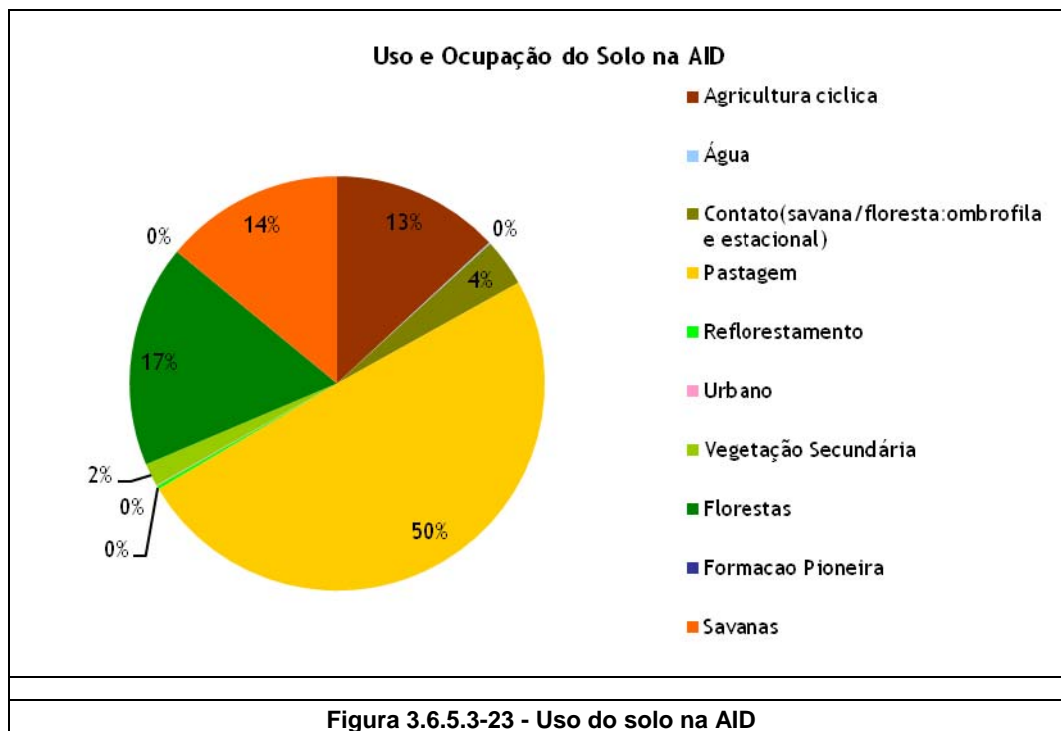
Municípios	Plano Diretor	Lei de Zoneamento ou equivalente	Lei de parcelamento do solo	Código de obras
Valentim Gentil	Não	Não	Não	Sim
Votuporanga	Sim	Sim	Sim	Sim
Bariri	Sim	Não	Não	Não
Boa Esperança do Sul	Não	Não	Não	Sim
Bocaina	Não	Não	Não	Não

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008 – IBGE e Pesquisa de Campo 2009

g. Caracterização do Uso e Ocupação do Solo no Corredor de Estudo

O corredor de estudo se constitui numa faixa de 5km, com a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 no centro. De Rondônia a São Paulo, a área do corredor é de 1.170.441,78ha (1.170,44km²). São 84 municípios, distribuídos em cinco estados brasileiros, que serão interceptados pela LT. A faixa de 5km em torno do circuito, contudo, compreende 90 municípios, contemplados neste item, que visa descrever os usos da terra compreendida neste corredor.

De Rondônia a São Paulo, 50% da área do corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 é ocupada por pastagens. Seguem-se as áreas naturais de florestas (17%) e savanas (14%), havendo ainda 4% de área do corredor formada por contato savana/floresta e 2% de vegetação secundária. Do total, 13% do corredor de estudo é constituído por áreas de agricultura cíclica.



(1) Rondônia

No Estado de Rondônia, a área atravessada pelo corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 é de 323.356,42ha, o que corresponde a 27,63% do total da área do corredor em estudo. Há predominância no uso do solo destinado a pastagem (17,30%), destacando-se os municípios de Chupinguaia (30.312,14ha), Colorado do Oeste (19.446,95ha) e Castanheiras (15.959,01h), com as maiores áreas do corredor caracterizadas por este tipo de ocupação.

Em seguida, observam-se as áreas ocupadas por florestas, que representam 7,07% do total da área que perpassa o corredor em estudo. Candeias do Jamari (22.684,36ha) e Alto Paraíso (15.660,55ha) são os municípios com as maiores extensões de terras caracterizadas como florestas na área do corredor atravessado pela LT.

O restante da área atravessada pelo corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 em Rondônia é composto por: Vegetação Secundária (1,58%), Vegetação de Contato (Savana/Floresta Ombrófila) (1,43%), Savana (0,20%) e Água (0,04%). Somente o município de Jaru é coberto por uma pequena área urbana.

Quadro 3.6.5.3- 62- Uso das terras presentes no corredor de estudo (5 km) da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N° 01 – Rondônia

Municípios	Pastagem		Florestas		Vegetação Secundária		Água		Savanas		Contato		Urbano		TOTAL	
	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT
Candeias do Jamari	3.269,12	0,28	22.684,36	1,94	3.926,21	0,34									29.879,69	2,55
Porto Velho	295,85	0,03	9.651,18	0,82	2.277,36	0,19									12.224,39	1,04
Alto Paraíso	7.802,45	0,67	15.660,55	1,34											23.463,00	2,00
Ariquemes	15.571,00	1,33	11.919,61	1,02											27.490,61	2,35
Cabixi	6.394,01	0,55	1.331,79	0,11											7.725,80	0,66
Cacaulândia	10.083,55	0,86	4.329,09	0,37	2,27	0,00									14.414,91	1,23
Castanheiras	15.959,01	1,36			3.444,75	0,29	69,17	0,01	1.262,93	0,11	1.699,06	0,15			22.434,92	1,92
Chupinguaia	30.312,14	2,59	3.433,39	0,29	147,24	0,01	187,77	0,02			5.313,14	0,45			39.393,68	3,37
Colorado do Oeste	19.446,95	1,66	2.477,55	0,21					0,07	0,00	0,56	0,00			21.925,13	1,87
Corumbiara	10.850,63	0,93							17,91	0,00	2.711,06	0,23			13.579,60	1,16
Jaru	17.590,38	1,50	1.882,57	0,16	2.790,23	0,24							51,64	0,00	22.314,82	1,91
Ji-Paraná	6.063,83	0,52	2.189,85	0,19			65,57	0,01							8.319,25	0,71
Nova Brasilândia D'Oeste							54,08	0,00	126,90	0,01					180,98	0,02
Ouro Preto do Oeste	14.176,93	1,21	1.174,06	0,10	2.481,24	0,21									17.832,23	1,52
Parecis	4.399,78	0,38	1.337,44	0,11							4.139,35	0,35			9.876,57	0,84

Municípios	Pastagem		Florestas		Vegetação Secundária		Água		Savanas		Contato		Urbano		TOTAL	
	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT
Pimenta Bueno	5.234,36	0,45	199,29	0,02					137,62	0,01	1.949,99	0,17			7.521,26	0,64
Presidente Médici	8.695,76	0,74	1.484,69	0,13	1.368,24	0,12	124,17	0,01	393,61	0,03	504,68	0,04			12.571,15	1,07
Primavera de Rondônia	7.569,20	0,65	1.027,36	0,09	274,36	0,02									8.870,92	0,76
Rolim de Moura	7.147,60	0,61	131,41	0,01	72,13	0,01			379,57	0,03	21,22	0,00			7.751,93	0,66
São Felipe D'Oeste	8.206,81	0,70	423,27	0,04	178,66	0,02					432,54	0,04			9.241,28	0,79
Teixeirópolis	3.399,39	0,29	1.404,06	0,12	1.540,85	0,13									6.344,30	0,54
Corredor Rondônia	202.468,75	17,30	82.741,52	7,07	18.503,54	1,58	500,76	0,04	2.318,61	0,20	16.771,60	1,43	51,64	0,00	323.356,42	27,63

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010). **Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo "isodata") e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000).

(2) Mato Grosso

No Estado do Mato Grosso, terras de 31 municípios estão presentes no corredor em estudo, na faixa de 5km com a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 ao centro, correspondendo a 41,33% do corredor em estudo.

Do total de 448.773,52ha que constituem a área do corredor de estudo matogrossense, 18,09% da área é ocupada por pastagens, 10,05% por savanas e 7,75% por florestas. Há, ainda, em menor percentual, municípios com áreas de agricultura cíclica (2,97%), vegetação de contato (Savana/Floresta Estacional) (2,20%), vegetação secundária (0,17%), ocupação urbana (0,06%) e água (0,05%). Apenas um município, Alto Paraguai, apresentou uma pequena área reflorestada.

Os municípios de Vila Bela Santíssima Trindade (24.446,06ha), Pontes e Lacerda (22.860,34ha), Salto do Céu (19.371,79ha), Araputanga (19.035,45ha) e Barra dos Bugres (17.984,32ha) são os que possuem a maiores áreas de pastagem. Juntos, tais municípios representam 8,87% do total de áreas cobertas por pastagens no corredor em estudo, somando 103.697,96ha.

Com relação à área de florestas, destacam-se três municípios onde há predominância desta vegetação no corredor: Comodoro (2,09%), Barra do Bugres (1,90%) e Nova Lacerda (1,36%). Os municípios de Cuiabá (2,47%) e Pedra Preta (1,32%) são os mais expressivos com área do corredor coberta por savana.

Quadro 3.6.5.3 -63 - Uso das terras presentes no corredor de estudo (5 km) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 – Mato Grosso

Municípios	Pastagem		Florestas		Vegetação Secundária		Água		Savanas		Contato		Agricultura ciclica		Reflorestamento		Urbano		TOTAL	
	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT
Acorizal	2.068,57	0,18	96,49	0,01			255,12	0,02	4.777,43	0,41									7.197,61	0,61
Alto Araguaia	10.337,07	0,88	64,18	0,01					11.173,99	0,95			167,07	0,01					21.742,31	1,86
Alto Garças	6.596,32	0,56	618,48	0,05					9.828,66	0,84			10.087,44	0,86					27.130,90	2,32
Alto Paraguai	2.629,17	0,22	602,30	0,05					641,03	0,05					31,61	0,00			3.904,12	0,33
Araputanga	19.035,45	1,63	664,34	0,06							664,85	0,06					7,16	0,00	20.371,80	1,74
Barra do Bugres	17.984,32	1,54	22.243,90	1,90			8,16	0,00	2.208,79	0,19	3.346,61	0,29	60,27	0,01					45.852,04	3,92
Campo Verde	138,25	0,01	561,93	0,05					426,73	0,04			1.883,45	0,16					3.010,36	0,26
Comodoro	4.828,71	0,41	24.421,87	2,09	83,34	0,01	11,98	0,00	3.778,72	0,32									33.124,61	2,83
Cuiabá	9.967,07	0,85	1.259,00	0,11			106,90	0,01	28.940,32	2,47							451,23	0,04	40.724,52	3,48
Guiratinga	1.311,13	0,11	52,68	0,00					1.191,63	0,10									2.555,45	0,22
Jaciara	4.147,80	0,35	1.973,56	0,17					5.868,57	0,50			10.091,96	0,86					22.081,89	1,89
Jangada	3.738,00	0,32	919,38	0,08			10,38	0,00	3.566,87	0,30									8.234,62	0,70
Jauru	8.117,89	0,69							0,30	0,00									8.118,19	0,69
Juscimeira	8.317,53	0,71	1.513,29	0,13					1.785,98	0,15							78,90	0,01	11.695,69	1,00
Lambari D'Oeste	2.926,58	0,25					0,99	0,00			4.008,30	0,34							6.935,87	0,59
Nova Lacerda	3.925,78	0,34	15.924,71	1,36	576,28	0,05	29,06	0,00			2.442,21	0,21	5.821,72	0,50					28.719,75	2,45
Pedra Preta	97,78	0,01	1.841,11	0,16					15.493,67	1,32			3.594,24	0,31					21.026,81	1,80
Pontes e Lacerda	22.860,34	1,95	3.815,72	0,33							195,65	0,02							26.871,70	2,30
Poxoréo	1.434,88	0,12	381,78	0,03			52,08	0,00	233,25	0,02									2.101,99	0,18
Reserva do Cabaçal	3.972,80	0,34	268,53	0,02					23,88	0,00							54,19	0,00	4.319,40	0,37
Rio Branco	278,29	0,02							181,48	0,02									459,77	0,04
Rondonópolis	10.630,02	0,91	2.928,80	0,25			38,20	0,00	7.270,10	0,62			672,93	0,06			55,59	0,00	21.595,64	1,85
Rosário Oeste	6.604,30	0,56	875,93	0,07					4.611,00	0,39									12.091,23	1,03
Salto do Céu	19.371,79	1,66			1.321,58	0,11	8,09	0,00	603,08	0,05	2.391,89	0,20							23.696,43	2,02
Santo Antônio do Leverger	3.359,65	0,29	4.168,88	0,36					10.466,56	0,89			2.403,17	0,21					20.398,25	1,74
São José do Povo	7.578,29	0,65	671,94	0,06					1.550,10	0,13							1,95	0,00	9.802,29	0,84
Vale de São Domingos	3.666,56	0,31							1.411,61	0,12							2,30	0,00	5.080,48	0,43
Vila Bela da Santíssima Trindade	24.446,06	2,09	4.631,31	0,40					1.584,71	0,14	12.437,70	1,06	8,02	0,00					43.107,80	3,68
Corredor Mato Grosso	211.693,28	18,09	90.667,65	7,75	1.981,20	0,17	543,97	0,05	117.618,47	10,05	25.795,76	2,20	34.790,28	2,97	31,61	0,00	651,31	0,06	483.773,52	41,33

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010). **Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo "isodata") e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000)

(3) Goiás

No Estado de Goiás, o corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 é composto por terras que integram 6 municípios, num total de 164.127,3ha, que correspondem a 14% de toda a área compreendida no corredor de estudo. A maior parte da área goiana do corredor é constituída por pastagens (56%), seguida por savanas (25,6%), agricultura cíclica (13,3%) e florestas (5,1%). A maior parte das pastagens e das savanas atravessadas por este corredor, no Estado de Goiás, se encontra nos municípios de Caçu, Mineiros e Serranópolis. Nos municípios de Jataí e Serranópolis, o corredor percorre áreas significativas de agricultura cíclica.

Quadro 3.6.5.3-64 - Uso das terras presentes no corredor de estudo (5 km) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 – Goiás

Municípios	Agricultura cíclica		Água		Pastagem		Florestas		Savanas		Total	
	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT
Caçu			9,1	0,001	41983,6	3,6	2476,9	0,2	11403,6	1,0	55873,3	4,8
Jataí	11804,8	1,0			8797,8	0,8	774,5	0,1	4245,2	0,4	25622,3	2,2
Mineiros	2958,5	0,3			23574,1	2,0	3421,3	0,3	14670,0	1,3	44624,0	3,8
Santa Rita do Araguaia					4902,4	0,4			1287,6	0,1	6190,0	0,5
Serranópolis	7019,5	0,6			12705,6	1,1	1669,3	0,1	10422,5	0,9	31817,0	2,7
Corredor Goiás	21782,8	1,9	9,7	0,0	91963,6	7,9	8342,1	0,7	42029,0	3,6	164127,3	14,0

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010). **Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo "isodata") e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000).

(4) Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, a área atravessada pelo corredor da LT é de 41.928,8ha, correspondendo a 3,6% de todo o corredor de estudo. A maior parte do trecho mineiro do corredor é constituída por pastagens (89,2%). Há, também, 5,7% de savanas, 4,6% de florestas e 0,4% de água. No município de Iturama, que compreende a maior área percorrida pelo corredor em Minas Gerais, encontram-se as maiores extensões tanto de pastagens quanto de florestas do corredor mineiro. A maior presença de savanas no corredor atravessado em Minas Gerais está no município de Limeira do Oeste.

Quadro 3.6.5.3 -65 - Uso das terras presentes no corredor de estudo (5 km) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 – Minas Gerais

Municípios	Água		Pastagem		Florestas		Savanas		Total	
	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT
Iturama	35,3	0,003	13449,4	1,1	662,0	0,057	320,4	0,03	14467,1	1,2
Limeira do Oeste	16,4	0,001	9405,8	0,8	288,6	0,025	1006,8	0,09	10717,6	0,9
Santa Vitória	132,4	0,011	4899,5	0,4	41,1	0,004	752,6	0,06	5825,6	0,5
União de Minas			9661,1	0,8	941,0	0,080	316,5	0,03	10918,6	0,9
Corredor Minas Gerais	184,1	0,0	37415,8	3,2	1932,7	0,2	2396,2	0,20	41928,8	3,6

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010). **Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo "isodata") e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000).

(5) São Paulo

No Estado de São Paulo, no corredor de estudo (5km) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 compreende áreas situadas no território de 27 municípios. A área do corredor de estudo paulista representa 13,1% da área total deste corredor em toda a extensão da LT, ocupando 153.338,87ha. É constituída, majoritariamente, por 62,5% de área utilizada para agricultura cíclica, 23,1% de pastagens e 12,4% de florestas. Há, ainda, no corredor paulista, 1,9% de áreas de reflorestamento, 0,2% de área urbana e 0,02% de formações pioneiras.

No município de Itápolis, encontra-se a maior área utilizada para agricultura cíclica no corredor paulista – 15.506,23ha. É significativa, também, a área de agricultura cíclica, no interior do corredor de estudo, dos municípios paulistas de Itajobi, Potirendaba, Urupês e Tabatinga. Quanto às áreas de pastagens, são mais expressivas, no corredor paulista da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, as contidas nos municípios de Votuporanga e Sebastianópolis do Sul. A maior área de floresta no corredor de estudo no Estado de São Paulo é encontrada no município de Ouroeste. A área em que o corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 se situa em trechos com uso urbano é bastante reduzida, situando-se nos municípios de Ouroeste, Itajobi, Poloni, Potirendaba e Sebastianópolis do Sul. As reduzidas porções de formação pioneira atravessadas pelo corredor se situam nos municípios de Macedônia e Guarani d'Oeste. As áreas de reflorestamento contidas no corredor de

estudo paulista pertencem aos municípios de Araraquara, Fernandópolis, Itajobi, Itápolis, Nova Europa e Votuporanga.

Quadro 3.6.5.3- 66 - Uso das terras presentes no corredor de estudo (5 km) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 – São Paulo

Municípios	Agricultura cíclica		Pastagem		Reflorestamento		Urbano		Florestas		Formação Pioneira		Total	
	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT
Araraquara	1667,57	0,14	759,45	0,06	13,51	0,00			347,48	0,03			2788,01	0,24
Boa Esperança do Sul	45,40	0,00							225,35	0,02			270,76	0,02
Fernandópolis	1943,46	0,17	2309,39	0,20	565,14	0,05			46,63	0,00			4864,62	0,42
Gavião Peixoto	4535,55	0,39							405,53	0,03			4941,08	0,42
Guarani d'Oeste	960,94	0,08	1895,83	0,16							0,03	0,00	2856,80	0,24
Ibirá	674,93	0,06							80,91	0,01			755,84	0,06
Indiaporã	199,19	0,02	552,24	0,05					140,85	0,01			892,28	0,08
Itajobi	8899,30	0,76	440,92	0,04	715,79	0,06	114,37	0,01	402,20	0,03			10572,58	0,90
Itápolis	15506,23	1,32			1117,68	0,10			2346,34	0,20			18970,25	1,62
Jaci	5230,56	0,45							36,95	0,00			5267,51	0,45
Macedônia	2196,07	0,19	3195,64	0,27							25,48	0,00	5417,19	0,46
Marapoama	3652,47	0,31	306,43	0,03					44,56	0,00			4003,46	0,34
Mirassol	1443,59	0,12											1443,59	0,12
Monte Aprazível	4535,14	0,39	2996,85	0,26					9,15	0,00			7541,14	0,64
Neves Paulista	4841,52	0,41	234,21	0,02									5075,73	0,43
Nipoã	19,77	0,00											19,77	0,00
Nova Aliança	3436,53	0,29	44,97	0,00					597,61	0,05			4079,11	0,35
Nova Europa	3249,11	0,28			364,88	0,03			498,55	0,04			4112,54	0,35
Ouroeste	520,54	0,04	767,06	0,07			72,72	0,01	10242,74	0,88			11603,07	0,99
Pedranópolis	3704,02	0,32	2217,24	0,19					162,48	0,01			6083,73	0,52
Poloni	3929,66	0,34	1146,01	0,10			4,00	0,00					5079,67	0,43
Potirendaba	8705,56	0,74	253,42	0,02			39,34	0,00	87,57	0,01			9085,88	0,78
Sebastianópolis do Sul	194,80	0,02	6179,73	0,53			7,32	0,00	511,96	0,04			6893,80	0,59
Tabatinga	7128,75	0,61							1123,02	0,10			8251,76	0,71

Municípios	Agricultura cíclica		Pastagem		Reflorestamento		Urbano		Florestas		Formação Pioneira		Total	
	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT	Área (ha)	% corredor da LT
Urupês	8452,29	0,72	425,58	0,04					338,66	0,03			9216,53	0,79
Valentim Gentil	60,46	0,01	3430,22	0,29					960,76	0,08			4451,45	0,38
Votuporanga	86,36	0,01	8273,35	0,71	66,75	0,01			374,25	0,03			8800,71	0,75
Corredor São Paulo	95819,77	8,19	35428,53	3,03	2843,74	0,24	237,75	0,02	18983,56	1,62	25,51	0,00	153338,87	13,10

Fonte: Elaboração própria. **Referências cartográficas utilizadas:** Base cartográfica (planimétrica), obtida por meio da digitalização de cartas topográficas do IBGE e da DSG, nas escalas 1:250.000, 1:100.000 e 1:50.000; revisão da malha viária e identificação de novas localidades a partir de mapas rodoviários estaduais do DNIT; atualização da hidrografia e malha viária a partir da interpretação visual de imagens Landsat 5 TM e imagens de alta resolução disponibilizadas no programa *Google Earth* (2009/10); dados de verdade terrestre (campanhas de campo, 2009/2010). **Referências temáticas utilizadas:** Tema elaborado a partir da análise integrada de dados secundários e primários, por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGis 9.3.1 (ESRI, 2009). Entre os principais dados para a identificação da cobertura vegetal, destacam-se: Projeto RADAMBrasil (Folha SC.20 Porto Velho, Folha SD.20 Guaporé, Folha SD.21 Cuiabá, Folha SE.21 Corumbá, Folha SE.22 Goiânia); MMA (2007); SIPAM (2008); KRONKA, F.J.N. *et al.* Inventário Florestal do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Florestal, 1993, 200p.; SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. Mapeamento e Inventário da Flora e dos Reflorestamentos de Minas Gerais. Lavras: UFL, 2006; para a identificação do uso e ocupação das terras, contou-se com a interpretação automática, não supervisionada (algoritmo "isodata") e visual de imagens LANDSAT 5 TM, em composição colorida 3(r), 4(g) e 5(b) e 2(b), 3(g) e 4(r); Modelo Digital de Terreno – MDT (SRTM – Shuttle Radar Topography Mission, NASA/2000).

h. Estrutura-Fundiária dos Municípios da AI

A forma como a terra é apropriada, distribuída e/ou concentrada, foi analisada com base nos dados disponibilizados pelo INCRA e pelo IBGE. Os dados do INCRA foram obtidos através do DATALUTA-Estrutura Fundiária, cujas fontes primárias são as Estatísticas Cadastrais de 1992 e 1998 e o Cadastro de 2003 do INCRA. Os dados do IBGE são relativos ao Censo Agropecuário de 2006. O INCRA elabora o cadastro dos imóveis rurais através da declaração dos proprietários ou posseiros e, por isso, comporta o caráter jurídico da estrutura fundiária, de forma que um imóvel pode ser uma propriedade ou uma posse. O IBGE considera, nos censos agropecuários, os estabelecimentos agropecuários, definidos como “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável. (IBGE, 2006a, não pag.)”.

O cadastro do INCRA é abastecido com dados de natureza declaratória, não havendo conferências com informações dos cartórios de registro de imóveis, o que indica a fragilidade do sistema. A declaração de uma área superior ou inferior à área real do imóvel pode ter como objetivo a redução de impostos, omissão de terras improdutivas, ampliação de crédito rural e grilagem de terras. Por isso, devemos considerar possíveis desvios principalmente no tamanho da área dos imóveis rurais. Esses possíveis desvios nos dados do INCRA não os inutilizam, pois essas práticas ilegais, mesmo consideráveis, não se aplicam à maioria dos detentores. Os dados do IBGE não estão totalmente isentos desses possíveis desvios, porém, em virtude de sua finalidade censitária, acredita-se que seja menor o interesse dos produtores em fornecer informações falsas. Tomou-se inicialmente como parâmetro da análise da estrutura fundiária o índice de Gini, calculado pelo Atlas da Questão Agrária Brasileira, a partir dos dados da estrutura fundiária de 1992, 1998 e 2003, do INCRA. De acordo com esta publicação, em 2003, o índice de Gini para o Brasil era 0,816, o que indica grande concentração de terras, já que quanto mais próximo de 1, maior é o grau de concentração da terra. A evolução entre 1992 e 2003, de apenas -0,010, confirma que as políticas de reforma agrária não tocaram na concentração geral da estrutura fundiária brasileira. Em 2003, entre todas as unidades da federação brasileiras, o menor índice de concentração fundiária foi apresentado pelo Estado de Rondônia – 0,567 e, o maior, pelo Estado do Amazonas – 0,837. Entre os Estados que compõem a Área de Abrangência Regional (AAR) do empreendimento, a concentração fundiária variava, no ano de 2003, de 0,567, em Rondônia, a 0,763, no Mato Grosso. Entre 1992

e 2003, houve diminuição da concentração da terra em todos os Estados a serem atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, exceto Goiás, onde o incremento do índice foi de 0,002, considerando todo o período analisado. A maior desconcentração da terra, na área em estudo, ocorreu nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, onde o índice diminuiu 0,065 e 0,05 pontos, respectivamente.

Quadro 3.6.5.3– 67 - Índice de Gini 1992-1998-2003 e evolução 1992-2003

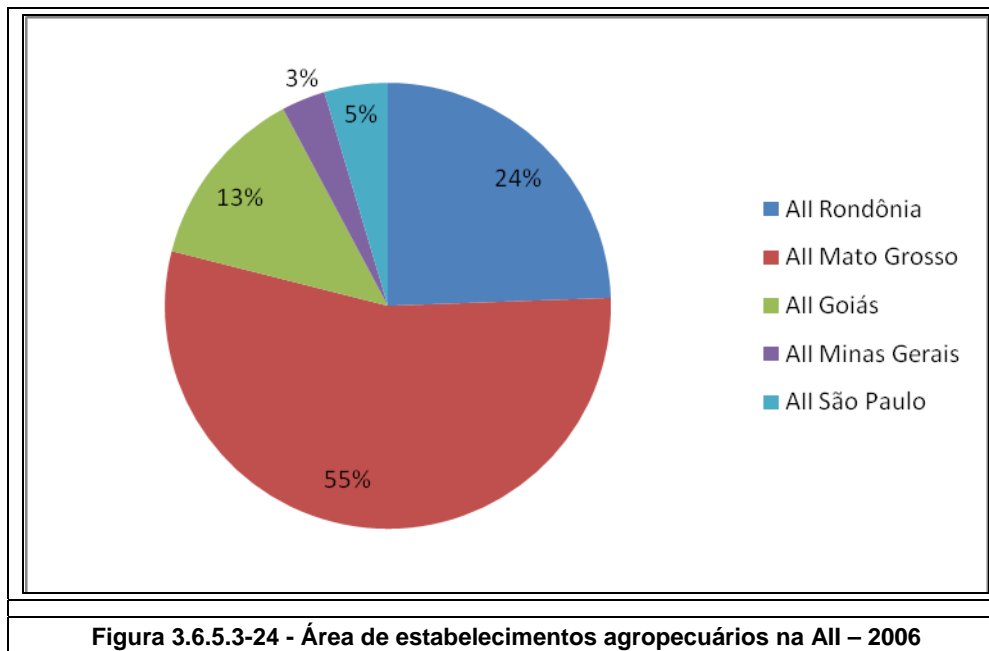
UF	GINI 1992	GINI 1998	GINI 2003	Evolução 1992-2003
Acre	0,883	0,865	0,785	-0,098
Alagoas	0,783	0,783	0,784	0,001
Amapá	0,842	0,775	0,585	-0,258
Amazonas	0,935	0,927	0,837	-0,098
Bahia	0,802	0,826	0,807	0,004
Ceará	0,684	0,695	0,691	0,007
Espírito Santo	0,615	0,632	0,626	0,012
Goiás	0,717	0,720	0,720	0,002
Maranhão	0,740	0,759	0,719	-0,021
Minas Gerais	0,745	0,754	0,741	-0,004
Mato Grosso do Sul	0,807	0,806	0,805	-0,001
Mato Grosso	0,813	0,803	0,763	-0,050
Pará	0,888	0,885	0,823	-0,065
Paraíba	0,753	0,758	0,755	0,002
Pernambuco	0,757	0,756	0,742	-0,015
Piauí	0,743	0,767	0,755	0,012
Paraná	0,693	0,702	0,677	-0,016
Rio de Janeiro	0,728	0,742	0,738	0,010
Rio Grande do Norte	0,739	0,759	0,752	0,013
Rondônia	0,631	0,631	0,567	-0,065
Roraima	0,870	0,789	0,597	-0,273
Rio Grande do Sul	0,713	0,718	0,693	-0,021
Santa Catarina	0,625	0,632	0,607	-0,018
Sergipe	0,788	0,788	0,773	-0,014
São Paulo	0,750	0,754	0,744	-0,006
Tocantins	0,661	0,685	0,678	0,017
Distrito Federal	0,781	0,804	0,827	0,046
BRASIL	0,826	0,838	0,816	-0,010

Dados: DATALUTA-Estrutura Fundiária / Cadastro do INCRA
Cálculo: Eduardo Paulon Girardi

Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira

A área ocupada por estabelecimentos agropecuários, no conjunto dos 88 municípios que compõem a Área de Influência Indireta (AII) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, de acordo com informações do Censo Agropecuário 2006 (IBGE), é de 14.585.504ha, ocupando 54,6% da AII. A maior parte da área total ocupada por estabelecimentos agropecuários se situa no Estado do Mato Grosso (55%), com praticamente o mesmo percentual ocupado pelo conjunto dos territórios

dos municípios matogrossenses na AII. O conjunto de estabelecimentos agropecuários da área rondoniense em estudo ocupa 24% da área de estabelecimentos agropecuários em toda a AII, a maior parte deles situados na AII Leste Rondoniense, enquanto que o conjunto de municípios rondonienses ocupa 34% da AII. Por outro lado, é possível perceber que os municípios goianos, que, juntos, ocupam 9% da área em estudo, apresentam maior extensão de seus territórios ocupada por estabelecimentos agropecuários, que ocupam 13% do total da área ocupada por estabelecimentos agropecuários de toda a AII.



Para analisar a estrutura fundiária, adotamos três grandes grupos de estabelecimentos agropecuários: pequenos, com área inferior a 200ha; médios, com área entre 200 e 2.500ha; e grandes, com área superior a 2.500ha. O Censo Agropecuário 2006, do IBGE, fornece ainda, dados sobre os produtores sem área, que foram incorporados à análise.

Considerando a área ocupada por estabelecimentos agropecuários, no ano de 2006, no conjunto dos 87 municípios brasileiros que compõem a AII do empreendimento, verifica-se que 40% desta área era constituída por grandes estabelecimentos, enquanto os estabelecimentos médios ocupavam 40,4% e os pequenos, que correspondiam a 85,4% do total de estabelecimentos, ocupavam apenas 18,3% da área cadastrada.

Em todo o trajeto a ser percorrido pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, a maior concentração fundiária ocorre na área matogrossense e, a menor, na área paulista em estudo. Em 2006, a proporção da área ocupada por pequenos

estabelecimentos, em relação ao total da área ocupada por estabelecimentos agropecuários, variava de 7,9% na All Mesorregional Sul Goiano a 53,3% na All Mesorregional São José do Rio Preto, onde inexistiam grandes estabelecimentos. Na All Mesorregional Leste Rondoniense, embora os estabelecimentos grandes ocupassem 16,5% da área cadastrada, havia 27.090 estabelecimentos pequenos que ocupavam expressiva porcentagem da área cadastrada – 41,5%. A porcentagem da área cadastrada ocupada por grandes estabelecimentos era mais elevada nas Alls Mesorregionais Sudoeste Matogrossense (68,7%), Centro-Sul Matogrossense (57,5%) e Sudeste Matogrossense (39,9%). A All Mesorregional que apresenta a maior porcentagem da área cadastrada ocupada por estabelecimentos médios é também o Sudeste Matogrossense – 50,6%

Quadro 3.6.5.3- 68 - Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários por Grupos de Área Total – All e Mesorregiões 2006

Alls Mesorregionais e All	Total		Mais de 0 a menos de 200 ha		Mais de 200 a menos de 2500 ha		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
All Mesorregional Madeira Guaporé	3.671	531.089	2.844	138.296	442	238.148	27	154.646	358	0
All Mesorregional Leste Rondoniense	29.583	2.995.071	27.090	1.241.832	2.267	1.204.109	107	493.040	119	0
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	6.388	1.539.401	5.390	149.291	724	504.355	119	885.754	155	0
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	8.663	2.706.947	6.519	251.265	1.803	1.370.483	217	1.078.799	124	0
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	8.273	3.710.069	6.804	301.573	1.147	857.877	264	2.546.997	58	0
All Mesorregional Sul Goiano	4373	1914135	2356	150799	1881	1263623	104	499670	32	0
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2688	459659	2202	96221	463	259180	21	100751	2	0
All Mesorregional Araraquara	2820	204624	2693	82876	101	42618	16	56209	10	0
All Mesorregional São José do Rio Preto	9089	443825	8651	246810	369	131209	8	0	61	0
TOTAL All	75.548	14.504.820	64.549	2.658.963	9.197	5.871.602	883	5.815.866	919	0

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

(1) Rondônia

No Estado de Rondônia havia, no ano de 2006, 82.077 estabelecimentos agropecuários, distribuídos numa área de 8.329.133ha. As propriedades com mais de 2500ha do Estado, que correspondia a 0,3% do total, localizavam-se em 18,9% do território cadastrado. Por outro lado, os estabelecimentos de pequeno porte, que totalizavam 91,6%, ocupavam 41,3% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários em todo o Estado. Os estabelecimentos de médio porte – 39,8% - situavam-se em 39,8% do total da área cadastrada.

Em se tratando do conjunto dos municípios analisados, a concentração de terras em grandes propriedades ainda é maior se comparado ao Estado, pois 134 estabelecimentos agropecuários (0,41%) ocupavam 18,59% do total dos municípios cadastrados. Os estabelecimentos de médio porte eram 2.678 (8,22%) distribuídos em 1.431.155ha. Aproximadamente 90% dos estabelecimentos eram de pequeno porte e estavam localizados em 38,7% da área total dos municípios.

Na All Mesorregional Madeira Guaporé eram 3.671 estabelecimentos agropecuários ocupando 531.089ha, que correspondem a apenas 15,1% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários na área em estudo rondoniense. Do total dos estabelecimentos, 77,5%, era de menos de 200ha e distribuídos em 2.844ha, o que correspondia a 26% da área. Já os grandes estabelecimentos, de 2500ha ou mais, eram 27 (0,7%) em 29,1% do total da área, e a maior parte destes (18) estavam localizados no município de Porto Velho. Os estabelecimentos de médio porte eram 442 (12%) em uma área de 238.148ha.

Na All Mesorregional Leste Rondoniense, eram 29.583 estabelecimentos agropecuários, ocupando 2.995.071ha. O maior número de estabelecimentos (3.097) encontrava-se em Jaru, e a maior área localizava-se em Ariquemes (359.577ha). Havia 27.090 estabelecimentos com menos de 200ha, distribuídos em uma área de 1.241.832ha (41,% da área cadastrada), e, ainda, 2.676 estabelecimentos de médio porte, ocupando uma área de 1.204.109ha. Os estabelecimentos com mais 2500ha ocupavam uma área de 493.040ha (16,5% do total da área de estabelecimentos agropecuários) e eram 107. Os municípios de Chupinguaia, Pimenta Bueno e Corumbiara eram os que possuíam o maior numero de estabelecimentos de grande porte.

Com relação aos produtores sem área, no Estado de Rondônia havia 914, e nos municípios analisados eram 477. A maior parte deles, 358, encontrava-se em Porto Velho, na All Mesorregional Madeira Guaporé. Os outros 119 estavam localizados na All Mesorregional Leste Rondoniense, principalmente nas cidades de Jaru e Rolim de Moura.

Quadro 3.6.5.3 – 69 - Número e área de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – All/Estado de Rondônia 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 ha		Mais de 200 a menos de 2500 ha		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Rondônia	87.077	8.329.133	79.741	3.438.326	6.142	3.314.237	280	1.576.570	914	0
Candeias do Jamari	829	127.694	728	29.570	92	51.532	8	46.592	1	X
Porto Velho	2.842	403.395	2.116	108.726	350	186.616	19	108.054	357	0

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 ha		Mais de 200 a menos de 2500 ha		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
All Mesorregional Madeira Guaporé	3.671	531.089	2.844	138.296	442	238.148	27	154.646	358	0
Alto Paraíso	2.259	186.680	2.104	119.440	150	63.489	1	X	4	0
Ariquemes	3.005	359.577	2.613	117.054	377	200.447	9	42.076	6	0
Cabixi	1.016	105.085	919	47.798	95	46.245	2	X	-	-
Cacaulândia	773	137.486	574	36.105	196	91.121	3	10.260	-	-
Castanheiras	592	68.290	526	26.538	62	35.459	2	X	2	X
Chupinguaia	637	261.547	525	26.182	87	73.108	25	162.258	-	-
Colorado do Oeste	1.602	128.932	1.496	75.526	99	49.106	1	X	6	0
Corumbiara	1.497	200.696	1.416	63.243	65	43.567	15	93.885	1	X
Jaru	3.097	238.877	2.878	159.979	170	69.921	2	X	47	0
Ji-Paraná	2.450	213.836	2.251	105.277	182	85.641	5	22.917	12	0
Nova Brasilândia D'Oeste	2.187	93.656	2.136	54.348	48	21.856	3	17.452	-	-
Ouro Preto do Oeste	1.757	150.790	1.633	98.878	122	43.926	2	X	-	-
Parecis	780	168.069	664	27.857	104	92.742	11	47.471	1	X
Pimenta Bueno	1.064	258.494	841	40.350	206	153.504	16	64.640	1	X
Presidente Médici	2.210	145.083	2.088	80.622	105	47.621	5	16.840	12	0
Primavera de Rondônia	550	55.942	513	18.394	35	23.808	2	X	-	-
Rolim de Moura	2.467	129.389	2.330	89.018	112	40.371	-	-	25	0
São Felipe D'Oeste	954	51.014	928	24.697	21	11.075	3	15.241	2	X
Teixeirópolis	686	41.628	655	30.526	31	11.102	-	-	-	-
All Mesorregional Leste Rondoniense	29.583	2.995.071	27.090	1.241.832	2.267	1.204.109	107	493.040	119	0
TOTAL All	33.254	3.526.160	29.934	1.380.128	2.709	1.442.257	134	647.686	477	0

Fonte: IPEA – 2006

No Estado de Rondônia, no ano de 2006, 91,4% dos estabelecimentos agropecuários eram constituídos por terras próprias. O restante da área era constituído por terras concedidas por órgão fundiário (1,3%), terras ocupadas (1,1%), terras arrendadas (1,0%) e terras em parceria (0,5%).

Em relação ao Estado de Rondônia, no conjunto dos municípios em estudo localizavam-se 42,3% das terras cadastradas, e, dentre elas, 96,3% eram próprias, 1,6% eram concedidas por órgão fundiário, 0,4% eram em parceria, e, as terras arrendadas e ocupadas possuíam o mesmo percentual – 0,8%.

A All Mesorregional Madeira Guaporé respondia por 6,4% das terras estaduais cadastradas. Do total das terras desta Mesorregional, 93,2% eram próprias, 4,3% eram concedidas, 1,5% em parceria, 0,5% arrendadas, e, também, 0,5% de terras ocupadas.

Por último, a área ocupada por estabelecimentos agropecuários na All Mesorregional Leste Rondoniense dividia-se em 96,9% de terras próprias, 1,1% de terras concedidas por órgão fundiário, 0,9% de terras arrendadas, 0,9% de terras ocupadas, e, 0,3% em parceria. Das terras próprias, 11,8% do total localizava-se em Ariquemes, seguido por Chupinguaia e Pimenta Bueno, ambas com 8,9%. Das terras arrendadas, destacavam-se por possuírem maior área os municípios de Cabixi (16,2%) e Ji-Paraná (10,2%) e, das terras ocupadas, os maiores percentuais de terras encontravam em Alto Paraíso (21%) Ouro Preto do Oeste (12,9%) e Presidente Médici (12,9%). Esta All Mesorregional ocupava 36,0% das terras estaduais.

Quadro 3.6.5.3. – 70 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras – All/ Estado de Rondônia - 2006

Municípios, All mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Rondônia	8.329.133	8.004.578	109.043	86.095	41.091	88.326
Candeias do Jamari	127.694	127.219	257	X	X	126
Porto Velho	403.395	367.976	22.726	2.570	7.739	2.383
All Mesorregional Madeira Guaporé	531.089	495.195	22.983	2.570	7.739	2.509
Alto Paraíso	186.680	175.363	4.521	1.247	35	5.514
Ariquemes	359.577	342.043	11.896	2.340	1.368	1.931
Cabixi	105.085	97.546	-	4.263	701	2.575
Cacaulândia	137.486	134.367	X	2.475	64	532
Castanheiras	68.290	67.643	-	489	19	138
Chupinguaia	261.547	257.991	1.384	1.801	-	370
Colorado do Oeste	128.932	126.822	X	1.618	38	340
Corumbiara	200.696	196.845	557	657	1.217	1.420
Jaru	238.877	236.718	X	415	938	731
Ji-Paraná	213.836	210.106	352	2.692	296	390
Nova Brasilândia D'Oeste	93.656	88.617	1.597	606	1.214	1.622
Ouro Preto do Oeste	150.790	144.765	1.308	871	462	3.384
Parecis	168.069	162.503	4.745	722	-	99
Pimenta Bueno	258.494	257.316	X	555	-	497
Presidente Médici	145.083	136.139	3.469	1.688	398	3.389
Primavera de Rondônia	55.942	53.719	37	544	328	1.315
Rolim de Moura	129.389	124.357	2.266	1.146	293	1.327
São Felipe D'Oeste	51.014	48.588	99	1.612	389	326
Teixeirópolis	41.628	40.723	-	595	10	300
All Mesorregional Leste Rondoniense	2.995.071	2.902.171	32.231	26.336	7.770	26.200
TOTAL All	3.526.160	3.397.366	55.214	28.906	15.509	28.709

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário Nota: 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X. 2 - A categoria Total inclui os estabelecimentos que declararam ter mais de uma Condição legal das terras.

(2) Mato Grosso

No Estado do Mato Grosso, no ano de 2006, havia 112.978 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam uma área de 47.805.514ha. O Estado apresentava elevada concentração fundiária, onde apenas 3,3% dos grandes estabelecimentos estavam distribuídos em mais da metade da área cadastrada - 61,6%. Os estabelecimentos com menos de 200ha, com maior expressão (78,7%), ocupavam somente 8,8% do total da área estadual. Os estabelecimentos de médio porte representavam 17,1% do total e estavam distribuídos em 29,7% da área. Os produtores sem área representavam 0,9% do total.

O conjunto dos municípios analisados representava 20,6% dos estabelecimentos agropecuários em relação ao Estado, e 16,6% da área estadual. Os produtores sem área representavam 33,2% dos produtores no Estado. A terra continuava ainda bastante concentrada entre estes municípios. Em 2006, 2,6% dos estabelecimentos de grande porte localizavam-se em 56,7% da área dos municípios em estudo. Os estabelecimentos de médio porte eram 3.674 (15,8%) ocupando 34,3% da área e as pequenas propriedades com total de 18.713 unidades (80,8%), estavam distribuídas em apenas 8,8% da área.

Na All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense havia, em 2006, um total de 6.388 estabelecimentos agropecuários, ocupando 1.539.401ha da área cadastrada. As grandes propriedades representavam 1,9% do total dos estabelecimentos, em 57,5% da área cadastrada desta All Mesorregional. As cidades de Rosário do Oeste e Santo Antonio do Leverger, juntas, somavam 51,6% da área dos estabelecimentos de grande porte da All Mesorregional, com apenas 1,6% de estabelecimentos da mesma. Os estabelecimentos de pequeno porte eram 84,4% distribuídos em 9,4% da área, e localizados principalmente nos municípios de Santo Antonio do Leverger (1.589), Cuiabá (1.175) e Rosário do Oeste (1.037). Por último, os estabelecimentos de médio porte eram 724 (11,3%), ocupando uma área de 504.355ha (32,8%). O maior número de produtores sem área (155) foi encontrado nesta All Mesorregional.

A All Mesorregional Sudeste Matogrossense caracterizava-se por possuir a maior área ocupada por estabelecimentos médios (50,6%) e a menor concentração fundiária entre as All Mesorregionais. Os grandes estabelecimentos ocupavam 39,9% da área e representavam 2,5% do total desta All Mesorregional. A cidade de São José do Povo e Jaciara possuíam o menor número de estabelecimentos com mais de 2500 ha, estando os outros estabelecimentos variando entre 34 unidades, em Guiratinga e Alto Araguaia, e, 22 unidades em Juscimeira. Quatro municípios se destacaram por possuir o maior

numero de estabelecimentos de médio porte, sendo eles: Poxoréu, Guiratinga, Alto Araguaia e Rondonópolis. Juntos eles somavam 64,2% (1.158) do total de 1.803 estabelecimentos médios. A cidade de Rondonópolis chamou a atenção por possuir aproximadamente 30% dos estabelecimentos pequenos em 23,6% da área. Os estabelecimentos de menos de 200 ha ocupavam 9,3% da área, totalizando 1.803.

A All Mesorregional que apresentou maior concentração fundiária foi a Sudoeste Matogrossense. O município de Vila Bela Santíssima Trindade destacou-se por possuir a maior área territorial cadastrada (1.236.917ha ou 33,3%), inclusive, também a maior área de cada tipo de estabelecimento (pequeno, médio e grande), e, ainda, o maior numero de estabelecimentos agropecuários da All Mesorregional (1.334 ou 16,1%).

Os estabelecimentos de grande porte (3,2%) respondiam por 68,7% da área total ocupada por estabelecimentos agropecuários, enquanto os estabelecimentos médios eram 13,9% e eram distribuídos em 23,1% da área. Os estabelecimentos de pequeno porte eram maioria (82,2%) e ocupavam 8,1% do total da área da All Mesorregional, destacando-se a cidade de Comodoro com o maior percentual destes estabelecimentos (15,4%) em apenas 13,5% da área.

Quadro 3.6.5.3-71 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – All/ Estado do Mato Grosso - 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 ha		Mais de 200 a menos de 2500 ha		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Mato Grosso	112.978	47.805.514	88.860	4.190.044	19.348	14.182.487	3.754	29.432.982	1.016	0
Acorizal	686	63.412	582	15.284	57	37.168	4	10.960	43	0
Alto Paraguai	541	84.382	473	14.157	62	45.228	6	24.997	-	-
Cuiabá	1.311	125.366	1.175	21.747	128	71.971	6	31.648	2	X
Jangada	630	69.314	534	13.175	45	31.575	3	24.564	48	0
Rosário Oeste	1.343	502.168	1.037	39.190	212	168.612	50	294.366	44	0
Santo Antônio do Leverger	1.877	694.759	1.589	45.738	220	149.801	50	499.219	18	0
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	6.388	1.539.401	5.390	149.291	724	504.355	119	885.754	155	0
Alto Araguaia	642	402.489	322	22.258	281	212.657	34	167.574	5	0
Alto Garças	228	225.628	73	5.617	130	105.963	25	114.049	-	-
Campo Verde	844	344.752	647	17.288	165	149.514	29	177.951	3	0
Guiratinga	837	413.876	465	23.435	325	241.304	34	149.137	13	0
Jaciara	383	86.702	299	9.445	77	53.679	7	23.578	-	-
Juscimeira	724	191.761	615	28.481	87	56.117	22	107.162	-	-
Pedra Preta	908	276.808	642	20.098	160	141.445	23	115.265	83	0
Poxoréu	1.281	432.191	888	45.468	361	260.323	27	126.400	5	0
São José do Povo	684	42.033	654	19.893	26	15.740	2	X	2	X
Rondonópolis	2.132	290.707	1.914	59.282	191	133.741	14	97.683	13	0

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 ha		Mais de 200 a menos de 2500 ha		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
All Mesorregional Sudeste Matogrossense	8.663	2.706.947	6.519	251.265	1.803	1.370.483	217	1.078.799	124	0
Araputanga	680	123.133	609	23.076	60	49.497	8	50.560	3	0
Barra do Bugres	831	400.540	578	21.686	188	151.689	38	227.164	27	0
Comodoro	1.189	562.526	1.045	40.846	92	68.642	35	453.038	17	0
Jauru	890	102.211	830	35.935	51	33.088	9	33.188	-	-
Lambari D'Oeste	281	76.828	224	8.180	52	34.832	4	33.817	1	X
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.334	1.236.917	1.042	53.168	215	178.041	73	1.005.709	4	0
Nova Lacerda	378	363.435	250	14.705	95	62.983	33	285.746	-	-
Pontes e Lacerda	1.241	525.653	980	47.576	213	155.650	44	322.426	4	0
Reserva do Cabaçal	269	73.296	226	8.585	33	25.768	10	38.943	-	-
Rio Branco	281	45.430	234	11.626	46	30.182	1	X	-	-
Salto do Céu	435	85.911	352	14.989	78	55.822	3	15.101	2	X
Vale de São Domingos	464	114.189	434	21.201	24	11.683	6	81.305	-	-
All Mesorregional Sudoeste Matogrossense	8.273	3.710.069	6.804	301.573	1.147	857.877	264	2.546.997	58	0
TOTAL All	23.324	7.956.417	18.713	702.129	3.674	2.732.715	600	4.511.550	337	0

Fonte: IPEA 2006

No ano de 2006, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários no estado do Mato Grosso era constituída por terras próprias, correspondendo a 92,6% do total. O percentual de terras em parceria era irrisório, comparecendo com apenas 0,2%. As terras arrendadas respondiam por 3,9% e as concedidas por órgão fundiário sem titulação definitiva eram 2,1%. As terras ocupadas representavam 1,2% do total da área estadual.

No conjunto da área mato-grossense em estudo, o percentual de terras próprias era o mesmo do Estado, 92,6%, sendo que entre os municípios analisados o percentual de terras arrendadas era maior, 5,6%. As terras concedidas por órgão fundiário representavam 1,3%, as terras ocupadas, 0,3%, e as terras em parceria, 0,1%.

As terras próprias respondem por 95,7% das terras da All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense, e o maior percentual delas localizava-se em Santo Antonio do Leverger (44,9%) e Rosário do Oeste (32,8%). As terras arrendadas ocupavam 2,6% da All Mesorregional destacando-se os municípios de Santo Antonio de Leverger (63,3%) e Cuiabá (22,9%) com os maiores percentuais de terras. As terras concedidas por órgão fundiário ocupavam apenas 1,3% do total da área da All Mesorregional e 64,1% dela localizava-se em Rosário do Oeste. Das terras ocupadas, 45,8% estava em

Rosário do Oeste e 30,6% em Cuiabá. Novamente Cuiabá, Santo Antonio do Leverger e Rosário do Oeste possuíam os maiores percentuais de área em parceria.

Na All Mesorregional Sudeste Matogrossense 89,8% das terras eram próprias e 7,9% de terras arrendadas. Das terras próprias, 17,4% estavam em Poxoréu, e das terras arrendadas, grande parte delas localizavam-se em Campo Verde (25,0%) e Alto Garças (21,6%). O percentual de terras concedidas por órgão fundiário, mas sem titulação definitiva era pequeno, 1,6% e 34,7%, respectivamente, estavam em Rondonópolis. As terras ocupadas eram apenas 0,5% e mais da metade delas encontrava-se em Guiratinga (58,2%). As terras em parceria possuíam um percentual irrisório, representando 0,1% do total.

A maior parte das terras na All Mesorregional Sudoeste Matogrossense era própria (93,3%), sendo 5,1% terras arrendadas, e 1,0% terras concedidas por órgão fundiário, mas sem titulação definitiva. O maior percentual de terras próprias ocupava o território de Vila Bela Santíssima Trindade (33,3%), que também era o município que possuía o maior percentual de terras arrendadas, 60,2%, e de terras concedidas por órgão fundiário sem titulação definitiva (34,8%). As terras em parceria e as ocupadas apresentavam percentual pouco significativo.

Quadro 3.6.5.3-72 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras – All/ Estado do Mato Grosso - 2006

Municípios, All mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Mato Grosso	47.805.514	44.271.940	994.838	1.874.518	91.784	572.435
Acorizal	63.412	63.089	300	X	11	8
Alto Paraguai	84.382	73.287	593	9.208	X	1.280
Cuiabá	125.366	122.653	X	2.146	528	36
Jangada	69.314	68.662	-	369	X	278
Rosário Oeste	502.168	483.701	12.898	3.017	638	1.914
Santo Antônio do Leverger	694.759	661.644	6.344	25.478	628	664
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	1.539.401	1.473.036	20.135	40.218	1.805	4.180
Alto Araguaia	402.489	379.748	6.950	13.797	-	1.995
Alto Garças	225.628	180.442	-	44.794	-	392
Campo Verde	344.752	292.255	387	51.718	22	371
Guiratinga	413.876	367.008	6.522	30.394	1.834	8.119
Jaciara	86.702	77.706	723	6.346	489	1.438
Juscimeira	102.211	101.473	395	22	X	207
Pedra Preta	276.808	261.948	168	14.421	271	X
Poxoréu	432.191	407.941	6.604	16.789	X	832
São José do Povo	42.033	35.591	6.288	153	X	-
Rondonópolis	290.707	245.561	14.927	28.742	889	587
All Mesorregional Sudeste Matogrossense	2.617.397	2.349.673	42.964	207.176	3.505	13.941

Municípios, All mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Araputanga	123.133	118.775	2.255	2.011	X	X
Barra do Bugres	400.540	394.185	557	5.230	541	26
Comodoro	562.526	396.287	1.972	163.713	123	431
Jauru	102.211	101.473	395	22	X	207
Lambari D'Oeste	76.828	67.910	-	8.906	-	X
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.236.917	1.203.570	21.969	7.907	157	3.316
Nova Lacerda	363.435	362.031	628	297	X	368
Pontes e Lacerda	525.653	515.318	7.606	1.885	32	813
Reserva do Cabaçal	73.296	73.204	-	X	X	X
Rio Branco	45.430	45.418	-	-	X	X
Salto do Céu	85.911	85.252	659	-	-	-
Vale de São Domingos	114.189	98.943	437	X	-	X
All Mesorregional Sudoeste Matogrossense	3.710.069	3.462.366	36.478	189.971	853	5.161
TOTAL All	7.866.867	7.285.075	99.577	437.365	6.163	23.282

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário Nota: 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X. 2 - A categoria Total inclui os estabelecimentos que declararam ter mais de uma Condição legal das terras.

(3) Goiás

No ano de 2006, o Estado de Goiás apresentava elevada concentração fundiária, com 0,9% de grandes estabelecimentos ocupando 24,6% da área total de estabelecimentos agropecuários, além de 23.435 médios estabelecimentos (17,3% do total) ocupando 14.292.965ha (55,7% da área total). Os estabelecimentos pequenos, com menos de 200ha, representavam 80,3% do total de estabelecimentos do Estado, ocupando 19,8% da área.

No conjunto de municípios goianos em estudo, a terra é ainda mais concentrada. Em 2006, de 4.373 estabelecimentos existentes, 2.356 eram pequenos, ocupando apenas 7,9% da área total. Verificou-se que 66% era constituída por médios e 26,1%, por grandes estabelecimentos. Os produtores sem área representavam 0,7% do total. Entre estes municípios, o de Caçu é o que apresentava a menor concentração fundiária, com os pequenos estabelecimentos ocupando 15,5% da área total dos estabelecimentos agropecuários, os médios, 64,8%, e os grandes estabelecimentos representando, 19,7% no conjunto analisado. O município de Serranópolis, por sua vez, apresentava a maior concentração de terras da All Mesorregional Sul Goiano, com os estabelecimentos grandes ocupando 45% da área total de estabelecimentos agropecuários, enquanto os médios ocupavam 51% e os pequenos, apenas 3,8% da área total.

Quadro 3.6.5.3-73 - Número e área de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – All/ Estado de Goiás 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 ha		Mais de 200 a menos de 2500 ha		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Caçu - GO	729	190304	531	29569	184	123234	11	37494	3	0
Jataí - GO	1585	567876	880	56530	676	430529	19	80815	10	0
Mineiros - GO	1228	632302	553	40282	619	418762	40	173249	16	0
Santa Rita do Araguaia - GO	238	61678	160	6838	78	54835	-	-	-	-
Serranópolis - GO	593	461975	232	17580	324	236263	34	208112	3	0
All Mesorregional Sul Goiano	4373	1914135	2356	150799	1881	1263623	104	499670	32	0
Goiás	135683	25683548	108942	5081549	23435	14292965	1193	6309034	2113	0

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE no estado de Goiás, no ano de 2006, 92,4% da área dos estabelecimentos agropecuários era constituída por terras próprias. O restante desta área era arrendada (5,2%), ocupada (0,9%), cedida em parceria (0,5%) ou concedida por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva (apenas 0,1% da área total).

Na All Mesorregional Sul Goiano, as terras próprias representavam 88,7% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Chamam a atenção as terras arrendadas, representando 9,9% do total. No município de Jataí, o percentual da área ocupada por terras arrendadas atinge o percentual de 19,6%. Em Serranópolis, as terras ocupadas atingem 1% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Quadro 3.6.5.3 - 74 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras – All/ Estado de Goiás- 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Caçu - GO	190.304	187.939	X	1.881	146	304
Jataí - GO	567.876	443.557	4.429	111.312	4.821	3.757
Mineiros - GO	632.302	574.834	1.754	48.884	2.537	4.294
Santa Rita do Araguaia - GO	61.678	59.881	-	1.759	-	X
Serranópolis - GO	461.975	431.214	X	25.894	X	4.479
All Mesorregional Sul Goiano	1.914.135	1.697.425	6.183	189.730	7.504	12.834
Goiás	25.683.548	23.734.486	273.206	1.324.723	117.686	233.448

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

(4) Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, no ano de 2006, havia 551.617 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 32.647.547ha. Os estabelecimentos pequenos (menos de 200ha) correspondiam a 91,8% do total de estabelecimentos agropecuários do Estado, ocupando 40,5% da área total, enquanto os estabelecimentos grandes (2.500ha ou mais) ocupavam 16% da área e, os médios (entre 200 e 2.500ha), 43,6%.

Na área em estudo mineira, contudo, a concentração fundiária é bastante mais elevada do que a média estadual, com 81,9% do total dos estabelecimentos agropecuários

enquadrando-se na classificação de pequenos e ocupando apenas 20,9% da área total constituída por estabelecimentos agropecuários, enquanto que os estabelecimentos classificados como grandes, com apenas 0,1% do total, ocupavam 21,9% da área.

No município de Santa Vitória, onde os estabelecimentos agropecuários perfaziam uma área total de 264.320ha, correspondentes a 57,5% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários em toda a AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 17 grandes estabelecimentos ocupavam 34,7% da área total de estabelecimentos agropecuários do município, ficando os médios com 50,4% da área e os pequenos, com 14,9%. No município de Ituramã, o Censo Agropecuário não registrou a presença de grandes estabelecimentos. No município de União de Minas, os estabelecimentos pequenos ocupavam 31,1% da área total de estabelecimentos agropecuários, no ano de 2006.

Quadro 3.6.5.3 - 75 - Número e área de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – AII/ Estado de Minas Gerais - 2006

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 ha		Mais de 200 a menos de 2500 ha		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Ituramã - MG	521	73.371	427	22262	94	51.108	-	-	-	-
Limeira do Oeste - MG	739	82.942	637	22392	99	51.485	3	9.059	-	-
Santa Vitória - MG	951	264.320	708	39412	226	133.215	17	91.692	-	-
União de Minas - MG	477	39.026	430	12155	44	23.372	1	X	2	X
AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2688	459.659	2.202	96.221	463	259.180	21	100.751	2	0
Minas Gerais	551.617	32.647.547	506243	13208512	29625	14.227.781	914	5.211.254	14835	0

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

No ano de 2006, no Estado de Minas Gerais, as terras próprias ocupavam 93,1% da área total dos estabelecimentos agropecuários, ficando as terras arrendadas com 3,6% da área e restando, ainda, 1,6% de terras ocupadas, 0,9%, cedidas em parceria e 0,8%, concedidas por órgãos fundiários, ainda sem titulação definitiva.

No conjunto de municípios mineiros em estudo, a proporção da área de estabelecimentos agropecuários constituída por terras próprias é a mesma. O restante da área é formada por 2,6% de terras ocupadas, 2,3% de terras concedidas por órgãos fundiários e 1,9% de arrendadas; as terras cedidas em parceria, percentualmente, são insignificantes. A maior parte da área formada por terras ocupadas se encontra no município de Limeira do Oeste, onde os 11.012 ha de terras ocupadas correspondem a 13,3% da área total de estabelecimentos agropecuários do município. Este município

também apresenta o maior percentual de área concedida por órgãos fundiários ainda sem titulação definitiva, representando 6% do total.

Quadro 3.6.5.3 - 76 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras – All/ Estado de Minas Gerais - 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Iturama - MG	73.371	70.526	34	2.442	X	357
Limeira do Oeste - MG	82.942	65.498	4.991	1.298	143	11.012
Santa Vitória - MG	264.320	254.404	4.425	4.571	X	520
União de Minas - MG	39.026	36.919	1.318	282	X	-
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	459.659	427.347	10.768	8.593	143	11.889
Minas Gerais	32.647.547	30.386.430	256.562	1.189.340	292.394	522.823

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

(5) São Paulo

No Estado de São Paulo, no ano de 2006, havia 227.594 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 16.701.71ha. A maior parte destes estabelecimentos possuía até 200ha, classificando-se como pequenos (92,7%) e ocupando 35% da área total dos estabelecimentos agropecuários paulistas. Os estabelecimentos médios, que representavam 6,1% do total, ocupavam 42,6% da área total, enquanto os grandes, com apenas 0,3% do total de estabelecimentos, ocupavam 9,7% da área.

No conjunto de municípios paulistas em estudo, o número de estabelecimentos agropecuários (12.490, em 2006) representava 5,6% do total de estabelecimentos do Estado de São Paulo, ocupando 2,9% da área constituída por estabelecimentos agropecuários no Estado. Ou seja, a área em estudo paulista apresentava menor concentração fundiária do que o Estado como um todo.

Na All Mesorregional Araraquara, onde, em 2006, havia 3.401 estabelecimentos agropecuários, os pequenos estabelecimentos correspondiam a 96% do total, ocupando 346.043ha, representando 44% da área. Os estabelecimentos médios comparecem com 5% e ocupavam 29% da área, enquanto os 25 grandes estabelecimentos presentes nesta All mesorregional representam 1% do total e ocupavam 30% da área total de estabelecimentos agropecuários no conjunto de municípios em estudo na mesorregião de Araraquara. A maior parte da área ocupada por grandes estabelecimentos agropecuários pertencia aos municípios de Araraquara e Itápolis.

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, a concentração fundiária é menor. Os 95,2% dos 9.089 estabelecimentos existentes em 2006 eram pequenos e ocupavam 56% da área total dos estabelecimentos agropecuários desta All mesorregional, ou 246.810ha, enquanto que os estabelecimentos médios ocupavam 131.209ha. Foram encontrados grandes estabelecimentos apenas nos municípios de Urupês (1), Potirendaba (1), Ouroeste (1), Nova Aliança (2), Itajobi (1), Ibirá (1) e Fernandópolis (1).

Quadro 3.6.5.3 - 77- Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – All/ Estado de São Paulo – 2006

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Araraquara	773	59.005	739	15.701	22	10.997	7	32.307	5	0
Gavião Peixoto	71	18.036	55	2.454	15	12.166	1	X	-	-
Itápolis -	1.386	86.969	1.332	47.811	44	14.148	5	23.902	5	0
Nova Europa	78	18.651	70	2.667	6	1.852	2	X	-	-
Bariri	275	30.819	259	7.061	15	13.993	1	X	-	-
Boa Esperança do Sul	158	81.289	115	6.733	35	27.380	7	47.177	1	-
Bocaina	148	29.311	126	4.261	21	15.204	1	X	-	-
Tabatinga	512	21.963	497	14.243	14	3.455	1	X	-	-
All Mesorregional Araraquara	3.401	346.043	3.193	100.931	172	99.195	25	103.386	11	0
Fernandópolis	819	48.002	778	21.623	32	15.381	1	-	8	-
Guarani d'Oeste	121	7.315	116	5.236	5	825	-	-	-	-
Ibirá	348	19.139	332	9.103	15	3.140	1	X	-	-
Indiaporã	264	21.565	223	8.875	25	10.513	-	-	16	X
Itajobi	647	28.390	630	15.747	16	5.678	1	-	-	-
Jaci	170	12.307	154	5.562	16	5.532	-	-	-	-
Macedônia	362	23.438	334	13.446	28	8.973	-	-	-	-
Marapoama	160	6.307	154	2.886	6	1.162	-	-	-	-
Meridiano	348	19.948	292	6.250	24	10.892	-	-	32	-

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Total		Mais de 0 a menos de 200 hectares		Mais de 200 a menos de 2500 hectares		De 2500 ha e mais		Produtor sem área	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Mirassol	395	17.526	373	10.612	21	6.179	-	-	1	-
Monte Aprazível	1.337	41.717	1.315	34.829	22	5.713	-	-	-	-
Neves Paulista	316	17.551	302	11.916	14	3.464	-	-	-	-
Nova Aliança	287	22.299	266	9.931	19	5.564	2	-	-	-
Ouroeste	182	23.164	158	4.863	22	13.049	1	X	1	-
Pedranópolis	282	14.223	270	11.071	11	3.147	-	-	1	-
Poloni	291	12.826	280	8.938	11	2.664	-	-	-	-
Potirendaba	754	30.045	732	19.386	21	7.621	1	-	-	-
Sebastianópolis do Sul	270	13.377	260	8.854	10	2.117	-	-	-	-
Urupês	749	23.548	741	13.982	7	3.324	1	-	-	-
Valentim Gentil	242	10.665	226	5.834	14	4.827	-	-	2	-
Votuporanga	745	30.473	715	17.866	30	11.444	-	-	-	-
All Mesorregional São José do Rio Preto	9.089	443.825	8.651	246.810	369	131.209	8	0	61	0
Total da All São Paulo	12.490	789.868	11.844	347.741	541	230.404	33	103.386	72	0
São Paulo	227.594	16.701.471	210.989	5.852.617	13.834	7.112.190	599	1.616.183	2.172	0

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Em 2006, 80,9% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo era constituída por terras próprias. As terras arrendadas também representavam percentual significativo (13,1%) e, as terras cedidas em parceria, 4,6%. O restante da área distribuía-se em terras ocupadas (0,7%) e terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva (0,7%).

Na área em estudo paulista, as terras arrendadas ocupam área proporcional ainda mais expressiva do que na média do estado. Na All Mesorregional Araraquara, as terras próprias ocupam apenas 77% da área total dos estabelecimentos agropecuários, havendo 17% de terras arrendadas e 6% de terras cedidas em parceria. A maior parte da área arrendada se encontra nos municípios de Araraquara e Itápolis. No município de Araraquara, as terras arrendadas atingem o percentual de 36,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários. O maior percentual de área cedida em parceria (43,8%) é encontrado no município de Nova Europa.

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, a área total dos estabelecimentos agropecuários se encontra assim distribuída: 82,2% de terras próprias, 15,9% de terras arrendadas, 0,8% cedidas em parceria e 0,2% de terras ocupadas. O percentual de terras concedidas por órgão fundiário ainda não definitivamente tituladas é irrisório. O maior percentual de terras arrendadas face à área total de estabelecimentos agropecuários é encontrado no município de Urupês – 29,8%. Ouroeste é o município que apresenta o maior percentual (95,3%) de área constituída por terras próprias

Quadro 3.6.5.3 - 78 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras – All/ Estado de São Paulo – 2006

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Araraquara	59.005	32.604	1.453	21.720	3.184	44
Gavião Peixoto	18.036	14.070	-	3.966	-	-
Itápolis	86.969	61.956	-	16.012	8.907	94
Nova Europa	18.651	6.738	-	3.739	8.174	-
Tabatinga	21.963	20.711	-	799	402	X
Bariri	30819	29330	-	1461	-	X
Boa Esperança do Sul	81289	72463	-	8826	-	-
Bocaina	29311	27266	89	1668	X	-
All Mesorregional Araraquara	346.043	265.138	1.542	58.191	20.667	138
Fernandópolis	48.002	39.533	X	8.039	339	90
Guarani d'Oeste	7.315	6.528	-	788	-	-
Ibirá	19.139	16.181	-	2.823	X	-
Indiaporã	21.565	18.640	X	1.789	1.136	X

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Total	Próprias	Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
Itajobi	28.390	22.286	-	5.433	493	X
Macedônia	23.438	20.477	-	2.385	534	42
Marapoama	6.307	3.720	-	2.335	X	-
Meridiano	19.948	19.228	-	689	X	14
Mirassol	17.526	14.490	X	2.298	302	X
Monte Aprazível	41.717	35.415	94	6.196	X	-
Neves Paulista	17.551	15.141	-	2.191	206	X
Nova Aliança	22.299	13.566	X	6.216	X	X
Ouroeste	23.164	22.076	-	762	X	-
Pedranópolis	14.223	12.865	-	1.269	X	79
Poloni	12.826	10.009	-	2.775	16	X
Potirendaba	30.045	22.640	X	7.391	-	X
Sebastianópolis do Sul	13.377	12.004	-	1.349	X	-
Urupês	23.548	16.134	-	7.030	361	22
Valentim Gentil	10.665	9.598	-	1.048	-	X
Votuporanga	30.473	25.266	-	4.723	X	450
All Mesorregional São José do Rio Preto	459.908	378.083	94	72.962	3.880	697
São Paulo	16.701.471	13.511.330	122.315	2.192.946	764.090	110.792

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

i. Superposições e Atividades Incompatíveis com Usos Futuros da Faixa de Servidão

Para que a LT 600kV CC Coletora Porto velho – Araraquara 2, Nº 01 possa ser implantada e operada com segurança tanto para os trabalhadores como para a população local, as normas de segurança determinam algumas restrições no uso do solo, a partir do estabelecimento da faixa de servidão, de 78 metros de largura, tais como plantio de árvores de grande porte, utilização de queimadas como técnica de manejo do uso, instalação de benfeitoras e áreas de lazer. Ressalta-se que, os distúrbios e interferências causadas pela operação da linha de transmissão limitam-se à largura da faixa de servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

Dessa forma, buscou-se identificar as principais atividades e/ou benfeitorias existentes ao longo do corredor de estudo - com 5km de largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de preservar, na medida do possível, as benfeitorias existentes e, desviar, quando possível, das atividades ou usos que sejam incompatíveis com o estabelecimento da faixa de servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

No trecho entre os municípios de Porto Velho-RO e Nova Lacerda-MT as atividades incompatíveis concentram-se sobre as áreas de manejo florestal, em especial, nas áreas próximas aos municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari. De modo geral, o traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 atravessa áreas de plantio de cana-de-açúcar nos estados de Mato Grosso, Goiás e São Paulo. No trecho entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT e Alto Araguaia-MT as principais atividades incompatíveis encontradas no corredor de estudo, definem-se pela presença de canaviais. De modo geral, a cana-de-açúcar é produzida de modo extensivo, ocupando grandes áreas de domínio de empresas voltadas para o agronegócio. Como a queima da cana é realizada como técnica de manejo do solo, esta atividade torna-se incompatível com empreendimento. Além das grandes extensões de cana-de-açúcar, pode-se notar a existência de cemitérios, também comumente chamados pela população de “campos santos” no corredor de estudo. A rigor eles estão localizados no interior de comunidades, há mais de uma geração e neles são realizados os ritos funerários de familiares.

	
<p>Foto 3.6.5.3-6 - Cemitério no distrito de Nova Jangada, município de Janganda</p>	<p>Foto 3.6.5.3-7 - Lápide de 1948, no cemitério de Coxipó do Ouro, município de Cuiabá.</p>

No trecho entre Santa Rita do Araguaia-GO e Araraquara-SP foi possível identificar áreas onde há superposição da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 com diversas atividades e locais incompatíveis com o empreendimento, especialmente no estado de São Paulo. Embora haja predomínio de áreas ocupadas com cana-de-açúcar ao longo desse trecho, em especial nos estados de Goiás e São Paulo, destaca-se que nesse último estado, a legislação local proíbe a utilização de queima como técnica de manejo do uso. Devido a esta proibição, as áreas de plantio de cana-de-açúcar localizadas no estado de São Paulo recomenda-se avaliar cada local nos quais as práticas de queima ainda sejam mantidos.

No Sudoeste goiano foi identificada a 740m do eixo da linha de transmissão, uma fazenda dedicada à pecuária. Contudo, o proprietário informou que planta eucalipto. A

extração do eucalipto só foi feita de forma industrial recentemente e a produção escoada para a Companhia Brasileira de Energia Renovável - BRENCO, que usa as folhas na caldeira e a madeira do caule para o fabrico de carvão.

No estado de São Paulo, em Fernandópolis, Ouroeste, Sebastianópolis do Sul, Neves Paulista, Nova Aliança e Marapoama, foi possível verificar plantações de eucalipto ao longo do corredor de estudo. Nos municípios de Pedranópolis, Votuporanga, Monte Aprazível, Sebastianópolis do Sul, Neves Paulista e Potirendaba, foram identificadas áreas de seringais. Os municípios de Votuporanga e Itápolis contêm um aeroporto estadual e um aeroclube, a cerca de 1,7km e 350m ,respectivamente, do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 . Em Itajobi identificou-se lavoura de cana com pulverização por avião à 2,5km do eixo da LT. O mesmo ocorre na cidade de Araraquara, onde foi possível identificar a pulverização por avião a 1 km do traçado da LT. Em Poloni e Marapoama tem-se a presença de cemitérios a 2,5km e a 1km, respectivamente, do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, e observou-se estabelecimentos religiosos (Igrejas) nos municípios de Itajobi, Itápolis e Tabatinga.

A seguir são apresentados os principais usos, as atividades e as benfeitorias identificadas no corredor em estudo ao longo do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Ressalta-se que, dada a extensão da LT, a lista a seguir não esgota as atividades incompatíveis com o estabelecimento da faixa de servidão da referida LT e dos Eletrodos de Terra Nº01.

Quadro 3.6.5.3-79 - Superposições da LT com áreas de atividades incompatíveis ao Estabelecimento da Faixa de Servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Município	Atividades Incompatíveis	Distancia da LT IE (m)	Coordenadas	
				S	W
Trecho 2					
MT	Acorizal	Escola Municipal Prof. ^a Maria Muller	620	649174	8253849
MT	Jangada	Área de lazer do Pesqueiro Santa Fé	130	475028	8320301
MT	Jangada	Cemitério utilizado pelos moradores de Nova Jangada	552	553.025	8.322.230
MT	Santo Antonio do Leverger	CEFET no Distrito de São Vicente	38	669.394	8.250.027
MT	Barra dos Bugres	Cemitério utilizado pelos moradores do Assentamento Buriti Fundo	6608	502.101	8.317.695
MT	Barra dos Bugres	Área de plantio de cana	3	486.972	8.319.618
MT	Acorizal	Cemitério do Distrito de Baus	2589	574.904	8.315.278
MT	Cuiabá	Aterro Sanitário de Cuiabá	4456	604.100	8.286.050
MT	Cuiabá	Cemitério próximo ao VA-39	3152	625.912	8.279.771
MT	Acorizal	Mineradora Guia	155	588.266	8.305.866

Estado	Município	Atividades Incompatíveis	Distancia da LT IE (m)	Coordenadas	
				S	W
Trecho 3					
GO	Santa Rita do Araguaia	Eucalipto	740m	271.484	8.072.469
SP	Fernandópolis	Eucalipto	1,3 Km	597.280	7.747.526
SP	Ouroeste	Eucalipto	850 m	563.813	7.792.429
SP	Votuporanga	Seringal	2,5 Km	608.851	7.721.843
SP	Pedranópolis	Seringal	600 m	590.537	7.756.272
SP	Monte Aprazível	Seringal	1 km	629.836	7.698.883
SP	Monte Aprazível	Seringal	200 m	617.734	7.711.923
SP	Sebastianópolis do Sul	Eucalipto	400m	616.789	7.713.841
SP	Sebastianópolis do Sul	Seringal	1 km	608.814	7.728.057
SP	Poloni	Cemitério	2,5 Km	623.771	7.701.819
SP	Neves Paulista	Seringal	1,5 Km	636.992	7.696.310
SP	Neves Paulista	Seringal	500 m	639.877	7.692.610
SP	Neves Paulista	Eucalipto	1,3 Km	641.361	7.692.448
SP	Nova Aliança	Eucalipto	50 m	660.881	7.674.751
SP	Potirendaba	Seringal	1,4 Km	677.814	7.658.952
SP	Marapoama	Cemitério	1 km	693.588	7.648.050
SP	Marapoama	Eucalipto	1,6 Km	694.447	7.647.882
SP	Itajobi	Igreja em Vila Açaí	400 m	708.812	7.633.619
SP	Itajobi	Lavoura de cana com Pulverização por avião	2,5 Km	714.422	7.624.999
SP	Itápolis	Igreja Central	1,5 Km	725.950	7.610.979
SP	Tabatinga	Capela – Córrego do Meio	300m	746.450	7.600.756
SP	Tabatinga	Igreja no Distrito de Curupá	1,5 Km	750.221	7.595.922
SP	Araraquara	Fazenda de cana – Pulverização por avião	1 km	771.517	7.584.006

Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro de 2009.

Seguindo as orientações do órgão ambiental, estruturas como: pivôs centrais, aeródromos, linhas de transmissão, PCH ou demais empreendimentos que se encontram no corredor de estudo, os quais, possam ter alguma interface/interferência com o estabelecimento da faixa de servidão são apresentados nos itens Proximidade com Estrutura Impeditiva e Projetos de Desenvolvimento Econômico, descritos na seção 3.6.5.11 Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações. No item - Uso e Ocupação do Solo da referida seção, são apresentados a descrição das culturas e os sistemas de produção identificados ao longo do corredor de 5km.



Com relação à operação do eletrodo de terra, a bibliografia que versa sobre tema, não aponta impedimento sobre equipamentos de qualquer natureza, restringindo-se a alguns procedimentos de segurança, em especial sobre estruturas metálicas. Tais restrições ou medidas de segurança dependem da resistividade do solo no local de instalação dos eletrodos de terra e serão determinadas a partir dos estudos específicos do projeto dos eletrodos de terra, os quais deverão ser avaliados cada caso, conforme

a distância e posicionamento de cada equipamento em relação às curvas equipotenciais.

Nesse sentido, serão postos os equipamentos possíveis de serem identificados durante o levantamento de campo, ressaltando mais uma vez, que tal listagem não implica necessariamente em atividades incompatíveis com a instalação e operação do eletrodo, mas sim, instalações e atividades que merecem atenção diferenciada quanto a análise de sua incompatibilidade, ou necessidade de cuidados especiais, em relação à implantação dos empreendimentos.

(1) Rondônia

Na área da AID, localizada no município de Porto Velho, constatou-se a presença de redes convencionais de distribuição de energia elétrica nas linhas 22 (parte), 27 (parte), 32, 37 e 53. Na linha 53, a rede elétrica chega a aproximar-se em até 10 metros do local previsto para a instalação do Eletrodo de Terra N° 01.

	
<p>Foto 3.6.5.3-8 - Rede elétrica a 10 metros da área de instalação do eletrodo 01/IE Madeira – Linha 53 – Porto Velho/RO</p>	<p>Foto 3.6.5.3-9- Rede elétrica – Linha 37 – Porto Velho/RO</p>

Pesquisa de campo: 06/02/2010 a 13/02/2010

Foram identificadas diversas propriedades cercadas por arame de metal, tendo algumas uso de cercas eletrificadas. A expansão da rede elétrica convencional no meio rural faz da cerca elétrica uma prática cada vez difundida entre os criadores de gado, que vêem nela a medida mais eficaz, seja na durabilidade como no custo, de proteção de sua área e manutenção do gado dentro dos campos de pastagem. De acordo com os entrevistados, a cerca elétrica deverá se expandir na maioria das propriedades locais, apesar do risco que traz à vida dos trabalhadores rurais.



Foto 3.6.5.3-10-Cerca elétrica – Linha 37 – Porto Velho/RO

Pesquisa de campo: 06/02/2010 a 13/02/2010

Outra situação que merece destaque são as embarcações de metal com motores de popa, freqüentemente utilizadas para a navegação no Rio Candeias, maior bacia hidrográfica da região. Em função da atividade pesqueira, contemplação da beleza cênica, das praias e balneários, o Rio Candeias possui um intenso trânsito de embarcações o ano inteiro. Os tipos de embarcações variam entre pequenos botes de alumínio de 3 a 6 metros e lanchas de pequeno / médio porte que chegam até 8 metros.

Na linha 32 foi identificada uma propriedade que possui um silo de metal para o armazenamento de cereais, distante 8,4 quilômetros do local de implantação do empreendimento.

O quadro a seguir ilustra as instalações e os equipamentos identificados na área de estudo do eletrodo de terra N° 01 – Rondônia.

Quadro 3.6.5.3- 80– Instalações e Equipamentos identificados na Área de Estudo do Eletrodo de Terra – LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01 – Rondônia.

Estado	Município	Localidade	Descrição	Coordenada Geográfica		Distancia da LT IE Madeira (m)
				L	UTM	
Corpos Hídricos						
Rondônia	Porto Velho	Ramal Rio das Garças	Rio das Garças	397940	9011492	1.845
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Rio João Ramos	410339	9011058	2.642
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Rio João Ramos	407790	9001058	6.058
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Barragem da Fazenda Ponte Nova	407907	8996762	8.912
Rondônia	Candeias do Jamari	Travessão Linhas 43-27	Rio Tapagi	421013	9002694	4.706

Estado	Município	Localidade	Descrição	Coordenada Geográfica		Distancia da LT IE Madeira (m)
				L	UTM	
Propriedades Rurais						
Rondônia	Porto Velho	Linha 27	Propriedade Rural - Fazenda N S Aparecida	397933	9007920	5.219
Rondônia	Porto Velho	Linha 27	Condição da estrada	398381	9010526	2.611
Rondônia	Porto Velho	Linha 24	Propriedade Rural - Fazenda Vagalume - margem do Rio João Ramos	410429	9011022	2.683
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Propriedade Rural - Fazenda Santa Maria - margem do Rio João Ramos	410378	9011158	2.738
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Propriedade rural	409570	9011058	2.081
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Propriedade rural	409172	9011060	1.792
Rondônia	Porto Velho	Linha 22	Propriedade rural	403912	9011030	309
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Propriedade rural - Fazenda Triângulo - manejo florestal	400626	9001128	10.740
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Plantio de arroz	400620	9001068	10.799
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Propriedade rural - Fazenda Caroline	407907	9001130	5.924
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Propriedade rural - Fazenda Frare	407914	8995718	9.621
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Propriedade rural - Fazenda Ponte Nova	406446	8995414	10.900
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Propriedade rural	407407	8996762	9.277
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Fazenda Matão	408577	8991638	11.928
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade Rural	422814	9006886	8.887
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural - Sítio Sete Irmãos	423380	9003118	6.722
Rondônia	Candeias do Jamari	Travessão Linhas 43-27	Propriedade rural - Sítio Candeias	421044	9002760	4.774
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural - Sítio Três Irmãos	423570	9002210	6.240
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural	425205	8989930	968
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural	424051	8998130	3.800
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Propriedade rural	423437	9002186	6.126
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha da Fazenda Moisés	Propriedade rural - Fazenda Moisés	441133	8986144	8.060
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Lote 23 Setor 4 Igarapé Três Casas - Plano de Manejo florestal	416600	9003128	1.784
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Lote 94 Setor 4 Igarapé Três Casas - Plano de Manejo florestal	418002	8985868	9.001
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Propriedade Rural - Fazenda Montes das Oliveiras	417612	8991566	5.387
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Propriedade rural	417550	8996510	2.050
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Propriedade rural - Sítio São Paulo	417897	8987900	7.687

Estado	Município	Localidade	Descrição	Coordenada Geográfica		Distancia da LT IE Madeira (m)
				L	UTM	
Vias de acesso						
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Ponte sobre o Rio das Garças	394841	9001040	12.734
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Estrada em situação intrafegável	409091	9001048	5.116
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Ponte sobre Rio da região	425226	8989628	1.159
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Estrada em situação precária	425277	8989138	1.457
Benefitorias						
Rondônia	Porto Velho	Ramal Rio das Garças	Posto de Saúde	397813	9011404	1.970
Rondônia	Porto Velho	BR 364	Escola Municipal Manoel Pedro Pereira	392078	9010616	4.986
Rondônia	Porto Velho	Linha 32	Associação dos Prod. Baixo Candeias e Garça	3972444	9001106	
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 27	Comércio	417499	8995616	2.699
Equipamentos de Infra-estrutura Urbana						
Rondônia	Porto Velho	Linha 53	Rede de energia elétrica com aterramento	407901	8996730	8.938
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Rede de energia elétrica com aterramento	424212	8996988	3.136
Rondônia	Candeias do Jamari	Linha 43	Rede de energia elétrica com aterramento	423025	9005226	7.905

Fonte: levantamento de campo, fev/2010.

(5) São Paulo

Na área de estudo do Eletrodo de Terra Nº 01 ao longo dos municípios de Boa Esperança do Sul, Bocaina e Bariri foram identificadas algumas estruturas metálicas que podem vir a ser incompatíveis e/ou impeditivas com o empreendimento.

A área de estudo do eletrodo encontra-se em uma área predominantemente rural. O único aglomerado urbano encontrado na área em estudo foi uma área de expansão da sede do município de Bocaina. No local, o único mobiliário urbano identificado, foi uma caixa d'água próxima a um condomínio residencial.

No município de Bariri, distante cerca de 15km do centro do eletrodo foi identificado um grupo de pequenas fábricas de calçados, óleos, equipamentos de segurança, entre outras. As fábricas possuem em geral galpões metálicos. Também no mesmo município, encontra-se o Aeroporto Estadual de Bariri, situado a cerca de 15km do centro do eletrodo. Este aeroporto possui pista de terra e é utilizado por aeronaves agrícolas.

Na área de segurança do Eletrodo de Terra Nº 01, foram identificadas duas Usinas de açúcar e álcool, uma no município de Bocaina e outra em Bariri. Ambas são

empreendimentos de grande importância para os municípios onde estão localizadas. Cabe lembrar, que elas possuem terras próprias, arrendadas e compram a produção de pequenos produtores da região.

O eletrodo de Terra Nº 01 está situado na zona rural, predominando as fazendas destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar. Destaca-se que há uma grande concentração de fazendas nos municípios de Boa Esperança do Sul e Bocaina. Nas propriedades identificadas, foi possível constatar a presença de estruturas metálicas tais como: cercas, como silos, estufas e caixas d'água e, em algumas fazendas, torres de rádio amador.

De acordo com as informações levantadas, nas fazendas de plantio de cana-de-açúcar há tubulações subterrâneas de material metálico que são utilizados para o transporte de vinhaça. Esses dutos pertencem a grades empresas de agronegócio, em especial, a Usina Santa Cândida-Tonon Bioenergia. Devido ao seu alto custo, os dutos situam-se apenas nas áreas de propriedade da empresa e não são utilizados pelos pequenos produtores da região.

Ao atravessar os municípios e suas respectivas localidades, dentre os equipamentos e mobiliários urbanos identificados na área de estudo do eletrodo de terra Nº 01, destacam-se: rede de distribuição rural, telefonia móvel. Na maioria dos casos as torres de telefonia se encontram nos centros urbanos.

Na área de segurança do eletrodo de terra Nº 01, foi encontrado apenas um posto de gasolina no município de Bariri. O quadro a seguir enumera as estruturas e equipamentos identificados nos municípios de Boa Esperança do Sul, Bocaina e Bariri na área de estudo do eletrodo de terra – São Paulo.

Quadro 3.6.5.3 - 81– Instalações e Equipamentos identificados na Área de Estudo do Eletrodo de Terra Nº 01 – LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 – São Paulo

Estado	Município	Descrição	Distancia do Eletrodo	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
Fazendas com cerca de arame					
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de laranja	14,50Km	764.481.329	7.564.183.461
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de cana-de-açúcar	13,88Km	763.859.072	7.564.112.946
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda	7,45Km	757.260.600	7.565.413.495
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de cana-de-açúcar e gado	6,08Km	755.951.853	7.562.767.885
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de laranja	15,34Km	765.315.540	7.564.274.739
SP	Bocaina	Fazenda de cana-de-açúcar	11,43Km	758.326.292	7.556.041.601
SP	Bocaina	Fazenda de laranja	11,13Km	758.174.774	7.556.327.712
SP	Bocaina	Fazenda de gado	10,22Km	757.702.220	7.557.168.506
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de laranja	6,75Km	752.917.137	7.569.940.339
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de laranja e eucalipto	5,90Km	752.190.503	7.569.329.565
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de laranja	7,62Km	753.857.822	7.570.420.218

Estado	Município	Descrição	Distancia do Eletrodo	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de laranja	7,78Km	755.032.147	7.569.775.662
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de eucalipto	8,15Km	756.107.744	7.569.234.626
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de cana-de-açúcar	12,55Km	761.838.699	7.567.968.180
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de cana-de-açúcar	14,33Km	763.853.567	7.567.449.279
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de laranja	12,83Km	742.233.324	7.574.124.946
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de cana-de-açúcar	11,75Km	743.172.513	7.573.474.799
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de cana-de-açúcar e laranja	10,36Km	744.689.245	7.572.792.684
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda	9,47Km	745.669.637	7.572.312.567
SP	Boa Esperança do Sul	Fazenda de laranja	8,07Km	747.195.945	7.571.450.630
SP	Bocaina	Fazenda de cana-de-açúcar	14,17Km	746.002.001	7.550.230.531
SP	Bocaina	Fazenda de cana-de-açúcar	13,48Km	744.568.104	7.551.487.173
SP	Bocaina	Fazenda de gado	12,96Km	745.038.584	7.551.844.740
SP	Bocaina	Fazenda de gado	12,03Km	745.509.838	7.552.660.648
SP	Bocaina	Fazenda de gado	10,93Km	746.249.833	7.553.562.369
SP	Bocaina	Fazenda de gado	10,97Km	746.736.294	7.553.352.986
SP	Bocaina	Fazenda de gado e cana-de-açúcar	9,99Km	747.392.707	7.554.191.607
SP	Bocaina	Fazenda de gado e cana-de-açúcar	8,19Km	748.245.448	7.555.842.316
SP	Bocaina	Fazenda de gado	7,89Km	748.558.125	7.556.079.393
SP	Bocaina	Fazenda de gado	8,97Km	749.104.079	7.554.917.654
SP	Bariri	Fazenda de gado e milho	14,44Km	735.499.953	7.563.979.679
SP	Bariri	Fazenda de gado	14,03Km	735.940.300	7.564.731.666
SP	Bariri	Fazenda de cana-de-açúcar	13,62Km	736.367.869	7.565.034.987
SP	Bariri	Fazenda de laranja	13,98Km	735.992.330	7.564.749.170
SP	Bocaina	Condomínio	14,27Km	754.413.259	7.550.274.721
SP	Bocaina	Fazenda de cana-de-açúcar	13,97Km	754.872.743	7.550.760.914
SP	Bocaina	Fazenda de cana-de-açúcar – café e gado	12,75Km	755.024.689	7.552.140.076
SP	Bariri	Fazenda de gado	14,84Km	736.345.417	7.557.917.379
Rede de Telefonia e Rádio					
SP	Boa Esperança do Sul	Torre de rádio amador	7,45Km	757.260.600	7.565.413.495
SP	Bocaina	Pequena Torre	13,36Km	758.613.478	7.553.646.371
SP	Boa Esperança do Sul	Torre de telefonia	8,15Km	756.107.744	7.569.234.626
SP	Boa Esperança do Sul	Torre de comunicação	8,07Km	747.195.945	7.571.450.630
Posto de gasolina					
SP	Bariri	Posto de gasolina	14,94Km		735.846.757
Tubulações subterrâneas					
SP	Bocaina	Tubulação subterrânea para vinhaça	13,36Km	758.613.478	7.553.646.371
SP	Bocaina	Tubulação subterrânea para vinhaça	12,44Km	758.724.623	7.554.995.021
SP	Bocaina	Tubulação subterrânea para vinhaça	11,88Km	758.483.610	7.555.549.620
SP	Bocaina	Tubulação subterrânea para vinhaça	11,78Km	758.445.948	7.555.665.644
SP	Boa Esperança do sul	Tubulação de água	9,03Km	746.127.222	7.572.047.943
Linhas de Transmissão					
SP	Boa Esperança do Sul	Duas LTs paralelas	5,21Km	754.783.734	7.565.857.819
SP	Boa Esperança do Sul	LT	14,90Km	755.419.965	7.577.750.236
SP	Boa Esperança do Sul	LT	13,02Km	753.954.412	7.576.270.423
SP	Boa Esperança do Sul	LT	11,99Km	753.136.475	7.575.443.467
SP	Boa Esperança do Sul	LT	9,18Km	758.115.865	7.568.108.140
SP	Boa Esperança do Sul	LT	9,68	751.192.068	7.573.477.830

Estado	Município	Descrição	Distancia do Eletrodo	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
Rede de Distribuição Rural					
SP	Bocaina	Poste de energia	13,01Km	758.767.185	7.554.251.073
SP	Bocaina	Postes	10,93Km	758.270.575	7.556.731.479
SP	Boa Esperança do Sul	Postes	7,90Km	755.453.667	7.569.548.376
SP	Boa Esperança do Sul	Postes	8,56Km	757.042.433	7.568.696.451
SP	Boa Esperança do Sul	Postes	11,96Km	761.139.527	7.568.149.974
SP	Boa Esperança do Sul	Poste	14,33Km	763.853.567	7.567.449.279
SP	Boa Esperança do Sul	Postes	9,47Km	745.669.637	7.572.312.567
SP	Bocaina	Postes	10,93Km	746.249.833	7.553.562.369
SP	Bocaina	Postes	9,09Km	747.617.546	7.555.066.313
SP	Bariri	Postes	14,96Km	734.982.963	7.563.425.529
SP	Bocaina	Postes	13,62Km	755.373.127	7.551.337.827
SP	Bocaina	Postes	14,00Km	755.714.147	7.551.069.445
SP	Bariri	Postes	8,94Km	741.399.254	7.561.225.943
SP	Bariri	Postes	12,33Km	738.923.207	7.558.332.325
Benfeitorias					
SP	Bocaina	Caixa d'água	14,27Km	754.413.259	7.550.274.721
SP	Boa Esperança do Sul	Caixa d'água - parabólica	7,45Km	757.260.600	7.565.413.495
SP	Bocaina	Caixa d'água	10,97Km	746.736.294	7.553.352.986
SP	Bocaina	Caixa d'água	10,90Km	747.075.773	7.553.325.425
SP	Bocaina	Galpões – Secador de café	12,75Km	755.024.689	7.552.140.076
SP	Boa Esperança do Sul	Caixa d'água	8,07Km	747.195.945	7.571.450.630
SP	Bariri	Caixa d'água	14,44Km	735.499.953	7.563.979.679
Instalações Industriais					
SP	Bocaina	Usina Santa Cândida - Tonon Bioenergia	14,79Km	759.906.477	7.552.884.300
SP	Bariri	Usina de Açúcar e Álcool Della Coletta	15,04Km	735.653.012	7.559.159.526
SP	Bariri	Pequenas fábricas	15,92Km	735.644.333	7.556.836.761
Aeroporto					
SP	Bariri	Aeroporto Estadual de Bariri - Hangares	14,84Km	736.345.417	7.557.917.379

Fonte: levantamento de campo, fevereiro de 2010.

j. Povoados, Vilas, Comunidades e Outras Formas de Assentamentos

Para a caracterização dos espaços e das formas de ocupação encontrados na Área de Influência Direta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 foram utilizados dois sistemas de classificação complementares. O primeiro está relacionado às observações de campo realizadas pelos técnicos os quais buscaram perceber os padrões construtivos e produtivos das regiões estudadas. O segundo critério leva em consideração as classificações dos espaços utilizadas pelos moradores entrevistados, privilegiando categorizações locais de acordo com a concepção de que o espaço, mais do que simples meio físico, também é sujeito a construções sociais e culturais (Durkheim & Mauss, 1999).

Além destas fontes de informação, foi utilizada bibliografia de apoio, uma vez que várias das formas de ocupação encontradas já foram objeto de estudo de pesquisas acadêmicas na área de ciências sociais, de modo que este material auxilia a compreensão das características das ocupações, bem como a sua relação com outros elementos do mundo social.

Levando em conta as observações dos técnicos e as formas de classificação nativas foram identificadas diferentes categorias de ocupação distribuídas no espaço rural e urbano. No rural, essas categorias são construídas a partir da estrutura fundiária, atividade produtiva e identidade social. As observações de campo identificaram os seguintes padrões de domicílios rurais: assentamento, parcela, lote, colônia, sítio e fazendas. No urbano foram identificados a vila, distrito e patrimônio.

- **Assentamento**

No Brasil, o termo “assentamento rural” tem uma história que se inicia em meados dos anos 60, quando passa a ser usado, pelos órgãos do estado em seus relatórios oficiais, para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária. O vocábulo unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, os seus múltiplos objetivos e a diversidade de beneficiários diretos (Medeiros & Leite, 2004: 17)¹.

Carvalho (1999), ao seu lado apresenta o conceito de “encruzilhada social”. O assentamento seria, neste sentido, não apenas uma área de terra com finalidade de produção agropecuária e/ou extrativista, mas também um agregado heterogêneo de grupos sociais, constituídos por famílias de trabalhadores provenientes de várias procedências que se apossam formalmente das terras cedidas pelo Estado.

Ao longo do traçado previsto para o empreendimento foram encontrados vários tipos de assentamentos que expressam a sua heterogeneidade. Estas iniciativas foram empreendidas de formas diferentes em períodos a partir da década de 30 e partindo de princípios díspares.

Na área estudada, a noção de assentamento, parcela e lote refere-se a uma pequena propriedade rural integrante de algum tipo de projeto oficial de colonização. O modelo de projeto de assentamento como forma de colonização foi bastante difundido no

¹ As “ações” podem ser a compra de terras para os fins de ocupação, a desapropriação de imóveis rurais improdutivo e a utilização de terras públicas para a reforma agrária. Os “múltiplos objetivos das intervenções” são a regularização de áreas há muito ocupada por “posseiros”; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra, onde viviam como “rendeiros” ou “agregados”; a destinação de terras a pessoas desprovidas dela e organizadas em movimentos sociais, sindicatos ou outras entidades; a preservação de populações tradicionais; realocação de populações atingidas pela construção de projetos hidrelétricos, etc. Já a “diversidade de beneficiários diretos” incluem “posseiros” em busca de titularidade de terras; filhos de produtores rurais pauperizados; parceiros; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos por projetos hidrelétricos; seringueiros; assalariados rurais; populações da periferia urbana; aposentados, etc. (Medeiros & Leite, 2004: 17).

estado de Rondônia a partir da década de 70 até os dias de hoje. Como em outros estados da Região Norte, essas formas de ocupação tiveram a função inicial de cristalizar os ideários da ditadura em consolidar a presença brasileira na Amazônia em áreas localizadas em faixa de fronteira. Nas duas últimas décadas passa a ser um instrumento agrário de consolidação da agricultura familiar.

- **PICs e PADs**

A ocupação planejada do território rondoniano foi, num primeiro momento, organizada em dois tipos de Projetos de Assentamento: os PICs (Projetos Integrados de Colonização) e os PADs (Projetos de Assentamento Dirigido). Os primeiros, de modo geral, deveriam distribuir diversos lotes de 100ha destinados à agricultura familiar integrada ao mercado, tamanho padrão considerado pelos técnicos do INCRA como ideal para a agricultura familiar. Nos PADs, seriam reservadas terras de 250, 500 e 1000ha à monocultura, tais como a do cacau ou a pecuária.

A clientela dos PICs era definida, pelo conjunto das famílias camponesas que se deslocavam para o estado de Rondônia. Segundo as diretrizes do projeto, o INCRA seria o órgão responsável por facilitar o acesso a terra, pela organização territorial, pela implantação de serviços de apoio, pela construção de escolas, postos de saúde e estradas vicinais e armazéns para produção, além da administração e controle do projeto como um todo. Os PADs, por sua vez, foram elaborados com a expectativa de que funcionassem, dado o perfil socioeconômico de seu público-alvo, segundo os interesses e o comando da iniciativa privada.

As “**linhas**” indicam os principais eixos de colonização dos dois projetos (PIC e PAD) do estado de Rondônia. Num primeiro momento, os vocábulos “linha” e “travessão” identificam algumas das inúmeras estradas de rodagem, asfaltadas e não-asfaltadas, por onde circulam os moradores e visitantes das zonas rurais de Rondônia, os maquinários agrícolas e os insumos para a atividade agrícola. Efetivamente, no entanto, os termos evocam todo o processo de colonização do meio rural rondoniense pelo governo federal, durante as décadas de 70/80, adquirindo, mais do que puras feições físicas, características simbólicas e sociais destacadas.

A rigor, cada “linha” divide duas “parcelas”, em cuja extensão foram demarcados os lotes que deveriam ser ocupados pelos colonos. As “**linhas de colonização**”, como eram oficialmente conhecidas, são separadas umas das outras por cerca de 4km, ao longo das quais os lotes foram divididos entre seus ocupantes e o caminho que liga uma “linha” e outra é conhecido como “travessão”.



Foto: 3.6.5.3-11 - Foto aérea da região – Porto Velho (RO)



Foto: 3.6.5.3-12- Linha 90 – Alto Paraíso (RO).

O projeto original do INCRA previa que as “linhas” fossem desenhadas como ramificações do eixo central demarcado pela BR-364. A abertura destas autênticas estradas vicinais serviria, assim, como a marca visível da ocupação humana e como a porta de entrada para a “domesticação” da floresta através de empreendimentos agropecuários; Serviria como ramal de contato com os centros de apoio ao colono e como um canal de escoamento da produção. Em tese, portanto, a linha seria a expressão maior do planejamento estatal – através do seu órgão máximo, à época, o INCRA – no sentido de orientar o assentamento dos colonos na região, além de garantir a prestação de serviços e sua viabilidade econômica. O resultado foi uma estrutura territorial que se assemelha ao desenho de “espinhas de peixe”, que recortam os espaços ocupados anteriormente pelas florestas.

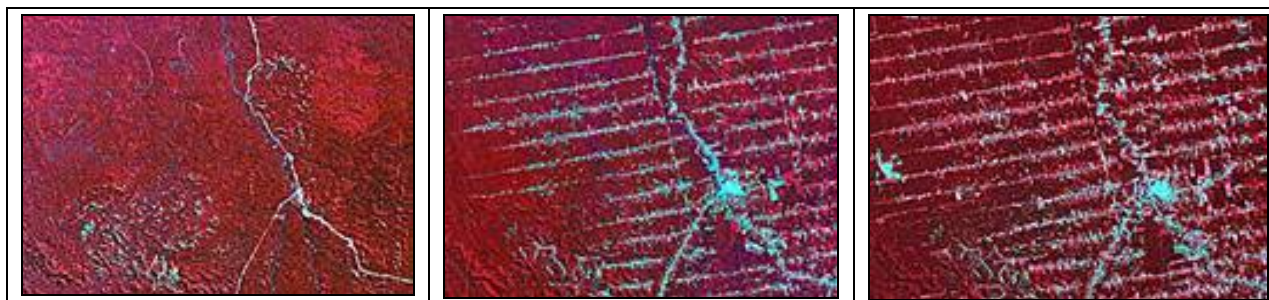


Foto 3.6.5.3-13- Imagens de satélite revelam três etapas de ocupação ao longo da rodovia BR-364 (linha vertical). A área em vermelho corresponde à vegetação nativa. Em azul estão representadas as áreas desmatadas. Fotos INPE.

Para além do seu caráter prático, econômico ou político, a “linha” também pode ser entendida, muitas vezes, como uma unidade social delimitada. Os laços sociais construídos em espaços de intensa sociabilidade e as relações mais antigas mantidas por laços de parentesco indicam, desde já, que uma “linha” pode ser bem definida como produto e produtora de verdadeiras identidades sociais.

Em geral, cada uma delas conta com pelo menos uma escola, um posto de saúde e um centro social e simbólico, contendo uma igreja, a sede da associação de produtores, bares e um campo de futebol. Uma mesma linha também costuma ser habitada por parentes que preferiram se assentar próximos uns dos outros ou que se distribuíram ao longo dos caminhos, na medida em que um único lote foi se repartindo pelos herdeiros do dono original. Essas áreas se caracterizam pelo fracionamento de extensas faixas de terras, padronizadas entre 40 a 50 alqueires. No quadro a seguir são apresentadas as linhas percorridas durante o levantamento de campo, realizado em outubro de 2009.

Quadro 3.6.5.3 - 83 – Linhas percorridas ao longo do trabalho decampo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Distância da LT IE (m)	Coordenadas	
				S	W
Trecho 1					
RO	Porto Velho	BR 364 PV (RO) – RB (AC)	28454	370243	9001034
RO	Porto Velho	Ramal Balneário das Garças – BR364	26382	373270	8999969
RO	Porto Velho	Linha 22	23241	394731	8989865
RO	Candeias do Jamari	Linha 43	22118	402072	8983678
RO	Candeias do Jamari	Linha 27	6778	415238	8992063
RO	Candeias do Jamari	Linh2	15714	428139	8965246
RO	Candeias do Jamari	Linha 03	12937	441578	8953106
RO	Alto Paraíso	Linha 95	16770	449503	8931987
RO	Alto Paraíso	Linha 90	24952	442347	8928015
RO	Ariquemes	Linha 75	9675	471220	8908946
RO	Ariquemes	BR 421	13367	485637	8878364
RO	Ariquemes	Linha 40	5137	500517	8877415
RO	Cacaulândia	RO 140	2630	510193	8873268

Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Distância da LT IE (m)	Coordenadas	
				S	W
RO	Cacaulândia	Linha C 25	3543	519164	8865371
RO	Cacaulândia	Linha 07	37572	498967	8837981
RO	Jaru	Linha 17	17636	521677	8845836
RO	Jaru	RO 464	15925	546248	8828366
RO	Jaru	Linha 627	18704	531700	8836952
RO	Jaru	Linha 632	23894	532210	8830072
RO	Ouro preto D' oeste	Linha 69	21374	556357	8803963
RO	Ouro preto D' oeste	Linha 04	12855	566105	8804806
RO	Ouro preto D' oeste	Linha 37	16391	570451	8792203
RO	Ouro preto D' oeste	Linha 12	29715	553607	8793218
RO	Teixeirópolis	Linha 22	3874	590769	8784689
RO	Ji-Paraná	Linha 09	16424	587837	8766759
RO	Ji-Paraná	Linha 04	3836	599773	8771608
RO	Presidente Médici	BR 429	10719	599192	8760275
RO	Presidente Médici	Linha 02/03	10108	599618	8760734
RO	Castanheiras	Linha Castanheira	22704	593108	8743644
RO	Castanheiras	Linha do Costa	10038	611494	8731112
RO	Castanheiras	RO 479	16712	620496	8715872
RO	Castanheiras	Linha 192	13052	630177	8713252
RO	Rolim de Moura	Linha 196	23480	642670	8690615
RO	Rolim de Moura	Linha 204	15708	634599	8706668
RO	São Felipe D'Oeste	Linha FP 17	14496	653268	8691762
RO	Primavera de Rondônia	Linha 45	20145	675122	8655508
RO	Parecis	Linha 65	17758	676585	8657497
RO	Chupinguaia	Linha 85	21613	697263	8616614
RO	Chupinguaia	Linha 105	16652	705046	8611366
RO	Chupinguaia	Linha 115	4683	718299	8611052
RO	Chupinguaia	Linha 125	6749	723645	8584547
RO	Chupinguaia	Linha 135	7307	722204	8589138
RO	Corumbiara	Linha 05	26399	715059	8554891
RO	Corumbiara	Linha 03	17687	736023	8546726
RO	Colorado do Oeste	Linha Nova	11648	747030	8544477
RO	Colorado do Oeste	Linha 05	4	774641	8518937
RO	Cabixi	Linha 07	4898	772820	8462560
Eletrodo de Terra Nº 01					
RO	Porto Velho	Linha 22	14.4	397933	9007920
RO	Porto Velho	Linha 27	14.4	397933	9007920
RO	Porto Velho	Linha 32	8.4	400626	9001128
RO	Porto Velho	Linha 37	11.8	397893	8990586
RO	Porto Velho	Linha 45	10.1	404640	8988174
RO	Porto Velho	Linha 53	1.4	406446	8995414

Fonte: pesquisa de campo, outubro de 2009.

- **Projetos de Assentamento (P.A.)**

Os projetos de assentamentos rurais no Brasil passam a ganhar notoriedade a partir das ocupações de terras promovidas pelos movimentos sociais, na metade da década de 1990, com o objetivo de provocar a reforma agrária brasileira. Esses assentamentos são formados por uma diversidade de trabalhadores rurais e não rurais, que ocupam um “pedaço de terra” para produzir e garantir a segurança alimentar das suas famílias.

Em geral, os assentamentos são formados por lotes pequenos e individuais. Moradias são levantadas sobre os lotes, onde também são constituídas as roças e pastos para a produção agropecuária. Em certos casos, o assentamento pode conter uma pequena “agrovila”, onde estão localizados seus principais bens coletivos e espaços de sociabilidade: a caixa d’água, o campo de futebol, os bares, as igrejas, lugares de festa e associações de produtores. Podem atender outras localidades da região, como é o caso do Assentamento Chico Mendes, no município de Poxoréu-MT. Nele, existe uma escola estadual que recebe alunos de 17 comunidades do entorno. Contudo, dependendo de sua distância com relação à sede municipal, tais serviços podem ser acessados na área urbana dos municípios a que pertencem.

Os assentamentos rurais de reforma agrária são a forma de ocupação coletiva predominante no trecho entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT e Alto Araguaia-MT. Estes são destinados à reestruturação fundiária do estado do Mato Grosso, onde os latifúndios e extensas áreas agrícolas e de pastagem dominam a paisagem da região. Esta forma de ocupação integra as políticas públicas de reforma agrária, o que faz com que neste trecho encontrem-se assentamentos estaduais e federais.

De um modo geral, cada assentamento possui em média 50 famílias, onde cada uma ocupa unidades produtivas com lotes entre 50 e 100ha. O lote possui uma casa de alvenaria com 42 metros quadrados, abastecimento de água através de poços artesianos e eletrificação rural oferecida através de programas de eletrificação rural dos governos federal e estadual.

Nessas formas de ocupação predomina a atividade agropecuária, desenvolvida basicamente pela família nuclear, parentela e agregados. Nesse sistema, a divisão social do trabalho se configura a partir do gênero e da faixa etária. Porém, é possível perceber que, tanto os adultos como as crianças, assumem funções em todas as atividades compreendidas pelo sistema produtivo desenvolvido na área.



Foto 3.6.5.3-14-Vias principais dos Assentamentos Floresta e Morada do Vale, respectivamente.

Nas entrevistas de campo, quando um produtor afirma estar vivendo em um assentamento, ele parece chamar a atenção ao menos para duas questões. A primeira, que sua área “tem documento”, portanto, possui o reconhecimento legal de direito de usufruto da terra. A segunda, de que ainda não é o efetivo dono da terra, até receber o “título definitivo”, situação última que dá ao produtor a segurança de que está “pisando” no que é seu o que pode resultar no uso de novas definições futuras para a sua área, como sítio ou colônia.

Destaca-se que não foram identificados projetos de assentamentos rurais para reforma agrária no trecho entre os municípios de Santa Rita do Araguaia-GO e Araraquara-SP. No quadro a seguir são apresentados os principais assentamentos rurais identificados no corredor de estudo e o respectivo número de famílias.

Quadro 3.6.5.3- 84 – Projetos de Assentamentos Rurais – PA identificados ao logo do corredor de estudo (5 km) LT 600 kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Município	Descrição	Distância da LT IE (m)	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
Trecho 1					
RO		Não foram identificadas áreas de assentamentos da reforma agrária			
Trecho 2					
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Santa Helena	6321	189.482	8.388.852
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Guaporé	2089	185.568	8.378.405
MT	Jauru	Glega Corgão (PA Corgão)	3515	306.914	8.329.145
MT	Araputanga	PA Floresta (dentro do PA Vereda)	253	326.100	8.324.600
MT	Reserva do Cabaçal	Acampamento Padre Maurício (trabalhadores sem terra)	1412	352.170	8.326.509
MT	Salto do Céu	Assentamento Morada do Vale	712	371.507	8.323.295
MT	Salto do Céu	Assentamento Salto das Nuvens	12271	379.265	8.322.947
MT	Salto do Céu	Assentamento Montechi	397	383.880	8.323.662
MT	Salto do Céu	Assentamento Cecília Antunes	4744	398.714	8.316.932

Estado	Município	Descrição	Distância da LT IE (m)	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
MT	Barra dos Bugres	Assentamento Buriti Fundo	2101	496.472	8.320.009
MT	Barra do Bugres	Assentamento João e Maria	777	508.906	8.330.818
MT	Barra do Bugres	Buriti Fundo	55	495506	8321937
MT	Santo Antonio do Leverger	Ocupação da área do DNIT	2978	659982	8249500
MT	Acorizal	Assentamento Vale do Sol	1029	565.758	8.316.609
MT	Acorizal	Assentamento Ribeirão do Charquinho (Xavier)	3240	567.961	8.312.130
MT	Cuiabá	Acampamento de trabalhadores sem terra na estrada para Coxipó do Ouro	487	606.699	8.289.537
MT	Cuiabá	Assentamento 21 de Abril	5212	624473	8270686
MT	Santo Antonio Do Leverger	Assentamento Santo Antonio da Fatura	3946	668.464	8.255.115
MT	Santo Antonio Do Leverger	Gleba Bigorna	1070	664.749	8.25.025
MT	Santo Antonio Do Leverger	Ocupação na Fazenda Muller	620	659.217	8.250.234
MT	Poxoréu	Assentamento Chico Mendes			
MT	São José do Povo	Assentamento Marighela	4465	786.257	8.196.030
MT	São José do Povo	Assentamento João Pessoa	3378	800.139	8.169.657
Trecho 3					
		Não foram identificadas áreas de assentamentos da reforma agrária			

Fonte: pesquisa de campo, novembro de 2009.

- **Sítio e colônia**

O sítio é a unidade mínima da vida social de diversas regiões rurais do Brasil. Organizado em torno de uma casa e de áreas de plantio (o roçado), criação de gado (o pasto) e vegetação nativa (a mata), o sítio é ao mesmo tempo o lugar da moradia, o produto e o meio para a reprodução social da família de pequenos produtores rurais (Heredia, 1979; Woortmann, 1997; Pereira, 2009).

O sítio é uma categoria de ocupação/ propriedade rural, presente em todo o corredor da AID que atravessa o estado de Rondônia. No trecho correspondente ao estado de Mato Grosso não foi identificada nenhuma propriedade com esse padrão de ocupação. Nos demais estados atravessados, essa categoria também está presente, embora possa se confundir com as pequenas e médias propriedades rurais, que serão apresentadas a seguir. Como a maioria dos sítios é remanescente de assentamentos do INCRA, sua extensão segue um padrão de 40 a 50 alqueires. Os sítios contam, geralmente, com espaços nos quintais e terreiros destinados a pequenas criações e pequenos cultivos.

Apesar da maior parte dos sítios acompanhar as formas de uso do solo que caracterizam o assentamento, a parcela e o lote, foi possível identificar algumas mudanças, que passaram a diferenciar o sítio dessas outras formas de ocupação. Na medida em que a cidade se aproxima, esse tipo de propriedade passa a ser adquirido pelo morador urbano, modificando sua configuração econômica e social. O sítio se transforma em um espaço denominado segunda residência, voltado para o lazer de final de semana do sujeito urbano.

Esta realidade é bastante observada no corredor que atravessa os municípios de Porto Velho (RO) e Candeias do Jamari (RO). Nesses municípios, na área de estudo do eletrodo de terra, os sítios identificados possuem tamanho que varia entre 5 a 50 hectares, um dos indicadores que condicionam sua função sócio-produtiva. Nas unidades de maior extensão predominam a agricultura familiar e a pequena pecuária, enquanto que as unidades menores, ocupadas em sua maioria por moradores da cidade de Porto Velho ou Candeias do Jamari, são reservadas ao lazer dos finais de semana.

As belezas naturais das cachoeiras dos rios Candeias, Garças, João Ramos e Cavalo “Véio” e Ouro Preto, estão transformando os sítios dos municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari em espaços de segunda residência, bastante procurados por turistas das cidades de Rondônia e Acre, configurando novos significados sociais e econômicos a este tipo de propriedade/ocupação.



Fonte: Pesquisa de campo, 05/10/2009 a 22/10/2009

Foto 3.6.5.3-15- Sítio em Candeias do Jamari

No trecho que corresponde ao município de Candeias do Jamari (RO) apareceu um único caso de classificação da pequena propriedade rural como colônia, em toda a área de estudo. A colônia possui as mesmas características do sítio, diferenciando-se somente na denominação da área, o que, neste caso, ocorreu em função do morador ser originário do estado do Acre, onde essa classificação agrária de terra é bastante comum.

- **Fazenda**

A fazenda é uma categoria de propriedade rural que compreende uma considerável faixa de terra, com tamanho bastante variado. Na região de estudo foi possível identificar fazendas com áreas entre 100 a 35 mil hectares de terra, onde predominam as atividades agropecuárias. Destaca-se que no Estado de Rondônia, a fazenda é a categoria de propriedade rural predominante no perímetro do Eletrodo de Terra N° 01.

Nessa região o tamanho das propriedades varia entre 100 a 1.200 hectares. A pecuária bovina e a exploração de madeira aparecem como as principais atividades econômicas. A agricultura, piscicultura e criação de pequenos animais, quando são desenvolvidas, representam atividades complementares, geralmente destinadas a atender a demanda da própria fazenda. Excepcionalmente, foi identificada uma fazenda na Linha 32 (Porto Velho) com considerável cultivo de arroz destinado à comercialização.

Uma característica relevante da fazenda é sua ordenação legal sob a figura da pessoa jurídica. As pequenas e médias fazendas possuem estrutura básica, como escritório e funcionários, enquanto que as grandes empresas agropecuárias, geralmente identificadas como integrantes do agronegócio, contém em sua área, equipamentos como posto de saúde, escola, PHC, caminhões, silos e pista de avião. O proprietário

(fazendeiro) do estabelecimento, comumente reside nas sedes dos municípios onde estão suas propriedades, ou em outros estados do país, em especial das regiões e Sul /Sudeste, deixando aos cuidados de gerentes e peões a administração da propriedade.

Em Rondônia, a atividade que predomina na fazenda é a pecuária bovina. Os criadores são classificados como pequeno e grande produtor, conforme o tamanho da área e a quantidade de animais. No município de Chupinguaia, considerado como o município que possui o melhor plantel bovino do cone sul de Rondônia, um fazendeiro que possua duas mil cabeças de gado, é classificado como pequeno criador. Nesta região, favorecida pela existência de infraestrutura para o desenvolvimento da cadeia produtiva do gado — estradas, assistência técnica e frigoríficos industriais — é comum encontrar propriedades que possuem de 10 a 100 mil cabeças de gado, sendo estas últimas classificadas como grandes empresas pecuaristas.



Foto 3.6.5.3-16-Fazenda em RO



Foto 3.6.5.3-17-Fazenda em RO

Pesquisa de campo, 05/10/2009 a 22/10/2009

Ainda em Rondônia, nas linhas 43 e 27 do município de Candeias do Jamari, e na linha 105 do município de Chupinguaia, foram identificadas fazendas onde são desenvolvidos projetos de manejo para a exploração comercial de madeira, destinada a suprir as demandas dos maiores centros urbanos do estado.

Na área em estudo do eletrodo de terra N° 01, observa-se que tanto no município de Porto Velho como em Candeias do Jamari, encontra-se em curso processo de transformação da fazenda tradicional em empresa rural, condição necessária à comercialização da produção bovina e madeireira, além de facilitar o acesso a financiamentos para a expansão das atividades. Como empresa rural, as fazendas possuem escritório (localizado na cidade de Porto Velho ou Candeias) e funcionários. Quanto à infra-estrutura, as fazendas possuem vias de acesso e energia elétrica.

Para garantir o acesso à sua área, frente às precárias condições das estradas, é comum os fazendeiros se mobilizarem para custear as despesas de manutenção das linhas e pontes. As propriedades localizadas na AID do Eletrodo Nº 01/da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 são as beneficiadas com a rede pública de energia. Os domicílios localizados nas fazendas são ocupados pelos trabalhadores da propriedade e seus familiares, numa condição temporária. Os proprietários moram na cidade de Porto Velho ou de Candeias do Jamari, mas não deixam de possuir um domicílio exclusivo, geralmente de alto padrão, para as visitas regulares.



Fonte: Pesquisa de campo: 06/02/2010 a 13/02/2010

Foto 3.6.5.3-18-Sede de fazenda Linha 32 – Porto Velho/RO

Conforme destacado anteriormente, a paisagem de grandes extensões de terras com gado branco, soja, milho e cana-de-açúcar, predomina em todo o estado do Mato Grosso. De acordo com os dados do último Censo Agropecuário, o estado do Mato Grosso foi o que mais aumentou a concentração fundiária no período entre 1996-2006 (IBGE, 2006). O município de Nova Lacerda-MT é o local onde o conceito de agronegócio assume sua forma mais consolidada. A economia ancora-se na pecuária bovina e no plantio de milho e soja, desenvolvidos com auxílio de um complexo e moderno conjunto de recursos humanos, industriais, científicos e tecnológicos. Possui infraestrutura de acesso que inclui uma pista de pouso de avião.



Foto 3.6.5.3-19-Sede da Fazenda Birigui, em Vila Bela da Santíssima Trindade



Foto 3.6.5.3-20-Plantação de soja no município de Jaciara

Nota-se que a ocupação das áreas a cima apontadas e de outras áreas nas regiões Norte e Centro-Oeste, tem relação com a expansão da fronteira agrícola do país, a partir dos anos 60. A abertura de estradas, em especial a BR-361, que atravessa a região do empreendimento, se constitui em vetor de pressão para o desmatamento e formação de pasto, uma vez que acentuam a interiorização do uso da terra.



Foto 3.6.5.3-21- Nota de Esclarecimento na porteira principal da Fazenda Rancho Grande ONDE



Foto 3.6.5.3-22-Entroncamento de estradas vicinais que permitem o acesso a diversas fazendas ONDE/

Para Sousa e Martini (2000), as estradas vicinais são os principais vetores de ocupação sobre as reservas indígenas, pois as reservas estão no nível municipal de gestão e por isso sujeitas a pressões de fazendeiros e exploradores locais. Este aspecto pode ser referenciado para as terras de fazendas, que são objeto de conflitos envolvendo trabalhadores rurais sem terra.

No trecho entre os municípios de Santa Rita do Araguaia-GO e Araraquara-SP, as fazendas também se constituem como grandes extensões de terras destinadas à monocultura de cana-de-açúcar e citros (frutas cítricas) com lavouras mecanizadas. Nesse trecho observou-se também que o sistema de produção se dá pelo

arrendamento de terras de proprietários. Nestas propriedades também se desenvolve a pecuária extensiva que, normalmente, são especializadas na criação de gado bovino de corte e leiteiro. Em muitos casos, os proprietários residem na sede do município ou em outros estados. Esse tipo de propriedade é comum nos municípios do estado de Goiás, e também foram localizadas no noroeste do estado de São Paulo e no Triângulo Mineiro.



Foto: Fazenda de gado



Foto: Laranja

Na área de estudo do eletrodo situado no Estado de São Paulo, as grandes propriedades contêm áreas de lavouras mecanizadas e, são em grande parte arrendadas. Destaca-se o cultivo de cana-de-açúcar e citros como produtos principais. Nestas propriedades também, desenvolve-se a pecuária. A maioria dos moradores entrevistados são gerentes e administradores destas propriedades, que indica a situação de moradia dos proprietários dessas grandes fazendas, fora da propriedade. Em muitos casos, os proprietários residem na sede do município ou em outros estados. O quadro abaixo ilustra a produção nestes municípios

(5) Propriedades Rurais

Nas mediações de Porto Velho, no início do traçado, predominam propriedades rurais situadas ao longo da rodovia BR-364. Grande parte dessas propriedades destina-se à criação de gado bovino para corte. São extensas áreas de pastagem combinadas com áreas de reservas florestal.

De modo geral são freqüentes as propriedades com mais de 300 alqueires de extensão, encontrando-se também pequenas propriedades igualmente dedicadas à criação de gado de corte com áreas de 40, 50 alqueires, na medida em que se distanciam das margens da rodovia.

Nas linhas próximas à Vila Triunfo, alguns proprietários, criadores de gado residentes nas fazendas, informaram não possuírem titulação das terras onde vivem, por terem adquirido as propriedades de antigos beneficiários do INCRA. Esta circunstância, segundo eles, acarreta dificuldade, no acesso de financiamentos.

De acordo com as entrevistas de campo, estas propriedades constituem a principal fonte de renda e residência para trabalhadores da região, geralmente originários dos estados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Como os trabalhadores não praticam agricultura onde moram, ou pela à indisponibilidade de terreno nas fazendas, totalmente ocupadas por pastos, ou por desejo próprio do trabalhador. Eles dependem quase que totalmente da renda para aquisição dos bens necessários à sobrevivência. Comumente, aqueles residentes nos locais onde trabalham têm registro no regime CLT e gozam de moradia gratuita, incluindo acesso a água e energia elétrica.

Há, nestas fazendas três tipos de trabalhadores distribuídos entre encarregado, trabalhador de serviços gerais e vaqueiro. O encarregado e/ou gerente, possui renda superior aos demais, complementada por participações nos rendimentos financeiros das atividades das fazendas. O trabalhador de serviços gerais assume tarefas como o cuidado nas instalações, limpeza de pasto, desmate e destocamento (retirada de tocos do pasto). O vaqueiro cuida exclusivamente do rebanho.

Entre Jaru e Rolim de Moura, ao longo da AID, o trecho também é preenchido por fazendas voltadas à criação de gado de corte, com atividades de produção de leite começando a ser implementada, especialmente em pequenas e médias propriedades. A maioria tem tamanho médio de 100 hectares.

Um processo comum a os pequenos proprietários é a divisão dos lotes ao longo dos anos. Muitos, apesar de terem recebido lotes em torno de 42 alqueires, acabaram por viver em menos de ¼ do tamanho inicial. Este fato se deve a divisão entre os filhos e ao parcelamento dos lotes, vendidos a fazendeiros e/ou sitiantes (comerciantes, funcionários públicos ou profissionais liberais das cidades). A título de exemplo, no distrito de Londrina (município de Ji-Paraná) os lotes originais possuem cerca de 20 alqueires e foram ocupados no início da década de 70, atualmente, com a divisão dos lotes, o tamanho médio é de cerca de 03 a 04 alqueires por família.

Em Chupinguaia, as propriedades/fazendas em sua maioria possuem cerca de 5 mil alqueires (12 mil hectares), mas nas entrevistas, foi feita menção à unidades com quase 100 mil hectares. Em Comodoro-MT, foram visitadas propriedades especializadas na produção de carne e soja, cuja área gira em torno de 110 mil hectares.

No trecho do traçado que atravessa os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais as grandes propriedades particulares é mais raro, sendo mais recorrente no estado de São Paulo. De modo geral estas áreas são médias e pequenas propriedades onde é possível uma produção agrícola mais diversificada, com variações de laranja, seringueira, gado bovino de corte e leiteiro, hortifrutigranjeiros e eucalipto, combinados dentro da mesma propriedade. Nesse tipo de propriedade, o mais comum é que o proprietário more na propriedade ou na cidade próxima e visite o local com frequência e, em muitos casos, utilize o espaço para o lazer.

- **Vila ou Comunidade**

As vilas são pequenos núcleos urbanos que nascem do espaço rural e com ele mantém uma importante rede de relação econômica e social. Este tipo de ocupação apresenta as mais diversas origens e em geral não possui um elevado número de residentes. Podem ser terras inicialmente ocupadas por ancestrais e que foram divididas pelos descendentes, oriundas de loteamentos para chácaras de veraneio, ou ainda da ação de famílias que compram pequenos lotes de terra e dividem entre os demais familiares.

No trecho situado entre os municípios de Porto Velho-RO e Nova Lacerda-MT, foi identificada a Vila Novo Paraíso, localizada no município de São Felipe D'Oeste – estado de Rondônia. Esta ocupação se caracteriza pela limitada presença do serviço público, restrito à educação e saúde. A Vila conta com uma escola para o Ensino Fundamental, uma para o Ensino Médio e um posto de saúde.

As atividades econômicas estão ancoradas no comércio de produtos e serviços instalados em pequenos estabelecimentos, a maioria informal. São restaurantes caseiros, mercearias, açougues, drogarias e lojas de ferragens e confecções que atendem as necessidades básicas das populações urbana e rural. A aproximação com a zona rural assegura à Vila o abastecimento com produtos agrícola.



Fonte: Pesquisa de campo, 05/10/2009 a 22/10/2009

Foto 3.6.5.3 – 23- Vila Novo Paraíso – São Felipe D'Oeste

Ao percorrer as poucas ruas da Vila Novo Paraíso foi possível perceber que entre os moradores existem laços sociais estabelecidos entre as 380 famílias que constituem a população local.

- **Distrito ou Patrimônio**

O termo distrito corresponde a uma das formas oficiais de serem classificados alguns segmentos territoriais dos espaços municipais no Brasil. Segundo o IBGE, um distrito corresponde a uma unidade administrativa do município, sendo dotado de um território e uma sede distrital, onde esta última possui categoria de vila. Nos levantamentos realizados observou-se que normalmente trata-se a sede distrital como sendo o próprio distrito.

No estado do Mato Grosso, uma denominação local para os distritos municipais, recorrente entre a população local é “patrimônio”. Estas formas de ocupação, em geral se confundem com a história de ocupação da região onde estão instaladas. O “patrimônio”, de acordo com a literatura sobre o tema, refere-se aos primeiros aglomerados urbanos desde o período colonial, e onde parte das terras de fazendas do entorno eram cedidas ou vendidas para a ocupação de antigos, meeiros, parceiros, arrendatários e demais trabalhadores rurais.

O desenvolvimento ou manutenção do patrimônio está intimamente ligado aos ciclos econômicos, que contribuíram tanto para a sua expansão, acarretando sua ascensão a vilas ou distritos, quanto para a sua decadência e êxodo da população.

No trecho entre os municípios de Porto Velho-RO e Nova Lacerda-MT foram identificados: o distrito de Boa Esperança no município de Chupinguaia; e o distrito de Planalto no município de Cabixi, todos localizados em Rondônia. Por ser uma categoria administrativa oficial, o distrito recebe investimentos em serviços públicos. Além da educação e da

saúde, possui sistema de abastecimento de água, coleta de lixo, telecomunicações, segurança, transporte intermunicipal, cemitério, praça pública e igreja.



Distrito de Planalto – Cabixi (RO)



Fonte; Pesquisa de campo, 05/10/2009 a 22/10/2009

Como exemplos distintos desta forma de ocupação, na região de estudo, observou-se dois exemplos : a Vila São Jorge, no município de Salto do Céu, que permanece com um pequeno número de famílias e o distrito de Baús, no município de Acorizal, que se iniciou como “patrimônio”, mas em virtude de seu crescimento, foi elevado ao *status* de distrito.

No distrito, a economia gira em torno de uma rede de comércio de produtos e serviços como bares, restaurantes, mercearias, açougues, drogarias, lojas de ferragens e, às vezes, atendimento bancário muito restrito, contando apenas com os serviços oferecidos por uma lotérica. Sua importância vai além da área urbana, suprimindo uma importante parcela das demandas das famílias rurais. Apesar do seu grau de urbanização, esses adensamentos preservam hábitos e características do modo de vida rural e em geral funcionam como referência para diversos serviços, em particular o pequeno comércio, para os moradores da área rural.

Nesse sentido, a categoria “patrimônio” empregada pela população residente no estado do Mato Grosso, pode ser entendida como um espaço híbrido entre a roça e a área urbana, pois apesar da oferta de serviços e da urbanização, mantém as práticas comuns à vida rural. A principal diferença entre essas formas de ocupação é o tamanho de suas populações e o seu estágio de urbanização. Mantém profunda relação com a história de ocupação dos municípios onde se encontram, podendo tornarem -se, inclusive, sedes municipais.

Vale destacar que nos municípios localizados nos estados de Goiás e Minas Gerais, na região em estudo, não foram encontrados distritos, povoados ou localidades. Tal fato se deve, principalmente, à forma de ocupação desse espaço, concentrado em grandes fazendas. Desta forma, foi possível identificar, nos municípios de menor tamanho, no estado de São Paulo, a maior parte destas categorias de ocupação, como é ilustrado no quadro a seguir. É importante frisar que os moradores destas localidades identificadas mantêm as características de bairro rural, vivendo, em sua maioria, da produção agrícola e da pecuária.

No estado de São Paulo, alguns desses povoados ou localidades são distritos. Como tais, oferecem para a população local serviços básicos de saúde, educação, comércio, telefonia móvel e fixa serviços de saneamento e ruas asfaltadas. Na ausência destes serviços os moradores procuram os pólos mais próximos. Os moradores destes distritos ou localidades vivem do trabalho nas lavouras (cana-de-açúcar e laranja) e de trabalhos temporários nas propriedades rurais.

Os distritos representam uma extensão dos municípios- sede e esta relação torna-se necessária, visto que nestes distritos é possível encontrar mão de obra extra. Foi possível perceber que as vias de acesso, em razoável estado de conservação, facilitam a circulação de máquinas, pessoas, e o escoamento da produção. Observou-se uma grande circulação de caminhões Bi-trem, para o transporte de cana-de-açúcar. O transporte dos moradores da zona rural é feito por meio de carona. Em alguns casos, há ônibus ligando os distritos paulistas aos municípios sede. O município, por sua vez, em diversos casos, fornece o transporte escolar e de trabalhadores rurais. Vale destacar a presença de Igrejas e capelas em todos os distritos paulistas visitados. Observou-se que as festas religiosas, quermesses e bingos são algumas opções de lazer dessas áreas. Outro importante meio de diversão e confraternização com os municípios vizinhos são os campeonatos de futebol.

O quadro a seguir ilustra os povoados identificados, bairros, distritos e localidades a 2,5km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 01 e os inseridos na área de estudo do eletrodo de terra N° 01 com um raio de 15Km a partir do centro. Vale

destacar que, devido a sua relevância social para o cotidiano das populações residentes, foram considerados os povoados e localidades com até 5 km de distância do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 por se constituírem em área de relevante interesse social local. As áreas de interesse social são aquelas localidades, distritos, e sedes urbanas que embora não estejam dentro do corredor de estudo, possuem importância econômica e social para os residentes da área direta. Essas localidades são as procuradas pela população do corredor em estudo, quando demandam serviços que não são oferecidos em polos locais mais próximos e quando as sedes municipais se encontram a relativa distância. Pode-se afirmar que, no nível de infraestrutura e serviços, as áreas de interesse social se encontram no “meio do caminho”, entre os polos locais e as sedes municipais.

Por orientação do órgão ambiental, as sedes municipais que estão sob influência da LT ou identificadas ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 estão descritas no item g. Malhas Urbanas Vulneráveis ao empreendimento na seção 3.6.5.11 – Dinâmica e Uso e Ocupação do Território e Outras Informações.

Os povoados e localidades identificados também são descritos no item **a Descrição do corredor em estudo**, da seção acima referida. No quadro abaixo são apresentados os principais patrimônios e distritos identificados ao longo do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

Quadro Foto: 3.6.5.3- 85– Povoados, bairros e localidades identificados com até 5 km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Distancia da LT IE (m)	Coordenadas	
				S	W
Trecho 1					
RO	Porto Velho	BR 364 PV (RO) – RB (AC)	28454	370243	9001034
RO	Porto Velho	Ramal Balneário das Garças – BR364	26382	373270	8999969
RO	Porto Velho	Linha 22	23241	394731	8989865
RO	Candeias do Jamari	Linha 43	22118	402072	8983678
RO	Candeias do Jamari	Linha 27	6778	415238	8992063
RO	Candeias do Jamari	Linh2 095.077rmandelho - Nova dor de 5km	15714	428139	8965246
RO	Candeias do Jamari	Linha 03	12937	441578	8953106
RO	Alto Paraíso	Linha 95	16770	449503	8931987
RO	Alto Paraíso	Linha 90	24952	442347	8928015
RO	Ariquemes	Linha 75	9675	471220	8908946
RO	Ariquemes	BR 421	13367	485637	8878364
RO	Ariquemes	Linha 40	5137	500517	8877415
RO	Cacaulândia	RO 140	2630	510193	8873268
RO	Cacaulândia	Linha C 25	3543	519164	8865371
RO	Cacaulândia	Linha 07	37572	498967	8837981
RO	Jaru	Linha 17	17636	521677	8845836
RO	Jaru	RO 464	15925	546248	8828366
RO	Jaru	Linha 627	18704	531700	8836952
RO	Jaru	Linha 632	23894	532210	8830072
RO	Ouro preto D'oeste	Linha 69	21374	556357	8803963
RO	Ouro preto D'oeste	Linha 04	12855	566105	8804806
RO	Ouro preto D'oeste	Linha 37	16391	570451	8792203
RO	Ouro preto D'oeste	Linha 12	29715	553607	8793218
RO	Teixeirópolis	Linha 22	3874	590769	8784689
RO	Ji-Paraná	Linha 09	16424	587837	8766759
RO	Ji-Paraná	Linha 04	3836	599773	8771608
RO	Presidente Médici	BR 429	10719	599192	8760275

Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Distancia da LT IE (m)	Coordenadas	
				S	W
RO	Presidente Médici	Linha 02/03	10108	599618	8760734
RO	Castanheiras	Linha Castanheira	22704	593108	8743644
RO	Castanheiras	Linha do Costa	10038	611494	8731112
RO	Castanheiras	RO 479	16712	620496	8715872
RO	Castanheiras	Linha 192	13052	630177	8713252
RO	Rolim de Moura	Linha 196	23480	642670	8690615
RO	Rolim de Moura	Linha 204	15708	634599	8706668
RO	São Felipe D'Oeste	Linha FP 17	14496	653268	8691762
RO	Primavera de Rondônia	Linha 45	20145	675122	8655508
RO	Parecis	Linha 65	17758	676585	8657497
RO	Chupinguaia	Linha 85	21613	697263	8616614
RO	Chupinguaia	Linha 105	16652	705046	8611366
RO	Chupinguaia	Linha 115	4683	718299	8611052
RO	Chupinguaia	Linha 125	6749	723645	8584547
RO	Chupinguaia	Linha 135	7307	722204	8589138
RO	Corumbiara	Linha 05	26399	715059	8554891
RO	Corumbiara	Linha 03	17687	736023	8546726
RO	Colorado do Oeste	Linha Nova	11648	747030	8544477
RO	Colorado do Oeste	Linha 05	4	774641	8518937
RO	Cabixi	Linha 07	4898	772820	8462560
MT	Comodoro	Fazenda Vitória do Guaporé	16239	797442	8402711
MT	Nova Lacerda	Fazenda Fortaleza do Guaporé	29921	777085	8531594
Trecho 2					
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Santa Helena	6321	189.482	8.388.852
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Guaporé	2089	185.568	8.378.405
MT	Pontes e Lacerda	Gleba Catulino	863	246.198	8.326.970
MT	Jauru	Glega Corgão (PA Corgão)	3515	306.914	8.329.145
MT	Jauru	Distrito de Lucialva	1500	303.800	8.326.890
MT	Araputanga	PA Floresta (dentro do PA Vereda)	253	326.100	8.324.600

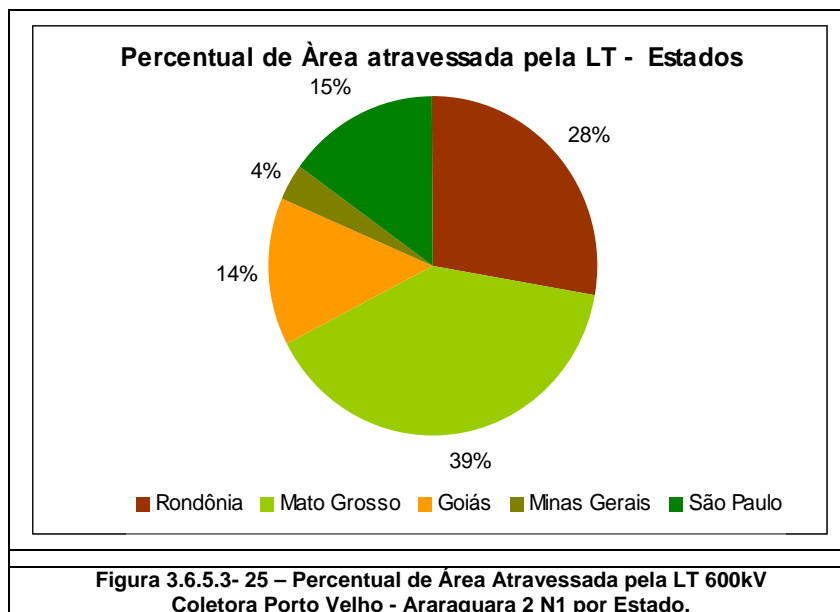
Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Distancia da LT IE (m)	Coordenadas	
				S	W
MT	Araputanga	Botas (Sede do PA Vereda) Pólo Local	3700	331.500	8.322.600
MT	Reserva do Cabaçal	Área Urbana do município	2370	351.105	8.327.495
MT	Reserva do Cabaçal	Acampamento Padre Maurício (trabalhadores sem terra)	1412	352.170	8.326.509
MT	Salto do Céu	Assentamento Morada do Vale	712	371.507	8.323.295
MT	Salto do Céu	Assentamento Salto das Nuvens	1500	379.265	8.322.947
MT	Salto do Céu	Assentamento Montechi	397	383.880	8.323.662
MT	Salto do Céu	Assentamento Cecília Antunes	2500	398.714	8.316.932
MT	Salto do Céu	Vila São Jorge	1593	396.205	8.324.763
MT	Barra dos Bugres	Distrito de Currupira	3371	561.474	8.328.848
MT	Barra dos Bugres	Assentamento Buriti Fundo	2101	496.472	8.320.009
MT	Barra do Bugres	Assentamento João e Maria	777	508.906	8.330.818
MT	Jangada	Nova Jangada e Novo Horizonte (área de sítios)	500	553.025	8.322.230
MT	Acorizal	Comunidade Campo Limpo	665	563.864	8.319.651
MT	Acorizal	Assentamento Vale do Sol	1029	565.758	8.316.609
MT	Acorizal	Comunidade Xavier (Charquinho, Mata grande e Laranjal)	3240	567.961	8.312.130
MT	Acorizal	Distrito de Baús	3157	574.042	8.314.785
MT	Cuiabá	Coxipó do Ouro	2656	609.305	8.290.943
MT	Cuiabá	Acampamento de trabalhadores sem terra na estrada para Coxipó do Ouro	487	606.699	8.289.537
MT	Cuiabá	Assentamento 21 de Abril	5212	624473	8270686
MT	Santo Antonio Do Leverger	Assentamento Santo Antonio da Fartura	3946	668.464	8.255.115
MT	Santo Antonio Do Leverger	Gleba Bigorna	1070	664.749	8.25.025
MT	Santo Antonio Do Leverger	Ocupação na Fazenda Muller	620	659.217	8.250.234
MT	Jaciara	Vila Residencial Santa Fé (Usina Pantanal)	605	689.684	8.239.241
MT	Jaciara	Placa Santo Antonio	2596	730.036	8.216.760
MT	Juscimeira	Santa Elvira	138	735.423	8.211.651
MT	Juscimeira	Comunidade Aldeinha	490	757.308	8.209.737
MT	Rondonópolis	Vila Bueno		769.321	8.201.889
MT	Rondonópolis	Vila Naboreiro	1823	778.885	8.197.476
MT	São Jose Do Povo	Sede do município	0	793.232	8.177.720

Estado	Município	Povoados, Localidades e Aglomerados Populacionais	Distancia da LT IE (m)	Coordenadas	
				S	W
MT	São José do Povo	Assentamento Marighela	4465	786.257	8.196.030
MT	São Jose do Povo	Cascata		780.722	8.189.880
MT	São José do Povo	Assentamento João Pessoa	3378	800.139	8.169.657
Trecho 3					
SP	Sebastianópolis do Sul	Povoado Retiro	400 m	616.789	7.713.841
SP	Monte Aprazível	Bairro Itaiúba	500m	617.431	7.712.914
SP	Urupês	Distrito de São João de Itaguaçu	17000	688.080	7.653.321
SP	Marapoama	Centro da cidade	1.200	693.802	7.648.012
S	Itajobi	Vila Açai	2.500	714.422	7.624.999
SP	Itápolis	Centro da cidade	1.500	750.221	7.595.922
SP	Tabatinga	Bairro Córrego do meio	300	746.450	7.600.756
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá.	1.500	750.254	7.595.877
Municípios do Eletrodo de Terra					
SP	Gavião Peixoto	Bairro Vila Nova Paulicéia	12000	754.854.307	7.587.918.687
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá	1000	750.263.663	7.595.959.545
SP	Itápolis	Bairro Vila do Quadro	12.000	750.596.282	7.611.560.768
SP	Nova Europa	Bairro Meia Légua	11000	753.076.247	7.588.822.422
SP	Nova Europa	Córrego Bonito e Forquilha	10000	755.728.061	7.590.485.911
SP	Tabatinga	Bairro Monjolo	14000	740.978.889	7.599.910.121
SP	Tabatinga	Bairro Córrego do Meio	1000	746.512.711	7.600.682.930
SP	Tabatinga	Bairro Vila Alice	50000	747.849.855	7.604.967.480
RO	Porto Velho	Linha 22	14.400	397933	9007920
RO	Porto Velho	Linha 27	14.400	397933	9007920
RO	Porto Velho	Linha 32	8.400	400626	9001128
RO	Porto Velho	Linha 37	11.800	397893	8990586
RO	Porto Velho	Linha 45	10.100	404640	8988174
RO	Porto Velho	Linha 53	1.400	406446	8995414
RO	Candeias do Jamari	Linha 27	10.800	416600	9003128
RO	Candeias do Jamari	Linha faz. Moisés		441133	8986144

Fonte: pesquisa de campo, outubro – novembro, 2009

K. Área Territorial e Extensão da LT nos Municípios Atravessados

A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 possui no total 2.369km de extensão, atravessando cinco estados brasileiros e 88 municípios, ao longo dos estados de Rondônia – Mato Grosso – Goiás – Minas Gerais – São Paulo. De modo geral, a passagem da LT por cada município não ultrapassa 9% da extensão territorial total de cada município atravessado, sendo os municípios de Sebastianópolis do Sul e Ouroeste, as unidades territoriais com maior percentual área atravessada pela LT. E em termos de extensão de área atravessada, o município de Caçu, no estado de Goiás, possui a maior área atravessada pelo traçado da LT, com um total de 112km, representando 5% do total da área do município. Embora 37% do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 esteja situado no estado do Mato Grosso, 28% no estado de Rondônia e apenas 15% do traçado situado no estado de São Paulo, as maiores extensões de unidades territoriais atravessadas, se comparadas com a área total dos municípios, concentram-se nos municípios localizados no estado de São Paulo. Isto se deve à menor extensão territorial total dos municípios paulistas e às maiores extensões territoriais dos municípios de Mato Grosso e Rondônia, que acompanham o padrão regional.



O Quadro a seguir apresenta a extensão territorial e o percentual das áreas atravessadas em relação à área total de cada município inserido na AII.

Quadro 3.6.5.3-86 – UF, Região, Mesorregiões e Área territorial atravessada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 nos municípios da All

No.	UF	Região	Mesorregião	Município por ordem de travessia	Área Total dos municípios (km ²)	Área atravessada pela LT (km ²)	% de Área atravessada em relação a Área total do Município
1	RO	Norte	Madeira-Guaporé	Candeias do Jamari	6.839,20	60,24	1%
2	RO	Norte		Porto Velho	34.068,50	21,70	0%
3	RO	Norte	Leste Rondoniense	Alto Paraíso	2.647,80	46,81	2%
4	RO	Norte		Ariquemes	4.975,00	55,05	1%
5	RO	Norte		Cacaulândia	2.002,30	28,83	1%
6	RO	Norte		Jaru	2.897,90	44,70	2%
7	RO	Norte		Ouro Preto do Oeste	1.970,40	35,79	2%
8	RO	Norte		Teixeirópolis	454	12,83	3%
9	RO	Norte		Ji-Paraná	6.894,70	19,74	0%
10	RO	Norte		Presidente Médici	1.686,70	22,60	1%
11	RO	Norte		Nova Brasilândia D'Oeste	1.155,40	0,08	0%
12	RO	Norte		Castanheiras	897,6	46,01	5%
13	RO	Norte		Rolim de Moura	1.481,50	14,68	1%
14	RO	Norte		Pimenta Bueno	6.233,60	15,78	0%
15	RO	Norte		São Felipe D'Oeste	544,4	18,78	3%
16	RO	Norte		Primavera de Rondônia	613	17,86	3%
17	RO	Norte		Parecis	2.548,70	20,18	1%
18	RO	Norte		Chupinguaia	5.131,00	79,76	2%
19	RO	Norte		Corumbiara	3.068,00	28,48	1%
20	RO	Norte		Colorado do Oeste	1.437,00	45,60	3%
21	RO	Norte		Cabixi	1.525,00	16,03	1%
22	MT	Centro-Oeste	Norte Mato-grossense Sudoeste Mato-	Comodoro	21.744,20	67,58	0%
23	MT	Centro-Oeste		Nova Lacerda	5.073,30	59,11	1%
24	MT	Centro-Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade	13.630,50	88,50	1%
25	MT	Centro-Oeste		Pontes e Lacerda	13.122,90	57,83	0%
26	MT	Centro-Oeste		Vale de São Domingos	2.001	10,41	1%
27	MT	Centro-Oeste		Jauru	1.217,40	15,90	1%
28	MT	Centro-Oeste		Araputanga	1.602,80	42,70	3%
29	MT	Centro-Oeste		Reserva do Cabaçal	360,5	8,10	2%
30	MT	Centro-Oeste		Rio Branco	529,1	0,09	0%
31	MT	Centro-Oeste		Salto do Céu	1.294,90	46,31	4%
32	MT	Centro-Oeste		Lambari D'Oeste	1.713,10	18,25	1%
33	MT	Centro-Oeste		Barra do Bugres	7.161,10	92,63	1%

No.	UF	Região	Mesorregião	Município por ordem de travessia	Área Total dos municípios (km ²)	Área atravessada pela LT (km ²)	% de Área atravessada em relação a Área total do Município
34	MT	Centro-Oeste	Centro-Sul Mato-grossense	Alto Paraguai	2.052,50	8,06	0%
35	MT	Centro-Oeste		Rosário Oeste	8.499,60	24,06	0%
36	MT	Centro-Oeste		Jangada	1.021,90	17,75	2%
37	MT	Centro-Oeste		Acorizal	841,1	14,06	2%
38	MT	Centro-Oeste		Cuiabá	3.970,90	82,61	2%
39	MT	Centro-Oeste		Santo Antônio do Leverger	11.827,90	43,43	0%
40	MT	Centro-Oeste	Sudeste Mato-grossense	Campo Verde	4.794,70	3,79	0%
41	MT	Centro-Oeste		Jaciara	1.658,70	45,64	3%
42	MT	Centro-Oeste		Juscimeira	2.205,00	23,12	1%
43	MT	Centro-Oeste		Rondonópolis	4.165,20	44,27	1%
44	MT	Centro-Oeste		Poxoréo	6.923,30	4,47	0%
45	MT	Centro-Oeste		São José do Povo	444,1	19,59	4%
46	MT	Centro-Oeste		Guiratinga	5.358,30	4,19	0%
47	MT	Centro-Oeste		Pedra Preta	4.193,20	43,69	1%
48	MT	Centro-Oeste		Alto Garças	3.660,00	55,15	2%
49	MT	Centro-Oeste		Alto Araguaia	5.538,40	44,44	1%
50	GO	Centro-Oeste	Sul Goiano	Santa Rita do Araguaia	1.361,80	12,61	1%
51	GO	Centro-Oeste		Mineiros	9.067,00	90,76	1%
52	GO	Centro-Oeste		Serranópolis	5.526,50	60,41	1%
53	GO	Centro-Oeste		Jataí	7.174,10	55,23	1%
54	GO	Centro-Oeste		Caçu	2.250,80	112,51	5%
55	MG	Sudeste	Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba	Santa Vitória	3.012,50	12,34	0%
56	MG	Sudeste		Limeira do Oeste	1.317,40	22,49	2%
57	MG	Sudeste		União de Minas	1.160,50	22,58	2%
58	MG	Sudeste		Iturama	1.401,30	30,29	2%

No.	UF	Região	Mesorregião	Município por ordem de travessia	Área Total dos municípios (km ²)	Área atravessada pela LT (km ²)	% de Área atravessada em relação a Área total do Município
59	SP	Sudeste	São José do Rio Preto	Ouroeste	287,6	25,29	9%
60	SP	Sudeste		Indiaporã	279,5	0,87	0%
61	SP	Sudeste		Guarani d'Oeste	84,5	5,92	7%
62	SP	Sudeste		Macedônia	329,1	13,88	4%
63	SP	Sudeste		Pedranópolis	260	14,99	6%
64	SP	Sudeste		Fernandópolis	549,6	3,92	1%
65	SP	Sudeste		Meridiano	228,1	5,08	2%
66	SP	Sudeste		Valentim Gentil	149,2	9,59	6%
67	SP	Sudeste		Votuporanga	421,7	17,82	4%
68	SP	Sudeste		Sebastianópolis do Sul	168,1	14,10	8%
69	SP	Sudeste		Monte Aprazível	482,9	14,92	3%
70	SP	Sudeste		Poloni	134,8	10,46	8%
71	SP	Sudeste		Neves Paulista	232,2	11,04	5%
72	SP	Sudeste		Jaci	144,4	10,32	7%
73	SP	Sudeste		Mirassol	243,8	2,93	1%
74	SP	Sudeste		Nova Aliança	217,9	8,26	4%
75	SP	Sudeste		Potirendaba	342,4	18,32	5%
76	SP	Sudeste		Ibirá	270,6	1,11	0%
77	SP	Sudeste		Urupês	324,8	19,42	6%
78	SP	Sudeste		Marapoama	113,3	8,33	7%
79	SP	Sudeste	Itajobi	501,8	22,22	4%	
80	SP	Sudeste	Araraquara	Bariri	441	0,00	0%
81	SP	Sudeste		Bocaina	364	2,17	1%
83	SP	Sudeste		Itápolis	997,1	36,38	4%
84	SP	Sudeste		Tabatinga	366,5	17,45	5%
85	SP	Sudeste		Nova Europa	160,9	8,48	5%
86	SP	Sudeste		Gavião Peixoto	243,7	11,12	5%
87	SP	Sudeste		Boa Esperança do Sul	691	28,31	4%
88	SP	Sudeste		Araraquara	1.006,00	5,98	1%
					Total da LT	268.214,70	2369
				Total Eletrodo de terra		36	0%

Fonte: IBGE, 2000.

ANEXO 3.6.5.3-1
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
RESIDENTE

Setor por município	Área Afetada	Área Total	População Total	Densidade demográfica	População no corredor da LT IE Madeira
Caçu	230,18	2,47	341	1,481438933	3,659717101
Caçu	621,45	234,95	548	0,881814683	207,1832235
Caçu	308,26	144,68	260	0,843432128	122,0295727
Caçu	121,40	52,73	234	1,927571482	101,6369128
Caçu	229,42	75,94	232	1,011245208	76,79896656
Caçu	302,20	56,99	121	0,40040334	22,82017769
Jataí	335,90	10,59	182	0,541822332	5,736719138
Jataí	217,58	105,75	241	1,107654682	117,1311988
Jataí	416,05	2,09	223	0,535993003	1,122881535
Jataí	336,69	6,83	343	1,018735423	6,959469879
Jataí	398,54	70,32	250	0,627291791	44,11377374
Jataí	381,07	63,06	257	0,67441594	42,52806197
Jataí	342,26	0,21	191	0,558054802	0,117035548
Mineiros	279,70	72,83	299	1,069013735	77,86017161
Mineiros	396,28	62,24	269	0,678815665	42,24847449
Mineiros	394,83	61,29	47	0,119037307	7,2959289
Mineiros	434,61	29,68	108	0,248496445	7,376245733
Mineiros	385,12	31,60	177	0,45960246	14,52291032
Mineiros	234,78	18,88	262	1,115924759	21,06553528
Mineiros	416,65	39,48	165	0,396017925	15,63514562
Mineiros	364,94	97,26	184	0,504195034	49,03849464
Mineiros	517,07	37,05	285	0,551179638	20,42331549
Santa Rita do Araguaia	775,32	62,57	362	0,46690578	29,21366511
São Simão	229,82	0,02	225	0,979026652	0,016109878
Serranópolis	362,33	58,38	424	1,170198332	68,31552169
Serranópolis	584,71	99,66	211	0,360862846	35,96382953
Serranópolis	382,65	31,33	103	0,269178111	8,432892302
Serranópolis	482,70	122,79	203	0,420553546	51,64122557
Serranópolis	262,58	11,89	237	0,902579522	10,73056305
Iturama	276,22	106,79	315	1,140390904	121,7812632
Iturama	91,95	40,51	201	2,185871885	88,55938678
Iturama	157,18	2,33	226	1,43783797	3,347760281
Limeira do Oeste	71,37	1,95	404	5,660257204	11,0222039
Limeira do Oeste	236,99	109,57	421	1,776447953	194,6506664
Santa Vitória	214,42	59,37	156	0,727550426	43,19523179
União de Minas	102,48	53,65	161	1,571101886	84,29060498
União de Minas	184,03	27,80	168	0,912887608	25,3824671
União de Minas	83,21	31,33	69	0,829181148	25,97953806
Comodoro	71,83	952,68	182	0,191039794	13,72271625
Comodoro	192,78	1966,42	183	0,093062425	17,94031789
Comodoro	74,46	1344,34	563	0,418793417	31,18168428
Nova Lacerda	197,80	1605,83	446	0,277738236	54,93644755
Acorizal	75,28	4,06	65	0,863417112	3,503780194
Acorizal	278,66	66,65	508	1,823036137	121,5020562
Acorizal	220,18	0,54	832	3,778808835	2,047649159
Acorizal	86,41	1,77	421	4,872360045	8,633286134
Alto Paraguai	619,07	39,19	858	1,385950966	54,31296202
Araputanga	333,43	118,56	781	2,342338565	277,7072244
Araputanga	386,04	85,57	435	1,126839052	96,41915258
Barra do Bugres	658,47	137,43	648	0,984103801	135,2407894
Barra do Bugres	0,26	0,03	540	2059,780157	53,39330005
Barra do Bugres	326,34	95,88	232	0,710906995	68,16337547
Barra do Bugres	448,67	68,36	332	0,739972017	50,58149246
Barra do Bugres	1395,25	160,35	731	0,523921417	84,00967448
Campo Verde	839,84	26,75	1346	1,602683352	42,87780045
Campo Verde	199,76	3,59	487	2,437961189	8,746579058
Cuiabá	185,44	62,63	669	3,607566238	225,9304368
Cuiabá	377,15	71,32	642	1,702261133	121,397942
Cuiabá	706,17	82,07	612	0,866645523	71,12910519
Cuiabá	2,03	1,01	61	30,05855437	30,40639902
Cuiabá	400,61	75,00	582	1,452780457	108,9545506
Cuiabá	117,79	21,40	234	1,986587168	42,50790239
Cuiabá	125,08	38,02	702	5,612212922	213,3528671
Cuiabá	188,39	18,21	76	0,403425392	7,347742819
Cuiabá	229,82	44,55	253	1,10084421	49,04190941
Guiratinga	290,67	25,98	470	1,616936296	42,00917413
Indiavaí	598,37	4,29	150	0,250682563	1,075177338
Jaciara	149,70	64,20	202	1,349365477	86,63517536
Jaciara	483,39	92,39	80	0,16549915	15,29001586
Jaciara	300,00	63,46	367	1,223315128	77,63095013
Jaciara	6,28	4,27	241	38,38074587	163,8910176
Jangada	141,93	15,68	577	4,065260503	63,73978112
Jangada	123,09	67,63	659	5,353914476	362,0946005
Jauru	90,30	3,65	130	1,439625772	5,256275587
Jauru	227,16	43,32	573	2,522473655	109,2634795
Jauru	173,70	34,78	336	1,934347029	67,28309892
Juscimeira	60,93	25,83	177	2,90509761	75,02876094
Juscimeira	24,28	0,00	129	5,312813514	0,013006046
Juscimeira	0,82	0,16	431	525,0431582	81,4061487
Juscimeira	120,29	36,69	116	0,964361507	35,37881829
Juscimeira	0,94	0,94	353	375,0845776	353
Juscimeira	107,74	13,25	301	2,793727204	37,02537659
Juscimeira	152,72	34,56	443	2,900808448	100,2488722

Setor por município	Área Afetada	Área Total	População Total	Densidade demográfica	População no corredor da LT IE Madeira
Juscimeira	566,03	6,83	363	0,641303433	4,379560944
Lambari D'Oeste	313,38	69,00	69	0,220181742	15,19212305
Lambari D'Oeste	433,54	14,34	177	0,408268101	5,853558842
Vila Bela da Santíssima Trindade	382,14	4,35	557	1,457567235	6,343952205
Vila Bela da Santíssima Trindade	1910,46	328,34	625	0,327147095	107,4166251
Vila Bela da Santíssima Trindade	633,91	106,98	555	0,875517678	93,66226688
Nova Lacerda	843,39	29,95	843	0,999533207	29,9340148
Nova Lacerda	1606,14	85,46	446	0,277684421	23,73147925
Pedra Preta	312,06	2,10	338	1,083113365	2,269644433
Pedra Preta	455,59	109,67	272	0,597029267	65,47901729
Pedra Preta	482,66	27,89	48	0,099449473	2,773173002
Pontes e Lacerda	164,45	31,49	338	2,055384882	64,72212281
Pontes e Lacerda	558,66	81,07	424	0,758964591	61,53249275
Pontes e Lacerda	505,20	84,05	151	0,298892402	25,12249741
Pontes e Lacerda	26,00	2,26	360	13,84801794	31,26274219
Pontes e Lacerda	383,57	92,87	252	0,656984206	61,01288838
Porto Estrela	234,11	0,55	550	2,349363753	1,294631946
Poxoréo	269,37	0,06	455	1,689156841	0,099739831
Poxoréo	133,96	3,89	719	5,367233401	20,86192968
Poxoréo	52,66	17,26	860	16,33224195	281,9239426
Reserva do Cabapal	3,30	0,43	651	197,0553131	84,70047649
Reserva do Cabapal	242,20	2,55	619	2,555750655	6,526029167
Reserva do Cabapal	98,20	40,12	285	2,902316964	116,4287004
Rio Branco	51,31	4,80	2	0,038977678	0,187129446
São José do Povo	3,78	0,01	578	152,8937729	1,733693325
São José do Povo	120,28	9,96	740	6,152438573	61,25665424
São José do Povo	80,07	4,62	491	6,132355664	28,34739995
São José do Povo	147,70	53,25	286	1,936353241	103,1052786
São José do Povo	55,26	32,63	127	2,298297171	74,9897385
Rondonópolis	119,01	3,83	83	0,697396256	2,671791257
Rondonópolis	177,40	17,88	924	5,208565135	93,11367186
Rondonópolis	209,73	52,83	123	0,586478616	30,98584515
Rondonópolis	198,45	39,96	613	3,088947048	123,4478364
Rondonópolis	218,07	16,63	356	1,632523599	27,14411154
Rondonópolis	99,63	76,18	356	3,573181888	272,1878616
Rondonópolis	56,34	10,57	96	1,704042256	18,00932224
Rosário Oeste	365,08	66,03	898	2,459761918	162,4224024
Rosário Oeste	299,33	42,72	972	3,247236022	138,7336711
Rosário Oeste	502,99	9,09	819	1,628256539	14,80003254
Rosário Oeste	509,51	3,97	773	1,517151211	6,024843412
Salto do Céu	6,20	2,49	775	124,9293611	310,9697768
Salto do Céu	133,77	33,42	246	1,839030515	61,45240066
Salto do Céu	135,66	53,09	169	1,245780186	66,14157862
Salto do Céu	94,88	15,24	146	1,538707543	23,44656095
Salto do Céu	0,77	0,77	19	24,7914362	19
Salto do Céu	159,63	69,79	417	2,612343259	182,3055573
Salto do Céu	438,71	63,77	183	0,417130116	26,60137903
Santo Antônio do Leverger	445,77	48,24	850	1,906810232	91,99086343
Santo Antônio do Leverger	120,76	15,52	349	2,890067818	44,84970816
Santo Antônio do Leverger	985,81	32,86	941	0,954540168	31,36579641
Santo Antônio do Leverger	621,59	10,60	1363	2,192770059	23,24734074
Santo Antônio do Leverger	314,02	0,17	264	0,840717014	0,140000526
Santo Antônio do Leverger	80,65	54,51	241	2,988105406	162,8762548
Santo Antônio do Leverger	79,30	0,96	423	5,334248463	5,134018508
Santo Antônio do Leverger	72,62	43,04	777	10,69918583	460,4507757
Vale de São Domingos	131,80	18,91	233	1,767829842	33,42547497
Vale de São Domingos	681,75	1,80	46	0,06747304	0,121786893
Vale de São Domingos	681,55	30,65	13	0,019074147	0,584556113
Alto Araguaia	431,88	90,01	117	0,270910732	24,38342763
Alto Araguaia	946,91	131,36	208	0,219662554	28,85405474
Alto Garças	599,15	42,79	373	0,622552648	26,63940819
Alto Garças	668,23	100,11	167	0,249912196	25,01764849
Alto Garças	948,61	134,76	132	0,139150809	18,75133345
Pedra Preta	559,65	14,78	1254	2,24067601	33,12045993
Pedra Preta	482,57	80,14	48	0,099467766	7,971171978
Ariquemes	0,10	93,34	233	2,496123967	0,242928681
Ariquemes	65,68	161,88	330	2,038503429	133,8868714
Ariquemes	27,80	82,68	315	3,809784706	105,8940714
Ariquemes	32,03	144,80	480	3,315000833	106,1911037
Ariquemes	38,63	122,90	500	4,06842963	157,1651387
Ariquemes	10,62	117,14	631	5,386791444	57,20191212
Ariquemes	42,87	84,71	604	7,130262964	305,6796895
Ariquemes	0,09	121,57	496	4,080119739	0,35616998
Ariquemes	8,97	150,38	468	3,112144038	27,91746533
Ariquemes	22,00	126,14	333	2,63997912	58,08341212
Ariquemes	26,51	86,32	342	3,962115778	105,017775
Cabixi	20,14	62,90	313	4,975882912	100,2176383
Cabixi	19,39	62,03	258	4,159276879	80,63449426
Cabixi	0,64	0,64	242	379,5631058	242
Cabixi	18,10	53,27	257	4,824372173	87,34120936

Setor por município	Área Afetada	Área Total	População Total	Densidade demográfica	População no corredor da LT IE Madeira
Cabixi	20,85	112,08	282	2,516012835	52,45264373
Colorado do Oeste	1,04	17,87	160	8,953502226	9,356283098
Colorado do Oeste	32,55	88,23	488	5,531216216	180,0353523
Colorado do Oeste	1,31	109,22	339	3,103915076	4,053783758
Colorado do Oeste	14,20	78,47	118	1,503834704	21,35712884
Colorado do Oeste	30,92	85,25	267	3,132061823	96,85258908
Colorado do Oeste	23,76	71,63	338	4,718662226	112,1211293
Colorado do Oeste	20,74	72,32	258	3,567264963	73,99782317
Colorado do Oeste	25,24	77,89	420	5,392306282	136,0759903
Colorado do Oeste	6,28	136,95	489	3,570608343	22,40703457
Colorado do Oeste	39,01	83,61	398	4,760302991	185,7140126
Colorado do Oeste	35,40	103,62	286	2,760044852	97,7138908
Colorado do Oeste	0,41	194,24	133	0,684709626	0,279200398
Corumbiara	49,41	136,32	328	2,406116721	118,8793842
Corumbiara	3,87	194,23	493	2,538274872	9,834275795
Corumbiara	57,75	144,28	314	2,176332698	125,6817326
Corumbiara	26,34	112,97	625	5,532330308	145,727053
Jaru	15,86	36,69	785	21,39364875	339,3495016
Jaru	42,25	145,59	850	5,838168244	246,6507899
Jaru	20,78	86,96	192	2,208002707	45,89172431
Jaru	18,30	102,73	357	3,475051366	63,57849528
Jaru	35,86	113,27	584	5,155697312	184,8798677
Jaru	19,02	85,76	469	5,468677652	103,9941689
Jaru	19,24	94,00	605	6,436272709	123,8222185
Jaru	52,21	124,36	654	5,258927315	274,5444309
Ji-Paraná	36,95	88,83	738	8,308025268	306,9870132
Ji-Paraná	17,15	54,37	417	7,669215895	131,5410588
Ji-Paraná	33,16	109,36	396	3,621201015	120,0835242
Nova Brasilândia D'Oeste	2,00	169,87	624	3,673455541	7,346029259
Ouro Preto do Oeste	1,04	72,56	346	4,76861369	4,962586024
Ouro Preto do Oeste	21,85	82,72	345	4,170940291	91,13740194
Ouro Preto do Oeste	30,14	72,93	575	7,884772939	237,6204684
Ouro Preto do Oeste	55,72	113,68	436	3,835373786	213,7080387
Ouro Preto do Oeste	69,72	87,99	672	7,637230769	532,48798
Ouro Preto do Oeste	0,75	79,11	828	10,46596472	7,866912808
Pimenta Bueno	25,12	99,54	601	6,037769773	151,686363
Pimenta Bueno	16,80	121,15	192	1,584800764	26,6223824
Pimenta Bueno	14,29	215,17	206	0,957384653	13,68574914
Pimenta Bueno	18,70	707,88	134	0,189297313	3,539310281
Porto Velho	25,21	135,91	677	4,9811516	125,5768068
Porto Velho	1,23	90,10	415	4,605747869	5,680290109
Porto Velho	60,19	424,98	215	0,505909042	30,44881899
Porto Velho	0,24	528,44	262	0,495800211	0,117768528
Porto Velho	1,47	656,38	323	0,492090914	0,721242729
Porto Velho	33,26	442,48	483	1,091578851	36,30852467
Presidente Médici	24,47	86,64	632	7,294290387	178,4569595
Presidente Médici	67,10	137,28	1094	7,969187211	534,7713732
Presidente Médici	5,20	66,31	312	4,704999746	24,4612512
Presidente Médici	0,54	18,35	198	10,79005185	5,81291652
Presidente Médici	30,32	51,78	211	4,074994784	123,5370539
Rolim de Moura	4,04	62,73	173	2,757807836	11,14867059
Rolim de Moura	16,54	65,79	249	3,784926069	62,59083515
Rolim de Moura	23,81	62,51	192	3,071460723	73,12424465
Rolim de Moura	33,82	89,95	287	3,190718774	107,9185391
Alto Paraíso	0,22	43,13	1076	24,94865926	5,591038236
Alto Paraíso	0,47	84,50	410	4,852328405	2,292261026
Alto Paraíso	10,40	83,26	561	6,737678889	70,07895833
Alto Paraíso	22,69	89,43	353	3,947148117	89,5792572
Alto Paraíso	55,80	171,86	926	5,388050633	300,6468884
Alto Paraíso	8,75	139,09	329	2,365456475	20,68871914
Alto Paraíso	17,27	103,26	284	2,750467795	47,48726966
Alto Paraíso	27,82	103,48	276	2,667114247	74,21088855
Alto Paraíso	29,07	109,29	404	3,696581468	107,4723292
Alto Paraíso	17,59	93,39	386	4,133012328	72,69380753
Alto Paraíso	43,98	125,67	430	3,421694712	150,4899964
Cacaulândia	7,06	278,90	681	2,441754573	17,24810683
Cacaulândia	80,95	141,04	139	0,985513575	79,77307148
Cacaulândia	12,75	88,92	180	2,024364771	25,80538754
Cacaulândia	42,61	83,97	563	6,704792704	285,6960466
Cacaulândia	0,66	44,42	69	1,553496733	1,021664608
Candeias do Jamari	113,17	834,47	582	0,697450105	78,92897382
Candeias do Jamari	0,93	280,57	227	0,809054995	0,753706145
Candeias do Jamari	183,58	967,60	1925	1,989466673	365,2243009
Castanheiras	40,57	107,10	256	2,390331967	96,98667361
Castanheiras	33,68	73,76	161	2,182833023	73,52674289
Castanheiras	21,63	105,10	292	2,778409166	60,09885428
Castanheiras	24,14	80,55	266	3,302308349	79,71502669
Castanheiras	53,58	113,19	232	2,049650555	109,8246252
Castanheiras	22,47	82,68	278	3,36241316	75,5682477
Castanheiras	29,17	159,27	243	1,525703979	44,5070982
Chupinguaia	88,77	660,58	356	0,538920212	47,838277
Chupinguaia	3,80	332,77	1241	3,729324677	14,1721241
Chupinguaia	11,27	137,42	242	1,760961247	19,84064071

Setor por município	Área Afetada	Área Total	População Total	Densidade demográfica	População no corredor da LT IE Madeira
Chupinguaia	51,93	122,00	120	0,983574594	51,07625136
Chupinguaia	24,59	624,72	396	0,633888294	15,58875482
Chupinguaia	42,61	207,82	88	0,423438666	18,04319327
Chupinguaia	56,99	158,46	409	2,581076713	147,0886014
Chupinguaia	1,16	1,16	285	246,391418	285
Parecis	94,81	268,79	141	0,524581723	49,73691556
Parecis	5,17	222,19	23	0,103517014	0,534917155
Primavera de Rondônia	2,03	88,52	294	3,321158874	6,74410308
Primavera de Rondônia	21,11	94,89	251	2,645159256	55,83116958
Primavera de Rondônia	14,96	45,22	266	5,88245476	87,9890462
Primavera de Rondônia	19,37	72,93	333	4,565816839	88,46082017
Primavera de Rondônia	31,78	135,56	600	4,426153324	140,6536838
São Felipe D'Oeste	25,76	71,19	732	10,28196817	264,8135082
São Felipe D'Oeste	18,02	58,78	676	11,49968801	207,2276052
São Felipe D'Oeste	38,70	87,83	586	6,672083353	258,2024042
São Felipe D'Oeste	0,29	0,32	614	1900,520239	558,8491611
São Felipe D'Oeste	0,81	45,54	530	11,63890142	9,374287293
São Felipe D'Oeste	10,46	70,33	1080	15,35717084	160,6588772
Teixeirópolis	3,01	43,42	335	7,715162614	23,22798422
Teixeirópolis	34,16	52,11	607	11,64782445	397,8659042
Teixeirópolis	3,42	95,58	979	10,24230461	35,01552708
Teixeirópolis	23,33	90,88	606	6,66780914	155,5745567
Araraquara	81,53	27,32	0	0	0
Araraquara	141,05	0,64	0	0	0
Boa Esperança do Sul	83,33	2,66	290	3,480167092	9,262648067
Fernandópolis	57,64	13,06	169	2,931891142	38,27790928
Fernandópolis	30,09	10,20	154	5,117872811	52,18400878
Fernandópolis	39,61	7,94	452	11,41143633	90,65077645
Fernandópolis	64,10	14,34	152	2,371409689	34,01722011
Gavião Peixoto	63,74	0,57	372	5,836178183	3,30543012
Gavião Peixoto	179,00	55,05	456	2,547494662	140,242507
Guarani d'Oeste	47,19	29,80	108	2,288690937	68,2130634
Ibirá	50,62	7,76	217	4,286945464	33,27373622
Indiaporã	74,05	8,94	199	2,687239717	24,0107048
Itajobi	6,78	4,47	572	84,35794633	376,9127591
Itajobi	85,22	8,49	199	2,335183793	19,82137282
Itajobi	35,43	26,96	242	6,830143572	184,1497036
Itajobi	29,67	2,33	280	9,437169131	22,02518506
Itajobi	93,75	35,41	423	4,511765617	159,7626551
Itajobi	69,12	28,10	174	2,517398641	70,74131473
Itajobi	30,10	0,74	149	4,950819392	3,654227574
Itajobi	49,69	0,82	363	7,305067872	5,960860533
Itápolis	1,07	0,86	0	0	0
Itápolis	102,20	18,99	302	2,955035886	56,11254092
Itápolis	38,69	19,29	197	5,091994543	98,22352499
Itápolis	113,49	63,59	116	1,022092906	64,99571171
Itápolis	72,74	43,13	478	6,57142776	283,4072414
Itápolis	61,66	6,95	312	5,059961649	35,16152613
Itápolis	96,45	33,51	434	4,499940702	150,7780423
Itápolis	48,84	1,71	187	3,828964109	6,555002087
Itápolis	0,08	0,08	44	565,8500386	44
Itápolis	96,70	4,22	380	3,929654948	16,588748
Jaci	45,24	21,65	214	4,730226169	102,4163143
Jaci	44,07	21,95	222	5,036972055	110,5686015
Jaci	54,14	9,83	313	5,781383889	56,83437099
Macedônia	32,84	7,08	127	3,866841198	27,38957888
Macedônia	97,34	47,94	265	2,722455835	130,5038133
Marapoama	2,47	2,47	684	277,2511044	683,4456286
Marapoama	53,81	27,37	203	3,772200427	103,2636905
Marapoama	56,13	11,05	278	4,953129667	54,73073023
Meridiano	37,70	20,12	379	10,05309087	202,2375061
Meridiano	34,42	6,49	352	10,22706566	66,33075018
Mirassol	37,59	14,62	272	7,23626838	105,8127104
Monte Aprazível	64,47	4,37	264	4,094696185	17,88381413
Monte Aprazível	43,83	24,12	143	3,262614008	78,68225207
Monte Aprazível	46,52	22,01	216	4,643434825	102,2204803
Monte Aprazível	0,34	0,16	256	747,2653675	121,585189
Monte Aprazível	68,79	28,90	287	4,172022066	120,5882191
Neves Paulista	4,00	0,57	229	57,32104504	32,49724205
Neves Paulista	38,06	17,06	121	3,179098094	54,24192465
Neves Paulista	36,98	27,49	147	3,974586213	109,2686652
Neves Paulista	75,88	3,30	378	4,981399182	16,44647791
Nipoã	70,71	0,43	196	2,771891004	1,202239405
Nova Aliança	1,81	0,32	772	425,5362459	136,1369238
Nova Aliança	49,28	18,32	114	2,313294808	42,37096596
Nova Aliança	52,11	22,84	248	4,758814569	108,6693903
Nova Europa	95,09	41,77	858	9,022832148	376,9191488
Ouroeste	2,45	2,18	236	96,21022315	209,9317051
Ouroeste	33,04	0,00	143	4,328269839	0,007391072
Ouroeste	129,60	43,71	652	5,030801044	219,8884849
Ouroeste	0,63	0,63	1232	1954,239415	1232
Ouroeste	104,85	59,26	1167	11,12971034	659,5146318
Ouroeste	18,04	14,86	520	28,82828611	428,3976521

Setor por município	Área Afetada	Área Total	População Total	Densidade demográfica	População no corredor da LT IE Madeira
Pedranópolis	47,65	32,00	531	11,14417831	356,6465216
Pedranópolis	54,05	29,89	514	9,509094671	284,2148247
Poloni	32,02	18,09	606	18,9280582	342,3720351
Poloni	50,97	12,62	335	6,573086589	82,93439067
Poloni	49,31	21,16	165	3,346030618	70,78849514
Potirendaba	5,65	1,76	471	83,34876738	146,6180157
Potirendaba	67,98	3,91	21	0,308935323	1,208656991
Potirendaba	71,15	35,07	722	10,14794315	355,8928241
Potirendaba	55,12	11,27	180	3,265418148	36,79300639
Potirendaba	94,63	39,86	705	7,449894249	296,9336802
Potirendaba	0,26	0,26	434	1646,496675	434
Potirendaba	0,02	0,02	732	32432,65805	732
Sebastianópolis do Sul	0,96	0,38	874	906,8321083	348,8784203
Sebastianópolis do Sul	78,42	27,71	285	3,634146182	100,7168105
Sebastianópolis do Sul	84,39	40,71	475	5,628520389	229,1090783
Tabatinga	64,18	33,89	217	3,380994502	114,5906697
Tabatinga	47,97	2,49	272	5,669784301	14,12599698
Tabatinga	0,64	0,64	1059	1646,809357	1059
Tabatinga	146,94	45,80	508	3,457196487	158,3300374
Tabatinga	0,15	0,15	621	4238,844592	621
Urupés	47,87	26,07	363	7,582553405	197,7066798
Urupés	36,17	21,22	150	4,147595004	88,02573388
Urupés	36,60	19,90	195	5,327437874	106,0078735
Urupés	25,56	0,35	92	3,599004502	1,254680811
Urupés	58,66	25,87	153	2,608033386	67,47355789
Valentim Gentil	3,85	0,84	574	149,0461735	125,2564505
Valentim Gentil	21,36	9,69	239	11,19147372	108,4560015
Valentim Gentil	41,12	29,77	252	6,128275215	182,4381848
Valentim Gentil	39,13	6,51	226	5,775193295	37,60218921
Votuporanga	34,97	0,04	401	11,46684019	0,421076333
Votuporanga	98,61	44,89	552	5,597592857	251,2841857
Votuporanga	101,02	27,54	454	4,494324209	123,7737017
Votuporanga	30,36	4,54	318	10,47315075	47,57902387
Votuporanga	82,52	16,21	345	4,180745628	67,76858941
	55731,83	31439,21			37405,43702

3.6.5.4. SAÚDE

a. Infraestrutura e Serviços de Saúde Disponíveis na All

A infra-estrutura de saúde é analisada através do número de estabelecimentos de saúde por tipo, presentes em cada município, além do número de leitos hospitalares disponibilizados nos municípios, segundo sua especialidade, e da cobertura da população pelo Programa de Saúde da Família (PSF), com base em dados recentes do Ministério da Saúde (DATASUS e SVS).

De uma maneira geral, em todas as Alls mesorregionais analisadas, estão presentes estabelecimentos de saúde dos principais tipos, inclusive hospitais gerais e postos de saúde. A distribuição destes estabelecimentos, no entanto, não é equânime entre os conjuntos de municípios em estudo. A All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense, que inclui a capital do Estado, Cuiabá, concentra 29,3% dos estabelecimentos de saúde de toda a All. É seguida, em número de estabelecimentos, pelas duas Alls mesorregionais que compõem a área paulista em estudo. Além disso, a rede de saúde da All Mesorregional Centro-Sul mato-grossense é a mais diversificada, apresentando maior número de centros/unidades básicas de saúde, clínicas ou ambulatórios especializados, consultórios isolados, unidades de serviços de apoio à diagnose e terapia e “outras”. A All Mesorregional Leste Rondoniense, por sua vez, apresenta o maior número de hospitais gerais e postos de saúde de toda a área em estudo.

Quadro 3.6.5.4 - 1 - Estabelecimentos de Saúde por tipo – 2009

Municípios e All	Centro de Saúde/Unidade e Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
All Mesorregional Madeira Guaporé	39	74	129	13	19	0	56	2	19	351
All Mesorregional Leste Rondoniense	77	67	98	26	73	11	59	15	32	458
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	106	194	718	17	19	2	86	3	55	1200
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	86	32	252	16	16	5	36	2	17	462
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	42	17	7	10	24	2	18	1	12	133
All Mesorregional Sul Goiano	27	18	77	9	1	1	9	2	1	154
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	18	14	25	3	2	8	2	2	0	79
All Mesorregional Araraquara	47	71	434	6	12	1	30	5	0	626
All Mesorregional São José do Rio Preto	69	62	402	16	12	0	56	4	0	638
Total All	511	549	2142	116	178	30	352	36	136	4101

Fonte: DATASUS

(1) Rondônia

De acordo com o banco de dados do Ministério da Saúde, a partir das informações referentes ao mês de agosto do ano de 2009, na área rondoniense em estudo há 814 estabelecimentos de saúde, sendo que 353 localizam-se na All Mesorregional Madeira Guaporé e 461 na All Mesorregional Leste Rondoniense. Dentre todos os municípios analisados, Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, é o que apresenta o maior número de estabelecimentos de saúde (42,8%) e também uma rede de saúde bastante diversificada, não possuindo apenas unidade mista de atendimento 24h. Em seguida, vêm os municípios de Ji-Paraná, com 108 estabelecimentos, Jaru e Ariquemes, ambos com 70 estabelecimentos. Alguns municípios se destacam pela não existência de alguns estabelecimentos importantes. É o caso, por exemplo, de Ariquemes, Castanheiras, Parecis e Teixeiraópolis, que não possuem postos de saúde registrados. Treze municípios não dispõem de registro de hospital geral. São eles: Candeias do Jamari, Alto Paraíso, Cabixi, Cacaulândia, Castanheiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Parecis, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste e Teixeiraópolis. Vale ressaltar também que os municípios de Castanheiras e Parecis disponibilizam, em cada um deles, apenas dois estabelecimentos de saúde (0,2% do total das unidades de saúde da área em estudo), e Teixeiraópolis e São Felipe D'Oeste, apenas três estabelecimentos, em cada município (0,4% do total).

Quadro 3.6.5.4-2 - Estabelecimentos de Saúde por tipo municípios da All/Rondônia– 2009

Municípios e Alls Mesorregionais	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada /Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Candeias do Jamari	1	0	0	0	2	0	2	0	0	5
Porto Velho	38	75	128	14	17	0	54	2	20	348
All Mesorregional Madeira Guaporé	39	75	128	14	19	0	56	2	20	353
Alto Paraíso	4	0	0	0	1	1	0	0	0	6
Ariquemes	9	14	14	7	0	0	11	5	10	70
Cabixi	1	0	0	0	7	1	0	1	0	10
Cacaulândia	1	0	0	0	6	1	0	0	0	8
Castanheiras	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Chupinguaia	0	0	0	0	4	1	0	0	0	5
Colorado do Oeste	6	2	0	0	1	1	0	0	1	11
Corumbiara	2	0	0	0	2	1	0	0	0	5
Jaru	11	13	25	3	3	0	11	1	3	70
Ji-Paraná	13	23	38	6	5	0	13	2	8	108
Nova Brasilândia D'Oeste	2	2	3	1	2	0	2	0	0	12

Municípios e Alls Mesorregionais	Centro de Saúde/Unidade de Básica de Saúde	Clinica Especializada /Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Ouro Preto do Oeste	4	3	4	4	10	0	5	1	1	32
Parecis	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Pimenta Bueno	4	4	4	2	12	0	5	2	2	35
Presidente Médici	3	2	1	0	14	1	2	1	1	25
Primavera de Rondônia	2	0	0	0	3	0	0	0	0	5
Rolim de Moura	11	4	11	3	3	0	9	2	6	49
São Felipe D'Oeste	0	0	0	0	1	1	1	0	0	3
Teixeirópolis	0	1	0	0	0	1	1	0	0	3
All Mesorregional Leste Rondoniense	74	68	100	26	74	11	61	15	32	461
TOTAL All	113	143	228	40	93	11	117	17	52	814

Fonte: DATASUS. 2009

Na área rondoniense em estudo, 61,8% das unidades de saúde pertencem à rede privada, e se concentram principalmente em Porto Velho (51,5%). Em sete municípios não há rede privada de saúde. São eles: Alto Paraíso, Cabixi, Cacaulândia, Castanheiras, Chupinguaia, Corumbiara e Primavera de Rondônia. Das 304 unidades públicas de saúde presentes nos municípios analisados, 85 situam-se em Porto Velho, 28 em Ji-Paraná e 24 em Ariquemes. Ressalta-se que, em todos os municípios deste estudo, existe rede pública de saúde. Por outro lado, as unidades de saúde filantrópicas são apenas 6, sendo 3 em Porto Velho, 2 em Ji-Paraná e 1 em Teixeiraópolis. Só há 1 unidade de saúde pertencente a sindicato, localizada em Porto Velho.

Quadro 3.6.5.4-3 - Estabelecimentos de saúde por tipo de prestador - municípios da All/Rondônia out/2009

Municípios e Alls Mesorregionais	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Candeias do Jamari	3	0	2	0	5
Porto Velho	85	3	259	1	348
All Mesorregional Madeira Guaporé	88	3	261	1	353
Alto Paraíso	6	0	0	0	6
Ariquemes	24	0	46	0	70
Cabixi	10	0	0	0	10
Cacaulândia	8	0	0	0	8
Castanheiras	2	0	0	0	2
Chupinguaia	5	0	0	0	5
Colorado do Oeste	9	0	2	0	11
Corumbiara	5	0	0	0	5
Jaru	20	0	50	0	70
Ji-Paraná	28	2	78	0	108

Municípios e Alls Mesorregionais	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Nova Brasilândia D'Oeste	6	0	6	0	12
Ouro Preto do Oeste	18	0	14	0	32
Parecis	1	0	1	0	2
Pimenta Bueno	22	0	13	0	35
Presidente Médici	21	0	4	0	25
Primavera de Rondônia	5	0	0	0	5
Rolim de Moura	23	0	26	0	49
São Felipe D'Oeste	2	0	1	0	3
Teixeirópolis	1	1	1	0	3
All Mesorregional Leste Rondoniense	216	3	242	0	461
TOTAL All	304	6	503	1	814

Fonte: DATASUS. 2009

Dos 2.590 leitos hospitalares existentes nos municípios rondonienses em estudo, 1.533 estão vinculados ao SUS. Os leitos clínicos eram predominantes (879) e estavam em sua maioria localizados em Porto Velho (397). Logo em seguida vêm os leitos cirúrgicos (618), obstétricos (438), pediátricos (358) e complementares (220). Existem 60 leitos considerados de outras especialidades e podem ser encontrados em Porto Velho (54), Ariquemes (1), Jaru (2) e Ji-Paraná (3).

Quadro 3.6.5.4-4 - Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade municípios da All/Rondônia – 2009

Municípios e Alls Mesorregionais	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Quantidade existente	Quantidade SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares
Candeias do Jamari	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porto Velho	1.364	882	358	397	190	178	9	54	178
All Mesorregional Madeira Guaporé	1.364	882	358	397	190	178	9	54	178
Alto Paraíso	15	15	0	15	0	0	0	0	0
Ariquemes	244	74	72	60	56	36	0	1	19
Cabixi	20	2	0	16	0	4	0	0	0
Cacaulândia	26	26	0	16	3	7	0	0	0
Castanheiras	7	7	0	4	3	0	0	0	0
Chupinguaia	16	16	0	12	4	0	0	0	0
Colorado do Oeste	63	62	11	28	10	12	2	0	0
Corumbiara	15	15	0	9	2	4	0	0	0
Jaru	115	15	14	53	27	19	0	2	0
Ji-Paraná	267	86	83	69	54	35	6	3	17
Nova Brasilândia D'Oeste	44	44	5	25	8	6	0	0	0
Ouro Preto do Oeste	125	61	42	38	24	16	0	0	5
Parecis	8	8	0	8	0	0	0	0	0
Pimenta Bueno	66	46	6	20	25	14	0	0	1

Municípios e AIs Mesorregionais	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Quantidade existente	Quantidade SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares
Presidente Médici	49	49	6	29	6	8	0	0	0
Primavera de Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rolim de Moura	121	100	21	59	25	16	0	0	0
São Felipe D'Oeste	16	16	0	16	0	0	0	0	0
Teixeirópolis	9	9	0	5	1	3	0	0	0
All Mesorregional Leste Rondoniense	1.226	651	260	482	248	180	8	6	42
TOTAL AI	2.590	1.533	618	879	438	358	17	60	220

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS. 2009

No ano 2009, no Estado de Rondônia, o Programa Saúde de Família (PSF) realizou 187.202 atendimentos. Deste total, 60,8% (113.878) dos atendimentos ocorreram entre os municípios rondonienses analisados: 34.846 na AI Mesorregional Madeira Guaporé, e 79.032 na AI Mesorregional Leste Rondoniense.

Quadro 3.6.5.4-5 - População coberta pelo Programa Saúde da Família (PSF) nos municípios da AI/Rondônia – 2009

Municípios, AIs Mesorregionais e Estado	Nº Famílias por Município
Candeias do Jamari	2.836
Porto Velho	32.010
All Mesorregional Madeira Guaporé	34.846
Alto Paraíso	1.940
Ariquemes	14.360
Cabixi	-
Cacaulândia	780
Castanheiras	1.066
Chupinguaia	313
Colorado do Oeste	3.002
Corumbiara	933
Jaru	10.004
Ji-Paraná	8.053
Nova Brasilândia D'Oeste	2.863
Ouro Preto do Oeste	9.521
Parecis	811
Pimenta Bueno	6.485
Presidente Médici	3.324
Primavera de Rondônia	1.016
Rolim de Moura	12.789
São Felipe D'Oeste	457
Teixeirópolis	1.315
All Mesorregional Leste Rondoniense	79.032
Rondônia	187.202

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica -Cadastramento Familiar – DATASUS

(2) Mato Grosso

Na área mato-grossense em estudo, de acordo com os dados do DATASUS referentes ao mês de agosto de 2009, há 1.827 estabelecimentos de saúde. Grande parte deles (63,7%) está localizado no município de Cuiabá, onde existem 90 centros de saúde, 196 clínicas especializadas, 722 consultórios, 14 hospitais, 85 unidades de serviço de apoio à diagnose e terapia, 2 postos de saúde e 1 unidade de vigilância. Além de Cuiabá, apenas três municípios se destacam por possuírem todos os tipos de estabelecimento de saúde. São eles: Rondonópolis, somando 307 estabelecimentos, Campo Verde, com 45 estabelecimentos, e, Pontes e Lacerda, com 42 estabelecimentos. Oito municípios não possuem hospital geral registrado: Acorizal, Jangada, Alto Garças, São José do Povo, Lambari D'Oeste, Nova Lacerda, Reserva do Cabaçal e Vale de São Domingos. Já os Centros de Saúde estão presentes em todos os municípios analisados.

Quadro 3.6.5.4-6 - Estabelecimentos de saúde por tipo municípios da AII/Mato Grosso – 2009

Municípios e AII's Mesorregionais	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Secretaria de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Acorizal	1	1	0	0	3	0	0	0	0	5
Alto Paraguai	2	1	0	1	2	0	1	1	0	8
Cuiabá	90	196	722	14	2	1	85	1	53	1.164
Jangada	4	0	0	0	0	0	1	0	0	5
Rosário Oeste	4	1	1	1	2	0	2	1	0	12
Santo Antônio do Leverger	4	1	1	1	10	1	0	0	1	19
All Centro-Sul Mato-grossense	105	200	724	17	19	2	89	3	54	1.213
Alto Araguaia	6	2	1	3	0	0	0	0	0	12
Alto Garças	4	1	3	0	0	1	0	0	2	11
Campo Verde	7	3	17	2	7	1	4	1	3	45
Guiratinga	6	1	8	1	0	0	1	0	1	18
Jaciara	12	6	8	2	0	0	2	0	3	33
Juscimeira	4	2	1	1	2	1	0	0	0	11
Pedra Preta	4	1	3	1	1	1	1	0	0	12
Poxoréo	5	0	4	1	0	0	1	0	0	11
São José do Povo	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Rondonópolis	37	16	206	5	5	1	28	1	8	307
All Sudeste Mato-grossense	86	32	251	16	16	5	37	2	17	462
Araputanga	3	2	2	1	3	0	2	1	0	14
Barra do Bugres	6	5	3	1	2	0	2	0	4	23
Comodoro	6	1	1	1	5	0	6	0	2	22
Jauru	3	1	2	1	6	0	2	0	0	15

Municípios e Alls Mesorregionais	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Secretaria de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Lambari D'Oeste	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3
Vila Bela da Santíssima Trindade	5	1	0	1	3	1	1	0	0	12
Nova Lacerda	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Pontes e Lacerda	9	4	12	3	3	1	4	1	5	42
Reserva do Cabaçal	1	2	0	0	0	1	0	0	0	4
Rio Branco	2	1	0	1	0	1	0	0	0	5
Salto do Céu	2	0	0	1	1	1	1	0	0	6
Vale de São Domingos	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
All Sudoeste Mato-grossense	42	19	20	10	24	6	18	2	11	152
TOTAL All	233	251	995	43	59	13	144	7	82	1.827

Fonte: DATASUS

A maior parte dos estabelecimentos de saúde existentes no conjunto dos municípios em estudo é privada (1.389) e está situada em Cuiabá (1.022). Vale ressaltar que, em 9 municípios, não há registro de unidades privadas de saúde, sendo eles: Acorizal, Alto Paraguai, Jangada, São José do Povo, Lambari D'Oeste, Nova Lacerda, Reserva do Cabaçal, Rio Branco e Vale do São Domingos. Com relação às unidades públicas, elas são 424 e estão presentes, em maior ou menor grau, em todos os municípios analisados. Existem, ainda, 14 unidades filantrópicas situadas em 6 municípios – Cuiabá (8), Rosário do Oeste (1), Poxoréu (1), Rondonópolis (2), Jauru (1) e Vila Bela Santíssima Trindade (1).

Quadro 3.6.5.4-7 - Estabelecimentos de saúde por tipo de prestador- municípios da All/Mato Grosso - out/2009

Municípios e Alls Mesorregionais	Público	Filantrópico	Privado	Total
Acorizal	5	0	0	5
Alto Paraguai	8	0	0	8
Cuiabá	134	8	1.022	1.164
Jangada	5	0	0	5
Rosário Oeste	9	1	2	12
Santo Antônio do Leverger	18	0	1	19
All Centro-Sul Mato-grossense	179	9	1.025	1.213
Alto Araguaia	8	0	4	12
Alto Garças	7	0	4	11
Campo Verde	24	0	21	45
Guiratinga	9	0	9	18
Jaciara	16	0	17	33
Juscimeira	8	0	3	11
Pedra Preta	8	0	4	12
Poxoréu	5	1	5	11

Municípios e Alls Mesorregionais	Público	Filantrópico	Privado	Total
São José do Povo	2	0	0	2
Rondonópolis	58	2	247	307
All Sudeste Mato-grossense	145	3	314	462
Araputanga	8	0	6	14
Barra do Bugres	13	0	10	23
Comodoro	15	0	7	22
Jauru	10	1	4	15
Lambari D'Oeste	3	0	0	3
Vila Bela da Santíssima Trindade	10	1	1	12
Nova Lacerda	3	0	0	3
Pontes e Lacerda	21	0	21	42
Reserva do Cabaçal	4	0	0	4
Rio Branco	5	0	0	5
Salto do Céu	5	0	1	6
Vale de São Domingos	3	0	0	3
All Sudoeste Mato-grossense	100	2	50	152
TOTAL All	424	14	1.389	1.827

Fonte: DATASUS

No ano de 2009, havia 3.196 leitos hospitalares nos municípios pertencentes as Alls Mesorregionais, sendo 2.269 vinculados ao SUS. Os leitos cirúrgicos são predominantes (905), seguidos pelos pediátricos (479), obstétricos (375), complementares (374), além dos leitos de outras especialidades (204). O município de Cuiabá é o que concentra o maior número de leitos (1.895), além da existência de todas as especialidades. Destaca-se também a cidade de Rondonópolis pela mesma razão de Cuiabá – quantidade de leitos (462) e todas as especialidades podem ser encontradas.

Quadro 3.6.5.4-8 - Número de leitos de internação por tipo de prestador segundo especialidade - municípios da All/Mato Grosso – 2009

Municípios e Alls Mesorregionais	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Quantidade existente	Quantidade SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospita/DIA	Outras Especialidades	Complementares
Acorizal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto Paraguai	42	42	5	18	10	8	0	0	1
Cuiabá	1.895	1.201	611	433	174	249	6	112	310
Jangada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosário Oeste	64	56	8	35	11	9	0	0	1
Santo Antônio do Leverger	25	25	5	11	4	4	0	0	1
All Centro-Sul Mato-grossense	2.026	1.324	629	497	199	270	6	112	313
Alto Araguaia	106	87	12	52	18	24	0	0	0

Municípios e Alls Mesorregionais	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Quantidade existente	Quantidade SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares
Alto Garças	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campo Verde	52	48	10	19	11	11	0	0	1
Guiratinga	21	17	4	5	6	5	0	0	1
Jaciara	61	30	25	15	10	10	0	1	0
Juscimeira	20	15	0	13	2	5	0	0	0
Pedra Preta	28	28	8	7	6	7	0	0	0
Poxoréo	91	77	17	29	14	24	0	3	4
São José do Povo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondonópolis	462	373	127	99	43	56	8	87	42
All Sudeste Mato-grossense	841	675	203	239	110	142	8	91	48
Araputanga	18	16	5	5	5	3	0	0	0
Barra do Bugres	86	86	14	31	12	19	0	2	8
Comodoro	42	31	7	17	8	10	0	0	0
Jauru	38	33	9	18	4	6	0	0	1
Lambari D'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	28	19	6	8	10	4	0	0	0
Nova Lacerda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	83	51	24	21	18	16	0	0	4
Reserva do Cabaçal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	20	20	5	5	6	4	0	0	0
Salto do Céu	14	14	3	3	3	5	0	0	0
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
All Sudoeste Mato-grossense	329	270	73	108	66	67	0	2	13
TOTAL All	3.196	2.269	905	844	375	479	14	205	374

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS

O Programa Saúde da Família atendeu, até o mês de julho do ano de 2009, 225.527 famílias nos municípios compreendidos nas Alls Mesorregionais mato-grossenses, estando, inclusive, presente em todos estes municípios.

Quadro 3.6.5.4-9 - População coberta pelo Programa Saúde da Família (PSF) nos municípios da All/Mato Grosso – 2009

Municípios e UF	Nº Famílias por Município
Acorizal	1.651
Alto Paraguai	2.291
Cuiabá	80.853
Jangada	2.171

Municípios e UF	Nº Famílias por Município
Rosário Oeste	4.790
Santo Antônio do Leverger	4.214
All Centro-Sul Mato-grossense	95.970
Alto Araguaia	4.055
Alto Garças	2.638
Campo Verde	9.222
Guiratinga	3.769
Jaciara	7.416
Juscimeira	3.397
Pedra Preta	3.720
Poxoréu	4.699
São José do Povo	1.029
Rondonópolis	45.652
All Sudeste Mato-grossense	85.597
Araputanga	4.099
Barra do Bugres	6.704
Comodoro	3.865
Jauru	3.241
Lambari D'Oeste	1.730
Vila Bela da Santíssima Trindade	5.353
Nova Lacerda	2.363
Pontes e Lacerda	11.708
Reserva do Cabaçal	780
Rio Branco	1.742
Salto do Céu	1.340
Vale de São Domingos	1.035
All Sudoeste Mato-grossense	43.960
Mato Grosso	653.088

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Cadastramento Familiar – DATASUS

(3) Goiás

De acordo com o banco de dados do Ministério da Saúde (DATASUS), a partir de informações referentes ao mês de agosto do ano de 2009, na área goiana em estudo, há 154 estabelecimentos de saúde. A maior parte deles (112) está situada no município de Jataí, onde existem 4 hospitais gerais e 15 clínicas/ambulatórios especializados, além de unidades de apoio à diagnose e terapia (2), unidades de vigilância em saúde (1), centros de saúde (15) e consultórios isolados (71). O município de Mineiros também dispõe de 4 hospitais gerais, além de 2 clínicas especializadas, 1 posto de saúde, unidades de apoio à diagnose e terapia, centros de saúde e consultórios isolados, totalizando 24 unidades de saúde. O município de Caçu conta com um hospital geral e, ao todo, 13 unidades de saúde. A situação é mais precária nos municípios de Serranópolis e Santa Rita do Araguaia, que não dispõem de hospitais gerais. Em Santa Rita do Araguaia, há apenas um centro de saúde, enquanto que em

Serranópolis, a população conta com uma unidade mista de atendimento 24 horas e mais dois centros de saúde e uma unidade de vigilância sanitária.

Quadro 3.6.5.4-10 - Número de Unidades de Saúde por tipo de Estabelecimentos - municípios da All/Goiás - Ago/2009

Municípios e All Mesorregional	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Caçu	4	1	3	1	0	0	3	0	0	13
Jataí	15	15	71	4	0	0	2	1	0	112
Mineiros	5	2	3	4	1	0	4	0	1	24
Santa Rita do Araguaia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serranópolis	2	0	0	0	0	1	0	1	0	4
All Mesorregional Sul Goiano	27	18	77	9	1	1	9	2	1	154

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS

Na All Mesorregional Sul Goiano, de acordo com informações de outubro de 2009, das 154 unidades de saúde existentes, havia 95 privadas, 55 públicas e 4 filantrópicas. A maior parte das unidades de saúde privadas se localizam no município de Jataí (74), havendo ainda 13 unidades no município de Mineiros e 8, no município de Caçu. As 4 unidades de saúde filantrópicas existentes nesta All Mesorregional estão situadas no município de Jataí. Este município também é predominante na localização das unidades públicas de saúde.

Quadro 3.6.5.4-11 - Número de Unidades de Saúde por tipo de prestador nos municípios da All/Goias - Out/2009

Municípios e All Mesorregional	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Caçu	5	0	8	0	13
Jataí	34	4	74	0	112
Mineiros	11	0	13	0	24
Santa Rita do Araguaia	1	0	0	0	1
Serranópolis	4	0	0	0	4
All Mesorregional Sul Goiano	55	4	95	0	154

Fonte: DATASUS

O conjunto de municípios goianos em estudo dispõe de 311 leitos hospitalares, 170 dos quais vinculados ao SUS. A maior parte destes leitos, assim como as unidades de saúde, está concentrada no município de Jataí, seguido pelo município de Mineiros. O município de Jataí é o único desta All Mesorregional a dispor de leitos que não são vinculados ao SUS e que constituem, inclusive, a maioria dos leitos disponíveis no município. A maior parte dos leitos disponíveis na área em estudo goiana é constituída por leitos “clínicos”, havendo ainda quantidade significativa de leitos cirúrgicos, obstétricos e pediátricos. O município de Santa Rita do Araguaia não conta com leitos hospitalares.

Quadro 3.6.5.4-12 - Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade nos municípios da All/Goias - 2007

Municípios e All Mesorregional	Vinculação ao SUS		Especialidade							Total
	Qtd_ existente	Qtd_ SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	Outras Especialidades	Complementares	
Caçu	29	29	2	5	0	3	4	0	0	29
Jataí	217	76	59	62	60	34	0	0	2	217
Mineiros	47	47	5	21	1	6	6	1	0	47
Santa Rita do Araguaia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serranópolis	18	18	2	6	5	5	0	0	0	18
All Mesorregional Sul Goiano	311	170	68	94	66	48	10	1	2	311

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS

O Programa Saúde da Família (PSF), do Ministério da Saúde, apresenta razoável capilaridade, estando presente em todos os municípios goianos em estudo. No ano de 2009, foram atendidas 33.806 famílias no conjunto de municípios goianos em estudo, representando 3,3% do total de famílias atendidas no Estado de Goiás. A maior parte destas famílias (52,4%) residia no município de Jataí, seguido por Mineiros (27,4%), Caçu (12,9%), Santa Rita do Araguaia (3,7%) e Serranópolis (3,6%).

Quadro 3.6.5.4-13 - População coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) nos municípios da AII/Goias - - 2009

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Nº Famílias por Município
Caçu	4.373
Jataí	17.701
Mineiros	9.261
Santa Rita do Araguaia	1.264
Serranópolis	1.207
AII Mesorregional Sul Goiano	33.806
Goiás	1.039.399

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Cadastramento Familiar – DATASUS

(4) Minas Gerais

Na área em estudo no Estado de Minas Gerais, há 3 hospitais gerais, situados nos municípios de Ituramã, Santa Vitória e União de Minas. Ao todo, são 79 unidades de saúde no conjunto de municípios mineiros em estudo, 47 das quais situadas no município de Ituramã.

Quadro 3.6.5.4-14 – Estabelecimentos de Saúde por tipo nos municípios da AII/Minas Gerais - 2009

Municípios e AII Mesorregional	Centro de Saúde e/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/ Ambulatório especializado	Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
Iturama	9	12	15	1	0	4	1	1	0	47
Limeira do Oeste	2	0	2	0	2	2	1	1	0	10
Santa Vitória	5	2	7	1	0	2	0	0	0	18
União de Minas	2	0	1	1	0	0	0	0	0	4
AII Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	18	14	25	3	2	8	2	2	0	79

Fonte: DATASUS

Entre as 79 unidades de saúde existentes na AII mineira, 38 são públicas, 39, privadas, e 2 filantrópicas. A maior parte das unidades privadas está situada no município de Ituramã (31), havendo ainda 2 em Limeira do Oeste e 6 em Santa Vitória. As unidades públicas se encontram mais distribuídas, sendo 15 em Ituramã, 12 em Santa Vitória, 8

em Limeira do Oeste e 3 em União de Minas, que conta também com uma unidade de caráter filantrópico.

Quadro 3.6.5.4-15 – Estabelecimentos de saúde por tipo de prestador nos municípios da AII/Minas Gerais – out/2009

Municípios e AII Mesorregional	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Iturama	15	1	31	0	47
Limeira do Oeste	8	0	2	0	10
Santa Vitória	12	0	6	0	18
União de Minas	3	1	0	0	4
AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	38	2	39	0	79

Fonte: DATASUS

No ano de 2007, o conjunto de municípios mineiros em estudo contava com 99 leitos hospitalares, 92 dos quais vinculados ao SUS. Os 7 leitos não credenciados ao SUS eram oferecidos no município de Santa Vitória. A maior parte dos leitos existentes eram das especialidades clínica (40), cirúrgica (28), obstétrica (16) e pediátrica (13), existindo ainda 2 leitos de especialidade classificada como “complementar”, ambos no município de Iturama. Até 2007, o município de Limeira do Oeste não dispunha de leitos hospitalares.

Quadro 3.6.5.4-16 - Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade nos municípios da AII/Minas Gerais – 2007

Municípios e AII Mesorregional	Vinculação ao SUS		Especialidade							Total
	Qtd_ existente	Qtd_ SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DI A	Outras Especialidades	Complementares	
Iturama	52	52	21	15	8	6	0	0	2	52
Limeira do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Vitória	32	25	4	19	5	4	0	0	0	32
União de Minas	15	15	3	6	3	3	0	0	0	15
AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	99	92	28	40	16	13	0	0	2	99

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS

Na AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em 2009, 13.605 famílias foram atendidas pelo Programa de Saúde da Família, a maior parte destas residente no município de Iturama. No município de Limeira do Oeste, não foi registrado atendimento pelo PSF.

Quadro 3.6.5.4-17 - População coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) nos municípios da All Minas Gerais – 2009

Municípios, All Mesorregional e Estado	Nº Famílias por Município
Iturama	7.152
Limeira do Oeste	-
Santa Vitória	5.334
União de Minas	1.119
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	13.605
Minas Gerais	3.357.700

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Cadastramento Familiar – DATASUS

(5) São Paulo

A área em estudo no Estado de São Paulo, segundo informações de agosto de 2009, dispõe de 1.321 unidades de saúde, 638 distribuídas pelos municípios da All Mesorregional São José do Rio Preto e 682, na All Mesorregional Araraquara. De todos os municípios paulistas analisados, apresentam uma rede de saúde mais numerosa e diversificada os municípios de Araraquara (37,8% das unidades de saúde da área paulista em estudo), Fernandópolis (18%) e Votuporanga (15,7%). Em seguida, vêm os municípios de Itápolis, com 77 estabelecimentos, e Mirassol, com 58. Onze dos municípios paulistas que serão atravessados pela LT Madeira não dispõem de hospital geral. São eles: Gavião Peixoto, Guarani d'Oeste, Macedônia, Marapoama, Meridiano, Nova Aliança, Pedranópolis, Poloni, Sebastianópolis do Sul e Valentim Gentil.

Quadro 3.6.5.4-18 – Estabelecimentos de Saúde por tipo nos municípios da All/São Paulo – 2009

Municípios, Alls Mesorregionais	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde		Consultório Isolado	Hospital geral	Posto de saúde	Unid Mista - atend 24h: atenção básica, intern/urg	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Outras	Total
	Ambulatório Especializado	Clinica Especializada/								
Araraquara	29	70	351	3	10	0	17	2	0	499
Gavião Peixoto	3	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Itápolis	7	0	57	1	1	1	8	1	0	77
Nova Europa	4	1	0	1	0	0	0	0	0	7
Tabatinga	4	0	26	1	1	0	5	1	0	39
Bariri	6	1	26	1	0	0	3	0	0	37
Boa Esperança do Sul	4	0	5	1	0	0	2	0	0	12
Bocaina	3	0	1	1	0	0	1	0	1	7
All Mesorregional Araraquara	60	72	466	9	12	1	36	5	1	682
Fernandópolis	15	7	178	2	2	0	23	2	0	238
Guarani d'Oeste	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ibirá	3	1	1	1	1	0	2	0	0	9
Indiaporã	1	0	1	1	1	0	0	0	0	4
Itajobi	4	0	4	1	0	0	2	0	0	11
Jaci	2	4	0	1	0	0	1	0	0	8
Macedônia	1	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Marapoama	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Meridiano	1	0	1	0	1	0	0	0	0	3
Mirassol	5	19	20	2	1	0	7	1	0	58
Monte Aprazível	4	11	10	1	2	0	1	0	0	30
Neves Paulista	2	1	4	1	1	0	1	0	0	10
Nova Aliança	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Ouroeste	1	0	5	1	1	0	0	0	0	8
Pedranópolis	1	0	0	0	2	0	0	0	0	3
Poloni	1	0	4	0	0	0	1	0	0	6
Potirendaba	4	1	9	1	0	0	3	1	0	19
Sebastianópolis do Sul	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Urupês	3	2	1	1	0	0	1	0	0	8
Valentim Gentil	2	0	2	0	0	0	0	0	0	4
Votuporanga	14	14	160	3	0	0	14	0	0	208
All Mesorregional São	69	62	402	16	12	0	56	4	0	638
José do Rio Preto										
Total Alls Mesorregionais	130	134	868	25	24	1	92	9	1	1.321

Fonte: DATASUS

A maior parte das 1.321 unidades de saúde existentes na área paulista em estudo pertence à rede privada. São ao todo 1.052 estabelecimentos privados de saúde, que se concentram majoritariamente nos municípios de Araraquara, Fernandópolis e

Votuporanga. Nos municípios de Pedranópolis, Meridiano, Marapoama, Guarani d'Oeste e Gavião Peixoto, não há estabelecimentos de saúde da rede privada registrados. As unidades públicas de saúde estão presentes em todos os municípios paulistas analisados. Há, ainda, estabelecimentos de caráter filantrópico nos municípios de Votuporanga, Urupês, Potirendaba, Neves Paulista, Monte Aprazível, Mirassol, Jaci, Itajobi, Indiaporã, Ibirá, Fernandópolis, Itápolis, Bariri, Bocaina e Araraquara.

Quadro 3.6.5.4-19 – Estabelecimentos de saúde por tipo de prestador nos municípios da All/São Paulo – out/2009

Municípios, Alls Mesorregionais	Público	Filantrópico	Privado	Sindicato	Total
Araraquara	75	6	418	0	499
Gavião Peixoto	4	0	0	0	4
Itápolis	11	1	65	0	77
Nova Europa	5	0	2	0	7
Tabatinga	6	0	33	0	39
Bariri	7	1	28	1	37
Boa Esperança do Sul	6	0	6	0	12
Bocaina	3	1	2	1	7
All Mesorregional Araraquara	117	9	554	2	682
Fernandópolis	30	4	204	0	238
Guarani d'Oeste	1	0	0	0	1
Ibirá	4	1	4	0	9
Indiaporã	2	1	1	0	4
Itajobi	5	1	5	0	11
Jaci	2	4	2	0	8
Macedônia	1	0	2	0	3
Marapoama	1	0	0	0	1
Meridiano	3	0	0	0	3
Mirassol	12	1	45	0	58
Monte Aprazível	10	1	19	0	30
Neves Paulista	3	1	6	0	10
Nova Aliança	2	0	1	0	3
Ouroeste	3	0	5	0	8
Pedranópolis	3	0	0	0	3
Poloni	3	0	3	0	6
Potirendaba	7	1	11	0	19
Sebastianópolis do Sul	2	0	1	0	3
Urupês	4	1	3	0	8
Valentim Gentil	2	0	2	0	4
Votuporanga	21	3	184	0	208
All Mesorregional São José do Rio Preto	121	19	498	0	638
Total Alls Mesorregionais e Eletrodo de Terra	239	28	1.052	2	1.321

Fonte: DATASUS

Dos 1.873 leitos hospitalares existentes no conjunto de municípios paulistas em estudo, no ano de 2007, 875 eram vinculados ao SUS. Os leitos clínicos eram predominantes

(741), seguidos pelos cirúrgicos (409), pediátricos (239), obstétricos (212). Os leitos de outras especialidades se concentravam no município de Araraquara (124), havendo ainda 2 em Votuporanga. Os leitos de especialidades consideradas complementares estavam presentes nos municípios de Araraquara (81), Itápolis (4), Fernandópolis (21), Monte Aprazível (7), Votuporanga (24), e Bariri (5).

Quadro 3.6.5.4-20 - Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade nos municípios da AI/São Paulo – 2007

Municípios e AIs Mesorregionais	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Qtd_existente	Qtd_SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	OutrasEspecialidades	Complementares
Araraquara	681	315	126	199	66	85		124	81
Gavião Peixoto	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itápolis	112	50	49	41	14	4	0	0	4
Nova Europa	12	7	2	6	2	2	0	0	0
Tabatinga	35	22	6	15	9	5	0	0	0
Bariri	71	51	10	30	14	12	0	0	5
Boa Esperança do Sul	15	13	5	5	2	3	0	0	0
Bocaina	35	30	2	21	6	6	0	0	0
All Mesorregional Araraquara	961	488	200	317	113	117	0	124	90
Fernandópolis	193	108	51	76	16	29	0	0	21
Guarani d'Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibirá	38	5	4	12	5	3	0	0	0
Indiaporã	24	9	6	19	8	5	0	0	0
Itajobi	36	15	10	20	4	2	0	0	0
Jaci	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Macedônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marapoama	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Meridiano	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mirassol	93	24	17	58	12	6	0	0	0
Monte Aprazível	80	35	8	42	6	17	0	0	7
Neves Paulista	35	11	0	28	2	5	0	0	0
Nova Aliança	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ouroeste	39	10	8	20	4	7	0	0	0
Pedranópolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Municípios e AIs Mesorregionais	Vinculação ao SUS		Especialidade						
	Qtd_existente	Qtd_SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Obstétrico	Pediátrico	Hospital/DIA	OutrasEspecialidades	Complementares
Poloni	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Potirendaba	28	20	8	10	7	3	0	0	0
Sebastianópolis do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Urupês	37	15	6	20	5	6	0	0	0
Valentim Gentil	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Votuporanga	309	135	91	119	34	39	0	2	24
AI Mesorregional São José do Rio Preto	912	387	209	424	103	122	0	2	52
Total AIs Mesorregionais	1.873	875	409	741	216	239	0	126	142

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – DATASUS

No ano de 2009, na área paulista em estudo, 82.611 famílias foram atendidas pelo Programa de Saúde da Família (PSF) que, apesar de apresentar grande capilaridade, não esteve presente nos municípios de Poloni e Marapoama. Dado o porte populacional dos municípios, merece destaque a ampla cobertura pelo PSF nos municípios de Gavião Peixoto, Itajobi e Potirendaba.

Quadro 3.6.5.4-21 - População coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) nos municípios da All/São Paulo – 2009

Municípios, Estado e Alls Mesorregionais	Nº Famílias por Município
Araraquara	16.284
Gavião Peixoto	5.906
Itápolis	586
Nova Europa	2.023
Tabatinga	2.318
Bariri	3.127
Boa Esperança do Sul	2.007
Bocaina	2.440
All Mesorregional Araraquara	34.691
Fernandópolis	9.802
Guarani d'Oeste	719
Ibirá	1.170
Indiaporã	1.405
Itajobi	4.500
Jaci	1.564
Macedônia	1.174
Marapoama	-
Meridiano	1.212
Mirassol	2.545
Monte Aprazível	1.831
Neves Paulista	2.195
Nova Aliança	456
Ouroeste	2.265
Pedranópolis	873
Poloni	-
Potirendaba	3.153
Sebastianópolis do Sul	1.073
Urupês	729
Valentim Gentil	751
Votuporanga	9.613
All Mesorregional São José do Rio Preto	47.030
São Paulo	4.149.264

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Cadastro Familiar – DATASUS

b. Profissionais de Saúde

No tocante aos serviços de saúde e profissionais disponíveis, atualmente, os serviços se concentram nos centros urbanos em todos os municípios que compõem a AII do empreendimento. A zona rural é atendida por agente de saúde que esporadicamente visita as famílias ou faz plantão no posto de saúde dos distritos.

No caso dos municípios pré-selecionados para abrigar canteiros de obras principais, a oferta de profissionais de saúde para atender a demanda atual é insuficiente. Apenas os municípios de Cuiabá, Fernandópolis e Araraquara apresentam o recomendado pela OMS, de haver pelo menos 1 médico para cada 1.000 habitantes. De acordo com os dados do IPEA, em 2000, os municípios de Cabixi(RO), União de Minas(MG) e Itápolis(SP) são os que apresentam maior carência de profissionais, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 3.6.5.4-22 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios pré-selecionados para canteiros de obra principal – 2000

UF	Municípios Pré-selecionados	Enfermeiros Residentes com Curso Superior - (%)	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
RO	Porto Velho	21,247	0,911
RO	Pimenta Bueno	0,304	0,363
RO	Ji-Paraná	0	0,631
RO	Jaru	54,248	0,852
RO	Cabixi	18,024	0
MT	Rondonópolis	34,638	0,892
MT	Jauru	9,331	0,306
MT	Barra do Bugres	38,095	0,348
MT	Pontes e Lacerda	0,003	0,307
MT	Alto Araguaia	0,663	0,469
MT	Cuiabá	31,032	1,54
GO	Jataí	0,0	0,4
MG	União de Minas	5,4	0,0
SP	Araraquara	18,3	1,6
SP	Itápolis	43	0
SP	Fernandópolis	25,4	1,7

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Embora os canteiros de obras seja dotados de enfermarias e médico do trabalho para atender as urgências dos trabalhadores ao longo da fase de obras do empreendimento, os municípios de Cabixi(RO), União de Minas(MG), Itápolis(SP), Pimenta Bueno (RO), Jauru (MT), Barra do Bugres(MT) e Pontes e Lacerda(MT) são os mais suscetíveis a sobre-carga nos serviços de saúde, uma vez que isso já ocorre no atual período.

.A seguir são apresentados os dados por município para cada estado atravessado pela LT.

(1) Rondônia

No ano 2000, não existia entre os municípios rondonienses analisados a quantidade mínima de 1 médico por 1000 habitantes recomendada pela OMS. Porto Velho possuía 0,911 médicos residentes por 1000 habitantes, Jaru, 0,852, e Cacaulândia, 0,835. Doze municípios não dispunham de médicos residentes. A proporção de enfermeiros residentes com curso superior variava de 0,022% em Rolim de Moura a 85,183 em Corumbiara, sendo que em Ji-Paraná não havia enfermeiros residentes com curso superior.

Quadro 3.6.5.4-23- Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da AI/Rondônia – 2000

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes com Curso Superior - (%)	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
Candeias do Jamari	37,561	0
Porto Velho	21,247	0,911
All Mesorregional Madeira Guaporé		
Alto Paraíso	14,356	0
Ariquemes	59,3	0,742
Cabixi	18,024	0
Cacaulândia	18,324	0,835
Castanheiras	22,013	0
Chupinguaia	8,483	0
Colorado do Oeste	2,681	0,83
Corumbiara	85,183	0
Jaru	54,248	0,852
Ji-Paraná	0	0,631
Nova Brasilândia D'Oeste	3,54	0
Ouro Preto do Oeste	55,768	0,268
Parecis	30,523	0
Pimenta Bueno	0,304	0,363
Presidente Médici	0,874	0
Primavera de Rondônia	22,84	0
Rolim de Moura	0,022	0,218
São Felipe D'Oeste	21,471	0
Teixeirópolis	17,881	0
All Mesorregional Leste Rondoniense		
Rondônia	21,288	0,475

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

(2) Mato Grosso

De acordo com os dados do IPEA, no ano 2000, dez dos municípios mato-grossenses analisados não possuíam médicos residentes, e apenas Cuiabá possuía a proporção

recomendada pela OMS de 1 médico/1000hab. No restante dos municípios esta proporção variava de 0,234 em Rosário do Oeste a 0,922 em Comodoro. Já os enfermeiros residentes com curso superior estavam presentes em todos os municípios analisados, sendo que em seis deles o percentual não atingia 1%: Rosário do Oeste, Alto Araguaia, Alto Garças, Poxoréu, Comodoro e Pontes e Lacerda.

Quadro 3.6.5.4-24 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da AII/Mato Grosso - 2000

Municípios e UF	Enfermeiros residentes com Curso Superior - (%)	Médicos residentes (por mil habitantes)
Acorizal	1,526	0
Alto Paraguai	1,645	0
Cuiabá	31,032	1,54
Jangada	17,809	0
Rosário Oeste	0,08	0,234
Santo Antônio do Leverger	45,385	0,424
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		
Alto Araguaia	0,663	0,469
Alto Garças	0,595	0,486
Campo Verde	37,899	0,621
Guiratinga	45,235	0,383
Jaciara	1,644	0,77
Juscimeira	4,761	0,749
Pedra Preta	3,298	0
Poxoréu	0,958	0
São José do Povo	29,146	0
Rondonópolis	34,638	0,892
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense		
Araputanga	2,784	0,479
Barra do Bugres	38,095	0,348
Comodoro	0,374	0,922
Jauru	9,331	0,306
Lambari D'Oeste	28,472	0,819
Vila Bela da Santíssima Trindade	11,179	0
Nova Lacerda	28,745	0
Pontes e Lacerda	0,003	0,307
Reserva do Cabaçal	37,567	0
Rio Branco	25,521	0
Salto do Céu	8,032	0,737
Vale de São Domingos	-	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense		
Mato Grosso	0,62	23,03

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

(3) Goiás

A proporção de médicos existentes para cada mil habitantes é um indicador da qualidade da infra-estrutura de saúde, sendo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a presença de um médico para cada mil habitantes, proporção esta que, até o ano de 2000, não havia sido alcançada por nenhum dos municípios goianos em estudo. Naquele ano, havia médicos residentes somente nos municípios de Caçu (0,6/1000 habitantes), Jataí (0,4) e Mineiros (0,3). Complementarmente, a porcentagem de enfermeiros residentes com curso superior revela a razão entre o total de pessoas residentes no município que exerce a profissão de enfermeiro e que tem curso superior e o total das pessoas residentes no município que exercem esta profissão vezes cem. No ano de 2000, este indicador era mais elevado, também, no município de Caçu, enquanto que, nos municípios de Jataí e Mineiros, não foi registrada a presença de enfermeiros residentes com curso superior. Em ambos os indicadores, os municípios analisados se encontravam abaixo da proporção apresentada pelo Estado de Goiás como um todo.

Quadro 3.6.5.4-25 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da AII/Goiás – 2000

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes com Curso Superior - (%) *	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
Caçu	3,2	0,6
Jataí	0,0	0,4
Mineiros	0,0	0,3
Santa Rita do Araguaia	2,2	0,0
Serranópolis	0,8	0,0
Goiás	10,2	0,9

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

(4) Minas Gerais

No ano de 2000, na área mineira em estudo, havia médicos residentes apenas nos municípios de Ituramã e Santa Vitória, apresentando este último proporção mais próxima à recomendada pela OMS, que é de 1 médico residente para cada mil habitantes. Quanto à existência de enfermeiros com curso superior, a proporção variava de 5,4%, no município de União de Minas, a 22,2%, no município de Ituramã.

Quadro 3.6.5.4-26 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da AII/Minas Gerais– 2000

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes c/ curso superior - (%) *	Médicos Residentes (por mil habitantes)
Ituramã	22,2	0,4
Limeira do Oeste	18,8	0,0
Santa Vitória	20,6	0,8
União de Minas	5,4	0,0
Minas Gerais	11,8	1,2

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

(5) São Paulo

No ano de 2000, enquanto 16 municípios paulistas da All não dispunham de médicos residentes, 6 dispunham de mais de 1 médico por mil habitantes (proporção mínima recomendada pela OMS): Araraquara, Tabatinga, Fernandópolis, Indiaporã, Urupês e Votuporanga. A proporção de enfermeiros residentes com curso superior variava de 1,1% em Tabatinga a 74,1%, em Valentim Gentil.

Quadro 3.6.5.4-27 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da All /São Paulo– 2000

Municípios e UF	Enfermeiros Residentes Com Curso Superior - (%) *	Médicos Residentes (Por Mil Habitantes)
Araraquara	18,3	1,6
Gavião Peixoto	23,8	0,8
Itápolis	43	0
Nova Europa	2,6	0
Tabatinga	1,1	1,6
Bariri	0,157	0,456
Boa Esperança do Sul	13,499	0,574
Bocaina	16,426	0,401
All Mesorregional Araraquara		
Fernandópolis	25,4	1,7
Guarani d'Oeste	7,1	0
Ibirá	14,7	0
Indiaporã	24,6	1,1
Itajobi	18,7	0,4
Jaci	13,3	0
Macedônia	8,6	0
Marapoama	28	0
Meridiano	50	0
Mirassol	13	0,9
Monte Aprazível	10,4	0
Neves Paulista	12,6	0
Nova Aliança	3,3	0
Ouroeste	5,3	0
Pedranópolis	8,2	0
Poloni	5,6	0
Potirendaba	11	0,4
Sebastianópolis do Sul	8,8	0
Urupês	10	1,6
Valentim Gentil	74,1	0
Votuporanga	16,9	1,9
All Mesorregional São José do Rio Preto		
São Paulo	13,8	1,6

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

- **Serviços Disponíveis e Principais doenças identificadas ao Longo do Corredor em Estudo**

Nas regiões visitadas durante o levantamento de campo não foi observada incidência significativa relativa a ocorrência de doenças típicas ou epidemias sazonais diferente da dengue, do corredor de estudo. Sem desconsiderar, contudo, a observância de casos eventuais de algumas doenças como malária e dengue, no trecho 1: Porto Velho(RO) – Nova Lacerda(MT); dengue e leishmaniose no trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT) e dengue no trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara(SP), o que valida a tese da incidência generalizada da dengue ao longo da AID. A dengue por se tratar de uma doença mais sensível as mudanças climáticas, sobretudo em áreas tropicais e subtropicais, ainda de difícil controle, foi identificada maior ocorrência em relação à malária e leishmaniose. A malária vem ao longo dos últimos anos, recebendo tratamento intensivo para sua prevenção junto ao Programa de Saúde da Família, o que vem acarretando sua diminuição em áreas mais freqüente ocorrência, como no caso das zonas rurais.

Nos municípios onde se localizam os canteiros de obras, a maior incidência de doenças endêmicas no ano de 2009, destaca-se a dengue em Cerejeiras (RO), Pimenta Bueno (RO) e Ji-Paraná (RO); os municípios de Pimenta Bueno, Cerejeiras e Ariquemes na incidência de malária. Já no trecho 2, destaca-se os municípios de Jauru (MT) e Pontes Lacerda (MT) com alta incidência de dengue e o município de Rondonópolis com alta ocorrência de leishmaniose. No trecho 3 destaca-se os municípios de União de Minas (MG) na incidência de dengue. Demasiadas causas foram apresentadas para justificar as causas morte nos municípios ao longo da AID. Contudo, destaca-se as declarações de cardiopatias no trecho 1 e 2 e doenças respiratórias, doenças vasculares, bem como neoplasias no corredor de estudo do trecho 3.

No tocante aos serviços de saúde, de modo geral, os serviços se concentram nos centros urbanos, ao longo do corredor do trecho 1 e 2 e grande parte do trecho 3. Contudo no Estado de São Paulo, essa situação é alterada, observando unidades de saúde mais freqüentes em zonas rurais. O serviço básico de saúde se caracteriza pelo atendimento com consultas por profissionais práticos, triagens e encaminhamentos para hospitais em caso de diagnósticos graves. Foi observado também atendimento de saúde em fazendas de grande porte, prestando socorro elementar e realizando remoções para unidades de serviço médico nos trechos 1 e 2 do corredor em estudo.

No estado de Rondônia, os pequenos núcleos urbanos de Porto Velho, Vila Triunfo (Candeias do Jamari), Vila Novo Paraíso (São Felipe D'Oeste), Boa Esperança (Chupinguaia) e Planalto (Cabixi), possuem postos de saúde que oferecem serviços básicos. O Posto de Saúde de Boa Esperança possui uma profissional de enfermagem que realiza atendimento de pressão, vacinação, pré-natal e acompanha a saúde da criança, da mulher e do idoso. O atendimento médico e odontológico acontece a cada sete dias, mediante disponibilidade de profissionais na cidade de Chupinguaia. De acordo com a enfermeira, a falta de um médico que atue permanentemente na cidade, associada à falta de medicamentos básicos, faz com que o posto limite os atendimentos. Complementa que os pacientes em estado grave são encaminhados para a cidade de Ji-Paraná, distante cerca de 150 quilômetros. Os serviços de saúde encontrados em Boa Esperança refletem as condições dos demais vilarejos e distritos da AID.

Em Rondônia, os casos de alta complexidade são encaminhados, dependendo da localização, às cidades Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura e Pimenta Bueno. A cidade de Porto Velho, em razão de concentrar os melhores recursos na área de saúde

No estado do Mato Grosso todas as localidades pesquisadas ao longo do corredor de estudo, apresentam algum tipo de cobertura em saúde, seja através de posto de saúde ou agente de saúde, os quais fazem o acompanhamento das famílias residentes. Em geral, essas unidades dispõem de auxiliares de enfermagem e ACSs (agentes comunitários de saúde), que realizam visitas domiciliares e que dependendo do tamanho da população de onde está localizada, pode possuir ambulância. Os serviços de saúde em alta e média complexidade são oferecidos, na área de influência do empreendimento, nos municípios de Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres, Cuiabá e Rondonópolis e na maioria dos agravos, as prefeituras oferecem a remoção dos pacientes para essas localidades.



Foto 3.6.5.4-1 - Unidades de Saúde localizadas nos distritos de Lucialva e Baús, respectivamente.



Foto 3.6.5.4-2 - Informativo anunciando a visita de dentista no assentamento Chico Mendes.

No trecho 3, destaca-se o melhor atendimento ao longo da AID. No caso dos municípios (Limeira do Oeste e Iturama - MG) localizados no Triângulo Mineiro, as condições na área da saúde são melhores do que as observadas no Sudoeste Goiano (Santa Rita do Araguaia, Serranópolis, Mineiros, Jataí, Itarumã-GO, Itajaí, Caçu). Nos municípios de Limeira do Oeste e Iturama, foi possível identificar a presença de hospitais e postos de saúde assim como, a presença de agentes de saúde, nas regiões mais afastadas das sedes dos municípios. No entanto, em casos de maior gravidade, os pacientes são encaminhados para outros municípios, como Uberlândia e, até mesmo, para municípios do estado de São Paulo como Fernandópolis e São José do Rio Preto. No município de Santa Rita do Araguaia e demais, identificou-se um posto de saúde na sede da cidade. Contudo, devido à escassez de médicos e especialidades, este posto realiza apenas o primeiro atendimento. Nos casos de maior gravidade e de internação, os moradores têm que ser transferidos para o município de Mineiros, que é pólo regional e possui hospitais de melhor estrutura.

O melhor atendimento se concentra na região do Noroeste Paulista. Nas vilas, comunidades, distritos, e povoados percorridos foi constatado a existência de posto de saúde, funcionando na maioria das vezes quatro vezes na semana e visita de agentes de saúde. No caso de emergências os moradores locais relataram que contam com auxílio dos municípios sede, que enviam ambulâncias para o transporte dos pacientes para o hospital do próprio município. Nos casos de maior gravidade, o encaminhamento é feito para os municípios pólos da região São do Rio Preto, Fernandópolis e Araraquara, Ribeirão Preto, Diferente das outras regiões deste trecho da LT, por apresentar maior número de povoados, assentamentos e distritos, constatou-se uma presença maior dos agentes de saúde para o atendimento nestas localidades. O quadro abaixo indica a presença dos agentes e postos de saúde nas localidades, bairros e distritos da AID.

Ao longo de todo o trecho observou -se que o trabalho dos agentes de saúde, em sua maioria, é o acompanhamento nutricional da criança, distribuição de hipoclorito e em alguns lugares visitados, tiram a medição da pressão arterial e fazem o acompanhamento da saúde da mulher e do idoso.

Na área da saúde, nos municípios localizados dentro da área de segurança do Eletrodo C1 São Paulo, os serviços oferecidos são feitos por agentes de saúde do Programa de Saúde da Família, por postos de saúde, encontrados nos distritos e localidades, e por hospitais nas sedes dos municípios e pólos regionais. Nas vilas, comunidades, distritos, e povoados percorridos foi constatado a existência de posto de saúde, funcionando na

maioria das vezes quatro vezes na semana e visita de agentes de saúde. No caso de emergências os moradores destes locais relataram que contam com auxílio dos municípios sede, que enviam ambulâncias para o transporte dos pacientes para o hospital do próprio município.

O Quadro a seguir apresenta os locais visitados, postos de saúde e profissionais de saúde existentes ao longo do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°01.

Quadro 3.6.5.4-28 - locais visitados, postos de saúde e profissionais de saúde existentes ao longo do traçado da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N1.

Estado	Município	Povoado/Localidade	Posto de Saúde	Agente de saúde
Trecho 1				
RO	Porto Velho	Famílias da Linha 22 e 27	Posto de Saúde Rio das Garças	1
RO	Candeias do Jamari	Famílias da linha 43	Vila Triunfo	-
RO	Candeias do Jamari	Famílias da linha 3, 9 e 27	Vila Triunfo	1
RO	Alto Paraíso	Famílias das linhas 631, 110 e 105	Vila Triunfo	1
RO	Alto Paraíso	Famílias das linhas 95, 100, 95 e 90	Cidade de Alto Paraíso	1
RO	Ariquemes	Famílias da linha 75	Cidade de Ariquemes	1
RO	Ariquemes	Famílias das linhas 70, 65, 60 e 40	Cidade de Ariquemes	1
RO	Cacaulândia	Famílias das linhas LC 20 e LC 25	Cidades de Cacaulândia e Jaru	1
RO	Jaru	Famílias das linhas 17, 464, 627, 608, 635	Cidade de Jaru	1
RO	Ouro Preto D'Oeste	Famílias das linhas 69, 63, 4, RO 470, 37, 8 e 12	Cidade de Ouro Preto D'Oeste	
RO	Teixeirópolis	Famílias das linhas 20 e 22	Cidade de Teixeiraópolis	1
RO	Ji-Paraná	Famílias das linhas 20 e 9	Cidade de Teixeiraópolis	1
RO	Ji-Paraná	Famílias da Linha 4	Cidade de Presidente Médici	1
RO	Presidente Médici	Famílias das linhas 1, 2, 3 e BR 429	Cidade de Presidente Médici	1
RO	Castanheiras	Famílias da Estrada Castanheiras	Cidade de Castanheiras	-
RO	Castanheiras	Famílias da Linha do Costa, Linha 176 e Estrada Jardinópolis	Cidades Jardinópolis e Rolim de Moura	1
RO	Rolim de Moura	Famílias das linhas 192, 196 e 204	Cidade de Rolim de Moura	1
RO	Pimenta Bueno	Famílias da RO 383	Cidade de Rolim de Moura	1
RO	São Felipe D'Oeste	Famílias da FP 17 e linha 29	Cidades de Rolim de Moura e Primavera de Rondônia	-
RO	Primavera de Rondônia	Famílias das linhas 45, 24 e 65	Cidade de Primavera de Rondônia	1
RO	Chupinguaia	Famílias das linhas 52, 85 e 95	Cidade de Boa Esperança	1
RO	Chupinguaia	Família das linhas 95, 100, 105 115, 125, 30, 35, 135, Estrada da Fazenda Santa Elina e Estrada da Fazenda Boa Vista	Cidade de Chupinguaia	2
RO	Corumbiara	Famílias das linhas 2, 3, 4 e 5	Cidade de Corumbiara	1
RO	Colorado do Oeste	Famílias da Linha Nova e linhas 1, 2, 3, 4, 5 e 6	Cidade de Colorado do Oeste	2
RO	Cabixi	Famílias da linha 7	Cidade de Cabixi	1
RO	Cabixi	Família das linhas 5, 6, 7, 8, 9 e 10 e Eixo Zero	Distrito de Planalto e Cabixi	-
MT	Comodoro	Empregados da Fazenda Realeza do Guaporé e Conguape	Comodoro	-
MT	Nova Lacerda	Empregados da Fazenda Fortaleza do Guaporé	Fazenda Fortaleza do Guaporé, Nova Lacerda e Vila Bela de Santíssima Trindade	1
Trecho 2				

Estado	Município	Povoado/Localidade	Posto de Saúde	Agente de saúde
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Santa Helena	1	1
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Guaporé	1	1
MT	Pontes e Lacerda	Gleba Catulino	1	1
MT	Jauru	Glega Corgão (PA Corgão)	1	1
MT	Jauru	Distrito de Lucialva	1	1
MT	Araputanga	PA Floresta (dentro do PA Vereda)	1	1
MT	Araputanga	Botas (Sede do PA Vereda) Pólo Local	1	1
MT	Reserva do Cabaçal	Área Urbana do município	1	5
MT	Reserva do Cabaçal	Acampamento Padre Maurício (trabalhadores sem terra)	1	1
MT	Salto do Céu	Assentamento Morada do Vale	1	1
MT	Salto do Céu	Assentamento Salto das Nuvens	1	1
MT	Salto do Céu	Assentamento Montechi	1	1
MT	Salto do Céu	Assentamento Cecília Antunes	1	1
MT	Salto do Céu	Vila São Jorge	1	1
MT	Barra dos Bugres	Assentamento Buriti Fundo	1	1
MT	Barra dos Bugres	Assentamento João e Maria	1	1
MT	Barra dos Bugres	Distrito de Currupira	1	1
MT	Jangada	Nova Jangada e Novo Horizonte (área de sítios)	1	1
MT	Acorizal	Comunidade Campo Limpo	1	1
MT	Acorizal	Assentamento Vale do Sol	1	1
MT	Acorizal	Comunidade Xavier (Charquinho, Mata grande e Laranjal)	1	1
MT	Acorizal	Distrito de Baús	1	2
MT	Cuiabá	Coxipó do Ouro	1	4
MT	Cuiabá	Acampamento de trabalhadores sem terra na estrada para Coxipó do Ouro	1	1
MT	Cuiabá	Assentamento 21 de Abril	1	1
MT	Santo Antonio Do Leverger	Assentamento Santo Antonio da Fartura	1	03
MT	Santo Antonio Do Leverger	Gleba Bigorna	1	1
MT	Santo Antonio Do Leverger	Ocupação na Fazenda Muller	Sem informação	Sem informação
MT	Jaciara	Vila Residencial Santa Fé (Usina Pantanal)	1	1
MT	Jaciara	Placa Santo Antonio	1	2
MT	Juscimeira	Santa Elvira	1	1
MT	Juscimeira	Comunidade Aldeinha	1	1
MT	Poxoréu	Assentamento Xico Mendes	1	1
MT	Rondonópolis	Vila Bueno	1	1
MT	Rondonópolis	Vila Naboreiro	1	2
MT	São José do Povo	Assentamento Marighela	1	1
MT	São Jose do Povo	Cascata	1	1
MT	São Jose Do Povo	Sede do município	1	4
MT	São José do Povo	Assentamento João Pessoa	1	2
Trecho 3				
GO	Serranópolis	Chapadão do Céu	1 Hospital e 1 posto de saúde	Não
SP	Ouroeste	Centro da Cidade	1 Hospital geral- Ouroeste	Não
SP	Sebastianópolis do Sul	Povoado do Retiro	1 Hospital - Sebastianópolis do Sul	1

Estado	Município	Povoado/Localidade	Posto de Saúde	Agente de saúde
SP	Monte Aprazível	Itaiúba	1 Santa Casa de Misericórdia de Monte Aprazível	2
SP	Urupês	Distrito de São João de Itaguaçu	Hospital	4
			Urupês	
SP	Marapoama	Centro da cidade	Hospital Catanduva e Posto	Não
SP	Itápolis	Centro da cidade	Santa Casa de Misericórdia e Centro de Saúde - Itápolis	6
SP	Tabatinga	Bairro Córrego do Meio	Posto Tabatinga e Hospital Gavião Peixoto	15
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá	Posto Tabatinga e Hospital Gavião Peixoto	2
Municípios do Eletrodo de terra				
SP	Gavião Peixoto	Bairro Vila Nova Paulicéia	sim	sim
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá	sim	sim
SP	Itápolis	Bairro Vila do Quadro	-	sim
SP	Matão	Distrito de São Lourenço do Turvo	sim	sim
SP	Nova Europa	Bairro Meia Léguas	não	sim
SP	Nova Europa	Córrego Bonito e Forquilha	não	sim
SP	Tabatinga	Bairro Monjolo	não	sim
SP	Tabatinga	Bairro Córrego do Meio	sim	sim
SP	Tabatinga	Vila Alice	sim	sim
RO	Porto Velho	Famílias da Linha 22	Posto de Saúde Rio das Garças	1
RO	Porto Velho	Famílias da Linha 27	Posto de Saúde Rio das Garças	1
RO	Candeias do Jamari	Famílias da linha 32	Vila Triunfo	1
RO	Candeias do Jamari	Famílias da linha 37	Vila Triunfo	1
RO	Candeias do Jamari	Famílias da linha 45	Vila Triunfo	1
RO	Candeias do Jamari	Famílias da linha 53	Vila Triunfo	1

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro/2009

c. Incidência de Endemias na All

Quanto à incidência de endemias, os dados disponíveis por municípios se referem somente aos estados de Mato Grosso e Rondônia, com exceção das informações relacionadas à AIDS, que permitem a totalização por municípios e Alls Mesorregionais. As informações sobre a incidência de malária também são limitadas a estes dois Estados. No caso da febre amarela, as informações disponíveis se referem aos totais estaduais. Assim sendo, após um panorama geral das principais endemias ocorrentes nos cinco estados que serão atravessados pela LT Madeira, passamos a uma análise pormenorizada da incidência destas endemias nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Entre 2000 e 2005, a taxa de incidência da **Leishmaniose tegumentar americana** se manteve bastante mais elevada nos estados de Rondônia e Mato Grosso, do que nos demais incluídos na área em estudo, sendo que a taxa se apresentou declinante no Mato Grosso e ascendente em Rondônia.

Quadro 3.6.5.4-29 – Taxa de incidência de Leishmaniose Tegumentar Americana – Estados - 2000/2005

Unidade da Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Rondônia	102,99	112,03	126,56	138,75	139,18	108,04	102,98
Mato Grosso	156,57	158,01	156,02	161,58	134	130,24	126,26
Goiás	10,49	8,98	8,46	9,37	8,01	9,32	7,7
Minas Gerais	10,47	6,7	8,88	9,62	7,88	9,02	7,45
São Paulo	0,72	1,35	2,14	2,64	1,55	1,15	1,35

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN

A Leishmaniose visceral, de uma maneira geral, apresenta baixa incidência em todos os cinco estados analisados. O Estado de Minas Gerais é o que apresenta a taxa de incidência mais elevada e, também, ascendente. No Estado de Rondônia, ao contrário, a incidência desta endemia foi praticamente zero em todo o período analisado.

Quadro 3.6.5.4-30 – Taxa de incidência de Leishmaniose Visceral – Estados- 2000/2005

Unidade da Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Rondônia	0	0	0	0	0,13	0
Mato Grosso	0,92	0,7	0,31	0,49	0,73	0,78
Goiás	0,88	0,35	0,33	0,38	0,29	0,23
Minas Gerais	1,22	0,76	1,58	1,84	3,24	2,55
São Paulo	0,24	0,22	0,32	0,46	0,24	0,4

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

Entre 2003 e 2005, no conjunto dos cinco estados analisados, houve crescimento na taxa de incidência de **dengue**. No entanto, as maiores taxas são apresentadas pelos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, onde esta endemia apresentou tendência ascendente. Nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, que apresentam as menores taxas, a incidência da doença vem declinando.

Quadro 3.6.5.4-31 – Taxa de incidência de dengue –Estados - 2003/2005

Unidades da Federação	2003	2004	2005
Rondônia	207,4	228,0	395,7
Mato Grosso	357,0	87,2	245,0
Goiás	165,8	108,1	338,7
Minas Gerais	82,3	72,8	59,8
São Paulo	70,8	11,5	19,1

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

De 2000 a 2006, foram notificados pelo Ministério da Saúde 2.298 casos de **febre amarela** nos cinco estados onde está situada a AII do empreendimento. Apesar do pico ocorrido em 2003, com 404 casos da doença, de uma maneira geral, a ocorrência de febre amarela vem caindo nos 5 estados como um todo. Em todo o período analisado, a maior parte dos casos ocorreu nos estados de São Paulo (45,4%) e Minas Gerais (30,4%). Neste último, desde 2004, o número de notificações vem diminuindo. Em São

Paulo, no entanto, o número de casos notificados permanece elevado, tendo ocorrido 107 casos de febre amarela no ano de 2006.

Quadro 3.6.5.4-32 – Número de casos notificados de febre amarela – Estados - 2000/2006

Unidade da Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Goiás	243	30	12	22	45	24	20	396
Mato Grosso	14	14	25	15	5	4	7	84
Minas Gerais	13	238	70	247	54	52	26	700
Rondônia	5	40	9	7	5	3	4	73
São Paulo	326	186	85	113	91	137	107	1045
Total	601	508	201	404	200	220	164	2298

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

Entre 2000 e 2008, na AII do empreendimento, foram notificados 3.885 casos de **AIDS**. A maior parte deles ocorreu nas AIIs Mesorregionais Centro-Sul Matogrossense, Madeira-Guaporé e Araraquara, nesta ordem. No entanto, enquanto esta última AII mesorregional apresenta tendência declinante, nas AIIs Mesorregionais que contêm as capitais Porto Velho e Cuiabá, o número de casos de AIDS notificados vem se elevando, tendo apresentado um pico no ano de 2005. Nas AIIs Mesorregionais Sul Goiano e São José do Rio Preto, embora o número de casos seja menor, vem ocorrendo tendência de crescimento.

Quadro 3.6.5.4-33 – Casos notificados de AIDS – Estados - 2000/2008

AII Mesorregionais	Período										Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
AII Mesorregional Madeira Guaporé	47	42	66	78	74	148	88	119	77	739	
AII Mesorregional Leste Rondoniense	8	10	17	20	21	56	61	48	29	270	
AII Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	50	82	84	97	255	237	176	126	92	1199	
AII Mesoregional Sudeste Mato-grossense	17	25	61	53	49	76	38	41	54	414	
AII Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	2	2	5	7	24	11	16	12	9	88	
AII Mesorregional Sul Goiano	0	1	1	0	0	19	10	20	11	62	
AII Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0	6	5	12	12	13	11	12	7	78	
AII Mesorregional Araraquara	80	102	88	70	98	70	60	29	29	629	
AII Mesorregional São José do Rio Preto	29	38	38	61	59	50	42	38	43	406	
Total AII	233	308	365	398	592	680	502	445	351	3885	

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

d. Municípios Interceptados pela LT Situados em Área Endêmica de Malária

De acordo com a Resolução CONAMA 286/01 todos os municípios nos estados de Rondônia e Mato Grosso interceptados pela LT se encontram em área endêmica de Malária. Os dados referentes a malária estão sendo apresentados no **Anexo 3.6.5.4 - Estudo epidemiológico**. Este estudo foi orientado pela SVS/MS e tem o objetivo de atender as recomendações deste órgão quanto ao potencial malarígeno, controle da

doença e de seus vetores, a serem implementados ao longo das diferentes fases do empreendimento.

A seguir são apresentadas as informações sobre as principais doenças endêmicas identificadas para os municípios da Área de Influência Indireta que estão situados na região da Amazônia Legal.

De acordo com o DATASUS, o Índice Parasitário de **Malária** (IPS) no Estado de Rondônia foi de 39,19, no ano 2000, para 65,05, em 2006. Este índice diz respeito ao número de exames positivos por 1.000 habitantes, sendo considerados de alto risco os municípios que registrarem mais de 50 casos por 1.000 habitantes. No Estado do Mato Grosso, entre os anos de 2000 e 2006, a taxa de incidência parasitária (IPA) de **malária** apresentou-se não muito relevante, alcançando 2,33 casos/1.000 hab em 2006.

Quadro 3.6.5.4-34 - Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária - 2000-2006 – Rondônia e Mato Grosso

Unidade da Federação	Período							Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Rondônia	39,19	40,98	49,75	64,43	70,86	77,29	65,05	58,74
Mato Grosso	4,7	2,67	2,72	1,89	2,36	3,01	2,33	2,79

Fonte: DATASUS

Entre os municípios rondonienses em estudo, no ano de 2001, Candeias do Jamari (IPA=99,7) se destacou por estar inserido nessa classificação de município com alto risco de incidência de malária, e, Alto Paraíso por possuir uma situação ainda mais extrema, já que seu IPA foi de 208,1, com 2.850 exames positivos notificados. Nas demais localidades analisadas, os índices são bem inferiores aos citados acima, com ressalva apenas para Porto Velho (IPA=38,0), Ariquemes (IPA=19,0) e Cacaulândia (IPA=16,2).

Quadro 3.6.5.4-35 - Exames Positivos e Incidência Parasitária Anual (IPA) – 2001 – AII de Rondônia

AII Mesorregional Madeira Guaporé	Município	Exames positivos	IPA
		Candeias do Jamari	1.377
	Porto Velho	13.018	38,0

	Município	Exames positivos	IPA
All Mesorregional Leste Rondoniense	Alto Paraíso	2.850	208,1
	Ariquemes	1.448	19,0
	Cabixi	4	0,5
	Cacaulândia	87	16,2
	Castanheiras	11	2,6
	Chupinguaia	-	-
	Colorado do Oeste	1	0,1
	Corumbiara	1	0,1
	Jaru	58	1,1
	Ji-Paraná	18	0,2
	Nova Brasilândia D'Oeste	26	1,5
	Ouro Preto do Oeste	8	0,2
	Parecis	5	1,4
	Pimenta Bueno	2	0,1
	Presidente Médici	107	4,1
	Primavera de Rondônia	7	1,6
Rolim de Moura	4	0,1	
São Felipe D'Oeste*	16	2,0	
Teixeirópolis	26	4,6	

*Município sem transmissão de malária, porém, com notificação de casos
Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária – PNMC

Entre os municípios mato-grossenses analisados, no ano de 2001, a maior incidência parasitária de malária ocorreu em Rondonópolis (8,0), seguida por Rosário do Oeste (7,0) e Comodoro (6,0). Em grande parte dos municípios, não houve notificação de exames positivos, ou estes eram em número pouco expressivo.

Quadro 3.6.5.4-36 - Exames Positivos e Incidência Parasitária Anual (IPA) – 2001 – All do Mato Grosso

	Município	Exames positivos	IPA
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	Acorizal	-	-
	Alto Paraguai***	3	-
	Cuiabá*	2	0,0
	Jangada	-	-
	Rosário Oeste**	33	7,0
	Santo Antônio do Leverger***	1	-

	Município	Exames positivos	IPA
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	Alto Araguaia	-	-
	Alto Garças**	1	1,0
	Campo Verde	-	-
	Guiratinga	-	-
	Jaciara	-	-
	Juscimeira	-	-
	Pedra Preta	-	-
	Poxoréo**	2	2,0
	São José do Povo	-	-
Rondonópolis**	40	8,0	
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	Araputanga**	5	1,0
	Barra do Bugres*	1	0,0
	Comodoro**	261	6,0
	Jauru	-	-
	Lambari D'Oeste	-	-
	Vila Bela da Santíssima Trindade	4	0,3
	Nova Lacerda	2	0,5
	Pontes e Lacerda*	1	0,0
	Reserva do Cabaçal	-	-
	Rio Branco	-	-
	Salto do Céu**	28	2,0
	Vale de São Domingos	-	-

*Municípios com transmissão de malária e com IPA igual a zero. **Municípios sem transmissão de malária, porém, com notificação de casos. ***Municípios sem transmissão de malária, porém, com notificação de exames negativos. Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária – PNCM

A leishmaniose tegumentar americana é outra endemia recorrente no estado de Rondônia, e apresentou indicadores elevados entre os anos 2000 e 2005, apesar de demonstrar uma queda em sua taxa entre os anos de 2004 e 2005, passando de 139,18 para 108,04 casos. Esta taxa consiste no número de casos a cada 100.000 habitantes. No Estado do Mato Grosso a leishmaniose tegumentar americana apresentou elevada taxa de incidência entre os anos 2000 e 2005, embora tenha havido redução em sua taxa de 161,58 casos/100.000 hab, em 2003 (ano em que esta taxa atingiu seu ápice), para 130,24, em 2005.

Quadro 3.6.5.4-37 - Taxa de incidência de Leishmaniose tegumentar americana - 2000 - 2005 – Rondônia e Mato Grosso

Unidade da Federação	Período						Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Rondônia	102,99	112,03	126,56	138,75	139,18	108,04	102,98
Mato Grosso	156,57	158,01	156,02	161,58	134	130,24	126,26

Fonte: DATASUS

Nos municípios em estudo do estado de Rondônia, o número de casos confirmados de Leishmaniose Tegumentar Americana, em 2008, correspondia a 43,4% em relação ao

total do Estado, tendo em Porto Velho o seu maior número – 115 casos, seguido por Ariquemes, com 59 casos e Jaru, 51 casos.

Quadro 3.6.5.4-38 - Leishmaniose Tegumentar Americana - Casos confirmados – 2008 – All de Rondônia

Municípios e All	Número de casos confirmados
Candeias do Jamari	4
Porto Velho	115
All Mesorregional Madeira Guaporé	119
Alto Paraíso	11
Ariquemes	59
Cabixi	9
Cacaulândia	7
Castanheiras	1
Chupinguaia	11
Colorado do Oeste	14
Corumbiara	8
Jaru	39
Ji-Paraná	51
Nova Brasilândia D'Oeste	2
Ouro Preto do Oeste	10
Parecis	12
Pimenta Bueno	33
Presidente Médici	6
Primavera de Rondônia	3
Rolim de Moura	32
São Felipe D'Oeste	4
Teixeirópolis	0
All Mesorregional Leste Rondoniense	312
Rondônia	992

Fonte: DATASUS

Já a leishmaniose visceral, no período analisado (2000-2007), apresentou notificação, no Estado de Rondônia, somente nos anos de 2004 e 2007, com uma taxa de incidência pequena de 0,13 e 0,19, respectivamente. No estado do Mato Grosso a taxa de incidência de leishmaniose visceral não foi elevada, porém, apresentou-se crescente desde 2003, passando de 0,49 para 1,07 casos/100.000 hab, em 2007.

Quadro 3.6.5.4-39 - Taxa de incidência de leishmaniose visceral - 2000-2007 – Rondônia

Unidade da Federação	Período								Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Rondônia	0	0	0	0	0,13	0	0	0,19	0,04
Mato Grosso	0,92	0,7	0,31	0,49	0,73	0,78	0,74	1,07	0,72

Fonte: DATASUS

No caso da dengue, a taxa de incidência é bastante expressiva nos estados de Rondônia e Mato Grosso, mesmo tendo apresentado, em Rondônia, uma queda

relevante entre os anos de 2005 e 2006, passando de 395,74 casos/100.000hab para 206,73 casos. Segundo as informações do DATASUS, em Mato Grosso a taxa de incidência no ano de 2006 foi de 348,55 casos/100.000hab.

Quadro 3.6.5.4-40 - Taxa de Incidência de Dengue - 2003-2006 – Rondônia e Mato Grosso

Unidade da Federação	Período			
	2003	2004	2005	2006
Rondônia	207,36	227,99	395,74	206,73
Mato Grosso	357,03	87,15	245,03	348,55

Fonte: DATASUS

e. Recomendações da SVS/MS

Conforme destacado anteriormente, todos os municípios nos estados de Rondônia e Mato Grosso interceptados pela LT se encontram em área endêmica de Malária. Em atendimento a Resolução CONAMA 286/01 a SVS/MS solicitou que foi realizado um estudo nos municípios da All referentes a malária. O estudo foi orientado pela SVS/MS e tem o objetivo de atender as recomendações deste órgão quanto ao potencial malarígeno, controle da doença e de seus vetores, a serem implementados ao longo das diferentes fases do empreendimento. Este estudo é apresentado no **Anexo 3.6.5.4 - Estudo epidemiológico.**

f. Aspectos Sanitários

O saneamento básico é um importante indicador das condições de vida, uma vez que interfere diretamente nas condições de saúde e na qualidade de vida da população. Os indicadores de saneamento básico são os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

A Organização Mundial de Saúde – OMS - define o saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem, ou podem exercer, efeitos nocivos sobre a saúde. Nesta definição, estão incluídas as medidas que visam a prevenir e controlar doenças, sejam elas transmissíveis ou não. A OMS apurou, recentemente, que 65% dos leitos dos hospitais do país são ocupados por pacientes com problemas de saúde relacionados à falta de saneamento.

Para analisar a infra-estrutura de saneamento na área em estudo, optou-se por observar o perfil do conjunto de domicílios de cada All Mesorregional. Seguindo o padrão da distribuição populacional, a maior parte dos domicílios da All se encontram no estado do Mato Grosso (37%) e Rondônia (32%), seguindo-se São Paulo, com 24%, Goiás (6%) e Minas Gerais (2%). De uma maneira geral, ao longo do trecho a ser

percorrido pela LT, as piores condições sanitárias se encontram nos conjuntos de municípios que compõem as Alls Mesorregionais Madeira-Guaporé, Leste Rondoniense e Sudoeste Matogrossense, enquanto que a situação sanitária mais adequada é apresentada pela All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense e pela área paulista em estudo.

No ano de 2000, o abastecimento de água por rede geral chegava a 68,1% dos 699.591 domicílios existentes na All do empreendimento, restando 29,8% abastecidos por poço ou nascente e 2,1% abastecidos de “outra forma”. No entanto, a maior parte dos domicílios abastecidos de água por rede geral se encontrava nas Alls Mesorregionais Centro-Sul e Sudeste Matogrossenses e Araraquara e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo. Nas Alls Mesorregionais rondonienses e do Sudoeste Matogrossense, foram encontrados os percentuais mais reduzidos de domicílios abastecidos de água desta forma, chegando a 29% na All Mesorregional Leste Rondoniense.

Quadro 3.6.5.4-41 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água – 2000

Alls Mesorregionais	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
All Mesorregional Madeira Guaporé	86.849	31.133	35,9	51.441	59,2	4.275	4,9
All Mesorregional Leste Rondoniense	125.151	36.355	29,0	86.913	69,4	1.883	1,5
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	140.613	123.423	87,8	12.062	8,6	5.128	3,6
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	74.031	63.213	85,4	9.782	13,2	1.036	1,4
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	36.934	17.165	46,5	18.581	50,3	1.188	3,2
All Mesorregional Sul Goiano	38.661	30.403	75,9	7.961	23,2	297	0,8
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	16.473	12.928	68,4	3.268	30,0	277	1,6
All Mesorregional Araraquara	71.447	67.148	86,8	4.194	13,1	105	0,1
All Mesorregional São José do Rio Preto	94.279	84.615	82,0	9.555	17,9	109	0,1
TOTAL All	684.438	466.383	68,1	203.757	29,8	14.298	2,1

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

A situação do esgotamento sanitário, no ano de 2000, era ainda mais precária. Apenas 54% dos domicílios situados na All do empreendimento apresentavam condições adequadas de escoamento do esgoto – 39,5% através de rede geral de esgoto ou pluvial e 14,5% através de fossa séptica. O escoamento por rede geral era predominante nas áreas paulista e mineira em estudo, e também na All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense (que inclui a capital, Cuiabá), onde chegava a 46,6% dos domicílios. O escoamento do esgoto através de fossa séptica, que também é considerada adequada, era predominante na All Mesorregional Madeira Guaporé (que inclui a capital, Porto Velho – 53,2%), além de atingir percentuais expressivos nas Alls Mesorregionais Centro-Sul Matogrossense e Sul Goiano. A fossa rudimentar é a forma predominante de escoamento do esgoto domiciliar nas Alls Mesorregionais Leste

Rondoniense (79,2%), Sudoeste Matogrossense (71%), Sudeste Matogrossense (64,9%) e Sul Goiano (50,7%). As Alls Mesorregionais Leste Rondoniense e Sudoeste Matogrossense também apresentaram os maiores percentuais de domicílios sem banheiro ou sanitário. Chama a atenção o fato de que o maior percentual de domicílios que despejam esgoto em rio, lago ou mar foi apresentado pela All Mesorregional Araraquara (3,5%), no Estado de São Paulo.

Quadro 3.6.5.4-42 - Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário – 2000

Alls Mesorregionais	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
All Mesorregional Madeira Guaporé	86.849	7.441	8,6	46.239	53,2	24.170	27,8	3.052	3,5	899	1,0	751	0,9	4.297	5,0
All Mesorregional Leste Rondoniense	125.151	1.793	1,4	7.787	6,2	99.131	79,2	2.723	2,2	1.367	1,1	1.601	1,3	10.749	8,6
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	140613	65494	46,6	30198	21,5	35789	25,5	1110	0,8	1161	0,8	676	0,5	6185	4,4
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	74031	14475	19,6	6771	9,1	48015	64,9	519	0,7	541	0,7	278	0,4	3432	4,6
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	36934	1944	5,3	2438	6,6	26211	71,0	1163	3,1	157	0,4	385	1,0	4636	12,6
All Mesorregional Sul Goiano	38661	20223	35,3	467,4	22,9	13553	50,7	277	1,1	604	2,2	455	1,8	1212	4,4
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	16473	11052	50,5	286	2,1	4364	40,0	47	0,3	84	0,4	42	0,4	598	6,3
All Mesorregional Araraquara	71447	66311	83,4	1796	4,5	2292	6,7	150	0,6	540	3,5	250	1,1	108	0,2
All Mesorregional São José do Rio Preto	94279	81766	71,5	3372	4,9	8552	14,1	115	0,2	104	0,2	100	0,2	270	0,3
Total All	684.438	270.499	39,5	99.354	14,5	262.077	38,3	9.156	1,3	5.457	0,8	4.538	0,7	31.487	4,6

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

O serviço de coleta de lixo, entre os indicadores de qualidade da infra-estrutura sanitária, é o que se encontra melhor disseminado na área em estudo. No ano de 2000, 79% dos domicílios da All tinham seu lixo coletado, enquanto 16,1% queimavam-no na propriedade. O percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo, em 2000, variava de 57% na All Mesorregional Leste Rondoniense a 87,2% na All Mesorregional Araraquara. As Alls Mesorregionais Leste Rondoniense e Sudoeste Matogrossense apresentaram os maiores percentuais de domicílios que efetuam a queima do lixo na propriedade – 36,4% e 32,4%, respectivamente. O Sudoeste matogrossense apresenta, também, os percentuais mais elevados de domicílios que despejam o lixo em terreno baldio ou logradouro e em rio ou lago.

Quadro 3.6.5.4-43 - Domicílios particulares permanentes por destino do lixo – 2000

Alls Mesorregionais	Total	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
All Mesorregional Madeira Guaporé	86849	70003	80,6	12043	13,9	533	0,6	2818	3,2	671	0,8	781	0,9
All Mesorregional Leste Rondoniense	125151	71294	57,0	45514	36,4	1968	1,6	5218	4,2	215	0,2	942	0,8
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	140613	121769	86,6	12251	8,7	794	0,6	4826	3,4	394	0,3	579	0,4
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	74031	60147	81,2	9856	13,3	1536	2,1	2026	2,7	88	0,1	378	0,5
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	36934	21096	57,1	11981	32,4	1005	2,7	2395	6,5	32	0,1	425	1,2
All Mesorregional Sul Goiano	38.661	30.502	76,6	5230	15,8	746	2,4	1351	2,3	62	0,1	770	2,8
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	16.473	12.575	76,3	3089	18,8	192	1,2	366	2,2	7	0,0	244	1,7
All Mesorregional Araraquara	71447	67660	87,2	2977	9,1	420	2,1	187	1,1	18	0,1	185	0,3
All Mesorregional São José do Rio Preto	94279	85537	82,8	7028	14,0	786	1,5	523	1,0	14	0,0	391	0,7
Total All	684438	540583	79,0	109969	16,1	7980	1,2	19710	2,9	1501	0,2	4695	0,7

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

(1) Rondônia

De acordo com os dados do Censo Demográfico, no ano 2000, havia, no Estado de Rondônia, 347.194 domicílios particulares permanentes. A maior parte destes domicílios, 66,45%, apresentava acesso a água através de poço ou nascente, 30,75% eram abastecidos de água pela rede geral e 2,8% por “outra forma”.

No ano 2000, a All Mesorregional Madeira Guaporé, que respondia por 25,1% dos domicílios do Estado, possuía 35,85% de seus domicílios abastecidos com água através da rede geral, 59,23% por poço ou nascente e 4,92% por “outra forma”. Dentre todos os municípios rondonienses analisados, Candeias do Jamari se destacou por possuir o maior percentual de domicílios abastecidos por água da rede geral – 51,97% e também o maior percentual de domicílios com água captada de “outra forma” (6,09%). A capital do Estado, Porto Velho, tinha 59,89% de seus domicílios abastecidos de água por meio de poço ou nascente.

Dos 125.151 domicílios da All Mesorregional Leste Rondoniense (36,05% dos domicílios de Rondônia), 69,45% tinha água captada por fonte ou nascente, percentual acima do nível estadual, destacando-se quatro municípios que possuíam mais de 90% de água captada desta forma: Cabixi (92,06%), Teixeiraópolis (92,29%), Alto Paraíso (96,88%) e Corumbiara (97,64%). Ainda nesta All Mesorregional, 29,05% dos municípios têm na rede geral a sua forma de abastecimento de água. Pimenta Bueno é o único município com mais de 50% da água captada da rede geral (60,32%). Em Colorado do Oeste, este percentual chega a 48,37%, seguido por Chupinguaia, com 43,34%. Corumbiara tem apenas uma unidade domiciliar com água abastecida pela rede geral. Com relação a “outras formas” de captação de água, 1,5% dos domicílios da All Mesorregional Leste Rondoniense têm água captada deste modo, variando os percentuais nos municípios de 3,02%, em Parecis, a 0,29%, em São Felipe D'Oeste.

Quadro 3.6.5.4-44 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água All/Rondônia-2000

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Candeias do Jamari	3.167	1.646	51,97	1.328	41,93	193	6,09
Porto Velho	83.682	29.487	35,24	50.113	59,89	4.082	4,88
All Mesorregional Madeira Guaporé	86.849	31.133	35,85	51.441	59,23	4.275	4,92
Alto Paraíso	3.040	80	2,63	2.945	96,88	15	0,49
Ariquemes	18.527	5.447	29,4	12.919	69,73	161	0,87
Cabixi	1.952	98	5,02	1.797	92,06	57	2,92
Cacaulândia	1.313	157	11,96	1.135	86,44	21	1,6
Castanheiras	1.057	206	19,49	838	79,28	13	1,23
Chupinguaia	1.449	628	43,34	807	55,69	14	0,97
Colorado do Oeste	5.737	2.775	48,37	2.848	49,64	114	1,99
Corumbiara	2.627	1	0,04	2.565	97,64	61	2,32
Jaru	13.566	1.816	13,39	11.526	84,96	224	1,65
Ji-Paraná	28.084	9.117	32,46	18.546	66,04	421	1,5
Nova Brasilândia D'Oeste	4.221	752	17,82	3.414	80,88	55	1,3
Ouro Preto do Oeste	10.659	3.131	29,37	7.361	69,06	167	1,57
Parecis	861	150	17,42	685	79,56	26	3,02
Pimenta Bueno	8.427	5.083	60,32	3.166	37,57	178	2,11
Presidente Médici	6.803	2.139	31,44	4.574	67,24	90	1,32

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Primavera de Rondônia	1.100	400	36,36	696	63,27	4	0,36
Rolim de Moura	12.628	4.016	31,8	8.386	66,41	226	1,79
São Felipe D'Oeste	1.712	283	16,53	1.424	83,18	5	0,29
Teixeirópolis	1.388	76	5,48	1.281	92,29	31	2,23
All Mesorregional Leste Rondoniense	125.151	36.355	29,05	86.913	69,45	1.883	1,50
Rondônia	347.194	106.759	30,75	230.717	66,45	9.718	2,8

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, segundo os dados do IBGE, no ano 2000, o Estado de Rondônia apresentava apenas 3,69% do esgotamento sanitário escoando por rede geral ou pluvial. A maior parte dos domicílios, 64,09%, possuía fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário. As fossas sépticas estavam em apenas 17,05% dos domicílios, e 10,91% não possuíam banheiro nem sanitário.

Na All Mesorregional Madeira Guaporé, a situação do esgotamento sanitário era menos precária, já que 53,24% dos domicílios possuíam fossa séptica. Em Candeias do Jamari, este percentual chegava a 70,1%. A rede geral de esgoto ou pluvial estava presente em apenas 8,57% dos domicílios, basicamente no município de Porto Velho. A fossa rudimentar era encontrada em 27,83% dos domicílios.

A situação do esgotamento sanitário na All Mesorregional Leste Rondoniense, no ano 2000, era extremamente precária, onde 79,21% do esgotamento sanitário era escoado através de fossa rudimentar, sendo que, em dez municípios, este percentual foi ultrapassado: Ariquemes (80,22%); Ji-Paraná (80,4%); Ouro Preto D'Oeste (80,97%); Cacaulândia (81,95%); Primavera de Rondônia (83,45%); Presidente Médici (83,64%); Cabixi (84,12%); Rolim de Moura (88,13%); Colorado do Oeste (90,92%) e Castanheiras (92,15%). No município de Teixeiraópolis, 45,46% dos domicílios escoavam o esgoto em valas e 42,72% em fossas rudimentares. A precariedade da situação do esgotamento sanitário nesta All Mesorregional também pode ser demonstrada através do percentual de domicílios que não tinham banheiro nem sanitário (8,59%), já que em alguns municípios este percentual se apresentou elevadíssimo: Parecis (49,94%); São Felipe D'Oeste (35,05%); Corumbiara (31,02%); Nova Brasilândia D'Oeste (26,39%) e Alto Paraíso (24,24%). As fossas sépticas assumiram importância percentual apenas em Chupinguaia (20,43%), Ariquemes (13,71%) e Jaru (10,77%). Demonstrou-se praticamente irrisório o percentual de domicílios com rede geral de esgoto ou pluvial na All Mesorregional – 1,43% - com ressalva apenas para o município de Pimenta Bueno (8,34%).

Quadro 3.6.5.4-45 - Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário All/Rondônia - 2000

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Candeias do Jamari	3.167	4	0,13	2.220	70,1	548	17,3	4	0,13	-	-	118	3,73	273	8,62
Porto Velho	83.682	7.437	8,89	44.019	52,6	23.622	28,23	3.048	3,64	899	1,07	633	0,76	4.024	4,81
All Mesorregional Madeira Guaporé	86.849	7.441	8,57	46.239	53,24	24.170	27,83	3.052	3,51	899	1,04	751	0,86	4.297	4,95
Alto Paraíso	3.040	6	0,2	211	6,94	1.974	64,93	43	1,41	-	-	69	2,27	737	24,24
Ariquemes	18.527	72	0,39	2.540	13,71	14.862	80,22	21	0,11	10	0,05	28	0,15	994	5,37
Cabixi	1.952	-	-	22	1,13	1.642	84,12	2	0,1	2	0,1	3	0,15	281	14,4
Cacaulândia	1.313	1	0,08	50	3,81	1.076	81,95	4	0,3	-	-	5	0,38	177	13,48
Castanheiras	1.057	-	-	5	0,47	974	92,15	3	0,28	2	0,19	2	0,19	71	6,72
Chupinguaia	1.449	2	0,14	296	20,43	934	64,46	4	0,28	-	-	3	0,21	210	14,49
Colorado do Oeste	5.737	20	0,35	42	0,73	5.216	90,92	17	0,3	85	1,48	15	0,26	342	5,96
Corumbiara	2.627	-	-	9	0,34	1.797	68,41	6	0,23	-	-	-	-	815	31,02
Jaru	13.566	159	1,17	1.461	10,77	10.212	75,28	216	1,59	190	1,4	374	2,76	954	7,03
Ji-Paraná	28.084	706	2,51	1.925	6,85	22.580	80,4	711	2,53	691	2,46	261	0,93	1.210	4,31
Nova Brasilândia D'Oeste	4.221	-	-	108	2,56	2.979	70,58	8	0,19	8	0,19	4	0,09	1.114	26,39
Ouro Preto do Oeste	10.659	71	0,67	649	6,09	8.631	80,97	150	1,41	166	1,56	134	1,26	858	8,05
Parecis	861	-	-	19	2,21	372	43,21	39	4,53	-	-	1	0,12	430	49,94
Pimenta Bueno	8.427	703	8,34	294	3,49	6.455	76,6	354	4,2	33	0,39	200	2,37	388	4,6
Presidente Médici	6.803	19	0,28	35	0,51	5.690	83,64	68	1	5	0,07	338	4,97	648	9,53
Primavera de Rondônia	1.100	1	0,09	4	0,36	918	83,45	11	1	3	0,27	2	0,18	161	14,64
Rolim de Moura	12.628	33	0,26	115	0,91	11.129	88,13	426	3,37	161	1,27	154	1,22	610	4,83
São Felipe D'Oeste	1.712	-	-	1	0,06	1.097	64,08	9	0,53	4	0,23	1	0,06	600	35,05
Teixeirópolis	1.388	-	-	1	0,07	593	42,72	631	45,46	7	0,5	7	0,5	149	10,73
All Mesorregional Leste Rondoniense	125.151	1.793	1,43	7.787	6,22	99.131	79,21	2.723	2,18	1.367	1,09	1.601	1,28	10.749	8,59
Rondônia	347.194	12.815	3,69	59.201	17,05	222.505	64,09	7.572	2,18	2.712	0,78	4.523	1,3	37.866	10,91

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

Quanto ao destino do lixo, o Estado de Rondônia, no ano 2000, apresentou 57,28% dos domicílios particulares permanentes com serviço de coleta de lixo, 34,97% com o lixo queimado na propriedade e 5,11% com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro.

Na All Mesorregional Madeira Guaporé, o serviço de coleta de lixo estava presente em 80,6% dos domicílios. No município de Porto Velho, este percentual atingiu 81,68%. Era alto o percentual de lixo queimado na propriedade em Candeias do Jamari – 40,67%.

O serviço de coleta de lixo na All Mesorregional Leste Rondoniense era realizado em 56,97% dos domicílios - inferior ao percentual estadual. Entre os municípios, este percentual era mais elevado em Ariquemes (76,77%), Pimenta Bueno (74,7%), Ji-Paraná (74,51%), Rolim de Moura (64,55%) e Ouro Preto do D'Oeste (60,54%). O percentual de lixo queimado na propriedade era bastante elevado em diversos municípios, alcançando mais de 70% em Teixeirópolis (71,33%), São Felipe D'Oeste (75,35%) e Castanheiras (83,16%). Os municípios de Corumbiara e Parecis apresentavam o maior percentual de domicílios que jogavam lixo em terreno baldio – 15,49% e 13,24%, respectivamente. Com relação ao lixo enterrado na propriedade, treze municípios apresentaram percentuais acima da média da All Mesorregional, que era de 1,57% dos domicílios. A localidade de Nova Brasilândia D'Oeste possuía o maior percentual de domicílios que tinha no lixo “outro destino” (3,41%).

Quadro 3.6.5.4-46 - Domicílios particulares permanentes por destino do lixo All/Rondônia – 2000

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Total	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Candeias do Jamari	3.167	1.649	52,07	1.288	40,67	99	3,13	94	2,97	11	0,35	26	0,82
Porto Velho	83.682	68.354	81,68	10.755	12,85	434	0,52	2.724	3,26	660	0,79	755	0,9
All Mesorregional Madeira Guaporé	86.849	70.003	80,6	12.043	13,87	533	0,61	2.818	3,24	671	0,77	781	0,9
Alto Paraíso	3.040	672	22,11	1.956	64,34	79	2,6	299	9,84	4	0,13	30	0,99
Ariquemes	18.527	14.223	76,77	3.485	18,81	215	1,16	544	2,94	27	0,15	33	0,18
Cabixi	1.952	578	29,61	1.202	61,58	62	3,18	100	5,12	-	-	10	0,51
Cacaulândia	1.313	268	20,41	871	66,34	42	3,2	128	9,75	-	-	4	0,3
Castanheiras	1.057	66	6,24	879	83,16	35	3,31	73	6,91	1	0,09	3	0,28
Chupinguaia	1.449	434	29,95	898	61,97	60	4,14	43	2,97	5	0,35	9	0,62
Colorado do Oeste	5.737	2.438	42,5	2.680	46,71	131	2,28	349	6,08	20	0,35	119	2,07
Corumbiara	2.627	310	11,8	1.814	69,05	82	3,12	407	15,49	6	0,23	8	0,3
Jaru	13.566	6.106	45,01	6.614	48,75	171	1,26	517	3,81	31	0,23	127	0,94
Ji-Paraná	28.084	20.925	74,51	6.201	22,08	207	0,74	621	2,21	69	0,25	61	0,22
Nova Brasilândia D'Oeste	4.221	746	17,67	2.710	64,2	191	4,52	422	10	8	0,19	144	3,41
Ouro Preto do Oeste	10.659	6.453	60,54	3.498	32,82	118	1,11	480	4,5	22	0,21	88	0,83
Parecis	861	221	25,67	504	58,54	19	2,21	114	13,24	2	0,23	1	0,12
Pimenta Bueno	8.427	6.295	74,7	1.746	20,72	160	1,9	196	2,33	8	0,09	22	0,26
Presidente Médici	6.803	2.783	40,91	3.508	51,57	123	1,81	256	3,76	2	0,03	131	1,93

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Total	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Primavera de Rondônia	1.100	174	15,82	736	66,91	43	3,91	144	13,09	1	0,09	2	0,18
Rolim de Moura	12.628	8.151	64,55	3.932	31,14	152	1,2	284	2,25	9	0,07	100	0,79
São Felipe D'Oeste	1.712	218	12,73	1.290	75,35	58	3,39	125	7,3	-	-	21	1,23
Teixeirópolis	1.388	233	16,79	990	71,33	20	1,44	116	8,36	-	-	29	2,09
All Mesorregional Leste Rondoniense	125.151	71.294	56,97	45.514	36,37	1.968	1,57	5.218	4,17	215	0,17	942	0,75
Rondônia	347.194	198.874	57,28	121.430	34,97	4.989	1,44	17.749	5,11	1.089	0,31	3.063	0,88

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

(2) Mato Grosso

No ano 2000, o Estado do Mato Grosso era constituído por 645.905 domicílios particulares permanentes, 63,67% dos quais abastecidos com água advinda da rede geral. Do restante dos domicílios, 33,34% captavam água de poço ou nascente e 2,99% de “outra forma”.

A All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, que possuía 21,7% do total de domicílios do Mato Grosso, apresentava percentual de abastecimento de água por rede geral bem superior ao apresentado pelo Estado – 87,77%. O município de Cuiabá possuía 91,43% de seus domicílios abastecidos com água desta forma, seguido por Alto Paraguai, com 73,01%. Por outro lado, o município de Santo Antonio do Leverger apresentou 52,55% dos seus domicílios abastecidos com água de poço ou nascente, forma esta que respondia por 8,58% do total da All Mesorregional – percentual bastante inferior ao apresentado pelo Estado. O percentual de captação de água por “outra forma” atingiu 3,65%, e apenas o município de Cuiabá apresentou um percentual abaixo deste – 2,85%. No restante dos municípios este percentual variou de 10,09% em Alto Paraguai e 14,79% em Acorizal.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, que, em 2000, respondia por 11% dos domicílios do Mato Grosso, o percentual de domicílios com água derivada da rede geral era de 85,39%, e de água derivada de poço ou nascente era 13,21%. Todos os municípios pertencentes a esta All Mesorregional tinham em seus domicílios um elevado percentual de atendimento do serviço de água pela rede geral, variando de 56,88%, em São José do Povo, a 91,36%, em Rondonópolis. No que diz respeito aos domicílios que captavam água através de poço ou nascente, o município de São José do Povo era o que possuía o maior percentual de domicílios atendidos desta forma –

33,98%. Em seguida, destacavam-se Juscimeira (29,51%) e Poxoréu (27,03%). O percentual de domicílios que captavam água de “outra forma” era de 1,40% - o menor dentre as AI Mesorregionais.

Por último, a AI Mesorregional Sudoeste Mato-Grossense era a que possuía o menor percentual de domicílios atendidos pelo serviço de abastecimento de água através da rede geral – 46,47%, e, por sua vez, tinha a maior parte dos domicílios captando água através de poço ou nascente – 50,31%. Apenas dois municípios, Rio Branco (75,55%) e Araputanga (74,65%), possuíam um percentual que atingiu mais de 70% de domicílios com água advinda da rede geral. Nos demais municípios, este percentual variou de 64,51%, em Reserva do Cabaçal, a 18,66%, em Vila Bela Santíssima Trindade. Jauru era o município com maior percentual de água captada por poço ou nascente – 64,11%, e seis municípios estavam com percentual acima do estadual de domicílios com água captada por “outra forma”, sendo eles: Nova Lacerda (6,46%), Vila Bela Santíssima Trindade (5,94%), Salto do Céu (4,11%), Jauru (3,63%), Barra do Bugres (3,58%) e Comodoro (3,12%).

Quadro 3.6.5.4-47 - Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água AI/ Mato Grosso– 2000

Municípios, AI Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Acorizal	1.447	834	57,64	399	27,57	214	14,79
Alto Paraguai	2.249	1.642	73,01	380	16,9	227	10,09
Cuiabá	127.133	116.241	91,43	7.271	5,72	3.621	2,85
Jangada	1.639	865	52,78	564	34,41	210	12,81
Rosário Oeste	4.446	2.492	56,05	1.504	33,83	450	10,12
Santo Antônio do Leverger	3.699	1.349	36,47	1.944	52,55	406	10,98
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	140.613	123.423	87,77	12.062	8,58	5.128	3,65
Alto Araguaia	3.243	2.535	78,17	668	20,6	40	1,23
Alto Garças	2.324	1.823	78,44	463	19,92	38	1,64
Campo Verde	4.551	3.410	74,93	1.116	24,52	25	0,55
Guiratinga	3.499	3.095	88,45	349	9,97	55	1,57
Jaciara	6.200	5.507	88,82	618	9,97	75	1,21
Juscimeira	3.416	2.308	67,56	1.008	29,51	100	2,93
Pedra Preta	3.590	2.877	80,14	693	19,3	20	0,56
Poxoréu	5.583	3.913	70,09	1.509	27,03	161	2,88
São José do Povo	821	467	56,88	279	33,98	75	9,14
Rondonópolis	40.804	37.278	91,36	3.079	7,55	447	1,1
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	74.031	63.213	85,39	9.782	13,21	1.036	1,40
Araputanga	3.534	2.638	74,65	803	22,72	93	2,63

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Barra do Bugres	6.624	3.679	55,54	2.708	40,88	237	3,58
Comodoro	3.820	2.182	57,12	1.519	39,76	119	3,12
Jauru	3.062	988	32,27	1.963	64,11	111	3,63
Lambari D'Oeste	1.202	497	41,35	686	57,07	19	1,58
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.996	559	18,66	2.259	75,4	178	5,94
Nova Lacerda	851	374	43,95	422	49,59	55	6,46
Pontes e Lacerda	11.472	4.109	35,82	7.080	61,72	283	2,47
Reserva do Cabaçal	665	429	64,51	218	32,78	18	2,71
Rio Branco	1.444	1.091	75,55	330	22,85	23	1,59
Salto do Céu	1.264	619	48,97	593	46,91	52	4,11
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	36.934	17.165	46,47	18.581	50,31	1.188	3,22
Mato Grosso	645.905	411.233	63,67	215.366	33,34	19.306	2,99

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Em 2000, no Estado do Mato Grosso, a situação em relação ao esgotamento sanitário ainda era precária, com 59,75% dos domicílios fazendo uso de fossa rudimentar. Apenas 15,66% dos domicílios eram atendidos por rede geral de esgoto ou pluvial e 14,10% possuíam fossa séptica. O percentual de domicílios que não tinham banheiro nem sanitário era de 8,27%.

Na All Mesorregional Centro-Sul Matogrossense, destacava-se apenas o município de Cuiabá, que possuía 51,46% dos domicílios com rede geral de esgoto ou pluvial. Os números de Cuiabá, inclusive, foram responsáveis pelo percentual de 46,58% de domicílios da All Mesorregional com este tipo de serviço. Na realidade, nos municípios restantes, o percentual de domicílios com este tipo de cobertura era baixíssimo, variando de 0,07%, em Acorizal, a 1,11%, em Alto Paraguai. Com relação aos domicílios equipados com fossas sépticas, Acorizal era o município que possuía o maior percentual de domicílios equipados desta forma – 60,61%. As fossas rudimentares eram as que prevaleciam em quatro municípios desta All Mesorregional, atingindo 67,05% dos domicílios em Alto Paraguai. Era alto também o percentual de domicílios que não tinham banheiro ou sanitário, com exceção apenas de Cuiabá (1,73%). Em Jangada, este percentual era de 43,69% e, em Acorizal, 35,80%, os maiores entre os municípios em estudo.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, as fossas rudimentares prevaleciam entre os domicílios (64,86%), com exceção de Guiratinga, que apesar de apresentar um percentual elevado, de 45,13%, foi o único município em que havia um percentual

expressivo de domicílios com rede pluvial– 46,76%. No restante dos municípios, como já colocado, predominavam as fossas rudimentares, cujo percentual nos domicílios variava de 51,46%, em Alto Araguaia, a 90,31%, em Campo Verde. Nestes municípios, o percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário também era elevado, atingindo 20,83%, em São José do Povo, 18,23%, em Poxoréu, e 11,62%, em Juscimeira. Em Alto Araguaia, 5,18% do esgoto sanitário escoava para o rio, lago ou mar, e 2,13% para outro tipo de escoadouro.

A All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense possuía a situação mais precária entre as All Mesorregionais. Em seus municípios, o percentual de domicílios com fossas rudimentares era de 70,97%, e, sem banheiro ou sanitário, de 12,55%. Nos municípios em estudo, prevaleciam as fossas rudimentares com percentuais bastante elevados, variando de 43,43%, em Salto do Céu, a 85,25%, em Rio Branco. Destacavam-se apenas dois municípios com domicílios em que havia rede geral de esgotamento sanitário: Barra do Bugres (10,13%) e Pontes e Lacerda (9,55%). Salto do Céu era o município com maior percentual de domicílios com fossa séptica – 39,16%. Lambari D'Oeste tinha 11,65% dos seus domicílios despejando o esgoto em “outro escoadouro”. Os municípios de Comodoro (20,50%), Jauru (24,95%), Lambari D'Oeste (22,46%), Vila Bela Santíssima Trindade (24,47%) e Nova Lacerda (29,85%) tinham um percentual expressivo de domicílios sem banheiro ou sanitário.

Quadro 3.6.5.4-48 - Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário All/ Mato Grosso – 2000

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Acorizal	1.447	1	0,07	877	60,61	25	1,73	2	0,14	-	-	24	1,66	518	35,80
Alto Paraguai	2.249	25	1,11	9	0,40	1.508	67,05	14	0,62	13	0,58	9	0,40	671	29,84
Cuiabá	127.133	65.420	51,46	28.249	22,22	28.633	22,52	946	0,74	1.146	0,90	536	0,42	2.203	1,73
Jangada	1.639	6	0,37	177	10,80	733	44,72	3	0,18	-	-	4	0,24	716	43,69
Rosário Oeste	4.446	17	0,38	204	4,59	2.864	64,42	71	1,60	1	0,02	16	0,36	1.273	28,63
Santo Antônio do Leverger	3.699	25	0,68	682	18,44	2.026	54,77	74	2,00	1	0,03	87	2,35	804	21,74
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	140.613	65.494	46,58	30.198	21,48	35.789	25,45	1.110	0,79	1.161	0,83	676	0,48	6.185	4,40
Alto Araguaia	3.243	841	25,93	269	8,29	1.669	51,46	10	0,31	168	5,18	69	2,13	217	6,69
Alto Garças	2.324	42	1,81	14	0,60	2.089	89,89	7	0,30	16	0,69	40	1,72	116	4,99
Campo Verde	4.551	64	1,41	128	2,81	4.110	90,31	90	1,98	7	0,15	9	0,20	143	3,14
Guiratinga	3.499	1.636	46,76	52	1,49	1.579	45,13	53	1,51	33	0,94	21	0,60	125	3,57
Jaciara	6.200	49	0,79	1.954	31,52	3.956	63,81	30	0,48	-	-	26	0,42	185	2,98

Municípios, All Mesorregionais e Estado	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Juscimeira	3.416	86	2,52	69	2,02	2.809	82,23	19	0,56	18	0,53	18	0,53	397	11,62
Pedra Preta	3.590	287	7,99	37	1,03	3.012	83,90	25	0,70	66	1,84	14	0,39	149	4,15
Poxoréo	5.583	491	8,79	116	2,08	3.648	65,34	173	3,10	94	1,68	43	0,77	1.018	18,23
São José do Povo	821	3	0,37	79	9,62	548	66,75	13	1,58	4	0,49	3	0,37	171	20,83
Rondonópolis	40.804	10.976	26,90	4.053	9,93	24.595	60,28	99	0,24	135	0,33	35	0,09	911	2,23
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	74.031	14.475	19,55	6.771	9,15	48.015	64,86	519	0,70	541	0,73	278	0,38	3.432	4,64
Araputanga	3.534	124	3,51	231	6,54	2.863	81,01	137	3,88	27	0,76	54	1,53	98	2,77
Barra do Bugres	6.624	671	10,13	370	5,59	5.093	76,89	109	1,65	14	0,21	117	1,77	250	3,77
Comodoro	3.820	10	0,26	674	17,64	2.268	59,37	80	2,09	3	0,08	2	0,05	783	20,50
Jauru	3.062	19	0,62	16	0,52	2.053	67,05	150	4,90	54	1,76	6	0,20	764	24,95
Lambari D'Oeste	1.202	8	0,67	109	9,07	659	54,83	5	0,42	11	0,92	140	11,65	270	22,46
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.996	6	0,20	219	7,31	1.940	64,75	79	2,64	-	-	19	0,63	733	24,47
Nova Lacerda	851	3	0,35	85	9,99	498	58,52	6	0,71	5	0,59	-	-	254	29,85
Pontes e Lacerda	11.472	1.096	9,55	228	1,99	8.530	74,35	543	4,73	33	0,29	32	0,28	1.010	8,80
Reserva do Cabaçal	665	1	0,15	8	1,20	527	79,25	30	4,51	2	0,30	1	0,15	96	14,44
Rio Branco	1.444	4	0,28	3	0,21	1.231	85,25	11	0,76	3	0,21	3	0,21	189	13,09
Salto do Céu	1.264	2	0,16	495	39,16	549	43,43	13	1,03	5	0,40	11	0,87	189	14,95
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	36.934	1.944	5,26	2.438	6,60	26.211	70,97	1.163	3,15	157	0,43	385	1,04	4.636	12,55
Mato Grosso	645.905	101.149	15,66	91.103	14,10	385.944	59,75	7.221	1,12	2.737	0,42	4.308	0,67	53.443	8,27

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

No Estado do Mato Grosso, no ano 2000, 71,68% dos domicílios eram atendidos pelo serviço de coleta de lixo. O restante do lixo era principalmente queimado na propriedade (20,58%). O percentual de domicílios com lixo enterrado na propriedade era de 2,64%, jogado em terreno baldio ou logradouro era de 4,18%, jogado em rio, lago ou mar era de 0,14% e com “outro destino” era de 0,79%.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, o destino do lixo nos domicílios estava distribuído em percentuais bem próximos entre o serviço de coleta e o queimado na propriedade. O único município que se destacava era Cuiabá, capital do Estado, que tinha 92,10% do lixo coletado. No restante dos municípios, como já foi

colocado, parte do lixo era coletado, parte queimado na propriedade, como por exemplo, em Jangada, que possuía 46,06% dos domicílios com lixo queimado na propriedade e 36,49% com domicílios atendidos pelo serviço de coleta. O destino do lixo em terreno baldio ou logradouro assumia percentuais expressivos nos municípios de Acorizal (15,27%), Rosário do Oeste (13,63%) e Jangada (13,42%).

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, o percentual de lixo coletado entre os domicílios era elevado, 81,25%, variando de 89,53%, em Rondonópolis, a 54,20%, em Poxoréu, com exceção apenas do município de São José do Povo, onde este percentual era de 34,96% - o único abaixo de 50%. A queima de lixo na propriedade ocorria em 13,31% desta All Mesorregional, destacando-se novamente o município de São José do Povo, com o maior percentual de domicílios que adotavam esta prática (51,16%). Dos municípios que enterravam o lixo na propriedade, dois possuíam percentual expressivo, Campo Verde (8,31%) e São José do Povo (5,48%). Quatro municípios – Poxoréu (7,45%), São José do Povo (7,43%), Campo Verde (6,57%) e Guiratinga (5,52%) – possuíam percentual acima do apresentado pelo Estado de domicílios que despejavam lixo em terreno baldio ou logradouro. Os maiores percentuais de domicílios com “outro destino” para o lixo situavam-se em Alto Araguaia (2,41%) e Pedra Preta (2,31%).

Por ultimo, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense possuía o pior percentual de domicílios com serviço de coleta de lixo entre as All Mesorregionais – 57,12%. Dos doze municípios que a compõem, cinco possuíam percentual de lixo coletado acima da All Mesorregional: Reserva do Cabaçal (60,90%), Pontes e Lacerda (61,98%), Barra do Bugres (67,87%), Rio Branco (68,14%) e Araputanga (76,83%). No que concerne aos domicílios com lixo queimado na propriedade, o percentual da All Mesorregional era de 32,44%, sendo que, em Vila Bela Santíssima Trindade, este percentual atingia 61,15% dos domicílios. Nos municípios de Nova Lacerda, Comodoro e Salto do Céu, era elevado o percentual de domicílios com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro - 16,45%, 15,18% e 14,72%, respectivamente.

Quadro 3.6.5.4-49 - Domicílios particulares permanentes por destino do lixo All/ Mato Grosso – 2000

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Acorizal	1.447	542	37,46	627	43,33	45	3,11	221	15,27	1	0,07	11	0,76
Alto Paraguai	2.249	879	39,08	1.140	50,69	41	1,82	181	8,05	4	0,18	4	0,18
Cuiabá	127.133	117.091	92,10	5.630	4,43	265	0,21	3.314	2,61	378	0,30	455	0,36
Jangada	1.639	598	36,49	755	46,06	54	3,29	220	13,42	-	-	12	0,73

Municípios, All Mesorregionais e Estado	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Rosário Oeste	4.446	1.846	41,52	1.811	40,73	141	3,17	606	13,63	7	0,16	35	0,79
Santo Antônio do Leverger	3.699	813	21,98	2.288	61,85	248	6,70	284	7,68	4	0,11	62	1,68
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	140.613	121.769	86,60	12.251	8,71	794	0,56	4.826	3,43	394	0,28	579	0,41
Alto Araguaia	3.243	2.296	70,80	671	20,69	92	2,84	102	3,15	4	0,12	78	2,41
Alto Garças	2.324	1.891	81,37	271	11,66	85	3,66	57	2,45	4	0,17	16	0,69
Campo Verde	4.551	3.309	72,71	556	12,22	378	8,31	299	6,57	1	0,02	8	0,18
Guiratinga	3.499	2.607	74,51	612	17,49	56	1,60	193	5,52	12	0,34	19	0,54
Jaciara	6.200	5.233	84,40	636	10,26	88	1,42	202	3,26	3	0,05	38	0,61
Juscimeira	3.416	2.243	65,66	941	27,55	95	2,78	93	2,72	10	0,29	34	1,00
Pedra Preta	3.590	2.722	75,82	584	16,27	82	2,28	110	3,06	9	0,25	83	2,31
Poxoréo	5.583	3.026	54,20	1.899	34,01	213	3,82	416	7,45	12	0,21	17	0,30
São José do Povo	821	287	34,96	420	51,16	45	5,48	61	7,43	2	0,24	6	0,73
Rondonópolis	40.804	36.533	89,53	3.266	8,00	402	0,99	493	1,21	31	0,08	79	0,19
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	74.031	60.147	81,25	9.856	13,31	1.536	2,07	2.026	2,74	88	0,12	378	0,51
Araputanga	3.534	2.715	76,83	615	17,40	37	1,05	120	3,40	-	-	47	1,33
Barra do Bugres	6.624	4.496	67,87	1.668	25,18	188	2,84	242	3,65	6	0,09	24	0,36
Comodoro	3.820	2.089	54,69	968	25,34	173	4,53	580	15,18	5	0,13	5	0,13
Jauru	3.062	1.318	43,04	1.237	40,40	107	3,49	318	10,39	6	0,20	76	2,48
Lambari D'Oeste	1.202	412	34,28	662	55,07	52	4,33	68	5,66	1	0,08	7	0,58
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.996	756	25,23	1.832	61,15	184	6,14	169	5,64	1	0,03	54	1,80
Nova Lacerda	851	284	33,37	395	46,42	32	3,76	140	16,45	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	11.472	7.110	61,98	3.484	30,37	192	1,67	478	4,17	11	0,10	197	1,72
Reserva do Cabaçal	665	405	60,90	192	28,87	4	0,60	54	8,12	-	-	10	1,50
Rio Branco	1.444	984	68,14	402	27,84	16	1,11	40	2,77	-	-	2	0,14
Salto do Céu	1.264	527	41,69	526	41,61	20	1,58	186	14,72	2	0,16	3	0,24
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	36.934	21.096	57,12	11.981	32,44	1.005	2,72	2.395	6,48	32	0,09	425	1,15
Mato Grosso	645.905	462.989	71,68	132.899	20,58	17.032	2,64	26.990	4,18	873	0,14	5.122	0,79

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

(3) Goiás

No Estado de Goiás, no ano de 2000, o Censo Demográfico registrou a existência de 1.398.015 domicílios particulares permanentes, 69,5% dos quais abastecidos de água por rede geral. A maior parte dos domicílios goianos restantes captavam água de poço

ou nascente (27,9%), existindo ainda 2,6% do total de domicílios que captavam água de “outra forma”.

A All Mesorregional Sul Goiano possuía, no ano de 2000, 38.661 domicílios (2,8% dos domicílios existentes no Estado de Goiás). Na área goiana em estudo, os indicadores de abastecimento de água se encontram acima do nível estadual, com 75,9% dos domicílios abastecidos de água por meio de rede geral, 23,2% captando água de poço ou nascente e apenas 0,84% captando água de “outra forma”. A exceção é o município de Serranópolis, onde o percentual dos domicílios que captavam água de poço ou nascente, em 2000, chegava a 40,8%.

Quadro 3.6.5.4-50 – Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água All/ Goiás - 2000

Municípios, All mesorregional e Estado	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Caçu	3.160	2.273	71,93	874	27,66	13	0,41
Jataí	21.395	16.360	76,47	4.852	22,68	183	0,86
Mineiros	10.642	9.353	87,89	1.233	11,59	56	0,53
Santa Rita do Araguaia	1.505	1.295	86,05	202	13,42	8	0,53
Serranópolis	1.959	1.122	57,27	800	40,84	37	1,89
All Mesorregional Sul Goiano	38.661	30.403	75,92	7961	23,24	297	0,84
Goiás	1.398.015	971.358	69,48	389.732	27,88	36.925	2,64

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

No ano de 2000, as informações do Censo Demográfico a respeito do esgotamento sanitário dos domicílios revelam a situação precária do Estado de Goiás – apenas 35,7% apresentavam instalações sanitárias adequadas, sendo 424.472 domicílios que escoavam esgoto através de rede geral ou pluvial e 74.915, através de fossas sépticas.

Na All Mesorregional Sul Goiano, a situação do esgotamento sanitário era menos precária do que no restante do Estado. 52,9% dos domicílios particulares permanentes apresentava situação de esgotamento sanitário adequada, sendo largamente predominante o escoamento por rede geral ou pluvial - 52,3% dos domicílios da All mesorregional goiana. No entanto, esta forma era predominante apenas nos municípios de Jataí, Mineiros e Caçu. As fossas sépticas, como opção de esgotamento adequada, assumiam importância percentual apenas nos municípios de Jataí e Serranópolis, onde equipavam 9,4% e 10,5% dos domicílios, respectivamente. A situação mais precária, em termos de esgotamento sanitário, ocorria no município de Santa Rita do Araguaia, onde 85,8% dos domicílios escoavam esgoto através de fossas rudimentares e 6,1% não tinham banheiro ou sanitário. No município de Serranópolis, estes percentuais também eram elevados - 72,1% e 7%, respectivamente – havendo, ainda, 5,5% de domicílios que despejavam esgoto em rio, lago ou mar.

Quadro 3.6.5.4-51 – Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário All/ Goiás – 2000

Municípios, All mesorregional e Estado	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Caçu	3.160	1.629	51,55	34	1,08	1.231	38,96	24	0,76	56	1,77	91	2,88	95	3,01
Jataí	21.395	11.150	52,11	2.020	9,44	7.183	33,57	132	0,62	181	0,85	204	0,95	525	2,45
Mineiros	10.642	7.392	69,46	57	0,54	2.435	22,88	62	0,58	251	2,36	83	0,78	362	3,4
Santa Rita do Araguaia	1.505	40	2,66	20	1,33	1.291	85,78	20	1,33	8	0,53	34	2,26	92	6,11
Serranópolis	1.959	12	0,61	206	10,52	1.413	72,13	39	1,99	108	5,51	43	2,19	138	7,04
All Mesorregional Sul Goiano	38.661	20.223	52,31	2337	0,60	13.553	35,06	277	0,72	604	1,56	455	1,18	1212	3,13
Goiás	1.398.015	424.472	30,36	74.915	5,36	801.080	57,3	11.511	0,82	9.195	0,66	11.110	0,79	65.732	4,7

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Quanto ao destino do lixo, a All Mesorregional Sul Goiano apresentou, em 2000, percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por serviço de coleta de lixo – 78,9% - inferior ao percentual estadual, que foi de 81,1%. No entanto, os municípios de Mineiros e Jataí, onde estavam situados 82,9% dos domicílios existentes nesta All mesorregional, apresentaram este percentual mais elevado do que o estadual – 88,4%, 86,8%, respectivamente. A situação da coleta de lixo era mais precária no município de Serranópolis, onde o serviço de coleta atendia apenas 57,2% dos domicílios, sendo o lixo queimado na propriedade em 32,9% dos domicílios. O município de Jataí apresentava, no ano de 2000, o maior percentual de domicílios que jogavam o lixo em terreno baldio – 4,7%, ou 1.009 domicílios.

Quadro 3.6.5.4-52 – Domicílios particulares permanentes por destino do lixo All/ Goiás – 2000

Municípios, All mesorregional e Estado	Total	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Caçu	3.160	2.322	73,48	543	17,18	59	1,87	33	1,04	4	0,13	199	6,3
Jataí	21.395	16.489	77,07	3.121	14,59	322	1,51	1.009	4,72	32	0,15	422	1,97
Mineiros	10.642	9.239	86,82	823	7,73	251	2,36	249	2,34	25	0,23	55	0,52
Santa Rita do Araguaia	1.505	1.331	88,44	98	6,51	29	1,93	13	0,86	-	-	34	2,26
Serranópolis	1.959	1.121	57,22	645	32,92	85	4,34	47	2,4	1	0,05	60	3,06
All Mesorregional Sul Goiano	38.661	30.502	78,90	5230	13,53	746	1,93	1351	3,49	62	0,16	770	1,99
Goiás	1.398.015	1.134.399	81,14	187.031	13,38	17.540	1,25	46.134	3,3	1.093	0,08	11.818	0,85

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

(4) Minas Gerais

Quanto à forma de abastecimento de água, o conjunto de municípios que formam a All Mesorregional do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no ano de 2000, apresentou percentuais bastante próximos àqueles apresentados pelo Estado de Minas Gerais. A situação é mais precária no município de União de Minas, onde a maior parte dos domicílios capta água de poço ou nascente. O percentual de domicílios que captavam água desta forma também era elevado no município de Limeira do Oeste – 39,2%. No município de Santa Vitória, chama a atenção o elevado percentual de domicílios que captavam água de “outra forma” – 2,5%, ou 124 domicílios.

Quadro 3.6.5.4-53 – Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água All/Minas Gerais– 2000

Municípios, All mesorregional e Estado	Total	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Iturama	8.357	7.434	88,96	804	9,62	119	1,42
Limeira do Oeste	1.830	1.103	60,27	718	39,23	9	0,49
Santa Vitória	4.909	3.722	75,82	1.063	21,65	124	2,53
União de Minas	1.377	669	48,58	683	49,6	25	1,82
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	16.473	12.928	78,48	3268	19,84	277	1,68
Minas Gerais	562.902	440.605	78,27	113.534	20,17	8.763	1,56

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

No ano de 2000, no Estado de Minas Gerais, dos 4.765.258 domicílios existentes, 68,2% escoavam esgoto por rede geral ou pluvial, enquanto 2,5% estavam equipados com fossas sépticas, totalizando 70,7% de domicílios com instalações sanitárias consideradas adequadas. O conjunto de municípios mineiros em estudo apresenta menor percentual de domicílios com situação sanitária adequada – 69,6%. A maior parte das instalações precárias consiste em fossas rudimentares – 26,5% dos domicílios desta All mesorregional – uma vez que os percentuais de domicílios que despejavam esgoto na vala, rio lago ou mar, outro escoadouro ou que não possuíam banheiro ou sanitário foram todos menos elevados do que os apresentados pelo Estado como um todo.

No entanto, os municípios em estudo em Minas Gerais apresentam significativas diferenciações. O percentual de domicílios atendidos pela captação de esgoto por meio de rede geral de esgoto ou pluvial variava, em 2000, de 9,3% em Limeira do Oeste a 82,6% em Iturama. O município de União de Minas apresentou o maior percentual de domicílios desprovidos de banheiro ou sanitário – 16,05%, ou 221 domicílios.

Quadro 3.6.5.4-54 – Domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário All/Minas Gerais – 2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Iturama	8.357	6.904	82,61	30	0,36	1.256	15,03	8	0,1	16	0,19	7	0,08	136	1,63
Limeira do Oeste	1.830	170	9,29	3	0,16	1.566	85,57	2	0,11	1	0,05	12	0,66	76	4,15
Santa Vitória	4.909	3.421	69,69	200	4,07	1.003	20,43	35	0,71	66	1,34	19	0,39	165	3,36
União de Minas	1.377	557	40,45	53	3,85	539	39,14	2	0,15	1	0,07	4	0,29	221	16,05
All Mesoregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	16.473	11.052	67,09	286	1,74	4.364	26,49	47	0,29	84	0,51	42	0,25	598	3,63
Minas Gerais	4.765.258	3.249.313	68,19	119.318	2,5	764.162	16,04	74.629	1,57	274.007	5,75	43.638	0,92	240.191	5,04

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Quanto ao destino do lixo, no ano de 2000, o conjunto de municípios mineiros em estudo apresentava percentual de domicílios atendido por serviço de coleta pouco inferior ao estadual, enquanto que o percentual de domicílios cujo lixo era queimado ou enterrado na propriedade era pouco mais elevado que o estadual. Apenas o município de Iturama apresentava um mais elevado percentual de domicílios com o lixo coletado – 88,7%. Limeira do Oeste é o município que apresentou, em 2000, o maior percentual de domicílios desprovidos de banheiro ou sanitário – 3,1%.

Quadro 3.6.5.4-55 – Domicílios particulares permanentes por destino do lixo All/Minas Gerais – 2000

TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
8.357	7.414	88,72	700	8,38	45	0,54	116	1,39	3	0,04	79	0,95
1.830	1.011	55,25	690	37,7	34	1,86	39	2,13	-	-	56	3,06
4.909	3.541	72,13	1.059	21,57	84	1,71	154	3,14	3	0,06	68	1,39
1.377	609	44,23	640	46,48	29	2,11	57	4,14	1	0,07	41	2,98
16.473	12.575	76,34	3089	18,75	192	1,17	366	2,22	7	0,04	244	1,48
4.765.258	4.765.258	78,35	685.913	14,39	32.855	0,69	248.788	5,22	16.671	0,35	47.366	0,99

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

(5) São Paulo

Em toda a extensão a ser percorrida pela LT Madeira, São Paulo é o Estado que apresenta os melhores indicadores de condições sanitárias. O abastecimento de água através de rede geral atingia, em 2000, 93,5% dos domicílios paulistas, restando 5,6% abastecidos por poço ou nascente e 0,85% que captavam água de “outra forma”. O conjunto dos 30 municípios em estudo no Estado de São Paulo possuía, no ano de 2000, 180.879 domicílios (1,7% dos domicílios existentes no Estado), 91,4% dos quais abastecidos de água pela rede geral.

A All Mesorregional Araraquara, como um todo, apresentava percentual de abastecimento de água por rede geral superior ao apresentado pelo Estado – 94%. Isto se deve ao elevado percentual de domicílios atendidos por este serviço no município de Araraquara, o mais populoso entre os municípios paulistas analisados – 96,8%. Nos demais municípios que compõem esta All mesorregional, este percentual variava de 86,22% em Boa Esperança do Sul e 92,93% em Bariri, 75,1% em Gavião Peixoto a 92,9% no município de Nova Europa. O percentual de domicílios que captavam água de “outra forma” era baixo em todos os municípios, revelando a captação por poço ou nascente como a alternativa largamente predominante entre os domicílios não atendidos pela rede de água.

No ano de 2000, na All Mesorregional São José do Rio Preto, que concentrava 52,1% dos domicílios situados nos municípios paulistas em estudo, o percentual de domicílios atendidos pelo abastecimento de água através da rede geral era mais baixo que o estadual – 89,7% -, sendo mais elevado o percentual de domicílios que captavam água de poço ou nascente – 10,1%. Acima do percentual estadual de abastecimento de água por rede geral encontravam-se, somente, os municípios de Votuporanga (95,7%), Fernandópolis (94,4%) e Mirassol (93,9%) que eram, também, os municípios que concentravam o maior número de domicílios, elevando o percentual apresentado pela All Mesorregional como um todo. Nos demais municípios desta All mesorregional, este percentual variava de 66,1% em Sebastianópolis do Sul a 89,6% em Poloni. Fernandópolis era o município que apresentava o maior número de domicílios que captavam água de “outra forma” – 36 domicílios.

Quadro 3.6.5.4-56 – Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água All/São Paulo – 2000

Municípios, Alls	TOTAL	Rede Geral		Poço ou nascente (na propriedade)		Outra forma	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Araraquara	53.597	51.909	96,85	1.610	3	78	0,15
Gavião Peixoto	1.061	797	75,12	262	24,69	2	0,19
Itápolis	11.031	9.449	85,66	1.562	14,16	20	0,18
Nova Europa	2.015	1.872	92,9	143	7,1	-	-
Tabatinga	3.743	3.121	83,38	617	16,48	5	0,13
Bariri	8.218	7637	92,93	561	6,83	20	0,24
Boa Esperança do Sul	3.468	2990	86,22	477	13,75	1	0,03
Bocaina	2.703	2465	91,19	238	8,81	-	-
All Mesorregional Araraquara	85.836	80.240	93%	5.470	6%	126	0%
Fernandópolis	18.621	17.584	94,43	1.001	5,38	36	0,19
Guarani d'Oeste	644	566	87,89	76	11,8	2	0,31
Ibirá	2.875	2.423	84,28	448	15,58	4	0,14
Indiaporã	1.305	1.077	82,53	224	17,16	4	0,31
Itajobi	4.165	3.257	78,2	907	21,78	1	0,02
Jaci	1.162	884	76,08	278	23,92	-	-
Macedônia	1.138	790	69,42	347	30,49	1	0,09
Marapoama	654	456	69,72	198	30,28	-	-
Meridiano	1.201	920	76,6	278	23,15	3	0,25
Mirassol	14.374	13.497	93,9	863	6	14	0,1
Monte Aprazível	5.790	4.989	86,17	793	13,7	8	0,14
Neves Paulista	2.699	2.365	87,63	333	12,34	1	0,04
Nova Aliança	1.431	1.103	77,08	328	22,92	-	-
Ouroeste	1.829	1.490	81,47	332	18,15	7	0,38
Pedranópolis	819	554	67,64	265	32,36	-	-
Poloni	1.544	1.383	89,57	160	10,36	1	0,06
Potirendaba	4.134	3.552	85,92	577	13,96	5	0,12
Sebastianópolis do Sul	820	542	66,1	277	33,78	1	0,12
Urupês	3.537	2.962	83,74	575	16,26	-	-
Valentim Gentil	2.429	2.115	87,07	314	12,93	-	-
Votuporanga	23.108	22.106	95,66	981	4,25	21	0,09
All Mesorregional São José do Rio Preto	94.279	84.615	89,75	9.555	10,13	109	0,12
São Paulo	10.364.152	9.690.889	93,5	584.723	5,64	88.540	0,85

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

Em 2000, no Estado de São Paulo, 81,7% dos domicílios escoavam esgoto através da rede geral de esgoto ou pluvial, enquanto 6,5% eram equipados com fossas sépticas e 6,4%, com fossas rudimentares. Quanto ao esgotamento sanitário, tanto a All Mesorregional Araraquara quanto a All Mesorregional São José do Rio Preto apresentaram, no ano de 2000, percentuais mais elevados de domicílios ligados à rede

geral de esgoto ou pluvial do que a média do Estado – 92,8% e 86,7%, respectivamente. Em ambas, o percentual de domicílios equipados com fossas rudimentares era maior do que o daqueles equipados com fossas sépticas, apresentando a All São José do Rio Preto percentual de domicílios que escoavam esgoto através de fossa rudimentar bastante mais elevado que o estadual – 9,1%.

Na All Mesorregional Araraquara, os municípios de Gavião Peixoto e Tabatinga apresentaram percentual de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial abaixo do estadual, além de elevado percentual de domicílios que despejavam o esgoto em rios, lagos ou no mar. Gavião Peixoto, no entanto, apresentava elevado percentual de domicílios equipados com fossas sépticas – 18% -, consideradas, também, como adequadas. Nos municípios de Tabatinga, Itápolis e Nova Europa, ao contrário, era elevado o percentual de domicílios que escoavam o esgoto por meio de fossas rudimentares.

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, os municípios de Fernandópolis, Mirassol e Votuporanga apresentaram a mais ampla cobertura da rede geral de esgoto ou pluvial, com percentuais acima de 90%. 9 dos municípios desta All Mesorregional apresentaram percentuais abaixo do estadual quanto à cobertura pela rede geral de esgoto ou pluvial. Em 4 deles, em compensação, era elevado o percentual de domicílios equipados com fossas sépticas – Sebastinópolis do Sul (32,7%), Marapoama (15,6%), Jaci (14%) e Macedônia (12,2%). Com exceção dos municípios de Ferandópolis, Mirassol, Votuporanga, Potirendaba e Sebastianópolis do Sul, os demais municípios em estudo na All Mesorregional São José do Rio Preto apresentaram percentual de domicílios que escoavam esgoto através de fossas rudimentares mais elevado que o estadual, variando de 9,7% em Valentim Gentil a 39,3% em Pedranópolis. Contudo, nos municípios de Ferandópolis, Mirassol e Votuporanga, encontrava-se o maior número de domicílios desprovidos de banheiro ou sanitário.

Quadro 3.6.5.4-57 – Domicílios Particulares Permanentes por tipo de esgotamento sanitário All/São Paulo – 2000

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Araraquara	53.597	51.572	96,22	1.447	2,7	372	0,69	6	0,01	95	0,18	34	0,06	71	0,13
Gavião Peixoto	1.061	770	72,57	191	18	4	0,38	14	1,32	80	7,54	1	0,09	1	0,09
Itápolis	11.031	9.390	85,12	138	1,25	1.264	11,46	112	1,02	88	0,8	20	0,18	19	0,17
Nova Europa	2.015	1.788	88,73	7	0,35	151	7,49	-	-	67	3,33	-	-	2	0,1
Tabatinga	3.743	2.791	74,57	13	0,35	501	13,38	18	0,48	210	5,61	195	5,21	15	0,4
Bariri	8.218	7.627	92,81	291	3,54	242	2,94	2	0,02	35	0,43	8	0,1	13	0,16
Boa Esperança do Sul	3.468	2.963	85,44	48	1,38	395	11,39	5	0,14	40	1,15	6	0,17	11	0,32
Bocaina	2.703	2.421	89,57	105	3,88	127	4,7	6	0,22	38	1,41	1	0,04	5	0,18
All Mesorregional Araraquara	85.836	79.322	92%	2.240	3%	3.056	4%	163	0%	653	1%	265	0%	137	0%
Fernandópolis	18.621	17.145	92,07	474	2,55	913	4,9	12	0,06	3	0,02	16	0,09	58	0,31
Guarani d'Oeste	644	548	85,09	9	1,4	78	12,11	-	-	-	-	2	0,31	7	1,09
Ibirá	2.875	2.367	82,33	148	5,15	346	12,03	2	0,07	1	0,03	7	0,24	4	0,14
Indiaporã	1.305	914	70,04	2	0,15	338	25,9	19	1,46	1	0,08	14	1,07	17	1,3
Itajobi	4.165	3.184	76,45	44	1,06	867	20,82	14	0,34	42	1,01	12	0,29	2	0,05
Jaci	1.162	798	68,67	163	14,03	196	16,87	2	0,17	1	0,09	-	-	2	0,17
Macedônia	1.138	780	68,54	139	12,21	214	18,8	-	-	-	-	2	0,18	3	0,26
Marapoama	654	460	70,34	102	15,6	85	13	1	0,15	5	0,76	1	0,15	-	-
Meridiano	1.201	790	65,78	53	4,41	338	28,14	8	0,67	2	0,17	1	0,08	9	0,75
Mirassol	14.374	13.307	92,58	373	2,59	620	4,31	3	0,02	7	0,05	16	0,11	48	0,33
Monte Aprazível	5.790	4.676	80,76	34	0,59	1.046	18,07	10	0,17	5	0,09	6	0,1	13	0,22
Neves Paulista	2.699	2.234	82,77	8	0,3	450	16,67	1	0,04	2	0,07	1	0,04	3	0,11
Nova Aliança	1.431	1.077	75,26	5	0,35	338	23,62	-	-	2	0,14	6	0,42	3	0,21
Ouroeste	1.829	1.333	72,88	38	2,08	436	23,84	5	0,27	8	0,44	2	0,11	7	0,38
Pedranópolis	819	485	59,22	4	0,49	322	39,32	5	0,61	1	0,12	1	0,12	1	0,12

Municípios, AlI Mesorregionais e Estado	TOTAL	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Vala		Rio, lago ou mar		Outro escoadouro		Não tinham banheiro nem sanitário	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Poloni	1.544	1.382	89,51	5	0,32	157	10,17	-	-	-	-	-	-	-	-
Potirendaba	4.134	3.543	85,7	311	7,52	260	6,29	11	0,27	2	0,05	3	0,07	4	0,1
Sebastianópolis do Sul	820	536	65,37	268	32,68	16	1,95	-	-	-	-	-	-	-	-
Urupês	3.537	2.934	82,95	74	2,09	498	14,08	5	0,14	18	0,51	2	0,06	6	0,17
Valentim Gentil	2.429	2.101	86,5	88	3,62	235	9,67	-	-	-	-	-	-	5	0,21
Votuporanga	23.108	21.172	91,62	1.030	4,46	799	3,46	17	0,07	4	0,02	8	0,03	78	0,34
All Mesorregional São José do Rio Preto	94.279	81.766	86,73	3372	3,58	8552	9,07	115	0,12	104	0,11	100	0,11	270	0,29
São Paulo	10.364.152	8.466.151	81,69	677.822	6,54	661.022	6,38	165.032	1,59	293.921	2,84	55.128	0,53	45.076	0,43

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

No Estado de São Paulo, no ano de 2000, 95,8% dos domicílios eram atendidos por serviço de coleta de lixo. Em ambas as Alls mesorregionais em estudo, este percentual se situava abaixo do estadual. Apenas os municípios de Votuporanga e Araraquara apresentavam percentuais acima da média do Estado.

Na All Mesorregional Araraquara, a maior parte do lixo que não era recolhido pelo serviço de coleta era queimada nas propriedades. No município de Itápolis, 1.274 domicílios praticavam a queima do lixo na propriedade (11,5% do total de domicílios) e, em Araraquara, havia 956 domicílios que adotavam a mesma prática. No município de Gavião Peixoto, os domicílios que enterram o lixo na propriedade ou o despejam em terreno baldio assume percentuais expressivos, este último também no município de Nova Europa. Nos municípios de Bariri, Boa Esperança do Sul e Bocaina, o percentual de domicílios com lixo coletado era menor que o estadual (90%).

No ano de 2000, na All Mesorregional São José do Rio Preto, o percentual de domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo variava de 66,2% em Sebastianópolis do Sul a 96,1% em Votuporanga. A queima do lixo na propriedade ocorria em 7,4% dos domicílios desta All Mesorregional, destacando-se, em número de domicílios, os municípios de Votuporanga, Itajobi, Fernandópolis e Monte Aprazível, nesta ordem. Os maiores percentuais de domicílios que efetuam a queima do lixo, contudo, ocorrem nos municípios de Pedranópolis e Sebastianópolis do Sul. O município de Itajobi apresentava, também, o maior número de domicílios que enterravam o lixo na propriedade ou o despejavam em terreno baldio.

Quadro 3.6.5.4-58 – Domicílios particulares permanentes por destino do lixo All/São Paulo – 2000

Municípios Alls Mesorregionais	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Araraquara	53.597	52.372	97,71	956	1,78	103	0,19	60	0,11	2	0	104	0,19
Gavião Peixoto	1.061	838	78,98	149	14,04	29	2,73	41	3,86	1	0,09	3	0,28
Itápolis	11.031	9.511	86,22	1.274	11,55	122	1,11	48	0,44	9	0,08	67	0,61
Nova Europa	2.015	1.805	89,58	100	4,96	96	4,76	12	0,6	1	0,05	1	0,05
Tabatinga	3.743	3.134	83,73	498	13,3	70	1,87	26	0,69	5	0,13	10	0,27
Bariri	8.218	7.658	93,19	433	5,27	80	0,97	15	0,18	1	0,01	31	0,38
Boa Esperança do Sul	3.468	2.973	85,73	300	8,65	76	2,19	49	1,41	-	-	70	2,02
Bocaina	2.703	2.504	92,64	98	3,63	48	1,78	24	0,89	-	-	29	1,07
All Mesorregional Araraquara	85.836	80.795	94%	3808	4%	624	1%	275	0%	19	0%	315	0%
Fernandópolis	18.621	17.789	95,53	639	3,43	105	0,56	37	0,2	1	0,01	50	0,27
Guarani d'Oeste	644	569	88,35	66	10,25	4	0,62	3	0,47	-	-	2	0,31
Ibirá	2.875	2.567	89,29	225	7,83	32	1,11	11	0,38	-	-	40	1,39
Indiaporã	1.305	1.071	82,07	171	13,1	14	1,07	12	0,92	-	-	37	2,84
Itajobi	4.165	3.248	77,98	710	17,05	85	2,04	115	2,76	1	0,02	6	0,14
Jaci	1.162	882	75,9	236	20,31	16	1,38	25	2,15	-	-	3	0,26
Macedônia	1.138	802	70,47	298	26,19	24	2,11	9	0,79	-	-	5	0,44
Marapoama	654	457	69,88	143	21,87	34	5,2	18	2,75	2	0,31	-	-
Meridiano	1.201	902	75,1	279	23,23	17	1,42	3	0,25	-	-	-	-
Mirassol	14.374	13.760	95,73	509	3,54	31	0,22	22	0,15	-	-	52	0,36

Municípios Alls Mesorregionais	TOTAL	Coletado		Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino	
		Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)	Unidades	(%)
Monte Aprazível	5.790	5.038	87,01	623	10,76	45	0,78	60	1,04	-	-	24	0,41
Neves Paulista	2.699	2.347	86,96	228	8,45	60	2,22	47	1,74	1	0,04	16	0,59
Nova Aliança	1.431	1.152	80,5	211	14,74	31	2,17	12	0,84	-	-	25	1,75
Ouroeste	1.829	1.543	84,36	257	14,05	8	0,44	4	0,22	-	-	17	0,93
Pedranópolis	819	552	67,4	233	28,45	18	2,2	2	0,24	-	-	14	1,71
Poloni	1.544	1.385	89,7	122	7,9	20	1,3	5	0,32	-	-	12	0,78
Potirendaba	4.134	3.573	86,43	461	11,15	54	1,31	11	0,27	-	-	35	0,85
Sebastianópolis do Sul	820	543	66,22	232	28,29	15	1,83	25	3,05	5	0,61	-	-
Urupês	3.537	2.968	83,91	448	12,67	60	1,7	39	1,1	1	0,03	21	0,59
Valentim Gentil	2.429	2.173	89,46	193	7,95	34	1,4	28	1,15	-	-	1	0,04
Votuporanga	23.108	22.216	96,14	744	3,22	79	0,34	35	0,15	3	0,01	31	0,13
All Mesorregional São José do Rio Preto	94.279	85.537	90,73	7028	7,45	786	0,83	523	0,73	14	0,02	391	0,41
São Paulo	10.364.152	9.931.719	95,83	297.338	2,87	42.268	0,41	58.711	0,57	13.642	0,13	20.474	0,2

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

ANEXO 3.6.5.4 - 1

PLANO PRELIMINAR DE AÇÃO DE CONTROLE DA MALÁRIA (PACM)

**PLANO PRELIMINAR DE AÇÃO DE CONTROLE DA
MALÁRIA DA
LINHA DE TRANSMISSÃO (LT) 600KV CC COLETORA
PORTO VELHO – ARARAQUARA 2, Nº 01**

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1/117
2.	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO	1/117
3.	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO EMPREENDIMENTO.....	3/117
3.1	FAIXAS DE SERVIDÃO.....	3/117
3.2	ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO.....	5/117
3.2.1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E CADASTRAL.....	6/117
3.2.2	LIBERAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO.....	6/117
3.2.3	MÃO DE OBRA.....	7/117
3.2.4	DIRETRIZES DE LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE APOIO ÀS OBRAS	11/117
3.2.5	ABERTURAS DE ACESSOS.....	14/117
3.2.6	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO.....	15/117
3.2.7	FLUXO DE TRÁFEGO	16/117
3.2.8	USO DE MATÉRIA-PRIMA E DE ENERGIA	16/117
3.2.9	ÁREAS DE EMPRÉSTIMO E BOTA-FORA	17/117
3.2.10	DESMOBILIZAÇÃO	18/117
3.2.11	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.....	18/117
3.2.12	OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	19/117
3.2.13	TÉCNICAS CONSTRUTIVAS ESPECIAIS.....	20/117
3.2.14	USO DE FUNDAÇÃO HELICOIDAIS.....	22/117
3.2.15	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).....	22/117
3.2.16	CRITÉRIOS PARA MINIMIZAÇÃO DE INTERFERÊNCIAS EM FRAGMENTOS FLORESTAIS	23/117
4.	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	24/117
5.	ÁREAS DE INFLUÊNCIA (DIRETA E INDIRETA).....	27/117
6.	CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS	32/117
6.1	GRUPOS ETÁRIOS	32/117
6.2	RAZÃO DE SEXOS.....	36/117
7.	SANEAMENTO BÁSICO	40/117
8.	A MALÁRIA NO CONTEXTO DO EMPREENDIMENTO.....	54/117
8.1	A MORBIDADE POR MALÁRIA.....	55/117
8.1.1	A MALÁRIA NOS MUNICÍPIOS DA AII AMAZÔNIA LEGAL.....	55/117

8.1.2	PERFIL DOS CASOS DE MALÁRIA NA AII AMAZÔNIA LEGAL	61/117
8.3	A MALÁRIA NA AII EXTRA AMAZÔNIA LEGAL	65/117
9.	A ESTRUTURA DE ATENÇÃO À SAÚDE	67/117
9.1	DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE.....	67/117
9.2	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS TECNOLÓGICOS (EQUIPAMENTOS).....	71/117
9.3	DISPONIBILIDADE DE LEITOS HOSPITALARES (SUS E NÃO SUS)....	77/117
10.	A REGIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ASSISTENCIAL À SAÚDE NA AII.....	81/117
10.1	O ESTADO DE RONDÔNIA.....	81/117
10.2	O ESTADO DE GOIÁS	85/117
10.3	O ESTADO DE MATO GROSSO.....	86/117
10.4	O ESTADO DE MINAS GERAIS.....	90/117
10.5	O ESTADO DE SÃO PAULO.....	91/117
11.	A AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO - APM	94/117
12.	PLANO PRELIMINAR DE AÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA	96/117
12.1	ESTRATOS DE MUNICÍPIOS NA AII E AID.....	96/117
12.2	OBJETIVOS DO PACM	102/117
12.3	EIXOS NORTEADORES E ESTRATÉGIAS	103/117
12.3.1	EIXO 1 - ELIMINAÇÃO DE FONTES DE INFECÇÃO DE PLASMODIUM.SP. ENTRE OS TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO	103/117
12.3.2	EIXO 2- DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO OPORTUNO E CORRETO DA MALÁRIA.....	104/117
12.2.3	EIXO 3 – REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS.....	105/117
12.2.4	EIXO 4 – AVALIAÇÃO E CONTROLE SELETIVO DE ANOFELINOS	106/117
12.2.5	EIXO 5 - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO AOS TRABALHADORES E COMUNIDADE	107/117
13.	CRONOLOGIA DA AÇÕES	108/117
14.	ESTIMATIVAS DE RECURSOS NECESSÁRIOS	110/117
15.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	110/117
16.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116/117

1. INTRODUÇÃO

Este documento denominado Plano Preliminar de Ação e Controle da Malária da Linha de Transmissão (LT) 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 - nº 01 tem como objetivo fornecer subsídios para a emissão do Atestado de Condição Sanitária – ATCS pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde para o empreendimento denominado Linha de Transmissão (LT) 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01.

O presente documento atende a Portaria GM/MS 45/2007 que dispõe sobre empreendimentos em zonas endêmicas de malária no país e objetiva dar continuidade do processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO

No Brasil, o segmento de transmissão é composto por mais de noventa mil km de linhas sendo operado por sessenta e quatro concessionárias responsáveis pela implantação e operação da rede que liga as usinas às instalações das companhias distribuidoras normalmente localizadas junto aos centros consumidores.

A grande extensão da rede de transmissão no Brasil é explicada pela configuração do segmento de geração, constituído na maior parte de usinas hidrelétricas instaladas em localidades distantes dos centros consumidores.

Nas redes de transmissão, após deixar a usina, a energia elétrica trafega em tensão que varia de 88 kV a 750kV. Ao chegar às subestações das distribuidoras, a tensão é rebaixada e, por meio de um sistema composto por fios, postes e transformadores, chega à unidade final em 127V ou 220V com exceção de algumas unidades industriais que operam com tensões mais elevadas (de 2,3kV a 88kV) em suas linhas de produção e, recebem energia elétrica diretamente da subestação da distribuidora.

A instalação e a operação da maioria das Linhas de Transmissão estão sob a responsabilidade de empresas estatais vinculadas à ELETROBRÁS, ELETRONORTE, CHESF, FURNAS E ELETROSUL, mas recentemente vem sendo incorporada a participação de empresas privadas. Os direitos e obrigações dessas companhias são estabelecidos no Contrato de Concessão celebrado com a União para a exploração do serviço público em sua área de concessão.

O Sistema Interligado Nacional – SIN é uma rede interligada dos sistemas de Geração e Transmissão (usinas, linhas de transmissão e de distribuição) que abrange as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e, parte da Região Norte. Há ainda alguns sistemas

de menor porte, denominados Sistemas Isolados, que não estão conectados ao SIN, estes localizados principalmente na Região Amazônica.

A implantação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau e, do Sistema de Transmissão associado - Linha de Transmissão (LT) 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01 estão inclusas no Programa de Aceleração do Crescimento PAC – constituindo-se no maior investimento do atual governo neste programa.

De acordo com os estudos de viabilidade ambiental a energia elétrica gerada por essas duas novas Usinas será transmitida para os grandes centros consumidores da região Sudeste por meio de dois elos em corrente contínuos associados a duas Estações Conversoras CA/CC, assim como para parte da região Norte do país, através de Estação Conversora “Back-to-Back”, ligada ao sistema de transmissão em 230kV do sistema Acre-Rondônia.

Parte da energia gerada pelas Usinas será transportada para a região Sudeste por meio de duas novas linhas de transmissão em corrente contínua (dois bipolos), com tensão nominal de $\pm 600\text{kV}$ CC, cada uma com capacidade de transmissão da totalidade de potência dos dois bipolos (6.300MW), desde a nova Subestação Coletora de Porto Velho (onde receberá energia das duas Usinas na tensão de 500kVCA) até a nova Subestação de Araraquara-2 e, a partir desta, interligada às demais subestações do Sistema Elétrico Interligado, na tensão de 500kVCA. Nestas duas novas subestações serão construídas duas Estações Conversoras 500kVCA / $\pm 600\text{kV}$ CC em cada, de forma a prover integração das diferentes tecnologias de utilização da energia.

A extensão da Linha de Transmissão será de aproximadamente 2.382 km constituindo-se o conjunto na atualidade no maior sistema de transmissão de energia elétrica “HVDC – High Voltage Direct Current” do mundo neste nível de tensão e potência. Na Subestação Coletora Porto Velho está prevista, também, a implantação de uma Estação Conversora “Back-to-Back”, de capacidade nominal de 2 x 400MW, integrante do Lote LA-CC do Leilão ANEEL-007/2008, que proverá interligação entre os barramentos de 500kVCA desta subestação com os de 230kVCA, transmitindo energia para a região Norte do país, através das instalações existentes do Sistema Acre-Rondônia (EIA/RIMA, 2010).

3. DESCRIÇÃO RESUMIDA DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento consiste em uma linha de transmissão (LT) aérea, com extensão total de 2.382 km, em tensão de 600 kV CC, atravessando 84 municípios dos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Denominada Linha de Transmissão (LT) 600 kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 corresponde ao Lote LD-CC. Também compõem o empreendimento duas Estações Conversoras, caracterizadas como LOTE LF-CC, a saber: Estação Retificadora CA/CC Nº 02, a ser implantada na SE Coletora Porto Velho 500/230 kV, em Porto Velho e Estação Inversora CC/CA Nº 02, a ser implantada na SE Araraquara 2, em Araraquara. Esta última será objeto de estudo de documento específico não estando contemplada neste documento.

A LT 600 kV CC tem extensão total de 2.382 km, justificando a escolha de uma série com treze tipos de torres de suspensão visando o aproveitamento otimizado da capacidade de carga de cada estrutura em cada zona. Por outro lado, ao longo da diretriz de traçado são esperados poucos ângulos fortes e longos trechos em alinhamento ou com ângulos que permitam a utilização predominante de torres de suspensão e, em função disso a série inclui apenas dois tipos de torres de ancoragem, uma torre de suspensão estaiada e outra autoportante para ângulos de até 5°.

3.1 FAIXAS DE SERVIDÃO

A faixa de servidão da LT 600 kV CC Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 foi definida considerando-se o balanço dos cabos condutores devido à ação do vento, ao campo elétrico, à rádio-interferência, ao ruído e ao posicionamento das fundações de acordo com a NBR 5.422/85 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e os seguintes parâmetros para seu dimensionamento:

- Campo elétrico no nível do solo, no limite da faixa: < 10 kV/m;
- Corrente iônica na condição de carregamento máximo e no limite da faixa de servidão deverá ser inferior ou igual a 5,0 nA/m²;
- Campo magnético na condição de carregamento máximo e no limite da faixa de servidão deverá ser inferior ou igual a 67 A/m;
- Nível máximo de ruído admissível no limite da faixa por efeito de Rádio Interferência - RIV e para a tensão máxima no período de 50% de um ano, maior ou igual a 24 dB;
- Nível de ruído audível no limite da faixa, para a tensão máxima de operação e durante a condição de chuva leve, inferior ou igual a 42 dB.

A largura da faixa de servidão foi calculada com base nos critérios para desempenho eletromecânico estabelecidos na Norma ABNT NBR 5.422/85, considerando cortes seletivos de vegetação arbórea na faixa de servidão para minimizar riscos à segurança e a operação da linha de transmissão, no caso de queda de árvores. A faixa adotada foi uma largura de 79,0 metros para a LT 600 kV CC, por uma extensão de 2.382 km, o que totaliza uma área estimada de 188,18 km² ou 18.817,8 ha para implantação da LT. Esta faixa de servidão possibilitará a construção e posterior manutenção da Linha de Transmissão.

Para o lançamento dos cabos condutores está prevista a abertura de uma picada na vegetação, com largura de 10,0 m em áreas de vegetação florestal, e de 5,00 m em áreas de vegetação de menor porte (cerrado).

Para a construção LT estima-se inicialmente o uso de 4.987 torres (estruturas de aço galvanizado), com distância média entre as mesmas de 475,0 m. As estruturas terão um peso médio de 8 toneladas, sendo 3990 do tipo estaiada e 997 do tipo autoportante. No entanto, o número final de torres poderá sofrer pequenas alterações em virtude do detalhamento do projeto, na elaboração do Projeto Executivo.

A LT foi concebida, em sua totalidade, em circuito duplo, ou seja, um circuito com um pólo positivo + 600 kV e um pólo negativo -600 kV, cabos condutores do tipo CA 2.282,8 kcmil, instalados em um feixe de 04 sub-condutores por pólo.

As distancias de segurança serão estabelecidos em conformidade com o proposto no item 10 da NBR 5.422/85 – Projeto de Linhas aéreas de Transmissão de Energia Elétrica – Procedimentos (**Quadro 3.1-1**)

Quadro 3.1-1 - Distância de segurança do traçado de obstáculos selecionados (NBR 5.422/85), Linha de Transmissão (LT) 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Item	Obstáculo	Valor Adotado Mínimo (metro)
1	Locais acessíveis a pedestres, máquinas agrícolas, estradas de fazendas e semelhantes	14,5 / 13,0
2	Rodovias, ruas, avenidas e estradas municipais	17
3	Ferrovias não-eletrificadas	17
4	Ferrovias eletrificadas ou com previsão de eletrificação	17
5	Suportes de linha pertencentes à ferrovia	6,2
6	Linhas de energia elétrica	6,2
7	Linhas de telecomunicações	6,2
8	Águas navegáveis (H = altura do maior mastro)	h + 7,0
9	Águas não-navegáveis	14,5 / 13,0
10	Vegetação arbórea	5,5

As restrições de uso e ocupação do solo na região onde será implantada a LT e sua faixa de servidão incluem atividades de silvicultura e agro florestais com espécies arbóreas exóticas de rápido crescimento (eucaliptos, pínus e teca, entre outras) ou de espécies florestais nativas; plantio de fruteiras de porte alto, a exemplo de mangueira e abacateiro e plantio de culturas que exijam a utilização de fogo.

A utilização de aviões para dispersão de fertilizantes ou pesticidas; instalações elétricas e mecânicas (sistema de irrigação por pivô central); aeródromos ou aeroportos, depósitos de materiais inflamáveis; depósito de lixo está entre as atividades que não serão permitidas além de áreas recreativas, industriais, comerciais e culturais.

Além disso as cercas será mantida devidamente seccionada e aterrada e m permitidas à construção de quaisquer edificações na faixa de servidão, inclusive instalações zootécnicas, também não são permitidas, pois podem comprometer a operação e a manutenção da LT.

3.2 ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

De forma sucinta, foi descrito as principais ações previstas na fase construtiva do empreendimento tendo como referência os estudos ambientais desenvolvidos para a obtenção do licenciamento ambiental da LT EIA/RIMA (2010) destacando apenas conteúdo de interesse aos objetivos desse estudo. O detalhamento destas etapas na íntegra poderá ser consultado no EIA/RIMA Linha de Transmissão (LT) 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N° 01.

Inicialmente ocorrerá a mobilização para a execução dos trabalhos preliminares para suporte ao desenvolvimento dos serviços principais que consistirá na preparação da logística e dos acessos a serem utilizados, na instalação das áreas dos canteiros de obras e estocagem de estruturas metálicas, na contratação da mão de obra entre outras providências.

Embora haja previsão de divisão da construção da linha em lotes, com diferentes empresas construtoras em cada um dos trechos, os procedimentos e orientações técnicas deverão ser observados em todo o empreendimento. Porém, eventualmente durante a elaboração do Projeto Executivo poderão ser apresentados procedimentos, ações e/ou orientações diferenciadas em função das condições de cada trecho.

3.2.1 LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E CADASTRAL

Os serviços topográficos incluem os levantamentos de campo necessários ao desenvolvimento do projeto, incluindo o detalhamento do traçado selecionado, com a locação definitiva do eixo da linha de transmissão e posicionamento das torres e a delimitação da subestação e locação dos seus componentes. Os proprietários das áreas na projeção da faixa de servidão a ser implantada deverão ser notificados com antecedência ao início dos serviços de marcação topográfica.

A abertura de picadas para execução de levantamento topográfico ocorrerá após a emissão de Autorização específica, emitida pelo IBAMA, e mediante autorização dos proprietários das áreas afetadas. Os serviços incluem ainda a identificação em campo dos limites físicos das propriedades situadas ao longo da faixa de servidão. A marcação dos limites das propriedades terá como referência o levantamento de informações nos cartórios de registros de imóveis dos municípios atravessados pelo empreendimento.

3.2.2 LIBERAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO

Os proprietários afetados serão contatados para solicitação de Autorização de Passagem para a Linha de Transmissão e para execução dos levantamentos topográficos. As áreas localizadas na projeção da faixa de servidão serão consideradas em regime de servidão e terão sua demarcação estabelecida por Decreto de Utilidade Pública. Os proprietários afetados serão indenizados de acordo com o tipo de servidão, que poderá ser de passagem da linha ou permanentes (no caso das torres). As indenizações serão estabelecidas segundo métodos diretos e indiretos, de acordo com as seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O detalhamento do projeto de implantação da faixa de servidão é responsabilidade do empreendedor.

Todas as negociações com os proprietários serão conduzidas de modo a assegurar a realização de acordos para o pagamento das indenizações devidas. A liberação das áreas para implantação da Linha de Transmissão será simultânea ao acordo indenizatório. Os eventuais casos de litígio deverão ser decididos em ações judiciais, ou estarão sujeitos a processos de desapropriação por utilidade pública.

3.2.3 MÃO DE OBRA

A quantidade de mão de obra estimada inicialmente para a implantação do empreendimento é de 7.000 trabalhadores diretos (**Quadro 3.2.3-1, Quadro 3.2.3-2 e Quadro 3.2.3-3**) e 11.000 trabalhadores indiretos ao longo de toda a obra. Espera-se que 70% da mão de obra direta da fase de construção sejam contratadas nos municípios próximos às obras compreendendo as seguintes categorias de ocupação: Montador, Nivelador, Ajudante, Topógrafo, Motorista, Motorista operador Guindauto, Operador equipamentos, Encarregado de Obras Civis, Pedreiro, Armador, Carpinteiro, meio-Oficial - Obras Civis, Poceiro, Servente, Tratorista e Blaster.

Esses trabalhadores estarão mobilizados principalmente nos canteiros de obras e nas frentes de trabalho organizados em equipes preliminarmente com a seguinte estrutura:

- Abertura de acessos: 13 equipes (54 pessoas/equipe)
- Fundações e Aterramentos: 22 equipes (62 pessoas/equipe)
- Montagens: 14 equipes (64 pessoas/equipe)
- Lançamentos de cabos: 8 equipes (210 pessoas/equipe)

Para a manutenção da Linha de Transmissão N^o. 01 (Lote LD-CC) e das Estações Conversoras do Bipolo-2 (Lote LF-CC), estima-se um contingente de 76 funcionários, sendo 12 envolvidos com a limpeza dos terrenos/servidão e manutenção dos acessos, 28 envolvidos com a manutenção da linha propriamente dita e dos equipamentos eletroeletrônicos e 36 envolvidos com a operação de equipamentos nas Estações Conversoras e/ou centros de controle remotos com as seguintes profissões/ocupações:

- Engenheiro LT – 4 (3 supervisores e 1 gerente)
- Eletricista LT – 36
- Técnico SE – 12
- Operador SE – 20
- Engenheiro SE – 4 (2 supervisores e 2 gerentes)

Quadro 3.2.3-1 - Permanência de Mão de Obra Direta – LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01 (Trecho 1)

LT 600kV CC Coletora PORTO VELHO - ARARAQUARA 2, TRECHO 01	QUADRO DE PERMANÊNCIA DE MÃO DE OBRA DIRETA																				
	QUANT. MÁX.	2.010								2.011											
		jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
OBRAS CIVIS																					
ACESSOS, DESMATAMENTOS E FUNDAÇÕES																					
Ajudante de manutenção	7	5	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	5						
Ajudante de máquinas	21	14	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	14						
Armador	10	2	5	8	8	8	8	8	10	10	10	9	9	6	6	5	3				
Assistente técnico	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1					
Carpinteiro	11	5	9	11	11	11	11	11	11	11	10	8	6	6	6	5					
Eletricista montador	10		4	6	7	8	10	10	10	10	9	9	7	6	6	5					
Feitor	66	16	25	27	37	49	52	66	66	66	56	55	42	37	22	10					
Lubrificador	7	5	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	5						
Montador	5		2	3	3	4	4	5	5	5	5	5	4	3	3	3					
Motorista	77	32	60	68	70	74	77	77	77	77	75	69	67	53	15						
Operador de carregadeira	7	5	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	5	1						
Operador de compactador	5			2	3	3	4	5	5	5	4	4	3	3	3	2					
Operador de escavadeira	8	5	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	6	1					
Operador de guindaste	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3						
Operador de lâmina	20	10	15	15	17	18	20	20	20	20	20	20	16	14	5						
Operador de motosserra	13	5	7	7	8	9	10	13	13	13	11	11	8	6							
Operador de patrol	8	5	7	7	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	6	5	5	5		
Operador de perfuratriz	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2						
Operador de perfuratriz TM300	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2						
Operador de trator agrícola	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2							
Operador de usinas	5		5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5					
Pedreiro	22		2	4	10	16	17	22	22	22	19	19	14	13	13	8					
Pintor de obras	3	2	2	2	3	3	3	3	3	2											
Servente	509	104	209	272	302	365	389	509	509	509	434	423	307	263	154	96					
Soldador	3		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3						
TOTAL DE MÃO DE OBRA DIRETA OBRAS CIVIS	827	220	414	500	555	644	681	827	827	826	730	714	558	500	329	161	5	5	5		

Quadro 3.2.3-2 - Permanência de Mão de Obra Direta - LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01(Trecho 2)

LT CC - 600kV PORTO VELHO - ARARAQUARA 2 TRECHO 02	QUADRO DE PERMANÊNCIA DE MÃO DE OBRA DIRETA																				
	QUANT. MÁX.	2.010								2.011											
		jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
OBRAS CIVIS																					
ACESSOS, DESMATAMENTOS E FUNDAÇÕES																					
Ajudante de manutenção	5	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	3						
Ajudante de máquinas	13	9	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	9						
Armador	7	3	6	7	7	7	7	7	7	7	7	7	5	4	3						
Assistente técnico	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1						
Carpinteiro	8	7	8	8	8	8	8	8	8	8	7	6	4	4	3						
Eletricista montador	9		4	6	7	8	9	9	9	9	9	9	6	6	4						
Feitor	43	11	15	15	26	38	43	43	43	43	40	36	26	21	11						
Lubrificador	5	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	3						
Montador	5		2	3	4	4	5	5	5	5	4	4	3	3	2						
Motorista	55	23	44	49	52	54	55	55	55	55	54	53	47	46	32						
Operador de carregadeira	5	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	3						
Operador de compactador	2			2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2						
Operador de escavadeira	6	3	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	4						
Operador de guindaste	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3						
Operador de lâmina	13	7	10	10	12	12	13	13	13	13	13	13	8	5	3						
Operador de motosserra	5	2	3	3	4	4	5	5	5	5	5	5	2								
Operador de patrol	6	3	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6	6	4	4	4	4	4		
Operador de perfuratriz	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2							
Operador de perfuratriz TM300	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2							
Operador de trator agrícola	3	1	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	1								
Operador de usinas	4		4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4						
Pedreiro	30		3	5	15	26	30	30	30	30	30	26	21	20	12						
Pintor de obras	3	1	2	2	2	3	3	3	3	3											
Servente	344	80	173	212	232	279	344	306	306	306	306	306	182	128	86						
Soldador	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3						
TOTAL DE MÃO DE OBRA DIRETA OBRAS CIVIS	582	165	324	377	426	502	582	544	544	535	525	362	294	197	4	4	4	4	4		

Quadro 3.2.3-3 - Permanência de Mão de Obra Direta - LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 (Trecho 3)

DESCRIÇÃO	QUANT. MÁX.	2.010												2.011						
		jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
OBRAS CIVIS																				
ACESSOS, DESMATAMENTOS E FUNDAÇÕES																				
Ajudante de manutenção	4	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3					
Ajudante de máquinas	12	7	12	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	7					
Armador	6	2	4	6	6	6	6	6	6	6	6	6	4	3	2					
Assistente técnico	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1					
Carpinteiro	6	4	6	6	6	6	6	6	6	6	5	4	3	3	2					
Eletricista montador	7		3	5	6	6	7	7	7	7	6	6	5	4	3					
Feitor	43	10	17	18	26	38	43	43	43	42	37	36	23	17	9					
Lubrificador	4	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3					
Montador	4		2	2	3	3	4	4	4	4	3	3	3	2	2					
Motorista	40	20	35	39	40	40	40	40	40	40	40	40	38	36	25					
Operador de carregadeira	4	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3					
Operador de compactador	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2					
Operador de escavadeira	5	3	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4					
Operador de guindaste	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3					
Operador de lâmina	24	10	16	16	20	24	24	24	24	24	24	24	11	4	3					
Operador de motosserra	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1							
Operador de patrol	4	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3		
Operador de perfuratriz	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2						
Operador de Perfuratriz TM300	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2						
Operador de trator agrícola	12	5	8	8	12	12	12	12	12	12	12	12	5							
Operador de Usinas	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2					
Pedreiro	24		3	5	12	21	24	24	24	24	21	21	16	16	9					
Pintor de obras	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2										
Servente	274	72	149	178	187	237	274	274	274	274	274	274	141	82	47					
Soldador	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3					
TOTAL DE MÃO DE OBRA DIRETA OBRAS CIVIS	490	153	292	333	368	443	490	490	490	489	476	474	296	213	137	3	3	3	3	

3.2.4 DIRETRIZES DE LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE APOIO ÀS OBRAS

As áreas de apoio às obras consistem basicamente em dois tipos de canteiros de obras. O primeiro e de maior porte é o chamado canteiro principal, onde é prevista a implantação de infraestrutura mais complexa da obra, como alojamentos, escritórios, refeitórios, ambulatorios médicos, depósitos, centrais de forma, armação e concreto, entre outros componentes. Esses canteiros devem ter dimensões variadas ao longo do traçado, podendo chegar até 15.000m², em média (**Quadro 3.2.4-1**).

Tem-se como diretriz norteadora a implantação de canteiros fora das áreas centrais das cidades, evitando assim impactos adicionais no tráfego e transtornos à população.

O segundo tipo de estrutura de apoio são os canteiros secundários, os quais serão locados em locais estratégicos em relação às frentes de obra, mas respeitando de forma integral às diretrizes locacionais previstas nos programas de planejamento de áreas de apoio com o objetivo de mitigação de impacto. Devem funcionar como módulos de apoio itinerantes para o atendimento das necessidades dos trabalhadores e reserva de material de construção de uso imediato. A locação dos módulos de apoio também respeitará as restrições ambientais, porém não é possível determinar na atual fase dos estudos a localização desses canteiros.

A estratégia de implantação de diversas unidades de apoio (canteiros principais e secundários) constitui estratégia logística de movimentação de pessoal, transporte de estruturas e cabos e de equipamentos/máquinas, em especial, na fase inicial e final dos trabalhos, quando as máquinas e equipamentos serão conduzidos/retirados da faixa de serviço. Portanto, os acessos foram detalhadamente analisados, observando as distâncias envolvidas, a minimização de intervenção relacionada à sua construção, bem como as dificuldades inerentes. O detalhamento sobre os canteiros de obras e os cuidados na sua locação podem ser observado no Plano Ambiental para a Construção – PAC constantes no EIA/RIMA Linha de Transmissão (LT) 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 01.

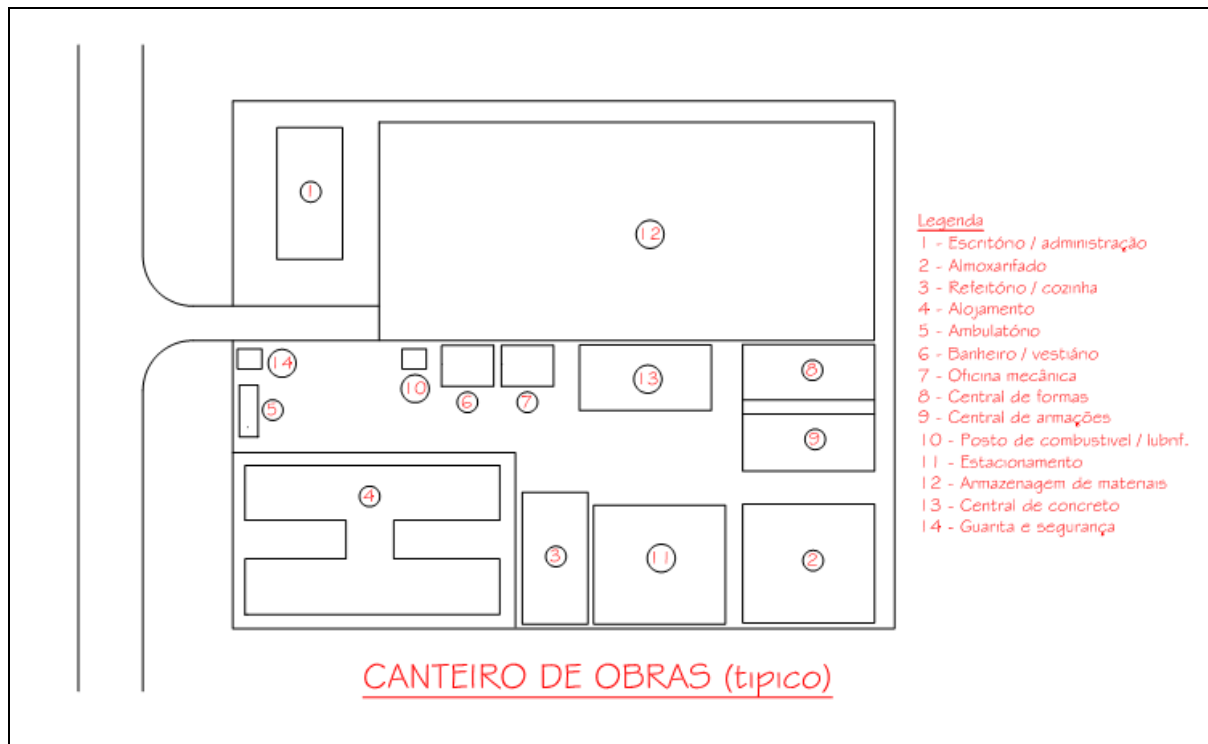


Figura 3.2.4-1 - Planta preliminar típica de canteiro de obras (canteiros principais), LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01.

Os canteiros alojarão em média até 100 funcionários e incluirá a preparação e o fornecimento de alimentação do pessoal que será elaborada na cozinha do canteiro e servida no refeitório do canteiro, ou nas instalações de apoio (frentes de serviço). Os serviços médicos a serem prestados, obrigatórios por conta da legislação trabalhista serão prestados em ambulatórios instalados nos próprios canteiros, os quais serão equipados com ambulância e demais materiais e instrumentação necessários para atendimento de primeiros socorros e consultas.

É prevista a implantação de 23 (vinte e três) canteiros principais, os quais preferencialmente se localizarão nas proximidades de cidades com infraestrutura adequada de telecomunicações, estradas, hotéis, restaurantes e hospitais de forma a propiciar aos trabalhadores conforto mínimo, facilidades de lazer e atendimento rápido em casos de emergência (**Quadro 3.2.4-2**).

Também será evitada a utilização de canteiros nos centros das cidades a fim de evitar o trânsito de operários, máquinas e materiais nestes locais buscando o mínimo de interferência no cotidiano da população local. O contingente de mão de obra deverá ser transportado diariamente, do canteiro de obras e/ou de sua origem (trabalhadores locais), até as frentes de trabalho.

Quadro 3.2.4-2 - Municípios pré-selecionados para implantação dos canteiros principais, LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01

TRECHO 1	TRECHO 2	TRECHO 3
Pimenta Bueno/RO	Rondonópolis/MT	Fernandópolis/SP
Ariquemes/RO	Jaru/MT	Jataí/GO
Ji Paraná/RO	Barra do Bugres/MT	Caçu/GO
Cerejeiras/RO	Acorizal/MT	São Simão/GO
Conquista D' oeste/MT	Cuiabá/MT	União De Minas/MG
Pontes E Lacerda/MT	Alto Garça/MT	Nova Aliança/SP
Chupinguaia/RO	Alto Araguaia/MT	Itápolis/SP
Caxibi/RO	Mineiros/GO	

Os canteiros auxiliares por sua vez serão constituídos por contêineres, com infraestrutura para descanso dos operários, e servido de água (caminhões pipa), lixeiras e banheiros químicos. Estas instalações estarão distribuídas ao longo do traçado, de forma a propiciar o melhor apoio logístico e gerencial aos trechos definidos e com o menor tempo de deslocamento entre o canteiro e as frentes de trabalho.

A localização destas instalações priorizará locais que causem o mínimo de impacto ambiental, como também às comunidades próximas a suas instalações e serão regularizados junto às Prefeituras envolvidas e estão previstos no programa de gestão ambiental do canteiro de obras.

O abastecimento de energia elétrica e água serão efetuados através da rede pública e na fase de estruturação dos canteiros, as demandas iniciais poderão ser atendidas através de grupos geradores.

Para o abastecimento de água, na inviabilidade de interligação à rede pública de abastecimento de água serão construídos poços artesianos.

Quanto aos efluentes líquidos, mesmo havendo infraestrutura no local, os efluentes gerados pelo canteiro de obras não deverão ser despejados diretamente nas redes de águas pluviais e de águas servidas, sem a aprovação dos órgãos públicos de cada município. Não existindo infraestrutura, estão previstas instalações completas para o controle e tratamento dos efluentes, notadamente os de coleta de esgotos dos sanitários e refeitório, com o uso de fossas sépticas segundo a NBRs 7.229 e 13.969 da ABNT e outras normas pertinentes.

Dada a escassez de oferta de serviços serão montadas oficinas provisórias e postos de combustíveis, dentro dos canteiros de obras, em local adequadamente preparado, com piso impermeável e sistema de drenagem independente da rede de drenagem de águas pluviais. A estimativa é que estejam em circulação de 50 a 80 máquinas/caminhões em cada canteiro.

Os canteiros de obras serão ainda dotados de sistema de coleta de lixo seletiva e tratamento de esgoto sanitário e águas servidas, em conformidade com o que estabelecem as normas que regem o assunto.

Nas oficinas e áreas de abastecimento, os resíduos e efluentes (águas oleosas) oriundos das lavagens e lubrificação de equipamentos e veículos, serão encaminhados para caixas coletoras e de separação de água e óleo, para posterior remoção do óleo através de caminhões sugadores ou de dispositivos apropriados, a serem encaminhados aos locais mais próximos, para refino ou disposição final adequada.

3.2.5 ABERTURAS DE ACESSOS

Os caminhos de serviços necessários à construção da LT, inclusive da linha do eletrodo, englobarão tanto as vias especialmente construídas quanto aquelas da rede viária existente, a serem utilizadas para permitir o trânsito de equipamentos e veículos a serviço das obras, com a finalidade de interligar os acessos existentes às frentes e canteiros de obras auxiliares. Também são incluídos os acessos implantados na faixa de servidão, na etapa de operação (definitivos).

Os acessos provisórios serão estruturados para suportar o tráfego dos veículos e equipamentos a serviço das obras durante o período de execução das mesmas. Os caminhos de serviços paralelos à faixa de servidão, definitivos, servirão à operação do sistema, possibilitando o tráfego de veículos e atividades de manutenção.

Os acessos serão planejados e implantados de acordo com um plano de construção que aperfeiçoe a utilização dos caminhos existentes e que, no caso da implantação de novos acessos, sejam empregados procedimentos de controle ambiental, para evitar desmatamento, erosão, assoreamento de cursos d'água, e causar o menor impacto ambiental possível.

Nos locais em que as características do solo não oferecerem suporte para o trânsito dos equipamentos e veículos, poderão ser implantadas estivas utilizando troncos resultantes dos serviços de desmatamento, cujas características de diâmetro e resistência da madeira sejam adequadas a esse tipo de serviço.

A implantação dos caminhos de acesso será executada mediante a utilização de equipamentos adequados e do emprego acessório de serviços manuais. Os caminhos de serviço deverão possuir as condições de rampa, de desenvolvimento e de drenagem necessárias à utilização racional dos equipamentos e veículos. Os caminhos de acesso serão adequadamente mantidos ao longo da construção da LT.

A execução dos caminhos de serviços, quando necessária, contemplará os serviços preliminares de desmatamento, destocamento e limpeza, descritos anteriormente, e também a regularização do subleito, visando conformar a camada final da terraplenagem através de cortes e/ou aterros de até 0,20 m, assegurando condições adequadas em termos geométricos e de compactação. Para tanto serão utilizados, quando necessários, tratores de esteira, patrol, grades de disco, pás-carregadeiras e caminhões basculantes e o efetivo planejamento dos acessos será efetuado na fase de detalhamento do projeto, e será submetido ao IBAMA na fase de obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LI).

Ressalta-se, porém que as condições de acessibilidade ao eixo selecionado são satisfatórias em grande parte do traçado, cujas regiões atravessadas são caracterizadas pela ocupação agropecuária, com rede de estradas rurais consolidada. As situações de acessibilidade mais restritas são verificadas nas regiões serranas do estado do Mato Grosso e ao longo de fragmentos florestais de grande porte na região do Vale do Guaporé e ao sul do Porto Velho. Nesses fragmentos, os acessos aos locais das torres serão prioritariamente feitos através de caminhos implantados ao longo do eixo da LT, portanto dentro da faixa de servidão. Complementarmente, serão utilizadas as vias estaduais e federais existentes no eixo da LT.

3.2.6 SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO

Os serviços preliminares de supressão, destocamento e limpeza constituem-se no conjunto de operações destinadas a liberar as áreas destinadas a caminhos de acessos, às praças de implantação das torres, às praças de lançamento, ao local das subestações e, se necessário, aos canteiros de obras.

Consiste no corte de árvores e arbustos de qualquer porte, na roçada e na remoção de galhos. O destocamento compreende as operações de escavação e remoção total de tocos de árvores com diâmetro superior a 30 cm e raízes, nos caminhos de acessos compreendendo as seguintes atividades:

- Supressão de vegetação, destocamento e limpeza para abertura dos caminhos de acessos;
- Supressão da vegetação nas áreas de implantação das torres, as quais, pela sua dimensão, também servirão como áreas de montagem das estruturas das torres;
- Supressão da vegetação (corte raso) em uma faixa de 10 m de largura no eixo central da faixa nas áreas de floresta e 5 m nas áreas de vegetação de pequeno porte, para as atividades de lançamento dos cabos da linha de transmissão e

circulação. No sentido de minimizar o impacto ambiental, nas áreas de floresta, em alguns casos será estudada a viabilidade de criação de 2 faixas laterais de 7 m, sob a projeção dos cabos, em substituição à central de 20 m. Essas áreas estarão dentro dos limites da faixa de servidão, sem necessidade de desmatamento de áreas adicionais;

- O corte raso também se dará nas praças de torres e nas praças de lançamento. No restante da faixa de servidão a supressão deve ser realizada de forma a garantir a segurança da LT e seus componentes. Nas áreas em que a faixa intercepta vegetação de baixo porte, deverá ser realizada apenas a poda seletiva, ou seja, a poda ou corte de árvores isoladas que possam colocar em risco a segurança da LT.
- Nas áreas onde a faixa interceptar vegetação de maior porte e, portanto, maior risco para a LT, deve ser realizado o corte raso da vegetação conforme indicado no item anterior e corte seletivo em alguns indivíduos que podem atrapalhar a segurança da LT, mas nunca ultrapassando os limites da faixa de servidão, ou seja, os 79 m de largura para a LT de 600 kV.
- Os serviços de supressão da vegetação e destocamento serão executados mediante a utilização de equipamentos adequados e autorizados pelo IBAMA.

3.2.7 FLUXO DE TRÁFEGO

Na atual fase do projeto não há como precisar a intensidade do tráfego de veículos a serviço das obras, porém a estimativa é de 50 a 80 máquinas/caminhões em cada canteiro principal, previstos em 24 municípios ao longo do traçado.

O tráfego entre os canteiros principais e os canteiros auxiliares e as frentes de obras ocorrerá em sua maior extensão em rodovias e em estradas rurais. Estimativas mais precisas do fluxo diário de caminhões serão definidas após o estabelecimento o dimensionamento efetivo das equipes e dos canteiros de obras, o que ocorrerá somente na elaboração do projeto executivo.

3.2.8 USO DE MATÉRIA-PRIMA E DE ENERGIA

Este empreendimento é considerado de grande porte e de escala nacional, portanto, a obtenção dos insumos para sua implantação também se dará em nível nacional. Dividem-se em três grandes grupos: insumos de apoio indireto à obra (para a manutenção de canteiros de obras, por exemplo), insumos de construção civil (areia,

brita, cimento e outros) e insumos eletroeletrônicos (transformadores auxiliares, cabos elétricos, conectores, etc.).

Os insumos de apoio indireto à obra deverão ser adquiridos junto a fornecedores locais ou regionais, instalados nos estados abrangidos pelas obras. Parte dos insumos de construção civil (areia, brita, por exemplo) será adquirida junto a fornecedores locais, enquanto outros, como o cimento, serão adquiridos diretamente dos grandes fornecedores que atendem o mercado nacional.

Insumos para as instalações eletromecânicas das Estações Conversoras (cabos elétricos isolados, cabos de alumínio nus, tubos de alumínio, conectores para barramentos, ferragens para cadeias de isoladores, eletrodutos de aço, estruturas-suportes, entre outros) serão adquiridos junto aos grandes fornecedores do setor (regiões industrialmente mais desenvolvidas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná).

Todos os materiais previstos para utilização na linha de transmissão e alguns equipamentos/materiais das subestações serão adquiridos no âmbito nacional, porém os equipamentos específicos (de corrente contínua) para as estações conversoras serão adquiridos no âmbito internacional.

Para a operação dos canteiros primários e secundários de obras, será necessário o fornecimento de energia elétrica. Para isso, haverá, nos canteiros secundários e frentes de obra, grupos geradores a diesel quando não disponível rede pública de distribuição de energia elétrica. A energia elétrica necessária para alimentação dos equipamentos e iluminação geral dos canteiros será obtida por meio de uma destas fontes citadas acima. Essa energia será distribuída em condutores aéreos em posteamento até os diversos pontos de utilização ou quadros de distribuição.

3.2.9 ÁREAS DE EMPRÉSTIMO E BOTA-FORA

Não está previsto a implantação de bota-foras específicos para as obras. O material retirado durante a escavação das fundações das torres será removido e armazenado em área próxima à frente de obra, para posterior utilização em reaterro ou espalhado de maneira controlada na própria praça de torre ou na faixa de servidão. Excepcionalmente, o material inservível poderá ser disposto em bota-fora autorizado pelos órgãos ambientais locais, ou aproveitado para a eventual recuperação de caminhos de acessos.

Também para as escavações pertinentes à construção do eletrodo e seu enterramento, será procedido o reaterro, sem necessidade de utilização de áreas de bota-fora. Igualmente não se prevê a retirada de material de áreas de empréstimo para a

construção da linha de transmissão e instalação da subestação. Insumos como areia e brita serão adquiridos, sempre que possível, junto a fornecedores locais, enquanto outros como o cimento, deverão ser adquiridos diretamente dos grandes fornecedores que atendem o mercado nacional. Portanto, não haverá necessidade de abertura de áreas de empréstimo para estes materiais.

3.2.10 DESMOBILIZAÇÃO

Os canteiros de obra e alojamentos serão desmobilizados de acordo com a finalização das atividades de cada empreiteira e contemplará a recuperação da área onde foi instalado, de modo que o terreno no local recupere as suas características originais e seu detalhamento poderá ser observado no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

A mão de obra local contratada para a obra também será desmobilizada gradativamente de acordo com o andamento das obras. Durante a dispensa dos profissionais serão seguidos os trâmites estabelecidos pela legislação trabalhista brasileira, garantindo-lhes todos os direitos trabalhistas devidos. Após o fim das obras, os acessos já existentes utilizados durante a construção serão devolvidos aos proprietários locais, nas mesmas condições em que foram encontrados. Mata-burros, porteiras, colchetes e toda a infraestrutura encontrada serão revisados e, se necessário, reformada.

3.2.11 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

No final da etapa de construção serão executadas atividades necessárias à desativação da obra e a recuperação de todas as áreas degradadas. Estes serviços, apesar de fundamentais, não impedem a energização da Linha de Transmissão. Dessa forma, o cronograma das atividades de desativação e recuperação, assim como a verificação da sua eficácia e a adoção de medidas complementares poderá ocorrer concomitantemente ao início da fase de operação.

A desativação de todas as frentes de obra ocorrerá somente quando forem encerradas todas as atividades previstas no projeto construtivo e adotadas todas as medidas de desativação e recuperação ambiental das áreas diretamente afetadas, incluindo a faixa de servidão, os caminhos de serviço exclusivos e não exclusivos da obra, e as áreas de apoio, como os canteiros de obra e outras porventura utilizadas. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas apresenta mais detalhes sobre essas atividades.

As atividades de operação e controle da Linha de Transmissão serão efetuadas pelas Estações Conversoras (retificadora e inversora) de cada extremidade da Linha. A

inspeção periódica da linha, dependendo do trecho, poderá ser efetuada por via terrestre, utilizando as vias de acesso construídas e/ou utilizadas na obra, ou por via aérea, utilizando-se helicópteros.

Os serviços de manutenção preventiva (periódica) e corretiva (restabelecimento de interrupções) caberão às equipes de manutenção da Transmissora. Estas equipes trabalham em regime de plantão e normalmente estão alocadas em escritórios regionais, em condições de atender prontamente as solicitações que venham a ocorrer não sendo prevista mão de obra local para execução destas tarefas. Para esse serviço será utilizada a mão de obra de trabalhadores especializados em manutenção de LT.

Nas inspeções da linha, deverão ser observadas as condições de acesso às torres e também a situação da faixa de servidão, visando preservar as instalações e operação do sistema, com destaque para os seguintes itens: presença de focos de erosões, drenagem da pista, condições de trafegabilidade, manutenção de obras de arte correntes; manutenção de porteiras e colchetes, respeito à restrição de uso da faixa de servidão, controle da altura da vegetação na faixa de servidão e áreas de segurança e manutenção da sinalização (telefones de contato, em casos emergenciais), entre outros.

Considerando a execução do conjunto de serviços ora descrito estima-se um contingente de 76 funcionários, sendo 12 locados nos serviços de limpeza e manutenção da faixa de servidão e acessos, 28 na manutenção da linha e equipamentos e 36 na operação dos equipamentos das Estações Conversoras (retificadora e inversora) de cada extremidade da Linha.

3.2.12 OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Na maioria das áreas atravessadas pelo empreendimento, não estão previstas obras ou implantação de infraestrutura especial como pontes para o desenvolvimento das obras. No entanto, poderá ser necessária a implantação de travessias de pequenos cursos d'água (córregos), o que sempre será efetuado com a implantação de bueiros de dimensões adequadas à contribuição fornecida pela bacia. Apenas na região do Vale do Guaporé (ex. rio Piolho), cortado por inúmeros corpos hídricos, pode ser necessária a construção de pontes que facilitem o deslocamento das equipes.

Complementarmente, nas travessias do rio Paranaíba (divisa de Goiás e Minas Gerais) e do rio Grande (divisa de Minas Gerais e São Paulo), é prevista a utilização de píeres já existentes nesses dois rios.

Todas essas estruturas serão construídas e dimensionadas de acordo com a vazão máxima já identificada para os córregos/rios em questão, considerando também as

chuvas usuais em cada região. Além disso, as estruturas deverão suportar o tráfego de máquinas pesadas (fluxo de veículos de obra) e sofrer manutenção constante para garantir sua integridade e evitar acidentes.

3.2.13 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS ESPECIAIS

O traçado proposto para a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 apresentam interferências com terrenos alagadiços, que compõem as planícies de inundação (várzeas) de diversos cursos d’água de pequeno e médio porte. Estes terrenos apresentam vegetação com características de formação pioneira com influência fluvial e, via de regra, não apresentam necessidade de supressão, além da faixa de serviço necessária no eixo da linha para lançamento de cabos e outros serviços.

Nestes trechos serão adotados procedimentos construtivos diferenciados, tendo em vista que o solo da região em questão não tem suporte para o tráfego de veículos e de equipamentos necessários para a construção da linha de transmissão naquele trecho.

O primeiro procedimento se refere à logística a ser empregada nestas áreas cuja construção das torres localizadas nestes trechos deverá ser realizada durante os períodos de seca, quando o acesso às áreas é facilitado e o transporte não poderá ser realizado por meio de caminhões, nestas áreas.

Assim, estuda-se a utilização de veículos mais leves e a utilização do uso de tração animal para o suprimento destas áreas e poderá ser utilizado o sistema de cobrimento do solo encharcado através de estivas de madeira que serão retiradas após a finalização dos trabalhos. Será priorizada a utilização de madeira oriunda de desmatamento da faixa para execução dos caminhos provisórios (**Figura 3.2.13-1**).

Nos casos em que fica inviabilizada a utilização de estivas de madeira, em função do nível de água na área onde se situa a fundação a ser executada, será utilizada balsa para locomoção de equipamentos, material e pessoal até o local das obras, como forma de reduzir os danos ambientais no entorno das obras eliminando-se neste caso a opção de acesso por meio de aterro (**Figura 3.2.13-2**).



Figura 3.2.13-1 – Uso de estivas em áreas alagadas propostos para a LT 600 kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 IE Madeira.



Figura 3.2.13-2 – Utilização da madeira da supressão de vegetação da faixa para acessos propostos para a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01.

O outro procedimento diferenciado a ser adotado na construção destes trechos é a execução das fundações, para as quais poderão ser utilizadas as alternativas de execução de estacas pré moldadas e de tubulões de concreto armado. Sempre será adotada uma alternativa que, além de tecnicamente recomendável, cause o menor impacto ao meio ambiente.

Os escoramentos serão obrigatoriamente metálicos tanto para os blocos de coroamento das estacas como para os tubulões e será executada a medida que o solo for escavado para evitar possíveis desmoronamentos e os esgotamentos de água serão constantes até que a fundação seja concluída. Merece referência como trechos nessa condição a região do vale do rio Guaporé, a travessia do rio Paraguai e áreas próximas e do rio Araguaia, no seu alto curso.

3.2.14 USO DE FUNDAÇÃO HELICOIDAIS

Para as áreas alagadiças, estará previsto no projeto executivo o uso de fundações helicoidais. Com o foco no objetivo de reduzir o impacto ambiental causado pelas obras do empreendimento, o projeto executivo utilizará as fundações helicoidais, que serão detalhadas posteriormente no projeto executivo.

Em áreas de Serra, como ocorre na região de divisa entre Mato Grosso e Goiás e ao norte de Cuiabá (Serra das Araras), será priorizado o uso de acessos já existentes. No caso de existência de acessos desativados nessas regiões, os mesmos serão recuperados, evitando novos cortes no terreno. Quando for extremamente necessária a abertura de novos acessos nessas regiões, serão respeitadas as curvas de nível dos terrenos, visando manter a estabilidade dos taludes.

3.2.15 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

Os estudos de traçado desenvolvidos englobaram análise multicriteriais para identificação de corredores e alternativas de traçado. Entre os critérios estabelecidos estão as interferências diretas com Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Como resultado dos estudos efetuados, o traçado não interfere com nenhuma unidade de conservação de proteção integral ou Terra Indígena.

Nas Áreas de Preservação Permanente (APP), os procedimentos construtivos e técnicos especiais deverão ser tomados para que o impacto causado pelas obras deste empreendimento sejam o menor possível. Nas zonas de APP (brejos e matas ciliares), será aberta uma picada manual para permitir as tarefas de lançamento, visando preservar ao máximo esses ambientes. Complementarmente, as interferências sobre a vegetação será evitada, através do afastamento do traçado, retrocedendo-se as torres previamente locadas para estabelecimento de novos ângulos, se necessário. A locação de torres em áreas de preservação permanente será restrita ao mínimo necessário.

Mantidas as condições de segurança dos trabalhadores, as torres estaiadas poderão ser montadas manualmente, através da aplicação de estais provisórios para evitar o

uso de guindaste e reduzir ainda mais a área de supressão de vegetação, podendo contemplar uma área de, no mínimo, 40 x 40 m.

3.2.16 CRITÉRIOS PARA MINIMIZAÇÃO DE INTERFERÊNCIAS EM FRAGMENTOS FLORESTAIS

Os procedimentos para redução dos impactos sobre grandes fragmentos florestais situado na região do Vale do Guaporé, no noroeste do estado do Mato Grosso está planejado para que a faixa de servidão seja dividida em Zonas de Limpeza que representam áreas da faixa de segurança cuja localização será variável ao longo da faixa de segurança devido à topografia e ao relevo do terreno e às quais se aplicarão os seguintes critérios de corte:

- **Zona de limpeza simples** – toda a vegetação e arbustos são cortados a uma altura de 15 cm. O corte poderá ser feito por máquinas que empreguem lâminas de corte ou segadeiras. São Zonas de limpeza simples: as praças de montagem de torres, as estradas de acesso e as praças de lançamento, porém restringidas ao mínimo necessário.
- **Zona de limpeza seletiva** – consiste na remoção de determinadas espécies vegetais, tipos e tamanhos de material vegetal dentro da faixa de segurança. A distância entre o cabo condutor na condição de flecha máxima e a vegetação determinará as alturas das espécies vegetais maduras escolhidas para remoção.
- **Zona sem corte** – a vegetação ou árvores situadas distantes do eixo da LT, em vales ou grotas excedendo os requisitos de distância mínima deverão ser preservadas, exceto se houver necessidade de cortes devido à construção de estradas de acesso.

Para a limpeza seletiva da faixa serão consideradas duas Zonas de desmatamento, as Zonas I e II. Ao todo a faixa será dividida em 4 zonas:

- **Zona I:** com uma largura de 2,5 m para cada lado do eixo da LT ao longo de todo o traçado, terá para limitação de altura das árvores e/ou vegetação, a cota dos cabos condutores em repouso, na condição de flecha máxima, menos 14,5 m. Essa Zona proporcionará não só a instalação do cabo piloto, mas também servirá de acesso a todas as torres do trecho.
- **Zona II:** com 20,0m de largura situada para cada lado do eixo da LT a partir da Zona I ao longo de todo o Traçado, terá para limitação de altura das árvores, a cota dos cabos condutores em repouso, na condição de flecha máxima, menos 5,5 m.
- **Zona III:** Na área de montagem das torres deverá ser feita uma clareira de raio 25,0 m (torre autoportante), podendo ainda ser mantidos nesta área, arbustos e

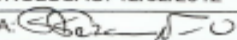
árvores pequenas, que não interfiram com a construção da LT. Estima-se uma quantidade de 86 torres.

- **Zona IV:** é aquela que, situada para cada lado do eixo da LT a partir da Zona II ao longo de todo o traçado, com largura de 15,5 m, não deverá ser desmatada, exceto para eventual abertura de acessos às torres. Deverão ser cortadas as árvores que possam causar danos às torres e/ou cabos em caso de tombamento.

4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

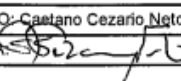
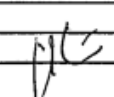
Em Leilão ANEEL-007/2008 de novembro de 2008 os Lotes LC-CC, LD-CC, LF-CC e LG-CC deste empreendimento foram a leilão com os seguintes prazos para entrada em operação comercial e seu cronograma de obras foi ajustado para o seu cumprimento: Lote LC-CC (CC): 38 (trinta e oito) meses, Lote LD-CC (CC): 36 (trinta e seis) meses, Lote LF-CC (CC): 50 (cinquenta) meses e Lote LG-CC (CC): 48 (quarenta e oito) meses (**Quadros 4-1 e 4-2**).

Quadro 4-1 - Cronograma de Implantação dos Empreendimentos – Lotes LD-CC e LF-CC

CRONOGRAMA FÍSICO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO (TABELA A)																																							
NOME DA EMPRESA:		Interligação Elétrica do Madeira S.A.																																					
LINHA DE TRANSMISSÃO:		LT Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº. 01, em CC, ±600 kV																																					
DATA: 15/01/2009																																							
		MESES																																					
Nº	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA IMPLANTAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36		
1	PROJETO BÁSICO																																						
2	ASSINATURA DE CONTRATOS																																						
2.1	EPC – Estudos, projetos e construção																																						
2.2	CCT – Acordo Operativo																																						
2.3	CCI – Acordo Operativo																																						
2.4	CPST																																						
3	IMPLANTAÇÃO DO TRAÇADO																																						
4	LOCAÇÃO DE TORRES																																						
5	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA																																						
6	LICENCIAMENTO AMBIENTAL																																						
6.1	Termo de Referência																																						
6.2	Estudo de Impacto Ambiental																																						
6.3	Licença Prévia																																						
6.4	Licença de Instalação																																						
6.5	Autorização de Supressão de Vegetação																																						
6.6	Licença de Operação																																						
7	PROJETO EXECUTIVO																																						
8	AQUISIÇÕES																																						
8.1	Pedido de Compra																																						
8.2	Estruturas																																						
8.3	Cabos e Condutores																																						
9	OBRAS CÍVIS																																						
9.1	Canteiro de Obras																																						
9.2	Fundações																																						
10	MONTAGEM																																						
10.1	Montagem de Torres																																						
10.2	Lançamento de Cabos																																						
11	ENSAIOS DE COMISSIONAMENTO																																						
12	OPERAÇÃO COMERCIAL																																						
OBSERVAÇÕES:		DATA DE INÍCIO: 12/02/2009																																					
As datas apresentadas de início e conclusão da obra levam em consideração a data de assinatura do Contrato de Concessão prevista para 12/02/2009.		DATA DE CONCLUSÃO: 12/02/2012																																DURAÇÃO: 36 meses					
		ASSINATURA: 																																CREA Nº 125522-5					
		ENGENHEIRO: Caetano Cezario Neto																																REGIÃO: 6ª					
		Caetano Cezario Neto Engenheiro de Obras - Eng. CREA 0601255225																																					

Quadro 4-2 - Cronograma Físico das Subestações-- Lotes LD-CC e LF-CC

CRONOGRAMA FÍSICO DAS SUBESTAÇÕES (TABELA B)

NOME DA EMPRESA: Interligação Elétrica do Madeira S.A.																																																												
SUBESTAÇÃO: Estação Retificadora Nº. 02 CA/CC, 500/±600 kV - 3150 MW; Estação Inversora Nº. 02 CC/CA, ±600/500 kV - 2950 MW																																																												
DATA: 15/01/2009		MESES																																																										
Nº	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA IMPLANTAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50									
1	PROJETO BÁSICO	■	■	■	■																																																							
2	ASSINATURA DE CONTRATOS																																																											
2.1	EPC – Estudos, projetos e construção			■	■																																																							
2.2	CCT – Acordo Operativo																																																											
2.3	CCI – Acordo Operativo																																																											
2.4	CPST																																																											
3	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA																																																											
4	LICENCIAMENTO AMBIENTAL																																																											
4.1	Termo de Referência																																																											
4.2	Estudo de Impacto Ambiental																																																											
4.3	Licença Prévia																																																											
4.4	Licença de Instalação																																																											
4.5	Autorização de Supressão de Vegetação																																																											
4.6	Licença de Operação																																																											
5	PROJETO EXECUTIVO																																																											
6	AQUISIÇÕES																																																											
6.1	Pedido de Compra																																																											
6.2	Estruturas																																																											
6.3	Equipamentos Principais (Transformadores e Compensadores de Reativos)																																																											
6.4	Demais Equipamentos (Dis., Secc., TP, TC, PR e etc.)																																																											
6.5	Painéis de Proteção, Controle e Automação																																																											
7	OBRAS CIVIS																																																											
7.1	Canteiros de Obras																																																											
7.2	Fundações																																																											
8	MONTAGEM																																																											
8.1	Pedido de Compra																																																											
8.2	Estruturas																																																											
8.3	Equipamentos Principais (Transformadores e Compensadores de Reativos)																																																											
8.4	Demais Equipamentos (Dis., Secc., TP, TC, PR e etc.)																																																											
8.5	Painéis de Proteção, Controle e Automação																																																											
9	ENSAIOS DE COMISSIONAMENTO																																																											
10	OPERAÇÃO COMERCIAL																																																											
DATA DE INÍCIO: 12/02/2009		OBSERVAÇÕES: As datas apresentadas de início e conclusão da obra levam em consideração a data de assinatura do Contrato de Concessão prevista para 12/02/2009. Item 2.1 mês 4 projeto e mês 21 construção																																																										
DATA DE CONCLUSÃO: 12/04/2013		DURAÇÃO DA OBRA: 50 meses																																																										
ENGENHEIRO: Caetano Cezário Neto Gerente do Depto. Eng. CREA 0601265225																						CREA Nº: 125522-5																																						
ASSINATURA: 																						REGIÃO: 6ª 																																						

5. ÁREAS DE INFLUÊNCIA (DIRETA E INDIRETA)

Segundo os estudos ambientais a área do corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01 é de 1.170.441,78 há (1.170,44 km²). Este corredor inclui 84 municípios, distribuídos em cinco estados brasileiros (**Quadro 5-1**), com o maior número de municípios atravessados no estado de Mato Grosso (**Figura 5-1**). A faixa de 5 km em torno do circuito, contudo, compreende 90 municípios sendo estes cinco municípios inclusos na Área de Influência Indireta da LT.

Considerando-se a área total do corredor da LT (de Rondônia a São Paulo) 50% desta é ocupada por pastagens. As áreas naturais de florestas compreendem (17%), as savanas (14%), 4% formada por contato savana/floresta, 2% de vegetação secundária e 13% constituído por áreas de agricultura cíclica

No Estado de Rondônia, a área atravessada pelo corredor da LT é de 323.356,42 ha (27,63%) do total da área do corredor em estudo. Há predominância de pastagens (17,30%) no uso do solo destacando-se os municípios de Chupinguaia (30.312,14 ha), Colorado do Oeste (19.446,95 ha) e Castanheiras (15.959,01 h) com as maiores áreas do corredor caracterizado com este tipo de ocupação.

As áreas ocupadas por florestas (7,07%) do total da área que perpassa o corredor em estudo. Candeias do Jamari (22.684,36 ha) e Alto Paraíso (15.660,55 ha) são os municípios com as maiores extensões de terras caracterizadas como florestas.

O restante da área atravessada pelo corredor da LT em Rondônia é composto por: Vegetação Secundária (1,58%), Vegetação de Contato (Savana/Floresta Ombrófila) (1,43%), Savana (0,20%) e Água (0,04%). Somente o município de Jaru é coberto por uma pequena área urbana.

Quadro 5-1 - Municípios segundo extensão (km) interceptada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01.

Nº de ordem (*)	Município	Extensão (km) interceptada	UF	Nº de ordem (*)	Município	Extensão (km) interceptada	UF
1	Porto Velho	21,66	RO	46	Guiratinga	4,19	MT
1	<i>Porto Velho (1)</i>	26,68		47	Pedra Preta	43,69	
2	Candeias do Jamari	60,24		48	Alto Garças	55,16	
3	Alto Paraíso	46,81		49	Alto Araguaia	44,45	GO
4	Ariquemes	55,07		50	Santa Rita do Araguaia	12,60	
5	Cacaulândia	28,81		51	Mineiros	90,82	
6	Jaru	44,70		52	Serranópolis	59,95	MG
7	Ouro Preto do Oeste	35,84		53	Jataí	55,60	
8	Teixeirópolis	12,76		54	Caçu	112,50	
9	Ji-Paraná	19,78		55	Santa Vitória	12,35	SP
10	Presidente Médici	22,59		56	Limeira do Oeste	22,46	
11	Nova Brasilândia D'Oeste	0,08		57	União de Minas	22,60	
12	Castanheiras	46,03		58	Iturama	30,30	SP
13	Rolim de Moura	14,66		59	Ouroeste	25,25	
14	Pimenta Bueno	15,80		60	Indiaporã	0,91	
15	São Felipe D'Oeste	18,71		61	Guarani d'Oeste	5,92	SP
16	Primavera de Rondônia	17,94		62	Macedônia	13,92	
17	Parecis	20,15		63	Fernandópolis	3,84	
18	Chupinguaia	79,73		64	Pedranópolis	15,05	SP
19	Corumbiara	28,46		65	Meridiano	5,07	
20	Colorado do Oeste	45,62		66	Valentim Gentil	9,59	
21	Cabixi	16,03		67	Votuporanga	17,83	SP
22	Comodoro	67,57		68	Sebastianópolis do Sul	14,08	
23	Nova Lacerda	59,10		69	Monte Aprazível	14,87	
24	Vila Bela da Santíssima Trindade	88,46		70	Poloni	10,45	SP
25	Pontes e Lacerda	57,84		71	Neves Paulista	11,10	
26	Vale de São Domingos	10,42		72	Jaci	10,52	
27	Jauru	15,90		73	Mirassol	2,54	SP
28	Araputanga	42,70		74	Nova Aliança	8,41	
29	Reserva do Cabaçal	8,04		75	Potirendaba	19,13	
30	Rio Branco	0,16		76	Ibirá	0,30	SP
31	Salto do Céu	46,18		77	Urupês	19,44	
32	Lambari D'Oeste	18,37		78	Marapoama	8,34	
33	Barra do Bugres	92,63		79	Itajobi	22,20	SP
34	Alto Paraguai	8,06		80	Itápolis	36,34	
35	Rosário Oeste	24,06		81	Tabatinga	17,49	
36	Jangada	17,75		82	Nova Europa	8,48	SP
37	Acorizal	14,06		83	Gavião Peixoto	11,13	
38	Cuiabá	82,61		84	Araraquara	4,28	
39	Santo Antônio do Leverger	43,42		84	<i>Araraquara (2)</i>	1,69	SP
40	Campo Verde	3,80		85	<i>Boa Esperança do Sul (2)</i>	28,34	
41	Jaciara	45,65		86	<i>Bocaina (2)</i>	2,16	
42	Juscimeira	23,15		87	<i>Bariri (3)</i>	0,00	SP
43	Rondonópolis	44,23		88	<i>Itaju (3)</i>	0,00	
44	Poxoréu	4,48		89	<i>Ibitinga (3)</i>	0,00	
45	São José do Povo	19,58					

Notas:

(*) O número de ordem está respeitando o sentido do empreendimento, partindo da futura Subestação (SE) Coletora Porto Velho (PVH), em Porto Velho (RO) para a SE Araraquara 2, em Araraquara (SP).

(1) Municípios da AII interceptados pela linha do Eletrodo Porto Velho; (2) Municípios da AII interceptados pela linha do Eletrodo Araraquara; (3) Município da AII não interceptados pela linha do Eletrodo Araraquara, mas dentro da AID desse Eletrodo.

Área de Influência Indireta

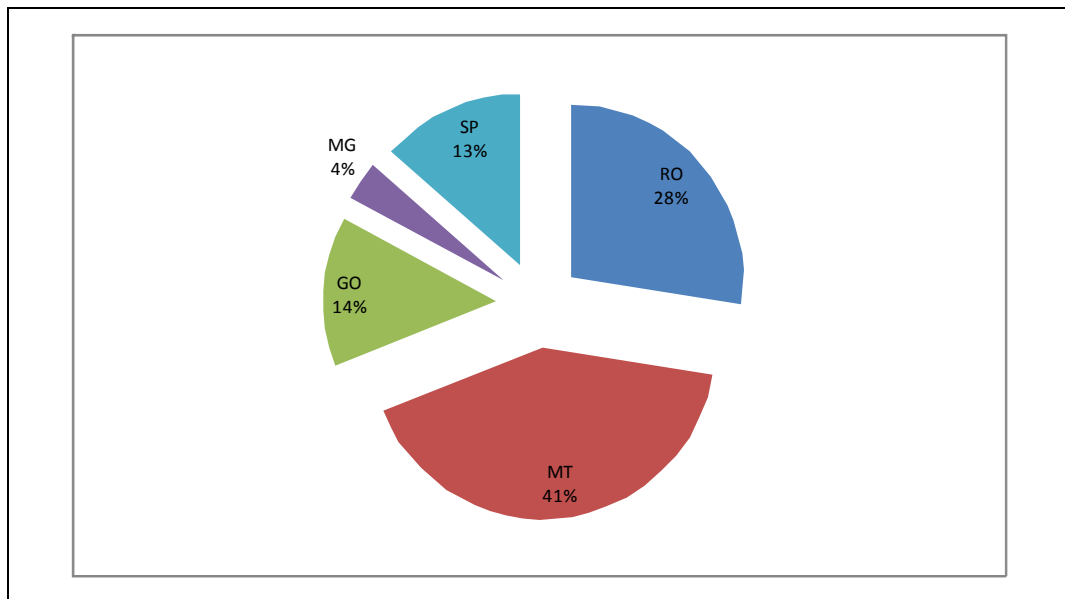


Figura 5-1 – Proporção da extensão (km) da LT segundo Estado (%) interceptado pela LT 600 kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01.

No Estado do Mato Grosso, terras de 31 municípios (41,33%) são atravessadas pela LT. Do total de 448.773,52 ha que constituem a área do corredor de estudo mato-grossense, 18,09% da área é ocupada por pastagens, 10,05% por savanas e 7,75% por florestas. Há, ainda, em menor percentual, municípios com áreas de agricultura cíclica (2,97%), vegetação de contato (Savana/Floresta Estacional) (2,20%), vegetação secundária (0,17%), urbana (0,06%) e água (0,05%). Apenas o município de Alto Paraguai, apresentou uma pequena área reflorestada no corredor de estudo.

Os municípios de Vila Bela Santíssima Trindade (24.446,06 ha), Pontes e Lacerda (22.860,34 ha), Salto do Céu (19.371,79 ha), Araputanga (19.035,45 ha) e Barra dos Bugres (17.984,32 ha) são os que possuem a maiores áreas de pastagem. Juntos, tais municípios representam 8,87% do total de áreas cobertas por pastagens no corredor em estudo, somando 103.697,96 ha.

Com relação à área de florestas, destacam-se três municípios com predominância desta vegetação no corredor: Comodoro (2,09%), Barra do Bugres (1,90%) e Nova Lacerda (1,36%). Os municípios de Cuiabá (2,47%) e Pedra Preta (1,32%) são os mais expressivos e área coberta por savanas.

No Estado de Goiás, o corredor da LT é composto por terras que integram 6 municípios num total de 164.127,3 ha (14%) de toda a área compreendida no corredor. A maior parte da área goiana é constituída por pastagens (56%), savanas (25,6%), agricultura cíclica (13,3%) e florestas (5,1%). A maior parte das pastagens e das savanas atravessadas por este corredor, no Estado de Goiás, se encontra nos municípios de

Caçu, Mineiros e Serranópolis. Nos municípios de Jataí e Serranópolis, o corredor percorre áreas significativas de agricultura cíclica.

No Estado de Minas Gerais, a área atravessada pelo corredor da LT é de 41.928,8 ha, (3,6%) de todo o corredor de estudo. O trecho mineiro do corredor é constituída por 89,2%, pastagens 5,7% de savanas 4,6% de florestas e 0,4% de água. No município de Iturama, que compreende a maior área percorrida pelo corredor em Minas Gerais, encontram-se as maiores extensões tanto de pastagens quanto de florestas do corredor mineiro. A maior presença de savanas no corredor atravessado em Minas Gerais está no município de Limeira do Oeste.

No Estado de São Paulo, no corredor de estudo (5 km) da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N1 compreende áreas situadas no território de 27 municípios. A área paulista representa 13,1% da área total ocupando 153.338,87 ha. É constituída por 62,5% de área utilizada para agricultura cíclica, 23,1% de pastagens e 12,4% de florestas. Há, ainda, 1,9% de áreas de reflorestamento, 0,2% de área urbana e 0,02% de formações pioneiras.

No município de Itápolis, encontra-se a maior área utilizada para agricultura cíclica no corredor paulista – 15.506,23 ha. É significativa, também, a área de agricultura cíclica, no interior do corredor de estudo, nos municípios paulistas de Itajobi, Potirendaba, Urupês e Tabatinga. Quanto às áreas de pastagens, são mais expressivos, no corredor paulista da LT, os municípios de Votuporanga e Sebastianópolis do Sul. A maior área de floresta no corredor de estudo no Estado de São Paulo é encontrada no município de Ouroeste. A área em que o corredor da LT se situa em trechos com uso urbano é bastante reduzida, situando-se nos municípios de Ouroeste, Itajobi, Poloni, Potirendaba e Sebastianópolis do Sul. As reduzidas porções de formação pioneira atravessadas pelo corredor se situam nos municípios de Macedônia e Guarani d'Oeste. As áreas de reflorestamento contidas no corredor de estudo paulista pertencem aos municípios de Araraquara, Fernandópolis, Itajobi, Itápolis, Nova Europa e Votuporanga.

A **Figura 5-2** a seguir apresenta a localização do traçado, dos canteiros e a All do Traçado da LT 600 kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N^o 01.

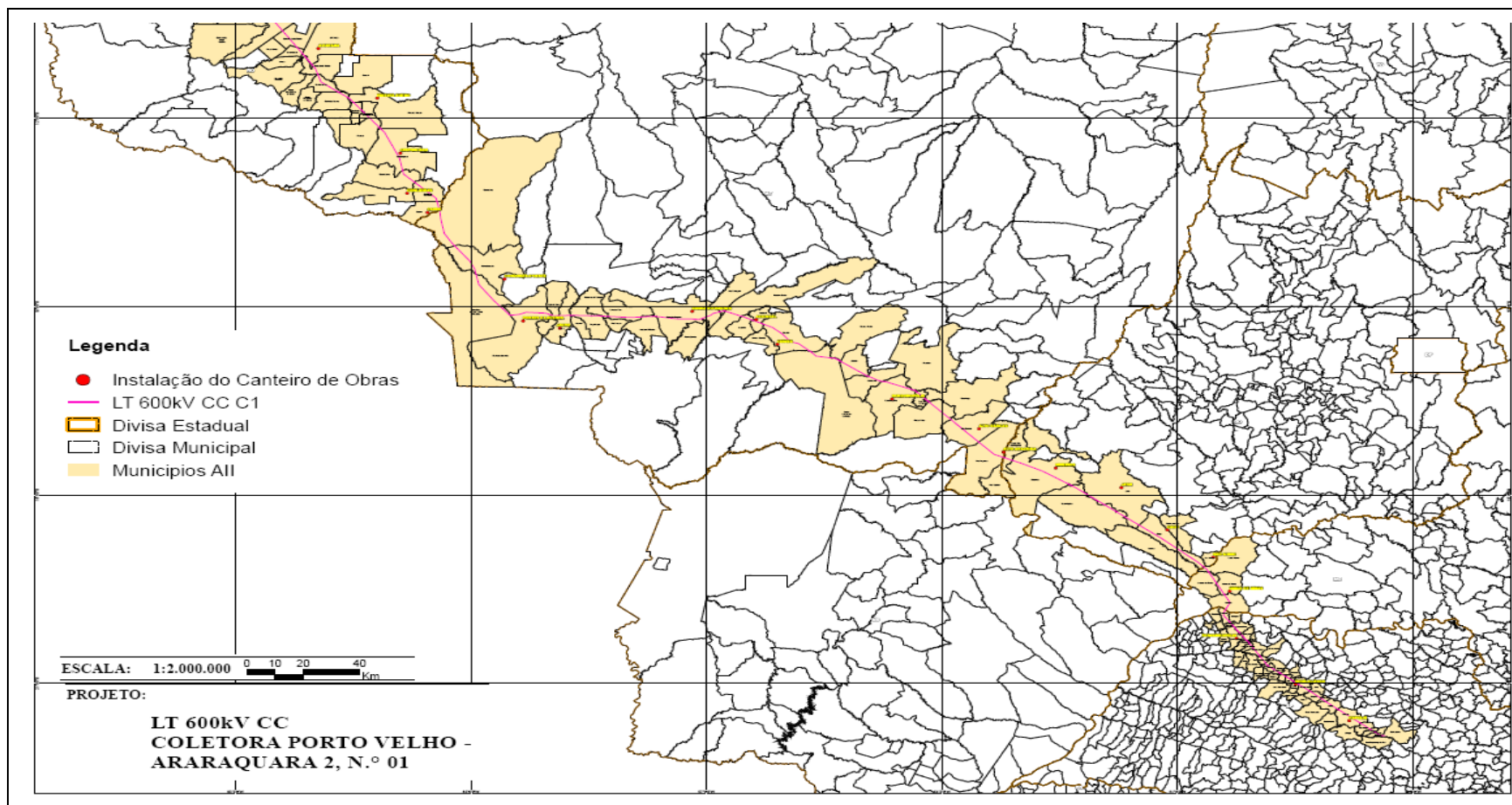


Figura 5-2 - Traçado da LT 600 kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 N° 01, segundo localização geográfica (Município e Unidade da Federação), março de 2010.

6. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

6.1 GRUPOS ETÁRIOS

O conhecimento da composição da população segundo sexo e faixa etária possibilitam a análise de fenômenos demográficos relativos à evolução da população e de morbimortalidade dependentes destas variáveis subsidiando assim as ações de saúde pública.

A proporção de crianças numa determinada população representa a participação relativa dessa faixa etária na população total e está associada aos níveis de fecundidade e natalidade dessa população que, conseqüentemente influenciará na sua estrutura etária. Regiões com reduzidas taxas de fecundidade resultam em menor proporção de crianças abaixo de cinco anos na sua população.

Já a proporção de idosos (faixa etária de 65 anos e mais) indica o peso da participação dessa faixa etária na população total e, está também associado à redução da natalidade e fecundidade, mas reflete ainda o ritmo de envelhecimento dessa população. (BRASIL, 2002).

A estrutura etária da população residente nos municípios da Área de Influência (Indireta e Direta) da LT é bastante heterogênea. As duas faixas etárias biologicamente vulneráveis (menores de 1 ano e acima de 65 anos) mostram a heterogeneidade da estrutura etária dessa população (**Quadro 6-1**).

A população menor de 1 ano nos municípios da All variou proporcionalmente de 0,7 a 2,7% entre os oitenta e oito municípios da LT e a idosa (65 anos e mais) de 2,2% a 11,8%, um intervalo bastante amplo identificador da heterogeneidade etária das populações dos municípios componentes da área geográfica da LT em estudo.

Um elevado percentual de crianças numa dada população é representativo de condições socioeconômicas precárias e, quase sempre vêm acompanhada de alta mortalidade infantil, um dos indicadores de saúde bastante utilizado como indicativo de condições socioeconômicas precárias. Por sua vez, uma proporção reduzida de idosos numa dada população é indicativo de mortalidade precoce, quase sempre associada às causas externas, em especial na população masculina. Acidentes de transporte, homicídios e suicídios compõem esse grupo de causa e, altas taxas de mortalidade por essas causas roubam a vida das pessoas precocemente e, conseqüentemente repercute na participação da população idosa causando sua redução dada a mortalidade precoce dessas pessoas.

Os Estados de Minas Gerais e São Paulo apresentaram a melhor participação de idosos na população com 6,1 e 6,2% respectivamente. Goiás ocupou uma situação intermediária com 4,7%. Os Estados de Mato Grosso e Rondônia alcançaram 3,7 e

3,3% respectivamente situando-se com um pouco acima da metade da participação dos idosos na população paulista ou mineira. A Área de Influência da LT na média alcançou uma boa participação nesse grupo etário na população, situando-se com 5% de idosos no total da população.

Para a população infantil (menores de 1 ano) na média para as Unidades Agregadas (Estados e Área de Influência) não houve variação expressiva (1,7 a 2,2%), **Figura 6-1**. Porém as variações internas (entre os municípios) marcaram sua heterogeneidade variando de 0,7% a 2,7%.

Quadro 6 - 1 - Faixa etária da população (nº e %) residente nos municípios Estados das Áreas de Influência (Indireta e Direta) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, ano de 2009.

IBGE	Município	Menor 1 ano	%	65 e +	%	Total
110040	Alto Paraíso	394	2,3	531	3,1	17022
110002	Ariquemes	2126	2,4	2596	2,9	88799
110003	Cabixi	151	2,0	338	4,6	7408
110060	Cacaulândia	123	2,2	165	3,0	5475
110080	Candeias do Jamari	482	2,7	525	2,9	17987
110090	Castanheiras	76	1,9	161	4,0	4074
110092	Chupinguaia	132	1,9	164	2,4	6817
110006	Colorado do Oeste	284	1,6	844	4,7	17807
110007	Corumbiara	178	1,9	271	2,9	9253
110011	Jaru	1195	2,1	2067	3,6	56642
110012	Ji-Paraná	2235	2,0	4167	3,6	114459
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	397	2,2	715	3,9	18147
110015	Ouro Preto do Oeste	835	2,1	1579	3,9	40711
110145	Parecis	79	2,5	83	2,6	3141
110018	Pimenta Bueno	608	1,9	1202	3,8	31362
110020	Porto Velho	8798	2,3	11089	2,9	387964
110025	Presidente Médici	456	1,8	1159	4,6	25151
110147	Primavera de Rondônia	101	2,3	174	4,0	4404
110028	Rolim de Moura	971	1,9	2133	4,2	50287
110148	São Felipe D'Oeste	143	2,0	264	3,6	7298
110155	Teixeirópolis	79	1,3	280	4,7	5934
313440	Iturama	589	1,8	1826	5,7	32311
313862	Limeira do Oeste	105	1,9	334	6,2	5390
315980	Santa Vitória	202	1,2	1205	7,4	16181
317043	União de Minas	80	1,6	291	5,7	5097
350320	Araraquara	2558	1,3	16237	8,0	202251
350520	Bariri	524	1,7	3184	10,2	31358
350670	Boa Esperança do Sul	272	1,9	871	6,1	14238
350680	Bocaina	166	1,5	968	8,6	11303
351550	Fernandópolis	896	1,4	5407	8,2	66328
351685	Gavião Peixoto	57	1,4	245	6,0	4053
351800	Guarani d'Oeste	23	1,1	202	9,4	2156
351940	Ibirá	131	1,3	1040	10,3	10069
351960	Ibitinga	782	1,5	4876	7,6	53749
352070	Indiaporã	43	1,2	327	9,5	3456
352190	Itajobi	199	1,3	1400	9,3	15123
352200	Itaju	43	1,5	267	9,3	2874
352270	Itápolis	545	1,3	3520	8,4	41742
352450	Jaci	72	1,5	305	6,3	4866
352820	Macedônia	50	1,4	305	8,5	3595
352885	Marapoama	43	1,7	217	8,4	2580
352960	Meridiano	59	1,4	343	8,1	4231
353030	Mirassol	765	1,4	4343	7,8	56017
353140	Monte Aprazível	217	1,1	1838	9,6	19188
353250	Neves Paulista	114	1,2	945	10,0	9410
353280	Nova Aliança	71	1,4	562	10,7	5254
353290	Nova Europa	149	1,7	582	6,5	8946
353475	Ouroeste	102	1,4	569	7,7	7437
						..continua

IBGE	Município	Menor 1 ano		65 e +		Total	..continua
			%		%		
353690	Pedranópolis	30	1,2	265	11,0	2419	
353990	Poloni	54	1,1	589	11,8	4985	
354080	Potirendaba	163	1,0	1557	9,9	15747	
355130	Sebastianópolis do Sul	19	0,7	218	8,5	2566	
355270	Tabatinga	224	1,5	1068	7,2	14861	
355600	Urupês	163	1,3	1256	10,0	12532	
355610	Valentim Gentil	162	1,5	780	7,2	10902	
355710	Votuporanga	1038	1,2	6629	7,8	84992	
510010	Acorizal	82	1,3	431	6,9	6251	
510030	Alto Araguaia	184	1,5	681	5,7	11955	
510040	Alto Garças	120	1,4	514	6,2	8356	
510050	Alto Paraguai	97	1,8	335	6,4	5266	
510125	Araputanga	321	2,2	547	3,7	14623	
510170	Barra do Bugres	709	2,1	1257	3,7	33560	
510267	Campo Verde	577	2,2	580	2,2	26791	
510330	Comodoro	478	2,4	554	2,7	20222	
510340	Cuiabá	9658	1,8	20241	3,7	551856	
510420	Guiratinga	155	1,4	821	7,6	10850	
510480	Jaciara	497	1,8	1120	4,0	28052	
510490	Jangada	218	2,5	472	5,4	8752	
510500	Jauru	224	1,8	574	4,5	12697	
510520	Juscimeira	194	1,5	751	5,8	13014	
510523	Lambari D'Oeste	54	1,6	161	4,8	3367	
510618	Nova Lacerda	102	2,1	111	2,3	4900	
510637	Pedra Preta	293	1,9	687	4,4	15639	
510675	Pontes e Lacerda	933	2,2	1500	3,5	43218	
510700	Poxoréu	307	1,8	1043	6,2	16758	
510715	Reserva do Cabaçal	16	1,0	99	6,3	1567	
510720	Rio Branco	78	1,7	300	6,6	4545	
510760	Rondonópolis	3047	1,8	7197	4,2	172772	
510770	Rosário Oeste	328	1,9	1015	5,8	17527	
510775	Salto do Céu	41	1,7	152	6,2	2470	
510780	Santo Antônio do Leverger	248	1,6	956	6,2	15477	
510729	São José do Povo	39	1,2	218	6,9	3152	
510835	Vale de São Domingos	65	1,9	144	4,2	3399	
510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	395	2,6	494	3,3	15195	
520430	Caçu	141	1,4	673	6,7	10016	
521190	Jataí	1639	1,9	4868	5,6	86352	
521310	Mineiros	744	1,6	2536	5,5	45729	
521940	Santa Rita do Araguaia	104	1,9	330	5,9	5558	
522050	Serranópolis	90	1,7	317	6,0	5249	
	All	52731	1,8	145975	5,0	2933484	
	AID	50944	1,8	136591	4,8	2819962	
Estado	Rondônia	30124	2,2	45548	3,3	1379787	
Estado	Minas Gerais	314348	1,8	1110383	6,2	17891494	
Estado	São Paulo	626054	1,7	2263932	6,1	37032403	
Estado	Mato Grosso	48866	2,0	91558	3,7	2504353	
Estado	Goiás	92726	1,9	233909	4,7	5003228	
	Brasil	3213310	1,9	9935100	5,9	169799170	

Fonte: Censos e Estimativas IBGE (2000)

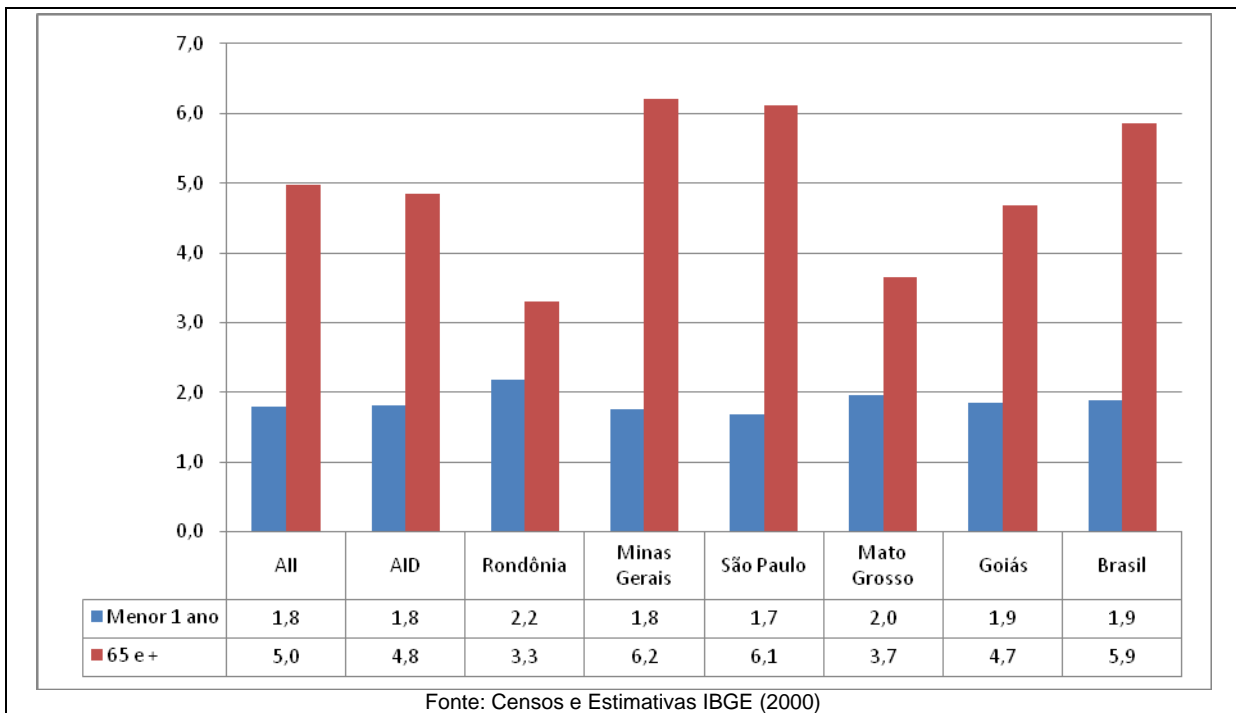


Figura 6-1 - Faixa etária da população (%) residente nos municípios Estados das Áreas de Influência (Indireta e Direta) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, ano de 2009.

O número de homens em relação ao número de mulheres tende a ser bastante estável na população humana e idealmente deveria ser um para um. A razão de sexos é o indicador que expressa a relação quantitativa entre sexos. Se igual a cem o número de homens equivale ao número de mulheres na população se, acima de cem (100) indica que há predominância de homens e se, abaixo de 100 a predominância de mulheres. Movimentos migratórios e mortalidade diferenciada por sexo e idade influenciam os valores alcançados por este indicador. (BRASIL, 2002)

6.2 RAZÃO DE SEXOS

Nas Áreas de Influência e nos Estados em estudo, às mulheres são maioria na população, com exceção de Rondônia e Mato Grosso a proporção de habitantes masculinos na população só se mostrou maior que as mulheres nos Estados de Rondônia (50,8%) e Mato Grosso (51%) que repercutiram respectivamente na razão de sexos (103,2 e 104,0) de cada um destes Estados (**Figura 6.2-1**).

Porem, internamente a All, as projeções e estimativas do IBGE mostrou discrepâncias bastante elevadas para a razão de sexos na população destes municípios. A variação foi de 89,6 a 129,3 no conjunto dos 89 municípios.

Dos 89 municípios da AII 65 deles (73%) apresentaram mais homens do que mulheres na sua população. Entre as causas que explicam razões de sexo elevadas estão correntes migratórias da população masculina em busca de trabalho ou oportunidades de negócios como, por exemplo, grandes empreendimentos econômicos desenvolvidos na região em estudo como as hidrelétricas, rodovias, áreas de extrativismo (garimpo, borracha, etc.) que atuam como pólo atrativo do êxodo da população masculina de outras regiões (**Quadro 6.2-1**).

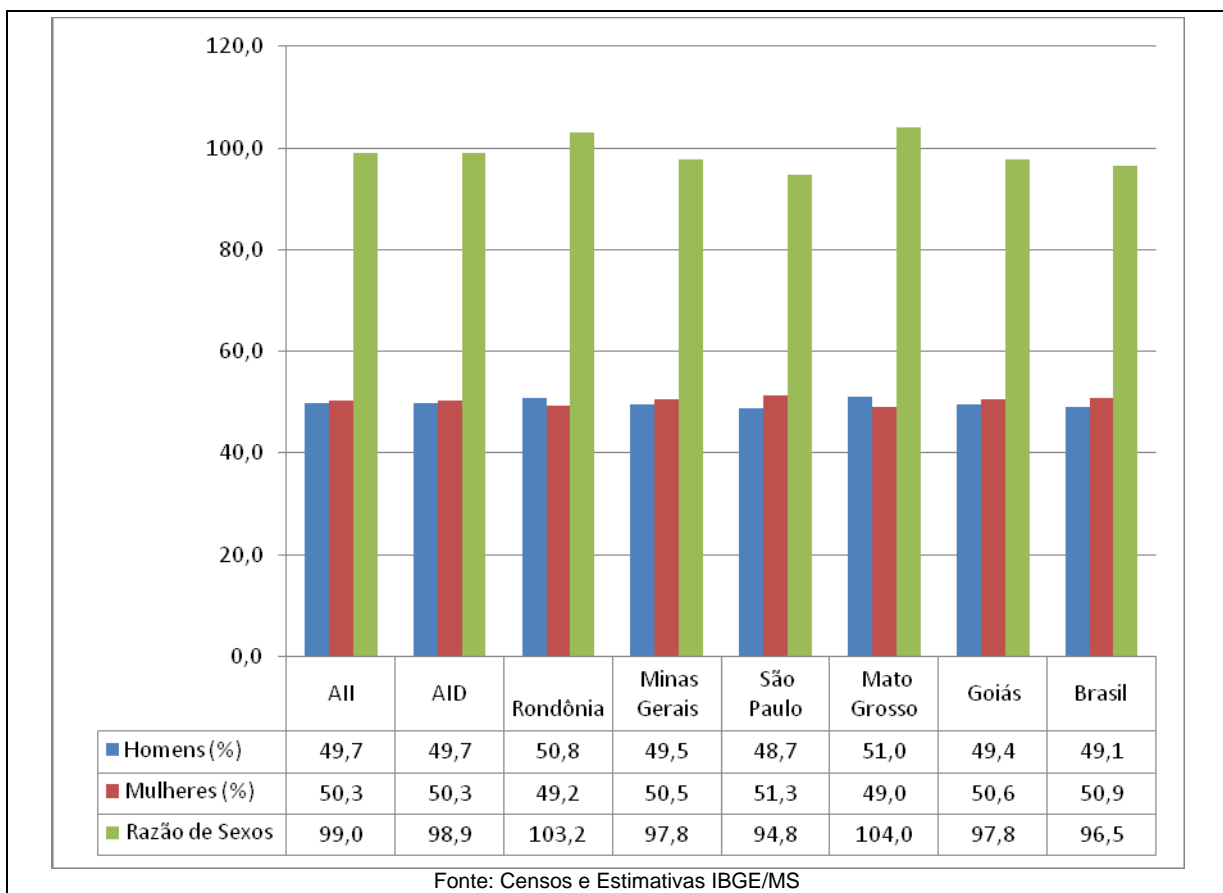


Figura 6.2-1- Proporção (%) de habitantes segundo sexo e Razão de Sexos nas Áreas de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 Nº 01.

Quadro 6.2-1 - Razão de sexos (%) segundo Municípios e Unidades da Federação das Áreas de Influência (Indireta e Direta) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 Nº 01.

IBGE	Município	Homens	%	Mulheres	%	Total	Razão
510010	Acorizal	3192	56,4	2468	43,6	5660	129,3
510729	São José do Povo	1928	55,9	1524	44,1	3452	126,5
110147	Primavera de Rondônia	2098	55,7	1668	44,3	3766	125,8
351685	Gavião Peixoto	2357	55,6	1884	44,4	4241	125,1
110092	Chupinguaia	4314	55,0	3527	45,0	7841	122,3
510618	Nova Lacerda	2889	55,0	2362	45,0	5251	122,3

IBGE	Município	Homens	%	Mulheres	%	Total	Razão
110007	Corumbiara	5264	54,4	4418	45,6	9682	119,1
510780	Santo Antônio do Leverger	11089	54,3	9321	45,7	20410	119,0
110040	Alto Paraíso	9545	54,3	8025	45,7	17570	118,9
510700	Poxoréo	9607	54,1	8151	45,9	17758	117,9
110060	Cacaulândia	3095	54,0	2637	46,0	5732	117,4
110090	Castanheiras	1987	53,9	1697	46,1	3684	117,1
510835	Vale de São Domingos	1591	53,8	1365	46,2	2956	116,6
510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	7813	53,8	6708	46,2	14521	116,5
510770	Rosário Oeste	9941	53,8	8553	46,2	18494	116,2
510520	Juscimeira	6507	53,5	5661	46,5	12168	114,9
110155	Teixeirópolis	2676	53,4	2337	46,6	5013	114,5
522050	Serranópolis	4166	53,3	3653	46,7	7819	114,0
510050	Alto Paraguai	4436	53,3	3893	46,7	8329	113,9
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	9414	53,2	8277	46,8	17691	113,7
110080	Candeias do Jamari	9311	53,1	8236	46,9	17547	113,1
510480	Jaciara	13745	53,0	12180	47,0	25925	112,8
317043	União de Minas	2503	52,9	2226	47,1	4729	112,4
510490	Jangada	4469	52,8	3996	47,2	8465	111,8
352450	Jaci	2931	52,7	2626	47,3	5557	111,6
315980	Santa Vitória	8265	52,3	7524	47,7	15789	109,8
110148	São Felipe D'Oeste	3353	52,3	3058	47,7	6411	109,6
110003	Cabixi	3496	52,2	3195	47,8	6691	109,4
110145	Parecis	2512	52,2	2296	47,8	4808	109,4
510330	Comodoro	9901	52,2	9069	47,8	18970	109,2
510170	Barra do Bugres	17859	52,0	16489	48,0	34348	108,3
354080	Potirendaba	7852	51,9	7277	48,1	15129	107,9
510030	Alto Araguaia	7569	51,8	7044	48,2	14613	107,5
313862	Limeira do Oeste	3514	51,7	3280	48,3	6794	107,1
355610	Valentim Gentil	5204	51,6	4880	48,4	10084	106,6
352200	Itaju	1402	51,6	1315	48,4	2717	106,6
353290	Nova Europa	5205	51,6	4889	48,4	10094	106,5
510040	Alto Garças	4918	51,5	4632	48,5	9550	106,2
352960	Meridiano	2024	51,4	1911	48,6	3935	105,9
510675	Pontes e Lacerda	20164	51,4	19063	48,6	39227	105,8
510775	Salto do Céu	1840	51,4	1740	48,6	3580	105,7
355130	Sebastianópolis do Sul	1598	51,3	1514	48,7	3112	105,5
510637	Pedra Preta	8451	51,3	8010	48,7	16461	105,5
510715	Reserva do Cabaçal	1336	51,3	1270	48,7	2606	105,2
521940	Santa Rita do Araguaia	3218	51,3	3060	48,7	6278	105,2
110011	Jaru	27533	51,0	26413	49,0	53946	104,2
510523	Lambari D'Oeste	2580	50,9	2485	49,1	5065	103,8
352820	Macedônia	1731	50,9	1671	49,1	3402	103,6
353475	Ouroeste	3861	50,8	3736	49,2	7597	103,3
510500	Jauru	5461	50,8	5285	49,2	10746	103,3
351800	Guarani d'Oeste	1030	50,7	1002	49,3	2032	102,8
313440	Iturama	16823	50,6	16407	49,4	33230	102,5
110025	Presidente Médici	11389	50,6	11130	49,4	22519	102,3

IBGE	Município	Homens	%	Mulheres	%	Total	Razão
350670	Boa Esperança do Sul	7046	50,5	6916	49,5	13962	101,9
355600	Urupês	6243	50,4	6141	49,6	12384	101,7
355270	Tabatinga	7492	50,4	7375	49,6	14867	101,6
520430	Caçu	5713	50,4	5632	49,6	11345	101,4
510720	Rio Branco	2624	50,3	2588	49,7	5212	101,4
521310	Mineiros	24295	50,3	24036	49,7	48331	101,1
350520	Bariri	16712	50,2	16559	49,8	33271	100,9
510420	Guiratinga	7287	50,2	7237	49,8	14524	100,7
110006	Colorado do Oeste	8937	50,1	8889	49,9	17826	100,5
110002	Ariquemes	42848	50,1	42694	49,9	85542	100,4
510125	Araputanga	8058	50,1	8033	49,9	16091	100,3
110015	Ouro Preto do Oeste	18379	50,0	18346	50,0	36725	100,2
352190	Itajobi	7338	50,0	7343	50,0	14681	99,9
110028	Rolim de Moura	25226	50,0	25271	50,0	50497	99,8
353250	Neves Paulista	4554	49,9	4571	50,1	9125	99,6
353690	Pedranópolis	1416	49,9	1422	50,1	2838	99,6
110018	Pimenta Bueno	16935	49,8	17047	50,2	33982	99,3
510760	Rondonópolis	90640	49,8	91264	50,2	181904	99,3
351960	Ibitinga	26393	49,7	26758	50,3	53151	98,6
352270	Itápolis	20027	49,6	20379	50,4	40406	98,3
521190	Jataí	42844	49,6	43603	50,4	86447	98,3
352070	Indiaporã	1957	49,5	1993	50,5	3950	98,2
350680	Bocaina	5451	49,4	5574	50,6	11025	97,8
110012	Ji-Paraná	54757	49,3	56247	50,7	111004	97,4
353140	Monte Aprazível	10353	49,3	10659	50,7	21012	97,1
110020	Porto Velho	188571	49,2	194854	50,8	383425	96,8
353030	Mirassol	26947	49,1	27975	50,9	54922	96,3
353280	Nova Aliança	2513	49,0	2613	51,0	5126	96,2
352885	Marapoama	1364	48,9	1423	51,1	2787	95,9
355710	Votuporanga	39763	48,9	41514	51,1	81277	95,8
510267	Campo Verde	13745	48,8	14394	51,2	28139	95,5
351550	Fernandópolis	31012	48,8	32524	51,2	63536	95,4
351940	Ibirá	5396	48,4	5744	51,6	11140	93,9
350320	Araraquara	96533	48,1	104132	51,9	200665	92,7
510340	Cuiabá	264056	48,0	286506	52,0	550562	92,2
353990	Poloni	2405	47,2	2685	52,8	5090	89,6
	All	1462787	49,7	1477979	50,3	2940766	99,0
	AID	1405783	49,7	1420857	50,3	2826640	98,9
Estado	Rondônia	763746	50,8	740165	49,2	1503911	103,2
Estado	Minas Gerais	9906976	49,5	10127092	50,5	20034068	97,8
Estado	São Paulo	20145016	48,7	21239073	51,3	41384089	94,8
Estado	Mato Grosso	1530003	51,0	1471722	49,0	3001725	104,0
Estado	Goiás	2929849	49,4	2996459	50,6	5926308	97,8
Estado	Brasil	94050601	49,1	97430444	50,9	191481045	96,5

Fonte: Censos Estimativas IBGE/MS

7. SANEAMENTO BÁSICO

As condições ambientais relativas à urbanização podem ser aferidas por alguns indicadores de infraestrutura de saneamento básico que uma dada população tem à sua disposição e inclui abastecimento de água, destinação lixo e de esgoto

O **abastecimento de água** na Área de Influência da LT mostra que os domicílios servidos por rede de abastecimento variou de 29,5 a 93,2% com as piores coberturas situada no Estado de Rondônia e, a melhor no Estado de São Paulo com 93,2% (**Figura 7-1**).

Os municípios no seu conjunto nas Áreas de Influência somaram 69,1 (All) e 68,1% para a AID. Cabixi (92,1%), Teixeiraópolis (92,3%), Alto Paraíso (96,9%) e Corumbiara (97,6%) foram os municípios com os percentuais mais elevados de abastecimento de poço ou nascente (**Quadro 7-1**).

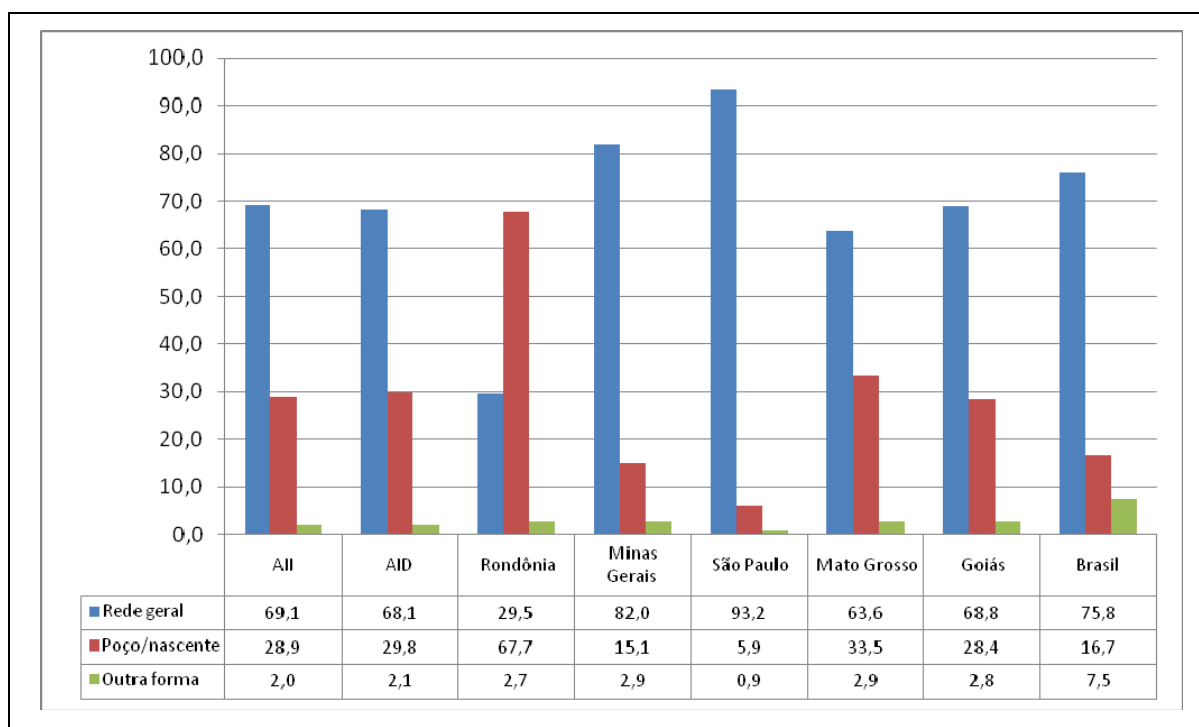


Figura 7-1 - Domicílios (%) segundo tipo de abastecimento de água nas Áreas de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, Ano 2000.

Quadro 7-1 - Domicílios (nº e %) segundo tipo de abastecimento de água nas Áreas de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 01.

IBGE	MUNICÍPIO	Rede geral	%	Poço/nascente	%	Outra forma	%	Total
110007	Corumbiara	1	0,0	2565	97,6	61	2,3	2627
110040	Alto Paraíso	80	2,6	2945	96,9	15	0,5	3040
110155	Teixeirópolis	76	5,5	1281	92,3	31	2,2	1388
110003	Cabixi	98	5,0	1797	92,1	57	2,9	1952
110060	Cacaulândia	157	12,0	1135	86,4	21	1,6	1313
110011	Jaru	1816	13,4	11526	85,0	224	1,7	13566
110148	São Felipe D'Oeste	283	16,5	1424	83,2	5	0,3	1712
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	752	17,8	3414	80,9	55	1,3	4221
110145	Parecis	150	17,4	685	79,6	26	3,0	861
110090	Castanheiras	206	19,5	838	79,3	13	1,2	1057
510550	Vila Bela da Sant.Trindade	559	18,7	2259	75,4	178	5,9	2996
110002	Ariquemes	5447	29,4	12919	69,7	161	0,9	18527
110015	Ouro Preto do Oeste	3131	29,4	7361	69,1	167	1,6	10659
110025	Presidente Médici	2139	31,4	4574	67,2	90	1,3	6803
110028	Rolim de Moura	4016	31,8	8386	66,4	226	1,8	12628
110012	Ji-Paraná	9117	32,5	18546	66,0	421	1,5	28084
510500	Jauru	988	32,3	1963	64,1	111	3,6	3062
110147	Primavera de Rondônia	400	36,4	696	63,3	4	0,4	1100
510675	Pontes e Lacerda	4109	35,8	7080	61,7	283	2,5	11472
110020	Porto Velho	29487	35,2	50113	59,9	4082	4,9	83682
510523	Lambari D'Oeste	497	41,3	686	57,1	19	1,6	1202
110092	Chupinguaia	628	43,3	807	55,7	14	1,0	1449
510780	Sto Antônio Leverger	1349	36,5	1944	52,6	406	11,0	3699
110006	Colorado do Oeste	2775	48,4	2848	49,6	114	2,0	5737
317043	União de Minas	669	48,6	683	49,6	25	1,8	1377
510618	Nova Lacerda	374	43,9	422	49,6	55	6,5	851
510775	Salto do Céu	619	49,0	593	46,9	52	4,1	1264
110080	Candeias do Jamari	1646	52,0	1328	41,9	193	6,1	3167
510170	Barra do Bugres	3679	55,5	2708	40,9	237	3,6	6624
522050	Serranópolis	1122	57,3	800	40,8	37	1,9	1959
510330	Comodoro	2182	57,1	1519	39,8	119	3,1	3820
313862	Limeira do Oeste	1103	60,3	718	39,2	9	0,5	1830
110018	Pimenta Bueno	5083	60,3	3166	37,6	178	2,1	8427
352200	Itaju	487	63,7	272	35,6	5	0,7	764
510490	Jangada	865	52,8	564	34,4	210	12,8	1639
510729	São José do Povo	467	56,9	279	34,0	75	9,1	821
510770	Rosário Oeste	2492	56,1	1504	33,8	450	10,1	4446
355130	Sebastianópolis do Sul	542	66,1	277	33,8	1	0,1	820
510715	Reserva do Cabaçal	429	64,5	218	32,8	18	2,7	665
353690	Pedranópolis	554	67,6	265	32,4	0	0,0	819
352820	Macedônia	790	69,4	347	30,5	1	0,1	1138
352885	Marapoama	456	69,7	198	30,3	0	0,0	654
510520	Juscimeira	2308	67,6	1008	29,5	100	2,9	3416
520430	Caçu	2273	71,9	874	27,7	13	0,4	3160
510010	Acorizal	834	57,6	399	27,6	214	14,8	1447

IBGE	MUNICÍPIO	Rede geral	%	Poço/nascente	%	Outra forma	%	Total
510700	Poxoréo	3913	70,1	1509	27,0	161	2,9	5583
351685	Gavião Peixoto	797	75,1	262	24,7	2	0,2	1061
510267	Campo Verde	3410	74,9	1116	24,5	25	0,5	4551
352450	Jaci	884	76,1	278	23,9	0	0,0	1162
352960	Meridiano	920	76,6	278	23,1	3	0,2	1201
353280	Nova Aliança	1103	77,1	328	22,9	0	0,0	1431
510720	Rio Branco	1091	75,6	330	22,9	23	1,6	1444
510125	Araputanga	2638	74,6	803	22,7	93	2,6	3534
521190	Jataí	16360	76,5	4852	22,7	183	0,9	21395
352190	Itajobi	3257	78,2	907	21,8	1	0,0	4165
315980	Santa Vitória	3722	75,8	1063	21,7	124	2,5	4909
510030	Alto Araguaia	2535	78,2	668	20,6	40	1,2	3243
510040	Alto Garças	1823	78,4	463	19,9	38	1,6	2324
510637	Pedra Preta	2877	80,1	693	19,3	20	0,6	3590
353475	Ouroeste	1490	81,5	332	18,2	7	0,4	1829
352070	Indiaporã	1077	82,5	224	17,2	4	0,3	1305
510050	Alto Paraguai	1642	73,0	380	16,9	227	10,1	2249
355270	Tabatinga	3121	83,4	617	16,5	5	0,1	3743
355600	Urupês	2962	83,7	575	16,3	0	0,0	3537
351940	Ibirá	2423	84,3	448	15,6	4	0,1	2875
352270	Itápolis	9449	85,7	1562	14,2	20	0,2	11031
354080	Potirendaba	3552	85,9	577	14,0	5	0,1	4134
350670	Boa Esperança do Sul	2990	86,2	477	13,8	1	0,0	3468
353140	Monte Aprazível	4989	86,2	793	13,7	8	0,1	5790
521940	Santa Rita do Araguaia	1295	86,0	202	13,4	8	0,5	1505
355610	Valentim Gentil	2115	87,1	314	12,9	0	0,0	2429
353250	Neves Paulista	2365	87,6	333	12,3	1	0,0	2699
351800	Guarani d'Oeste	566	87,9	76	11,8	2	0,3	644
521310	Mineiros	9353	87,9	1233	11,6	56	0,5	10642
353990	Poloni	1383	89,6	160	10,4	1	0,1	1544
510420	Guiratinga	3095	88,5	349	10,0	55	1,6	3499
510480	Jaciara	5507	88,8	618	10,0	75	1,2	6200
313440	Iturama	7434	89,0	804	9,6	119	1,4	8357
350680	Bocaina	2465	91,2	238	8,8	0	0,0	2703
510760	Rondonópolis	37278	91,4	3079	7,5	447	1,1	40804
353290	Nova Europa	1872	92,9	143	7,1	0	0,0	2015
350520	Bariri	7637	92,9	561	6,8	20	0,2	8218
351960	Ibitinga	12768	93,6	861	6,3	10	0,1	13639
353030	Mirassol	13497	93,9	863	6,0	14	0,1	14374
510340	Cuiabá	116241	91,4	7271	5,7	3621	2,8	127133
351550	Fernandópolis	17584	94,4	1001	5,4	36	0,2	18621
355710	Votuporanga	22106	95,7	981	4,2	21	0,1	23108
350320	Araraquara	51909	96,9	1610	3,0	78	0,1	53597
510835	Vale de São Domingos	0	0	0	0	0	0	0
	All	492730	69,1	206166	28,9	14334	2,0	713230
	AID	466383	68,1	203757	29,8	14298	2,1	684438
Estado	Rondônia	402066	29,5	921872	67,7	36894	2,7	1360832

IBGE	MUNICÍPIO	Rede geral	%	Poço/nascente	%	Outra forma	%	Total
Estado	Minas Gerais	14569560	82,0	2680283	15,1	512525	2,9	17762368
Estado	São Paulo	34202790	93,2	2181306	5,9	329708	0,9	36713804
Estado	Mato Grosso	1551761	63,6	816348	33,5	71406	2,9	2439515
Estado	Goiás	3408639	68,8	1405380	28,4	138660	2,8	4952679
	Brasil	127682948	75,8	28074483	16,7	12613462	7,5	168370893

Fonte: Censo IBGE (2000)

Em relação às **instalações sanitárias** nas Áreas de Influência da LT os dados do Censo 2000 mostram a precariedade desse tipo de infraestrutura no Estado de Rondônia, com predomínio de fossa rudimentar (64,1%), e 3,7% dos domicílios com rede de esgoto. O Estado de melhor infraestrutura de coleta de dejetos através da rede é o Estado de São Paulo com 81,7%.

Nas Áreas de Influência a infraestrutura é bastante semelhante, sendo que na AI o percentual de rede de esgoto (41,6%) é um pouco mais elevado que na AID (39,5%), esta última impulsionada pelos cinco municípios do Estado de São Paulo que pertencem somente, a Área de Influência Indireta (**Figura 7-2**). Cabixi, Castanheiras, Corumbiara, Nova Brasilândia D" Oeste, Parecis, São Felipe D" Oeste, Teixeirópolis e Vale de São Domingos foram os municípios que registraram ausência total de infraestrutura de instalações sanitárias (**Quadro 7-2**).

Por sua vez, os municípios de Votuporanga, Fernandópolis, Mirassol, Bariri, Ibitinga e Araraquara todos no Estado de São Paulo ultrapassaram 90% de cobertura de instalações sanitárias na rede pública.

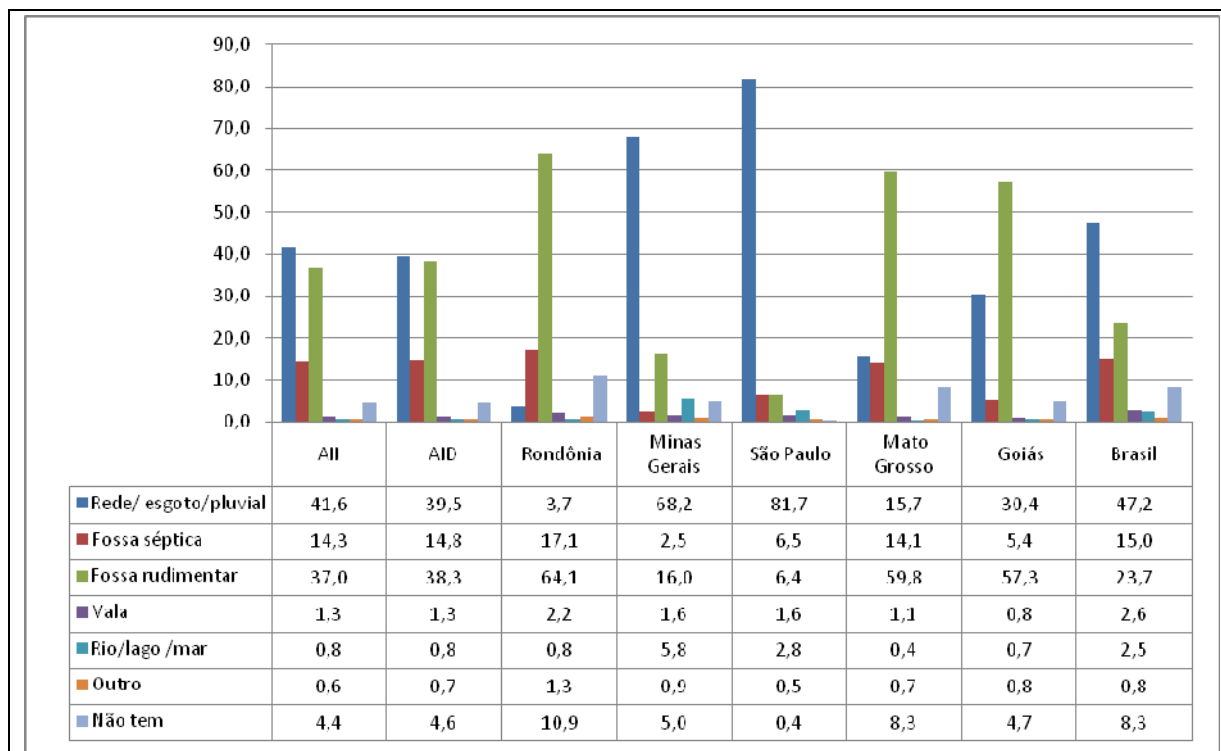


Figura 7-2 - Domicílios (%) segundo tipo de instalações sanitárias nas Áreas de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 01, ano 2000.

Quadro 7.2 - Domicílios (nº e %) segundo tipo de instalações sanitárias nas Áreas de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 01

IBGE	MUN	Rede/ esgoto	%	Fossa séptica	%	Fossa rudimentar	%	Vala	%	Rio/lago /mar	%	Outro	%	Não tem	%	Total
350320	Araraquara	51572	96,2	1447	2,7	372	0,7	6	0,0	95	0,2	34	0,1	71	0,1	53597
351960	Ibitinga	12664	92,9	171	1,3	699	5,1	15	0,1	40	0,3	9	0,1	41	0,3	13639
350520	Bariri	7627	92,8	291	3,5	242	2,9	2	0,0	35	0,4	8	0,1	13	0,2	8218
353030	Mirassol	13307	92,6	373	2,6	620	4,3	3	0,0	7	0,0	16	0,1	48	0,3	14374
351550	Fernandópolis	17145	92,1	474	2,5	913	4,9	12	0,1	3	0,0	16	0,1	58	0,3	18621
355710	Votuporanga	21172	91,6	1030	4,5	799	3,5	17	0,1	4	0,0	8	0,0	78	0,3	23108
350680	Bocaina	2421	89,6	105	3,9	127	4,7	6	0,2	38	1,4	1	0,0	5	0,2	2703
353990	Poloni	1382	89,5	5	0,3	157	10,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1544
353290	Nova Europa	1788	88,7	7	0,3	151	7,5	0	0,0	67	3,3	0	0,0	2	0,1	2015
355610	Valentim Gentil	2101	86,5	88	3,6	235	9,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,2	2429
354080	Potirendaba	3543	85,7	311	7,5	260	6,3	11	0,3	2	0,0	3	0,1	4	0,1	4134
350670	Boa Esperança Sul	2963	85,4	48	1,4	395	11,4	5	0,1	40	1,2	6	0,2	11	0,3	3468
352270	Itápolis	9390	85,1	138	1,3	1264	11,5	112	1,0	88	0,8	20	0,2	19	0,2	11031
351800	Guarani d'Oeste	548	85,1	9	1,4	78	12,1	0	0,0	0	0,0	2	0,3	7	1,1	644
355600	Urupês	2934	83,0	74	2,1	498	14,1	5	0,1	18	0,5	2	0,1	6	0,2	3537
353250	Neves Paulista	2234	82,8	8	0,3	450	16,7	1	0,0	2	0,1	1	0,0	3	0,1	2699
313440	Iturama	6904	82,6	30	0,4	1256	15,0	8	0,1	16	0,2	7	0,1	136	1,6	8357
351940	Ibirá	2367	82,3	148	5,1	346	12,0	2	0,1	1	0,0	7	0,2	4	0,1	2875
353140	Monte Aprazível	4676	80,8	34	0,6	1046	18,1	10	0,2	5	0,1	6	0,1	13	0,2	5790
352190	Itajobi	3184	76,4	44	1,1	867	20,8	14	0,3	42	1,0	12	0,3	2	0,0	4165
353280	Nova Aliança	1077	75,3	5	0,3	338	23,6	0	0,0	2	0,1	6	0,4	3	0,2	1431
355270	Tabatinga	2791	74,6	13	0,3	501	13,4	18	0,5	210	5,6	195	5,2	15	0,4	3743
353475	Ouroeste	1333	72,9	38	2,1	436	23,8	5	0,3	8	0,4	2	0,1	7	0,4	1829
351685	Gavião Peixoto	770	72,6	191	18,0	4	0,4	14	1,3	80	7,5	1	0,1	1	0,1	1061
352885	Marapoama	460	70,3	102	15,6	85	13,0	1	0,2	5	0,8	1	0,2	0	0,0	654
352070	Indiaporã	914	70,0	2	0,2	338	25,9	19	1,5	1	0,1	14	1,1	17	1,3	1305

IBGE	MUN	Rede/ esgoto	%	Fossa séptica	%	Fossa rudimentar	%	Vala	%	Rio/lago /mar	%	Outro	%	Não tem	%	Total
315980	Santa Vitória	3421	69,7	200	4,1	1003	20,4	35	0,7	66	1,3	19	0,4	165	3,4	4909
521310	Mineiros	7392	69,5	57	0,5	2435	22,9	62	0,6	251	2,4	83	0,8	362	3,4	10642
352450	Jaci	798	68,7	163	14,0	196	16,9	2	0,2	1	0,1	0	0,0	2	0,2	1162
352820	Macedônia	780	68,5	139	12,2	214	18,8	0	0,0	0	0,0	2	0,2	3	0,3	1138
352960	Meridiano	790	65,8	53	4,4	338	28,1	8	0,7	2	0,2	1	0,1	9	0,7	1201
355130	Sebast. Sul	536	65,4	268	32,7	16	2,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	820
352200	Itaju	474	62,0	7	0,9	254	33,2	8	1,0	9	1,2	7	0,9	5	0,7	764
353690	Pedranópolis	485	59,2	4	0,5	322	39,3	5	0,6	1	0,1	1	0,1	1	0,1	819
521190	Jataí	11150	52,1	2020	9,4	7183	33,6	132	0,6	181	0,8	204	1,0	525	2,5	21395
520430	Caçu	1629	51,6	34	1,1	1231	39,0	24	0,8	56	1,8	91	2,9	95	3,0	3160
510340	Cuiabá	65420	51,5	28249	22,2	28633	22,5	946	0,7	1146	0,9	536	0,4	2203	1,7	127133
510420	Guiratinga	1636	46,8	52	1,5	1579	45,1	53	1,5	33	0,9	21	0,6	125	3,6	3499
317043	União de Minas	557	40,5	53	3,8	539	39,1	2	0,1	1	0,1	4	0,3	221	16,0	1377
510760	Rondonópolis	10976	26,9	4053	9,9	24595	60,3	99	0,2	135	0,3	35	0,1	911	2,2	40804
510030	Alto Araguaia	841	25,9	269	8,3	1669	51,5	10	0,3	168	5,2	69	2,1	217	6,7	3243
510170	Barra do Bugres	671	10,1	370	5,6	5093	76,9	109	1,6	14	0,2	117	1,8	250	3,8	6624
510675	Pontes e Lacerda	1096	9,6	228	2,0	8530	74,4	543	4,7	33	0,3	32	0,3	1010	8,8	11472
313862	Limeira do Oeste	170	9,3	3	0,2	1566	85,6	2	0,1	1	0,1	12	0,7	76	4,2	1830
110020	Porto Velho	7437	8,9	44019	52,6	23622	28,2	3048	3,6	899	1,1	633	0,8	4024	4,8	83682
510700	Poxoréo	491	8,8	116	2,1	3648	65,3	173	3,1	94	1,7	43	0,8	1018	18,2	5583
110018	Pimenta Bueno	703	8,3	294	3,5	6455	76,6	354	4,2	33	0,4	200	2,4	388	4,6	8427
510637	Pedra Preta	287	8,0	37	1,0	3012	83,9	25	0,7	66	1,8	14	0,4	149	4,2	3590
510125	Araputanga	124	3,5	231	6,5	2863	81,0	137	3,9	27	0,8	54	1,5	98	2,8	3534
521940	Sta Rita Araguaia	40	2,7	20	1,3	1291	85,8	20	1,3	8	0,5	34	2,3	92	6,1	1505
510520	Juscimeira	86	2,5	69	2,0	2809	82,2	19	0,6	18	0,5	18	0,5	397	11,6	3416
110012	Ji-Paraná	706	2,5	1925	6,9	22580	80,4	711	2,5	691	2,5	261	0,9	1210	4,3	28084
510040	Alto Garças	42	1,8	14	0,6	2089	89,9	7	0,3	16	0,7	40	1,7	116	5,0	2324
510267	Campo Verde	64	1,4	128	2,8	4110	90,3	90	2,0	7	0,2	9	0,2	143	3,1	4551

IBGE	MUN	Rede/ esgoto	%	Fossa séptica	%	Fossa rudimentar	%	Vala	%	Rio/lago /mar	%	Outro	%	Não tem	%	Total
110011	Jaru	159	1,2	1461	10,8	10212	75,3	216	1,6	190	1,4	374	2,8	954	7,0	13566
510050	Alto Paraguai	25	1,1	9	0,4	1508	67,1	14	0,6	13	0,6	9	0,4	671	29,8	2249
510480	Jaciara	49	0,8	1954	31,5	3956	63,8	30	0,5	0	0,0	26	0,4	185	3,0	6200
510780	Sto Ant. Leverger	25	0,7	682	18,4	2026	54,8	74	2,0	1	0,0	87	2,4	804	21,7	3699
110015	Ouro Preto Oeste	71	0,7	649	6,1	8631	81,0	150	1,4	166	1,6	134	1,3	858	8,0	10659
510523	Lambari D'Oeste	8	0,7	109	9,1	659	54,8	5	0,4	11	0,9	140	11,6	270	22,5	1202
522050	Serranópolis	12	0,6	206	10,5	1413	72,1	39	2,0	108	5,5	43	2,2	138	7,0	1959
110002	Ariquemes	72	0,4	2540	13,7	14862	80,2	21	0,1	10	0,1	28	0,2	994	5,4	18527
510770	Rosário Oeste	17	0,4	204	4,6	2864	64,4	71	1,6	1	0,0	16	0,4	1273	28,6	4446
510490	Jangada	6	0,4	177	10,8	733	44,7	3	0,2	0	0,0	4	0,2	716	43,7	1639
510729	São José do Povo	3	0,4	79	9,6	548	66,7	13	1,6	4	0,5	3	0,4	171	20,8	821
510618	Nova Lacerda	3	0,4	85	10,0	498	58,5	6	0,7	5	0,6	0	0,0	254	29,8	851
110006	Col. do Oeste	20	0,3	42	0,7	5216	90,9	17	0,3	85	1,5	15	0,3	342	6,0	5737
110025	Presidente Médici	19	0,3	35	0,5	5690	83,6	68	1,0	5	0,1	338	5,0	648	9,5	6803
510720	Rio Branco	4	0,3	3	0,2	1231	85,2	11	0,8	3	0,2	3	0,2	189	13,1	1444
510330	Comodoro	10	0,3	674	17,6	2268	59,4	80	2,1	3	0,1	2	0,1	783	20,5	3820
110028	Rolim de Moura	33	0,3	115	0,9	11129	88,1	426	3,4	161	1,3	154	1,2	610	4,8	12628
510550	Vila B.S.Trindade	6	0,2	219	7,3	1940	64,8	79	2,6	0	0,0	19	0,6	733	24,5	2996
110040	Alto Paraíso	6	0,2	211	6,9	1974	64,9	43	1,4	0	0,0	69	2,3	737	24,2	3040
510775	Salto do Céu	2	0,2	495	39,2	549	43,4	13	1,0	5	0,4	11	0,9	189	15,0	1264
510715	Reserva Cabaçal	1	0,2	8	1,2	527	79,2	30	4,5	2	0,3	1	0,2	96	14,4	665
110092	Chupinguaia	2	0,1	296	20,4	934	64,5	4	0,3	0	0,0	3	0,2	210	14,5	1449
110080	Candeias Jamari	4	0,1	2220	70,1	548	17,3	4	0,1	0	0,0	118	3,7	273	8,6	3167
110147	Primav. Rondônia	1	0,1	4	0,4	918	83,5	11	1,0	3	0,3	2	0,2	161	14,6	1100
110060	Cacaulândia	1	0,1	50	3,8	1076	81,9	4	0,3	0	0,0	5	0,4	177	13,5	1313
510010	Acorizal	1	0,1	877	60,6	25	1,7	2	0,1	0	0,0	24	1,7	518	35,8	1447
110003	Cabixi	0	0,0	22	1,1	1642	84,1	2	0,1	2	0,1	3	0,2	281	14,4	1952
110090	Castanheiras	0	0,0	5	0,5	974	92,1	3	0,3	2	0,2	2	0,2	71	6,7	1057

IBGE	MUN	Rede/ esgoto	%	Fossa séptica	%	Fossa rudimentar	%	Vala	%	Rio/lago /mar	%	Outro	%	Não tem	%	Total
110007	Corumbiara	0	0,0	9	0,3	1797	68,4	6	0,2	0	0,0	0	0,0	815	31,0	2627
110014	N.Brasil.Oeste	0	0,0	108	2,6	2979	70,6	8	0,2	8	0,2	4	0,1	1114	26,4	4221
110145	Parecis	0	0,0	19	2,2	372	43,2	39	4,5	0	0,0	1	0,1	430	49,9	861
110148	S.Felipe D'Oeste	0	0,0	1	0,1	1097	64,1	9	0,5	4	0,2	1	0,1	600	35,0	1712
110155	Teixeirópolis	0	0,0	1	0,1	593	42,7	631	45,5	7	0,5	7	0,5	149	10,7	1388
510835	Vale S. Domingos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0
	All	296648	41,6	101846	14,3	263794	37,0	9192	1,3	5619	0,8	4569	0,6	31562	4,4	713230
	AID	270499	39,5	101224	14,8	262077	38,3	9156	1,3	5457	0,8	4538	0,7	31487	4,6	684438
Estado	Rondônia	12815	3,7	59201	17,1	222505	64,1	7572	2,2	2712	0,8	4523	1,3	37866	10,9	347194
Estado	Minas Gerais	3249313	68,2	119318	2,5	764162	16,0	74629	1,6	274007	5,8	43638	0,9	240191	5,0	4765258
Estado	São Paulo	8466151	81,7	677822	6,5	661022	6,4	165032	1,6	293921	2,8	55128	0,5	45076	0,4	10364152
Estado	Mato Grosso	101149	15,7	91103	14,1	385944	59,8	7221	1,1	2737	0,4	4308	0,7	53443	8,3	645905
Estado	Goiás	424472	30,4	74915	5,4	801080	57,3	11511	0,8	9195	0,7	11110	0,8	65732	4,7	1398015
Estado	Brasil	21160735	47,2	6699715	15,0	10594752	23,7	1154910	2,6	1110021	2,5	369660	0,8	3705308	8,3	44795101

Fonte: Censo IBGE, 2000

Em relação à coleta de lixo a proporção dos Estados que predominavam o serviço de limpeza variou de 57,3% a 95,8% mantendo os extremos entre São Paulo e Rondônia. O primeiro com a melhor cobertura do serviço de coleta de lixo e o segundo com a menor cobertura. Na área de influencia a All e AID mostrou-se bastante semelhante com cerca de 80% do lixo coletado por serviços de limpeza (**Figura 7-3**).

Os municípios de Araraquara, Votuporanga, Mirassol, Fernandópolis destacaram-se no conjunto de municípios da All por ultrapassarem 95% dos seus domicílios com coleta de lixo por serviços de limpeza (**Quadro 7-3**). O município de Castanheiras foi o que apresentou a menor participação (6,2%).

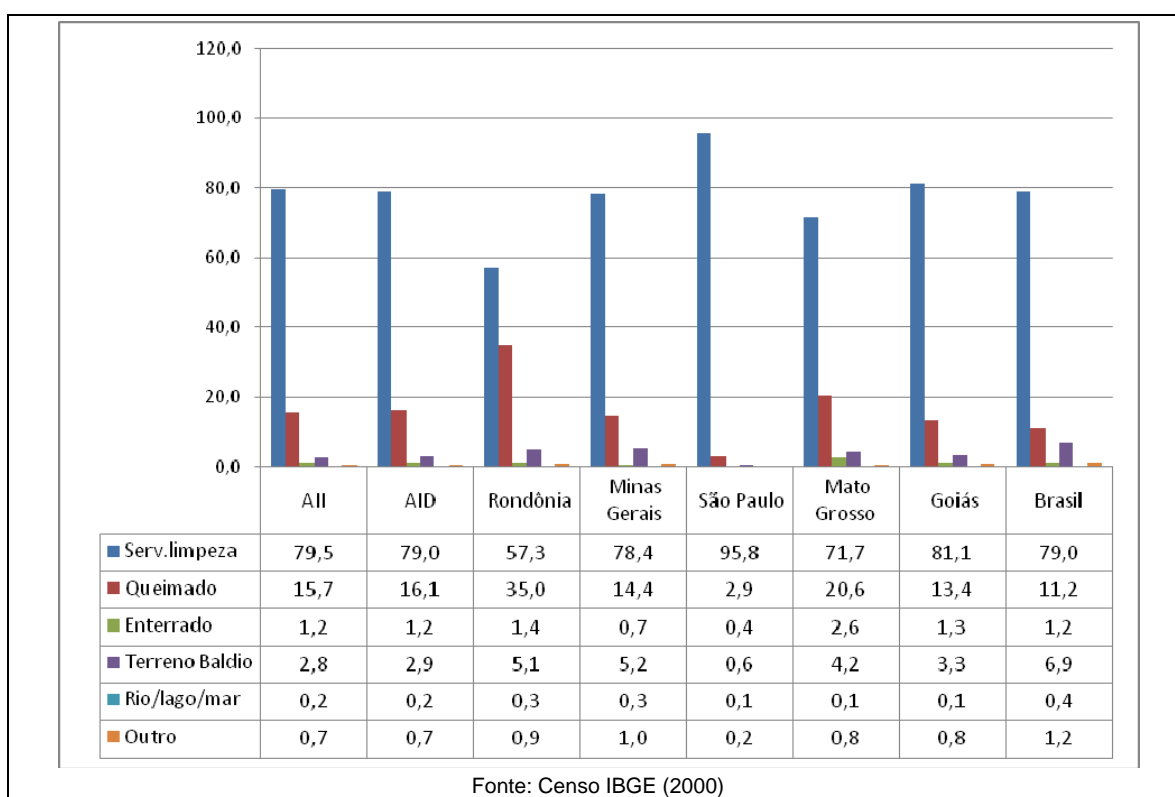


Figura 7-3 - Domicílios (%) segundo tipo de coleta/destino do lixo nas Áreas de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 01, ano 2000.

Quadro 7.3 - Domicílios (nº e %) segundo tipo de coleta/destino do lixo nas Áreas de Influência a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 nº 01.

IBGE	Município	Serviços limpeza	%	Queimado	%	Enterrado	%	Terreno Baldio	%	Rio/lago/mar	%	Outro	%	Total
350320	Araraquara	52372	97,7	956	1,8	103	0,2	60	0,1	2	0,0	104	0,2	53597
355710	Votuporanga	22216	96,1	744	3,2	79	0,3	35	0,2	3	0,0	31	0,1	23108
353030	Mirassol	13760	95,7	509	3,5	31	0,2	22	0,2	0	0,0	52	0,4	14374
351550	Fernandópolis	17789	95,5	639	3,4	105	0,6	37	0,2	1	0,0	50	0,3	18621
351960	Ibitinga	12767	93,6	699	5,1	99	0,7	31	0,2	1	0,0	42	0,3	13639
350520	Bariri	7658	93,2	433	5,3	80	1,0	15	0,2	1	0,0	31	0,4	8218
350680	Bocaina	2504	92,6	98	3,6	48	1,8	24	0,9	0	0,0	29	1,1	2703
510340	Cuiabá	117091	92,1	5630	4,4	265	0,2	3314	2,6	378	0,3	455	0,4	127133
353990	Poloni	1385	89,7	122	7,9	20	1,3	5	0,3	0	0,0	12	0,8	1544
353290	Nova Europa	1805	89,6	100	5,0	96	4,8	12	0,6	1	0,0	1	0,0	2015
510760	Rondonópolis	36533	89,5	3266	8,0	402	1,0	493	1,2	31	0,1	79	0,2	40804
355610	Valentim Gentil	2173	89,5	193	7,9	34	1,4	28	1,2	0	0,0	1	0,0	2429
351940	Ibirá	2567	89,3	225	7,8	32	1,1	11	0,4	0	0,0	40	1,4	2875
313440	Iturama	7414	88,7	700	8,4	45	0,5	116	1,4	3	0,0	79	0,9	8357
521940	Santa Rita do Araguaia	1331	88,4	98	6,5	29	1,9	13	0,9	0	0,0	34	2,3	1505
351800	Guarani d'Oeste	569	88,4	66	10,2	4	0,6	3	0,5	0	0,0	2	0,3	644
353140	Monte Aprazível	5038	87,0	623	10,8	45	0,8	60	1,0	0	0,0	24	0,4	5790
353250	Neves Paulista	2347	87,0	228	8,4	60	2,2	47	1,7	1	0,0	16	0,6	2699
521310	Mineiros	9239	86,8	823	7,7	251	2,4	249	2,3	25	0,2	55	0,5	10642
354080	Potirendaba	3573	86,4	461	11,2	54	1,3	11	0,3	0	0,0	35	0,8	4134
352270	Itápolis	9511	86,2	1274	11,5	122	1,1	48	0,4	9	0,1	67	0,6	11031
350670	Boa Esperança do Sul	2973	85,7	300	8,7	76	2,2	49	1,4	0	0,0	70	2,0	3468
510480	Jaciara	5233	84,4	636	10,3	88	1,4	202	3,3	3	0,0	38	0,6	6200
353475	Ouroeste	1543	84,4	257	14,1	8	0,4	4	0,2	0	0,0	17	0,9	1829
355600	Urupês	2968	83,9	448	12,7	60	1,7	39	1,1	1	0,0	21	0,6	3537
355270	Tabatinga	3134	83,7	498	13,3	70	1,9	26	0,7	5	0,1	10	0,3	3743

IBGE	Município	Serviços limpeza	%	Queimado	%	Enterrado	%	Terreno Baldio	%	Rio/lago/mar	%	Outro	%	Total
352070	Indiaporã	1071	82,1	171	13,1	14	1,1	12	0,9	0	0,0	37	2,8	1305
110020	Porto Velho	68354	81,7	10755	12,9	434	0,5	2724	3,3	660	0,8	755	0,9	83682
510040	Alto Garças	1891	81,4	271	11,7	85	3,7	57	2,5	4	0,2	16	0,7	2324
353280	Nova Aliança	1152	80,5	211	14,7	31	2,2	12	0,8	0	0,0	25	1,7	1431
351685	Gavião Peixoto	838	79,0	149	14,0	29	2,7	41	3,9	1	0,1	3	0,3	1061
352190	Itajobi	3248	78,0	710	17,0	85	2,0	115	2,8	1	0,0	6	0,1	4165
521190	Jataí	16489	77,1	3121	14,6	322	1,5	1009	4,7	32	0,1	422	2,0	21395
510125	Araputanga	2715	76,8	615	17,4	37	1,0	120	3,4	0	0,0	47	1,3	3534
110002	Ariquemes	14223	76,8	3485	18,8	215	1,2	544	2,9	27	0,1	33	0,2	18527
352450	Jaci	882	75,9	236	20,3	16	1,4	25	2,2	0	0,0	3	0,3	1162
510637	Pedra Preta	2722	75,8	584	16,3	82	2,3	110	3,1	9	0,3	83	2,3	3590
352960	Meridiano	902	75,1	279	23,2	17	1,4	3	0,2	0	0,0	0	0,0	1201
110018	Pimenta Bueno	6295	74,7	1746	20,7	160	1,9	196	2,3	8	0,1	22	0,3	8427
110012	Ji-Paraná	20925	74,5	6201	22,1	207	0,7	621	2,2	69	0,2	61	0,2	28084
510420	Guiratinga	2607	74,5	612	17,5	56	1,6	193	5,5	12	0,3	19	0,5	3499
520430	Caçu	2322	73,5	543	17,2	59	1,9	33	1,0	4	0,1	199	6,3	3160
510267	Campo Verde	3309	72,7	556	12,2	378	8,3	299	6,6	1	0,0	8	0,2	4551
315980	Santa Vitória	3541	72,1	1059	21,6	84	1,7	154	3,1	3	0,1	68	1,4	4909
510030	Alto Araguaia	2296	70,8	671	20,7	92	2,8	102	3,1	4	0,1	78	2,4	3243
352820	Macedônia	802	70,5	298	26,2	24	2,1	9	0,8	0	0,0	5	0,4	1138
352885	Marapoama	457	69,9	143	21,9	34	5,2	18	2,8	2	0,3	0	0,0	654
510720	Rio Branco	984	68,1	402	27,8	16	1,1	40	2,8	0	0,0	2	0,1	1444
510170	Barra do Bugres	4496	67,9	1668	25,2	188	2,8	242	3,7	6	0,1	24	0,4	6624
353690	Pedranópolis	552	67,4	233	28,4	18	2,2	2	0,2	0	0,0	14	1,7	819
355130	Sebastianópolis do Sul	543	66,2	232	28,3	15	1,8	25	3,0	5	0,6	0	0,0	820
510520	Juscimeira	2243	65,7	941	27,5	95	2,8	93	2,7	10	0,3	34	1,0	3416
352200	Itaju	499	65,3	211	27,6	37	4,8	5	0,7	1	0,1	11	1,4	764
110028	Rolim de Moura	8151	64,5	3932	31,1	152	1,2	284	2,2	9	0,1	100	0,8	12628

IBGE	Município	Serviços limpeza	%	Queimado	%	Enterrado	%	Terreno Baldio	%	Rio/lago/mar	%	Outro	%	Total
510675	Pontes e Lacerda	7110	62,0	3484	30,4	192	1,7	478	4,2	11	0,1	197	1,7	11472
510715	Reserva do Cabaçal	405	60,9	192	28,9	4	0,6	54	8,1	0	0,0	10	1,5	665
110015	Ouro Preto do Oeste	6453	60,5	3498	32,8	118	1,1	480	4,5	22	0,2	88	0,8	10659
522050	Serranópolis	1121	57,2	645	32,9	85	4,3	47	2,4	1	0,1	60	3,1	1959
313862	Limeira do Oeste	1011	55,2	690	37,7	34	1,9	39	2,1	0	0,0	56	3,1	1830
510330	Comodoro	2089	54,7	968	25,3	173	4,5	580	15,2	5	0,1	5	0,1	3820
510700	Poxoréo	3026	54,2	1899	34,0	213	3,8	416	7,5	12	0,2	17	0,3	5583
110080	Candeias do Jamari	1649	52,1	1288	40,7	99	3,1	94	3,0	11	0,3	26	0,8	3167
110011	Jaru	6106	45,0	6614	48,8	171	1,3	517	3,8	31	0,2	127	0,9	13566
317043	União de Minas	609	44,2	640	46,5	29	2,1	57	4,1	1	0,1	41	3,0	1377
510500	Jauru	1318	43,0	1237	40,4	107	3,5	318	10,4	6	0,2	76	2,5	3062
110006	Colorado do Oeste	2438	42,5	2680	46,7	131	2,3	349	6,1	20	0,3	119	2,1	5737
510775	Salto do Céu	527	41,7	526	41,6	20	1,6	186	14,7	2	0,2	3	0,2	1264
510770	Rosário Oeste	1846	41,5	1811	40,7	141	3,2	606	13,6	7	0,2	35	0,8	4446
110025	Presidente Médici	2783	40,9	3508	51,6	123	1,8	256	3,8	2	0,0	131	1,9	6803
510050	Alto Paraguai	879	39,1	1140	50,7	41	1,8	181	8,0	4	0,2	4	0,2	2249
510010	Acorizal	542	37,5	627	43,3	45	3,1	221	15,3	1	0,1	11	0,8	1447
510490	Jangada	598	36,5	755	46,1	54	3,3	220	13,4	0	0,0	12	0,7	1639
510729	São José do Povo	287	35,0	420	51,2	45	5,5	61	7,4	2	0,2	6	0,7	821
510523	Lambari D'Oeste	412	34,3	662	55,1	52	4,3	68	5,7	1	0,1	7	0,6	1202
510618	Nova Lacerda	284	33,4	395	46,4	32	3,8	140	16,5	0	0,0	0	0,0	851
110092	Chupinguaia	434	30,0	898	62,0	60	4,1	43	3,0	5	0,3	9	0,6	1449
110003	Cabixi	578	29,6	1202	61,6	62	3,2	100	5,1	0	0,0	10	0,5	1952
110145	Parecis	221	25,7	504	58,5	19	2,2	114	13,2	2	0,2	1	0,1	861
510550	Vila Bela Sant.Trindade	756	25,2	1832	61,1	184	6,1	169	5,6	1	0,0	54	1,8	2996
110040	Alto Paraíso	672	22,1	1956	64,3	79	2,6	299	9,8	4	0,1	30	1,0	3040
510780	Santo Antônio Leverger	813	22,0	2288	61,9	248	6,7	284	7,7	4	0,1	62	1,7	3699
110060	Cacaulândia	268	20,4	871	66,3	42	3,2	128	9,7	0	0,0	4	0,3	1313

IBGE	Município	Serviços limpeza	%	Queimado	%	Enterrado	%	Terreno Baldio	%	Rio/lago/mar	%	Outro	%	Total
110014	N.Brasilândia D'Oeste	746	17,7	2710	64,2	191	4,5	422	10,0	8	0,2	144	3,4	4221
110155	Teixeirópolis	233	16,8	990	71,3	20	1,4	116	8,4	0	0,0	29	2,1	1388
110147	Primavera de Rondônia	174	15,8	736	66,9	43	3,9	144	13,1	1	0,1	2	0,2	1100
110148	São Felipe D'Oeste	218	12,7	1290	75,4	58	3,4	125	7,3	0	0,0	21	1,2	1712
110007	Corumbiara	310	11,8	1814	69,1	82	3,1	407	15,5	6	0,2	8	0,3	2627
110090	Castanheiras	66	6,2	879	83,2	35	3,3	73	6,9	1	0,1	3	0,3	1057
510835	Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	All	566984	79,5	111710	15,7	8320	1,2	19834	2,8	1504	0,2	4878	0,7	713230
	AID	540583	79,0	109969	16,1	7980	1,2	19710	2,9	1501	0,2	4695	0,7	684438
	Rondônia	198874	57,3	121430	35,0	4989	1,4	17749	5,1	1089	0,3	3063	0,9	347194
	Minas Gerais	3733665	78,4	685913	14,4	32855	0,7	248788	5,2	16671	0,3	47366	1,0	4765258
	São Paulo	9931719	95,8	297338	2,9	42268	0,4	58711	0,6	13642	0,1	20474	0,2	10364152
	Mato Grosso	462989	71,7	132899	20,6	17032	2,6	26990	4,2	873	0,1	5122	0,8	645905
	Goiás	1134399	81,1	187031	13,4	17540	1,3	46134	3,3	1093	0,1	11818	0,8	1398015
	Brasil	35393331	79,0	5029000	11,2	521785	1,2	3102584	6,9	193505	0,4	554896	1,2	44795101

Fonte: Censo IBGE (2000)

8. A MALÁRIA NO CONTEXTO DO EMPREENDIMENTO

A malária é reconhecida como grave problema de saúde pública no mundo ocorrendo em mais de 109 países e territórios. Tem como estimativa anual cerca de 300 milhões de novos casos e um milhão de mortes principalmente em crianças menores de cinco anos e mulheres grávidas do continente africano. No Brasil, sua transmissão foi eliminada ou reduzida drasticamente, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Atualmente, a incidência da malária no país está concentrada na região da Amazônia Legal com mais de 99% dos casos registrados. Nesta região, porém, não está homoganeamente distribuída incidindo prioritariamente em populações vivendo em condições insatisfatórias de habitação e trabalho. Estas populações estão relacionadas à ocupação desordenada de terras, à exploração manual de minérios, a projetos de assentamento e colonização agrária e à intensa migração da zona rural para a periferia de cidades amazônicas.

É uma doença infecciosa febril aguda, cujo agente etiológico é um protozoário do gênero *Plasmodium* transmitido por vetores. No Brasil, três espécies estão associadas à malária em seres humanos: *P. vivax*, *P. falciparum* e *P. maláriae*. Em relação ao *P. ovale*, nunca foi registrada transmissão autóctone no Brasil estando restrita a determinadas regiões do continente africano e a casos importados de malária. O homem é o único reservatório com importância epidemiológica para a malária humana.

No país, os principais vetores transmissores da malária são: *Anopheles (N.) darlingi* (Root, 1926); *Anopheles (N.) aquasalis* (Curry, 1932) *Anopheles (nyssorhynchus) albitarsis s. l.* (Lynch-Arribáizaga, 1878). Tais mosquitos são popularmente conhecidos por “carapanã”, “muriçoca”, “sovela”, “mosquito-prego” e “bicuda”. Destes, o principal vetor no país é o *Anopheles darlingi*, cujo comportamento é extremamente antropofílico e, dentre as espécies brasileiras, é a mais encontrada picando no interior e nas proximidades das residências. Esta espécie cria-se, normalmente, em águas de baixo fluxo, profundas, límpidas, sombreadas e com pouco aporte de sais e matéria orgânica.

Entretanto, em situações de alta densidade, o *Anopheles darlingi* acaba ocupando vários outros tipos de criadouro, incluindo pequenas coleções hídricas e criadouros temporários. Esta espécie distribui-se por todo o Brasil, exceto em regiões de altitude elevada (mais de 1.000 m), no sertão nordestino e no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, esta espécie consegue manter altos níveis de transmissão mesmo com densidades muito reduzidas.

A maioria dos casos ocorre em áreas rurais, mas há registro da doença também em áreas urbanas (cerca de 15%). Mesmo em áreas endêmicas, o risco de contrair a doença não é uniforme. Este risco é medido pela Incidência Parasitária Anual - IPA, que serve para classificar as áreas de transmissão em alto, médio e baixo risco, de acordo com o número de casos por mil habitantes.

8.1 A MORBIDADE POR MALÁRIA

Para subsidiar o estudo da morbi-mortalidade por malária foram utilizados dados dos Sistemas de Informações em Saúde de base nacional disponível no sítio institucional do Ministério da Saúde nos endereços eletrônicos: <http://www.datasus.gov.br> e http://dw.saude.gov.br/portal/page/portal/sivep_malaria. Os sistemas de informações em saúde utilizados foram:

- Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM
- Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN
- Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica – SIVEP MALÁRIA
- Censos, Estimativas e Projeções - IBGE

Na LT em estudo, dos oitenta e nove municípios, 49 deles (55,1%) estavam situados e em zona endêmica de malária no território da Amazônia Legal (Mato Grosso com 28 e Rondônia com 21 municípios). Estes municípios para este estudo serão denominados para fins de ações de controle neste PACM de AII Amazônia Legal.

Os demais municípios situam-se em áreas territoriais não endêmicas para a malária (São Paulo, Minas Gerais e Goiás) e para fins de ações de controle neste PACM serão denominados de AII Extra Amazônia Legal.

8.1.1 A MALÁRIA NOS MUNICÍPIOS DA AII AMAZÔNIA LEGAL

No período de 2006 a 2009, ocorreram 164.579 casos de malária nestes municípios representando uma média anual de 41.145 casos ano. Oito municípios destacaram-se com o maior volume de casos em ordem decrescente variando de 312 a 41.145 casos na **média anual** no período Porto Velho (28011 casos), Candeias do Jamari (4398 casos), Ariquemes (3272 casos), Alto Paraíso (2055 casos), Ji-Paraná (1108 casos), Jaru (845 casos), Ouro Preto do Oeste (312 casos).

Na observação espacial da distribuição dos casos na AII observa-se a contigüidade dos territórios municipais com destaque para Porto Velho no Estado de Rondônia quando trabalhamos com números absolutos, dado o volume de casos dessa Capital, que seguida de Manaus assumem os postos de maior de maior volume de casos de malária no país.

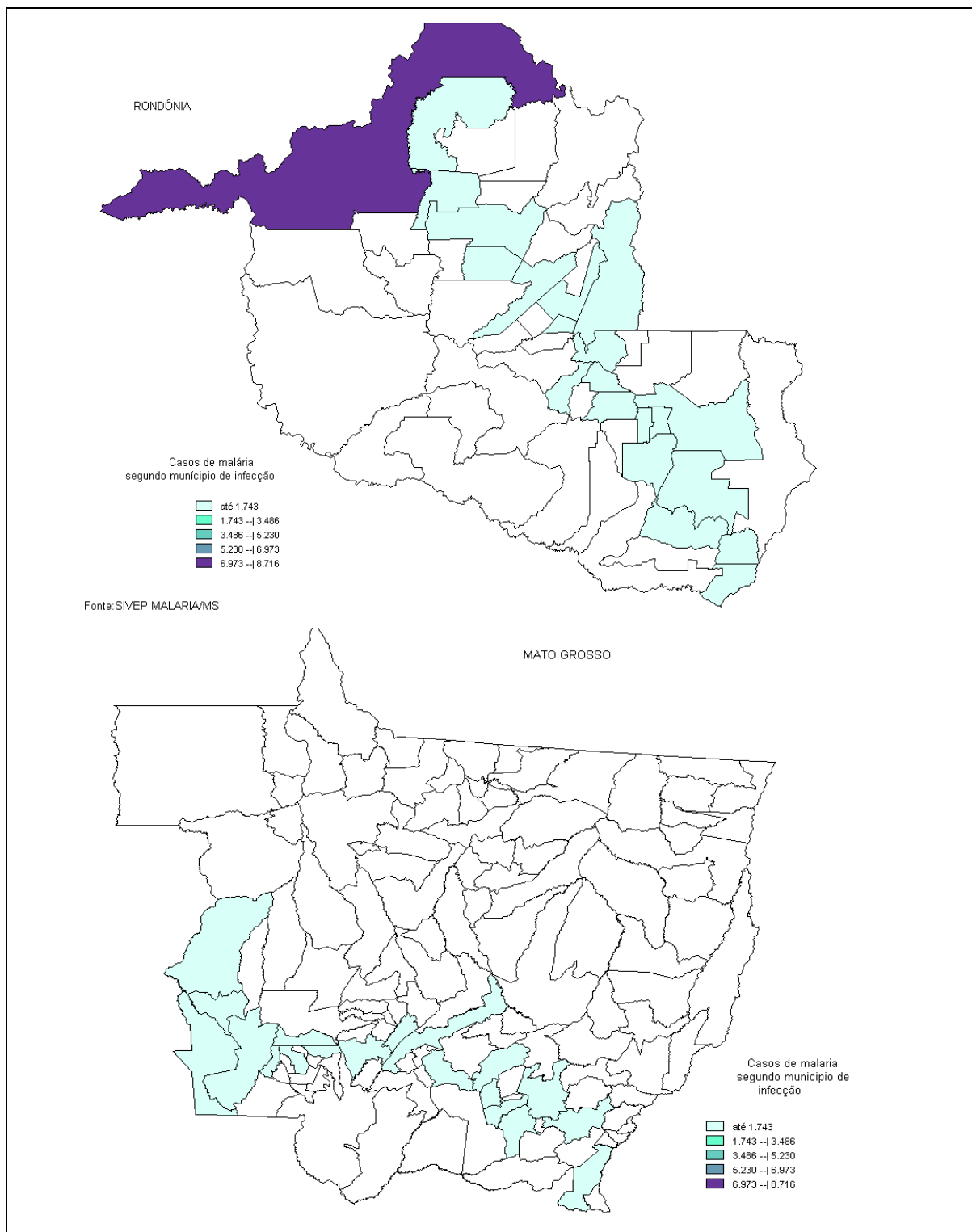


Figura 8.1.1-1 - Distribuição espacial dos casos de malária na AII Amazônia Legal da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, anos de 2006 a 2009 (média anual).

Fonte: SIVEP/MALÁRIA/MS

Na análise do Índice Parasitário da Área de Influência (Direta e Indireta) observa-se declínio nos últimos quatro anos (2006-2009) de 30,6 para 15,6 casos a cada mil hab, um declínio importante para uma região considerada de transmissão sustentada (**Figura 8.1.1-2**).

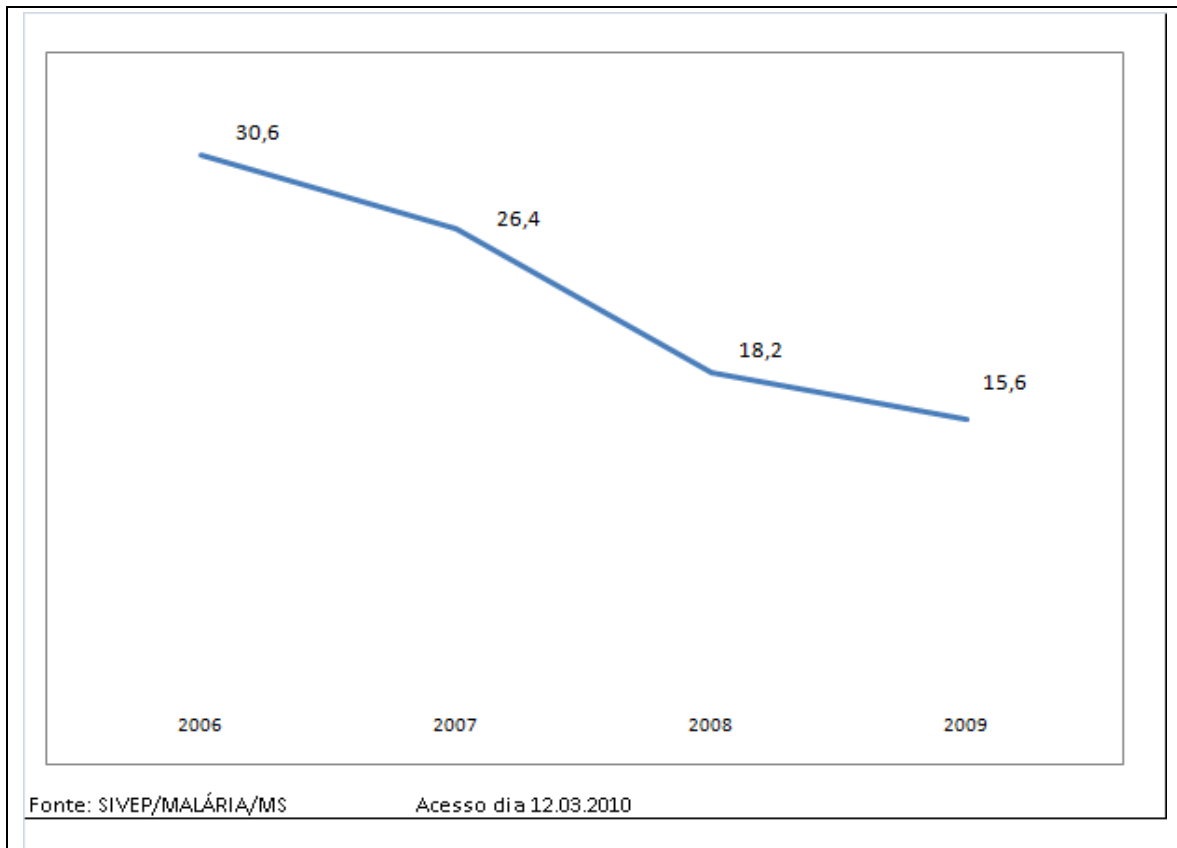


Figura 8.1.1-2 - Índice Parasitário Anual na Área de Influência Amazônia Legal da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, média anual dos anos de 2006 a 2009.

Na distribuição espacial segundo IPA (**Figura 8.1.1-3**) observa-se um corredor bastante homogêneo de transmissão sustentada de malária no Estado de Mato Grosso considerando os municípios de interesse desse estudo.

No Estado de Rondônia porém observa-se a elevação do risco de infecção por malária (IPA) no traçado da LT de forma ascendente (sentido da LT Araraquara/Porto Velho), culminando com os maiores valores no eixo territorial que situa-se Porto Velho, capital do Estado de Rondônia e dos municípios no seu entorno.

Na perspectiva da LT esse eixo territorial pode ser classificado como de **risco elevado para a infecção de malária**.

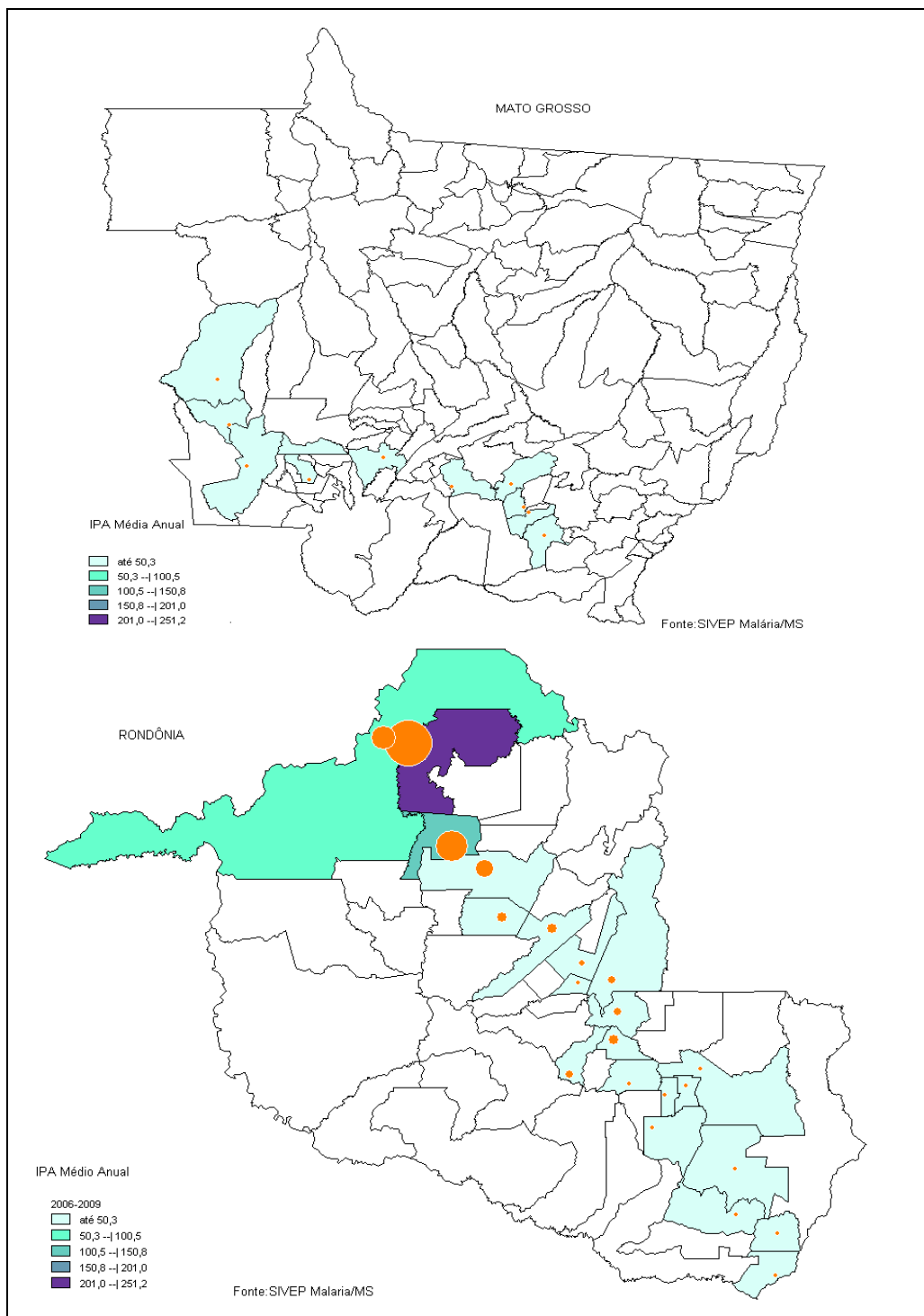


Figura 8.1.1-3 - Índice Parasitário Anual (Média) nos municípios da AII Amazônia Legal da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01, 2006 a 2009.

Os principais municípios (cinco) com IPA mais elevados de infecção por *Plasmodium.sp* na All Amazonia Legal foram: Candeias do Jamari, Alto do Paraíso, Porto Velho, Ariquemes e Cacauiândia e que no decorrer das atividades ocupacionais de construção da LT garantir que as ações de controle propostas para a redução da exposição à picadas de anofelinos, sejam efetivas (**Figura 8.1.1-4**).

Os demais municípios e a evolução no período de 2006 a 2009 estão apresentados no **Quadro 8.1.1-1**.

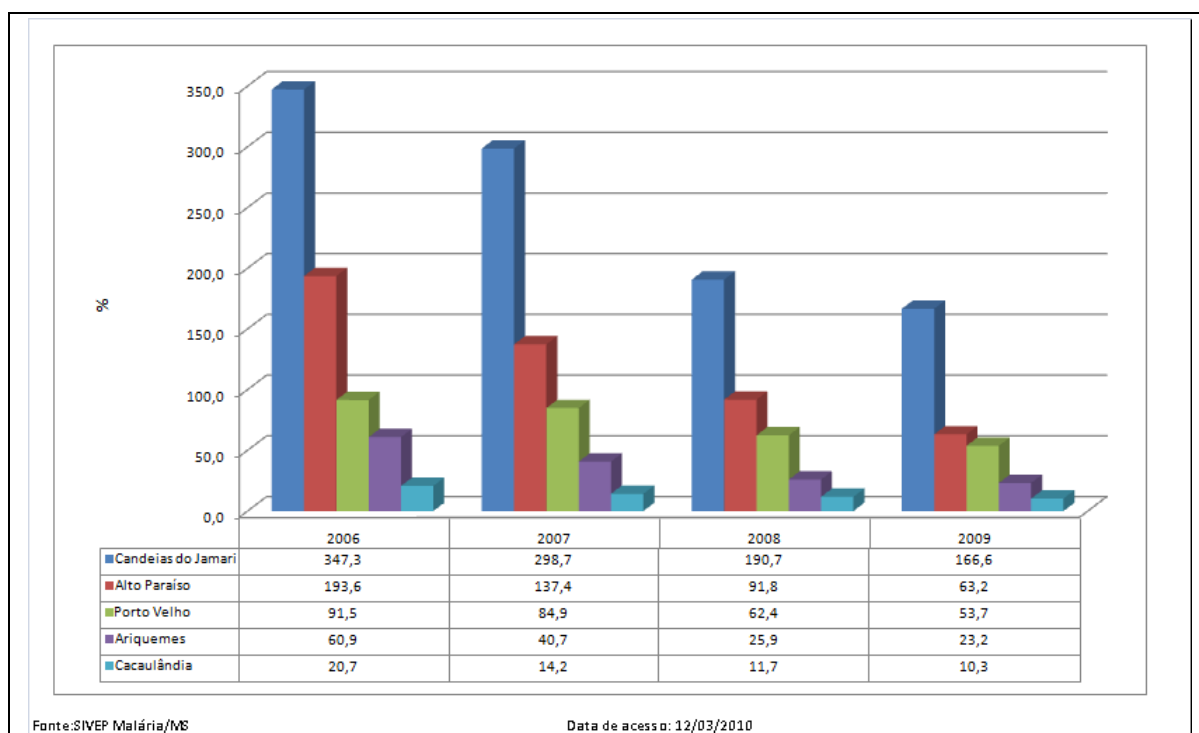


Figura 8.1.1-4 - Municípios segundo Índice Parasitário Anual da Malária (os mais elevados) da All Amazônia Legal da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 Nº 01, media anual, anos de 2006 a 2009

Quadro 8.1.1-1 - Municípios segundo Índice Parasitário Anual da Malária (da All Amazônia Legal da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, media anual, anos de 2006 a 2009.

IBGE	MUN	2006		2007		2008		2009	
		Nº.Casos	IPA	Nº.Casos	IPA	Nº.Casos	IPA	Nº.Casos	IPA
110080	Candeias do Jamari	6025	347,3	5372	298,7	3270	190,7	2924	166,6
110040	Alto Paraíso	3197	193,6	2338	137,4	1576	91,8	1110	63,2
110020	Porto Velho	34863	91,5	32934	84,9	23648	62,4	20599	53,7
110002	Ariquemes	5294	60,9	3618	40,7	2194	25,9	1981	23,2
110060	Cacaulândia	113	20,7	78	14,2	67	11,7	59	10,3
110011	Jaru	1423	25,3	967	17,1	544	10,1	446	8,3
110090	Castanheiras	103	25,2	61	15,0	21	5,6	22	6,0
510330	Comodoro	43	2,2	30	1,5	27	1,4	95	5,0
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	243	13,5	184	10,1	81	4,6	87	4,9
110025	Presidente Médici	496	19,6	360	14,3	87	3,8	98	4,4
110015	Ouro Preto do Oeste	525	12,9	383	9,4	201	5,4	137	3,7
110012	Ji-Paraná	2000	17,6	1363	11,9	658	5,9	412	3,7
510618	Nova Lacerda	20	4,2	8	1,6	13	2,5	17	3,2
110155	Teixeirópolis	46	7,8	26	4,4	13	2,6	14	2,8
110018	Pimenta Bueno	152	4,8	81	2,6	71	2,1	81	2,4
110028	Rolim de Moura	240	4,8	204	4,1	96	1,9	98	1,9
110092	Chupinguaia	44	6,6	54	7,9	20	2,6	9	1,1
510675	Pontes e Lacerda	54	1,3	28	0,6	32	0,8	42	1,1
110006	Colorado do Oeste	53	2,9	43	2,4	26	1,4	16	0,9
110003	Cabixi	29	3,9	18	2,4	6	0,9	5	0,7
510520	Juscimeira	2	0,2	2	0,2	2	0,2	4	0,3
110148	São Felipe D'Oeste	1	0,1	5	0,7	3	0,5	2	0,3
110007	Corumbiara	13	1,4	4	0,4	7	0,7	3	0,3
110145	Parecis	6	1,9	6	1,9	5	1,1	1	0,2
510125	Araputanga	2	0,1	2	0,1	2	0,1	3	0,2
510480	Jaciara	9	0,3	9	0,3	2	0,1	3	0,1
510340	Cuiabá	108	0,2	107	0,2	82	0,2	59	0,1
510267	Campo Verde	7	0,3	1	0,0	2	0,1	3	0,1
510760	Rondonópolis	20	0,1	31	0,2	10	0,1	12	0,1
510170	Barra do Bugres	6	0,2	5	0,1	6	0,2	1	0,0
110147	Primavera de Rondônia	3	0,7	0	0,0	2	0,5	0	0,0
	All Amazonia Legal	55140	30,6	48322	26,4	32774	18,2	28343	15,6

Fonte: SIVEP MALARIA/MS Acesso: 12/03/2010

Na observação dos casos de malária da All Amazônia Legal (**Figura 8.1.1-5**) verifica-se que de 72,1% a 80,7% dos casos foram classificados como infecção autóctone, com somente em torno de ¼ dos casos (de 19,3 a 27,9%) foram importados de outros municípios, estados ou país tendo em vista a condição de município de fronteira de Porto Velho (RO).

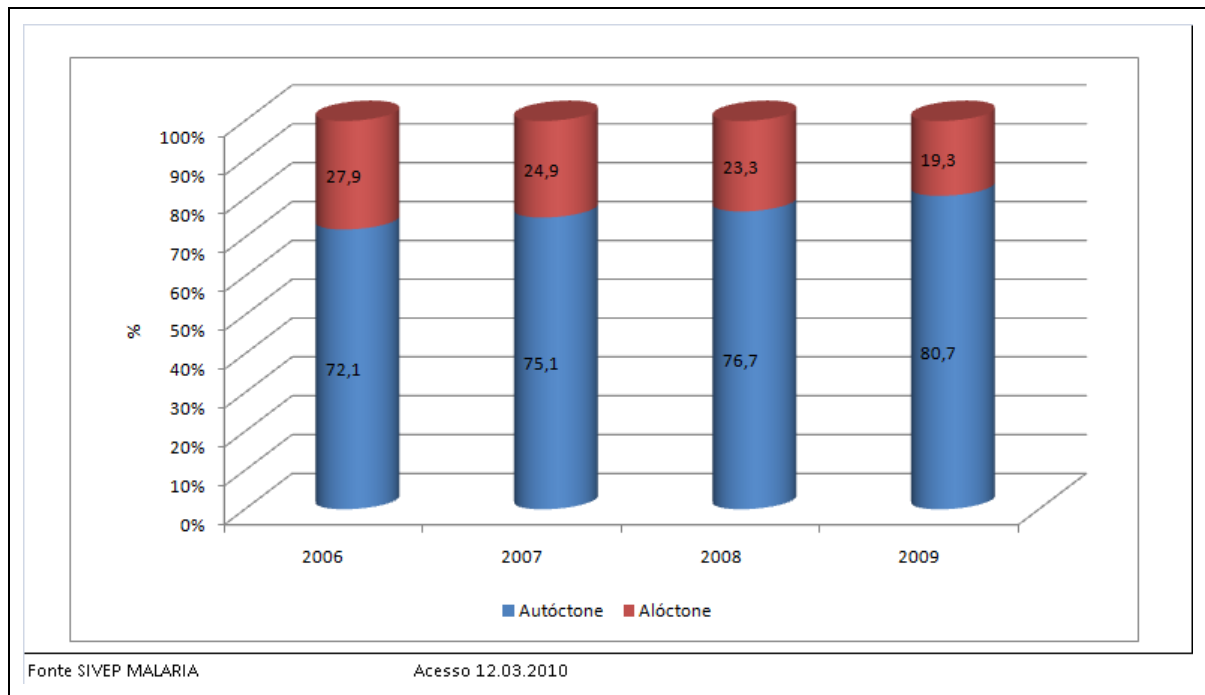


Figura 8.1.1-5 - Proporção (%) de casos de malária na Área de Influência (Direta e Indireta) segundo autoctonia, LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, média anual dos anos de 2006 a 2009

8.1.2 PERFIL DOS CASOS DE MALÁRIA NA AII AMAZÔNIA LEGAL

Na observação dos casos de malária na AII verifica-se a maior participação da população masculina do que a população feminina, no período em estudo. A participação dos homens nas agregações AII, AID e Estados (**Figura 8.1.2-1**) variou de 67,7% a 70,9% contra 29,1% a 32,5% para a participação de mulheres na infecção por malária no período de 2006 a 2009 (média anual).

Atribui-se a esta maior participação masculina pela maior exposição à infecção por plasmódios, derivada de atividades ocupacionais em ambientes de alta densidade de anofelinos infectados.

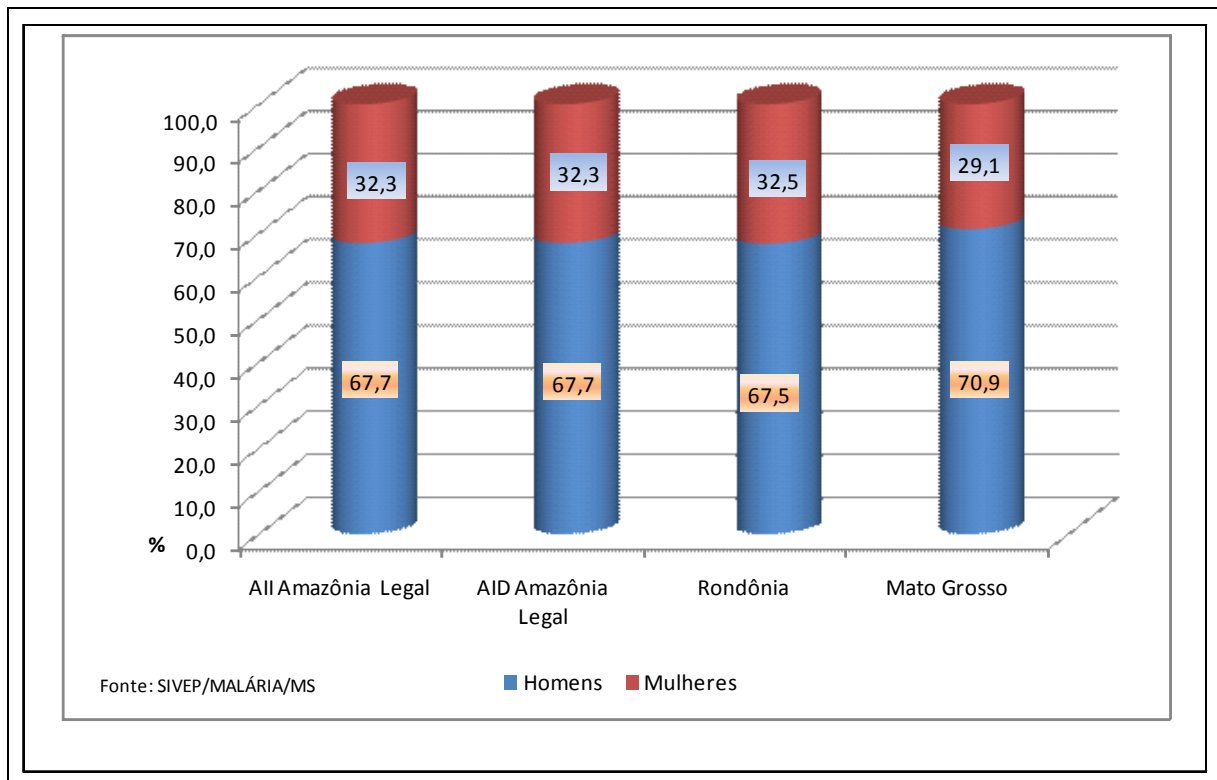
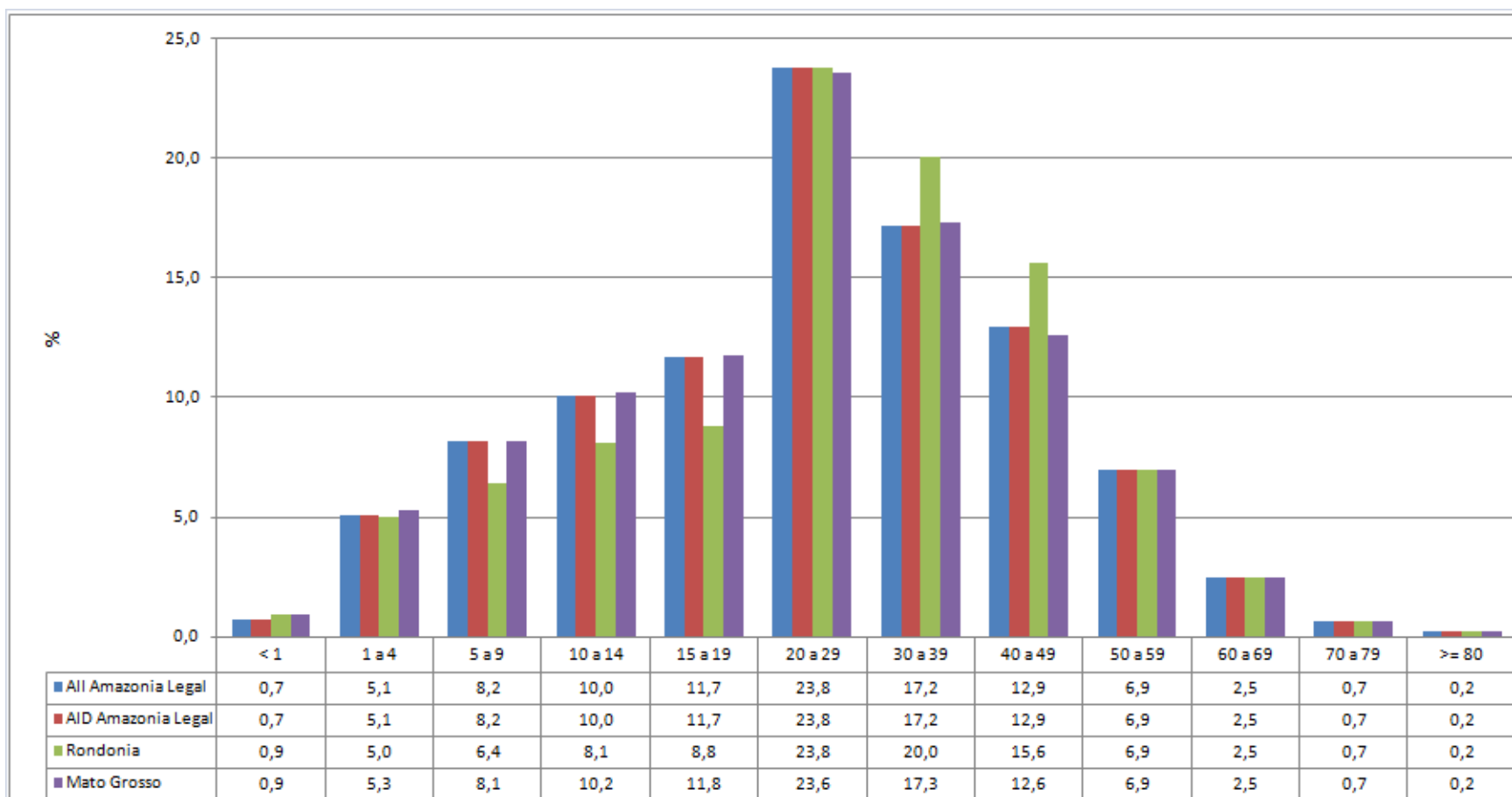


Figura 8.1.2-1 - Casos notificados e confirmados de malária segundo sexo na All e AID da Amazônia Legal da LT 600 kV Araraquara Porto Velho IE Madeira, Média anual do período de 2006 a 2009

Na observação etária dos casos de malária observa-se a concentração dos casos na faixa etária produtiva (**Figura 8.1.2-2**) com maior concentração na faixa etária de 20 a 29 anos com 23,8% dos casos, quase 1/4 do total de casos. Observa-se, que quatro grupos etários (de 15 a 49 anos) respondem por um contingente de 80% dos casos de malária reafirmando a faixa etária economicamente produtiva como aquela que mais se encontra exposta às infecções por *Plasmodium sp.* na All da Amazônia Legal. Os dados individualizados por município para o perfil etário dos casos de malária pode ser observado no **Quadro 8.1.2-1**.



Fonte: SIVEP/Malaria/MS

Figura 8.1.2-2 - Faixa etária (%) dos casos confirmados de malária nos Estados e Área de Influência (Direta e Indireta) da Amazônia Legal na LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, media dos anos de 2006 a 2009.

Quadro 8.1.2-1 - Faixa etária (nº e %) dos casos confirmados de malária nos municípios, Estados e Área de Influência (Direta e Indireta) da Amazônia Legal na LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, média dos anos de 2006 a 2009.

IBGE	Município	< 1	%	1 a 4	%	5 a 9	%	10 a 14	%	15 a 19	%	20 a 29	%	30 a 39	%	40 a 49	%	50 a 59	%	60 a 69	%	70 a 79	%	>= 80	%	Total	Media
510030	Alto Araguaia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0
510050	Alto Paraguai	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	50,0	1	25,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	4	1
510125	Araputanga	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	2	1
510170	Barra do Bugres	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	33,3	0	0,0	2	33,3	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	2
510267	Campo Verde	0	0,0	0	0,0	2	28,6	1	14,3	2	28,6	0	0,0	1	14,3	0	0,0	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	2
510330	Comodoro	1	2,3	0	0,0	1	2,3	2	4,7	4	9,3	8	18,6	9	20,9	10	23,3	4	9,3	4	9,3	0	0,0	0	0,0	43	11
510340	Cuiabá	0	0,0	2	1,9	2	1,9	4	3,7	6	5,6	19	17,6	26	24,1	25	23,1	18	16,7	5	4,6	1	0,9	0	0,0	108	27
510420	Guiratinga	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0
510480	Jaciara	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	33,3	3	33,3	3	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	2
510500	Jauru	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	1	33,3	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1
510520	Juscimeira	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	1
510618	Nova Lacerda	0	0,0	0	0,0	2	10,0	3	15,0	0	0,0	5	25,0	4	20,0	2	10,0	4	20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	20	5
510675	Pontes e Lacerda	2	3,7	3	5,6	3	5,6	4	7,4	1	1,9	14	25,9	8	14,8	13	24,1	4	7,4	2	3,7	0	0,0	0	0,0	54	14
510700	Poxoréo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0
510760	Rondonópolis	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	10,0	2	10,0	6	30,0	4	20,0	3	15,0	1	5,0	2	10,0	0	0,0	20	5
510770	Rosário Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	1
510775	Salto do Céu	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0
510550	Vila Bela Sant.Trindade	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	12,5	3	37,5	3	37,5	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	2
110040	Alto Paraíso	30	0,9	205	6,4	325	10,2	360	11,3	342	10,7	695	21,7	563	17,6	327	10,2	237	7,4	80	2,5	30	0,9	3	0,1	3197	799
110002	Ariquemes	27	0,5	215	4,1	325	6,1	398	7,5	611	11,5	1264	23,9	1053	19,9	792	15,0	409	7,7	154	2,9	36	0,7	10	0,2	5294	1324
110003	Cabixi	0	0,0	2	6,9	3	10,3	1	3,4	2	6,9	9	31,0	7	24,1	2	6,9	2	6,9	1	3,4	0	0,0	0	0,0	29	7
110060	Cacaulândia	0	0,0	6	5,3	9	8,0	7	6,2	14	12,4	31	27,4	19	16,8	13	11,5	9	8,0	4	3,5	1	0,9	0	0,0	113	28
110080	Candeias do Jamari	42	0,7	384	6,4	556	9,2	754	12,5	748	12,4	1312	21,8	878	14,6	702	11,7	416	6,9	164	2,7	58	1,0	11	0,2	6025	1506
110090	Castanheiras	2	1,9	9	8,7	7	6,8	5	4,9	9	8,7	19	18,4	28	27,2	12	11,7	9	8,7	0	0,0	2	1,9	1	1,0	103	26
110092	Chupinguaia	2	4,5	4	9,1	4	9,1	6	13,6	3	6,8	8	18,2	4	9,1	10	22,7	3	6,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	44	11
110006	Colorado do Oeste	0	0,0	1	1,9	2	3,8	0	0,0	4	7,5	12	22,6	18	34,0	6	11,3	7	13,2	1	1,9	1	1,9	1	1,9	53	13
110007	Corumbiara	0	0,0	1	7,7	0	0,0	1	7,7	1	7,7	1	7,7	3	23,1	2	15,4	2	15,4	2	15,4	0	0,0	0	0,0	13	3
110011	Jaru	0	0,0	61	4,3	43	3,0	62	4,4	129	9,1	431	30,3	283	19,9	230	16,2	128	9,0	41	2,9	12	0,8	3	0,2	1423	356
110012	Ji-Paraná	14	0,7	29	1,5	32	1,6	52	2,6	186	9,3	531	26,6	490	24,5	391	19,6	202	10,1	59	3,0	11	0,6	3	0,2	2000	500
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	1	0,4	0	0,0	11	4,5	8	3,3	32	13,2	71	29,2	58	23,9	39	16,0	20	8,2	3	1,2	0	0,0	0	0,0	243	61
110015	Ouro Preto do Oeste	6	1,1	19	3,6	15	2,9	19	3,6	51	9,7	135	25,7	98	18,7	95	18,1	65	12,4	18	3,4	2	0,4	2	0,4	525	131
110145	Parecis	0	0,0	0	0,0	1	16,7	0	0,0	0	0,0	3	50,0	1	16,7	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	2
110018	Pimenta Bueno	1	0,7	1	0,7	2	1,3	3	2,0	12	7,9	32	21,1	43	28,3	39	25,7	14	9,2	5	3,3	0	0,0	0	0,0	152	38
110020	Porto Velho	264	0,8	1862	5,3	3149	9,0	3820	11,0	4240	12,2	8289	23,8	5688	16,3	4249	12,2	2200	6,3	806	2,3	204	0,6	72	0,2	34863	8716
110025	Presidente Médici	2	0,4	5	1,0	8	1,6	16	3,2	41	8,3	153	30,8	110	22,2	98	19,8	51	10,3	12	2,4	0	0,0	0	0,0	496	124
110147	Primavera de Rondônia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	1	33,3	0	0,0	0	0,0	3	1
110028	Rolim de Moura	2	0,8	5	2,1	8	3,3	7	2,9	15	6,3	48	20,0	67	27,9	51	21,3	18	7,5	11	4,6	6	2,5	2	0,8	240	60
110148	São Felipe D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0
110155	Teixeirópolis	1	2,2	0	0,0	1	2,2	3	6,5	6	13,0	16	34,8	11	23,9	5	10,9	1	2,2	2	4,3	0	0,0	0	0,0	46	12
	AlI Amazônia Legal	398	0,7	2814	5,1	4511	8,2	5537	10,0	6463	11,7	13116	23,8	9482	17,2	7132	12,9	3833	6,9	1378	2,5	366	0,7	108	0,2	55158	13790
	AlD Amazônia Legal	398	0,7	2814	5,1	4511	8,2	5537	10,0	6463	11,7	13116	23,8	9482	17,2	7132	12,9	3833	6,9	1378	2,5	366	0,7	108	0,2	55158	13790
Estado	Rondonia	63	0,9	331	5,0	424	6,4	538	8,1	584	8,8	1.580	23,8	1.332	20,0	1.039	15,6	538	6,9	176	2,5	39	0,7	6	0,2	6.650	1663
Estado	Mato Grosso	900	0,9	5.366	5,3	8.272	8,1	10.332	10,2	11.960	11,8	23.958	23,6	17.543	17,3	12.808	12,6	7.005	6,9	2.505	2,5	674	0,7	177	0,2	101.500	25375

Fonte: SIVEP/Malaria/MS

8.3 A MALÁRIA NA AII EXTRA AMAZÔNIA LEGAL

Os casos de malária AII Extra Amazônia Legal quando considerados os municípios de infecção e respectivo Estado totalizaram 233 casos notificados e confirmados num período de três anos (2007 a 2009), totalizando uma media de 58 casos/ano.

Os três Estados da AII Extra Amazônia Legal que compõem a LT (São Paulo, Goiás e Minas Gerais) apresentaram casos de malária cuja sede de infecção teve origem em seus municípios mostrando a circulação de anofelinos nestes Estados e, a presença embora baixa de portadores de *Plasmodium* sp. que possibilitaram a ocorrência de infecção em pessoas suscetíveis. A **Figura 8.3-1** e **Figura 8.3-2** apresentam a distribuição espacial dos casos de malária autóctone AII Extra Amazônia Legal.

Dentre os municípios pertencentes a AII Extra Amazônia Legal foi registrada infecção autóctone nos municípios de Iturama (MG), Jataí (GO), Mineiros (GO) e Serranópolis (GO) totalizando doze casos no período de 2007 a 2009 com predominância da infecção por *Plasmodium vivax* + *Plasmodium Falciparum*. Destes doze casos, o município de Mineiros (GO) respondeu por sete casos (58,3%) e Jataí (GO) por três casos (25%). Os demais apresentaram um caso da doença, cada um.

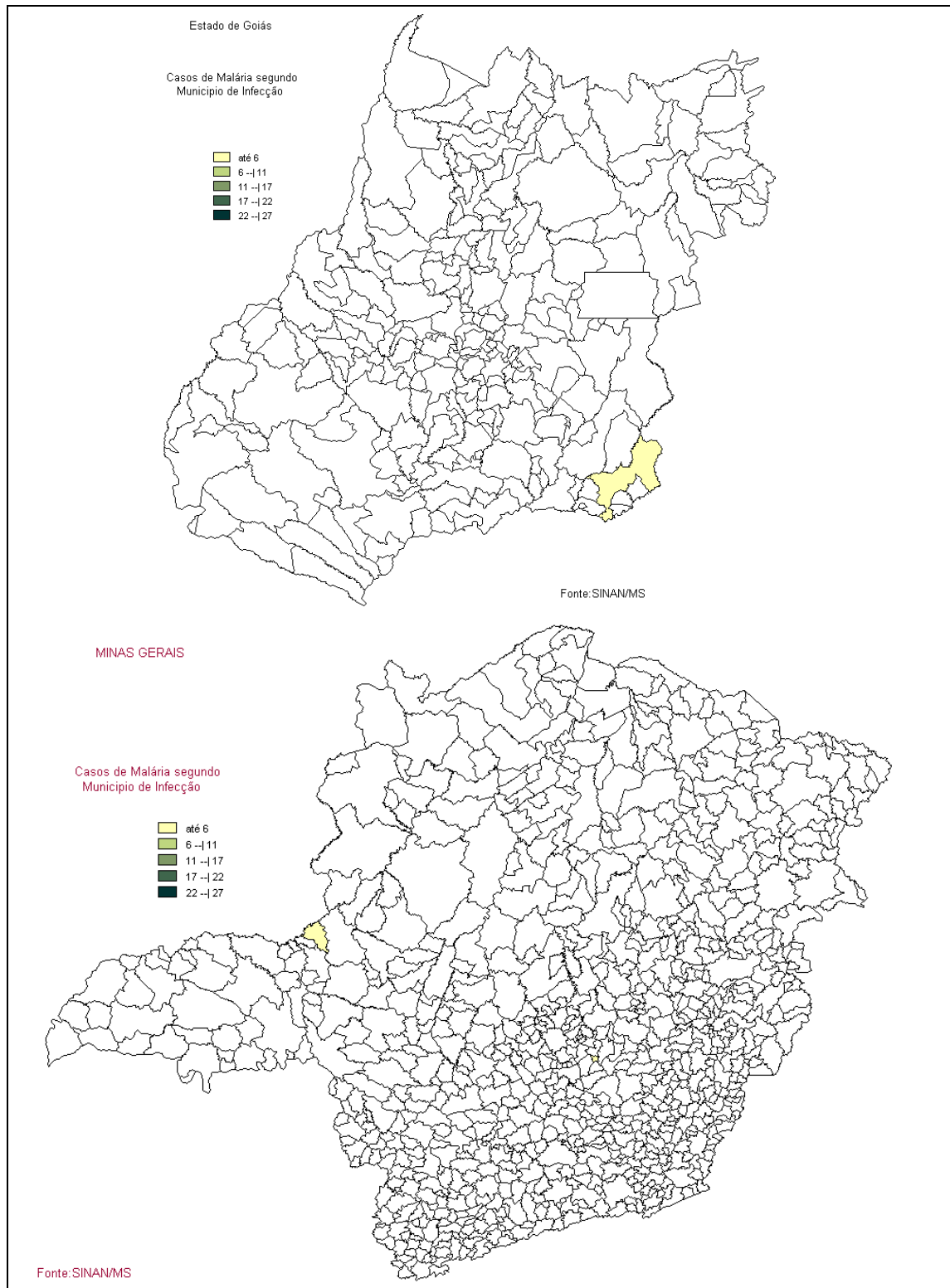


Figura 8.3-1 - Distribuição espacial dos casos de malária na All Extra Amazônia segundo município de infecção do Plasmodium sp. na LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, media dos anos de 2007 a 2009

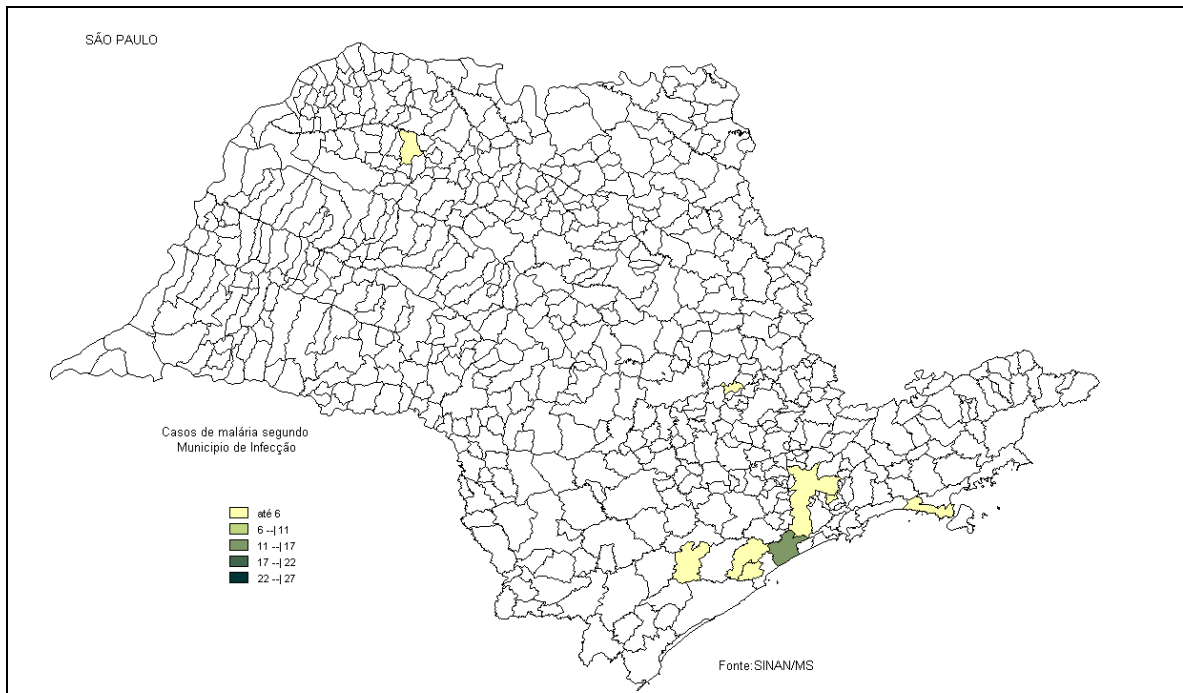


Figura 8.1.3-2 - Distribuição espacial dos casos de malária extra Amazônia segundo município de infecção do Plasmodium sp. na LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, média dos anos de 2007 a 2009

9. A ESTRUTURA DE ATENÇÃO À SAÚDE

A análise e os dados da infraestrutura de atenção à saúde no AII e AID da LT foram construídos a partir de dados secundários disponíveis nas bases de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do Ministério da Saúde no endereço eletrônico www.datasus.gov.br.

Foram utilizados os parâmetros constantes na Portaria GM/MS 1001/2002 como eixo norteador para a análise dos dados e sua suficiência considerando o contexto legal do processo de Pactuação Pactuada Integrada – PPI da Assistência, coordenado pelo Ministério da Saúde.

9.1 DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A disponibilidade e a suficiência de profissionais de saúde é considerada estratégica para avaliar a atenção à saúde a uma dada população. A disponibilidade de profissionais médicos por habitante pode ser considerado um indicador de profissionais de saúde não excluindo a importância estrutural das demais categorias profissionais no processo de atenção à saúde.

É possível inferir que a disponibilidade desse profissional com suficiência para atender a população mostra a capacidade potencial de um serviço em atender a sua demanda

por atenção à saúde pressupondo uma dada organização da atenção que inclui outros profissionais no processo. Por outro lado, a sua insuficiência também pode ser indicativa de uma organização de atenção deficitária, daí este indicador ser bastante utilizado para medir a disponibilidade com suficiência de profissionais de saúde para uma dada população.

Porém, torna-se importante ressaltar que este indicador também apresenta limitações no seu uso. Dois aspectos dessas limitações são importantes ressaltar. O primeiro, a exemplo de municípios pólos ou sedes de regiões de saúde que atuam como referência no sistema para os municípios menores ou sem adequada infraestrutura cujos profissionais existentes atende além da população residente também a população referenciada. Neste caso, o denominador encontra-se subestimado, pois a contingente populacional é maior do que os residentes apenas e, resultará em superestimação do indicador.

Outro aspecto trata-se do número de médicos cadastrados no CNES, pois um mesmo médico pode estar cadastrado para atuação em mais de uma especialidade, podendo ser computado mais de uma vez quando somadas as categorias profissionais e/ou ocupação superestimando o número de profissionais médicos disponíveis.

Na AII e AID da LT ao observarmos a distribuição de profissionais de saúde de nível superior (**Quadro 9.1-1**) verificamos que vinte e um municípios (23,9%) ultrapassam o parâmetro de 01 medico/1000 hab. Os demais, cerca de 2/3 dos municípios apresentam insuficiência de médicos para a atenção à saúde de sua população.

A concentração média de médicos para a AII como para a AID é de 1,3 médico/mil hab.. Para os Estados, observa-se insuficiência de profissionais médicos no Estado de Rondônia (0,8 médico/mil hab.) diferentemente dos outros Estados e Brasil (1,5 médico/mil hab.). O Estado de Goiás (2,7 médico/mil hab.) seguido de São Paulo (2,1 médico/mil hab.). Estes últimos têm como fatores atrativos para fixação desses profissionais a intensa urbanização (em especial em São Paulo) como as oportunidades vinculadas ao mercado de trabalho e desenvolvimento tecnológico e científico.

Quadro 9.1-1- Profissionais de saúde segundo categorias selecionadas segundo municípios, Estados e Áreas de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, dezembro de 2009.

IBGE	MUNICIPIO	Enfermeiro	%	Odontólogo	%	Medicos	%	Out. ocup.NU	%	Total	Medico / hab
352450	Jaci	12	15,2	7	8,9	27	34,2	33	41,8	79	5,5
510340	Cuiabá	503	15,2	417	12,6	1378	41,7	1004	30,4	3302	2,5
350320	Araraquara	145	12,1	295	24,6	385	32,1	373	31,1	1198	1,9
351550	Fernandópolis	69	17,5	75	19,0	124	31,5	126	32,0	394	1,9
355710	Votuporanga	63	16,8	54	14,4	139	37,1	119	31,7	375	1,6
110020	Porto Velho	249	17,7	162	11,5	563	40,1	430	30,6	1404	1,5
352070	Indiaporã	5	23,8	3	14,3	5	23,8	8	38,1	21	1,4
353030	Mirassol	23	12,6	24	13,1	77	42,1	59	32,2	183	1,4
353140	Monte Aprazível	11	17,2	9	14,1	25	39,1	19	29,7	64	1,3
521310	Mineiros	15	11,9	13	10,3	55	43,7	43	34,1	126	1,2
510760	Rondonópolis	131	20,7	91	14,4	204	32,2	207	32,7	633	1,2
317043	União de Minas	2	12,5	4	25,0	6	37,5	4	25,0	16	1,2
352270	Itápolis	14	10,9	25	19,5	49	38,3	40	31,3	128	1,2
510030	Alto Araguaia	8	17,0	9	19,1	13	27,7	17	36,2	47	1,1
354080	Potirendaba	8	17,0	7	14,9	17	36,2	15	31,9	47	1,1
110002	Ariquemes	31	16,0	22	11,3	90	46,4	51	26,3	194	1,0
521190	Jatá	31	11,4	65	24,0	87	32,1	88	32,5	271	1,0
353250	Neves Paulista	7	25,0	8	28,6	9	32,1	4	14,3	28	1,0
110006	Colorado do Oeste	7	18,9	1	2,7	17	45,9	12	32,4	37	1,0
510729	São José do Povo	2	28,6	1	14,3	3	42,9	1	14,3	7	1,0
353280	Nova Aliança	3	15,8	5	26,3	5	26,3	6	31,6	19	1,0
313440	Iturama	23	15,6	25	17,0	27	18,4	72	49,0	147	0,8
350520	Bariri	13	18,3	16	22,5	26	36,6	16	22,5	71	0,8
510775	Salto do Céu	2	33,3	1	16,7	2	33,3	1	16,7	6	0,8
350680	Bocaina	5	16,7	6	20,0	9	30,0	10	33,3	30	0,8
351940	Ibirá	7	24,1	4	13,8	8	27,6	10	34,5	29	0,8
510637	Pedra Preta	5	13,5	5	13,5	12	32,4	15	40,5	37	0,8
110012	Ji-Paraná	43	16,3	51	19,3	86	32,6	84	31,8	264	0,8
510267	Campo Verde	17	21,5	19	24,1	20	25,3	23	29,1	79	0,7
351685	Gavião Peixoto	3	30,0	1	10,0	3	30,0	3	30,0	10	0,7
520430	Caçu	7	19,4	6	16,7	7	19,4	16	44,4	36	0,7
355600	Urupês	5	14,7	7	20,6	8	23,5	14	41,2	34	0,6
510715	Reserva do Cabaçal	2	18,2	1	9,1	1	9,1	7	63,6	11	0,6
350670	Boa Esperança do Sul	7	17,9	10	25,6	9	23,1	13	33,3	39	0,6
510618	Nova Lacerda	2	20,0	2	20,0	3	30,0	3	30,0	10	0,6
355270	Tabatinga	8	15,7	21	41,2	9	17,6	13	25,5	51	0,6
510170	Barra do Bugres	10	16,4	7	11,5	20	32,8	24	39,3	61	0,6
510523	Lambari D'Oeste	2	20,0	2	20,0	2	20,0	4	40,0	10	0,6
510835	Vale de São Domingos	2	28,6	1	14,3	2	28,6	2	28,6	7	0,6
110040	Alto Paraíso	4	21,1	1	5,3	10	52,6	4	21,1	19	0,6
522050	Serranópolis	3	27,3	2	18,2	3	27,3	3	27,3	11	0,6
315980	Santa Vitória	6	13,0	9	19,6	9	19,6	22	47,8	46	0,6
110060	Cacaulândia	3	30,0	2	20,0	3	30,0	2	20,0	10	0,5
110018	Pimenta Bueno	12	21,4	9	16,1	17	30,4	18	32,1	56	0,5
352190	Itajobi	7	16,7	9	21,4	8	19,0	18	42,9	42	0,5
110028	Rolim de Moura	22	26,8	9	11,0	26	31,7	25	30,5	82	0,5
110015	Ouro Preto do Oeste	16	21,6	12	16,2	21	28,4	25	33,8	74	0,5
110011	Jaru	17	17,0	26	26,0	28	28,0	29	29,0	100	0,5
110090	Castanheiras	2	25,0	2	25,0	2	25,0	2	25,0	8	0,5
...continua											

...continua											
IBGE	MUNICIPIO	Enfermeiro	%	Odontólogo	%	Medicos	%	Out. ocup.NU	%	Total	Medico / hab
510010	Acorizal	2	25,0	1	12,5	3	37,5	2	25,0	8	0,5
510125	Araputanga	7	21,2	6	18,2	7	21,2	13	39,4	33	0,5
351800	Guarani d'Oeste	2	22,2	1	11,1	1	11,1	5	55,6	9	0,5
510675	Pontes e Lacerda	14	16,3	21	24,4	20	23,3	31	36,0	86	0,5
510420	Guiratinga	7	21,9	9	28,1	5	15,6	11	34,4	32	0,5
353290	Nova Europa	5	23,8	3	14,3	4	19,0	9	42,9	21	0,4
510330	Comodoro	8	22,2	5	13,9	9	25,0	14	38,9	36	0,4
510720	Rio Branco	3	25,0	2	16,7	2	16,7	5	41,7	12	0,4
353475	Ouroeste	7	25,9	8	29,6	3	11,1	9	33,3	27	0,4
353990	Poloni	1	8,3	3	25,0	2	16,7	6	50,0	12	0,4
510500	Jauru	5	20,0	7	28,0	5	20,0	8	32,0	25	0,4
510520	Juscimeira	6	33,3	2	11,1	5	27,8	5	27,8	18	0,4
313862	Limeira do Oeste	2	16,7	4	33,3	2	16,7	4	33,3	12	0,4
521940	Santa Rita do Araguaia	2	28,6	1	14,3	2	28,6	2	28,6	7	0,4
510040	Alto Garças	5	20,8	7	29,2	3	12,5	9	37,5	24	0,4
510700	Poxoréo	6	21,4	6	21,4	6	21,4	10	35,7	28	0,4
510480	Jaciara	12	17,1	12	17,1	10	14,3	36	51,4	70	0,4
352200	Itaju	2	20,0	3	30,0	1	10,0	4	40,0	10	0,3
110014	Nova Brasilândia D'Oes	6	22,2	5	18,5	6	22,2	10	37,0	27	0,3
110145	Parecis	2	50,0	1	25,0	1	25,0	0	0,0	4	0,3
510770	Rosário Oeste	6	28,6	3	14,3	5	23,8	7	33,3	21	0,3
110080	Candeias do Jamari	4	22,2	7	38,9	5	27,8	2	11,1	18	0,3
110003	Cabixi	2	25,0	2	25,0	2	25,0	2	25,0	8	0,3
352960	Meridiano	2	11,8	4	23,5	1	5,9	10	58,8	17	0,2
510490	Jangada	3	30,0	2	20,0	2	20,0	3	30,0	10	0,2
110147	Primavera de Rondônia	3	42,9	2	28,6	1	14,3	1	14,3	7	0,2
110025	Presidente Médici	9	33,3	4	14,8	5	18,5	9	33,3	27	0,2
510780	Santo Ant.Leverger	10	40,0	4	16,0	3	12,0	8	32,0	25	0,2
510050	Alto Paraguai	5	41,7	3	25,0	1	8,3	3	25,0	12	0,2
355610	Valentim Gentil	5	31,3	3	18,8	2	12,5	6	37,5	16	0,2
110155	Teixeirópolis	2	28,6	2	28,6	1	14,3	2	28,6	7	0,2
110092	Chupinguaia	2	25,0	0	0,0	1	12,5	5	62,5	8	0,1
510550	Vila Bela Sant.Trindade	6	35,3	3	17,6	2	11,8	6	35,3	17	0,1
110007	Corumbiara	6	50,0	4	33,3	1	8,3	1	8,3	12	0,1
352820	Macedônia	2	18,2	5	45,5	0	0,0	4	36,4	11	0,0
352885	Marapoama	1	14,3	1	14,3	0	0,0	5	71,4	7	0,0
353690	Pedranópolis	2	28,6	1	14,3	0	0,0	4	57,1	7	0,0
110148	São Felipe D'Oeste	3	50,0	0	0,0	0	0,0	3	50,0	6	0,0
355130	Sebastianópolis do Sul	2	22,2	2	22,2	0	0,0	5	55,6	9	0,0
	All	1773	16,6	1722	16,1	3788	35,4	3416	31,9	10699	1,3
	AID	1746	16,6	1687	16,0	3743	35,5	3373	32,0	10549	1,3
Estado	Rondonia	666	20,1	488	14,7	1169	35,2	995	30,0	3318	0,8
Estado	Minas Gerais	11874	15,7	12637	16,7	28743	38,0	22399	29,6	75653	1,6
Estado	São Paulo	30263	16,8	24574	13,7	76853	42,7	48122	26,8	2E+05	2,1
Estado	Mato Grosso	1666	18,8	1360	15,3	2891	32,6	2950	33,3	8867	1,2
Estado	Goias	5221	15,4	6314	18,6	13690	40,4	8638	25,5	33863	2,7
	Brasil	117913	17,8	96932	14,7	262702	39,7	183819	27,8	7E+05	1,5

Fonte: CNES/MS Data de acesso: 12/03/2010

9.2 DISPONIBILIDADE DE RECURSOS TECNOLÓGICOS (EQUIPAMENTOS)

A disponibilidade de recursos tecnológicos (equipamentos) na AII da LT segundo equipamentos registrados pelos municípios no CNES mostra que o Estado de São Paulo (44,4%), Mato Grosso (37,4%) e Minas Gerais (30,6%) são os Estados que proporcionalmente apresentam maior estrutura tecnológica para o suporte e manutenção da vida. Os Estados de Goiás (29,3%) e Rondônia (28,7%) e a AID e AII (37,6%) situaram-se abaixo destes Estados (**Figura 9.2-1**).

Estes Estados, bem como a AID e AII (10,2 e 10,1%) apresentaram participação mais elevada em equipamentos de diagnóstico por imagem (radiologia, ultra-sonografia entre outros) e infraestrutura (geradores de energia, por exemplo) do que os demais Estados.

A disponibilidade de tecnologia em equipamentos é muito dependente do nível de atenção (intensamente utilizada no nível terciário de atenção) desenvolvido pelo sistema de saúde no nível local, regional e estadual e cresce à medida da complexidade dos serviços oferecidos (**Quadro 9.2-1**).

Os dados apresentados não tem por objetivo avaliar a suficiência de tecnologia na AII e sim demonstrar um panorama da AII em relação à tecnologia (equipamentos) disponíveis. Dentre os municípios da AII não registraram no CNES nenhum equipamento de Manutenção da Vida na sua estrutura de Atenção à Saúde estão:

- Castanheiras, Chupinguaia e Parecis no Estado de Rondônia;
- Sebastianópolis do Sul no Estado de São Paulo;
- Acorizal, Alto das Garças, Jangada, Nova Lacerda, Reserva do Cabaçal, São Jose do Povo, Santa Rita do Araguaia no Estado de Mato Grosso e
- Serranópolis no Estado de Goiás.

É importante ainda ressaltar que os dados do CNES são atualizados mensalmente por todos os municípios do país e, que a não atualização pode implicar perdas financeiras aos municípios no recebimento de recursos. Logo, eventuais omissões ou erros na sua alimentação tem sempre como origem os dados fornecidos pelo sistema municipal de saúde.

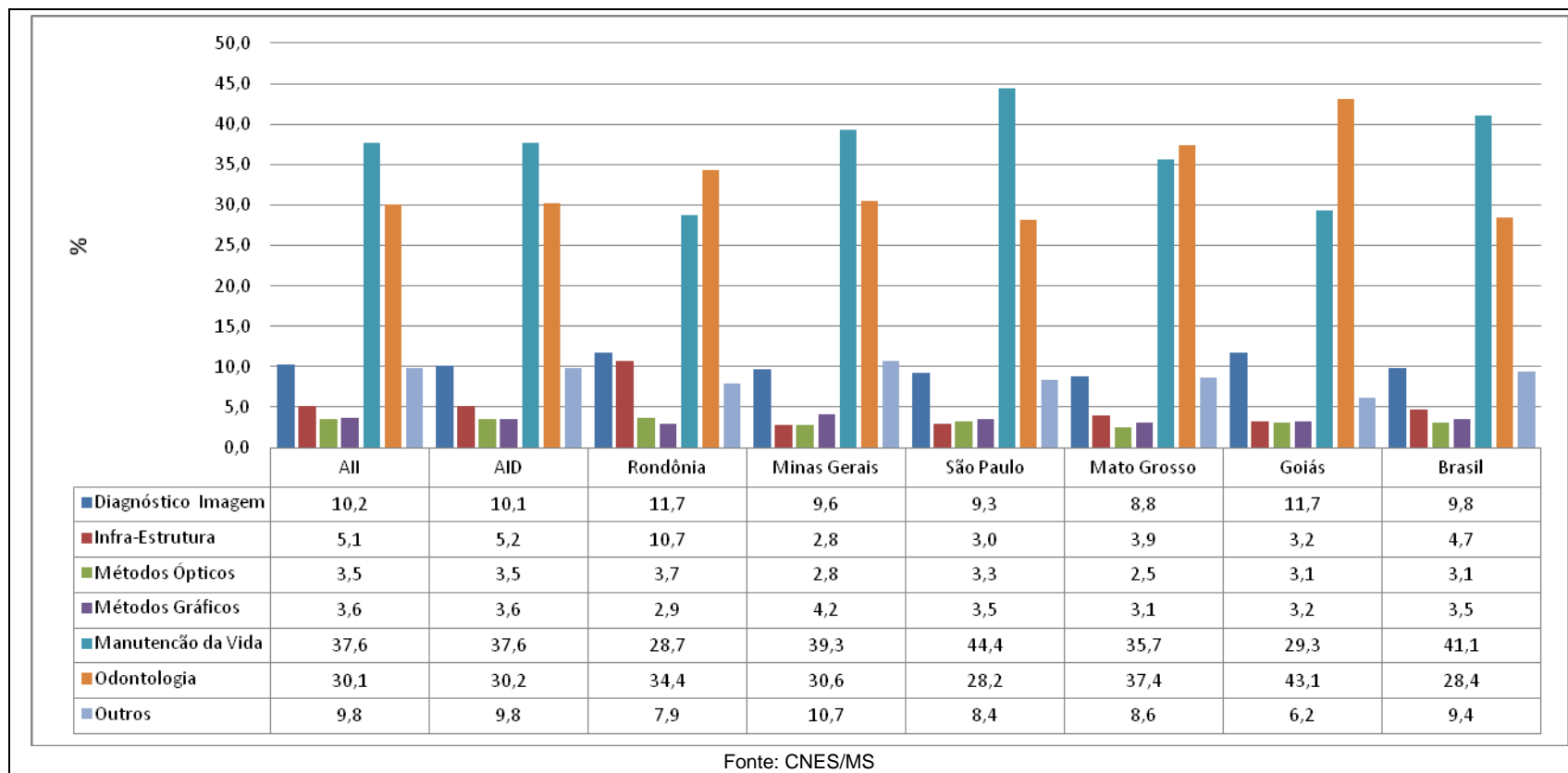


Figura 9.2-1- Proporção (%) equipamentos segundo Grupo nos Serviços de Atenção à Saúde da AII da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, dezembro de 2009.

**Quadro 9.2-1 – Recursos Tecnológicos (Equipamentos) disponíveis no Sistema de Saúde (nº e %)
segundo Grupo de Equipamentos na All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, dezembro de 2009.**

IBGE	Município	Diag.Imagem	%	Infra-Estrut.	%	Mét. Ópticos	%	Mét. Gráficos	%	Mant. Vida	%	Odont.	%	Outros	%	Total
110040	Alto Paraíso	1	8,3	4	33,3	0	0,0	1	8,3	4	33,3	2	16,7	0	0,0	12
110002	Ariquemes	40	14,7	14	5,1	17	6,3	11	4,0	107	39,3	48	17,6	35	12,9	272
110003	Cabixi	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	57,1	2	28,6	0	0,0	7
110060	Cacaulândia	1	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	55,6	3	33,3	0	0,0	9
110080	Candeias do Jamari	1	5,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	31,6	12	63,2	0	0,0	19
110090	Castanheiras	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	33,3	3	50,0	6
110092	Chupinguaia	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	2
110006	Colorado do Oeste	3	20,0	3	20,0	0	0,0	1	6,7	7	46,7	1	6,7	0	0,0	15
110007	Corumbiara	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	25,0	5	62,5	0	0,0	8
110011	Jaru	19	10,5	20	11,0	22	12,2	5	2,8	16	8,8	86	47,5	13	7,2	181
110012	Ji-Paraná	78	13,1	73	12,3	27	4,5	27	4,5	204	34,3	141	23,7	44	7,4	594
110014	N.Brasilândia D'Oeste	5	8,9	2	3,6	0	0,0	1	1,8	16	28,6	23	41,1	9	16,1	56
110015	Ouro Preto do Oeste	12	8,3	5	3,5	9	6,3	8	5,6	45	31,3	59	41,0	6	4,2	144
110145	Parecis	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	87,5	0	0,0	8
110018	Pimenta Bueno	9	17,6	7	13,7	0	0,0	1	2,0	24	47,1	8	15,7	2	3,9	51
110020	Porto Velho	199	11,8	185	11,0	74	4,4	49	2,9	596	35,3	450	26,7	134	7,9	1687
110025	Presidente Médici	5	12,2	3	7,3	0	0,0	2	4,9	7	17,1	20	48,8	4	9,8	41
110147	Primav. Rondônia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	12,5	2	25,0	5	62,5	0	0,0	8
110028	Rolim de Moura	28	33,7	7	8,4	2	2,4	5	6,0	21	25,3	13	15,7	7	8,4	83
110148	São Felipe D'Oeste	1	7,7	1	7,7	0	0,0	0	0,0	4	30,8	7	53,8	0	0,0	13
110155	Teixeirópolis	0	0,0	1	5,6	0	0,0	0	0,0	7	38,9	10	55,6	0	0,0	18
313440	Iturama	13	16,7	0	0,0	4	5,1	7	9,0	5	6,4	30	38,5	19	24,4	78
313862	Limeira do Oeste	0	0,0	0	0,0	1	5,3	1	5,3	8	42,1	4	21,1	5	26,3	19
315980	Santa Vitória	7	15,9	0	0,0	0	0,0	3	6,8	17	38,6	12	27,3	5	11,4	44
317043	União de Minas	3	13,6	1	4,5	1	4,5	1	4,5	14	63,6	2	9,1	0	0,0	22
350320	Araraquara	216	11,7	17	0,9	75	4,1	49	2,7	649	35,3	660	35,9	173	9,4	1839

IBGE	Município	Diag.Imagem	%	Infra-Estrut.	%	Mét. Ópticos	%	Mét. Gráficos	%	Mant. Vida	%	Odont.	%	Outros	%	Total
350520	Bariri	13	18,6	1	1,4	3	4,3	8	11,4	28	40,0	10	14,3	7	10,0	70
350670	Boa Esperança do Sul	4	13,3	0	0,0	0	0,0	6	20,0	9	30,0	7	23,3	4	13,3	30
350680	Bocaina	6	19,4	0	0,0	0	0,0	1	3,2	15	48,4	6	19,4	3	9,7	31
351550	Fernandópolis	76	13,2	7	1,2	25	4,3	19	3,3	142	24,7	201	34,9	106	18,4	576
351685	Gavião Peixoto	1	5,9	0	0,0	0	0,0	1	5,9	6	35,3	6	35,3	3	17,6	17
351800	Guarani d'Oeste	2	20,0	0	0,0	0	0,0	1	10,0	2	20,0	1	10,0	4	40,0	10
351940	Ibirá	9	10,0	0	0,0	1	1,1	3	3,3	15	16,7	60	66,7	2	2,2	90
352070	Indiaporã	5	10,2	1	2,0	1	2,0	2	4,1	34	69,4	1	2,0	5	10,2	49
352190	Itajobi	8	16,7	0	0,0	0	0,0	4	8,3	16	33,3	12	25,0	8	16,7	48
352200	Itaju	1	9,1	0	0,0	0	0,0	1	9,1	2	18,2	6	54,5	1	9,1	11
352270	Itápolis	32	16,6	0	0,0	6	3,1	9	4,7	60	31,1	52	26,9	34	17,6	193
352450	Jaci	5	10,0	1	2,0	1	2,0	2	4,0	21	42,0	12	24,0	8	16,0	50
352820	Macedônia	2	7,4	0	0,0	0	0,0	1	3,7	2	7,4	20	74,1	2	7,4	27
352885	Marapoama	2	18,2	0	0,0	0	0,0	1	9,1	2	18,2	1	9,1	5	45,5	11
352960	Meridiano	1	8,3	0	0,0	0	0,0	1	8,3	2	16,7	4	33,3	4	33,3	12
353030	Mirassol	24	12,2	8	4,1	8	4,1	7	3,6	61	31,0	46	23,4	43	21,8	197
353140	Monte Aprazível	7	7,2	1	1,0	1	1,0	9	9,3	26	26,8	23	23,7	30	30,9	97
353250	Neves Paulista	3	13,0	0	0,0	0	0,0	2	8,7	8	34,8	7	30,4	3	13,0	23
353280	Nova Aliança	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	10,5	4	21,1	5	26,3	8	42,1	19
353290	Nova Europa	5	12,8	1	2,6	0	0,0	5	12,8	19	48,7	3	7,7	6	15,4	39
353475	Ouroeste	7	19,4	1	2,8	0	0,0	4	11,1	19	52,8	2	5,6	3	8,3	36
353690	Pedranópolis	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	11,1	2	22,2	1	11,1	5	55,6	9
353990	Poloni	1	4,2	0	0,0	0	0,0	1	4,2	8	33,3	4	16,7	10	41,7	24
354080	Potirendaba	7	10,3	0	0,0	4	5,9	6	8,8	30	44,1	7	10,3	14	20,6	68
355130	Sebastianópolis do Sul	1	20,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	1	20,0	2	40,0	5
355270	Tabatinga	13	26,0	1	2,0	0	0,0	4	8,0	12	24,0	8	16,0	12	24,0	50
355600	Urupês	2	6,5	0	0,0	0	0,0	3	9,7	13	41,9	6	19,4	7	22,6	31
355610	Valentim Gentil	2	8,3	0	0,0	0	0,0	2	8,3	3	12,5	2	8,3	15	62,5	24

IBGE	Município	Diag.Imagem	%	Infra-Estrut.	%	Mét. Ópticos	%	Mét. Gráficos	%	Mant. Vida	%	Odont.	%	Outros	%	Total
355710	Votuporanga	59	7,7	84	11,0	22	2,9	20	2,6	184	24,0	259	33,8	138	18,0	766
510010	Acorizal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	2	66,7	3
510030	Alto Araguaia	7	33,3	1	4,8	0	0,0	1	4,8	3	14,3	7	33,3	2	9,5	21
510040	Alto Garças	3	15,8	0	0,0	1	5,3	1	5,3	0	0,0	13	68,4	1	5,3	19
510050	Alto Paraguai	1	7,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	53,8	2	15,4	3	23,1	13
510267	Campo Verde	5	8,1	1	1,6	1	1,6	2	3,2	9	14,5	33	53,2	11	17,7	62
510330	Comodoro	8	13,3	2	3,3	0	0,0	0	0,0	10	16,7	38	63,3	2	3,3	60
510340	Cuiabá	483	7,9	304	5,0	208	3,4	228	3,7	2933	47,9	1525	24,9	439	7,2	6120
510420	Guiratinga	10	27,8	0	0,0	0	0,0	2	5,6	7	19,4	12	33,3	5	13,9	36
510480	Jaciara	12	18,2	5	7,6	4	6,1	2	3,0	16	24,2	15	22,7	12	18,2	66
510490	Jangada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	85,7	1	14,3	7
510500	Jauru	5	8,9	1	1,8	0	0,0	0	0,0	7	12,5	36	64,3	7	12,5	56
510520	Juscimeira	3	11,5	1	3,8	0	0,0	1	3,8	3	11,5	9	34,6	9	34,6	26
510523	Lambari D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	28,6	2	28,6	3	42,9	7
510618	Nova Lacerda	3	37,5	1	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	37,5	1	12,5	8
510637	Pedra Preta	2	11,1	0	0,0	0	0,0	1	5,6	9	50,0	2	11,1	4	22,2	18
510675	Pontes e Lacerda	14	8,1	11	6,4	1	0,6	2	1,2	31	17,9	108	62,4	6	3,5	173
510700	Poxoréo	2	3,8	2	3,8	0	0,0	2	3,8	34	64,2	9	17,0	4	7,5	53
510715	Reserva do Cabaçal	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	33,3	3	50,0	6
510720	Rio Branco	1	7,1	0	0,0	0	0,0	1	7,1	4	28,6	1	7,1	7	50,0	14
510760	Rondonópolis	113	9,3	29	2,4	27	2,2	29	2,4	394	32,5	548	45,2	73	6,0	1213
510770	Rosário Oeste	2	5,1	1	2,6	0	0,0	3	7,7	6	15,4	19	48,7	8	20,5	39
510775	Salto do Céu	2	11,8	1	5,9	0	0,0	1	5,9	4	23,5	6	35,3	3	17,6	17
510780	Sto Antônio Leverger	1	3,7	1	3,7	0	0,0	0	0,0	2	7,4	22	81,5	1	3,7	27
510729	São José do Povo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0	2
510835	Vale de São Domingos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	25,0	2	25,0	4	50,0	8
510550	Vila Bela S. Trindade	1	4,2	1	4,2	0	0,0	0	0,0	5	20,8	13	54,2	4	16,7	24
520430	Caçu	2	3,3	17	28,3	2	3,3	2	3,3	20	33,3	17	28,3	0	0,0	60

IBGE	Município	Diag.Imagem	%	Infra-Estrut.	%	Mét. Ópticos	%	Mét. Gráficos	%	Mant. Vida	%	Odont.	%	Outros	%	Total
521190	Jataí	17	8,9	7	3,7	6	3,1	11	5,8	63	33,0	69	36,1	18	9,4	191
521310	Mineiros	34	14,9	14	6,1	22	9,6	9	3,9	106	46,5	30	13,2	13	5,7	228
521940	Sta Rita Araguaia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0	0	0,0	4
522050	Serranópolis	1	20,0	1	20,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	2	40,0	0	0,0	5
	All	1693	10,2	853	5,1	579	3,5	602	3,6	6240	37,6	4998	30,1	1623	9,8	16588
	AID	1669	10,1	852	5,2	576	3,5	586	3,6	6186	37,6	4969	30,2	1608	9,8	16446
Estado	Rondônia	587	12	534	10,7	185	3,7	147	2,9	1436	28,7	1720	34,4	398	7,9	5007
Estado	Minas Gerais	9709	9,6	2859	2,8	2798	2,8	4192	4,2	39528	39,3	30777	30,6	10813	10,7	100676
Estado	São Paulo	25929	9,3	8290	3,0	9160	3,3	9923	3,5	124461	44,4	79057	28,2	23447	8,4	280267
Estado	Mato Grosso	1415	8,8	630	3,9	398	2,5	500	3,1	5725	35,7	6003	37,4	1383	8,6	16054
Estado	Goiás	2886	12	802	3,2	773	3,1	802	3,2	7254	29,3	10660	43,1	1540	6,2	24717
	Brasil	93093	9,8	44609	4,7	29718	3,1	33098	3,5	389826	41,1	269240	28,4	88766	9,4	948350

Fonte: CNES/MS Data de acesso:12/03/2010

9.3 DISPONIBILIDADE DE LEITOS HOSPITALARES (SUS E NÃO SUS)

A disponibilidade de leitos hospitalares e de profissionais de saúde numa dada população configuram a estrutura existente de oferta de atenção enquanto a cobertura assistencial de ações como internações hospitalares configura-se como resultados do desenvolvimento das práticas de saúde com os recursos de infraestrutura disponibilizados.

Já a cobertura de atenção hospitalar através das internações hospitalares mostra a relação entre a oferta dos serviços de saúde frente à demanda por atenção à saúde hospitalar de uma dada população. Um número excessivo de internações pode indicar internações evitáveis, atenção primária deficiente cuja conseqüência é piora do quadro clínico ou o perfil epidemiológico da população, pois determinadas patologias e/ou agravos demandam maior proporção de assistência hospitalar que outras.

Ao contrário, um número reduzido de internações hospitalares pode indicar dificuldades de acesso, baixa concentração de profissionais de saúde e, ainda, invasão de pacientes de outros municípios.

O indicador de leitos hospitalares é um indicador clássico bastante utilizado para medir a oferta de serviços de saúde hospitalares, porém num sistema de saúde como o brasileiro em que o país apresenta um território com dimensões continentais e, a organização dos serviços de atenção é regionalizada e hierarquizada a disponibilidade de leitos hospitalares não abrange somente a população residente, mas sim também a população referenciada. Na escala nacional e estadual esse indicador apresenta baixa distorção porém na escala municipal este precisa ser analisado com cuidado quando o objetivo é concluir sua suficiência ou não.

No total de leitos hospitalares disponíveis na All da LT, à exceção de Goiás (4,9) a concentração de leitos a cada mil hab. foi de 2,5 a 2,8 e está dentro dos parâmetros estimados pelo Ministério da Saúde na PT GM/MS 1101/2002 (2,5 a 3,0 leitos hospitalares a cada mil hab.), **Quadro 9.3-1**.

Na observação da disponibilidade de leitos por município observou-se que 23 municípios (25,8%) não registraram oferta de leitos hospitalares pressupondo que as necessidades de urgência/emergência ocorridas no seu território serão encaminhadas a municípios de referencia do sistema, fato este que deve ser para o PACM e Programa de Saúde do empreendimento. São eles:

- Candeias do Jamari e Primavera de Rondônia no Estado de Rondônia;
- Limeira do Oeste em Minas Gerais;
- Gavião Peixoto, Guarani D'Este, Itaju, Macedônia, Marapoama, Meridiano, Nova Aliança, Pedranópolis, Poloni, Sebastianópolis do Sul e Valentim Gentil no Estado de São Paulo e
- Acorizal, Alto Garças, Jangada e Lambari d'Este, Nova Laceria, Reserva do Cabaçal, São José do Povo, Vale de São Domingos e Santa Rita do Araguaia no Mato Grosso.

Os municípios de Jaci (36,2%) e Indiaporã (11,0%) apresentaram uma concentração de leitos bastante além da média estadual e, das necessidades de saúde de uma população. Nos dados específicos do CNES observou-se que estes dois municípios apresentam um quantitativo de leitos destinados a doenças crônicas que pode estar relacionados a serviços de referência a patologias que exigem internação prolongada e que no SUS são denominadas como Fora de Possibilidade Terapêutica (FTP).

**Quadro 9.3-1 - Leitos hospitalares segundo tipo de leito na AII da
LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01, dezembro de 2009.**

IBGE	Municípios	Cirurg.		Clínicos		Obstet.		Pediat.		Outras Espec.		Hosp. / dia		Leitos / hab.	
			%		%		%		%		%		%	Total	hab.
352450	Jaci	10	5,7	33	18,8	2	1,1	3	1,7	128	72,7	0	0,0	176	36,2
352070	Indiaporã	6	15,8	19	50,0	8	21,1	5	13,2	0	0,0	0	0,0	38	11,0
510030	Alto Araguaia	12	11,3	47	44,3	23	21,7	24	22,6	0	0,0	0	0,0	106	8,9
510050	Alto Paraguai	5	12,2	18	43,9	10	24,4	8	19,5	0	0,0	0	0,0	41	7,8
522050	Serranópolis	2	10,0	7	35,0	5	25,0	5	25,0	1	5,0	0	0,0	20	6,3
315980	Santa Vitória	4	12,5	19	59,4	5	15,6	4	12,5	0	0,0	0	0,0	32	5,8
510775	Salto do Céu	3	21,4	3	21,4	3	21,4	5	35,7	0	0,0	0	0,0	14	5,7
353475	Duroeste	8	20,5	20	51,3	4	10,3	7	17,9	0	0,0	0	0,0	39	5,2
510700	Poxoréo	17	19,5	29	33,3	14	16,1	24	27,6	3	3,4	0	0,0	87	5,2
110060	Cacaulândia	0	0,0	16	61,5	3	11,5	7	26,9	0	0,0	0	0,0	26	4,7
521310	Mineiros	59	27,4	62	28,8	60	27,9	34	15,8	0	0,0	0	0,0	215	4,7
510780	Sto Antônio Leverger	5	20,8	11	45,8	4	16,7	4	16,7	0	0,0	0	0,0	24	4,6
520430	Caçu	6	13,3	17	37,8	11	24,4	11	24,4	0	0,0	0	0,0	45	4,5
510720	Rio Branco	5	25,0	5	25,0	6	30,0	4	20,0	0	0,0	0	0,0	20	4,4
353140	Monte Aprazível	8	11,0	42	57,5	6	8,2	17	23,3	0	0,0	0	0,0	73	3,8
353250	Neves Paulista	0	0,0	28	80,0	2	5,7	5	14,3	0	0,0	0	0,0	35	3,7
510770	Rosário Oeste	8	12,7	35	55,6	11	17,5	9	14,3	0	0,0	0	0,0	63	3,6
110006	Colorado do Oeste	11	17,5	28	44,4	10	15,9	12	19,0	0	0,0	2	3,2	63	3,5
355710	Votuporanga	91	31,9	119	41,8	34	11,9	39	13,7	2	0,7	0	0,0	285	3,4
350680	Bocaina	2	5,7	21	60,0	6	17,1	6	17,1	0	0,0	0	0,0	35	3,1
110020	Porto Velho	358	30,4	397	33,7	182	15,4	178	15,1	54	4,6	9	0,8	1178	3,0
110015	Duro Preto do Oeste	42	34,7	38	31,4	24	19,8	17	14,0	0	0,0	0	0,0	121	3,0
350320	Araraquara	126	21,0	199	33,2	66	11,0	85	14,2	124	20,7	0	0,0	600	3,0
355600	Urupês	6	16,2	20	54,1	5	13,5	6	16,2	0	0,0	0	0,0	37	3,0
317043	União de Minas	3	20,0	6	40,0	3	20,0	3	20,0	0	0,0	0	0,0	15	2,9
510500	Jauru	9	24,3	18	48,6	4	10,8	6	16,2	0	0,0	0	0,0	37	2,9
510340	Cuiabá	619	39,5	413	26,3	148	9,4	247	15,7	136	8,7	6	0,4	1569	2,8
110003	Cabixi	0	0,0	16	80,0	0	0,0	4	20,0	0	0,0	0	0,0	20	2,7
351550	Fernandópolis	51	29,7	76	44,2	16	9,3	29	16,9	0	0,0	0	0,0	172	2,6
110145	Parecis	0	0,0	8	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	2,5
510760	Rondonópolis	127	30,2	99	23,6	43	10,2	56	13,3	87	20,7	8	1,9	420	2,4
110014	Nova Brasilândia D'Oeste	5	11,4	25	56,8	8	18,2	6	13,6	0	0,0	0	0,0	44	2,4
110028	Rolim de Moura	21	17,4	59	48,8	25	20,7	16	13,2	0	0,0	0	0,0	121	2,4
351940	Ibirá	4	16,7	12	50,0	5	20,8	3	12,5	0	0,0	0	0,0	24	2,4
352190	Itajobi	10	27,8	20	55,6	4	11,1	2	5,6	0	0,0	0	0,0	36	2,4
355270	Tabatinga	6	17,1	16	45,7	9	25,7	4	11,4	0	0,0	0	0,0	35	2,4
110092	Chupinguaia	0	0,0	12	75,0	4	25,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	2,3
510170	Barra do Bugres	14	17,9	31	39,7	12	15,4	19	24,4	2	2,6	0	0,0	78	2,3
521190	Jataí	38	19,0	73	36,5	20	10,0	19	9,5	50	25,0	0	0,0	200	2,3
110002	Ariquemes	69	34,0	52	25,6	47	23,2	34	16,7	1	0,5	0	0,0	203	2,3
510480	Jaciara	25	41,0	15	24,6	10	16,4	10	16,4	1	1,6	0	0,0	61	2,2
350520	Bariri	10	15,2	30	45,5	14	21,2	12	18,2	0	0,0	0	0,0	66	2,1

...continua

...continua

IBGE	Municípios	Cirurg.	%	Clínicos	%	Obstet.	%	Pediat.	%	Outras		Hosp.		Total	Leitos / hab.
										Espec.	%	/ dia	%		
510330	Comodoro	7	16,7	17	40,5	8	19,0	10	23,8	0	0,0	0	0,0	42	2,1
110018	Pimenta Bueno	6	9,2	20	30,8	25	38,5	14	21,5	0	0,0	0	0,0	65	2,1
510267	Campo Verde	12	21,8	19	34,5	13	23,6	11	20,0	0	0,0	0	0,0	55	2,1
110011	Jaru	14	12,2	53	46,1	27	23,5	19	16,5	2	1,7	0	0,0	115	2,0
110012	Ji-Paraná	83	35,8	63	27,2	54	23,3	29	12,5	3	1,3	0	0,0	232	2,0
110025	Presidente Médici	6	12,2	29	59,2	6	12,2	8	16,3	0	0,0	0	0,0	49	1,9
352270	Itápolis	21	26,3	40	50,0	14	17,5	4	5,0	1	1,3	0	0,0	80	1,9
510420	Guiratinga	4	20,0	5	25,0	6	30,0	5	25,0	0	0,0	0	0,0	20	1,8
510550	Vila Bela Sma Trindade	6	21,4	8	28,6	10	35,7	4	14,3	0	0,0	0	0,0	28	1,8
510675	Pontes e Lacerda	24	30,4	21	26,6	18	22,8	16	20,3	0	0,0	0	0,0	79	1,8
510637	Pedra Preta	8	28,6	7	25,0	6	21,4	7	25,0	0	0,0	0	0,0	28	1,8
354080	Potirendaba	8	28,6	10	35,7	7	25,0	3	10,7	0	0,0	0	0,0	28	1,8
110090	Castanheiras	0	0,0	4	57,1	3	42,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	1,7
353030	Mirassol	17	18,3	58	62,4	12	12,9	6	6,5	0	0,0	0	0,0	93	1,7
110007	Corumbiara	0	0,0	9	60,0	2	13,3	4	26,7	0	0,0	0	0,0	15	1,6
313440	Iturama	21	42,0	15	30,0	8	16,0	6	12,0	0	0,0	0	0,0	50	1,5
510520	Juscimeira	0	0,0	13	65,0	2	10,0	5	25,0	0	0,0	0	0,0	20	1,5
110155	Teixeirópolis	0	0,0	5	55,6	1	11,1	3	33,3	0	0,0	0	0,0	9	1,5
353290	Nova Europa	2	16,7	6	50,0	2	16,7	2	16,7	0	0,0	0	0,0	12	1,3
510125	Araputanga	5	26,3	5	26,3	5	26,3	4	21,1	0	0,0	0	0,0	19	1,3
350670	Boa Esperança do Sul	5	33,3	5	33,3	2	13,3	3	20,0	0	0,0	0	0,0	15	1,1
110148	São Felipe D'Oeste	0	0,0	16	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	16	1,0
110040	Alto Paraíso	0	0,0	15	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15	0,9
510010	Acorizal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510040	Alto Garças	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
110080	Candeias do Jamari	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
351685	Gavião Peixoto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
351800	Guarani d'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
352200	Itaju	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510490	Jangada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510523	Lambari D'Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
313862	Limeira do Oeste	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
352820	Macedônia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
352885	Marapoama	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
352960	Meridiano	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
353280	Nova Aliança	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510618	Nova Lacerda	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
353690	Pedranópolis	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
353990	Poloni	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
110147	Primavera de Rondônia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510715	Reserva do Cabaçal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510729	São José do Povo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
355130	Sebastianópolis do Sul	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
521940	Sta Rita Araguaia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
510835	Vale de São Domingos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
355610	Valentim Gentil	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
All		2054	27,1	2657	35,0	1107	14,6	1152	15,2	595	7,8	25	0,3	7590	2,6
AID		2037	27,3	2601	34,8	1085	14,5	1131	15,1	595	8,0	25	0,3	7474	2,6
Estado	Roraima	816	22,5	1440	39,7	674	18,6	617	17,0	65	1,8	13	0,4	3625	2,6
Estado	Minas Gerais	10409	23,6	16156	36,6	4936	11,2	5962	13,5	6015	13,6	620	1,4	44098	2,5
Estado	São Paulo	24981	25,4	28578	29,0	10789	11,0	10333	10,5	21319	21,7	2423	2,5	98423	2,7
Estado	Mato Grosso	1883	27,4	2312	33,7	1107	16,1	1244	18,1	261	3,8	53	0,8	6860	2,7
Estado	Goiás	6437	26,5	7694	31,7	3170	13,1	3409	14,0	3246	13,4	332	1,4	24288	4,9
	Brasil	116586	24,8	62318	13,3	68719	14,6	470223	100,0	68719	14,6	7911	1,7	470223	2,8

Fonte: CNES/MS

Data de acesso 10/02/2010

10. A REGIONALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ASSISTENCIAL À SAÚDE NA AII

Com o objetivo de contextualizar a infraestrutura organizacional de Atenção à Saúde na AII da LT, de forma sucinta a partir de documentos de planejamento e/ou avaliação institucional como o Plano de Saúde- PES, Plano Diretor de Regionalização - PDR e dados disponíveis pelas Secretarias de Estados da Saúde e Ministério da Saúde nos respectivos sítios eletrônicos institucionais foi descrito de forma sucinta as principais características da regionalização em cada Estado da AII.

10.1 O ESTADO DE RONDÔNIA

Segundo dados do PDR (**Figura 10.1-1**) o Estado de Rondônia encontra-se regionalizado em dez regiões de saúde e configuram o Plano Diretor de Regionalização do Estado com as seguintes Regiões de Saúde, a saber: (01) Ariquemes, (02) Cacoal, (03) Jaru, (04) Ji-Paraná, (05) Ouro Preto do Oeste, (06) Pimenta Bueno, (07) Porto Velho, (08) Alta Floresta do Oeste, (09) Rolim de Moura e (10) Vilhena. O atual PDR estadual em 2010 incorporará mais um pólo estadual (Cacoal) e, atualmente está composto por:

- 22 municípios satélites com Hospitais de Pequeno Porte.
- 30 municípios módulos assistenciais sendo: 18 municípios Módulos Assistência nível I, 12 municípios Módulos Assistência nível II, 10 municípios Pólos Micro Regionais de Saúde, 06 municípios Pólos Regionais e 01 município Pólo Estadual (capital)

A Rede Estadual de saúde é composta por 06 (seis) hospitais, sendo: quatro de grande porte, concentrados em Porto Velho e dois de médio porte, um no município de Buritis e outro no Distrito de Porto Velho, Extrema, na divisa com o Acre. Dispõe ainda de uma Unidade de Ambulatório Especializado.

Os hospitais de grande porte somam aproximadamente 700 leitos hospitalares ativos e sustentam a demanda de encaminhamento dos 52 municípios do Estado. Os serviços de Alta Complexidade compreendem os serviços de: **Litotripsia** em Vilhena, Cacoal, Ariquemes e Porto Velho. **As Unidades de Terapia Intensiva – UTI** estão situadas em Ji-Paraná (6 leitos), Ariquemes (8 leitos), Vilhena (6 leitos) e Porto Velho (52 leitos), **Quadros 10.1-1 e 10.1-2.**

Os serviços de **Terapia Renal Substitutiva - TRS** estão localizados em Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Porto Velho. **Os serviços de diagnose em imagem** (tomografia e ressonância magnética) se encontram em Vilhena, Cacoal e Porto Velho.

A criação do novo Pólo Regional de Cacoal possibilitará a incorporação ao sistema de 100 leitos (enfermaria adulta e pediátrica), UTI: 10 leitos adultos, 07 leitos pediátricos e 08 leitos para Unidade Semi-intensiva, Centro Cirúrgico (05 salas), Serviços de diagnóstico (radiologia e imagem), Ambulatório Especializado e Serviços de Regulação.

A implantação do ambulatório de referência e contra-referência para as ações de média e alta complexidade ambulatorial deve reduzir a demanda do interior do Estado em 50% da demanda do interior do Estado para a Capital de Porto Velho que será coberta pelo atendimento oferecido no Hospital Regional de Cacoal.

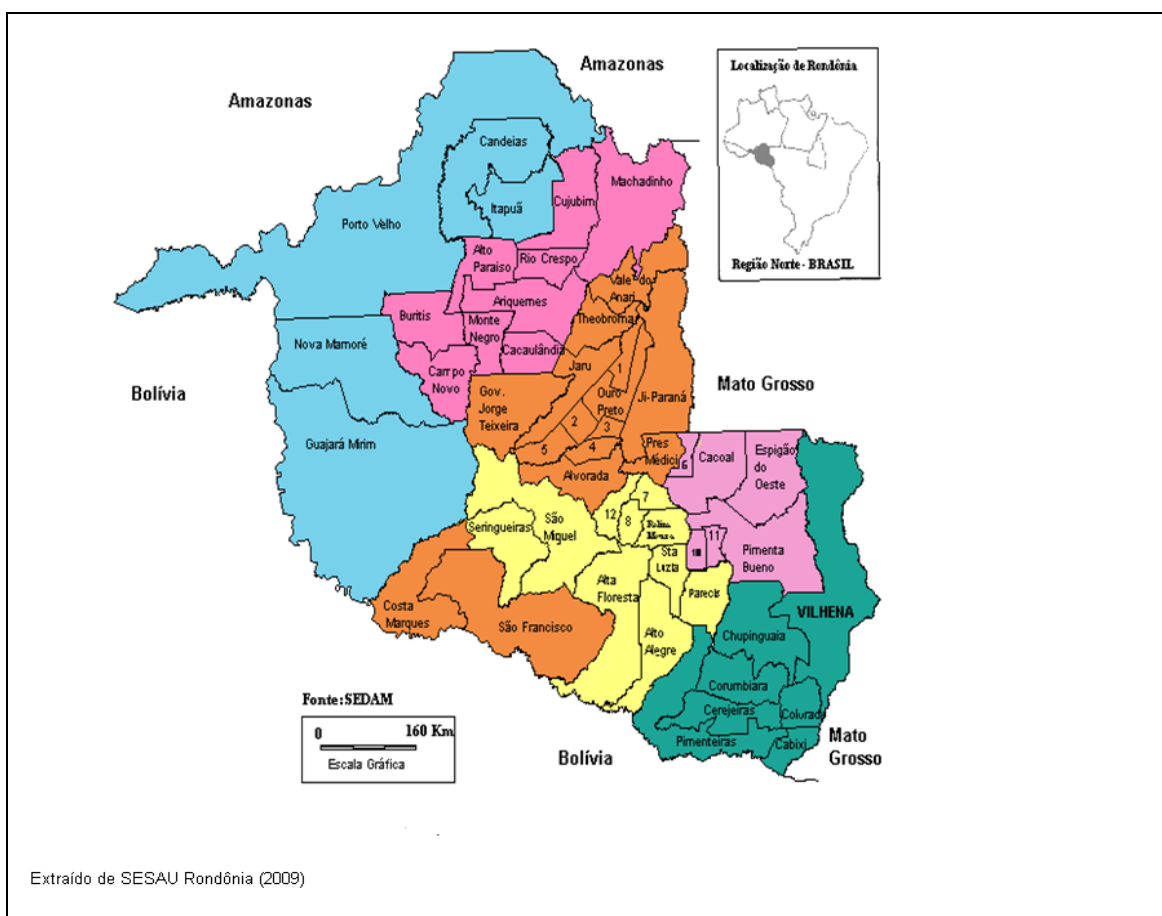


Figura 10.1-1 - Plano Diretor de Regionalização - PDR, Estado de Rondônia, 2009

Quadro 10.1-1 - Municípios Satélites com Hospitais de Pequeno Porte, PDR Estado de Rondônia, 2009

Municípios Satélites	Municípios Módulos Assistenciais	
01. Alto Alegre dos Parecis	01. Alta Floresta	16. Machadinho D'Oeste
02. Alto Paraíso	02. Alvorada D'Oeste	17. Monte Negro
03. Cabixi	03. Ariquemes	18. Nova Brasilândia
04. Cacaulândia	04. Buritis	19. Nova Mamoré
05. Campo Novo	05. Cacoal	20. Novo Horizonte
06. Candeias do Jamary	06. Cerejeiras	21. Ouro Preto do Oeste
07. Castanheiras	07. Costa Marques	22. Pimenta Bueno
08. Chupinguaia	08. Colorado D'Oeste	23. Porto Velho
09. Corumbiara	09. Espigão d'Oeste	24. Presidente Médici
10. Cujubim	10. Gov. Jorge Teixeira	25. Rolim de Moura
11. Itapuã D'Oeste	11. Guajará Mirim	26. Santa Luzia
12. Nova União	12. Jaru	27. São Francisco do Guaporé
13. Parecis	13. Ji-Paraná	28. São Miguel do Guaporé
14. Pimenteiras D'Oeste	14. Ministro Andreazza	29. Seringueiras
15. Primavera de Rondônia	15. Mirante da Serra	30. Vilhena
16. Rio Crespo		
17. São Felipe D'Oeste		
18. Teixeirópolis		
19. Theobroma		
20. Urupá		
21. Vale do Anari		
22. Vale do Paraíso		

Extraído de SESAU, Estado de Rondônia, (2009)

O processo de regionalização da assistência à saúde no Estado de Rondônia está normatizado pela Resolução CIB/RO nº 123 de 22/11/2007 que instituiu os Colegiados de Gestão Regionais, no âmbito do Estado de Rondônia e Resolução nº 123, de 22/11/2007 que instituiu os Colegiados de Gestão Regionais.

Quadro 10.1-2 - Regiões de Saúde do Estado de Rondônia, Plano Diretor de Regionalização Estadual.

Município	Município c/ Assistência em MC	Micro Região	Sede da Região	Pólo Estadual			
Vilhena	Vilhena	Vilhena	Vilhena	Porto Velho			
Chupinguaia							
Colorado D'Oeste	Colorado D'Oeste						
Cabixi							
Cerejeiras	Cerejeiras						
Pimenteiras							
Corumbiara							
Cacoal	Cacoal	Cacoal	Cacoal	Porto Velho			
Ministro Andreazza	Ministro Andreazza	Ministro Andreazza					
Pimenta Bueno	Pimenta Bueno	Pimenta Bueno					
Primavera de Rondônia	Primavera de Rondônia						
São Felipe	São Felipe	Espigão D Oeste	Pimenta Bueno				
Espigão D Oeste	Espigão D Oeste						
Alta Floresta D'Oeste	Alta Floresta D'Oeste	Alta Floresta D'Oeste	Rolim de Moura	Porto Velho			
Alto Alegre							
Rolim de Moura	Rolim de Moura	Rolim de Moura					
Castanheiras							
Novo Horizonte	Novo Horizonte						
Nova Brasilândia	Nova Brasilândia						
Santa Luzia	Santa Luzia						
Parecis							
Seringueiras	Seringueiras						
São Miguel	São Miguel						
Jaru	Jaru				Jaru	Ji-Paraná	Porto Velho
Theobroma							
Vale do Anary							
Gov. Jorge Teixeira							
Ouro Preto D'Oeste	Ouro Preto D'Oeste		Ouro Preto D'Oeste				
Teixeirópolis							
Vale do Paraíso							
Urupá							
Mirante da Serra							
Nova Uniao	Mirante da Serra	Ji-Paraná					
Ji-Paraná	Ji-Paraná						
Presidente Médici	Presidente Médici						
Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste						
São Francisco	São Francisco						
Costa Marques	Costa Marques	Porto Velho	Porto Velho				
Porto Velho	Porto Velho						
Candeias do Jamari							
Itapuã D'Oeste				Porto Velho			
Guajará Mirim				Guajará Mirim			
Nova Mamoré		Nova Mamoré					

Extraído de SESAU Rondônia, 2009

10.2 O ESTADO DE GOIÁS

Para a elaboração do Plano Diretor de Regionalização - PDR a SES/GO, **Figura 10.2-1** apontou as seguintes questões como fundamentais:

- A necessidade da desconcentração dos serviços de saúde.
- A estruturação de serviços de saúde na região do Entorno de Brasília.
- Os problemas e as pressões decorrentes do excesso de leitos hospitalares no Estado de Goiás.

Para a organização do PDR tomou como base de orientação as seguintes diretrizes para a reorganização dos serviços de saúde:

Município Módulo Assistencial	Atenção Básica (Saúde da Família) Média Complexidade 1 / Internações básicas em clínica médica, clínica pediátrica e obstétrica (parto normal)
Microrregiões	Pré Natal de Alto Risco Urgências
Regiões	Média Complexidade 2, 3 Internação Especializada Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Extraído do PDR/SES/GO

Os objetivos que nortearam a elaboração do PDR foram:

- Ordenar o processo de regionalização do Estado, conformando sistemas resolutivos de assistência à saúde, através da organização do Estado em regiões/microrregiões e módulos assistenciais, da conformação de redes hierarquizadas de serviços, e estabelecendo mecanismos e fluxos de referências intermunicipais com vistas a garantir a integralidade da assistência e o acesso da população aos serviços e ações de saúde de acordo com suas necessidades;
- Promover maior equidade na alocação de recursos;
- Estabelecer compromissos entre os gestores para atendimento das referências intermunicipais;
- Definir prioridades de intervenções coerentes com as necessidades da população;
- Promover a melhoria da qualidade da atenção e do acesso dos cidadãos, bem como assegurar o planejamento dos serviços, o mais próximo possível das comunidades a serem atendidas;
- Subsidiar o processo de qualificação das regiões e microrregiões;
- Garantir a melhor participação possível dos cidadãos na tomada de decisões e escolha das prioridades regionais e locais, na organização e gestão dos serviços.

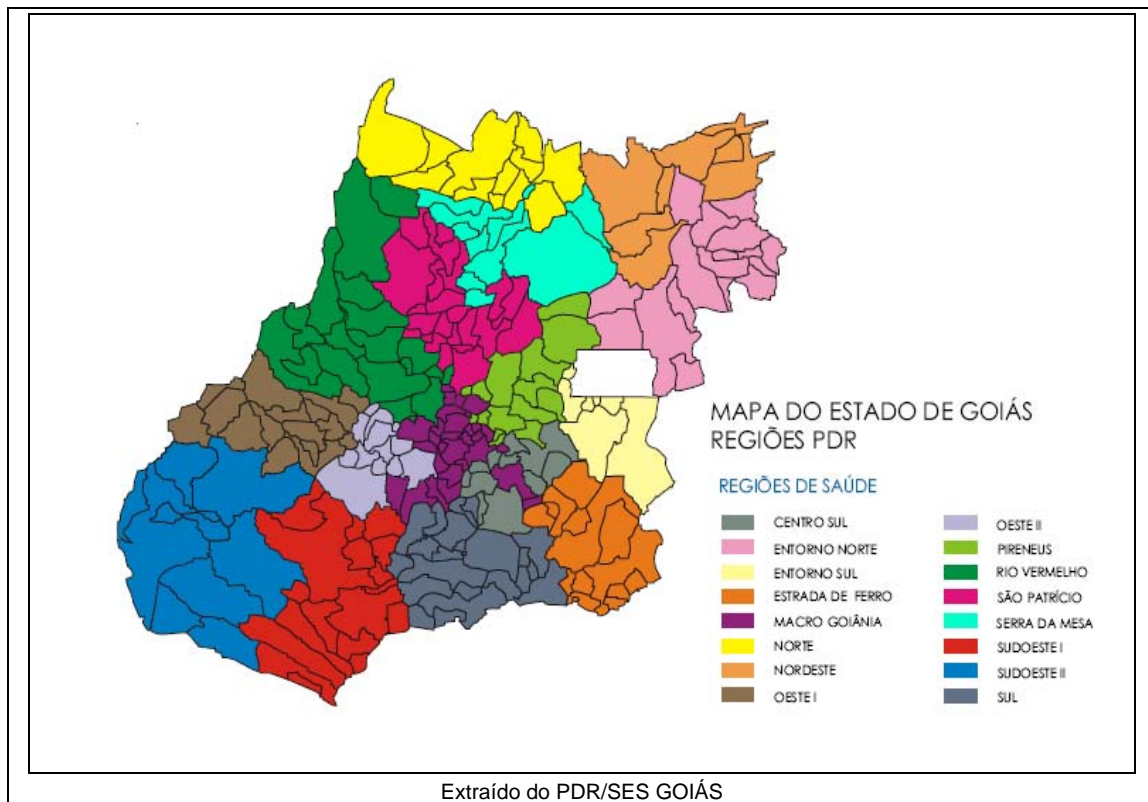


Figura - 10.2-1 - Distribuição espacial das Regiões de Saúde do Estado de Goiás, Plano Diretor de Regionalização.

10.3 O ESTADO DE MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso está organizado em 04 Regiões de Saúde, 14 microrregiões de saúde congregando os 141 municípios mato grossenses. A regionalização do Estado busca implantar um sistema de saúde resolutivo e com capacidade instalada de uma rede hierarquizada de serviços de saúde em todos os níveis de complexidade;

A implantação de mecanismos de gestão com capacidade de Programação, Controle, Avaliação e Regulação de forma integrada e pactuada intergestores e com controle social. Neste sentido o Estado tem um papel estratégico de formulação e coordenação do macro-sistema. As regiões de saúde, microrregiões e municípios polarizadores do Estado são:

- Região Leste: Microrregiões: Baixo Araguaia, Garças Araguaia e Médio Araguaia

Município Polarizador: Barra dos Garças

- Região Centro-Norte: Microrregiões Baixada Cuiabana, Centro-Norte, Médio Norte, Noroeste Mato grossense e Vale dos Arinos

Municípios Polarizadores: Cuiabá e Várzea Grande

- Região Norte: Microrregiões Alto Tapajós, Teles Pires, Vale do Peixoto e Norte.

Municípios Polarizadores: Sinop e Sorriso

- Região Sul: Microrregião Sul Mato Grossense

Município Polarizador: Rondonópolis

- Região Oeste: Microrregião Oeste Mato Grossense

Município Polarizador: Cáceres

As diretrizes bases usadas para a configuração do PDR Estadual foram os conceitos de:

Módulo Assistencial: É o espaço de organização da assistência à saúde capaz de garantir, além da Atenção Básica, o acesso com qualidade aos procedimentos e serviços definidos no primeiro nível de referência para uma determinada população circunscrita a um município ou a um conjunto de municípios.

Municípios Sede do Módulo: Município existente em um módulo assistencial, que apresenta a capacidade de ofertar a totalidade dos serviços de 1º nível de referência, com suficiência para sua população e para a população de outros municípios a ele adscritos.

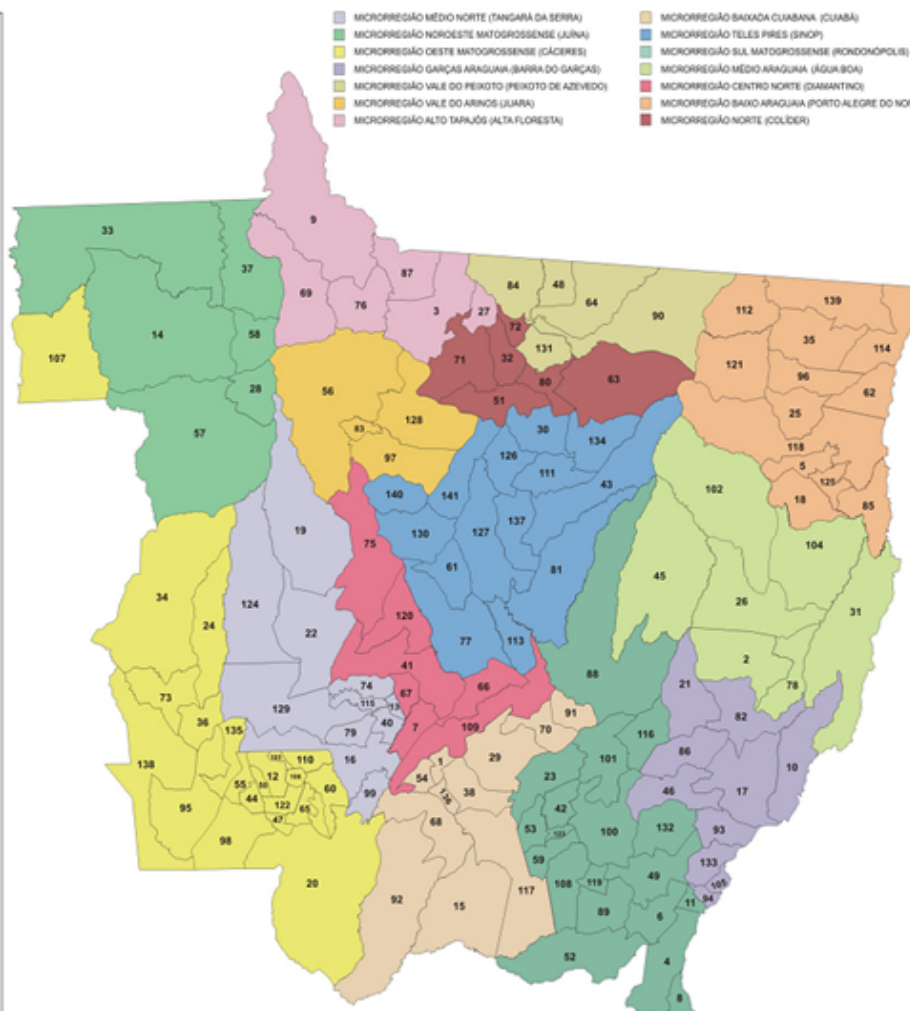
Municípios Módulos: Município que apresenta a capacidade de ofertar a totalidade dos serviços de 1º nível de referência com suficiência para sua população

Microrregião: É um espaço territorial, geograficamente delimitado, que contém um conjunto de municípios e um Escritório de Saúde e que atenda aos seguintes requisitos: contigüidade entre os municípios; garantia do acesso (Geográfico, sistema viário, transporte, sócio-cultural) e capacidade instalada de:

- Atenção à saúde (todos os municípios devem garantir 100% de cobertura da Atenção Básica) e das ações de saúde coletiva;
- Um ou mais módulos assistenciais constituídos para garantir o primeiro nível de referência da atenção integral à saúde da população da microrregião;
- Uma rede hierarquizada de serviços e sistemas funcionais do segundo nível de referência para assistência e para as ações de saúde coletiva.

MATO GROSSO, SUAS MICRORREGIÕES E SEUS MUNICÍPIOS

1	ACORIZAL	72	NOVA GUARITA
2	ÁGUA BOA	73	NOVA LACERDA
3	ALTA FLORESTA	74	NOVA MARILÂNIA
4	ALTO ARAGUAIÁ	75	NOVA MARINGÁ
5	ALTO BOA VISTA	76	NOVA MONTE VERDE
6	ALTO GARÇAS	77	NOVA MUTUM
7	ALTO PARAGUAI	78	NOVA NAZARÉ
8	ALTO TAQUARI	79	NOVA OLÍMPIA
9	APIACÁS	80	NOVA SANTA HELENA
10	ARAGUAJANA	81	NOVA UBRATÁ
11	ARAGUAJINHA	82	NOVA XAVANTINA
12	ARAPUTANGA	83	NOVO HORIZONTE DO NORTE
13	ARENÁPOLIS	84	NOVO MUNDO
14	ARIPUANÁ	85	NOVO SANTO ANTÔNIO
15	BARÃO DE MELGAÇO	86	NOVO SÃO JOAQUIM
16	BARRA DO BUGRES	87	PARANAITÁ
17	BARRA DO GARÇAS	88	PARANATINGA
18	BOM JESUS DO ARAGUAIÁ	89	PEDRA PRETA
19	BRASNORTE	90	PEIXOTO DE AZEVEDO
20	CÁCERES	91	PLANALTO DA SERRA
21	CAMPINÁPOLIS	92	POCOÑE
22	CAMPO NOVO DO PARECIS	93	PONTAL DO ARAGUAIÁ
23	CAMPO VERDE	94	PONTE BRANCA
24	CAMPOS DE JÚLIO	95	PONTES E LACERDA
25	CANABRAVA DO NORTE	96	PORTO ALEGRE DO NORTE
26	CANARANA	97	PORTO DOS GAÚCHOS
27	CARLINDA	98	PORTO ESPERIDIÃO
28	CASTANHEIRA	99	PORTO ESTRELA
29	CHAPADA DOS GUIMARÃES	100	POXORÉU
30	CLAUDIA	101	PRIMAVERA DO LESTE
31	OCALINHO	102	QUERÊNCIA
32	OLDEI	103	RESERVA DO CABAÇAL
33	CULZINA	104	RIBERÃO CASCALHEIRA
34	COMODORO	105	RIBERÃOZINHO
35	CONFRESA	106	RIO BRANCO
36	CONQUISTA D'ESTE	107	RONDOLÂNDIA
37	COTRIGUAÇU	108	RONDONÓPOLIS
38	CUIABÁ	109	ROSÁRIO OESTE
39	CURVELÂNDIA	110	SALTO DO CÉU
40	DENSE	111	SANTA CARMEM
41	DAMANTINO	112	SANTA CRUZ DO XINGU
42	DOM AQUINO	113	SANTA RITA DO TRIVELATO
43	FELIZ NATAL	114	SANTA TEREZINHA
44	FIGUEIRÓPOLIS D'ESTE	115	SANTO AFRONSO
45	GAÚCHA DO NORTE	116	SANTO ANTÔNIO DO LESTE
46	GENERAL CARNEIRO	117	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER
47	GLÓRIA D'ESTE	118	SÃO FELIX DO ARAGUAIÁ
48	GUARANTÃ DO NORTE	119	SÃO JOSÉ DO POVO
49	GURATINGA	120	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
50	INDAIAL	121	SÃO JOSÉ DO XINGU
51	ITAUBA	122	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
52	ITUIQUARA	123	SÃO PEDRO DA CIPA
53	JACIARA	124	SAPEZAL
54	JANGADA	125	SERRA NOVA DOURADA
55	JARIJÁ	126	SINOP
56	JUARA	127	SORRISO
57	JURUA	128	TABAPORÃ
58	JURUENA	129	TANGARÁ DA SERRA
59	JUSCIMEIRA	130	TAPURAH
60	LAMBARÍ D'ESTE	131	TERRA NOVA DO NORTE
61	LUCAS DO RIO VERDE	132	TESOURO
62	LUCIARA	133	TORIXORÉU
63	MARCELÂNIA	134	UNIÃO DO SUL
64	MATUPA	135	VALE DO SÃO DOMINGOS
65	MIRASSOL D'ESTE	136	VÁRZEA GRANDE
66	NOBRES	137	VERA
67	NORTELÂNIA	138	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
68	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	139	VILA RICA
69	NOVA BANDERANTES	140	ITANHANGA
70	NOVA BRASILÂNIA	141	IPIRANGA DO NORTE
71	NOVA CANAÃ DO NORTE		



ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE SAÚDE



10.4 O ESTADO DE MINAS GERAIS

O Plano Diretor de Regionalização - PDR, **Figura 10.4-1** divide o Estado de Minas Gerais em 13 macrorregiões sanitárias em 18 cidades-pólo, e 75 microrregiões sanitárias estabelecidos em consenso com as três esferas de governo (municípios, Estado e União), com base em conceitos, critérios e metodologias próprias.

A partir daí, estabeleceram-se referenciais para a organização dos serviços conforme a densidade tecnológica possível por nível e as necessidades em cada uma delas.

O objetivo de todo esse plano é garantir o acesso dos cidadãos a todos os níveis, a partir do atendimento o mais próximo possível de sua residência, conforme sejam as ações e os serviços necessários à solução de seus problemas de saúde, em qualquer nível de atenção.

O usuário do sistema deve encontrar serviços de atenção primária em seu município, de atenção secundária dentro da microrregião a que pertence, tendo que recorrer aos pólos macrorregionais apenas para procedimentos de alta complexidade.

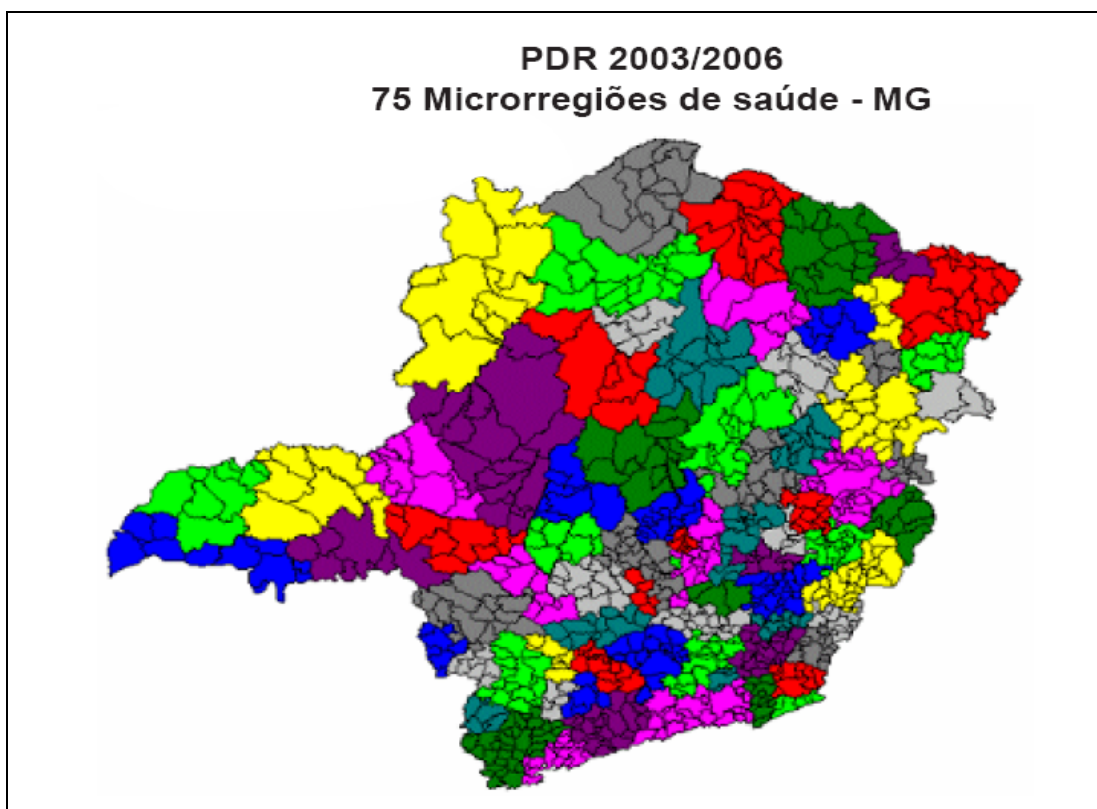


Figura 10.4-1 - Microrregiões de Saúde de Minas Gerais, Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais.

10.5 O ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo a Comissão Intergestores Bipartite em 2007 (**Figura 10.5-1**) referendou o reconhecimento de **64 Regiões** de Saúde com os respectivos **Colegiados de Gestão Regional – CGR** e os 17 Departamentos Regionais de Saúde – DRS, enquanto macrorregiões com as respectivas **Comissões Inter-regiões de Saúde** de abrangência do DRS, conforme disposto no **Quadro 10.5-1**.

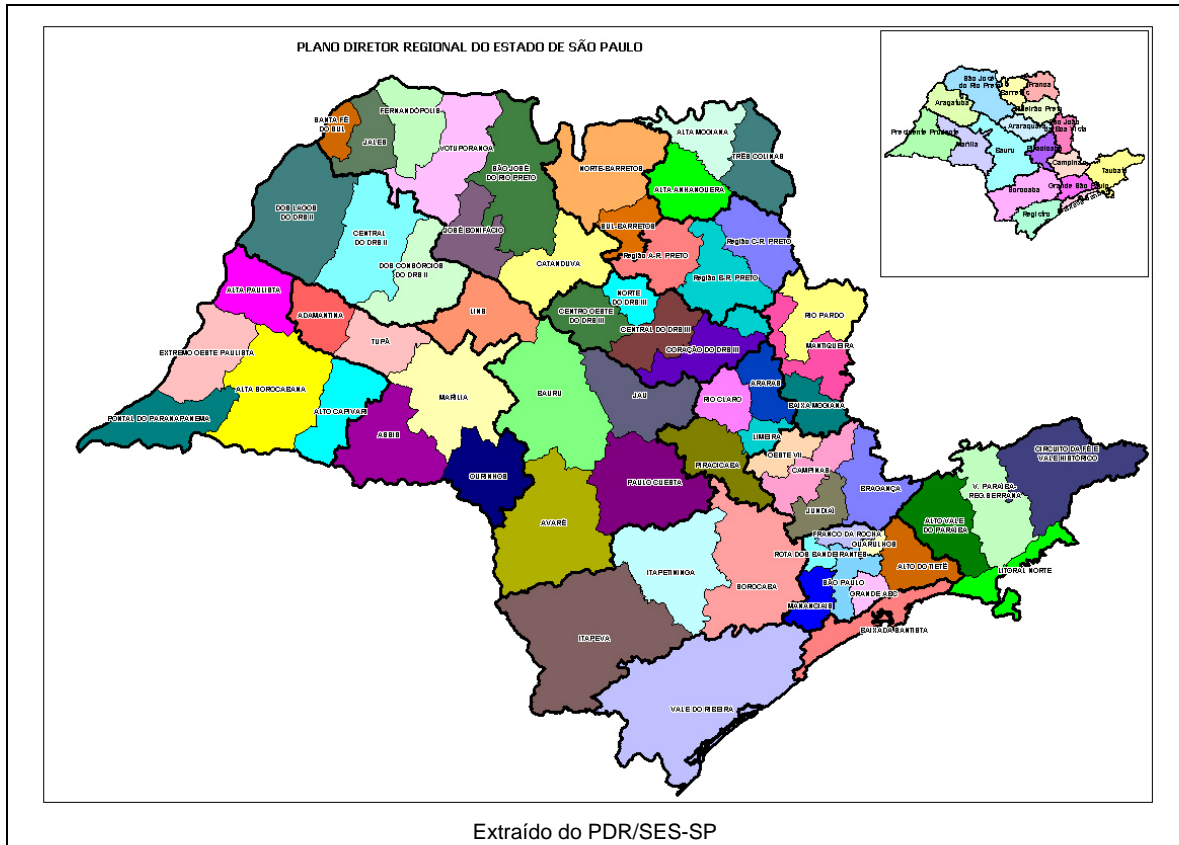


Figura 10.5-1 - Plano Diretor Regional do Estado de São Paulo, 2007

Quadro 10.5-1 - Regiões de Saúde e Colegiados de Gestão de Saúde no Estado de São Paulo, 2008

N.	Região de Saúde	Colegiado de Gestão	
1	Grande São Paulo	Alto do Tietê	Franco da Rocha
		Guarulhos	Mananciais
		Rota dos Bandeirantes	Grande ABC
		São Paulo	
2	Araçatuba	Central da DRS II	dos Lagos da DRS II
		dos Consórcios da DRS II	
3	Araraquara	Norte do DRS III	Central da DRS III
		Centro Oeste do DRS III	Coração do DFRS III
4	Baixada Santista	Baixada Santista	Baixada Santista
5	Barretos	Norte V	Sul V
6	Bauru	Avaré	Bauru
		Jau	Lins
		Pólo Cuesta	
7	Campinas	Bragança	Campinas
		Jundiá	Oeste VII
8	Franca	Alta Anhanguera	Alta Mogiana
		Três Colinas	
9	Marília	Adamantina	Assis
		Marília	Ourinhos
		Tupã	
10	Piracicaba	Araras	Limeira
		Piracicaba	Rio Claro
11	Presidente Prudente	Alta Paulista	Alta Sorocabana
		Alto Capivari	Extremo Oeste Paulista
		Pontal do Paranapanema	
12	Registro	Vale do Ribeira	
13	Ribeirão Preto	Aquífero Guarani	Horizonte Verde
		Vale das Cachoeiras	
14	São João da Boa Vista	Mogiana	Mantiqueira
		Rio Pardo	
15	São Jose do Rio Preto	Catanduva	Fernandópolis
		Jales	Bonifácio
		Santa Fé do Sul	São José do Rio Preto
		Votuporanga	Itapeva
16	Sorocaba	Itapetininga	
		Sorocaba	
17	Taubaté	Alto Vale do Paraíba	Circuito da Fé Vale Histórico
		Litoral Norte	Vale do Paraíba/Região Serrana

Extraído de Plano Diretor de Regionalização do Estado de São Paulo, SES/SP (2008)

O Plano Estadual de Saúde do Estado de São Paulo para o período de 2008-2011 contem seis eixos prioritários de atuação com as diretrizes estratégicas pactuadas com os municípios e regiões de saúde que foram descritos sucintamente a seguir:

Eixo I: Ampliação do acesso da população, com redução de desigualdades regionais e aperfeiçoamento da qualidade das ações e serviços de saúde que contemplam as seguintes diretrizes estratégicas: a) Aperfeiçoamento da Atenção Básica para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade e resolubilidade das ações e serviços de saúde; b) Ampliação do acesso e melhorar a organização e qualidade da assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar do SUS/SP; c) Garantia da eficiência, qualidade e segurança na Assistência Farmacêutica e nos outros insumos para a saúde; d) Humanização dos serviços de saúde, e e) Investimento em melhoria dos serviços próprios de saúde estaduais.

Eixo II: Fortalecimento e Aperfeiçoamento da Capacidade de Gestão Estadual contemplam as diretrizes seguintes estratégicas: a) Aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, regulação e contratação dos serviços de saúde do SUS/SP; b) Aprimoramento dos Sistemas de Informação do SUS/SP; (c) Fortalecimento do Planejamento Regional do SUS/SP, e d) Avaliação e monitoramento o SUS/SP.

Eixo III: Gestão da Educação e do Trabalho no SUS contemplam as diretrizes seguintes estratégicas: a) Aperfeiçoamento dos mecanismos de educação, para qualificar os profissionais do SUS/SP e b) Aprimoramento da gestão do trabalho para valorizar os recursos humanos do SUS/SP.

Eixo IV: Redução da Mortalidade Infantil e Materna contemplam as diretrizes seguintes estratégicas: a) Redução da mortalidade infantil e (b) Redução da mortalidade materna.

Eixo V: Controle de Riscos, Doenças e Agravos Prioritários no Estado de São Paulo contemplam as diretrizes seguintes estratégicas: a) Melhoria da vigilância e o controle das doenças transmissíveis; b) Melhoria da vigilância e o controle das doenças e agravos não transmissíveis; c) Aperfeiçoamento da vigilância sanitária e ambiental, e d) Aprimoramento da rede laboratorial de saúde pública.

Eixo VI: Desenvolvimento de serviços e ações de saúde para segmentos da população mais vulneráveis aos riscos de doença ou com necessidades específicas contemplam as diretrizes seguintes estratégicas: a) Ampliação e garantia da atenção à saúde mental; b) Ampliação do acesso à atenção integral à saúde de usuários de álcool e outras drogas; c) Aperfeiçoamento da atenção à pessoa portadora de deficiência; d) Garantia da atenção integral à saúde da população indígena; e) Garantia da atenção integral à saúde da população negra; f)

Aperfeiçoamento da atenção à saúde do trabalhador; (g) Aperfeiçoamento da atenção integral à saúde da mulher; h) Garantia da atenção à saúde do idoso; i) Aperfeiçoamento e garantia da atenção integral à HAS e DM; j) Ampliação e garantia da atenção integral à saúde da criança, e k) Aperfeiçoamento da atenção à saúde da população do sistema penitenciário e dos adolescentes em conflito com a lei.

11. A AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO - APM

Os estudos de Avaliação do Potencial Malarígeno APM da LT em estudo encontra-se em fase de execução tendo sido efetuado apenas uma primeira campanha sendo os resultados disponíveis até a elaboração deste estudo parciais e preliminares.

Foram descritos abaixo, de forma resumida, os aspectos considerados relevantes apontado por NATAL (2010), pesquisador responsável e constante no documento preliminar da APM que foram julgados relevantes para a elaboração do Plano de Controle Preliminar de Malária.

Nesta primeira fase foram detectados doze (12) espécies de anofelinos ressaltando a presença de *Anopheles darlingi* considerado vetor primário de plasmódios e responsável pela transmissão de cerca de 99% dos casos notificados no país, segundo estudos de malária no Brasil (BRASIL 2009)

Sua ocorrência foi detectada na área de estudo alocada no município de Porto Velho e também em Vila Bela da Santíssima Trindade, ambos no Estado de Rondônia.

Segundo NATAL (2010) embora o estudo tenha denunciado sua presença, a frequência ocorrida foi muito baixa no trecho da linha estudado, ao se incluir todas as 16 coletas. Mesmo quando considerado o ponto de maior frequência, esse quantitativo pouco ultrapassou a unidade. Em outra análise, a maioria das coletas de adultos feitas nas 16 áreas de estudo (14/16) para essa espécie foi negativa, condição que resultou baixa constância, presente em apenas 12,5% dos pontos.

Aponta ainda o autor da APM que vários pesquisadores têm debatido a malária e seus vetores no Brasil ao focalizarem suas atenções sobre a forma de ocupação do espaço e a epidemiologia dessa doença. TADEI e cols. retrataram estudo sobre a malária em área urbana de Ariquemes (RO) e focalizou a importância do *Anopheles darlingi* como vetor, além do envolvimento de possíveis outras espécies.

Ressalta ainda NATAL (2010) que na avaliação da distribuição geográfica de anofelinos no Brasil, a região a ser atravessada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01 encontra-se dentro da área de domínio de *Anopheles*

darlingi, sendo a presença desse mosquito comum, principalmente na região primitivamente ocupada pela Floresta Amazônica, no território do Estado de Rondônia.

NATAL (2010) afirma ainda que era previsto a coleta da referida espécie no estudo de APM. A presença dessa espécie já foi referida por diversos autores em estudos das regiões de cerrado do Estado do Mato Grosso ou em outras regiões com formação botânica semelhante.

O autor ressalta ainda que a baixa frequência e reduzida constância de *Anopheles darlingi* encontrada nessa fase da APM, no que tange às coletas de formas aladas, não pode ser tomada como resultado definitivo; pois, em cada área de estudo foi feita uma única coleta de quatro horas, sendo esse esforço limitado e insuficiente para que se possam deduzir interpretações ecológicas.

Além desse aspecto, o pesquisador ressalta ainda que os mosquitos são sazonais, com dinâmica populacional explosiva em certos períodos e praticamente raros em outros. Assim, uma única coleta em um único dia do ano em determinado ponto, como foi feito nesse trabalho, não retrata as oscilações que uma determinada espécie está sujeita devido às variações do clima nas quatro estações.

Em outra vertente é fato conhecido que a malária na Amazônia Legal é um desafio à Saúde Pública, principalmente em áreas de colonização recente, onde há derrubadas de matas para ocupação dos espaços, instalação de garimpos, aberturas de estradas e caminhos e demais atividades que agregam a população em determinados pontos. A migração e a pobreza são também fatores que contribuem para a exposição aos fatores de risco e conseqüentemente à infecção por plasmódios.

A região estudada da LT, já passou pela fase de desmatamento sendo de colonização antiga sendo assim pertinente admitir que já tenha encontrado um novo equilíbrio sócio-ambiental. Esse *status* apresenta-se visível na paisagem, pois segundo os biólogos de campo da APM o trajeto da LT é em grande parte ocupado por projetos agrícolas e de pecuária, sendo de baixa densidade humana.

São observados ao longo do trecho da futura LT, amplas plantações de cana-de-açúcar, soja, algodão, reflorestamento e pastagens, tornando o ambiente desfavorável para a transmissão sustentada de plasmódios. Como síntese desse estudo, NATAL (2010) concluiu sob o ponto de vista entomológico e com base em dados parciais da campanha realizada, que a área estudada possa ter reduzido potencial malarígeno, sendo talvez mais propícia aos vetores secundários, os quais mostraram condição de assumir densidades mais elevadas em determinados pontos da LT.

A área que nesse estudo, que na avaliação de mosquitos adultos, revelou maior presença do vetor principal, o *Anopheles darlingi*, foi identificada em Porto Velho,

próximo ao início da LT e, a esse espaço deve ser dada maior atenção segundo NATAL (2010).

Quanto ao componente biológico do contato homem-vetor, referindo-se aos trabalhadores que construirão a linha, essa relação fica reduzida, pois os trabalhos são diurnos e a atividade hematofágica dos anofelinos é predominantemente noturna. Esse aspecto deve ser levado em consideração e sem dúvida pode ser visto como fator que minimiza o potencial malarígeno.

O pesquisador afirma ainda que os comentários feitos foram sustentados exclusivamente pela pesquisa de alados pois os indivíduos imaturos, encontram-se em processo de montagens em lâminas para análise microscópica. Espera-se que com a identificação dos imaturos consiga-se um número maior de informações para subsidiar essa discussão e assim, emitir uma versão final com recomendações mais seguras. O documento na íntegra do estudo da APM com os resultados preliminares encontra-se anexo a este documento podendo ser consultado para maior detalhamento dos resultados encontrados.

12. PLANO PRELIMINAR DE AÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA

A construção de uma Linha de Transmissão (LT) apresenta uma operacionalização dinâmica e progressiva ao longo do traçado que muito difere de uma obra fixa, com canteiro de obras e implantação de estruturas em um único sítio.

Tendo em vista as características de construção de uma LT de grande porte como a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01 e, frente as características epidemiológicas das Áreas de Influência (AII E AID) e, ainda o empreendimento em tela além de contemplar dois circuitos com traçados bastante semelhantes, com extensão territorial que atravessa cinco estados brasileiros os quais apresentam características epidemiológicas, ecológicas e de infraestrutura de atenção à saúde bastante díspares, optou-se do ponto de vista metodológico e técnico estruturar o Plano Preliminar de Ação de Controle da Malária- PACM da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01 identificando os estratos dos municípios que compõem a LT.

12.1 ESTRATOS DE MUNICÍPIOS NA AII E AID

Dado que os dados preliminares da APM detectaram a presença dos vetores primários e secundários de malária no trajeto da LT e, os dados epidemiológicos ratificam o status da malária como endemia importante na área de influência (direta e indireta) entendemos que o trajeto da LT contempla quatro cenários:

- a) Grupo I - Municípios (31) com transmissão sustentada de malária no seu território (All Amazônia Legal).
- b) Grupo II - Municípios (08) sem registro de casos autóctones na média dos quatro últimos anos em estudo (2006 a 2009): Alto Araguaia, Alto Paraguai, Guiratinga, Jauru, Poxoréo, Rosário do Oeste, Salto do Céu, Vila Bela Santíssima Trindade. (All Amazônia Legal).
- c) Grupo III - Municípios com casos autóctones de malária (04), porém situados geograficamente na All Extra Amazônia Legal, (Jataí (GO), Mineiros (GO), Serranópolis (GO) e Iturama (MG)).
- d) Grupo IV - Municípios situados All Extra Amazônia legal e sem registro de casos de malária (45 municípios em SP, GO e MG).

Nessa perspectiva foram construídos quatro estratos de municípios visando categorizá-lo segundo sua posição dentro da LT com base em três critérios: extensão da LT no seu território (km), risco de infecção de plasmódios (IPA médio do período de 2006 a 2009). Obviamente que os indicadores escolhidos apresentam suas limitações, porém mesmo considerando tais limitações estes permitem uma boa aproximação de cada estrato.

Cada indicador foi a seguir categorizado em intervalos e valorados segundo uma escala de cinco pontos. Cada município foi então classificado segundo tais critérios e a somatória destes (**Quadro 12.1-2**) indicadores possibilitou o seu ranqueamento que subsidiará a aplicação das ações de controle no conjunto dos municípios e o rateio de recursos segundo prioridade de município e extensão do empreendimento. A espacialização destes municípios segue apresentada na **Figura 12.1-1**.

Quadro 12.1-1 – Indicadores, intervalos e respectiva valoração dos indicadores, março de 2010

Indicador - Extensão (km²) da LT no município

km2	Critério	Valoração
0-25	Muito Baixa	0,5
26-50	Baixa	1,0
51-75	Media	2,0
76-100	Elevada	4,0
> 100	Muito Elevada	8,0

Indicador - IPA (media 2006-2009)

Categorias	Critério	Valoração
Área não endêmica	Muito Baixo	0,5
Área endêmica	Baixo	1,0
Área endêmica IPA < 50	Médio	2,0
Área endêmica 50-100	Alto	4,0
Área endêmica > 100	Muito Alto	8,0

Indicador - Concentração medico habitante

Intervalo	Critério	Valoração
0-0,5	Insuficiente	8,0
0,6-1,0	Baixa	4,0
1,1-1,5	Suficiente	2,0
1,6-2,5	Adequada	1,0
> 2,5	Bastante Adequada	8,0

*Elaboração da autora

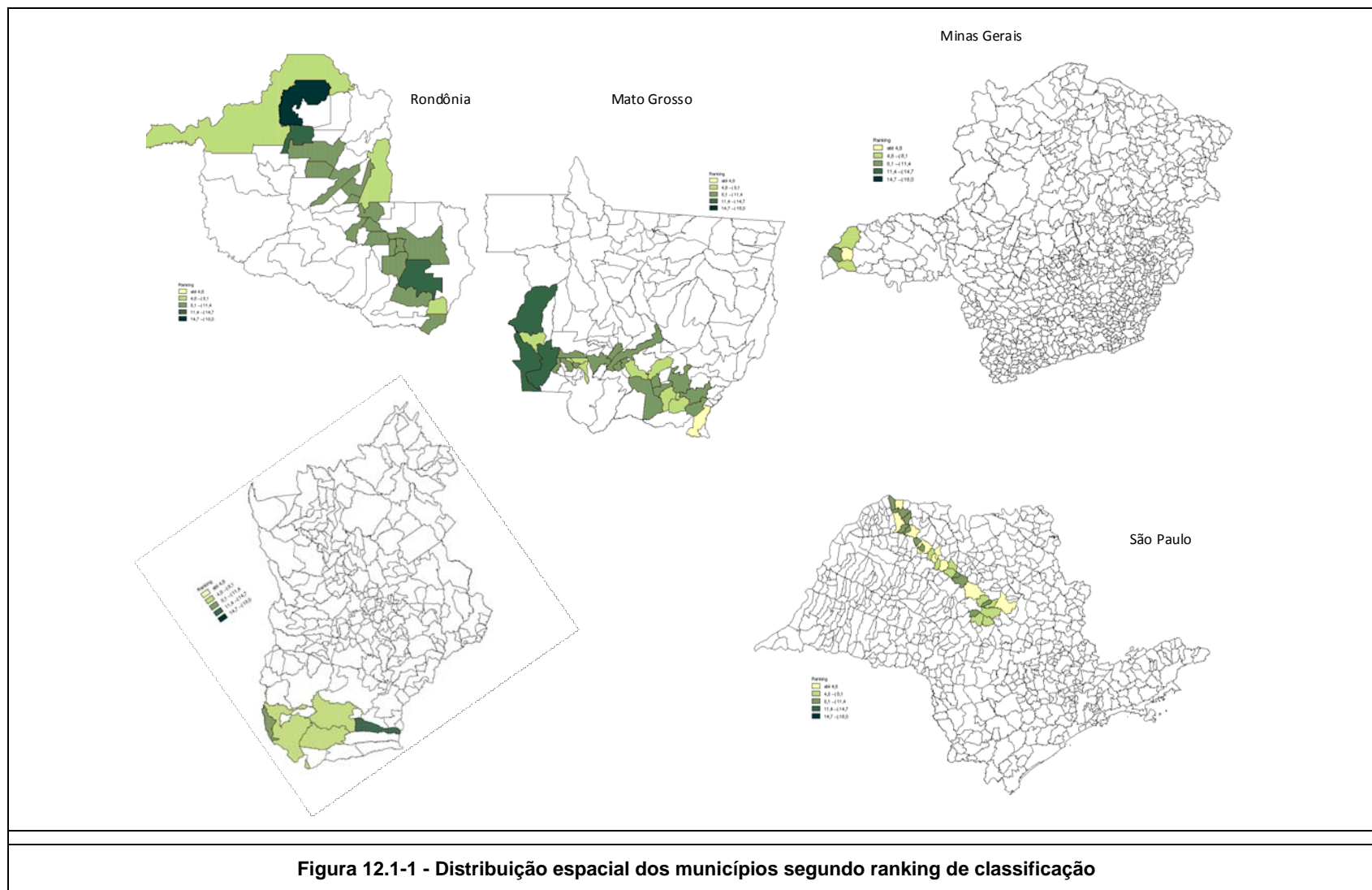
Quadro 12-1-2 - Classificação dos municípios segundo critérios de extensão da LT, concentração de médicos /habitante e Índice Parasitário Anual na LT CC 600kv Porto Velho Araraquara 2

Nº de ordem (*)	Município	Extensão (km) LT	Extensão	Valoração	Medico / hab.	Critério	Valoração	IPA 06/09	Critério	Valoração	Ranking	Classif.
2	Candeias do Jamari	60,24	Media	2,0	0,3	Insuficiente	8,0	251,2	Muito Alto	8,0	18,0	1º
18	Chupinguiá	79,73	Alta	4,0	0,1	Insuficiente	8,0	4,4	Medio	2,0	14,0	2º
3	Alto Paraíso	46,81	Baixa	1,0	0,6	Baixa	4,0	120,4	Muito Alto	8,0	13,0	3º
24	Vila Bela S. Trindade	88,46	Alta	4,0	0,1	Insuficiente	8,0	-	Baixo	1,0	13,0	3º
54	Caçu	112,50	Elevada	8,0	0,7	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	12,5	4º
25	Pontes e Lacerda	57,84	Media	2,0	0,5	Insuficiente	8,0	1,0	Medio	2,0	12,0	5º
22	Comodoro	67,57	Media	2,0	0,4	Insuficiente	8,0	2,5	Medio	2,0	12,0	5º
19	Corumbiara	28,46	Baixa	1,0	0,1	Insuficiente	8,0	0,7	Medio	2,0	11,0	6º
5	Cacaulândia	28,81	Baixa	1,0	0,5	Insuficiente	8,0	14,2	Medio	2,0	11,0	6º
7	Ouro Preto do Oeste	35,84	Baixa	1,0	0,5	Insuficiente	8,0	8,0	Medio	2,0	11,0	6º
28	Araputanga	42,70	Baixa	1,0	0,5	Insuficiente	8,0	0,1	Medio	2,0	11,0	6º
39	Santo Antônio do Leverger	43,42	Baixa	1,0	0,2	Insuficiente	8,0	-	Medio	2,0	11,0	6º
6	Jaru	44,70	Baixa	1,0	0,5	Insuficiente	8,0	15,3	Medio	2,0	11,0	6º
41	Jaciara	45,65	Baixa	1,0	0,4	Insuficiente	8,0	0,2	Medio	2,0	11,0	6º
12	Castanheiras	46,03	Baixa	1,0	0,5	Insuficiente	8,0	13,3	Medio	2,0	11,0	6º
11	Nova Brasilândia D'Oeste	0,08	Muito Baixa	0,5	0,3	Insuficiente	8,0	8,3	Medio	2,0	10,5	7º
30	Rio Branco	0,16	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	-	Medio	2,0	10,5	7º
44	Poxoréu	4,48	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	-	Medio	2,0	10,5	7º
8	Teixeirópolis	12,76	Muito Baixa	0,5	0,2	Insuficiente	8,0	4,5	Medio	2,0	10,5	7º
37	Acorizal	14,06	Muito Baixa	0,5	0,5	Insuficiente	8,0	-	Medio	2,0	10,5	7º
13	Rolim de Moura	14,66	Muito Baixa	0,5	0,5	Insuficiente	8,0	3,2	Medio	2,0	10,5	7º
14	Pimenta Bueno	15,80	Muito Baixa	0,5	0,5	Insuficiente	8,0	2,9	Medio	2,0	10,5	7º
21	Cabixi	16,03	Muito Baixa	0,5	0,3	Insuficiente	8,0	2,0	Medio	2,0	10,5	7º
36	Jangada	17,75	Muito Baixa	0,5	0,2	Insuficiente	8,0	-	Medio	2,0	10,5	7º
16	Primavera de Rondônia	17,94	Muito Baixa	0,5	0,2	Insuficiente	8,0	0,3	Medio	2,0	10,5	7º
15	São Felipe D'Oeste	18,71	Muito Baixa	0,5	0,0	Insuficiente	8,0	0,4	Medio	2,0	10,5	7º
17	Parecis	20,15	Muito Baixa	0,5	0,3	Insuficiente	8,0	1,1	Medio	2,0	10,5	7º
10	Presidente Médici	22,59	Muito Baixa	0,5	0,2	Insuficiente	8,0	10,9	Medio	2,0	10,5	7º
42	Juscimeira	23,15	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	0,2	Medio	2,0	10,5	7º
48	Alto Garças	55,16	Media	2,0	0,4	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	10,5	7º
4	Ariquemes	55,07	Media	2,0	1,0	Baixa	4,0	37,8	Alto	4,0	10,0	8º
33	Barra do Bugres	92,63	Alta	4,0	0,6	Baixa	4,0	0,1	Medio	2,0	10,0	8º
46	Guiratinga	4,19	Muito Baixa	0,5	0,5	Insuficiente	8,0	-	Baixo	1,0	9,5	9º
34	Alto Paraguai	8,06	Muito Baixa	0,5	0,2	Insuficiente	8,0	-	Baixo	1,0	9,5	9º
27	Jauru	15,90	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	-	Baixo	1,0	9,5	9º
35	Rosário Oeste	24,06	Muito Baixa	0,5	0,3	Insuficiente	8,0	-	Baixo	1,0	9,5	9º
88	Itaja (3)	0,00	Muito Baixa	0,5	0,3	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º
65	Meridiano	5,07	Muito Baixa	0,5	0,2	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º
61	Guarani d'Oeste	5,92	Muito Baixa	0,5	0,5	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º
78	Marapoama	8,34	Muito Baixa	0,5	0,0	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º
82	Nova Europa	8,48	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º
66	Valentim Gentil	9,59	Muito Baixa	0,5	0,2	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º
70	Poloni	10,45	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º
50	Santa Rita do Araguaia	12,60	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º
62	Macedônia	13,92	Muito Baixa	0,5	0,0	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º

...continua

											...continua		
Nº de	Município	Extensão (km)	Extensão	Valoração	Medico / hab.	Critério	Valoração	IPA 06/09	Critério	Valoração	Ranking	Classif.	
68	Sebastianópolis do Sul	14,08	Muito Baixa	0,5	0,0	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º	
64	Pedranópolis	15,05	Muito Baixa	0,5	0,0	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º	
79	Itajobi	22,20	Muito Baixa	0,5	0,5	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º	
56	Limeira do Oeste	22,46	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º	
59	Duroeste	25,25	Muito Baixa	0,5	0,4	Insuficiente	8,0	-	Muito Baixo	0,5	9,0	10º	
23	Nova Lacerda	59,10	Media	2,0	0,6	Baixa	4,0	2,9	Medio	2,0	8,0	11º	
20	Colorado do Oeste	45,62	Baixa	1,0	1,0	Baixa	4,0	1,9	Medio	2,0	7,0	12º	
40	Campo Verde	3,80	Muito Baixa	0,5	0,7	Baixa	4,0	0,1	Medio	2,0	6,5	13º	
29	Reserva do Cabaçal	8,04	Muito Baixa	0,5	0,6	Baixa	4,0	-	Medio	2,0	6,5	13º	
26	Vale de São Domingos	10,42	Muito Baixa	0,5	0,6	Baixa	4,0	-	Medio	2,0	6,5	13º	
32	Lambari D'Oeste	18,37	Muito Baixa	0,5	0,6	Baixa	4,0	-	Medio	2,0	6,5	13º	
9	Ji-Paraná	19,78	Muito Baixa	0,5	0,8	Baixa	4,0	9,9	Medio	2,0	6,5	13º	
1	Porto Velho	21,66	Muito Baixa	0,5	1,5	Suficiente	2,0	73,2	Alto	4,0	6,5	13º	
53	Jataí	55,60	Media	2,0	1,0	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	6,5	13º	
52	Serranópolis	59,95	Media	2,0	0,6	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	6,5	13º	
38	Cuiabá	82,61	Alta	4,0	2,5	Bastante Adequada	0,5	0,2	Medio	2,0	6,5	13º	
51	Mineiros	90,82	Alta	4,0	1,2	Suficiente	2,0	-	Muito Baixo	0,5	6,5	13º	
31	Salto do Céu	46,18	Baixa	1,0	0,8	Baixa	4,0	-	Baixo	1,0	6,0	14º	
85	Boa Esperança do Sul (2)	28,34	Baixa	1,0	0,6	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,5	15º	
58	Iturama	30,30	Baixa	1,0	0,8	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,5	15º	
47	Pedra Preta	43,69	Baixa	1,0	0,8	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,5	15º	
87	Bariri (3)	0,00	Muito Baixa	0,5	0,8	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
76	Ibirá	0,30	Muito Baixa	0,5	0,8	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
86	Bocaina (2)	2,16	Muito Baixa	0,5	0,8	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
74	Nova Aliança	8,41	Muito Baixa	0,5	1,0	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
71	Neves Paulista	11,10	Muito Baixa	0,5	1,0	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
83	Gavião Peixoto	11,13	Muito Baixa	0,5	0,7	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
55	Santa Vitória	12,35	Muito Baixa	0,5	0,6	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
81	Tabatinga	17,49	Muito Baixa	0,5	0,6	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
77	Urupês	19,44	Muito Baixa	0,5	0,6	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
45	São José do Povo	19,58	Muito Baixa	0,5	1,0	Baixa	4,0	-	Muito Baixo	0,5	5,0	16º	
43	Rondonópolis	44,23	Baixa	1,0	1,2	Suficiente	2,0	0,1	Medio	2,0	5,0	16º	
49	Alto Araguaia	44,45	Baixa	1,0	1,1	Suficiente	2,0	-	Baixo	1,0	4,0	17º	
80	Itápolis	36,34	Baixa	1,0	1,2	Suficiente	2,0	-	Muito Baixo	0,5	3,5	18º	
60	Indiaporã	0,91	Muito Baixa	0,5	1,4	Suficiente	2,0	-	Muito Baixo	0,5	3,0	19º	
73	Mirassol	2,54	Muito Baixa	0,5	1,4	Suficiente	2,0	-	Muito Baixo	0,5	3,0	19º	
69	Monte Aprazível	14,87	Muito Baixa	0,5	1,3	Suficiente	2,0	-	Muito Baixo	0,5	3,0	19º	
75	Potirendaba	19,13	Muito Baixa	0,5	1,1	Suficiente	2,0	-	Muito Baixo	0,5	3,0	19º	
57	União de Minas	22,60	Muito Baixa	0,5	1,2	Suficiente	2,0	-	Muito Baixo	0,5	3,0	19º	
63	Fernandópolis	3,84	Muito Baixa	0,5	1,9	Adequada	1,0	-	Muito Baixo	0,5	2,0	20º	
84	Araraquara	4,28	Muito Baixa	0,5	1,9	Adequada	1,0	-	Muito Baixo	0,5	2,0	20º	
67	Votuporanga	17,83	Muito Baixa	0,5	1,6	Adequada	1,0	-	Muito Baixo	0,5	2,0	20º	
84	Araraquara (2)	1,69	Muito Baixa	0,5	1,9	Adequada	1,0	-	Muito Baixo	0,5	2,0	20º	
72	Jaci	10,52	Muito Baixa	0,5	5,5	Bastante Adequada	0,5	-	Muito Baixo	0,5	1,5	21º	

Fonte SIVEP MALÁRIA MS - CNES - EIA RIMA LT CC 600kv Porto



12.2 OBJETIVOS DO PACM

Geral:

- Reduzir os fatores de riscos de infecção por *Plasmodium sp.* aos trabalhadores da LT no decorrer das atividades laborativas da construção do empreendimento e, a população residente na área de influencia direta derivada do estabelecimento da cadeia de transmissão.

Específicos:

- Garantir medidas de prevenção e proteção contra a infecção de malária aos trabalhadores no decorrer da construção do empreendimento;
- Garantir início imediato ao tratamento para a malária e acompanhamento clínico aos trabalhadores portadores de *Plasmodium sp.*, sintomáticos ou não, buscando interromper a cadeia de transmissão.
- Garantir acesso imediato aos trabalhadores a testes rápidos ou de pesquisas microscópicas para o diagnóstico da malária durante as atividades ocupacionais do empreendimento.
- Garantir acesso aos trabalhadores às atividades educativas e preventivas fomentando comportamento protetor, pró-ativo e de auto-cuidado para a redução de riscos de exposição à infecção por *Plasmodium sp.*
- Desenvolver atividades educativas e de comunicação social sobre os fatores de risco de infecção por *Plasmodium sp.* a população residente na AID e All visando fomentar comportamento auto-protetor e de auto-cuidado na exposição aos riscos.

Em busca do alcance destes objetivos foi estruturado um tripé de ações direcionadas a saúde humana (na perspectiva individual e coletiva), ao ambiente e ao vetor. Estas ações envolverão as fases de implantação e operação do empreendimento tendo como norte a promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores no âmbito das responsabilidades do empreendimento e, da promoção e prevenção à saúde da população da área de influência direta e indireta do empreendimento.

Para tanto o PACM dividir-se à em cinco eixos norteadores com suas respectivas estratégias, ações, recursos necessários ao seu desenvolvimento, metas e indicadores de avaliação e monitoramento. Os recursos e as etapas de execução estão dispostos no cronograma de ações e na planilha orçamentária.

12.3 EIXOS NORTEADORES E ESTRATÉGIAS

12.3.1 EIXO 1 - ELIMINAÇÃO DE FONTES DE INFECÇÃO DE PLASMODIUM.SP. ENTRE OS TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO

Objetivo: Impedir que o trabalhador do empreendimento quando portador (sintomáticos ou assintomáticos) do patógeno da malária atue como fonte de infecção para anofelinos e, assim contribua para o estabelecimento da cadeia de transmissão da doença.

Estratégias: Busca ativa de portadores sintomáticos e assintomáticos de malária entre os trabalhadores do empreendimento (100%) da fase de contratação até o término das obras do empreendimento.

Ações: Avaliação clínica e realização de exames microscópicos (gota espessa) ou testes rápidos para malária associados à rotina do Programa de Saúde Ocupacional do empreendimento (na admissão, exames periódicos e demissão).

Recursos necessários: Humanos (médico, enfermagem e microscopista).

- Físicos (área física para ambulatório médico, enfermagem e laboratório de microscopia)
- Materiais (insumos biológicos, medicamentos antimaláricos e materiais de consumo específicos)
- Atualização e capacitação dos profissionais técnicos do Programa de Saúde do Empreendimento (clínica, laboratorial e epidemiológico para a malária) segundo a normatização e protocolos do Ministério da Saúde.

Meta

- 100% dos trabalhadores do empreendimento (admissão, periódico e rescisão do contrato de trabalho.)

Indicadores de Monitoramento e Avaliação

- Nº e % de trabalhadores com exames de microscopia ou teste rápido realizados
- Nº % de trabalhadores sintomáticos com exames positivos
- Nº % de trabalhadores assintomáticos com exames positivos
- Nº % de trabalhadores com exames positivos total

12.3.2 EIXO 2- DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO OPORTUNO E CORRETO DA MALÁRIA

Objetivo

- Curar e/ou reduzir incapacidades e complicações à saúde do trabalhador e, ainda cessar a produção de gametócitos (formas do parasita capaz de infectar os anofelinos) eliminando a condição de fonte de infecção do trabalhador e, conseqüentemente interromper a cadeia de transmissão.

Estratégias

- Proporcionar atenção médica, acesso a medicamentos, exames e serviços de saúde que garantam o diagnóstico e tratamento precoce e correto para a malária aos trabalhadores infectados (100%) reduzindo a morbimortalidade e as formas graves de malária.

Recursos

- Humanos (médico, enfermagem, microscopista).
- Físicos (ambulatório médico, laboratório de microscopia, leitos hospitalares, serviços de diagnose e terapia, serviços de remoção, equipamentos médicos e laboratoriais)
- Materiais (insumos biológicos, medicamentos, materiais e instrumentais específicos).

Ações

- Atenção ambulatorial e/ou hospitalar e/ou serviços de diagnose e terapia ao trabalhador através de serviços públicos ou conveniados ao empreendimento
- Articulação com a Vigilância em Saúde do Município para desenvolvimento das ações de controle, tratamento e vigilância dos casos suspeitos e confirmados.

Meta

- 100% dos trabalhadores do empreendimento

Indicadores de Monitoramento e Avaliação

- Nº e % de trabalhadores com infecção por plasmódio autóctone e por espécie do parasito
- Número e % de trabalhadores com infecção por plasmódio importado e por espécie do parasito
- Número e % de trabalhadores com infecção por plasmódio total e por espécie do parasito
- Intervalo entre os sintomas, diagnóstico e tratamento

12.2.3 EIXO 3 – REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS

Objetivo

- Redução da exposição física dos trabalhadores à picadas de anofelinos com a introdução de medidas de proteção química, mecânica, organizacionais e educativas.

Estratégias

- Planejamento e desenvolvimento das atividades operacionais considerando os hábitos das espécies de anofelinos da área do empreendimento identificados no estudo de Avaliação do Potencial Malarígeno.
- Atividades de educação e mobilização dos trabalhadores para o uso de vestimentas protetoras reduzindo a área corporal expostas.
- Fornecimento de produtos repelentes para o corpo e para área interna de alojamentos.
- Fornecimento de Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração (MILDS) aos trabalhadores nos alojamentos (*All Amazônia Legal)
- Telagem de portas, janelas e varandas dos alojamentos na área do empreendimento.
- Supervisão organizacional dos trabalhadores para o uso de medidas de proteção em especial daqueles que executarem atividades vespertinas e noturnas no empreendimento (seguranças).
- Termo-nebulização e ou nebulização química de criadouros ou áreas coletivas estratégicas visando eliminar as fêmeas contaminadas do ambiente (*All Amazônia Legal)
- Drenagem de criadouros temporários na área de influência direta ou situados em localizações estratégicas.

Recursos

- Humanos: Enfermeiro, técnico de enfermagem, biólogo e supervisores,
- Físicos: Área para realização de reuniões educativas com os trabalhadores
- Materiais: Vestimentas para os trabalhadores (calças, camisas, chapéus e bonés). Repelentes próprios para uso humano. Mosquiteiros Impregnados de Longa Duração (MILD). Telas para portas, varandas e janelas. Materiais educativos sobre malária. Equipamentos áudios-visuais. Veículos para deslocamento da equipe

Meta

- 100% dos trabalhadores do empreendimento
- 100% da população da área de influencia direta do empreendimento (Atividades educativas).

Indicadores de Monitoramento e Avaliação

- Nº e Proporção de (%) de trabalhadores beneficiários de cada meio protetor fornecido
- Nº e Proporção de (%) da população da AID beneficiária de cada meio protetor fornecido
- Nº e Proporção de (%) de trabalhadores participantes de cada atividade educativa
- Nº e Proporção de (%) da população da AID participantes de cada atividade educativa

12.2.4 EIXO 4 – AVALIAÇÃO E CONTROLE SELETIVO DE ANOFELINOS

Objetivo

- Desenvolver medidas de controle de anofelinos que sejam seguras para o ser humano e causem o menor impacto ambiental com vistas a reduzir a população de anofelinos

Estratégias

- Identificação das principais espécies vetores, densidade populacional e ritmo nictimeral dos anofelinos na área do empreendimento (AID) e seus criadouros acompanhadas pela APM (*All Amazônia Legal)
- Monitoramento contínuo dos criadouros, densidade e espécies na área do empreendimento (*All Amazônia Legal)
- Obras de ordenamento do meio para eliminação de criadouros dos mosquitos nas áreas de risco da AID a exemplo de limpeza e drenagem.
- Controle químico (espacial e/ou residual) seletivo de acordo com recomendações epidemiológicas e entomológicas do Ministério da Saúde e sob supervisão das ações de vigilância à saúde do município, caso haja indicação técnica derivada dos resultados obtidos pela Avaliação do Potencial Malarígeno - APM (*All Amazônia Legal)

Recursos

- Humanos (biólogo, entomólogo, auxiliar de campo, motorista);
- Materiais (armadilhas, instrumentais e equipamentos de coleta de mosquitos, barracas, microscópios, mobiliário, veículos, equipamento de borrifação (se necessário), insumos biológicos, produtos químicos larvicidas e/ou inseticidas) e
- Físicos (Laboratório de entomologia).

Meta

- Cobertura de 100% da área territorial de influência direta (AID) do empreendimento.

Indicadores de Monitoramento e Avaliação

- Nº e Proporção de (%) de criadouros monitorados;
- Nº e Proporção de (%) de criadouros positivos, espécie e densidade e
- Nº e Proporção de (%) de atividades realizadas de controle vetorial.

12.2.5 EIXO 5 - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO JUNTO AOS TRABALHADORES E COMUNIDADE

Objetivo

- Desenvolver atividades educativas e de orientação aos trabalhadores e a população da área de influencia direta e indireta sobre a malária visando à apropriação do conhecimento sobre os vetores, criadouros, mecanismos de transmissão, sintomas e tratamento da malária visando elevar a adoção de medidas individuais e coletivas de proteção, auto-cuidado, identificação e remoção de criadouros reduzindo a população de vetores.

Estratégias

- Oficinas comunitárias;
- Campanhas de mídia;
- Atividades educativas grupais com trabalhadores (100%) e comunidade (100% da AID);

Recursos

- Humanos: enfermeira, técnico de enfermagem, biólogo, medico;
- Materiais: audiovisuais, materiais gráficos, cartilhas, peças de radiodifusão, veículos, equipamentos audiovisuais e
- Físicos: área para a realização de reuniões educativas.

Meta

- 100% dos trabalhadores do empreendimento;
- 100% da população da área de influencia direta do empreendimento – AID (Atividades educativas) e
- Apoio e/ou desenvolvimento em parceria com a SEMUSA de no mínimo duas campanhas/eventos educativos contra a malária direcionada à população portovelhense.

Indicadores de Monitoramento e Avaliação

- Nº e Proporção de (%) de trabalhadores participantes de cada atividade educativa e
- Nº e Proporção de (%) da população da AII participantes de cada atividade educativa.

13. CRONOLOGIA DA AÇÕES

O cronograma das ações pautou-se pelo desenvolvimento dos eixos estruturantes e do cronograma de obras previsto pelos empreendedores (**Quadro 13-1**).

Considerando que a logística para a execução das atividades previstas no PACM aqui entendida como de responsabilidade do empreendedor, pode contemplar estratégias únicas e/ou combinadas (execução das ações na integra e/ou contratação e/ou pactuação com terceiros públicos ou privados) o encaminhamento definitivo será dado após a avaliação e pactuação com os gestores municipais e estaduais da AII da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01.

Quadro 13-1 - Cronograma de Ações do Plano Preliminar de Ação de Controle da Malária da LT CC 600kV Porto Velho Araraquara 2

Mês	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	
Elaboração e Conclusão do PACM	x	x	x	x																			
Pactuações entre gestores		x	x	x	x																		
Contratação e convênio entre parceiros				x	x	x	x	x															
Aquisição de materiais					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Eixo 1 - Eliminação de fontes de infecção de Plasmodium.sp entre os trabalhadores do empreendimento																							
Avaliação clínica e realização de exames microscópicos (gota espessa) ou testes rápidos para malária na rotina do PMSO					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Eixo 2 - Diagnóstico e Tratamento Oportuno e Correto da Malária																							
Atenção ambulatorial ou hospitalar ao trabalhador.					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ações de controle e vigilância dos casos suspeitos e confirmados.					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Eixo 3- Desenvolvimento de mecanismos de proteção para a redução da exposição aos riscos																							
Planejamento e desenvolvimento das atividades operacionais considerando os hábitos das espécies de anofelinos da área do empreendimento identificados no estudo de APM	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Atividades de educação e mobilização dos trabalhadores para o uso de vestimentas protetoras reduzindo a área corporal expostas.					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fornecimento de produtos repelentes para o corpo e inseticidas para ambiente externos					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fornecimento de MILDs aos trabalhadores					x	x	x		x									x					
Telagem de portas, janelas e varandas de acampamentos					x	x	x			x	x						x	x				x	x
Superv.organizacional dos trabalh.p/ uso de medidas de proteção					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Eixo 4 – Avaliação e controle seletivo de anofelinos																							
Identificação das principais espécies vetores, densidade pop.e ritmo nictimeral na AID e seus criadouros.	x	x	x	x	x	x							x								x		
Monitoramento de criadouros, densidade e das espécies na AID					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Obras de ordenamento do meio para eliminação de criadouros dos mosquitos nas áreas de risco da AID.					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Eixo 5 - Educação e Comunicação junto aos trabalhadores e comunidade																							
Oficinas comunitárias e Campanhas de mídia								x					x				x					x	
Atividades educativas grupais c/trabalhadores e comunidade da AID							x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Apoio e/ou desenvolvimento conjunto com a SMSde atividades educativas contra a malária direcionada à população												x									x		
Monitoramento e Avaliação do PACM							x				x				x			x				x	
Período de execução previsto: Junho de 2010 a Novembro de 2011																							

14. ESTIMATIVAS DE RECURSOS NECESSÁRIOS

Os recursos necessários para a implantação do PACM serão discutidos oportunamente entre a SVS a nível federal, estadual e municipal, os quais se pautarão na necessidade de recursos humanos, materiais e na estrutura técnico-assistencial necessária para as ações de saúde previstas para os trabalhadores e considerando as responsabilidades do empreendedor frente às normativas estabelecidas pela legislação.

Ações complementares deverão ser desenvolvidas pelos gestores públicos nos três níveis de governo no âmbito da vigilância em saúde pública cujas às responsabilidades e os recursos necessários serão previstos no nível de cada gestão. No processo de pactuação poderão ser redefinidas as atribuições com vistas a integrar recursos e esforços para o controle da malária na região.

Ressalta-se porem que, como serão desenvolvidos dois empreendimentos paralelos a parceria entre os empreendedores e/ou se a construção ocorrer em lotes os custos da execução do PACM estima-se que a depender da organização do processo de trabalho os custos possam ser reduzidos em torno de 30% com a otimização dos recursos e, o aproveitamento da logística de execução para ambos os empreendimentos.

15. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As ações previstas para o PACM poderão ser eventualmente readequadas no decorrer da sua execução, em especial as previstas no Eixo 4 – Avaliação e Controle Seletivo de Vetores que poderá incluir a nebulização de áreas que apresentem maior risco de infecção, com o objetivo de eliminar as fêmeas infectadas principalmente em áreas que eventualmente estejam locados os canteiros de obras e alojamentos.

Tais medidas caso sejam necessárias, deverão obrigatoriamente envolver discussão técnica com as áreas de vigilância da gestão municipal e/ou estadual tendo em vista as normativas técnicas do Ministério da Saúde que envolve tais procedimentos.

Os dados epidemiológicos contidos neste estudo ratificam a condição endêmica de alto risco da All e AD da LT que decrescendo no Grupo I ao IV. Segue recomendações técnicas sobre aspectos logísticos do empreendimento.

- **Instalações de canteiros de obras**

As instalações dos canteiros de obras são ambientes que servem de base para a construção da LT providos de espaços destinados a escritórios, refeitórios, almoxarifado, pátio de estacionamento de caminhões, instalações sanitárias, oficinas, dentre outras infraestruturas. Nessa perspectiva constitui-se em ponto de agregação de trabalhadores expondo-os à picadas de vetores da região além de exigir a

permanência no local de serviços de segurança, expondo esses indivíduos à atividade hematofágica noturna dos anofelinos.

Recomendação: Os assentamentos de canteiros de obras devem localizar-se afastados de consideração aspectos ambientais que favorecem a proliferação de anofelinos. Assim tais como ambientes de várzeas, com rios ou igarapés, com braços mortos, que retenham água na forma estagnada, formando criadouros. Devem também estar afastados de coleções de águas paradas de uso econômico, como bebedouros de gado, represas de irrigação ou para fins de criação de peixes, dentre outras finalidades. O afastamento desses sítios deve levar em consideração o raio de vôo médio de um anofelino, estimado em 2 km.

Caso seja inevitável, por motivos técnicos, o afastamento dessa infraestrutura de locais propícios à proliferação de anofelinos, tais criadouros devem ser monitorados conforme ações previstas no Eixo 4. Os profissionais das secretarias municipais de saúde devem ter as credenciais para atuar na prevenção da malária, com licença de aplicações de produtos químicos ou biológicos nos criadouros e mesmo manejo ambiental, para evitar a infestação de mosquitos, entre outras alternativas de manejo integrado. Caso haja necessidade de aplicações de produtos em criadouros, recomenda-se optar por biolarvicidas não poluentes. Para os indivíduos que permanecerem nessas bases durante a noite, como os componentes dos serviços de segurança, as ações de controle dão fundamentais para minimizar o risco de exposição aos mosquitos.

- **Instalação de alojamentos**

Essas acomodações ficam geralmente associadas aos canteiros de obras, mas poderão ser necessários estar alocados em outros sítios, ao longo da LT, principalmente devido às distâncias para um empreendimento de grande porte como esse planejado. Nesses ambientes os trabalhadores pernoitam ficando essas instalações praticamente vazias durante as horas de sol.

Recomendação: Os critérios de escolha de local para a instalação de alojamentos devem ser semelhantes aos recomendados no item anterior. Além disso, a estrutura desses ambientes deve ser projetada para evitar a entrada de mosquitos noturnos (inclusive anofelinos) nos seus ambientes internos. Assim, suas portas e janelas devem ser teladas, com malhas finas, de aberturas menores que um mosquito adulto. Os refeitórios e áreas de lazer, como por exemplo, sala de TV, devem estar situadas em ambientes internos e também devem ser dotadas de barreiras de telas de malha fina em suas portas e janelas.

O trabalho educativo deve ser implementado junto ao serviço de saúde do empreendimento, para alertar os trabalhadores a não se exporem de forma

desprotegida fora dos alojamentos, principalmente no início da noite, hora usualmente de maior atividade de anofelinos. O uso de mosquiteiro impregnado com inseticidas deve ser promovido. Caso seja necessário a circulação no ambiente externo, deve usar roupas protetoras, como camisas de manga comprida, calça comprida, sapatos fechados ou botas, bonés, dentre outras opções. Caso o indivíduo saia com partes do corpo expostas, nessas superfícies devem aplicar repelentes de mosquitos e para tal, o serviço médico do empreendimento deve selecionar a melhor opção encontrada no mercado desses produtos.

- **Alojamentos de trabalhadores em sítios urbanos**

Pelo fato da linha de transmissão cortar vários municípios nos Estados situados na área endêmica de malária, à medida que as frentes de trabalho forem se deslocando, terão necessidade de abrigo e a opção por estadias em hotéis ou imóveis alugados para servirem de alojamentos transitórios representam possibilidades de acomodações. Atualmente a transmissão da malária tem tido tendência de se estabelecer, na Amazônia Legal, principalmente nos arredores das cidades. Devido ao raio de vôo dos anofelinos, se o núcleo urbano for pequeno, mesmo as áreas mais centrais podem estar vulneráveis à atividade hematofágica.

Recomendações: O responsável pelo trajeto dos trabalhadores e suas acomodações, deve selecionar as opções mais seguras para hospedagem. Para tanto, deve, de forma associada ao serviço médico e ao serviço de saúde local, vistoriar previamente os locais de hospedagem. Em caso de alojamentos alugados, como residências, deve ser providenciada a telagem de portas e janelas. Outras recomendações do item 2, também podem ser adaptadas para tal situação. Deve ser observado o entorno do imóvel, para verificar a possibilidade de existência de criadouros nas vizinhanças e selecionar sempre que possível os pontos distantes a pelo menos dois quilômetros de ambientes de proliferação de anofelinos.

- **Deslocamentos de trabalhadores ao longo da LT**

A construção de uma LT é trabalho itinerante. As frentes de trabalho se deslocam abrindo caminhos de acesso, desbastando a vegetação, limpando a faixa de servidão, instalando as torres e lançando os cabos, dentre outras atividades. Assim sendo, os trabalhos de uma dessas equipes progride recortando a paisagem e a cada deslocamento esses indivíduos se deparam com novos ambientes, estando sujeitos aos riscos inerentes à paisagem. Assim, no longo trajeto dessa LT, os trabalhadores atravessarão interflúvios, vales, áreas brejosas, rios, matas, campos de cultura, pastagens, dentre outras variações do ambiente. O risco de picada de vetores é inerente ao trabalho em execução. Como a atividade de construção é diurna, não coincide com o ritmo de hematofagia de anofelinos que é predominantemente noturno,

minimizando o potencial malarígeno restrito ao tipo de trabalho. Entretanto, há vetores diurnos, hematófagos, representados por outros culicídeos (Culicidae), borrachudos (Simuliidae) e maruins (Ceratopogonidae) que podem veicular inúmeros patógenos, entre os quais se destacam os arbovírus. Chama a atenção os mosquitos do gênero *Haemagogus* e *Aedes*, que podem veicular o vírus da febre amarela, infecção enzootica na região.

Recomendações: Mesmo ao se considerar ser baixa a possibilidade de infecção malárica na atividade direta de construção da LT, não se pode descartar o risco de infecções por arbovírus, veiculadas por hematófagos diurnos. Assim sendo, deve-se adotar o princípio da precaução e evitar a exposição a esses insetos. Neste caso sugere o uso de vestimentas apropriadas para diminuir a área exposta à picadas e também, podendo associar a essa medida, o uso de repelentes impregnados nas roupas ou de uso tópico.

Para essas indicações, o serviço médico do empreendimento deve recorrer aos responsáveis pelo controle de vetores de níveis estadual ou federal, para a busca das opções melhores e não incorram em riscos colaterais. Em outra frente, as alterações da paisagem inerentes ao trabalho de implantação da linha, podem criar sítios de proliferação de vetores. Uma das atividades que deve ser levada em consideração é a abertura de caminhos de acesso à linha, que serão usados tanto na construção, como na fase de operação, em serviços de manutenção. Sendo assim, essas intervenções tornam-se permanentes. Assim, os trabalhos de engenharia atrelados à implantação de vias de acesso, devem ser orientados para que não interrompam os fluxos naturais das águas, gerando mais criadouros na área já considerada endêmica para a malária.

- **Áreas de riscos de infecção mais elevados**

Em sua longa extensão a LT atravessará municípios em que o risco de infecção por malária é mais elevado. Tais lugares são geralmente caracterizados pela elevada densidade de anofelinos, principalmente representada pela presença de seu principal vetor, o *Anopheles darlingi* e também, por vetores secundários, principalmente os anofelinos do complexo *Albitarsis*.

Na pesquisa para a elaboração da APM e nos dados epidemiológicos a região onde se situa Porto Velho pela presença de *Anopheles darlingi* e os municípios do seu entorno, representado pelo município de Vila Velha da Santíssima Trindade se detectou a intensa presença de *Anopheles deaneorum*, portanto áreas de riscos de infecção mais elevada.

A presença do vetor nas concentrações humanas favorece o ciclo de transmissão, ou seja, mais pessoas estão expostas às picadas dos anofelinos. Nesse sentido, o

município de Porto Velho seria a região da linha em que o potencial malarígeno pode ser visto como mais elevado, pois nessa localidade a LT corta paisagens onde a concentração humana é mais intensa, pela proximidade da capital.

Recomendações: Para as áreas de alto risco o serviço de saúde do empreendimento deve sistematicamente supervisionar as ações de controle e através da parceria com o serviço de vigilância local atuar preventivamente, com mais ênfase. A lógica da prevenção adotada nas recomendações já citadas continua válida, mas pode não ser suficiente. É necessária a integração com o serviço de saúde local, para juntos articularem estratégias específicas para cada situação.

- **Deslocamentos para novos municípios**

Devido à natureza itinerante do trabalho de instalação de uma LT, diferentes equipes de distintas empreiteiras estarão se deslocando ao longo do trajeto do Empreendimento, passado por vários municípios nos dois Estados situados na Amazônia Legal, área considerada endêmica para a malária e em Estados não endêmicos.

Recomendações: Os deslocamentos devem ser coordenados pela direção do Empreendimento, de modo que as Secretarias de Saúde dos municípios receptores das equipes sejam avisadas quanto às datas de chegada e saída de seus territórios de abrangência. Ao serviço de saúde do Empreendimento recomenda-se que esteja inteirado da situação epidemiológica dos municípios em que suas equipes estiverem alocadas. As atividades preventivas relativas à entomologia devem ser comunicadas aos serviços de controle de vetores municipais, bem como, as ações de controle de anofelinos, se necessárias feitas em parceria.

- **Fase de operação**

Após a construção a LT entra a fase de operação o tempo de duração é indefinido. A principal atividade que envolve a colocação de trabalhadores no ambiente da linha é a sua manutenção. Nesse caso, equipes com número reduzido de participantes, técnicos e auxiliares fazem esse serviço rotineiro.

Recomendação: Para as equipes de manutenção deve ser dada toda a atenção, de forma permanente. O serviço de saúde e de prevenção de riscos do trabalho deve inserir para esses operários as orientações educativas, com reforços periódicos e os cuidados propostos no PACM para as atividades de risco. Nessa oportunidade deverá ser dada ênfase ao comportamento para minimizar o risco de infecção com plasmódios humanos e demais infecções veiculadas por vetores, entre outros tópicos da saúde geral.

Passagem da área endêmica para a não endêmica e vice-versa

A divisa entre os Estados de Mato Grosso e Goiás demarcam a linha entre a área considerada endêmica para a malária e a área não endêmica. Assim, o trajeto da LT a partir de Porto Velho, RO, até a referida divisão política cobre a área admitida como de risco para essa infecção, enquanto a parte restante da LT, até o município de Araraquara, SP, é vista como região livre de transmissão.

Essa região que não é foco desse estudo há fauna anofélica com espécies com competência e capacidade para veicular plasmódios humanos, inclusive o *Anopheles darlingi* e demais vetores secundários, embora o risco de transmissão seja considerado baixo deve-se ter algumas medidas.

Recomendação: Nesse contexto epidemiológico, recomenda-se que todo o trabalhador que atravessar o limite supracitado seja analisado sob sua condição de portador de plasmódios por meio do exame de sangue. Caso comprove a infecção esses indivíduos devem ser tratados até a negatização de seus exames, para que possam exercer suas atividades nas distintas áreas. Essa preocupação é maior no sentido Porto Velho – Araraquara, sendo que o objetivo dessa triagem tem como meta evitar a contaminação de anofelinos da área não endêmica, com risco de evolução para surtos nessa região, considerada livre de malária.

De uma maneira geral este documento denominado Plano Preliminar de Ação de Controle da Malária na LT Coletora 600kv CC Porto Velho Araraquara 2 nº 01 explicita o compromisso dos empreendedores no decorrer da construção e operação do empreendimento, em desenvolvê-las para minimizar os riscos de infecção de malária dos seus trabalhadores e, contribuir para a redução dos riscos de infecção para a população situada nas Áreas de Influência Direta e Indireta.

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, R. C. B. **Malária in Brazil: Trends in the Last Ten Years.** Cad Saúde Públ., Rio de Janeiro, 11 (1): 128-136, Jan/Mar, 1995.

GOIAS, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - **Plano Diretor de Regionalização – PDR, 2008** - disponível no endereço eletrônico www.saude.go.gov.br. GOIÂNIA 2004, 2ª Ed.rev.

LAURENTI R, Jorge MHPM, Lebrão, ML, Gotlieb SLD. Estatísticas de Saúde. 2. ed. São Paulo: PEDAGÓGICA UNIVERSITÁRIA, 2006.

MATO GROSSO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - **Plano Diretor de Regionalização – PDR, 2005** - disponível no endereço eletrônico www.saude.mt.gov.br. GOIÂNIA 2004, 2ª Ed.rev.

MINAS GERAIS, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE. **Plano Estadual de Saúde, 2008-2011** disponível no endereço eletrônico www.saude.mg.gov.br. Data de acesso: 07.03.2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE (a), Secretaria de Vigilância em Saúde, Portaria – Portaria Nº 47, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Avaliação do Potencial Malarígeno e o Atestado de Condição Sanitária para os projetos de assentamento de reforma agrária e para outros empreendimentos, nas regiões endêmicas de malária.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (b), Secretaria de Vigilância em Saúde, Portaria Nº 45, de 13 de dezembro de 2007, **Dispõe sobre a emissão de Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno e do Atestado de Condição Sanitária** pelas Secretarias de estado da Saúde pertencentes à Amazônia Legal.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (c), Secretaria de Vigilância em Saúde, Nota Técnica Nº 16 – de 16 de junho de 2009, CGPNM/DEVEP/SVS/MS – **Diretrizes para elaboração do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM).**

MINISTÉRIO DA SAÚDE (d), Secretaria de Vigilância em Saúde - **Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária – Malária no Brasil.** Brasília – DF. Disponível em www.svs.saude.gov.br acessado em 17/01/2010

MINISTÉRIO DA SAÚDE (e). Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde, Brasil, 2005: Uma análise de situação de saúde no Brasil.** – Brasília, Ministério da Saúde, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (f). Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde, Brasil, 2006: Uma análise de situação de saúde no Brasil.** – Brasília, Ministério da Saúde, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (g). Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Saúde, **Brasil, 2007: Uma análise de situação de saúde no Brasil**. – Brasília, Ministério da Saúde, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (h). Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde, Brasil, 2008: Uma análise de situação de saúde no Brasil**. – Brasília, Ministério da Saúde, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (i). **Doenças infecciosas e parasitárias**, Série B. Textos básicos de Saúde. Brasília, DF, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Assistência a Saúde - CNES**. [base de dados na internet]. (k)Brasília: Ministério da Saúde. 2010 [acesso em 14/01/2010] Disponível em: www.cnes.datasus.gov.br.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica (i) - SIVEP**. [base de dados na internet]. Brasília: Ministério da Saúde. 2006, 2007 e 2008 [acesso em 14/01/2010] Disponível em: www.datasus.gov.br.

3.6.5.5. EDUCAÇÃO

a. Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Técnico na AI

Nos 89 municípios que compõem a Área de Influência Indireta do empreendimento, o ensino regular da Pré-escola ao Ensino Médio é oferecido pela rede pública em todos os municípios analisados. Já a rede privada é ausente em 12 municípios rondonienses, 15 municípios matogrossenses, um município goiano, um município mineiro, e ainda 9 dos municípios paulista. O município goiano de Jataí, bem como os matogrossenses Colorado do Oeste, Ji-Paraná e Ariquemes, oferecem vagas na rede federal, de ensino médio, seja regular ou profissionalizante.

No tocante ao ensino técnico foi notado uma baixíssima oferta ao longo do trecho 1: Porto Velho(RO) – Nova Lacerda(MT), identificado apenas nos municípios de Porto Velho (RO), Ariquemes (RO), Ji-Paraná (RO), Colorado do Oeste (RO), Ouro Preto do Oeste (RO) e Rolim de Moura (RO). No trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia (MT) somente nos municípios de Santo Antonio do Leverger (MT); Pontes Lacerda (MT); Cuiabá, a capital; Rondonópolis (MT) e Poxoréu (MT) possuem instituições de ensino técnico. O município de Jauru (MT) há também oferta de cursos técnicos com a presença de instituições com o SENAC. No trecho 3, por se tratar de um trecho que envolve três estados (GO, MG e SP) a caracterização dos mesmos são distintas, Nos municípios goianos foi observado curso profissionalizante em Mineiros e Jataí. Nos municípios mineiros há oferta de cursos profissionalizantes apenas em Itarumã (MG). Nos municípios paulistas, observou-se maior oferta de cursos profissionalizantes, em Fernandópolis, Ouroeste, Monte Aprazível, Poloni, Neves Paulista, Urupês, Itápolis e Gavião Peixoto.

(1) Rondônia

Na área rondoniense em estudo, o ensino regular da Pré-escola ao Ensino Médio é oferecido pela rede pública em todos os municípios analisados. Em 2009, considerando todos os níveis de ensino, o maior número das matrículas ocorreu no município de Porto Velho, capital estadual e município mais populoso. É importante destacar que grande parte dos municípios da área em estudo rondoniense não dispõe de rede privada de ensino em nenhum dos níveis analisados à exceção de: Porto Velho, Ariquemes, Colorado do Oeste, Jarú, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Presidente Médici e Rolim de Moura.

No ano de 2009, de acordo com o Censo Escolar do INEP, a maior parte das matrículas ocorreu no nível do Ensino Fundamental, acompanhando tendência

apresentada pelo Estado de Rondônia como um todo. Neste nível de ensino, da rede pública, predominam as matrículas em escolas da rede municipal nos anos iniciais e em escolas da rede estadual nos anos finais. Todos os municípios analisados possuem matrículas no Ensino Fundamental nas redes municipais e estaduais de ensino.

O Ensino Médio regular é oferecido pela rede estadual em todos os municípios rondonienses que serão atravessados pela LT Madeira. Na rede privada, apenas os municípios de Colorado do Oeste e Presidente Médici não possuem vagas no Ensino Médio, dentre aqueles municípios citados anteriormente que dispõe desta rede de ensino. A rede municipal, neste nível de ensino, está presente apenas no município de Nova Brasilândia D'Oeste. Nos municípios de Colorado do Oeste e Ji-Paraná, há, ainda, matrículas no Ensino Médio na rede federal de ensino.

O Ensino Profissional de Nível Técnico é oferecido em Porto Velho, Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e Rolim de Moura. Há vagas na rede estadual apenas no município de Porto Velho, vagas na rede federal apenas nos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná e vagas na rede privada de ensino nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Colorado do Oeste, Ouro Preto do Oeste e Rolim de Moura.

A Educação de Jovens e Adultos é oferecida em todos os municípios rondonienses da área em estudo, à exceção de Primavera de Rondônia. Além disso, no nível do Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos também não é oferecida em Teixeiraópolis, Castanheiras, Cacaúlândia e Alto Paraíso.

A educação infantil, no nível da Pré-Escola, é oferecida em todos os municípios da área rondonienses em estudo, predominantemente pela rede municipal, mas também havendo vagas na rede particular. O nível da creche não é oferecido nos municípios de Castanheiras, Cacaúlândia, Corumbiara, Parecis e São Felipe D'Oeste. Nos demais, há vagas nas redes municipais e privadas.

Quadro 3.6.5.5.-1 – Matrícula Inicial por nível de ensino nos municípios da AII/Rondônia– 2009

AII	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
AII Mesorregional Madeira Guaporé	CANDEIAS DO JAMARI	Estadual	0	0	624	1.180	394	0	499	450	0	0
		Municipal	174	528	1.614	273	0	0	597	0	0	0
		Total	174	528	2.238	1.453	394	0	1.096	450	0	0
	PORTO VELHO	Estadual	596	691	15.540	27.349	10.782	522	8.067	10.256	559	738
		Municipal	1.394	7.720	22.563	3.594	0	0	4.606	0	0	0
		Privada	816	2.216	5.067	4.121	2.344	934	172	62	0	0
Total	2.806	10.627	43.170	35.064	13.126	1.456	12.845	10.318	559	738		
AII Mesorregional Leste Rondoniense	ALTO PARAISO	Estadual	0	0	321	611	903	0	0	0	0	0
		Municipal	57	143	1.534	1.043	0	0	193	0	0	0
		Total	57	143	1.855	1.654	903	0	193	0	0	0
	ARIQUEMES	Estadual	0	0	1.912	3.470	3.567	0	951	1.784	1.062	649
		Federal	0	0	0	0	0	143	0	0	0	0
		Municipal	324	1.330	6.993	3.819	0	0	1.591	0	22	0
		Privada	462	826	683	483	239	191	147	0	136	160
		Total	786	2.156	9.588	7.772	3.806	334	2.689	1.784	1.220	809
	CABIXI	Estadual	0	0	164	622	244	0	133	94	31	0
		Municipal	57	141	355	0	0	0	0	0	0	0
		Total	57	141	519	622	244	0	133	94	31	0

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial										
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²	
All Mesorregional Leste Rondoniense	CACAUÂNDIA	Estadual	0	0	0	369	301	0	0	0	0	0	0
		Municipal	0	103	613	178	0	0	31	0	0	0	0
		Total	0	103	613	547	301	0	31	0	0	0	0
	CASTANHEIRAS	Estadual	0	0	151	248	283	0	20	0	0	0	0
		Municipal	0	69	247	175	0	0	72	0	0	0	0
		Total	0	69	398	423	283	0	92	0	0	0	0
	CHUPINGUAIA	Estadual	0	0	189	461	389	0	82	42	0	0	0
		Municipal	141	219	771	338	0	0	166	0	0	0	0
		Total	141	219	960	799	389	0	248	42	0	0	0
	COLORADO DO OESTE	Estadual	0	0	1.005	1.247	824	0	354	343	195	161	
		Federal	0	0	0	0	335	0	0	17	0	0	
		Municipal	65	293	405	415	0	0	0	0	0	0	
		Privada	0	28	26	0	0	195	0	0	0	0	
		Total	65	321	1.436	1.662	1.159	195	354	360	195	161	
	CORUMBIARA	Estadual	0	0	367	513	411	0	47	38	72	55	
		Municipal	0	119	441	370	0	0	0	0	0	0	
		Total	0	119	808	883	411	0	47	38	72	55	
	JARU	Estadual	0	0	2.369	3.026	2.286	0	558	1.160	477	459	
		Municipal	521	1.224	2.677	1.527	0	0	639	0	0	0	
		Privada	39	234	184	85	73	0	0	0	0	0	
Total		560	1.458	5.230	4.638	2.359	0	1.197	1.160	477	459		

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
All Mesorregional Leste Rondoniense	JI-PARANA	Estadual	0	0	6.809	8.408	4.085	0	1.237	2.411	562	525
		Federal	0	0	0	0	149	98	0	0	0	0
		Municipal	215	1.577	2.815	959	0	0	826	0	0	0
		Privada	354	810	867	707	481	0	132	56	0	0
		Total	569	2.387	10.491	10.074	4.715	98	2.195	2.467	562	525
	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	Estadual	0	0	633	746	907	0	248	115	286	113
		Municipal	132	317	1.139	992	76	0	0	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	132	317	1.772	1.738	983	0	248	115	286	113
	OURO PRETO DO OESTE	Estadual	0	0	1.453	2.140	1.225	0	105	627	187	140
		Municipal	478	1.095	1.960	1.124	0	0	789	0	71	0
		Privada	0	78	189	151	50	298	0	0	0	0
		Total	478	1.173	3.602	3.415	1.275	298	894	627	258	140
	PARECIS	Estadual	0	0	45	174	193	0	55	35	0	0
		Municipal	0	81	399	236	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	0	81	444	410	193	0	55	35	0	0
	PIMENTA BUENO	Estadual	0	0	1.135	2.493	1.371	0	417	561	258	206
		Municipal	359	756	1.705	231	0	0	91	0	10	0
		Privada	36	103	177	117	82	0	79	32	0	0
		Total	395	859	3.017	2.841	1.453	0	587	593	268	206
	PRESIDENTE MEDICI	Estadual	0	0	1.291	1.432	900	0	263	215	339	244
		Municipal	160	512	600	494	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	24	44	0	0	0	116	0	0	0
Total		160	536	1.935	1.926	900	0	379	215	339	244	

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial										
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²	
All Mesorregional Leste Rondoniense	PRIMAVERA DE RONDONIA	Estadual	0	0	0	386	176	0	0	0	0	0	0
		Municipal	52	88	421	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	52	88	421	386	176	0	0	0	0	0	0
	ROLIM DE MOURA	Estadual	0	0	3.051	3.825	2.607	0	369	408	243	249	
		Municipal	261	1.136	1.522	708	0	0	178	0	0	0	
		Privada	68	92	209	136	67	144	0	0	0	0	
		Total	329	1.228	4.782	4.669	2.674	144	547	408	243	249	
	SAO FELIPE D OESTE	Estadual	0	0	53	296	286	0	46	44	0	0	
		Municipal	0	156	493	329	0	0	0	0	0	0	
		Total	0	156	546	625	286	0	46	44	0	0	
	TEIXEIROPOLIS	Estadual	0	0	125	130	306	0	0	0	52	24	
		Municipal	41	57	401	351	0	0	23	0	0	0	
		Total	41	57	526	481	306	0	23	0	52	24	
	RONDÔNIA	Estadual	596	691	54.762	88.140	55.511	522	19.949	25.720	8.926	7.337	
		Federal	0	0	0	0	484	241	0	17	0	0	
		Municipal	6.904	28.491	92.625	41.966	129	0	14.834	384	251	82	
		Privada	2.621	5.903	9.762	7.762	4.813	2.233	1.248	304	136	160	
		Total	10.121	35.085	157.149	137.868	60.937	2.996	36.031	26.425	9.313	7.579	

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 – Educacenso 1 Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial 2 Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

(2) Mato Grosso

Na área mato-grossense em estudo, o ensino regular da Pré-escola ao Ensino Médio é oferecido pela rede pública em todos os municípios analisados. Em 15 dos 28 municípios, não há rede privada de ensino. São eles: Acorizal, Alto Paraguai, Jangada, Santo Antônio do Leverger, Alto Garças, Guiratinga, São José do Povo, Jauru, Lambari D'Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Lacerda, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e Vale de São Domingos. Em 2009, considerando todos os níveis de ensino, a maior parte das matrículas ocorreu no município de Cuiabá, capital do Estado.

De acordo com o Censo Escolar do INEP, em 2009, a maior parte das matrículas iniciais ocorreu no nível do Ensino Fundamental, acompanhando a tendência apresentada pelo Estado de Mato-Grosso. Neste nível de ensino, a rede municipal é preponderante na oferta de vagas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, em alguns municípios, predomina a rede estadual como em Jangada, Santo Antônio do Leverger, Alto Garças, Guiratinga, Jaciara, Juscimeira, Poxoréo, Barra dos Bugres, Jauru, Lambari D'Oeste e Pontes e Lacerda. Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a predominância é da rede estadual, salvo algumas exceções, onde a rede municipal predomina como em Campo Verde, Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Rio Branco e Vale de São Domingos.

De uma maneira geral, a oferta de Ensino Médio é exclusividade das redes estadual e privada, com expressiva predominância da rede estadual. No entanto, nos municípios de Cuiabá, Santo Antônio do Leverger e Pontes e Lacerda também há vagas na rede federal. Já em outros municípios, só há matrículas do Ensino Médio na rede estadual, como nos municípios citados anteriormente que não possuem rede privada de ensino, à exceção de Santo Antônio do Leverger, que também oferece vagas na rede federal.

A Educação Profissional de Nível Técnico é oferecida somente em alguns dos municípios em estudo. Há vagas na rede federal em Cuiabá, Santo Antônio do Leverger e Pontes e Lacerda, na rede privada em Cuiabá, Poxoréo e Rondonópolis, e na rede estadual apenas em Rondonópolis. A Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental, é oferecida em todos os municípios mato-grossenses em estudo. No nível do Ensino Médio, a EJA não é oferecida somente em Acorizal, Guiratinga, Poxoréo, Araputanga e Nova Lacerda.

Quanto à Educação Infantil, o nível da pré-escola é oferecido em todos os municípios da área mato-grossense em estudo, predominantemente pela rede municipal, mas também pela rede particular em vários municípios, e, ainda, pela rede estadual em

Cuiabá e Vale do São Domingos. Já o nível da creche não é oferecido apenas no município de Reserva do Cabaçal. Nos demais, há vagas predominantemente na rede municipal de ensino.

Quadro 3.6.5.5-2 - Matrícula Inicial por nível de ensino nos municípios da AII/Mato Grosso – 2009

AII	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
AII Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	ACORIZAL	Estadual	0	0	226	503	354	0	74	0	0	0
		Municipal	37	153	307	4	0	0	55	0	0	0
		Total	37	153	533	507	354	0	129	0	0	0
	ALTO PARAGUAI	Estadual	0	0	354	590	323	0	216	100	0	0
		Municipal	97	136	438	19	0	0	14	0	0	0
		Total	97	136	792	609	323	0	230	100	0	0
	CUIABÁ	Estadual	405	319	10.591	22.365	19.226	0	6.638	7.400	0	41
		Federal	0	0	0	0	614	1.262	30	264	0	0
		Municipal	4.827	8.900	22.754	7.787	0	0	2.550	0	40	0
		Privada	2.857	2.667	8.019	8.284	6.871	694	111	384	59	130
		Total	8.089	11.886	41.364	38.436	26.711	1.956	9.329	8.048	99	171
	JANGADA	Estadual	0	0	657	651	446	0	108	40	0	0
		Municipal	35	212	219	69	0	0	0	0	0	0
		Total	35	212	876	720	446	0	108	40	0	0
	ROSÁRIO OESTE	Estadual	0	0	452	671	681	0	326	172	36	0
		Municipal	50	287	847	621	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	120	189	87	0	0	0	0	0	0
		Total	50	407	1.488	1.379	681	0	326	172	36	0
	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	Estadual	0	0	1.154	1.366	698	0	336	183	0	0
		Federal	0	0	0	0	263	126	0	28	0	0
Municipal		209	387	570	57	0	0	18	0	0	0	
Total		209	387	1.724	1.423	961	126	354	211	0	0	

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	ALTO ARAGUAIA	Estadual	0	0	586	611	488	0	267	233	0	0
		Municipal	92	314	734	458	0	0	127	0	0	0
		Privada	0	18	83	77	63	0	0	0	0	0
		Total	92	332	1.403	1.146	551	0	394	233	0	0
	ALTO GARCAS	Estadual	0	0	445	614	253	0	92	122	0	0
		Municipal	130	297	406	96	0	0	52	0	0	0
		Total	130	297	851	710	253	0	144	122	0	0
	CAMPO VERDE	Estadual	0	0	403	643	1.472	0	151	198	0	0
		Municipal	84	567	2.173	1.685	0	0	261	0	18	0
		Privada	0	252	250	190	93	0	0	0	0	0
		Total	84	819	2.826	2.518	1.565	0	412	198	18	0
	GUIRATINGA	Estadual	0	0	514	782	715	0	118	0	0	0
		Municipal	110	180	417	39	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	110	180	931	821	715	0	118	0	0	0
	JACIARA	Estadual	0	0	1.162	1.491	1.132	0	388	288	0	32
		Municipal	345	574	881	371	0	0	119	0	0	0
		Privada	119	63	156	147	104	0	0	0	0	0
		Total	464	637	2.199	2.009	1.236	0	507	288	0	32
	JUSCIMEIRA	Estadual	0	0	596	827	555	0	244	178	0	0
Municipal		178	322	295	95	0	0	86	0	0	0	
Privada		0	7	7	0	0	0	0	0	0	0	
Total		178	329	898	922	555	0	330	178	0	0	

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	PEDRA PRETA	Estadual	0	0	548	843	712	0	197	197	0	0
		Municipal	106	387	805	462	0	0	80	0	0	0
		Privada	0	16	41	0	0	0	0	0	0	0
		Total	106	403	1.394	1.305	712	0	277	197	0	0
	POXORÉO	Estadual	0	0	803	1.071	828	0	148	0	0	0
		Municipal	0	384	623	349	0	0	0	0	0	0
		Privada	71	0	0	0	52	73	0	0	0	0
		Total	71	384	1.426	1.420	880	73	148	0	0	0
	SAO JOSÉ DO POVO	Estadual	0	0	126	205	237	0	40	29	6	58
		Municipal	20	78	134	60	0	0	18	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	20	78	260	265	237	0	58	29	6	58
	RONDONÓPOLIS	Estadual	0	0	6.081	10.606	8.933	179	1.902	2.905	0	0
		Municipal	1.236	2.297	7.135	2.065	0	0	1.389	0	11	0
		Privada	1.375	1.724	1.894	1.333	776	70	3	55	5	1
		Total	2.611	4.021	15.110	14.004	9.709	249	3.294	2.960	16	1
	ARAPUTANGA	Estadual	0	0	426	865	903	0	171	0	0	0
		Municipal	149	392	906	129	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	25	68	63	54	0	0	0	0	0
		Total	149	417	1.400	1.057	957	0	171	0	0	0
	BARRA DO BUGRES	Estadual	0	0	1.809	1.803	1.546	0	915	554	17	38
		Municipal	199	770	1.115	694	0	0	0	0	0	0
		Privada	0	49	90	104	34	0	0	0	0	0
		Total	199	819	3.014	2.601	1.580	0	915	554	17	38

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	COMODORO	Estadual	0	0	430	417	821	0	77	141	0	0
		Municipal	221	402	1.678	899	0	0	135	0	0	0
		Privada	0	37	48	41	35	0	0	0	0	0
		Total	221	439	2.156	1.357	856	0	212	141	0	0
	JAURU	Estadual	0	0	626	683	448	0	79	75	0	0
		Municipal	76	239	419	300	0	0	65	0	0	0
		Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	76	239	1.045	983	448	0	144	75	0	0
	LAMBARI D'OESTE	Estadual	0	0	330	250	368	0	144	43	0	0
		Municipal	38	75	304	167	0	0	86	0	10	0
		Total	38	75	634	417	368	0	230	43	10	0
	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	Estadual	0	0	339	366	623	0	82	110	0	0
		Municipal	135	311	1.384	1.033	0	0	71	0	0	0
		Total	135	311	1.723	1.399	623	0	153	110	0	0
	NOVA LACERDA	Estadual	0	0	0	0	239	0	0	0	0	0
		Municipal	108	79	608	427	0	0	54	0	0	0
		Total	108	79	608	427	239	0	54	0	0	0
	PONTES E LACERDA	Estadual	0	0	2.188	2.081	1.804	0	886	759	0	0
		Federal	0	0	0	0	180	63	0	34	0	0
		Municipal	192	586	1.203	897	0	0	0	0	0	0
Privada		48	46	372	208	84	0	0	0	0	0	
Total		240	632	3.763	3.186	2.068	63	886	793	0	0	

All	Município e UF	Dependência	Matrícula Inicial									
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	RESERVA DO CABACAL	Estadual	0	0	19	244	134	0	59	76	0	0
		Municipal	0	65	254	0	0	0	0	0	0	0
		Total	0	65	273	244	134	0	59	76	0	0
	RIO BRANCO	Estadual	0	0	107	105	194	0	105	65	0	0
		Municipal	63	129	333	214	0	0	0	0	0	0
		Total	63	129	440	319	194	0	105	65	0	0
	SALTO DO CÉU	Estadual	0	0	177	169	174	0	120	86	0	17
		Municipal	70	57	213	169	0	0	0	0	0	0
		Total	70	57	390	338	174	0	120	86	0	17
	VALE DE SAO DOMINGOS	Estadual	0	17	87	130	167	0	30	63	0	0
		Municipal	34	33	249	243	0	0	0	0	0	0
		Total	34	50	336	373	167	0	30	63	0	0
Mato Grosso	Estadual	405	351	82.791	132.659	129.776	1.876	41.865	34.603	604	928	
	Federal	0	0	0	0	1.457	1.451	30	402	0	0	
	Municipal	26.881	59.187	164.219	82.806	96	110	15.281	0	283	0	
	Privada	6.356	11.132	22.901	20.110	13.744	1.523	127	589	64	131	
	Total	33.642	70.670	269.911	235.575	145.073	4.960	57.303	35.594	951	1.059	

(3) Goiás

Na área goiana em estudo, o ensino regular da Pré-escola ao Ensino Médio é oferecido pela rede pública em todos os municípios analisados. Em 2009, considerado todos os níveis de ensino, a maior parte das matrículas ocorreu nos municípios de Jataí e Mineiros. O município de Santa Rita do Araguaia não dispõe de rede privada de ensino, em nenhum dos níveis analisados.

No ano de 2009, de acordo com o Censo Escolar do INEP, a maior parte das matrículas iniciais ocorreu no nível do Ensino Fundamental, acompanhando tendência apresentada pelo Estado de Goiás como um todo. Neste nível de ensino, da rede pública, predominam as matrículas em escolas da rede municipal, embora haja vagas também na rede estadual nos municípios de Jataí, Mineiros e Santa Rita do Araguaia. A rede privada também está presente no Ensino Fundamental de todos os municípios goianos em estudo, exceto Santa Rita do Araguaia, sendo mais restrita no município de Serranópolis, onde, em 2009, foram realizadas apenas 21 matrículas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em todos os municípios goianos que serão atravessados pela LT Madeira, o Ensino Médio regular é oferecido pela rede estadual. Nos municípios de Caçu, Jataí e Mineiros, também há vagas na rede privada, sendo que, em 2009, no município de Jataí, as matrículas no Ensino Médio da rede privada superaram as matrículas na rede estadual.

O Ensino Profissional de Nível Técnico é oferecido somente em Jataí e Mineiros. No município de Jataí, no ano de 2009, foram 113 matrículas iniciais na rede federal e 95, na rede privada. No município de Mineiros, ocorreram 208 matrículas na rede estadual e 43, na rede privada. A Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental, é oferecida em todos os municípios goianos da AII. No nível do Ensino Médio, somente em Caçu, Jataí e Mineiros.

Quanto à educação infantil, no nível da Pré-Escola, é oferecida em todos a área goiana em estudo, predominantemente pela rede municipal, mas também há vagas na rede particular. O nível da creche não é oferecido no município de Santa Rita do Araguaia. Nos demais, há vagas nas redes municipal e privada. No município de Mineiros, no ano de 2009, as matrículas iniciais nas creches da rede privada superaram a rede municipal.

Quadro 3.6.5.5.-3 - Matrícula Inicial por nível de ensino nos municípios da AI/Goias – 2009

Município e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
Caçu	Estadual	0	0	0	248	414	0	0	53	0	0
	Municipal	82	208	749	513	0	0	49	0	0	0
	Privada	16	80	120	63	44	0	0	0	0	0
	Total	98	288	869	824	458	0	49	53	0	0
Jataí	Estadual	0	0	216	3.041	2.804	0	69	693	0	0
	Federal	0	0	0	0	304	113	0	61	0	0
	Municipal	706	742	6.461	1.456	0	0	681	0	0	0
	Privada	566	532	1.626	1.469	729	95	0	4	0	0
	Total	1.272	1.274	8.303	5.966	3.837	208	750	758	0	0
Mineiros	Estadual	0	0	557	3.015	1.479	0	203	311	0	0
	Municipal	306	1.047	3.344	246	0	0	49	0	0	0
	Privada	381	156	409	504	317	43	0	35	0	0
	Total	687	1.203	4.310	3.765	1.796	43	252	346	0	0
Santa rita do Araguaia	Estadual	0	0	135	368	291	0	58	0	0	0
	Municipal	0	166	350	0	0	0	23	0	0	0
	Total	0	166	485	368	291	0	81	0	0	0
Serranópolis	Estadual	0	0	0	358	285	0	20	0	0	0
	Municipal	73	58	703	46	0	0	0	0	0	0
	Privada	33	6	21	0	0	0	0	0	0	0
	Total	106	64	724	404	0	0	20	0	0	0
Goias	Estadual	0	157	55.371	252.338	227.654	1.716	15.716	31.578	0	0
	Federal	62	0	272	243	1.962	2.500	0	545	0	0
	Municipal	31.095	74.027	357.835	124.198	468	77	25.411	664	248	20
	Privada	12.136	33.287	76.684	63.689	35.861	11.268	222	1.055	5	148
	Total	43.293	107.471	490.162	440.468	265.945	15.561	41.349	33.842	253	168

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 – Educacenso 1 Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial 2 Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

(4) Minas Gerais

De acordo com o Censo Escolar do INPEP, no ano de 2009, da Pré-Escola ao Ensino Médio, o ensino regular era oferecido em todos os municípios mineiros em estudo, pela rede pública. Não há escolas da rede federal na área em estudo mineira. A maior parte das matrículas foi registrada no município de Iturama. No município de União de Minas, não foram registradas matrículas iniciais na rede privada, em nenhum dos níveis de ensino analisados.

A maior parte das matrículas iniciais, no ano de 2009, se concentra no Ensino Fundamental, acompanhando tendência apresentada pelo Estado de Minas Gerais como um todo. No primeiro segmento deste nível de ensino, predominam as matrículas iniciais na rede municipal. Nos anos finais, é oferecido exclusivamente pela rede estadual nos municípios de Limeira do Oeste e União de Minas, e predominantemente pela rede estadual no município de Santa Vitória. As matrículas na rede privada, no segundo segmento do Ensino Fundamental, se limitam a 187 no município de Iturama e 44, em Santa Vitória.

A rede estadual é predominante na oferta do Ensino Médio na área mineira em estudo, sendo exclusiva nos municípios de Limeira do Oeste e União de Minas. Nos demais, há vagas também na rede particular.

Só há ensino técnico profissionalizante no município de Iturama onde, em 2009, foram registradas 50 matrículas na rede municipal e 319, na rede privada. A Educação de Jovens e Adultos é oferecida em todos os municípios mineiros em estudo, pela rede pública, tanto no nível do Ensino Fundamental quanto no nível do Ensino Médio.

No tocante à educação infantil, o nível do Pré-Escolar é oferecido pela rede municipal nos quatro municípios mineiros da AII. Há vagas, também, na rede particular, nos municípios de Iturama e Santa Vitória. No nível da creche, em 2009, no município de Iturama, só foram registradas matrículas iniciais na rede privada, enquanto que, em Limeira do Oeste, a exclusividade é da rede municipal. Em União de Minas, inexistem escolas que ofereçam vaga neste nível de ensino.

Quadro 3.6.5.5-4 - Matrícula Inicial por nível de ensino nos municípios da AI/ Minas Gerais – 2009

Município e UF	Dependência	Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio ²	Fundamental ²	Médio ²
Iturama	Estadual	0	0	351	1.821	1.477	0	123	41	0	0
	Municipal	0	834	2.357	465	0	50	137	0	213	327
	Privada	166	82	165	187	140	319	0	0	0	0
	Total	166	916	2.873	2.473	1.617	369	260	41	213	327
Limeira do Oeste	Estadual	0	0	17	476	327	0	40	15	0	0
	Municipal	24	171	626	0	0	0	24	0	0	0
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	24	171	643	476	327	0	64	15	0	0
Santa Vitoria	Estadual	0	0	476	594	665	0	0	113	0	0
	Municipal	102	227	791	474	0	0	182	0	0	0
	Privada	6	26	43	44	23	0	0	0	0	0
	Total	108	253	1.310	1.112	688	0	182	113	0	0
Uniao de Minas	Estadual	0	0	0	279	138	0	32	17	0	0
	Municipal	0	102	396	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	102	396	279	138	0	32	17	0	0
Minas Gerais	Estadual	32	1.726	551.776	924.106	701.325	7.407	66.484	89.760	44.223	43.973
	Federal	0	150	1.104	1.861	12.816	12.956	462	755	0	0
	Municipal	85.711	305.857	962.931	387.377	20.915	4.469	93.362	7.008	8.309	6.039
	Privada	81.772	104.531	147.571	119.209	87.994	82.442	2.393	6.990	422	743
	Total	167.515	412.264	1.663.382	1.432.553	823.050	107.274	162.701	104.513	52.954	50.755

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 – Educacenso 1 Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

(5) São Paulo

Em todos os municípios paulistas em estudo, da Pré-Escola ao Ensino Médio, o ensino regular é oferecido pela rede pública – municipal ou estadual. Não há escolas da rede federal na All do Estado de São Paulo. Em 9 dos 29 municípios, não há rede privada de ensino. São eles: Gavião Peixoto, Guarani d'Oeste, Macedônia, Marapoama, Meridiano, Nova Aliança, Pedranópolis, Itaju e Sebastianópolis do Sul. No ano de 2009, de acordo com o Censo Escolar do INEP, o município de Araraquara apresentou o maior número de matrículas iniciais, em todos os níveis de ensino analisados, da área em estudo paulista. Quanto ao total de matrículas iniciais, merecem destaque, também, os municípios de Votuporanga, Mirassol, Fernandópolis e Itápolis.

Acompanhando a tendência apresentada pelo Estado de São Paulo, na área em estudo paulista, no ano de 2009, as matrículas iniciais no nível do Ensino Fundamental foram predominantes. De uma maneira geral, a rede municipal é preponderante na oferta de vagas no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Em alguns municípios, contudo, predomina a rede estadual: Araraquara, Itápolis, Fernandópolis, Indiaporã, Meridiano, Ouroeste e Poloni. No segundo segmento do Ensino Fundamental, a predominância é da rede estadual, salvo algumas exceções, onde predomina a rede municipal: Nova Europa, Ibirá, Itajobi, Monte Aprazível, Potirendaba e Urupês.

De uma maneira geral, a oferta de Ensino Médio é exclusividade das redes estadual e privada, em toda a área paulista em estudo, com expressiva predominância da rede estadual. Em vários municípios, só há matrículas iniciais na rede estadual, neste nível de ensino. Além dos nove municípios já mencionados por não possuírem rede privada de ensino, são eles: Nova Europa, Ibirá, Indiaporã, Jaci, Neves Paulista, Poloni e Valentim Gentil.

A Educação Profissional de Nível Técnico é oferecida somente em alguns dos municípios em estudo. Há vagas nas redes estadual e privada nos municípios de Araraquara, Fernandópolis, Monte Aprazível e Votuporanga. Este nível de ensino é exclusividade da rede privada nos municípios de Urupês (13 matrículas, em 2009), Ouroeste (257 matrículas) e Mirassol (39). No município de Itápolis, no ano de 2009, além das 91 matrículas iniciais na rede privada, houve 3 matrículas para o ensino técnico profissionalizante na rede municipal de ensino. Em 12 dos 29 municípios paulistas em estudo, não é oferecida a Educação de Jovens e Adultos. São eles: Guarani d'Oeste, Macedônia, Jaci, Marapoama, Neves Paulista, Nova Aliança, Pedranópolis, Potirendaba, Sebastianópolis do Sul, Urupês, e Valentim Gentil.

Quanto à Educação Infantil, o nível da creche é oferecido em todos os municípios paulistas em estudo, sendo exclusividade da rede municipal em 15 municípios: Gavião Peixoto, Nova Europa, Boa Esperança do Sul, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Itajobi, Macedônia, Marapoama, Meridiano, Monte Aprazível, Nova Aliança, Ouroeste, Pedraópolis, Potirendaba e Sebastianópolis do Sul. Por outro lado, em três municípios (Poloni, Neves Paulista e Jaci), só existem creches da rede privada.

Quadro 3.6.5.5.-5 - Matrícula Inicial por nível de ensino nos municípios da AII/ São Paulo– 2009

Município, AI e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais				
								Fundamental	
AII mesorregional araraquara	Araraquara	Estadual	20	17	5.468	7.042	6.286	1.082	48
		Municipal	5.021	3.785	3.799	2.401	0	0	679
		Privada	575	838	2.599	2.705	1.950	1.701	0
		Total	5.616	4.640	11.866	12.148	8.236	2.783	727
	Gavião Peixoto	Estadual	0	0	0	338	203	0	33
		Municipal	108	129	357	0	0	0	49
		Total	108	129	357	338	203	0	82
	Itápolis	Estadual	0	0	1.669	2.060	1.421	0	96
		Municipal	421	778	625	158	0	3	39
		Privada	41	93	216	210	234	91	0
		Total	462	871	2.510	2.428	1.655	94	135
	Nova Europa	Estadual	0	0	0	0	389	0	0
		Municipal	182	231	700	634	0	0	127
		Privada	0	0	0	0	0	0	0
		Total	182	231	700	634	389	0	127
	Tabatinga	Estadual	0	0	126	672	497	0	0
		Municipal	194	314	924	232	0	0	105
		Privada	29	60	100	82	57	0	0
		Total	223	374	1.150	986	554	0	105
	Bariri	Estadual	0	0	0	792	988	0	129
		Municipal	263	586	2.105	793	0	0	63
		Privada	110	51	302	351	89	0	0
		Total	373	637	2.407	1.936	1.077	0	192
	Boa Esperança do Sul	Estadual	0	0	0	0	450	0	0
		Municipal	321	338	1.124	963	0	0	175
		Privada	0	0	24	35	0	0	0
		Total	321	338	1.148	998	450	0	175
	Bocaina	Estadual	0	0	0	702	339	0	36

Município, AI e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental
	Municipal	128	288	832	0	0	0	0
	Privada	35	0	0	0	0	0	0
	Total	163	288	832	702	339	0	36
Fernandópolis	Estadual	0	0	1.758	2.967	2.347	484	28
	Municipal	1.057	1.379	1.424	151	0	0	111
	Privada	42	114	661	592	416	381	0
	Total	1.099	1.493	3.843	3.710	2.763	865	139
Guarani D'oeste	Estadual	0	0	0	124	76	0	0
	Municipal	61	38	125	0	0	0	0
	Total	61	38	125	124	76	0	0
Ibira	Estadual	0	0	0	0	300	0	0
	Municipal	116	269	589	580	0	0	98
	Privada	18	16	38	0	0	0	0
	Total	134	285	627	580	300	0	98
Indiaporã	Estadual	0	0	182	194	148	0	22
	Municipal	41	92	34	0	0	0	0
	Privada	0	0	0	0	0	0	0
	Total	41	92	216	194	148	0	22
Itajobi	Estadual	0	0	0	550	414	0	0
	Municipal	154	293	782	158	0	0	57
	Privada	0	9	77	78	68	0	0
	Total	154	302	859	786	482	0	57
Jaci	Estadual	0	0	0	369	225	0	0
	Municipal	0	93	402	0	0	0	0
	Privada	84	0	0	0	0	0	0
	Total	84	93	402	369	225	0	0
Macedônia	Estadual	0	0	0	207	157	0	0
	Municipal	15	97	227	0	0	0	22
	Total	15	97	227	207	157	0	22
Marapoama	Estadual	0	0	0	153	90	0	39
	Municipal	45	58	192	0	0	0	14
	Total	45	58	192	153	90	0	53
Meridiano	Estadual	0	0	186	244	169	0	0
	Municipal	70	77	41	0	0	0	0
	Total	70	77	227	244	169	0	0
Mirassol	Estadual	0	0	0	2.640	1.918	0	239
	Municipal	442	889	3.231	0	0	0	52
	Privada	295	195	441	446	209	39	0
	Total	737	1.084	3.672	3.086	2.127	39	291

Município, AI e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental
Monte Aprazível	Estadual	0	0	0	138	696	213	102
	Municipal	174	297	1.163	719	0	0	30
	Privada	0	56	170	146	128	5	0
	Total	174	353	1.333	1.003	824	218	132
Neves Paulista	Estadual	0	0	0	409	323	0	0
	Municipal	0	125	494	0	0	0	0
	Privada	59	0	0	0	0	0	0
	Total	59	125	494	409	323	0	0
Nova Aliança	Estadual	0	0	0	294	203	0	0
	Municipal	73	97	364	91	0	0	0
	Total	73	97	364	385	203	0	0
Ouroeste	Estadual	0	0	351	454	402	0	23
	Municipal	119	214	160	70	0	0	10
	Privada	0	0	62	49	56	257	0
	Total	119	214	573	573	458	257	33
Pedranópolis	Estadual	0	0	0	118	82	0	0
	Municipal	11	46	162	0	0	0	8
	Total	11	46	162	118	82	0	8
Poloni	Estadual	0	0	223	290	186	0	0
	Municipal	0	82	66	0	0	0	25
	Privada	13	0	0	0	0	0	0
	Total	13	82	289	290	186	0	25
Potirendaba	Estadual	0	0	0	0	474	0	0
	Municipal	208	289	843	747	0	0	76
	Privada	0	26	80	72	26	0	0
	Total	208	315	923	819	500	0	76
Sebastianópolis do sul	Estadual	0	0	0	177	143	0	0
	Municipal	50	50	183	0	0	0	0
	Total	50	50	183	177	143	0	0
Urupês	Estadual	0	0	0	0	411	0	0
	Municipal	37	217	795	655	0	0	27
	Privada	36	0	0	74	159	13	0
	Total	73	217	795	729	570	13	27
Valentim gentil	Estadual	0	0	0	590	460	0	0
	Municipal	45	222	693	0	0	0	0
	Privada	6	18	8	12	0	0	0
	Total	51	240	701	602	460	0	0
Votuporanga	Estadual	0	0	69	4.304	2.852	307	80
	Municipal	734	1.303	4.046	0	0	0	0

Município, AI e UF	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental
	Privada	188	340	953	780	611	748	0
	Total	922	1.643	5.068	5.084	3.463	1.055	80
São Paulo	Estadual	775	414	833.632	1.843.226	1.486.665	122.435	86.091
	Federal	184	96	231	0	1.720	3.493	0
	Municipal	312.311	859.872	1.784.066	597.963	20.325	15.518	227.009
	Privada	237.833	230.974	485.053	415.641	242.098	172.857	3.614
	Total	551.103	1.091.356	3.102.982	2.856.830	1.750.808	314.303	316.714

Fonte: INEP, Resultados do Censo Escolar 2009 - Educacenso¹ Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional.

b. Ensino Superior na AI

A área em estudo dispõe de instituições de ensino superior públicas e privadas. Nos Estados de Rondônia e do Mato Grosso, que incluem suas respectivas capitais, estão presentes as respectivas universidades federais e também, no Mato Grosso, uma universidade estadual. No município goiano de Jataí, há campus das universidades federal e estadual. Na área mineira em estudo, não há instituições públicas de ensino superior. Na área paulista, há várias instituições de ensino superior destacando o campus da UNESP (Universidade do Estado de São Paulo), no município de Araraquara.

No tocante ao ensino superior foi notado uma baixíssima oferta no trecho 1: Porto Velho(RO) – Nova Lacerda(MT), identificando apenas os municípios de Porto Velho (RO), Ariquemes (RO), Ji-Paraná (RO) e Colorado do Oeste (RO) com a oferta de ensino superior. No trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) somente nos municípios de Pontes Lacerda (MT); Araputanga (MT), Cuiabá, a capital; Rondonópolis (MT) e Alto Araguaia, possuem instituições de ensino superior. Destaca-se que o estado do Mato Grosso teve uma evolução da oferta de instituições de ensino superior de 15,5%, entre os anos de 1991-2007 (**Fonte: MEC/INEP/DEED**). No trecho 3, por se tratar de um trecho que envolve três estados (GO, MG e SP) a caracterização dos mesmos são distintas. Nos municípios goianos foi observada ensino superior em Jataí e em Mineiros. Nos municípios mineiros foi possível observar oferta de instituições superiores em Santa Vitória (MG) e Itarumã (MG). Nos municípios paulistas, observou-se maior oferta de cursos profissionalizantes, em detrimento de instituições superiores. Há instituições de nível superior nos

municípios de Fernandópolis (SP), Novo Horizonte (SP), Marapoama (SP) Mirassol (SP) e Araraquara (SP).

(1) Rondônia

No ano de 2007, no Estado de Rondônia, o INEP registrou a presença de 28 instituições de ensino superior, 13 delas localizadas na capital e 15, no interior. Dessas 28 instituições apenas 2 são públicas – sendo as duas federais: uma situada no interior e outra na capital do Estado.

Na verdade, essas duas instituições federais tratam da mesma universidade, a UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia, que se localiza em Porto Velho e em outros 5 municípios do Estado. Em Porto Velho, a UNIR oferece 21 cursos de graduação, 7 cursos de pós-graduação lato sensu e 6 cursos de pós-graduação institucional. Dentre os outros 5 campus da universidade, dois deles estão em municípios da área em estudo: Ji-Paraná, onde são oferecidos 4 cursos de graduação, e Rolim de Moura, onde são oferecidos 2 cursos de graduação. Além disso, a universidade possui atualmente 4.663 alunos na graduação, 122 alunos na pós-graduação e 255 professores.

Quadro 3.6.5.5.-6 - Número de Instituições de Ensino Superior - Rondônia– 2007

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Rondônia	TOTAL	2	13	15	1	1	-	1	-	1	3	1	2	21	10	11	2	1	1	
	Pública	Total	2	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Federal	2	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Privada	Total	26	12	14	-	-	-	1	-	1	3	1	2	21	10	11	1	1	-
	Particular	21	10	11	-	-	-	-	-	-	-	3	1	2	17	8	9	1	1	-
Comun/Confes/Filant	5	2	3	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	4	2	2	-	-	-	

(2) Mato Grosso

No ano de 2007, de acordo com o INEP, o Estado do Mato-Grosso registrou a presença de 58 instituições de ensino superior, 14 delas localizadas na capital e 44 no interior do Estado, sendo 53 delas privadas e apenas 5 públicas.

Na área mato-grossense em estudo, localiza-se a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que possui campos em Cuiabá, Rondonópolis e outros dois municípios. A UFMT oferece 30 cursos de graduação em Cuiabá, 11 em Rondonópolis, e outros 9 em outros dois municípios. Além disso, oferece também mais de 60 cursos de pós-graduação (entre especialização, mestrado e doutorado) nos diferentes campi universitários.

Outra universidade pública do Mato-Grosso é a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que possui 11 diferentes campi, sendo 3 deles situados na área em estudo: Alto Araguaia, Barra dos Bugres e Pontes e Lacerda. Atualmente, a universidade conta com 82 cursos de graduação, 49 especializações e 5 cursos de mestrado. Além da UFMT e da UNEMAT, há também o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) que oferece cursos de graduação em Cuiabá, Pontes e Lacerda e Rondonópolis.

Quadro 3.6.5.5.-7 - Número de Instituições de Ensino Superior – Mato Grosso – 2007

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Mato Grosso	TOTAL	58	14	44	3	2	1	2	1	1	7	1	6	44	8	36	2	2	-	
	Pública	Total	5	3	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	-
	Federal	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-
	Estadual	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
	Privada	Total	53	11	42	1	1	-	2	1	1	7	1	6	43	8	35	-	-	-
	Particular	45	8	37	-	-	-	2	1	1	7	1	6	36	6	30	-	-	-	
Comun/Confes/Filant	8	3	5	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7	2	5	-	-	-	

(3) Goiás

No ano de 2007, no Estado de Goiás, o INEP registrou a presença de 75 instituições de ensino superior, 21 delas localizadas na capital e 54, no interior. Há 7 instituições públicas situadas no interior do Estado. Duas delas, uma federal e uma estadual, estão localizadas na área em estudo, no município de Jataí. Trata-se do Campus Jataí (CAJ) da Universidade Federal de Goiás (UFG), que oferece 18 cursos de graduação, programas de pós-graduação em Agronomia e Geografia e cursos de especialização, e da unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que oferece os cursos de Tecnologia de Alimentos e Tecnologia em Logística. O curso de Tecnologia em Agropecuária é oferecido pela UEG no município de Mineiros.

Além disso, localizam-se na área em estudo duas instituições de ensino superior pertencentes à rede privada. É o Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUJ), que oferece diversos cursos de graduação e pós-graduação, inclusive no nível de mestrado. E a Faculdade Integrada Municipal de Ensino Superior, situada no município de Mineiros, que oferece 12 cursos de graduação e 2 cursos de pós-graduação.

Quadro 3.6.5.5.-8 - Número de Instituições de Ensino Superior - Goiás – 2007

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Goiás	Total	75	21	54	4	2	2	3	1	2	2	-	2	58	15	43	8	3	5	
	Pública	Total	9	2	7	3	1	2	-	-	-	1	-	1	2	-	2	3	1	2
		Federal	4	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	2
		Estadual	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	4	-	4	1	-	1	-	-	-	1	-	1	2	-	2	-	-	-	
	Privada	total	66	19	47	1	1	-	3	1	2	1	-	1	56	15	41	5	2	3
		Particular	61	16	45	-	-	-	2	1	1	1	-	1	53	13	40	5	2	3
Comun/Confes/Filant		5	3	2	1	1	-	1	-	1	-	-	-	3	2	1	-	-	-	

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2007

(4) Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, no ano de 2007, o INEP registrou a presença de 319 instituições de ensino superior, sendo 32 públicas e 287 privadas, 49 delas situadas na capital e 270, no interior do Estado.

Na área mineira em estudo, não existem, ainda, instituições públicas de ensino superior. Está planejada a implantação de um campus avançado da Universidade Federal do Triângulo Mineiro no município de Ituramã.

Há duas instituições da rede privada na área em estudo. No município de Ituramã, a Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA) oferece graduação nas áreas de Pedagogia, Ciências Contábeis, Direito e Administração de Empresas. No município de Santa Vitória, o Isav (Instituto Superior de Educação Santo Agostinho de Santa Vitória) oferece formação na área de Pedagogia.

Quadro 3.6.5.5-9 - Número de Instituições de Ensino Superior – Minas Gerais– 2007

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
Minas Gerais	Total	319	49	270	22	4	18	16	4	12	13	-	13	244	35	209	24	6	18	
	Pública	Total	32	5	27	13	2	11	-	-	-	-	-	6	2	4	13	1	12	
	Federal	24	2	22	11	1	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1	12	
	Estadual	4	3	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	
	Municipal	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	-	-	-	
	Privada	total	287	44	243	9	2	7	16	4	12	13	-	13	238	33	205	11	5	6
	Particular	187	30	157	1	-	1	6	2	4	7	-	7	163	23	140	10	5	5	
Comun/Confes/Filant	100	14	86	8	2	6	10	2	8	6	-	6	75	10	65	1	-	1		

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2007

(5) São Paulo

No ano de 2007, de acordo com o INEP, o Estado de São Paulo dispunha de 547 instituições de ensino superior, 398 delas situadas no interior do Estado. Destas últimas, 45 são públicas (3 federais, 18 estaduais e 24 municipais) e 353, privadas.

Na área paulista em estudo, a única universidade pública é o Campus Araraquara da UNESP (Universidade Estadual Paulista). No município de Araraquara, concentra-se a maior parte das instituições privadas de ensino superior da área em estudo, destacando-se:

- UNIARA – Centro Universitário de Araraquara, que oferece 27 cursos de graduação, 25 cursos de pós-graduação lato sensu, além de dois cursos de mestrado – desenvolvimento regional e meio ambiente e Engenharia de Produção.
- UNIP – Universidade Paulista, que realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, com mais de 200 mil alunos matriculados em 2009. Possui 27 campi, que englobam 65 unidades.
- Instituto Savonitti de Ensino Superior, que oferece curso de graduação em Direito. Além disso, ministra cursos de pós-graduação Lato sensu em Direito do Trabalho, Direito Civil e Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal.
- Faculdade Logatti
- Faculdades Integradas de Araraquara – FIAR -
- Associação São Bento de Ensino
- Faculdades de Engenharia Civil e Agrimensura e Eletrônica
- Associação Escola de Agrimensura de Araraquara.

No município de Fernandópolis, merecem destaque três instituições de ensino superior:

- FEF – Fundação Educacional de Fernandópolis, que oferece 31 cursos de graduação, além de pós-graduação lato sensu e MBA.
- UNICASTELO – Universidade Camilo Castelo Branco, com 11 cursos de graduação.

· Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE.

No município de Votuporanga, destacam-se a UNIFEV – Centro Universitário de Votuporanga – a Faculdade de Ciências Gerenciais de Votuporanga.

Nos demais municípios em estudo no Estado de São Paulo, ressalta-se a presença de instituições privadas de ensino superior nos municípios de Itápolis (Faculdade de Itápolis – FACITA, que oferece graduação e pós-graduação nas áreas de Administração e Pedagogia), Monte Aprazível (Faculdade de Educação, Ciências de Arte Dom Bosco de Monte Aprazível) e Mirassol (Faculdade Integrada de Mirassol – FAIMI, com 7 cursos de graduação e 14 cursos de pós-graduação a distância).

Quadro 3.6.5.5.-10 - Número de Instituições de Ensino Superior – São Paulo – 2007

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Instituições																		
		Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT			
		Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	
São Paulo	Total	547	149	398	39	16	23	47	14	33	52	12	40	357	85	272	52	22	30	
	Pública	Total	51	6	45	8	3	5	3	-	3	3	-	3	20	-	20	17	3	14
		Federal	5	2	3	3	1	2	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	-
		Estadual	22	4	18	3	2	1	-	-	-	-	-	-	3	-	3	16	2	14
	Municipal	24	-	24	2	-	2	3	-	3	3	-	3	16	-	16	-	-	-	
	Privada	total	496	143	353	31	13	18	44	14	30	49	12	37	337	85	252	35	19	16
		Particular	406	114	292	16	8	8	29	11	18	38	10	28	288	66	222	35	19	16
Comun/Confes/Filant		90	29	61	15	5	10	15	3	12	11	2	9	49	19	30	-	-	-	

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação 2007

c. Presença de Unidades Escolares na AID

A educação básica tem cobertura plena ao longo de toda AID, considerando a observância de pelo menos um segmento de ensino (educação infantil, educação fundamental e ensino médio) nos municípios do corredor de estudo, inclusive em assentamentos rurais. Contudo, destaca-se a oferta do ensino fundamental em todos os trechos.

No trecho 1 foi identificada a concentração de oferta do ensino médio nos distritos e sedes do município, necessitando deslocamentos constantes de estudantes da zona rural para urbana. Em razão da concentração de terras indígenas nesse trecho, foram observadas ações educativas diferenciadas para estudantes indígenas, inclusive com escolas para o ensino da língua, como é o caso do município de Chupinguaia (RO). Embora no Estado de Rondônia a evolução da oferta de instituições do ensino superior tenha sido de 8%, entre os anos de 1991-2007, segundo o Censo da Educação Superior (Fonte: MEC/INEP/DEED), no tocante ao ensino técnico e superior foi notado uma baixíssima oferta ao longo desse trecho, identificado apenas nos municípios de Porto Velho (RO), Ariquemes (RO), Ji-Paraná (RO) e Colorado do Oeste (RO) com oferta de ensino superior.

No trecho 2, a situação do ensino médio é semelhante, concentrando a oferta em distritos e sedes dos municípios. O transporte escolar oferecido pelas prefeituras é o principal modo de deslocamento e de garantia de frequência dos alunos ao durante o ano letivo. Além do transporte é oferecido o serviço de creches para parte dos residentes nas localidades pesquisadas.



Foto 3.6.5.5.-1 - Escola localizada no assentamento Marighela



Foto 3.6.5.5.-2 - Transporte de alunos no Município de Rosário do Oeste

Obrigatoriamente, o poder municipal é responsável pelo ensino fundamental, enquanto o estado, o ensino médio. Contudo, existem unidades conveniadas onde a estado e município administram em turnos distintos, as séries e faixas etárias. Embora, no estado do Mato Grosso a evolução da oferta de instituições de ensino superior tenha sido de 15,5%, entre os anos de 1991-2007 (op.cit) somente nos municípios de Pontes Lacerda (MT); Araputanga (MT), Cuiabá, a capital; Rondonópolis (MT) e Alto Araguaia, na modalidade de educação a distância (MT) possuem instituições de ensino superior. O município de Jauru (MT) há também a oferta de cursos técnicos com a presença de instituições como o SENAC.

No trecho 3, por se tratar de um trecho que envolve três estados (GO, MG e SP) a caracterização dos mesmos são distintas, sobretudo, no que se refere as condições de acesso à educação básica. De um modo geral, é possível afirmar que nos municípios goianos e mineiros as escolas estão localizadas em áreas distantes das sedes dos municípios e o transporte para escola é feito por microônibus ou van da prefeitura ou terceirizado pela prefeitura.

Nos municípios paulistas, cabe ressaltar que a área física dos municípios é bem menor que os municípios dos outros estados e por isso, a presença de escola na região paulista acontece, principalmente, nos distrito que fica responsável pelo nucleamento escolar. Contudo, o deslocamento também é ofertado mediante o transporte escolar, em condições muito melhores que os municípios dos estados goianos e mineiros, inclusive com ônibus com ar condicionado. No tocante a oferta de ensino superior, nos municípios goianos foi observada em Jataí (GO) e em Mineiros (GO) ensino superior e curso profissionalizante. O município de Mineiros já conta com 5 universidades – UEG, UFG, FINE, UNOPAR e UAB - e uma faculdade local – FAMA, e é o grande responsável pela formação de cientistas sociais, biólogos e engenheiros florestais na região. É importante destacar que com a qualificação da sua população, Mineiros conseguiu diminuir os índices de desemprego, pois a cidade absorve a mão-de-obra local.

Nos municípios mineiros foi possível observar oferta de instituições superiores e cursos profissionalizantes nos mesmos municípios: em Santa Vitória (MG) e Itarumã (MG).

No estado de São Paulo, pela proximidade entre os municípios, os habitantes buscam com mais facilidade os polos universitários, como é o caso de Araraquara. Contudo, municípios como Fernandópolis, Novo Horizonte, Marapoama, Mirassol também oferecem este serviço. No município de Votuporanga, por exemplo, a mão-de-obra local é especializada por apresentar duas universidades: o Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), e a Rede Gonzaga de Ensino Superior. Além disso, há

unidades do SENAC, SENAI, SESI e SEBRAE que formam muitos profissionais, e conseqüentemente auxiliam na diminuição do desemprego local. Na AID, os moradores das localidades identificadas, também buscam por instituições de educação de outros municípios, como ilustra o quadro a seguir. Os municípios Ouroeste, Fernandópolis, Monte Aprazível, Poloni, Nova Paulista, José Bonifácio, Urupês, Novo Horizonte, Borborema, Itápolis e Gavião Peixoto também possuem cursos profissionalizantes.

Quadro 3.6.5.5-11 – Unidades escolares identificadas nas localidades visitadas ao longo do traçado da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N1.

Estado	Município	Povoado/Localidade	Escola	Público	Horário de funcionamento
Trecho 1					
Rondônia	Ariquemes	Travessão das Linhas 70 e 65	Escola Municipal	1º ano ao 9º ano	Matutino/vespertino
Rondônia	Ouro Preto D'Oeste	Linha 12	Escola Municipal Pinheiro machado	1º ano ao 9º ano	Matutino/vespertino
Rondônia	Ji-Paraná	Linha 9	Escola professor Edson Lopes	1º ano ao ensino médio	Matutino/vespertino
Rondônia	Ji-Paraná	Linha 4	Escola Barbara Heliodora	1º ano ao 9º ano	Matutino/vespertino
Rondônia	Colorado do Oeste	Linha 4	Gilberto Amado	1º ano ao ensino médio	Matutino/vespertino
Rondônia	Cabixi	Distrito de Planalto	Planalto	1º ano ao ensino médio	Matutino, vespertino e noturno
Mato Grosso	Nova Lacerda	Fazenda Fortaleza do Guaporé	Escola Municipal Ângelo Tripoloni	1º ao 6º ano	Matutino
Trecho 2					
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Santa Helena	Não possui		
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	Assentamento Guaporé	Municipal	Criança e adolescente	Manha e tarde
MT	Pontes e Lacerda	Gleba Catulino	Não possui		
MT	Jauru	Glega Corgão (PA Corgão)	Não possui		
MT	Jauru	Distrito de Lucialva	Estadual e municipal	Crianças, adolescentes e adultos	Manha, tarde e noite
MT	Araputanga	PA Floresta (dentro do PA Vereda)	Estadual e municipal	Crianças e adolescentes	Manhã e tarde
MT	Araputanga	Botas (Sede do PA Vereda) Pólo Local	Estadual e municipal	Crianças e adolescentes	Manhã e tarde
MT	Reserva do Cabaçal	Área Urbana do município	Estadual e municipal	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	Reserva do Cabaçal	Acampamento Padre Maurício (trabalhadores sem terra)	Sem escola		
MT	Salto do Céu	Assentamento Morada do Vale	Não possui		
MT	Salto do Céu	Assentamento Salto das Nuvens	Não possui		
MT	Salto do Céu	Assentamento Montechi	Não possui		
MT	Salto do Céu	Assentamento Cecília Antunes	Não possui		
MT	Salto do Céu	Vila São Jorge	Não possui		

Estado	Município	Povoado/Localidade	Escola	Público	Horário de funcionamento
MT	Barra dos Bugres	Assentamento Buriti Fundo	Municipal	Crianças	Tarde
MT	Barra do Bugres	Assentamento João e Maria	Municipal	Crianças	Manhã e tarde
MT	Barra dos Bugres	Distrito de Currupira	Estadual	Crianças e adolescentes	Manhã e tarde
MT	Jangada	Nova Jangada e Novo Horizonte (área de sítios)	Municipal	Crianças e adolescentes	Manhã e tarde
MT	Acorizal	Comunidade Campo Limpo	Municipal	Crianças	Manhã e tarde
MT	Acorizal	Assentamento Vale do Sol	Não possui		
MT	Acorizal	Comunidade Xavier (Charquinho, Mata grande e Laranja)	Municipal	Crianças	Manhã
MT	Acorizal	Distrito de Baús	Estadual e municipal	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	Cuiabá	Coxipó do Ouro	Municipal	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	Cuiabá	Acampamento de trabalhadores sem terra na estrada para Coxipó do Ouro	Sem escola		
MT	Cuiabá	Assentamento 21 de Abril	Sem escola		
MT	Santo Antonio Do Leverger	Assentamento Santo Antonio da Fartura	Estadual e municipal	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	Santo Antonio Do Leverger	Gleba Bigorna	Não possui		
MT	Santo Antonio Do Leverger	Ocupação na Fazenda Muller	Não possui		
MT	Jaciara	Vila Residencial Santa Fé (Usina Pantanal)	Estadual	Crianças e adolescentes	Manhã e tarde
MT	Jaciara	Placa Santo Antonio	Estadual	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	Juscimeira	Santa Elvira	Estadual	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	Juscimeira	Comunidade Aldeinha	Sem escola		
MT	Poxoréu	Assentamento Xico Mendes	Estadual e municipal	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	Rondonópolis	Vila Bueno	Sem escola		
MT	Rondonópolis	Vila Naboreiro	Estadual, Municipal e particular	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	São José do Povo	Assentamento Marighela	Municipal	Crianças	Manhã e tarde
MT	São Jose do Povo	Cascata	Municipal	Crianças e adolescentes	Manhã e tarde
MT	São Jose Do Povo	Sede do município	Estadual, Municipal e particular	Crianças, adolescentes e adultos	Manhã, tarde e noite
MT	São José do Povo	Assentamento João Pessoa	Municipal	Crianças e adolescentes	Manhã e tarde
Trecho 3					
SP	Monte Aprazível	Região de sítios -Itaiúba	Não	-	Manhã - Tarde
SP	Sebastianópolis do Sul	Povoado Retiro	Sim	-	Manhã - Tarde

Estado	Município	Povoado/Localidade	Escola	Público	Horário de funcionamento
SP	Itajobi	Vila Açaí	Não identificado	-	-
SP	Marapoama	Centro da cidade	sim	-	Manhã – Tarde – Noite
SP	Itápolis	Centro da cidade	sim	-	Manhã – Tarde – Noite
SP	Tabatinga	Córrego do Meio	sim	-	Manhã – Tarde
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá	sim	-	Manhã – Tarde
SP	Urupês	Distrito de São João de Itaguaçu	sim	-	Manhã – Tarde

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro/2009.

3.6.5.6 SEGURANÇA PÚBLICA

Nessa seção são apresentadas as informações sobre infraestrutura e serviços de segurança pública existentes nos municípios da Área de Influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°1, com enfoque nos locais que servirão de apoio ao empreendimento, identificando as vulnerabilidades atuais. Dado a extensão do empreendimento, as informações são apresentadas por trechos do traçado da LT. Ressalta-se as dificuldades de coleta de informações de campo sobre o tema, em especial nos estados de Rondônia e Mato Grosso que se situam em região de fronteira, não tendo sido informados os efetivos de policiais, e em alguns municípios a infraestrutura de segurança existente.

O trecho 1 - Porto Velho (RO) - Nova Lacerda (MT) e o trecho 2 - Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) apresentam problemas maiores de segurança pública como roubos de carga, exploração sexual de crianças e adolescentes, entrada de drogas no Brasil pela proximidade com a fronteira com a Bolívia maiores taxas de homicídios, crimes contra o patrimônio e contra a pessoa.

O trecho 3 - Santa Rita do Araguaia (GO) – Araraquara (SP) apresenta problemas de segurança pública, porém, com menores taxas de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa de homicídios. Destaca-se nesse trecho o aumento de roubo de cargas, criminalidade que, entretanto, apresentou aumento em todo o Estado de São Paulo. A frequência de roubos de carga, apesar do aumento observado, ainda está em um baixo patamar, se levamos em consideração que o Estado de São Paulo tem uma alta incidência desse tipo de criminalidade, a maior registrado em um estado brasileiro.

a. Trecho 1 - Porto Velho (RO) -Nova Lacerda(MT)

(1) Dados Gerais de Segurança

Este trecho do traçado passa por vinte e uma cidades de Rondônia e duas cidades de Mato Grosso no corredor de estudo. O estado de Rondônia foi uma das unidades da federação que mais ampliou seu investimento em segurança pública no item policiamento entre os anos de 2007 e 2008, passando de R\$ 27.455.030,21 para R\$ 371.649.462,18, o que representa um aumento de 1253%, o segundo maior incremento nos estados brasileiros no período estudado (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009). A despesa *per capita* em segurança pública no ano de 2008, também, cresce, passando para R\$ 327,62 por habitante, o quinto maior índice do país no período. O estado possui ainda um efetivo de policiais civis de 141 delegados e 1.414 agentes não delegados, o que representa uma relação policial/habitante de 1/1022,5, índice acima

da média nacional, o que localiza Rondônia no nono melhor índice. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública em seu relatório de 2009 não apresenta o contingente de agentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia, mas segundo o site da corporação, o seu efetivo é de 5.121 policiais militares distribuídos em todos os 52 municípios e distritos do Estado, exercendo suas funções, protegendo a população¹.

No Quadro a seguir são apresentados os principais equipamentos existentes nos municípios da AID do empreendimento do trecho 1, conforme foi possível verificar no trabalho de campo.

¹ <http://www.rondonia.ro.gov.br>: acesso em março de 2010.

Quadro 3.6.5.6-1 - Equipamentos de Segurança dos Municípios da AII/Trecho 1- Porto Velho-Nova Lacerda - LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°1

Estado	Município	Forças Armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da PM	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
RO	Porto Velho	N.I	N.I	N.I	22 delegacias	N.I	N.I	1 grupamento de bombeiros	N.I	N.I
RO	Candeias do Tamari	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Alto Paraíso	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Ariquemes	N.I	N.I	N.I	4 delegacias	N.I	N.I	1 grupamento de bombeiros	N.I	N.I
RO	Cacaulândia	não	-	-	N.I	1 posto com 7 policiais	não	não	não	não
RO	Jaru	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	N.I	N.I	1 Seção de Combate a Incêndios	N.I	N.I
RO	Ouro Preto Do Oeste	não	-	-	1 delegacia	1 batalhao	não	1 Seção de Combate a Incêndios	não	não
RO	Teixerópolis	não	-	-	N.I	1 posto com 6 policiais	não	não	não	não
RO	Ji - Paraná	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	N.I	N.I	1 grupamento de bombeiros	N.I	N.I
RO	Presidente Medici	não	-	-	1 delegacia	1 pelotao com 58 policiais e 1 presidio	não	não	não	não
RO	Nova Brasília Do Oeste	não	-	-	1 delegacia com 15 policiais	1 batalhao com 20 policiais	não	não	não	não
RO	Castanheiras	não	-	-	1 delegacia	1 posto com 12 policiais	não	não	não	não
RO	Rolim Moura	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	N.I	N.I	1 Seção de Combate a Incêndios	N.I	N.I
RO	Pimenta Bueno	N.I	N.I	N.I	1 delegacia com 40 policiais	1 batalhao com 54 policiais	N.I	1 Seção de Combate a Incêndios	N.I	N.I
RO	São Felipe Do Oeste	N.I	N.I	N.I	N.I	1 destacamento com sete policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Primavera de Rondonia	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	1 posto com 5 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Parecis	N.I	N.I	N.I	Não tem	1 posto com 8 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I

Estado	Município	Forças Armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da PM	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
RO	Chumpinguaia	N.I	N.I	N.I	Não tem	1 batalhao com 20 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
RO	Corumbiara	N.I	N.I	N.I	N.I	1 posto com 8 policiais	N.I	N.I		N.I
RO	Colorado Do Oeste	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	1 posto com 45 policiais	N.I	N.I	N.I	sim
RO	Cabixi	N.I	N.I	N.I	1 delegacia	1 posto da PM com 15 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Comodoro	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Nova Lacerda	N.I	N.I	N.I	N.I	1 posto com 6 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I

Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2009

N.I = Não Informado

Com aproximadamente 48 mil mortes por ano, o Brasil é um dos países que detém uma das maiores taxas de homicídios no mundo, segundo relatório divulgado pelo relator especial do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Execuções Arbitrárias, Sumárias ou Extrajudiciais, Philip Alston.

Com média de 25 homicídios por 100 mil habitantes (dados de 2006), a taxa de assassinatos no país é três vezes superior à média mundial. O comparativo é feito pela ONU a partir de uma citação de um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) relativo ao ano de 2000, que contabilizou a média mundial de homicídios em 8,8 mortos por 100 mil habitantes. Esse dado não inclui as mortes relacionadas às guerras.

Embora não seja possível, ainda, a partir dos dados apresentados, fazer uma avaliação mais acurada do impacto do aumento de recursos na melhoria dos indicadores de segurança pública, já era observado entre os anos de 2005 a 2007, uma diminuição das taxas de homicídios no estado de Rondônia. Isto significa que, antes mesmo do aumento do volume de recursos para o setor, o Estado apresentava melhora do indicador. No período, a taxa de homicídios passa de 35,97 para 27,35 para cada 100.000, habitantes, uma redução significativa para um espaço de tempo considerado curto. Sua capital, Porto Velho é o quarto município no *ranking* das capitais brasileiras com maior taxa de homicídio por 100.000 habitantes – 68,4, dados de 2006, UNESCO.

O Estado de Rondônia era detentor, no período de 2005 a 2007, de uma taxa de homicídios acima da média nacional e em 2007 ficou próxima da média. Dos municípios ao longo da AID, no trecho, para o ano de 2007, sete deles estão acima da média nacional, sendo eles: Porto Velho, Alto Paraíso, Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Chupinguaia e Cabixi.

É importante atentar que o desenvolvimento de ações mais efetivas para a prevenção da violência interpessoal encontra muitas dificuldades para serem implementadas (Peres, 2007). As questões que tornam essa prevenção problemática estão situadas nos contextos sociais, culturais ou históricos. Esses elementos explicam porque determinados municípios, regiões ou países apresentam indicadores mais elevados do que outros. Como observa Peres (2007), os elementos contextuais aliados às características individuais modulam a dinâmica da vitimização. É, em realidade, o desequilíbrio entre fatores de risco e proteção que são responsáveis pelo incremento de casos de violência, sejam eles de natureza fatal ou não.

As medidas de prevenção, portanto, devem considerar contextos, grupos de pessoas e situações que, impliquem em vulnerabilidades. Nesse sentido, é importante observar que apesar do narcotráfico e da criminalidade em geral ter participação importante no

aumento das taxas de homicídios e de morbidade por violência, estudos mostram que a maioria dos homicídios e de contendas é praticada por motivações fúteis e parte significativa da autoria dos crimes é protagonizada por pessoas que não possuíam antecedentes criminais (Fraga, 2000). Brigas de bares, vinganças, desavenças entre vizinhos, dentre outros eventos cotidianos, compõem a gama de situações que, muitas vezes, termina em crimes fatais.

A diminuição geral dos índices de homicídios no estado pode, também, ser percebida nos municípios do corredor das linhas de transmissão. Conforme indica o Quadro a seguir, no período de 2004 a 2007, a quase totalidade dos municípios teve suas taxas minoradas significativamente, ainda que alguns municípios como Ariquemes e a capital Porto Velho detenham taxas altas. Ariquemes manteve, com poucas variações no período, uma alta taxa, indicando um quadro de violência que não cede. Em 2007, os homicídios representaram cerca de 40% do total das mortes por causas externas e o município ostenta índice maior que a média do estado com 58,5% do total dos óbitos por causas externas. Parte significativa desses homicídios está atrelada a contendas e vingança, muitas delas por motivos fúteis na região (SOARES, 2008).

Em relação aos principais instrumentos utilizados para o cometimento dos homicídios, destaca-se que para o ano de 2007, em Rondônia, 74% das agressões que resultaram em óbitos foram praticados com armas de fogo e 21% praticados com material perfurante, cortante ou contundente. Para o mesmo ano, em Ariquemes o percentual de homicídios praticados com armas de fogo é um pouco superior à média do estado, 80%, assim como em Porto Velho, 78%, enquanto aqueles cometidos por material cortante, perfurante ou contundente representam 12% e 14%.

A taxa de homicídios é um importante indicador utilizado internacionalmente para aferir o nível de violência a que uma determinada população está exposta. Tem sido utilizado, também, para verificar a efetividade de políticas públicas na área de segurança pública, nível de desenvolvimento, respeito aos direitos humanos e outros fatores, devido, principalmente, a importância que a preservação da vida tem nas relações sociais e de civilidade. Não há um patamar muito bem definido sobre as taxas consideradas ideais, mas aquelas localidades, cidades e países que possuem índice abaixo de 10/100.000 são consideráveis aceitáveis, mas isso varia de sociedade para sociedade, principalmente porque existem sociedades com históricos de taxas muito baixas e outros com históricos de taxas altas. Entretanto, um aumento ou diminuição súbita podem indicar degradação ou melhora dos indicadores, mesmo mantendo-se em patamares baixos ou altos.

A violência dos homicídios é percebida pela maioria das pessoas como imprevisível, uma fatalidade e não um fenômeno social determinado cognoscível e controlado (Soares, 2008). No entanto, os homicídios são previsíveis. Esta afirmação encontra eco no fato de que em um determinado bairro, cidade ou localidade o número de homicídios de um ano para o outro não são díspares e mesmo quando há quedas dos índices, esses, geralmente, ocorrem em um espaço de tempo mais estendido.

Quadro 3.6.5.6-2 - Taxas de Homicídios (por 100.000) nos Municípios da AII/Trecho 1- Porto Velho-Nova Lacerda - LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N° 01 - 2004-2007

Estados	Municípios	Período			
		2004	2005	2006	2007
TRECHO 1					
RO	Porto Velho	67,2	54,2	61,9	44,5
RO	Candeias do Jamari	32,3	29,9	40,3	16,6
RO	Alto Paraíso	13,3	50	42,3	46,9
RO	Ariquemes	61,4	56,4	62,1	56,3
RO	Cacaulândia	55,3	36,6	36,6	0
RO	Jaru	25,4	19,6	12,4	3,5
RO	Ouro Preto do Oeste	17,1	26,9	24,5	27
RO	Teixeirópolis	0	0	0	0
RO	Ji-Paraná	34,4	30	42,3	31,4
RO	Presidente Médici	31	27,4	15,8	11,9
RO	Nova Brasilândia D'Oeste	39,8	11,1	5,5	11
RO	Castanheiras	24,1	24,3	48,8	0
RO	Rolim de Moura	12,3	10	14	5,9
RO	Pimenta Bueno	22,1	25	38,1	28,6
RO	São Felipe D'Oeste	13,9	0	0	0
RO	Primavera de Rondônia	22,9	0	45,5	0
RO	Parecis	58,9	30,5	31,2	0
RO	Chupinguaia	16,2	123,4	45,1	29,3
RO	Corumbiara	40,4	0	0	10,8
RO	Colorado do Oeste	20	15,8	16,3	16,8
RO	Cabixi	26,7	0	0	26,9
MT	Comodoro	0	31,8	35,8	19,7
MT	Nova Lacerda	44,9	0	20,8	0

Fonte: DATASUS/IBGE

Apesar da queda das taxas de homicídios, outros tipos de crimes, entretanto, tiveram o aumento de seu registro em Rondônia, principalmente aqueles que atingem diretamente a população infanto-juvenil. Segundo a Delegacia de Proteção à Criança e

ao Adolescente, em 2008 houve um incremento de cerca de 25% do registro de crimes contra as crianças e adolescentes no Estado em relação ao ano interior, sendo que na capital foram registradas 4.086 ocorrências e 1.230 no interior.

A cidade de Ariquemes tem sido uma preocupação para as autoridades devido à manutenção, ao longo dos anos, de uma alta taxa de homicídios e de outras criminalidades.

No ano de 2008, foram registrados, na cidade, 6.051 crimes contra o patrimônio. Algumas providências têm sido requisitadas pela população como o aumento do efetivo policial e maior policiamento ostensivo visando uma melhoria do quadro. Em 2009, algumas iniciativas foram tomadas para buscar soluções ao problema como a realização de uma audiência pública com autoridades e representantes da sociedade civil e a solicitação por parte da Assembléia Legislativa de Rondônia ao Governo de Estado a implementação do Programa Ronda Escolar no município. Segundo a matéria aprovada na casa legislativa “A indicação tem por finalidade atender a comunidade estudantil com relação a segurança dos alunos, diante dos constantes aumentos dos índices de violência nas proximidades das escolas, principalmente no período noturno, onde acontecem com certa constância casos de aliciamento, prática de diversos crimes, roubos, prostituição, sedução e abordagem de traficantes.”

Rondônia, assim como outros estados da Região Norte, tem como grave problema de segurança pública o tráfico de seres humanos, o que inclui mulheres e crianças para fins de prostituição. Segundo a PESTRAF (2002), as características geográficas e culturais da Região, sua história e os planos para o seu desenvolvimento favorecem esse tipo de criminalidade. As fronteiras extensas e pouco habitadas dos estados que compõem a região; o isolamento geográfico e a precária infra-estrutura de fiscalização e controle, atrelado aos tipos de projetos de geração de renda implementados, com recursos temporários e a frágil presença de instituições governamentais em geral e de segurança pública, em particular, dificultam a garantia de direitos e a constituição de um cenário mais adequado de segurança pública. Em Rondônia, a BR-364 que liga o Estado ao Acre é uma das principais estradas utilizadas para tráfico de seres humanos, com a circulação constante de quadrilhas que levam à região insegurança e violência.

Uma questão que vem preocupando, também, as autoridades e as instituições de proteção às crianças e adolescentes é o impacto em Porto Velho e outras cidades próximas como Ji-Paraná e Ariquemes que grandes obras têm provocado em lugares pobres como o distrito de Jaci Paraná, distante 80 km de Porto Velho, apresentando uma frequência considerável de exploração sexual de crianças e adolescentes. O aumento de contingente de pessoas que busca por serviços sexuais, devido às obras,

acarretou em maior exploração sexual de crianças e adolescentes por grupos criminosos. Em 2009, várias operações como a Anjo da Guarda I, foram realizadas pela Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC) para combater a prática da exploração sexual em bares e postos de gasolina no distrito de Jaci Paraná. Segundo OIT/PRF (2009), as Estradas de Rondônia e do Acre possuem 50 pontos de exploração sexual infantil; deste total, 42 pontos estão localizados na BR-364.

O distrito de Jaci-Paraná tem contribuído significativamente para o incremento dos indicadores de criminalidade em Porto Velho. A Polícia Civil de Rondônia avalia, embora sem apresentar estudo mais aprofundado, que o aumento populacional desordenado no distrito, principalmente em decorrência da construção de Hidrelétricas que deslocaram direta e indiretamente, um contingente significativo de pessoas para a região. Segundo o Secretário de Segurança Pública Evilásio Silva Sena existe um acordo entre o Governo do Estado e as empresas responsáveis pelas hidrelétricas para a construção de uma Unidade de Segurança Pública (Unisp) e uma unidade da Polícia Militar Ambiental.

A fronteira com a Bolívia faz de Rondônia um dos estados brasileiros por onde se escoam determinadas drogas que adentram o território brasileiro. Em 2006, calculava-se que 70% da cocaína fabricada na Bolívia tenham passado pelo país, introduzidas por contrabando (JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZACIÓN DE ESTUPEFACIENTES, 2008) e que 41% da consumida no país eram oriundas do país vizinho. Parte dessa produção fica no mercado consumidor brasileiro e parte dirige-se para outros destinos. Aumentou, também, no país, o número de laboratórios de refino de cocaína, principalmente em estados fronteiriços, incluindo Rondônia. O Brasil Amazônico há tempos deixou de ser apenas corredor de trânsito de cocaína advindo de países limítrofes que produzem a droga, para se tornar espaço de processamento da pasta. A pasta que entra pela fronteira sul da Amazônia (estados de Rondônia e Mato Grosso) tende a ser refinada em território brasileiro com o objetivo de abastecer o mercado interno, localizado principalmente no Centro-sul do país (Rodrigues, 2009). A BR-364 passou a ser corredor utilizado por redes ilegais de drogas devido à repressão que foi intensificada no caminho fluvial Tabatinga-Manaus. As rotas que seguem para Mato Grosso e São Paulo passaram a utilizar a rodovia mais intensamente, a partir dos anos 1990 (NOVAES, 2003).

Somam-se a essas características geográficas próprias do Estado, o fato de que nos últimos anos aumentou a malha rodoviária do estado e que foram asfaltados trechos e estradas estaduais. A melhoria de tráfego nessas estradas permitiu, entretanto, melhor

estrutura para o escoamento de tráfico de drogas e armas e de roubo de cargas. Esses fatos levaram o Governo do Estado a assinar decreto criando a Polícia Rodoviária Estadual visando reduzir à criminalidade e diminuir, também, o número de acidentes. O Decreto de criação da Polícia Rodoviária Estadual foi assinado pelo Governador do Estado em fevereiro de 2010. Foram implementados, inicialmente, os pelotões nas cidades de Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, e outras unidades estão, ainda, em fase de implementação. O pelotão faz parte do contingente da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Pela extensão das rodovias do Estado e, especificamente, no trecho 1, o número de postos da Polícia Rodoviária Federal é reduzido. A BR-364 é, também, uma rodovia que apresenta elevada frequência de roubo de cargas e caminhões e utilizada para o escoamento de carros e cargas roubadas. O roubo de cargas se transformou num grande problema nas estradas brasileiras nas últimas décadas. Segundo dados da Polícia Federal, entre 1999 a 2009, foram assassinados 201 caminhoneiros e ajudantes como consequência desse tipo de prática criminosa

Recentemente, em fevereiro de 2010, a Polícia Civil de Rondônia desmobilizou, em Ji-Paraná, uma quadrilha de roubo de carros que agia havia dois anos e que transportava veículos desmontados ou não para a Bolívia, onde eram vendidos. Esse tipo de crime é muito comum devido à facilidade de conseguir mercado para o produto roubado no país vizinho e, geralmente, envolvem outros tipos de violência, notadamente a manutenção de vítimas como reféns durante o período em que o veículo roubado é levado para local do desmonte ou os esconderijos onde são mantidos.

Quadro 3.6.5.6-3 - Postos da Polícia Rodoviária Federal ao longo da BR-364 no Trecho 1 - Porto Velho-Nova Lacerda - LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°01

Município	Localização
PIMENTA BUENO	KM 208
JI-PARANA	KM 352
JARU	KM 432
PORTO VELHO (posto 1)	KM 606
ARIQUEMES	KM 606
PORTO VELHO	KM 606
COMODORO	KM 417

Fonte: Polícia Rodoviária Federal, 2010

O Mapa a seguir indica, para o ano de 2004, que a maioria dos roubos de carga está localizada na região Sudeste e que o Norte e o Centro-Oeste possuem os menores percentuais. Tais índices, entretanto, precisam ser relativizados, haja visto que o Sudeste concentra grande capacidade de fluxo de veículos e, por isso, os roubos ocorrem em maior volume, mas como não há indicadores em termos de taxas, não

pode-se avaliar qual é a região com maior taxa, já que Norte e Centro-oeste se destacam pela proximidade com a fronteira com países como Bolívia e Colômbia.



Figura 3.6.5.6-1- Participação percentual das Regiões no Total de Roubo de Cargas-2004

(2) Municípios previstos para canteiros de obra – Trecho 1

No trecho 1 do traçado, os canteiros de obra estarão localizados nos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Cabixi e Jaru. Todos esses municípios ou são cortados pela BR-364 ou ficam-lhe próxima. A proximidade com essa rodovia, que apresenta um índice elevado de roubos de caminhões, carros e cargas, requer uma atenção maior com a segurança dos veículos no período em que as obras forem realizadas. Pela região já apresentar quadrilhas de roubo de caminhões e cargas estruturadas, o aumento da circulação de caminhão, devido às obras, podem representar maior atrativo para esses grupos. A busca de informações junto aos órgãos competentes e responsáveis pela segurança pública como a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual e Polícias Civil e Militar é elemento que contribui para traçar um planejamento de circulação de caminhões e cargas para se evitar os horários onde são registrados mais frequentemente sinistros. Como o número de postos da Polícia Rodoviária Federal é pequeno para a extensão do trecho e os

batalhões da Polícia Rodoviária Estadual ainda estão em fase de implementação, cuidados maiores precisarão ser tomados, como privilegiar a saída ou circulação de carros em comboios, quando for possível. Esses fatores de prevenção podem contribuir para evitar roubos de cargas que possuem valor importante não somente para venda no mercado interno, como para servirem de troca para produtos ilícitos como drogas.

O município de Ji-Paraná apresenta os índices mais negativos de determinadas criminalidade e, mais especificamente, em relação às taxas e frequências de homicídios. Como parte desses eventos é praticada por arma de fogo ou por material contundente, cortante e perfurante, como mostram os dados, e, parte significativa, por motivo fúteis, é importante alertar aos técnicos e trabalhadores em geral, quanto à frequência em determinados bairros ou regiões para evitar envolvimento em casos de violência. Essas medidas podem ser extensivas a outros canteiros de obras, pois, mesmo que outros municípios não apresentem taxas de homicídios altas, é significativo, na região, os casos de morbidade por violência.

Um dos impactos sociais mais negativos de obras de grandes vultos, que deslocam significativo contingente de trabalhadores para locais com infra-estrutura precária e com uma população pobre é o aumento de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nos últimos anos, o país vem se mobilizando com mudanças na legislação, implementando programas sociais, realizando campanhas e reprimindo esse tipo de crime em rodovias e locais onde, tradicionalmente, essas práticas são comuns.

Na região Sul de Rondônia, onde será instalada a maioria dos canteiros de obras no trecho 1, as estradas possuem muitos pontos de exploração e foram observados nos últimos anos aumento desses locais, apesar da repressão à prática. No Brasil, a prática da prostituição não é crime, apenas quando é explorado por outrem e quando envolve crianças e adolescentes. O aumento do fluxo de trabalhadores estimula, igualmente, o crescimento da prostituição. Sendo assim, por estar em uma região sensível à prática de exploração sexual, os trabalhadores e técnicos devem ser orientados a estar atentos, se forem utilizar os serviços, ao que diz a lei e as consequências de não cumprí-la, buscando utilizar serviços de pessoas maiores de idade e que não estejam em nenhum serviço ou rede de exploração.

b. Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT)

(1) Dados Gerais de Segurança

Este trecho envolve vinte e nove cidades de Mato Grosso e, apenas, uma do estado de Goiás. Mato Grosso investiu, no ano de 2007, R\$ 36.194.154,01 em policiamento, sendo que no ano seguinte ampliou este investimento para R\$ 39.073.976,26, o que representou um acréscimo de 7,96%. Esse aumento significa uma ampliação nos gastos em segurança pública no Estado que já era percebido em 2006. Entre esse ano e 2008, houve um significativo incremento da despesa per *capita* com a função segurança pública que passou de R\$ 177,89 para R\$ 246,98, um crescimento de 38,83% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009).

O efetivo de policiais militares no estado é de 1.972 oficiais e 5.612 praças, o que contabiliza uma relação 1/383,7 policial por habitantes. A Polícia Civil possui um efetivo de 213 delegados e 2.152 agentes não delegados, com uma relação policial e população de 1/1.230.

Quadro 3.6.5.6-4 - Equipamentos de Segurança nos Municípios da AII/ Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°01

Estado	Município	Forças armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da PM	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiros	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
MT	Vila Bela Da Santíssima Trindade	N.I	N.I	N.I	1 delegacia com 15 policiais civis	1 posto com 8 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Pontes E Lacerda	Ano inf	N.I	Não inf	1 delegacia com 40 policiais civis	1 comando regional com 60 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Vale De São Domingos	N.I	N.I	N.I	N.I	1 posto com 3 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Jauru	N.I								
MT	Araputanga	N.I	N.I	N.I	1 delegacia com 8 policiais	1 posto com 15 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Reserva Do Cabeçal	N.I	N.I	N.I	1 policial	4 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Rio Branco	N.I	N.I	N.I	1 delegacia com 8 policiais	1 posto com 10 policiais	N.I	N.I	N.I	N.I
MT	Salto Do Céu	Não	-	-	Não	departamento de polícia militar que tem 3 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Lambari D'oeste	Não	-	-	Não	1 Núcleo da Polícia Militar com 7 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Barra Do Bugres	Não	-	-	1 delegado da Policia Civil para o Município de Barra do Bugres e Porto Estrela	1 Posto da Polícia Militar, na sede com 17 policiais	Sim	Não	Não	Não
MT	Alto Paraguai	Não	-	-	1 delegacia com 2 policiais	1 posto da PM com 4 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Rosario Do Oeste	Não	-	-	Sim, 1	Um batalhão	não	não	não	não
MT	Jangada	Não	-	-	1 Delegacia de Policia Civil com 5 policiais civis	1 Destacamento da Polícia Militar com 3 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Acorizal	Não	-	-	Sim, 1	Núcleo com 6 policiais	não	Não	Não	não
MT	Cuiabá	Sim	-	-	sim	N.I	sim	sim	sim	sim

Estado	Município	Forças armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da PM	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiros	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
MT	Santo Antonio Do Leverger	Não	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil, com 1 delegado sediado que atende Santo Antonio e Barão de Melgaço.	1 cia da polícia militar, com 30 policiais que atendem o município de Santo Antonio e de Barão de Melgaço inteiro.	Não	Não	Não	Não
MT	Campo Verde	Não	-	-	1 delegacia com 6 policiais	Destacamento com 29 policiais	não	sim	sim	não
MT	Jaciara	Não	-	-	1	Destacamento com 3 policiais	não	não	não	não
MT	Jucimeira	Não	-	-	1	1 posto com 6 policiais	não	não	não	não
MT	Rondonópolis	N.I								
MT	Poxoréo	Não	-	-	1 delegacia civil com três policiais	1 destacamento da polícia militar com 3 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	São José Do Povo	Não	-	-	1 destacamento da polícia civil com um delegado com jurisdição em Rondonópolis e São José do Povo	1 destacamento da Polícia Militar, com sete policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Guiratinga	Não	-	-	1 delegacia com 4 policiais	1 posto com 7 policiais	não	não	não	não
MT	Pedra Preta	Não	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil, com 6 policiais que atende a 3 municípios (Rondonópolis, Pedra Preta e São José do Povo)	1 posto da PM com 12 policiais	Não	Não	Não	Não
MT	Alto Das Graças	0	-	-	1	1 destacamento	0	0	0	0
MT	Alto Araguaia	0	-	-	2, uma faz atendimento regional	1 destacamento e 1 comando	0	0	0	0
GO	Santa Rita Do Araguaia	0	-	-	Comarca de Mineiros que responde pela PC	7ª Companhia	0	0	0	0
SP	Jaci	N.I	N.I	N.I-	1 delegacia		não	não	não	não
SP	Mirassol	não	N.I	N.I	3 delegacias	1 posto PM	N.I	sim	não	não
SP	Nova Aliança	não	-	-	N.I	1 GRUPAMENTO POLICIAL	não	não	não	Não
SP	Potirendaba	não	-	-	1 delegacia	1 batalhao e guarda municipal	não	não	não	não
SP	Ibirá	não	-	-	1 delegacia e um Conselho de Segurança Comunitário, que discute assuntos sobre Segurança Pública, sem apoio do Estado.	1 posto com 12 policiais	não	não	sim	sim
SP	Irapuã	não	-	-	Polícia civil	1 posto da PM	não	não	não	não

Estado	Município	Forças armadas			Segurança Pública					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da PM	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiros	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
SP	Urupês	não	-	-	1 delegacia civil que atua em serviço de inteligência	1 posto	sim	não	não	não
SP	Novo Horizonte	não	-	-	N.I	N.I	sim	sim	Sim, nas usinas	sim
SP	Marapoama	não	-	-	1 delegacia	1 posto da PM	não	não	não	não
SP	Itajobi	não	-	-	1 delegacia com 7 policiais civis	1 posto com 10 policiais	não	não	não	não
SP	Borborema	N.I	-	-	N.I	1 posto da Polícia Militar, com uma média de três efetivos por plantão	não	não	não	não
SP	Itápolis	sim	-	-	Polícia civil	2 Postos da PM e Polícia rodoviária	não	sim	não	não
SP	Tabatinga	não	-	-	1 delegacia	2 postos da Polícia Militar, sendo uma base em Curupá, com um policial efetivo, e uma base no Centro, com três policias efetivos por turno	não	não	não	não
SP	Nova Europa	não	-	-	1 delegacia	1 posto da PM	não	não	N.I	não
SP	Gavião Peixoto	não	-	-	Polícia civil	1 unidade da PM	não	não	não	não
SP	Bariri	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Boa Esperança do Sul	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Bocaina	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Ibitinga	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Itaju	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Potirendaba	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Araraquara	sim	-	-	6 delegacias, sendo 1 da Polícia Federal	4 distritos policiais; 1 batalhão do interior; 2 cias de policiamento; 1 batalhao de policia rodoviária; 1 cia de policiamento; policia científica; guarda municipal; 1 penitenciária; 1 casa de detenção masculino e 2 centros de ressocialização	sim	sim	Não inf	N.I

Fonte: Trabalho de Campo, outubro, 2009.

Mato Grosso, assim como outros Estados brasileiros, apresentou um acréscimo significativo dos investimentos em segurança pública advinda de recursos da União, representando a preocupação e o cuidado que a área passou a ter nas políticas públicas governamentais. Esta apreensão advém, principalmente, do registro nos últimos anos do aumento em vários tipos de delito e de mudança do perfil epidemiológico, com destaque para as causas externas que passaram a ser a segunda maior causa de óbitos entre a população e do incremento dos homicídios, destacadamente entre os homens jovens. O estado possuía a terceira maior taxa do delito lesão seguido de morte (1,3/100.000) do país em 2008 e a mesma colocação entre as unidades da federação, no delito latrocínio seguido de morte (1,5/1000.000).

Segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso (2008), os crimes contra o patrimônio aumentaram, no ano de 2006, para 447/100.000 e os furtos, mantiveram no mesmo ano, um índice bem superior, 1.354/100.000. A Secretaria alerta que houve um aumento dos crimes violentos em municípios interioranos, como os crimes de roubo, roubo seguido de morte, homicídio e, também, houve incremento significativo de casos de tráfico de drogas. O número de ocorrências de crimes registradas em geral, também, aumentou 43% no Estado, entre 2003 a 2006.

As regiões que têm apresentado números mais expressivos de incremento de crimes violentos, segundo a Secretaria, são aquelas situadas mais distantes da capital, caracterizando-se os crimes mais frequentes como aqueles relativos aos confrontos agrários, crimes ambientais, reflexos decorrentes as fronteira oeste e, com especial atenção os homicídios dolosos. O tráfico de drogas tem merecido atenção específica das autoridades locais, principalmente porque o Estado é reconhecido como a principal porta de entrada de drogas, e que é distribuída para outras unidades da federação, advinda da Bolívia, com quem Mato Grosso possui uma extensa fronteira de 983,26km. Desse total, 720km são de fronteira seca, ou seja, sem obstáculos naturais, particularidade que dificulta à repressão ao tráfico pelas alternativas maiores de escoamento do produto.

Em relação às taxas gerais de homicídios nos municípios do corredor de estudo, conforme o Quadro seguinte, dentre as cidades com mais de 20.000 habitantes, as que se destacam com índices mais elevados são Cuiabá e Rondonópolis.

Quadro 3.6.5.6-5- Taxas de Homicídios (por 100.000) Municípios da AII/ Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°01 - 2004-2007

Estado	Município	Período			
		2004	2005	2006	2007
TRECHO 2					
MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	36	48,1	26,9	26,3
MT	Pontes e Lacerda	19,9	16,8	7	20,8
MT	Vale de São Domingos	0	30,4	0	29,3
MT	Jauru	7,9	7,8	23,5	15,7
MT	Araputanga	21,2	27,8	27,5	20,5
MT	Reserva do Cabaçal	0	0	0	63,8
MT	Rio Branco	20,6	21,3	0	22
MT	Salto do Céu	28	0	72	40,4
MT	Lambari D'Oeste	49,5	26,9	56,5	59,4
MT	Barra do Bugres	16,4	18,7	27,4	11,9
MT	Alto Paraguai	42,7	16,2	35	0
MT	Rosário Oeste	38,4	28,3	11,3	0
MT	Jangada	12,6	0	0	11,4
MT	Acorizal	16,6	16,2	16,1	0
MT	Cuiabá	42,2	42,3	40,7	38,7
MT	Santo Antônio do Leverger	19,4	6,4	19,3	32,3
MT	Campo Verde	36,7	33	19,5	37,3
MT	Jaciara	23,2	22,2	18,1	21,3
MT	Juscimeira	15,9	23,5	15,5	15,3
MT	Rondonópolis	1,2	27	27	38,7
MT	Poxoréo	10,8	51	34,9	11,9
MT	São José do Povo	0	0	31,8	31,7
MT	Guiratinga	16,9	0	27	9,2
MT	Pedra Preta	6,8	26,4	26	6,3
MT	Alto Garças	23,9	11,9	11,9	11,9
MT	Alto Araguaia	17,1	8,4	33,6	33,4
GO	Santa Rita do Araguaia	18,8	18,4	18,1	0

Fonte: DATASUS/IBGE

As mesmas características geográficas presentes no Estado de Rondônia, como a fronteira com a Bolívia, oportunizam a saída de veículos e cargas roubados e furtados do país. O roubo de cargas nas estradas de Mato Grosso também tem sido um problema que preocupa as autoridades locais, principalmente durante o período de escoamento da safra de soja, fazendo com que nos últimos anos houvesse mudança na rotina dos caminhoneiros e do aparato de segurança das transportadoras. Como nesse período há um número maior de caminhões circulando nas estradas,

incrementam-se os sinistros. Os motoristas buscam viajar em comboios e evitar trafegar em determinadas rodovias em certos horários. A ação de quadrilhas, geralmente é caracterizada como violentas pelas vítimas, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal.

No entanto, não é somente o roubo dos grãos que cresce nas cidades e nas estradas mato-grossense. Roubos de outros produtos como remédios, material eletro-eletrônico e demais mercadorias que podem ser escoadas para fora do país ou mesmo para o mercado interno, são frutos de roubos.

Em 2008, a Polícia Civil de Mato Grosso realizou operações específicas visando à repressão a esse tipo de crime, como as nominadas operações Polvo e Escambo, que resultaram na desarticulação de quadrilhas. Rondonópolis foi o município onde mais foram expedidos mandatos de prisão e indiciamento de pessoas que estavam envolvidos na prática ilícita. As quadrilhas atuavam, principalmente, na região Sul do Estado. Somente na região de Rondonópolis a polícia recuperou, na ocasião, 44 toneladas de carga e 40 mil litros de óleo diesel. Segundo a Polícia Civil, essas ações que desarticularam quadrilhas e diminuí o roubo de veículos e cargas, mas novas quadrilhas se rearticularam após essas operações. Além da soja, também é comum o roubo de caminhões de empreiteiras de frete de areia e cascalho para o envio para a Bolívia. Esse produto vem ganhando importância, principalmente porque nos últimos anos, com o aumento de grandes obras na Região Norte e no Centro-Oeste, houve circulação significativo do produto pelas estradas do Estado, com destaque para Rondonópolis, Várzea Grande, que fica situado na Região Metropolitana Cuiabá, e Jucimeira que não está no corredor, mas próxima. Após a venda da carga, é comum o desmonte dos veículos ou, mesmo, transportados inteiros para serem trocadas por outras mercadorias na Bolívia.

Outra questão importante envolvendo roubos de cargas e outras criminalidades na região é a existência de quadrilhas que atuam na troca de cargas roubadas por cocaína em cidades bolivianas próximas à fronteira. Em março de 2010, as polícias civil e militar, da Delegacia da GEFRON, de Mato Grosso realizaram a Operação Fronteira S/A em cidades fronteiriças e próximas à Bolívia, além de outras que se apresentaram importantes no esquema criminoso, incluindo Cuiabá que está na AID, e Várzea Grande, na Grande Cuiabá onde foram expedidos dezenas de pedidos de busca e apreensão e se efetivaram prisões.

Quadro 3.6.5.6-6 - Postos da Polícia Rodoviária Federal nos Municípios da AII/ Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) – Alto Araguaia(MT) da LT 600kV CC

Rodovia	Município	Localização
BR-364	Alto Garças	KM 48
BR-364	Pedra Preta	KM 130
BR-364	Rondonópolis	KM 212
BR-364	Jaciara	KM 319
BR-364	Cuiabá	KM 388
BR-174	Pontes E Lacerda	KM174
BR-364	Santa Rita do Araguaia	KM 382

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

(2) Municípios previstos para canteiros de obra – Trecho 2

Nesse trecho, os canteiros estarão situados nos municípios de Pontes e Lacerda, Jauru, Barra do Bugres, Cuiabá, Alto Araguaia e Rondonópolis. Como apontou o estudo, o roubo de carga é uma prática delitativa comum na região. Rondonópolis, Pontes e Lacerda, Cuiabá e Jauru são cidades onde se registra a maioria dos sinistros. Em Rondonópolis, o roubo de cascalhos e material de construção encontra na Bolívia um importante mercado. Recomenda-se a busca de informações com órgãos e instituições segurança pública para ter conhecimento de horários mais comuns na prática desse crime e quais os trechos que são mais visados para atuação das quadrilhas. Diante das informações é possível fazer um planejamento do deslocamento de caminhões por vias e trechos onde não se registra com frequência assaltos, evitando-se, também, horário com maior registro de ocorrência.

Em relação ao efetivo policial e equipamentos públicos de segurança nos municípios, destacam-se os municípios de Pontes e Lacerda, que possui delegacia com 40 policiais civis e uma guarnição da PM que conta com 60 soldados em Várzea Grande, a segunda cidade em importância no Estado, que não está na AID, que conta com um Batalhão da PM e 4 delegacias. Os efetivos policiais e de outras força, onde foi possível coletar os dados, apresentam uma alta relação policial por habitantes, o que dificulta um policiamento mais ostensivo e pode acarretar maior dificuldade para o desempenho dessa função com a chegada de equipamentos e pessoal. Recomenda-se uma aproximação com os órgãos de segurança pública para discuti o aumento da demanda de serviço.

Os municípios onde irão se instalar os canteiros de obra são locais, também, sensíveis à exploração sexual. Nesse trecho, também, recomenda-se orientação sistematizada para que técnicos e trabalhadores não sejam vítimas de grupos ou quadrilhas que explorem serviços sexuais. Ameniza-se, assim, o impacto social negativo que obras de

grandes trazem para população mais pobre, como a já citada exploração sexual de crianças e adolescentes e, também, de adultos.

Quanto à criminalidade comum, os municípios de Rondonópolis e Cuiabá são os que apresentam números mais preocupantes, mas não alarmantes. Neles cuidados devem ser observados, principalmente em áreas com pouco policiamento e isoladas.

c. Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara (SP)

(1) Dados Gerais de Segurança

Este trecho atravessa 48 municípios de três estados, sendo que cinco cidades estão localizadas em Goiás, quatro em Minas Gerais e 39 no Estado de São Paulo. Os municípios mineiros compõem a Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba. Segundo CRISP-UFMG/MINAS GERAIS (2007), entre os anos de 2003 a 2006 a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba aumenta a sua participação percentual no total dos crimes violentos² no Estado, passando, de 10,62% para 15,22% e, em tendência oposta ao Estado, apresentou um aumento da frequência desses tipos de crimes, passando de 7.750 para 8.931, enquanto Minas Gerais baixou de 73.236 para 58.626. Foi a mesoregião mineira que mais aumentou sua participação percentual no total dos crimes violentos do estado no período.

Em relação às taxas de homicídios dos municípios da mesorregião no corredor de estudos, é importante observar que as cidades apresentam frequências baixas. Apesar de Limeira do Oeste, no ano de 2007, possuir uma taxa de 37/100.000, neste ano houve apenas dois homicídios no município. A taxa alta se explica porque o município tem apenas 5.395 habitantes, cuja unidade de óbito impacta, fortemente, a taxa geral.

São Paulo, nos últimos anos, tem apresentado um quadro de criminalidade que vem diminuindo em alguns eventos. Os homicídios dolosos passaram de 4.877 para 4.426, entre os anos de 2007 e 2008, representado uma queda de 10,8%. Os latrocínios tiveram um aumento de 218 para 267 no mesmo período, um aumento percentual de 24,4%. As tentativas de homicídios diminuíram, também, passando de 5.679 casos para 5.066.

O Estado é o que mais investe em segurança pública, em valores nominais por ser o estado mais populoso da união, embora a sua taxa per capita não seja a maior em relação a outras unidades da federação.

² No estudo, os crimes violentos foram considerados os roubos consumados sem utilização de arma, roubos consumados a mão armada (assaltos), tentativas de homicídio e homicídios consumados, tentativas de estupro e estupros consumados.

Em relação às taxas gerais de homicídios, como é possível observar no Quadro a seguir, os municípios paulistas que compõem a AID possuem taxas bem baixas, a maioria apresentando taxa zero para o ano de 2007.

Quadro 3.6.5.6-7 - Taxas de Homicídios (por 100.000) Municípios da AII/ Trecho 3 – Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara (SP) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°01 - 2004-2007

Estado	Municípios	Período			
		2004	2005	2006	2007
GO	Mineiros	18,9	11,3	20	28,4
GO	Serranópolis	17	53,9	55,4	38,1
GO	Jataí	14,8	22,7	17,6	27,7
GO	Caçu	29,1	20	0	0
MG	Santa Vitória	6,1	12	12,3	6,1
MG	Limeira do Oeste	0	17,8	0	37
MG	União de Minas	0	20	0	19,6
MG	Ituramã	0	25,4	12,5	15,4
SP	Ouroeste	0	0	0	0
SP	Indiaporã	26,5	0	28,2	0
SP	Guarani d'Oeste	0	47	0	0
SP	Macedônia	0	0	0	27,8
SP	Pedranópolis	38,6	40	0	0
SP	Fernandópolis	6,2	4,6	15,2	4,5
SP	Meridiano	24,2	0	23,8	0
SP	Valentim Gentil	0	0	9,4	0
SP	Votuporanga	2,4	0	14,3	0
SP	Magda	0	0	0	0
SP	Sebastianópolis do Sul	0	0	0	0
SP	Monte Aprazível	21,2	5,2	15,7	20,8
SP	Poloni	0	0	0	20
SP	Neves Paulista	10,9	21,5	10,7	0
SP	Jaci	0	21	0	0
SP	Mirassol	13,4	6	13,4	5,3
SP	Nova Aliança	0	0	0	0
SP	Ibirá	20,5	10	0	0
SP	Urupês	8,2	8,1	16	0
SP	Marapoama	0	0	0	0
SP	Itajobi	0	6,7	0	0
SP	Itápolis	10	12,2	7,2	9,5
SP	Tabatinga	7,2	6,9	6,8	0
SP	Nova Europa	0	23,4	0	0
SP	Gavião Peixoto	24,4	0	0	0

Estado	Municípios	Período			
		2004	2005	2006	2007
SP	Bariri	3,36	0	3,23	6,37
SP	Boa Esperança do Sul	14,96	79,71	35,66	35,11
SP	Bocaina	19,58	9,51	18,08	17,68
SP	Potirendaba	13,64	6,58	6,35	12,7
SP	Araraquara	17,1	12,6	12	5,4

FONTE: IBGE/DATASUS

Em relação a outras criminalidades as cidades, em geral, apresentam taxas também muito baixas. Jaci, por exemplo não registrou nenhum roubo a carro em 2009, assim como União Paulista. Em Araraquara, embora que apresente uma frequência maior de roubos (508), a taxa é abaixo daquela registrada no estado para o ano de 2009. E nesse ano, a frequência foi menor que no ano de 2001, com 520 ocorrências desse tipo de criminalidade.

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo do Estado de São Paulo, o ano de 2009 apresentou um aumento de 14,4% dos roubos de cargas em relação ao ano anterior, passando de 6.653 ocorrências para 7.776. A capital e a Grande São Paulo foram as regiões que apresentaram maior número de casos, mas outros municípios e regiões, também, apresentaram índices preocupantes. Os prejuízos atingiram a cifra de 250 milhões de reais e fizeram crescer, também, o setor de segurança privada, com a utilização de escolta armada. A Polícia alega que tem sido muito difícil combater esse tipo de criminalidade pela sua capacidade de se rearticular quando quadrilhas são desmontadas e como os produtos roubados têm facilidade de encontrar mercado, novas táticas são utilizadas para a continuidade do crime.

No trecho 3 do corredor de estudo, os roubos de carga não representam um delito que se destaca. No Estado de São Paulo, os municípios que estão na AID, localizadas na área de segurança Deinter 3 e Deinter 5, o quantitativo de roubo de carga é reduzido em relação a outras regiões do Estado, representado nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, 1,6% e 1,59%, mantendo, praticamente de uma ano para outro a sua participação no total do Estado. Houve, entretanto, assim como em relação ao Estado, um aumento do número de casos de 14,8%.

Quadro 3.6.5.6-8 - Equipamentos de Segurança disponíveis nos Municípios da AII/ Trecho 3 – Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara (SP) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°01 - 2004-2007

Estados	Municípios	Forças Armadas			SEGURANÇA PÚBLICA					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da polícia militar	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Polícia Ambiental
GO	Mineiros	0	-	-	1	1 Companhia da Polícia Militar que cobre também os municípios de Santa Rita do Céu, Portelândia, Chapadão do Céu e Perolândia.	0	1	1	0
GO	Serranópolis	0	-	-	1	1 destacamento	0	0, em Jataí	0	0, em Jataí
GO	Jataí	sim	-	-	3 delegacias da polícia Civil	1 Batalhão da PM	sim	sim	sim	sim
					1 delegacia da Polícia Federal					
					1 Posto da Polícia Rodoviária Federal					
GO	Itarumã	0	-	-	1 delegacia	-	0	0, usa de Rio Verde	0	0
GO	Caçu	0	-	-	1	-	0	0	0	0
MG	Santa Vitoria	0	-	-	1	-	sim	0	0	sim
MG	Limeira do Oeste	0	-	-	1	1 destacamento	0	0, usa de Iturama	0	0, usa de Iturama
MG	União de Minas	0	-	-	1	1 Destacamento	0	0	0	0
MG	Iturama	-	-	-	02 Delegacias de Polícia Civil	01 Batalhão da Polícia Militar	0	0, usa Uberaba	0	sim
SP	Populina	-	-	-	1 delegacia da Polícia Civil	1 Destacamento da PM	sim	0, usa em Fernandópolis	0	0, usa em Fernandópolis
SP	Ouroeste	0	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil	1 Destacamento da Polícia Militar	0	0	sim	0
SP	Indiaporá	0	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil	1 Destacamento da Polícia Militar	0, usa em Fernandópolis	0, usa em Fernandópolis	0	0, usa em Fernandópolis
SP	Turmalina	0	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil	1 Destacamento da Polícia Militar	sim	0	0	0
SP	Guarani	0	-	-	1 Delegacia de Polícia Civil	1 Destacamento da Polícia Militar	0	0, usa em	0	0, usa em

Estados	Municípios	Forças Armadas			SEGURANÇA PÚBLICA					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da policia militar	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiros	Brigadas de Incêndio	Policia Ambiental
	d'Oeste							Fernandópolis		Fernandópolis
SP	Macedonia	0	-	-	Delegacia de Polícia Civil - 1 delegado e 05 policiais	1 destacamento com 05 policiais	0	0, usa em Fernandópolis	0	0
SP	José Bonifácio	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 8	1 grupamento de 12 policiais	não	sim	não	sim
SP	Nipoã	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 5	1 destacamento com 4 policiais	não	não	não	não
SP	Monte Aprazível	não	não	não	3 delegacia com 32 policiais	1 destacamento com 26 policiais	não	não	não	não
SP	Poloni	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 4	1 destacamento com 6 policiais	não	não	não	não
SP	Macaubal	não	não	não	1 delegacia com 5 efetivo	1 destacamento com 4 policiais	não	não	não	não
SP	União Paulista	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 4	1 grupamento com 6 policiais	não	não	não	não
SP	Neves Paulista	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 4	1 destacamento com 8 policiais	não	não	não	não
SP	Pendranópolis	não	não	não	1 delegacia com 4 funcionarios	1 destacamento com 7 policiais	não	não	não	não
SP	Sebastianópolis do Sul	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 3 pessoas	1 destacamento com 6 policiais	não	não	não	não
SP	Nhandeara	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 24 pessoas	1 base policial com 11 policiais	não	não	não	sim
SP	Macedônia	não	não	não	1 delegacais com efetivode 6	1 destacamento de 5 policiais	não	não	não	não
SP	Mendonça	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 3	1 destacamento com 5 policiais	não	não	não	não
SP	Votoporanga	não	não	não	6 delegacias com efetivo de 90 policiais	1 destacamento com 85 policiais;	sim	sim	sim	sim
SP	Fernandópolis	sim	não	não	6 delegacias	1 destacamento com 8 policiais; 1 batalhao com 124	sim	sim	não	sim
SP	Valentin Gentil	não	não	não	1 delegacia com 3 funcionarios	1 destacamento com 6 policiais	não	não	não	não
SP	Estrela do Oeste	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 16	1 destacamento com 8 policiais	não	não	não	não
SP	Floreal	não	não	não	1 delegacia com efetivo de 4	1 destacamento com 4 policiais	não	não	não	não
SP	Meridiano	não	não	não	1 delegacia com 8 funcionarios	1 destacamento com 5 policiais	não	não	não	não

Estados	Municípios	Forças Armadas			SEGURANÇA PÚBLICA					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da policia militar	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Policia Ambiental
SP	Jaci	N.I	N.I	N.I	1 delegacia		não	não	não	não
SP	Mirassol	não	N.I	N.I	3 delegacias	1 posto PM	N.I	sim	não	não
SP	Nova Aliança	não	-	-	N.I	1 GRUPAMENTO POLICIAL	não	não	não	Não
SP	Potirendaba	não	-	-	1 delegacia	1 batalhao e guarda municipal	não	não	não	não
SP	Ibirá	não	-	-	1 delegacia e um Conselho de Segurança Comunitário, que discute assuntos sobre Segurança Pública, sem apoio do Estado.	1 posto com 12 policiais	não	não	sim	sim
SP	Irapuã	não	-	-	Polícia civil	1 posto da PM	não	não	não	não
SP	Urupês	não	-	-	1 delegacia civil que atua em serviço de inteligência	1 posto	sim	não	não	não
SP	Novo Horizonte	não	-	-	N.I	N.I	sim	sim	Sim, nas usinas	sim
SP	Marapoama	não	-	-	1 delegacia	1 posto da PM	não	não	não	não
SP	Itajobi	não	-	-	1 delegacia com 7 policiais civis	1 posto com 10 policiais	não	não	não	não
SP	Borborema	N.I	-	-	N.I	1 posto da Polícia Militar, com uma média de três efetivos por plantão	não	não	não	não
SP	Itápolis	sim	-	-	Polícia civil	2 Postos da PM e Polícia rodoviaria	não	sim	não	não
SP	Tabatinga	não	-	-	1 delegacia	2 postos da Polícia Militar, sendo uma base em Curupá, com um policial efetivo, e uma base no Centro, com três policia efetivos por turno	não	não	não	não
SP	Nova Europa	não	-	-	1 delegacia	1 posto da PM	não	não	N.I	não
SP	Gavião Peixoto	não	-	-	Polícia civil	1 unidade da PM	não	não	não	não

Estados	Municípios	Forças Armadas			SEGURANÇA PÚBLICA					
		Exército	Marinha	Aeronáutica	Delegacia	Posto da policia militar	Postos de defesa civil	Unidades do Corpo de Bombeiro	Brigadas de Incêndio	Policia Ambiental
SP	Bariri	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Boa Esperança do Sul	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Bocaina	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Ibitinga	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Itaju	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Potirendaba	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I	N.I
SP	Araraquara	sim	-	-	6 delegacias, sendo 1 da Policia Federal	4 distritos policiais; 1 batalhão do interior; 2 cias de policiamento; 1 batalhao de policia rodoviária; 1 cia de policiamento; policia cientifica; guarda municipal; 1 penitenciaria; 1 casa de detenção masculino e 2 centros de ressocialização	sim	sim	N.I	N.I

(2) Municípios previstos para canteiros de obra- trecho 3

Os municípios onde ficaram os canteiros de obra nesse trecho, apresentam um quadro com baixas taxas de criminalidade comum, de homicídios e, também, roubo de carga e caminhões. Vale a pena destacar apenas, no Estado de São Paulo, o crescimento na região do corredor da área de estudo do roubo de carga. Nesse trecho os canteiros estarão situados nos municípios de Jataí, União de Minas, Fernandópolis, Itápolis e Araraquara. Entretanto, as recomendações feitas para os trechos anteriores quanto às precauções quanto ao roubo de veículo e cargas, a questão do cuidado para evitar envolvimento com grupos de exploração de criança. Adolescentes e adultos e os comportamentos frente à criminalidade comum deve ser replicada nesse trecho também.

3.6.5.7. INFRAESTRUTURA

a. Caracterização da Infraestrutura

(1) Acesso Rodoviário

A área em estudo tem seu sistema viário estruturado por importantes rodovias federais e uma malha estadual que as interliga. As rodovias federais que servem à região em estudo são descritas a seguir.

- **BR-070**

Rodovia radial que parte do DF levando à fronteira da Bolívia, no Mato Grosso, com extensão total de 1.317,7km. Em Goiás, a BR-070 encontra-se distante da Área de Influência da LT. No Mato Grosso, a BR-070 tem uma extensão de 468,9 km, passando ao norte da região de estudo e adentrando-a nos municípios de Poxoréo e Campo Verde, onde, por cerca de 70km, é coincidente com as BRs 163 e 364, até a chegada à Cuiabá. A partir de Cuiabá a rodovia segue para Cáceres e a fronteira com a Bolívia. A rodovia apresenta condições regulares de tráfego, com precariedade de sinalização. Os trechos próximos a Cuiabá apresentam tráfego intenso.

- **BR-163**

Rodovia longitudinal, estendendo-se por 4.426,7km, desde Santa Catarina até a fronteira com o Suriname, passando pelos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. No Mato Grosso, desde a divisa com Mato Grosso do Sul até a divisa com o Pará, possui uma extensão de 1.121,2km, sendo que o trecho em que atravessa a All da LT é coincidente com a BR-364, a partir de Rondonópolis, Juscimeira, Juciara e Cuiabá.

- **BR-364**

Rodovia diagonal, no sentido Noroeste-Sudeste, com extensão total de 4.141,5 km, cortando os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, chegando à fronteira com o Peru. No Estado de Rondônia, os principais pontos de passagem desta rodovia, que atendem diretamente a área em estudo, são nos municípios de Vilhena e Porto Velho. Em Mato Grosso, a BR 364 tem uma extensão de 1.177,2km, de Aragarças à divisa com Rondônia, servindo às cidades de Juscimeira, Jaciara, Rondonópolis e Cuiabá, tendo trecho comum, já mencionado, com a BR-070 e

BR-163, na entrada de Cuiabá. Em Goiás, passa ao sul do Estado, interligando os municípios da All: Caçu (acesso através de rodovia estadual pavimentada), Jataí, Mineiros e Santa Rita do Araguaia. Em Minas Gerais, passa próximo à região em estudo mineira, da divisa com Goiás até o município de Ituiutaba. Encontra-se ligada ao município de Iturama através de rodovia estadual pavimentada (MG-427).

A rodovia apresenta problemas em todo seu percurso, com trechos não asfaltados, em precárias condições de tráfego, sem acostamento e com sinalização precária, e trechos em obras de pavimentação.

- **BR-365**

Rodovia diagonal, pavimentada, que liga a região de Montes Claros, em Minas Gerais, à BR-364, na divisa com Goiás, passando por Uberlândia e Ituiutaba. Sua importância para a área em estudo decorre, principalmente, do acesso ao município mineiro de Santa Vitória, através de rodovia estadual pavimentada.

- **BR-461 (planejada)**

Rodovia federal planejada, que unirá os municípios de Uberaba e Ituiutaba, onde estará conectada à BR-365.

- **BR-497**

Rodovia de ligação entre a cidade mineira de Uberlândia e Paranaíba, no Mato Grosso do Sul. O único trecho pavimentado se encontra entre Uberlândia e o entroncamento com as BRs 153 e 464, na região da Prata. Encontra-se implantada no trecho de 9km entre o município mineiro de Campina Verde e o entroncamento com a BR-364. De Campina Verde a Paranaíba, passando pelo município de Iturama, encontra-se apenas planejada.

- **BR-452**

Rodovia de ligação, que corta o estado de Goiás a partir de Rio Verde, onde se liga à BR-060, e a Minas Gerais, chegando a Araxá, com extensão total de 508,9km. Em Goiás, há 203,9km em boas condições de tráfego, embora apresentando pequenos e médios buracos em seu trecho intermediário, sendo seu trecho final coincidente com a BR-153, em Itumbiara. Para região em estudo, sua importância decorre da ligação de Rio Verde com o Triângulo Mineiro, passando pela cidade de Uberlândia.

- **BR-060**

Rodovia radial, partindo do DF até a fronteira com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul, com extensão total de 1.329,3km. Em Goiás, possui 476,1km, fazendo a ligação de Rio Verde com Goiânia e Brasília. Possui boas condições de trafegabilidade no trecho DF–Rio Verde, onde apresenta pista dupla, passando pelos municípios de Serranópolis e Jataí. No trecho que passa pelo município de Jataí, coincide com a BR-158.

- **BR-158**

Rodovia longitudinal que corta os estados do Pará, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com extensão total de 3.955km. No Estado do Mato Grosso, não atravessa nenhum dos municípios em estudo. Em Goiás, possui uma extensão de 276,9km, entre Aragarças e Jataí (quando faz conexão com a BR-060 e a BR-364), passando pelo município de Mineiros. No Estado de São Paulo, passa distante da área em estudo.

- **BR-153**

Rodovia longitudinal que corta os Estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, toda pavimentada do Pará a São Paulo, com vários trechos duplicados. No Estado de Goiás, passa distante da área em estudo. Em Minas Gerais, passa próxima à área em estudo nos entroncamentos com a BR-365, em Monte Alegre de Minas, e com as BRs 464/497, na região do Prata. Próximo à área em estudo paulista, apresenta entroncamento com as BRs 265 e 456, em São José do Rio Preto.

- **BR-174**

Rodovia longitudinal, que corta os Estados de Roraima, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. Sua passagem mais próxima à área em estudo ocorre nos municípios de Cáceres, no Mato Grosso, e Vilhena, em Rondônia.

- **BR-319**

Rodovia diagonal, de 880,4km de extensão, liga Manaus a Porto Velho, sem passar por nenhum dos demais municípios rondonienses em estudo.

- **BR-421**

Rodovia de ligação, com 229,5km de extensão, liga os municípios rondonienses de Ariquemes a Guajará Mirim, onde há entroncamento com a BR-425. A partir da divisa dos municípios de Montenegro e Campo Novo, encontra-se sem pavimentação.

- **BR-425**

Rodovia de ligação, pavimentada, com 142,7km de extensão, liga os municípios rondonienses de Guajará Mirim e Abunã, onde há entroncamento com a BR-364.

- **BR-429**

Rodovia de ligação, com 285,9km de extensão, liga os municípios rondonienses de Ji-Paraná, onde há entroncamento com a BR-364, a Costa Marques, na fronteira com a Bolívia. A partir do município de Alvorada do Oeste, encontra-se sem pavimentação.

A malha rodoviária federal que serve à Área de Influência Indireta da LT é complementada por malhas estaduais, que estabelecem interligações com a malha federal, conforme segue abaixo.

Rondônia

Em âmbito estadual, o órgão responsável pelas rodovias é o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER-RO), vinculado a Secretaria de Estado de Finanças, que tem como objetivo “administrar o sistema rodoviário estadual, sua integração com as rodovias municipais e federais e sua interação com os transportes intermodais, objetivando o atendimento aos usuários no transporte de pessoas e cargas”¹.

São de responsabilidade do DER-RO quase 5.000 quilômetros de estradas, de uma malha viária de 6.602,6km, dos quais 2.007,9 correspondem às rodovias federais.

¹ www.der.ro.gov.br/



Fonte: Ministério dos Transportes

Figura 3.6.5.7 - 1 - Mapa Rodoviário do Estado de Rondônia

Destacam-se as seguintes rodovias estaduais² que passam pelos municípios da All de Rondônia:

- **RO 470** – Rodovia estadual pavimentada com 58km de extensão no trecho que liga a BR-364 a cidade de Mirante da Serra.
- **RO 387**– Rodovia estadual em leito natural que liga Pimenta Bueno a Espigão do Oeste.
- **RO 463** – Rodovia estadual pavimentada com 39km de extensão que liga o município de Governador Jorge Teixeira à BR-364.

² www.rondonia.ro.gov.br; ww.seplan.ro.gov.br; www.der.ro.gov.br

- **RO 464** – Rodovia estadual pavimentada que liga o município de Theobroma à BR-364 nas proximidades de Jaru.
- **RO 452** – Rodovia estadual pavimentada com 44km de extensão no trecho que liga Cabixi a Colorado do Oeste.
- **RO 399** - Rodovia estadual pavimentada com 31km de extensão no trecho que liga Colorado do Oeste a Cerejeiras.
- **RO 135** – Rodovia estadual pavimentada com 44km de extensão no trecho que liga Cabixi a Colorado do Oeste.
- **RO 370** – Rodovia estadual pavimentada com 44km de extensão no trecho que liga Cabixi a Colorado do Oeste.
- **RO 391** – Rodovia estadual pavimentada com 49km de extensão que liga Chupinguaia à BR-364.
- **RO 495** - Rodovia estadual em leito natural que interliga os municípios de Primavera D'Oeste, Parecis e Chupinguaia.
- **RO 383** – Rodovia estadual pavimentada com 43km de extensão que liga Alta Floresta d'Oeste a Rolim de Moura, passando por Santa Luzia d'Oeste no entroncamento com a RO-491.
- **RO 490** – Rodovia estadual pavimentada com 25km de extensão no trecho que liga Alto Alegre dos Parecis com a rodovia RO-383, próximo a Santa Luzia d'Oeste.
- **RO 479** – Rodovia estadual pavimentada com 38km de extensão no trecho que liga Rolim de Moura a BR-364.
- **RO 010** - Rodovia estadual pavimentada com 121km de extensão no trecho que liga Nova Brasilândia do Oeste a Pimenta Bueno, passando por Rolim de Moura.
- **RO 135** - Rodovia estadual pavimentada com 43km de extensão no trecho que liga Ji-Paraná a BR-429.
- **RO 473** - Rodovia estadual pavimentada com 53km de extensão que interliga a BR-364 nas proximidades de Ouro Preto do Oeste aos municípios de Teixeiraópolis e Urupá.

- **RO 257** - Rodovia estadual que liga Ariquemes ao Estado do Mato Grosso, passando pelo município de município de Machadinho do Oeste.
- **RO 491** - Rodovia estadual em leito natural que liga Primavera de Rondônia a Santa Luzia d'Oeste.

(2) Mato Grosso

O Estado do Mato Grosso, por sua dimensão, é composto por inúmeras rodovias estaduais que atravessam os municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento analisado, e que estão listadas no quadro, a seguir.

Quadro 3.6.5.7 - 1 - Rodovias estaduais que atravessam os municípios da AI

MT 010	MT 170	MT 260	MT 406
MT 020	MT 235	MT 270	MT 407
MT 040	MT 241	MT 336	MT 408
MT 050	MT 244	MT 339	MT 409
MT 060	MT 246	MT 339	MT 415
MT 110	MT 247	MT 343	MT 456
MT 130	MT 248	MT 343	MT 458
MT 150	MT 248	MT 351	MT 459
MT 160	MT 250	MT 373	MT 480

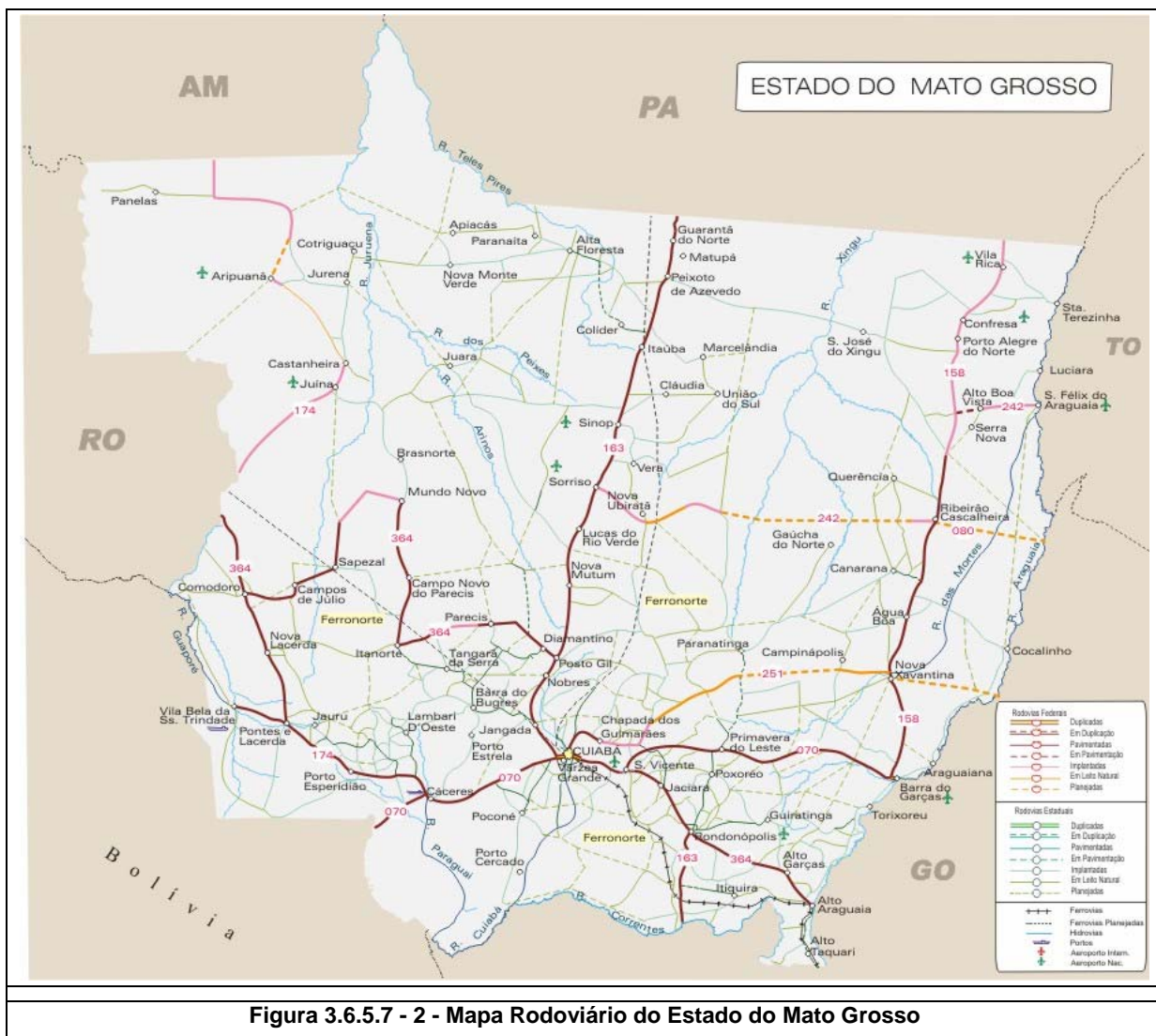
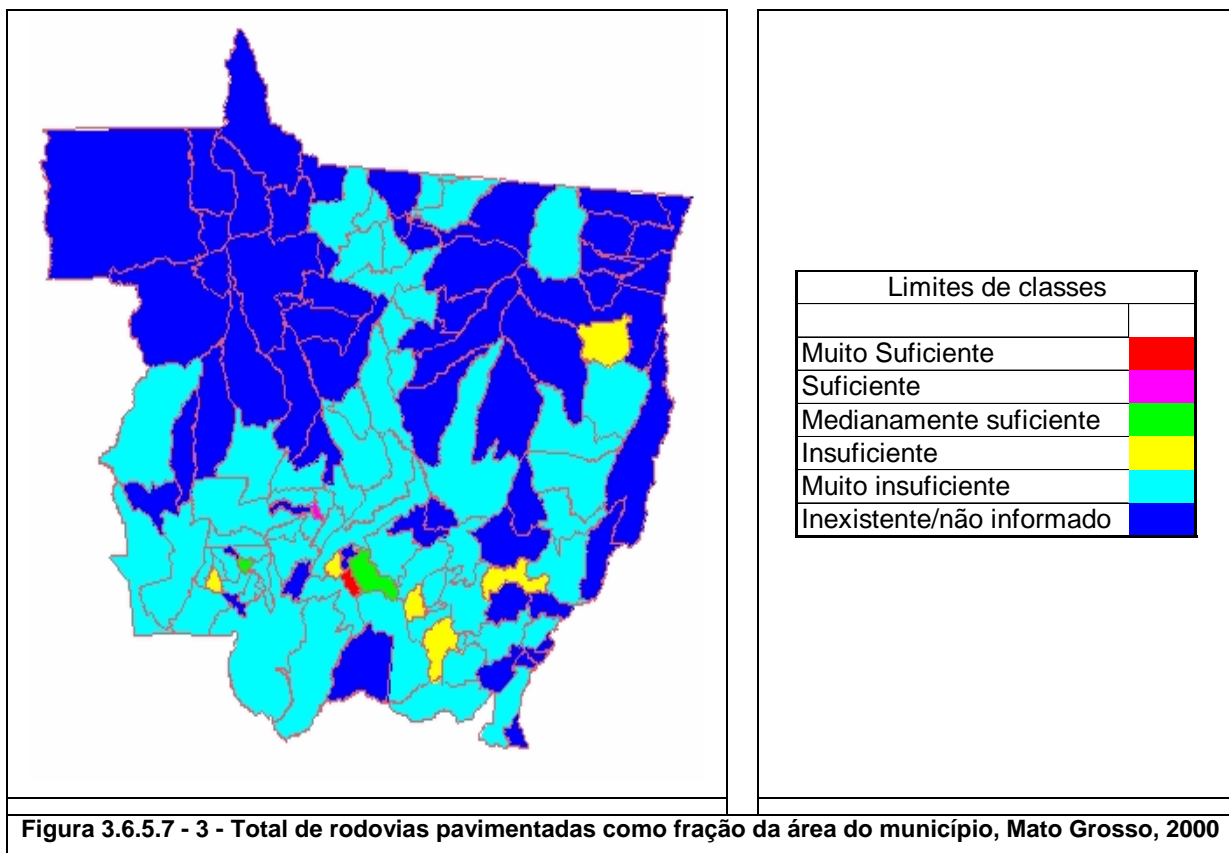


Figura 3.6.5.7 - 2 - Mapa Rodoviário do Estado do Mato Grosso

Através dos estudos realizados para o PPA 2004-2007 do Estado do Mato Grosso, foi possível encontrar um diagnóstico da infra-estrutura de transportes para o Estado, com a análise da pavimentação ou não das rodovias, a partir de mapas temáticos de 126 municípios do Estado, divididos em 12 regiões de planejamento.

Com relação às rodovias pavimentadas, o mapa, a seguir, apresenta uma divisão espacial claramente definida, com a região Norte do Estado apresentando com estradas muito insuficientemente asfaltadas ou de asfalto inexistente, e a região Sul com níveis um pouco melhores de caracterização. O município de Várzea Grande apresentou vias asfaltadas com condições satisfatórias, representado pela cor vermelha no mapa. Na região Norte do Estado, o contraste entre azuis demonstra a existência de alguns eixos viários e suas zonas de influência. No sentido sul-norte observam-se os municípios acompanhando as BRs-163, 158 e 174/364, implantadas a

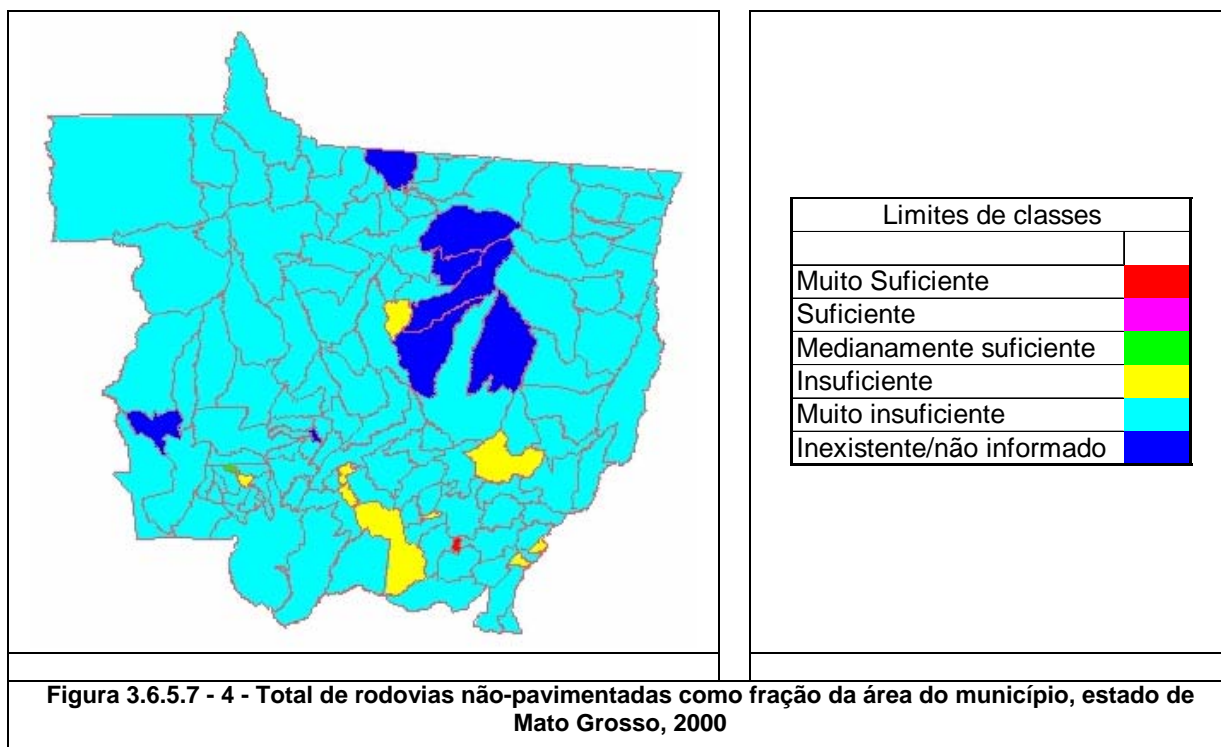
partir dos anos sessenta e asfaltadas a partir dos anos oitenta. Desde logo, denota-se o sentido de consolidação da direção de São Paulo e sul do país, como mercado de integração para os produtos de Mato Grosso e, naturalmente, o seu abastecimento. Em geral, ao longo dessas rodovias verifica-se um certo padrão de infra-estrutura pavimentada, mas insuficiente, e que inviabiliza o escoamento de safras ou abastecimento de mercadorias das diversas regiões do estado. Sendo assim, o relatório do PPA conclui que não há como promover a integração econômica de Mato Grosso, uma vez que não há articulação entre as rodovias pavimentadas e as regiões produtoras ou consumidoras, principalmente no sentido leste-oeste, cuja implantação se deu mais tarde.



Fonte: Seplan/MT – PPA, 2003

O mapa seguinte diz respeito às rodovias não pavimentada. Fica evidente que a característica geral das rodovias mato-grossenses é a insuficiência de estradas pavimentadas, representadas pela cor azul claro, que predomina no mapa. O município que apresenta destaque positivo (área vermelha) é São José do Povo, em função da sua área territorial ser muito reduzida e haver uma estrada integrando o município internamente, ao mesmo tempo em que a liga à MT-270. Merece destaque o município de Santo Antônio do Leverger, representado em amarelo, cuja infra-estrutura permite o

transporte de animais do Pantanal, bem como o turismo, para pontos de escoamento da produção como Cuiabá, além de permitir a ligação daquela região com Barão de Melgaço.



Fonte: Seplan/MT – PPA, 2003

Goiás

Cabem ser destacadas, pela importância que apresentam para a All Sul Goiano:

- **GO-461**, em leito natural, passa pelo município de Santa Rita do Araguaia, ligando-o a Dorvelândia.
- **GO-341/359** – pavimentada, liga o município de Mineiros ao Estado do Mato Grosso.
- **GO-306**, com trechos em leito natural e trechos ainda em fase de planejamento, futuramente unirá os municípios de Caçu, Serranópolis e Mineiros.



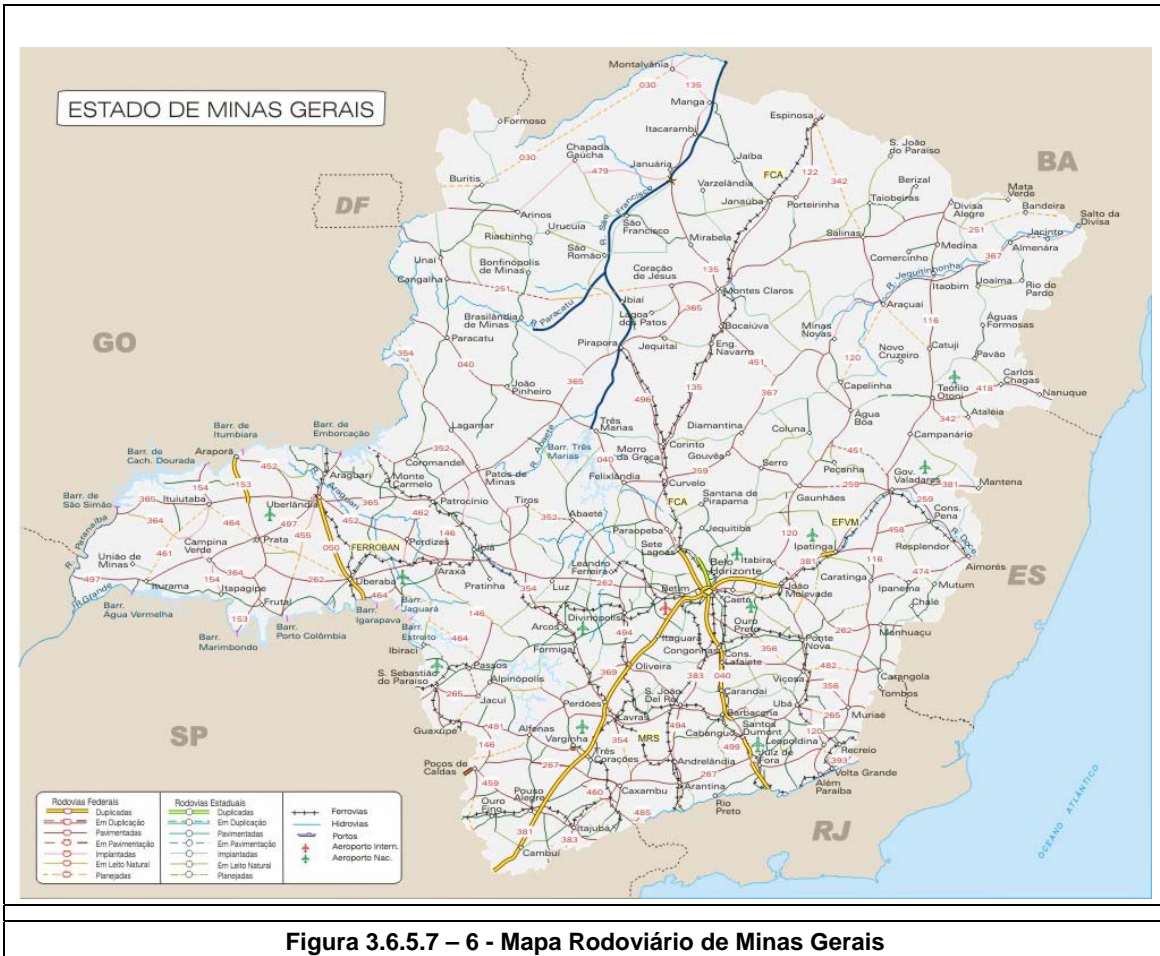
Fonte: Ministério dos Transportes

Figura 3.6.5.7 - 5 - Mapa Rodoviário de Goiás

Minas Gerais

- MG-427**

Rodovia estadual, pavimentada, que liga o município de Porto Alencastro, na divisa com Goiás, ao município de Uberlândia. Na área de influência, passa pelo município de Iturama, conectando-o a Campina Verde, onde há entroncamento com a BR-364. Encontra-se implantando trecho de acesso ao município de União de Minas. A partir da cidade da Prata, coincide com a BR-497, até Uberlândia, onde há entroncamento com as BRs 452, 060 e 365.



São Paulo

Na área em estudo paulista, as rodovias estaduais são preponderantemente responsáveis pela infraestrutura viária.

- **SP-310:** Rodovia estadual pavimentada e duplicada, liga Mirassol à capital, São Paulo, passando por São José do Rio Preto, Catanduva, Araraquara, São Carlos e Rio Claro. Os municípios em estudo no Estado de São Paulo encontram-se conectados a este eixo principal. O município de Gavião Peixoto é ligado à SP-310, na altura de Araraquara, por rodovia municipal pavimentada número 276. Depois do município de Mirassol, a SP-310 segue até Ilha Solteira, no entroncamento com a SP-595, em pista simples, passando pelos municípios de Monte Aprazível e Poloni, com acesso em trecho estadual pavimentado para o município de Sebastianópolis do Sul.

- **SP-320:** Pavimentada, em pista simples, parte de Mirassol, no entroncamento com a SP-310, até Fernandópolis, passando pelo município de Votuporanga e com acesso, em trecho estadual pavimentado, aos municípios de Valentim Gentil, Meridiano, Pedranópolis e Macedônia.
- **SP-543:** Parte de Fernandópolis, no entroncamento com a SP-320, até entroncamento com a SP-463, passando pelos municípios de Guarani d'Oeste e Ouroeste, e com acesso em rodovia municipal pavimentada para o município de Indaiaporã.
- **SP-331:** Pavimentada, em pista simples, liga Ibitinga a Araraquara, com acesso para os municípios de Nova Europa e Tabatinga, conectando as rodovias estaduais SP-310 e SP-304.
- **SP-317:** Pavimentada, pista simples, liga a SP-331 à SP-333, passando pelo município de Itápolis.
- **SP-321:** Pavimentada em pista simples, liga a SP-304 à SP-310, passando pelo município de Itajobi.
- **SP-379:** Pavimentada, em pista simples, liga a SP-304 a SP-310, passando pelos municípios de Irapuã, Urupês e Ibirá.
- **SP-355:** Pavimentada, em pista simples, conecta a SP-304 à BR-153, passando pelo município de Nova Aliança, com acesso em rodovia municipal pavimentada ao município de Potirendaba.



Figura 3.6.5.7 - 7 - Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo

• **Transporte de Passageiros**

Com relação ao transporte de passageiros, de acordo com o Anuário Estatístico Rodoviário 2008, produzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no ano de 2007, nos Estados onde se localiza a área de influência do empreendimento, foram realizadas 2.717.506 viagens, transportando 90.921.122 passageiros, revelando pouca variação em relação a 2004. É preciso ressaltar que os dados relativos a Goiás/Distrito Federal, Rondônia/Acre se encontram agrupados, não sendo possível o seu desmembramento para a análise.

No entanto, os Estados mencionados apresentaram diferenciações. Em Minas Gerais e em Goiás/Distrito Federal, entre 2004 e 2007, houve crescimento do número de passageiros transportados – 1,1% e 1,2%, respectivamente. Tanto no Estado de Minas Gerais quanto no de Goiás, em 2005 e em 2006, o número de passageiros transportados foi ainda maior do que em 2007.

Nos Estados do Mato Grosso e de São Paulo, houve diminuição de 4,5% e 4,4% no número de passageiros transportados, em relação a 2004. Ambos apresentaram elevação deste número no ano de 2005, tendo o decréscimo se iniciado no ano de 2006.

No Estado de Rondônia/Acre, houve decréscimo expressivo e ininterrupto, entre 2004 e 2007, tanto no número de passageiros transportados quanto no número de viagens realizadas, chegando em 2007 com uma perda de 57,7% no número de passageiros transportados, em relação a 2004.

Quadro 3.6.5.7- 2 - Evolução dos dados operacionais de transporte terrestre – 2004, 2005, 2006, 2007

Unidade da Federação	2004	2005	2006	2007
06 MINAS GERAIS				
Transporte de passageiros - pass	11.195.310	11.617.765	11.529.805	11.316.606
Viagens realizadas	364.154	366.216	376.175	398.052
08 SÃO PAULO				
Transporte de passageiros - pass	15.584.912	16.324.406	15.098.667	14.900.968
Viagens realizadas	526.184	544.194	527.878	516.468
11 MATO GROSSO				
Transporte de passageiros - pass	831.694	917.225	672.535	792.980
Viagens realizadas	47.460	50.778	45.437	43.075
12 GOIÁS/DIST. FEDERAL				
Transporte de passageiros - pass	62.994.805	66.642.012	65.999.862	63.758.052
Viagens realizadas	1.710.058	1.684.918	1.723.249	1.752.510
22 ACRE/RONDÔNIA				
Transporte de passageiros - pass	360.739	310.235	242.016	152.516
Viagens realizadas	10.576	9.481	9.910	7.401

Fonte: Empresas Permissionárias *apud* Anuário Estatístico Rodoviário 2008 - ANTT

(2) Acesso Ferroviário

No âmbito dos programas federais, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está em fase de estudo a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste Uruaçu/GO - Vilhena/RO (Ver Capítulo 3.6.5.2 - Aspectos Geopolíticos, item de Planos e Programas Governamentais).

Na área em estudo no Estado de Goiás, não há nenhuma ferrovia construída. Encontra-se planejada a implantação da Ferrovia Norte Brasil (FERRONORTE S.A.). A concessão foi obtida em 1989, por 90 anos, para construir e operar um sistema ferroviário de carga de 5 mil quilômetros, ligando Cuiabá (MT), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Aparecida do Taboado (MS), Porto Velho (RO) e Santarém (PA). O único trecho implantado parte da divisa de São Paulo com o Mato Grosso do Sul, no município paulista de Rubinéia, onde dá continuidade à Ferrovia Bandeirantes S.A. (Ferroban), até o município matogrossense de Itiquira, passando por Alto Araguaia.

Essa ferrovia pretende interligar Cuiabá (MT) com as malhas ferroviárias existentes no Triângulo Mineiro e São Paulo, alcançar Porto Velho (RO), onde começa a navegação

do Rio Madeira, e Santarém (PA), onde integra-se à navegação de longo curso pelo Rio Amazonas. Em Aparecida do Taboado (MS), interligar-se-á com a hidrovía Tietê-Paraná, servindo de alternativa para se atingir os principais mercados do Sul do país. A Ferrovia Norte-Sul abre a possibilidade de escoamento da produção do Centro-Oeste pelos portos de Santos (SP) e Sepetiba (RJ). É um projeto de longo prazo, estritamente privado, não acarretando ônus para a União. As ações pertencem à FERROPASA (Ferro Norte Participações S.A.), *holding* controladora de empresas de transporte ferroviário.

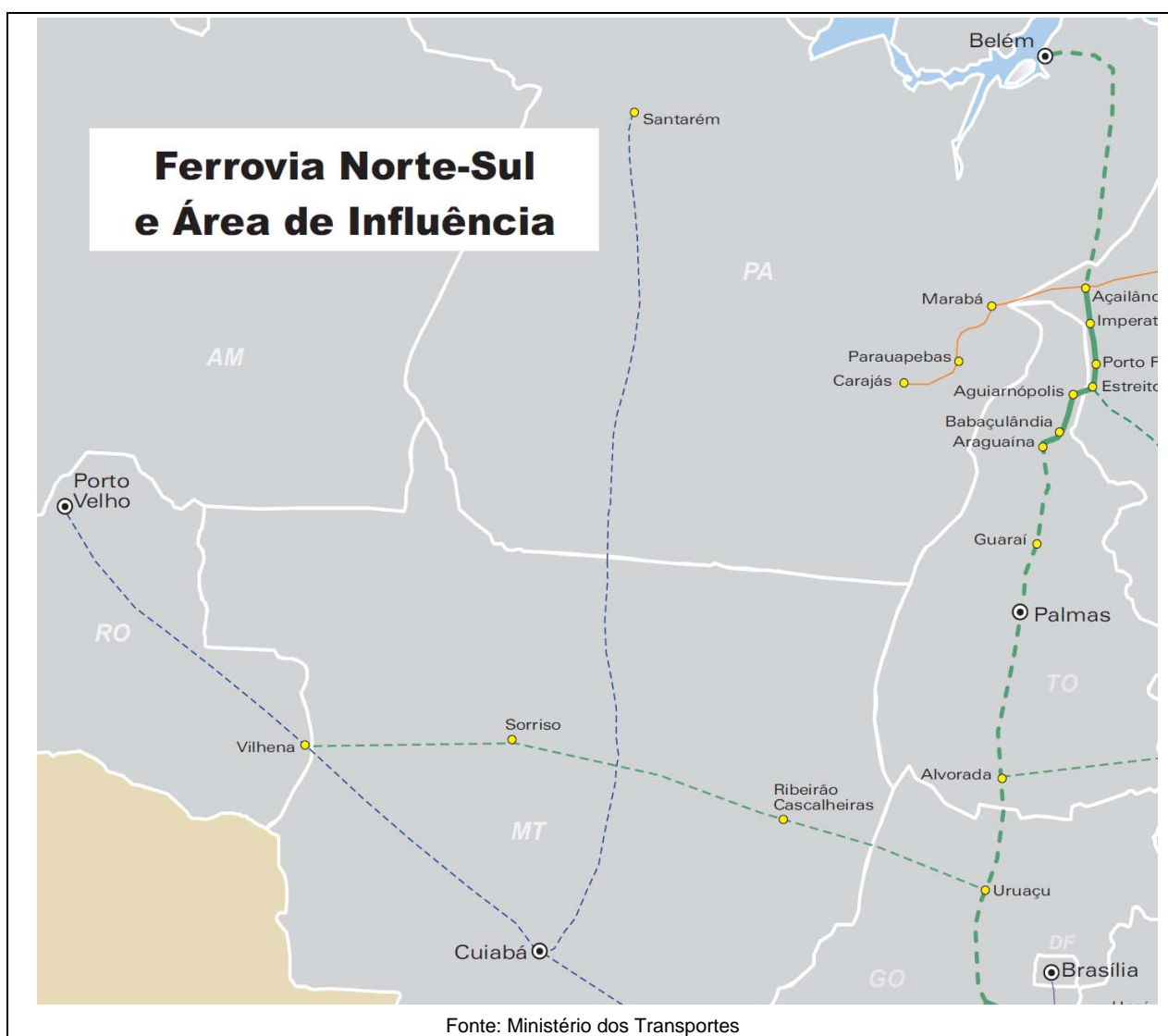
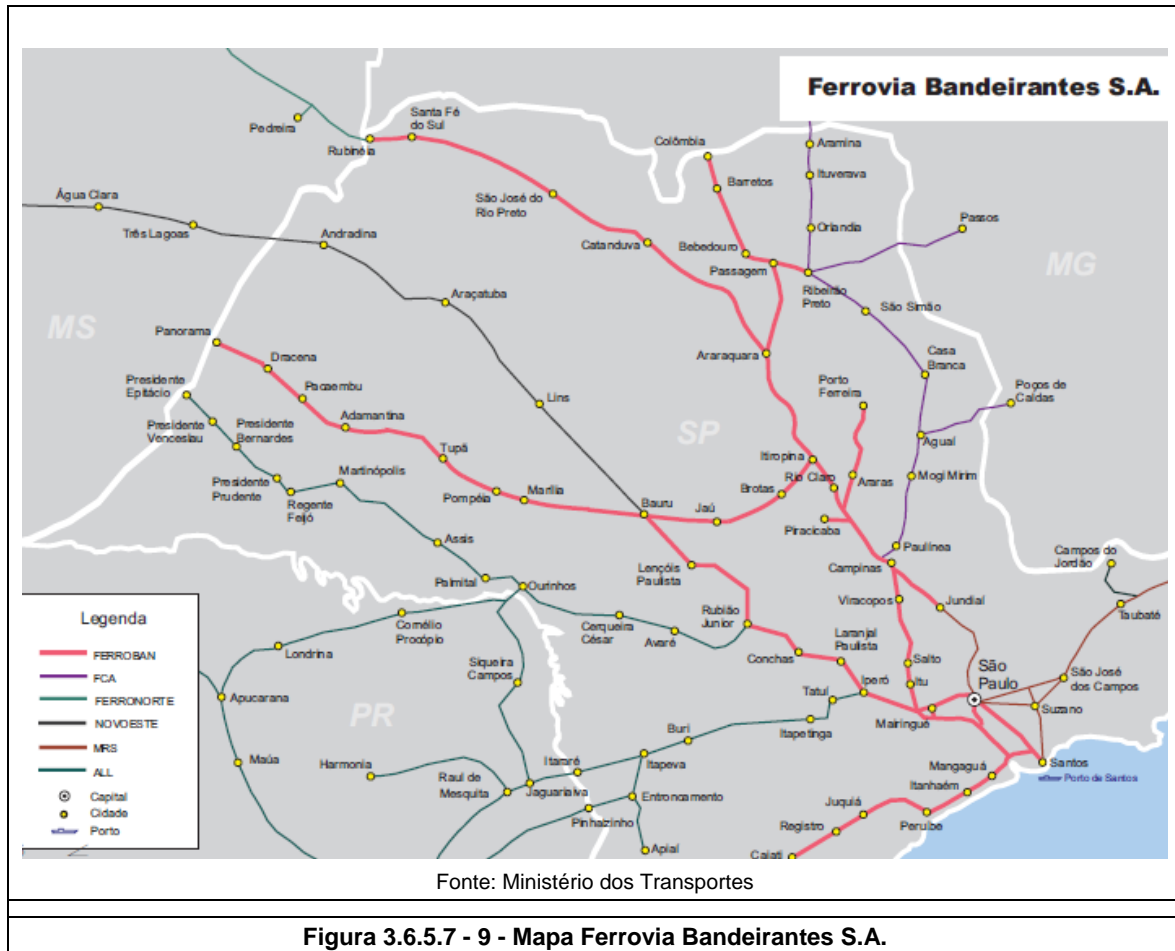


Figura 3.6.5.7 - 8 - Mapa FERRONORTE

A Ferrovia Bandeirantes S.A. (FERROBAN) parte do município de Cajati, no sul do Estado de São Paulo, passando pelo litoral paulista até Santos, dirigindo-se à capital, São Paulo. Depois de São Paulo, bifurca-se em dois ramais, um até o município de

Panorama, na divisa com o Mato Grosso do Sul, e outro até o município paulista de Rubinéia, na divisa com o Mato Grosso do Sul, mais ao norte do que ramal anterior, passando pelos municípios de Araraquara, Catanduva e São José do Rio Preto.

Com 4.186km de extensão, 1.463km dos quais em bitola larga, 2.427km em bitola métrica e 296km em bitola mista, a Ferrobán foi vendida pelo governo federal ao consórcio Ferrovias, em 1998, liderado pela *holding* Ferropasa.



A Ferrovias Centro-Atlântica (FCA) interliga os Estados de São Paulo, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Sergipe. No Estado de São Paulo, parte do município de Campinas e passa por Aguaí e Ribeirão Preto, ao norte do Estado, seguindo para Minas Gerais, onde passa mais próxima à área de influência do empreendimento, nos municípios de Uberaba e Uberlândia. Este ramal segue até Goiás, passando por Anápolis e Goiânia e seguindo em direção ao Distrito Federal.

Privatizada em 1996, a partir do processo de desestatização da Rede Ferroviária Federal, e sob o controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce desde 2003, a

FCA está interligada com as principais ferrovias brasileiras e possui parceria com outros modais, o que permite a conexão com os maiores centros consumidores do Brasil e do Mercosul. É o principal eixo de conexão entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país e sua frota atual conta com 12.000 vagões e 500 locomotivas, todos monitorados via satélite.

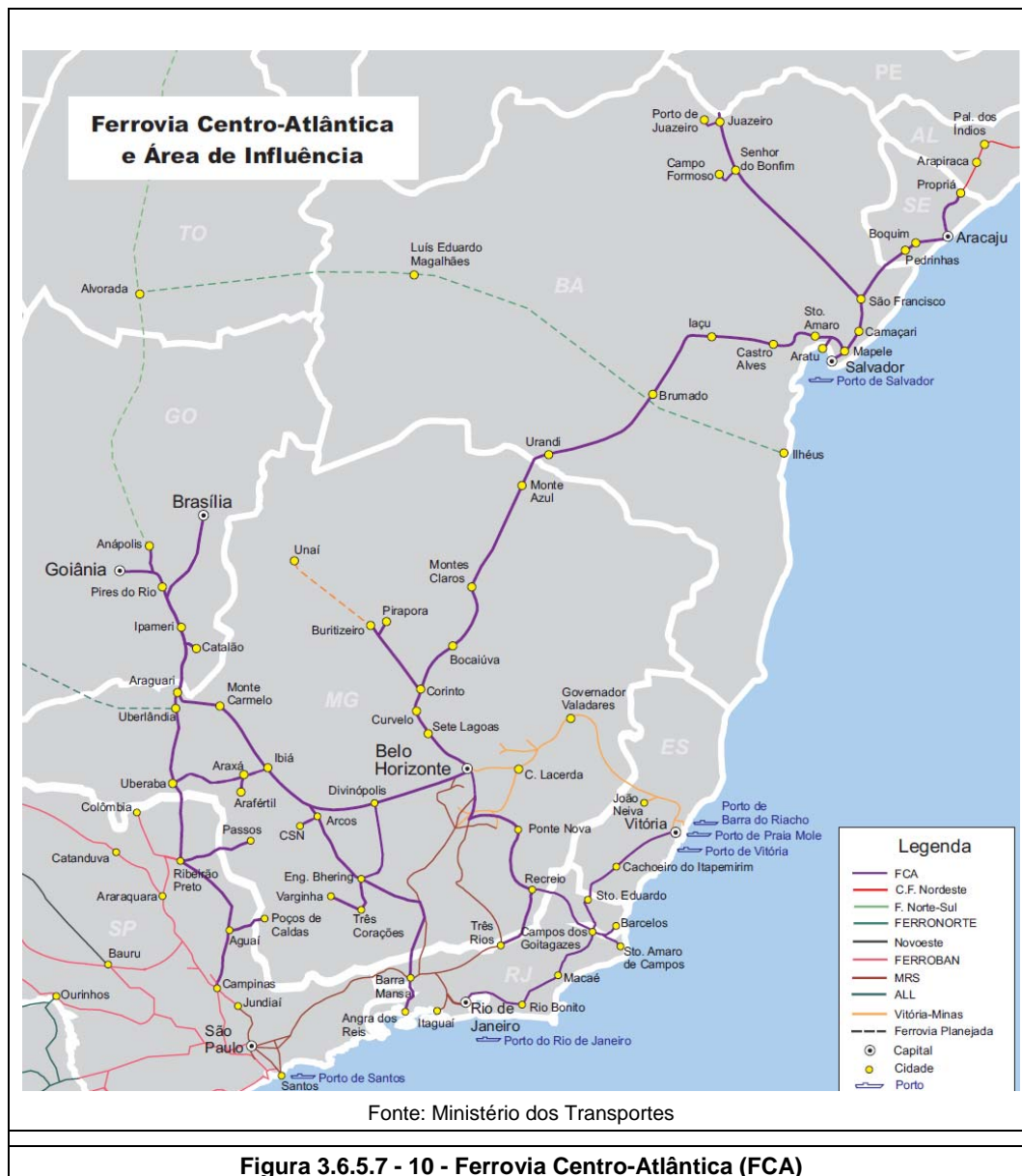
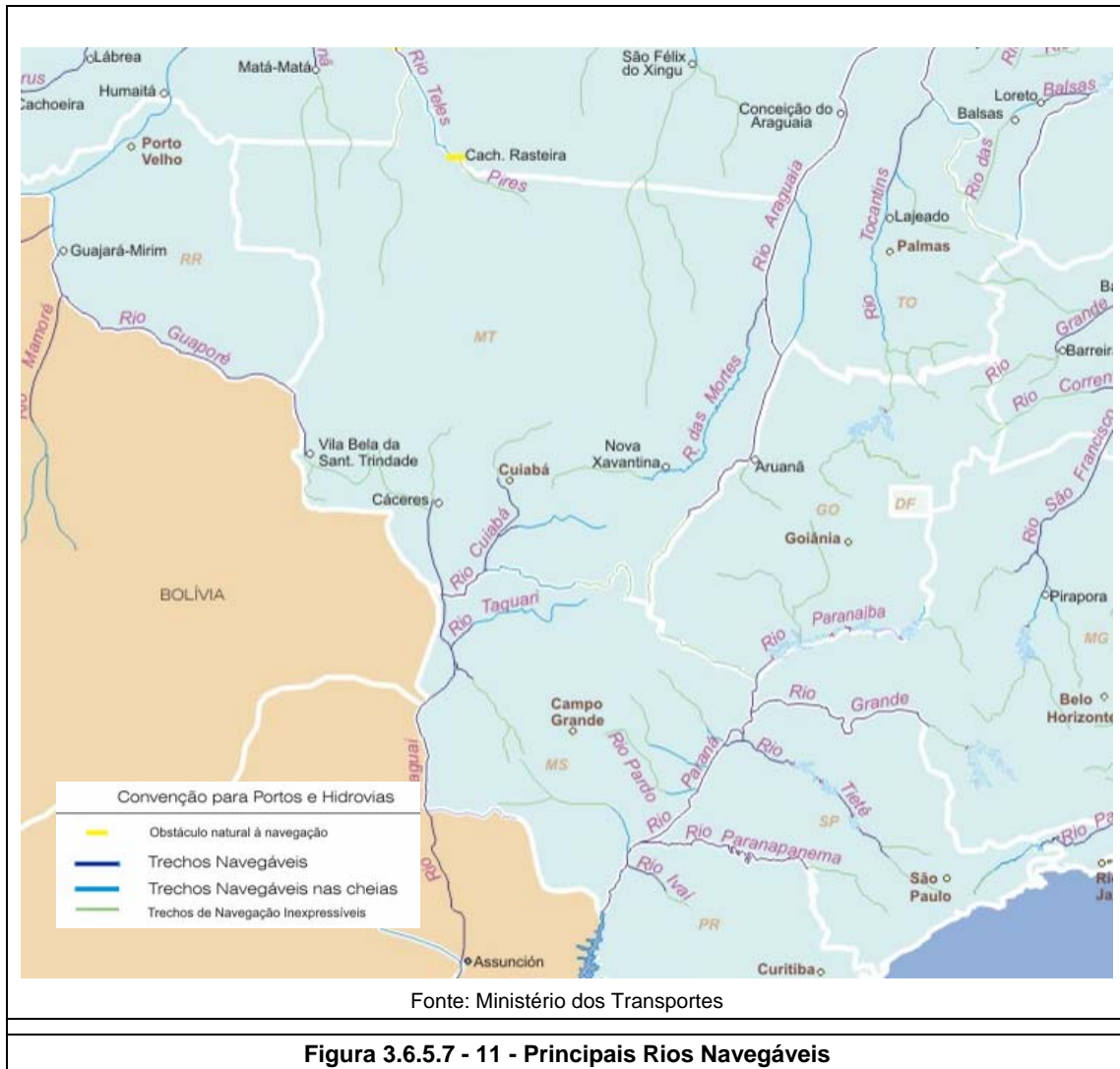


Figura 3.6.5.7 - 10 - Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)

(3) Acesso Fluvial

Hoje, no Brasil, um total de 8.500km de hidrovias estão sendo utilizadas, sendo as principais: Hidrovia do Madeira (Corredor Oeste-Norte), Hidrovia do Guamá-Capim (Corredor Araguaia-Tocantins), Hidrovia do São Francisco (Corredor São Francisco),

Hidrovia do Rio Paraná (Corredores Transmetropolitano do Mercosul e do Sudoeste), e Hidrovia do Paraguai (Corredor Sudoeste). Entre todas, apenas a Hidrovia do Rio São Francisco não tem influência sobre a área em estudo.



Em 30 de Janeiro de 2008, foi assinado um Convênio de Apoio Técnico e Financeiro para a gestão das Hidrovias e dos Portos Interiores Nacionais, celebrados entre o DNIT e a Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR, com objetivo de descentralizar, mediante a transferência do DNIT à Codomar, a execução das atividades de administração das hidrovias e dos serviços de infraestrutura portuária e hidroviária prestados pelo DNIT nas Hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC), Amazônia Oriental (AHIMOR), do Nordeste (AHINOR), do Tocantins e Araguaia (AHITAR), do São Francisco (AHSFRA), do Paraná (AHRANA) e do Sul (AHSUL), bem como dos Portos Fluviais que as integram.

AHIMOC – Rio Madeira

A Hidrovia Madeira³ é administrada pelas Hidrovias da Amazônia Ocidental, e através do Rio Madeira é navegável desde a sua confluência com o rio Amazonas até a cidade rondoniense de Porto Velho, com 1.056km de extensão. É praticamente a única via de transporte para a população que vive nas cidades à sua margem, e as principais cargas movimentadas são: soja, fertilizantes, derivados de petróleo, cimento, frutas, eletroeletrônicos, veículos, produtos frigorificados, seixo, bebidas, carga geral etc⁴.

Com o objetivo de expandir o acesso fluvial para a melhoria do transporte de cargas e de passageiros está em construção o Terminal Hidroviário de Porto Velho - Cain´Água, através do PAC.

Hidrovia do Araguaia Tocantins

As principais hidrovias do Estado do Mato Grosso são: Rio Araguaia; Rio Cuiabá; Rio das Mortes; Rio Paraguai; Rio Teles Pires e Rio Tapajós. São de responsabilidade da AHITAR – Administração da Hidrovia Tocantins Araguaia. Os principais portos são: Cercado, Vila Bela e Terminal Hidroviário de Cárceres.

Hidrovia do Rio Paraguai

A Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR) é responsável pelos rios e portos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai.

O trecho compreendido entre a cidade de Cáceres-MT e a cidade de Corumbá-MS está sob a responsabilidade da AHIPAR através de convênio firmado com a Marinha do Brasil, com periodicidade de manutenção a cada 4 meses. O outro trecho que vai desde a cidade de Corumbá até a foz do rio Apa é de responsabilidade direta da Marinha do Brasil e sua manutenção é feita mensalmente.

Hidrovia do Rio Paraná

A Administração da Hidrovia do Paraná - AHRANA é responsável pela bacia do Rio Paraná e seus afluentes, sendo navegáveis principalmente os Rios Grande e Paranaíba, além do Rio Paraná.

³ <http://www.transportes.gov.br/>

⁴ <http://www.ahimoc.com.br/interna.php?nomeArquivo=hidrovia>



De acordo com o documento “A Hidrovia do Rio Paraná – Dados e Informações”, produzido pela AHRANA, a hidrovia do Rio Paraná está inserida numa região de 76 milhões de ha, nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, integrando-se às ferrovias, rodovias e dutovias regionais e federais, formando um sistema multimodal de escoamento da produção agrícola local para exportação (2009: 5).

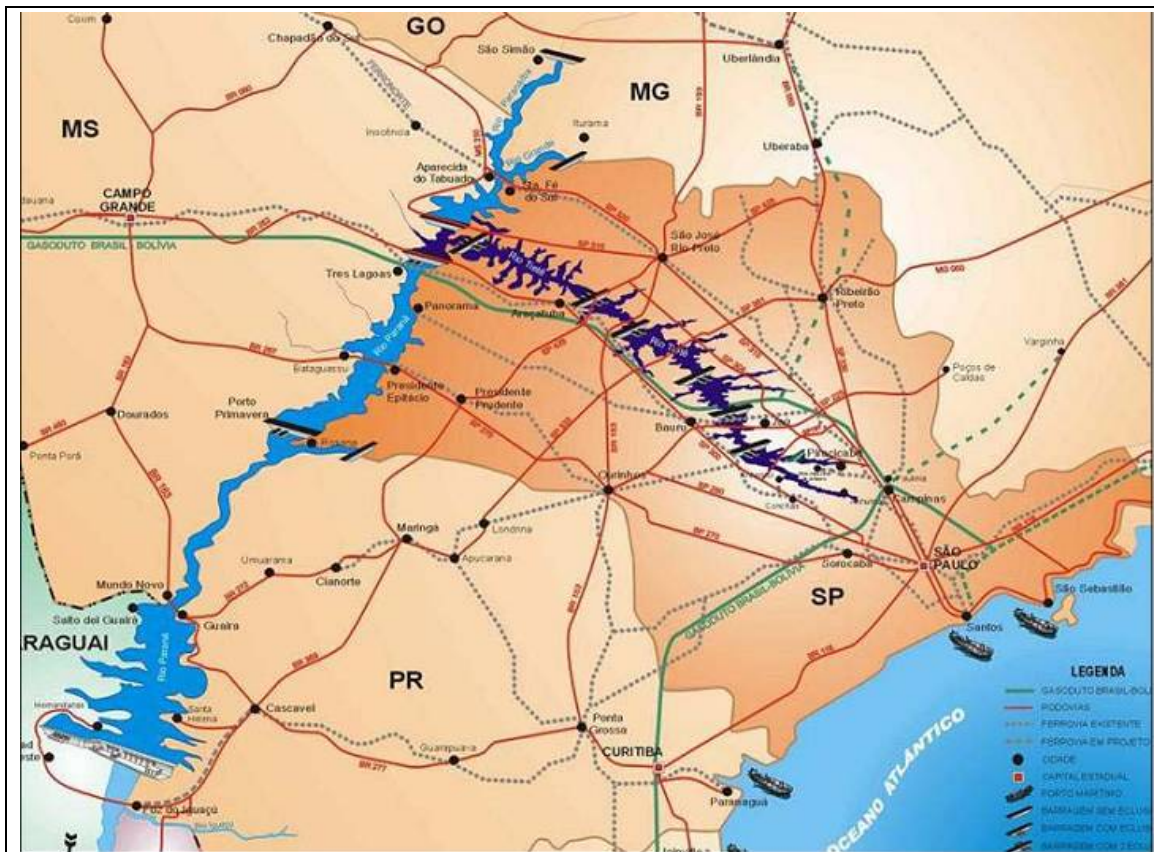


Figura 3.6.5.7 - 13 - Principais Rotas Hidroferroviárias na Hidrovia do Rio Paraná

A Hidrovia do Rio Paraná tem 1.020km de extensão, estendendo-se desde a Usina Hidrelétrica de Itaipu, no município paranaense de Foz do Iguaçu, até a barragem da UHE São Simão, situada no Rio Paranaíba, município de São Simão (GO), e da barragem da UHE Água Vermelha, situada no Rio Grande, município de Iturama (MG). A Hidrovia do Rio Paraná movimentou 5.037.862 toneladas de Janeiro a Dezembro de 2008, sendo sua capacidade máxima de movimentação de cargas de 6.500.000 t/ano e capacidade potencial de movimentação de cargas, com obras de melhorias, de 13.100.000 t/ano.

O trecho situado na área em estudo é o rio Grande, situado no trecho IV da Hidrovia, que tem 225km de extensão e profundidade entre 5 e 40 metros e boas condições de navegação desde a foz do rio São José dos Dourados até o complexo portuário de São Simão (GO) – 55km no rio Paraná, 170km no rio Paranaíba e 80km no rio Grande. O Trecho IV-A, no Rio Grande, possui extensão de 80km, está compreendido entre a confluência dos Rios Paranaíba e Grande e a UHE de Água Vermelha e apresenta profundidades de 7 a 20m, necessitando apenas do balizamento da rota com bóias, o que, de acordo com a AHRANA (2009: 15), será executado futuramente. O trecho em

questão foi objeto de estudo de viabilidade econômica pela iniciativa privada, com intuito de reativar o porto existente à jusante da UHE de Água Vermelha, além das Prefeituras de Ituramã (MG) e Ouroeste (SP), que também manifestaram o interesse em promover a operação deste mesmo terminal.

Os 5 principais terminais portuários próximos à área de influência do empreendimento, na hidrovia do rio Paraná, estão localizados no município goiano de São Simão e são operados pelas empresas ADM Importadora e Exportadora S.A., Caramuru Óleos Vegetais Ltda., Grupo Armazém Nova Roseira, Louis Dreyfuss Commodities S.A. e DNP Indústria e Navegação S.A., operando com grãos, soja e farelo de soja.

(4) Acesso Aéreo

Na Área de Influência Indireta do empreendimento há 21 aeródromos ou aeroportos públicos homologados, com destaque para os aeroportos internacionais Governador Jorge Teixeira de Oliveira, localizado em Porto Velho e o Marechal Rondon localizado em Cuiabá. A seguir são apresentados os aeródromos e aeroportos homologados identificados nos municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento.

Quadro 3.6.5.7 – 3 - Aeródromos e aeroporto públicos homologados nos municípios da AII

Estado	Município	Aeródromo Públicos Homologados
RO	Ariquemes	Ariquemes / Nova Vida
RO	Ariquemes	Ariquemes / Tabajara
RO	Porto Velho	Internacional de Porto Velho / Governador Jorge Teixeira de Oliveira
RO	Ji-Paraná	Ji-Paraná
RO	Pimenta Bueno	Pimenta Bueno
RO	Porto Velho	Porto Velho / Aeroclub de Rondônia
MT	Alta Floresta	Alta Floresta
MT	Alto Garças	Alto Garças
MT	Barra do Bugres	Barra do Bugres
MT	Cuiabá	Internacional de Cuiabá / Marechal Rondon
MT	Jaciara	Jaciara
MT	Pontes e Lacerda	Pontes e Lacerda
MT	Rondonópolis	Rondonópolis
MT	Rosário do Oeste	Rosário do Oeste
GO	Jataí	Jataí
GO	Mineiros	Mineiros
GO	Santa Rita do Araguaia	Santa Rita do Araguaia
SP	Araraquara	Araraquara
SP	Fernandópolis	Fernandópolis
SP	Itápolis	Itápolis / Aeroclub
SP	Votuporanga	Votuporanga

O Aeroporto Internacional de Porto Velho dista 7km do centro da cidade e opera com 6 vôos regulares semanais para as cidades de Brasília, Manaus, Rio Branco, Cruzeiro do Sul (AC) e conexões, através das empresas aéreas Varig, Gol, Tam e Rico. As empresas de táxi aéreo baseadas em aeroporto são: Especial Táxi Aéreo, Assis Táxi Aéreo, Rima Táxi Aéreo e Aeronorte Táxi Aereo. Todas operam com aeronaves monomotores e multimotores de pequeno porte, que fazem vôos de fretamento para toda a região. A presença da Base Aérea de Porto Velho garante uma considerável movimentação de aeronaves militares.

O Aeroporto Internacional Marechal Rondon, localizado a 10km do centro da cidade de Cuiabá, no município de Vargem Grande, foi inaugurado em 1956. Em fevereiro de 1975, a INFRAERO assumiu a administração do aeroporto e deu início à execução de várias obras para atender às necessidades do complexo aeroportuário.

A partir de 1996, o Aeroporto Marechal Rondon se tornou internacional. Atualmente, atende a mais de 500 mil passageiros por ano. Possui pista asfaltada, com 2.330m X 45m, e o terminal de passageiros tem capacidade/ano para 720 mil passageiros, tendo, em 2003, transportado cerca de 630 mil passageiros e cerca de 5,3 milhões de kg de carga. Desde 2004, encontra-se em obra para ampliação de suas instalações. Encontram-se em operação, no Aeroporto Internacional, as linhas nacionais BRA, Gol e TAM, as linhas regionais Trip e Cruiser e nove linhas de táxi aéreo. Entre os aeroportos com maior movimento de aeronaves do Brasil, o de Cuiabá ocupou, em 2005, a 17ª posição; a 19ª posição em relação ao movimento de passageiros; a 20ª em carga e a 10ª posição em mala postal, de acordo com o Perfil Socioeconômico de Cuiabá (2006 p.369).

Os aeroportos de Cuiabá e Goiânia, capitais dos Estados de Mato Grosso e Goiás, fazem as ligações comerciais regulares com o resto do País.

O aeroporto Santa Genoveva, de Goiânia, tem uma pista de 2.200m X 45m, com uma capacidade/ano de 600 mil passageiros. Em 2003, transportou cerca de 860 mil passageiros e cerca de 5,8 milhões de kg de carga.

Além desses aeroportos que atendem à região, existem, na área em estudo, o aeroporto de Rio Verde e vários aeródromos, homologados ou não, utilizados pelos fazendeiros da região, tanto para transporte de passageiros, como também, base de abastecimento e manutenção de aviões pulverizadores utilizados nas atividades agrícolas.

No município de Rio Verde, em Goiás o Aeroporto General Leite de Castro possui pista de 1.500 metros, pavimentada e sinalizada. Os vôos regulares são realizados pela empresa TRIP, e os principais destinos são Belo Horizonte, Goiânia e Uberlândia, com conexão para diversos destinos nacionais operados pela companhia. Embarcam e desembarcam por mês, em média, 1400 passageiros. Além da capital, Goiânia, é o único município do Estado que opera com vôos diários.

Os dois aeroportos que atendem diretamente a área em estudo mineira se situam nos municípios de Uberlândia e Uberaba.

O aeroporto Tenente Coronel César Bombonato, em Uberlândia, no ano de 2008, transportou 500.652 passageiros e 1.146.350kg de carga aérea, em 20.660 aeronaves. As companhias aéreas que operam em Uberlândia são TAM, TRIP, Passaredo, Gol e Air Minas.

Administrado pela Infraero desde 1980, o Aeroporto de Uberaba-MG/Mário de Almeida Franco tem uma pista de pouso asfaltada de 1.759 metros de comprimento e 45 metros de largura. Localiza-se a três quilômetros do centro da cidade de Uberaba. Em julho, foram inauguradas as obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros. Com a ampliação, o terminal passou de 975 para 2.000m². No ano de 2008, o aeroporto de Uberaba transportou 86.190 passageiros e 324.391kg de carga aérea, em 9.139 aeronaves. Operam neste aeroporto as companhias aéreas Air Minas, Total e TRIP.

Os cinco aeroportos que atendem diretamente a área em estudo paulista se situam nos municípios de Fernandópolis, Mirassol, Votuporanga, São José do Rio Preto, Araraquara e Itápolis.

No município de Araraquara, o Aeroporto Estadual Bartolomeu de Gusmão possui pista de 1.800m X 30m e terminal de passageiros de 210m², distando 6km do centro da cidade. No ano de 2008, transportou 6.470 passageiros e 462.611kg de carga aérea.

O Aeroporto Doutor Luiz Dante Santoro, no município de Itápolis, possui pista asfaltada e sinalizada de 1.500m. O Aeroporto de Mirassol possui pista de 1.000m, em terra e sinalizada. O Aeroporto Coronel Aviador Carlos Orleans Guimarães está situado no município de Fernandópolis e possui pista de 1000m, asfaltada e sinalizada.

Em São José do Rio Preto, o Aeroporto Professor Eriberto Manoel Reino possui pista de 1.700m X 35m, pavimentada e sinalizada, com vôos regulares das empresas Passaredo, TAM e TRIP, transportando, em média, 834 passageiros diariamente.

O Aeroporto Domingos Pignatari, situado a 6km do centro da cidade de Votuporanga, possui pista de 1.500m X 30m, pavimentada e sinalizada. A média diária, em 2008, foi de 6 passageiros transportados.

b. Sobreposição do Sistema Viário com o Empreendimento

Com relação a sobreposição do empreendimento com o sistema viário existente ao longo do corredor de passagem, foram identificadas as principais vias de acesso a serem atravessadas pelo traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N° 01, dentre elas destacam-se: sete rodovias federais ao longo de toda sua extensão com 2.382km; a Estrada de Ferro Araraquara e na área de estudo do eletrodo de terra há uma outra estrada de ferro abandonada que passa pelos municípios de Tabatinga, Matão, Nova Europa e Itápolis, conforme indicado no quadro a seguir.

Quadro 3.6.5.7 - 4 – Sobreposição do sistema viário existente com o traçado proposto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N° 01

Sistema Viário Existente	Municípios Atravessados	Estados	Região da Abrangência
BR-070	Santo Antônio do Leverger e Campo Verde	MT	Centro-Oeste
BR-163	Santo Antônio do Leverger e Campo Verde	MT	Centro-Oeste
BR-174	Pontes e Lacerda	MT	Centro-Oeste
BR-364	Jangada, Rosário Oeste, Alto Garças e Pedra Preta	MT	Centro-Oeste
BR-359	Mineiros	GO	Centro-Oeste
BR-497	Itarumã	MG	Sudeste
BR-153	José Bonifácio	SP	Sudeste
Estrada de Ferro Araraquara	Estrela d' Oeste, Fernandópolis, Meridiano, Valentim Gentil, Votuporanga.	SP	Sudeste
Estrada de Ferro abandonada	Tabatinga, Matão, Nova Europa e Itápolis	SP	Sudeste

Fonte: Consórcio IE Madeira, nov 2009

No que diz respeito as rodovias estaduais e estradas atravessadas pelo traçado proposto da LT, há 17 rodovias estaduais no estado de Rondônia, 20 no estado do Mato Grosso, 2 em Goiás e 12 no estado de São Paulo, além das estradas pavimentadas sem identificação de nome e estradas não pavimentadas com tráfego permanente. Destaca-se que grande parte dessas estradas situam-se no estado de São Paulo.

A seguir são apresentadas a lista das rodovias estaduais atravessadas pelo traçado proposto da LT e as figuras com a sobreposição do sistema viário existente com o empreendimento.

Quadro 3.6.5.7 - 5 – Sobreposição das rodovias estaduais existente com o traçado proposto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N° 01

Rodovias Estaduais	Municípios Atravessados	Estados	Região de Abrangência
RO-458	Alto Paraíso	RO	Norte
RO-457	Alto Paraíso E Ariquemes	RO	Norte
RO-144	Ariquemes	RO	Norte
RO-496	Chupinguaia	RO	Norte
RO-485	Colorado Do Oeste E Corumbiara	RO	Norte
RO-399	Colorado Do Oeste	RO	Norte
RO-463	Governador Jorge Teixeira E Jaru	RO	Norte
RO-464	Jaru	RO	Norte
RO-135	Jl-Paraná, Nova Brasilândia D'oeste E Presidente Médici	RO	Norte
RO-470	Ouro Preto Do Oeste	RO	Norte
RO-473	Ouro Preto Do Oeste E Teixeirópolis	RO	Norte
RO-010	Pimenta Bueno E Rolim De Moura	RO	Norte
RO-383	Pimenta Bueno E Rolim De Moura	RO	Norte
RO-489	Pimenta Bueno E São Felipe D'oeste	RO	Norte
RO-494	Primavera De Rondonia	RO	Norte
RO-491	Primavera De Rondônia E São Felipe D'oeste	RO	Norte
RO-479	Rolim De Moura	RO	Norte
MT-010	Acorizal E Cuiabá	MT	Centro-Oeste
MT-160	Alto Paraguai E Barra Do Bugres	MT	Centro-Oeste
MT-435	Araputanga, Indivaí E Reserva Do Cabaçal	MT	Centro-Oeste
MT-175	Araputanga	MT	Centro-Oeste
MT-246	Barra Do Bugres, Lambari D'oeste, Pontes E Lacerda, Rio Branco E Salto Do Céu	MT	Centro-Oeste
MT-343	Barra Do Bugres E Porto Estrela	MT	Centro-Oeste
MT-247	Barra Do Bugres E Lambari D'oeste	MT	Centro-Oeste
MT-140	Campo Verde E Santo Antônio Do Leverger	MT	Centro-Oeste
MT-351	Cuiabá	MT	Centro-Oeste
MT-402	Cuiabá	MT	Centro-Oeste
MT-401	Cuiabá	MT	Centro-Oeste
MT-459	Guiratinga E São José Do Povo	MT	Centro-Oeste
MT-388	Jauru, Pontes E Lacerda E Vale De São Domingos	MT	Centro-Oeste
MT-460	Juscimeira E Rondonópolis	MT	Centro-Oeste
MT-434	Reserva Do Cabaçal, Rio Branco E Salto Do Céu	MT	Centro-Oeste
MT-170	Rio Branco E Salto Do Céu	MT	Centro-Oeste
MT-130	Rondonópolis	MT	Centro-Oeste
MT-383	Rondonópolis	MT	Centro-Oeste
MT-406	Rosário Oeste	MT	Centro-Oeste
MT-270	São José Do Povo	MT	Centro-Oeste
GO-206	Itarumã	GO	Centro-Oeste
GO-060/184	Jataí E Serranópolis	GO	Centro-Oeste
SP-333	Borborema E Itápolis	SP	Sudeste
SP-320	Estrela D'oeste E Fernandópolis	SP	Sudeste
SP-379	Ibirá, Irapuã E Urupês	SP	Sudeste
SP-331	Ibitinga, Nova Europa E Tabatinga	SP	Sudeste

Rodovias Estaduais	Municípios Atravessados	Estados	Região de Abrangência
SP-317	Ibitinga E Itápolis	SP	Sudeste
SP-321	Itajobi E Novo Horizonte	SP	Sudeste
SP-425	José Bonifácio	SP	Sudeste
SP-310	Monte Aprazível, Nhandeara, Poloni E Sebastianópolis Do Sul	SP	Sudeste
SP-377	Monte Aprazível E Nipoã	SP	Sudeste
SP-461	Nhandeara E Votuporanga	SP	Sudeste
SP-355	Nova Aliança	SP	Sudeste
SP-463	Turmalina	SP	Sudeste

Fonte: consórcio IE Madeira, nov 2009

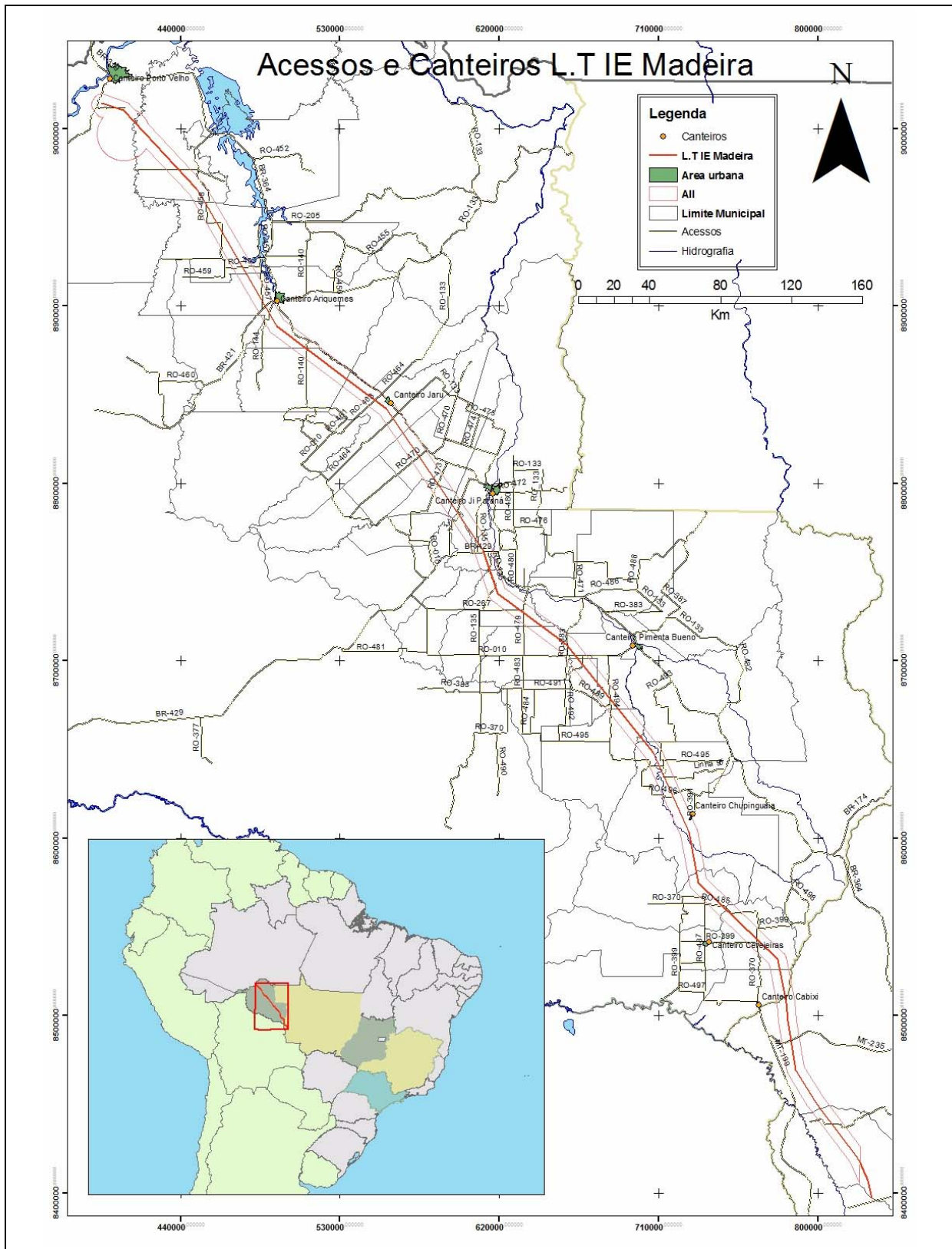


Figura 3.6.5.7 - 14 – Vias de Acessos sobreposta ao traçado da LT LT 600kV CC Coletora Porto Velho -

Araraquara 2 N° 01 – Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT).

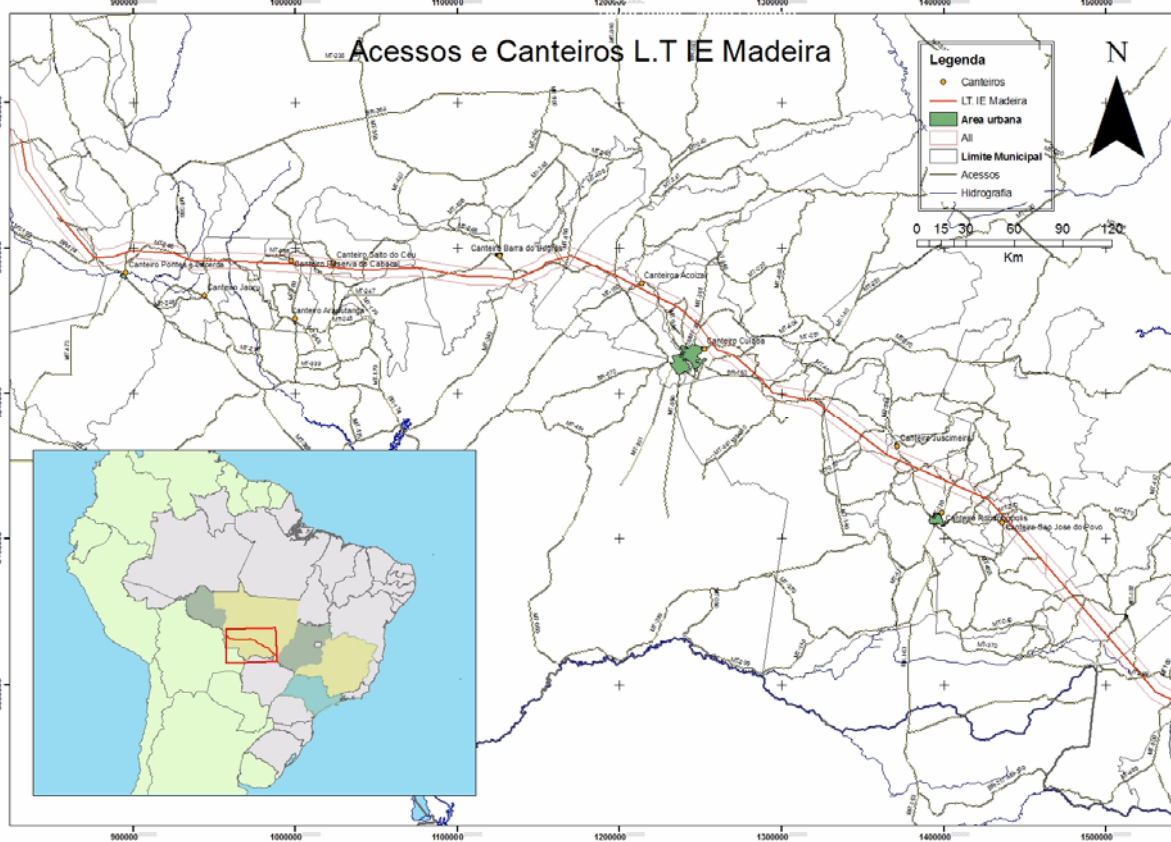
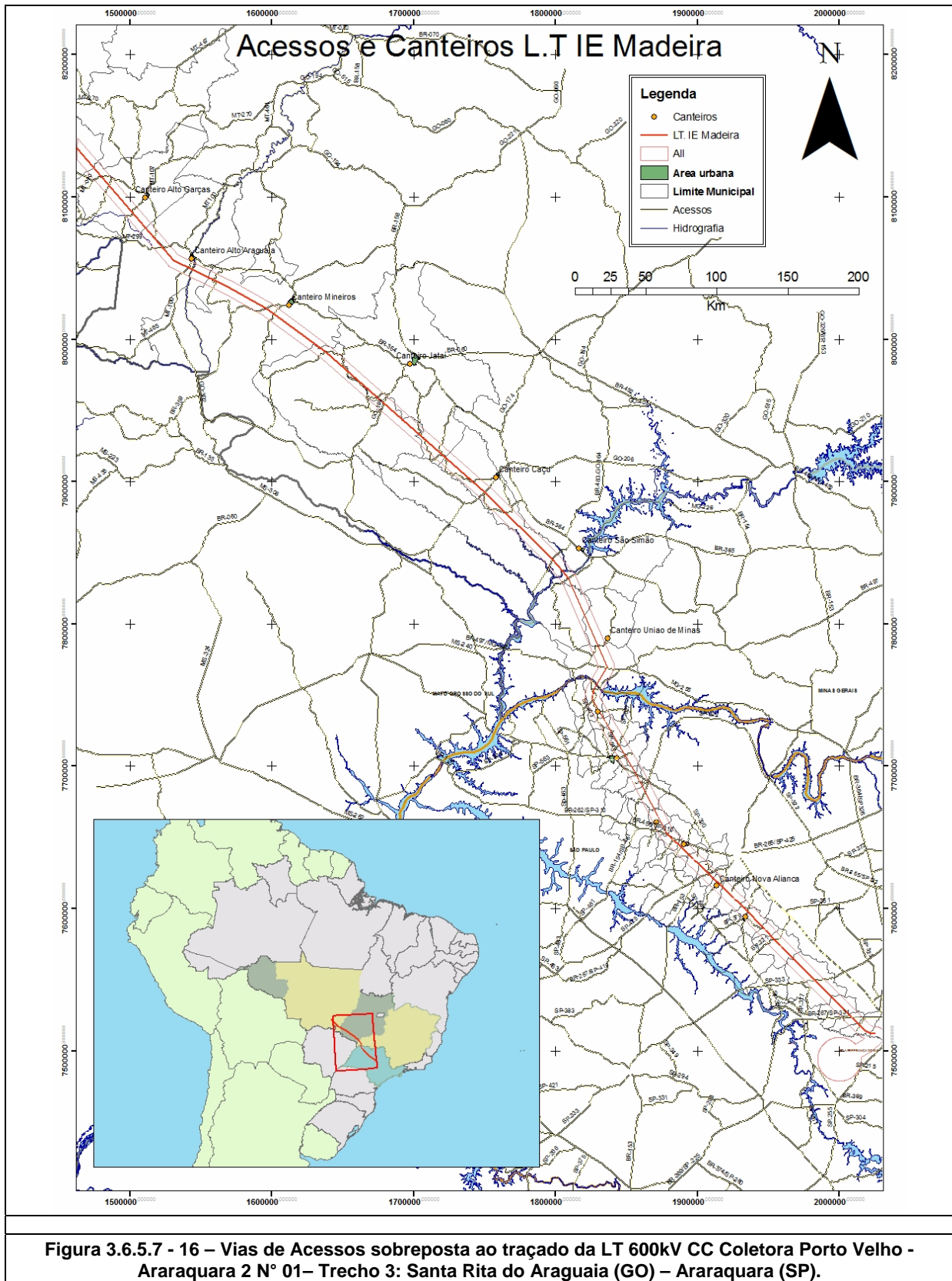


Figura 3.6.5.7 - 15 – Vias de Acessos sobreposta ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N° 01– Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) - Alto Araguaia (MT).



3.6.5.8. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

a. Pressões Migratórias

As pressões migratórias foram analisadas com base em informações da Contagem de População 1996 e do Censo Demográfico 2000, ambos produzidos pelo IBGE. Os dados de 1996 permitem analisar as tendências migratórias recentes, uma vez que contabilizam o número de habitantes não residentes naquele município em 1991, ou seja, que migraram nos cinco anos que antecederam a contagem, permitindo somente a distinção entre os novos moradores provenientes da mesma unidade da Federação, de outra unidade da Federação, ou de País estrangeiro. Já as informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico, embora não especifiquem o tempo de residência no município, permitem maior detalhamento a respeito do local de origem dos migrantes, pois os classificam pela região geográfica de nascimento, além de serem dados mais recentes.

Na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, no ano de 1996, a maior parte dos migrantes recentes – que haviam se estabelecido no município a partir de 1º de janeiro de 1991 – era proveniente da mesma unidade da Federação (51,5%).

No entanto, as AIIs Mesorregionais em estudo apresentam perfis migratórios diferenciados. Nas AIIs Mesorregionais Madeira-Guaporé, Centro-Sul Mato-grossense, Sul Goiano e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, predominavam, em 1996, novos moradores provenientes de outra unidade da Federação: 72,1%, 54,7%, 53,4% e 53,4%, respectivamente. Por outro lado, na área paulista em estudo, a maior parte dos moradores que haviam fixado residência nos municípios há no máximo cinco anos, eram provenientes de outros municípios da mesma unidade da Federação. Nas AIIs Mesorregionais São José do Rio Preto e Araraquara, os percentuais de migrantes recentes vindos do mesmo estado eram, respectivamente, de 83,5% e 63,1% do total da população migrante.

Quadro 3.6.5.8-1 - Pessoas não residentes no município em 1º de janeiro de 1991 – 1996 – All e Mesorregionais da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº01

Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
All Mesorregional Madeira-Guaporé	24.702	17.809	6.552	227	114
All Mesorregional Leste Rondoniense	43.826	21.288	22.159	200	179
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	40.209	21.994	17.692	299	224
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	28.236	12.946	15.119	39	132
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	17.978	8.649	9.133	90	106
All Mesorregional Sul Goiano	9688	5177	4368	23	120
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4702	2512	2169	9	12
All Mesorregional Araraquara	13533	4839	8539	81	74
All Mesorregional São José do Rio Preto	26756	4143	22330	105	178
Total All	209.630	99.357	108.061	1.073	1.139

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

Os dados a respeito da população residente por local de nascimento, obtidos no Censo Demográfico 2000, do IBGE, revelam que a maior parte da população residente nos municípios que compõem a All do empreendimento havia nascido nas regiões Centro-Oeste (34,4%) e Sudeste (31,5%) do Brasil. Levando em conta a migração inter-regional em todas as Alls Mesorregionais em estudo, merece destaque o elevado percentual de residentes provenientes de outras regiões do País, que não a região Norte, na All Mesorregional Leste Rondoniense (56,1%). A maior parte desses migrantes é oriunda das regiões Sudeste e Sul, nessa ordem. Nas demais Alls Mesorregionais em estudo, o percentual de migrantes inter-regionais entre a população residente varia de 6,3%, na All Mesorregional São José do Rio Preto, a 36,4%, no Sudoeste Mato-grossense. Nesta última, há larga predominância dos migrantes provenientes da Região Sudeste. A migração inter-regional é visivelmente mais elevada nas Alls Mesorregionais rondonienses, mato-grossense e goiana.

Quadro 3.6.5.8-2 - População residente por local de nascimento – All e Mesorregionais da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2 Nº 01 – 2000

Município e Mesorregiões	Total de Pop. Residente	Local de Nascimento							
		Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior
All Mesorregional Madeira-Guaporé	347.768	260.971	42.456	16.430	15.612	11.077	111	1.110	-
All Mesorregional Leste Rondoniense	487.052	212.879	41.745	110.762	86.943	33.874	133	713	-
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	539.092	6.718	25.877	47.636	35.820	421.276	343	1.421	-
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	272.394	2.125	23.467	32.466	22.362	191.401	148	425	-
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	145.542	3.217	9.339	30.635	9.730	92.216	81	322	-
All Mesorregional Sul Goiano	136.584	643	6512	6450	4671	118165	28	115	0
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	55.987	80	3805	49803	134	2118	0	47	0
All Mesorregional Araraquara	244.644	285	11838	215994	13937	1753	10	826	0
All Mesorregional São José do Rio Preto	312.171	466	12017	291478	4107	3127	13	970	0
TOTAL All	2.541.234	487.384	177.056	801.654	193.316	875.007	867	5.949	0

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

O levantamento de motivos de migração da PNAD 2001 no Brasil¹ aponta que "acompanhar a família" é o mais mencionado na pesquisa, por mais da metade dos migrantes entrevistados, seguido de motivos relacionados ao trabalho, apontado por pouco menos de um quarto dos entrevistados como a principal razão do último deslocamento no País. Motivos relacionados ao custo da moradia figuram como o terceiro item mais importante para migração, sendo mencionado por 10% dos migrantes. Migrações motivadas por estudo ou por questões de saúde são muito menos frequentes no País (2,9% e 1,6% dos questionados, respectivamente).

¹ Kleber Fernandes de Oliveira; Paulo de Martino Jannuzzi - São Paulo em Perspectiva. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino - Print version ISSN 0102-8839/ São Paulo Perspec. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2005

Quadro 3.6.5.8-3 - Distribuição dos migrantes, por sexo, segundo motivos declarados para o último deslocamento - Brasil, 2001

Motivos Declarados	Em porcentagem		
	Homens	Mulheres	Total
Total	100,0	100,0	100,0
Trabalho da Pessoa	34,7	11,8	23,1
Estudo da Pessoa	2,7	3,2	2,9
Saúde da Pessoa	1,6	1,6	1,6
Moradia	11,0	9,4	10,2
Acompanhar a Família	39,6	63,0	51,5
Dificuldade no Relacionamento Familiar	1,5	2,4	2,0
Outro Motivo	8,9	8,5	8,7
Ignorado	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001.

(1) Rondônia

Baseado nos dados do IBGE para os anos de 1991 e de 1996, o conjunto dos municípios rondonienses recebeu 142.112 migrantes (pessoas não residentes), 45,6% dos quais provenientes de outro estado e 53,3%, originários do próprio estado de Rondônia. O município de Porto Velho foi o que recebeu o maior número de migrantes, seguido por Ariquemes e Ji-Paraná, sendo que, em Porto Velho e Ariquemes, o maior número foi de migrantes originários de outro Estado, enquanto que, em Ji-Paraná, ocorreu o movimento inverso: predominaram os migrantes provenientes de outros municípios do Estado de Rondônia. No que concerne aos imigrantes, Porto Velho recebeu 17,3% desses em relação ao total estadual.

Quadro 3.6.5.8-4 - Pessoas não residentes no município em 1º de janeiro de 1991-1996 - Rondônia

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
Rondônia	142.112	64.787	75.697	963	665
Candeias do Jamari	2.899	753	2.133	1	12
Porto Velho	21.803	17.056	4.419	226	102
All Mesorregional Madeira-Guaporé	24.702	17.809	6.552	227	114
Alto Paraíso	1.088	394	686	4	4
Ariquemes	8.159	4.271	3.806	58	24
Cabixi	992	471	515	-	6
Cacaulândia	356	227	128	-	1
Castanheiras	699	253	444	-	2

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
Chupinguaia	-	-	-	-	-
Colorado do Oeste	1.889	1.122	746	19	2
Corumbiara	1.019	617	392	6	4
Jaru	3.288	1.739	1.517	10	22
Ji-Paraná	8.223	3.661	4.466	38	58
Nova Brasilândia d'Oeste	2.413	919	1.488	-	6
Ouro Preto do Oeste	3.463	2.001	1.431	16	15
Parecis	-	-	-	-	-
Pimenta Bueno	5.395	2.368	2.993	17	17
Presidente Médici	2.893	1.417	1.448	17	11
Primavera de Rondônia	-	-	-	-	-
Rolim de Moura	3.949	1.828	2.099	15	7
São Felipe d'Oeste	-	-	-	-	-
Teixeirópolis	-	-	-	-	-
All Mesorregional Leste Rondoniense	43.826	21.288	22.159	200	179
TOTAL All	68.528	39.097	28.711	427	293

Fonte: Censo Demográfico– IBGE

No ano 2000, 52,5% da população residente de Rondônia havia nascido na própria Região Norte, e, dos migrantes inter-regionais, 18,2% eram provenientes da Região Sudeste; 13,8%, da Região Sul, 9,1%, da Região Nordeste, e 6,1%, da Região Centro-Oeste. O conjunto dos municípios rondonienses em estudo acompanhou a tendência apresentada pelo estado, ou seja, a maior parte da população residente nasceu na Região Norte (56,8%) e na Região Sudeste (15,2%). Analisando os municípios, essa tendência, em alguns deles, se apresentou de forma diferenciada. Em Porto Velho, por exemplo, a população era, majoritariamente, nascida na Região Norte (75,3%). Entre os migrantes inter-regionais, predominavam os sulistas, em Alto Paraíso (24,6%), Ariquemes (22,0%), Castanheiras (21,5%), Parecis (20,8%), Primavera de Rondônia (22,4%) e Rolim de Moura (24,2%). O município de Cacaúlândia foi o único em que prevaleceram os nordestinos entre os migrantes inter-regionais (21,9%). Em Chupinguaia (0,4%) e São Felipe d'Oeste (0,4%), o percentual de população proveniente de Países estrangeiros é mais elevado que o estadual (0,3%).

Quadro 3.6.5.8-5-População residente por local de nascimento – 2000 – Rondônia

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior
Rondônia	1.380.952	724.406	125.444	250.959	190.621	84.638	542	4.341	-
Candeias do Jamari	13.107	8.928	1.753	949	963	514	-	-	-
Porto Velho	334.661	252.043	40.703	15.481	14.649	10.563	111	1.110	-
All Mesorregional Madeira-Guaporé	347.768	260.971	42.456	16.430	15.612	11.077	111	1.110	-
Alto Paraíso	13.118	5.476	1.469	2.233	3.223	672	23	22	-
Ariquemes	74.503	32.742	9.275	11.792	16.408	4.156	49	81	-
Cabixi	7.518	3.046	377	1.729	1.706	640	-	19	-
Cacaulândia	5.372	2.233	1.174	911	824	202	-	28	-
Castanheiras	4.212	1.782	415	854	906	249	-	6	-
Chupinguaia	5.521	2.331	575	869	972	752	-	21	-
Colorado do Oeste	21.892	8.744	1.336	5.351	4.164	2.289	-	8	-
Corumbiara	10.459	4.203	581	2.422	1.467	1.781	-	4	-
Jaru	53.600	24.116	4.756	14.774	6.768	3.123	25	38	-
Ji-Paraná	106.800	51.023	7.187	23.406	17.370	7.680	10	124	-
Nova Brasilândia d'Oeste	17.067	6.855	1.059	4.651	3.501	956	-	45	-
Ouro Preto do Oeste	40.884	17.932	3.620	12.803	4.523	1.911	-	95	-
Parecis	3.622	1.553	411	528	755	367	7	-	-
Pimenta Bueno	31.752	14.330	2.677	6.136	6.086	2.477	-	46	-
Presidente Médici	26.365	11.218	2.078	7.072	3.961	1.977	-	60	-
Primavera de Rondônia	4.311	1.690	333	905	966	409	-	9	-
Rolim de Moura	47.382	18.368	3.481	10.393	11.471	3.571	19	79	-
São Felipe d'Oeste	7.056	2.710	583	2.068	1.309	358	-	28	-
Teixeirópolis	5.618	2.527	358	1.865	563	304	-	-	-
All Mesorregional Leste Rondoniense	487.052	212.879	41.745	110.762	86.943	33.874	133	713	-
TOTAL All	834.820	473.850	84.201	127.192	102.555	44.951	244	1.823	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

De acordo com os estudos da PNAD², 2001, na Região Norte, a migração por estudo é comparativamente mais citada pelos indivíduos, possivelmente pelas grandes distâncias em que se localizam as escolas de Ensino Médio e faculdades na região; para migrantes residentes no Nordeste, a mudança motivada por busca de trabalho, por outro lado, não tem a incidência relativa identificada em outras regiões, especialmente se comparada com áreas de economia mais dinâmica, como a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e interior paulista.

² Kleber Fernandes de Oliveira; Paulo de Martino Jannuzzi III - São Paulo em Perspectiva. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino - Print version ISSN 0102-8839/ São Paulo Perspec. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2005

Para residentes nas duas principais regiões metropolitanas do País, a mudança induzida por busca de moradia em local mais aprazível ou de custo mais baixo é significativamente mais alta, como era de esperar, seja pelos fluxos voluntários de saída da classe média dos grandes centros, seja pela expulsão involuntária da população de baixa renda dos distritos mais centrais das metrópoles em direção às periferias. Vale lembrar que essa motivação também envolve aquelas pessoas que buscam as áreas metropolitanas devido à maior concentração de equipamentos sociais - característica que reforça a hipótese de a moradia representar uma motivação de caráter mais funcional. Na direção inversa, nota-se a pouca expressividade dessa motivação no Norte brasileiro e no interior paulista.

(2) Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso recebeu 308.986 pessoas não residentes, entre os anos de 1991 e 1996, dos quais 50,4% eram originários de outra unidade da Federação e 48,7%, do próprio estado. Ao contrário da tendência estadual, entre os municípios pertencentes às All Mesorregionais, a maior parte dos migrantes era proveniente de outros Estados (50,4%). A cidade de Cuiabá, pertencente à All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, foi a que recebeu maior número de migrantes (37.972), compostos por: 56,6% de migrantes de outros Estados, 42,2% do próprio Estado e 0,7% de País estrangeiro. Na All Mesorregional Sudeste-Mato-grossense, onde 53,5% das pessoas não residentes naqueles municípios em 1991 vieram do próprio Estado, observa-se que, em quatro municípios, essa situação não se repete, ou seja, em Alto Araguaia (64,3%), Alto Garças (65,8%), São José do Povo (50,4%) e Rondonópolis (50,8%), os migrantes recentes eram originários de outra unidade da Federação. Na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, destacou-se o município de Lambari D'Oeste, por possuir o maior percentual de migrantes intermunicipais (76,3%), e Comodoro e Salto do Céu, por apresentarem os maiores percentuais de migrantes originários de outra unidade da Federação: 63,7% e 62,5%, respectivamente.

Quadro 3.6.5.8-6 – Pessoas não residentes no município em 1º de janeiro de 1991 - 1996 - Mato Grosso

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
Mato Grosso	308.986	150.421	155.766	1.271	1.528
Acorizal	249	47	201	-	1
Alto Paraguai	59	49	10	-	-
Cuiabá	37.972	21.478	16.035	282	177
Jangada	215	38	158	-	19
Rosário Oeste	776	152	622	-	2
Santo Antônio do Leverger	938	230	666	17	25
All Centro-Sul Mato-grossense	40.209	21.994	17.692	299	224

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
Alto Araguaia	740	476	244	4	16
Alto Garças	380	250	124	5	1
Campo Verde	4.986	1.744	3.235	-	7
Guiratinga	814	254	552	1	7
Jaciara	3.275	1.546	1.719	2	8
Juscimeira	860	278	563	-	19
Pedra Preta	1.227	525	699	-	3
Poxoréu	1.332	442	864	4	22
São José do Povo	135	68	61	-	6
Rondonópolis	14.487	7.363	7.058	23	43
All Sudeste Mato-grossense	28.236	12.946	15.119	39	132
Araputanga	1.647	519	1.108	7	13
Barra do Bugres	1.482	835	630	4	13
Comodoro	4.031	2.567	1.444	18	2
Jauru	592	315	273	1	3
Lambari d'Oeste	539	124	411	2	2
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.985	1.001	1.912	33	39
Nova Lacerda	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	5.885	2.953	2.893	13	26
Reserva do Cabaçal	243	78	155	8	2
Rio Branco	422	162	252	4	4
Salto do Céu	152	95	55	-	2
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-
All Sudoeste Mato-grossense	17.978	8.649	9.133	90	106
TOTAL All	86.423	43.589	41.944	428	462

Fonte: Contagem da População 1996 – IBGE

No Estado do Mato Grosso, no ano 2000, 65,29% da população residente havia nascido na Região Centro-Oeste. Entre os migrantes inter-regionais, 14,82% eram da região Sul, 10,88%, da Região Sudeste, 6,73%, da Região Nordeste; 1,99%, da Região Norte. No conjunto dos municípios mato-grossenses em estudo, a maior parte dos migrantes inter-regionais era originária da Região Sudeste (11,57%). Em seguida, vinham os sulinos (7,10%), nordestinos (6,13%) e, por último, os nortistas (1,26%).

Em todos os municípios analisados, a população residente era predominantemente nascida na Região Centro-Oeste, com percentual variando de 50,38%, em Nova Lacerda, a 92,65%, em Rosário do Oeste.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, predominavam os migrantes vindos da Região Sudeste (8,84%), sendo que o município de Cuiabá foi o que recebeu o maior percentual desses migrantes (9,51%). Acorizal, Jangada e Rosário do Oeste se

destacaram por possuir mais de 90% da população residente nascida no próprio Centro-Oeste.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, houve prevalência também dos migrantes inter-regionais originários da Região Sudeste (11,92%). O município de Campo Verde chamou a atenção por 25,61% de sua população ter nascido na Região Sul. Em Jaciara, Poxoréu e Guiratinga, os migrantes inter-regionais eram, em sua maioria, nordestinos. São José do Povo possuía o maior percentual de migrantes do sudeste desta All Mesorregional (22,15%), seguido por Juscimeira (17,56%) e Pedra Preta (17,39%).

Na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, predominavam os migrantes inter-regionais da Região Sudeste (11,57%), principalmente nos municípios de: Jauru (37,91%), Rio Branco (36,37%), Salto do Céu (32,79%) e Reserva do Cabaçal (31,89%). Nesta All Mesorregional, encontravam-se os municípios com os maiores percentuais de migrantes originários da Região Norte, com média bastante acima da estadual (1,99%), sendo eles: Comodoro (7,52%), Nova Lacerda (3,11) e Pontes e Lacerda (2,48%). Os migrantes da Região Sul eram maioria somente em Comodoro (17,61%).

Por sua vez os imigrantes eram apenas 0,22% da população residente do Estado do Mato-Grosso. Entre os 28 municípios mato-grossenses analisados, em apenas 6 deles, o percentual dos imigrantes foi maior que o estadual: Nova Lacerda (1,06%), Vila Bela da Santíssima Trindade (0,51%), Comodoro (0,49%), Cuiabá (0,27%), Alto Paraguai (0,26%) e Santo Antônio do Leverger (0,25%).

Quadro 3.6.5.8-7 – População residente por local de nascimento - 2000 - Mato Grosso

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior
Mato Grosso	2.505.245	49.784	168.575	272.618	371.203	1.635.749	1.835	5.481	-
Acorizal	5.817	27	49	43	65	5.633	-	-	-
Alto Paraguai	8.605	35	369	403	144	7.632	-	22	-
Cuiabá	483.346	6.490	24.565	45.949	34.254	370.444	317	1.326	-
Jangada	7.134	14	120	144	247	6.609	-	-	-
Rosário Oeste	18.755	29	386	428	497	17.377	4	34	-
Santo Antônio do Leverger	15.435	123	388	669	613	13.581	22	39	-
All Centro-Sul Mato-grossense	539.092	6.718	25.877	47.636	35.820	421.276	343	1.421	-
Alto Araguaia	11.410	17	350	555	237	10.247	4	-	-

Estado, Municípios e AII's Mesorregionais	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior
Alto Garças	8.335	55	436	575	1.146	6.116	-	6	-
Campo Verde	17.221	146	948	1.624	4.411	10.035	22	36	-
Guiratinga	12.645	84	1.057	522	311	10.658	5	9	-
Jaciara	23.796	205	3.059	2.968	2.858	14.652	18	35	-
Juscimeira	12.063	86	1.267	2.118	479	8.108	-	5	-
Pedra Preta	13.611	133	1.281	2.367	819	8.960	21	30	-
Poxoréu	20.030	57	1.586	1.334	763	16.267	13	10	-
São José do Povo	3.056	-	385	677	84	1.910	-	-	-
Rondonópolis	150.227	1.342	13.098	19.726	11.254	104.448	65	294	-
All Sudeste Mato-grossense	272.394	2.125	23.467	32.466	22.362	191.401	148	425	-
Araputanga	13.675	212	775	3.020	421	9.228	-	19	-
Barra do Bugres	27.460	114	2.822	3.425	1.998	19.071	9	21	-
Comodoro	15.046	1.131	877	2.352	2.650	7.956	7	73	-
Jauru	12.764	218	263	4.839	226	7.193	4	20	-
Lambari d'Oeste	4.690	18	432	1.156	92	2.981	4	6	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	12.665	195	559	1.120	736	9.990	-	65	-
Nova Lacerda	4.045	126	468	850	520	2.038	-	43	-
Pontes e Lacerda	43.012	1.066	2.797	9.717	2.852	26.448	57	75	-
Reserva do Cabaçal	2.418	47	95	771	58	1.447	-	-	-
Rio Branco	5.092	62	101	1.852	65	3.012	-	-	-
Salto do Céu	4.675	28	150	1.533	112	2.852	-	-	-
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
All Sudoeste Mato-grossense	145.542	3.217	9.339	30.635	9.730	92.216	81	322	-
TOTAL AII	957.028	12.060	58.683	110.737	67.912	704.893	572	2.168	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

(3) Goiás

O conjunto de municípios goianos em estudo, de 1991 a 1996, recebeu 9.688 novos migrantes, 53,4% dos quais, provenientes de outra unidade da Federação. Assim sendo, a AII Mesorregional Sul Goiano acompanha tendência apresentada pelo Estado de Goiás como um todo, onde a maior parte dos migrantes recentes (52,4%) era proveniente de outros Estados. Em ordem decrescente, receberam mais migrantes, no período analisado, os municípios de Jataí, Mineiros, Caçu, Santa Rita do Araguaia e Serranópolis. Nos municípios de Serranópolis e Caçu, ao contrário dos demais, predominam os migrantes provenientes de outros municípios do Estado de Goiás. Tanto no Estado quanto na AII Mesorregional em análise, a porcentagem de imigrantes é inexpressiva.

Quadro 3.6.5.8-8 – Pessoas não residentes no município em 1º de janeiro de 1991 – 1996 - Goiás

Municípios, Estado e All Mesorregional	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
Caçu	1.154	406	747	-	1
Jataí	5.031	2.703	2.242	13	73
Mineiros	2.103	1.164	886	9	44
Santa Rita do Araguaia	754	592	160	1	1
Serranópolis	646	312	333	-	1
All Mesorregional Sul Goiano	9.688	5.177	4.368	23	120
Goiás	550.829	288.627	258.131	1.449	2.622

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

O conjunto de municípios que compõem a All Mesorregional Sul Goiano, no ano de 2000, parecia ser menos atraente a migrantes inter-regionais do que o Estado de Goiás como um todo, embora fosse mais atraente para os migrantes provenientes da Região Sul do País. No Estado, em 2000, 10,8% da população residente havia nascido na Região Nordeste e 8,6%, na Região Sudeste. Havia ainda 2,2% de habitantes provenientes da Região Norte e 0,8%, da Região Sul, enquanto os habitantes do próprio Centro-Oeste contabilizavam 77,5% da população residente. Na All Mesorregional Sul Goiano, a população residente que nascera no próprio Centro-Oeste, no ano de 2000, representava 86,5% do total, havendo 4,8% de residentes que haviam nascido na Região Nordeste e 4,7%, provenientes do Sudeste. Os migrantes da Região Sul, no entanto, contabilizavam 3,4% da população residente nesse conjunto de municípios, em proporção bastante acima daquela apresentada pelos sulistas no Estado de Goiás. No município de Mineiros, o número de migrantes provenientes da Região Sul ultrapassa o número de habitantes provenientes do Sudeste. Os municípios de Jataí e Mineiros atraem a maior parte dos migrantes que chegam a essa All Mesorregional.

Quadro 3.6.5.8-9 – População residente por local de nascimento – 2000 - Goiás

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior
Caçu	10.575	57	621	1.346	15	8.509	28	-	-
Jataí	75.451	428	3.036	2.969	2.880	66.030	-	108	-
Mineiros	39.024	119	2.045	1.371	1.435	34.054	-	-	-
Santa Rita do Araguaia	5.087	7	356	408	168	4.147	-	-	-
Serranópolis	6.447	32	454	356	173	5.425	-	7	-
All Mesorregional Sul Goiano	136.584	643	6.512	6.450	4.671	118.165	28	115	0
Goiás	5.004.197	108.601	542.094	429.307	40.075	3.877.365	846	5.911	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

(4) Minas Gerais

No conjunto de municípios que compõem a All mineira, no ano de 1996, os migrantes recentes (que não residiam no município em 1º de setembro de 1991) representavam 53,4% do total de migrantes que haviam fixado residência no município a partir de setembro de 1991, em proporção bastante acima da apresentada pelos migrantes de outras unidades da Federação no Estado de Minas Gerais como um todo (29,7%). A exceção é o município de Santa Vitória, onde os migrantes provenientes de outros municípios eram mais numerosos.

Quadro 3.6.5.8-10 – Pessoas não residentes no município em 1º de janeiro de 1991 – 1996 – Minas Gerais

Municípios, Estado e All Mesorregional	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
Ituramã	2.931	1.732	1.185	9	5
Limeira do Oeste	431	234	190	-	7
Santa Vitória	1.340	546	794	-	-
União de Minas	-	-	-	-	-
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4.702	2.512	2.169	9	12
Minas Gerais	1.060.558	315.468	732.108	7.129	5.853

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

Os dados do Censo Demográfico 2000 permitem identificar a origem dos numerosos migrantes que se dirigem ao conjunto de municípios mineiros em estudo. No ano de 2000, 6,8% dos habitantes da All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba haviam nascido na Região Nordeste (enquanto os nordestinos representavam apenas 1,8% da população residente no Estado de Minas Gerais), e, 3,8%, haviam nascido na Região Centro-Oeste (contra 0,8% no Estado de Minas Gerais). A maior parte destes migrantes fixou residência nos municípios de Ituramã e Santa Vitória.

Quadro 3.6.5.8-11 – População residente por local de nascimento – 2000- Minas Gerais

Municípios, All Mesorregional e Estado	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro	Exterior
Ituramã	28.814	17	1.594	26.115	108	937	-	42	-
Limeira do Oeste	6.170	12	379	5.607	11	162	-	-	-
Santa Vitória	16.365	51	1.429	13.993	-	892	-	-	-
União de Minas	4.638	-	403	4.088	15	127	-	5	-
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	55.987	80	3.805	49.803	134	2.118	0	47	0
Minas Gerais	17.905.134	23.207	325.061	17.290.712	95.345	148.658	1.128	21.022	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

De acordo com a pesquisa da PNAD (2001)³, os fluxos migratórios partindo de Minas Gerais, seja para São Paulo, seja para Centro-Oeste, têm forte motivação laboral. Também compartilha dessa característica a mobilidade de pessoas dentro do Estado de São Paulo e, curiosamente, – mesmo com as dificuldades do mercado de trabalho carioca –, a migração que se origina nos municípios no interior do Rio de Janeiro e se desloca para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Como já foi observado anteriormente, as questões relacionadas à moradia explicam parte significativa da migração intrametropolitana na RMSP e RMRJ, a julgar pelas aproximações a que se pode chegar quanto a seu dimensionamento (não passível de mensuração precisa na PNAD).

(5) São Paulo

No ano de 1996, no conjunto de municípios paulistas em estudo, a proporção de migrantes recentes (que não residiam no município em 1º de setembro de 1991) provenientes de outros municípios do mesmo estado era de 76,6%, bastante mais elevada do que a proporção de migrantes intermunicipais no Estado de São Paulo como um todo (57,1%). Essa tendência é acompanhada pelos dois conjuntos de municípios que compõem as Alls Mesorregionais Araraquara e São José de Rio Preto. As exceções aconteceram na All Mesorregional Araraquara, onde os municípios de Nova Europa e Tabatinga apresentaram número mais elevado de migrantes recentes provenientes de outros estados. O município de Votuporanga apresentou o percentual mais elevado de imigrantes recentes (0,1%), acima do percentual apresentado pelo Estado de São Paulo.

Quadro 3.6.5.8-12 – Pessoas não residentes no município em 1º de janeiro de 1991 – 1996 – São Paulo

Municípios, Estado e Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
Araraquara	10.507	3.478	6.897	65	67
Gavião Peixoto	-	-	-	-	-
Itápolis	2.442	820	1.608	9	5
Nova Europa	113	106	3	3	1
Tabatinga	471	435	31	4	1
Bariri	1332	128	1191	5	8
Boa Esperança do Sul	930	262	660	6	2
Bocaina	753	118	633	-	2
All Mesorregional Araraquara	16.548	5.347	11.023	92	86
Fernandópolis	5.583	1.083	4.448	28	24
Guarani d'Oeste	1.087	220	853	3	11
Ibirá	858	109	746	3	-

^{3 3} Kleber Fernandes de Oliveira; Paulo de Martino Jannuzzi - São Paulo em Perspectiva. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino - Print version ISSN 0102-8839/ São Paulo Perspec. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2005

Municípios, Estado e Alls Mesorregionais	Total	Outra unidade da Federação	Mesma unidade da Federação	País estrangeiro	Ignorado
Indiaporã	473	114	281	-	78
Itajobi	1.261	227	1.023	9	2
Jaci	287	36	248	-	3
Macedônia	336	75	261	-	-
Marapoama	73	8	65	-	-
Meridiano	270	43	225	1	1
Mirassol	4.714	746	3.946	9	13
Monte Aprazível	1.370	134	1.235	1	-
Neves Paulista	636	59	574	3	-
Nova Aliança	538	39	495	-	4
Ouroeste	-	-	-	-	-
Pedranópolis	70	2	60	-	8
Poloni	218	19	199	-	-
Potirendaba	827	93	719	8	7
Sebastianópolis do Sul	294	11	283	-	-
Urupês	803	67	733	-	3
Valentim Gentil	926	71	853	1	1
Votuporanga	6.132	987	5.083	39	23
All Mesorregional					
São José do Rio Preto	26.756	4.143	22.330	105	178
São Paulo	2765482	1139640	1579012	28726	18104

Fonte: Contagem de População 1996 – IBGE

No ano de 2000, 81,1% da população residente no Estado de São Paulo havia nascido na própria Região Sudeste. A maior parte dos migrantes inter-regionais era proveniente da Região Nordeste, representando 13,5% da população do Estado. Em seguida, a porcentagem mais elevada era de migrantes da Região Sul (3,6%). Nos municípios da All Mesorregional Araraquara (exceto pelo município mais populoso, Araraquara) e ainda nos municípios de Bocaina e Bariri, os migrantes provenientes da Região Sul eram mais numerosos. No conjunto dos municípios paulistas em estudo, a porcentagem de população que havia nascido no próprio Sudeste era 10% mais elevada que a apresentada pelo estado como um todo. Entre os migrantes inter-regionais, predominavam os nordestinos (4,3% da população residente) e sulinos (3,2%). Chama a atenção a porcentagem da população proveniente de Países estrangeiros, bastante mais elevada que a estadual, nos municípios de Fernandópolis (0,6%), Araraquara (0,4%), Votuporanga (0,3%) e Mirassol (0,2%).

Quadro 3.6.5.8-13 - População residente por local de nascimento – 2000- São Paulo

Municípios, Estado e Alis Mesorregionais	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região		Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País	
				Sudeste	Região Sul			estrangeiro	
Araraquara	182.471	270	9.974	163.876	6.089	1.512	10	739	
Gavião Peixoto	4.126	3	114	3.120	885	4	-	-	
Itápolis	37.750	8	812	33.092	3.606	193	-	39	
Nova Europa	7.307	-	352	5.652	1.250	25	-	28	
Tabatinga	12.990	4	586	10.254	2.107	19	-	20	
Bocaina	9.442	18	214	8.843	331	31	-	6	
Bariri	28.224	-	502	26.717	789	154	-	63	
Boa Esperança do Sul	12.573	10	850	10.511	1.155	41	-	5	
All Mesorregional Araraquara	294.883	313	13.404	262.065	16.212	1.979	10	900	
Fernandópolis	61.647	128	2.594	57.197	388	981	-	359	
Guarani d'Oeste	2.006	-	169	1.757	12	68	-	-	
Ibirá	9.447	10	197	8.998	151	61	-	30	
Indiaporã	4.058	14	242	3.737	19	41	-	5	
Itajobi	14.295	15	346	13.114	740	67	-	15	
Jaci	4.180	15	131	3.847	135	44	-	8	
Macedônia	3.781	-	282	3.428	22	41	5	4	
Marapoama	2.238	-	16	2.123	87	-	-	12	
Meridiano	4.025	-	280	3.689	24	27	-	6	
Mirassol	48.327	112	1.891	44.799	950	455	-	120	
Monte Aprazível	18.413	11	434	17.751	140	54	-	23	
Neves Paulista	8.907	8	136	8.624	85	28	-	26	
Nova Aliança	4.768	-	102	4.556	45	42	-	24	
Ouroeste	6.290	38	490	5.574	66	79	-	43	
Pedranópolis	2.734	-	164	2.533	19	17	-	-	
Poloni	4.774	-	208	4.479	57	13	-	18	
Potirendaba	13.656	4	672	12.633	299	44	-	4	
Sebastianópolis do Sul	2.546	-	127	2.404	3	12	-	-	
Urupês	11.833	6	174	11.365	244	22	-	22	
Valentim Gentil	8.605	-	348	8.033	139	68	-	18	
Votuporanga	75.641	105	3.014	70.837	482	963	8	233	
All Mesorregional São José do Rio Preto	312.171	466	12.017	291.478	4.107	3.127	13	970	
São Paulo	37.035.456	73.396	4.983.950	30.052.360	1.327.404	246.313	8.089	343.944	

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

A migração na região, como visto, é mais intensa nas regiões Norte e Centro-Oeste, movimento que está especialmente associado à colonização da Amazônia e à expansão da fronteira agrícola na região. Nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, especialmente, esses movimentos migratórios trazem maior impacto sobre a infraestrutura municipal de saúde, educação e segurança, refletindo-se, na maioria dos casos, na piora do atendimento desses serviços.

O subitem **3.6.5.4 – Saúde** referentes à infraestrutura dos serviços e profissionais disponíveis, aponta as ofertas e demandas dos municípios da All, bem como o subitem **3.6.5.6 – Segurança Pública** descreve as condições dos municípios na oferta desses serviços, indicando potenciais deficiências que possam ser agravadas com a chegada da mão de obra aos canteiros. Por outro lado, o **item g. Malha Urbana Vulneráveis ao Empreendimento** do subitem **3.6.5.11 – Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações** relaciona as localidades, sedes municipais, distritos e povoados, situados em áreas próximas aos canteiros, indicando a infraestrutura disponíveis nessas localidades.

b. Conflitos Agrários e Tensões Socioambientais

Para tratar da questão de conflitos na região de influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N° 01, é preciso partir de uma lógica que perceba os conflitos entre grupos de interesses distintos no que diz respeito a acesso a bens e recursos, (disputas em termos de partidos, esferas municipais, estaduais e federais de gerenciamento de recursos, empresariado, igreja, movimentos sociais, universidades etc.), e que considere o conflito a partir de uma diferença entre valores e representações simbólicas antagônicas, como no caso de manifestações de grupos de remanescentes de quilombos, comunidades ribeirinhas e/ou trabalhadores rurais sem-terra.

De acordo com a literatura e as informações levantadas em campo, os conflitos existentes na Área de Influência da Linha de Transmissão vinculam-se à ausência de ordenamento territorial e aos conflitos de usos e apropriação dos recursos naturais, concentrando sobre disputas por terras e, conseqüentemente, pela posse e utilização dos recursos naturais.

A rigor, essas situações na região de influência do empreendimento podem ser classificados como conflitos agrários e envolvem basicamente dois grupos distintos: um, composto pelas comunidades tradicionais (pescadores, quilombolas, assentados e posseiros), e o outro, por empresas, políticos, fazendeiros e grileiros.

As comunidades tradicionais, por seu turno, são formadas principalmente por atores sociais que estão na região há longo tempo e vivem do extrativismo e da produção baseada na agricultura de subsistência, tendo na família sua unidade primária de produção e de consumo. Esse tipo de agrupamento vive de conhecimentos⁴ empíricos adquiridos no seu cotidiano, o que vai orientar as formas e os usos de exploração do solo, das plantas e do território que ocupam. Assim, estes agrupamentos estão sempre

⁴ Toledo (1990) procurou apontar que esses conhecimentos envolvem elementos histórico, geográfico, físico, florestal e biológico.

criando mecanismo de exploração que visem à conservação e autopreservação do meio ambiente onde vivem.

Do outro lado, estão os grupos de fazendeiros, empresários, empresas de mineração e madeireiros interessados na exploração dos recursos naturais disponíveis e, conseqüentemente, na posse das terras, sob o argumento de terras disponíveis, sem propriedades e desocupadas.

A questão dos conflitos agrários no Brasil, especialmente na Amazônia brasileira e nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N° 01, estão intimamente ligados ao histórico de ocupação da região e às diversas políticas desenvolvidas nos últimos 50 anos, que visavam promover o seu povoamento e desenvolvimento. Essa região, definida no Governo Vargas como “deserto humano”, experimentou, durante os anos 70, já sob a vigência do Estatuto da Terra, a abertura de várias frentes de estímulo à colonização da região.

Desse modo, a ditadura militar brasileira criou o Plano de Integração Nacional (PIN), cuja ideia central era estimular a ocupação de terras, permitindo não só a expansão do capitalismo bem como a solução para os conflitos de terras existentes na Região Sul do País. Para tanto, foram abertas rodovias e instalados órgãos públicos na área, o que permitiu o crescimento de núcleos urbanos e sedes municipais, cujo desenvolvimento acompanhava a modernização agrícola da região. Grosso modo, pode-se afirmar que esse modelo de colonização da região não incluiu ou levou em conta a ocupação tradicional representada principalmente por posseiros, ribeirinhos e grupos indígenas, contribuindo assim para a inclusão desses atores na dinâmica dos conflitos agrários nas Regiões Amazônica e Centro-Oeste.

Ainda que a colonização dessas regiões incluísse agricultores familiares advindos de outros estados do País, eles não foram alvo de políticas públicas que permitissem a sua autonomia e sobrevivência de modo sustentável nessas novas fronteiras de ocupação. Essa fragilidade econômica e social impediu a fixação do colono na terra e abriu espaço para a concentração fundiária predominante nessas regiões, através do arrendamento e compra das terras dos agricultores por um preço abaixo do mercado.

À medida que a fronteira agrícola se expande nessa região, aumenta, ao longo dos anos, a pressão sobre os recursos naturais, em especial, o acentuado desmatamento ilegal, voltado para o desenvolvimento da pecuária extensiva e para a monocultura de soja e cana.

Um novo componente para o ambiente de conflito envolve os mesmos atores aqui citados e ocorre no Estado de Rondônia - a construção do complexo do rio Madeira, incluindo a construção de eclusas das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e que permitirão a navegação até as terras bolivianas. Diante da problemática já existente no estado, a implantação desses empreendimentos pode acentuar os conflitos existentes e a pressão sobre os fragmentos florestais da região.

A “escravidão branca” e o desmatamento são os principais problemas do Estado de Mato Grosso na questão da terra envolvendo trabalhadores rurais e fazendeiros. De acordo com SELENE (2008), outra prática dos fazendeiros da região incide sobre os recursos naturais da região: o uso intenso de agrotóxicos, tal como sugere o texto a seguir:

“Por outro lado, existe o uso abusivo e indiscriminado de agrotóxicos no Estado de Mato Grosso, onde é utilizado em média 8.2kg de agrotóxicos por hectare, enquanto que a média no Brasil é de 3,2 kg por hectare, o uso excessivo de agrotóxicos tem como finalidade aumentar a produção de grãos, realizado sem um controle por parte dos órgãos competentes. Doses excessivas de veneno acabam afetando a cadeia alimentar dos biomas do Cerrado e da Amazônia” (Selene 2008)

Tal prática tem consequência direta na dieta e na sobrevivência das populações tradicionais, nos seus usos dos recursos naturais e em seus modos de vida. A constante expansão das terras agrícolas do Estado acaba por manter a pressão sobre os recursos naturais. O bioma Cerrado possui excelentes condições para o desenvolvimento da monocultura do agronegócio e, nesse sentido, o Estado de Goiás, desde a década de 1990, é invadido pelas plantações de soja, onde, desde então, predominam a paisagem das áreas rurais. Desse modo, essa prática se caracteriza como uma grande fonte de degradação ambiental e de conflitos no Estado, envolvendo trabalhadores rurais e fazendeiros.

Um outro aspecto que deve ser considerado é que, de acordo com os dados do IBGE de 2006, há em Mato Grosso um aumento na concentração fundiária, fruto, em grande parte, da consolidação das atividades do agronegócio na região ao longo das últimas décadas. Tal tendência pode representar um acirramento dos conflitos fundiários na região de estudo.

Cabe destacar a atuação dos movimentos sociais, tanto na perspectiva de preservação do bioma Amazônia como no reconhecimento de direitos da população local. Da mesma maneira, tem sido a atuação dos trabalhadores rurais sem terra, os quais tem se organizado em diversos movimentos sociais com o objetivo de repartir a terra –

reforma agrária em todo o País. A principal tática desses movimentos sociais é a ocupação e posse da terra para fins de reforma agrária. No corredor em estudo, as principais ocupações, ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 e nessas terras atualmente residem como assentados, em sua maioria, posseiros e sitiantes que iniciaram a ocupação de terras griladas e que enfrentaram a violência de fazendeiros e grileiros em sucessivas tentativas de retomada da terra.

Em relação aos empreendimentos hidrelétricos, o Movimento de Atingidos por Barragens é o que mais se destaca na luta contra a construção de barragens. Existem diversas entidades que, nos últimos anos, têm se organizado para combater a construção de barragens em diversos pontos do País.

A seguir, são apontados os principais conflitos identificados ao longo do corredor em estudo. Estima-se, além dos pontos aqui destacados, que algumas das situações conflituosas existentes fora do corredor de estudo da LT, no futuro podem repercutir nas áreas que se encontram dentro do corredor de passagem da LT.

Conflitos Territoriais que envolvem populações tradicionais

- Linha 43, Candeias do Jamari (RO), na região foi relatado conflito entre indígenas e fazendeiros. Um morador da Linha 43 relatou que a Fundação Nacional do Índio assentou um grupo indígena em área de uma fazenda localizada nas margens do rio Candeias. Os proprietários entendem que a área nunca foi tradicionalmente ocupada por populações indígenas, exigindo a reintegração de posse da área, que se encontra em processo de arrecadação para a criação de uma Terra Indígena. A referida área, alvo do conflito, encontra-se fora do limite estabelecido para o corredor estudado (5km).
- Linha 27, Candeias do Jamari (RO), localizada na Área de Influência Direta do Eletrodo 01, onde foram identificados indícios de conflitos envolvendo uma propriedade rural (um sítio na Linha 27) às margens do rio Candeias e um pequeno grupo indígena assentado no local pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), localizado no município de Candeias do Jamari. O proprietário entende que a área nunca foi tradicionalmente ocupada por grupos indígenas, exigindo a reintegração de posse, que se encontra em processo de arrecadação para a delimitação de uma Terra Indígena. Ao percorrer uma linha mais próxima ao rio, a equipe procurou identificar o local, porém não foi possível em virtude da ausência de estradas que dessem acesso à área.

- Quilombolas e Assentados em Barra dos Bugres (MT): tensão entre assentados e prováveis remanescentes de quilombos, em função da forma de regularização fundiária do território. De um lado, descendentes de trabalhadores da Fazenda São José que buscam manter o modo de ocupação tradicional e, do outro lado, trabalhadores rurais de origens diversas que estão assentados em um mesmo território, no município de Barra dos Bugres.
- Quilombolas e Grupo Empresarial em Mineiros (GO): no Estado de Goiás, no município de Mineiros, de acordo com a entrevista com o Secretário Municipal da Igualdade Racial, há alguns conflitos envolvendo os remanescentes do quilombo do Cedro e alguns empreendimentos, como o grupo de mercados Citrocinco. A propriedade pertencente ao quilombo do Cedro encontra-se a 10Km do eixo da LT. De acordo com os relatos, a área é de posse da comunidade desde 1860, quando Chico Moleque, negro liberto comprou as terras da fazenda, onde se localiza o quilombo e suas cercanias. O grupo Citrocinco teria construído, na área tombada da comunidade quilombola, um clube para seus funcionários. Os moradores da comunidade entraram com uma ação na Justiça e conseguiram legalmente embargar a obra. Além desse, também foi identificado outro conflito entre os quilombolas do Cedro e usuários indevidos de suas terras, como é o caso de um condomínio que teria sido construído e comercializado na região.

Conflitos Socioambientais: empreendimento e população local

- Atingidos por Barragens e UHE Samuel em Candeias do Jamari (RO): este tipo de conflito foi identificado no distrito de Vila Triunfo. Esta surgiu a partir de um assentamento criado pelo INCRA há 20 anos, para instalação das famílias ribeirinhas atingidas pela barragem da Hidrelétrica de Samuel. Os conflitos na região são decorrentes de desentendimentos em relação às indenizações às famílias atingidas pela barragem, organizadas pelo Movimento Atingidos por Barragens.
- Atingidos por Barragens e Complexo de UHE e PCH no sul goiano: no Estado de Goiás, os moradores dos municípios de São Simão, Itarumã e Caçu vivem situação de conflito com as usinas hidrelétricas instaladas ou em processo de instalação na região. São elas: a UHE São Simão e a AHE Foz do Rio Claro, que se localizam em São Simão, a aproximadamente 5km do eixo da LT; a AHE Salto, a 2km do eixo da LT, e a AHE Salto do Rio Verdinho, localizadas entre os municípios de São Simão e Itarumã.

Próximo ao município de São Simão identificou-se um distrito do município de Santa Vitória, chamado Chaveslândia. Os pescadores do distrito (Colônia Z-08) mostram-se insatisfeitos com a presença das hidrelétricas, que prejudicam a pesca local e a reprodução dos peixes, em função da ausência de escadas de peixe e a presença de máquinas que acabam ferindo os peixes.

As mesmas inseguranças também são sentidas pelos pescadores do município de Caçu, Rio Verdinho, identificado a 700 metros do eixo da LT.

- Atingidos por Barragens e UHE Água Vermelha no Estado de São Paulo: o conflito entre pescadores e a hidrelétrica ocorre no município de Ouroeste. Segundo os moradores e pescadores de Ouroeste, a UHE Água Vermelha teria provocado a mortandade de peixes em função das turbinas, e prejudicado o ciclo reprodutivo de diversos peixes da região.
- Mineração e recursos naturais em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT): este conflito é sobre o uso da terra e dos recursos naturais na área onde é desenvolvida a mineração no município. O principal foco de conflito diz respeito à exploração de recursos naturais até então utilizados pelos moradores acesso e circulação são atualmente limitados pelas empresas mineradoras. Foram também identificados relatos de lançamentos de resíduos em cursos d'água no local, prejudicando, assim, a pesca e a potabilidade da água. Apesar da ausência de informações que confirmem sua ocorrência dentro da AID, há um conflito ambiental entre a Prefeitura de Candeias do Jamari e as empresas de minério sediadas na cidade de Porto Velho. De acordo com a Prefeitura, diversas empresas estão extraindo ilegalmente areia das margens e leitos do rio Candeias. São empresas que se instalaram na região por conta da construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira, e que estão intensificando a exploração comercial de areia no rio. Cada draga instalada possui capacidade de explorar até 10 mil metros cúbicos de areia por semana, o que, segundo a Prefeitura, está ocasionando a degradação ambiental do rio Candeias. Os impactos causados pelo aprofundamento do leito, destruição da mata ciliar, erosão e poluição, fizeram com que a Prefeitura acionasse os órgãos ambientais e exigisse compensações/recuperações das áreas impactadas
- Exploração de Anjico e recursos naturais em Salto do Céu (MT): a prática de caça ilegal e extração de anjico foram relatadas por moradores do município de Salto do Céu, como ponto de conflito, pois limita o acesso da população aos recursos naturais da região e confunde as autoridades locais sobre os reais autores destes crimes ambientais.

Terras: Reforma Agrária

- Assentamento Flor do Amazonas, em Candeias do Jamari (RO). Este conflito está relacionado à criação do Assentamento Flor do Amazonas, localizado na Linha Sivan II, município de Candeias do Jamari, onde vivem 350 famílias. Reivindicada há mais de oito anos por trabalhadores rurais sem terra integrantes do Movimento Camponês de Corumbiara (MCC), a Fazenda Urupá foi diversas vezes invadida, fatos que ocasionaram vários conflitos violentos na região. Considerada propriedade improdutivo, a fazenda foi desapropriada pelo INCRA em 1998, dando lugar ao Assentamento Flor do Amazonas. Porém, segundo os moradores, mesmo após a criação do assentamento, o clima na região ainda é muito tenso, pois as famílias temem a retomada da área pelo ex-proprietário.
- Ocupação do Movimento Sem-Terra (Candeias do Jamari): conflito envolvendo a disputa entre as fazendas da Linha 43 e participantes do Movimento Sem-Terra, que atua no Estado de Rondônia. De acordo com as informações, a organização realizou diversas tentativas de ocupação de terras na localidade.
- Reserva do Cabaçal: trabalhadores rurais acampados nas terras da fazenda aguardam, na Justiça, a desapropriação da área para fins de reforma agrária. Este acampamento no município de Reserva do Cabaçal existe desde 2001, e regularmente, segundo o entrevistado, os trabalhadores e suas lideranças sofrem ameaças dos fazendeiros.
- Cuiabá (MT): no município de Cuiabá, identificou-se uma ocupação de trabalhadores rurais nas terras de uma fazenda que não apresentou a documentação que comprova a propriedade. Foram identificados relatos de ameaças aos trabalhadores acampados.

O Quadro a seguir aponta, de forma sistematizada, os conflitos identificados ao longo do corredor em estudo LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01.

Quadro 3.6.5.8- 14 – Conflitos agrários e socioambientais ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N°01

Município/Estado	Tipos de conflitos	Atores envolvidos
Trecho 1		
Candeias do Jamari/RO	Conflito agrário	Grupo indígena e fazendeiro. Local: propriedade rural localizada as margens do rio Candeias
Candeias do Jamari/RO	Conflito agrário	Assentamento Flor do Amazonas e proprietário da Fazenda Urupá
Candeias do Jamari/RO	Conflito socioambiental	Prefeitura de Candeias do Jamari e empresas mineradoras
Candeias do	Regularização fundiária/reconhecimento	Proprietários de fazendas e comunidades

Município/Estado	Tipos de conflitos	Atores envolvidos
Jamari/RO	pelo direito de usufruto	indígenas próximos à bacia hidrográfica do rio Candeias – o entrevistado não soube identificar com exatidão o local (conforme entrevista na Linha 43)
Candeias do Jamari/RO	Disputa pelo direito de usufruto da terra	Proprietários de fazendas e sem-terras (conforme entrevista na Linha 43 - região da microbacia do Rio Candeias)
Candeias do Jamari/RO	A empresa Votorantim se instalou em Porto Velho, mas extrai matéria-prima em Candeias do Jamari, não trazendo benefícios (emprego, circulação de capital, etc.) ao município	Empresa Votorantim e representantes públicos dos municípios de Candeias do Jamari
Candeias do Jamari/RO	Reconhecimento de direitos no processo de reassentamento das famílias atingidas pela barragem da Hidrelétrica de Samuel (Vila Triunfo)	Movimento atingido por barragem da Hidrelétrica de Samuel, Prefeitura de Candeias do Jamari e o Governo Federal.
Trecho 2		
Vila Bela da Santíssima Trindade/MT	Uso da terra	Mineradora e moradores da região
Reserva do Cabaçal/MT	Disputa de terras na Fazenda Teteia	Trabalhadores rurais acampados e fazendeiros
Salto do Céu/MT	Conflito por caça e extração ilegal de anjico	Moradores e atores de origem desconhecida
Barra dos Bugres	Conflito sobre qual o tipo de demarcação do território	Remanescentes de quilombos e assentados
Cuiabá/MT	Disputa de terra	Trabalhadores rurais acampados e fazendeiros
Trecho 3		
Mineiros / GO	Construções ilegais na área tombada dos remanescentes quilombolas do Cedro.	Remanescentes quilombolas do Cedro, Prefeitura de Mineiros e Rede de Mercados Citrocinco
Itarumã / Caçu / GO	Áreas alagadas, barragens e construções de hidrelétricas aumentando o índice de mortandade de peixes e atrapalhando seu ciclo reprodutivo	Pescadores artesanais e as hidrelétricas: AHE Foz do Rio Claro, AHE Salto e a AHE Salto do Rio Verdinho, localizadas entre os municípios de São Simão e Itarumã
Santa Vitória / Chaveslândia	Áreas alagadas, barragens e construções de hidrelétricas aumentando o índice de mortandade de peixes e atrapalhando seu ciclo reprodutivo	Colônia de pescadores Z-08 e pescadores da Bacia do Rio Paranaíba e Rio Grande
Ouroeste/SP	Áreas alagadas, barragens e construções de hidrelétricas aumentando o índice de mortandade de peixes e atrapalhando seu ciclo reprodutivo	Pescadores artesanais e a UHE Água Vermelha

Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro – dezembro de 2009.

c. Disponibilidade de Mão de Obra na AII

De acordo com o IPEA, no ano de 2000, no conjunto de municípios que compõem a AII do empreendimento, a População Economicamente Ativa (PEA) era constituída por 1.196.585 pessoas. Desse total, 86,7% se encontravam ocupados. O desemprego era maior entre a PEA urbana, onde a população ocupada representava 85,4% do total. Da PEA rural, que representava apenas 15,1% da PEA total, 93,5% se encontravam ocupados em 2000.

Os maiores índices de desemprego, tanto urbano quanto rural, foram apresentados pela AII Mesorregional Madeira-Guaporé. Por outro lado, os maiores percentuais da PEA ocupada, tanto urbana quanto rural, foram apresentados pela AII Mesorregional Sul Goiano. Nas demais AIIs mesorregionais em estudo, o percentual da PEA urbana ocupada variava de 83,5%, na AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, a 88,3%, na AII Mesorregional Leste Rondoniense. Quanto ao percentual da PEA rural ocupada, este variava de 89,5%, na AII Mesorregional Araraquara, a 96,7%, na AII Mesorregional Leste Rondoniense. É relevante ressaltar a discrepância apresentada pelas AIIs Mesorregionais rondonienses: enquanto a AII Mesorregional Madeira Guaporé apresenta os maiores índices de desemprego, a AII Mesorregional Leste Rondoniense apresenta os segundos maiores percentuais da PEA ocupada, entre os conjuntos de municípios analisados.

Quadro 3.6.5.8-15- População Economicamente Ativa e População Ocupada na AII da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 – 2000

AIIs Mesorregionais	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa- Rural - Pessoa	População Ocupada- Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa- Urbana - Pessoa	População Ocupada- Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada - Urbana
All Mesorregional Madeira Guaporé	155.595	25.872	21.887	84,6	129.723	108.171	83,4
All Mesorregional Leste Rondoniense	218.533	71.631	69.296	96,7	146.902	129.736	88,3
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	259219	12179	11130	91,4	247040	206395	83,5
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	128150	14895	14037	94,2	113254	95792	84,6
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	62725	20528	19333	94,2	42196	36371	86,2
All Mesorregional Sul Goiana	67369	7497	7347	98,0	59872	53333	89,1
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	27043	4483	4216	94,1	22561	19750	87,5
All Mesorregional Araraquara	120799	8865	7937	89,5	111933	94359	84,3
All Mesorregional São José do Rio Preto	157152	14534	13549	93,2	142618	124319	87,2
Total AII	1.196.585	180.484	168.732	93,5	1.016.099	868.226	85,4

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2000

Para implantação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, estima-se que sejam necessários, durante a fase de implantação do empreendimento, cerca de 7.000 trabalhadores diretos e 11.000 trabalhadores indiretos ao longo de toda a obra, com escolaridades variadas. Espera-se que 40% dos trabalhadores diretos a

serem empregados na implantação do empreendimento sejam contratados nos municípios próximos às obras. A previsão inicial é que haja cerca de 16 canteiros de obras ao longo de todo o trecho da LT. Embora a localização dos canteiros de obra principais ainda não esteja definida, foram pré-selecionados os seguintes municípios:

Quadro 3.6.5.8-16- Localização dos canteiros de obras da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Trechos do Traçado	Localização dos canteiros de obras – municípios da All e UF
Trecho 1	Porto Velho/RO Pimenta Bueno/RO Ji Paraná/RO Caxibi/RO Jaru/RO Cabixi/RO Pontes e Lacerda/MT
Trecho 2	Rondonópolis/MT Jauru/MT Barra do Bugres/MT Cuiabá/MT Alto Araguaia/MT
Trecho 3	Fernandópolis/SP Jataí/GO União de Minas/MG Fernandópolis/SP Itápolis/SP Araraquara/SP

Fonte: consorcio IE Madeira, março de 2010.

De acordo com os levantamentos de campo ao longo do corredor em estudo, observou-se uma estreita relação entre os serviços educacionais disponíveis no município com a escolaridade da população residente e o contingente da população economicamente ativa. Destaca-se dentre a área atravessada pela LT o trecho 3 (entre Santa Rita do Araguaia – Araraquara), que apresentou uma maior oferta de instituições superiores e cursos profissionalizantes, em especial, nos municípios goianos e paulistas. No **subitem 3.6.5.5 – Educação**, são apresentadas as instituições de ensino oferecidas nos municípios da All.

(1) Rondônia

No ano 2000, a População Economicamente Ativa (PEA) no Estado de Rondônia era de 614.342 pessoas, sendo que 33,5% representavam a PEA rural e 66,5% a PEA urbana. Entre a PEA rural, 95,5% estavam ocupados, e, entre a PEA urbana, 86,8%. Nas Alls Mesorregionais rondonienses, a PEA correspondia a 60,9% da PEA estadual. Já o percentual de ocupação da população entre os municípios rondonienses em

estudo era de 53,2%. Na All Mesorregional Madeira-Guaporé, predominava a PEA rural (84,6%), devido, principalmente, ao elevado percentual de pessoas ocupadas nesta área no município de Candeias do Jamari (91,0%). Em Porto Velho, a PEA rural representava 16,1% da PEA total, e a ocupação da PEA urbana era de 83,4%. Na All Mesorregional Leste Rondoniense, a PEA rural representava 32,8% da PEA total, e o desemprego era maior entre a PEA urbana, onde a população ocupada correspondia a 88,3%. A ocupação da PEA rural variava de 79,9%, em Parecis, a 99,7%, em Teixeiraópolis.

Quadro 3.6.5.8-17 - População Economicamente Ativa e População Ocupada na All/ Rondônia - 2000

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa - Rural - Pessoa	População Ocupada - Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa - Urbana - Pessoa	População Ocupada - Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada Urbana
Candeias do Jamari	5.292	1.666	1.516	91,0	3.626	2.956	81,5
Porto Velho	150.303	24.206	20.372	84,2	126.097	105.215	83,4
All Mesorregional Madeira Guaporé	155.595	25.872	21.887	84,6	129.723	108.171	83,4
Alto Paraíso	5.853	3.881	3.806	98,1	1.972	1.770	89,8
Ariquemes	33.637	8.262	7.907	95,7	25.375	22.501	88,7
Cabixi	3.234	1.857	1.786	96,2	1.377	1.220	88,6
Cacaulândia	2.247	1.141	1.117	98,0	1.106	1.023	92,5
Castanheiras	1.422	1.088	1.063	97,6	333	295	88,3
Chupinguaia	2.612	1.552	1.433	92,4	1.060	903	85,2
Colorado do Oeste	9.531	3.112	2.988	96,0	6.418	5.507	85,8
Corumbiara	3.749	2.838	2.765	97,4	910	862	94,7
Jaru	23.724	9.632	9.332	96,9	14.091	12.086	85,8
Ji-Paraná	49.268	5.979	5.666	94,8	43.289	38.525	89,0
Nova Brasilândia d'Oeste	7.572	4.682	4.651	99,3	2.890	2.724	94,3
Ouro Preto do Oeste	19.045	6.590	6.418	97,4	12.455	10.972	88,1
Parecis	1.197	727	581	79,9	470	428	91,1
Pimenta Bueno	13.594	1.617	1.595	98,6	11.976	10.618	88,7
Presidente Médici	11.907	6.239	6.063	97,2	5.668	4.994	88,1
Primavera de Rondônia	2.203	1.740	1.728	99,3	463	407	87,8
Rolim de Moura	21.995	5.989	5.788	96,7	16.007	14.007	87,5
São Felipe d'Oeste	3.384	2.970	2.878	96,9	414	392	94,7
Teixeiraópolis	2.361	1.736	1.731	99,7	625	501	80,2
All Mesorregional Leste Rondoniense	218.533	71.631	69.296	96,7	146.902	129.736	88,3
Rondônia	614.342	206.103	196.821	95,5	408.239	354.381	86,8

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)2000

(4) Mato Grosso

No conjunto de municípios mato-grossenses em estudo, no ano 2000, a PEA rural representava 10,6% da PEA total, enquanto, no Estado de Mato Grosso, esse percentual era maior, já que a PEA rural correspondia a 18,1% da PEA total. No Estado de Mato Grosso, entre a PEA rural, o percentual de pessoas ocupadas era de 94,9%, e de 93,5% no conjunto dos municípios em estudo. Dessa forma, o desemprego concentrava-se mais na área urbana, onde o percentual de ocupação atingia 86,1% em Mato Grosso e 84,1%, na área em estudo.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, encontravam-se os piores percentuais de população ocupada, tanto rural (91,4%) quanto urbana (83,5%), entre as All Mesorregionais. Entre a população rural, os municípios de Acorizal (86,3%), Alto Paraguai (86,6%) e Santo Antônio do Leverger (84,6%) apresentavam os índices mais baixos de ocupação. Entre a população urbana, a taxa de ocupação também apresentava indicadores alarmantes, variando de 75,1%, em Santo Antônio do Leverger, a 89,2% em Jangada. Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, a PEA rural correspondia a 11,6% da PEA total e o percentual de pessoas ocupadas na área rural variava de 88,5%, em Pedra Preta, a 98,1%, em Campo Verde. A ocupação da PEA urbana variava de 82,5%, em Jaciara, a 88,8%, em São José do Povo. Era na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense que se encontrava a maior proporção da PEA rural sobre a PEA total (32,7%). O desemprego se apresentava maior na área urbana, onde a população ocupada correspondia a 86,2%, variando de 77,4%, em Salto do Céu, a 92,7%, em Nova Lacerda. A ocupação da PEA rural variava de 88,2%, em Salto do Céu, a 99,0% em Nova Lacerda.

Quadro 3.6.5.8-18 - População Economicamente Ativa e População Ocupada na All/Mato Grosso – 2000

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa - Rural - Pessoa	População Ocupada - Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa - Urbana - Pessoa	População Ocupada - Urbana - Pessoa
Acorizal	2.198	1.104	952	86,3	1.094	902
Alto Paraguai	3.547	802	694	86,6	2.745	2.424
Cuiabá	238.170	2.649	2.535	95,7	235.521	196.952
Jangada	2.173	1.127	1.048	93,0	1.046	933
Rosário Oeste	7.607	3.228	3.136	97,2	4.379	3.492
Santo Antônio do Leverger	5.524	3.269	2.766	84,6	2.255	1.693
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	259.219	12.179	11.131	91,4	247.040	206.396
Alto Araguaia	5.093	914	876	95,9	4.180	3.476
Alto Garças	3.937	523	504	96,4	3.414	2.977

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa - Rural - Pessoa	População Ocupada - Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa - Urbana - Pessoa	População Ocupada - Urbana - Pessoa
Campo Verde	8.197	1.802	1.768	98,1	6.395	5.583
Guiratinga	5.876	513	485	94,5	5.363	4.413
Jaciara	12.155	1.892	1.837	97,1	10.263	8.468
Juscimeira	5.364	1.684	1.554	92,2	3.680	3.199
Pedra Preta	6.351	1.357	1.201	88,5	4.993	4.250
Poxoréu	8.575	2.557	2.411	94,3	6.018	5.231
São José do Povo	1.171	590	546	92,5	580	516
Rondonópolis	71.431	3.063	2.856	93,2	68.368	57.680
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	128.150	14.896	14.038	94,2	113.255	95.793
Araputanga	6.628	1.075	1.022	95,0	5.553	4.632
Barra do Bugres	12.197	2.497	2.401	96,1	9.699	8.311
Comodoro	6.559	2.259	2.205	97,6	4.300	3.747
Jauru	4.357	1.795	1.665	92,7	2.562	2.240
Lambari d'Oeste	1.685	935	856	91,5	750	687
Nova Lacerda	2.312	1.253	1.240	99,0	1.060	983
Pontes e Lacerda	19.095	5.383	5.080	94,4	13.712	12.129
Reserva do Cabaçal	1.109	328	321	97,9	782	654
Rio Branco	2.129	561	505	90,1	1.569	1.290
Salto do Céu	1.894	770	679	88,2	1.124	869
Vale de São Domingos	-	-	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	4.760	3.673	3.359	91,5	1.087	830
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	62.726	20.529	19.333	94,2	42.197	36.371
Mato Grosso	1.159.136	209.990	199.309	94,9	949.145	817.417

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)2000

(3) Goiás

No Estado de Goiás, no ano de 2000, a População Economicamente Ativa (PEA) rural representava 9,5% da PEA total. O desemprego era maior entre a PEA urbana, onde a população ocupada correspondia a apenas 86,3% do total, enquanto, entre a PEA rural, 92,9% encontravam-se ocupados. O conjunto de municípios goianos em estudo apresentava desemprego menor do que a média do estado, com 89,1% da PEA urbana ocupada e 98%, da PEA rural, que representava 10% da PEA total. A ocupação da PEA urbana variava de 78,6%, em Santa Rita do Araguaia, a 90,8%, no município de Caçu. A ocupação da PEA rural variava de 96,7%, no município de Mineiros, a 99%, no município de Jataí.

Quadro 3.6.5.8-19 - População Economicamente Ativa e População Ocupada na All/ Goiás – 2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa- Rural - Pessoa	População Ocupada- Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa- Urbana - Pessoa	População Ocupada- Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada - Urbana
Caçu	5.279	1.152	1.121	97,3	4.127	3.746	90,8
Jataí	37.321	3.191	3.160	99,0	34.130	30.853	90,4
Mineiros	19.216	1.832	1.771	96,7	17.384	15.246	87,7
Santa Rita do Araguaia	2.550	262	253	96,8	2.288	1.799	78,6
Serranópolis	3.003	1.061	1.042	98,2	1.943	1.688	86,9
All Mesorregional Sul Goiana	67.369	7.497	7.347	98,0	59.872	53.333	89,1
Goiás	2.385.987	251.620	233.809	92,9	2.134.367	1.841.657	86,3

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)2000

(4) Minas Gerais

Em Minas Gerais, no ano de 2000, a PEA rural representava 16,2% da PEA total, enquanto, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, representava 16,6%. No conjunto de municípios mineiros em estudo, o desemprego era menor do que o apresentado pelo estado de Minas Gerais, com 87,5% da PEA urbana ocupada, contra 84,3% no Estado, e 94,1% da PEA rural ocupada, contra 93,7% da PEA rural estadual. A ocupação da PEA urbana variava de 86,9%, em Santa Vitória, a 88%, em União de Minas. A ocupação da PEA rural variava de 87,5% em União de Minas a 98%, em Limeira do Oeste.

Quadro 3.6.5.8-20 - População Economicamente Ativa e População Ocupada na All /Minas Gerais – 2000

Municípios, All Mesorregional e Estado	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa- Rural - Pessoa	População Ocupada- Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa- Urbana - Pessoa	População Ocupada- Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada - Urbana
Iturama	14.102	793	760	95,8	13.309	11.683	87,8
Limeira do Oeste	2.735	1.042	1021	98,0	1.693	1.487	87,9
Santa Vitória	8.234	1.764	1662	94,2	6.470	5.622	86,9
União de Minas	1.972	884	774	87,5	1.088	957	88,0
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	27.043	4.483	4216	94,1	22.561	19.750	87,5
Minas Gerais	8.335.782	1.347.052	1262276	93,7	6.988.731	5.891.232	84,3

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)2000

(5) São Paulo

No ano de 2000, no conjunto de municípios paulistas em estudo, a PEA rural representava 8,4% da PEA total enquanto, no Estado de São Paulo como um todo, a PEA rural representava apenas 6% da PEA total. Entre a PEA rural, a porcentagem da população ocupada, no Estado de São Paulo, era de 86,3%. Ambas as Alls Mesorregionais paulistas em estudo apresentavam desemprego menor que a média do estado, tanto entre a PEA urbana quanto entre a PEA rural, ficando os melhores índices, em ambos os casos, com o conjunto de municípios que compõem a All Mesorregional São José do Rio Preto. Nesta All Mesorregional, em 2000, a taxa de ocupação da PEA rural variava de 81,5%, no município de Meridiano, a 98%, no município de Monte Aprazível. A ocupação da PEA urbana variava de 84,4%, no município de Mirassol, a 93%, no município de Sebastianópolis do Sul. Na All Mesorregional Araraquara, a ocupação da PEA rural variava de 83,1%, em Araraquara, a 95,5%, em Gavião Peixoto. A ocupação da PEA urbana variava de 83%, no município de Araraquara, a 91,9%, no município de Tabatinga.

Quadro 3.6.5.8-21 - População Economicamente Ativa e População Ocupada na All/ São Paulo – 2000

Municípios, Alls Mesorregionais e Estados	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa - Rural - Pessoa	População Ocupada - Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa - Urbana - Pessoa	População Ocupada - Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada Urbana
Araraquara	89.910	4.052	3366	83,1	85858	71305	83
Gavião Peixoto	1.906	604	576	95,5	1303	1128	86,6
Itápolis	18.860	2.596	2462	94,9	16264	14214	87,4
Nova Europa	3.657	364	343	94,1	3292	2920	88,7
Tabatinga	6.465	1.250	1190	95,2	5216	4792	91,9
Bariri	13675	1037	954	91,99	12638	11390	90,12
Boa Esperança do Sul	30.8255544	1.126746	703	94,26	4798	4139	86,27
Bocaina	5000	437	430	98,35	4563	4230	92,71
All Mesorregional Araraquara	145017	11086	10024	90%	133932	114118	85%
Fernandópolis	30825	1126	1070	95,1	29699	25756	86,7
Guarani d'Oeste	985	130	119	91,2	855	687	80,4
Ibirá	4.489	468	444	94,8	4021	3470	86,3
Indiaporã	1.868	380	345	90,8	1488	1363	91,6
Itajobi	7.140	1.669	1608	96,4	5471	4807	87,9
Jaci	2.063	540	502	93,1	1523	1337	87,8
Macedônia	1.655	465	457	98,2	1189	1089	91,6
Marapoama	1.039	306	277	90,4	732	643	87,8
Meridiano	1814	532	434	81,5	1281	1092	85,2
Mirassol	24.786	868	835	96,2	23918	20181	84,4

Municípios, Alls Mesorregionais e Estados	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Economicamente Ativa - Rural - Pessoa	População Ocupada - Rural - Pessoa	(%) População Ocupada Rural	População Economicamente Ativa - Urbana - Pessoa	População Ocupada - Urbana - Pessoa	(%) População Ocupada Urbana
Monte Aprazível	9.689	1.453	1423	98	8237	7135	86,6
Neves Paulista	4.755	641	597	93,1	4114	3664	89,1
Nova Aliança	2.340	587	545	92,8	1753	1602	91,4
Ouroeste	3.010	622	535	86	2388	1875	78,5
Pedranópolis	1.203	446	372	83,5	756	688	91
Poloni	2.416	229	223	97,4	2.187	1.977	90,4
Potirendaba	7.184	970	950	97,9	6.213	5.650	90,9
Sebastianópolis do Sul	1.235	414	399	96,3	821	763	93
Urupês	6.132	1.043	866	83	5.089	4.351	85,5
Valentim Gentil	4.624	488	440	90,1	4.136	3.682	89
Votuporanga	37.902	1.156	1109	95,9	36.745	32.505	88,5
All Mesorregional							
São José do Rio Preto	157152	14534	13549	93,2	142618	124319	87,2
Total da All São Paulo	13.675302169	1.03725620	23573	92%	12.638276550	11.390238437	86%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)2000

Para a execução das obras, serão alocados, em média, cerca de 10.000 trabalhadores, no período de pico da obra, ao longo do período de 18 meses. Desse total, estima-se que cerca de 60% dos empregos ofertados, representados pelos cargos de maior qualificação (engenheiros, técnico de segurança do trabalho, técnico de edificações, topógrafos, mestres de obra, encarregados e pessoais da administração), serão preenchidos por funcionários pertencentes ao quadro permanente da empreiteira. O restante do quadro será composto por profissionais não especializados, contratados localmente.

Conforme destacado na **subseção 3.4 – Caracterização do Empreendimento**, estima-se que sejam necessários 240 profissionais para ocupar as funções de auxiliar de topografia, motorista, tratorista/operador de máquina, pedreiro/armador/carpinteiro, ajudantes/serviços gerais e operador de motosserra por canteiros de obra, totalizando cerca de 1.950 pessoas para trabalhar diretamente nas obras de construção da LT, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 3.6.5.8-22 - Postos de trabalho e contratação de mão de obra local por canteiro de obra.

Mão-de-obra	Quantidade	% Fora	% Local
Gerência/Supervisão	12	100	
Administrativos	3	100	
Topógrafos	6	100	

Mão-de-obra	Quantidade	% Fora	% Local
Auxiliar de topografia	18	50	50
Motorista	35	90	10
Tratorista/Operador de máquina	10	90	10
Montador	190	100	
Pedreiro/Armador/Carpinteiro	100	40	60
Ajudantes/serviços gerais	200	10	90
Operador de Motosserra	26	30	70
Total	600	55	45

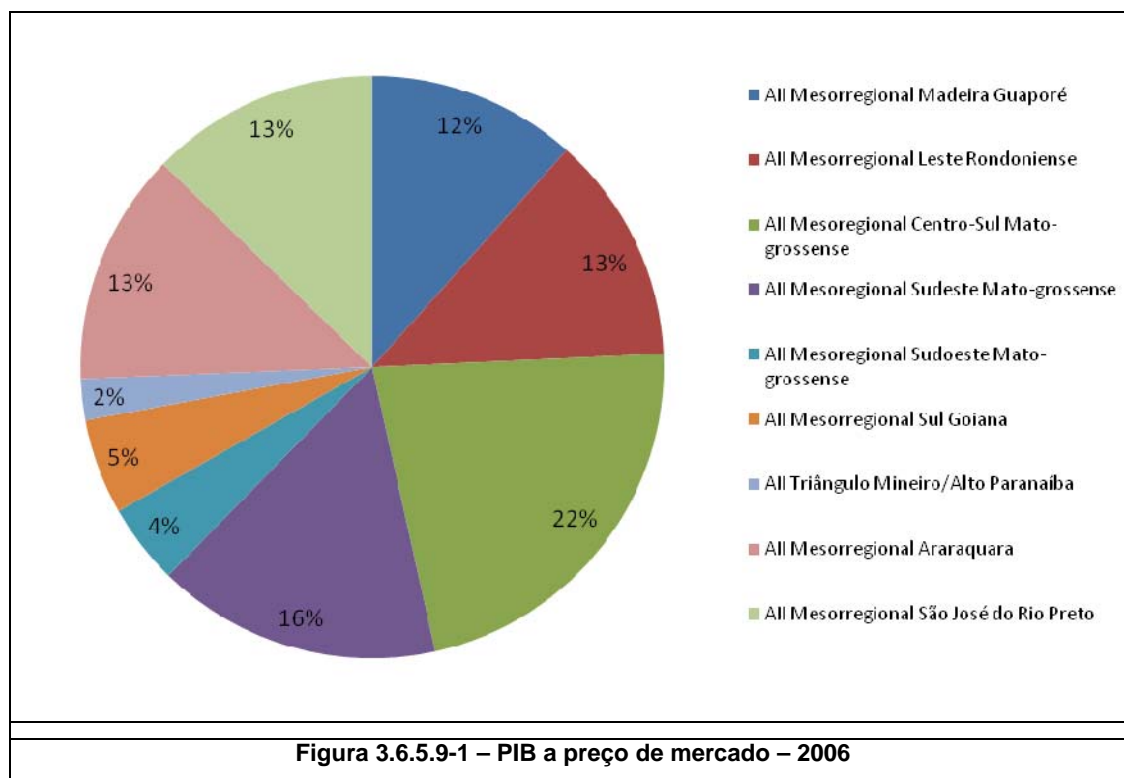
Considerando a dinâmica de obra do empreendimento linear, cujos serviços são votantes, estima-se que grande parte desses trabalhadores seja contratadas nas sedes ou na região do entorno dos municípios pré-selecionados para servirem de base de canteiros de obras principais.

Contudo, deve-se considerar que o aumento de empregos diretos proporciona uma significativa criação de empregos indiretos nos setores do comércio e de prestação de serviços. Novos empregos formais e aumento de renda repercute em aumento de capital circulante. A injeção de capital na economia local promove seu aquecimento, refletindo em aumento da demanda por bens e serviços, permitindo o crescimento desses setores, embora de forma temporária e de média proporção, haja vista o número de trabalhadores que será utilizado nas obras de implantação da Linha.

3.6.5.9. ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANÇAS PÚBLICAS

a. Composição do PIB por Setor da Economia e Finanças Públicas

No ano de 2006, o conjunto de 87 municípios que compõem a All do empreendimento gerou, a preço de mercado, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 20.668.303,67. A maior parte desse valor foi gerada nas Alls Mesorregionais do Centro-Sul e do Sudeste mato-grossenses, nesta ordem. Em seguida, chama a atenção o peso econômico das Alls Mesorregionais Araraquara e São José do Rio Preto, que se equiparam ao Leste Rondoniense e ultrapassam a All Mesorregional Madeira-Guaporé, que contém a capital Porto Velho.



No total da All, as atividades do Setor Terciário contribuíram, no ano de 2006, com 54,6% do PIB gerado, ficando as atividades industriais com 20,9% e, o Setor Primário, com 12,1%. O Setor Terciário é mais expressivo nas Alls Mesorregionais Centro-Sul Mato-grossense (61,4%) e Madeira-Guaporé (67,5%), que contêm as capitais dos respectivos estados. O Setor Secundário é mais expressivo na composição do PIB nas Alls Mesorregionais paulistas: São José do Rio Preto (30,9%) e Araraquara (25,5%), com destaque para o polo moveleiro liderado pelo município de Votuporanga e pela presença da uma unidade da EMBRAER no município de Gavião Peixoto.

À exceção das duas AII Mesorregionais que contêm as capitais, o Setor Primário assume significativa importância proporcional em toda a área em estudo, variando sua participação na formação do PIB, em 2006, de 7,6% na AII Mesorregional Araraquara a 27,9% no Sudoeste Matogrossense. No Leste Rondoniense, merece destaque a pecuária de bovinos e bubalinos. No Sudeste e Sudoeste mato-grossenses, destaca-se o elevado valor da produção das lavouras temporárias, principalmente soja e algodão. No Sul Goiano, predomina, em valor da produção, a soja. No Triângulo Mineiro e na área em estudo paulista, a produção das lavouras temporárias é liderada pela cana-de-açúcar. Na AII Mesorregional São José do Rio Preto, é elevado também o valor gerado pelas lavouras permanentes, principalmente em função da produção de laranja.

Quadro 3.6.5.9-1 – Composição do PIB na AII – 2006

AII Mesorregionais e AII	PIB Total	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
AII Mesorregional Madeira Guaporé	2.349.222,74	84.039,41	3,6	270.953,57	11,5	1.586.632,16	67,5	407.597,60	17,4
AII Mesorregional Leste Rondoniense	2.554.846,54	508.619,08	19,9	374.660,99	14,7	1.398.115,63	54,7	273.450,84	10,7
AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	4.494.769,03	112.507,70	2,5	824.536,26	18,3	2.759.731,44	61,4	797.993,63	17,8
AII Mesorregional Sudeste Mato-grossense	3.194.192,75	729.123,83	22,8	769.574,81	24,1	1.354.100,39	42,4	341.393,72	10,7
AII Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	900.866,55	251.454,25	27,9	189.800,45	21,1	384.737,13	42,7	74.874,72	8,31
AII Mesorregional Sul Goiana	1.069.355,91	187.621,69	17,5	224.455,27	21,0	562.140,10	52,6	95.138,85	8,9
AII Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	461.109,63	122.302,76	26,5	110.334,78	23,9	199.047,48	43,2	29.424,62	6,4
AII Mesorregional Araraquara	2.609.227,04	198.055,04	7,6	664.433,00	25,5	1.457.777,05	55,9	288.961,95	11,1
AII Mesorregional São José do Rio Preto	2.570.598,92	244.592,13	9,5	794.043,07	30,9	1.329.858,91	51,7	202.104,81	7,9
AII	20.204.189,11	2.438.315,89	12,1	4.222.792,20	20,9	11.032.140,28	54,6	2.510.940,74	12,4

Fonte: IPEA

Finanças Públicas

Para analisar as finanças públicas, observa-se a participação dos municípios em estudo na cota-parte de fundo de participação municipal, nas transferências correntes de tributos estaduais para os municípios, na receita tributária municipal e nas receitas de capital.

No conjunto dos 87 municípios abrangidos pela AII do empreendimento, no ano de 2006, a maior parte da soma das receitas municipais veio das transferências correntes de tributos estaduais para os municípios, seguidas das transferências federais provenientes da cota-parte do Fundo de Participação Municipal. Quanto ao total da

arrecadação municipal, merecem destaque os municípios de Porto Velho, Cuiabá, Jataí, Araraquara e Votuporanga.

**Quadro 3.6.5.9-2 – Discriminação da Receita Municipal na All da LT 600kV
CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N° 01 – 2006**

Alls Mesorregionais e All	Cota-parte do fundo de participação municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
All Mesorregional Madeira Guaporé	87.310.336	68.886.099	37.348.533	6.348.120
All Mesorregional Leste Rondoniense	45.279.303	67.432.510	12.455.999	8.018.514
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	69.417.649	143.375.559	104.946.530	8.588.623
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	47.207.848	94.203.743	30.421.539	18.835.647
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	27.014.555	28.749.093	8.080.442	7.451.572
All Mesorregional Sul Goiana	29.082.352	55674985	16964562	1150754
All Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	16.339.222	53096225	5933890	2464260
All Mesorregional Araraquara	39.913.002	89108037	43332791	4756124
All Mesorregional São José do Rio Preto	86.995.203	97718350	31465994	6058897
Total All	448.559.470	698244601	290950281	63672511

Fonte: IPEA

(1) Rondônia

De acordo com os dados de 2006, uma grande parte dos municípios da área em estudo não apresentou dados disponíveis (7 dos 21 municípios, sendo eles: Cabixi, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Presidente Médice, Rolim de Moura e Teixeirópolis). Naqueles municípios rondonienses da área em estudo com dados disponíveis, a maior parte das receitas municipais era formada pelas verbas da cota-parte do fundo de participação municipal e pelas transferências correntes de tributos estaduais aos municípios. Em todas as fontes de recursos analisadas, o município de Porto Velho era o que mais arrecadava (62,76% dos recursos da cota-parte fundo de participação municipal e 47% de transferências correntes de tributos estaduais aos municípios de toda a área em estudo). Em seguida, o município que mais arrecadou foi Ariquemes, seguido por Jaru. A exceção dessa tendência foi a receita de capital municipal do município de Ariquemes, que arrecadou apenas R\$ 261.889,00, o décimo valor da área em estudo.

Quadro 3.6.5.9-3 – Discriminação da Receita Municipal na AII/ Rondônia – 2006

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Rondônia	226.743.287	253.764.983	69.545.455	23.846.724
Candeias do Jamari	4.089.702	4.808.213	419.172	485.268
Porto Velho	83.220.633	64.077.886	36.929.360	5.862.853
AII Mesorregional Madeira Guaporé	87.310.336	68.886.099	37.348.533	6.348.120
Alto Paraíso	3.413.323	2.715.176	280.102	80.000
Ariquemes	8.582.411	21.302.758	5.671.897	261.889
Cabixi	-	-	-	-
Cacaulândia	2.047.994	2.455.458	168.692	269.220
Castanheiras	2.047.994	1.206.176	136.216	431.299
Chupinguaia	2.047.994	6.230.414	397.239	734.225
Colorado do Oeste	4.236.165	3.635.474	647.074	1.275.321
Corumbiara	1.940.964	2.922.802	373.941	13.846
Jaru	7.643.328	13.872.619	2.156.745	2.450.000
Ji-Paraná	-	-	-	-
Nova Brasilândia d'Oeste	3.704.810	3.201.195	303.727	453.289
Ouro Preto do Oeste	-	-	-	-
Parecis	-	-	-	-
Pimenta Bueno	5.766.298	7.409.659	2.090.765	1.965.890
Presidente Médici	-	-	-	-
Primavera de Rondônia	1.800.030	1.164.293	131.524	71.229
Rolim de Moura	-	-	-	-
São Felipe d'Oeste	2.047.994	1.316.486	98.078	12.307
Teixeirópolis	-	-	-	-
AII Mesorregional Leste Rondoniense	45.279.303	67.432.510	12.455.999	8.018.514
TOTAL AII	132.589.639	136.318.610	49.804.532	14.366.635

Fonte: Ipea, Ipeadata

(2) Mato Grosso

Uma grande parte dos municípios da área em estudo não apresenta dados disponíveis (12 dos 28 municípios, sendo eles: Acorizal, Alto Paraguai, Santo Antônio do Leverger, Alto Araguaia, Guiratinga, Pedra Preta, Comodoro, Lambari d'Oeste, Nova Lacerda, Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Vale de São Domingos). Naqueles municípios mato-grossenses da área em estudo com dados disponíveis, em 2006, a maior parte das receitas municipais era formada pelas transferências correntes de tributos estaduais aos municípios. Em todas as fontes de recursos analisadas, o município de Cuiabá era o que mais arrecadava (72,64% da receita tributária municipal, 52,58% transferências correntes de tributos estaduais aos municípios e 43,58% dos recursos da cota-parte fundo de participação municipal de toda a área em estudo). Em seguida,

o município onde mais houve arrecadação foi Rondonópolis, seguido por Campo Verde.

Quadro 3.6.5.9-4 – Discriminação da Receita Municipal na AII/ Mato Grosso – 2006

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Mato Grosso	228.082.729	97.797.836	581.118.626	373.961.495
Acorizal	-	-	-	-
Alto Paraguai	-	-	-	-
Cuiabá	62.604.841	140.038.281	104.195.077	6.092.845
Jangada	2.344.467	1.249.609	166.437	730.426
Rosário Oeste	4.468.341	2.087.669	585.016	1.765.352
Santo Antônio do Leverger	-	-	-	-
Centro-Sul Mato-grossense	69.417.649	143.375.559	104.946.530	8.588.623
Alto Araguaia	-	-	-	-
Alto Garças	2.344.467	5.528.765	569.059	1.842.696
Campo Verde	4.688.934	19.420.477	3.465.717	1.017.217
Guiratinga	-	-	-	-
Jaciara	5.470.423	7.997.693	1.955.135	3.390.044
Juscimeira	3.263.707	2.309.938	463.707	700.312
Pedra Preta	-	-	-	-
Poxoréu	4.681.951	4.184.118	728.032	669.490
São José do Povo	2.344.467	1.024.791	157.002	131.711
Rondonópolis	24.413.900	53.737.961	23.082.888	11.084.178
Sudeste Mato-grossense	47.207.848	94.203.743	30.421.539	18.835.647
Araputanga	3.907.445	5.318.032	1.794.432	0
Barra dos Bugres	6.170.685	9.003.222	1.784.386	678.341
Comodoro	-	-	-	-
Jauru	3.263.707	2.229.847	1.344.809	859.996
Lambari d'Oeste	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	3.871.123	4.524.035	875.155	1.283.406
Nova Lacerda	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	7.033.401	6.543.508	2.111.726	4.528.667
Reserva do Cabaçal	-	-	-	-
Rio Branco	2.768.195	1.130.450	169.934	101.163
Salto do Céu	-	-	-	-
Vale de São Domingos	-	-	-	-
Sudoeste Mato-grossense	27.014.555	28.749.093	8.080.442	7.451.572
TOTAL AII	143.640.053	266.328.395	143.448.511	34.875.842

Fonte: Ipea, Ipeadata

(3) Goiás

Para analisar as finanças públicas, observa-se a participação dos municípios em estudo na cota-parte de fundo de participação municipal, nas transferências correntes de tributos estaduais para os municípios, na receita tributária municipal e nas receitas de capital.

Nos municípios de Caçu e Santa Rita do Araguaia, a cota-parte do fundo de participação municipal é predominante na formação das receitas municipais. Nos demais municípios goianos da All, predominam as transferências correntes de tributos estaduais aos municípios. Em todas as fontes de recurso analisadas, os municípios de Jataí e Mineiros respondem pelos maiores valores arrecadados. A exceção são as receitas de capital municipais, nas quais o município de Mineiros supera todos os demais e o município de Jataí apresenta a menor arrecadação.

Quadro 3.6.5.9-5 – Discriminação da Receita Municipal na All/ Goiás – 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Caçu	3526076,24	2828436,00	965346,84	206974,84
Jataí	12333490,10	36014577,26	10658041,48	16534,66
Mineiros	7933671,37	11704559,12	4180701,84	840944,34
Santa Rita do Araguaia	2644557,13	1021721,05	320690,10	32000,00
Serranópolis	2644557,00	4105692,00	839782,00	54300,00
All Mesorregional Sul Goiana	29082351,84	55674985,43	16964562,26	1150753,84
Goiás	880416805,54	970970546,68	628961595,12	82374625,46

Fonte: Ipea, Ipeadata

(4) Minas Gerais

Em todos os municípios mineiros em estudo, predominam as verbas federais e estaduais na formação da receita municipal. Com exceção do município de União de Minas, onde é predominante a cota-parte do fundo de participação municipal, nos demais municípios mineiros da All, as receitas mais elevadas são provenientes das transferências correntes de tributos estaduais para os municípios. Em todas as fontes de recursos analisadas, as maiores receitas são obtidas pelos municípios de Iturama e Santa Vitória, nessa ordem. A exceção são as receitas de capital municipais, onde o município de Limeira do Oeste arrecada mais do que Santa Vitória.

Quadro 3.6.5.9-6 – Discriminação da Receita Municipal na All/ Minas Gerais – 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Iturama	5957595,49	30811904,78	3507215,02	1363692,53
Limeira do Oeste	2823022,75	4766061,64	786086,85	719336,12
Santa Vitória	4735860,83	15684142,03	1386063,66	363818,00
União de Minas	2822743,16	1834116,17	254524,96	17413,00
All Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	16339222,23	53096224,62	5933890,49	2464259,65
Minas Gerais	421782392,77	3640607755,01	1938348689,75	321846932,7

Fonte: Ipea, Ipeadata

(5) São Paulo

Em todos os municípios paulistas em estudo, a maior parte das receitas municipais é formada pelas verbas da cota-parte do fundo de participação municipal e pelas transferências correntes de tributos estaduais aos municípios. Nessas duas fontes de receitas, o município de Araraquara é o que mais arrecada, seguido por Votuporanga.

Além desses dois maiores municípios, merece destaque, quanto à receita proveniente da cota-parte do fundo de participação municipal, o valor arrecadado pelo município de Fernandópolis: R\$ 10.582.142,74, em 2006. Com relação às transferências correntes de tributos estaduais, destacam-se Mirassol, Fernandópolis e Ouroeste. As receitas tributárias municipais, assim como as receitas de capital municipais, são mais elevadas nos municípios de Fernandópolis, Itajobi e Monte Aprazível.

Quadro 3.6.5.9-7 – Discriminação da Receita Municipal na AII/São Paulo – 2006

Municípios, AII's Mesorregionais e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Araraquara	21930929,41	64758157,91	39194529,27	3358402,95
Gavião Peixoto	2697720,74	2420064,45	441420,85	113158,36
Itápolis	8093162	14410227	2774330	1187941
Nova Europa	2697721	3389287	463794	96622
Tabatinga	4493468,46	4130301,04	458717,11	-
All Mesorregional Araraquara	39913001,61	89108037,4	43332791,23	4756124,31
Fernandópolis	10582142,74	15549478,76	6088707,82	764255,78
Guarani d'Oeste	2697721	807462	68462	0
Ibirá	2913293	2941503	976293	485061
Indiaporã	-	-	-	-
Itajobi	4678276,94	5783506,36	1350726,82	781707,43
Jaci	2697720,74	2446259,07	290460,29	81350,59
Macedônia	2697721	1956721	160129	931726
Marapoama	2696745,13	1554963,35	126222,35	4290,96
Meridiano	-	-	-	-
Mirassol	9227810,31	11472308,44	5640736,1	115834,49
Monte Aprazível	5395441,46	6676329,71	1013363,69	553006,99
Neves Paulista	2913292	2314271	505075	2502
Nova Aliança	-	-	-	-
Ouroeste	2697720,74	13972899,72	464265,65	0
Pedranópolis	9891642,67	1664895,77	104773,7	137233,32
Poloni	2699114,84	1786730,58	269026,81	124060,53
Potirendaba	4325211,29	3463668,67	1059758,37	80000
Sebastianópolis do Sul	2697720,74	1249498,85	329166,42	0
Urupês	3795784,68	3812608,33	965816,55	207161,9
Valentim Gentil	2697720,74	2797365,34	475085,73	422523,61

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Votuporanga	11690123,12	17467879,7	11577924,44	1368182,45
All Mesorregional São José do Rio Preto	86995203,14	97718349,65	31465993,74	6058897,05
São Paulo	3500127467,21	13349372933,96	13034844573,40	349709268,93

Fonte: Ipea, Ipeadata

b. Caracterização das Principais Atividades Econômicas Urbanas e Rurais

A caracterização das atividades econômicas dos municípios foi realizada a partir da análise da participação dos Setores Primário, Secundário e Terciário, destacando para cada mesorregião e os principais municípios as principais atividades econômicas que compõe o PIB. Adicionalmente foram analisados os dados de produção agropecuária, uma vez que a LT atravessa predominantemente áreas rurais dos municípios.

(1) Rondônia

No ano de 2006, o conjunto de 21 municípios em estudo no Estado de Rondônia gerou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4.904.069 correspondente a 63% do PIB do estado. Grande parte desse valor (45,5%) foi produzida apenas no município de Porto Velho, enquanto o segundo município com maior PIB na área de estudo, Ji-Paraná, participou apenas em 11,9% na composição PIB. Os menores PIBs municipais couberam aos municípios de Primavera de Rondônia e Parecis que, juntos, somaram apenas 0,8% do PIB da área em estudo.

No Estado de Rondônia, o Setor Terciário era amplamente preponderante na composição do Produto Interno Bruto. Em 2006, respondeu por 58,43% do PIB, enquanto o Setor Primário ficou com 17,13% e o Setor Secundário, com 12,54%. Na área em estudo, o Setor Terciário também era preponderante em relação aos demais, mas, diferentemente do que ocorreu no estado, o Setor Secundário era mais expressivo do que o Primário. No ano de 2006, na All Mesorregional Madeira Guaporé, o primário contribuiu com 3,58% do valor do PIB, enquanto o secundário representou 11,53% e o terciário, 67,54%. Na All Mesorregional Leste Rondoniense, o Setor Primário foi bem mais expressivo, tendo participado com 19,91% do PIB, enquanto o setor industrial apresentou participação relativa maior do que em nível estadual (14,66%), e o setor de comércio e serviços com 54,72% de participação na composição do PIB. A maior parte dos municípios rondonienses em estudo acompanhou a tendência apresentada por ambas as Alls mesorregionais e pelo estado, isto é, de preponderância do Setor Terciário na composição do PIB. No entanto, 8 municípios

apresentaram preponderância do setor agropecuário, como Cabixi, Cacaulândia, Castanheiras, Chupinguaia, Corumbiara, Parecis, São Felipe D'Oeste e Teixeiraópolis, além de Candeias do Jamari, onde a preponderância aparece no setor industrial.

Quadro 3.6.5.9-8 – Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de Atividade – All/ Rondônia (2006)

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Rondônia	7.782.943	1.333.594	17,13	975.848	12,54	4.547.494	58,43	926.007	11,90
Candeias do Jamari	115.339	15.176	13,16	60.539	52,49	35.352	30,65	4.272	3,70
Porto Velho	2.233.884	68.863	3,08	210.414	9,42	1.551.280	69,44	403.326	18,05
All Mesorregional Madeira Guaporé	2.349.223	84.039	3,58	270.954	11,53	1.586.632	67,54	407.598	17,35
Alto Paraíso	63.119	22.038	34,92	4.665	7,39	32.966	52,23	3.449	5,46
Ariquemes	435.731	45.075	10,34	71.890	16,50	261.303	59,97	57.462	13,19
Cabixi	40.968	21.556	52,62	1.756	4,29	16.275	39,73	1.382	3,37
Cacaulândia	36.680	21.682	59,11	1.301	3,55	12.737	34,72	961	2,62
Castanheiras	24.428	13.967	57,17	703	2,88	9.291	38,03	468	1,91
Chupinguaia	60.619	31.319	51,66	7.100	11,71	19.405	32,01	2.795	4,61
Colorado do Oeste	84.758	23.257	27,44	10.840	12,79	43.682	51,54	6.978	8,23
Corumbiara	57.424	34.361	59,84	2.527	4,40	19.154	33,35	1.382	2,41
Jaru	303.113	55.960	18,46	66.276	21,86	147.275	48,59	33.603	11,09
Ji-Paraná	585.462	43.084	7,36	97.532	16,66	359.734	61,44	85.112	14,54
Nova Brasilândia d'Oeste	67.942	21.554	31,72	3.816	5,62	38.824	57,14	3.749	5,52
Ouro Preto do Oeste	181.596	44.240	24,36	18.092	9,96	103.763	57,14	15.501	8,54
Parecis	20.967	11.847	56,50	710	3,39	7.860	37,49	550	2,62
Pimenta Bueno	174.441	23.984	13,75	27.667	15,86	99.662	57,13	23.128	13,26
Presidente Médici	100.282	31.388	31,30	7.786	7,76	54.698	54,54	6.409	6,39
Primavera de Rondônia	17.658	7.784	44,08	756	4,28	8.600	48,70	518	2,93
Rolim de Moura	241.167	27.036	11,21	48.741	20,21	136.997	56,81	28.392	11,77
São Felipe d'Oeste	33.675	16.679	49,53	1.206	3,58	14.979	44,48	811	2,41
Teixeiraópolis	24.816	11.808	47,58	1.296	5,22	10.910	43,96	802	3,23
All Mesorregional Leste Rondoniense	2.554.847	508.619	19,91	374.661	14,66	1.398.116	54,72	273.451	10,70
TOTAL All	4.904.069	592.658	12,09	645.615	13,16	2.984.748	60,86	681.048	13,89

Fonte: IPEA, Ipeadata

• Setor Primário

No ano de 2006, o PIB gerado pelo Setor Primário da economia nos 21 municípios rondonienses em estudo correspondeu a 44,44% do PIB gerado pelo setor agropecuário em todo o Estado de Rondônia. Os municípios que apresentaram maior valor do PIB referentes ao Setor Primário frente aos outros dois setores foram Corumbiara e Cacaulândia, cada um com mais de 59% de participação do Setor Primário na composição de seus respectivos PIBs municipais.

No ano de 2007, na área em estudo, o valor da produção das lavouras temporárias foi de R\$ 186.899,00 tendo como principal produto a mandioca. As lavouras permanentes geraram R\$ 130.959,00, principalmente devido à produção de café. No mesmo ano, a produção de origem animal gerou R\$ 155.502,00.

Considerando o total da produção das lavouras temporárias na All Mesorregional Madeira Guaporé e na All Mesorregional Leste Rondoniense (R\$ 186.899,00, no ano de 2007), o valor gerado correspondeu a 39,36% do valor da produção das lavouras temporárias no Estado de Rondônia. Os municípios que compõem a All Mesorregional Leste Rondoniense foram responsáveis por 76,49% desse valor. Já 42,77% desse valor foi devido à produção de mandioca, que era praticada em todos os municípios rondonienses em estudo. O maior produtor de mandioca foi o município de Porto Velho, que respondeu por 44,98% da produção da área em estudo em Rondônia.

A produção de soja representou, em 2007, 19,26% do valor da produção das lavouras temporárias na All rondoniense. No entanto, 99,12% do valor gerado pela produção de milho coube apenas a quatro municípios da All Mesorregional Leste Rondoniense: Cabixi, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara. Nesses municípios, o valor da produção de soja superou amplamente o valor gerado pela mandioca e de outros produtos da lavoura temporária.

Quadro 3.6.5.9-9 – Valor da produção da lavoura temporária na All/Rondônia – 2007

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007									
	Total	Abacaxi	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Tomate
Rondônia	474.814	9.122	63.086	3.766	54.338	153.958	4.426	80.717	101.037	4.216
Candeias do Jamari	4.454	154	277	42	64	3.763	47	103	-	-
Porto Velho	39.492	554	667	161	250	35.956	663	822	316	99
All Mesorregional Madeira Guaporé	43.946	708	944	203	314	39.719	710	925	316	99
Alto Paraíso	2.960	30	264	4	52	2.400	28	158	-	22
Ariquemes	8.093	156	3.775	45	442	1.800	166	1.658	-	47
Cabixi	17.028	137	3.096	20	152	3.283	111	3.780	6.435	10
Cacaulândia	6.171	65	127	14	196	5.400	32	335	-	-
Castanheiras	5.226	81	1.901	9	52	2.040	54	1.040	-	45
Chupinguaia	20.020	66	1.323	16	213	872	128	6.035	11.343	22
Colorado do Oeste	10.435	17	1.901	9	293	459	25	2.851	4.844	34
Corumbiara	19.483	18	3.169	24	91	1.112	25	1.972	13.057	11
Jaru	7.629	16	1.353	13	1.096	3.380	103	1.629	-	35
Ji-Paraná	4.410	81	253	110	452	2.344	270	668	-	230
Nova Brasilândia d'Oeste	4.445	80	541	37	820	2.160	21	762	-	22
Ouro Preto do Oeste	7.149	18	317	54	650	5.400	105	535	-	68
Parecis	2.280	32	424	4	533	274	21	978	-	10
Pimenta Bueno	5.411	329	262	23	216	3.840	398	319	-	22

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007									
	Total	Abacaxi	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Tomate
Presidente Médici	6.191	325	634	72	1.201	2.700	106	1.092	-	57
Primavera de Rondônia	2.257	187	757	39	133	547	75	485	-	32
Rolim de Moura	4.674	64	1.157	69	952	1.518	51	827	-	34
São Felipe D'Oeste	7.225	53	2.093	9	1.785	288	132	2.721	-	140
Teixeirópolis	1.866	18	319	17	156	405	35	684	-	230
All Mesorregional Leste Rondoniense	142.953	1.773	23.666	588	9.485	40.222	1.886	28.529	35.679	1.071
TOTAL All	186.899	2.481	24.610	791	9.799	79.941	2.596	29.454	35.995	1.170

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

Quanto às lavouras permanentes, no ano de 2007, o valor da produção na área em estudo rondoniense (R\$ 130.959,00) representou 38,77% do valor da produção das lavouras permanentes no Estado de Rondônia. Desse total, 62,70% foram provenientes da produção de café e 20,33%, da produção cacau limão, exceto em Candeias do Jamari, Porto Velho e Chupinguaia.

Em 2007, a All Mesorregional Leste Rondoniense foi responsável por 95,99% do valor gerado na All rondoniense. Isso ocorreu devido à alta produção do total das lavouras permanentes nos municípios de Ariquemes e Nova Brasilândia d'Oeste e, também pela discrepância do número de municípios de cada All Mesorregional – enquanto a All Mesorregional Leste Rondoniense é formada por 19 municípios, a All Mesorregional Madeira Guaporé é formada por apenas 2. Mesmo assim, os municípios de Candeias do Jamari e Porto Velho, que compõem a All Mesorregional Madeira – Guaporé, apresentaram baixo valor da produção de suas lavouras permanentes. Entre os municípios em estudo, os maiores produtores de café foram Nova Brasilândia d'Oeste e Alto Paraíso, enquanto os maiores produtores de cacau foram os municípios de Ariquemes e Cacaúlândia.

Quadro 3.6.5.9-10 – Valor da produção da lavoura permanente na All/Rondônia – 2007

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil reais) 2007									
	Total	Banana (cacho)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão)	Coco-da-baía	Laranja	Mamão	Maracujá	Palmito	Urucum (semente)
Rondônia	337.799	23.976	45.431	244.848	3.948	2.903	1.958	1.913	2.829	6.572
Candeias do Jamari	787	111	-	302	232	7	10	20	45	-
Porto Velho	4.462	1.530	-	1.168	143	73	52	58	1.125	214
All Mesorregional Madeira Guaporé	5.249	1.641	0	1.470	375	80	62	78	1.170	214
Alto Paraíso	15.480	1.310	520	13.440	48	3	42	24	2	31
Ariquemes	20.636	291	8.959	10.270	47	285	59	18	11	594
Cabixi	1.965	70	35	176	92	18	20	-	2	1.492
Cacaúlândia	9.124	749	7.109	899	226	18	10	6	15	2
Castanheiras	1.873	193	14	1.411	48	25	20	91	13	-

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção (mil reais) 2007									
	Total	Banana (cacho)	Cacau (em amêndoa)	Café (em grão)	Coco-da-baía	Laranja	Mamão	Maracujá	Palmito	Urucum (semente)
Chupinguaia	614	226	-	224	69	21	32	11	7	7
Colorado do Oeste	1.301	181	434	336	164	43	21	6	25	19
Corumbiara	2.975	113	29	111	19	29	11	6	-	2.578
Jaru	9.470	608	4.361	4.116	154	14	10	12	120	-
Ji-Paraná	4.815	338	569	3.058	236	116	205	62	18	2
Nova Brasilândia d'Oeste	21.788	290	23	21.280	14	24	-	63	24	2
Ouro Preto do Oeste	10.487	506	3.393	5.914	405	32	39	12	134	-
Parecis	963	94	12	778	23	7	21	6	2	2
Pimenta Bueno	1.690	453	72	888	48	17	21	19	31	19
Presidente Médici	6.297	338	168	4.410	48	106	74	960	22	-
Primavera de Rondônia	1.278	65	17	991	115	32	10	12	-	2
Rolim de Moura	8.516	304	434	7.442	47	169	49	31	11	-
São Felipe d'Oeste	4.881	483	101	4.138	33	14	39	13	7	2
Teixeirópolis	1.557	193	370	756	160	7	-	25	9	-
All Mesorregional Leste Rondoniense	125.710	6.805	26.620	80.638	1.996	980	683	1.377	453	4.752
TOTAL All	130.959	8.446	26.620	82.108	2.371	1.060	745	1.455	1.623	4.966

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

O valor da produção de origem animal da área em estudo rondoniense, em 2007, representava 47,01% do valor deste tipo de produção no Estado de Rondônia. O conjunto de municípios da All Mesorregional Leste Rondoniense foi responsável por 97,15% deste valor. Em todos os municípios rondonienses em estudo, eram produzidos leite, ovos de galinha e mel de abelha. Os maiores produtores de leite foram os municípios de Jaru, Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná, nesta ordem. Os maiores produtores de ovos de galinha foram os municípios de Rolim de Moura, Primavera de Rondônia e Porto Velho e os maiores produtores de mel de abelha foram Rolim de Moura, Jaru e Porto Velho.

Quadro 3.6.5.9-11 – Valor da produção de origem animal na All/Rondônia – 2007

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto			
	Total	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
Rondônia	330.757	302.661	26.639	1.457
Candeias do Jamari	1.631	1.351	277	3
Porto Velho	2.795	1.403	1.350	42
All Mesorregional Madeira Guaporé	4.426	2.754	1.627	45
Alto Paraíso	2.005	1.654	337	14
Ariquemes	3.677	3.082	569	26
Cabixi	2.041	1.828	198	15
Cacaulândia	2.704	2.519	167	18
Castanheiras	1.446	1.304	119	23

Municípios, All mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto			
	Total	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
Chupinguaia	327	227	98	2
Colorado do Oeste	3.679	3.295	352	32
Corumbiara	2.827	2.584	238	5
Jaru	34.488	33.835	533	120
Ji-Paraná	17.532	17.058	458	16
Nova Brasilândia d'Oeste	3.491	3.292	191	8
Ouro Preto do Oeste	27.876	27.481	386	9
Parecis	1.059	934	123	2
Pimenta Bueno	2.511	1.804	670	37
Presidente Médici	11.884	11.556	322	6
Primavera de Rondônia	3.044	913	2.123	8
Rolim de Moura	8.706	6.365	2.159	182
São Felipe d'Oeste	5.912	5.659	243	10
Teixeirópolis	7.015	6.887	124	4
All Mesorregional Leste Rondoniense	151.076	137.785	12.664	627
TOTAL All	155.502	140.539	14.291	672

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

No conjunto dos municípios rondonienses em estudo, eram criados diversos tipos de rebanho. Merecem destaque, pelo percentual que representavam em relação ao rebanho estadual, o rebanho bubalino, que, em 2007, correspondia a 53,18% deste tipo de rebanho no Estado de Rondônia, e o rebanho de muar, correspondente a 50,49% do rebanho de todo o Estado. Já o gado bovino representava o maior rebanho da área em estudo (72,31%), sendo que o município de Porto Velho era o maior criador, com 567.948 cabeças de gado em 2007. Quanto à criação de frangos, o segundo rebanho mais significativo (12,73%), destacava-se também como maior criador o município de Porto Velho, com 156.082 cabeças.

Quadro 3.6.5.9-12 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho na All/Rondônia – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007										
	Total	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
Rondônia	16.558.857	11.007.613	161.166	5.378	1.810	25.381	278.133	16.575	124.661	3.160.724	1.777.416
Candeias do Jamari	227.800	164.281	2.506	18	48	482	2.467	467	4.185	29.340	24.006
Porto Velho	884.825	567.948	8.326	228	118	1.392	10.348	1.051	11.628	156.082	127.704
All Mesorregional Madeira Guaporé	1.112.625	732.229	10.832	246	166	1.874	12.815	1.518	15.813	185.422	151.710
Alto Paraíso	283.613	200.050	2.973	14	22	359	5.711	683	1.621	39.699	32.481
Ariquemes	568.476	427.585	5.533	213	84	1.642	7.421	1.657	4.841	65.725	53.775
Cabixi	174.627	125.083	2.071	7	20	143	5.079	160	2.658	21.673	17.733
Cacaulândia	273.814	230.812	2.875	422	53	670	3.499	646	986	18.618	15.233
Castanheiras	120.206	93.252	1.318	80	4	277	1.122	144	1.177	12.558	10.274
Chupinguaia	323.560	297.586	2.266	109	17	1.414	2.009	127	1.145	10.388	8.499

Municípios, All Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007										
	Total	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
Colorado do Oeste	292.020	207.787	3.247	72	18	318	7.171	157	3.211	38.521	31.518
Corumbiara	308.081	246.615	3.471	11	34	762	5.750	191	1.166	27.545	22.536
Jaru	639.445	501.994	8.794	140	50	971	11.486	398	3.510	61.656	50.446
Ji-Paraná	541.770	425.983	6.860	142	71	1.233	6.114	232	8.245	51.090	41.800
Nova Brasilândia d'Oeste	163.148	117.904	1.727	5	4	139	2.719	85	1.143	21.682	17.740
Ouro Preto do Oeste	429.252	331.059	5.960	342	32	637	10.414	306	2.292	43.015	35.195
Parecis	165.525	130.780	1.816	137	34	435	3.050	114	1.673	15.117	12.369
Pimenta Bueno	377.178	220.755	3.048	556	27	575	5.747	415	5.291	77.420	63.344
Presidente Médici	345.276	265.162	4.360	120	54	402	6.465	58	2.175	36.564	29.916
Primavera de Rondônia	142.525	68.239	888	3	11	166	1.371	3	844	15.000	56.000
Rolim de Moura	414.761	217.321	3.229	192	16	376	7.758	1.228	3.004	99.900	81.737
São Felipe d'Oeste	147.802	92.760	1.105	49	22	237	2.742	37	738	27.562	22.550
Teixeirópolis	116.752	85.631	1.532	-	15	184	2.316	31	515	14.590	11.938
All Mesorregional Leste Rondoniense	5.827.831	4.286.358	63.073	2.614	588	10.940	97.944	6.672	46.235	698.323	615.084
TOTAL All	6.940.456	5.018.587	73.905	2.860	754	12.814	110.759	8.190	62.048	883.745	766.794

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

Nos municípios em estudo no Estado de Rondônia, a extração vegetal consistia na produção de lenha e madeira em tora, que, em 2007, gerou R\$ 58.161,00, representando 46,25% da produção da extração vegetal no Estado. A madeira em tora era o principal produto, em todos os municípios em estudo, à exceção de Presidente Médici e Teixeiraópolis, tendo sido responsável por 99,26% do valor da produção da extração vegetal da All do Estado de Rondônia. Os principais produtores foram os municípios de Porto Velho e Ariquemes.

Quadro 3.6.5.9-13 – Valor da produção da extração vegetal na All/Rondônia – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da Produção da Extração Vegetal por Município da All (Mil reais) – 2007		
	Total	Lenha	Madeira em tora
Rondônia	125.753	803	124.950
Candeias do Jamari	700	-	700
Porto Velho	36.548	290	36.258
All Mesorregional Madeira Guaporé	37.248	290	36.958
Alto Paraíso	198	18	180
Ariquemes	12.938	16	12.922
Cabixi	52	-	52

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Valor da Produção da Extração Vegetal por Município da AII (Mil reais) – 2007		
	Total	Lenha	Madeira em tora
Cacaulândia	-	-	-
Castanheiras	113	-	113
Chupinguaia	118	2	116
Colorado do Oeste	1.121	-	1.121
Corumbiara	511	-	511
Jaru	580	-	580
Ji-Paraná	1.683	-	1.683
Nova Brasilândia D'Oeste	195	-	195
Ouro Preto do Oeste	152	11	141
Parecis	421	-	421
Pimenta Bueno	807	74	733
Presidente Médici	9	9	-
Primavera de Rondônia	275	-	275
Rolim de Moura	1.642	-	1.642
São Felipe D'Oeste	88	-	88
Teixeirópolis	10	10	-
AII Mesorregional Leste Rondoniense	20.913	140	20.773
TOTAL AII	58.161	430	57.731

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE

- **Setor Secundário**

No ano de 2006, na AII Mesorregional Leste Rondoniense, havia 1.921 unidades empresariais do setor industrial, empregando 18.468 pessoas, 18,78% das quais trabalhavam no município de Ji-Paraná. De todo o pessoal ocupado no Setor Secundário no conjunto de municípios em estudo na Mesorregião Leste Rondoniense, 81,72% trabalhavam em indústrias de transformação, enquanto 15,68% trabalhavam na construção, 2,33%, nas indústrias extrativas e 0,27% na produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Nas indústrias de transformação, quanto à geração de postos de trabalho, predominavam a fabricação de produtos alimentícios e bebidas e a fabricação de produtos de madeira.

Quadro 3.6.5.9-14 - Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor secundário na AII/Rondônia – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																														
	Rondônia		AII Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraíso		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Jaru		Ji-Paraná		Nova Brasilândia d'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Pimenta Bueno		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe d'Oeste		Teixeirópolis						
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL
Indústrias extrativas	141	721	58	430	1	X	27	263	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	1	X	9	86	-	-	4	17	-	-	6	41	6	23	-	-	2	X	-	-	-	-					
Extração de carvão mineral	1	X	1	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Extração de minerais metálicos	51	305	19	224	1	X	17	224	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Extração de minerais não-metálicos	89	415	38	205	-	-	9	38	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	1	X	8	86	-	-	4	17	-	-	6	41	6	23	-	-	2	X	-	-	-	-					
Indústrias de transformação	3.877	32.346	1.558	15.056	45	224	307	3.247	23	55	4	5	-	-	20	413	94	556	18	82	144	1.559	394	3.823	29	142	88	649	18	38	158	1.465	34	256	4	1	171	2.477	2	X	5	64					
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	814	11.257	341	5.715	9	9	43	979	4	21	2	X	-	-	3	298	29	84	8	38	40	539	75	1.433	14	22	19	301	4	7	35	365	12	96	2	-	36	1.478	2	X	4	45					
Fabricação de produtos do fumo	6	15	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-							
Fabricação de produtos têxteis	64	195	31	73	-	-	4	9	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	2	-	12	24	-	-	2	X	-	-	6	37	-	-	-	-	3	3	-	-							
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	313	1.307	129	588	1	X	10	30	-	-	-	-	-	-	-	-	5	34	-	-	14	21	55	236	1	-	6	12	1	X	22	197	1	-	-	-	13	58	-	-							
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	56	944	23	102	-	-	8	76	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	1	-	-	-	8	19	-	-	3	7	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-							
Fabricação de produtos de madeira	1.098	10.728	407	4.921	28	195	107	1.367	11	22	1	X	-	-	16	113	24	185	7	35	37	804	59	977	8	110	20	162	10	28	35	312	8	49	2	X	34	562	-	-							
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	21	270	6	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	4	20	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-							
Edição, impressão e reprodução de gravações	252	1.127	92	346	1	X	12	44	-	-	-	-	-	-	-	-	4	8	-	-	8	31	38	184	2	X	8	27	-	-	5	14	2	X	-	-	12	38	-	-							

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																										
	Rondônia		All Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraíso		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Jaru		Ji-Paraná		Nova Brasilândia d'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Pimenta Bueno		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe d'Oeste		Teixeirópolis		
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	4	13	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	
Fabricação de produtos químicos	73	295	25	96	-	-	3	24	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	11	68	-	-	2	X	1	-	3	4	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-
Fabricação de artigos de borracha e plástico	73	516	33	255	-	-	12	124	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	2	X	12	111	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	4	20	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	207	2.182	95	1.067	-	-	18	123	-	-	-	-	-	-	-	4	11	1	X	8	63	22	283	1	-	4	31	1	X	18	343	6	97	-	-	11	116	-	-	1	X		
Metalurgia básica	56	365	24	199	1	X	11	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	4	18	-	-	1	X	-	-	3	5	-	-	-	-	3	16	-	-	-	-			
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	231	859	81	305	-	-	22	49	1	X	-	-	-	-	-	5	11	-	-	11	23	17	107	3	5	6	7	1	X	7	85	-	-	-	-	8	18	-	-	-	-		
Fabricação de máquinas e equipamentos	67	202	32	93	-	-	8	21	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	1	X	14	70	-	-	2	X	-	-	3	2	1	X	-	-	1	-	-	-	-	-		
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	11	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	30	130	8	22	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	4	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	19	43	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	7	11	2	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-		
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	55	352	33	188	2	X	10	53	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	3	14	8	85	-	-	3	15	-	-	3	21	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-		

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																									
	Rondônia		All Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraíso		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Jaru		Ji-Paraná		Nova Brasilândia d'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Pimenta Bueno		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe d'Oeste		Teixeirópolis	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Fabricação de outros equipamentos de transporte	16	60	5	0	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-
Fabricação de móveis e indústrias diversas	387	1.371	176	637	3	3	35	167	6	10	1	X	-	-	1	X	12	26	1	X	13	38	44	106	-	-	10	79	-	-	15	69	4	5	-	-	31	134	-	-	-	-
Reciclagem	17	67	6	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	21	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	65	1.955	21	50	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	3	2	3	20	-	-	3	7	2	X	-	-	-	-	1	X	3	21	-	-	1	X	3	-	-	-	-	-
Eletricidade, gás e água quente	60	1.302	20	43	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	3	2	3	20	-	-	2	X	2	X	-	-	-	-	1	X	3	21	-	-	1	X	3	-	-	-	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água	5	653	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção	841	8.070	284	2.889	3	2	45	490	1	X	1	X	-	-	-	-	16	40	3	8	42	1.179	65	558	8	11	24	52	-	-	25	263	5	49	-	-	45	237	1	-	-	-

N UL - Nº de unidades locais / PO - Pessoal ocupado
Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Em 2006, na AII Mesorregional Madeira - Guaporé, formada apenas pelos municípios de Candeias do Jamari e Porto Velho, havia 1.257 unidades empresariais do setor industrial, empregando 11.107 pessoas. A atividade industrial que mais gerava empregos era a relacionada com as indústrias de transformação (49,44% do pessoal ocupado), principalmente a fabricação de produtos alimentícios e bebidas. Também eram expressivas as atividades relacionadas à construção (34,75% do pessoal ocupado, mas todos situados apenas no município de Porto Velho) e à produção e distribuição de eletricidade, gás e água (14,63% do pessoal ocupado).

Quadro 3.6.5.9-15 - Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Secundário na AII/Rondônia – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de PO								
	Rondônia		AII Mesorregional Madeira-Guaporé		Candeias do Jamari		Porto Velho		
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO
Indústrias extrativas									
Extração de carvão mineral	141		721	43	131	4	10	39	121
Extração de petróleo e serviços relacionados	1		X	-	-	-	-	-	-
Extração de minerais metálicos	-		-	-	-	-	-	-	-
Extração de minerais não metálicos	51		305	22	36	1	X	21	36
Indústrias de transformação	89		415	21	92	3	7	18	85
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	3.877		32.346	824	5.491	27	141	797	5.350
Fabricação de produtos do fumo	814		11.257	164	2.157	4	78	160	2.079
Fabricação de produtos têxteis	6		15	2	-	-	-	2	X
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	64		195	14	46	-	-	14	46
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	313		1.307	86	377	-	-	86	377
Fabricação de produtos de madeira	56		944	8	217	1	X	7	217
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.098		10.728	110	599	13	56	97	543
Edição, impressão e reprodução de gravações	21		270	8	18	-	-	8	18
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	252		1.127	84	566	3	2	81	564
Fabricação de produtos químicos	4		13	1	-	-	-	1	X
Fabricação de artigos de borracha e plástico	73		295	26	112	1	X	25	112
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	73		516	28	115	-	-	28	115
Metalurgia básica	207		2.182	51	489	-	-	51	489
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	56		365	17	122	-	-	17	122
Fabricação de máquinas e equipamentos	231		859	75	246	-	-	75	246
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	67		202	27	93	-	-	27	93
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11		37	10	37	-	-	10	37
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	30		130	12	40	-	-	12	40
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	19		43	9	14	1	X	8	14

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de PO							
	Rondônia		All Mesorregional Madeira-Guaporé		Candeias do Jamari		Porto Velho	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Indústrias extrativas								
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	7	11	2	-	-	-	2	-
Fabricação de outros equipamentos de transporte	55	352	9	51	-	-	9	51
Fabricação de móveis e indústrias diversas	16	60	8	19	-	-	8	19
Reciclagem	387	1.371	66	134	4	2	62	132
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	17	67	7	21	-	-	7	21
Eletricidade, gás e água quente	65	1.955	22	1.625	-	-	22	1.625
Captação, tratamento e distribuição de água	60	1.302	21	1.071	-	-	21	1.071
Construção	5	653	1	-	-	-	1	X
	841	8.070	368	3.860	2	X	366	3.860

N UL - Nº de unidades locais / PO - Pessoal ocupado
Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

• Setor Terciário

No ano de 2006, na All Mesorregional Leste Rondoniense, havia 11.198 unidades empresariais do Setor Terciário, que empregavam 48.117 pessoas, 34,20% das quais trabalhavam no município de Ji-Paraná. A maior parte dos trabalhadores do Setor Terciário desta All Mesorregional exercia atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais ou domésticos (37,29%). Em seguida, o contingente mais expressivo era o de trabalhadores empregados em atividades relacionadas à administração pública, defesa e seguridade social (16,60%), seguidos dos empregados do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (10,9%).

Quadro 3.6.5.9-16 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Terciário na AII/Rondônia – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																												
	Rondônia		AII Mesorregional Leste Rondoniense		Alto Paraíso		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Jaru		JI-Paraná		Nova Brasilândia d'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Pimenta Bueno		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe d'Oeste		Teixeirópolis				
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	19.606	108.000	6.899	26.932	148	430	1.167	5.268	69	114	37	84	10	18	70	148	335	750	67	127	742	2.825	1.814	8.631	154	385	565	2.030	58	72	565	2.477	267	714	21	30	744	2.675	42	103	24	51			
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	2.570	13.192	948	5.245	20	51	199	1.044	7	18	6	14	2	X	9	23	32	102	11	25	84	480	243	1.941	22	72	65	334	5	5	101	432	26	143	2	X	104	535	6	13	4	13			
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	2.513	10.279	878	3.723	17	116	180	970	-	-	-	-	1	X	2	X	24	32	-	-	83	207	340	1.487	15	13	39	93	3	3	63	574	31	60	2	X	74	156	4	12	-	-			
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	14.523	84.529	5.073	17.941	111	263	788	3.254	62	96	31	70	7	13	59	115	279	616	56	102	575	2.138	1.231	5.203	117	300	461	1.603	50	64	401	1.471	210	511	17	22	566	1.984	32	78	20	38			
Alojamento e alimentação	1.594	5.902	508	1.808	10	25	142	543	4	4	5	3	-	-	4	14	39	69	2	-	40	136	90	416	8	13	53	201	-	-	54	176	13	39	-	-	42	169	-	-	2	X			
Transporte, armazenagem e comunicações	1.545	8.327	528	2.876	9	29	82	506	2	X	3	4	2	X	2	X	31	54	2	X	63	320	135	1.233	14	45	48	132	3	5	64	313	20	70	2	X	44	165	1	-	1	X			
Transporte terrestre	1.031	5.370	361	2.072	7	23	57	406	-	-	2	X	1	X	1	X	25	38	1	X	42	194	89	870	9	36	36	89	2	X	42	265	15	48	1	X	31	103	-	-	-	-			
Transporte aquaviário	44	277	2	0	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Transporte aéreo	18	107	1	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	296	1.212	116	509	1	X	20	58	1	X	-	-	-	-	-	-	5	7	-	-	16	102	31	267	4	2	10	24	-	-	17	20	2	X	-	-	8	29	1	-	-	-			
Correio e telecomunicações	156	1.361	48	242	1	X	4	42	1	X	1	X	1	X	1	X	1	X	1	X	5	24	14	95	1	X	2	X	1	X	4	28	3	20	1	X	5	33	-	-	1	X			
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	356	2.594	127	911	2	X	19	166	1	X	1	X	-	-	1	-	7	31	1	X	12	116	44	264	2	X	12	109	-	-	12	144	2	X	-	-	11	81	-	-	-	-			
Intermediação financeira	221	2.256	94	851	1	X	11	144	1	X	1	X	-	-	1	-	7	31	1	X	7	109	36	250	2	X	9	104	-	-	6	135	2	X	-	-	9	78	-	-	-	-			
Seguros e previdência complementar	44	107	8	2	1	X	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	91	231	25	46	-	-	6	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	7	7	12	-	-	2	X	-	-	3	7	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-			
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2.260	12.980	726	2.225	6	9	168	633	6	8	1	-	1	-	3	5	24	74	1	X	60	117	210	731	11	16	49	123	3	5	80	180	27	55	1	-	72	269	1	X	2	-			
Atividades imobiliárias	235	912	40	108	-	-	18	40	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	X	17	68	-	-	1	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	197	606	67	212	-	-	19	112	-	-	-	-	-	-	1	X	1	X	-	-	7	11	19	37	1	-	6	9	-	-	6	21	1	X	-	-	6	22	-	-	-	-			
Atividades de informática e serviços relacionados	240	993	91	359	1	-	14	101	-	-	-	-	-	-	1	X	2	X	-	-	4	6	31	84	3	6	4	7	2	X	12	49	1	-	-	-	16	106	-	-	-	-			
Pesquisa e desenvolvimento	14	319	3	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																										
	Rondônia		Alto Paraíso		Ariquemes		Cabixi		Cacaulândia		Castanheiras		Chupinguaia		Colorado do Oeste		Corumbiara		Jaru		Ji-Paraná		Nova Brasilândia d'Oeste		Ouro Preto do Oeste		Parecis		Pimenta Bueno		Presidente Médici		Primavera de Rondônia		Rolim de Moura		São Felipe d'Oeste		Teixeirópolis				
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	
Serviços prestados principalmente às empresas	1.574	10.150	525	1.472	5	9	117	380	6	8	1	-	1	-	1	X	20	27	1	X	48	88	142	542	7	10	37	107	1	X	60	107	24	53	1	-	50	141	1	X	2	-	
Administração pública, defesa e seguridade social	178	56.226	46	7.988	1	X	4	1.941	2	X	2	X	2	X	2	X	2	X	2	X	1	X	4	2.740	3	569	3	974	2	X	2	X	4	676	2	X	4	1.088	2	X	2	X	
Educação	853	7.002	318	1.267	8	8	39	327	2	X	2	X	3	-	3	2	17	146	5	3	93	132	61	405	3	4	26	81	-	-	22	63	11	8	2	X	19	88	-	-	2	X	
Saúde e serviços sociais	853	4.628	253	1.301	3	3	51	308	2	X	-	-	-	-	-	-	6	11	3	1	35	113	77	541	2	X	25	156	1	X	19	53	3	19	-	-	23	96	1	X	2	X	
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4.607	8.263	1.793	2.809	93	24	191	470	37	6	14	-	18	4	22	1	111	50	28	3	198	207	397	1.494	45	30	172	256	21	7	129	68	115	61	12	-	165	128	16	-	9	-	
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	33	366	8	14	-	-	3	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	3	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades associativas	3.736	5.487	1.511	2.004	90	24	137	296	35	4	13	-	18	4	22	1	100	28	28	3	162	148	324	1.204	42	27	140	107	18	4	99	28	107	48	11	-	140	78	16	-	9	-	
Atividades recreativas, culturais e desportivas	512	1.798	179	608	3	-	36	134	2	X	1	-	-	-	-	-	7	21	-	-	16	38	46	207	1	X	21	130	-	-	23	28	4	8	1	-	18	42	-	-	-	-	
Serviços pessoais	326	612	95	143	-	-	15	32	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-	-	20	21	25	48	2	X	8	13	3	3	7	12	4	5	-	-	7	8	-	-	-	-	

N UL - Nº de unidades locais / PO - Pessoal ocupado
Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Na All Mesorregional Madeira Guaporé, em 2006, o Setor Terciário empregava 111.030 pessoas, em 9.337 unidades empresariais, 97,90% das quais se situavam no município de Porto Velho. Do total de empregos existentes no setor de comércio e serviços, 46,58% eram em atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos. Os demais empregados do Setor Terciário dividiam-se, principalmente, em atividades de administração pública, defesa e seguridade social (22,05%), serviços prestados principalmente às empresas (6,89%) e educação (4,21%). É importante notar que das 111.030 pessoas empregadas no setor terciário All Mesorregional Madeira Guaporé, 99,63% trabalhavam no município de Porto Velho.

Quadro 3.6.5.9-17 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Terciário – All Mesorregional Madeira-Guaporé – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado							
	Rondônia		All Mesorregional Madeira - Guaporé		Candeias do Jamari		Porto Velho	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	19.606	108.000	5.651	59.411	136	298	5.515	59.113
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	2.570	13.192	669	3.566	11	58	658	3.508
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	2.513	10.279	794	4.127	19	54	775	4.073
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	14.523	84.529	4.188	51.718	106	186	4.082	51.532
Alojamento e alimentação	1.594	5.902	617	2.736	13	27	604	2.709
Transporte, armazenagem e comunicações	1.545	8.327	407	3.405	4	16	403	3.389
Transporte terrestre	1.031	5.370	201	1.744	3	9	198	1.735
Transporte aquaviário	44	277	31	238	-	-	31	238
Transporte aéreo	18	107	15	103	-	-	15	103
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	296	1.212	96	525	-	-	96	525
Correio e telecomunicações	156	1.361	64	788	1	X	63	788
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	356	2.594	129	1.007	-	-	129	1.007
Intermediação financeira	221	2.256	55	810	-	-	55	810
Seguros e previdência complementar	44	107	26	56	-	-	26	56
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	91	231	48	141	-	-	48	141
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2.260	12.980	999	9.260	3	7	996	9.253
Atividades imobiliárias	235	912	173	688	-	-	173	688
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	197	606	82	232	-	-	82	232
Atividades de informática e serviços relacionados	240	993	78	373	-	-	78	373
Pesquisa e desenvolvimento	14	319	8	318	-	-	8	318
Serviços prestados principalmente às empresas	1.574	10.150	658	7.649	3	7	655	7.642
Administração pública, defesa e seguridade social	178	56.226	51	24.481	2	X	49	24.481

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado							
	Rondônia		All Mesorregional Madeira - Guaporé		Candeias do Jamari		Porto Velho	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Educação	853	7.002	208	4.679	6	7	202	4.672
Saúde e serviços sociais	853	4.628	348	2.498	-	-	348	2.498
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4.607	8.263	927	3.553	32	56	895	3.497
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	33	366	10	239	1	X	9	239
Atividades associativas	3.736	5.487	599	2.242	23	44	576	2.198
Atividades recreativas, culturais e desportivas	512	1.798	190	784	7	9	183	775
Serviços pessoais	326	612	128	285	1	X	127	285

N UL - N de unidades locais / PO - Pessoal ocupado

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

(2) Mato Grosso

No ano de 2006, o conjunto de 28 municípios em estudo no Estado de Mato Grosso gerou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 8.589.828 correspondente a cerca de 41% do PIB do Estado. Grande parte deste valor (49,7%) foi produzida apenas no município de Cuiabá, enquanto o município com segundo maior PIB na área de estudo, Ji-Paraná, participou apenas em 18,7% na composição PIB. Os menores PIBs cabem aos municípios de Reserva do Cabaçal, Vale de São Domingos e São José do Povo, que juntos, compõem o PIB da área em estudo apenas em 0,4%.

No Estado de Mato Grosso, o setor terciário é preponderante na composição do Produto Interno Bruto. Em 2006, respondeu por 49,69% do PIB, enquanto o setor primário ficou com 22,18% e o setor secundário, com 15,96%. Na área em estudo, o setor terciário também é preponderante em relação aos demais, mas diferentemente do que ocorre no Estado, o setor secundário é mais expressivo do que o setor primário.

No ano de 2006, na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, o setor primário contribuiu com 2,50% do valor do PIB, enquanto o secundário representou 18,34%, e, o terciário, 61,40%. Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, o setor primário foi bem mais expressivo, tendo participado com 22,83% do PIB, enquanto o setor industrial apresentou participação relativamente maior do que a nível estadual – 24,09%. O setor de comércio e serviços respondeu por 42,39% de participação na composição do PIB. Na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, o setor primário prevaleceu sobre o setor secundário, com 27,91% de participação no PIB contra 21,07% do setor industrial, enquanto o setor terciário ficou com 42,71% de participação.

Grande parte dos municípios mato-grossenses em estudo acompanhou a tendência de preponderância do Setor Terciário sobre os outros setores na composição do PIB municipal. No entanto, em um número significativo de municípios, o setor agropecuário foi mais relevante. São eles: Acorizal, Santo Antônio do Leverger, Alto Graças, Campo Verde, Guiratinga, Juscimeira, Pedra Preta, Poxoréu, Lambari d'Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Salto do Céu, além de Araputanga, onde o setor industrial foi preponderante.

Quadro 3.6.5.9-18 – Composição do PIB
(Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de atividade - All /Mato Grosso (2006)

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Mato Grosso	20.946.995	4.646.640	22,18	3.344.103	15,96	10.408.855	49,69	2.547.397	12,16
Acorizal	23.920	11.718	48,99	1.908	7,98	9.062	37,88	1.232	5,15
Alto Paraguai	24.630	10.228	41,52	1.753	7,12	11.347	46,07	1.303	5,29
Cuiabá	4.268.134	13.990	0,33	804.138	18,84	2.665.736	62,46	784.270	18,38
Jangada	31.246	11.927	38,17	3.560	11,39	13.652	43,69	2.108	6,75
Rosário Oeste	71.676	29.548	41,22	6.636	9,26	31.603	44,09	3.889	5,43
Santo Antônio do Leverger	75.163	35.098	46,70	6.542	8,70	28.332	37,69	5.191	6,91
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	4.494.769	112.508	2,50	824.536	18,34	2.759.731	61,40	797.994	17,75
Alto Araguaia	416.210	50.052	12,03	132.736	31,89	171.472	41,20	61.951	14,88
Alto Graças	90.241	48.280	53,50	3.941	4,37	31.332	34,72	6.688	7,41
Campo Verde	455.586	259.531	56,97	17.993	3,95	137.399	30,16	40.662	8,93
Guiratinga	85.107	45.183	53,09	3.501	4,11	31.609	37,14	4.814	5,66
Jaciara	187.544	53.790	28,68	37.058	19,76	81.327	43,36	15.368	8,19
Juscimeira	61.365	26.046	42,44	5.459	8,90	25.701	41,88	4.158	6,78
Pedra Preta	179.827	93.801	52,16	23.037	12,81	51.289	28,52	11.699	6,51
Poxoréu	99.244	54.600	55,02	4.846	4,88	34.858	35,12	4.940	4,98
São José do Povo	12.252	4.686	38,25	1.242	10,14	5.682	46,37	642	5,24
Rondonópolis	1.606.818	93.155	5,80	539.762	33,59	783.432	48,76	190.469	11,85
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	3.194.193	729.124	22,83	769.575	24,09	1.354.100	42,39	341.394	10,69
Araputanga	121.848	14.725	12,08	53.193	43,66	43.946	36,07	9.983	8,19
Barra do Bugres	188.603	56.713	30,07	33.960	18,01	79.992	42,41	17.938	9,51
Comodoro	100.468	27.265	27,14	9.820	9,77	53.507	53,26	9.877	9,83
Jauru	50.262	11.751	23,38	14.002	27,86	21.528	42,83	2.981	5,93
Lambari d'Oeste	46.802	25.068	53,56	7.945	16,98	11.216	23,96	2.573	5,50
Vila Bela da Santíssima Trindade	104.342	44.548	42,69	26.753	25,64	28.265	27,09	4.777	4,58
Nova Lacerda	28.830	8.556	29,68	8.732	30,29	9.601	33,30	1.942	6,74
Pontes e Lacerda	199.215	42.752	21,46	28.006	14,06	107.385	53,90	21.072	10,58
Reserva do Cabaçal	9.118	3.386	37,14	866	9,49	4.299	47,14	567	6,22
Rio Branco	22.978	3.969	17,27	4.485	19,52	12.839	55,87	1.685	7,33
Salto do Céu	16.794	8.112	48,30	1.157	6,89	6.635	39,51	890	5,30

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Vale de São Domingos	11.607	4.610	39,72	883	7,61	5.525	47,60	589	5,07
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	900.867	251.454	27,91	189.800	21,07	384.737	42,71	74.875	8,31
TOTAL All	8.589.828	1.093.086	12,73	1.783.912	20,77	4.498.569	52,37	1.214.262	14,14

Fonte: IPEA, Ipeadata

• Setor Primário

No ano de 2006, o PIB gerado pelo Setor Primário da economia nos 28 municípios rondonienses em estudo correspondeu a 23,5% do PIB gerado pelo setor agropecuário em todo o Estado de Mato Grosso. Os municípios que apresentaram maior valor do PIB referentes ao Setor Primário frente aos outros dois setores foram Campo Verde e Poxoréo, cada um com mais de 55% de participação do Setor Primário na composição de seus respectivos PIBs municipais.

No ano de 2007, na área em estudo, o valor da produção das lavouras temporárias foi de R\$ 1.844.843.000, tendo como principal produto a soja. As lavouras permanentes geraram R\$ 26.293.000, principalmente devido à produção de banana. No mesmo ano, a produção de origem animal gerou R\$ 185.676.000

Considerando o total da produção das lavouras temporárias na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense e na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense (R\$ 1.844.843.000) no ano de 2007, o valor gerado correspondeu a 17,01% do valor da produção das lavouras temporárias no Estado de Mato Grosso.

Os municípios que compõem a All Mesorregional Sudeste Mato-grossense foram responsáveis por 79,36% da composição desse valor, sendo que 34,96% do valor total foi devido à produção de soja, que era praticada em 21 municípios mato-grossenses em estudo. O maior produtor de soja da área em estudo era o município de Campo Verde, que respondeu por 21,34% da produção total das All Mesorregionais em Mato Grosso.

A produção de algodão herbáceo representou, em 2007, 34,21% do valor da produção das lavouras temporárias na All Mato-grossense. Sua produção, no entanto, coube apenas a 9 municípios da área em estudo, sendo que 8 deles estão localizados na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, com exceção de Santo Antônio do Leverger, que está localizado na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense. Já o município de

Campo Verde se destacou novamente por ser responsável por quase 50% do valor gerado pela produção de algodão herbáceo na área de estudo mato-grossense.

Quadro 3.6.5.9-19 - Valor da produção da lavoura temporária All /Mato Grosso – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007										
	Total	Abacaxi	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
Mato Grosso	10.843.715	60.138	2.072.305	239.767	553.144	69.649	325.506	14.937	1.568.546	5.877.092	26.803
Acorizal	1.621	150	-	9	54	22	960	270	60	-	-
Alto Paraguai	14.506	96	-	96	38	13	5.400	-	1.818	7.025	1
Cuiabá	2.588	280	-	-	263	-	1.755	130	160	-	-
Jangada	3.763	-	-	26	1.000	-	1.512	450	420	355	-
Rosário Oeste	18.200	220	-	594	300	72	14.400	-	930	1.680	-
Santo Antônio do Leverger	41.848	125	7.808	89	1.185	-	2.520	-	9.574	20.102	-
All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense	82.526	871	7.808	814	2.840	107	26.547	850	12.962	29.162	1
Alto Araguaia	32.249	-	9.717	656	297	-	1.610	-	3.328	16.281	360
Alto Garças	165.114	-	74.763	96	3	360	46	-	4.893	84.851	102
Campo Verde	548.892	83	308.576	246	384	8.090	1.458	-	90.910	137.655	1.080
Guiratinga	138.108	30	45.792	554	94	594	405	65	18.040	71.936	598
Jaciara	101.834	-	12.178	756	44.759	482	893	-	14.547	28.013	206
Juscimeira	65.557	-	-	588	11.526	-	3.600	-	14.945	34.660	168
Pedra Preta	165.088	-	112.572	410	144	4.560	2.240	-	4.752	39.780	630
Poxoréu	114.499	21	42.213	479	108	1.426	3.520	64	16.065	48.683	1.920
São José do Povo	19.766	-	-	58	120	188	19.200	-	200	-	-
Rondonópolis	112.941	10	17.582	136	720	605	7.488	-	11.949	72.246	2.205
All Mesorregional Sudeste Mato-grossense	1.464.048	144	623.393	3.979	58.155	16.305	40.460	129	179.629	534.105	7.269
Araputanga	1.543	-	-	135	30	41	347	-	990	-	-
Barra do Bugres	159.166	131	-	649	153.484	13	1.575	61	264	2.781	-
Comodoro	68.436	20	-	2.340	-	135	1.230	210	9.576	54.912	-
Jauru	604	-	-	58	-	20	364	-	162	-	-
Lambari d'Oeste	32.407	-	-	89	29.639	31	314	-	180	2.154	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	11.415	-	-	381	-	140	588	-	2.146	8.160	-
Nova Lacerda	11.353	25	-	3.551	-	23	384	-	146	7.224	-
Pontes e Lacerda	9.713	180	-	720	81	72	1.196	-	3.024	4.440	-
Reserva do Cabaçal	351	-	-	17	58	7	202	-	67	-	-
Rio Branco	446	-	-	52	52	10	202	-	130	-	-
Salto do Céu	545	-	-	52	25	12	296	-	160	-	-
Vale de São Domingos	2.290	-	-	48	-	11	139	-	120	1.972	-

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007										
	Total	Abacaxi	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense	298.269	356	0	8.092	183.369	515	6.837	271	16.965	81.643	0
TOTAL All	1.844.843	1.371	631.201	12.885	244.364	16.927	73.844	1.250	209.556	644.910	7.270

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

Quanto às lavouras permanentes, no ano de 2007, o valor da produção na área em estudo mato-grossense (R\$ 26.293.000) representou 16,19% do valor da produção das lavouras permanentes no Estado de Mato Grosso. Desse total, 40,80% foram provenientes da produção de banana e 23,64%, de borracha. A banana era produzida em grande parte dos municípios mato-grossenses em estudo (21 municípios). Os municípios que não produziram bananas foram Jaciara, Araputanga, Jauru, Vila Bela da Santíssima Trindade, Reserva do Cabaçal, Rio Branco e Salto do Céu.

O município de Barra dos Bugres se destacou como o maior produtor de bananas da área em estudo, respondendo por 29,95% da produção total. O município de Pontes e Lacerda, por sua vez, se destacou pela produção de borracha, respondendo por 46,03% da produção total da área em estudo.

Em 2007, a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense foi responsável por 46,83% do valor gerado na área em estudo mato-grossense. Isso se deve à alta produção do total das lavouras permanentes nos municípios de Barra dos Bugres, o maior produtor de banana, e Pontes e Lacerda, o maior produtor de borracha. Além disso, os dois municípios possuíam os maiores valores da produção das lavouras permanentes, respondendo, juntos, por 34,53% do valor total da produção na área em estudo.

Quadro 3.6.5.9-20 – Valor da produção da lavoura permanente All /Mato Grosso – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007									
	Total	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Coco-da-baía	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá	
Mato Grosso	162.354	48.161	45.392	15.662	4.021	858	4.913	686	7.890	
Acorizal	177	153	-	18	-	-	-	-	-	
Alto Paraguai	355	99	58	98	100	-	-	-	-	
Cuiabá	1.006	416	-	80	-	-	-	510	-	
Jangada	370	167	-	26	-	166	-	-	3	
Rosário Oeste	1.960	800	8	200	570	96	40	75	45	
Santo Antônio do Leverger	662	567	-	-	-	71	-	-	19	
Centro-Sul Mato-grossense	4.530	2.202	66	422	670	333	40	585	67	
Alto Araguaia	859	859	-	-	-	-	-	-	-	
Alto Garças	728	728	-	-	-	-	-	-	-	

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	Total	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Coco-da-baía	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá
Campo Verde	2.018	756	319	600	-	210	-	-	108
Guiratinga	169	128	-	36	-	-	-	-	5
Jaciara	977	-	522	330	-	-	-	-	-
Juscimeira	569	352	-	192	25	-	-	-	-
Pedra Preta	507	375	-	132	-	-	-	-	-
Poxoréu	1.176	288	228	220	95	-	-	-	72
São José do Povo	464	464	-	-	-	-	-	-	-
Rondonópolis	1.983	353	345	987	-	-	298	-	-
Sudeste Mato-grossense	9.450	4.303	1.414	2.497	120	210	298	0	185
Araputanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barra do Bugres	4.213	3.213	830	68	-	-	-	-	-
Comodoro	1.777	56	108	60	422	38	-	13	800
Jauru	136	-	-	114	-	22	-	-	-
Lambari d'Oeste	109	51	46	-	-	12	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	321	-	269	-	-	-	-	-	-
Nova Lacerda	631	76	534	21	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	4.865	787	2.861	175	167	7	696	-	-
Reserva do Cabaçal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	87	-	87	-	-	-	-	-	-
Salto do Céu	126	-	-	126	-	-	-	-	-
Vale de São Domingos	48	39	-	-	-	-	-	-	-
Sudoeste Mato-grossense	12.313	4.222	4.735	564	589	79	696	13	800
TOTAL All	26.293	10.727	6.215	3.483	1.379	622	1.034	598	1.052

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

O valor da produção de origem animal da área em estudo rondoniense, em 2007, representou 39,87% do valor desse tipo de produção no Estado de Mato Grosso. O conjunto de municípios da All Mesorregional Leste Rondoniense foi responsável por 62,14% desse valor. Em todos os municípios mato-grossenses em estudo foram produzidos leite e ovos de galinha e, na maior parte dos municípios, também era produzido mel de abelha. Os maiores produtores de leite foram Pontes e Lacerda, Rondonópolis e Poxoréu, nesta ordem. Os maiores produtores de ovos de galinha foram Campo Verde (com uma expressiva produção, que correspondeu a 77,86% da produção da área em estudo), Poxoréu e Rondonópolis; e os maiores produtores de mel de abelha foram Rosário Oeste, Campo Verde e Comodoro.

Quadro 3.6.5.9-21 – Valor da produção de origem animal All /Mato Grosso – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto			
	Total	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
Mato Grosso	465.753	338.604	123.053	3.787
Acorizal	696	517	176	3
Alto Paraguai	1.345	1.304	41	-
Cuiabá	2.686	2.300	363	23
Jangada	765	575	190	-
Rosário Oeste	2.486	2.135	229	122
Santo Antônio do Leverger	1.441	1.017	414	10
Centro-Sul Mato-grossense	9.419	7.848	1.413	158
Alto Araguaia	6.834	6.684	150	-
Alto Garças	1.493	1.392	88	13
Campo Verde	62.994	2.792	59.976	91
Guiratinga	1.869	1.612	257	-
Jaciara	3.128	2.945	183	-
Juscimeira	3.537	3.415	122	-
Pedra Preta	3.313	3.243	70	-
Poxoréu	16.384	7.710	8.642	32
São José do Povo	3.830	3.695	135	-
Rondonópolis	11.996	9.528	2.298	61
Sudeste Mato-grossense	115.378	43.016	71.921	197
Araputanga	6.834	6.684	150	-
Barra do Bugres	2.351	866	1.474	1
Comodoro	3.233	2.878	275	80
Jauru	7.801	7.474	327	-
Lambari d'Oeste	2.549	2.450	99	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	5.599	5.156	432	11
Nova Lacerda	2.321	2.193	114	14
Pontes e Lacerda	11.905	11.473	412	20
Reserva do Cabaçal	4.530	4.373	92	65
Rio Branco	3.107	3.025	75	7
Salto do Céu	4.101	3.987	114	-
Vale de São Domingos	6.548	6.407	132	9
Sudoeste Mato-grossense	60.879	56.966	3.696	207
TOTAL All	185.676	107.830	77.030	562

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

No conjunto dos municípios rondonienses em estudo, observou-se a criação de diversos tipos de rebanho no ano de 2007. Mereceu destaque, pelo percentual representado em relação ao rebanho estadual, o rebanho de galinhas, que, em 2007, correspondia a 51,03% desse tipo de rebanho no Estado de Mato Grosso, e o rebanho de frangos, correspondente a 44,67% do rebanho de todo o estado. Além disso, o rebanho de frangos também representava o maior rebanho da área em estudo (53,98% do total), sendo que o município de Campo Verde era o maior criador, com 8.889.816 cabeças de frangos em 2007. Quanto ao rebanho bovino, o segundo rebanho mais significativo da área em estudo (28,10%), destacou-se o município de Vila Bela da

Santíssima Trindade como maior produtor, com 839.469 cabeças, que correspondiam a 16,13% do total.

Quadro 3.6.5.9-22 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho All /Mato Grosso – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho - Ano 2007										
	Total	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
Mato Grosso	55.808.988	25.683.031	310.174	18.120	3.915	79.926	1.392.424	41.245	429.176	22.378.109	5.472.868
Acorizal	76.688	40.154	1.119	-	12	123	3.320	321	2.613	5.457	23.569
Alto Paraguai	81.482	58.916	812	-	9	79	1.835	41	926	8.505	10.359
Cuiabá	220.310	109.783	7.838	196	100	2.285	9.887	788	13.818	33.180	42.435
Jangada	80.367	49.777	1.393	425	28	332	3.656	220	1.910	5.560	17.066
Rosário Oeste	294.531	203.321	2.740	248	26	353	10.985	257	3.993	43.843	28.765
Santo Antônio do Leverger	548.205	409.452	9.142	322	109	1.670	14.526	1.204	13.703	67.565	30.512
Centro-Sul Mato- grossense	1.301.583	871.403	23.044	1.191	284	4.842	44.209	2.831	36.963	164.110	152.706
Alto Araguaia	203.818	158.284	2.191	25	7	393	8.447	50	3.227	11.700	19.494
Alto Garças	75.992	58.210	953	13	5	264	2.798	153	1.653	4.598	7.345
Campo Verde	10.763.110	73.299	1.712	8	32	311	63.157	93	3.477	8.889.816	1.731.205
Guiratinga	178.687	134.311	3.312	86	11	712	4.678	78	2.602	11.432	21.465
Jaciara	472.222	67.701	1.051	35	5	165	2.115	71	1.151	348.886	51.042
Juscimeira	172.514	142.449	3.092	9	5	464	1.818	126	781	10.696	13.074
Pedra Preta	318.311	252.519	4.012	1.486	68	1.285	25.202	224	4.128	11.117	18.270
Poxoréu	799.000	284.249	6.970	435	31	1.456	23.293	350	6.609	81.624	393.983
São José do Povo	93.674	58.091	1.423	32	8	137	2.647	21	1.275	11.537	18.503
Rondonópolis	514.175	288.209	6.248	1.726	65	553	65.757	464	4.862	39.912	106.379
Sudeste Mato- grossense	13.591.503	1.517.322	30.964	3.855	237	5.740	199.912	1.630	29.765	9.421.318	2.380.760
Araputanga	228.821	190.415	2.491	159	27	649	5.203	206	3.628	10.658	15.385
Barra do Bugres	319.643	220.845	2.043	789	13	633	3.665	324	6.511	21.205	63.615
Comodoro	336.272	280.809	2.940	3	14	1.203	4.364	785	2.552	17.360	26.242
Jauru	233.355	178.414	2.760	-	73	394	5.236	245	3.201	26.912	16.120
Lambari d'Oeste	139.683	121.704	1.822	15	9	247	1.414	102	1.544	6.801	6.025
Vila Bela da Santíssima Trindade	947.093	839.469	6.095	166	112	2.147	8.933	993	13.632	34.298	41.248
Nova Lacerda	188.366	157.096	2.015	130	46	391	3.240	127	2.502	9.901	12.918
Pontes e Lacerda	641.091	553.688	6.943	318	93	1.597	8.522	449	8.214	21.287	39.980
Reserva do Cabaçal	283.448	29.074	666	3	4	148	1.593	36	939	239.996	10.989
Rio Branco	63.464	47.608	866	88	4	148	1.170	12	1.046	5.420	7.102
Salto do Céu	141.650	119.250	2.111	406	11	403	2.559	90	1.178	5.742	9.900
Vale de São Domingos	103.257	77.204	1.047	42	2	143	1.850	197	1.973	11.112	9.687
Sudoeste Mato- grossense	3.626.143	2.815.576	31.799	2.119	408	8.103	47.749	3.566	46.920	410.692	259.211
TOTAL All	18.519.229	5.204.301	85.807	7.165	929	18.685	291.870	8.027	113.648	9.996.120	2.792.677

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

Nos municípios em estudo no Estado de Mato Grosso, a extração vegetal consistia na produção de carvão, lenha e madeira em tora, que, em 2007, gerou R\$ 16.960.000, representando apenas 6,43% da produção da extração vegetal no estado. A lenha era o principal produto, sendo responsável por 56,74% do valor da produção da extração vegetal da AII do Estado de Mato Grosso. Os principais produtores da extração vegetal na área em estudo eram os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro.

Quadro 3.6.5.9-23 – Valor da produção da extração vegetal AII /Mato Grosso – 2007

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da AII (Mil reais) – 2007			
	Total	Carvão	Lenha	Madeira em tora
Mato Grosso	263.821	14.411	37.767	211.643
Acorizal	304	19	285	-
Alto Paraguai	36	4	32	-
Cuiabá	297	-	297	-
Jangada	256	-	256	-
Rosário Oeste	306	-	298	8
Santo Antônio do Leverger	269	-	269	-
Centro-Sul Mato-grossense	1.468	23	1.437	8
Alto Araguaia	265	-	250	15
Alto Garças	279	-	266	13
Campo Verde	630	-	630	-
Guiratinga	1.242	-	1.218	24
Jaciara	414	-	414	-
Juscimeira	1.076	-	1.062	14
Pedra Preta	632	-	590	42
Poxoréu	504	24	468	12
São José do Povo	151	-	45	106
Rondonópolis	597	-	577	20
Sudeste Mato-grossense	5.790	24	5.520	246
Araputanga	424	-	203	221
Barra do Bugres	1.328	929	375	24
Comodoro	2.038	180	558	1.300
Jauru	352	-	136	216
Lambari d'Oeste	324	-	127	197
Vila Bela da Santíssima Trindade	2.221	298	306	1.617
Nova Lacerda	864	94	133	637
Pontes e Lacerda	1.613	103	619	891
Reserva do Cabaçal	109	-	57	52
Rio Branco	100	11	41	48
Salto do Céu	206	-	53	153
Vale de São Domingos	123	-	58	65
Sudoeste Mato-grossense	9.702	1.615	2.666	5.421
TOTAL AII	16.960	1.662	9.623	5.675

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE

- **Setor Secundário**

No ano de 2006, na AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, havia 2.743 unidades empresariais do setor industrial, empregando 23.229 pessoas, 86,95% das quais trabalhavam no município de Cuiabá. De todo o pessoal ocupado no Setor Secundário no conjunto de municípios em estudo na AII Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, 53,56% trabalhavam em indústrias de transformação; 41,71%, trabalhava na construção; 3,28%, na produção e distribuição de eletricidade, gás e água nas indústrias; 1,45%, nas indústrias extrativistas. Nas indústrias de transformação, quanto à geração de postos de trabalho, predominavam a fabricação de produtos alimentícios e bebidas e a confecção de artigos do vestuário e acessórios.

Quadro 3.6.5.9-24 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Secundário All /Mato Grosso – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																							
	Mato Grosso		All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger									
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO						
Indústrias extrativas	413		2.017	90		338	1		X	2		X	74		261	1		-	8		60	4		17
Extração de carvão mineral	9		30	1		0	-		-	-		-	1		-	-		-	-		-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-		-	0		0	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-	-	-
Extração de minerais metálicos	124		634	39		98	-		-	1		X	38		98	-		-	-		-	-	-	-
Extração de minerais não metálicos	280		1.353	50		240	1		X	1		X	35		163	1		-	8		60	4		17
Indústrias de transformação	10.045		93.173	1.680		12.442	4		17	7		21	1.616		12.067	5		178	22		66	26		93
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.960		41.701	358		3.612	1		X	4		6	332		3.551	3		15	8		7	10		33
Fabricação de produtos do fumo	8		41	2		0	-		-	-		-	2		X	-		-	-		-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	210		1.591	41		444	-		-	-		-	39		444	-		-	2		X	-	-	-
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	668		1.740	230		700	1		X	-		-	228		700	-		-	1		-	-	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	128		1.899	26		334	-		-	-		-	25		334	1		X	-		-	-	-	-
Fabricação de produtos de madeira	2.973		20.580	67		437	-		-	-		-	64		409	-		-	3		28	-	-	-
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	41		148	24		105	-		-	-		-	24		105	-		-	-		-	-	-	-
Edição, impressão e reprodução de gravações	629		2.457	221		1.151	-		-	-		-	216		1.137	-		-	-		-	5		14
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	24		2.922	4		14	-		-	-		-	4		14	-		-	-		-	-	-	-
Fabricação de produtos químicos	295		2.769	66		281	-		-	-		-	65		281	1		X	-		-	-	-	-
Fabricação de artigos de borracha e plástico	187		2.245	50		944	-		-	-		-	50		944	-		-	-		-	-	-	-
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	610		4.832	87		982	1		X	2		X	75		915	-		-	6		27	3		40
Metalurgia básica	84		1.433	17		537	-		-	-		-	17		537	-		-	-		-	-	-	-
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	761		2.902	141		836	-		-	-		-	138		833	-		-	-		-	3		3
Fabricação de máquinas e equipamentos	289		1.152	72		242	1		-	-		-	70		242	-		-	-		-	1		X

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado															
	Mato Grosso		AlI Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	7	31	6	30	-	-	-	-	5	30	-	-	-	-	1	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106	523	28	247	-	-	-	-	28	247	-	-	-	-	-	-
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	24	140	6	122	-	-	-	-	6	122	-	-	-	-	-	-
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	22	67	15	52	-	-	-	-	15	52	-	-	-	-	-	-
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	119	713	25	206	-	-	-	-	25	206	-	-	-	-	-	-
Fabricação de outros equipamentos de transporte	28	57	6	6	-	-	-	-	4	6	-	-	-	-	2	-
Fabricação de móveis e indústrias diversas	820	3.008	177	880	-	-	1	-	173	880	-	-	2	X	1	X
Reciclagem	52	222	11	43	-	-	-	-	11	43	-	-	-	-	-	-
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	174	1.721	71	761	-	-	1	-	67	761	1	X	-	-	2	X
Eletricidade, gás e água quente	133	1.035	64	627	-	-	1	-	61	627	-	-	-	-	2	X
Captação, tratamento e distribuição de água	41	686	7	134	-	-	-	-	6	134	1	X	-	-	-	-
Construção	2.290	17.963	902	9.688	-	-	1	-	881	9.608	-	-	2	X	18	80

N UL - N de unidades locais / PO - Pessoal ocupado

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Em 2006, na AII Mesorregional Sudeste Mato-grossense, havia 1.163 unidades empresariais do setor industrial, empregando 12.450 pessoas. A atividade industrial que mais gerava empregos era a relacionada com as indústrias de transformação (83,69% do pessoal ocupado), principalmente devido à fabricação de produtos alimentícios e bebidas. As atividades relacionadas à construção correspondiam a 14,30% do pessoal ocupado e às indústrias extrativistas, 1,12%.

Quadro 3.6.5.9-25 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Secundário All /Mato Grosso – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																							
	Mato Grosso		All Mesorregional Sudeste Mato-grossense		Alto Araguaia		Alto Garças		Campo Verde		Guiratinga		Jacara		Juscimeira		Pedra Preta		Poxoró		São José do Povo		Rondonópolis	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Indústrias extrativas	413	2.017	39	139	3	3	5	7	-	-	3	22	4	7	1	X	3	6	10	31	-	-	10	63
Extração de carvão mineral	9	30	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de minerais metálicos	124	634	3	-	-	-	1	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-
Extração de minerais não metálicos	280	1.353	34	110	3	3	4	7	-	-	2	X	3	6	1	X	1	X	10	31	-	-	10	63
Indústrias de transformação	10.045	93.173	873	10.420	34	473	9	129	98	818	29	50	74	2.712	8	341	31	719	23	50	2	X	565	5.128
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.960	41.701	243	6.469	16	378	6	126	19	430	15	22	28	2.497	4	332	8	640	8	14	1	X	138	2.030
Fabricação de produtos do fumo	8	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	210	1.591	48	682	-	-	1	X	17	110	-	-	3	12	-	-	4	2	-	-	-	-	23	558
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	668	1.740	75	227	2	X	-	-	4	14	1	X	8	27	1	X	3	4	2	X	-	-	54	182
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	128	1.899	14	34	-	-	-	-	1	X	-	-	3	3	-	-	1	-	2	X	-	-	7	31
Fabricação de produtos de madeira	2.973	20.580	31	102	4	3	-	-	1	X	1	X	4	44	-	-	1	X	1	X	-	-	19	55
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	41	148	4	0	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X
Edição, impressão e reprodução de gravações	629	2.457	56	250	2	X	1	-	4	14	1	X	7	19	-	-	5	3	-	-	-	-	36	214
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	24	2.922	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X
Fabricação de produtos químicos	295	2.769	55	431	3	71	-	-	4	3	-	-	4	1	-	-	1	-	3	7	-	-	40	349
Fabricação de artigos de borracha e plástico	187	2.245	27	510	-	-	-	-	2	X	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	23	510
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	610	4.832	67	496	1	X	-	-	7	39	7	18	5	42	-	-	2	X	2	X	-	-	43	397
Metalurgia básica	84	1.433	12	34	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	10	34
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	761	2.902	96	431	4	6	-	-	16	93	-	-	5	14	1	X	1	X	3	2	-	-	66	316
Fabricação de máquinas e equipamentos	289	1.152	44	150	1	X	-	-	5	3	-	-	1	X	-	-	2	X	1	X	-	-	34	147
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	7	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106	523	13	85	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	11	85
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	24	140	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	22	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	119	713	18	100	-	-	-	-	2	X	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	100
Fabricação de outros equipamentos de transporte	28	57	5	2	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2
Fabricação de móveis e indústrias diversas	820	3.008	54	104	1	X	1	-	9	10	3	3	2	X	2	X	1	X	1	X	1	X	33	91
Reciclagem	52	222	6	1	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	3	1
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	174	1.721	19	111	2	-	1	X	2	X	1	X	4	6	-	-	1	X	1	-	-	-	7	105
Eletricidade, gás e água quente	133	1.035	16	80	2	-	1	X	1	-	1	X	4	6	-	-	-	-	1	-	-	-	6	74
Captação, tratamento e distribuição de água	41	686	3	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	X
Construção	2.290	17.963	232	1.780	16	30	3	4	14	46	11	12	13	50	4	347	16	19	4	10	4	6	147	1.256

N UL - N de unidades locais / PO - Pessoal ocupado
Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

No conjunto de 12 municípios mato-grossenses em estudo na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, no ano de 2006, havia 525 unidades empresariais do Setor Secundário, empregando 5.810 pessoas. A atividade industrial que gerou mais empregos foi a fabricação de produtos alimentícios e bebidas (47,61% do pessoal ocupado), sendo que toda a indústria de transformação correspondia a 92,98% de todo o pessoal ocupado no Setor Secundário da All. Já, no setor de construção, havia 5,30% do pessoal ocupado e, nas indústrias extrativistas, apenas 1,67%. Os municípios que mais se destacaram foram Pontes e Lacerda e Araputanga, com 32,68% e 32,07% do pessoal ocupado da All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, respectivamente.

Quadro 3.6.5.9-26 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Secundário All /Mato Grosso – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																											
	Mato Grosso		All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense		Araputanga		Barra do Bugres		Comodoro		Jauru		Lambari d'Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade		Nova Lacerda		Pontes e Lacerda		Reserva do Cabaçal		Rio Branco		Salto do Céu		Vale de São Domingos	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Indústrias extrativas	413	2.017	26	97	1	-	6	48	4	3	-	-	-	-	1	X	4	1	8	45	-	-	2	X	-	-	-	-
Extração de carvão mineral	9	30	3	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Extração de minerais metálicos	124	634	5	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	X	-	-	-	-
Extração de minerais não metálicos	280	1.353	18	92	1	-	5	46	3	2	-	-	-	-	1	X	3	1	5	43	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias de transformação	10.045	93.173	414	5.402	42	1.793	61	848	108	259	24	64	3	589	29	91	10	51	118	1.635	4	32	11	33	3	7	1	X
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.960	41.701	109	2.766	17	1.614	20	101	13	21	12	30	-	-	8	29	-	-	29	933	3	32	4	6	2	X	1	X
Fabricação de produtos do fumo	8	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	210	1.591	4	-	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	668	1.740	28	59	2	X	5	6	4	7	2	X	-	-	1	X	1	-	13	46	-	-	-	-	-	-	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	128	1.899	4	-	1	X	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos de madeira	2.973	20.580	127	357	2	X	10	74	56	174	5	6	1	X	18	60	4	7	29	36	-	-	2	X	-	-	-	-
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	41	148	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Edição, impressão e reprodução de gravações	629	2.457	29	43	3	3	4	7	9	15	2	X	-	-	-	-	-	-	10	18	1	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	24	2.922	3	-	-	-	1	X	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos químicos	295	2.769	12	9	-	-	2	X	8	9	-	-	-	-	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de artigos de borracha e plástico	187	2.245	5	37	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	3	37	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	610	4.832	23	116	1	X	6	51	2	X	1	X	-	-	-	-	1	-	11	65	-	-	1	X	-	-	-	-
Metalurgia básica	84	1.433	4	464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	3	464	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	761	2.902	23	47	6	22	5	10	5	9	-	-	-	-	-	-	1	X	4	6	-	-	2	X	-	-	-	-
Fabricação de máquinas e equipamentos	289	1.152	6	3	3	3	-	-	-	-	1	X	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	7	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106	523	1	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	24	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	22	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	119	713	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de outros equipamentos de transporte	28	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de móveis e indústrias diversas	820	3.008	32	79	6	15	5	35	8	12	1	X	-	-	1	-	-	-	8	17	-	-	2	X	1	X	-	-
Reciclagem	52	222	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	174	1.721	11	3	2	X	2	-	3	3	2	X	-	-	-	-	1	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletricidade, gás e água quente	133	1.035	10	3	2	X	2	-	3	3	2	X	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água	41	686	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção	2.290	17.963	74	308	5	33	15	24	14	33	4	4	2	X	3	4	2	X	24	204	-	-	4	6	1	X	-	-

N UL - Nº de unidades locais / PO - Pessoal ocupado

- **Setor Terciário**

No ano de 2006, na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, havia 21.933 unidades empresariais do Setor Terciário, que empregavam 188.271 pessoas, 98% das quais trabalhavam no município de Cuiabá. A maior parte dos trabalhadores do Setor Terciário desta All Mesorregional exercia atividades relacionadas à administração pública, defesa e seguridade social (40,34%). Em seguida, o contingente mais expressivo era o de trabalhadores empregados no setor de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (23,52%), seguidos dos empregados de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (12,22%).

Quadro 3.6.5.9-27 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Terciário – Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Mato Grosso		All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense		Acorizal		Alto Paraguai		Cuiabá		Jangada		Rosário Oeste		Santo Antônio do Leverger	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
	Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	51.330	159.283	11.704	44.274	14	21	76	81	11.282	43.466	54	132	152	282	126
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	8.405	32.279	1.600	7.344	3	4	6	10	1.548	7.178	13	38	9	20	21	94
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	5.737	23.547	1.650	7.630	2	X	5	2	1.600	7.536	1	X	2	X	40	92
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	37.188	103.457	8.454	29.286	9	12	65	69	8.134	28.752	40	86	141	261	65	106
Alojamento e alimentação	5.373	16.556	1.344	6.200	2	X	2	X	1.290	6.050	18	59	15	29	17	62
Transporte, armazenagem e comunicações	4.941	25.567	1.219	9.314	1	X	3	2	1.179	9.224	11	19	10	21	15	48
Transporte terrestre	3.353	18.983	782	6.614	-	-	2	-	751	6.540	10	16	8	15	11	43
Transporte aquaviário	26	175	2	0	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	46	238	10	25	-	-	-	-	10	25	-	-	-	-	-	-
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1.028	3.248	262	1.029	-	-	-	-	258	1.026	-	-	1	X	3	3
Correio e telecomunicações	488	2.923	163	1.631	1	X	1	X	158	1.631	1	X	1	X	1	X
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1.292	8.339	605	4.327	1	X	1	X	593	4.301	1	X	4	17	5	9
Intermediação financeira	690	6.375	264	3.030	1	X	1	X	258	3.030	1	X	2	X	1	X
Seguros e previdência complementar	75	693	54	494	-	-	-	-	54	494	-	-	-	-	-	-
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	527	1.271	287	782	-	-	-	-	281	777	-	-	2	X	4	5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7.772	35.750	3.643	23.012	-	-	-	-	3.574	21.777	6	5	10	20	53	1.210
Atividades imobiliárias	1.177	4.599	702	3.256	-	-	-	-	699	3.250	-	-	-	-	3	6
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	497	1.475	181	702	-	-	-	-	180	702	-	-	-	-	1	-
Atividades de informática e serviços relacionados	746	4.856	413	3.400	-	-	-	-	407	3.396	1	X	2	X	3	4
Pesquisa e desenvolvimento	17	36	6	23	-	-	-	-	6	23	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados principalmente às empresas	5.335	24.784	2.341	15.629	-	-	-	-	2.282	14.406	5	4	8	19	46	1.200
Administração pública, defesa e seguridade social	513	133.041	98	75.958	1	X	2	X	84	75.315	2	X	4	316	5	327
Educação	1.752	17.601	510	8.891	1	X	-	-	492	8.756	4	2	9	7	4	126
Saúde e serviços sociais	1.937	12.801	718	6.588	-	-	1	-	708	6.541	-	-	5	44	4	3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8.489	22.536	2.092	9.707	6	1	21	26	1.986	9.600	12	11	31	26	36	43
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	137	852	35	375	-	-	1	X	34	375	-	-	-	-	-	-
Atividades associativas	5.547	15.070	1.050	6.417	6	1	17	21	971	6.359	8	5	25	11	23	20
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1.282	3.695	374	1.402	-	-	1	X	360	1.376	3	5	3	4	7	17
Serviços pessoais	1.523	2.919	633	1.507	-	-	2	X	621	1.490	1	X	3	11	6	6

N UL - Nº de unidades locais / PO - Pessoal ocupado
Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Na AII Mesorregional Sudeste Mato-grossense, em 2006, o Setor Terciário empregava 42.479 pessoas, em 9.631 unidades empresariais, 70,36% das quais se situavam no município de Rondonópolis. Do total de empregos existentes no setor de comércio e serviços, 46,76% eram em atividades de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. Os demais empregados do Setor Terciário dividiam-se, principalmente, em atividades de administração pública, defesa e seguridade social (15,89%); atividades de transporte, armazenagem e comunicações (6,89%) e outros serviços coletivos, sociais e pessoais (6,37%).

Quadro 3.6.5.9-28 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Terciário – All Mesorregional Sudeste Mato-grossense – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Mato Grosso		All Mesorregional Sudeste Mato-grossense		Alto Araguaia		Alto Garças		Campo Verde		Guiratinga		Jaciará		Juscimeira		Pedra Preta		Poxoréu		São José do Povo		Rondonópolis	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
	Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	51.330	159.283	6.174	19.863	285	667	137	230	609	1.656	401	528	498	1.520	128	424	238	511	257	307	26	31	3.595
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	8.405	32.279	942	4.098	44	128	16	55	94	292	38	70	76	275	11	43	28	86	23	19	5	7	607	3.123
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	5.737	23.547	574	2.677	18	59	11	10	83	297	10	8	33	95	2	X	19	25	13	23	-	-	385	2.160
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	37.188	103.457	4.658	13.085	223	480	110	165	432	1.067	353	450	389	1.150	115	378	191	400	221	265	21	24	2.603	8.706
Alojamento e alimentação	5.373	16.556	486	1.996	21	50	13	29	49	138	21	24	59	247	20	51	23	80	24	34	-	-	256	1.343
Transporte, armazenagem e comunicações	4.941	25.567	796	5.172	38	36	17	46	71	329	12	11	128	779	30	51	28	143	17	30	2	X	453	3.747
Transporte terrestre	3.353	18.983	647	4.687	31	26	10	23	55	262	2	X	111	692	28	47	18	129	13	22	2	X	377	3.486
Transporte aquaviário	26	175	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Transporte aéreo	46	238	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1.028	3.248	110	280	5	5	5	18	14	53	8	5	13	61	1	X	7	6	3	5	-	-	54	127
Correio e telecomunicações	488	2.923	38	168	2	X	2	X	2	X	2	X	4	26	1	X	3	8	1	X	-	-	21	134
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1.292	8.339	140	662	5	19	4	14	8	68	4	26	9	45	6	39	2	X	1	X	-	-	101	451
Intermediação financeira	690	6.375	92	519	5	19	2	X	5	64	3	24	4	37	6	39	2	X	1	X	-	-	64	336
Seguros e previdência complementar	75	693	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	527	1.271	47	95	-	-	2	X	3	4	1	X	5	8	-	-	-	-	-	-	-	-	36	83
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7.772	35.750	727	2.671	24	31	10	13	63	159	28	36	70	168	13	22	14	33	14	29	2	X	489	2.180
Atividades imobiliárias	1.177	4.599	110	353	1	X	-	-	9	10	3	2	4	14	-	-	2	-	-	-	-	-	91	327
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	497	1.475	56	160	3	4	2	-	-	-	3	2	9	14	-	-	1	X	-	-	-	-	38	140
Atividades de informática e serviços relacionados	746	4.856	64	217	1	X	-	-	6	27	-	-	3	5	2	X	1	X	2	X	-	-	49	185
Pesquisa e desenvolvimento	17	36	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2
Serviços prestados principalmente às empresas	5.335	24.784	493	1.925	19	24	8	13	48	122	22	32	54	135	11	19	10	29	12	25	2	X	307	1.526
Administração pública, defesa e seguridade social	513	133.041	51	6.752	4	362	4	295	5	507	2	X	5	440	3	256	13	476	5	618	2	X	8	3.798
Educação	1.752	17.601	204	1.270	16	35	6	-	9	54	15	8	20	103	5	6	11	9	13	7	-	-	109	1.048
Saúde e serviços sociais	1.937	12.801	166	1.388	6	26	1	-	12	33	6	29	20	69	1	X	6	5	4	57	-	-	110	1.169
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8.489	22.536	887	2.705	41	246	21	11	64	193	76	75	78	206	22	15	34	37	66	117	5	1	480	1.804
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	137	852	12	166	2	X	-	-	4	2	-	-	1	X	-	-	2	X	-	-	-	-	3	164
Atividades associativas	5.547	15.070	499	1.577	26	201	17	5	36	123	57	55	49	132	16	4	17	22	55	100	5	1	221	934
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1.282	3.695	143	561	7	34	3	5	13	41	9	9	15	30	3	5	5	7	5	10	-	-	83	420
Serviços pessoais	1.523	2.919	233	386	6	9	1	X	11	27	10	11	13	34	3	6	10	6	6	7	-	-	173	286

N UL - Nº de unidades locais / PO - Pessoal ocupado
Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

No ano de 2006, na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, havia 3.234 unidades empresariais do Setor Terciário, que empregavam 10.642 pessoas, 33,49% das quais trabalhavam no município de Pontes e Lacerda. A maior parte dos trabalhadores do Setor Terciário desta All Mesorregional exercia atividades relacionadas ao comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (55,42%). Em seguida, o contingente mais expressivo era o de trabalhadores empregados no setor de administração pública, defesa e seguridade social (22,47%), seguidos dos empregados em outros serviços coletivos, sociais e pessoais (4,96%).

Quadro 3.6.5.9-29 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Terciário – Mesorregional Sudoeste Mato-grossense – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Mato Grosso		All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense		Araputanga		Barra do Bugres		Comodoro		Jauru		Lambari d'Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade		Nova Lacerda		Pontes e Lacerda		Reserva do Cabaçal		Rio Branco		Salto do Céu		Vale de São Domingos																
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO													
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	51.330		159.283	2.114		5.898	269		687	293		935	317		806	161		305	43		73	90		211	52		94	720		2.383	19		24	102		179	37		50	11		151	
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	8.405		32.279	355		1.161	29		100	45		112	68		191	21		46	6		8	13		32	10		18	141		622	1		X	16		25	5		7	-		-	
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	5.737		23.547	118		353	7		52	24		56	28		34	1		X	1		X	1		X	3		3	48		203	-		-	5		5	-		-	-		-	
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	37.188		103.457	1.641		4.374	233		535	224		767	221		581	139		255	36		63	76		177	39		73	531		1.558	18		22	81		149	32		43	11		151	
Alojamento e alimentação	5.373		16.556	177		423	24		61	20		36	36		86	11		15	7		8	10		13	4		10	54		181	4		6	6		7	1		X	-		-	
Transporte, armazenagem e comunicações	4.941		25.567	168		345	20		50	19		44	33		65	8		10	9		13	8		7	6		5	52		125	2		X	5		15	6		11	-		-	
Transporte terrestre	3.353		18.983	127		260	17		43	14		33	23		52	6		6	9		13	5		2	5		5	41		97	-		-	2		X	5		9	-		-	
Transporte aquaviário	26		175	1		-	-		-	-		-	1		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Transporte aéreo	46		238	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	1.028		3.248	16		17	-		-	2		-	5		6	-		-	-		-	-		-	1		-	6		11	1		X	1		X	-		-	-	-	-	
Correio e telecomunicações	488		2.923	24		47	3		7	3		11	4		7	2		X	-		-	3		5	-		5		17	1		X	2		X	1		X	-		-	-	
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1.292		8.339	39		176	7		45	9		40	6		42	2		X	1		X	2		X	1		X	8		49	1		X	1		X	1		X	-		-	-
Intermediação financeira	690		6.375	33		165	7		45	6		34	6		42	2		X	1		X	2		X	1		X	5		44	1		X	1		X	1		X	-		-	-
Seguros e previdência complementar	75		693	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	527		1.271	6		11	-		-	3		6	-		-	-		-	-		-	-		-	-		3		5	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7.772		35.750	165		447	18		28	34		154	27		102	12		15	2		X	5		21	2		X	61		122	-		-	3		5	-		-	1		-	-
Atividades imobiliárias	1.177		4.599	7		3	-		-	1		X	3		3	-		-	-		-	-		1		X	-		2		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	497		1.475	10		28	-		-	3		5	3		16	-		-	-		-	-		-	-		4		7	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Mato Grosso		All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense		Araputanga		Barra do Bugres		Comodoro		Jauru		Lambari d'Oeste		Vila Bela da Santíssima Trindade		Nova Lacerda		Pontes e Lacerda		Reserva do Cabaçal		Rio Branco		Salto do Céu		Vale de São Domingos	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
	Atividades de informática e serviços relacionados	746	4.856	8	26	1	X	-	-	2	X	1	X	-	-	-	-	-	-	4	26	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	17	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados principalmente às empresas	5.335	24.784	140	342	17	27	30	148	19	49	11	14	2	X	4	10	2	X	51	89	-	-	3	5	-	-	1	-
Administração pública, defesa e seguridade social	513	133.041	32	2.391	5	263	4	972	2	X	4	278	2	X	1	X	2	X	5	878	2	X	2	X	2	X	1	X
Educação	1.752	17.601	74	201	11	85	14	28	7	15	7	9	1	X	2	-	2	X	25	58	-	-	4	6	1	X	-	-
Saúde e serviços sociais	1.937	12.801	78	233	12	39	17	34	12	12	6	19	-	-	-	-	4	6	21	119	-	-	3	4	2	X	1	X
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8.489	22.536	387	528	43	69	74	122	75	78	39	40	1	X	17	29	14	1	88	154	5	2	22	24	8	9	1	X
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	137	852	10	11	-	-	8	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividades associativas	5.547	15.070	290	312	32	46	49	80	58	60	33	31	1	X	13	22	12	1	63	46	4	1	17	18	7	7	1	X
Atividades recreativas, culturais e desportivas	1.282	3.695	49	109	6	16	12	22	9	9	4	8	-	-	3	6	-	-	13	48	-	-	2	X	-	-	-	-
Serviços pessoais	1.523	2.919	38	85	5	7	5	9	8	9	2	X	-	-	1	X	2	-	10	58	1	X	3	2	1	X	-	-

N UL - Nº de unidades locais / PO - Pessoal ocupado
Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

(3) Goiás

No ano de 2006, o conjunto dos seis municípios que compõem a All Mesorregional Sul Goiano gerou Produto Interno Bruto (PIB) no valor de R\$ 1.069.355,91, representando 3,6% do PIB do Estado de Goiás no mesmo ano. Mais da metade desse valor (64%) foi gerada no município de Jataí, enquanto o município de Mineiros respondeu, em 2006, por 26% do PIB gerado nesta All Mesorregional.

No Estado de Goiás, o Setor Terciário é preponderante na formação do PIB (63,2%). O Setor Primário responde apenas por 10,3%, ficando o setor industrial com 26,5%. Na área em estudo no Estado de Goiás, todavia, o Setor Primário desempenha papel significativo, tendo respondido por 17,6% do PIB em 2006. A participação do setor agropecuário na formação dos PIBs municipais, no ano de 2006, variou de 13%, em Jataí, a 52,7%, em Serranópolis. O setor industrial, que representou 21,1% do PIB gerado na All Mesorregional Sul Goiano em 2006, é bastante mais expressivo nos municípios de Jataí e Mineiros, onde correspondeu a 24,2% e 18,6% dos respectivos PIBs municipais. O setor de serviços, que correspondeu a 51,9% do PIB gerado nesta All mesorregional, no ano de 2006, foi preponderante na formação dos PIBs de todos os municípios goianos em estudo, exceto Serranópolis.

Quadro 3.6.5.9-30 - Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de atividade – All/Goiás (2006)

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Caçu	47.316,08	14.938,05	31,57	4.040,30	8,54	25.425,81	53,74	2.911,92	6,15
Jataí	684.009,30	88.681,72	12,96	165.690,97	24,22	363.156,05	53,09	66.480,55	9,72
Mineiros	272.907,21	54.664,20	20,03	50.648,59	18,56	145.092,76	53,17	22.501,66	8,25
Santa Rita do Araguaia	20.109,81	5.606,69	27,88	1.372,34	6,82	11.817,09	58,76	1.313,69	6,53
Serranópolis	45.013,51	23.731,03	52,72	2.703,07	6,01	16.648,39	36,99	1.931,02	4,29
All Mesorregional Sul Goiana	1.069.355,91	187.621,69	17,55	224.455,27	20,99	562.140,10	52,57	95.138,85	8,90
Goiás	29.887.271,63	3.067.253,66	10,26	7.931.432,88	26,54		63,20		

Fonte: IPEA, Ipeadata

- **Setor Primário**

Os municípios goianos em estudo integram a Mesorregião Sul Goiano, que é a maior produtora de soja, cana-de-açúcar e sorgo do Estado de Goiás e a mais rica do Estado, levando em conta o Produto Interno Bruto (PIB). Na All Mesorregional Sul Goiano, as lavouras temporárias, entre as quais estão incluídos os produtos mencionados acima, são responsáveis pela maior parte do valor gerado no setor agropecuário R\$ 734.229.000,00 (11,9% da produção das lavouras temporárias no Estado de Goiás),

no ano de 2007, contra R\$ 3.142.000,00 gerados pelas lavouras permanentes, R\$ 84.290.000,00 gerados pela produção de origem animal e R\$ 8.925.000,00 produzidos pela extração vegetal.

Quanto ao valor da produção das lavouras temporárias, em 2007, o conjunto de municípios goianos em estudo foi responsável por 16,3% do valor de toda a soja produzida no Estado de Goiás, além de 19,7% do sorgo, 17,3% do milho, 27,8% do girassol e 9,6% do algodão produzidos em todo o estado. Dos R\$ 734.229.000,00 gerados pelas lavouras temporárias na All Mesorregional Sul Goiano, no ano de 2007, 61,2% foram provenientes da produção de soja, 27,8%, da produção de milho e 4,9%, do algodão, distribuindo-se o restante entre os demais produtos.

Os municípios de Jataí e Mineiros, nessa ordem, são os maiores produtores de soja e milho desta All Mesorregional, bem como de arroz, feijão, mandioca, sorgo e trigo. Mineiros responde, também, por 96,2% do valor da produção de algodão, enquanto Jataí é, ao mesmo tempo, o maior produtor de girassol, seguido por Serranópolis. O município de Serranópolis foi responsável por 97,8% do valor da produção de cana-de-açúcar na área goiana em estudo, além de terceiro maior produtor de soja, milho e arroz. Nos municípios de Caçu e Santa Rita do Araguaia, os principais produtos da lavoura temporária, com relação ao valor da produção, são a soja e o milho.

Quadro 3.6.5.9-31 – Valor da produção da lavoura temporária All/Goiás – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção (mil reais) 2007										
	Total	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)	Trigo (em grão)
Caçu	1.491	-	140	-	-	-	52	441	858	-	-
Jataí	431.406	1.378	2.220	133	4.024	2.898	1.688	138.138	266.640	13.997	290
Mineiros	250.674	35.005	1.004	55	1.918	154	266	55.517	151.229	5.418	108
Santa Rita do Araguaia	9.650	-	329	-	-	-	-	4.075	4.730	516	-
Serranópolis	41.008	-	528	8.232	-	576	-	5.800	25.872	-	-
All Mesorregional Sul Goiana	734.229	36.383	4.221	8.420	5.942	3.628	2.006	203.971	449.329	19.931	398
Goiás	6.177.923	378.081	101.038	824.499	298.308	13.035	88.129	1.179.474	2.752.269	100.573	23.384

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

Por outro lado, na All Mesorregional Sul Goiano, o valor da produção da lavoura permanente é pouco expressivo, tendo representado, em 2007, apenas 1,2% da produção do Estado de Goiás. O principal produto, quanto ao valor da produção, é a banana, proveniente, majoritariamente, do município de Jataí.

Quadro 3.6.5.9-32 - Valor da produção da lavoura permanente All/Goiás – 2007

Municípios, Mesorregião e Estado	Valor da produção das lavouras permanentes (mil Reais) 2007														
	TOTAL	Banana	Borracha (látex coagulado)	Cacau (em amêndoa)	Café (beneficiado)	Castanha de caju	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Limão	Mamão	Maracujá	Pimenta-do-reino	Tangerina	Urucum (semente)
Caçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jataí	2.712	2.653	-	-	-	-	-	-	59	-	-	-	-	-	-
Mineiros	130	-	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Rita do Araguaia	27	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serranópolis	273	273	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
All Mesorregional Sul Goiana	3.142	2.953	130						59						
Goiás	262.338	83.918	11.967	-	63.604	-	6.403	4.271	43.653	1.843	3.236	7.542	-	3.724	18

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

No Estado de Goiás, onde a pecuária já foi o carro-chefe da economia, no ano de 2007, o valor da produção de origem animal foi de R\$ 1.714.428, menos de um terço do valor gerado pelas lavouras temporárias. Na All Mesorregional Sul Goiana, a produção de origem animal representa fração ainda menor do valor da produção gerado pelo setor agropecuário. No ano de 2007, no conjunto de municípios goianos em estudo, a produção de origem animal alcançou o valor de R\$ 84.290.000,00, do qual 97,2% se devem à produção de leite e, o restante, à produção de ovos de galinha.

Os maiores produtores são os municípios de Jataí e Mineiros, seguidos pelo município de Caçu, cuja produção de origem animal alcança 16,6% do valor gerado por essas atividades na All Mesorregional Sul Goiana. Caçu é o único município goiano em estudo onde o valor da produção de origem animal supera o valor gerado pelas lavouras temporárias.

Quadro 3.6.5.9-33 – Valor da produção de origem animal na All/Goiás – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto				
	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Caçu	13.990	13.929	61	-	-
Jataí	30.348	28.325	2.023	-	-
Mineiros	29.694	29.535	159	-	-
Santa Rita do Araguaia	3.570	3.551	19	-	-
Serranópolis	6.688	6.600	88	-	-
All Mesorregional Sul Goiana	84.290	81.940	2350	-	-
Goiás	1.714.428	2.638.568	141.156	871	314.530

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

No conjunto de municípios goianos em estudo, são criados os rebanhos bovino, equino, bubalino, asinino, muar, suíno, caprino, ovino, além de galos, frangos, frangas, pintos e galinhas. O rebanho de galos, frangos, frangas e pintos da All Mesorregional Sul Goiano, no ano de 2007, era de 2.543.600 cabeças, representando 7,3% do rebanho deste tipo no Estado de Goiás, enquanto o rebanho ovino representava 6,9% do rebanho ovino goiano, o rebanho caprino, 6,6%, e o rebanho bovino, 5,4%. Os maiores rebanhos se concentram nos municípios de Jataí e Mineiros.

Quadro 3.6.5.9-34 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho na All/Goiás – 2007

Municípios, Mesorregião e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho Variável = Efetivo dos rebanhos (cabeças) Ano 2007											
	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas	Codornas	Coelhos
Caçu	200.000	2.100	120	10	90	1.785	-	1.180	17.000	9.500	-	-
Jataí	322.000	7.950	50	80	360	28.000	2.100	5.400	2.300.000	170.000	-	-
Mineiros	308.000	4.810	40	70	430	7.700	330	2.800	33.000	24.600	-	-
Santa Rita do Araguaia	52.000	1.310	-	25	145	1.650	70	480	10.600	3.400	-	-
Serranópolis	228.000	3.410	50	30	550	3.250	200	1.950	183.000	14.000	-	-
All Mesorregional Sul Goiana	1.110.000	19.580	260	215	1575	42.385	2700	11.810	2.543.600	221.500		
Goiás	20.471.490	445.715	31.162	6.287	43.822	1.537.430	40.780	172.221	34.812.210	9.507.580	95.880	-

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

De acordo com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o setor de siderurgia, que utiliza o carvão vegetal como matriz energética, experimentou, nos últimos 10 anos, um aumento de mais de 50% no consumo desse produto. Estima-se que a indústria siderúrgica mineira apresente um déficit de carvão vegetal oriundo da floresta plantada de 41,5% do total consumido. Boa parte é suprida pelo desmatamento de áreas nativas, localizadas principalmente nos Estados de Goiás, Tocantins e Bahia. Pesquisas apontam que 80% do carvão vegetal consumido no Brasil vêm das árvores do Cerrado (MARTINS, 2007 *apud* Ministério do Meio Ambiente 2009: 50).

Nos municípios em estudo no Estado de Goiás, a extração vegetal consiste na produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora, que, em 2007, gerou R\$ 8.925.000,00, representando 7,9% da produção da extração vegetal no estado. O carvão vegetal é o principal produto, em todos os municípios goianos em estudo, tendo sido responsável por 94,1% do valor da produção da extração vegetal da All Mesorregional Sul Goiano em 2007. Os principais produtores são os municípios de Mineiros e Serranópolis.

Quadro 3.6.5.9-35 – Valor da produção da extração vegetal na AII/Goiás – 2007

Municípios, Mesorregião e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da AII (Mil reais) – 2007			
	TOTAL	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
Jataí	942	638	280	24
Mineiros	5.034	4.880	124	30
Santa Rita do Araguaia	549	540	9	-
Serranópolis	1.249	1.220	27	2
AII Mesorregional Sul Goiana	9.348	8.803	489	56
Goias	112.446	92.443	15.356	3.982

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura – IBGE

(8) Setor Secundário

A expansão e a importância deste setor da economia na área em estudo no Estado de Goiás surgiram, principalmente, em decorrência da expansão e modernização do setor agropecuário na região. Expandiu-se o setor industrial voltado para a produção de equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes, inseticidas e insumos, assim como para a transformação e beneficiamento dos produtos. A Mesorregião Sul Goiano apresentou, em 2006, o maior PIB do estado em função, principalmente, do avanço de atividades do setor agroindustrial de soja, carnes (bovinos, suínos e aves) e do setor sucroalcooleiro. Entre os municípios goianos em estudo, o setor industrial responde por parcela significativa do PIB nos municípios de Jataí (24,2%) e Mineiros (18,6%).

No Estado de Goiás, no ano de 2006, as indústrias de transformação respondiam por 74,9% do pessoal ocupado no Setor Secundário da economia, enquanto as indústrias de construção empregavam 19% do pessoal ocupado neste setor. Na AII Mesorregional Sul Goiano, 56,2% do pessoal ocupado no setor industrial, no ano de 2006, trabalhava em indústrias de transformação cuja atividade é a fabricação de produtos alimentícios e bebidas. A maior parte do pessoal ocupado no Setor Secundário, nesta AII Mesorregional, trabalha nos municípios de Jataí (51%) e Mineiros (42,3%).

Localizada no sudoeste goiano, Jataí tornou-se um grande polo de atração de investimentos. Estão instaladas no município a Cosan (Centro-Oeste S/A Açúcar e Álcool), líder nacional no setor sucroalcooleiro, além de outros empreendimentos em curso, como a Usina de Açúcar e Álcool do Grupo Cabrera, a El Cana Goiás, a Usina Sinimbu, uma indústria de asfalto e uma montadora de equipamentos para usinas hidrelétricas. Está em construção no município um complexo industrial da Perdigão, com três indústrias, uma delas de laticínios, aproveitando a proximidade com a fábrica da mesma empresa situada no município de Rio Verde. De 2004 até 2007, o município registram um incremento na arrecadação de cerca de 42%.

No município de Mineiros, funciona o Distrito Agroindustrial de Mineiros (DAIM), onde se destacam destilarias, o frigorífico e entreposto de ovos Marfrig Frigorífico e Com. de Alimentos Ltda. e a Cooperativa Agropecuária do Vale do Araguaia, que produz laticínios.

Quadro 3.6.5.9-36 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Secundário na AII/Goiás – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Caçu - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Indústrias extrativas	2	X	9	57	5	19	-	-	-	-	16	76	731	5.543
Extração de carvão mineral	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	2	0	16	24
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	1	X
Extração de minerais metálicos	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	1	0	83	1.939
Extração de minerais não metálicos	1	X	8	55	4	17	-	-	-	-	13	72	631	3.576
Indústrias de transformação	24	57	214	2.181	123	1.902	1	X	13	325	375	4408	18331	183.071
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	6	39	67	1.174	43	1.547	-	-	5	10	121	2.731	4287	70.052
Fabricação de produtos do fumo	1	X	1	X	-	-	-	-	-	-	2	0	14	120
Fabricação de produtos têxteis	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	2	0	444	3.670
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1	-	40	505	15	32	-	-	1	X	57	537	5046	26.356
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	3	4	6	20	1	X	-	-	-	-	10	20	637	6.275
Fabricação de produtos de madeira	-	-	6	13	3	4	-	-	-	-	9	17	400	2.664
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	122	2.328
Edição, impressão e reprodução de gravações	4	8	19	62	10	37	-	-	-	-	33	99	1175	6.189
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	1	-	3	8	-	-	-	-	3	310	7	318	122	4.821
Fabricação de produtos químicos	-	-	6	22	3	18	-	-	-	-	9	40	590	14.966
Fabricação de artigos de borracha e plástico	-	-	2	X	1	X	-	-	-	-	3	0	356	5.133
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	2	X	14	127	13	117	1	X	1	X	31	244	1191	11.267

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Caçu - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Metalurgia básica	2	-	1	X	1	X	-	-	-	-	4	0	133	2.771
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	1	-	20	83	12	36	-	-	-	-	33	119	1165	8.857
Fabricação de máquinas e equipamentos	1	X	9	65	4	56	-	-	1	X	15	121	490	3.555
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	19	105
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	-	3	6	1	X	-	-	-	-	4	6	179	856
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	2	0	59	281
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	72	445
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	1	-	2	X	1	X	-	-	-	-	4	0	200	2.926
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	2	0	88	577
Fabricação de móveis e indústrias diversas	1	X	13	38	10	31	-	-	2	X	26	69	1424	7.756
Reciclagem	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	0	118	1.101
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1	X	1	X	4	70	2	X	1	X	9	70	346	7.480
Eletricidade, gás e água quente	1	X	1	X	2	X	2	X	1	X	7	0	334	3.673
Captação, tratamento e distribuição de água	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	2	0	12	3.807
Construção	2	X	33	242	12	66	-	-	-	-	47	308	3196	40.302

N UL - Nº de unidades locais / **PO** - Pessoal ocupado

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

(9) Setor Terciário

O setor de comércio e serviços é preponderante na formação do PIB de todos os municípios goianos em estudo, exceto Serranópolis. No ano de 2006, havia, na All Mesorregional Sul Goiano, 4.470 unidades empresariais do Setor Terciário, que empregavam 19.039 pessoas; 49,4% desses trabalhadores exerciam atividades classificadas como “comércio” ou “reparação de veículos automotores, objetos pessoais ou domésticos”, a maior parte deles, empregadas no comércio varejista. O segundo ramo de atividades, quanto ao pessoal ocupado, são as atividades de administração pública, defesa e seguridade social, que absorvem 24,6% da mão de obra do Setor Terciário. De todo o pessoal ocupado em atividades do setor de comércio e serviços na All Mesorregional Sul Goiano, em 2006, 59% trabalhavam no município de Jataí e 30%, no município de Mineiros.

Quadro 3.6.5.9-37 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Terciário na AII/Goiás – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Caçu - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		AII Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	301	563	1.621	5.540	1.036	2.865	113	232	71	208	3142	9408	94.506	289.209
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	34	88	231	1.365	147	539	13	49	7	26	432	2067	11.470	47.758
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	9	36	149	591	78	288	5	4	1	-	242	919	9.596	44.090
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	258	439	1.241	3.584	811	2.038	95	179	63	182	2468	6422	73.440	197.361
Alojamento e alimentação	11	21	119	494	75	214	14	22	6	20	225	771	7.775	35.563
Lojamento e alimentação	11	21	119	494	75	214	14	22	6	20	225	771	7.775	35.563
Transporte, armazenagem e comunicações	24	56	155	563	81	249	13	35	5	33	278	936	7.916	49.346
Transporte terrestre	22	51	104	320	56	124	11	30	1	X	194	525	5.733	37.021
Transporte aquaviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	14	43
Transporte aéreo	-	-	1	X	1	X	-	-	-	-	2	0	25	338
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	-	-	42	174	21	98	1	X	3	26	67	298	1.426	6.003
Correio e telecomunicações	2	X	8	62	3	16	1	X	1	X	15	78	718	5.941
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	11	14	45	204	37	107	3	6	4	4	100	335	3.804	14.505
Intermediação financeira	10	14	32	183	30	93	3	6	4	4	79	300	2.757	11.661
Seguros e previdência complementar	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4	0	454	1.199
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	1	-	9	21	7	14	-	-	-	-	17	35	593	1.645
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	13	23	186	514	109	245	9	12	5	7	322	801	17.465	96.316
Atividades imobiliárias	1	X	20	77	5	10	-	-	1	-	27	87	3.787	16.695
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	2	X	20	53	19	25	-	-	-	-	41	78	981	3.528

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado													
	Caçu - GO		Jataí - GO		Mineiros - GO		Santa Rita do Araguaia - GO		Serranópolis - GO		All Mesorregional Sul Goiana		Goiás	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Atividades de informática e serviços relacionados	-	-	18	66	12	60	-	-	-	-	30	126	1.575	6.561
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	1	0	47	769
Serviços prestados principalmente às empresas	10	18	127	316	73	150	9	12	4	7	223	503	11.075	68.763
Administração pública, defesa e seguridade social	4	366	11	2.660	4	1.274	2	X	4	374	25	4674	853	270.118
Educação	10	40	82	427	20	293	-	-	2	X	114	760	3.373	41.677
Saúde e serviços sociais	13	37	49	314	27	392	-	-	1	X	90	743	3.430	32.561
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	57	42	194	1.012	113	290	9	10	26	28	399	1382	12.595	44.353
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	1	X	2	X	2	X	1	X	1	X	7	0	170	6.143
Atividades associativas	46	17	109	729	68	140	6	4	19	3	248	893	7.405	21.015
Atividades recreativas, culturais e desportivas	5	18	48	182	18	72	1	X	5	11	77	283	2.372	10.435
Serviços pessoais	5	5	35	91	25	75	1	X	1	X	67	171	2.648	6.760

N UL - Nº de unidades locais / **PO** - Pessoal ocupado

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

(4) Minas Gerais

No ano de 2006, os quatro municípios que compõem a All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, juntos, geraram um PIB de R\$ 122.302.760,00, correspondendo a 0,4% do PIB do Estado de Minas Gerais. A maior parte desse valor foi gerado nos municípios de Ituramã (63,4%) e Santa Vitória (22,5%).

No Estado de Minas Gerais, o Setor Terciário responde pela maior parte do PIB – (59,8%), em 2006, cabendo ao Setor Primário 8,3% e, ao secundário, 31,8%. Na área em estudo no estado, o Setor Terciário também é preponderante na formação do PIB – (43,1%), no ano de 2006. Contudo, o Setor Primário também responde por parcela significativa do Produto Interno Bruto (26,5%), adquirindo maior importância do que o Setor Secundário (23,9%). Nos dois maiores municípios (Ituramã e Santa Vitória) o setor de comércio e serviços é preponderante na formação do PIB. Em Limeira do Oeste e União de Minas, a preponderância é do setor agropecuário. O município de Ituramã é o único na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba onde a participação do setor industrial na formação do PIB municipal supera a participação do Setor Primário.

Quadro 3.6.5.9-38 – Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de Atividade na All /Minas Gerais - 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Ituramã	281.611,75	47.862,98	17,00	86.905,17	30,86	126.193,09	44,81	20.650,52	7,33
Limeira do Oeste	58.221,87	24.948,21	42,85	12.457,60	21,40	17.478,08	30,02	3.337,97	5,73
Santa Vitória	86.052,41	27.752,51	32,25	9.088,49	10,56	44.813,41	52,08	4.398,00	5,11
União de Minas	35.223,59	21.739,05	61,72	1.883,52	5,35	10.562,90	29,99	1.038,12	2,95
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	461.109,63	122.302,76	26,52	110.334,78	23,93	199.047,48	43,17	29.424,62	6,38
Minas Gerais	111.398.794,04	9.320.615,10	8,37	35.483.951,56	31,85	66.594.227,39	59,78		

Fonte: IPEA, Ipeadata

- **Setor Primário**

No ano de 2007, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a produção das lavouras temporárias gerou R\$ 94.008.000,00, enquanto a produção de origem animal foi no valor de R\$ 71.842.000,00. No mesmo ano, as lavouras permanentes geraram R\$ 262.000,00 e a extração vegetal, R\$ 2.177.000,00.

Até o final da década de 90, predominavam, na área em estudo mineira, a pecuária e a agricultura de grãos, além de existirem outras atividades ligadas à produção agrícola,

como hortifrutigranjeiros, suínos e aves. A partir de 1999, esse cenário veio a sofrer alteração, em virtude de um “novo” requerimento do setor sucroalcooleiro em nível nacional, causado pela necessidade de produção de biocombustíveis, como o álcool. Assim, as áreas agricultáveis do Estado de Minas Gerais, que, em sua maioria, eram produtoras de grãos, foram incentivadas a produzir cana-de-açúcar, como ocorreu na região denominada por Carvalho de Pontal do Triângulo Mineiro (2008: 1), que engloba os municípios mineiros em estudo. Nos municípios de Ituramã, Limeira do Oeste e Santa Vitória, há usinas em pleno funcionamento, beneficiando a cana-de-açúcar produzida no entorno. Há uma usina em construção no município de União de Minas.

O principal produto agropecuário da área em estudo mineira é a cana-de-açúcar. O valor da produção de cana-de-açúcar, em 2007, no conjunto dos quatro municípios mineiros que integram a AII do empreendimento, foi de R\$ 87.554.000,00, que representam 93,1% do valor de toda a produção de lavouras temporárias na AII Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e 6,4% do valor da produção de cana-de-açúcar em todo o Estado de Minas Gerais. O maior produtor é o município de Iturama, mas, proporcionalmente à sua área e ao porte populacional, os municípios de Limeira do Oeste e União de Minas também apresentam expressiva produção de cana-de-açúcar. A única exceção é o município de Santa Vitória, onde há predomínio da pecuária e onde a extração de madeira e carvão vegetal assume maior expressão.

Quadro 3.6.5.9-39 – Valor da produção da lavoura temporária na AII /Minas Gerais – 2007

Municípios, Mesorregião e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	Total	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de- açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
Ituramã	51.842	-	-	49.639	-	73	918	828	-
Limeira do Oeste	19.336	2	28	18.065	-	740	490	-	-
Santa Vitória	4.456	-	48	2.628	-	72	1.512	-	54
União de Minas	18.374	-	17	17.222	143	75	694	223	-
AII Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba	94.008	2	93	87.554	143	960	3.614	1.051	54
Minas Gerais	7.229.428	74.295	93.806	1.372.609	705.823	355.200	2.145.918	1.194.463	41.130

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

A produção das lavouras permanentes, ao contrário, é pouco significativa na área em estudo mineira, tendo gerado R\$ 262.000,00 no ano de 2007; 60,3% desse valor foi produzido no município de Ituramã, onde o principal produto é o coco-da-baía.

Quadro 3.6.5.9-40 – Valor da produção da lavoura permanente na All /Minas Gerais – 2007

Municípios, Mesorregião e Estado	Valor da produção das lavouras permanentes (mil reais) 2007								
	TOTAL	Banana	Borracha (látex coagulado)	Cacau (em amêndoa)	Café (beneficiado)	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Limão
Ituramã	158	33	-	-	-	118	-	-	-
Limeira do Oeste	43	14	-	-	-	-	-	11	6
Santa Vitória	61	-	52	-	-	9	-	-	-
União de Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
All Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	262	47	52			127		11	6
Minas Gerais	4.701.370	273.738	8.799	280	3.826.575	19.537	10.660	252.303	38.545

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

No ano de 2007, a produção de origem animal gerou R\$ 71.842.000,00 na All Mesorregional do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A maior parte deste valor se deve à produção de leite, da qual 28,2% são provenientes do município de Santa Vitória; 26,4%, de Ituramã; 25,6%, de União de Minas; e 20%, de Limeira do Oeste.

Quadro 3.6.5.9-41 – Valor da produção de origem animal na All /Minas Gerais – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto				
	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Ituramã	20.244	20.126	118	-	-
Limeira do Oeste	14.260	14.168	92	-	-
Santa Vitória	18.971	18.851	86	-	34
União de Minas	18.367	18.288	79	-	-
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	71.842	71.433	375	-	-
Minas Gerais	5.278.902	4.627.210	620.809	14.510	16.108

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal

Entre todos os tipos de rebanhos criados na All mineira, é digno de destaque o rebanho bovino, que, em 2007, representava 3% de todo o rebanho bovino do Estado de Minas Gerais. Das 669.559 cabeças de gado bovino existentes no conjunto dos quatro municípios mineiros em estudo, 45% estavam no município de Santa Vitória, que, além disso, concentrava 72% do rebanho suíno e 55,1% do rebanho equino da All Mesorregional do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Quadro 3.6.5.9-42 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho na AII /Minas Gerais – 2007

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho Variável = Efetivo dos rebanhos (cabeças) Ano 2007											
	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas	Codornas	Coelhos
Ituramã	124.541	1.480	18	16	19	2.862	125	1.035	18.659	15.250	-	-
Limeira do Oeste	124.277	1.230	380	8	95	3.767	152	1.345	14.376	11.250	-	-
Santa Vitória	301.698	4.430	210	20	100	24.000	130	2.510	22.000	13.000	-	-
União de Minas	119.043	892	309	18	26	2.667	61	725	13.049	12.350	-	-
AII Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	669.559	8.032	917	62	240	33.296	468	5.615	68.084	51.850	-	-
Minas Gerais	22.575.194	838.222	37.483	32.667	162.782	4.199.138	135.246	242.801	70.371.253	23.213.357	671.760	14.500

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal

No ano de 2007, as atividades de extração vegetal geraram R\$ 2.177.000,00 no conjunto de municípios mineiros em estudo. Os produtos extraídos são carvão vegetal, madeira em tora e lenha; 92,6% desse valor foi produzido no município de Santa Vitória, onde mais da metade do valor gerado pela extração vegetal se deve à extração de carvão vegetal, ficando a extração de madeira em tora responsável por 31,2% e, de lenha, por 18,3%.

Quadro 3.6.5.9-43 – Valor da produção da extração vegetal na All /Minas Gerais – 2007

Municípios, Mesorregião e Estado	Valor da produção da extração vegetal por município da All (Mil reais) – 2007			
	TOTAL	Carvão vegetal	Lenha	Madeira em tora
Ituramã	70	41	28	1
Limeira do Oeste	8	0	7	1
Santa Vitória	2.017	1.017	370	630
União de Minas	82	49	32	1
All Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2177	1107	437	633
Minas Gerais	246.922	169.021	69.029	6.273

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE

- **Setor Secundário**

No ano de 2006, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, havia 264 unidades empresariais do setor industrial, que empregavam 3.333 pessoas, em sua grande maioria (91,1%), nas indústrias de transformação. Desse total de unidades industriais, 131 se situam no município de Ituramã, empregando 91,6% do pessoal ocupado no Setor Secundário nessa All Mesorregional. Destacam-se, nesse município, a Usina Coruripe, maior empregadora de Ituramã, além do Frigorífico Friboi e da Usina de Biodiesel do Triângulo.

Quadro 3.6.5.9-44 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Secundário na AII /Minas Gerais – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado											
	Ituramã - MG		Limeira do Oeste - MG		Santa Vitória - MG		União de Minas - MG		AII Mesorregional Sul Goiana		Minas Gerais	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Indústrias extrativas	3	19	-	-	4	4	-	-	7	23	4.534	46.056
Extração de carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	29	54
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	7	20
Extração de minerais metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	724	24.535
Extração de minerais não metálicos	3	19	-	-	4	4	-	-	7	23	3.774	21.447
Indústrias de transformação	93	2.454	16	299	63	274	5	11	177	3038	69.347	787.343
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	25	2.204	10	14	24	130	3	8	62	2356	13.689	152.824
Fabricação de produtos do fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	49	1.520
Fabricação de produtos têxteis	2	X	-	-	1	X	-	-	3	0	3.807	45.338
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	14	69	-	-	4	10	-	-	18	79	10.863	82.238
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	2	X	-	-	1	X	-	-	3	0	3.460	37.950
Fabricação de produtos de madeira	3	3	4	4	3	7	-	-	10	14	2.675	16.264
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	550	10.194
Edição, impressão e reprodução de gravações	12	13	-	-	6	13	1	X	19	26	4.284	22.291
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	-	-	2	X	-	-	1	X	3	0	91	7.443
Fabricação de produtos químicos	3	6	-	-	1	X	-	-	4	6	2.362	41.605
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1	X	-	-	1	X	-	-	2	0	1.538	23.353
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	9	114	-	-	10	67	-	-	19	181	5.726	51.392
Metalurgia básica	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	1.135	60.777
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	11	14	-	-	6	15	-	-	17	29	6.748	53.506
Fabricação de máquinas e equipamentos	3	6	-	-	1	X	-	-	4	6	2.573	40.394
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	145	2.822
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0	987	25.541

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado											
	Ituramã - MG		Limeira do Oeste - MG		Santa Vitória - MG		União de Minas - MG		All Mesorregional Sul Goiana		Minas Gerais	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	461	4.398
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	455	7.898
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	725	48.898
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	155	3.168
Fabricação de móveis e indústrias diversas	6	11	-	-	5	15	-	-	11	26	6.498	44.513
Reciclagem	1	X	-	-	-	-	-	-	1	0	371	3.016
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3	8	1	-	1	-	1	-	6	8	804	28.836
Eletricidade, gás e água quente	2	X	-	-	-	-	-	-	2	0	187	12.884
Captação, tratamento e distribuição de água	1	-	1	-	1	-	1	-	4	0	617	15.952
Construção	32	240	8	10	6	14	-	-	46	264	13.835	218.067

N UL - Nº de unidades locais / **PO** - Pessoal ocupado
Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

- **Setor Terciário**

No ano de 2006, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, havia 2.005 unidades do setor de comércio e serviços, empregando 6.065 pessoas, 38,3% em atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais ou domésticos e 22,9%, em atividades de administração pública, defesa e seguridade social. O município de Iturama respondia por 73,1% dos empregos no Setor Terciário em toda a All Mesorregional, seguido pelo município de Santa Vitória, responsável por 20,8% dos postos de trabalho neste setor. Iturama se destaca como centro regional do Pontal do Triângulo Mineiro, na área da saúde, educação, comércio, hotelaria e de serviços.

Iturama é muito bem servida na área comercial, de transportes e energética, composta por uma ampla rede de supermercados, farmácias, clínicas médicas, bancos, hospitais, lojas de conveniência e um comércio diversificado, onde se encontram várias redes, como: Rede Eletrosom, loja de eletrodomésticos, móveis e eletrônicos; Lojas Pernambucanas, loja de roupas e eletrodomésticos; Eletrozema, loja de eletrodomésticos, móveis e eletrônicos.

Quadro 3.6.5.9-45 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no setor terciário na AII /Minas Gerais – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado											
	Ituramaã - MG		Limeira do Oeste - MG		Santa Vitória - MG		União de Minas - MG		All Mesorregional Sul Goiana		Minas Gerais	
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	788	1.870	96	183	308	920	52	88	1244	3061	329.436	1.061.264
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	93	363	13	42	38	175	6	6	150	586	34.766	155.612
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	67	118	3	3	9	33	2	-	81	154	35.797	151.488
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	628	1.389	80	138	261	712	44	82	1013	2321	258.873	754.164
Alojamento e alimentação	70	181	5	9	31	90	4	3	110	283	43.881	161.378
lojamento e alimentação	70	181	5	9	31	90	4	3	110	283	43.881	161.378
Transporte, armazenagem e comunicações	144	209	11	21	37	63	1	X	193	293	31.958	223.790
Transporte terrestre	128	180	10	20	29	53	1	X	168	253	24.029	170.523
Transporte aquaviário	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	26	165
Transporte aéreo	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	90	1.461
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	6	4	-	-	3	6	-	-	9	10	5.015	27.202
Correio e telecomunicações	10	25	1	X	5	4	-	-	16	29	2.798	24.439
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	30	110	3	-	10	71	2	X	45	181	13.524	61.215
Intermediação financeira	23	96	3	-	8	19	2	X	36	115	9.751	45.708
Seguros e previdência complementar	-	-	-	-	1	X	-	-	1	0	848	6.597
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	7	14	-	-	1	X	-	-	8	14	2.925	8.910
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	89	195	2	X	35	72	3	3	129	270	85.091	461.703
Atividades imobiliárias	15	46	-	-	1	X	-	-	16	46	20.247	70.435
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos	4	12	-	-	7	24	-	-	11	36	5.640	24.691
Atividades de informática e serviços relacionados	9	21	-	-	1	X	-	-	10	21	9.670	44.714
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	207	7.810

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado											
	Ituramaã - MG		Limeira do Oeste - MG		Santa Vitória - MG		União de Minas - MG		All Mesorregional Sul Goiana		Minas Gerais	
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
Serviços prestados principalmente às empresas	61	116	2	X	26	46	3	3	92	165	49.327	314.053
Administração pública, defesa e seguridade social	3	1.389	2	X	2	X	2	X	9	1389	2.544	749.432
Educação	18	228	-	-	10	43	-	-	28	271	10.946	144.751
Saúde e serviços sociais	45	197	3	4	7	23	2	X	57	224	16.631	158.224
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	135	237	45	56	91	68	29	15	300	376	61.259	169.855
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	2	X	2	X	1	X	-	-	5	0	449	11.526
Atividades associativas	106	172	37	41	73	32	27	14	243	259	40.938	93.953
Atividades recreativas, culturais e desportivas	14	43	3	7	15	30	-	-	32	80	11.687	43.088
Serviços pessoais	13	18	3	5	2	X	2	X	20	23	8.185	21.288

N UL - Nº de unidades locais / **PO** - Pessoal ocupado

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

(5) São Paulo

O conjunto de 29 municípios em estudo no Estado do São Paulo, no ano de 2006, gerou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 5.616.480, correspondente a 1,4% do PIB do estado. Um pouco mais da metade desse valor (54,23%) foi produzido no conjunto de oito municípios que compõem a All Mesorregional Araraquara. Isso porque o município de Araraquara, sozinho, respondeu por 32,78% de todo o PIB gerado na área em estudo paulista. Depois de Araraquara, os maiores PIBs são apresentados pelos municípios de Votuporanga, Fernandópolis, Mirassol, Itápolis, Gavião Peixoto e Ouroeste, nessa ordem. Por outro lado, os menores PIBs municipais cabem aos municípios de Guarani d'Oeste e Pedranópolis.

No Estado de São Paulo, o Setor Terciário é amplamente preponderante na composição do Produto Interno Bruto. Em 2006, respondeu por 67,72% do PIB, enquanto o Setor Secundário ficou com 30,18% e o Primário, com apenas 2,11%. Na área paulista em estudo, o Setor Terciário também é preponderante, mas o Setor primário é mais expressivo do que no estado como um todo. No ano de 2006, na All Mesorregional Araraquara, o Setor Primário contribui com 9,41% do valor do PIB, enquanto o Secundário representou 24,78% e o terciário, 55,9%. Na All Mesorregional São José do Rio Preto, o Setor Primário é ainda mais expressivo, tendo participado com 9,51% do PIB 2006, o setor industrial apresenta participação relativa maior do que em nível estadual (30,89%), enquanto o setor de comércio e serviços contribui com 51,73% do PIB. A maior parte dos municípios paulistas em estudo acompanha a tendência apresentada por ambas as Alls Mesorregionais e pelo estado, de preponderância do Setor Terciário na composição do PIB. As exceções são os municípios onde há preponderância do setor industrial: Ouroeste, Gavião Peixoto, Jaci e Marapoama.

Quadro 3.6.5.9-46 – Composição do PIB (Valor Adicionado a Preço Correto) por setor de Atividade na All/São Paulo - 2006

Municípios, All Mesorregional e Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Araraquara	1.841.283	50.563	2,75	399.915	21,72	1.159.116	62,95	231.689	12,58
Bariri	230.336	31.020	13,47	51.433	22,33	125.931	54,67	21.952	9,53
Boa Esperança do Sul	114.560	44.821	39,12	6.225	5,43	56.816	49,59	6.698	5,85
Bocaina	91.758	12.647	13,78	32.745	35,69	38.672	42,15	7.695	8,39
Gavião Peixoto	311.547	19.269	6,18	203.638	65,36	61.293	19,67	27.347	8,78
Itápolis	321.534	89.692	27,9	42.372	13,18	168.686	52,46	20.784	6,46

Municípios, All Mesorregionale Estado	PIB Municipal - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. Ano (2006)								
	PIB Municipal	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos Sobre Produtos	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Nova Europa	54.365	9.537	17,54	13.109	24,11	26.084	47,98	5.634	10,36
Tabatinga	80.499	28.994	36,02	5.399	6,71	42.598	52,92	3.508	4,36
All Mesorregional Araraquara	3.045.881	286.543	9,41	754.835	24,78	1.679.196	55,13	325.307	10,68
Fernandópolis	445.000	25.335	5,69	107.758	24,22	274.340	61,65	37.567	8,44
Guarani d'Oeste	7.469	1.410	18,87	894	11,97	4.863	65,1	303	4,05
Ibirá	57.485	15.567	27,08	7.092	12,34	31.734	55,2	3.093	5,38
Indiaporã	19.843	4.625	23,31	1.790	9,02	12.473	62,86	956	4,82
Itajobi	117.794	43.097	36,59	9.995	8,49	58.120	49,34	6.582	5,59
Jaci	63.404	4.972	7,84	26.161	41,26	24.650	38,88	7.620	12,02
Macedônia	17.720	6.565	37,05	1.731	9,77	8.687	49,02	736	4,15
Marapoama	43.857	11.154	25,43	16.759	38,21	12.800	29,19	3.144	7,17
Meridiano	23.090	6.732	29,15	3.401	14,73	11.747	50,88	1.210	5,24
Mirassol	360.303	7.556	2,1	100.756	27,96	212.193	58,89	39.798	11,05
Monte Aprazível	208.010	18.629	8,96	84.034	40,4	87.514	42,07	17.834	8,57
Neves Paulista	53.805	7.666	14,25	12.648	23,51	29.488	54,8	4.004	7,44
Nova Aliança	33.950	7.332	21,6	7.945	23,4	15.866	46,73	2.807	8,27
Ouroeste	259.789	7.767	2,99	222.853	85,78	25.644	9,87	3.525	1,36
Pedranópolis	14.934	6.332	42,4	1.017	6,81	7.146	47,85	439	2,94
Poloni	30.069	4.679	15,56	8.892	29,57	14.313	47,6	2.184	7,26
Potirendaba	109.595	15.116	13,79	34.493	31,47	51.342	46,85	8.644	7,89
Sebastianópolis do Sul	21.392	2.835	13,25	7.147	33,41	9.420	44,03	1.990	9,3
Urupês	92.332	28.671	31,05	9.492	10,28	48.697	52,74	5.471	5,93
Valentim Gentil	61.943	5.996	9,68	19.082	30,81	30.798	49,72	6.066	9,79
Votuporanga	528.815	12.558	2,37	110.102	20,82	358.023	67,7	48.132	9,1
All Mesorregional São José do Rio Preto	2.570.599	244.592	9,51	794.043	30,89	1.329.859	51,73	202.105	7,86
São Paulo	400.441.868	8.440.124	2,11	120.837.931	30,18	271.163.810	67,72		

Fonte: IPEA, Ipeadata

• Setor Primário

No ano de 2006, o PIB gerado pelo Setor Primário da economia nos 29 municípios paulistas em estudo correspondeu a aproximadamente 7,2% do PIB gerado pelo setor agropecuário em todo o Estado de São Paulo. Os municípios em estudo que apresentaram os maiores valores do PIB referente ao Setor Primário foram Itápolis,

Araraquara, Boa Esperança do Sul, Itajobi, Bariri, Urupês e Fernandópolis, nessa ordem.

No ano de 2007, na área paulista em estudo, o valor da produção das lavouras temporárias foi de R\$ 608.284.000,00, tendo como principal produto a cana-de-açúcar. As lavouras permanentes geraram R\$ 538.000,00, principalmente devido à produção de laranja. No mesmo ano, a produção de origem animal gerou R\$ 71.074.000,00.

Considerando o total da produção das lavouras temporárias na All Mesorregional Araraquara e na All Mesorregional São José do Rio Preto, R\$ 608.284.000,00, no ano de 2007, o valor gerado corresponde a aproximadamente 4,0% do valor da produção das lavouras temporárias no Estado de São Paulo. Os municípios que compõem a All Mesorregional Araraquara foram responsáveis por 50,60% desse valor; 86,41% desse mesmo valor se deve à produção de cana-de-açúcar, que é praticada em todos os municípios paulistas em estudo, exceto Valentim Gentil. Os maiores produtores de cana-de-açúcar na área em estudo em São Paulo são os municípios de Araraquara, Itápolis, Monte Aprazível e Boa Esperança do Sul, nessa ordem. A produção de milho representou, em 2007, 7,02% do valor da produção das lavouras temporárias nos municípios paulistas analisados; 71,44% do valor gerado pela produção de milho cabe à All Mesorregional São José do Rio Preto. Os principais produtores são os municípios de Ouroeste e Indaiaporã. Em ambos, o valor da produção de milho supera amplamente o valor gerado pela cana-de-açúcar.

Quadro 3.6.5.9-47 – Valor da produção da lavoura temporária na All/São Paulo – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	Total	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
Araraquara	98.599	360	58	94.720	122	-	1.074	1.600	-
Bariri	36.367	17	20	31.968	270	-	3.585	261	-
Boa Esperança do Sul	48.939	162	-	40.800	-	-	297	-	-
Bocaina	24.662	-	-	23.892	-	-	770	-	-
Gavião Peixoto	17.425	95	28	10.304	14	2.372	3.616	240	641
Itápolis	52.084	-	18	46.080	-	144	1.680	1.170	-
Nova Europa	21.812	-	-	21.016	-	-	796	-	-
Tabatinga	7.901	-	14	6.885	38	54	378	218	-
All Mesorregional Araraquara	307.789	634	138	275.665	444	2.570	12.196	3.489	641
Fernandópolis	12.311	123	-	11.544	-	-	324	320	-
Guarani d'Oeste	184	-	-	184	-	-	-	-	-
Ibirá	8.858	170	10	7.920	16	18	393	284	29
Indaiaporã	8.949	270	35	441	-	145	6.792	711	555

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção (mil Reais) 2007								
	Total	Algodão herbáceo (em caroço)	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
Itajobi	29.619	-	11	27.360	-	36	504	488	-
Jaci	18.165	-	42	17.360	39	77	448	-	14
Macedônia	2.332	22	-	552	-	678	998	82	-
Marapoama	5.565	-	9	5.184	-	15	95	-	-
Meridiano	8.691	366	3	7.920	-	-	388	-	-
Mirassol	10.444	36	8	8.370	9	3	1.618	149	161
Monte Aprazível	47.559	-	195	45.700	-	-	1.511	-	-
Neves Paulista	15.568	356	12	14.880	-	-	261	-	8
Nova Aliança	27.498	56	25	26.040	218	-	535	460	64
Ouroeste	22.625	3.831	58	3.933	-	-	11.772	1.255	1.776
Pedranópolis	2.014	348	-	713	-	257	652	44	-
Poloni	16.935	-	10	16.461	-	-	449	-	-
Potirendaba	24.111	-	53	21.700	336	76	970	59	230
Sebastianópolis do Sul	6.686	166	-	6.200	-	-	314	-	-
Urupês	16.176	-	14	14.256	-	27	392	874	-
Valentim Gentil	1.482	469	5	-	-	-	1.008	-	-
Votuporanga	14.723	124	-	13.230	-	-	1.086	47	-
All Mesorregional São José do Rio Preto	300.495	6.337	490	249.948	618	1.332	30.510	4.773	2.837
São Paulo	15.681.416	132.286	48.810	11.038.189	434.304	184.719	1.438.124	679.516	52.195

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

Quanto às lavouras permanentes, no ano de 2007, o valor da produção na área em estudo paulista - R\$ 538.000,00 - representou 8,11% do valor da produção das lavouras permanentes no Estado de São Paulo. Deste total, 73,73% foram provenientes da produção de laranja e 13,50%, da produção de limão. A laranja é produzida em todos os municípios em estudo paulistas, exceto Guarani d'Oeste, e o limão, exceto em Guarani d'Oeste, Indaiaporã, Meridiano, Mirassol, Ouroeste, Pedranópolis, Valentim Gentil, Bariri, Bocaina e Nova Europa. A All Mesorregional Araraquara foi responsável, em 2007, por 52,75% do valor gerado da lavoura permanente na área em estudo paulista. Isto se deve à preponderância da produção de laranja no município de Itápolis. Entre os municípios paulistas em estudo, os maiores produtores de laranja são Itápolis e Tabatinga, enquanto que os maiores produtores de limão são os municípios de Itajobi, Urupês e Itápolis, nesta ordem.

Quadro 3.6.5.9-48 – Valor da produção da lavoura permanente na All/São Paulo – 2007

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção das lavouras permanentes (mil Reais) 2007								
	TOTAL	Banana	Borracha (látex coagulado)	Café (beneficiado)	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Limão	Tangerina
Araraquara	31.122	162	-	81	-	-	30.600	210	69
Bariri	19.039	-	116	626	-	-	16.124	-	1.999
Boa Esperança do Sul	10.181	-	72	81	-	-	9.180	42	806
Bocaina	1.041	-	-	801	-	-	195	-	-
Gavião Peixoto	18.959	2.528	1.418	544	-	-	13.996	105	-
Itápolis	153.795	-	367	105	-	1.008	137.700	14.500	-
Nova Europa	5.377	-	-	-	-	-	5.308	-	69
Tabatinga	44.256	-	294	96	46	108	41.000	515	2.005
All Mesorregional Araraquara	283.770	2.690	2.267	2.334	46	1.116	254.103	15.372	4.948
Fernandópolis	27.203	-	-	21	-	-	26.672	70	414
Guarani d'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibirá	15.892	-	501	21	79	81	11.220	1.623	537
Indiaporã	2.492	-	504	54	54	-	1.880	-	-
Itajobi	57.544	315	843	63	-	313	21.049	31.605	2.562
Jaci	5.844	148	942	276	300	10	3.439	337	373
Macedônia	6.030	1.383	480	340	-	-	3.656	1	-
Marapoama	19.443	-	81	35	68	90	9.000	7.810	1.829
Meridiano	4.941	237	1.309	68	-	-	3.327	-	-
Mirassol	10.338	-	6.851	442	-	-	3.045	-	-
Monte Aprazível	6.075	26	2.753	770	-	-	2.380	35	31
Neves Paulista	8.957	-	2.331	458	-	-	5.760	350	21
Nova Aliança	8.517	107	1.291	2.208	153	-	4.513	132	83
Ouroeste	3.300	632	-	432	-	-	2.089	-	-
Pedranópolis	6.331	1.580	1.663	102	-	-	2.925	-	-
Poloni	6.726	-	3.707	461	-	-	2.468	21	34
Potirendaba	13.379	151	535	2.815	58	29	8.338	312	961
Sebastianópolis do Sul	1.220	-	574	460	-	-	123	21	7
Urupês	29.115	263	1.533	32	-	1.187	10.200	14.876	555
Valentim Gentil	5.977	532	360	312	72	-	4.321	-	-
Votuporanga	14.906	53	3.092	148	210	-	10.767	56	-
All Mesorregional São José do Rio Preto	254.230	5.427	29.350	9.518	994	1.710	137.172	57.249	7.407
São Paulo	6.632.062	354.296	187.214	860.545	24.007	62.106	4.128.075	233.114	184.178

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE

O valor da produção de origem animal da área em estudo paulista representa 3,26% do valor desse tipo de produção no Estado de São Paulo. O conjunto de municípios da AII Mesorregional São José do Rio Preto é responsável por 77,55% desse valor. Em todos os municípios paulistas em estudo, são produzidos leite, ovos de galinha e mel de abelha, à exceção dos municípios de Marapoama e Bocaina que não produzem mel de abelha. Entre esses municípios, os maiores produtores de leite são Gavião Peixoto, Votuporanga, Potirendaba e Pedranópolis, nessa ordem. Os maiores produtores de ovos de galinha são Urupês e Gavião Peixoto. Os maiores produtores de mel de abelha são Itápolis, Boa Esperança do Sul e Araraquara.

Quadro 3.6.5.9-49 – Valor da produção de origem animal na AII/São Paulo – 2007

Municípios, AII Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto				
	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Araraquara	1.384	1.080	104	-	200
Bariri	930	826	60	-	44
Boa Esperança do Sul	2.240	1.400	600	-	240
Bocaina	496	472	24	-	-
Gavião Peixoto	7.846	6.499	1.303	-	44
Itápolis	1.721	869	407	-	445
Nova Europa	330	174	91	-	65
Tabatinga	1.008	811	152	-	45
AII Mesorregional Araraquara	15.955	12.131	2.741		1.083
Fernandópolis	430	210	130	-	90
Guarani d'Oeste	2.061	1.995	51	-	15
Ibirá	993	956	24	-	13
Indiaporã	3.936	3.865	53	-	18
Itajobi	1.008	899	81	-	28
Jaci	1.089	897	143	-	49
Macedônia	3.805	3.707	68	-	30
Marapoama	340	315	25	-	-
Meridiano	2.349	2.300	39	-	10
Mirassol	2.003	1.807	165	-	31
Monte Aprazível	3.585	3.328	173	-	27
Neves Paulista	1.160	1.153	2	-	5
Nova Aliança	1.345	1.154	127	-	64
Ouroeste	2.814	2.707	88	-	19
Pedranópolis	4.004	3.884	67	-	53
Poloni	1.223	1.203	5	-	10
Potirendaba	5.184	4.315	802	-	67

Municípios, All Mesorregional e Estado	Valor da produção de origem animal por tipo de produto				
	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Sebastianópolis do Sul	980	957	4	-	5
Urupês	9.283	1.093	8.162	-	28
Valentim Gentil	2.124	2.059	32	-	33
Votuporanga	5.403	5.278	114	-	4
All Mesorregional São José do Rio Preto	55.119	44.082	10.355		599
São Paulo	2.180.219	1.007.161	1.119.971	31.726	18.278

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

Na área em estudo paulista, são criados diversos tipos de rebanho. Merecem destaque, pelo percentual que representam do rebanho estadual, o rebanho bovino, que, em 2007, correspondia a 4,3% das cabeças de gado bovino do Estado de São Paulo, e o rebanho de frangos, frangas, galos e pintos, correspondente a 1,69% desse tipo de rebanho em todo o estado. O maior criador de gado bovino é o município de Fernandópolis, com 51.000 cabeças de gado em 2007. Quanto à criação de frangos, etc, destaca-se o município de Poloni, com 600.000 cabeças. De maneira geral, a atividade de criação de animais é bastante mais presente nos municípios que integram a All Mesorregional São José do Rio Preto.

Quadro 3.6.5.9-50 – Efetivo de rebanho por tipo de rebanho na All/São Paulo – 2007

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
Araraquara	10.000	700	-	3	80	1.450	350	700	70.000	12.000
Bariri	17.977	200	145	48	100	6.300	50	980	58.000	4.700
Boa Esperança do Sul	9.000	600	-	-	30	600	200	700	50.000	40.000
Bocaina	11.349	640	361	67	75	950	90	1.980	19.000	1.900
Gavião Peixoto	2.500	250	-	-	10	300	20	300	45.000	10.000
Itápolis	24.700	567	-	3	28	4.770	290	950	144.600	12.360
Nova Europa	2.000	100	-	-	30	380	20	300	30.000	10.000
Tabatinga	9.970	103	-	-	2	1.945	85	280	70.500	9.300
All Mesorregional Araraquara	87.496	3.160	506	121	355	16.695	1.105	6.190	487.100	100.260
Fernandópolis	51.000	1.220	-	-	287	3.781	245	1.700	16.452	38.050
Guarani d'Oeste	9.320	181	-	1	15	1.470	16	137	6.933	6.591
Ibirá	13.980	518	-	43	51	2.250	136	390	6.970	3.220
Indiaporã	28.683	468	60	-	23	2.352	88	323	19.462	6.291
Itajobi	14.880	356	50	1	8	1.290	170	680	23.600	10.100
Jaci	7.883	570	85	7	86	1.040	90	1.150	310.000	16.600
Macedônia	28.000	495	30	1	3	1.790	68	271	27.626	9.037

Municípios, Alls Mesorregionais e Estado	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Frangos etc.	Galinhas
Marapoama	2.780	101	-	1	3	634	30	250	3.000	2.500
Meridiano	24.320	410	-	-	3	1.527	52	265	87.612	5.129
Mirassol	17.918	920	20	12	36	1.650	65	1.400	49.100	16.100
Monte Aprazível	35.200	1.100	-	20	250	3.150	200	1.100	250.000	13.200
Neves Paulista	13.500	320	-	-	70	3.320	100	550	20.000	1.280
Nova Aliança	16.930	480	70	6	70	1.200	48	720	155.000	14.100
Ouroeste	18.000	340	80	2	100	1.608	41	239	9.943	11.132
Pedranópolis	29.632	307	-	-	14	1.738	95	330	46.210	8.385
Poloni	11.100	300	-	10	80	5.470	90	450	600.000	2.240
Potirendaba	28.300	1.540	52	8	120	3.400	56	1.600	50.000	43.000
Sebastianópolis do Sul	9.100	220	-	7	68	1.190	70	280	100.000	2.380
Urupês	12.900	173	25	15	16	3.220	95	660	36.700	243.900
Valentim Gentil	14.240	350	-	-	30	670	6	310	316.000	2.320
Votuporanga	32.350	1.400	100	10	90	2.320	50	840	235.000	8.100
All Mesorregional São José do Rio Preto	420.016	11.769	572	144	1.423	45.070	1.811	13.645	2.369.608	463.655
São Paulo	11.790.564	421.654	67.229	5.683	54.360	1.724.228	69.554	415.431	168.911.053	39.691.881

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE

De acordo com a pesquisa “Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura”, realizada pelo IBGE, não foram encontrados produtos de extração vegetal nos municípios em estudo no Estado de São Paulo.

- **Setor Secundário**

No ano de 2006, na All Mesorregional Araraquara, havia 1.725 unidades empresariais do setor industrial, empregando 26.953 pessoas, 62,6% das quais trabalhavam no município de Araraquara. De todo o pessoal ocupado no Setor Secundário no conjunto de municípios em estudo na Mesorregião Araraquara, 79,9% trabalhavam em indústrias de transformação, enquanto 11,3% trabalhavam na construção, 6,8%, nas indústrias extrativas e 1,9% na produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Nas indústrias de transformação, quanto à geração de postos de trabalho, predominavam a fabricação de produtos alimentícios e bebidas, a fabricação de têxteis, a confecção de artigos de vestuário e acessórios, a fabricação de outros equipamentos de transporte e a fabricação de máquinas e equipamentos. A fabricação de “outros equipamentos de transporte” se deve aos empregos gerados pelas três unidades industriais situadas no município de Gavião Peixoto, entre elas, a EMBRAER, que faz montagem final de

aeronaves e conta com uma pista para testes de voo. Em Gavião Peixoto, a EMBRAER centralizou a fabricação de móveis e a montagem do interior dos jatos da linha executiva. Para 2009, segundo um dos diretores da empresa, entrevistado pelo jornal Valor Online (2009, 13/10), a expectativa é produzir 110 conjuntos de interiores de jatos executivos; em 2008, foram produzidos 100. Além da montagem final dos interiores, a EMBRAER também produz mesas, divãs, sofás e Galley em sua fábrica de móveis de Gavião Peixoto.

Quadro 3.6.5.9-51 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Secundário na AII/São Paulo – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																						
	Araraquara		Bariri		Boa Esperança do Sul		Bocaina		Gavião Peixoto		Itápolis		Nova Europa		Tabatinga		All Mesorregião I Araraquara		São Paulo				
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL
Indústrias extrativas	9		1.847	-	-	1	X	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	12	1.847	2.484	18.908		
Extração de carvão mineral	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	0	21	48		
Extração de petróleo e serviços relacionados	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	26	2.114		
Extração de minerais metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	206	848		
Extração de minerais não metálicos	6		22	-	-	1	X	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	8	22	2.231	15.898		
Indústrias de transformação	657		11.683	217	2.685	39	167	199	1.744	4	1.847	215	2.080	11	591	85	743	1.427	21.540	161.411	2.606.715		
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	102		3.852	44	447	5	30	13	401	-	-	48	742	5	577	17	121	234	6.170	14.708	346.597		
Fabricação de produtos do fumo	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	57	2.524		
Fabricação de produtos têxteis	16		2.095	13	405	2	X	-	-	-	-	31	285	2	X	53	557	117	3.342	6.531	128.614		
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	77		874	35	265	5	4	37	260	-	-	43	352	-	-	2	X	199	1.755	28.716	189.974		
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	8		16	21	247	12	68	128	931	-	-	2	X	-	-	-	-	171	1.262	7.399	89.487		
Fabricação de produtos de madeira	23		108	8	110	-	-	5	13	-	-	10	40	-	-	-	-	46	271	3.482	31.971		
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4		52	1	X	2	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	8	52	2.366	76.585		
Edição, impressão e reprodução de gravações	50		336	9	56	2	X	3	4	-	-	9	32	2	X	3	5	78	433	18.414	116.708		
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	7	0	350	41.593		
Fabricação de produtos químicos	30		221	10	40	4	16	-	-	-	-	7	40	1	X	1	X	53	317	6.225	180.852		
Fabricação de artigos de borracha e plástico	18		164	15	27	-	-	-	-	-	-	9	106	-	-	-	-	42	297	7.876	180.030		
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	38		183	17	208	-	-	2	X	-	-	12	55	-	-	4	32	73	478	8.262	111.349		

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																			
	Araraquara		Bariri		Boa Esperança do Sul		Bocaina		Gavião Peixoto		Itápolis		Nova Europa		Tabatinga		All Mesorregião I Araraquara		São Paulo	
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL
Metalurgia básica	9	88	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	10	88	2.416	78.183
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	95	1.255	11	30	1	X	6	24	-	-	19	56	1	X	3	6	136	1.371	17.561	220.118
Fabricação de máquinas e equipamentos	75	1.330	6	21	2	X	1	X	-	-	6	33	-	-	-	-	90	1.384	12.022	249.765
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	502	12.580
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	13	98	4	18	-	-	-	-	-	-	3	123	-	-	-	-	20	239	3.685	97.370
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	7	67	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	9	67	1.635	41.222
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	18	113	2	X	3	7	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	25	120	1.977	37.401
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	14	546	1	X	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	17	546	2.686	211.456
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1.844	-	-	-	-	-	-	3	1.844	777	40.178
Fabricação de móveis e indústrias diversas	50	173	17	776	1	X	1	X	1	X	10	40	-	-	1	X	81	989	12.834	114.585
Reciclagem	4	65	2	X	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	7	65	930	7.573
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	7	439	3	77	1	X	1	X	-	-	2	X	-	-	-	-	14	516	1.742	51.526
Eletricidade, gás e água quente	6	131	2	X	1	X	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	11	131	913	22.572
Captação, tratamento e distribuição de água	1	X	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0	829	28.954
Construção	223	2.904	15	39	4	36	3	6	1	X	12	30	11	30	3	5	272	3.050	37.465	420.803

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

No conjunto de 21 municípios paulistas em estudo na Mesorregião São José do Rio Preto, no ano de 2006, havia 2.342 unidades empresariais do Setor Secundário, empregando 25.169 pessoas. A atividade industrial que gera mais empregos é a fabricação de móveis (27,3% do pessoal ocupado) devido à presença do polo moveleiro liderado pelo município de Votuporanga. A maior parte do pessoal ocupado nessa atividade trabalha nos municípios de Votuporanga, Mirassol, Valentim Gentil e Jaci, nessa ordem. O município de Votuporanga, de acordo com GAVIRA (2003: 5), possui elevada importância econômica regional, devido à produção de móveis e artefatos em madeira. A maior parte das empresas é considerada micro e pequena, com destaque para a produção de móveis de madeira para residências e estofados, utilizando como matérias-primas básicas os painéis MDF e compensados, madeira nativa e madeira reflorestada de pinus. Os representantes comerciais são o principal canal de comercialização, mas há também empresas maiores, como a Truck Galego e a Facchini, que vendem diretamente para grandes varejistas. A produção é totalmente voltada para o mercado interno. Devido à presença do polo moveleiro, surgiram diversas outras empresas na região, tais como: empresas especializadas na gestão da qualidade; *design* de móveis; depósitos de tintas; fabricação de cartonagem e de grampos e embalagens Votupel.

Quanto à geração de empregos, na AII Mesorregional São José do Rio Preto, são expressivas, também, as atividades de fabricação de produtos alimentícios e bebidas (19% do pessoal ocupado, com a maior parte dos postos de trabalho nos municípios de Fernandópolis, Potirendaba e Sebastianópolis do Sul), confecção de artigos de vestuário e acessórios (9% do pessoal ocupado) e fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (5,6% do pessoal ocupado, principalmente nos municípios de Votuporanga, Mirassol e Fernandópolis). No município de Ouroeste, merece destaque a Usina Ouroeste Açúcar e Alcool Ltda, que processa cana-de-açúcar para produção de etanol e açúcar.

Quadro 3.6.5.9-52 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Secundário na AII/São Paulo – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																															
	Fernandópolis - SP		Guarani d'Oeste - SP		Ibirá - SP		Indiaporã - SP		Itajobi - SP		Jaci - SP		Macedônia - SP		Marapoama - SP		Meridiano - SP		Mirassol - SP		Monte Aprazível - SP		Neves Paulista - SP		Nova Aliança - SP		Ouroeste - SP		Pedranópolis - SP		Poloni - SP		Potirendaba - SP		Sebastianópolis do Sul - SP		Urupês - SP		Valentim Gentil - SP		Votuporanga - SP		AII Mesorregional São José do Rio Preto		São Paulo			
	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO		
Indústrias extrativas	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	1	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	2	X	10	0	2.484	18.908	
Extração de carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	21	48		
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	26	2.114		
Extração de minerais metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	206	848		
Extração de minerais não metálicos	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	1	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	2	X	10	0	2.231	15.898
Indústrias de transformação	361	2.913	12	45	103	485	7	18	82	463	58	1.217	10	93	10	129	23	99	426	4.732	81	1.117	54	461	24	364	27	435	7	8	26	171	105	1.112	24	937	89	564	84	1.271	466	5.862	2079	22496	161.411	2.606.715		
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	51	810	2	X	56	75	1	X	13	9	2	X	2	X	4	4	7	8	45	426	22	183	11	89	8	247	5	82	-	-	7	116	40	683	4	749	39	39	3	88	48	1.196	370	4804	14.708	346.597		
Fabricação de produtos do fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	57	2.524		
Fabricação de produtos têxteis	12	40	3	28	-	-	1	X	1	X	1	X	-	-	1	X	-	-	8	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	2	X	-	-	1	X	-	-	9	32	40	125	6.531	128.614			
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	117	523	4	8	20	142	1	-	30	176	6	11	2	X	1	X	2	X	59	384	9	32	6	11	2	X	10	84	1	X	10	25	22	117	4	5	31	279	2	-	83	482	422	2279	28.716	189.974		
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	11	75	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	7	104	7	109	1	X	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	15	87	45	375	7.399	89.487		
Fabricação de produtos de madeira	7	31	2	X	1	X	1	X	2	X	1	X	1	X	2	X	-	-	17	139	2	X	3	28	1	X	1	X	2	X	1	X	3	91	3	8	4	6	2	X	12	161	68	464	3.482	31.971		
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	132	1	X	3	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	2	X	5	32	22	189	2.366	76.585		
Edição, impressão e reprodução de gravações	35	141	-	-	3	4	-	-	3	11	1	X	-	-	-	-	-	-	10	47	7	12	3	6	3	8	2	X	-	-	3	5	5	26	-	-	1	X	1	X	27	144	104	404	18.414	116.708		
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	3	422	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	7	422	350	41.593		

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																																							
	Fernandópolis - SP		Guarani d'Oeste - SP		Ibirá - SP		Indiaporã - SP		Itajobi - SP		Jaci - SP		Macedônia - SP		Marapoama - SP		Meridiano - SP		Mirassol - SP		Monte Aprazível - SP		Neves Paulista - SP		Nova Aliança - SP		Ouroeste - SP		Pedranópolis - SP		Poloni - SP		Potirendaba - SP		Sebastianópolis do Sul - SP		Urupês - SP		Valentim Gentil - SP		Votuporanga - SP		All Mesorregional São José do Rio Preto		São Paulo											
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL
Fabricação de produtos químicos	8	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	9	57	3	2	-	-	-	-	1	X	2	X	-	-	4	13	-	-	1	X	1	X	8	19	38	106	6.225	180.852											
Fabricação de artigos de borracha e plástico	7	155	-	-	-	-	-	-	4	10	3	107	-	-	-	-	1	X	20	387	2	X	2	X	2	X	-	-	1	-	1	X	2	X	-	-	1	X	1	X	13	56	60	715	7.876	180.030										
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	23	142	-	-	4	9	-	-	5	51	1	X	-	-	-	-	1	X	3	12	1	X	2	X	2	X	1	X	1	X	-	-	2	X	-	-	2	X	-	-	18	96	66	310	8.262	111.349										
Metalurgia básica	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	5	0	2.416	78.183									
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	41	193	1	X	-	-	2	X	5	11	3	11	-	-	-	-	2	X	84	1.024	9	67	9	146	3	4	4	192	-	-	2	X	5	15	4	73	3	2	3	67	41	109	221	1914	17.561	220.118										
Fabricação de máquinas e equipamentos	6	34	-	-	2	X	-	-	9	65	3	26	-	-	-	-	1	X	18	153	6	194	1	X	2	X	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	2	X	19	396	71	868	12.022	249.765										
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	502	12.580											
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5	29	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	12	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	1	X	3	9	15	50	3.685	97.370						
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	3	0	1.635	41.222									
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão, etc.	1	X	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	4	0	1.977	37.401									
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	6	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	103	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	1.260	33	1413	2.686	211.456									
Fabricação de outros equipamentos de transporte	3	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	8	18	777	40.178										
Fabricação de móveis e indústrias diversas	23	436	-	-	15	196	1	X	6	116	37	1.043	4	78	-	-	8	65	125	1.717	7	54	9	85	1	X	3	69	-	-	-	-	16	65	7	100	3	42	65	1.051	140	1.758	470	6875	12.834	114.585										
Reciclagem	1	X	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	6	0	930	7.573									

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																																																																				
	Fernandópolis - SP		Guarani d'Oeste - SP		Ibirá - SP		Indiaporã - SP		Itajobi - SP		Jaci - SP		Macedônia - SP		Marapoama - SP		Meridiano - SP		Mirassol - SP		Monte Aprazível - SP		Neves Paulista - SP		Nova Aliança - SP		Ouroeste - SP		Pedranópolis - SP		Poloni - SP		Potirendaba - SP		Sebastianópolis do Sul - SP		Urupês - SP		Valentim Gentil - SP		Votuporanga - SP		All Mesorregional São José do Rio Preto		São Paulo																								
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO												
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3		83	2		X	2		X	2		X	1		X	-		-	1		X	4		43	2		X	1		-	2		-	1		X	1		X	1		X	1		X	1		X	1		X	3		196	31		322	1.742		51.526									
Eletricidade, gás e água quente	1		-	-		-	1		X	1		-	1		X	-		-	-		-	2		-	1		X	1		-	2		-	1		X	-		-	-		-	1		X	-		-	3		196	16		196	913		22.572												
Captação, tratamento e distribuição de água	2		X	2		X	1		X	1		X	-		-	-		-	1		X	2		X	1		X	-		-	-		-	-		-	1		X	1		X	1		X	-		-	-		-	15		0	829		28.954												
Construção	68		683	3		4	11		24	1		X	6		18	4		10	9		10	-		-	3		229	22		36	9		65	8		495	1		X	16		35	-		-	-		-	9		84	1		X	2		X	2		X	47		658	222		2351	37.465		420.803

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

- **Setor Terciário**

No ano de 2006, na All Mesorregional Araraquara, havia 13.580 unidades empresariais do Setor Terciário, que empregavam 60.646 pessoas, 79,4% das quais trabalhavam no município de Araraquara. A maior parte dos trabalhadores do Setor Terciário desta All Mesorregional exerciam atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais ou domésticos (27,1%). Em seguida, o contingente mais expressivo é o de trabalhadores empregados em atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (14,8%), seguidos dos empregados na administração pública, defesa e seguridade social (9,5%) e no comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio (9,3%).

Quadro 3.6.5.9-53 - Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Terciário – All Mesorregional Araraquara – 2006

Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de Pessoal Ocupado																					
Araraquara		Bariri		Boa Esperança do Sul		Bocaina		Gavião Peixoto		Itápolis		Nova Europa		Tabatinga		All Mesorregional Araraquara		São Paulo			
N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO	N UL	PO
5.480	19.438	753	1.938	223	388	239	371	52	107	1.106	3.367	223	313	338	685	8.414	26.607	846.099	2.890.996		
718	3.450	113	346	15	32	30	45	6	16	141	541	12	24	33	71	1.068	4.525	99.707	394.867		
602	2.843	557	1.452	181	317	158	271	3	3	109	682	2	X	22	53	1.634	5.621	102.195	509.191		
4.160	13.145	83	140	27	39	51	55	43	88	856	2.144	209	285	283	561	5.712	16.457	644.197	1.986.938		
773	2.698	83	140	27	39	51	55	16	77	126	252	55	61	63	79	1.194	3.401	139.182	524.680		
459	3.865	60	318	71	91	34	88	5	14	58	203	19	39	14	32	720	4.650	88.255	698.783		
367	3.336	52	280	70	86	32	88	4	12	48	176	15	31	12	27	600	4.036	58.402	409.507		
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	145	2.037		
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	1	0	445	25.322		
55	181	4	18	-	-	-	-	-	-	8	7	3	4	-	-	70	210	21.851	163.778		
37	348	4	20	1	X	2	X	1	X	1	X	1	X	2	X	49	368	7.412	98.139		
139	1.033	18	84	4	11	4	17	1	X	23	123	4	23	8	35	201	1.326	35.922	301.487		
57	702	10	71	3	11	4	17	-	-	16	110	2	X	4	23	96	934	17.774	198.761		
10	136	-	-	1	X	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	12	136	2.621	43.500		
72	195	8	13	-	-	-	-	1	X	6	13	2	X	4	12	93	233	15.527	59.226		
1.210	8.301	57	142	33	44	15	58	2	X	118	386	12	17	11	22	1.458	8.970	319.972	1.920.065		
209	822	8	13	1	X	5	26	-	-	22	83	-	-	3	3	248	947	66.450	260.819		
106	478	6	13	2	X	-	-	-	-	7	25	6	9	-	-	127	525	11.481	49.645		
162	686	6	28	2	X	3	6	-	-	13	30	2	-	-	-	188	750	65.946	228.937		
6	41	1	X	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	41	680	6.011		
727	6.274	36	88	27	44	7	26	2	X	76	248	4	8	8	19	887	6.707	175.415	1.374.653		
18	4.618	2	X	2	X	2	X	2	X	3	747	2	X	3	406	34	5.771	2.941	1.450.695		
166	3.385	19	131	8	13	2	X	1	-	25	221	5	8	7	30	233	3.788	28.746	405.950		
263	2.786	17	162	6	51	3	31	1	X	27	227	6	23	10	65	333	3.345	41.908	484.772		
643	2.043	75	275	29	13	48	101	12	7	117	290	33	18	36	41	993	2.788	126.889	487.004		
3	16	1	X	-	-	-	-	-	-	1	X	2	X	-	-	7	16	1.179	36.598		
395	1.030	57	190	24	4	41	79	9	3	88	181	22	6	22	12	658	1.505	74.437	242.249		
175	741	14	79	5	9	6	22	3	4	21	97	7	12	9	23	240	987	30.386	139.566		
70	256	3	6	-	-	1	X	-	-	7	12	2	-	5	6	88	280	20.887	68.591		

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, em 2006, o Setor Terciário empregava 40.983 pessoas, em 12.125 unidades empresariais. Do total de empregos existentes no setor de comércio e serviços, nesta All Mesorregional, 40,5% eram em atividades de comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos. Os demais empregados do Setor Terciário dividiam-se em atividades de administração pública, defesa e seguridade social (9,6%), saúde e serviços sociais (8,2%), atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (6,3%), educação (6,1%), outros serviços coletivos, sociais e pessoais (5,6%), transporte, armazenagem e comunicações (4,6%) e intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados (2,5%). Das 40.983 pessoas empregadas no Setor Terciário no conjunto de municípios em estudo na mesorregião paulista de São José do Rio Preto, 32,7% trabalhavam no município de Votuporanga, 26% em Fernandópolis e 14,2% no município de Mirassol.

Quadro 3.6.5.9-54 – Unidades empresariais e pessoal ocupado no Setor Terciário – All Mesorregional São José do Rio Preto – 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de PO																																																				
	Fernandópolis – SP		Guarani d'Oeste – SP		Ibirá – SP		Indiaporã – SP		Itajobi – SP		Jaci – SP		Macedônia – SP		Marapoama – SP		Meridiano – SP		Mirassol – SP		Monte Aprazível – SP		Neves Paulista – SP		Nova Aliança – SP		Ouroeste – SP		Pedranópolis – SP		Poloni – SP		Potirendaba – SP		Sebastianópolis do Sul – SP		Urupês – SP		Valentim Gentil – SP		Votuporanga – SP		All Mesorregional São José do Rio Preto		São Paulo								
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	2.170	6.107	78	96	238	545	57	89	361	891	95	186	103	120	53	110	61	141	1.465	3.765	492	1.242	169	326	98	175	178	314	20	29	113	212	335	656	59	123	257	715	176	277	2.211	7.200	8789	23319	846.099	2.890.996							
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	258	1.033	11	15	21	45	5	19	39	113	7	20	11	16	8	13	6	33	172	534	60	218	10	30	6	17	14	41	3	8	19	35	24	52	14	36	37	113	12	24	338	1.372	1075	3787	99.707	394.867							
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	154	868	-	-	16	26	3	4	59	262	17	26	5	4	9	48	-	-	189	510	31	101	16	26	6	22	3	10	1	X	9	23	14	38	1	X	16	201	11	8	251	773	811	2950	102.195	509.191							
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	1.758	4.206	67	81	201	474	49	66	263	516	71	140	87	100	36	49	55	108	1.104	2.721	401	923	143	270	86	136	161	263	16	20	85	154	297	566	44	86	204	401	153	245	1.622	5.055	6903	16580	644.197	1.986.938							
Alojamento e alimentação	294	617	11	11	74	128	13	23	40	63	11	16	9	8	4	-	14	43	251	548	92	143	30	37	21	32	27	29	9	9	25	28	46	71	21	27	33	35	18	21	293	700	1336	2589	139.182	524.680							
Transporte, armazenagem e comunicações	105	429	3	4	22	49	2	X	19	54	9	43	6	23	6	17	2	X	76	314	46	102	5	8	5	25	9	13	5	7	16	31	40	94	9	13	66	157	5	33	162	482	618	1898	88.255	698.783							
Transporte terrestre	84	326	2	X	21	44	-	-	16	44	7	39	5	21	5	14	1	X	66	271	40	89	3	2	4	22	8	11	4	5	15	27	38	87	8	10	64	149	3	18	127	334	521	1513	58.402	409.507							
Transporte aquaviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	145	2.037						
Transporte aéreo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	445	25.322						
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	13	35	-	-	-	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	16	1	-	1	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	60	48	111	21.851	163.778				
Correio e telecomunicações	8	68	1	X	1	X	1	X	3	10	2	X	1	X	1	X	1	X	3	27	5	13	1	X	1	X	1	X	1	X	1	X	2	X	1	X	2	X	2	X	2	X	10	88	49	206	7.412	98.139					
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	51	316	1	X	3	11	3	11	8	31	4	13	2	X	1	X	2	X	14	150	14	67	4	18	1	X	2	X	2	X	3	9	6	26	2	X	8	36	4	15	40	328	175	1031	35.922	301.487							
Intermediação financeira	17	184	1	X	2	X	3	11	3	24	1	X	2	X	1	X	2	X	10	131	9	54	3	16	1	X	2	X	2	X	1	X	5	24	2	X	6	33	3	13	16	236	92	726	17.774	198.761							

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Unidade da Federação e Município, Número de Unidades, Faixa de PO																																																																							
	Fernandópolis – SP		Guarani d'Oeste – SP		Ibirá – SP		Indiaporã – SP		Itajobi – SP		Jaci – SP		Macedônia – SP		Marapoama – SP		Meridiano – SP		Mirassol – SP		Monte Aprazível – SP		Neves Paulista – SP		Nova Aliança – SP		Ouroeste – SP		Pedranópolis – SP		Poloni – SP		Potirendaba – SP		Sebastianópolis do Sul – SP		Urupês – SP		Valentim Gentil – SP		Votuporanga – SP		All Mesorregional São José do Rio Preto		São Paulo																											
	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO	N	UL	PO																					
Seguros e previdência complementar	10		74	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	1		X	1		X	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	5		48	17		122	2.621		43.500																					
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	24		58	-		-	1		X	-		-	5		7	3		6	-		-	-		-	3		7	4		11	1		X	-		-	2		-	1		X	-		-	2		X	1		X	19		44	66		133	15.527		59.226												
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	185		558	2		X	23		50	7		11	35		48	20		38	4		3	9		227	5		8	173		464	47		106	15		23	5		7	10		22	3		2	16		27	26		60	5		12	25		48	12		22	259		850	886		2586	319.972		1.920.065			
Atividades imobiliárias	52		212	-		-	7		14	2		X	1		X	1		X	-		-	3		5	-		-	23		60	5		10	2		X	1		X	1		X	-		-	9		18	-		-	6		13	-		-	59		163	172		495	66.450		260.819						
Aluguel de veículos, aquinam e equipamentos	13		34	-		-	2		X	-		-	3		2	1		X	1		X	6		222	-		-	7		24	8		25	2		X	-		-	2		X	-		-	2		X	6		14	1		X	1		X	-		-	17		41	72		362	11.481		49.645			
Atividades de informática e serviços relacionados	15		44	-		-	5		16	-		-	7		9	-		-	1		-	-		-	-		-	-		-	26		79	7		19	3		9	-		-	2		X	-		-	4		7	3		7	-		-	2		X	2		X	36		239	113		429	65.946		228.937
Pesquisa e desenvolvimento	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	0		0	680		6.011												
Serviços prestados principalmente às empresas	105		268	2		X	9		15	5		9	24		33	18		35	2		X	-		-	5		8	117		301	27		52	8		9	4		6	5		10	3		2	10		17	8		21	4		11	16		31	10		13	147		407	529		1248	175.415		1.374.653			
Administração pública, defesa e seguridade social	6		1.260	2		X	2		X	1		X	2		X	2		X	2		X	2		X	2		X	2		X	2		X	2		X	2		X	2		X	2		X	3		311	2		X	6		1.471	53		3952	2.941		1.450.695												
Educação	56		909	-		-	8		25	2		X	7		38	2		X	-		-	2		X	-		-	44		389	12		167	4		7	5		11	4		50	2		-	-		-	9		34	2		-	8		38	4		11	51		841	222		2520	28.746		405.950			
Saúde e serviços sociais	57		663	-		-	10		72	2		X	13		28	9		531	-		-	1		X	-		-	45		167	17		127	3		5	-		-	4		9	-		-	3		4	11		71	4		8	9		61	7		13	81		1.608	276		3367	41.908		484.772			
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	219		429	13		3	46		49	23		20	36		48	20		40	18		21	13		3	20		10	140		579	62		114	36		95	8		4	40		25	17		1	23		74	52		66	11		11	37		63	23		19	249		636	1106		2310	126.889		487.004			
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	1		X	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	1		X	-		-	-		-	-		-	1		-	-		-	-		-	-		-	1		X	-		-	-		-	-		-	2		X	7		0	1.179		36.598									
Atividades associativas	147		196	12		2	32		20	20		15	21		11	18		37	14		15	11		1	19		9	83		158	41		81	25		81	6		1	28		13	17		1	17		24	29		25	10		9	29		21	17		10	179		231	775		961	74.437		242.249			
Atividades recreativas, culturais e desportivas	55		178	-		-	11		24	1		X	7		12	1		X	2		X	1		-	-		-	27		352	13		24	8		12	1		X	11		11	-		-	3		7	13		23	1		X	3		7	5		8	47		295	210		953	30.386		139.566			
Serviços pessoais	16		53	1		X	3		5	2		X	8		25	1		X	1		X	1		X	1		X	30		69	7		9	3		2	1		X	-		-	-		-	-		-	2		X	10		18	-		-	5		35	1		X	21		81	114		297	20.887		68.591

Fonte: Cadastro Central de Empresas – IBGE

3.6.5.10 POPULAÇÕES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E TRADICIONAIS

Nessa seção, são apresentados os modos de vida e as dinâmicas socioeconômicas das populações tradicionais existentes na região atravessada pelo empreendimento, com enfoque nos grupos sociais identificados ao longo do corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01. Os levantamentos de campo foram realizados no período de outubro a dezembro de 2009, ao longo da área atravessada pelo empreendimento, considerando um corredor de 10 km, sendo 5 km para cada lado, a partir do eixo da LT e uma área com 15 km de raio ao entorno do ponto de localização do eletrodo de terra. Bibliografia especializada no tema ou na região, publicações, artigos e dados de órgãos oficiais também foram utilizados como fonte de pesquisa secundária para complementação do trabalho de campo.

Ao longo do levantamento de campo buscou-se compreender como vivem desses grupos sociais através de uma abordagem voltada para a coleta de narrativas sobre histórias de vida, das estratégias de ocupação do espaço, formas de organização no trabalho, da relação com o território e com a natureza, considerando os antecedentes históricos e as circunstâncias do universo cotidiano desses grupos. Destaca-se que os aspectos tradicionais de cada uma das formas de ocupação identificadas estão diretamente associados à dependência dos recursos naturais, bem como a sua representação para a organização social, econômica e cultural. Dessa forma, são descritos os diversos grupos sociais, atentando especialmente para os aspectos de suas identidades culturais, bem como as estratégias empregadas para reprodução de seus modos de vida.

Dentre os grupos sociais identificados ao longo do corredor em estudo, destacam-se os pescadores artesanais e os quilombolas. Ressalta-se que não foram identificadas Terras indígenas no corredor em estudo. As Terras Indígenas situam-se a mais de 9 km do traçado da LT. Seguindo as diretrizes e orientações da FUNAI foi elaborado um estudo específico para os povos e etnias indicados sob influência do empreendimento. *Esse estudo é apresentado no **Anexo 3.6.5.10 – 1 - Componente Indígena dos Estudos Ambientais da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01.***

a. Comunidades Tradicionais

As populações tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e

*práticas gerados e transmitidos pela tradição*¹. Dentre esses grupos, podemos citar os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas.

A organização social das comunidades encontradas durante a pesquisa é, em geral, constituída em torno de relações visíveis e reconhecidas de parentesco. Algumas dessas famílias inclusive são, também, fundadoras das localidades habitadas pelas comunidades pesquisadas. É muito comum que pais, filhos e suas respectivas famílias nucleares vivam muito próximos uns dos outros; assim como podem ser observados grupos de irmãos de uma mesma família (já casados) que se encontram numa mesma localidade. As evidências parecem indicar um padrão, de famílias extensas compartilhando o mesmo território. Algumas dessas localidades podem ser formadas por mais de uma família extensa, interagindo-se através de práticas de auxílio mútuo e, até, de casamentos cruzados.

A dimensão simbólica do território, onde estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, pode ser percebida através da noção de espacialidade (baseada na ideia de vizinho) e da família (na ideia de parente), as quais desempenham papéis fundamentais na sua constituição. São princípios complementares a definir os “direitos sobre a terra, e os deveres entre as pessoas” (idem, *ibidem*: 250). Ainda que, muitas vezes, não haja efetivamente uma correspondência exata entre as séries do parentesco (que delimita um campo de relações pautado, discursivamente, pela união, tolerância, confiança, ajuda mútua, respeito, intimidade, compartilhamentos e responsabilidades) e a dos territórios², há uma nítida tendência nesse sentido: não só porque a subdivisão de um sítio ou fazenda ao longo do tempo costuma ter como resultado a criação de uma vizinhança formada por avós, pais, filhos, netos, irmãos, primos, cunhados, cunhadas, noras, genros, mas também porque cada um desses lugares tende a ser associado genericamente, nas narrativas e comentários cotidianos, a algumas famílias (Comenford, 2001).

Nesse sentido, cabe chamar a atenção para o processo de colonização do território de Rondônia e Mato Grosso pelo contingente migratório oriundo das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, que modificou a base socioprodutiva construída ao longo de dois ciclos econômicos da borracha. As florestas, antes divididas em seringais e colocações de estrada de seringa, deram lugar, a partir da década de 60 do século passado, a grandes empreendimentos latifundiários e assentamentos rurais.

A desestruturação do território e da economia extrativista com a chegada dos “novos donos da terra”, os denominados “paulistas”, levou à falência os seringais nativos,

¹ Art. 3, I do Decreto n 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.

² Os territórios são espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (art. 3, II do Decreto n 6.040 de 7 de fevereiro de 2007).

expulsando os seringueiros para as regiões periféricas dos centros urbanos do Estado de Rondônia de Mato Grosso.

Como formas de adaptações e estratégias de reprodução de seus modos de vida, na década de 80, Chico Mendes e o Conselho Nacional dos Seringueiros em 1985, reivindicavam do INCRA, o estabelecimento de uma nova modalidade de assentamento, específico para a Amazônia, denominado de Projeto de Assentamento Extrativista, dando origem às primeiras unidades de Reservas Extrativistas e a introdução do termo “população tradicional”. Nesse momento, tal termo era caracterizado como um tipo específico de trabalhador rural que vive do ecossistema florestal.

No Decreto nº 6.040/ 2007, o conceito foi ampliado, estendendo-se aos demais grupos sociais, bem como foi incorporado a questão de acesso à terra. O território foi entendido como um espaço cheio de memória e significados, necessário à manutenção das práticas sociais, manejo dos recursos, sistemas produtivos e consumo da produção.

No campo prático, o embate entre as formas tradicionais de manejo dos recursos naturais disponíveis, frente ao avanço da tecnologia e a contínua apropriação de terras de uso de populações tradicionais, continua a imprimir novas estratégias de reprodução de seus modos de vida, tanto para os seringueiros, como dos demais grupos tradicionais.

O sistema de produção nas áreas de heveicultura estão descritas no **item b 1. Culturas e Sistemas de Produção do Corredor em Estudo no tópico 3.6.5.11 – Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações.**

Com relação aos demais grupos de população tradicional, os quilombolas e os povos indígenas serão abordados em itens separados.

Ao longo do rio Madeira, existe população ribeirinha, mas a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 não atravessa esse rio. Nos demais rios atravessados pelo traçado, não foram identificadas comunidades ribeirinhas dentro da AID, apenas pescadores artesanais, conforme descrito mais adiante nessa sessão. Ressalta-se que os modos de vida ribeirinhos conjugam agricultura e pesca, associados ao sistema ecológico de várzeas, ao passo que a pesca artesanal é caracterizada, primeiramente, pela caça ou extração de peixes, sendo desenvolvida em área estuarina, marinha ou continental, como é caso em questão.

- **Pescadores Artesanais**

As atividades extrativistas são exercidas pelos pequenos produtores rurais e comunidades conhecidas como tradicionais, pois seu modo de vida, em grande parte, é associado ao uso e manejo dos recursos naturais disponíveis em determinado ecossistema. Entre esses grupos culturais, estão os pescadores.

Segundo a Lei 11.959, publicada em 29 de Junho de 2009, em seu capítulo IV, seção I, a pesca artesanal é aquela realizada *“quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”*.

Essa categoria de população tradicional está distribuída pelo litoral, pelos rios e lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca artesanal, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Apesar de poder, sob alguns aspectos, ser considerada uma categoria ocupacional, a pesca, particularmente a denominada artesanal, apresenta características particular.

A pesca é uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem. Seu desenvolvimento ao longo dos séculos formou um vasto conhecimento acumulado pelos pescadores sobre o comportamento das espécies capturadas, a época de sua reprodução e a concentração dos cardumes.

Esse conhecimento e as práticas associadas orientam e sustentam o funcionamento de sistemas de manejo comunitário e estão na base das decisões e estratégias de pesca empregadas pelos pescadores artesanais, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, classificações de espécies e habitats, assegurando capturas regulares e, muitas vezes, a sustentabilidade, em longo prazo, das atividades pesqueiras. O conhecimento tradicional também fornece uma base de informação crucial para o manejo dos recursos pesqueiros locais, onde os dados biológicos raramente são disponíveis, a exemplo da contribuição do setor nos programas REVEZZE (ver **tópico 3.6.5.2 – Aspectos Geopolíticos**) e programas de monitoramento pesqueiro realizados pelo CEPENE/IBAMA ao longo da costa brasileira.

Nesse sentido, o conhecimento tradicional da pesca é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais (saberes e fazeres) transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais, com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. No caso das comunidades pesqueiras, ele é constituído por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em

sua relação com o meioambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com o ambiente terrestre (espaço comunitário).

Os pescadores percebem a natureza como feita por dois vastos mundos: o da terra, onde moram e o das águas, onde trabalham. A distinção entre esses dois mundos é uma base importante para a classificação e compreensão dos seus modos de vida. Pois a partir dessa percepção que é constituída sua identidade, seu território e sua história e memória.

A terra, espaço de morada, é também o espaço onde se compartilham a produção, as aventuras, os conflitos e todas as práticas necessárias para a reconstrução social do grupo. Em algumas comunidades, a solidariedade é uma das características do modo de vida das comunidades pesqueiras, seja para compartilhar a feitura dos meios de produção, seja para a execução da atividade de trabalho.

A construção de uma embarcação, ainda que de propriedade de um indivíduo, é um processo, no qual, os demais pescadores envolvem-se para ajudar ou observar valorizando o feito. Nesses ambientes, são definidas as tripulações das embarcações e as articulações políticas desses grupos. Normalmente, a tripulação é montada a partir dos laços de parentesco, compadrio e vizinhança.

Muitos tipos de pescaria exigem a presença de um parceiro ou ajudante de pesca, em função tanto pela necessidade técnica, que exige força coletiva para realizar a extração, quanto pela ausência de meios próprios dos pescadores mais jovens, que contam com a solidariedade dos outros pescadores mais velhos. Encontram-se, aí, diversas estratégias de partição do fruto de trabalho, que vão desde o partilhamento do pescado capturado, à divisão do resultado em renda monetária proveniente da venda realizada do referido pescado. No geral, o trabalho da pesca artesanal apresenta processos de lealdade pessoal e mobilidade, dos aprendizes aos mestres.

- **A Pesca na Área de Influência do Empreendimento**

Ao longo do corredor em estudo, foi possível identificar quatro comunidades pesqueiras: duas no rio Cuiabá (municípios de Acorizal e Cuiabá – MT) e duas comunidades pesqueiras na Bacia do rio Paranaíba e Rio Grande. A espacialização dessas comunidades em relação à LT pode ser observada na **Ilustração 19 - Projetos de Assentamentos, Terras Indígenas e Quilombolas**.

Uma das comunidades pesqueiras localiza-se no **Distrito de Baús**, no município de Acorizal-MT, a cerca de 3 km de distância do eixo da LT. O histórico de ocupação do distrito remonta ao período em que era ponto de parada de tropeiros pela região e de

acordo com o entrevistado, tem aproximadamente 120 anos de existência. O nome do distrito faz referência a um dos baús que os tropeiros transportavam e que foi encontrado no local. Com aproximadamente 200 domicílios ocupados, Baús possui ainda 30 lotes na área de sítios. O tamanho dos lotes é de 450 metros, as residências são de alvenaria, com 70 metros quadrados.

A pesca no local é praticada por aproximadamente 50 pescadores residentes nas margens do rio Cuiabá. Os pescadores artesanais cadastrados na Colônia Z1- Cuiabá.



Fotos 3.6.5.10-1 e 3.6.5.10-2 - Distrito de Baús, localizado no rio Cuiabá. Coordenadas: 574.904/8.315.278

De modo geral, a pesca é destinada à subsistência das famílias e realizada com canoas. Na pesca de subsistência, a captura é feita por meio de técnicas de reduzido rendimento, destinando-se à obtenção de alimento. Embora sem finalidade comercial, o excedente é trocado por outros produtos de primeira necessidade familiar na própria comunidade ou vendidos preferencialmente para a Colônia Z-1. Dentre as principais espécies capturadas, destacam-se o pintado, dourado, piraputanga e a traíra.

A comunidade de pescadores artesanais tem como referência a estrutura do Distrito de Baús que conta com um posto de saúde que possui uma técnica de enfermagem e uma ambulância que permite a remoção para as sedes dos municípios de Acorizal e Cuiabá. O distrito também possui uma escola municipal e outra, estadual, que oferecem transporte escolar para seus alunos, além do serviço de creche. A principal via de acesso ao local é a MT-010 que possui boas condições de conservação e de tráfego, além de receber cobertura policial e de bombeiros da sede do município. As opções de lazer dos moradores se concentram no banho no rio Cuiabá e nos campos de futebol e quadra de esportes existentes no local.

O **distrito da Guia** é um pequeno aglomerado urbano localizado no município de Cuiabá-MT, às margens do rio Cuiabá. O distrito situa-se a cerca de 6 km do traçado da LT. Com população estimada de quase 4.000 habitantes, o distrito também é local

onde vivem diversos pescadores profissionais artesanais associados à Colônia Z-1, em Cuiabá. Segundo dados recolhidos na região, há cerca de 70 pescadores vivendo no distrito e nas suas imediações. As casas são de alvenaria e construídas sobre pequenos lotes urbanos. Alguns pescadores vivem numa área de pequenos sítios de poucos hectares. A pesca é realizada no rio Cuiabá, as principais espécies capturadas de interesse comercial são: piraputanga, o pacu e o dourado. Os peixes são vendidos em Cuiabá ao preço aproximado de R\$ 12,00 o quilo.

O distrito da Guia conta com escolas de Ensino Fundamental e Médio. Há Posto e agentes de saúde. As casas possuem água encanada e sistema de esgoto. A principal via de acesso à localidade é a rodovia asfaltada que liga Cuiabá ao município de Aricozal (MT-010).

Ambos os grupos (de Baús e Guia) desempenham suas atividades segundo regulamentações do IBAMA, sendo constantemente objeto de fiscalizações por parte do órgão federal. A pesca na região se realiza ao longo de 8 meses durante um ano, sendo suspensa durante o período da piracema (entre os meses de novembro e março). Em geral, a pesca é praticada pelo pescador individualmente ou em duplas, em barcos a motor de “rabeta”. Os petrechos de pesca se reduzem ao uso de varas, anzóis e molinetes. Não é permitido o uso de tarrafas, exceto a “tarrafinha” de 3 mm, voltada para a pesca de lambaris.

A pesca é realizada diariamente, com saídas antes do amanhecer e retorno no mesmo dia. Eventualmente também ocorre a pescaria noturna em ranchos de pesca. Os locais de pesca são pré-delimitados abrangendo um trecho de aproximadamente 10 km, desde a Barra do Rio Machado, a jusante do distrito, até um conjunto de corredeiras, localizado a quase 4 km a montante do distrito, nas imediações do Ribeirão do Machadinho. Os “pesqueiros” são territorializados, ou seja, são áreas entendidas como preferencialmente ocupadas pelos pescadores habitantes de suas margens.

O pescado é armazenado em *freezers* de propriedade dos pescadores. Os peixes são vendidos à Colônia Z-1, onde cada um deles é vinculado. Os peixes também podem ser comercializados diretamente aos consumidores da própria comunidade.

Em Minas Gerais e São Paulo também foram identificadas duas comunidades pesqueiras situadas no rio Paranaíba e no Rio Grande: uma localizada no distrito de Santa Vitória, em Santa Vitória – MG e outra às margens do Rio Grande, na divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, no município de Ouroesse, em São Paulo.

No distrito Santa Vitória, também chamado **Chaveslândia**, localizado a, aproximadamente, 10 km do traçado. O Distrito possui mais de 200 habitantes e conta uma escola e posto de saúde, porém, os serviços de educação mais avançada e saúde de maior complexidade são oferecidos na sede de Santa Vitória ou no município vizinho de São Simão.

A Colônia oferece serviços de financiamento, auxílio doença e seguro piracema, no período do defeso. A área de atuação da Z-08 compreende os municípios de Ibiaçu, Araguari, Uberlândia, Ituramã, Santa Vitória, Limeira d'Oesse, Araguari e São Simão. Os principais rios pesqueiros nessa região são da bacia do Paranaíba (incluindo a Represa de São Simão) e o Rio Grande (incluindo a Represa Água Vermelha), que têm de 4 a 70 metros de profundidade. Em geral, a pesca é praticada pelo pescador individualmente ou em duplas, em barcos a motor de “rabetá”.

A comercialização do pescado é feita através das peixarias ou de forma autônoma. Os meeiros ganham uma porcentagem sobre o que foi pescado.

Os apetrechos utilizados são rede de armação, tarrafa, linha de mão e espinhel de fundo. As espécies capturadas são barbado, caranha, cãndi, pintado, curimba, curvina e tucunaré. No período de defeso, isto é, no período da piracema, a pesca só pode ser feita por linha de mão. Nesse período, só é permitida a pesca de peixes exóticos e o seguro defeso paga um salário-mínimo durante quatro meses para a sustentação da comunidade.

Na região do Rio Grande, já no Estado de São Paulo, no município de Ouroeste, localiza-se outro aglomerado de pescadores artesanais, instalados na região há mais de 20 anos. Essa comunidade está localizada a mais de 10 km do traçado e possui mais de 100 habitantes. Ali a pesca é realizada com o uso de molinete. Os principais peixes capturados tanto no rio Grande quanto no lago da Represa Água Vermelha, são mandi, barbado, pau e dourado, que são comercializados pelas peixarias da região ou de forma autônoma. Dada a proximidade entre as comunidades, muitos desses pescadores residentes em Ouroeste-SP também são filiados à Z-08, embora, a jurisdição da colônia seja restrita ao território de MG.



Foto 3.6.5.10-3 - Rio Paranaíba – UHE São Simão



Foto 3.6.5.10-4 Colônia de Pescadores Z-08

b. Comunidades Quilombolas

No caso das comunidades remanescentes de quilombo, por solicitação da Fundação Cultural Palmares foi realizado em outubro de 2009 um seminário na instituição, com a presença do corpo técnico da Palmares, equipe do IBAMA, representante do INCRA, lideranças do Movimento Negro dos cinco estados atravessados pela LT, empreendedor e consultora ambiental. No mesmo encontro foi apresentado o empreendimento, a metodologia de trabalho para elaboração do EIA, as informações levantadas por dados secundários sobre o tema até aquela data, e os principais impactos esperados do empreendimento, bem como os procedimentos a serem tomados, no caso de identificação de travessia da LT sobre as comunidades quilombolas.

De acordo com os levantamentos secundários, preliminarmente, foram identificadas 28 comunidades quilombolas na Área de Influência Indireta do empreendimento, nos estados de Mato Grosso e Goiás, espalhadas nos municípios de Cuiabá, Acorizal, Barra do Bugres, Santo Antônio do Leverger e Vila Bela da Santíssima Trindade, todos em Mato Grosso e em Goiás, no município de Mineiros, conforme o Quadro a seguir.

Quadro 3.6.5.10-1 – Comunidades remanescentes de quilombos nos municípios da All da LT

Estado	Municípios atravessados pela LT	Comunidades quilombolas
Mato Grosso	Cuiabá	Caxipó-Açu, São Gerônimo, Abolição, Aguassu
	Acorizal	Aldeias, Baús
	Barra dos Bugres	Baixio, Vaca Morta, Vermelhinho, Valo Grande, Buriti Fundo, Tingá, Queimado.
	Santo Antônio do Leverger	Sesmaria Bigorna/Estiva
	Vila Bela da Santíssima Trindade	Bela Cor, Boqueirão, Vale dos Rios Alegre e Guaporé- Porto Bananal, Manga, Capão do Negro, Vale do Alegre "Valentim e Martinho"

Estado	Municípios atravessados pela LT	Comunidades quilombolas
Goiás	Mineiros	Cedro, Buracão, Formiguinha, Serra das Araras, Pouso Alegre, Dois Salto, Chico Moleque

Fonte: DPA- Fundação Cultural Palmares e INCRA, 2008.

Essas informações foram repassadas para os presentes no seminário e complementadas e discutidas. Na ocasião do seminário também foi discutida a situação fundiária de algumas das comunidades identificadas, como no caso das comunidades de Buriti Fundo, Bigorna/Sesmaria/Estiva e Cedro, onde há famílias quilombolas assentadas em projeto de Assentamento para reforma agrária e/ou possuem suas áreas cadastradas como Projeto de Assentamento para Reforma Agrária (PA) junto ao INCRA.

Quanto à área dos quilombos em PA, essa é uma questão complexa devido a incompatibilidade na forma de organização do território entre PA e quilombola. A organização do território em PA tem como unidade o lote, ou seja, a terra é dividida e as famílias cadastradas distribuídas em lotes individuais, ao passo que a organização do território quilombola se dá pelo uso coletivo da terra, ou seja, a titulação do território quilombola é coletiva, impenhorável e imprescritível. Isso significa que pode ocorrer a não aceitação ou reconhecimento por parte da população vizinha no contexto de demarcação do espaço.

Durante os levantamentos de campo no período de outubro a dezembro de 2009, a situação observada de comunidades quilombolas ou famílias quilombolas residentes em PAs dificultou a identificação dessas comunidades na região, devido a descaracterização da configuração territorial. Em segundo lugar, o relativo isolamento dessas comunidades, historicamente utilizada como estratégia de sobrevivência, tende a dificultar não só o acesso às suas terras, como também, o levantamento de informações na região sobre sua localização exata.

Durante a pesquisa de campo, não foi possível acessar todos os locais indicados pelos entrevistados, ou porque o acesso foi impedido, mediante cadeados, ou por resistência da população do entorno em fornecer informações sobre a localização de tais comunidades. Nesse sentido, para enriquecimento dos dados coletados em campo, buscaram-se informações na Superintendência Regional do INCRA –MT, no Conselho Estadual da Igualdade Racial do Mato Grosso. Um exemplo desse tipo de situação ocorreu em Baús (Acorizal/MT), onde se obteve a informação de que a comunidade quilombola situa-se nas proximidades do distrito e possui cerca de 50 “lotes”.

Em Mineiros (GO), para verificação a possibilidade da existência dessas comunidades próximas ao empreendimento, foi feita uma visita na área do traçado da LT, uma

entrevista com o Secretário de Cultura e com um guia local. Os dados levantados indicaram que a localização das áreas remanescentes de quilombos naquele município encontram-se em regiões fora da Área de Influência Direta do empreendimento (a mais de 10 km da LT).

Nessa fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se localizar as comunidades quilombolas existentes ao longo do corredor de estudo - com 10 km de largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de desviar do território dessas comunidades ou, na sua impossibilidade, de preservar áreas de importância socioeconômica, histórica, arquitetônica e simbólica para as comunidades quilombolas, no momento de instituição da faixa de servidão da LT. Bem como, buscou-se identificar e localizar as comunidades que se situam nos municípios pré-selecionadas para abrigarem canteiros de obras³, a fim de avaliar a existência de impactos sobre os modos de vida dessas comunidades relacionados à fase de obra do empreendimento.

Assim, de acordo com as informações levantadas em campo e complementadas com os dados oficiais, foram identificadas 7 (sete) comunidades dentro do corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01 e nos municípios pré-indicados para abrigarem canteiros de obras, As demais situam-se a mais de 10 km do traçado proposto para a LT e fora de municípios pré-indicados para abrigarem canteiros de obras, conforme pode ser observado no quadro a seguir e na **Figura 3.6.5.10-2**. As distâncias entre as comunidades e a LT foram obtidas a partir de levantamento de campo e coordenadas enviadas pelo INCRA-MT.

Quadro 3.6.5.10-2 - Comunidades remanescentes de quilombos próximas ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01

Estado	Município	Comunidade Quilombola	Canteiro de Obra	AI da LT	Distância do traçado LT IE (m)	Coordenadas	
						X	Y
MT	Acorizal	Baús	não	AID	3099	575548	8315923
	Barra dos Bugres	Buriti Fundo	sim	AID	55	495506	8321937
		Queimado		AID	959	460245	8319477
		Tinga		AID	2.870	497080	8319447
	Cuiabá	Abolição	sim	AID	554	649220	8253897
	Santo Antônio de Leverger	Sesmaria/Bigorna/Estiva	Não	AID	1.298	666387	8250144
		Fazenda Serrana		AID	3.835	660000	8246000
GO	Mineiros	Formiguinha	Não	All	a mais de 10 km	N.D.	N.D.
		Serra das Araras		All	a mais de 10 km	N.D.	N.D.
		Pouso Alegre		All	a mais de 10 km	N.D.	N.D.
		Dois Salto		All	a mais de 10 km	N.D.	N.D.
		Chico Moleque		All	10.925	330055	8056232
		Cedro		All	11.958	331556	8056496
		Buracão		All	a mais de 10 km	N.D.	N.D.

Fonte: Levantamento de campo, outubro/dezembro – 2009 e INCRA/DT/N 067/2009.

³ Municípios pré-selecionados para abrigarem canteiros de obra: Porto Velho/RO; Pimenta Bueno/RO; Ji Paraná/RO; Caxibi/RO; Jaru/RO; Cabixi/RO; Pontes e Lacerda/MT; Rondonópolis/MT; Jauru/MT; Barra do Bugres/MT; Cuiabá/MT; Alto Araguaia/MT; Fernandópolis/SP; Jataí/GO; União de Minas/MG; Fernandópolis/SP; Itápolis/SP; Araraquara/SP).

A espacialização dessas comunidades em relação à LT também pode ser observada na **Ilustração 19 - Projetos de Assentamentos, Terras Indígenas e Quilombolas**.

c. Fatos Históricos e Atuais Associados à Presença de Quilombos

A seguir será apresentado um contexto histórico da ocupação negra na região, focando nos estados de Mato Grosso e Goiás, onde foram identificadas comunidades quilombolas, e em seguida a caracterização das comunidades identificadas durante o levantamento de campo no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01.

Os estudos sobre os quilombos têm merecido destaque especial nos processos de licenciamento ambiental, especialmente aqueles com enfoque antropológico, cultural e histórico. Tal importância ocorre devido à luta desses grupos por ações afirmativas e o reconhecimento de direitos até então negados.

Em 1978, surge o MNU (Movimento Negro Unificado) no país. O 20 de Novembro passou a ser lembrado como dia da Consciência Negra - data da morte de Zumbi dos Palmares. O próprio Quilombo dos Palmares torna-se, a partir dos anos 1980, um patrimônio nacional.

Na Constituição de 1988, o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, garante aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade das terras que ocupam. Outro marco legal de reconhecimento de direitos desse grupo, está contido na Organização Internacional do Trabalho- OIT 169, da qual o Brasil é signatário e que em seu artigo 2º, item 2 preconiza que se: “...assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população”, do qual o Brasil é signatário.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, *considera remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, que segundo critérios de auto-atribuição, possuem com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.*

Nesse contexto, a produção bibliográfica histórica tem suas bases teóricas e metodológicas revistas. Na nova historiografia, o negro é observado como protagonista da história escravista e a pesquisa sobre quilombos pode ser incluída nesse novo viés de análise da história social e cultural, encarando o negro como agente que negocia e resiste à violência e à opressão dos senhores de escravos.

- **Contexto Histórico**

De acordo com os levantamentos bibliográficos realizados na Área de Influência Indireta do empreendimento, a região do Vale do Guaporé é historicamente ocupada por indígenas e quilombolas. Durante o século XVIII, os quilombos situavam-se principalmente nos arredores dos rios Coxipó-Mirim e Guaporé.

A escravidão negra no Vale do Guaporé (atualmente pertencente ao Estado de Rondônia fazendo divisa com Mato Grosso) surge com a descoberta e exploração do ouro e a fixação de povoadores ligados à comercialização desse metal e à atividade agro-pastoril.

O período do escravismo negro na região do Vale do Guaporé teve como característica, além dos suplícios e angústias impostas aos negros escravos, as revoltas e fugas que marcaram a resistência à escravidão, com diversos grupos negros rebelando-se, lutando contra o sistema escravagista e fugindo para o interior da floresta.

Os escravos fugitivos fundaram vários quilombos na Amazônia. Os principais quilombos localizados no Guaporé foram: Galera, Galerinha, Taquaral, Pedras, Cabixi e Piolho ou Quariterê. Sendo esse último o mais importante deles, pois resistiu durante 43 anos às expedições punitivas da Coroa Portuguesa, no período de 1752- 1795.

A história do Quilombo do Piolho ou Quariterê começa já nas primeiras décadas do século XVIII, mais precisamente em 1719, nas margens do rio Coxipó-Mirim, com a descoberta de ouro pelos homens que acompanhavam o bandeirante Pascoal Moreira Cabral. Esse quilombo reuniu negros nascidos na África e no Brasil, índios e mestiços de negros e índios (cafuzos). José Piolho, provavelmente foi o primeiro chefe do quilombo. Depois, assumiu o poder sua esposa, Teresa.

O sucesso da mineração e a necessidade de garantir para Portugal a posse de terras além Tratado de Tordesilhas faz com que seja criada, em 1748, a Capitania de Mato Grosso. Sua primeira capital foi Vila Bela da Santíssima Trindade, na extremidade oeste do território colonial.

Para trabalhar na mineração, chegaram, no século XVIII, em Mato Grosso, os primeiros escravos de origem africana. Como resistência à escravidão, as fugas foram constantes, sendo individuais ou coletivas, formando diversos quilombos. Quando a capital de Mato Grosso ainda era Vila Bela da Santíssima Trindade, a região do vale do rio Guaporé concentrou grande parte dessas aldeias de escravos fugitivos.

Fugidos da exploração branca, os habitantes dos quilombos conviviam comunitariamente em uma fusão de elementos culturais de origem indígena e africana.

O quilombo do Piolho (ou Quariteté, tendo por referência outro nome do mesmo rio) foi, segundo os pesquisadores mato-grossenses, o maior e mais significativo da região de Vila Bela (na Chapada e no vale do Guaporé), não só pelo número de seus habitantes, mas também pela organização social e fartura das suas roças, encontrando-se no local duas tendas de ferreiro.

Na organização política residia a especificidade do quilombo, que o distinguiu de Palmares e dos quilombos do Ambrósio e de Campo Grande. A forma de governo adotada foi a realeza. Havia rei, mas na época da primeira destruição era governado por uma preta viúva, a Rainha Teresa [de Benguela], assistida por parlamentar, capitão-mor e conselheiro. A alcunha do conselheiro da rainha, José Piolho, transformou-se em uma das designações do quilombo. Nos quilombos de Alagoas e de Minas Gerais, a chefia era masculina e não assumia o caráter de reinado formal, como no quilombo de Vila Bela. (Bandeira, 1988, apud Machado, 2006).

Segundo Machado (2006), na sua rigidez disciplinadora, a rainha ficou conhecida por aplicar duros castigos aos desertores, como enforcamentos, fraturas das pernas e enterramento vivo. Como no Quilombo de Palmares, a religiosidade expressava o sincretismo entre figuras do cristianismo e valores religiosos africanos.

As dificuldades de abastecimento de gêneros e da mão-de-obra escrava, motivaram os habitantes da região guaporeana a organizarem uma bandeira para atacar os escravos fugitivos. O poder público, através da Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, e os proprietários de escravos patrocinaram a bandeira para destruir o quilombo e recapturar seus moradores.

A bandeira, contendo cerca de trinta homens e comandada por João Leme de Prado, levou um mês para chegar ao quilombo, saindo de Vila Bela. Lá chegando, surpreenderam e prenderam quase a totalidade dos moradores, que era composta por 79 negros, homens e mulheres, e 30 índios. Durante o combate alguns conseguiram fugir e outros foram mortos.

Os escravos sobreviventes foram capturados e levados para Vila Bela, sendo colocados para reconhecimento público, a mando do capitão-general de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Após o ato de reconhecimento, os escravos sofreram castigos severos como surras, tendo parte de suas orelhas cortadas e sendo tatuados no rosto com a letra "F" (de fugitivo) com ferro em brasa. O objetivo da repressão era atemorizar os negros, evitando novas fugas.

Encontra-se em Machado a descrição desse episódio:

(...) em março de 1795, o capitão general e governador da Capitania de Mato Grosso, João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, mandou chamar o Juiz Presidente e o vereador mais velho da Câmara da então capital Vila Bela para tratar da decadência das minas e das perdas e danos causados aos moradores pelas fugas de muitos escravos, que “tranquillamente” aquilombavam-se nas escarpas da extensa Serra dos Parecis. Eles “derramavam-se” pelas vizinhanças dos arraiais e nas águas das nascentes do Guaporé, principalmente nos rios Galera, Sararé, Pindaituba e Piolho, então denominado de São João, além de outros, dos quais tinha constantes notícias. Sendo a obrigação das câmaras socorrer às necessidades públicas, a fuga de escravos e a falta de terras minerais exigiam a formação de uma bandeira que explorasse os sertões, convocando os moradores para uma contribuição voluntária, comprometendo a Fazenda Real com a munição e a quinta parte da gente empregada nessa diligência.” (Machado, 2006)

Duas décadas depois, ocorre uma segunda bandeira organizada para recapturar novos negros fugitivos e, finalmente, acabar com o quilombo do Piolho, conforme narra Machado (2006).

Comandada pelo alferes de dragão, Francisco Pedro de Melo, a bandeira continha 45 homens que destruíram as edificações e plantações do quilombo, recapturando sua população e os devolvendo aos seus donos, em Vila Bela. Porém, percebendo a ineficiência dos castigos físicos, os escravos não mais foram torturados publicamente.

Informou o comandante em seu diário que o quilombo do Piolho, que empresava o nome do rio onde estava situado, já havia sido atacado e destruído em 1770 pelo Sargento-Mór João Leme do Prado, quando apreendeu “*numerosa escravatura*”, *ressando ainda ali muitos escondidos pelos matos, que se essabeleceram novamente nas cercanias do lugar. Desses escravos novamente aquilombados, “morreram muitos, huns de velhice e outros ás mãos do gentio Cabixês, com quem tinham continuada guerra, a fim de lhes furtarem as mulheres, das quaes houveram os filhos Caborés”.*

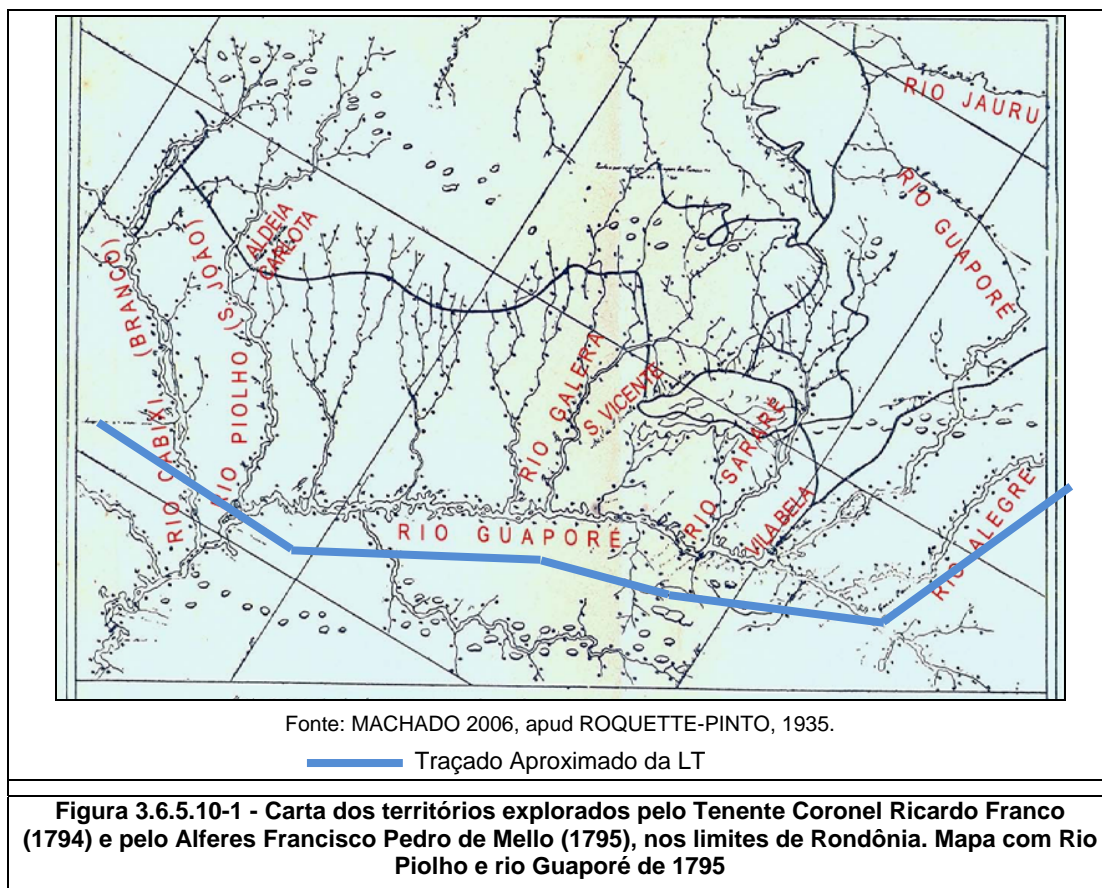
Dos escravos antigos, só seis ainda viviam: “*eram os regentes, padres, médicos, pais e avós*” do pequeno povo que formava o novo quilombo, “*situado em hum bellissimo terreno muito superior, tanto na qualidade das terras, como nas altas e frondosas matarias*”, nas margens dos rios Galera, Sararé e Guaporé, abundantes de caça e de pesca. A bandeira encontrou no quilombo “*grandes plantações de milho, feijão, favas, mandiocas, manduim [amendoim], batatas, caraz e outras raízes, assim como muitas*

bananas, ananazes, abobras (abóboras), fumo, galinhas e algodão de que faziam panos grossos e fortíssimos, com que se cobriam”.

Depois de entregar os capturados do Rio Piolho ao paisano Geraldo Urtiz, o Alferes de Dragões Francisco Pedro de Mello deu continuidade à sua diligência, capturando outras dezenas de escravos em vários quilombos.

No local do quilombo do Piolho, após sua destruição a mando do capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi organizada uma aldeia — “Aldeia da Carlota”, que visava o interesse português em garantir a posse da terra num local tão isolado. Os moradores da aldeia contavam com o apoio do governador. A **Figura 3.6.5.10-1** indica a localização da Aldeia Carlota em relação ao traçado da LT.

Os 54 índios e caborés, depois de batizados, colaboraram na fundação da nova Aldeia Carlota, e prometeram, nas palavras de Francisco Pedro de Mello: *“espontaneamente não só reduzirem á nossa amizade e comunicação outras Aldeãs de Índios Cabixês vizinhos daquela lugar, mas a virem a essa Villa tanto a comerciar como a trazerem boas mostras d’ouro que faça conta para atrahir aquele importante lugar alguns colonos portugueses (...)”* (apud Machado,2006).



Outros quilombos na região também foram destruídos nessa ocasião, sob o comando do mesmo alferes, Francisco de Melo, que assolou os quilombos de "João Félix" e o do "Mutuca, situados na Chapada dos Guimarães e os "Sepoutuba" e "Rio Manso", próximos à Vila Maria (atual Cáceres).

Ainda hoje é possível encontrar comunidades quilombolas nos municípios da região do Vale do Guaporé.

Em Goiás, a Comunidade Afro-Brasileira encontra-se espalhadas predominantemente nas regiões da Chapada dos Veadeiros e na Serra do Caiapó (Urtiga, Buracão e do Córrego Quilombo - Moita Redonda).

Na Área de Influência do empreendimento, no município de Mineiros há a comunidade quilombola do Cedro. Diferentemente da maioria dos quilombos do Brasil, o processo de consolidação da comunidade quilombola do Cedro surge, a partir da luta do ex-escravo Francisco de Antônio de Moraes, o "Chico Moleque", que através de trabalho extra, consegue comprar a liberdade de sua esposa e filha, bem como parte da Fazenda Flores do Rio Verde, onde se originou o quilombo do Cedro a cerca de 150 anos atrás (Januário, 2010)⁴. Destaca-se que a comunidade possui construções tombadas pelo Patrimônio Histórico Cultural de Mineiros pela Lei estadual n 1.117 de 15 de dezembro de 2003.

Atualmente a comunidade vive da criação de pequenos animais de pequeno porte, da agricultura e da venda de remédios medicinais. A agricultura é bastante diversificada. Dentre os principais itens cultivados destacam-se: mandioca, feijão-andu, café, abacaxi, fumo, pequi e a cana-de-açúcar utilizada como melado, rapadura, açúcar, ração para animais.

Recentemente está sendo realizando um estudo dessa comunidade, que pretende entre outras coisas, a valorização e a divulgação dos conhecimentos como forma de revitalizar atividades culturais possivelmente em desuso e reforçar a importância das atuais como forma de preservação do grupo bem como das espécies de plantas e seus habitats⁵.

(2) Caracterização das Comunidades Quilombolas no Corredor de Passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

No tocante as comunidades quilombolas existentes no corredor de passagem da LT, não foram identificadas comunidades no trecho entre Porto Velho(RO) e Nova

⁴ <http://quilombocedro.blogspot.com/>

⁵ Idem.

Lacerda(MT). Conforme destacado anteriormente, foram observadas sete comunidades quilombolas ao longo do corredor de passagem da LT, no trecho entre Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) e Alto Araguaia(MT), sendo elas: **Baús** (Acorizal), **Buriti Fundo** (Barra do Bugres), **Queimado** (Barra do Bugres), **Tingá** (Barra do Bugres), **Fazenda Serrana** (Santo Antonio do Leverger), **Gleba Bigorna** (Santo Antonio do Leverger) e **Abolição** (Cuiabá) todas localizadas no estado do Mato Grosso.

Quadro 3.6.5.10- 3 - Comunidades Remanescentes de Quilombos identificadas no corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 1

Estado	Município	Comunidade Quilombola	Nº_DO_PROC - INCRA	Número de Famílias	Distância do traçado LT IE (m)	Coordenadas	
						X	Y
MT	Acorizal	Baús	54240.005235/2005-15	N.D.	3099	575548	8315923
MT	Barra dos Bugres	Buriti Fundo	54240.002149/2007-12	40	55	495506	8321937
MT	Barra dos Bugres	Queimado	54240.002146/2007-71	N.D.	959	460245	8319477
MT	Barra dos Bugres	Tinga	54240.002145/2007-26	N.D.	2.870	497080	8319447
MT	Cuiabá	Abolição	54240.005251/2005-08	N.D.	554	649220	8253897
MT	Santo Antônio de Leverger	Sesmaria/Bigorna/Estiva	54240.000919/2007-84	20	1.298	666387	8250144
MT	Santo Antonio do Leverger	Fazenda Serrana	em discussão	70	3.835	660000	8246000

Fonte: Levantamento de campo, outubro/dezembro – 2009 e INCRA/DT/N 067/2009.

Destaca-se que das comunidades supracitadas, até a presente data (abril/2010), apenas as comunidades de Bigorna possui certificação de auto-reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, as demais comunidades pesquisadas ainda encontram-se em discussão e conseqüentemente ainda não tiveram seus respectivos territórios demarcados pelos órgãos responsáveis. Por essas razões e considerando a questão fundiária dos territórios quilombolas, há necessidade de se avaliar a situação conjuntamente com a Fundação Cultural Palmares.

Nota-se que em muitos casos, o território é o elemento central da organização do espaço sociocultural e a terra é entendida como espaço de produção agrícola, figurando como recurso essencial para o sustento das famílias. Do ponto de vista dos moradores, qualquer iminente interferência nesse espaço significa uma ameaça à sua posição social e à sua reprodução familiar, especialmente no que se refere às pequenas parcelas destinadas a subsistência familiar. Assim as possíveis interferências do empreendimento sobre as áreas cultivadas e benfeitorias figuram como principal foco de risco de atrito com a comunidade.

Conforme destacado anteriormente ressalta-se que nessa fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se localizar as comunidades quilombolas existentes ao longo do corredor de estudo - com 10 km de largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de desviar do território dessas comunidades ou, na sua

impossibilidade, de preservar áreas de importância socioeconômica e simbólica para as comunidades quilombolas, no momento de instituição da faixa de servidão da LT.

Preliminarmente, os municípios de Barra do Bugres e Cuiabá estão pré-selecionados para abrigarem canteiros de obra⁶, nesse caso, o principal fator de impacto sobre as comunidades quilombolas que se localizam nesses municípios está relacionado aos incômodos durante a fase de obras do empreendimento, não interferindo diretamente em seus territórios. Nesse fase, estima-se que possam ocorrer alterações temporárias no cotidiano e na dinâmica social dessa comunidade, a partir da circulação de máquinas e de trabalhadores entre os canteiros de obras e as áreas de locação das torres, podendo aumentar a circulação sobre o sistema viário e o risco de acidentes.

Nesse sentido, será apresentada a seguir a caracterização das comunidades quilombolas identificadas durante o trabalho de campo, sendo elas: Buriti Fundo (Barra do Bugres), Fazenda Serrana (Santo Antonio do Leverger) e Gleba Bigorna (Santo Antonio do Leverger). Apesar das comunidades de Queimado (Barra do Bugres), Tingá (Barra do Bugres) e Abolição (Cuiabá), constarem do banco de dos INCRA/MT, essas não foram localizadas no corredor de passagem da LT durante os levantamentos de campo. No caso da comunidade Baús (Acorizal), o acesso é feito por vias particulares, no interior das propriedades existentes no entorno da comunidade. A equipe de campo procurou acessar o local por diversas ocasiões e não foi possível chegar até o suposto local da comunidade, devido às porteiças de acesso serem fechadas durante as tentativas da equipe técnica.

- **Buriti Fundo (Barra do Bugres):**

A comunidade de Buriti Fundo localiza-se na zona rural de Barra do Bugres situada a cerca de 2,8 km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01. A ocupação data de períodos anteriores a 1928, sendo habitada por trabalhadores de uma antiga fazenda de gado, vizinha à comunidade. A área foi transformada em assentamento rural, pelo INTERMAT, há cerca de 8 anos. Hoje, Buriti Fundo é habitado por aproximadamente 31 famílias.

O padrão de ocupação remonta a ocupação pretérita do território. A primeira característica diz respeito ao padrão construtivo das residências. Como se trata de assentamento rural foi destinado crédito para construção de casas de alvenaria, contudo, parte da população ainda conserva a moradia antiga utilizando-a como

⁶ Municípios pré-selecionados para abrigarem canteiros de obra: Porto Velho/RO; Pimenta Bueno/RO; Ji Paraná/RO; Caxibi/RO; Jaru/RO; Cabixi/RO; Pontes e Lacerda/MT; Rondonópolis/MT; Jauru/MT; Barra do Bugres/MT; Cuiabá/MT; Alto Araguaia/MT; Fernandópolis/SP; Jataí/GO; União de Minas/MG; Fernandópolis/SP; Itápolis/SP; Araraquara/SP).

cozinha e dispensa. Essas construções em sua maioria são de madeira e telhado de palha.



Fotos 3.6.5.10-5 e Fotos 3.6.5.10-6 - Convivência com dois tipos de construção em Buriti Fundo

A segunda característica tem relação mais íntima com a ocupação pretérita do território é a herança de terra dos familiares que trabalharam na Fazenda São Pedro, que é vizinha ao assentamento. Uma das áreas de importância histórica e simbólica para a comunidade identificada no corredor de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01 é o cemitério existente no local e que ainda é utilizado para o sepultamento de familiares.



Foto 3.6.5.10-7 e Fotos 3.6.5.10-8 - Sepulturas de antigos moradores nascidos em 1892 e 1957, respectivamente. Ambos foram enterrados no cemitério utilizados por dos familiares do Assentamento Buriti Fundo.

Os moradores do Buriti Fundo vivem tradicionalmente de pequenas roças com produção de abacaxi (cerca de 40.000 pés), milho e mandioca (há casa de farinha), além desses há também o plantio de arroz e feijão. Os produtos são vendidos para atravessadores ou diretamente no mercado de Barra do Bugres. Os moradores estão assentados em pequenos lotes de 10 alqueires, cada um.

Os levantamentos de campo indicaram que, antes da criação do assentamento, a terra era de uso coletivo, onde cada família cultivava principalmente mandioca, em qualquer parte do território, sem que isso implicasse em conflito com os demais moradores. Antes da formação do assentamento todo o território era utilizado indiscriminadamente para plantio, o que não ocorre mais.

- **Fazenda Serrana (Santo Antônio do Leverger):**

A fazenda Serrana localiza-se no município de Santo Antônio do Leverger, distante cerca de 3,8 km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. A comunidade é formada por 70 lotes de cerca de 20 hectares cada um. Seus habitantes são moradores que vivem no local, em terras herdadas de seus pais. Nenhum proprietário possui títulos regularizados de posse da terra; o único documento utilizado é o de compra e venda.

A economia gira em torno do emprego em pequenos serviços oferecidos em Cuiabá ou nos estabelecimentos turísticos das proximidades. O tamanho dos lotes e a proximidade com o Parque Essadual das Águas Quentes (a Fazenda se localiza na área de amortecimento do Parque) impedem que seus habitantes tenham áreas significativas de lavoura ou pecuária. Seus habitantes se dedicam ao plantio de pequenas hortas nos quintais e à criação de aves e porcos que são consumidos pelas próprias famílias ou vendidos a compradores locais (entre eles um hotel).



Não se encontram escolas na região. A crianças, para estudar, se deslocam em ônibus da prefeitura para a Vila São Vicente, localizada a 12 quilômetros. Fazenda Serrana

também não conta com postos de saúde. Há apenas um agente de saúde na localidade, responsável por acompanhar pré-natais, distribuir remédios, etc. Os moradores precisam se dirigir para a Vila Olho d'Água ou para o PA Santo Antônio da Fartura em busca de serviços médicos. A água provém de poços e o esgoto é lançado em fossas sépticas. A energia elétrica chega por meio de rede pública, após a sua universalização, há poucos anos, em função de programas federais de eletrificação de áreas rurais.

A comunidade está em processo de discussão para reconhecimento e certificação enquanto comunidade remanescente de quilombo, podendo incorporar as terras de "Lima" antiga fazenda que abarcava a comunidade.

- **Gleba Bigorna (Santo Antônio do Leverger):**

A Gleba Bigorna localiza-se no município de Santo Antônio do Leverger, a cerca de 1,2 km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. A comunidade é formada por 38 famílias, das quais, cerca de três famílias são antigos moradores da fazenda que deu origem à comunidade e as demais se deslocaram para a área a fim de serem incluídas no processo de constituição do PA Santo Antônio da Fartura, vizinho à localidade (a área onde se encontra a Gleba Bigorna deveria ser incluída ao assentamento). No entanto, problemas relativos à documentação da antiga fazenda impediram que toda essa área fosse incluída no processo anterior. Atualmente, os moradores da Gleba Bigorna não possuem documentos relativos à posse das terras, exceto de algumas pequenas áreas de seus lotes. Os lotes são divididos em áreas de 5, 12, 50 e 120 hectares.



Fotos 3.6.5.10-10 e 3.6.5.10-11 - Gleba Bigorna - Santo Antônio do Leverger/MT

A comunidade não conta com escolas e os alunos precisam se deslocar para São Vicente, localizada às margens da BR-364 ou para o PA Santo Antônio da Fartura. A

gleba conta com energia elétrica e a água dos lotes provém de poços artesianos. O esgoto é lançado em fossas sépticas.

➤ **Economia das Comunidades quilombolas**

A economia dominante nessas comunidades é a da pequena agricultura familiar, aliada a uma pequena produção de gado leiteiro (com destaque para a Gleba Bigorna). Os produtos por excelência da agricultura são o arroz, o milho, o feijão e a mandioca. Na região, também se observa o plantio de abacaxis e bananas.

A exceção pode ser observada na Fazenda Serrana, onde o exíguo tamanho dos lotes e a proximidade com o Parque *Essadual* das Águas Quentes (a Fazenda se localiza na área de amortecimento do Parque) impedem que seus habitantes tenham áreas significativas de lavoura ou pecuária. Seus habitantes se dedicam ao plantio de pequenas hortas nos quintais e à criação de aves e porcos que são consumidos pelas próprias famílias ou vendidos a compradores locais (entre eles um hotel). Em geral, os moradores da Fazenda trabalham em pequenos serviços nas cidades de Cuiabá ou no hotel da região.

➤ **Infraestrutura Disponível**

A infraestrutura básica de cada comunidade indica, de certa forma, o grau do seu desenvolvimento. O fornecimento de água é praticamente o mesmo em todas as comunidades, sendo captada por meio de poços artesianos. No caso do saneamento básico, todas as localidades contam com fossas sépticas e banheiros nas casas. A energia elétrica está presente em todas as comunidades, possivelmente a partir de programas federais de eletrificação de áreas rurais. O resultado pode ser observado com o aumento significativo de eletrodomésticos nas residências, com dessaque para TV's, geladeiras e máquinas de lavar. Na totalidade dos casos, o lixo é queimado pelos próprios moradores em seus lotes.

Quadro 3.6.5.10 - 4. Infraestrutura das comunidades quilombolas identificadas no corredor em estudo

Comunidade	Saneamento	Água	Lixo	Luz
Buriti Fundo	Fossa	Poço artesiano	Queima lixo	Programa Luz Para Todos
Fazenda Serrana	Fossa	Poço artesiano	Queima lixo	Programa Luz Para Todos
Gleba Bigorna	Fossa	Poço	Queima de lixo	Programa a Luiz para Todos

Fonte: Trabalho de Campo 2009

Com exceção da Fazenda Serrana, atendida por agente de saúde, as demais comunidades pesquisadas não contam com nenhum equipamento voltado para a assistência à saúde. Os moradores de Buriti Fundo precisam se deslocar para a sede municipal de Barra do Bugres e os moradores da Gleba Bigorna para a Vila Olho d'Água ou para o PA Santo Antônio da Fartura em busca de serviços médicos.

Nenhuma das comunidades possui escolas em seus territórios. Os serviços de educação são acessados com a utilização de ônibus escolares que levam os alunos para as unidades de ensino de regiões próximas, sejam elas áreas rurais ou sedes municipais. Os jovens de Buriti Fundo seguem de ônibus para a sede de Barra do Bugres, enquanto os estudantes da Fazenda Serrana e Gleba Bigorna se deslocam para a Vila de São Vicente, localizada às margens da BR-364.

Os espaços de lazer são semelhantes para todas as comunidades do trecho pesquisado: campo de futebol, bares e espaços coletivos para dança e festas. Em termos religiosos, as comunidades parecem apresentar alguma diversidade de crenças. Além de uma ou outra capela católica, pode-se observar a presença de templos evangélicos nessas comunidades.

Quadro 3.6.5.10-5: Serviços nas comunidades

Assentamento	Educação	Saúde	Lazer	Religião
Buriti Fundo	Não tem. Crianças e jovens precisam seguir para a sede de Barra do Bugres.	Não tem	Campo de futebol	Igrejas católicas e evangélicas
Fazenda Serrana	Não tem. Crianças e jovens precisam seguir para a Vila São Vicente.	Agente de saúde	Campo de futebol, bar e sede de associação.	Igrejas católicas e evangélicas
Gleba Bigorna	Não tem. Crianças e jovens precisam seguir para a Vila São Vicente.	Não tem.	Campo de futebol, bar e sede de associação	Igrejas católicas e evangélicas

Fonte: Trabalho de Campo 2009

➤ **Vias de Acessos**

As vias de acesso às essas comunidades são, em geral, constituídas por estradas de chão e piçarra. A exceção se dá em relação à Fazenda Serrana, atendida por estrada de asfalto bem conservada. No quadro a seguir são apresentados os principais acessos às comunidades.

Quadro 3.6.5.10-6. Vias de acesso às comunidades

Comunidade	Rotas de acesso
Buriti Fundo	BR-364 e estrada de chão.
Fazenda Serrana	BR-364 e Estrada de asfalto que dá acesso ao PE Águas Quentes
Gleba Bigorna	MT-364 e estrada de chão.

Fonte: Trabalho de Campo 2009

Cada comunidade tem como referencia pólos locais e regionais, para onde os seus moradores se deslocam em busca de serviços de saúde e educação, para comercializar sua produção, fazer compras ou simplesmente para lazer. Esses pólos estão relacionados por comunidade no quadro a seguir.

Quadro 3.6.5.10-7. Pólos locais e regionais para cada comunidade

Comunidade	Pólo local, rotas de acesso e condições das vias de acesso	Pólo regional e rotas de acesso e condições das vias de acesso
Buriti Fundo	Barra do Bugres	Cuiabá
Fazenda Serrana	Vila São Vicente; Santo Antônio do Leverger.	Cuiabá
Gleba Bigorna	PA Santo Antônio da Fatura; Vila Olho d'Água.	Cuiabá

Fonte: Trabalho de Campo 2009

➤ Território e Regularização Fundiária

A situação fundiária das comunidades de quilombos no estado do Mato Grosso é complexa. De modo geral, as áreas quilombolas não são demarcadas, sendo muito comum o avanço de cercas sobre as terras originalmente ocupadas por esses grupos. Essa situação decorre, em princípio, da expansão das fronteiras agrícolas do agronegócio, característico na região Centro-oeste do país. Por outro lado, para permanecer nas terras ocupadas, muitas comunidades quilombolas utilizam como estratégia, garantir a posse através dos Projetos de Assentamentos Rurais para a Reforma Agrária- PA.

Nesse caso pode ser identificada a incompatibilidade na forma de organização do território entre PA e Quilombola. A organização do território nos PA tem como unidade básica os lotes, ou seja, a terra é dividida e as famílias cadastradas distribuídas em lotes individuais. Por outro lado, a organização do território quilombola se dá pelo uso coletivo da terra, ou seja, a titulação do território quilombola é coletiva, impenhorável e imprescritível.

Das três comunidades quilombolas aqui caracterizadas, apenas Buriti Fundo possui regularização fundiária - como assentamento rural pelo INTERMAT, desde 2001. Ao mesmo tempo, todas essas comunidades possuem processo aberto junto ao INCRA-MT para titulação de território quilombola. Segundo o Conselho Estadual da Igualdade Racial do MT, essa realidade pode ser encontrada em outras comunidades do estado e a auto-declaração pode ocorrer em qualquer época, inclusive em localidades da área de influência direta do empreendimento, o que implica na possibilidade de revisão da atual forma de titulação das terras. No INCRA da capital do MT está em andamento o processo de No. 54240.002149/2007-12 que trata da titulação do território para populações remanescentes de quilombo no assentamento Buriti Fundo. Embora o processo esteja em fase inicial, ele contribui para aumentar a problemática da ocupação da terra dessa população.

A área da fazenda Serrana é habitada por moradores que estão há pelo menos duas gerações no local. Seus habitantes não possuem terras registradas, mas contam com documentos de compra e venda.

O caso da Gleba Bigorna é ainda mais complexo. Atualmente ocupada por famílias de antigos moradores da fazenda que deu origem à localidade, Bigorna também conta com a presença de inúmeras famílias que se deslocaram para a área a fim de serem incluídas no processo de constituição do PA Santo Antônio da Fartura, vizinho à localidade (a área onde se encontra a Gleba Bigorna deveria ser incluída ao assentamento). No entanto, problemas relativos à documentação da antiga fazenda impediram que toda essa área fosse incluída no processo anterior. Atualmente, os moradores da Gleba Bigorna não possuem documentos relativos à posse das terras, exceto de algumas pequenas áreas de seus lotes. Em geral, como ocorre na Fazenda Serrana, os habitantes possuem apenas documentos de compra e venda de terrenos.

Pela via legal, caso tais áreas sejam definidas como território quilombola, serão anulados os títulos individuais para a formalização do território coletivo. Além disso, a terra terá que ser desintrusada, desapropriando e indenizando os ocupantes não quilombolas. Deve se mencionar que o tamanho do território quilombola, nesses casos, pode ou não ser igual a área total do PA.

d. Recomendações da Fundação Palmares

Conforme já apresentado no **item 2.1.2.3 (c) – Estudos Sobre Comunidades Quilombolas**, a Fundação Cultural Palmares através do ofício n: 186/DPA/FCP/Minc/2009 encaminhando ao IBAMA, órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental do empreendimento, fez as seguintes recomendações:

- **Procedimentos do licenciamento:** além da realização de Audiência Pública, conforme estabelecido pela resolução CONAMA n009/87 e IN IBAMA n 65/2007, também poderão ser realizadas Consultas Públicas aos Povos e Comunidades Quilombolas afetados pelo empreendimento, nos termos da Convenção OIT n169, ratificada pelo Decreto n 5.051 de 19 de abril de 2004.
- **Outros estudos e documentos:** Além da Fundação Cultural Palmares, as tratativas relacionadas à questão fundiária das comunidades quilombolas também devem ser comunicadas ao INCRA pelo empreendedor, nos termos do Decreto n 4.887 de 2º de novembro de 2003.
- **Audiências Públicas:** conforme previsto na Resolução CONAMA nº 09/87, art. 1, inciso 5, e tendo em vista a dificuldade de mobilização e deslocamento das

populações quilombolas para as Audiências Públicas, recomenda-se adoção de medidas adequadas à efetiva participação dos quilombolas que levem em consideração e respeitem suas especificidades étnico-culturais, ou ainda a realização de Audiências Públicas nos territórios dos povos quilombolas afetados pelo empreendimento.

- **Mecanismos de Acompanhamento dos Estudos Ambientais:** propor a realização de seminários na sede da Fundação Cultural Palmares, organizado pelo empreendedor, para apresentação e discussão com os funcionários da Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro a respeito do empreendimento, metodologias de pesquisa a serem adotadas no EIA para estudo das populações quilombolas.
- **EIA/RIMA:** (i) Identificar as comunidades quilombolas informando a distâncias em relação a diretriz preferencial do traçado; (ii) Interpretar fatos históricos e atuais relacionados a presença dos quilombos e descrever as vulnerabilidades a partir do planejamento, construção e operação do empreendimento considerando as possíveis pressões sobre seus territórios, atividades econômicas, sociais, cultural material e imaterial; (iv) Comunicar a FCP caso sejam identificadas áreas de valor histórico, arquitetônico e paisagístico para comunidades quilombolas.
- **Medidas Mitigadoras:** elaboração de Programa específico voltado para as comunidades quilombolas existentes na área de influência do empreendimento e demais ações que se fizerem necessárias; indenizações pelos danos materiais e imateriais em favor das comunidades, além da realização de uma inspeção in loca realizada em parceria com a Fundação Cultural Palmares com a presença de todas as lideranças das comunidades atingidas, para avaliar a questão visando à proteção da integridade física, cultural e territorial das comunidades quilombolas, e também para dirimir todas as dúvidas junto às comunidades quilombolas.

- **Atendimento as recomendações da Fundação Cultural Palmares**

Com relação às solicitações feitas pela Fundação Cultural Palmares, destaca-se que os levantamentos de campo e o diagnóstico seguiram das orientações da Fundação Cultural Palmares. Com relação às áreas de importância histórica e simbólica foi identificado o cemitério da comunidade de Buriti Fundo no corredor de passagem da LT, não sendo encontradas áreas de valor arquitetônico e paisagístico para comunidades quilombolas identificadas ao longo do corredor de passagem da LT.

Ressalta-se que nessa fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se localizar as comunidades quilombolas existentes ao longo do corredor de estudo - com 10 km de

largura - a fim de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de desviar do território dessas comunidades ou, na sua impossibilidade, de preservar áreas de importância histórica, arquitetônica e simbólica para as comunidades quilombolas, em especial no momento de instituição da faixa de servidão.

Outro fator de impacto que poderá advir com o empreendimento que será sentido pelas comunidades quilombolas que se localizam nos municípios de canteiros de obras – Cuiabá e Barra do Bugres - é a circulação de máquinas e de trabalhadores entre os canteiros de obras e as áreas de locação das torres, podendo aumentar a circulação sobre o sistema viário e o risco de acidentes. Nessa fase, estima-se que possam ocorrer alterações temporárias no cotidiano e na dinâmica social dessa comunidade, não interferindo diretamente em seus territórios. Nesse sentido, será feito esforço para escolha de municípios para sediarem canteiros de obras os quais não possuem comunidades quilombolas em seus territórios.

Com relação aos mecanismos de acompanhamento dos estudos ambientais a Fundação Cultural Palmares através do ofício n: 795/ 2009 - DPA/FCP/Minc solicitou o Seminário para apresentação do empreendimento, metodologia de trabalho para elaboração do EIA e principais impactos esperados do empreendimento. O evento foi realizado em 29 outubro de 2009 na sede da instituição, com a presença do corpo técnico da Palmares, equipe do IBAMA, representante do INCRA, lideranças do Movimento Negro dos cinco estados atravessados pela LT e as empresas Norte Brasil (empreendedor) e Ecology do Brasil (consultora ambiental). Na ocasião foram expostas as informações levantadas por dados secundários sobre o tema até aquela data, as preocupações das comunidades, e, bem como os procedimentos a serem tomados, no caso de identificação de travessia da LT sobre comunidade quilombola. Dentre os compromissos assumidos pelo empreendedor, cita-se: o desvio do traçado das comunidades quilombolas; na impossibilidade não passar em área de valores simbólico, principalmente com importância religiosa, tais como cemitérios e locais de realização de rituais. Por fim, foi solicitada a apresentação dos resultados dos estudos de impacto ambiental para as lideranças e Fundação Cultural Palmares.

Além da realização do seminário, o presente EIA apresenta os estudos das comunidades quilombolas potencialmente afetadas pelo empreendimento e a proposta de um Programa específico para esse tipo de comunidade.

Com relação aos procedimentos de licenciamento ambiental, tais como, outros documentos, audiência pública e consulta pública as comunidades quilombolas o empreendedor se coloca a disposição para a realização desses e outros eventos que venham a ser solicitados pela comunidade ou pela Fundação Cultural Palmares.

e. Povos e Etnias Indígenas

Conforme descrito no **item 2.1.2.3 (b) – Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas**, o Componente Indígena, que foi elaborado em atendimento ao Termo de Referência da FUNAI que foi enviado para o empreendedor pelo Ofício nº 015/2010 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA em 13 de janeiro de 2010, segue no **Anexo 3.6.5.10- 1 - Componente Indígena dos Estudos Ambientais da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01** desse documento.

De acordo com as recomendações da FUNAI nesse estudo são abordadas 11 Terras indígenas distribuídas nos estados de Rondônia e Mato Grosso. As distâncias das Terras Indígenas em relação à diretriz preferencial da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 são apresentadas no Quadro a seguir.

Quadro 3.6.5.10-8 - Terras Indígenas Área de Influência Indireta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Municípios/Essado	Terra indígena	Distância (km)
RO	Porto Velho/RO	Karitiana	24,0
RO	Porto Velho/RO	Referência nº 45	Sem delimitação (índios isolados)
RO	Chupinguaia/RO	Tubarão Latundê	29
RO	Chunpiguaiá/RO e Corumbiara/RO	Rio Omerê	11,0
RO	Chupinguaia/RO, Corumbiara/RO, Parecis/RO e Pimenteiras do Oeste	Tanaru	11,0
MT	Comodoro e Nova Lacerda/MT	Vale do Guaporé	11,0
MT	Nova Lacerda/MT	Pequizal	9,8
	Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista do Oeste/MT	Sararé/ Paukalirajausu	10,0
MT	Barras do Bugre e Alto Paraguai/MT	Umutina	9,8
MT	Poxoréo/MT	Jarudorê	9,8
MT	Rondonópolis/MT	Tadarimara	22,0

f. Recomendações da FUNAI

As Terras Indígenas identificadas e mapeadas como pertencentes à Área de Influência Indireta do Empreendimento foram definidas pela FUNAI através do Termo de Referência emitido para o IBAMA pelo ofício nº 430 DAS/CGPIMA/2009 em 28 de dezembro de 2009 – Processo FUNAI nº 08620.000589/2009, conforme descrito nos itens **3.6.5.10 (e) - Povos e Etnias Indígenas** e **item 2.1.2.3 (b) – Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas**.

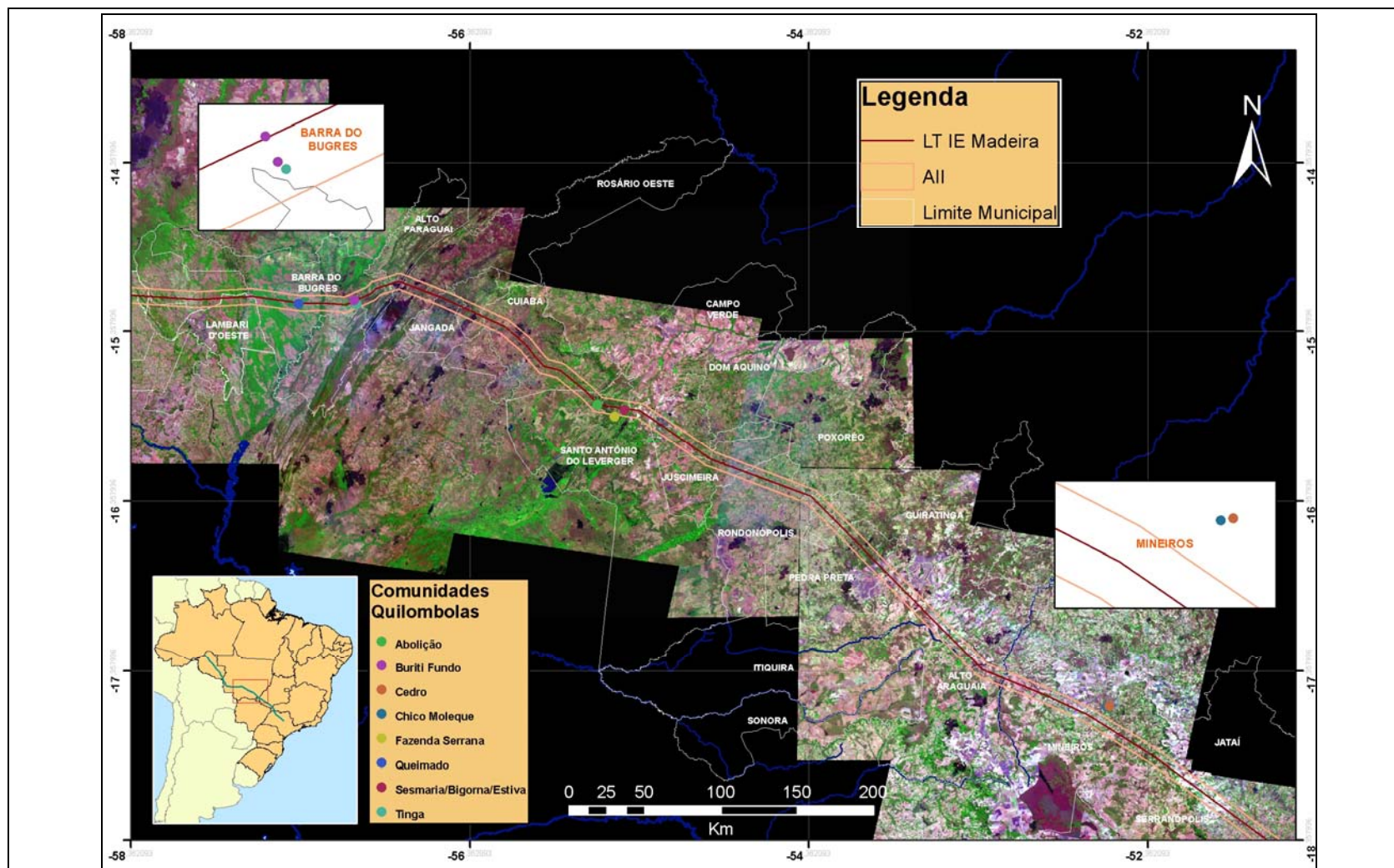


Figura 3.6.5.10-2 - Localização das Comunidades quilombolas em relação ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01

3.6.5.11 DINÂMICA E USO DO TERRITÓRIO E OUTRAS INFORMAÇÕES

a. **Análise Descritiva dos Principais Uso do Solo no Corredor em Estudo (AID)**

Nesta parte do estudo será apresentada uma breve caracterização das áreas atravessadas pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01, com o enfoque no uso e ocupação do solo, apontando as principais localidades, comunidades e povoados que poderão vir sofrer impactos diretos durante a instalação e operação da Linha de Transmissão, ao longo do corredor de estudo (5km), iniciando no município de Porto Velho-RO estendendo-se até o município de Araraquara-SP, com um total de 2.369km de comprimento. Para tanto, optou-se por fazer uma amostra das áreas percorridas no corredor em estudo e apresentar uma configuração de regiões divididas por trechos - em três partes - com cerca de 800km cada trecho. Dada a extensão do traçado e a diversidade socioambiental encontrada, fez-se necessário subdividir os trechos. A escolha dessa abordagem deveu-se a salvaguarda das características semelhantes que são encontradas por trecho.

Como metodologia de recorte dos trechos, utilizou-se a categoria de unidade de paisagem, uma vez que a paisagem compreende um sistema que contém elementos naturais, artificiais e culturais que estão interagindo entre si e apresentam um acúmulo de mudanças em um dado território ao longo do tempo, permitindo assim, ter um recorte espacial a partir das unidades de paisagem identificadas.

O trecho é composto por diferentes formas de ocupação do solo, assumindo grande diversidade de configurações no ordenamento territorial, identidades socioeconômicas e institucionais. De um modo geral, a variedade de configurações espaciais parece estar relacionada, num primeiro momento, aos diversos sistemas de produção agropecuária associada ao relevo; num segundo momento, aos sistemas de produção estabelecidos por pequenos, médios e grandes proprietários, que vão transformando a paisagem a partir da conversão de floresta para outros tipos de cobertura vegetal, através da prática de atividades agropecuárias.

De modo geral, pode-se afirmar que a relação entre estrutura fundiária, sistema de produção, padrão de ocupação e em última, instância o relevo, foram os principais elementos formadores das unidades de paisagem encontradas. A exemplo das regiões que apresentam os “chapadões” (MT/GO/MG), onde predominam extensas propriedades rurais, com agricultura altamente mecanizada, justificando assim um pequeno número de trabalhadores, que resulta na baixa taxa de ocupação humana e área floresta nesta paisagem. Com base nestas variáveis são apresentadas as

principais características dos trechos do traçado da LT 600 kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01:

Quadro 3.6.5.11-1 - Principais Características do corredor em estudo – LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Trecho	Estado	Municípios	Características Gerais
1	RO	Porto Velho	Diversidade de formas de ocupação do solo: fazendas, sítios, balneários, etc. Pecuária de corte em fazendas de até 100 ha.
		Candeias do Jamari	
	RO	Alto Paraíso	Pecuária leiteira associada à produção agrícola diversificada. (café, guaraná, soja, extração de seringa).
		Ariquemes	
		Cacaulândia	
	RO	Jaru	Bacia leiteira do estado: hegemonia de gado leiteiro criado em pequenas propriedades, em função das transformações na economia no estado (abandono da produção agrícola).
		Ouro Preto d'Oeste	
		Teixerópolis	
		Ji-Paraná	
		Presidente Médici	
		Nova Brasilândia	
		Castanheiras	
		Rolim de Moura	
	RO/ MT	São Felipe do Oeste	Produção agrícola diversificada. (mel, seringal, eucalipto, etc). Proximidade com Rolim de Moura.
		Primavera de Rondônia	
		Parecis	Pecuária de corte em grandes fazendas; Baixa densidade populacional, etc.
Chupinguaia			
Corumbiara		Predomínio da soja e do milho; Fronteira agrícola consolidada;	
Colorado do Oeste			
Cabixi		Soja e gado de corte; Ocupação recente (exceto Vila Bela, de ocupação mais antiga e presença de fazendas de gado e assentamentos);	
Comodoro			
Nova Lacerda			
2	MT	Vila Bela da Santíssima trindade	Sub-trecho caracterizado pelo predomínio de pastagens para a pecuária de corte, sobretudo em fazendas médias, entremeadas por assentamentos rurais. Neste sub-trecho foram identificadas áreas de extração mineral e aproveitamentos hidrelétricos nos rios Guaporé e Jauru. Possui relevo plano e pouco acidentado.
		Pontes e Lacerda	
		Vale São Domingos	
		Jauru	
		Araputanga	Sub-trecho com o predomínio de grandes áreas de pasto, entremeadas por assentamentos rurais e pequenos sítios. Neste sub-trecho localiza-se uma sede municipal.
		Reserva do Cabaçal	
		Rio Branco	
		Salto do Céu	
		Lambari D'Oeste	
		Barra dos Bugres	Neste sub-trecho inicia o predomínio da monocultura de cana, entremeada por assentamentos rurais, fazendas de gado de corte e distritos. Região cortada pela MT-123.
		Alto Paraguai	
		Rosário do Oeste	
		Acorizal	

Trecho	Estado	Municípios	Características Gerais
2	MT	Jangada	Sub-trecho dominado por pequenas propriedades voltadas para: i) a reprodução socioeconômica de agricultores familiares; ii) espaços de lazer (chácaras e sítios de fim de semana). Possui também relevo levemente ondulado e é atravessado em grande parte pela rodovia BR-363.
		Cuiabá	
		Santo Antônio do Leverger	
		Campo Verde	
		Jaciara	Sub-trecho dominado por dois tipos de ocupação: i) distritos e demais áreas urbanas; ii) grandes propriedades para a produção de soja e cana. Possui relevo levemente ondulado
		Juscimeira	
		Poxoréu	
		Rondonópolis	Sub-trecho dominado pela presença de assentamentos rurais de reforma agrária e fazendas de gado de médio porte.
		São José do Povo	
		Pedra Preta	
Alto Araguaia			
3	GO/MG	Santa Rita do Araguaia	A paisagem no Sudoeste de Goiás e do Triângulo Mineiro é representada pelos extensos chapadões ocupados por grandes propriedades, com lavouras de grãos, como a soja, o sorgo e o milho, altamente mecanizadas, que resulta na baixa taxa de ocupação humana nesta paisagem. Nesta paisagem também é expressiva a criação de gado de corte (Nelore) nas grandes propriedades e o aumento dos canaviais.
		Mineiros	
		Serranópolis	
		Jataí	
		Limeira do Oeste	
	SP	Ituramã	Áreas planas suavemente onduladas utilizada para diferentes culturas, com o predomínio do cultivo de cana-de-açúcar. De modo geral, a cana-de-açúcar é cultivada nas propriedades rurais consideradas médias, as demais culturas foram observadas seringueira, laranja, limão e eucalipto estavam presentes principalmente em propriedades menores, sendo o eucalipto na maioria das vezes utilizado como cerca viva. Predomínio das pequenas propriedade rurais.
		Ouroeste	
		Fernandópolis	
		Meridiano	
		Valentim Gentil	
		Votuporanga	
		Monte Aprazível	
		Neves Paulista	
		Nova Aliança	
		Potirendaba	
		Urupês	
		Itajobi	
		Itápolis	
		Tabatinga	
		Nova Europa	
Gavião Peixoto			
Araraquara			

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

(1) Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)

O traçado previsto da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, atravessa nos seus primeiros 800km são 23 municípios “cortados” pelo traçado, sendo 21 deles localizados no Estado de Rondônia e dois no Mato Grosso, conforme pode ser observado na Figura a seguir.

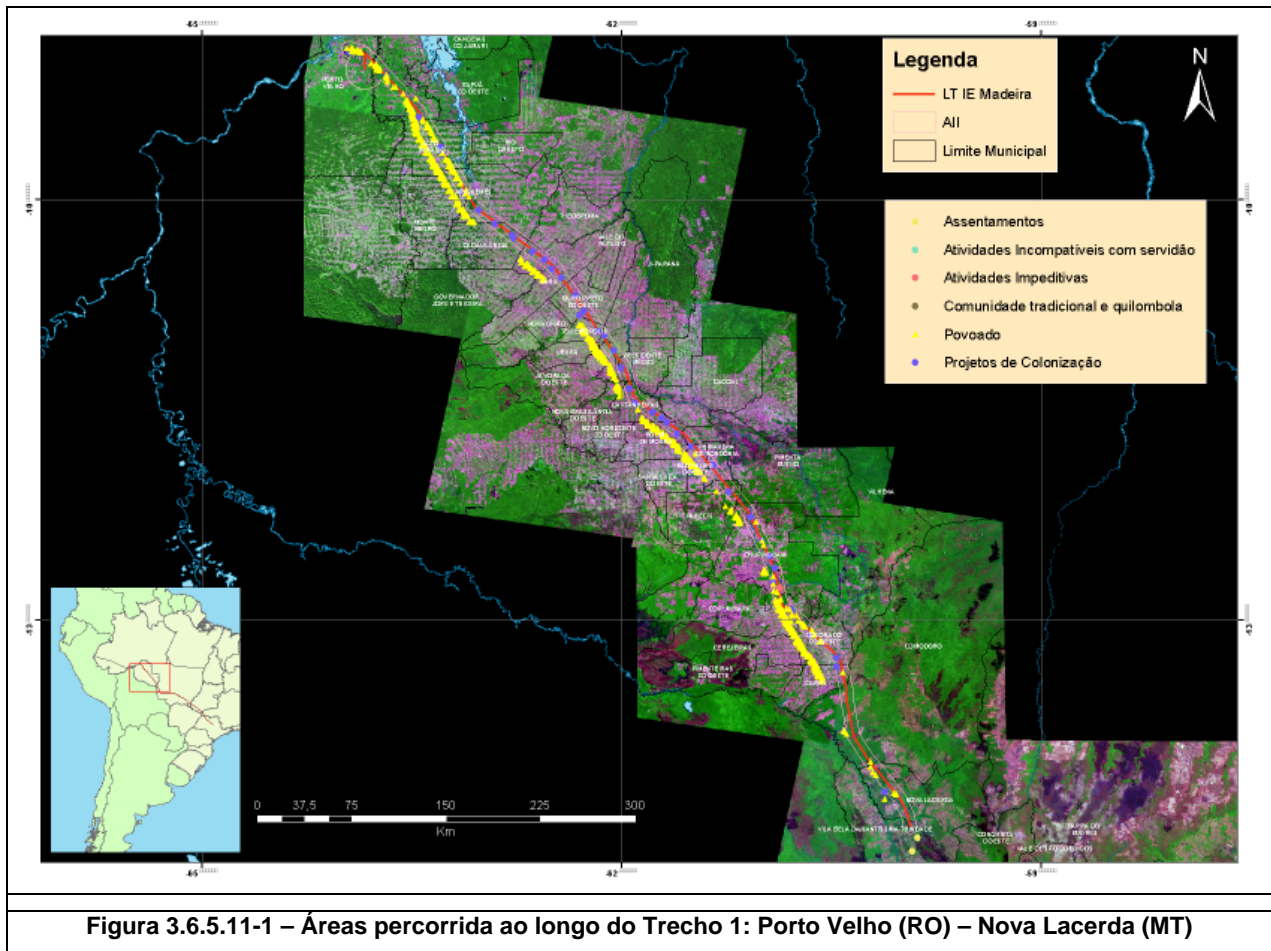


Figura 3.6.5.11-1 – Áreas percorrida ao longo do Trecho 1: Porto Velho (RO) – Nova Lacerda (MT)

A Área de Influência Direta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01 e do Eletrodo N° 01 encontra-se localizada no meio rural do município de **Porto Velho**. O acesso ocorre através do Ramal Rio das Garças, na margem esquerda da BR 364 (sentido Porto Velho/RO – Rio Branco/AC), a 25 quilômetros de Porto Velho.

Nas mediações da cidade de Porto Velho, mais precisamente nas proximidades da subestação, existem alguns vilarejos conhecidos como **Cachoeira, Rio das Garças e Km 24** (BR 364). Nestas localidades situam-se concentrações humanas, caracterizando pequenos núcleos comerciais, com existência também de postos de saúde e escolas.

Seus habitantes são, em sua maioria, moradores da capital Porto Velho (não há número exato relativos à população encontrada nesta região). As propriedades possuem tamanhos variados, abarcando desde pequenos lotes de menos de 10 hectares a fazendas de produção de gado de corte, com mais de 816 hectares (300 alqueires). O padrão construtivo hegemônico é a casa de alvenaria e telhas de

cerâmica. Mas, num caso em especial, no Povoado **Rio das Garças**, observou-se a presença de moradias construídas com madeiras típicas da região.

O povoado **Rio das Garças** foi constituído há aproximadamente 40 anos. Localizado na **linha 22**, o povoado é habitado por cerca de 6 famílias. Os moradores possuem a titulação da terra, fornecida pelo INCRA (53 hectares). Na comunidade, há um balneário que costuma receber, segundo seu proprietário, cerca de 1000 pessoas num único fim de semana. Depois que começaram as obras de UHE Santo Antonio, no Rio Madeira, ele diz que a frequência de visitas aumentou. No local, também existe um Posto de Saúde que conta com visitas periódicas de médicos nos finais de semana e atende cerca de 140 famílias que vivem nas propriedades rurais da região e os moradores de toda a linha 22, oferecendo os serviços de medicina geral, ginecologia, odontologia e laboratorial. Outro Posto está sendo construído como compensação ambiental pela construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio. Segundo informações de um dos funcionários do Posto de Saúde, ainda ocorrem casos esporádicos de malária na região. As principais vias de acesso ao local são a linha 22 e a BR-364.

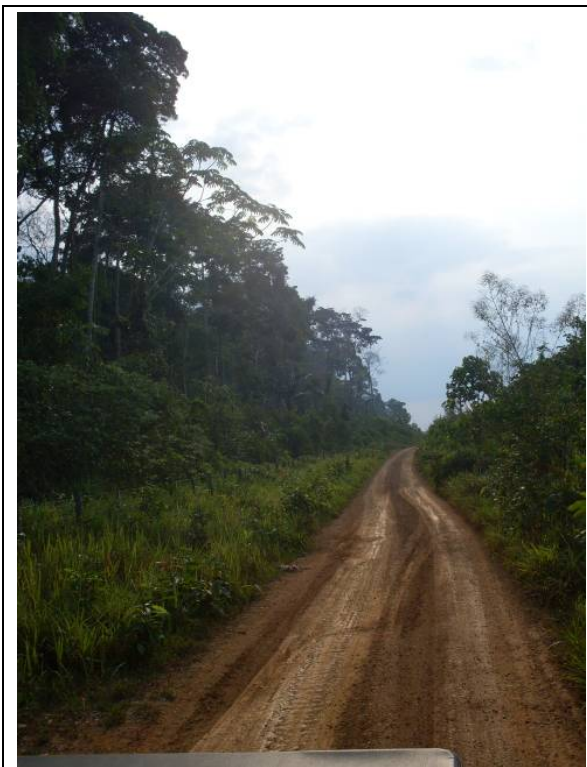


Foto 3.6.5.11-1 - Linha 22 Porto Velho (RO)

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

Há uma presença significativa de “balneários” (espaços dedicados ao turismo rural, visitados por moradores da capital) e de pequenos sítios de fim de semana habitados

por “caseiros” (os donos raramente residem no local). A proximidade com a capital do estado, a presença de rios e riachos, aliados a um aumento crescente da procura por bens e serviços alternativos à vida urbana em grandes capitais, confere ao território status e valor privilegiado à prática do turismo rural e ambiental (não por acaso são os moradores de Porto Velho os principais freqüentadores destes espaços turísticos). O sub-trecho também conta com a presença de diversas “estâncias” e “fazendas” dedicadas à criação de algum gado leiteiro e de corte; o que corrobora os números do município relativos ao aumento da pecuária bovina em seu território. Destacam-se na AID as propriedades deste tipo encontradas às margens da BR-364 e na linha 22.

O balneário **Cachoeirinha** é uma propriedade habitada permanentemente por seu dono e membros de sua família. Voltado para o turismo rural, o balneário possui, além da moradia de seu proprietário, áreas de banho, restaurante e quadras para a prática desportiva. Aberto de segunda a domingo, o local é frequentado predominantemente por visitantes provenientes de Porto Velho empregando cerca de 10 funcionários permanentes, membros da família do proprietário que possui ainda uma pequena criação de gado leiteiro.



Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

Foto 3.6.5.11-2-Ponto comercial no entroncamento de acesso à Cachoeira

No município de **Candeias do Jamari**, dentro da área de estudo do eletrodo de terra Nº 01 foram identificadas as **linhas primárias 22, 32, 37 e 45 e as linhas secundárias 27 e 53**, que possibilitam percorrer a maior parte das propriedades existentes dentro da AID. Com exceção da BR-364, as vias não são pavimentadas, limitando o deslocamento no período de inverno. As pontes são de madeira, em sua maioria em precário estado de conservação.

Uma importante parcela das fazendas e sítios, principais padrões de ocupação da região, é beneficiada com rede elétrica convencional, o que possibilita o acesso da população à meios de comunicação como TV, rádio e telefonia móvel, além de apoiar o desenvolvimento das atividades produtivas, baseadas na pecuária bovina e agricultura familiar.

Na **Linha 32** foi identificada a Associação dos Produtores Rurais do Baixo Rio Candeia e Rio Garças. A Associação foi criada a pouco mais de 10 anos e possui cerca de 30 sócios. Segundo um dos sócios, a associação foi criada para reivindicar melhorias nas vias de acessos e pontes e acessar financiamentos de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Dentro da área de estudo foi identificada a Escola Maria Angélica Queiroz de Oliveira, localizada na **Linha 37**. Criada em 1995, funciona no período matutino oferecendo educação de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I aos 50 alunos matriculados para o ano letivo 2010.

Ao longo da rodovia **BR 364**, na área compreendida como de influência direta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, a ocupação é formada basicamente por grandes propriedades, onde predomina a criação de gado bovino para corte. São extensas áreas de pastagem combinadas com áreas de reservas florestal. À medida que se avança para além das margens da rodovia, a estrutura fundiária assume outro padrão, sendo bastante significativas as pequenas propriedades, lotes com áreas de 40, 50 alqueires, ainda que persistam propriedades com mais de 300 alqueires.

Ainda no município de Candeias do Jamari, mesmo fora do corredor em estudo o distrito de **Vila Triunfo** apresenta-se como um pequeno pólo local para a maioria dos habitantes do local. Ali são oferecidos serviços básicos de educação e saúde, posto policial, sede associações, supermercados, farmácias, açougues, sacolões, lojas de material de construção, restaurantes, hotéis e alguns serviços bancários. A Vila também pode ser considerada ponto central de distribuição da luz elétrica para a região (termoelétrica). A Vila Triunfo está localizada há 110 km da capital Porto Velho e 28 km da BR-364.

O distrito de Vila Triunfo foi fundado em 1993 a partir do assentamento das famílias atingidas pela construção da UHE Samuel, em Candeias do Jamari. Hoje, segundo informações, a vila é habitada por cerca de 1500 famílias. Sua economia é baseada na criação de gado de corte e em menor escala de gado leiteiro. Além disso, a Vila Triunfo se destaca por ter sua economia associada à extração e ao beneficiamento de madeira, vendida para São Paulo e Paraná (o escoamento é feito por caminhões).



Foto 3.6.5.11-3 - Vila Triunfo – Candeias do Jamari/RO

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

À exceção da área influência da Vila Triunfo, as demais localidades da região pesquisada são relativamente carentes em relação a qualquer tipo de política pública, tanto do ponto de vista municipal, como estadual e federal. As linhas **43 e 27**, em especial, são as que possuem uma situação mais precária. As casas não são abastecidas por rede elétrica e precisam de geradores movidos a combustível; a água é obtida através de poços e o escoamento sanitário se dá via fossas. Nas linhas 43 e 27 não há postos ou agentes de saúde e a única ação efetiva do estado na região pode ser notada pela presença esporádica de técnicos da SUCAM empenhados no controle de doenças transmissíveis, tais como a malária. Os moradores, caso tenham necessidade, precisam se deslocar para Porto Velho ou a sede de Candeias do Jamari em busca de serviços de saúde. Não foi identificada nenhuma escola no local. Em termos de educação, a região é atendida apenas por um ônibus escolar que leva as crianças para estudar na sede municipal de Candeias do Jamari.

O sub-trecho seguinte compreende os limites dos municípios de Candeias **Alto Paraíso, Ariquemes e Cacaulândia**, região constituída a partir da instalação de dois Projetos Assentamentos elaborada pelo INCRA nas décadas de 1970 e 1980, denominados “linhas” ou “espinhas de peixe”, cujas as características marcam o processo de ocupação desta região.

As propriedades são bastante diversificadas quando observados os tamanhos, variando de 20 até 100 alqueires, tendo sido observado nas proximidades das linhas **90, C-25, e da RO-140** as propriedade de menor tamanho. Nem todas possuem título regularizado. Muitos dos atuais proprietários adquiriram estas terras de beneficiários da reforma agrária, no processo de colonização de Rondônia. Nas **linhas 95, 75, 40 e linha 07** é comum que as propriedades sejam ocupadas apenas por “encarregados”, especialmente nas proximidades Candeias do Jamari. Nesses casos, predomina a

criação por gado e não se observaram cultivos de lavouras, ainda que para o autoconsumo. Por outro lado, naquelas onde moram os proprietários são comuns pequenas lavouras.



Foto 3.6.5.11-4 - Linha 90 –Alto Paraíso (RO)

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

A renda é proveniente de atividades agrícolas e não agrícolas, da criação de gado, de programas de transferência de renda e aposentadoria rural.

Foram encontrados com facilidade alguns funcionários encarregados de fazendas, além dos trabalhadores eventuais. Partindo das informações levantadas, estes encarregados ganham em média 1,5 salários mínimos, possuem registro em carteira e gozam dos direitos trabalhistas conforme a legislação. Há ainda situações em que participam da renda da produção que realizam, e também não assumem custos diretos da moradia, como energia e aluguel.

Como não realizam produção agrícola, nem mesmo para autoconsumo, acabam por depender quase que totalmente da renda, inclusive para acesso a alimentos básicos. No trecho percorrido não foi identificado nenhum tipo de aglomeração ou adensamento populacional que apontasse a presença de assentamentos, povoados, vilas, vilarejos e distritos no corredor em estudo. Os mercados de Vila Triunfo, Porto Velho, Candeias do Jamari e Alto Paraíso são comumente freqüentados para acesso a bens e serviços. Os itens básicos de primeira necessidade podem ser adquiridos nos pontos comerciais existentes ao longo das margens da **BR-421**. Em Ariquemes o distrito de **Joelândia**, distante cerca de 11km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, também foi apontado como um local de referencia. Joelândia é um pequeno aglomerado urbano que funciona como pólo para diversas localidades rurais de sua região. Joelândia está localizado na zona rural de Ariquemes. O distrito é originário do antigo projeto de assentamento Marechal Dutra e atualmente possui cerca de 2000

habitantes. Embora lá não tenha Posto de Saúde, um médico atende a população local nas dependências da escola. Além disso, a localidade conta também com um laboratório da SUCAM para controle da malária. O distrito oferece escolas de ensino fundamental e médio. Outro povoado encontrado no município de Ariquemes foi **Cajazeira**, também situado fora do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 e apontado como ponto de referência pela população local.

O sub-trecho percorrido do corredor em estudo, na sequência, engloba a faixa que percorre os municípios de **Jaru, Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis, Ji-Paraná, Presidente Médici, Castanheiras e Rolim de Moura**, perfazendo cerca de 200km de traçado é caracterizado, assim como o trecho anterior, por fazendas voltadas à criação de gado de corte e leite e pequenas propriedades. Neste trecho os povoados de referência para a população local estão situados fora do corredor em estudo.

A área também foi foco de dois grandes projetos de colonização agrícola no estado: o PIC Ouro Preto do Oeste e o PIC Adolpho Rohl. O primeiro destes, criado em 1970, cobria uma área de influência de cerca de 512.585 hectares, onde se encontram hoje os municípios de **Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná**. Foram assentados, ao todo, cerca de 5000 famílias, distribuídas em 4222 lotes de terra. O núcleo inicial do projeto desenvolveu-se rapidamente, aumentando a sua população, a produção agropastoril, o comércio e a indústria, atingindo expressiva importância social e econômica. O Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl, por sua vez, teve início em 1975, sendo responsável pela ocupação do vale do rio Jaru. Os 3406 colonos, distribuídos em 3500 lotes de uma área de 407.210 hectares, eram oriundos principalmente das regiões Centro-Sul do País. O desenvolvimento demográfico e econômico da região teve como uma de suas conseqüências a elevação da área a categoria de município, em 1981, tendo a localidade de **Jaru** como sede municipal às margens da RO-464. Dentre as linhas atuais existentes ao longo do corredor em estudo, destacam-se as linhas: **69, 37 e 12** localizadas no município de Ouro Preto do Oeste; **linha 22** em Teixeiraópolis e **17, 627 e 632 em Jaru**.

A **linha 632**, situada no município de Jaru, destaca-se pela produção de leite em propriedades que não ultrapassam 100 alqueires (272 hectares). Há duas escolas de ensino médio e fundamental na linha: a Escola Frei Henrique de Coimbra e a Escola Noel Rosa. Também foi identificada a presença de uma Associação de Produtores, a ASPROL. A grande maioria dos produtores locais possui resfriador próprio, comprado através de financiamento do BASA – Banco da Amazônia. O leite é vendido para laticínios de Jaru, tais como o Tradição, o Italac e a Primalat. Há posto e agentes de saúde local.



Foto 3.6.5.11-5 - Moradia rural: Linha 627 - Jaru (RO)



Foto 3.6.5.11-6 - Fábrica de Laticínios: Linha 632 - Jaru (RO)

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

No domínio do município de **Ji-Paraná**, particularmente no distrito de **Londrina**, muitos lotes estão na faixa dos 20 alqueires e foram ocupados no início da década de 70. Mesmo entre estes, o mais comum é ter restado algo como 03 a 04 alqueires por família. O processo de venda foi bastante intenso, conforme pode ser observado nas **Linhas 9 e 4**.

Há também grandes fazendas, com tamanhos próximos a 300 alqueires, algo como 720 hectares de terras. Nestes casos, a especialidade é gado de corte.

A renda da maioria das famílias residentes no trecho é proveniente do trabalho em fazendas, sejam como funcionários, sejam como diaristas (muito comum, conforme informaram), ou da produção de leite e carne. As duas últimas, evidentemente, dependem das condições de produção, do tamanho do lote, do domínio técnico e da capacidade de trabalho para manutenção da atividade. Uma parte da renda é ainda assegurada através dos programas de transferência de renda do Governo Federal.

No município de **Presidente Médici** os estabelecimentos comerciais se concentram ao longo das margens da **BR-429** e nos povoados de **Novo Destino** e **Nova esperança**. De modo geral estas localidades dispõem de uma escola de ensino fundamental e um pequeno comércio para atender a população residentes nas linhas da região, conforme citado pelos moradores das **Linhas 2 e 3**.

Dois outros municípios do trecho também devem sua criação a projetos menores de assentamento do INCRA. O município de Nova Brasilândia do Oeste. Em 1982, o INCRA iniciou a abertura das primeiras linhas de um novo assentamento; o que provocou a migração de pessoas interessadas em terras baratas e férteis, exploração

do comércio e extração de madeira. Em 1987, Nova Brasilândia foi elevada à categoria de município.

A maioria tem tamanho médio de 100 hectares e são comumente ocupadas por trabalhadores assalariados, os chamados “encarregados”.

Um processo comum entre os pequenos proprietários é a divisão dos lotes ao longo dos anos. Muitos, apesar de terem recebido lotes em torno de 42 alqueires, acabaram por viver em menos $\frac{1}{4}$ do tamanho inicial. Não somente a divisão entre os filhos, mas a venda de parcelas dos lotes a fazendeiros e/ou sitiante (comerciantes, funcionários públicos ou profissionais liberais das cidades) tornaram-se eventos comuns, cujos relatos são citados por boa parte dos entrevistados.

Acerca da titulação destes terrenos, destaca-se que em alguns casos, os beneficiários iniciais possuem comprovação da regularidade. Entre os que foram comprando, a situação é mais irregular, haja vista que uma parte dos ocupantes, possuem apenas recibo de compra e venda e não tiveram as propriedades regularizadas pelo INCRA.

O distrito de **Jardinópolis** situado a cerca de 5km foi criado há 27 anos e está localizado em terras que anteriormente pertenciam ao município de Castanheiras. Área de fazenda doada ao INCRA serviu de projeto de assentamento aos moradores. Os lotes do possuem, em média, tamanho de 16x14 m. Os moradores ainda não possuem títulos de propriedade, valendo-se, em caso de necessidade, de documentos de compra e venda. A economia do distrito se destaca-se pela criação de gado de leite. O distrito conta com Posto de Saúde (hospital), para onde seguem médico e dentista pelo menos 2 vezes por semana. Há uma escola de ensino fundamental e um PROEM. O abastecimento de água é garantido por mina d’ água e a energia elétrica é abastecida pela CERON. Não há rede de esgoto, apenas fossas sépticas construídas nas propriedades dos moradores. Ainda com características similares, encontra-se o distrito de **Nova Estrela** no município de Castanheiras ao longo do corredor em estudo. Nesse trecho a **BR-479** também é um importante ponto de concentração de estabelecimentos comerciais que atendem as demandas dos sítios e fazendas da região. Dentre as linhas situadas entre os municípios de Castanheiras e Rolim de Moura, destacam-se: **Linha do Costa, 192, Castanheiras, 196 e 204.**



Foto 3.6.5.11-7- Distrito de Jardinópolis: Castanheiras (RO)

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

Esse sub-trecho atravessa os municípios de **São Felipe do Oeste, Primavera de Rondônia, Parecis, Chumpinguaia, Corumbiara, Colorado do Oeste, Cabixi, Comodoro e Nova Lacerda**, estes dois últimos no estado do Mato Grosso. A paisagem nesse trecho também é marcada pela presença pequenas propriedades a partir de Rolim de Moura, cedendo espaço para concentração de grandes propriedades em Chumpinguaia, Colorado do Oeste em Rondônia e Comodoro e Nova Lacerda em Mato Grosso.

Na parte inicial, em Rolim de Moura avançando rumo São Felipe do Oeste e Primavera de Rondônia, algumas chácaras serão encontradas. Neste percurso, lavouras brancas ao lado de pequenos cafezais são mais comuns que em trechos anteriores. Dentre as linhas encontradas no corredor em estudo, destacam-se: **Linha FP 17, 45 e 65**.

Nesse trecho, foram identificados cinco povoados situados fora do corredor em estudo, mas de referencia para a população local: **Novo Paraíso**, em **São Felipe do Oeste**; **Querência do Norte**, no município de Primavera de Rondônia; **Boa Esperança**, em Chumpinguaia, **Porto Triunfo**, em Corumbiara e **Planalto** em Cabixi.



Foto 3.6.5.11-8 - Vila Novo Paraíso do Oeste: São Felipe D'oeste (RO)



Foto 3.6.5.11-9 - Vila Boa Esperança - Chupinguaia (RO)

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

O distrito de Querência do Norte é habitado por cerca de 100 famílias espalhadas em lotes de, em média, 15x30m. Seus moradores são originários, em sua maioria, do estado do Espírito Santo e do Paraná. As terras eram parte do projeto de assentamento do INCRA. A economia do distrito se baseia na pequena agricultura e nos serviços oferecidos nas fazendas de pecuária de corte das imediações. A propriedade de destaque, identificada pelos próprios moradores, é a Fazenda Sorocaba. No distrito há Posto de Saúde; uma vez por semana um médico visita a localidade. Além disso, há escola de ensino fundamental e médio. A água é encanada e provém de poço artesiano. O distrito não possui rede de esgoto. Foi identificado também um mini-estádio e um ginásio poliesportivo. Com relação ao sistema de telefonia, existe sinal de celular só para quem possui antena, mas tem orelhão e telefone fixo. O distrito também conta com uma sub sede do sindicato de produtores rurais. As ruas não são asfaltadas. Os moradores contam com transporte de ônibus para Pimenta Bueno.

À medida que se avança em direção à **Chupinguaia** a paisagem vai sendo assumida por grandes fazendas especializadas na engorda de bois, ainda que persistam pequenas propriedades entranhadas ao longo da AID. A partir do município de Parecis, todos os municípios atravessados fazem parte da micro-região de Vilhena e se caracterizam pela intensa produção agropecuária, realizada em grandes fazendas



Foto 3.6.5.11-10 - Pista de pouso da Fazenda São Judas: Linha 125 - Chupinguaia (RO)

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

A partir das imediações da zona rural do município de Parecis, nota-se a presença de grandes propriedades dedicadas à criação de gado de corte, tais como as Fazendas Santa Maria, Bandeirantes, Juliana e Imaculada. A paisagem tomada por grandes latifúndios se torna ainda mais frequente nas imediações do município de Chupinguaia, onde se percebe uma grande circulação de caminhões de transporte de bois em direção ao frigorífico de Chupinguaia, pela via de acesso sem asfalto denominada de Estrada do boi. As fazendas possuem de 1000 a 2000 alqueires (2720 a 5440 hectares).

Daí para frente a densidade populacional é baixa, o que também se reflete na escassez de serviços básicos de educação e saúde. Para educar seus filhos, os funcionários das grandes fazendas precisam contar com a presença de transporte escolar para enviar os jovens estudantes às escolas de Querência do Norte. Também não se observa a presença de postos de saúde.

As informações dão conta de que houve muitas divisões das terras inicialmente ocupadas. O processo de venda fora bastante intenso, especialmente no lado de Rondônia. Por outro lado, os depoimentos referentes a São Felipe do Oeste, Parecis e Colorado do Oeste indicaram que há casos muitos de irregularidade das terras, mas que também é comum as propriedades possuírem registros no INCRA. Dentre as linhas presentes ao longo do corredor em estudo que foram pesquisadas destacam-se: **Linha 85, 105, 115, 125 e 135.**

Em Chupinguaia fazendas alcançam 5 mil alqueires (12 mil hectares), mas existem aquelas com quase 100 mil hectares, segundo informações. Em Comodoro-MT, foram

visitadas propriedades especializadas na produção de carne e soja, cuja área gira em torno de 110 mil hectares.

A renda das famílias provém da lavoura de café, da criação de gado, seja para produção de carne ou leite, bem como do trabalho assalariado ou como prestador de serviços nas fazendas, especialmente em Chupinguaia e Colorado, em Rondônia, e Comodoro e Nova Lacerda em Mato Grosso. Alguns trabalhadores de fazenda de gado recebem, em média, uma remuneração mensal de R\$ 750,00, enquanto que encarregados ganham entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000 acrescidos de participações dos retornos das atividades das fazendas.

Em Chupinguaia, nem todos os funcionários de fazenda entrevistados disseram estar registrados. Ocorreram relatos também de famílias que beneficiam a produção do leite, fabricando requeijão, queijos, mas que não chegam a significar uma investida da produção, sendo uma alternativa eventual. A aposentadoria, entre as famílias situadas mais entre Rolim de Moura, Colorado do Oeste e Corumbiara é também bastante representativa, conforme fora destacado pelos depoimentos. Nestes mesmos locais, os programas de transferência de renda do governo Federal foram mencionados com regularidade.

O trecho da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 que atravessa os municípios de **Corumbiara, Colorado do Oeste e Cabixi** se destaca pela presença ostensiva do agronegócio exportador voltado para a produção de soja e milho sorgo, com baixa densidade populacional. Dentre as linhas presentes ao longo do corredor em estudo que foram pesquisadas destacam-se: **linha 5, 3, Linha Nova e 7**. Um dos dados a serem observados neste trecho é a incorporação de pequenas unidades agrícolas ao movimento do negócio dos grãos, por meio de arrendamentos patrocinados por grandes empresas. Pode-se dizer também que certos fatores ambientais acabam por fortalecer a expansão da soja no cone sul do estado. A predominância do cerrado contribui financeiramente para a ocupação da área, pois a derrubada e florestas tornariam o empreendimento muito caro e dispendioso. Nestas regiões, o relevo também favorece este tipo de lavoura, na medida em que, praticamente plano, ele facilita a mecanização da produção. Ambos os fatores são de extrema importância para a conquista do mercado internacional, na medida em que a concorrência exige baixos custos de produção.

Dado o padrão de ocupação com o predomínio de fazendas com grandes extensões de terras, a densidade demográfica é baixa ao longo do corredor em estudo, tendo sido encontrado apenas dois povoados: **Porto Triunfo**, em Corumbiara e **Planalto** em Cabixi.



**Foto 3.6.5.11-11 - Aglomerado de moradias rurais -
Linha 05 - Corumbiara (RO)**



**Foto 3.6.5.11-12- Distrito de Planalto - Linha 08 -
Cabixi (RO)**

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

Ingressando no Estado de Mato Grosso, em **Comodoro**, o domínio da paisagem continua a ser o de extensas áreas de plantio de soja com mesmo padrão de produção e ocupação descrito anteriormente. A área, de ocupação relativamente recente no estado, se caracteriza por sua baixa densidade populacional e por sua economia agrícola e pecuária altamente desenvolvida e modernizada e pela presença ostensiva de grandes propriedades rurais cercadas por extensas áreas de mata. A produção dominante é a da pecuária de corte associada à lavoura de grãos, notadamente a soja e o milho. Voltados para o mercado exportador, essas propriedades são mecanizadas e contam com mão-de-obra restrita e ao mesmo tempo bastante qualificada.



Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

Foto 3.6.5.11-13 - Plantio de soja

A distância dos principais aglomerados urbanos e a baixa densidade populacional das áreas rurais da região se refletem na baixa oferta de serviços públicos básicos, tanto nas áreas de grandes fazendas, em Comodoro e Nova Lacerda. De modo geral, as

escolas estão concentradas no interior das Fazendas, como por exemplo as fazendas visitadas de **Fazenda Vitória do Guaporé** (Comodoro) e a **Fazenda Fortaleza do Guaporé**. (Nova Lacerda) onde escolas e assistência médica para as famílias dos seus funcionários. No caso da Fazenda Fortaleza do Guaporé, o proprietário fornece também transporte para seus funcionários residentes fora do local.



Foto 3.6.5.11-14 - Sede da Fazenda Fortaleza do Guaporé – Nova Lacerda (MT)



Foto 3.6.5.11-15 - Silos da Fazenda Fortaleza do Guaporé – Nova Lacerda (MT)



Foto 3.6.5.11-16 - Vila de Trabalhadores - Fazenda Fortaleza do Guaporé – Nova Lacerda (MT)

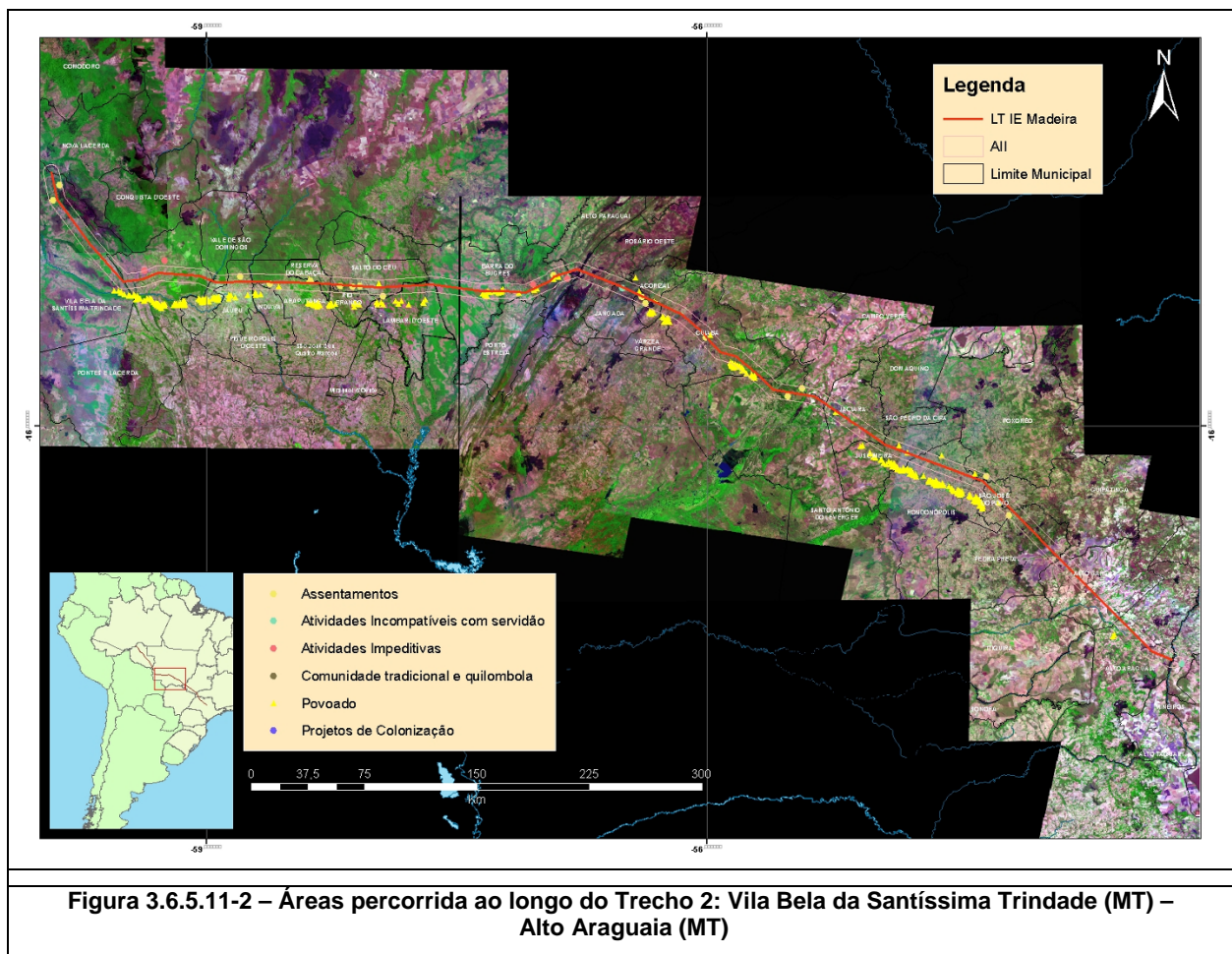


Foto 3.6.5.11-17- Escola Municipal Ângelo Tripoloni: Fazenda Fortaleza do Guaporé – Nova Lacerda (MT)

Fonte: levantamento de campo, outubro de 2009

(2) Trecho 2: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Alto Araguaia (MT)

Esse trecho do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 possui cerca de 800km de extensão e atravessa 28 municípios do estado do Mato Grosso. Embora no estado do Mato Grosso concentre grandes propriedades rurais, destinadas a monocultura extensiva, identificou-se ao longo do corredor em estudo um maior grau de diversificação no padrão de ocupação, com assentamentos rurais destinados a reforma agrária, comunidades tradicionais, núcleos urbanos, dentre outros.



Esse sub-trecho é composto pelos municípios de **Vila Bela da Santíssima trindade, Pontes e Lacerda, Vale São Domingos e Jauru**. A paisagem é caracterizada pelo predomínio de grandes áreas de pasto, entremeadas por assentamentos rurais e pequenos sítios.

Localizado próximo do limite com o município de **Nova Lacerda** (189.482/8.388.852) situa-se o **Assentamento Santa Helena**. O assentamento tem sua ocupação iniciada no ano de 1997, com trabalhadores rurais oriundos dos municípios de Conquista do Oeste e Nova Lacerda. Em 2007, o INCRA comprou as terras pertencentes à Fazenda Santa Helena dividindo a área em 172 lotes com 42 alqueires cada. De acordo a presidenta da associação de produtores rurais, 120 lotes encontram-se atualmente ocupados, o que permite estimar que a população aproximada do assentamento seja de 500 pessoas.

A demarcação e medição de cada lote foram financiadas pelos próprios assentados, com a contratação de agrimensor; e contam com o fornecimento de energia elétrica do Programa Luz Para Todos, água captada e armazenada em poços artesianos e o

esgoto é coletado em fossas. O assentamento não conta com coleta pública de lixo, o que obriga cada família a dar um destino para o que é produzido e que em geral é a queima. O padrão construtivo das residências é o predominante nos assentamentos do trecho, qual seja, casas de alvenaria com 04 cômodos e 42m² de área, no mínimo e que pode ser expandida de acordo com as condições econômicas da família.



Foto 3.6.5.11-18 - Padrão construtivo das habitações do assentamento Santa Helena.



Foto 3.6.5.11-19 - Área de pasto no interior do assentamento.

Sobre a oferta de serviços públicos, o assentamento possui uma escola municipal que se encontra fechada, o que obriga os estudantes a freqüentarem a escola localizada, ou no Assentamento Guaporé, ou na sede de Nova Lacerda, que se encontra mais próxima, contudo, contam com transporte escolar oferecido pela prefeitura. O serviço de saúde é acessado nas sedes de Conquista do Oeste e Vila Bela da Santíssima Trindade e de acordo com a entrevistada, nos períodos de chuva (entre novembro e março) aumentam os casos de dengue e leishmaniose, além de casos de hanseníase.

Não existem linhas de ônibus disponíveis para o assentamento e um dos supermercados localizados na sede do município, oferece transporte gratuito uma vez por mês para a realização de compras. Em virtude da falta de cobertura policial na região, as principais ocorrências são o roubo e o furto de automóveis e motos e as estradas vicinais também são utilizadas como rota de fuga para outros veículos roubados.

A principal atividade econômica dos assentados é a pecuária leiteira, sendo a agricultura pouco expressiva. A produção diária de leite de cada produtor varia entre 40 e 250 litros, dependendo do tamanho de cada rebanho. O principal destino da produção é a cooperativa de laticínios localizada em Conquista do Oeste e a renda é complementada com a venda de bezerros e pequenos animais, tais como galinha e porco.

A principal atividade de lazer é o banho e a pesca no rio Guaporé, mas de acordo com a entrevistada neste trecho ele é poluído o que dificulta o banho. A reserva legal do assentamento está localizada na Serra de São Francisco, onde também é praticada a caça ilegal.

No município de **Vila Bela da Santíssima Trindade**, destaca-se o **Assentamento Guaporé** com 15 anos de ocupação da região e 72 famílias residindo atualmente, o Assentamento Guaporé (185.568/8.378.405) juntamente com o Assentamento Flor da Serra, que não se encontra no corredor em estudo, formam a Gleba Guaporé que possui ao todo 180 lotes com tamanhos que variam entre 30 e 100 hectares. O INCRA comprou as terras da Fazenda Guaporé e que formaram o assentamento em 2002, contudo a divisão definitiva dos lotes não foi realizada. A ocupação foi iniciada por trabalhadores oriundos do município de Pontes e Lacerda, predominantemente.

O padrão construtivo obedece ao comum para assentamentos de reforma agrária, qual seja com 42 metros quadrados e quatro cômodos, mas ainda existem residências de pau a pique que estão fechadas. O abastecimento e captação de água são realizados por poços artesianos e o esgoto é coletado fossas rudimentares. A instalação para o recebimento de energia elétrica foi realizado pelo Programa Luz para Todos e o assentamento não dispõe de linhas telefônicas. O transporte público não atende a população da região e o deslocamento é feito com caronas em caminhões de leite. O assentamento possui uma escola municipal multisseriada, com aproximadamente 100 alunos, do ensino fundamental, e não possui unidade de saúde na região, obrigando os moradores a se deslocarem para receberem atendimento em Vila Bela da Santíssima Trindade.



Foto 3.6.5.11-20 - Escola municipal do assentamento Guaporé.



Foto 3.6.5.11-21 - Pequeno estabelecimento comercial localizado em uma das vias do assentamento.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

De acordo com o presidente da associação de produtores rurais, no último ano houve 02 casos de leishmaniose e 05 de malária e que foram tratados nas unidades de saúde de Vila Bela da Santíssima Trindade.

A produção de leite é a principal atividade econômica e fonte de sustento das famílias, com uma produção diária que varia entre 30 e 150 litros, destinados à cooperativa de laticínios de Conquista do Oeste. A renda familiar é complementada com o plantio de hortaliças, mandioca, abacaxi e milho, garantindo deste modo, uma diversificada dieta. O assentamento fica próximo das margens do rio Guaporé, que se torna navegável somente do período de cheia (entre novembro e março) quando é realizada a venda de passagens. Não existem opções de lazer na região e não foi relatada a prática da pesca entre os moradores, contudo a caça de paca e anta foi identificada como prática comum na região.

Seguindo estradas vicinais onde se localizam grandes fazendas, chega-se nesta região do município ocupada por trabalhadores rurais no município de **Pontes e Lacerda**. O histórico de ocupação desta região é um dos mais antigos e mais violentos do corredor em estudo e é bastante representativo das lutas dos trabalhadores rurais no país. A **gleba Catulino** teve sua ocupação iniciada no início da década de 1970, a partir da chegada de trabalhadores rurais migrantes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e do sul do Mato Grosso. A ocupação se deu em terras devolutas e griladas por um fazendeiro conhecido apenas como “Catulino” que enviava “jagunços” para região, na tentativa de expulsar os trabalhadores. Como a gleba não possui associação, nem lideranças formais, a equipe de campo levantou informações com umas pioneiras na ocupação da região.

De acordo com a entrevistada o conflito pela posse da terra durou aproximadamente 10 anos, onde durante esse período, posseiros e jagunços se enfrentaram regularmente o que ocasionou diversas mortes dos dois lados “e durante a noite ninguém dormia de tanto tiro”. O fazendeiro que se declarava dono das terras nunca foi visto durante os anos de conflito e mesmo depois de cessadas as tentativas de expulsão dos trabalhadores, somente os jagunços eram vistos na região.



Foto 3.6.5.11-22 - Padrão de ocupação na Gleba Catulino.



Foto 3.6.5.11-23 - Plantação de abacaxi

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

No ano de 1985, o INCRA inicia a regularização fundiária da gleba com área total de 4.000 hectares e que são ocupados por 40 famílias, que custearam a medição e demarcação das terras. A gleba não possui escola nem posto de saúde e as sedes dos municípios de Cáceres e Nova Lacerda são a referência para os moradores nesses serviços e no comércio. A água dos moradores é captada por poços e o esgoto é coletado por fossas; a gleba não dispõe de coleta de lixo que é queimado, ou enterrado. A principal via de acesso ao local encontra-se em péssimo estado de conservação: a Estrada Municipal Florêncio Bonito, utilizada como rota de fuga de um posto da Polícia Rodoviária Federal e apresenta muitos casos de roubo e furto de veículos.

As residências do assentamento recebem energia elétrica da CEMAT e são feitas em madeira e alvenaria e apresentam tamanhos variados. As principais atividades econômicas são a fruticultura, em especial a do abacaxi, e a pecuária de leite. Cada produtor vende para os mercados de Pontes e Lacerda aproximadamente 2.000 unidades de abacaxi por mês e a quantidade de leite não foi informada pela entrevistada. Não existem opções de lazer para os moradores e a pesca da traíra é realizada esporadicamente no rio Guaporé.

Seguindo adiante, ainda no município de Pontes e Lacerda a paisagem é caracterizada pelas grandes áreas de pasto. Nessa região o traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 atravessa uma região de grandes fazendas de gado de corte, dentre elas, a **fazenda** de sorgo **Tamboriu** com 7.100 hectares de área. Grande parte delas encontrava-se com a porteira fechada, o que acabou por impedir o acesso da equipe de campo aos pontos de passagem do empreendimento no interior dessas propriedades. A diante avista-se os dois maiores estabelecimentos agropecuário desta

parte do município. O primeiro deles é a **Fazenda São José** com 13.000 alqueires de área e onde 10.000 alqueires foram arrendados pelo Grupo Carrefour, para a pecuária de corte. De acordo com o entrevistado e funcionário da fazenda, residem nela 08 famílias de trabalhadores que acessam todos os serviços na sede do município de Pontes e Lacerda.



Foto 3.6.5.11-24 - Área de cultivo de sorgo da Fazenda Tamboruiu.



Foto 3.6.5.11-25 - Placa de advertência na Fazenda São José

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

As fazendas **São José e Triângulo pertencem ao Grupo OB**, fundado pelo empresário Ovídio Brito e que reúne outros estabelecimentos rurais em torno da Guaporé Pecuária S/A, cujas principais atividades são a criação de gado Nelore Mocho, Brahman da Marca OB e produção de látex com seringal no interior da fazenda. A Fazenda Triângulo possui 300 moradores, incluindo funcionários e familiares, 01 escola de ensino fundamental e oferece transporte escolar para os alunos residentes nos demais estabelecimentos agropecuários do grupo.



Foto 3.6.5.11-26 - Sede da Fazenda Triângulo vista a partir da pista de pouso.



Foto 3.6.5.11-27 - Área de seringal da Fazenda Triângulo.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Com 80.000 hectares de área e com um rebanho estimado em 25.000 cabeças, seus limites se aproximam das margens do rio Guaporé e possui 20.000 hectares de reserva legal. Possui ainda uma pista de pouso utilizada pelos proprietários para o acesso à sede da fazenda.

Partindo em direção ao município de **Jauru** cruza-se o rio Guaporé e no lado direito da ponte avista-se a entrada da UHE Guaporé. Mais adiante se passa por uma área com médias propriedades rurais e chega-se na **Gleba Corgão**. As **fazendas Lucialva e Tâmara** que juntas possuíam 3.000 hectares de área, foram desapropriadas para a reforma agrária no ano de 1994¹ e nestas terras estão localizados os assentamentos São Bernardo, pequenos sítios e o distritos de Lucialva e Taquarussu, mas este último encontra-se fora do corredor de estudo.

Com a chegada de trabalhadores rurais oriundos dos Estados de Minas Gerais a partir dos anos de 1980 para ocupar as terras das Fazendas Lucialva e Tamara teve início a ocupação da área denominada de **São Bernardo** (coordenadas 306.914/8.329.145). Em 1996 o INCRA demarcou as terras a transformando em Projeto de Assentamento para a Reforma Agrária dividindo-as em 70 lotes de 10 hectares cada.

As casas foram construídas com crédito do INCRA e possuem 48 metros quadrados de área com 04 ou 05 cômodos e todas em alvenaria foram eletrificadas através do Programa Luz para Todos. A captação de água é realizada através de minas, esgoto coletado por fossas e o lixo produzido no assentamento é queimado. Os alunos do assentamento estudam no distrito de Lucialva e contam com transporte escolar.



Foto 3.6.5.11-28 - Vista dos lotes do assentamento São Bernardo.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

¹ Decreto de 1 de Dezembro de 1994. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1994/Dnn2704.htm acessado no dia 20/01/2010.

O assentamento é atendido por 01 Agente Comunitário de Saúde e tem como principais doenças as verminoses, em especial a solitária que acomete as crianças e a hipertensão nos adultos. A sede do município de Jauru é a referência da população para serviços bancários, comércio e escolas de ensino médio e o transporte é feito 02 horários regulares e diários de ônibus que atendem a população. A principal fonte de renda das famílias vem da pecuária de corte e leite, onde o primeiro é escoado no município de Araputanga, enquanto que o leite é vendido para as cooperativas do município de Figueirópolis. O preço de venda do leite no período de chuvas é de 0,45/litro e cada produtor entrega diariamente 50 litros em média. A renda e a dieta são complementadas com o plantio de mandioca, feijão e milho.

Não existem opções de lazer para os moradores da região e a pesca é praticada no rio Jauru a montante e à jusante da UHE Jauru. A montante as espécies pescadas são Traíra e Pacu e a jusante pesca-se o pintado e mais espécies.

Localizado no interior da Gleba Corgão, o **distrito de Lucialva** é a área urbana da região e possui 84 famílias residentes, 100 domicílios e no seu entorno estão os sítios e pequenas propriedades rurais, distante cerca de 1,5Km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. O distrito foi formado inicialmente como patrimônio com a cessão de terras das antigas fazendas que foram ocupadas por trabalhadores rurais oriundos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Na área urbana, o tamanho das quadras é de 750 m², todos os domicílios têm abastecimento de água fornecido pela prefeitura e grande parte das vias do distrito é asfaltada.



Foto 3.6.5.11-29 - Condições de conservação das vias de Lucialva.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O esgoto das residências é coletado individualmente através de fossas e a coleta de lixo é realizada uma vez por semana no distrito e sua destinação final é o principal problema ambiental. A população conta com uma unidade básica de saúde composto por 01 auxiliar de enfermagem entrevistado pela equipe de campo, 01 dentista e 01

técnico de enfermagem. Esta unidade é referência para as populações da região e de outras comunidades. No distrito, as verminoses, hipertensão e dengue no período de chuvas são a principais doenças que acometem a população. Os alunos do local e de outras comunidades contam com a escola municipal conveniada ao governo estadual, que oferece ensino médio e fundamental em 02 turnos, além de transporte escolar que garante a freqüência dos alunos residentes na área rural.



Foto 3.6.5.11-30 - Escola que atende aos estudantes de Lucialva e comunidades da região.



Foto 3.6.5.11-31 - Área destinada o lixo do distrito localizada na parte mais elevada do distrito.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O distrito possui 01 posto de policial e a estrada municipal que permite o acesso ao local apresenta péssimas condições de tráfego durante o período de chuvas e por onde circula uma linha regular de ônibus que atende a população para a sede de Jauru. A principal atividade econômica da população da área urbana é pecuária leiteira desenvolvida nos sítios do entorno, enquanto que as mulheres trabalham na sede do município. O entrevistado não soube informar o volume produzido de leite, nem a renda média dos produtores. As opções de lazer da população são as quadras esportivas localizadas no distrito e a pesca no rio Jauru.

Saindo de Lucialva em direção a outra margem no rio Jauru, chega-se no município de **Araputanga**. Depois de atravessar uma região de fazendas, chega-se ao **Assentamento Vereda** que tem em seu interior a **Vila de Botas** que é a sua “sede urbana” do **Assentamento Floresta**.

A antiga Fazenda Alvorada teve suas terras ocupadas por trabalhadores rurais oriundos dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo na década de 1970. Nesse período as terras da fazenda estavam localizadas no município de Reserva do Cabaçal e regularmente os trabalhadores rurais que tentavam ocupar as terras eram expulsos pelos pistoleiros que trabalhavam na fazenda. Em finais de 1970 teve início o período de confrontos armados mais intensos e que duraram aproximadamente 01 ano.

Em seguida a ocupação dos trabalhadores rurais se consolidou e em 1983 foi inaugurada a escola da região, mas no ano de 1994 as terras foram demarcadas e foi realizada a regularização fundiária do assentamento que possui a população aproximada de 1.000 pessoas. A Vila de Botas é o patrimônio do Assentamento Vereda e possui 50 lotes que variam entre 04 e 20 alqueires cada e que foram divididos entre os familiares. O abastecimento de água na vila é realizado por poços artesianos, o esgoto é coletado através de fossas sépticas e o fornecimento de energia é realizado pela CEMAT.



Foto 3.6.5.11-32 - Poço artesiano que abastece a Vila de Botas.



Foto 3.6.5.11-33 - Vista do ponto mais alto da vila.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A vila possui uma escola de ensino fundamental e médio com 300 alunos e que funciona em dois turnos. O transporte escolar atende aos alunos da vila e de outros assentamentos. Botas conta com uma unidade básica de saúde com 01 médico que atende 01 vez por semana, 02 auxiliares de enfermagem e 01 agente comunitário de saúde. De acordo com o presidente da associação, as principais doenças são a dengue, leishmaniose e verminoses que acometem as crianças. Sem ocorrência de crimes a região carece de mais oferta de energia elétrica, estradas e telefonia pública uma vez que o único telefone publica não funciona.



Foto 3.6.5.11-34 - Escola de ensino médio e fundamental.



Foto 3.6.5.11-35 - Galpão da associação de produtores rurais onde é armazenada a ração animal utilizadas pelos produtores.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A principal atividade econômica da vila é desenvolvida nos sítios, já que área urbana residem em sua maioria os trabalhadores rurais aposentados. Com uma produção diária de aproximadamente 13.000 litros de leite a renda das famílias é complementada com o cultivo de hortaliças, feijão, milho e mandioca, além da criação de galinhas e porcos. O principal destino do leite produzido é a COOPNOROESTE que é vendido por um preço médio de 0,50/litro e nem todos os produtores possuem resfriador, o implica em maiores variações do preço.

As opções cotidianas de lazer estão no ginásio e campo de futebol da vila e no mês de julho ocorre a festa do peão com baile, shows e concursos de montaria. A pesca esportiva é realizada no rio Vermelho e o pintado, o dourado e a piraputanga são as espécies mais pescadas.

Saindo da Vila de Botas e ainda no interior do Assentamento Vereda, avista-se uma área de pequenos lotes que formam o **Assentamento Floresta**. A ocupação do entorno da vila tem início em 1996, a partir da chegada de trabalhadores rurais migrantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia nas terras da antiga Fazenda São José, declarada improdutiva. Até o ano de 2001 os trabalhadores nela viveram em regime de comodato e em seguida os trabalhadores contratam os serviços de engenheiros agrimensores para a divisão dos lotes e no ano de 2004, o INCRA cria o projeto de assentamento sem, contudo, demarcar em definitivo as terras e construir a estrada principal do assentamento.



Foto 3.6.5.11-36 - Padrão construtivo do Assentamento Floresta.



Foto 3.6.5.11-37 - Rebanho de um dos produtores rurais

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O Assentamento Floresta possui 90 lotes de 30 hectares cada e com uma população total estimada em 360 pessoas. A pecuária leiteira é a principal atividade econômica que conta com um rebanho de 6.300 cabeças distribuídas entre as famílias e com uma produção diária de 7.200 litros de leite que é vendido ao preço médio de 0,60 de real, que entre abril e novembro tende a aumentar. O principal destino da produção é COOPERNOROESTE do município de Araputanga. A segunda atividade do local é fruticultura que tem a vila de Botas e a sede de Araputanga como principais destinos do que é produzido.

O padrão construtivo das residências obedece ao dos demais assentamentos de reforma agrária, qual seja de 42 metros quadrados, com 04 ou 05 cômodos. O abastecimento de água é feito através de minas, o esgoto é coletado por fossas e o lixo é queimado no interior dos lotes. Os serviços de saúde, educação e comércio básico são acessados em Botas ou em Araputanga. As doenças que acometem a população e que foram citadas pelo entrevistado e também Agente Comunitário de Saúde são leishmaniose e hanseníase.

Em direção ao município de **Reserva do Cabaçal**, saindo-se do Assentamento Floresta encontram-se ao longo da estrada as demais propriedades rurais que compõem o Assentamento Vereda. Em paralelo à estrada do assentamento a faixa de domínio cruza uma área em avançado processo erosivo, gerado pelo pisoteio do gado e a derrubada da vegetação ciliar para formação de pasto e dessesdentação animal.



Foto 3.6.5.11-38 - Processos erosivos em avançado estágio no Assentamento Vereda.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Seguindo na estrada que leva à sede do município é possível avistar diversas fazendas, até se chegar à **área urbana do município de Reserva do Cabaçal**, situada a cerca de 4 km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. A ocupação do local teve início nos anos 50, a partir do estímulo da colonização da região promovida pelo Governo Federal. Os primeiros moradores foram trabalhadores rurais oriundos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo que ocuparam as terras até então devolutas que formam a atual área urbana do município. Como o estímulo a colonização não foi formalizada pelo Estado, a chegada de fazendeiros migrantes dos Estados de São Paulo e Goiás gerou conflitos com trabalhadores pela posse da terra e até hoje a região enfrenta problemas de regularização fundiária.

Toda a região que integra o município de Reserva do Cabaçal pertencia ao município de Rio Branco e teve o seu loteamento iniciado em 1969 e com a emancipação municipal ocorrendo em 1986 e CODEMAT foi a responsável pelo ordenamento urbano e rural. A área urbana do município possui uma população de 1.200 moradores e apresenta dois padrões de loteamento. No primeiro deles cada cruzamento de vias possuem lotes de 375 metros quadrados, enquanto que os demais são de 450 metros quadrados. O padrão construtivo da área urbana é variado, encontrando-se residências entre 04 e 08 cômodos, construídos em alvenaria. A captação e distribuição da água são realizadas pela própria prefeitura; e o esgoto é coletado pela prefeitura e lançado sem tratamento em córregos da região e atende a toda a área urbana.



Foto 3.6.5.11-39 - Vias da área urbana e drenagem de águas pluviais

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

De acordo com o entrevistado, secretário municipal de administração, a coleta de lixo é realizada pela prefeitura e a eletrificação do município atende à toda área urbana de 80% da área rural. O local possui 01 Centro Municipal de Saúde com médico, enfermeiro, dentista, 05 auxiliares de enfermagem, psicólogo e 05 ACSs. Possui ainda 01 escola municipal e outra estadual que atende aos alunos das áreas urbana e rural.

As atividades econômicas que mais geram emprego na área urbana do município são o comércio e serviços, enquanto que na área rural, a pecuária é a atividade mais importante. As opções de lazer da população estão nos rios e cachoeiras do município e o “Festival da Praia” que ocorre anualmente atrai turistas da região para os shows que ocorrem nas margens do rio Cabaçal.

Em direção a estrada que leva para o município de Salto do Céu está localizado o **acampamento Padre Maurício**, no final da área urbana de Reserva do Cabaçal. Com 80 famílias cadastradas, trabalham nas fazendas da região recebendo diárias e complementam a renda com a venda de hortaliças. Não possuem acesso a saneamento básico e à energia elétrica. O acampamento tem 8 anos de existência e é formado de trabalhadores rurais migrantes de Mirassol do Oeste e do estado de Rondônia.



Foto 3.6.5.11-40 - Acampamento Padre Maurício, localizado na saída da área urbana do município.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

No município de **Rio Branco** a caminho de Salto do Céu, encontra-se o **Assentamento Morada do Vale**. A ocupação da antiga Fazenda Córrego das Pedras teve início em 2005 com posseiros oriundos do município de Rio Branco. Através da oferta de crédito fundiário do Banco do Brasil, as 84 famílias receberam depois de formalizada a compra, as escrituras dos lotes de 15 hectares cada destinados à formação do assentamento. Com aproximadamente 320 moradores a população do local tem diminuído gradativamente, em virtude das dificuldades no abastecimento de água. Foram construídos dois poços artesianos quando o assentamento se formou, contudo, em virtude de falhas na obra, se encontram desativados, fazendo com que a captação da água se dê em áreas cada vez mais distantes das residências.



Foto 3.6.5.11-41 - Padrão construtivo do Assentamento Morada do Vale



Foto 3.6.5.11-42 - Igreja no interior no assentamento.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A coleta de esgoto é feita por fossas individuais, localizadas em casa própria e todo o assentamento possui eletrificação. O lixo produzido no local é queimado ou enterrado por cada família e a única forma de comunicação é através de celulares com

antenas instaladas nos telhados das casas. O padrão construtivo se assemelha aos dos demais assentamentos de reforma agrária, qual seja, casas de alvenaria, com 42 metros quadrados e 04 cômodos.

A pecuária leiteira é a principal fonte de renda do assentamento que produz uma média diária de 3.000 litros de leite que são vendidos por 0,39 centavos. A renda e a dieta são complementadas com o plantio de mandioca, frutas (banana, abacaxi e melancia), hortaliças e criação de porcos e galinhas. Os serviços de saúde e educação são acessados pela população no município de Rio Branco, pois não existem equipamentos públicos no local. Os principais problemas ambientais da região são a caça e a pesca predatória praticada no rio Sepotuba, sem respeito ao período de defeso e com o uso de espinhel. De acordo com o entrevistado, não existem opções de lazer para a população do assentamento, exceto na sede de Rio Branco.

Adentrando no município de **Salto do Céu**, encontra-se o **Assentamento Salto das Nuvens**, beneficiado pelo programa “Nossa Terra, Nossa Gente”, do governo do Estado do Mato Grosso. O programa, destinado à trabalhadores rurais interessados no desenvolvimento da agricultura familiar, beneficiou no ano de 2005, mediante sorteio, 27 famílias que receberam lotes de 2,5 hectares, formando deste modo a população do assentamento. De acordo com a presidenta da Associação de Produtores Rurais do assentamento, todas as famílias vivem exclusivamente da agricultura e em especial da produção de mandioca, milho, arroz, feijão, banana e hortaliças. Existe também um numero reduzido de avicultores que produzem em média, 100 unidades de frango por trimestre.



Foto 3.6.5.11-43 - Plantio de mandioca e banana no assentamento Salto das Nuvens.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O principal problema dos agricultores está relacionado ao escoamento da produção. De acordo com a presidenta é necessária a ampliação do mercado que atualmente atende somente aos supermercados de Salto do Céu. Além disso, a falta de legalização dos

produtores, no que diz respeito à emissão de nota fiscal, impede que o escoamento da produção seja ampliado, fazendo com que parte da produção seja destinada a subsistência das famílias.

O padrão construtivo das residências varia entre baixo e médio, com o predomínio de casas de alvenaria com 05 cômodos. A captação de água é feita através de minas, sendo o seu tratamento realizado por cada família, o esgoto é coletado por fossas e o lixo produzido é queimado. O assentamento não é atendido por linhas de ônibus e a carona é o principal modo de deslocamento dos moradores. Como não dispõem de equipamentos públicos de educação e saúde, os moradores recorrem à sede de Salto do Céu quando necessitam desses serviços. De acordo com a entrevistada, as principais doenças que acometem a população do assentamento são: dengue, hipertensão e diabetes nos adultos; e diarreias e verminoses a crianças. As opções de lazer estão na cachoeira Salto das Nuvens, no campo de futebol e na pesca de lambari no rio Branco.

Seguindo pela estrada que atravessa a área urbana de Salto do Céu, passa-se pela **gleba Fortuna** (381.189/8.323.836), região composta de 08 sítios esparsamente distribuídos e que tem a pecuária leiteira como principal atividade. A diante, encontra-se o **Assentamento Montechi** composto de 60 famílias que trabalham na terra durante o dia e retornam para a sede de Salto do Céu. A ocupação do local foi iniciada em 1980, a partir à região de trabalhadores rurais oriundos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que transmitiram a “posse” da terra após alguns anos para novos moradores. Atualmente, todos os lotes possuem carta de anuência do INCRA e possuem área média de 16 hectares cada.



Foto 3.6.5.11-44 - Exemplo do padrão construtivo e vista da estrada principal do assentamento.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O tamanho médio das residências é 36 metros quadrado, estando um pouco abaixo da média dos demais assentamentos e todas são construídas em alvenaria e possuem no

mínimo 04 cômodos. O abastecimento de água é feito por minas e o esgoto é tratado por fossas, sendo o lixo queimado ou enterrado por cada família. Os serviços públicos essenciais e o comércio são acessados nas sedes de Rio branco e Salto do Céu que é o local de residência principal de parte dos assentados.

Com um rebanho estimado em 2000 cabeças, a pecuária leiteira é a atividade econômica mais importante do assentamento com o litro do leite por 0,40 centavos. O plantio de mandioca e feijão complementa a dieta e a despesa da população, juntamente com a criação de porcos e aves. Não foram relatadas opções de lazer para os moradores, nem prática de pesca na região.

Em direção ao patrimônio de **Cristianópolis** (393.657/8.321.259), a faixa de servidão mantém paralelismo com a estrada, passando por diversas fazendas até a chegada ao local. Atualmente o patrimônio possui somente 05 famílias residentes em sítios esparsamente distribuídos e já foi um importante ponto de parada, em virtude do seu comércio desenvolvido e pelo tamanho da população. A decadência econômica do local está relacionada com a saída de moradores e de sítiantes, a procura de empregos em outros municípios do Estado. As famílias residentes trabalham por empreitada nas fazendas região e o acesso aos serviços públicos essenciais e ao comércio é realizado na sede de Salto do Céu.



Foto 3.6.5.11-45 - Estabelecimento comercial e residencial abandonados em Cristianópolis



Foto 3.6.5.11-46 - Estabelecimento comercial na principal via da Vila São Jorge.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A **Vila de São Jorge** possui um histórico semelhante ao de Cristianópolis, mas com uma realidade econômica e social bem distinta. A sua ocupação tem aproximadamente 40 anos e se deu a partir da cessão de terras de fazendas para a formação da vila, que foi inicialmente ocupada por trabalhadores e peões migrantes do Estado de Minas Gerais. Os moradores são proprietários das casas e demais benfeitorias, contudo a posse da terra pertence aos fazendeiros. Além de trabalharem nas fazendas da região, os moradores da vila complementam a renda e a dieta com a plantação de frutas, hortaliças e criação de porcos e frango. A vila possui um estabelecimento comercial que funciona como ponto de parada de motoristas e passantes pela região. Apesar da referência para comércio e serviços ser a sede de Salto do Céu, a vila possui um posto de vacinação e um agente comunitário de saúde. A água é captada por mina, o esgoto é tratado por fossas e o lixo é queimado, ou enterrado.

Partindo da vila São Jorge e cruzando o rio Vermelho, avista-se o **Assentamento Cecília Antunes** que possui uma área total de 1500 hectares. A ocupação teve início em 1999 com a chegada de trabalhadores integrantes do MST, oriundos dos municípios de Rio Branco, Salto do Céu e Lambari do Oeste. Em 2004, o INCRA demarcou as terras que foram divididas em 11 lotes com 27 hectares e 34 com 20 hectares e cada família reside em casa de 42 metros quadrados construídas em alvenaria e com 05 cômodos.



Foto 3.6.5.11-47 - Padrão construtivo do Assentamento Cecília Antunes.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Com um rebanho aproximado de 700 cabeças, a pecuária leiteira é a principal atividade econômica dos assentados que vendem para as cooperativas de Mirassol D'Oeste o leite produzido diariamente. A renda e a dieta são complementadas com a produção de milho, feijão, mandioca, banana e a criação de suínos e aves. A pesca é realizada de canoa em diversos pontos do rio Vermelho. O assentamento é atendido por 01 agente comunitário de saúde, para atender os casos de verminoses que acometem as crianças, e os casos de dengue que foram considerados elevados, pelo presidente da associação. A localidade possui transporte escolar para os alunos que estudam em escolas da sede de Salto do Céu, uma vez que o local não possui escolas. A água é captada por poços artesianos e o esgoto é coletado por fossas. Com 100% de eletrificação, o assentamento possui cobertura de celular por meio de antenas instaladas nos telhados das casas.

As únicas opções de lazer disponível para a população são banhos ocasionais no rio Vermelho e o campo de futebol existente no local. Os problemas ambientais enfrentados no local, dizem respeito aos casos de extração ilegal de madeira (angico), queimadas para a formação de pasto e a caça.

Na direção dos limites entre os municípios de Salto do Céu e **Barra dos Bugres**, a paisagem do corredor em estudo é marcada pelos canaviais presentes nos estabelecimentos agropecuários com grandes extensões de terra.



Foto 3.6.5.11-48 - Entrada das Fazendas Reunidas Tedeschi



Foto 3.6.5.11-49 - Início do acesso para diversas fazendas.



Foto 3.6.5.11-50 - Área de canalial no município de Barra dos Bugres.



Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

As **Fazendas Reunidas Tedeschi** são um dos maiores estabelecimentos agropecuários desta região e sua principal atividade a pecuária de corte. Entre a pecuária e a monocultura de cana é possível encontrar pequenos fragmentos de cerrado na região. Em geral, tratam-se das reservas legais destes estabelecimentos, ou que ainda não foram derrubadas para a formação de pasto e podem ser encontradas nas margens das estradas de acesso a estas fazendas.

Seguindo na direção da sede de Barra dos Bugres, próxima de uma das margens do rio Paraguai, encontra-se a **Fazenda Santa Fé** que mantém funcionando entre os meses de março e outubro o **Pesqueiro Santa Fé**.



Foto 3.6.5.11-51 - Sede da Fazenda Santa Fé.



Foto 3.6.5.11-52 - Instalações do pesqueiro Santa Fé.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Com 500 hectares de área e um rebanho de 700 cabeças de gado de corte, a Fazenda Santa Fé encontra-se atualmente cercada por áreas de cultivo de cana, o que pode ser o proprietário arrendar parte de suas terras para essa atividade. Para complementar a sua renda o proprietário mantém em sua fazenda um pesqueiro, às margens do rio Paraguai que durante o período de férias e fora do defeso, recebe 30 turistas diariamente que são acomodados nas 08 cabanas disponíveis na beira do rio. O local é procurado para camping e pesca esportiva e recebe turistas oriundos dos estados de São Paulo, Goiás e outras cidades do estado. A navegação neste trecho do rio só é permitida para embarcações de até 25 pés e as principais espécies pescadas são Jaú, Dourado, Piraputanga, Pacu e Pintado.

Ainda também no município de Barra dos Bugres situa-se o **Assentamento Buriti Fundo**. O início da ocupação ocorreu com parte das terras da Fazenda São José e que foram doadas aos trabalhadores pelo proprietário, Sr Benedito Miranda. Atualmente o assentamento é ocupado por herdeiros e familiares dos antigos trabalhadores que receberam as terras dos fazendeiros. Contudo, a ocupação pretérita do território pode estar relacionada com a trajetória de ocupação de remanescentes de quilombos no Estado do Mato Grosso, mas tal confirmação carece de um estudo específico sobre o tema no local.

Uma característica identificada durante a entrevista com o ex-presidente da associação do assentamento e que merece destaque, diz respeito ao tipo de uso da terra para plantio. De acordo com o entrevistado, antes da criação do assentamento, a terra era de uso coletivo, onde cada família cultivava principalmente mandioca, em qualquer parte do território, sem que isso implicasse em qualquer tipo de conflito. Antes do assentamento todo o território era utilizado indiscriminadamente para plantio, o que não ocorre mais.

No ano de 2001 o INCRA em conjunto com o instituto de terras do estado, iniciou a demarcação das terras com a criação de 31 lotes com 25 hectares cada, onde cada proprietário é responsável individualmente por sua área de reserva legal. O INTERMAT, após o tombamento das terras, concedeu crédito para a construção das casas que possuem 42 metros quadrados, 04 cômodos e construídas em alvenaria. Contudo, parte das famílias mantém as ocupações tradicionais feitas de pau-a-pique, convivendo deste modo com dois padrões de habitação. Todas as casas possuem eletricidade, captação de água poços individuais, apesar de possuir um poço artesiano, ele não está em funcionamento, pois o assentamento ainda não tem rede de distribuição. O esgoto é coletado por fossas e o lixo é queimado ou enterrado, contudo as garrafas pet e latas de alumínio são separadas para a reciclagem.



Foto 3.6.5.11-53 - Exemplo de convivência com dois padrões de habitação.



Foto 3.6.5.11-54 - Escola Municipal do assentamento ao lado do campo de futebol.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O assentamento possui uma escola municipal de ensino fundamental que oferece transporte escolar e recebe a visita mensal de um clínico geral. Os demais serviços públicos e o comércio são acessados na sede de Barra dos Bugres, sendo a MT-123 é a principal via de acesso.

A principal fonte de renda das famílias é a agricultura tendo como produtos mais importantes a banana e a mandioca. A produção anual de banana é de 01 tonelada enquanto que a produção anual de mandioca é de 500kg e de farinha é de 300kg. Nos dois casos o destino da produção é a CEAPA, a feira do pequeno produtor de Barra dos Bugres. Em seguida, a pecuária de corte contribui para a renda das famílias com um rebanho de 100 cabeças e a venda de 10 cabeças ao ano com a arroba sendo vendida por R\$ 66,00. A dieta é complementada com o plantio de abacaxi, abóbora, hortaliças e a criação de suínos e aves.

As opções de lazer dos moradores estão nos cursos d'água da região e no campo de futebol no interior do assentamento. Não foi identificada a prática de pesca de subsistência e a caça é realizada eventualmente.

Seguindo pela MT-123, aproxima-se da faixa do empreendimento que atravessa o **Assentamento João e Maria**. Trata-se de um assentamento para fins de reforma agrária formado por trabalhadores de Barra dos Bugres e comunidades da região e é fruto da parceria entre a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural – SEDER, Prefeitura Municipal de Barra dos Bugres e Sindicato dos Trabalhadores Rurais que compraram a antiga Fazenda João e Maria. Na ocasião de visita da equipe de campo residiam 85 famílias em lotes de 8 hectares, com 04 deles destinados a reserva legal. Além disso, o assentamento possui 60 hectares de área coletiva destinadas à casa de farinha e plantio de mandioca.

A principal atividade econômica do assentamento é o plantio de mandioca e banana que estão em sua primeira safra, por isso não foi possível estimar o volume produzido, tampouco o preço de venda. De acordo com o presidente da associação de moradores do local, aproximadamente 40 famílias do assentamento desenvolvem a avicultura com a criação de frango branco e semi-caipira. O principal destino da produção é a sede de Barra dos Bugres sendo vendidas mensalmente 20 mil unidades. O preço de venda do frango branco é de R\$ 6,00 cada unidade, enquanto que o semi-caipira é vendido por R\$ 8,00.



Foto 3.6.5.11-55 - Plantio de banana, consorciado com mandioca.



Foto 3.6.5.11-56 - Aviário de um dos criadores do Assentamento João e Maria.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O assentamento possui dois poços artesianos que captam e distribuem a água para os lotes, contudo, cada morador possui o seu poço individual. O esgoto é coletado para fossas e o lixo produzido é queimado ou enterrado por casa família. Através do Programa Luz Para Todos os assentamento passou a receber energia elétrica,

restando ainda 30 casas sem eletricidade. Em virtude da proximidade com o distrito de Currupira, o local é atendido por um Agente Comunitário de Saúde e possui somente uma escola para o primeiro segmento do ensino fundamental.

O padrão construtivo das habitações é semelhante aos dos demais assentamentos existentes no trecho, qual seja, casas de alvenaria com 42 metros quadrados, com 04 ou 05 cômodos. Os moradores não possuem opções de lazer na região e não foi identificada a prática de pesca pelos residentes no assentamento.

Ao prosseguir na MT-123, avista-se no lado esquerdo a **Fazenda Okhurara** que desenvolve a pecuária de corte, e mais adiante está localizado do distrito de Currupira. A ocupação do local teve início em 1962, a partir da chegada de trabalhadores rurais, oriundos de outras regiões do Estado que passaram a usar as terras da antiga Fazenda Mutum. Originalmente, tratava-se de uma área de pequenas propriedades rurais, mas que com o seu crescimento, formou-se em 1980 um pequeno patrimônio com 16 hectares de área e que elevado ao status de distrito. A “área rural” do **Distrito de Currupira** possui atualmente 115 hectares e hoje conta com somente 10 pequenos sítios esparsamente distribuídos no entorno do distrito que estão afastados do corredor em estudo.

A área urbana possui 140 domicílios ocupados e 30 fechados e apresentam diversos padrões de construção, contudo, todas são em alvenaria e possuem banheiro no seu interior. No distrito, a água é captada por meio de poços artesianos e distribuída para todas as residências, o esgoto é coletado para fossas e o lixo é recolhido uma vez por semana pela prefeitura e a energia elétrica é distribuída pela CEMAT.



Foto 3.6.5.11-57 - Estabelecimento comercial do Distrito de Currupira.



Foto 3.6.5.11-58 - Unidade básica de saúde.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Os moradores em sua maioria trabalham ou na sede de Barra dos Bugres nos setores de comércio e serviços, ou nas fazendas da região por empreitada. As opções de lazer se concentram nos cursos d'água da região e a pesca de piraputanga é praticada

apenas para consumo. A tradicional festa de São Benedito, realizada anualmente no dia 02 de julho atrai turistas de cidades da região e durante este dia são realizadas rezas (ladainhas), bailes com cururu e siriri, manifestações culturais típicas desta região do estado e que são compostas de músicas tocadas com viola de cocho e ganzá ao longo do dia.

Localizado nas margens da rodovia BR-364 (coordenadas 551.665/8.321.360), o **Distrito de Nova Jangada** se localiza próximo de sua sede municipal de Jangada e teve sua ocupação iniciada em meados dos anos 80, a partir do loteamento da antiga Fazenda Tenda que possuía 20.000 hectares. Inicialmente foi formado o patrimônio (sede) com a ocupação de posseiros e de trabalhadores da fazenda que residiam em outros municípios da região. Uma vez consolidado o patrimônio, foi criado o que, de acordo com o entrevistado, é o “cinturão verde” do distrito formado por 21 chácaras entre 2 e 5 hectares e localiza-se no entorno do patrimônio e grande parte das propriedades se localiza fora do corredor em estudo.

O distrito de Nova Jangada possui 55 hectares divididos em 42 quadras com 20 lotes de 525 metros quadrados em cada uma delas, perfazendo um total de 840 lotes na área urbana e existem ainda 60 lotes comerciais de 1.000 metros quadrados destinados aos novos estabelecimentos comerciais. O grau de regularização fundiária no distrito está em aproximadamente 30%, segundo o presidente da associação de moradores, e a regularização restante só poderá ser concluída após o término do inventário e da concordância dos herdeiros.

Com 106 famílias residentes a principal fonte de renda delas vem do trabalho com a terra, seja trabalhado em fazendas da região, seja na sede do município de Jangada, conferindo uma renda mensal de 01 salário mínimo. No distrito todas as casas foram construídas em alvenaria, com 45 metros quadrados cada e 04 cômodos em média. O abastecimento de água é realizado através de rede geral e é captada através de poços artesianos. A coleta de lixo é realizada uma vez por semana pela prefeitura e o abastecimento de energia elétrica atende todo o distrito sendo realizado pela CEMAT.



Foto 3.6.5.11-59 - Estabelecimento comercial e vias do distrito de Nova Jangada.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A população do distrito conta com 01 escola de ensino fundamental e creche, uma extensão do PSF urbano com 01 técnico de enfermagem e médico uma vez por semana. As doenças que mais acometem a população são hipertensão, diabetes e dengue no período chuvoso, enquanto que as crianças são acometidas por doenças de veiculação hídrica, tal como verminoses e diarreias. Por estar localizado às margens de uma rodovia federal, o distrito conta com cobertura policial realizada através de rondas diárias e tem nas rixas ocasionadas pelo consumo de álcool a ocorrência policial mais freqüente.

A referência da população para serviços e comércio são as sedes dos municípios de Jangada e Cuiabá. Não foram registradas opções de lazer no local e os moradores não praticam a pesca no rio Jangada, em virtude da poluição gerada pelo Curtume Jangada, que de acordo com o entrevistado ocorre quando o seu lagos com resíduos transbordam e contaminam o rio.

Prosseguindo em direção à sede de Jangada localiza-se próxima das margens do rio de mesmo nome a comunidade **Campo Limpo**. A ocupação teve início a partir da compra de parte das terras da antiga Fazenda 3 Marias por moradores da região e trabalhadores da propriedade. A comunidade possui aproximadamente 30 famílias que vivem do cultivo da mandioca, banana e milho que são vendidos na sede do município. Os alunos são atendidos por uma escola multiseriada do primeiro segmento do ensino fundamental e toda comunidade é atendida por 01 agente comunitário de saúde.



Foto 3.6.5.11-60 - Escola multiseriada que atende aos alunos do local



Foto 3.6.5.11-61 - Ponto próximo do cruzamento da faixa com o rio Jangada.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Ao sair da BR-364 o corredor em estudo atravessa uma extensa área de fazendas e sítio até que, ao entrar na BR-163, chega-se ao **Assentamento Vale do Sol e Xavier**, localizado no município de **Acorizal**. Na época de formação do assentamento (coordenadas 565.758/8.316.609), financiado pelo Banco da Terra, a população inicial era de 30 famílias, mas conta atualmente com 20 famílias sendo somente 08 remanescentes do grupo original que ocupou o local. Em virtude da proximidade com a sede do município, grande parte dos moradores lá trabalha o que acabou por transformar as unidades familiares em residências de fins de semana.

Já a **comunidade Xavier** (coordenadas 567.961/8.312.130) é composta de 16 famílias que tiram o seu sustento da terra, através do plantio de mandioca, milho e melancia e tem na sede do município o principal destino do que é produzido. A ocupação do local é através de sítios esparsamente distribuídos que capta a água por poços de coletam o esgoto através de fossas. A comunidade possui uma escola municipal de primeiro segmento do ensino fundamental, é atendido por um agente comunitário de saúde tem a sede de Acorizal como referência para comércio e demais serviços.



Foto 3.6.5.11-62 - Assentamentos Vale do Sol e Xavier respectivamente

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Seguindo o traçado, ainda no município de Acorizal, destaca-se o **Distrito de Baús**, situado a cerca de 3 km do eixo da LT600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. O histórico de ocupação do local remonta ao período em que era ponto de parada de tropeiros pela região e de acordo com o entrevistado tem aproximadamente 120 anos de existência. O nome do distrito faz referência a um dos baús que os tropeiros transportavam e que foi encontrado no local. Com aproximadamente 200 domicílios ocupados, possui ainda 30 lotes na área de sítios e mais 50 lotes destinados aos remanescentes de quilombo. No distrito, o tamanho dos lotes é de 450 metros quadrados sendo construídas pelo INTERMAT as residências que possuem 70 metros quadrados distribuídos em 06 cômodos.



Foto 3.6.5.11-63 - Unidade Básica de Saúde do Distrito.



Foto 3.6.5.11-64 - Quadra Poliesportiva

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Na área urbana o abastecimento de água é realizado através de rede geral e captado no rio Cuiabá, de onde é conduzida para a estação de tratamento existente no local. O esgoto é coletado por fossas individuais, a coleta de lixo é realizada uma vez por

semana pela prefeitura e o abastecimento de energia elétrica é realizado pela CEMAT. O distrito conta com um posto de saúde que possui uma técnica de enfermagem e uma ambulância que permite a remoção para as sedes dos municípios de Acorizal e Cuiabá. De acordo com o entrevistado, a hanseníase e dengue são as principais doenças que ocorrem no local.

O distrito possui 01 escola municipal e outra estadual que oferecem transporte escolar para seus alunos, além de oferecer serviço de creche. Os moradores da área urbana trabalham em sua maioria, nos estabelecimentos comerciais do local, ou no funcionalismo público de Acorizal ou Cuiabá, enquanto que na área rural, a produção de mandioca e de leite são as principais atividades desenvolvidas pelas famílias. A principal via de acesso ao local é a MT-010 que possui boas condições de conservação e de tráfego, além de receber cobertura policial e de bombeiros da sede do município.



Foto 3.6.5.11-65 - Balneário do distrito de Baús, localizado no rio Cuiabá.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

As opções de lazer dos moradores de concentram no banho no rio Cuiabá e nos campos de futebol e quadra de esportes existentes no local. A pesca no local é praticada por aproximadamente 50 pescadores residentes nas margens do rio Cuiabá cadastrados na Colônia Z1, que tem o pintado, dourado, piraputanga e traíra como as principais espécies pescadas.

Durante a realização da entrevista, foi identificada a presença de remanescentes de quilombo residentes no distrito, sendo esta informação confirmada previamente pelo Conselho Estadual de Igualdade Racial. Contudo, a equipe de campo não obteve do entrevistado as informações necessárias que permitissem o contato com o grupo e a sua localização no distrito. A resistência encontrada durante a entrevista, para receber essas informações levou a equipe de campo a percorrer o distrito na tentativa de contato, porém não obteve êxito.

Seguindo na pela rodovia MT-010 passa-se pelo **distrito de Guia**, localizado fora do corredor em estudo e cruza-se uma extensa área de fazendas e chácaras esparsamente distribuídas. Ao adentrar já rodovia MT-251 que se encontra em obras de duplicação, na altura do vértice 35 do empreendimento está localizada a estrada de terra que permite o acesso ao distrito de Coxipó do Ouro no município de **Cuiabá**.

O histórico de ocupação do distrito de **Coxipó do Ouro** baseia-se na presença de índios que exploravam as jazidas de ouro existentes no local e que foram expulsos da região com a chegada do Exército e suas famílias para a fixação de instalações militares e de residência no local. De acordo com a presidente da associação de moradores do local, o distrito tem aproximadamente 300 anos de existência sendo anterior a criação de Cuiabá e foi em Coxipó do Ouro que a primeira missa do município foi celebrada e onde foi construída a primeira escola pública do Estado.

Todo o território que compõe o distrito pertence ao Exército Brasileiro que loteou parte das terras para estimular a ocupação ordenada da região e que tiveram em migrantes dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, os principais interessados em fixar residência no local em razão do baixo preço das terras e pela proximidade com o rio Coxipó, o que transformou o local em uma importante opção de lazer da região.



Foto 3.6.5.11-66 - Igreja localizada em Coxipó do Ouro no local onde foi realizada a primeira missa do município de Cuiabá



Foto 3.6.5.11-67 - Escola Municipal do distrito.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A população do local estimada pela entrevistada é de aproximadamente 900 pessoas que é composta principalmente de caseiros e seus familiares, uma vez que os proprietários trabalham na sede de Cuiabá e as utilizam como residência de veraneio. O abastecimento de água é realizado por rede geral através da SANECAP que mantém uma estação de tratamento no local. O esgoto é coletado por fossas localizadas em cada propriedade e o abastecimento de energia elétrica atende a todos os domicílios,

porém a coleta de lixo foi considerada de péssima qualidade por apresentar um intervalo de até 20 dias entre cada uma delas.

O distrito 01 escola municipal conveniada com o Estado do Mato Grosso e que oferece ensino fundamental e médio em 03 turnos e transporte escolar, 01 extensão do Programa de Saúde da Família com 01 técnico de enfermagem e 04 agentes comunitários de saúde e tem na hanseníase e na desnutrição os maiores problemas de saúde que afligem a população. O transporte dos moradores para outras localidades é realizado por uma linha regular de ônibus que circula uma vez por semana em 01 horário por dia para o centro de Cuiabá.



Foto 3.6.5.11-68 - Acúmulo de lixo no interior do distrito



Foto 3.6.5.11-69 - Estação de Tratamento de Água e poço artesiano localizados no distrito

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Os principais transtornos enfrentados pelos moradores do local são causados pela prática de rally de moto na região. Em geral são moradores da sede de Cuiabá que se dirigem para região para a prática do esporte e trafegam a uma velocidade acima do permitido, assustando moradores e oferecendo riscos para as crianças, além da poluição sonora provocada pelo barulho das motos. Ainda de acordo com a entrevistada, a prática deste esporte na região vem ocasionando a erosão de morros e áreas utilizadas como trilhas pelos praticantes.

As opções de lazer da população local concentram-se em banhos ao longo do rio Coxipó que apresenta boas condições de balneabilidade e a na prática de pesca esportiva, apesar de considerada pouco expressiva. No mês de maio é realizada a Festa do Divino que recebe turistas da região e no mês de abril ocorre a “Caminhada da Natureza” que é composta de uma trilha de 11 quilômetros que percorre diversos pontos de beleza cênica, localizados no entorno do distrito, e possui incentivo da Secretaria de Turismo de Cuiabá. Além disso, Coxipó do Ouro possui um grupo de Cururu e Siriri que participam de festivais de música em município do Estado.

Na estrada municipal Manuel Pinheiro, que é a principal via de acesso ao distrito foi identificado um acampamento com 09 famílias de trabalhadores rurais que ocupam parte de uma fazenda desde agosto de 2009.



Foto 3.6.5.11-70 - Acampamento de trabalhadores rurais nas proximidades do distrito de Coxipó do Ouro.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Em virtude da desconfiança dos trabalhadores, não foi possível levantar maiores informações sobre a ocupação do local, contudo foi possível identificar que de acordo com o entrevistado, o reclamante da posse da fazenda não apresentou a documentação comprobatória da posse da terra, após e chegada da polícia ao local.

Ao sair do distrito de Coxipó do Ouro o corredor do empreendimento atravessa uma região de chácaras e de balneários localizados nas margens do rio Cuiabá e se afasta das áreas mais adensadas. Contudo, ainda é possível encontrar pequenos núcleos populacionais como a **Gleba Paz Divina** que possui 178 hectares e 17 famílias residentes em 10 lotes. Com a produção de mandioca, abacaxi e banana os famílias obtêm a fonte de seu sustento vendendo para a prefeitura o volume produzido.



Foto 3.6.5.11-71 - Placa informativa das obras no Balneário Ponte de Ferro, município de Cuiabá.



Foto 3.6.5.11-72 - Um dos lotes ocupados na Gleba Paz Divina.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Sem equipamentos públicos e comércio, a população da gleba tem na sede Cuiabá a sua referência para serviços. Prosseguindo na direção do município de Santo Antonio de Leverger, o corredor atravessa as terras de garimpo utilizadas pela empresa **Minérios Salomão**, localizada ao lado da Fazenda Itália. Nesta área foi encontrado um cemitério com diversas sepulturas, cujas lápides indicam que sua utilização do local para sepultamento tem no mínimo 70 anos o que requer atenção durante o processo construtivo do empreendimento para que danos ao local sejam evitados.



Foto 3.6.5.11-73 - Área de garimpo da empresa Minérios Salomão.



Foto 3.6.5.11-74 - Lápide que indica o sepultamento realizado em 1945 entre a Fazenda Itália e a Minérios Salomão.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Ao cruzar a extensa área da empresa Minérios Salomão, avista-se uma área com grandes fazendas de gado até a **Comunidade Água Limpa**. De acordo com o entrevistado, ela possui 80 anos de existência e 19 famílias residentes em lotes de 5 hectares cada. Além disso, tem no seu entorno quatro grandes fazendas de gado onde parte dos moradores trabalha.



Foto 3.6.5.11-75 - Escola municipal de ensino fundamental da comunidade Água Limpa



Foto 3.6.5.11-76 - Casa em um dos lotes da comunidade.



Foto 3.6.5.11-77 - Cemitério utilizado pela população da Comunidade Água Limpa.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A comunidade possui uma escola municipal de ensino fundamental e todos os demais serviços e comércios são acessados na sede de Cuiabá.

Próximo dos limites entre os municípios de Cuiabá e **Santo Antonio do Leverger** o corredor do empreendimento atravessa uma extensa área de fazendas e de chácaras de veraneio. Nesse trecho o relevo começa apresentar uma leve ondulação e mantém paralelismo com a BR-364 até se chegar à área do Santo Antonio da Fartura.

O início da ocupação do local foi no ano de 1996 com a chegada de trabalhadores rurais oriundos dos Estados de Goiás e Rio Grande do Sul para a região ao saberem que as terras da antiga Fazenda Santo Antonio da Fartura eram consideradas improdutivas. Após 04 anos de ocupação a fazenda foi desapropriada e dividida em 266 lotes de 22 hectares cada, para fins de reforma agrária. Atualmente residem 350 famílias no assentamento o que permite estimar que a população do local seja de 1500 pessoas que tem na produção de hortaliças a principal atividade econômica do assentamento, sendo esta responsável pelo abastecimento de 60% do mercado consumidor de Cuiabá, segundo o entrevistado. Em seguida a pecuária de leite produz 250 litros por dia e é enviada para as cooperativas da região; e a avicultura entrega semanalmente 100 frangos para o mercado.



Foto 3.6.5.11-78 - Vista da sede do assentamento e da escola municipal.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Os trabalhadores recebem financiamento do para custear sua produção e a renda média de cada família agricultora é de R\$ 800,00 por mês. O assentamento possui uma escola municipal conveniada ao Estado com 370 alunos que e oferece transporte escolar e ensino fundamental e médio, além de 04 turmas de EJA. Possui também uma unidade do Programa de Saúde da Família com 03 agentes comunitários, 01 técnico de enfermagem e recebe a visita semanal de 01 médico e 01 enfermeiro. Cada lote faz a captação de água em nascentes e o esgoto e coletado por fossas, enquanto que o lixo é enterrado ou queimado e todo o assentamento possui eletrificação. As opções de lazer do local são os campos de futebol existentes e a festa do Peão com rodeios e música que é realizado anualmente no mês de setembro.

Seguindo na estrada do Assentamento Santo Antonio da Fartura em direção a BR-364 chega-se na **Gleba Resistência** (coordenadas: 646.910/8.232.249) e **Gleba Bigorna** que se trata um assentamento criado pelo INTERMAT com 1.100 hectares de área e que tem 12 anos o início de sua ocupação. Possui 28 famílias residentes em lotes de 25 hectares de área e produzem hortaliças, leite e banana. Como não possuem acesso à crédito rural, enfrentam dificuldades no financiamento da produção e de melhoria de suas casas que são de baixo padrão construtivo.

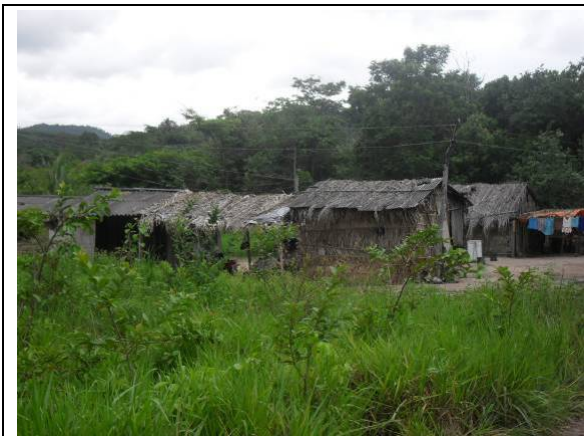


Foto 3.6.5.11-79 - Exemplo do padrão construtivo das casas na Gleba Bigorna.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Como não dispõe de nenhum equipamento público, a referência da população para saúde e educação é o assentamento Santo Antonio da Fartura que recebe também moradores residentes em outras comunidades do entorno.

Retornando para a rodovia BR-364 em direção ao município de Jaciara avista-se a **Fazenda Muller** e a escola municipal Maria Paula Muller (coordenada: 659.217/8.255.064) onde de acordo com o Conselho Estadual da Igualdade Racial existem duas comunidades remanescentes de quilombo (Bigorna e Estiva). Contudo, a equipe de campo não conseguiu acessar o interior da fazenda, pois, as suas porteirosas encontravam-se trancadas. O traçado do empreendimento segue por áreas de fazendas e canaviais e se aproxima do CEFET de Cuiabá que oferece educação superior e técnica em ciências agrárias e que recebem alunos de diversas regiões do Estado.



Foto 3.6.5.11-80 - Áreas agrícolas vistas a partir da BR-364.



Foto 3.6.5.11-81 - CEFET de Cuiabá as margens da rodovia.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Este trecho se caracteriza pelo predomínio de extensas áreas cultivadas com soja e cana e compõem a paisagem característica da região.

Ao atravessar uma extensa área de canavial pertencente a **Usina Pantanal** localiza-se a **Vila Santa Fé**, no município de Jaciara. A Vila Santa Fé é ocupada por trabalhadores da empresa. A população total da Vila é de 72 famílias residentes em 68 domicílios que contam com abastecimento de água através de poços artesianos e esgoto coletado por fossas. Possui linha telefônica fixa e é atendido por 01 linha regular de ônibus em dois horários diários, três vezes por semana.



Foto 3.6.5.11-82 - Casas da Vila Residencial Santa Fé e entrada da Usina Pantanal.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O abastecimento de energia elétrica vem da própria usina e a vila conta 01 escola estadual que oferece o primeiro segmento do ensino fundamental para os alunos residentes na vila e possui um campo de futebol como única opção de lazer dos moradores.

Outro povoado identificado ao longo do corredor em estudo, no município de Jaciara é **Placa Santo Antonio**. O início da ocupação do distrito se iniciou a partir do ano de 1973 com a abertura da rodovia BR-364 e com a chegada de migrantes dos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás que começaram a comprar terras loteadas da antiga Fazenda Ferreira. O distrito possui atualmente 250 lotes com 200 metros quadrados onde foram construídas casas de alvenaria e com 70 metros quadrados de área.



Foto 3.6.5.11-83 - Praça central do distrito Placa Santo Antonio.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O distrito possui uma escola estadual que oferece ensino fundamental e médio e transporte escolar para os seus alunos. O atendimento de saúde é oferecido por uma unidade básica que possui um técnico de enfermagem, 02 agentes comunitários de saúde e recebe a visita de médico e enfermeiro duas vezes por semana. Os moradores em idade adulta trabalham no comércio da região, na Usina Pantanal ou como funcionários públicos e possuem rendas das mais variadas. A única opção de lazer da região é a cachoeira da prata onde a pesca esportiva também é praticada. Os principais problemas de saúde da população estão relacionados a falta de coleta de esgoto que corre a céu aberto em algumas vias do distritos e doenças respiratórias que ocorrem entre os meses de abril e novembro, que é realizada a queima da cana.

No município de **Juscimeira**, destaca-se o **distrito Santa Elvira**, situado a cerca de 130m do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Este núcleo urbano tem aproximadamente 51 anos de existência tem o início da ocupação similar ao de Placa Santo Antonio, qual seja a compra de lotes da antiga Fazenda Ferreira por trabalhadores rurais migrantes. Possui atualmente 460 residências com área média de 100 metros quadrados, localizadas em lotes de até 360 metros quadrados. O padrão construtivo é bastante variado, porém todas são construídas em alvenaria e com 05 cômodos. O abastecimento de água da população é feito através de poços artesianos e o esgoto é coletado por fossas, a energia elétrica é distribuída pela CEMAT e a coleta de lixo é realizada duas vezes por semana pela prefeitura. O distrito tem a cobertura de duas operadoras de telefonia celular, possui 09 telefones públicos distribuídos pela localidade e 50 residências possuem linha de telefone fixo.



Foto 3.6.5.11-84 - Unidade de Saúde do distrito.



Foto 3.6.5.11-85 - Vista dos estabelecimentos comerciais localizados na principal via do distrito.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O distrito de Santa Elvira possui uma unidade básica de saúde com 01 médico, 01 enfermeiro e 04 agentes comunitários de saúde, uma escola estadual que oferece o ensino fundamental e médio com transporte escolar e 01 creche municipal. A BR-364 é a principal via de acesso ao local e que possui um posto policial com um efetivo de 03 homens. A fonte de renda das famílias vem basicamente do trabalho na Usina Pantanal, nas florestas de eucalipto da região e do trabalho nas fazendas do entorno. A oferta de transportes públicos no distrito é considerada satisfatória, pois é atendida por linhas de ônibus que levam para os municípios de Cuiabá, Jaciara e Rondonópolis e as opções de lazer se concentram no parque de águas termais localizados à 16 quilômetros do distrito e na tradicional “Festa do Havaí” que ocorre no mês de dezembro e tem apresentações de grupos musicais e dança.

Na medida em que o corredor se afasta da rodovia BR-364 inicia-se a travessia de área de fazendas de gado e chácaras, trafegando na MT-160, até avistar-se esses dois adensamentos populacionais no município de **Rondonópolis**. O Patrimônio da **Aldeinha** faz limite com o **assentamento Xico Mendes** e com 30 famílias residentes distribuídas em uma área de 800 hectares, teve sua ocupação iniciada há 70 anos, a partir da ocupação de terras devolutas por trabalhadores rurais oriundo de outras regiões do estado e de Goiás. De acordo com o presidente da associação, este patrimônio tem na produção de leite a sua principal atividade econômica, com uma produção diária de 5.000 litros, que é vendida para a cooperativa NUTRIBOM ao preço de 0,37 centavos de real o litro.

O acesso aos serviços público de saúde e educação se dá no Assentamento Xico Mendes que recebe também alunos de outras localidades. O padrão construtivo de Aldeinha é de baixo para médio com casas de alvenaria, cobertura de telha e com 04

cômodos em média. A água é captada por minas e o esgoto é coletado por fossas e como não possui coleta de lixo, cada família que ou enterra o que é produzido no seu lote.



Foto 3.6.5.11-86 - Entrada de Aldeinha com pequeno estabelecimento comercial e igreja.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A ocupação do que atualmente é o assentamento Xico Mendes teve início em 1996, a partir da ocupação da fazenda Bacuri por trabalhadores rurais do MST, oriundos de Poxoréu e São José do Povo. No ano seguinte a fazenda foi desapropriada e o INCRA assentou 30 famílias em lotes de 20 hectares cada e no início os trabalhadores assentados se dedicavam ao plantio de milho, algodão e arroz, porém, nos últimos 04 anos a pecuária de corte o plantio de melancia e mandioca passaram a ser as principais atividades econômicas das famílias.

As casas têm em média 60 metros quadrados de área porque em sua maioria receberam crédito para reforma e ampliação. Todas feitas de alvenaria e com 05 cômodos e com abastecimento de água feito através de poços, coleta de esgoto por fossas e energia elétrica distribuída pela CEMAT. O assentamento faz coleta seletiva do lixo que é encaminhado para Rondonópolis.



Foto 3.6.5.11-87 - Igreja localizada no



Foto 3.6.5.11-88 - Coletores de resíduos

Assentamento Xico Mendes

localizados na escola

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O assentamento possui uma escola pólo que atende a 17 comunidades da região com 360 alunos desde a pré escola até o ensino médio e que oferece transporte escolar para os seus alunos. Possui uma unidade básica de saúde que conta com um agente comunitário, e que recebe visitas de médicos e enfermeiros a cada 20 dias que encontram nas diabetes, hipertensão e verminoses os principais problemas de saúde da população.

Em virtude da proximidade com o presídio Mata Grande, de regime semi-aberto, a população enfrenta problemas de segurança pública em especial com roubo e furto de residências. As opções de lazer são os banhos das cachoeiras da região e as festas anuais de Folia de Reis, Junina e de leilões de gado.

Ao trafegar na MT-130 é possível se avistar uma série de fazendas de gado até chegar ao núcleo urbano da **Vila Bueno**. A ocupação do local se iniciou em 1953, pois se tratava de um ponto de paragem de tropeiros quando de passagem pela região. Nas décadas posteriores o INCRA demarcou 104 lotes que foram sendo agregados até se chegar a configuração atual de 66 lotes para cada família residente.

A principal atividade econômica da população local são a pecuária de leite e as plantações de maxixe, morango e abóbora. A apicultura também é desenvolvida por uma pequena parte dos trabalhadores rurais. O leite é vendido para a cooperativa NUTRIBOM enquanto que os demais produtos são vendidos na sede de Rondonópolis em mercados.



Foto 3.6.5.11-89 - Vista da via principal da Vila Bueno.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A vila tem seu abastecimento de água realizado através de poços artesianos, coleta de esgoto através de fossas e o lixo do local é enterrado ou queimado. A referência para

saúde e educação da população é a Vila Naboreiro que recebe os alunos do local. As opções de lazer do local estão nos balneários e pesca praticada no rio Vermelho e na tradicional festa de Santo Antonio que ocorre em Junho.

A Vila Naboreiro tem 58 anos de existência e teve a sua ocupação iniciada a partir da chegada dos primeiros moradores oriundos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais e do loteamento de uma fazenda de 5.600 hectares. De acordo com o entrevistado, os moradores da vila trabalham nas fazendas da região, ou quando possuem propriedades na área rural produzem leite que é vendido para a cooperativa em Rondonópolis. A vila possui 130 casas ocupadas que têm em média 30 metros quadrados e 04 cômodos e que tem o abastecimento de água realizado através de poços artesianos e o esgoto coletado por fossas localizadas em cada propriedade. Grande parte do lixo do local é enterrado, queimado, ou lançado na principal estrada de acesso ao local e com energia elétrica distribuída pela CEMAT.



Foto 3.6.5.11-90 - Padrão construtivo das habitações.



Foto 3.6.5.11-91 - Posto de Saúde na Vila Naboreiro.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Sobre a oferta de serviços públicos, a população conta com 01 escola municipal conveniada ao Estado e que oferece ensino fundamental e médio em três turnos com transporte escolar para os alunos. Possui também uma unidade básica de saúde com 02 agentes comunitários e a visita semanal de 01 médico que encontra hipertensão e diabetes como principais problemas da população. A vila é atendida por linhas regulares de ônibus para Jarudore e Rondonópolis em horários diários.

As opções de lazer dos moradores são os balneários localizados no rio Vermelho e a pesca de surubim, pacu, piraputanga e jáu. Existem pescadores comerciais que recebem um salário mínimo durante o período de defeso.

No município de Poxoréu, destaca-se o **assentamento Marighela** teve a sua ocupação iniciada em 1999 com a desapropriação da antiga Fazenda Pontal da Areia no ano de 2000 e com área total de 1600 hectares. Neste ano o INCRA realizou a formação de 166 lotes de 05 hectares cada e destinou 990 lotes para a criação da reserva legal. Com uma população estimada pelo entrevistado em 600 moradores a principal atividade econômica do assentamento é a pecuária leiteira que produz 100.000 litros de leite por mês e que é vendido ao preço de 0,50 centavos de real cada litro e a renda e a dieta das famílias é complementadas com criação de aves, suínos e o plantio de mandioca.

O padrão construtivo das casas é o comum aos assentamentos de reforma agrária, qual seja, casas de alvenaria com 42 metros quadrados, abastecimento de água através de poços ou minas, esgoto coletado por fossas e o lixo sendo queimado ou enterrado.



Foto 3.6.5.11-92 - Casa de um dos lotes do assentamento.



Foto 3.6.5.11-93 - Escola municipal de ensino fundamental;

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O assentamento possui uma escola municipal que oferece o primeiro segmento do ensino fundamental transporte escolar e não possui unidade básica de saúde, principal reivindicação da população, o que obriga os moradores a se dirigirem para a sede de Poxoréu. A população local não dispõe de opções de lazer e as festas juninas são as principais atividades culturais que mobilizam os moradores.

Depois de cruzar a sede do município de **São José do Povo**, o corredor atravessa uma extensa área de fazendas e até chegar ao **Assentamento João Pessoa**. Com 112 lotes de 25 hectares cada, teve a sua ocupação iniciada em 1998 com a chegada de trabalhadores rurais oriundos de diversas regiões do país. No ano 2000 o INCRA promove a desapropriação da antiga fazendinha e realiza o loteamento da área para reforma agrária.

A principal atividade econômica dos assentados é a pecuária leiteira, contudo, o entrevistado não soube informar o volume produzido pelos lotes, mas cada litro é vendido por 0,45 centavos e a renda é complementada com a plantação de arroz e milho. As casas dos lotes são de baixo padrão construtivo e tem 42 metros quadrados de área e construídas em alvenaria. A água é captada e distribuída através de poços artesianos, esgoto é captado por fossas, todo o assentamento tem distribuição de energia elétrica e o lixo ou é queimado, ou enterrado.



Foto 3.6.5.11-94 - Escola e depósito de gás do assentamento João Pessoa.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Sobre os serviços públicos disponíveis, o assentamento conta com 01 escola para o primeiro segmento do ensino fundamental e uma unidade básica de saúde com 02 agentes comunitários. A dengue é principal doença da região e segundo o entrevistado a prefeitura não realiza nenhuma atividade de combate ao vetor. A população dispõe de uma linha regular de ônibus para as sedes de São José do Povo e Rondonópolis em 03 horários semanais. Não existem opções de lazer para a população, exceto a pesca no rio Tatarumano.

(3) Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara (SP)

O trecho que se inicia entre os km 1.650 e compreende os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Nos primeiros quilômetros do trecho a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 atravessa a região do Sul e Sudoeste goiano. Parte do município de Santa Rita do Araguaia, na altura das coordenadas 271.484 / 8.072.468, e se estende até o município de São Simão, nas coordenadas 535.866 / 7.881.667. Esta região apresenta a típica vegetação do Cerrado, isto é, arbustos altos e árvores de galhos retorcidos e de folha e casca grossas e raízes profundas. Contudo, este cenário vem mudando ao longo das últimas décadas em função da expansão da agropecuária que, aos poucos, vem minando as matas ciliares e as reservas permanentes, e desgastando o solo.

Na atualidade, é possível observar o acelerado processo de agroindustrialização que ocorre na região. Além de se caracterizar por possuir um dos maiores rebanhos do país, a região se destaca como grande exportadora de grãos como soja, sorgo e trigo, e outros produtos como a cana-de-açúcar e o algodão. Desta forma, a ocupação principal na AID nesses municípios são as fazendas que cultivam grãos, cana-de-açúcar e pastagens. Foi possível observar, que diversos trechos desta região são de difícil acesso pela diretriz do traçado. As estradas são predominantemente de terra e o elevado número de pastagens e plantações dificulta o deslocamento em direção à LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

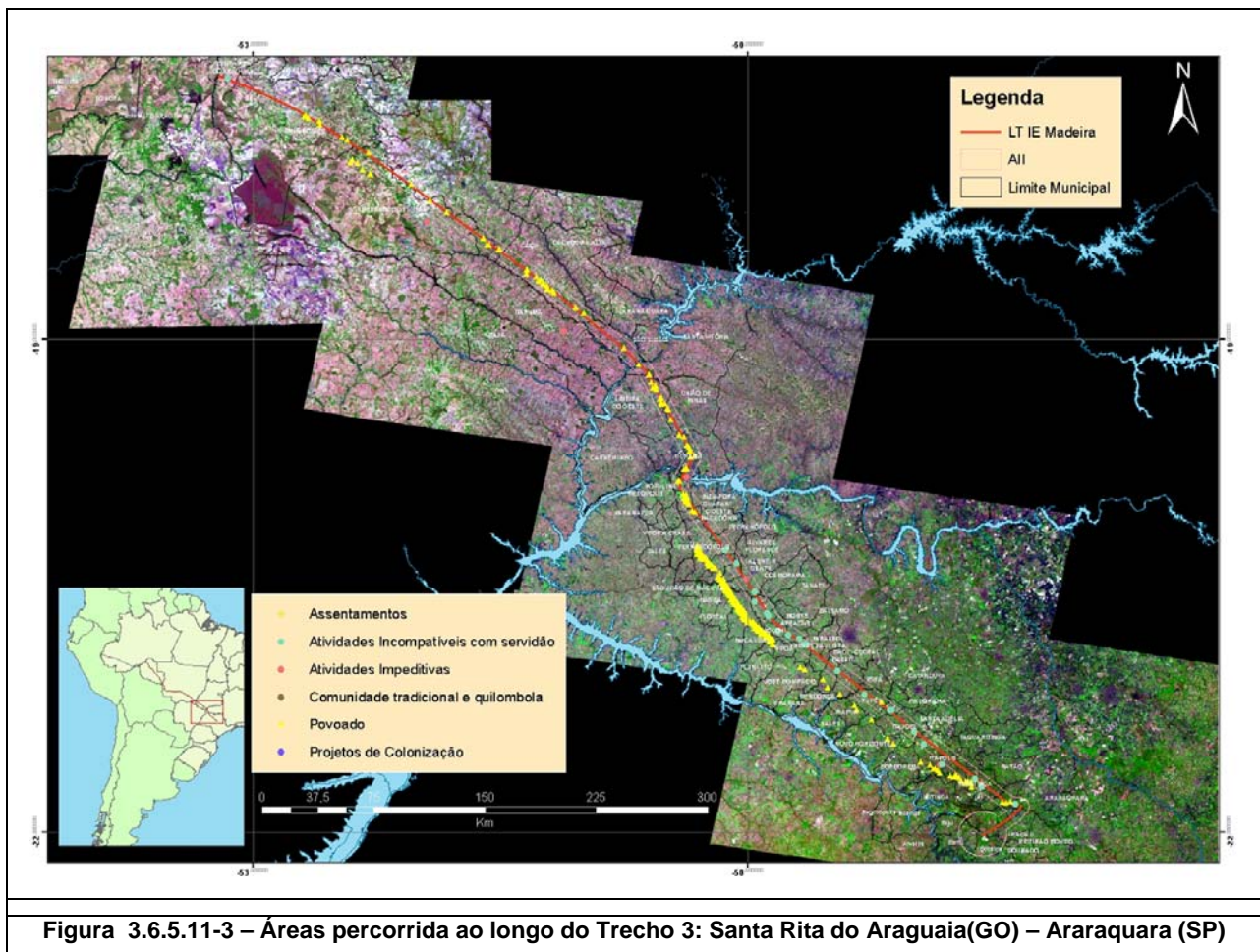


Figura 3.6.5.11-3 – Áreas percorrida ao longo do Trecho 3: Santa Rita do Araguaia(GO) – Araraquara (SP)

Em Goiás o primeiro município a ser atravessado pelo traçado da LT600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 é **Santa Rita do Araguaia**, nesse trecho, a LT passará numa faixa, onde é possível encontrar áreas de cerrados mesclados com pastagens, destinadas a pecuária de corte.



Foto 3.6.5.11-95 - Fazenda de Gado



Foto 3.6.5.11-96 - Entrada para fazendas de gado

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O município de aproximadamente 5.873 habitantes, localizado no sul goiano, possui como principal atividade econômica a pecuária, mas também se destaca na cerâmica, marmoraria, laticínio, alambiques, produtos artesanais derivados do leite e de frutas e confecções.

No município, foi possível identificar algumas fazendas de gado no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Dentre elas a Fazenda São Paulo, a Fazenda Paraíso e a Fazenda Santa Angela, todas na altura das coordenadas 271.484 / 8.072.468.

Na **Fazenda São Paulo**, o arrendatário migrou da cidade de São José de Rio Preto – SP, no ano de 2000, com a finalidade de criar gado. Na fazenda, composta por cinco edificações – uma sede, três casas e uma estufa – atualmente vivem 3 famílias, no total de 10 pessoas. O padrão construtivo é de casas de alvenaria. A fazenda de 5000 ha de terra é arrendada e tem sua produção voltada para a criação de gado de corte, totalizando 2200 cabeças. Os funcionários possuem uma horta, e criam porcos e galinhas para consumo próprio. Na fazenda não há saneamento, nem coleta de lixo. Utilizam o sistema de fossa e o lixo é levado ao aterro sanitário ou ao lixão do município. Usam roda d'água (moinho), no Rio Pantanado para abastecer os bebedouros e, esporadicamente, o Rio é fonte de lazer.

A cidade de Santa Rita do Araguaia é vizinha à cidade de **Alto Araguaia**. As duas cidades são separadas pelo Rio Araguaia, configurando uma conurbação. A primeira é considerada cidade-dormitório, enquanto a segunda apresenta melhor infra-estrutura, atribuída à chegada de uma Ferrovia (Terminal de Cargas da ALL Malha Norte “Feronorte”).

Na região há um bom acesso aos meios de comunicação. Há o jornal da cidade, rádios e carro de som e televisão. Os celulares Oi, Vivo e Claro, possuem bom sinal.

As principais vias de acesso são a BR e a MT, em razoáveis condições de asfaltamento e tráfego, e a Ferrovia. O município possui um aeródromo próximo à fazenda.



Foto 3.6.5.11-97 - Ginásio Poliesportivo



Foto 3.6.5.11-98 - Câmara Municipal

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O proprietário da **Fazenda Santa Angela**, migrou de São Paulo, capital, no ano de 1979, com a finalidade de investir na agropecuária. A fazenda fica a cerca de 740 metros do eixo da linha de transmissão. Em sua fazenda não há família residente. Há uma edificação em alvenaria. Ele possui a escritura definitiva da propriedade de médio porte. Planta eucalipto e cria gado para a venda. Não possui saneamento, utilizando fossa. Faz uso da roda d'água (moinho) e aterro sanitário. O lixo é levado pelo próprio morador até a sede do município. A comunicação na fazenda se faz através de celular. Seu Ribamar mora no centro da cidade de Santa Rita.

As principais vias de acesso são a Rodovia e estrada de terra. A estrada de terra está em bom estado em função de um Rali. Nas proximidades há extração de calcário usado para equilibrar a acidez da terra. Em sua fazenda há a cultura permanente de eucalipto e pastagem. A extração do eucalipto começou a ser feita de forma industrial recentemente. Usa-se o caule para fazer carvão e a folha em caldeiras. O trabalho na fazenda é assalariado e a produção escoada para a Companhia Brasileira de Energia Renovável – BRENCO, que usa as folhas na caldeira, e a venda é feita sem intermediários. A fazenda possui área de reserva legal.

No município há um posto policial, mas nele não se registram ocorrências. Estas são registradas na cidade de Mineiros. Possui Unidade da SVS e sua atuação é

considerada boa. Dois sindicatos atuam no município: Sindicato dos Proprietários Rurais e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e comerciantes.

Na área do turismo e festas destaca-se: 12/10 aniversário da cidade; quermesses, Rio Araguaia; Turismo ecológico; festa de Maio-Igreja Santa Rita; feira agropecuária.

Com a população estimada de 45.189 habitantes, o município de **Mineiros** se destaca no setor agropecuário, e possui um comércio bastante variado.



Foto 3.6.5.11-99- Aviário Perdigão

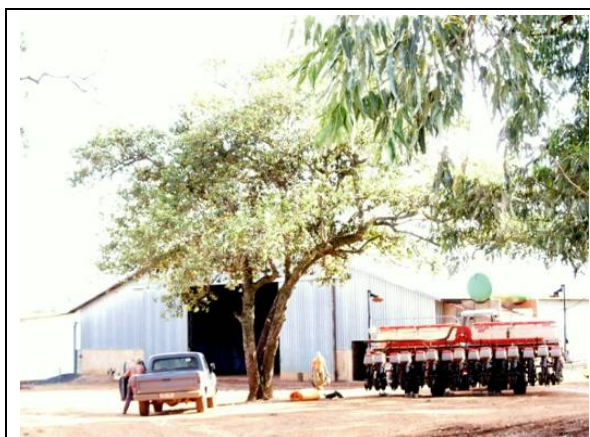


Foto 3.6.5.11-100 - Fazenda Gado – Prop. Paludo

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

No município foi possível identificar algumas fazendas próximas ao eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Muitos proprietários vieram de outros municípios e estados. O Sr. Ariovaldo, administrador de uma dessas fazendas informou que o proprietário da fazenda onde trabalha, chegou do Rio Grande do Sul há 10 anos, para investir no agronegócio. Na propriedade, moram 4 pessoas. A fazenda é arrendada e planta eucalipto e soja com pulverização por trator. O escoamento da produção é para a própria região. Possui fossa, a água é de nascente e o lixo é separado entre queima e adubo. Outro entrevistado, também administrador de uma fazenda da região, informou que o proprietário veio de Santa Catarina. A propriedade é de 600 Ha, mais a reserva e possui 3 famílias e 6 trabalhadores. Sua produção é pecuária e lavoura de soja e milho para a cooperativa. A fazenda possui pulverização por trator e tem pasto natural e Braquiária. A produção é escoada para a Cotril Alimentos S/A. Como as escolas ficam na cidade e a prefeitura disponibiliza o transporte às 11h e às 16h. Tem celular, parabólica e 2 rádios locais: Rádio Eldorado AM 790 e a . Verde Vale FM 103,7. A apenas 800 m do eixo da LT, identificou-se uma fazenda na altura das coordenadas 316.270 / 8.050.747. O proprietário chegou à região, há 15 anos, do Paraná, em busca de emprego. Na fazenda há safrinha sazonal de soja, vendida para os mercados da cidade e gado. Vivem 5 pessoas em 2 casas. Ônibus escolar passa de manhã e às 21h. Segundo o entrevistado, todos os serviços

públicos estão em Mineiros. A principal via de acesso é a GO-341, em razoável estado de conservação.

No setor industrial, no de 2007 foi inaugurado um pólo da Perdigão, e em 2008 instalou-se no município uma usina sucro-alcooleira da Brenco.

Vale destacar que o município é um importante pólo turístico de Goiás, em função das inúmeras cachoeiras e o ecoturismo, principalmente, no Parque Nacional das Emas. 15 cachoeiras compõem o conjunto de atrativos do turismo ecológico em Mineiros.

Observou-se que há obras próximas ao aeroporto, sentido Santa Rita do Araguaia, com ampliação de estradas



Foto 3.6.5.11-101 - Rádio Eldorado



Foto 3.6.5.11-102 - Fundação Emas

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

No município, foi possível identificar, a cerca de 10Km do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, na altura das coordenadas 330.054 / 8.056.231, identificaar a **comunidade de remanescentes de quilombo do Cedro**. Apesar de se localizar fora do corredor em estudo da linha de transmissão, a comunidade tradicional tem importante papel na região.



Foto 3.6.5.11-103 - Farmácia – Quilombo Cedro



Foto 3.6.5.11-104 - Comunidade de remanescentes

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Segundo uma liderança do local a comunidade é formada por 28 famílias, que vivem em casas registradas, de alvenaria e pau a pique, em lotes de 1 ha. O líder dos quilombolas queixa-se dos constantes embates com o poder público, relacionados à conservação e defesa das terras tombadas, pertencentes à comunidade. Gilmar denuncia o alto nível de analfabetismo na comunidade. Isso se dá, principalmente, pelo fato da escola estar desativada pela falta de professores. A escola está destruída e os alunos, que precisam ir para Mineiros, carecem de transporte. O plantio é feito na época das chuvas, uma vez por ano.

Ali existe um laboratório de plantas medicinais do cerrado. Na comunidade do Cedro há um engenho; uma fábrica de rapadura; uma cozinha, onde os remédios são produzidos; plantação de arroz, milho e mandioca, para consumo próprio e venda do excedente, além de cana e farinha que são vendidos diretamente na cidade. Para a produção de arroz e feijão, a EMBRAPA realizou um trabalho na comunidade para que aprendessem a produzir armazenar e comercializar estes produtos. Na área de extração de produtos florestais, exploram o Barú. O óleo extraído da amêndoa do Barú é de excelente qualidade, e costuma ser utilizado pela população local como aromatizante para o fumo e como anti-reumático. Para a produção dos remédios e xaropes são cultivados 150 tipos de plantas (sazonal). Destas, usa-se raiz, caule, flor, fruto e folha. Após sua extração, há o intervalo de 3 meses para regeneração. Os remédios são comercializados e servem também, como moeda de troca. Os remédios não são vendidos para a comunidade, que tem acesso gratuito aos medicamentos da cooperativa. Os membros da comunidade ainda podem usar o espaço da farmácia para recreação e para os estudos, já que o local possui biblioteca e sala de informática com internet.

A comunidade conta com 1 agente de saúde, 2 médicos – clínico geral e pediatra- e 3 enfermeiras. Há uma pequena incidência de dengue, mas os principais problemas de saúde são: gripe, pressão alta e diabetes.



Foto 3.6.5.11-105 - Farmácia – Cedro



Foto 3.6.5.11-106 - Remédios - Sedro

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.



Foto 3.6.5.11-105 - Farmácia – Cedro



Foto 3.6.5.11-106 - Remédios - Sedro

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Localizado no Sudoeste Goiano, cortado pela GO-184, às margens do Rio Verdinho, o município de **Serranópolis** possui uma população estimada de 7.333 habitantes, que vivem principalmente da pecuária

No município identificou-se uma área de fazendas de gado, onde foi possível conversar com um dos moradores. O entrevistado, administrador de uma das fazendas, relatou que os proprietários vieram de São José do Rio Preto, há mais de 12 anos. Hoje, moram 5 pessoas na fazenda de 230 alqueires e 3 edificações em alvenaria. Na fazenda, faz-se criação de gado para engorda. São aproximadamente 200 cabeças. O pasto usado é Braquiária. É uma área de trânsito intenso de carretas. A fazenda possui fossa, poço e o lixo é levado ao lixão ou queimado. Os serviços públicos de segurança, saúde e educação são conseguidos somente nas cidades de Mineiros e Serranópolis. A prefeitura oferece transporte escolar às 4h da manhã. Na região, há sinal de celular e tv com antena parabólica. As rádios mais ouvidas pelos moradores da área são de Mineiros, AM e Verde Vale. Estas fazendas ficam próximas à região conhecida como Chapadão do Céu que, por possuir posto de saúde e hospital, também atende aos moradores. Vale destacar, que o município tem grande importância na exploração do ecoturismo e possui um trecho dos paredões de arte rupestre, que se estendem por 25 km ao longo do Rio Verdinho.



Foto 3.6.5.11-107 - Fazenda Gado- Seu Hélio



Foto 3.6.5.11-108 - Fazenda - Chapadão do Céu



Foto 3.6.5.11-109 - Queima de Lixo

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O traçado atravessa um pequeno trecho do município de **Jataí**. Na altura das coordenadas 367248 / 8023105, identificou-se uma propriedade com criação de gado de corte. Segundo o entrevistado, o arrendador da propriedade é da região e mora na sede de Jataí. Na fazenda de 500 alqueires e pasto natural, moram 5 pessoas. Possui 4 construções em alvenaria e pau a pique. A fazenda é arrendada e cria gado de corte. Na fazenda, há fossa, água de mina e o lixo é enterrado. Tem celular, tv e a rádio difusora de Mineiros AM. No local não existe posto de saúde, no entanto existe agente de saúde que visitam as casas dos moradores.



Foto 3.6.5.11-110 - Fazenda gado de corte



Foto 3.6.5.11-111 - Fazenda gado de corte

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Sobre a economia local esse trecho é marcado por pequenas e medias propriedades, que exploram, principalmente, a economia do gado de leite. O leite produzido por essas propriedades é vendido para: a cooperativa

Próximo aos municípios de Itarumã e Jataí, o traçado atravessa o município de **Caçu** está localizado no Sudoeste. Com a população estimada de 10.892 habitantes, o município tem como principais fontes de renda o cultivo de milho, soja, arroz e, principalmente, a criação de gado de corte e leiteiro. O escoamento da produção é em direção à cidade e a indústrias de laticínios como a Capril.



Foto 3.6.5.11-112 - Fazenda Cervo



Foto 3.6.5.11-113 - Entrada de Fazenda Gado

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Atualmente, duas grandes usinas hidrelétricas estão se instalando na região. A partir do aproveitamento do Rio Verde, 360.388 / 8.022.906, estão em fase de finalização as AHE Salto e a UHE Salto do Rio Verdinho.



Foto 3.6.5.11-114 - Rio Verdinho



Foto 3.6.5.11-115 - Rio Verdinho

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A AHE Salto, identificada na altura das coordenadas 476.408 / 7.932.270, será uma usina com 108 MW de potência, licitada pela ANEEL em 2002 e vencida pela Triunfo Participações Investimentos SA, que criou a empresa Rio Verde Energia SA para receber a concessão. A 2Km do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, a AHE Salto possui uma área alagada de, aproximadamente, 80 Km². Segundo os entrevistados, a previsão é que em Dezembro de 2009 / Janeiro 2010 a usina entre em operação



Foto 3.6.5.11-116 - Foto: Placa Triunfo AHE Salto do Rio Verdinho

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A UHE Salto do Rio Verdinho, terá capacidade de 93 MW. Segundo a ANEEL, profissionais de diversas áreas e várias empresas foram contratadas, totalizando mais de mil pessoas. São funcionários trabalhando vinte e quatro horas, em três turnos, com máquinas funcionando o tempo todo em várias frentes de trabalho. Além da construção do canteiro de obras, escritórios, alojamentos, ambulatório, refeitório, entre outros, já foi feito o desvio do rio, ação necessária para construção da barragem em seu leito e

início da concretagem da primeira unidade da Casa de Força. Está previsto o início da geração de energia para fevereiro de 2010. As imagens abaixo foram gentilmente cedidas pela UHE.



Foto 3.6.5.11-117 - UHE Salto do Rio Verdinho



Foto 3.6.5.11-118 - UHE Salto do Rio Verdinho

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A Usina Hidrelétrica Salto do Rio Verdinho de Caçu e Itarumã, e fica próxima ao Distrito de Itaguaçu, pertencente ao município de São Simão, onde há a AHE Foz do Rio Claro.

O município de São Simão está localizado entre o sudeste goiano, o triângulo mineiro, noroeste paulista e Mato Grosso de Sul. Além de ser privilegiado com uma rede de rodovias, o município conta com a hidrovía Paranaíba-Tietê-Paraná e um aeroporto, favorecendo de forma econômica e segura o escoamento da produção agropecuária, principal fonte de renda da região.

Na altura das coordenadas 538.740 / 7.878.364, identificou-se uma propriedade produtora de cana e gado de corte e leiteiro, a **Fazenda Bonanza**. O entrevistado, administrador do local, relatou que a proprietária, que veio de Ribeirão Preto, possui a propriedade de 225 alqueires, há mais de 30 anos. Nela, moram 4 famílias, em 3 edificações. O escoamento da produção é para a Nestlé, em Ituiutaba e para frigoríficos da região. A água da fazenda é proveniente de uma nascente. Possui fossa e o lixo é enterrado. Os serviços de saúde e segurança são conseguidos em Santa Vitória. Como não há escolas, é preciso percorrer 30km, até o Distrito de Chaveslândia. A comunicação é feita através de TV com antena parabólica, celular e a rádio de São Simão e Serra Dourada. Próximo à sede da fazenda, há uma pequena comunidade ribeirinha.

Nas imediações do município de São Simão identificou-se o **Distrito de Santa Vitória**, chamado **Chaveslândia**. O Distrito de Chaveslândia Velha, hoje encontra-se debaixo

d'água, alagado pela Usina de São Simão. No novo Distrito há uma influente colônia de pescadores da região – Z-08. A área de atuação da Z-08 compreende os municípios de Ibiacu, Araguari, Uberlândia, Ituramã, Santa Vitória, Limeira d'Oeste, Araguari e São Simão. Oferece serviços de financiamento, auxílio doença e seguro piracema, no período do defeso. Os principais rios pesqueiros são da Bacia do Paranaíba e o Rio Grande, que têm de 4 a 70 metros de profundidade. Vale ressaltar, que a pesca só é permitida em rios federais, o que limita a área de atuação da colônia. Ao todo são 800 pescadores registrados e mais de 450 embarcações, em geral canoas de alumínio de 6 metros. Os meeiros ganham uma porcentagem sobre o que foi pescado. As artes de pesca utilizadas são rede de armação, tarrafa, linha de mão e espinhel de fundo. As espécies capturadas são barbado, caranha, cãndi, pintado, curimba, curvina e tucunaré. No período de defeso, durante a piracema, a pesca só pode ser feita por linha de mão. Neste período, só é permitida a pesca de peixes exóticos e o seguro defeso paga 01 salário mínimo durante quatro meses para a sustentação da comunidade. A comercialização é feita através das peixarias ou de forma autônoma. Os pescadores, por meio de entrevista, demonstraram sua indignação com a presença das Hidrelétricas, que prejudicam a pesca local e a reprodução dos peixes, em função da ausência de escadas e a presença de máquinas que acabam ferindo os peixes e atrapalhando a pesca, principalmente, do mandi. Segundo os pescadores, os serviços de educação, saúde e segurança são oferecidos apenas em São Simão.



Foto 3.6.5.11-119 - Rio Paranaíba – UHE São Simão



Foto 3.6.5.11-120- Colônia de Pescadores Z-08

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Um investimento na área de energia, citado pelos pescadores como prejudicial à pesca local, é a UHE Foz do Rio Claro. O engenheiro da ALUSA Engenharia, Marco Antônio Araújo, relatou que a UHE Foz do Rio Claro (500kV – 68,4 Mw) ocupa uma área de 15 km² e tem 20 anos de existência (em obras ainda). Fica a 1,1/2km do Rio Paranaíba. A área de reservatório (12 km²) vai até Itaguaçu. A UHE do Rio Verdinho

encontra com a UHE Rio Claro e vai em circuito duplo até a subestação de Itaguaçu. De Itaguaçu, vai para São Simão.

A área inundada é de 7,5km². Houve desapropriação de terras dos ribeirinhos próximo à cidade de Itaguaçu. A previsão de término da obra é Novembro de 2009/Janeiro 2010. As empresas gestoras são Mais Verde e Concílio. O entrevistado diz que não há problemas para a pesca na região, pois há rede e espinhel de 100 em 100 metros. Afirma que não precisa de escada nem na época do defeso. Os pescadores discordam.



Foto 3.6.5.11-121 - AHE Foz do Rio Claro



Foto 3.6.5.11-122 - AHE Foz do Rio Claro

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Entrando no Estado de **Minas Gerais**, o traçado atravessa apenas dois municípios Limeira do Oeste e Iturama, que corresponde do km 1.985 ao km 2.050 do empreendimento. Nestes municípios a principal atividade econômica bem como a paisagem que sobressai no corredor da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 nesses municípios é a lavoura de cana-de-açúcar e algumas propriedades com gado de corte. Em virtude da predominância desta atividade econômica, a porção desse estado sob influência da LT, apresenta-se quase que em sua totalidade desprovida de vegetação. Fragmentos de cerrado estão restritos em áreas de fazendas de gado de corte.

A paisagem do município de **Limeira d'Oeste** é caracterizada pelas extensos canaviais, a principal atividade econômica do município. As áreas que se situam no corredor em estudo, destinam-se ao abastecimento da usina Cabrera. Além dos canaviais é possível encontrar algumas fazendas de gado de corte e leiteiro.

Foi possível identificar também, os moradores vivem, dos trabalhos da “lida com o gado”. Nesta localidade foi possível avistar grande circulação de caminhões bi-trem transportando cana. Na região foi possível identificar também uma pequena população que vive da pesca no rio Paranaíba.



Foto 3.6.5.11-123 - Rio Paranaíba



Foto 3.6.5.11-124 - Rancho às margens do Paranaíba

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

No município de **Ituramã** a paisagem predominante nesse trecho é a cultura da cana-de-açúcar e as pastagens.

Localizado no Pontal do Triângulo Mineiro, o município de Iturama tem sua economia baseada principalmente no agronegócio e no comércio local, que se reflete nas pastagens, plantações de cana-de-açúcar, na produção de álcool e na prestação de serviços. Na área Industrial, encontramos indústrias de diferentes ramos, e hoje se destaca na área por ser composta por mais de 190 indústrias que alavancam a economia municipal como, por exemplo: a Usina Coruripe, na altura das coordenadas 569.356 / 7.820.644, a 500 metros do eixo da linha de transmissão, sendo a maior empregadora da cidade; o Frigorífico Friboi e a Usina de Biodiesel Triângulo.



Foto 3.6.5.11-125 - Rio Água Vermelha



Foto 3.6.5.11-126- Rio Água Vermelha

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O município de Ituramã faz fronteira com o município de Ouroeste, no estado de São Paulo. A divisa do estado é feita pelo Rio Grande, popularmente conhecido como Rio da Água Vermelha.

Destaca-se que o estado de **São Paulo** caracteriza-se pela produção agrícola, tendo um papel fundamental no setor agroindustrial brasileiro. O estado possui 190 mil km² de área plantada e grandes pastagens. É o maior produtor nacional de laranja, segundo maior produtor mundial de soja e de cana-de-açúcar. ¹

No corredor percorrido pela equipe, todas estas características se confirmaram e outras foram identificadas como a presença de grandes indústrias de álcool combustível, açúcar, suco de laranja, entre outras. Os municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N^o 01 têm como característica grandes plantações de cana-de-açúcar, lavouras de laranja e seringueiras. Observou-se que na paisagem do estado há poucas áreas de vegetação nativa. Estas são encontradas quase que exclusivamente dentro das propriedades, em respeito às leis de preservação impostas pelo IBAMA, mas, de forma geral, as cidades possuem pouco espaço verde. Nesse trecho também, é possível encontrar com mais frequência a presença de distritos ou povoados próximos da Área de Influência Direta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N^o 01.

O município de **Ouroeste** é cortado pelo Rio Grande, ou Água Vermelha, onde se localiza a Usina Hidrelétrica Água Vermelha.

Após atravessar a ponte que separa os estados de Minas Gerais e São Paulo, foi possível identificar a presença de inúmeros pescadores, que vivem desta atividade às margens do Rio Grande. De acordo com os pescadores, que vivem na região há mais de 20 anos, a pesca é realizada de forma profissional, porém só é permitido o uso de molinete. Os principais peixes capturados no rio são mandi, barbado, pau e dourado, que são comercializados pelas peixarias da região ou de forma autônoma. Os pescadores relatam que antes da chegada da UHE em 1979, a região era de muitas cachoeiras. Hoje, a área alagada tem até 50 metros de profundidade.

De acordo com a ANEEL, a Usina Hidrelétrica de Água Vermelha ou Usina Hidrelétrica José Ermirio de Moraes, localizada entre os municípios de Iturama e Ouroeste. Teve sua construção iniciada em 1973, sendo concluída em 1979, com potência instalada de 1.396 MW. A usina Água Vermelha, com 1.396,20 MW de potência instalada, está localizada no rio Grande, a 80km da confluência com o rio Paranaíba, tem sua produção de energia destinada a região que mais consome energia elétrica em todo o país, a região Sudeste. A transmissão até o anel energético da Grande São Paulo é feita através das subestações de Araraquara, Ribeirão Preto e Santa Bárbara d'Oeste.



Foto 3.6.5.11-127 - UHE Água Vermelha



Foto 3.6.5.11-128 - LT atravessando o Rio Água Vermelha

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A área alagada pela UHE, atingiu um sítio arqueológico de grande importância na região. O sítio foi descoberto em 1997, por um filho de pescador, e a Usina teve que ressarcir a União pelos patrimônios arqueológicos perdidos com a inundação. A região era habitada por índios Caiapós e Tupi-Guaranis, que foram expulsos por bandeirantes. Foram encontradas na área ossadas de mais de 1600 anos. A região possui mais de sete sítios catalogados. No Museu de Ouroeste há uma exposição que apresenta instrumentos e indícios da presença do homem de mais de 9 mil anos.

No município de Ouroeste, ainda foi possível identificar ao longo do corredor em estudo, várias pastagens com criação de gado bovino, plantação de árvores para extração, nas coordenadas 563.813 / 7.792.429 e um acampamento sem-terra a caminho de Indiaporã, nas coordenadas 569.958 / 7.789.286.



Foto 3.6.5.11-129 - Sítio arqueológico – UHE ao fundo



Foto 3.6.5.11-130 - Torre dentro do sítio



Foto 3.6.5.11-131 - Torre na área alagada, no sítio



Foto 3.6.5.11-132- Placa do sítio

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Às margens da SP-543 situa-se o município de **Guarani d'Oeste**. No ex-distrito de Fernandópolis, praticava-se a cafeicultura, em pequenas propriedades. Porém, segundo os moradores do município, as principais atividades econômicas são a extração da borracha nos seringais e a criação de gado bovino de corte e leiteiro.



Foto 3.6.5.11-133 - Seringal



Foto 3.6.5.11-134 - Seringal

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Vizinho aos municípios de Ouroeste e Mira Estrela localiza-se o município de **Indiaporã**. Com a população estimada de 3.880 habitantes, a principal fonte de renda vem do trabalho nas fazendas de gado e no comércio local. Muitos moradores do município também trabalham nas plantações de laranja, e a banana também é uma fonte importante de renda.

Na altura das coordenadas 569.810 / 7.789.236, foi identificado um acampamento de trabalhadores sem terra e uma escola.

O município de **Fernandópolis** faz divisa ao norte com Guarani D'Oeste; ao sul com São João de Iracema; a leste com Macedônia, Pedranópolis e Meridiano e a oeste com Estrela D'Oeste. As vias de acesso à Fernandópolis saindo da capital são: Via

Anhanguera ou Bandeirantes, via Washington Luis - SP-310 e rodovia estadual Euclides da Cunha - SP-320. Hoje, a ferrovia que corta a região está desativada para o transporte de pessoas. Há apenas transporte de cargas executado pela empresa Brasil Ferrovias. Em Fernandópolis há somente o terminal de cargas da Usina Coruripe para carregamento de açúcar. A cidade conta também com aeroporto municipal.

Nessa região assim como em outras encontradas nos municípios paulistas, a presença humana é marcada pelos sítios e fazendas, com pequenas plantações e criação de gado. A cana-de-açúcar se destaca como um dos principais produtos e é escoada para as Usinas de açúcar e álcool da região. Na zona rural não existe sistema de coleta de lixo. O destino do lixo é definido individualmente por cada família, sendo as soluções adotadas, a queima com posterior aterramento, ou armazenagem do lixo na propriedade para posteriormente este ser levado para a cidade para ser recolhido pela empreiteira.



Foto 3.6.5.11-135 - Laranjal



Foto 3.6.5.11-136 - Pastagem - Gado

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Na altura das coordenadas 597.280 / 7.747.526, identificou-se grande quantidade de eucalipto e algumas propriedades com plantações de citros. Segundo os moradores, esta produção é escoada para o mercado local.



Foto 3.6.5.11-137 - Plantações de Eucalipto –
Fernandópolis (SP)

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Em seguida, identificou-se o município de **Pedranópolis**. Vizinho à Fernandópolis, o município às margens da SP-320, tem aproximadamente 2.734 habitantes. As principais fontes de renda são os seringais, identificados na altura das coordenadas 590.537 / 7.756.272, as plantações de citros, eucalipto e cana-de-açúcar, identificadas nas coordenadas 594.720 / 7.755.949.

Em uma fazenda de laranja, o gerente da propriedade de 70 alqueires relata que esta existe há mais de 20 anos. A fazenda possui fossa, poço e o lixo é queimado. Os serviços de segurança, saúde e educação são conseguidos em Pedranópolis, Fernandópolis e Votuporanga. Como não há escola na região, a prefeitura disponibiliza o transporte, que passa somente no período da manhã (5:30h). Nesta região, o acesso é feito por meio de estradas de terra.

No município de **Macedônia** uma característica marcante é a existência de pequenas propriedades rurais, de aproximadamente 10ha a 50ha, que utilizam basicamente mão-de-obra familiar. Dentre as atividades produtivas identificadas ao longo do corredor em estudo, destacam-se: do cultivo da cana-de-açúcar, citros e a criação de gado de corte e leiteiro.

Vale destacar, que o município era cortado pela Estrada de Ferro Sorocaba, que hoje encontra-se desativada de certa forma isolando o município de Macedônia e os demais municípios vizinhos, deste sistema de transporte de pessoas e produtos, que já foi um dos mais importantes da região.

Em **Valentim Gentil**, o traçado passa numa pequena região do município sendo identificados apenas dois pontos de relevância. Como no caso da **pedreira Coplan** que cerca de mil metros do traçado. E, outra área aonde é possível avistar algumas lavouras recém plantadas de seringueiras, bem como áreas de cana. Nessa região, o acesso se torna difícil, não existindo estradas que se aproxime do traçado, sendo necessário fazer voltas para se aproximar do traçado proposto, o que vai acontecer já em terras do município seguinte, ou seja, Floreal.

As margens da SP-320, localizado no noroeste do estado de São Paulo, o município de **Votuporanga** se destaca na produção de cana-de-açúcar, laranja e no setor de serviços. Na altura das coordenadas 608.851 / 7.721.843, foi possível identificar um grande seringal.



Foto 3.6.5.11-138 - Canavial



Foto 3.6.5.11-139 - Caminhão transportando cana

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Há 2km do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, identificou-se a **Usina Noroeste Paulista** – UNP, o que reafirma o município como produtor Sucoalcooleiro. O município é bem estruturado, e seu sistema de transporte facilita o escoamento da produção, através do Aeroporto de Votuporanga e a Estrada de Ferro Araraquara. Votuporanga ocupa posição estratégica no roteiro de um alcoolduto, que liga o município de Alto Taquari, no Mato Grosso, ao porto de Santos. Trata-se de um empreendimento do grupo BRENCO.

A mão-de-obra local é mais especializada do que as demais cidades visitadas por apresentar duas universidades: o Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), e a Rede Gonzaga de Ensino Superior. Além disso a cidade possui unidades do SENAC, SENAI, SESI e SEBRAE, que formam muitos profissionais, e conseqüentemente auxiliam na diminuição do desemprego local.

Localizado às margens da SP-310, situa-se o município de **Sebastianópolis do Sul**. O município está localizado na região Noroeste do Estado de São Paulo. O município possui grande maioria de sua população residente na zona urbana, contudo, há migração de pessoas de outras cidades para trabalharem com o cultivo da cana-de-açúcar, em conseqüência da instalação da **Usina Petribu Paulista S.A.** de açúcar e álcool combustível.

A cidade possui uma Creche Municipal; uma Pré-Escola Municipal "Aloysio Nunes Ferreira Filho"; uma Escola Municipal de Ensino Fundamental "Claudenei Perpétuo de Melo" e uma Escola Estadual "Gentila Guizzi Pinatti". Tendo em vista que a praça central do município está localizada na AID, a 2,5Km da linha de transmissão, foi possível identificar que as escolas encontram-se dentro deste perímetro.

No município, a 1km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, foi possível observar um seringal de grande porte, na altura das coordenadas 608.814 / 7.728.057. Observou-se, também, uma estrada de grande movimento de cargas pesadas, usada para o escoamento da produção da Usina Noroeste Paulista, a apenas 250m da linha de transmissão.

Nas proximidades do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, a cerca de 400m da linha de transmissão situa-se o **Bairro Retiro**. O pequeno povoado rural situado a aproximadamente 5 km da sede do município de Sebastianópolis do Sul, conta com a existência da antiga escola da Igreja e de um salão social. Formado pela existência de grandes famílias que, em tempos remotos ali chegaram para trabalharem a terra, o Bairro do Retiro hoje conta com aproximadamente 150 famílias. Uma entrevistada relatou que a maioria das famílias trabalha na plantação de cana, porém há um grande movimento de migração para o centro da cidade, em direção à Usina. Segundo ela, no povoado passa ônibus escolar às 11h da manhã e há apenas um agente de saúde que passa pela localidade uma vez por mês.

Localizado a noroeste do estado de São Paulo, na SP-310 o município de **Monte Aprazível** caracteriza-se pelo cultivo da cana-de-açúcar, café, arroz, milho, laranja e pelas criações de gado leiteiro e de corte. Possui uma destilaria de álcool, uma destilaria de açúcar e álcool, um curtume, metalúrgicas e laticínio. O município que faz divisa com os municípios de União Paulista, Nipoã, Neves Paulista, Macaubal, Poloni e Sebastianópolis do Sul, encontra-se na AID da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.



Foto 3.6.5.11-140 - Usina

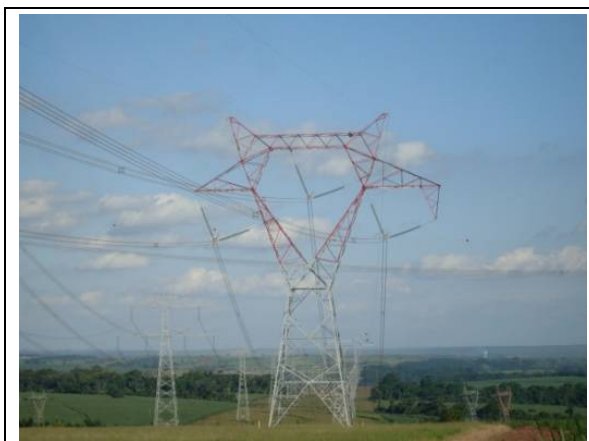


Foto 3.6.5.11-141 - Torre de Transmissão - LT

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Ao do corredor em estudo, foram identificadas algumas atividades extrativistas, dentre elas a extração de areia e látex - seringal. A pesquisa identificou 3 seringais no corredor em estudo: 200m, 1km e a 2,4km da linha de transmissão, na altura das

coordenadas 629.836 / 7.698.883. Segundo um seringueiro entrevistado, ele está na região há 3 anos e a plantação tem mais de 7 anos. O produto é escoado para a empresa Colitex. A propriedade onde se encontra o seringal, possui 40 alqueires, sendo 5 de seringa. O restante da propriedade é ocupado com pastagens de gado bovino e plantação de cana-de-açúcar. Não há escolas próximas à propriedade, e um ônibus escolar passa em três turnos, levando os alunos para o centro de Monte Aprazível. Segundo o entrevistado, há um fluxo migratório, em direção ao norte, no Sítio Cachoeira, que é ocupado por 56 casas de seringueiros.

No **Distrito de Itaiúba** foi identificada uma área de sítios a 500m do traçado da linha. A comunicação na região fica a cargo dos jornais - Jornal de Monte, A Voz Regional e no site MonteAprazivel.com. As principais emissoras de rádio da cidade são: Rádio Difusora de Monte Aprazível, Cidade FM 87,9.

A 12km de Monte Aprazível, localiza-se o município de **Poloni**, às margens da Rodovia Feliciano Sales Cunha. Os habitantes de Poloni vivem basicamente da extração de borracha e dos citros, que fazem parte das lavouras permanentes da região, e do plantio da cana-de-açúcar e do milho, provenientes das lavouras temporárias. Desta forma, identificou-se uma grande lavoura de cana a 300 m do traçado da linha.



Foto 3.6.5.11-142 - Cemitério em Poloni



Foto 3.6.5.11-143 - Seringal em Poloni

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Poloni, que tinha sua agricultura voltada para o cultivo do café, viu sua agricultura diversificar-se, ao introduzirem o arroz, milho, algodão, feijão, borracha, manga e laranja, que somadas à pecuária, aumentaram a arrecadação da localidade. Outro fator marcante em seu progresso foi sua localização: o entroncamento das vias de comunicação da Alta Araraquarense, Noroeste Paulista, Sul Mineiro e Sudoeste Matogrossense. O fluxo de comerciantes possibilitou a introdução de várias

benfeitorias². Segundo dados do IBGE, a atividade agrícola sofre alguns prejuízos, devido a problemas ambientais relacionados à salinização e à erosão do solo.³

Além das áreas de seringais, foi identificado também ao longo do corredor em estudo, um cemitério municipal a 2,5km do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

O município conta com rede geral de abastecimento de água e de esgoto, porém, em áreas agrícolas, os moradores se utilizam de poços e fossas sépticas e rudimentares, o lixo em sua maioria é coletado pelo serviço de limpeza do município, porém algumas residências ainda o queimam e enterram.

Localizado às margens da SP-310, o município de **Neves Paulista** faz fronteira com os municípios de Mirassol, José Bonifácio, Nipoã e Monte Aprazível. No município de Neves Paulista, a população local vive principalmente do plantio de laranja e limão, cana-de-açúcar e milho. A maioria é servida pela rede de água e esgoto locais e coleta de lixo, contudo, na zona rural é freqüente o uso de fossas e de poços ou nascentes. Ainda é comum que nas propriedades rurais se queime ou enterre o lixo.

Observou-se ao longo deste trecho, na AID, a presença de vegetação nativa a caminho do **bairro de Pirajá**, a 1,7km da linha de transmissão.

Há um projeto da prefeitura de Neves Paulista de asfaltamento de quatro quilômetros da estrada municipal de ligação ao bairro Pirajá. Segundo a prefeitura, “a obra é importante para o agronegócio da região”.⁴

Ao longo do corredor em estudo foram identificadas plantações seringa e de eucalipto a 1,3Km, e lavoura de cana a 600 m da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

² Dados IBGE

³ O Suplemento de Meio Ambiente do IBGE teve como unidade de investigação o município, sendo as informações obtidas junto às prefeituras.

⁴ Fonte: Jus Brasil Noticias: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/980303/recursos-para-jaci-jarinu-e-santo-antonio-do-pinhal> - 02/04/2009



Foto 3.6.5.11-144 - Seringa – extração de borracha



Foto 3.6.5.11-145 - Plantação de cana-de-açúcar

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Também situado às margens da SP-355, o município de **Nova Aliança** desenvolveu-se graças à agricultura, principalmente o plantio de café, de arroz e de cana-de-açúcar. Atualmente, o município vem se destacando, também, na produção de laranja e borracha.

O local produz aproximadamente 731 toneladas de borracha por ano, em uma área plantada de 170 hectares; 110 toneladas de café em 130 hectares da área plantada; 15.400 toneladas de laranja em uma área plantada de 700 hectares; além de 480 toneladas de limão e 100 toneladas de manga.⁵



Foto 3.6.5.11-146 - Laranjal

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

⁵ Dados IBGE.

Foram identificados fazendas de gado, lavouras de cana-de-açúcar a 600m da linha de transmissão; plantação de eucalipto a 50m do traçado e laranjais a caminho do município de Potirendaba.

Na Estrada Municipal Nova Aliança – **Potirendaba** identificou-se um grande seringal. Seus trabalhadores extraem o material da seringueira e escoam esta produção para usinas de beneficiamento da borracha. Os habitantes da localidade têm como principais atividades econômicas as plantações de laranja e a extração da borracha.

Potirendaba está localizada na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto, área que se destaca no âmbito nacional na produção de borracha. Em 2001, essa região era responsável por 25% da produção estadual, o que correspondia a 15,8 mil toneladas, representando 11% da produção nacional.⁶ Diante do sistemático processo de exclusão social no campo, em especial após a modernização agrícola, a qual privilegiou a grande exploração em detrimento da pequena, o estudo se propõe analisar em que medida a heveicultura se apresenta como alternativa de geração de renda e fixação do homem na terra.⁷

Na Microrregião Geográfica de São José do Rio Preto a cultura da seringueira sempre se apresentou vantajosa ao produtor, sobretudo pelo seu baixo custo de manutenção. Outra constatação refere-se à escassez da matéria-prima no mercado nacional, fator o qual somado à baixa dependência do segmento agrícola de insumos e maquinários, proporciona ao setor agroindustrial da borracha algumas peculiaridades, entre elas se destaca a menor subordinação do segmento agrícola as processadoras e, a menor diferenciação entre pequenos e grandes produtores no que se refere à produtividade e à qualidade da matéria- prima.⁸

O município de Urupês, que inicialmente tinha sua economia voltada para a cafeicultura, hoje vive, principalmente, do plantio de laranja e cana-de-açúcar.

⁶ Dados FIBGE, 2001

⁷ *A integração agricultura-indústria: uma análise da cadeia agroindustrial da borracha natural da microrregião geográfica de São José do Rio Preto – SP.* Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos/Robson%20Munhoz%20de%20Oliveira_PT_EN.pdf

⁸ Idem.



Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

No município de Urupês identificou-se o distrito de **São João de Itaguaçu**. O Distrito está localizado na altura das coordenadas 688.065 / 7.654.055. Criado pela Lei 2456 de 30/12/1953, sua população urbana é de aproximadamente 508 habitantes (Censo IBGE 2007).

Localizado às margens da SP-379, observou-se na AID, a presença de inúmeros veículos de transporte dos produtos advindos das grandes lavouras de cana-de-açúcar e plantações de laranja, encontradas também a caminho do município de Marapoama.



Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Pertencente à microrregião de Novo Horizonte, o município de **Marapoama** destaca-se pela produção de laranja e escoamento da colheita para a Supracitros Comercial Ltda. Que exporta e vende internamente o suco de laranja.

Com aproximadamente 2.556 habitantes, a localidade encontra-se muito próxima à linha de transmissão. Foram identificados um cemitério, um ginásio poliesportivo e duas escolas municipais a 1Km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, o que deflagra a proximidade do município da linha de transmissão. O centro de

Marapoama esta situado na AID, assim como canaviais e laranjais localizados a 2,5 Km da linha.



Foto 3.6.5.11-147 - Laranjal



Foto 3.6.5.11-148 - Canavial

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

No município de **Itajobi** a paisagem predominante é o cerrado, já bastante desmatado pela ação do homem, alternado com matas ciliares ao longo das principais drenagens, que se encontram degradadas, na maioria dos casos, em função da atividade agrícola exercida na região. Na AID foi possível identificar grandes lavouras de cana-de-açúcar e grandes áreas voltadas para a cultura dos citros laranja e limão. Estima-se que a produção de laranja do município chegue a 84194 toneladas de laranja e 100000 toneladas de limão, cultivadas em uma área de aproximadamente 7752 hectares.⁹

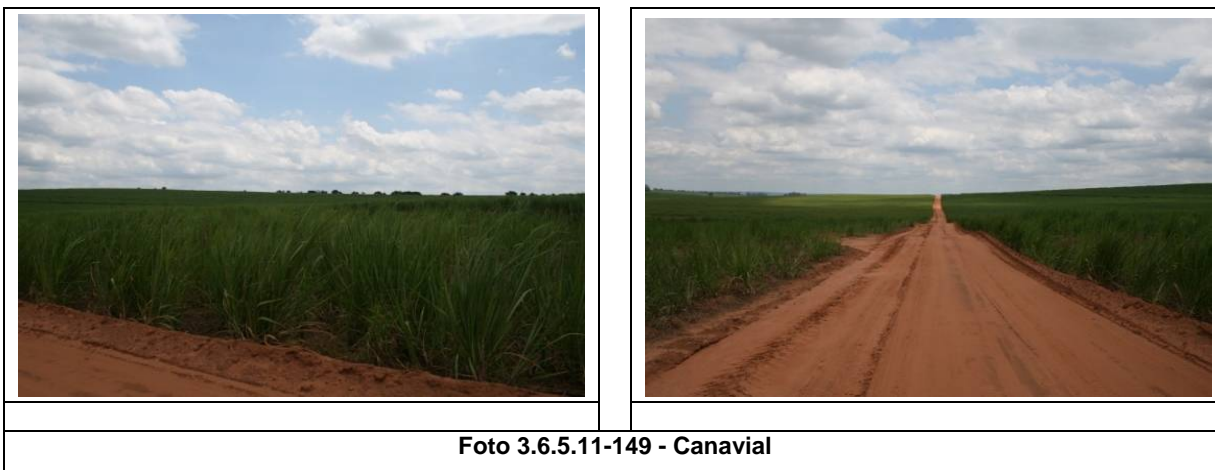
A 600 metros da linha de transmissão, encontra-se a **Chácara Estância Lusa**. A Chácara, que possui 4 alqueires, é da posse de José Antibes, e seu administrador e único morador do local, Durval de Moraes relatou que mora na região há mais de 30 anos. A propriedade possui 10 rés e 20 porcos. Toda criação é voltada para consumo próprio. No local, há 5 edificações, com sistema de fossa e poço artesiano. O lixo da Chácara é queimado no local.

Segundo um informante, a área da Chácara é atendida pela prefeitura de Itajobi com ônibus escolar em dois turnos (manhã e tarde) e, mensalmente, 3 agentes de saúde. Na região a comunicação é feita por telefone celular, televisão com antena parabólica e rádios locais tais como, Rádio Itaquaretinga e Rádio de Itajobi.

Pertencente à cidade de Itajobi, a **Vila Nova Cardoso** encontra-se na altura das coordenadas 699.357/ 7.641.800, possui aproximadamente 524 habitantes, que vivem da cultura da cana e da laranja.

⁹ Dados IBGE.

Em Itajobi, localizada nas coordenadas 708.812/ 7.633.619, encontra-se a **Vila Açaí**. A Vila, situada a 400m da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01, possui mais de 100 famílias residentes que vivem do cultivo da laranja e da cana-de-açúcar. Devido às grandes propriedades de ambas as culturas, no local a pulverização é feita, além de tratores, por meio de aviões. Na localidade identificou-se uma Igreja Central dentro da faixa de servidão, a também 400m da LT, e gigantescas lavouras de cana a caminho de Itápolis, a 2,5Km da linha de transmissão.



Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Localizado na altura das coordenadas 726.047 / 7.611.052, o município de **Itápolis** tinha o café como principal cultura. Nos anos 70, a laranja passou a ser o principal produto agrícola cultivado, gerando uma circulação maior de riqueza, uma vez que o produto é industrializado e exportado. Hoje do Grupo Cutrale se instalou no município e beneficiou a economia local. A empresa se localiza na AID, a 2,5Km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01.

Com 38.633 mil habitantes, Itápolis tem sua economia voltada para o cultivo de citros, que lhe dá o título de maior produtora de laranja do mundo. É mais de 1,8 mil propriedades rurais, espalhados nos 999 quilômetros quadrados de área, produzindo um PIB anual da ordem de R\$ 690 milhões, o maior do país há anos.¹⁰

Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Itápolis, o município tem a particularidade de ser uma grande economia de pequenos produtores: possui mais de 70% das propriedades com até 50 ha. Na economia agrícola, Itápolis se destaca, além da laranja, na produção de limão, manga, melancia, goiaba e no crescente cultivo da cana-de-açúcar. Em algumas plantações verificou-se a pulverização por avião. Na atualidade o município vem se destacando também na produção de grãos e na criação de gado de corte.

¹⁰ Dados: Prefeitura de Itápolis: <http://www.itapolis.sp.gov.br>

Devido a sua excelente localização - centro do estado de São Paulo, próximo à Rodovia Washington Luis, o município de Itápolis também aparece como pólo industrial na região, principalmente no setor alimentício.

O município de Itápolis é, também, referência nacional no setor da aviação, possuindo uma das mais completas escolas de formação de pilotos do Brasil, através dos cursos ministrados na EJ e no Aeroclube de Itápolis.



Foto 3.6.5.11-150 - Aeroclube de Itápolis



Foto 3.6.5.11-151- pulverização das plantações

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

O centro do município de Itápolis situa-se a cerca de 2,5km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Isso inclui delegacia de polícia (1,5 km), Igreja Central (1,6km), e várias escolas. Além destes locais, foi possível identificar, a 70 metros da linha de transmissão, um sítio com 4 edificações e um cruzamento de LT com a Rodovia em direção ao Córrego do Meio. Nesta localidade, identificou-se a presença de mata nativa a 800m da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

O município de **Tabatinga** tem hoje possui uma produção mais variada que inclui cana-de-açúcar, laranja, limão, tangerina e a extração de borracha. Os moradores do município, além de trabalharem nas plantações, têm como fonte de emprego as diversas indústrias de bichos de pelúcia da região.

O município de pequeno porte possui ruas pavimentadas e iluminadas, sistema de coleta de lixo e a distribuição de água é feito pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Possui ainda, comércio variado, hospital e escolas. O município encontra-se às margens da SP-331 e é cortado pelo Rio Jacaré-Guaçu.



Foto 3.6.5.11-154 - Posto de Gasolina em Curupá



Foto 3.6.5.11-155 - Fábrica de Bichos de Pelúcia em Curupá

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

Ainda no município de Tabatinga localiza-se o **distrito de Curupá** está situado a cerca de 1,5km do centro do Eletrodo C1. Este distrito possui as ruas asfaltadas, energia elétrica (CPFL), rede de esgoto e a água é proveniente de poço. A coleta de resíduos sólidos é realizada três vezes por semana. Os moradores contam ainda com um posto dos correios, posto de saúde e policial, e serviços de comércio, dentre eles se destaca a existência de um posto de gasolina (na altura das coordenadas 750.031.394 / 7.595.735.047) Quanto às festividades do distrito, eles promovem festas de ruas e a festa da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, na altura das coordenadas 750.198.967 / 7.595.887.107, um ginásio de esportes nas coordenadas 750.263.663 / 7.595.959.545, a menos de 100m da Igreja e uma Escola Municipal, na altura das coordenadas 750.233.423 / 7.595.863.949.



Foto 3.6.5.11-157 - Moradia em Córrego do Meio



Foto 3.6.5.11-158 - Capela e Barracão em Córrego do Meio

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

A população local, de aproximadamente 5.000 habitantes, vive principalmente do plantio de citros na região. Foi possível identificar propriedades com plantações de

milho na altura das coordenadas 750.833.265 / 7.601.025.249, a 3,9km do centro do Eletrodo. Vale destacar que muitas destas propriedades apresentam cercas de arame e caixas d'água de metal. Os moradores ainda trabalham nas fábricas de bichos de pelúcia em Tabatinga ou no próprio Distrito como foi identificada, na altura das coordenadas 749.583.379 / 7.595.791.245, a 6,6 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01.

No Bairro do **Córrego do Meio**, nas coordenadas 746.450 / 7.600.756, identificou-se a presença de aviários e uma Capela a 8,1Km do centro do Eletrodo e identificou-se a presença de aviários e uma Capela a apenas 300 metros da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 Segundo os entrevistados o bairro é habitado por 300 moradores que trabalham nas fazendas de cana, laranja, milho, gado de corte e eucalipto. Muitos moradores possuem aviários. A 8,1Km do centro do Eletrodo Nº 01 também foi possível identificar a presença de galpões e estruturas metálicas, na altura das coordenadas 746.512.711 / 7.600.682.930. Segundo os moradores, a água vem de poços, o esgoto vai para fossas e a prefeitura recolhe o lixo e leva as crianças da região até as escolas em Tabatinga. A localidade conta ainda com agentes de saúde.



Foto 3.6.5.11-156 - Canavial

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

A grande produção de cana pôde ser notada na estrada que liga o Bairro Córrego do Meio ao Bairro Vila Alice, na altura das coordenadas 748.359.323 / 7.603.468.866, a 7,1Km do centro do eletrodo.



Foto 3.6.5.11-159 - Laranjal – Vila Alice



Foto 3.6.5.11-160 - Canavial – Estrada Córrego do Meio-Vila Alice

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Entre os municípios de Itápolis e Tabatinga, com um perfil semelhante ao Bairro identificado anteriormente, na altura das coordenadas 747.095.737 / 7.606.582.076, a 9,9Km do centro do Eletrodo C1, encontra-se o Bairro Vila Alice. O bairro é pouco povoado e formado por sítios e fazendas de cana, laranja, milho e criação de gado.

No bairro foram identificadas estufas na altura das coordenadas 746.382.075 / 7.608.642.346, a 11,8Km do centro do eletrodo. Na altura das coordenadas 748.134.393 / 7.604.626.133, a 7,9km do Eletrodo de Terra Nº 01, identificou-se grandes propriedades produtoras de laranja, com cercas de arame, como a Fazenda Santa Maria. De acordo com os moradores, há coleta de lixo, transporte escolar, agentes de saúde, distribuição de energia elétrica, fossas e poços artesianos. As telhas das moradias são mistas e muitas delas apresentam telhas de metal.

A 13,6km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01, na altura das coordenadas 740.978.889 / 7.599.910.121, identificou-se uma estrada para uma localidade chamada pelos moradores de Monjolo. Nesta localidade foi possível identificar diversas fazendas de cana-de-açúcar e laranja com cercas de arame, na altura das coordenadas 740.978.889 / 7.599.910.121, a 13,6 km do eixo do Eletrodo.

Saindo de Tabatinga o traçado atravessa uma pequena porção do município de Nova Europa, onde a paisagem é basicamente dominada por canaviais e muitos deles com cercas metálicas como foi identificado na altura das coordenadas 754.854.307 / 7.587.918.687. Nas proximidades da altura do quilômetro 2375 do traçado, há o cruzamento com uma rodovia asfaltada que leva a sede do município, localizado a aproximadamente 3.000 metros de distância do traçado da LT. Neste município não foi

observada a existência de nenhum povoado ou localidade na área de influência direta do empreendimento.

O município de pequeno porte possui ruas pavimentadas e iluminadas, comércio variado, sistema de coleta de lixo, luz fornecida pela CPFL e a água é fornecida pela prefeitura e retirada de 4 grandes poços artesianos.



Foto 3.6.5.11-165 - erminal Rodoviário



Foto 3.6.5.11-166 - Igreja Centralde Nova Europa

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No centro da cidade, a 10,6 km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01, foi possível identificar uma Igreja, o prédio da Prefeitura, torres de telefonia e galpões com telhas metálicas, na altura das coordenadas 752.240.919 / 7.589.717.776. Identificou-se também a 10,8km do centro do Eletrodo Nº 01 o terminal Rodoviário do município, que também apresenta estruturas de metal, na altura das coordenadas 752.230.378 / 7.589.509.578. O município conta com dois postos de combustível, que se encontram na área de segurança do Eletrodo de Terra Nº 01. Um posto fica a 10,7km do centro do eletrodo na altura das coordenadas 752.045.058 / 7.589.607.649, o outro posto encontra-se a 11,1km do centro do Eletrodo, na altura das coordenadas 751969052 / 7589293225. Na altura das coordenadas 753.076.247 / 7.588.822.422, a 11,3km do centro do Eletrodo encontra-se o Bairro Meia Légua. O Bairro é pouco habitado, é cortado por uma estrada de terra e é composto por fazendas de cana-de-açúcar. No Bairro foi possível identificar galpões para máquinas, e caixas d'água de ferro em diversas propriedades, como na altura das coordenadas 752.224.464 / 7.587.080.930.



Foto 3.6.5.11-167 - Bairro Meia Légua – Barracão



Foto 3.6.5.11-168- Bairro Meia Légua

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

A população residente local trabalha nas fazendas de cana e a produção geralmente é escoada para as Usinas de Álcool e Açúcar da região como a Usina Santa Fé, a 16km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01, na altura das coordenadas 747.121.289 / 7.585.716.831.

Ainda em Nova Europa foi possível identificar uma região de Córregos, chamada pelos moradores de Córrego Bonito e/ou Forquilha. Estes córregos serão apresentados na seção dedicada à travessia de rios navegáveis.

De acordo com os entrevistados a água vem de poços artesianos e não dos córregos, que são utilizados como bebedouros para gado. O esgoto é lançado em fossas e a coleta de lixo é feita pela prefeitura, que em seguida aterra este lixo. Esta região se destaca na produção de milho, cana e soja como foi identificado na altura das coordenadas 759.055 / 7.592.875, a 8,4km do centro do Eletrodo de Terra Nº 01. Muitas destas propriedades apresentam cercas de arame. Foi possível identificar também algumas estufas à beira da estrada de terra, na altura das coordenadas 755.022.041 / 7.593.100.543, a 5,9km do centro do Eletrodo. Na altura das coordenadas 753.528.849 / 7.594.451.708 identificou-se a presença de Postes, caixas d'água e LT, a 5,7Km do eixo do Eletrodo de Terra Nº 01.

O município de **Gavião Peixoto** é cortado pelas SP-255 e SP-331, o que facilita o escoamento da produção de cana-de-açúcar. O município possui um aeródromo. Este aeródromo fica localizado na unidade de Gavião Peixoto da Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer - e é utilizado para os ensaios em vôo e certificação de aeronaves.

Ao longo do corredor em estudo foi possível identificar extensas lavouras de cana-de-açúcar e laranjais a cerca de 1,2km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara

2, Nº 01 principalmente no trecho que liga o município à cidade de Araraquara. Além da **Fazenda Alabama**, pertencente à Usina Zanin de Cana e álcool combustível. Através de entrevista com o Supervisor de topografia e meio ambiente da Usina Zanin em Araraquara, foi possível identificar que a linha de transmissão irá cruzar três matrículas pertencentes à Usina. Nestas propriedades vivem aproximadamente 60 famílias no total. São elas: Fazenda Santa Cândida; Fazenda São Paulo, da Agropecuária São Paulo; Fazenda São Bernardo, em Araraquara.



Foto 3.6.5.11-161 - Pastagem – Gado



Foto 3.6.5.11-162 - Canavial

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

No município de Gavião Peixoto o traçado proposto cruza uma estrada pavimentada que liga a sede do município de Nova Europa ao município de Araraquara. Em Gavião Peixoto a paisagem dominante também são os canaviais, mas também existem áreas com cultivo de laranja.

Nessa região foi possível identificar a **Gleba das Videiras**, um sítio com galpões para criação de frango, aonde as famílias dos funcionários vieram de Novo Horizonte. Os frangos criados ali vão para agropecuária Rei do Frango. A estrutura conta com seis galpões para a criação das aves. O sítio pertence a três irmãos. Um deles possui uma área onde cultiva uva e pêssegos. Neste sítio também existem áreas arredadas para o cultivo de cana-de-açúcar. Os moradores recorrem à sede do município ou a Nova Europa para os serviços de saúde e educação, e em casos de saúde mais grave são encaminhados a Araraquara.

Na altura do quilômetro 2383 do traçado encontra-se a **Vila de Nova Paulicéia**. O acesso a vila é realizado por estradas asfaltadas que ligam os municípios de Gavião Peixoto à Nova Europa. No entanto as ruas da vila são de terra. Em Nova Paulicéia existem: uma igreja católica (Nossa Senhora Mãe dos Homens), praça pública com coreto, campo de futebol, posto de saúde, telefones públicos e estabelecimentos comerciais. O abastecimento de água é realizado pela SABESP, além disso os

moradores contam com coleta de resíduos sólidos, mas não possuem rede esgoto, sendo utilizadas fossas sépticas.



Foto 1 - Vila Nova Paulicéia.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Os moradores, que trabalham na plantação de cana e de citros, relatam que apesar da Vila apresentar relativa estrutura, ainda é preciso recorrer às outras cidades, Gavião Peixoto, Araraquara e Nova Europa, para terem acesso a serviços públicos de saúde, educação e segurança. Na Vila não há escolas e há um pequeno comércio e um posto de saúde. Identificou-se também uma Igreja Católica e um pequeno cemitério a 5 km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01.

No município de Gavião Peixoto, na região referente a área de estudo do eletrodo de terra identificou-se, assim como, a área de passagem da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01, extensas lavouras de cana-de-açúcar e laranjais, principalmente no trecho que liga o município à cidade de Araraquara.

Na altura das coordenadas 755.762.521 / 7.585.695.389, identificou-se uma propriedade de aproximadamente 300 alqueires onde é plantada cana-de-açúcar. O proprietário, nascido na região, relatou que a produção de cana-de-açúcar é escoada para a Usina Santa Fé em Nova Europa. Na propriedade, que fica a aproximadamente 14,4km do centro do Eletrodo, foi possível identificar 700m² de barracões com teto de zinco, cercas de arame, bomba de gasolina e outras estruturas metálicas de menor porte. Segundo o proprietário, o Rio Jacaré Pepira fica a 4km de sua propriedade, porém este não é utilizado por moradores para o lazer e a pesca é proibida.



Foto 3.6.5.11-163 - Fazenda Cana – Vila Nova Paulicéia



Foto 3.6.5.11-164- Fazenda Cana – Vila Nova Paulicéia

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Saindo dessa região sentido ao município de Araraquara é possível avistar duas grandes **fazendas (Palmital, e Alabama)** pertencentes à Usina de cana-de-açúcar denominada Zanin. Esta usina de acordo com um entrevistado possui 14 fazendas nos municípios de Gavião Peixoto, Araraquara e Boa Esperança do Sul.

Na fazenda Alabama moram apenas 10 famílias de trabalhadores. As ruas da fazenda são de terra, mas a via de acesso é asfaltada. O fornecimento de água e a coleta de resíduos sólidos são realizados pela própria Usina.

Já a fazenda Palmital fica a cerca de seis quilômetros depois da sede do município de Gavião Peixoto. Nesta fazenda existem 36 casas, que possuem rede de esgoto, energia elétrica. Neste local a coleta de resíduos sólidos e o abastecimento de água também são realizados pela usina. Assim a fazenda Alabama, os moradores são funcionários da Usina Zanim (em Araraquara) e trabalham no corte da cana, e no preparo do solo para o plantio.

Em ambos locais não existem escolas ou unidades de saúde, de forma que os moradores vão buscar tais serviços na sede municipal, sendo a prefeitura responsável por realizar o transporte dos alunos as escolas. Possuem um campo de futebol para o lazer nos finais de semana.



Foto 2 - Entrada da fazenda Alabama.



Foto 3 - Ruas da vila da fazenda Palmital.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Na altura das coordenadas 764.719.153 / 7.610.414.361, a aproximadamente 14,4 km do centro do Eletrodo, identificou-se uma das maiores produtoras de suco de laranja do país a empresa Citrovita Agro Industrial Ltda, pertencente ao grupo Votorantim. A empresa produz suco de laranja principalmente para exportação. Os principais mercados são Europa, Ásia-Pacífico, América do Norte e Oriente Médio. De acordo com os entrevistados, as fazendas da Citrovita estão localizadas no cinturão citrícola do estado de São Paulo, maior região produtora de laranja do mundo. Da extração do suco da laranja são obtidos subprodutos com aplicação na fabricação de produtos químicos e solventes, aromas e fragrâncias, tintas, cosméticos, complemento nutricional para ração animal, entre outros.

A fábrica possui sistema de tratamento de esgoto onde parte dele é despejado no Rio São Lourenço, e outra parte deste esgoto vai para fossas. A coleta de lixo é paga a parte. A fábrica se responsabiliza pelo transporte de seus trabalhadores que, em sua maioria, residem no município de Matão.

A Citrovita também processa os subprodutos e os exporta. A indústria é formada por diversas estruturas metálicas. Há encanamento de ferro enterrado para o gás, tanques de óleo, caldeiras de aço carbono evaporadores, linhas de alta tensão, barracões de metal para tratores, 3.500m² de estufas de metal e seis poços de água com encanamento metálico, com previsão de chegarem a 14 poços. Os poços têm 500m de profundidade e armazenam água com salinidade. A grande fazenda localizada na área da fábrica possui malha hidráulica de ferro com gotejadores que chega a 10Km de tubos, adutoras de ferro fundido, represas e pista de pouso. A malha elétrica compreende 5.000 ha, com transformadores de 2CV por hectare.

Segundo os entrevistados, a área construída da fábrica compreende 23.000m², da área total tomada por fazendas de laranja, que é de 306.000m². Vale destacar, que nas fazendas também planta-se café. A área destas fazendas vai de Matão ao município de Nova Europa. A Fazenda Cambuhy situa-se aproximadamente 14,3 km do centro do Eletrodo de Terra N^o 01, na altura das coordenadas 765.739.764 / 7.609.139.722.



Foto 3.6.5.11-181 - Fazenda Cambuhy

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

Nas proximidades do município de Araraquara existe uma unidade da EMBRAER que abriga as atividades de montagem final de aeronaves destinadas aos mercados executivos e de defesa. Também conta com uma pista para ensaios em vôo, esta unidade localiza-se na Estrada Municipal Euclides Martins.

Esse é o ultimo município percorrido pelo traçado. No local em que o traçado proposto adentra no município de Araraquara existem extensas áreas de cultivo de cana-de-açúcar. É importante destacar que o traçado neste município ocupa uma porção das terras relativamente pequena. Não foi encontrada nenhuma localidade ou povoado, apenas algumas propriedades com áreas de pastagens e cana-de-açúcar.



Foto 4 - LT's na região do município de Araraquara-SP.

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

É importante destacar que neste município foram observadas diversas linhas de transmissão de energia que correm por muitas vezes paralelas.

No município de **Araraquara** identificou-se uma propriedade com cultivo de cana-de-açúcar a 1km da linha de transmissão. A propriedade pertence à família Zanin, proprietária da homônima Usina Zanin. O supervisor de topografia e meio ambiente da Usina, informou que a Fazenda de cana identificada chama-se São Bernardo. A Usina, produtora de álcool combustível, existe há mais de 70 anos e estima-se que a propriedade seja de posse da família desde a década de 60. Na propriedade, além da cana-de-açúcar há safrinha de soja. Na fazenda foram identificadas 8 edificações em alvenaria, onde residem 4 famílias. Há fossa, poço artesiano e, apesar da coleta de lixo através de convênio com o município, faz-se a reciclagem das embalagens dos herbicidas. Vale destacar, a presença de pulverização por avião na região da fazenda.

Segundo o entrevistado, não há carência de serviços públicos na região da fazenda, pois há vigilância sanitária, agentes de saúde, e a proximidade com o centro do município, facilita a movimentação de pessoas e produtos. Se comparado a outros municípios da região, Araraquara apresenta excelente estrutura urbana, com diversos hospitais, aeroporto, estação ferroviária, terminais rodoviários e uma grande área comercial, industrial e possui um gama enorme de empresas prestadoras de serviços, o que faz do município um importante pólo regional, que atrai consumidores de muitas outras cidades.

O município, que conta com vários corredores comerciais, é favorecido pela boa localização. Além de diversas estradas municipais, a cidade é cortada pelas rodovias SP-255, SP-257 e SP-310, Rodovia Washington Luís, que liga Araraquara com São José do Rio Preto, Campinas e São Paulo.



Foto 3.6.5.11-169 - Subestação de Araraquara



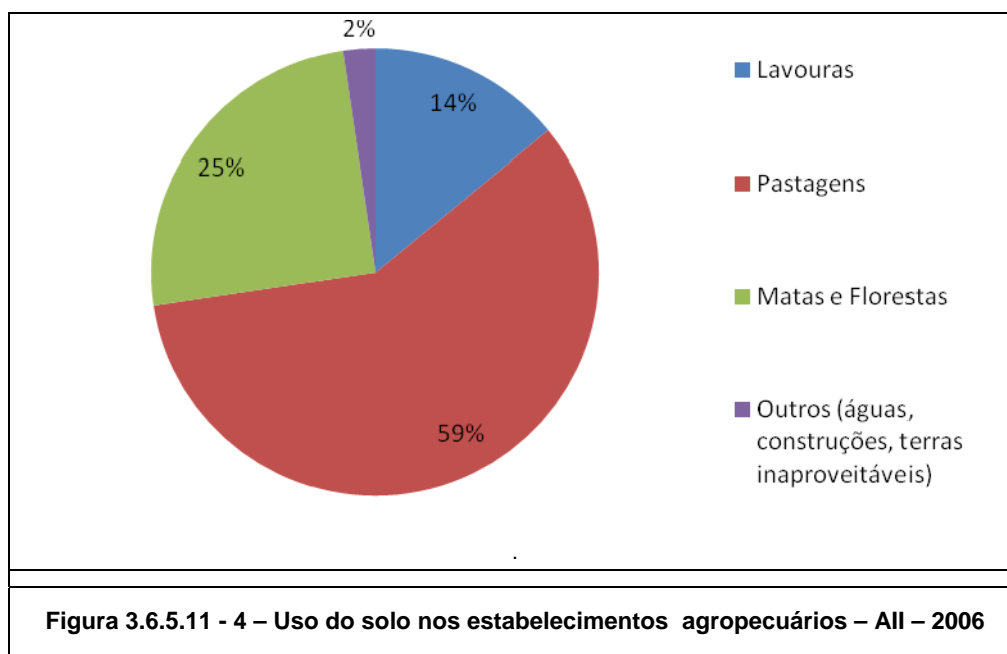
Foto 3.6.5.11-170 - Subestação de Araraquara

Fonte: levantamento de campo, agosto – novembro de 2009

b. Mapeamento dos Usos do Solo e Ocupação do Solo na AII

Em toda a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, constituída por 87 municípios distribuídos pelos estados brasileiros de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, a área constituída por estabelecimentos agropecuários é de 13.255.707 hectares, que correspondem a mais da metade (50,1%) da área em estudo. Chama a atenção, primeiramente, a proporção da área de estabelecimentos agropecuários ocupada pelo conjunto de municípios em estudo no estado de Goiás – 14%, sobre a área total de estabelecimentos agropecuários na AII, uma vez que a AII Mesorregional Sul Goiano ocupa apenas 9% da área em estudo. Por outro lado, na área rondoniense em estudo, que corresponde a 34% da AII, os estabelecimentos agropecuários ocupam apenas 27% da área rural da AII e encontram-se concentrados na AII Mesorregional Leste Rondoniense.

Com relação ao uso da área dos estabelecimentos agropecuários, no ano de 2006, em toda a área em estudo, as pastagens eram o uso do solo largamente predominante, ocupando 58,6% da área total de estabelecimentos agropecuários. 25% da área rural em estudo era ocupada por matas e florestas, enquanto as lavouras respondiam por 14% do uso do estabelecimentos agropecuários na AII.



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE

As pastagens são predominantes sobre as áreas ocupadas por lavouras e por matas e florestas em 7 das 9 AII's mesorregionais em estudo. As exceções se situam nos estados de Rondônia e São Paulo. Na AII Mesorregional Madeira-Guaporé, 50% da

área dos estabelecimentos agropecuários é constituída por matas e florestas. Na All Mesorregional Araraquara, as lavouras ocupam 79,3% das áreas de uso rural. A área de matas e florestas ocupa parcela significativa dos estabelecimentos agropecuários nas áreas rondoniense e matogrossense em estudo, enquanto que, em Goiás e nos estados do Sudeste, ocupam áreas bastante mais reduzidas. Nestas regiões, a área ocupada por lavouras é bastante mais expressiva, predominando sobre as matas e florestas. Nas áreas rondoniense e matogrossense em estudo, as lavouras ocupam área mais expressiva, em relação aos demais usos, apenas na All Mesorregional Sudeste Matogrossense, onde ultrapassam a porcentagem da área ocupada por matas e florestas.

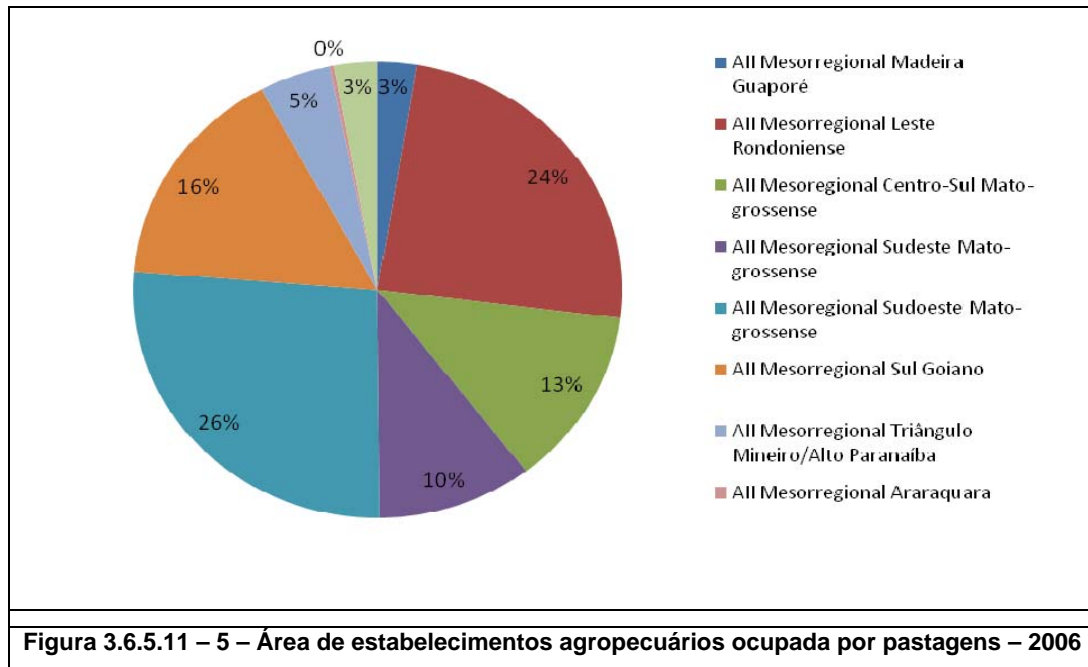
Quadro 3.6.5.11 - 2 – Área dos estabelecimentos agropecuários por uso do solo (Hectares) – 2006

Alls Mesorregionais e All Total	Área ocupada por estabelecimentos agropecuários	Lavouras	(%)	Pastagens	(%)	Matas e Florestas	(%)	Outros (águas, construções, terras improveitáveis)	(%)
All Mesorregional Madeira Guaporé	531089	51.437	9,7	200.271	37,7	265.280	50,0	14.101	2,7
All Mesorregional Leste Rondoniense	2995071	174.908	5,8	1.893.394	63,2	884.597	29,5	42.172	1,4
All Mesoregional Centro-Sul Mato-grossense	1581684	115.051	7,3	982.083	62,1	423.053	26,7	61.497	3,9
All Mesoregional Sudeste Mato-grossense	1516128	351.196	23,2	793.094	52,3	341.908	22,6	29.930	2,0
All Mesoregional Sudoeste Mato-grossense	3608636	165.250	4,6	2.053.043	56,9	1.287.709	35,7	102.634	2,8
All Mesorregional Sul Goiano	1914135	588.159	30,7	1.229.947	64,3	68.227	3,6	27.802	1,5
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	459659	81.164	17,7	366.432	79,7	5.153	1,1	6.910	1,5
All Mesorregional Araraquara	204624	162.291	79,3	23.186	11,3	9.589	4,7	9.558	4,7
All Mesorregional São José do Rio Preto	443825	175.243	39,5	222.112	50,0	31.458	7,1	15.012	5,6
Total All	13254851	1.864.699	14,1	7.763.562	58,6	3.316.974	25,0	309.616	2,3

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

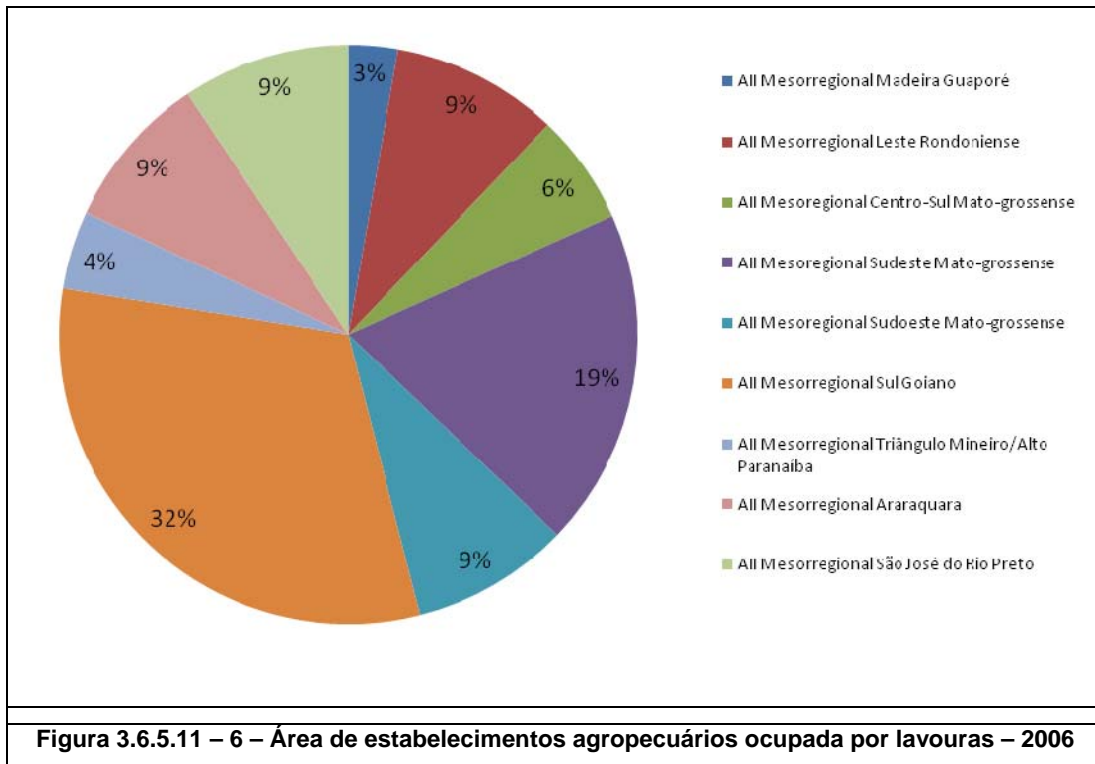
Em 8 das 9 Alls Mesorregionais em estudo, a área ocupada por pastagens prevalece sobre a área ocupada por lavouras. A exceção é a All Mesorregional Araraquara, no Estado de São Paulo, onde as lavouras ocupam 79,3% da área dos estabelecimentos agropecuários. Vale ressaltar, no entanto, que a All Mesorregional Araraquara possui a menor fração da área total de estabelecimentos agropecuários da All – 2%. Nas demais Alls Mesorregionais em estudo, a porcentagem da área dos estabelecimentos agropecuários ocupada por pastagens, em 2006, variava de 37,7%, na All Mesorregional Madeira-Guaporé, a 64,3%, na All Mesorregional Sul Goiano. Do total dos 7.763.562 hectares ocupados por pastagens em toda a área em estudo, 26% estão

localizados no Sudoeste Matogrossense, 23%, no Leste Rondoniense, e 16%, no Sul Goiano.



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Dos 1.896.322 hectares ocupados por lavouras na área em estudo, em 2006, 32% situavam-se nos municípios em estudo no Sul Goiano. Nesta All mesorregional, as lavouras correspondem a 30,7% da área dos estabelecimentos agropecuários e, quanto ao número de estabelecimentos, predominam aqueles dedicados ao cultivo de lavouras temporárias de soja, sendo expressivos, também, a horticultura e fruticultura e o cultivo de cereais. Na All Mesorregional Sudeste Matogrossense, cuja área de lavoura corresponde a 19% da área utilizada para cultivo de lavouras em toda a All, predominam, em número, os estabelecimentos dedicados a “outros produtos da lavoura permanente”, soja, cana-de-açúcar, legumes e hortaliças. A área de lavouras das Alls Mesorregionais Leste Rondoniense, Sudoeste Matogrossense, Araraquara e São José do Rio Preto correspondem, cada uma, a 9% da área de lavoura da área em estudo. No Leste Rondoniense, predominam, em número, os estabelecimentos dedicados ao cultivo do café e a “outros produtos” de lavoura temporária, enquanto, no Sudoeste Matogrossense, há mais estabelecimentos agropecuários dedicados a “outros produtos” da lavoura temporária. Nos municípios em estudo na mesorregião de Araraquara, predominam o cultivo de laranja e cana-de-açúcar, enquanto na All Mesorregional São José do Rio Preto, o cultivo de laranja compete com o de outras frutas.



A maior parte dos 3.332.432 hectares pertencentes a estabelecimentos agropecuários ocupados por matas e florestas na All está situada nos estados de Rondônia e Mato Grosso, mais precisamente na All Mesoregional Sudoeste Matogrossense (39%) e na All Mesoregional Leste Rondoniense (27%), onde predominam as matas e florestas destinadas à preservação permanentes ou reserva legal. O restante dos municípios em estudo no estado do Mato Grosso responde por 23% das matas e florestas em estabelecimentos rurais da All. As áreas goiana, mineira e paulista em estudo respondem por percentuais pouco expressivos deste total.

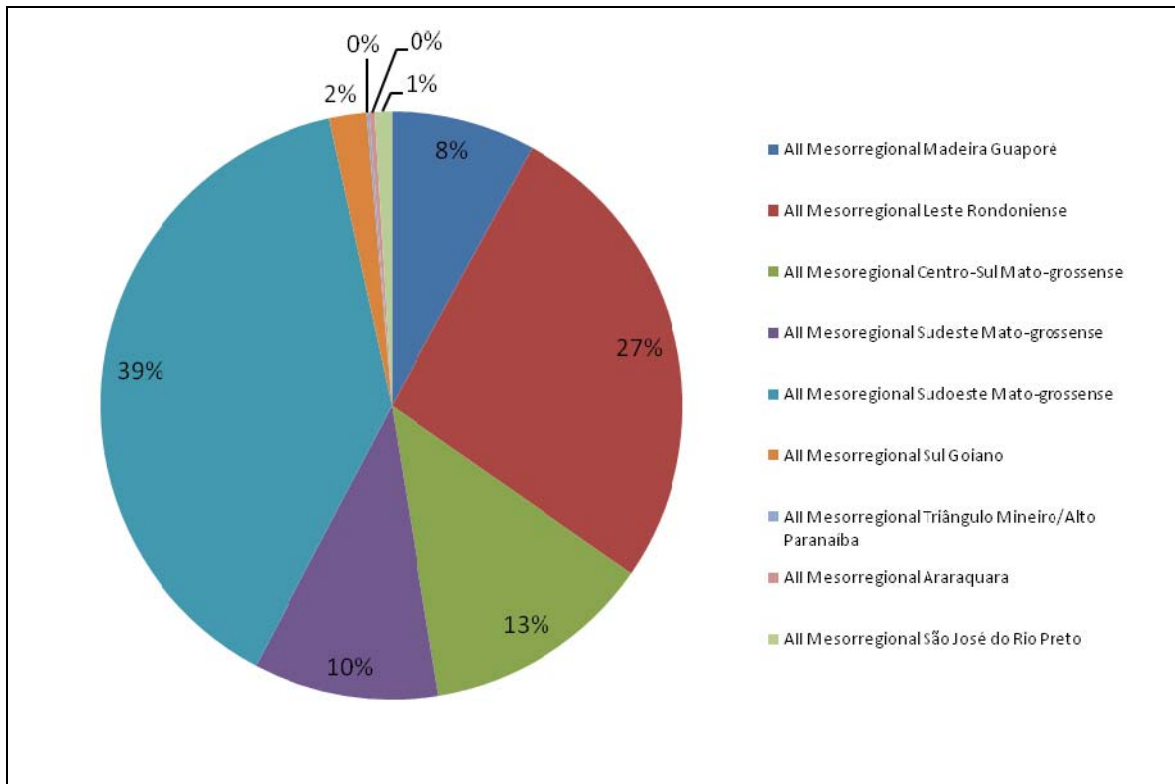


Figura 3.6.5.11 – 7 – Área de estabelecimentos agropecuários ocupada por matas e florestas – 2006

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

O desmatamento na Amazônia tem causas diversas que, frequentemente, se inter-relacionam, passando por questões históricas como, por exemplo, os incentivos fiscais e as políticas de colonização, que resultaram numa forte migração para essa região; os conflitos fundiários, devido à ausência de titularidade da terra e reforma agrária; o avanço da exploração madeireira, da pecuária e do agronegócio, principalmente pelo cultivo da soja; e, também, os investimentos em infra-estrutura, como com a abertura de estradas e pavimentação.

Através de dados gerados pelo INPE, é possível monitorar o desmatamento na Amazônia, através da metodologia denominada PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia), que, desde 1988, estima a taxa anual de desmatamento por corte raso, isto é, quando ocorre a retirada total da cobertura florestal, sendo considerado como o estágio extremo do desmatamento, por representar a retirada completa da vegetação original. Com o sistema PRODES, é possível mapear desmatamentos em áreas superiores a 6,25ha, através de imagens dos sensores TM, DMC e CCD, cobrindo a Amazônia com baixa frequência temporal e com resolução de 30 e 20 metros, respectivamente.

De acordo com o INPE, a taxa de desmatamento da Amazônia Legal, entre os anos de 2007 e 2008, foi de 11.968km², o que representou um aumento de 3,8% em relação à taxa de 2006/2007. Neste mesmo período, os Estados de Mato Grosso e Rondônia, nesta ordem, apresentaram as segunda e terceira maiores taxas de desmatamento entre os estados da Amazônia Legal, perdendo apenas para o Estado do Pará. No Estado de Rondônia, o desmatamento atingiu 1.061km² e, em Mato Grosso, 3.259km².

Quadro 3.6.5.11 - 3 - Taxa de desmatamento nos Estados da Amazônia Legal - 2007/2008

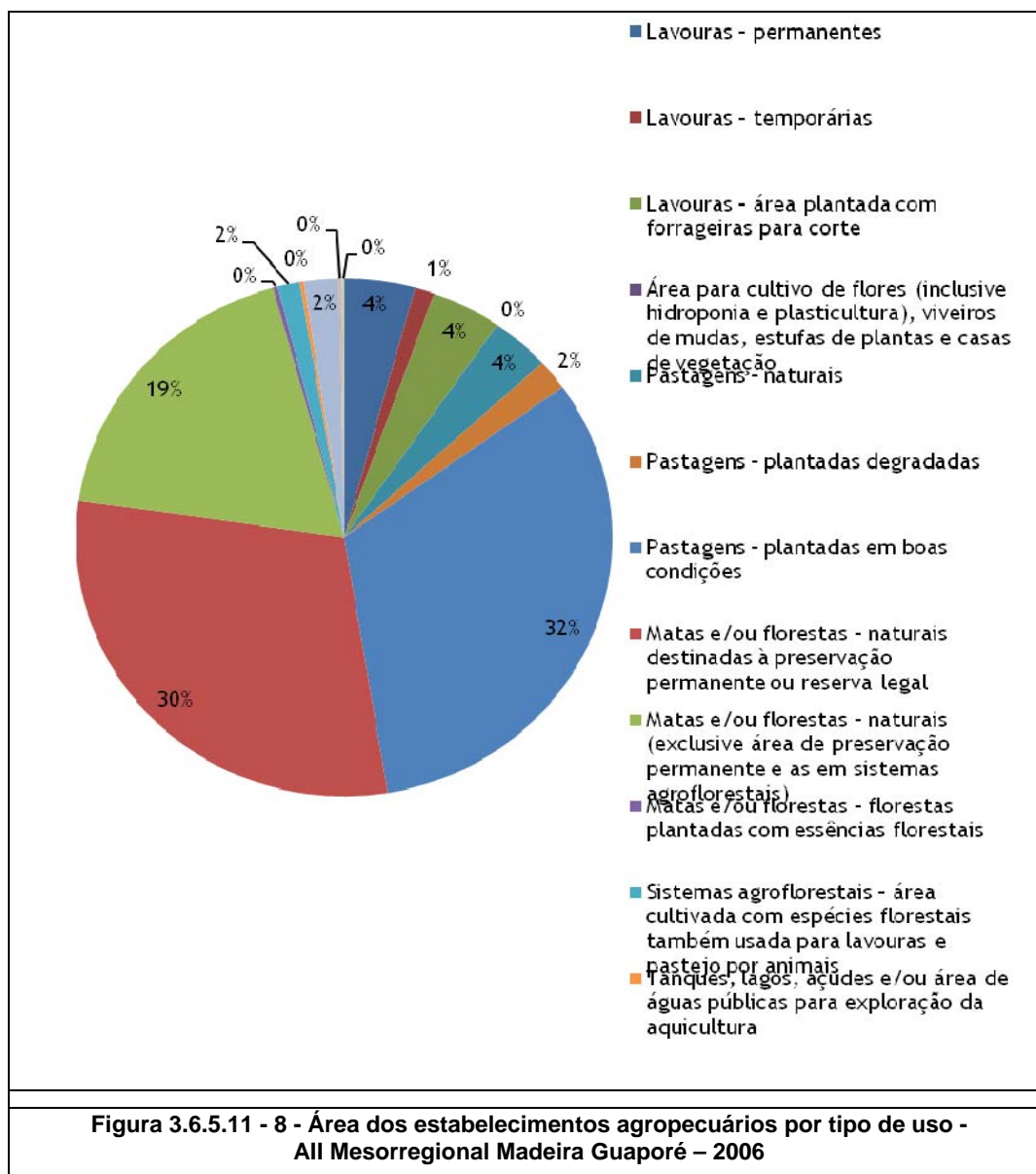
Estado	Taxa (km ²)
Acre	222
Amazonas	479
Amapá	-
Maranhão	1.085
Mato Grosso	3.259
Pará	5.180
Rondônia	1.061
Roraima	570
Tocantins	112
Total	11.968

Fonte: INPE

(1) Rondônia

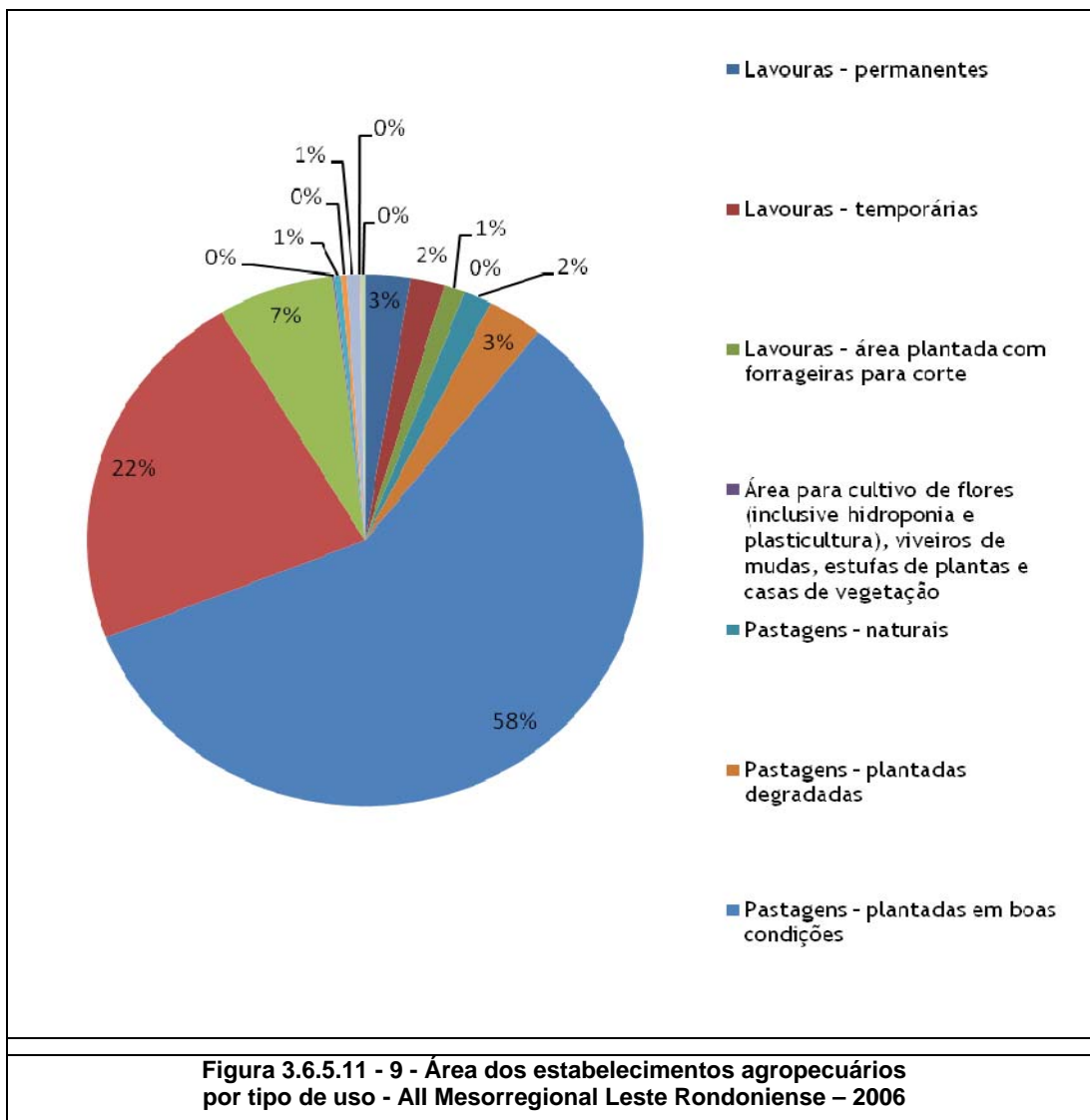
No ano de 2006, de acordo com os dados do IBGE, a área cadastrada dos estabelecimentos agropecuários, nos municípios rondonienses em estudo, era de 3.526.160 hectares. A maior parte desta área era utilizada com pastagens plantadas em boas condições (54%). Os demais tipos de pastagens – naturais e plantadas degradadas – estavam presentes em 5% da área. As matas e/ou florestas naturais, destinadas à preservação permanente ou reserva legal, ocupavam 23% desta área, enquanto 9% era ocupada por matas e/ou florestas naturais.

Na AII Mesorregional Madeira Guaporé, 49% da área cadastrada era ocupada por matas e/ou florestas, sendo que 30% eram matas e/ou florestas naturais, destinadas à preservação, e 19% eram naturais. As pastagens plantadas em boas condições correspondiam a 32% da área cadastrada, enquanto as pastagens naturais ocupavam 4%, além das pastagens plantadas degradadas, que ocupavam 2%. As lavouras somavam 9% da área; as construções, benfeitorias ou caminhos – 2%; e os sistemas agroflorestais – 2%.



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Na All Mesorregional Leste Rondoniense, as pastagens plantadas em boas condições eram predominantes (58%). As pastagens naturais e as plantadas degradadas constituíam 5% da área cadastrada. As matas e/ou florestas vinham em seguida, sendo que 22% do território pesquisado era ocupado por matas naturais destinadas à preservação e, 7%, por matas e/ou florestas naturais. As lavouras permanentes e temporárias eram cultivadas em apenas 5% da área.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

Quadro 3.6.5.11 - 4 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras - Rondônia - 2006

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
Rondônia	8.329.133	254.071	166.130	74.187	256	275.457	242.724	4.291.706	1.852.556	946.173	18.943	49.110	18.617	68.212	6.768	64.521
Candeias do Jamari	127.694	821	763	5.477	-	8.245	6.539	38.349	57.807	4.777	923	636	435	2.577	79	268
Porto Velho	403.395	21.868	5.510	16.969	29	10.555	3.676	132.907	100.993	93.063	681	6.400	880	8.622	748	502
All Mesorregional Madeira Guaporé	531.089	22.689	6.273	22.446	29	18.800	10.215	171.256	158.800	97.840	1.604	7.036	1.315	11.199	827	770
Alto Paraíso	186.680	19.128	1.193	91	-	803	5.837	71.448	42.296	43.197	53	937	64	972	83	580
Ariquemes	359.577	12.600	3.367	29.992	X	1.596	8.563	159.847	104.333	29.049	1.116	3.038	1.881	2.531	654	1.014
Cabixi	105.085	603	9.629	11	X	1.510	4.350	63.745	22.742	1.257	X	X	50	457	X	614
Cacaulândia	137.486	2.536	475	227	-	1.162	5.179	77.333	34.713	12.256	16	403	1.768	1.208	42	173
Castanheiras	68.290	932	1.385	9	-	1.646	1.972	41.990	16.940	1.829	38	62	319	805	47	317
Chupinguaia	261.547	737	10.578	88	-	2.453	1.909	156.235	78.342	10.447	40	X	53	560	-	52
Colorado do Oeste	128.932	1.017	2.936	199	X	X	1.054	92.906	23.880	4.107	241	1.089	58	758	X	672
Corumbiara	200.696	2.239	14.529	63	-	3.324	16.524	107.797	47.479	4.088	104	284	361	2.673	186	1.052
Jaru	238.877	8.205	1.738	1.678	46	4.233	5.915	190.720	15.096	6.543	65	593	1.273	2.063	111	607
Ji-Paraná	213.836	2.523	1.186	225	10	3.432	7.016	154.548	37.275	4.706	352	266	529	1.372	101	301
Nova Brasilândia D'Oeste	93.656	10.133	1.431	74	-	994	1.609	50.435	20.191	6.382	117	400	224	1.282	200	191
Ouro Preto do Oeste	150.790	4.874	988	451	X	13.514	6.670	101.825	13.278	7.144	453	381	345	500	15	356
Parecis	168.069	530	810	21	-	1.935	2.017	82.943	59.733	18.435	145	39	172	1.027	33	236
Pimenta Bueno	258.494	901	418	226	X	5.794	13.630	100.834	93.810	37.321	19	2.252	161	2.801	42	286
Presidente Médici	145.083	3.518	3.360	169	X	1.085	5.530	108.632	17.521	2.019	165	260	889	1.078	13	850
Primavera de Rondônia	55.942	1.220	665	46	-	203	3.889	33.613	14.995	729	28	71	53	314	6	113
Rolim de Moura	129.389	4.388	1.974	2.017	X	4.689	3.855	86.063	15.545	7.902	111	66	683	1.808	11	283
São Felipe D'Oeste	51.014	2.195	2.071	707	-	826	1.099	32.360	5.703	4.919	24	592	121	345	-	58
Teixeirópolis	41.628	959	574	13	-	X	103	34.200	4.129	354	51	41	275	620	110	186
All Mesorregional Leste Rondoniense	2.995.071	79.238	59.307	36.307	56	49.199	96.721	1.747.474	668.001	202.684	3.138	10.774	9.279	23.174	1.654	7.941
TOTAL All	3.526.160	101.927	65.580	58.753	85	67.999	106.936	1.918.730	826.801	300.524	4.742	17.810	10.594	34.373	2.481	8.711

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Entre os municípios rondonienses estudados, no ano de 2006, havia 33.254 estabelecimentos agropecuários, a maior parte deles voltados para a pecuária e criação de outros animais. Era grande o número de estabelecimentos nos municípios analisados, pois em 13 deles este número ultrapassava 1.000 estabelecimentos: Jaru (3.097), Ariquemes (3.005), Porto Velho (2.842), Rolim de Moura (2.467), Ji-Paraná (2.450), Alto Paraíso (2.259), Presidente Médici (2.210), Nova Brasilândia D'Oeste (2.187), Ouro Preto do Oeste (1.757), Colorado do Oeste (1.602), Corumbiara (1.497), Pimenta Bueno (1.064) e Cabixi (1.016).

Na All Mesorregional Madeira Guaporé, eram 3.671 estabelecimentos agropecuários, sendo que 51,1% (1.877) se dedicavam à pecuária, principalmente à criação de bovinos (1.325 estabelecimentos), dos quais 820 estabelecimentos localizavam-se em Porto Velho e, 525, em Candeias do Jamari. Ainda era possível encontrar 400 estabelecimentos com criação de aves. A produção de lavouras temporárias ocorria em 850 estabelecimentos e era dedicada, sobretudo, a “outros produtos desta lavoura” e ao cultivo de cereais. Das lavouras permanentes, se destacavam o cultivo do café, em 114 estabelecimentos, além do cultivo de “outro produtos”, em 251 estabelecimentos. A pesca em água doce ocorria em 228 estabelecimentos agropecuários.

Na All Mesorregional Leste Rondoniense, havia 29.583 estabelecimentos agropecuários, o que correspondia a aproximadamente 34% dos estabelecimentos do Estado de Rondônia. A criação de bovinos era a principal atividade em 61,2% dos estabelecimentos desta All Mesorregional. Em Teixeiraópolis, por exemplo, a criação de bovinos era praticada em 82,5% dos estabelecimentos. Em apenas dois municípios, Alto Paraíso e Ariquemes, esta não era a principal atividade dos estabelecimentos. A criação de aves estava presente em 2.123 estabelecimentos e a criação de suínos, em 404 estabelecimentos. O cultivo de lavouras permanentes ocorreu em 5.636 estabelecimentos, predominantemente para o cultivo do café (4.443 estabelecimentos), com destaque para os municípios de Nova Brasilândia D'Oeste (1.171 estabelecimentos) e Alto Paraíso (930 estabelecimentos). Quanto às lavouras temporárias, cultivadas em 2.149 estabelecimentos, predominavam o cultivo de “outros produtos” desta lavoura e também de cereais. Um total de 650 estabelecimentos agropecuários se dedicou a horticultura e floricultura, principalmente no que concerne ao cultivo de hortaliças, legumes e outro produtos (641 estabelecimentos), enfatizando o município de Ariquemes com o maior número de estabelecimentos (127). Destaca-se, também, nesta All Mesorregional, a produção florestal de florestas nativas em 145 estabelecimentos, dos quais 60 deles localizavam-se em Ariquemes. A aquicultura em água doce chamou atenção por ter sido praticada em 107 estabelecimentos.

Quadro 3.6.5.11 - 5 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos e classes da atividade econômica – 2006

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café	Cultivo de cacau	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Pesca em água doce	Aquicultura	Aquicultura em água salgada ou salobra	Aquicultura em água doce	
Rondônia	87.077	7.890	3.324	-	100	-	220	24	4.222	1.939	1.918	21	19.474	63	6	554	16.711	664	1.476	4	1	3	56.150	47.867	113	204	1.397	6.440	129	409	657	305	305	249	1	248	
Candeias do Jamari	829	56	4	-	1	-	-	-	51	27	27	-	102	-	-	2	20	1	79	-	-	-	632	505	1	9	15	100	2	3	7	-	-	2	-	2	
Porto Velho	2.842	794	249	-	4	-	1	-	540	156	147	9	297	1	-	27	94	3	172	-	-	-	1.245	820	2	12	74	307	30	23	63	228	228	36	-	36	
All Mesorregional Madeira Guaporé	3.671	850	253	0	5	0	1	0	591	183	174	9	399	1	0	29	114	4	251	0	0	0	1.877	1.325	3	21	89	407	32	26	70	228	228	38	0	38	
Alto Paraíso	2.259	139	68	-	-	-	-	1	70	69	69	-	1.050	1	-	23	930	3	93	-	-	-	970	758	3	7	38	158	6	11	10	3	3	7	-	7	
Ariquemes	3.005	393	75	-	6	-	-	-	312	127	123	4	938	2	-	87	618	84	147	-	-	-	1.440	1.141	6	3	22	266	2	26	60	1	1	20	-	20	
Cabixi	1.016	88	51	-	4	-	19	2	12	2	2	-	45	-	-	4	12	-	29	-	-	-	879	781	1	4	23	69	1	1	-	1	1	-	-		
Cacaulândia	773	23	10	-	1	-	-	-	12	25	25	-	140	1	-	3	63	65	8	-	-	-	577	530	2	2	12	30	1	2	3	1	1	2	-	2	
Castanheiras	592	54	39	-	-	-	1	-	14	8	8	-	72	-	-	1	69	-	2	-	-	-	456	390	2	4	12	43	5	1	1	-	-	-	-		
Chupinguaia	637	41	13	-	-	-	1	2	25	-	-	-	13	-	-	4	9	-	-	-	-	-	580	435	1	6	13	124	1	-	1	-	-	2	1	1	
Colorado do Oeste	1.602	120	53	-	2	-	8	1	56	36	36	-	67	2	-	4	40	10	11	-	-	-	1.369	1.158	4	9	33	165	-	4	4	-	-	2	-	2	
Corumbiara	1.497	69	37	-	1	-	14	-	17	23	23	-	100	-	-	3	14	-	83	-	-	-	1.299	1.119	4	1	33	141	1	1	5	-	-	-	-		
Jaru	3.097	87	33	-	1	-	-	-	53	60	60	-	438	-	-	10	279	139	10	1	-	1	2.502	2.314	4	2	37	140	5	1	3	-	-	5	-	5	
Ji-Paraná	2.450	125	36	-	2	-	-	2	85	88	86	2	146	2	-	16	107	7	14	-	-	-	2.064	1.790	6	6	25	236	1	6	5	1	1	15	-	15	
Nova Brasilândia D'Oeste	2.187	265	141	-	1	-	-	1	122	14	14	-	1.201	1	-	3	1.171	-	26	-	-	-	697	607	-	5	11	73	1	2	4	-	-	4	-	4	
Ouro Preto do Oeste	1.757	52	24	-	1	-	-	-	27	26	25	1	265	-	-	6	184	64	11	-	-	-	1.399	1.298	13	2	23	60	3	3	6	-	-	6	-	6	
Parecis	780	120	64	-	-	-	-	-	56	11	11	-	41	-	-	2	36	1	2	-	-	-	603	575	-	3	6	19	-	1	3	-	-	1	-	1	
Pimenta Bueno	1.064	37	9	-	1	-	-	-	27	22	22	-	69	-	4	4	33	-	28	-	-	-	902	714	1	6	19	158	4	1	15	-	-	18	-	18	
Presidente Médici	2.210	126	46	-	4	-	-	4	72	41	40	1	291	8	-	57	198	3	25	-	-	-	1.743	1.555	3	5	33	144	3	2	2	1	1	4	-	4	
Primavera de Rondônia	550	52	15	-	-	-	-	1	36	3	3	-	116	-	1	1	107	-	7	-	-	-	372	351	1	-	7	12	1	1	3	-	-	3	-	3	
Rolim de Moura	2.467	157	55	-	2	-	-	-	100	56	56	-	428	5	-	10	385	-	28	1	-	1	1.767	1.523	5	6	34	196	3	4	17	22	22	15	-	15	
São Felipe D'Oeste	954	168	67	-	11	-	-	1	89	34	34	-	179	-	-	9	156	3	11	-	-	-	565	489	1	1	15	59	-	3	2	-	-	3	-	3	
Teixeirópolis	686	33	11	-	1	-	-	-	21	5	4	1	37	-	-	1	32	3	1	-	-	-	606	566	2	-	8	30	-	2	1	1	1	1	1	-	1
All Mesorregional Leste Rondoniense	29.583	2.149	847	0	38	0	43	15	1.206	650	641	9	5.636	22	5	248	4.443	382	536	2	0	2	20.790	18.094	59	72	404	2.123	38	72	145	31	31	108	1	107	
TOTAL All	33.254	2.999	1.100	0	43	0	44	15	1.797	833	815	18	6.035	23	5	277	4.557	386	787	2	0	2	22.667	19.419	62	93	493	2.530	70	98	215	259	259	146	1	145	

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Entre os municípios rondonienses em estudo, as maiores áreas de não floresta, em relação ao seu território, encontram-se em Parecis (19%), Pimenta Bueno (17%) e Primavera de Rondônia (15%), e o incremento da área total desmatada, entre 2006 e 2007, foi mais reduzido em Teixeiraópolis, Primavera de Rondônia, São Felipe D'Oeste e Castanheiras. O desflorestamento, até o ano de 2007, atingiu extensões territoriais que ultrapassaram 50% da área cadastrada em 16 municípios, listados em ordem alfabética: Alto Paraíso (59%); Ariquemes (68%), Cabixi (70%), Cacaúlândia (70%), Castanheiras (79%), Chupinguaia (50%), Colorado do Oeste (79%), Corumbiara (68%), Jaru (87%), Nova Brasilândia D'Oeste (75%), Ouro Preto do Oeste (87%), Presidente Médici (90%), Primavera de Rondônia (69%), Rolim de Moura (89%), São Felipe D'Oeste (88%) e Teixeiraópolis (94%).

Quadro 3.6.5.11 - 6 - Percentual de área desflorestada nos municípios da All - Rondônia - 2007

Município da All	Área (km ²)(*)	Desflorestamento até 2007 (%)	Incremento 2006/2007 (%)	Floresta até 2007 (%)	Nuvem até 2007 (%)	Nao Observado em 2007 (%)	Nao Floresta em 2007 (%)	Hidrografia em 2007 (%)
Alto Paraíso	2681	1576.5 (59%)	59.6 (2%)	1086.6 (41%)	0.0 (0%)	0.1 (0%)	0.7 (0%)	17.1 (1%)
Ariquemes	4480	3040.8 (68%)	32.5 (1%)	1349.3 (30%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	89.7 (2%)	0.2 (0%)
Cabixi	1322	923.7 (70%)	5.2 (0%)	381.8 (29%)	0.0 (0%)	0.7 (0%)	11.3 (1%)	4.5 (0%)
Cacaúlândia	1986	1394.8 (70%)	18.1 (1%)	550.1 (28%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	41.1 (2%)	0.0 (0%)
Candeias do Jamari	6933	1669.0 (24%)	48.7 (1%)	4870.5 (70%)	11.7 (0%)	0.2 (0%)	0.0 (0%)	381.6 (6%)
Castanheiras	901	708.6 (79%)	0.7 (0%)	189.6 (21%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.6 (0%)	2.2 (0%)
Chupinguaia	5163	2557.4 (50%)	13.4 (0%)	2275.8 (44%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	329.4 (6%)	0.4 (0%)
Colorado do Oeste	1459	1156.5 (79%)	1.9 (0%)	249.3 (17%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	53.2 (4%)	0.0 (0%)
Corumbiara	3082	2085.4 (68%)	4.5 (0%)	899.2 (29%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	97.4 (3%)	0.0 (0%)
Jaru	2976	2592.0 (87%)	4.4 (0%)	339.2 (11%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	44.8 (2%)	0.0 (0%)
Ji-Paraná	6955	2581.1 (37%)	3.1 (0%)	4272.0 (61%)	0.0 (0%)	1.9 (0%)	65.6 (1%)	34.4 (0%)
Nova Brasilândia D'Oeste	1166	870.0 (75%)	3.2 (0%)	231.3 (20%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	64.7 (6%)	0.0 (0%)
Ouro Preto do Oeste	1991	1732.6 (87%)	3.4 (0%)	240.2 (12%)	0.0 (0%)	0.3 (0%)	15.9 (1%)	2.0 (0%)
Parecis	2567	1055.0 (41%)	22.9 (1%)	1026.9 (40%)	2.7 (0%)	0.0 (0%)	482.1 (19%)	0.3 (0%)
Pimenta Bueno	6284	2260.8 (36%)	43.4 (1%)	2967.2 (47%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1050.5 (17%)	5.5 (0%)
Porto Velho	34636	7246.1 (21%)	431.6 (1%)	26149.3 (75%)	33.0 (0%)	21.7 (0%)	433.1 (1%)	752.8 (2%)
Presidente Médici	1774	1588.9 (90%)	1.0 (0%)	157.6 (9%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	17.6 (1%)	9.9 (1%)

Município da AI	Área (km²)(*)	Desflorestamento até 2007 (%)	Incremento 2006/2007 (%)	Floresta até 2007 (%)	Nuvem até 2007 (%)	Nao Observado em 2007 (%)	Nao Floresta em 2007 (%)	Hidrografia em 2007 (%)
Primavera de Rondônia	610	419.5 (69%)	0.2 (0%)	97.7 (16%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	92.6 (15%)	0.2 (0%)
Rolim de Moura	1471	1304.6 (89%)	2.4 (0%)	166.4 (11%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
São Felipe D'Oeste	546	482.4 (88%)	0.3 (0%)	59.3 (11%)	4.3 (1%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Teixeirópolis	467	439.0 (94%)	0.0 (0%)	27.9 (6%)	0.0 (0%)	0.1 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)

Fonte: INPE

Os municípios de Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaupônia, Candeias do Jamari, Chupinguaia, Parecis, Pimenta Bueno e Porto Velho tiveram taxas expressivas, entre os anos de 2000 e 2007, de incremento de área de florestada.

Quadro 3.6.5.11 - 7 - Incremento de área desflorestada nos municípios da AI - Rondônia - 2000/2007

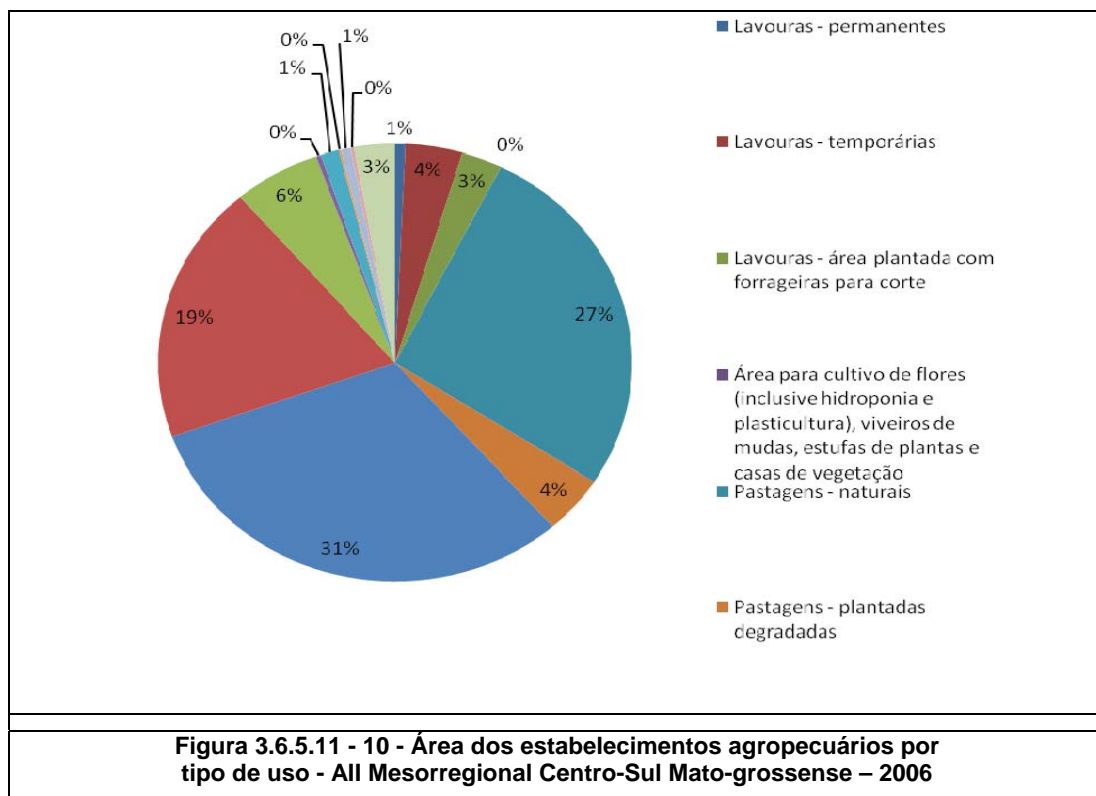
Município (Estado)	Incremento 2000/2001 (%)	Incremento 2001/2002 (%)	Incremento 2002/2003 (%)	Incremento 2003/2004 (%)	Incremento 2004/2005 (%)	Incremento 2005/2006 (%)	Incremento 2006/2007 (%)
Alto Paraíso	37.1 (1%)	93.3 (3%)	44.2 (2%)	89.0 (3%)	114.0 (4%)	34.0 (1%)	59.6 (2%)
Ariquemes	78.7 (2%)	125.4 (3%)	66.4 (1%)	84.4 (2%)	86.0 (2%)	17.5 (0%)	32.5 (1%)
Cabixi	29.8 (2%)	11.6 (1%)	26.8 (2%)	21.5 (2%)	17.1 (1%)	0.6 (0%)	5.2 (0%)
Cacaupônia	59.9 (3%)	99.6 (5%)	40.0 (2%)	37.4 (2%)	51.8 (3%)	9.3 (0%)	18.1 (1%)
Candeias do Jamari	50.5 (1%)	90.0 (1%)	82.2 (1%)	123.6 (2%)	203.8 (3%)	65.1 (1%)	48.7 (1%)
Castanheiras	10.9 (1%)	7.1 (1%)	11.6 (1%)	5.7 (1%)	9.0 (1%)	1.2 (0%)	0.7 (0%)
Chupinguaia	46.9 (1%)	48.3 (1%)	190.7 (4%)	85.7 (2%)	87.4 (2%)	8.3 (0%)	13.4 (0%)
Colorado do Oeste	4.1 (0%)	1.7 (0%)	5.1 (0%)	10.7 (1%)	16.9 (1%)	0.8 (0%)	1.9 (0%)
Corumbiara	12.0 (0%)	7.2 (0%)	70.5 (2%)	9.2 (0%)	38.8 (1%)	1.6 (0%)	4.5 (0%)
Jaru	44.9 (2%)	33.0 (1%)	28.3 (1%)	17.0 (1%)	14.6 (0%)	3.9 (0%)	4.4 (0%)
Ji-Paraná	29.4 (0%)	23.2 (0%)	36.4 (1%)	15.9 (0%)	13.2 (0%)	5.0 (0%)	3.1 (0%)
Nova Brasilândia D'Oeste	23.6 (2%)	13.3 (1%)	15.9 (1%)	16.9 (1%)	16.2 (1%)	2.8 (0%)	3.2 (0%)
Ouro Preto do Oeste	17.6 (1%)	11.8 (1%)	18.3 (1%)	2.7 (0%)	3.4 (0%)	1.1 (0%)	3.4 (0%)
Parecis	27.8 (1%)	24.0 (1%)	58.1 (2%)	63.1 (2%)	81.4 (3%)	9.8 (0%)	22.9 (1%)
Pimenta Bueno	70.8 (1%)	43.5 (1%)	96.8 (2%)	108.2 (2%)	105.4 (2%)	21.4 (0%)	43.4 (1%)
Porto Velho	331.4 (1%)	412.2 (1%)	491.4 (1%)	761.2 (2%)	660.5 (2%)	364.6 (1%)	431.6 (1%)
Presidente Médici	14.4 (1%)	16.9 (1%)	16.2 (1%)	8.9 (1%)	6.4 (0%)	1.8 (0%)	1.0 (0%)
Primavera de Rondônia	0.7 (0%)	0.2 (0%)	1.5 (0%)	5.1 (1%)	10.0 (2%)	0.3 (0%)	0.2 (0%)
Rolim de Moura	8.3 (1%)	5.6 (0%)	18.2 (1%)	11.6 (1%)	14.7 (1%)	2.0 (0%)	2.4 (0%)
São Felipe D'Oeste	0.4 (0%)	0.7 (0%)	2.7 (0%)	2.6 (0%)	6.3 (1%)	0.2 (0%)	0.3 (0%)
Teixeirópolis	7.5 (2%)	1.3 (0%)	5.0 (1%)	4.0 (1%)	0.1 (0%)	1.9 (0%)	0.0 (0%)

Fonte: INPE

(2) Mato Grosso

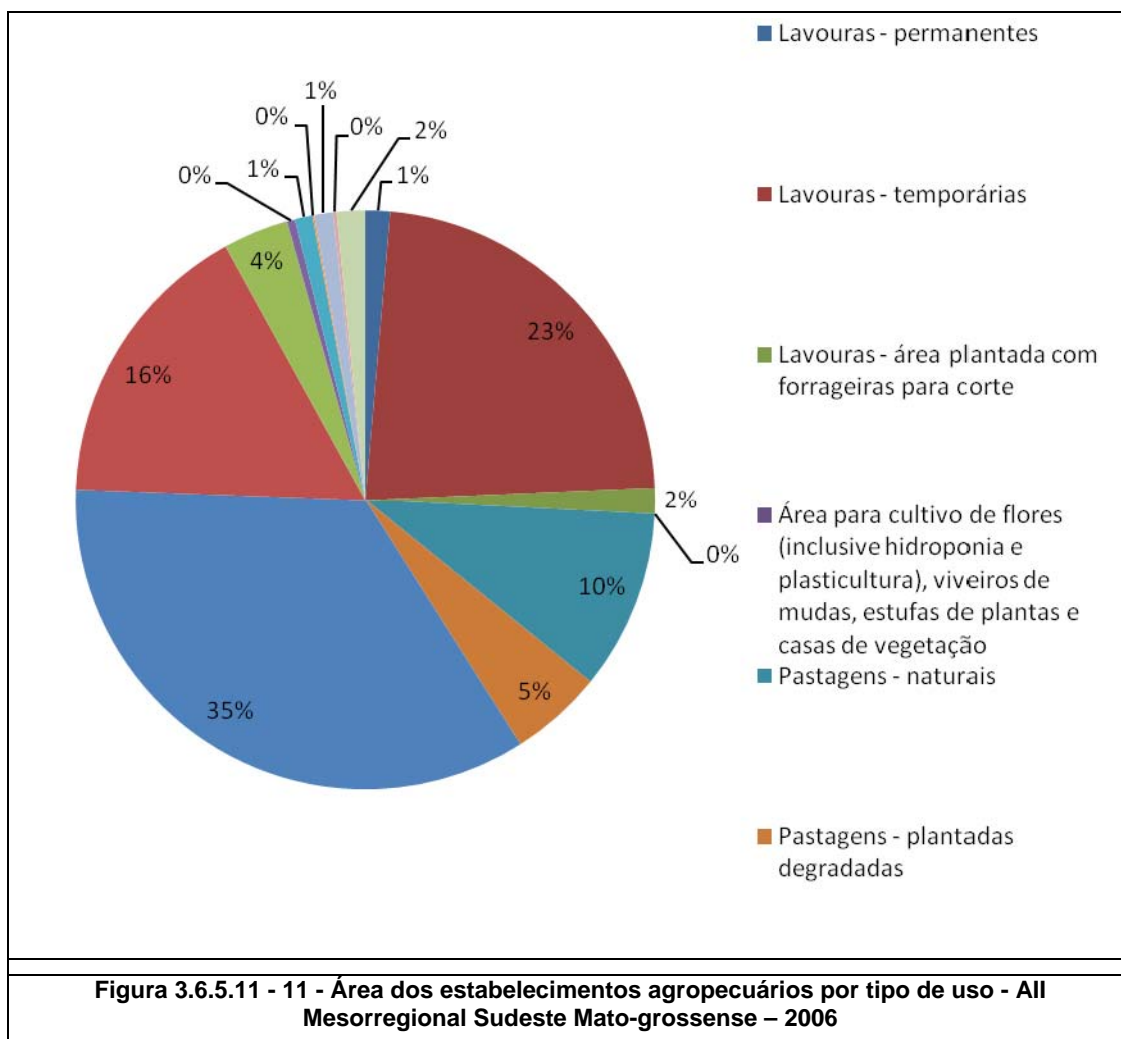
O Estado do Mato Grosso, segundo os dados do Censo Agropecuário do ano de 2006, era constituído por 47.805.514 ha de área cadastrada com estabelecimentos agropecuários. Deste total, 21.784.735 ha (45%) era constituído por pastagens e 18.329.365 ha (38%) por matas e/ou florestas.

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, 62% da área cadastrada era composta por pastagens de três tipos: pastagens plantadas em boas condições (31%), pastagens naturais (27%) e pastagens degradadas (4%). Os municípios de Santo Antonio do Leverger e Rosário do Oeste destacavam-se porque, juntos, possuíam aproximadamente 80% das pastagens desta All Mesorregional (766.784 ha). As matas e/ou florestas ocupavam 25% da área cadastrada e eram subdividas em: matas/e ou florestas naturais destinadas à preservação permanente (19%) e matas e/ou florestas naturais (6%). O maior percentual de área com matas ou floresta situava-se no município de Cuiabá (32,9%). As lavouras temporárias e com áreas plantadas com forrageiras para corte estavam em 7% da área pesquisada. Já as lavouras permanentes ocupavam apenas 1% do território analisado. Dentre os municípios, Acorizal, Alto Paraguai e Santo Antônio do Leverger possuíam os maiores percentuais de área com lavouras - aproximadamente 11%. Somente 3% das terras eram inaproveitáveis para agricultura ou pecuária.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

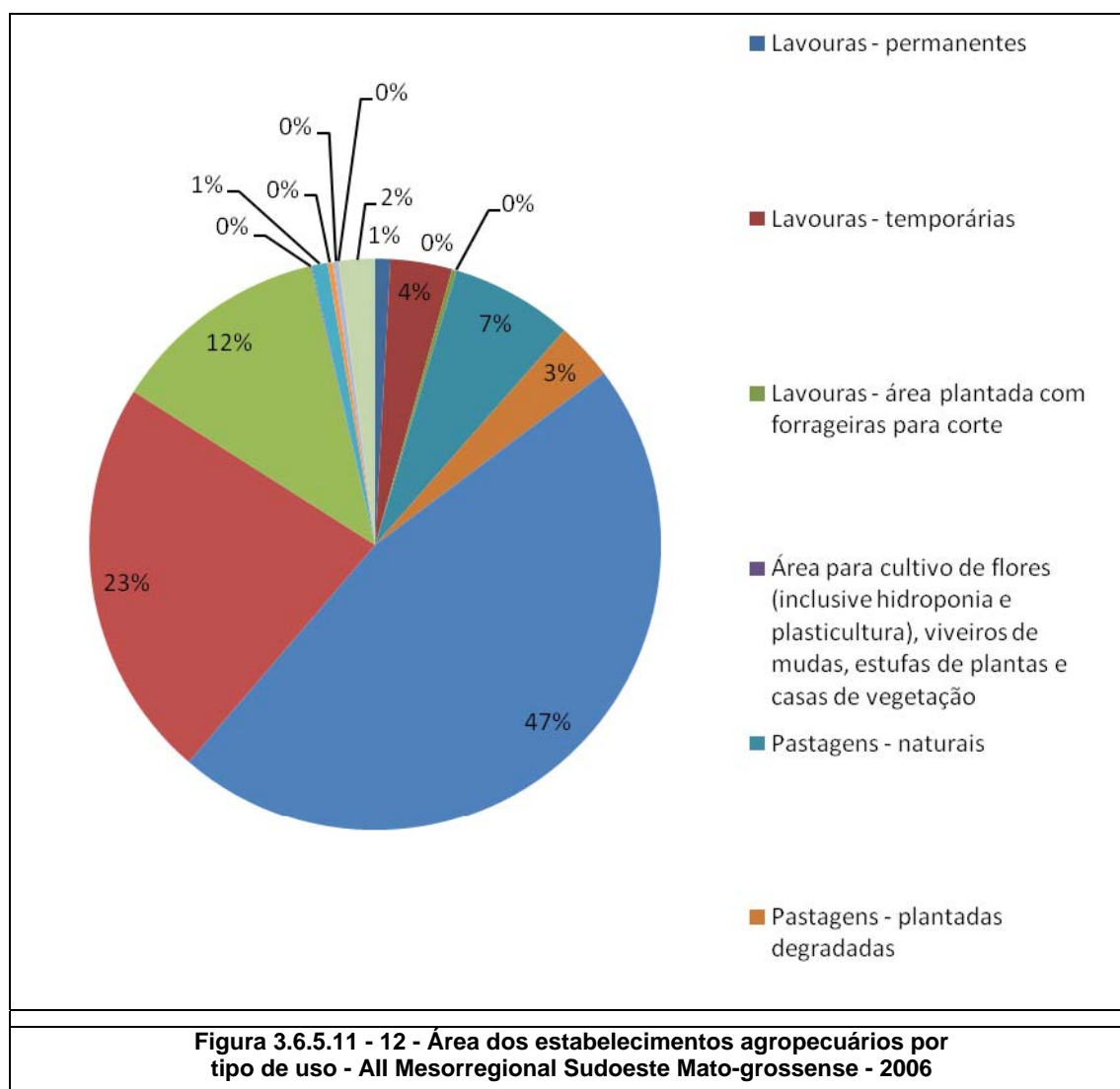
As pastagens, principalmente as plantadas em boas condições (35%), ocupavam 50% da área cadastrada da All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, no ano de 2006. O município de Pedra Preta possuía 59,9% de sua área cadastrada ocupada por pastagens naturais e plantadas em boas condições, seguido por Poxoréu (58,7%). As matas e/ou florestas estavam em 20% das terras cadastradas e eram predominantes em Reserva do Cabaçal (62%) e Comodoro (54,2%). As lavouras eram cultivadas em 26% da área, com destaque para as lavouras temporárias (23%), principalmente no município de Campo Verde. Do total das terras, 2% eram inaproveitáveis para agricultura ou pecuária.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

Em 2006, assim como nas demais All Mesorregionais, na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense também havia predominância das pastagens na utilização das terras pelos estabelecimentos agropecuários (57%), sendo que, nesta All Mesorregional ocorreu o maior percentual de pastagens plantadas em boas condições (47%). Em seis dos 12 municípios que compõe a All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, as

pastagens naturais e as plantadas em boas condições ocupavam a maior parte do território cadastrado, sendo eles: Araputanga (82,7%), Jauru (84,5%), Vila Bela Santíssima Trindade (58,9%), Pontes e Lacerda (61,5%), Rio Branco (68,3%) e Salto do Céu (77,9%). As matas e/ou florestas naturais e aquelas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal estavam em 35% da área cadastrada, e eram predominantes apenas nos municípios de Reserva do Cabaçal (62%) e Comodoro (54,2%). As lavouras temporárias estavam presentes em 4% da área pesquisada, e as lavouras permanentes, em apenas 1% desta área. Somente o município de Lambari D'Oeste se destaca pelo cultivo das lavouras em seu território (24,7%).



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2006

Quadro 3.6.5.11 – 8 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra - Mato Grosso – 2006 (ha)

Estado, Municípios e AII Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Área para cultivo de flores *	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areas, pedreiras, etc.)
Mato Grosso	47.805.514	397.353	5.734.408	189.094	2.620	4.367.238	1.605.374	15.812.123	13.412.226	4.848.744	68.395	357.006	89.778	282.858	67.705	570.932
Acorizal	63.412	2.336	3.520	1.563	X	7.234	1.472	23.612	13.400	2.196	X	93	159	502	20	7.150
Alto Paraguai	84.382	895	7.065	1.919	-	27.000	2.324	17.703	14.469	7.103	X	97	171	291	85	5.252
Cuiabá	125.366	1.430	1.172	472	X	9.284	5.086	58.494	32.136	8.247	877	1.340	494	2.334	1.650	2.352
Jangada	69.314	1.310	1.246	1.528	106	2.887	5.623	28.703	10.793	10.302	56	2.878	205	184	15	3.482
Rosário Oeste	502.168	2.926	3.911	1.338	X	118.768	15.681	186.098	107.188	40.379	3.954	4.044	735	2.510	355	14.166
Santo Antônio do Leverger	694.759	1.838	42.817	35.909	9	247.455	35.392	163.390	117.499	22.736	327	10.917	366	3.961	1.880	10.269
AII Centro-Sul Mato-grossense	1.539.401	10.735	59.731	42.729	115	412.628	65.578	478.000	295.485	90.963	5.214	19.369	2.130	9.782	4.005	42.671
Alto Araguaia	402.489	747	32.516	8.645	X	70.027	38.920	125.111	92.864	25.431	1.032	1.064	126	1.543	376	4.087
Alto Garças	225.628	X	71.539	3.248	-	13.936	5.567	58.481	47.252	13.466	X	7.671	46	536	X	3.809
Campo Verde	344.752	3.642	211.976	202	X	17.211	1.036	40.669	58.266	2.291	894	611	526	5.713	60	1.662
Guiratinga	413.876	18.744	56.542	775	-	73.318	35.327	116.216	58.387	19.233	812	9.653	561	8.077	3.026	13.206
Jaciara	86.702	3.172	20.662	1.623	-	5.546	8.665	25.950	15.879	2.674	875	386	133	814	6	320
Juscimeira	191.761	2.060	46.555	18.759	-	21.929	13.599	60.329	18.121	6.884	-	919	241	1.095	90	1.181
Pedra Preta	276.808	2.194	52.138	2.231	X	7.672	7.249	158.259	34.873	2.399	X	1.460	429	1.038	317	6.529
Poxoréo	432.191	2.560	50.071	2.457	-	36.539	17.329	217.162	72.703	12.452	854	3.575	250	5.265	898	10.078
São José do Povo	42.033	23	300	399	-	755	1.890	32.992	3.685	1.894	X	X	9	16	25	13
Rondonópolis	290.707	3.880	78.788	1.717	X	25.185	10.450	100.582	42.012	12.052	7.652	1.363	353	3.978	597	2.102
AII Sudeste Mato-grossense	2.706.947	37.022	621.087	40.056	0	272.118	140.032	935.751	444.042	98.776	12.119	26.702	2.674	28.075	5.395	42.987
Araputanga	123.133	1.285	662	549	24	2.409	1.792	99.463	11.040	3.825	223	X	432	569	2	846
Barra do Bugres	400.540	3.288	33.053	2.287	-	27.768	20.853	163.987	124.767	17.266	77	1.192	1.152	1.956	X	2.656
Comodoro	562.526	2.348	42.446	988	X	6.908	11.568	176.170	187.602	115.833	1.693	4.456	826	1.340	909	9.429
Jauru	102.211	219	567	303	X	510	296	85.808	12.694	911	X	X	309	482	17	83
Lambari D'Oeste	76.828	6.077	12.853	45	-	990	14.311	31.465	6.589	3.658	18	317	X	284	-	210
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.236.917	1.220	6.355	4.146	X	144.201	32.832	584.243	273.373	145.729	X	13.051	4.471	4.744	219	22.212
Nova Lacerda	363.435	923	22.073	602	-	984	4.656	172.341	71.801	86.150	X	2.182	460	577	47	615
Pontes e Lacerda	525.653	5.936	5.731	404	X	32.599	21.929	290.835	106.027	47.635	X	8.999	2.496	1.710	65	1.244
Reserva do Cabaçal	73.296	443	86	47	-	5.147	2.443	18.855	18.057	27.405	X	X	X	132	-	70
Rio Branco	45.430	257	302	9	-	220	4.459	30.822	5.868	2.549	X	X	6	266	X	615
Salto do Céu	85.911	4.277	329	441	-	25.726	2.516	41.189	4.442	2.121	X	3.019	679	186	X	972
Vale de São Domingos	114.189	5.135	4.537	12	-	8.070	2.574	30.580	19.930	5.184	-	X	39	83	X	35.565
AII Sudoeste Mato-grossense	3.710.069	31.408	128.994	9.833	24	255.532	120.229	1.725.758	842.190	458.266	2.011	33.216	10.870	12.329	1.259	74.517
TOTAL AII	7.956.417	79.165	809.812	92.618	139	940.278	325.839	3.139.509	1.581.717	648.005	19.344	79.287	15.674	50.186	10.659	160.175

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

* Área para cultivo de flores * (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação

No ano de 2006, entre os municípios mato-grossenses em estudo, Rondonópolis se destacava por possuir o maior número de estabelecimentos agropecuários – 2.132, o que correspondia a aproximadamente 9% do total de estabelecimentos pesquisados, e a 20,6% do total do Estado do Mato Grosso. Vale ressaltar, também, sete municípios que possuíam mais de 1.000 estabelecimentos agropecuários cadastrados: Santo Antônio do Leverger (1.877), Rosário do Oeste (1.343), Vila Bela Santíssima Trindade (1.334), Cuiabá (1.311), Poxoréu (1.281), Pontes e Lacerda (1.241) e Comodoro (1.189).

Na All Mesorregional Centro-Sul Mato-grossense, nos 6.388 estabelecimentos agropecuários cadastrados, predominava a pecuária e criação de outros animais, principalmente a criação de bovinos (2.488 estabelecimentos) em Santo Antonio do Leverger (941 estabelecimentos) e em Rosário do Oeste (530 estabelecimentos), além da criação de aves (1.461), onde se destacava Cuiabá, com 646 estabelecimentos. As lavouras permanentes eram atividades praticadas em 1.434 estabelecimentos, sendo que a maior parte (1.130) cultivava “outros produtos” da lavoura temporária. E ainda, em 199 estabelecimentos eram cultivados cereais, em 92 estabelecimentos cultivavam cana-de-açúcar e em 11 estabelecimentos cultivavam soja.

Na All Mesorregional Sudeste Mato-grossense, existiam 8.633 estabelecimentos agropecuários, e 63,1% deles eram estabelecimentos para criação de bovinos (5.470), a maioria deles localizado em Rondonópolis (1.197 estabelecimentos). Existiam, ainda, 1.047 estabelecimentos com criação de aves. O município de Rondonópolis também se destacou na produção de lavouras temporárias, com 234 estabelecimentos, seguido por Poxoréu (210 estabelecimentos) e Campo Verde (209 estabelecimentos). Dentre os produtos cultivados pela lavoura temporária, alguns se destacaram: aqueles denominadas de “outros produtos” desta lavoura, presente em 439 estabelecimentos, o cultivo da soja, em 287 estabelecimentos, o cultivo da cana-de-açúcar, em 185 estabelecimentos, e o cultivo de cereais, em 102 estabelecimentos. O cultivo das hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura localizavam-se em 513 estabelecimentos, principalmente no município de Campo Verde (217 estabelecimentos).

Na All Mesorregional Sudoeste Mato-grossense, ocorreu o maior número de estabelecimentos agropecuários dedicados à pecuária e criação de outros animais, entre as Alls Mesorregionais – 7.423. A criação de bovinos era encontrada em 6.437 estabelecimentos e, principalmente, em 3 municípios: Comodoro (992 estabelecimentos), Pontes e Lacerda (971 estabelecimentos) e Vila Bela Santíssima Trindade (996 estabelecimentos). A criação de aves estava em 739

estabelecimentos agropecuários, sendo que 177 localizava-se em Barra do Bugres e, 162, em Vila Bela Santíssima Trindade. O cultivo da lavoura temporária em 400 estabelecimentos era, essencialmente, de cultivo de “outros produtos” desta lavoura (208 estabelecimentos), ocorrendo também o cultivo de cereais (91 estabelecimentos) e o da cana-de-açúcar (86 estabelecimentos).

Quadro 3.6.5.11 – 9 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos e classes da atividade econômica – Mato Grosso - 2006

Estado, Municípios e All Mesoregional	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café	Cultivo de cacau	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Pesca em água doce	Aquicultura	Aquicultura em água salgada ou salobra	Aquicultura em água doce
Mato Grosso	112.978	15.785	4.085	150	926	1	3.221	60	7.342	4.664	4.607	57	3.879	48	13	1.184	1.395	21	1.218	92	88	4	86.109	66.671	294	736	3.140	14.964	304	670	1.340	221	221	218	3	215
Acorizal	686	275	32	-	6	-	-	-	237	6	5	1	11	-	-	9	-	-	2	-	-	-	388	241	1	3	18	124	1	-	5	-	-	1	-	1
Alto Paraguai	541	159	44	-	3	-	2	1	109	3	3	-	44	-	-	41	-	-	3	-	-	-	330	258	-	-	10	60	2	2	2	-	-	1	-	1
Cuiabá	1.311	86	6	-	12	-	-	-	68	123	121	2	34	-	-	6	1	-	27	-	-	-	1.043	321	8	17	46	646	5	3	9	4	4	9	-	9
Jangada	630	262	23	-	34	-	-	-	205	21	19	2	11	-	-	9	-	-	2	-	-	-	323	197	4	3	20	99	-	12	1	-	-	-	-	-
Rosário Oeste	1.343	351	68	-	16	-	2	-	265	37	37	-	57	4	-	46	-	-	7	1	1	-	858	530	14	6	87	219	2	3	2	32	32	2	1	1
Santo Antônio do Leverger	1.877	301	26	1	21	-	7	-	246	131	130	1	65	1	-	57	1	-	6	3	3	-	1.360	941	2	22	80	313	2	5	5	1	1	6	-	6
All Centro-Sul Mato-grossense	6.388	1.434	199	1	92	0	11	1	1.130	321	315	6	222	5	0	168	2	0	47	4	4	0	4.302	2.488	29	51	261	1.461	12	25	24	37	37	19	1	18
Alto Araguaia	642	61	9	-	3	-	31	-	18	9	9	-	4	-	-	1	2	-	1	1	1	-	564	490	2	6	20	42	4	2	1	-	-	-	-	-
Alto Garças	228	76	1	1	-	-	39	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14	-	133	126	2	1	2	2	-	3	1	-	-	1	-	1
Campo Verde	844	209	28	35	1	-	92	3	50	218	217	1	18	-	-	12	1	-	5	-	-	-	398	226	-	7	20	141	4	1	-	-	-	-	-	-
Guiratinga	837	60	3	3	5	-	27	-	22	35	35	-	13	-	-	5	-	-	8	1	1	-	714	560	1	3	13	137	-	10	4	-	-	-	-	-
Jaciara	383	49	3	-	4	-	18	-	24	29	29	-	8	-	1	5	-	-	2	-	-	-	287	224	1	5	11	45	1	3	7	-	-	-	-	-
Juscimeira	724	40	7	-	4	1	5	-	23	1	1	-	6	-	-	2	-	-	4	-	-	-	671	638	1	2	2	28	-	-	4	-	-	2	-	2
Pedra Preta	908	126	17	15	-	-	14	-	80	10	10	-	2	-	-	1	-	-	1	1	1	-	765	610	2	7	17	129	-	-	3	-	-	1	-	1
Poxoréo	1.281	210	12	4	114	-	19	-	61	39	39	-	30	-	1	19	-	-	10	-	-	-	982	801	3	7	18	152	1	2	6	-	-	12	1	11
São José do Povo	684	13	1	-	-	-	-	-	12	10	9	1	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	659	598	-	-	4	57	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondonópolis	2.132	234	21	3	54	-	42	-	114	167	164	3	50	-	-	38	-	-	12	1	1	-	1.649	1.197	6	21	111	314	-	11	5	1	1	14	-	14

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café	Cultivo de cacau	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Pesca em água doce	Aquicultura	Aquicultura em água salgada ou salobra	Aquicultura em água doce
All Sudeste Mato-grossense	8.663	1.078	102	61	185	1	287	3	439	518	513	5	133	0	2	85	3	0	43	18	18	0	6.822	5.470	18	59	218	1.047	10	32	31	1	1	30	1	29
Araputanga	680	7	1	-	1	-	-	-	5	33	33	-	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	638	557	1	4	14	62	-	-	-	-	-	-	-	-
Barra do Bugres	831	118	4	-	56	-	-	-	58	14	14	-	52	-	-	46	-	-	6	-	-	-	643	423	2	13	28	177	-	1	2	-	-	1	-	1
Comodoro	1.189	37	5	-	1	-	4	2	25	11	11	-	23	-	-	7	12	-	4	1	1	-	1.099	992	2	14	28	54	9	11	5	-	-	2	-	2
Jauru	890	42	7	-	5	-	-	1	29	7	7	-	9	1	-	8	-	-	-	-	-	-	832	764	-	5	6	57	-	-	-	-	-	-	-	-
Lambari D'Oeste	281	7	2	-	2	-	1	-	2	22	22	-	5	3	-	-	-	-	2	-	-	-	247	219	-	2	5	21	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.334	46	28	-	1	-	2	-	15	30	30	-	44	-	-	7	4	-	33	-	-	-	1.205	996	4	20	23	162	-	2	5	-	-	2	-	2
Nova Lacerda	378	25	14	-	1	-	3	-	7	8	8	-	4	-	-	1	-	3	-	-	-	-	336	305	-	2	9	20	-	-	5	-	-	-	-	-
Pontes e Lacerda	1.241	66	7	-	10	-	-	1	48	94	94	-	14	-	-	8	1	-	5	-	-	-	1.065	971	3	9	9	73	-	1	-	-	-	1	-	1
Reserva do Cabaçal	269	1	-	-	-	-	-	-	1	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	257	198	2	1	3	47	6	3	1	-	-	2	-	2
Rio Branco	281	27	16	-	9	-	-	-	2	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	232	-	2	1	13	-	-	1	-	-	2	-	2
Salto do Céu	435	20	7	-	-	-	-	-	13	4	4	-	7	-	-	-	-	-	7	-	-	-	399	356	2	1	13	27	-	3	2	-	-	-	-	-
Vale de São Domingos	464	4	-	-	-	-	1	-	3	3	3	-	3	-	-	1	-	2	-	-	-	-	454	424	1	-	3	26	-	-	-	-	-	-	-	-
All Sudoeste Mato-grossense	8.273	400	91	0	86	0	11	4	208	234	234	0	163	4	0	77	19	0	63	1	1	0	7.423	6.437	17	73	142	739	15	21	21	0	0	10	0	10
TOTAL All	23.324	2.912	392	62	363	1	309	8	1.777	1.073	1.062	11	518	9	2	330	24	0	153	23	23	0	18.547	14.395	64	183	621	3.247	37	78	76	38	38	59	2	57

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Entre os municípios mato-grossenses em estudo, existem 8 municípios em que as áreas de não floresta, em relação ao seu território, atingiram mais de 90%, em 2007: Acorizal (100%), Campo Verde (95%), Cuiabá (90%), Guiratinga (93%), Jangada (100%), Pedra Preta (99%), Rosário Oeste (99%), e São José do Povo (94%). O incremento da área total desmatada, entre 2006 e 2007, foi expressivo em Comodoro, Vila Bela Santíssima Trindade, Barra do Bugres e Pontes e Lacerda. O desflorestamento, até o ano de 2007, atingiu extensões territoriais que ultrapassaram 50% da área cadastrada em 7 municípios, listados em ordem alfabética: Araputanga (76%), Barra do Bugres (49%), Jauru (81%), Lambari D'Oeste (68%), Reserva do Cabaçal (73%), Rio Branco (83%) e Salto do Céu (85%).

Quadro 3.6.5.11 - 10 - Percentual de área desflorestada nos municípios da AI - Mato Grosso – 2007

Município da AI	Área (km2)(*)	Desflorestamento até 2007 (%)	Incremento 2006/2007 (%)	Floresta até 2007 (%)	Nuvem até 2007 (%)	Não Observado em 2007 (%)	Não Floresta em 2007 (%)	Hidrografia em 2007 (%)
Acorizal	842	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0 (0%)	0.0 (0%)	0.8 (0%)	841.6 (100%)	0.0 (0%)
Alto Araguaia	5545	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1120.2 (20%)	0.0 (0%)	4286.1 (77%)	138.7 (3%)	0.0 (0%)
Alto Garças	3657	0.0 (0%)	0.0 (0%)	6.8 (0%)	0.0 (0%)	1765.0 (48%)	1885.2 (52%)	0.0 (0%)
Alto Paraguai	2054	410.4 (20%)	0.8 (0%)	131.7 (6%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1511.9 (74%)	0.0 (0%)
Araputanga	1608	1220.0 (76%)	0.3 (0%)	352.7 (22%)	0.0 (0%)	0.7 (0%)	34.6 (2%)	0.0 (0%)
Barra do Bugres	7244	3542.4 (49%)	14.4 (0%)	2433.8 (34%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1264.3 (17%)	3.5 (0%)
Campo Verde	4794	189.8 (4%)	0.0 (0%)	61.0 (1%)	0.0 (0%)	1.1 (0%)	4542.1 (95%)	0.0 (0%)
Comodoro	21849	2845.0 (13%)	29.3 (0%)	9198.0 (42%)	0.0 (0%)	17.4 (0%)	9785.7 (45%)	2.9 (0%)
Cuiabá	3539	169.3 (5%)	0.4 (0%)	178.0 (5%)	0.0 (0%)	0.5 (0%)	3191.2 (90%)	0.0 (0%)
Guiratinga	5361	168.2 (3%)	0.0 (0%)	2.0 (0%)	0.0 (0%)	187.7 (4%)	5003.1 (93%)	0.0 (0%)
Jaciara	1657	681.1 (41%)	0.0 (0%)	18.2 (1%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	957.7 (58%)	0.0 (0%)
Jangada	1022	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1022.4 (100%)	0.0 (0%)
Jauru	1221	992.6 (81%)	0.0 (0%)	114.3 (9%)	0.0 (0%)	0.3 (0%)	113.8 (9%)	0.0 (0%)
Juscimeira	2206	917.1 (42%)	0.5 (0%)	43.8 (2%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1244.0 (56%)	1.1 (0%)
Lambari D'Oeste	1338	915.4 (68%)	1.0 (0%)	248.6 (19%)	0.0 (0%)	0.6 (0%)	172.9 (13%)	0.5 (0%)
Nova Lacerda	4756	1730.9 (36%)	8.3 (0%)	1529.2 (32%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1495.9 (31%)	0.0 (0%)
Pedra Preta	4191	20.0 (0%)	0.0 (0%)	1.5 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	4169.5 (99%)	0.0 (0%)
Pontes e Lacerda	8465	3552.1 (42%)	13.4 (0%)	1584.5 (19%)	0.0 (0%)	3.0 (0%)	3325.4 (39%)	0.0 (0%)
Poxoréo	6923	1854.3 (27%)	1.8 (0%)	99.1 (1%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	4969.6	0.0 (0%)

Município da AII	Área (km2)(*)	Desflorestamento até 2007 (%)	Incremento 2006/2007 (%)	Floresta até 2007 (%)	Nuvem até 2007 (%)	Não Observado em 2007 (%)	Não Floresta em 2007 (%)	Hidrografia em 2007 (%)
							(72%)	
Reserva do Cabaçal	371	271.9 (73%)	0.5 (0%)	99.1 (27%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Rio Branco	501	415.9 (83%)	0.0 (0%)	12.1 (2%)	0.0 (0%)	0.5 (0%)	72.5 (14%)	0.0 (0%)
Rondonópolis	4166	819.2 (20%)	0.9 (0%)	278.1 (7%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	3063.0 (74%)	5.7 (0%)
Rosário Oeste	8805	62.3 (1%)	0.3 (0%)	27.7 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	8705.9 (99%)	9.1 (0%)
Salto do Céu	1316	1123.8 (85%)	1.7 (0%)	160.0 (12%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	32.2 (2%)	0.0 (0%)
Santo Antônio do Leverger	12270	996.0 (8%)	1.0 (0%)	1152.2 (9%)	0.0 (0%)	0.3 (0%)	10099.9 (82%)	21.6 (0%)
São José do Povo	443	25.9 (6%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	417.1 (94%)	0.0 (0%)
Vale de São Domingos	2007	677.0 (34%)	0.3 (0%)	519.5 (26%)	0.0 (0%)	0.2 (0%)	810.3 (40%)	0.0 (0%)
Vila Bela da Santíssima Trindade	13698	4558.4 (33%)	18.9 (0%)	2455.1 (18%)	0.0 (0%)	22.4 (0%)	6589.2 (48%)	72.9 (1%)

Fonte: INPE

Os municípios de Barra do Bugres, Comodoro, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda e Vila Bela Santíssima Trindade tiveram taxas expressivas de incremento de área deflorestada, entre os anos de 2000 e 2007.

Quadro 3.6.5.11 - 11 - Incremento de área desflorestada nos municípios da AII - Mato Grosso - 2000/2007

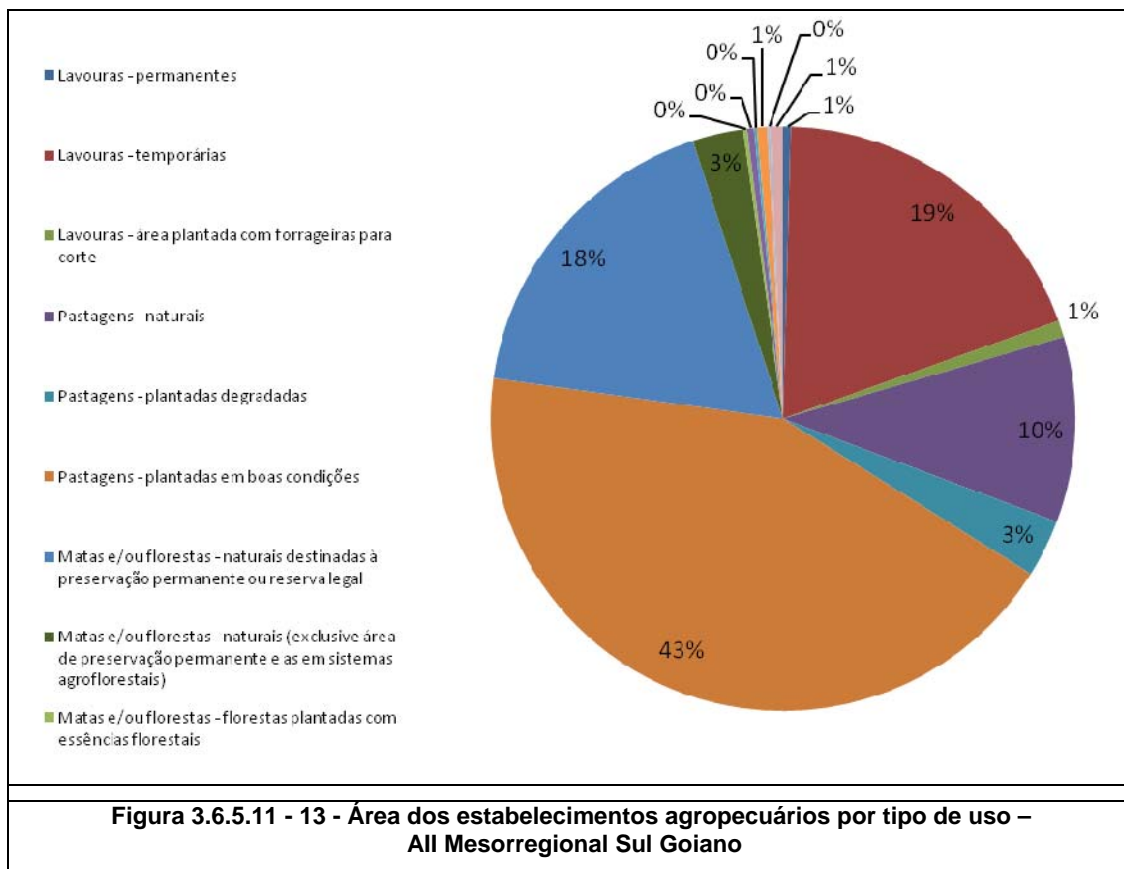
Município (Estado)	Incremento 2000/2001 (%)	Incremento 2001/2002 (%)	Incremento 2002/2003 (%)	Incremento 2003/2004 (%)	Incremento 2004/2005 (%)	Incremento 2005/2006 (%)	Incremento 2006/2007 (%)
Acorizal	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Alto Araguaia	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Alto Garças	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Alto Paraguai	4.2 (0%)	7.5 (0%)	0.2 (0%)	1.1 (0%)	0.4 (0%)	1.4 (0%)	0.8 (0%)
Araputanga	1.8 (0%)	3.6 (0%)	5.0 (0%)	3.2 (0%)	0.1 (0%)	1.3 (0%)	0.3 (0%)
Barra do Bugres	108.1 (1%)	90.4 (1%)	80.0 (1%)	41.2 (1%)	30.1 (0%)	24.6 (0%)	14.4 (0%)
Campo Verde	2.3 (0%)	0.0 (0%)	0.3 (0%)	0.2 (0%)	5.7 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Comodoro	87.9 (0%)	61.0 (0%)	152.4 (1%)	130.6 (1%)	99.2 (0%)	29.4 (0%)	29.3 (0%)
Cuiabá	1.2 (0%)	0.6 (0%)	0.8 (0%)	1.4 (0%)	2.9 (0%)	0.3 (0%)	0.4 (0%)
Guiratinga	0.0 (0%)	0.2 (0%)	0.3 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Jaciara	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.2 (0%)	3.1 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Jangada	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Jauru	5.1 (0%)	2.7 (0%)	2.3 (0%)	2.1 (0%)	1.0 (0%)	4.9 (0%)	0.0 (0%)
Juscimeira	2.1 (0%)	5.5 (0%)	1.2 (0%)	2.2 (0%)	4.4 (0%)	0.1 (0%)	0.5 (0%)
Lambari D'Oeste	10.2 (1%)	21.8 (2%)	7.7 (1%)	3.6 (0%)	7.8 (1%)	1.6 (0%)	1.0 (0%)
Nova Lacerda	48.2 (1%)	111.5 (2%)	24.8 (1%)	40.8 (1%)	73.3 (2%)	10.8 (0%)	8.3 (0%)
Pedra Preta	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	1.3 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Pontes e Lacerda	122.2 (1%)	71.7 (1%)	77.4 (1%)	25.0 (0%)	44.6 (1%)	15.6 (0%)	13.4 (0%)

Município (Estado)	Incremento 2000/2001 (%)	Incremento 2001/2002 (%)	Incremento 2002/2003 (%)	Incremento 2003/2004 (%)	Incremento 2004/2005 (%)	Incremento 2005/2006 (%)	Incremento 2006/2007 (%)
Poxoréu	5.5 (0%)	14.4 (0%)	3.6 (0%)	1.3 (0%)	6.1 (0%)	0.4 (0%)	1.8 (0%)
Reserva do Cabaçal	3.1 (1%)	1.0 (0%)	3.3 (1%)	1.0 (0%)	0.0 (0%)	1.6 (0%)	0.5 (0%)
Rio Branco	0.4 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.8 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Rondonópolis	0.9 (0%)	6.7 (0%)	7.8 (0%)	1.7 (0%)	4.6 (0%)	0.1 (0%)	0.9 (0%)
Rosário Oeste	1.5 (0%)	0.0 (0%)	0.2 (0%)	0.0 (0%)	0.6 (0%)	0.0 (0%)	0.3 (0%)
Salto do Céu	7.7 (1%)	12.7 (1%)	15.6 (1%)	3.5 (0%)	3.6 (0%)	3.1 (0%)	1.7 (0%)
Santo Antônio do Leverger	19.6 (0%)	10.0 (0%)	17.0 (0%)	11.8 (0%)	26.8 (0%)	5.2 (0%)	1.0 (0%)
São José do Povo	0.0 (0%)	0.1 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)	0.0 (0%)
Vale de São Domingos	3.9 (0%)	4.5 (0%)	2.8 (0%)	10.0 (0%)	2.8 (0%)	2.1 (0%)	0.3 (0%)
Vila Bela da Santíssima Trindade	197.9 (1%)	169.7 (1%)	150.3 (1%)	74.0 (1%)	72.2 (1%)	21.4 (0%)	18.9 (0%)

Fonte: INPE

(3) Goiás

De acordo com o IBGE, na área goiana em estudo, no ano de 2006, os estabelecimentos agropecuários ocupavam uma área de 1.914.135 ha, correspondendo a 75,4% da soma das áreas territoriais dos 5 municípios abrangidos pela AII do empreendimento. Do total da área cadastrada pelo Censo Agropecuário, 56% era constituída por pastagens, de três tipos: pastagens plantadas em boas condições (43%), pastagens naturais (10%) e 3% de pastagens plantadas degradadas. As matas e florestas constituíam 21% da área de estabelecimentos agropecuários, a maior parte desta área formada por florestas naturais, destinadas à preservação permanente ou reserva legal. Assumem expressiva importância, também, as lavouras temporárias, que ocupam 19% da área cadastrada.



Fonte: Censo Agropecuário, 2006 - IBGE

A maior área de estabelecimentos agropecuários pertence ao município de Mineiros, seguido por Jataí e Serranópolis. Os municípios de Mineiros e Serranópolis apresentam as maiores áreas de matas e florestas, a maior parte delas constituídas por vegetação natural destinada à preservação permanente ou reserva legal. O município de Jataí é o que apresenta a maior porcentagem da área cadastrada constituída por lavouras temporárias – 38% - e a maior extensão de terras degradadas, entre os municípios goianos em estudo. O município de Mineiros apresenta a maior extensão de pastagens plantadas em boas condições, enquanto Serranópolis apresenta a maior extensão de pastagens naturais da All Mesoregional Sul Goiano.

Quadro 3.6.5.11 - 12 – Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras – Goiás -2006

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
Goiás	25.683.548	247.691	2.971.230	386.116	3.133.884	951.125	11.624.863	4.384.474	857.682	80.030	318.362	76.795	274.918	44.602	330.439
Caçu - GO	190.304	79	2.681	4.383	3.134	1.992	141.483	32.211	1.274	29	672	897	799	83	588
Jataí - GO	567.876	3.238	216.114	3.051	27.454	25.642	175.421	83.337	21.253	93	2.681	486	4.673	529	3.910
Mineiros - GO	632.302	2.954	114.881	8.954	53.191	27.280	273.282	115.340	19.520	1.568	2.697	967	2.953	1.052	7.663
Santa Rita do Araguaia - GO	61.678	31	2.672	1	7.656	65	37.756	12.774	-	-	X	8	26	91	164
Serranópolis - GO	461.975	1.842	29.891	1.221	104.731	5.922	200.651	96.791	11.936	2.377	1.152	617	2.242	1.301	1.300
All Mesorregional Sul Goiano	1.914.135	8.144	366.239	17.610	196.166	60.901	828.593	340.453	53.983	4.067	7.202	2.975	10.693	3.056	13.625

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Na All Mesorregional Sul Goiano, no ano de 2006, havia 3.310 estabelecimentos agropecuários que exerciam atividades de pecuária e criação de outros animais, a maior parte deles (2.831) dedicando-se à criação de gado bovino. A maior parte destes estabelecimentos estava localizados nos municípios de Mineiros, Jataí e Caçu, nesta ordem. As lavouras temporárias estavam presentes em 813 estabelecimentos, 518 deles localizados no município de Jataí. Destes 813 estabelecimentos, 492 dedicavam-se ao cultivo de soja, destacando-se, ainda, 170 estabelecimentos dedicados à horticultura e fruticultura e 151, aos cultivos de cereais.

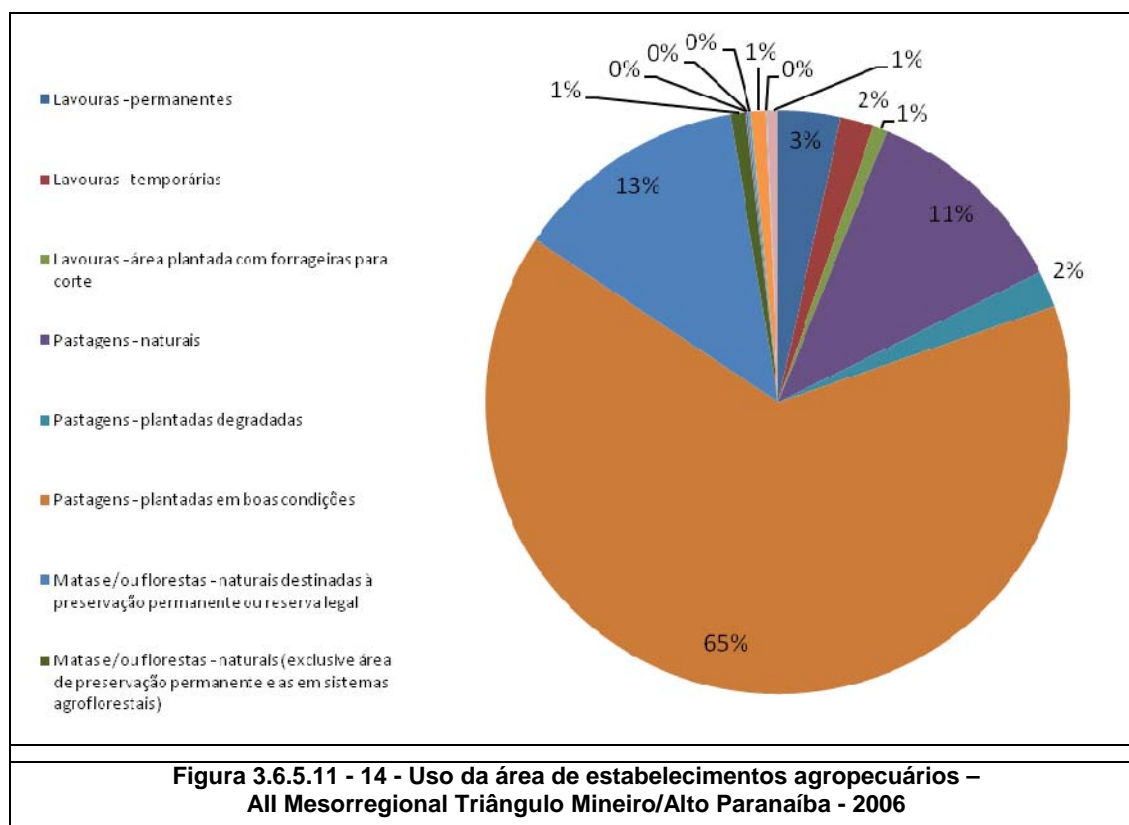
Quadro 3.6.5.11 - 13 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos e classes da atividade econômica – Goiás - 2006

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
Goiás	25.683.548	247.691	2.971.230	386.116	3.133.884	951.125	11.624.863	4.384.474	857.682	80.030	318.362	76.795	274.918	44.602	330.439
Caçu - GO	190.304	79	2.681	4.383	3.134	1.992	141.483	32.211	1.274	29	672	897	799	83	588
Jataí - GO	567.876	3.238	216.114	3.051	27.454	25.642	175.421	83.337	21.253	93	2.681	486	4.673	529	3.910
Mineiros - GO	632.302	2.954	114.881	8.954	53.191	27.280	273.282	115.340	19.520	1.568	2.697	967	2.953	1.052	7.663
Santa Rita do Araguaia - GO	61.678	31	2.672	1	7.656	65	37.756	12.774	-	-	X	8	26	91	164
Serranópolis - GO	461.975	1.842	29.891	1.221	104.731	5.922	200.651	96.791	11.936	2.377	1.152	617	2.242	1.301	1.300
All Mesorregional Sul Goiano	1.914.135	8.144	366.239	17.610	196.166	60.901	828.593	340.453	53.983	4.067	7.202	2.975	10.693	3.056	13.625

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE.

(4) Minas Gerais

Na área mineira em estudo, no ano de 2006, a área ocupada por estabelecimentos agropecuários representava 66,7% da área total do conjunto dos 4 municípios abrangidos pela All do empreendimento. A maior parte da área cadastrada era constituída por pastagens (78%), majoritariamente plantadas em boas condições. As lavouras temporárias e permanentes somavam apenas 5% desta área total, enquanto as matas e florestas representavam 15%.



Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

A maior parte da área ocupada por pastagens está situada no município de Santa Vitória. Nos municípios de Iturama e Limeira do Oeste, as áreas de pastagens também representam proporção significativa do total da área cadastrada pelo Censo Agropecuário. O município de União de Minas destaca-se com a maior área cadastrada destinada às lavouras permanentes, enquanto em Santa Vitória se encontram as maiores extensões de matas e florestas.

Quadro 3.6.5.11 - 14 - Uso da área dos estabelecimentos agropecuários – Minas Gerais - 2006

Estado, Municípios e All Mesorregional	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pasto por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
Minas Gerais	32.647.547	1.713.511	2.769.023	704.054	7.213.321	1.223.159	9.603.295	4.145.557	2.088.718	978.633	819.093	94.831	562.984	98.406	627.288
Ituramã - MG	73.371	3.523	2.381	849	3.357	1.247	50.112	9.894	223	X	9	88	1.355	13	317
Limeira do Oeste - MG	82.942	1.876	2.058	246	9.472	1.464	55.454	10.727	464	29	134	104	440	-	476
Santa Vitória - MG	264.320	517	3.311	2.170	28.619	5.271	180.175	36.994	2.774	10	306	330	1.651	236	1.958
União de Minas - MG	39.026	9.886	726	340	11.833	1.253	11.809	2.032	493	24	52	113	243	74	148
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	459.659	15.802	8.476	3.605	53.281	9.235	297.550	59.647	3.954	63	501	635	3.689	323	2.899

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

No ano de 2006, na All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, havia 2.688 estabelecimentos agropecuários, a maior parte deles situada nos municípios de Santa Vitória e Limeira do Oeste. Deste total, 2.132 estabelecimentos praticavam a criação de gado bovino, com destaque, novamente, para o município de Santa Vitória. Quanto às lavouras temporárias, destacavam-se, em termos do número de estabelecimentos, os municípios de Ituramã e Limeira do Oeste

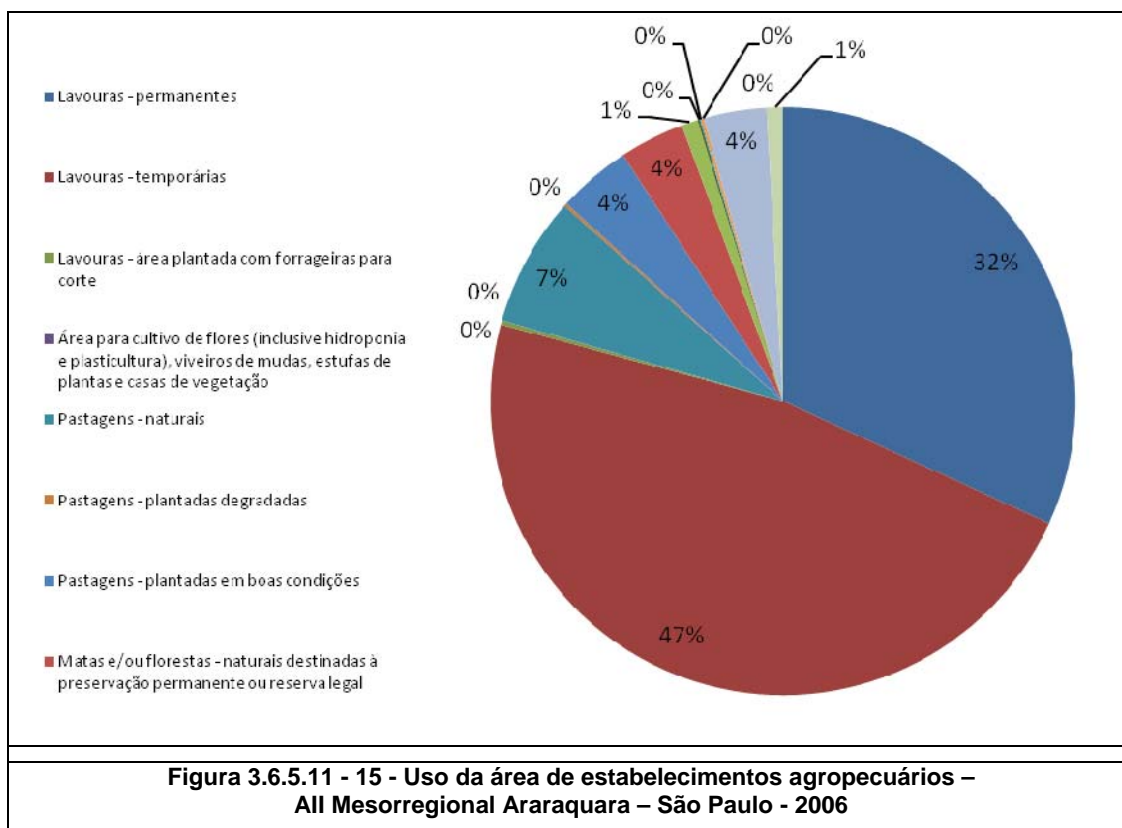
Quadro 3.6.5.11 - 15 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos e classes da atividade econômica – Minas Gerais - 2006

	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Minas Gerais	551.617	100.889	42.838	9.799	1.331	46.150	31.404	98.295	108	7.151	30.817	587	8.034	279	143	136	305.461	233.485	1.333	853	12.569	55.639	1.582	8.069	5.989	350	881
Ituramã - MG	521	61	6	11	1	43	13	16	1	1	12	1	14	-	-	-	427	332	-	-	18	77	-	-	-	1	3
Limeira do Oeste - MG	739	56	9	22	-	25	4	2	-	-	4	-	2	-	-	-	675	592	2	-	12	69	-	-	1	-	1
Santa Vitória - MG	951	48	15	3	1	29	21	-	-	-	21	-	-	-	-	-	878	768	4	5	23	70	8	2	1	1	-
União de Minas - MG	477	2	-	-	-	2	1	19	-	-	1	-	19	-	-	-	454	440	-	-	2	12	-	-	1	-	-
All Mesorregional Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2.688	167	30	36	2	99	39	37	1	1	38	1	35	0	0	0	2.434	2.132	6	5	55	228	8	2	3	2	4

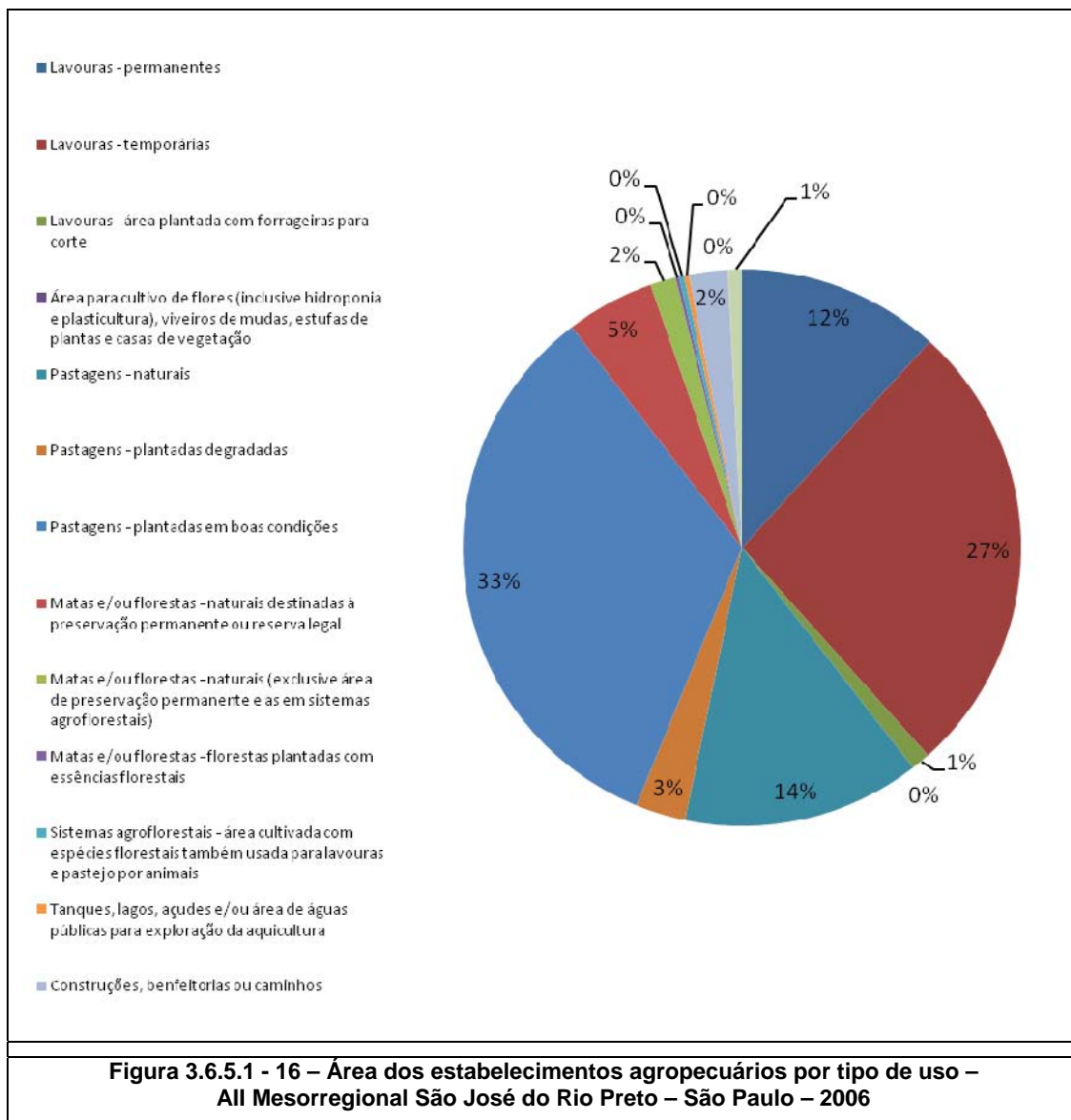
Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

(5) São Paulo

A área cadastrada como pertencente a estabelecimentos agropecuários ocupa 802.600 ha da área paulista em estudo. Grande parte da área cadastrada é utilizada para cultivo de lavouras, temporárias ou permanentes. Na All Mesorregional Araraquara, as lavouras temporárias ocupam 47% da área cadastrada, ficando as lavouras permanentes com 32%. As pastagens ocupam 11% desta área, a maior parte delas constituindo-se de pastagens naturais. As matas e florestas ficam com apenas 5% da área pesquisada pelo Censo Agropecuário.



Na All Mesorregional São José do Rio Preto, as pastagens são predominantes (50%), a maior parte delas constituídas por pastagens plantadas em boas condições. As lavouras temporárias ocupam 27% da área dos estabelecimentos agropecuários, enquanto que as lavouras permanentes são cultivadas em 12% desta área. As matas e florestas representam 7% do total.



As mais extensas área de lavouras temporárias se encontram nos municípios de Araraquara, Boa Esperança do Sul e Itápolis, nesta ordem. Este último é responsável também pela maior extensão de lavouras permanentes da área em estudo paulista. As maiores extensões de pastagens plantadas em boas condições se encontram nos municípios de Fernandópolis, Macedônia e Votuporanga, enquanto que a maior área ocupada por pastagens naturais está situada nos municípios de Sebastianópolis do Sul e Mirassol.

Quadro 3.6.5.11 - 16 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra – São Paulo – 2006

Municípios, Alts Mesorregionais e Estado	Total	Lavouras - permanentes	Lavouras - temporárias	Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	Pastagens - naturais	Pastagens - plantadas degradadas	Pastagens - plantadas em boas condições	Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	Matas e/ou florestas - plantadas com essências florestais	Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	Construções, benfeitorias ou caminhos	Terras degradadas (erodidas, salinizadas, etc.)	Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)
São Paulo	16.701.471	1.682.687	4.940.725	200.214	52.965	2.866.980	314.329	3.717.679	1.333.477	429.544	370.114	115.465	63.604	433.163	16.240	165.267
Araraquara	59.005	7.458	42.071	129	3	3.700	14	929	2.233	289	115	16	181	1.618	-	256
Gavião Peixoto	18.036	9.215	5.652	0	-	394	-	657	833	712	X	-	X	291	X	83
Itápolis	86.969	34.780	29.751	282	28	7.343	194	5.560	3.149	564	81	140	78	3.911	3	1.110
Nova Europa	18.651	3.879	12.684	1	-	317	X	244	371	150	-	X	X	828	X	51
Tabatinga	21.963	9.691	6.620	47	X	2.812	119	903	757	109	70	X	44	449	4	331
Bariri	275	87	162	165	-	124	1	55	29	9	1	1	4	93	-	3
Boa Esperança do Sul	158	57	94	98	-	65	7	22	83	24	2	3	19	117	2	10
Bocaina	148	17	88	90	-	63	-	66	48	8	-	-	7	78	-	13
All Mesorregional Araraquara	205.205	65.184	97.122	812	31	14.818	335	8.436	7.503	1.865	269	160	333	7.385	9	1.857
Fernandópolis	48.002	3.565	14.739	266	8	4.163	1.318	19.600	2.777	138	66	49	62	917	44	292
Guarani d'Oeste	7.315	96	306	311	-	110	489	5.097	284	60	48	-	65	103	-	348
Ibirá	19.139	2.945	5.624	189	X	3.187	263	3.314	2.166	302	X	X	3	647	3	488
Indiaporã	21.565	1.052	2.543	88	-	140	813	14.398	2.068	81	3	X	121	234	-	21
Itajobi	28.390	9.543	10.785	573	2	4.546	161	325	875	163	X	X	84	1.241	X	81
Jaci	12.307	1.480	3.751	222	-	3.803	596	1.427	293	188	-	183	40	168	X	155
Macedônia	23.438	1.124	1.485	308	-	895	1.463	15.728	1.139	149	30	142	181	422	17	356
Marapoama	6.307	1.449	3.269	5	X	476	29	746	100	65	13	X	22	113	X	15
Meridiano	19.948	1.681	1.930	114	-	1.787	570	10.803	2.235	326	X	X	12	461	15	15
Mirassol	17.526	1.993	3.819	622	X	5.924	229	3.284	380	404	98	213	22	511	2	20
Monte Aprazível	41.717	4.473	14.496	289	-	4.062	563	14.175	1.872	479	283	X	33	790	24	179
Neves Paulista	17.551	1.992	5.678	47	X	4.263	172	3.787	708	321	8	-	86	369	X	119
Nova Aliança	22.299	1.908	10.388	95	2	2.597	885	5.342	393	346	46	X	15	192	-	83
Ouroeste	23.164	3.031	3.815	77	-	1.337	132	11.859	1.425	790	X	23	81	185	-	318
Pedranópolis	14.223	1.068	648	142	-	2.433	3.355	5.658	434	72	-	-	19	194	16	186
Poloni	12.826	1.477	5.298	182	-	2.039	X	2.261	139	257	13	574	15	253	-	307
Potirendaba	30.045	2.508	8.504	241	9	3.861	833	9.942	1.674	1.599	54	46	34	560	-	184
Sebastianópolis do Sul	13.377	559	4.307	150	-	6.652	X	477	788	149	25	-	6	190	-	70
Urupês	23.548	5.214	9.632	83	7	4.679	126	1.151	1.152	249	191	X	19	952	X	71
Valentim Gentil	10.665	1.237	658	276	X	2.783	550	3.560	526	392	-	X	281	317	X	72
Votuporanga	30.473	3.652	6.637	576	-	1.404	328	15.162	1.281	54	X	57	100	1.080	X	134
All Mesorregional São José do Rio Preto	443.825	52.047	118.312	4.856	28	61.141	12.875	148.096	22.709	6.584	878	1.287	1.301	9.899	121	3.514

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE

Na área paulista em estudo, os municípios de Itápolis e Monte Aprazível apresentam o maior número de estabelecimentos agropecuários, de acordo com o Censo Agropecuário. Destacam-se, também, em número de estabelecimentos, os municípios de Araraquara, Potirendaba, Urupês e Votuporanga.

Na All Mesorregional Araraquara, a maior parte dos estabelecimentos (1.529 estabelecimentos agropecuários) exerce o cultivo de lavouras permanentes, predominantemente para a produção de laranja e com expressivo destaque para o município de Itápolis. As lavouras temporárias são atividades em 598 estabelecimentos desta All Mesorregional, 389 dos quais situados no município de Araraquara. A maior parte cultiva cana-de-açúcar, mas merecem destaque, também, o cultivo de cereais e hortaliças. Há, ainda, 562 estabelecimentos dedicados à criação de animais, predominantemente gado bovino, destaque para os municípios de Araraquara e Itápolis.

Na All Mesorregional São José do Rio Preto, são predominantes os 4.828 estabelecimentos agropecuários dedicados à criação de animais, 4.040 dos quais praticam a pecuária bovina, destacando-se, em número de estabelecimentos que exercem esta atividade, os municípios de Monte Aprazível, Fernandópolis, Potirendaba e Votuporanga. Há, ainda, 476 estabelecimentos dedicados à criação de aves, com destaque para os municípios de Meridiano e Fernandópolis. As lavouras permanentes são cultivadas em 2.070 estabelecimentos agropecuários desta All Mesorregional, sendo predominante o cultivo de frutas, laranja, café e outros produtos da lavoura permanente. No cultivo de frutas exceto uva e laranja, destacam-se, em número de estabelecimentos, os municípios de Itajobi e Urupês. O município de Monte Aprazível se destaca no cultivo de café e “outros produtos da lavoura permanente”. Quanto às lavouras temporárias, cultivadas em 1.545 estabelecimentos da All Mesorregional São José do Rio Preto, predominam a cana-de-açúcar, o cultivo de cereais e “outros produtos da lavoura temporária”. A maior parte dos estabelecimentos que cultivam cana-de-açúcar se encontra no município de Monte Aprazível.

Quadro 3.6.5.11- 17 - Número de estabelecimentos agropecuários por classes e grupos da atividade econômica – All/ Estado de São Paulo – 2006

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café
São Paulo	227594	44814	10487	286	15123	4	2839	407	15668	21852	19739	2113	42064	9345	2309	9746	11890
Araraquara	773	389	80	-	227	-	7	2	73	64	63	1	66	40	-	13	9
Gavião Peixoto	71	22	1	-	18	-	-	-	3	4	4	-	34	29	1	-	1
Itápolis	1386	119	33	-	52	-	1	2	31	28	27	1	1002	916	-	57	2
Nova Europa	78	28	-	-	26	-	-	-	2	-	-	-	38	37	-	-	-
Tabatinga	512	40	11	-	18	-	-	-	11	7	7	-	389	346	-	7	7
Bariri	275	122	13	-	86	-	2	1	20	18	17	1	38	12	-	-	12
Boa Esperança do Sul	158	67	-	-	57	-	-	-	10	2	2	-	43	36	-	-	1
Bocaina	148	70	24	-	36	-	-	-	10	3	3	-	10	1	-	-	8
All Mesorregional Araraquara	2820	598	125	0	341	0	8	4	120	103	101	2	1529	1368	1	77	19
Fernandópolis	819	64	16	-	19	-	2	-	27	39	38	1	92	33	1	15	17
Guarani d'Oeste	121	11	-	-	2	-	-	-	9	1	1	-	2	1	-	-	-
Ibirá	348	77	31	-	29	-	-	-	17	25	25	-	71	24	-	30	6
Indiaporã	264	41	21	2	-	-	1	-	17	5	5	-	19	2	2	4	-
Itajobi	647	53	13	-	16	1	-	-	23	17	16	1	453	86	-	338	3
Macedônia	362	46	16	1	3	-	1	-	25	8	8	-	43	20	-	6	9
Marapoama	160	15	7	-	8	-	-	-	-	1	1	-	98	12	-	78	-
Meridiano	348	47	13	5	12	-	-	-	17	30	30	-	46	14	-	5	17
Mirassol	395	57	18	-	7	-	-	-	32	58	58	-	51	6	-	4	8
Monte Aprazível	1337	487	21	-	347	-	-	-	119	19	19	-	225	16	2	5	76

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Produção de lavouras temporárias	Cultivo de cereais	Cultivo de algodão herbáceo e outras fibras da lavoura temporária	Cultivo de cana-de-açúcar	Cultivo de fumo	Cultivo de soja	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	Cultivo de flores, folhagens e plantas ornamentais	Produção de lavouras permanentes	Cultivo de laranja	Cultivo de uva	Cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva	Cultivo de café
Neves Paulista	316	77	12	-	44	-	-	-	21	11	11	-	66	17	-	4	21
Nova Aliança	287	42	6	-	8	-	-	-	28	22	22	-	45	18	-	2	7
Ouroeste	182	30	14	2	2	-	4	-	8	3	3	-	6	3	-	1	-
Pedranópolis	282	32	7	1	1	-	-	-	23	5	5	-	22	9	-	4	2
Poloni	291	106	4	-	71	-	-	-	31	8	8	-	49	4	-	-	4
Potirendaba	754	94	38	-	19	-	-	-	37	18	16	2	135	54	-	26	49
Sebastianópolis do Sul	270	76	6	-	30	-	-	-	40	1	1	-	28	3	2	8	8
Urupês	749	73	18	-	42	-	-	-	13	16	16	-	435	97	-	293	2
Valentim Gentil	242	51	12	-	3	-	-	-	36	8	6	2	39	12	-	3	14
Votuporanga	745	66	19	-	15	-	-	-	32	33	30	3	145	43	3	8	36
All Mesorregional São José do Rio Preto	8919	1545	292	11	678	1	8	0	555	328	319	9	2070	474	10	834	279

Fonte: Censo Agropecuário

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura
São Paulo	227594	8772	415	278	137	114442	92836	1040	1709	4384	13072	1401	2471	713	54	769
Araraquara	773	4	1	1	-	246	189	3	2	30	11	11	3	1	-	3
Gavião Peixoto	71	3	-	-	-	11	10	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Itápolis	1386	27	4	-	4	228	174	1	9	17	23	4	2	-	-	3
Nova Europa	78	1	-	-	-	12	8	-	1	-	2	1	-	-	-	-
Tabatinga	512	29	5	-	5	65	50	-	-	1	9	5	4	1	-	1
Bariri	275	14	-	-	-	95	65	2	4	3	18	3	-	-	-	2
Boa Esperança do Sul	158	6	-	-	-	43	30	1	-	3	6	3	1	-	-	2
Bocaina	148	1	-	-	-	65	48	1	-	6	8	2	-	-	-	-
All Mesorregional Araraquara	2820	64	10	1	9	562	431	4	12	49	45	21	9	2	0	7
Fernandópolis	819	26	-	-	-	620	474	1	8	12	56	69	2	1	-	1
Guarani d'Oeste	121	1	-	-	-	105	99	-	-	2	4	-	2	-	-	-
Ibirá	348	11	-	-	-	175	154	1	4	15	-	1	-	-	-	-
Indiaporã	264	11	6	6	-	191	162	-	-	6	23	-	2	-	-	-
Itajobi	647	26	-	-	-	120	78	2	4	18	16	2	3	1	-	-
Macedônia	362	8	3	3	-	262	224	-	6	9	23	-	-	-	-	-
Marapoama	160	8	1	-	1	45	31	1	1	2	10	-	-	-	-	-
Meridiano	348	10	-	-	-	223	123	1	3	16	80	-	1	-	-	1
Mirassol	395	33	-	-	-	223	204	2	4	8	5	-	3	1	-	2
Monte Aprazível	1337	126	2	-	2	596	534	-	8	8	42	4	1	2	2	3
Neves Paulista	316	24	3	-	3	158	135	1	2	10	10	-	-	-	-	1
Nova Aliança	287	18	-	-	-	177	169	-	1	2	4	1	-	-	-	1
Ouroeste	182	2	-	-	-	141	120	-	3	-	18	-	2	-	-	-

Estado, Municípios e Alls Mesorregionais	Total	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Produção de sementes certificadas, de produtos agrícolas, inclusive forrageiras	Produção de mudas certificadas e outras formas de propagação vegetal de produtos agrícolas	Pecuária e criação de outros animais	Criação de bovinos	Criação de outros animais de grande porte	Criação de ovinos e caprinos	Criação de suínos	Criação de aves	Criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Pedranópolis	282	7	1	1	-	222	197	-	2	7	16	-	-	-	-	-
Poloni	291	41	-	-	-	124	111	-	-	1	12	-	3	-	-	1
Potirendaba	754	6	-	-	-	465	396	-	2	16	51	-	4	37	1	-
Sebastianópolis do Sul	270	7	-	-	-	163	154	-	1	4	3	1	1	-	1	-
Urupês	749	43	2	-	2	186	164	-	5	5	11	1	19	18	-	-
Valentim Gentil	242	10	-	-	-	143	122	-	1	4	13	3	-	-	-	1
Votuporanga	745	55	-	-	-	489	389	1	6	9	79	5	3	4	-	5
All Mesorregional São José do Rio Preto	8919	473	18	10	8	4828	4040	10	61	154	476	87	46	64	4	16

Fonte: Censo Agropecuário

(b2) Culturas e Sistema de Produção no Corredor em estudo

• Pecuária de Corte

Ao longo de toda a Área de Influência Direta do empreendimento LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01, a maior parte das propriedades dominadas por pequenos proprietários ocupa-se com a criação de gado bovino de corte. Conforme as afirmações de alguns entrevistados, os preços praticados no mercado do leite, bem como os custos relacionados à atividade, parecem explicar a preferência pelo gado de corte, que comporta cuidados menores em comparação ao leiteiro, tem mercado aquecido quase todo o ano, e os compradores vêm nas propriedades realizar as compras.

As extensas áreas de pasto encontradas no trecho pesquisado destinadas a criação de gado de corte. Com rebanho que variam entre 500 e 20.000 cabeças, esta é a predominante no trecho pesquisado, intercaladas com pontos de ocupação humana e outras atividades agrícolas.

Nestas áreas, a agricultura perdeu o espaço que possuía. Nas falas de muitos entrevistados, é comum encontrar o reconhecimento de que há dependência de tudo, frutos, raízes, folhas e cereais, em relação ao mercado da cidade. Nas áreas de criação de gado bovino, as estruturas são razoáveis e em termos de instalações, contam basicamente com cercas bem definidas e íntegras, com fiação firme e mourões de madeira dura, com longa durabilidade. Os currais são igualmente bem estruturados a partir de madeira nobre tratada. Construídos com recursos locais, possuem divisões adequadas para vacas e bezerros, pátio etc. Contam ainda com cobertura de telha de barro, tronco para vacinações dos animais e área para carregamento.



Foto 3.6.5.11-182 - Gado de corte predominante na paisagem

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

Para a construção de currais, dada a disponibilidade de madeira na região, os custos ficaram restritos à mão de obra, além de ferro, telhas e vernizes para o tratamento das madeiras. Não é raro também encontrar paióis feitos de madeira para armazenamento de máquinas, equipamentos e insumos.

Em termos de equipamentos, os criadores de gado, ao menos aqueles mais afastados das rodovias, não dispõem de itens necessários a um manejo mais completo. Resumem-se a bombas pulverizadoras costais para aplicação de inseticidas nos animais e instalações, pistolas de vacinação, ferros para marcação, cordas e celas.

Entre as grandes fazendas situadas na AID da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, nas proximidades da sede de Castanheiras, por exemplo, a especialidade é na recria e engorda de gado bovino, principalmente. Em alguns casos assume padrões técnicos bastante elevados. Numa única fazenda, que certamente será atravessada pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, a 8 quilômetros de distância da sede de Castanheiras, onde só em termos de matrizes, são 450, um touro nelore alcança 17 arrobas em 30 meses, um resultado totalmente fora do padrão encontrado entre os pequenos. O manejo do pasto, a complementação alimentar e a suplementação mineral, além dos cuidados sanitários, tudo devidamente sob rigoroso processo de controle, estão na base destes resultados.

Esse tipo de atividade econômica esta associada com a própria cultura de ocupação, sobretudo nos municípios do Estado Goiás, onde a relação do vaqueiro e fazendeiro foi uma das primeiras formas de ocupação e da relação trabalhistas nestes locais. É importante ressaltar que a pecuária é uma atividade que tem menos capacidade de absorver mão de obra do que aquela observada em outras atividades como as lavouras de grãos



Foto 3.6.5.11-183 - Fazenda de Gado

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

Ainda sobre o gado, na região goiana é importante ressaltar que apesar de ser ainda uma atividade importante na região, a pecuária vem perdendo espaço ou sendo substituída por outras atividades como a cana e os grãos. Sobre a forma de manejo, o mais comum é a criação de gado de corte tendo a raça nelore como carro chefe criados na forma extensiva. No entanto, em algumas propriedades, sobretudo menores ou basicamente de agricultores familiares é possível encontrar um rebanho leiteiro, tendo a raça gir e holandesa como as mais criadas.

- **Pecuária Leiteira**

A produção do leite figura entre as principais atividades ao lado da criação de gado para corte. No primeiro caso, produtores têm lotes considerados de tamanho médio, com 50 cabeças, aproximadamente. Mas há aqueles com 200 ou até 300 cabeças. A produtividade alcança, em média, e em períodos considerados ruins, 3,4 litros/vaca/dia. Outros ainda conseguem 05 litros/vaca/dia. Um resultado compreendido como pífio e justificado pelas condições de manejo aplicadas, sem tratamento de pastagens, gado com genética mestiça, não necessariamente aplicada à produção leiteira, e ocorrência de doenças infecciosas.

O uso do solo para a criação de gado leiteiro é desenvolvido essencialmente pelos pequenos produtores e residentes nos assentamentos rurais. O preço médio do leite produzido depende basicamente de dois fatores, regime de chuvas e condições de armazenamento. No primeiro, o preço de venda tende a diminuir quando a quantidade de chuvas diminui entre outros fatores, o percentual de gordura e densidade do leite. No segundo caso, quando o produtor vende o leite resfriado, o preço por litro também aumenta.



Foto 3.6.5.11 - 184 - Resfriadores coletivos de leite do Assentamento Santo Antonio da Fartura e Vila Naboreiro, respectivamente, NO Estado do Mato Grosso.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

O leite produzido é destinado às cooperativas de cidades da região para o seu beneficiamento e produção de laticínios. O preço médio do litro vendido ao longo do ano varia no trecho pesquisado, entre 0,45 e 0,70 centavos de real e o pagamento realizado pela cooperativa é sempre referente ao mês anterior, o que gera protestos por parte dos produtores, pois os mesmos conseguem manter uma relação de independência com as cooperativas.

Contribui ainda para este quadro a total ausência de assistência técnica e a baixa capitalização dos produtores que se vêem, muitas vezes, impedidos de realizar investimentos orientados para o aumento da produtividade. Entre pequenos produtores situados no município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, cujas terras foram, ao longo dos anos diminuídas em função do processo de venda, os rebanhos são bem menores, oscilando entre 10 e 15 vacas, cuja produção é organizada através de tanques de resfriamento arrendados por grupo de produtores.

Em termos de manejo, apenas a suplementação mineral (uso de sal mineral) faz parte da rotina de tratamento dada à criação pelos produtores. Ademais, a vacinação, periodicamente aplicada a cada 6 meses, também faz parte do domínio dos produtores.

Para facilitar as estratégias de negociação, eventualmente em uma linha formam-se grupos de produtores que, reunidos em volumes maiores de produção, realizam a entrega do produto em coletivo. Na linha 627, por exemplo, 04 produtores, reunidos, conseguem acumular 400 litros diariamente. Toda a linha chega a produzir 2.500 litros/dia, onde boa parte, cerca de 1.100 litros produzidos por 20 produtores, é entregue a um laticínio local (Laticínio Guacil), que produz queijo mussarela para comercialização em Jaru.



Foto 3.6.5.11 - 185 - Laticínio Guacil

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

Um outro negócio da atividade leiteira, conforme informação de campo, refere-se à compra e venda de bezerros. Como se trata de atividades voltadas à produção de leite, os bezerros acabam por ser descartados. Portanto, freqüentemente, depois de

desmamados, são comercializados para recria e engorda. Observadas as informações coletadas dos entrevistados, parece estar aí um negócio bastante aquecido entre os produtores no trecho ora relatado.

Segundo informaram, o financiamento agrícola parece ser bastante acessado, mas quase exclusivamente para as atividades da pecuária. Sua mobilização se dá através da associação comunitária ou individualmente. Outra característica importante do gado diz respeito ao aspecto sociocultural, no qual as festas relacionadas aos rodeios, exposições agropecuárias, cavalgadas e os leilões de gado recheiam o universo das comunidades visitadas.

- **Cana de Açúcar**

A monocultura da cana-de-açúcar representa pelo uso de fogo na fase da colheita uma das principais atividades agrícolas incompatíveis com o empreendimento, por isso as áreas com a presença dessa cultura deverão ser observadas com atenção durante a fase de planejamento do traçado ou até mesmo durante o processo de indenização da faixa de servidão.

Sobre a ocupação do território por essa cultura o que foi possível observar durante a pesquisa de campo é que a cana encontra-se em franca expansão nos municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. O cultivo de cana no Estado do Mato Grosso concentra-se nos municípios de Barra dos Bugres, Jaciara, Juscimeira e Poxoréu. Sua produção atende as usinas instaladas na região sendo responsável por empregar moradores da região. Durante as entrevistas realizadas no trecho de predomínio desta cultura foi recorrente a informação de ter sido empregado, ou de se trabalhar nas usinas de álcool e açúcar da região.



Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

Em função de expansão de área de cultivo no trecho pesquisado, para aumento da produção de etanol, identificou-se durante as entrevista de campo o crescente desejo

de pequenos pecuaristas, em arrendar parte de suas terras para o cultivo da cana. O principal argumento seria a relação custo-benefício mais vantajosa e constante apresentação de propostas de arrendamento, por parte dos produtores.

Essa informação referente à expansão da cana é comprovada através de dados elaborados pelo projeto Canasat, que fornece informações utilizando imagens de satélites de sensoriamento remoto, sobre a distribuição espacial da área cultivada com cana na região centro-sul do Brasil. De acordo com os dados elaborados por esses pesquisadores do Canasat é possível observar um crescimento da cana nos municípios atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N^o 01. Conforme dados do quadro abaixo.

Quadro 3.6.5.11- 18 - Cultivo em hectares de cana-de-açúcar nos municípios Paulista atravessados pela LT . Safra 2008/02009

Município	Soca11	Reformada	Em reforma	Expansão	Total
Araraquara	33.839	4.635	5.555	2.965	46.994
Itápolis	22.947	1.783	2.969	5.841	33.540
Itajobi	17.186	2.004	3.837	2.597	25.624
Monte Aprazível	11.312	776	1.740	3.198	17.026
Urupês	8.953	739	2.444	2.090	14.226
Potirendaba	6.004	0	360	2.579	8.943
Fernandópolis	5.621	403	1.025	1.658	8.707
Tabatinga	5.287	213	1.184	1.320	8.004
Gavião Peixoto	5.966	753	881	390	7.990
Neves Paulista	4.610	133	971	1.790	7.504
Nova Europa	5.649	578	539	276	7.042
Nova Aliança	4.325	0	11	2.079	6.415
Ouroeste	2.950	42	0	1.184	4.176

11 Os pesquisadores do Canasat definem soca como a classe de lavouras de cana que já passaram por mais de um corte, ou seja, é a cana que rebrotou de uma planta ou de uma soca. Nesta classe

Município	Soca11	Reformada	Em reforma	Expansão	Total
Meridiano	1.801	23	161	686	2.671
Valentim Gentil	1.113	0	0	458	1.571
Total	137.563	12.082	21.677	65.382 29.111	334.230 200.433

Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro de 2009. www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp [capturado em outubro de 2009]

Conforme dados do quadro acima, no Estado de São Paulo, os municípios localizados na área de influência do empreendimento cultivaram na Safra 2008/2009¹² uma área de 339.054 hectares. Entre os municípios que merece destaque estão Araraquara, Itápolis e Itajobi que juntos cultivam cerca de 50%, ou seja, plantaram cerca de 169.762 hectares da área total plantada pelos municípios influenciados pelo empreendimento no Estado de São Paulo.

Já nos municípios goianos influenciados pelo empreendimento a cana encontra-se, praticamente em expansão conforme pode ser observado no Quadro abaixo. O que demonstra que a cana nestes municípios vem sendo plantada nos últimos anos.

Quadro 3.6.5.11- 19 - Cultivo em hectares de cana-de-açúcar nos municípios Goianos atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Safra 2008/02009

Município	Soca	Reformada	Em reforma	Expansão	Total
Caçu	0	0	0	2.253	2.253
Itarumã	0	0	0	640	640
Jataí	0	0	0	268	268
Mineiros	0	0	0	2.707	2.707
Santa Rita do Araguaia	0	0	0	0	0
Serranópolis	3.722	0	172	3.222	7.116
Total	3.722	0	172	9.090	12.984

Fonte: www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp [capturado em outubro de 2009]

Conforme dados do quadro do Estado de Goiás, os municípios localizados na área de influência do empreendimento cultivaram na Safra 2008/2009¹³ uma área de 12.984 hectares e o município que apresenta maior área plantada é Serranópolis com 7.116 hectares, seguindo por Mineiros 2.707 hectares e Caçu 2.253 hectares.

Já nos dois municípios do Estado de Minas Gerais influenciados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, a área total plantada corresponde 19.991 hectares conforme o quadro abaixo.

¹² No estudo os pesquisadores consideram como área cultivada a área de colheita, de reforma e de expansão da cana-de-açúcar

¹³ No estudo os pesquisadores consideram como área cultivada a área de colheita, de reforma e de expansão da cana-de-açúcar

Quadro 3.6.5.11- 20 - Cultivo em hectares de cana-de-açúcar nos municípios Mineiros atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Safra 2008/02009

Município	Soca	Reformada	Em reforma	Expansão	Total
Iturama	24.665	1.906	2.035	2.296	30.902
Limeira do Oeste	11.330	148	85	7.526	19.089
Total	35.995	2.054	2.120	9.822	49.991

Fonte: www.dsr.inpe.br/canasat/index.jsp [capturado em outubro de 2009]

No caso dos municípios do Estado de Minas Gerais o que chama atenção são as áreas de expansão, sobretudo, no município de Limeira do Oeste, a área de expansão da cana-de-açúcar nesse município corresponde a 7.526 hectares. Sobre a expansão da cana na região da Influência da LT, foi possível observar que além das usinas já existentes, outras em fase de instalação e ampliação pertencentes a grupos do setor tais como no caso a Brenco em Mineiros-GO, Coruripe em Limeira do Oeste-MG, entre outras.

Num levantamento realizado em uma das principais associações do setor, ou seja, União de produtores de Bioenergia foi constatada que na região de influência da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 que compreende de Santa Rita do Araguaia em Goiás até Araraquara no Estado de São Paulo, foi possível identificar 26 usinas, sendo que 16 já estariam instaladas, nove usinas estariam na condição de novas unidades e uma especificamente no município de Iturama-MG seria exclusivamente para Biodiesel. Das já instaladas o destaque vai para os municípios do Estado de São Paulo que somam a totalidade, já as novas estão concentradas principalmente nos municípios goianos. Conforme pode ser observado não quadro abaixo.

Quadro 3.6.5.11- 21 - Usinas associadas à União de produtores de Bioenergia nos municípios influenciados pelo empreendimento

Usina	Município	Estado	Condição
Energética Serranópolis -	Serranópolis	Goiás	Unidade instalada
Sinimbu	Serranópolis	Goiás	Nova unidade
Cosan Centroeste -	Jataí	Goiás	Nova unidade
Elcana	Jataí	Goiás	Nova unidade
Jataí	Jataí	Goiás	Nova unidade
Morro Vermelho	Mineiros	Goiás	Nova unidade
Rio Doce- Unidade II -	Caçú	Goiás	Nova unidade
ETH Bioenergia - Unidade Rio Claro -	Caçú	Goiás	Nova unidade
Iturama - I	Tarumã	Goiás	Nova unidade
Total de Usinas nos municípios do Estado de Goiás			09
Biodiesel Triângulo -	Iturama	Minas Gerais	Unidade de Biodiesel
Coruripe - Filial Iturama	Iturama	Minas Gerais	Unidade instalada
Coruripe - Filial Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Minas Gerais	Unidade instalada
Cabrera Central Energética	Limeira do Oeste	Minas Gerais	Nova unidade
Total de Usinas nos municípios do Estado de Minas Gerais			04
Meridiano	Meridiano	São Paulo	Unidade instalada

Usina	Município	Estado	Condição
Ouroeste	Ouroeste	São Paulo	Unidade instalada
Alcoeste	Fernandópolis	São Paulo	Unidade instalada
Zanin	Araraquara	São Paulo	Unidade instalada
Maringá	Araraquara		Unidade instalada
Tamoio	Araraquara	São Paulo	Unidade instalada
São José da Estiva	Novo Horizonte	São Paulo	Unidade instalada
CEMMA	Monte Aprazível	São Paulo	Unidade instalada
Oeste Paulista	Monte Aprazível	São Paulo	Unidade instalada
Catanduva - Unidade José Bonifácio	José Bonifácio	São Paulo	Unidade instalada
Malosso	Itápolis	São Paulo	Unidade instalada
Santa Fé	Nova Europa	São Paulo	Unidade instalada
Total de Usinas nos Municípios do Estado de São Paulo			13
Total Geral de Usinas na Área de Influência			26

Fonte: União dos produtores de Bioenergia (UDOP)

Uma explicação do aumento e da expansão dessa cultura e de usinas nessa região esta associada à valorização do biodiesel como uma alternativa para a produção de combustível menos poluente. Em alguns casos, os usineiros têm usado o slogan de preservação do meio ambiente para justificar essa expansão.

Outro elemento relacionado com a cultura da cana é a forte atração de trabalhadores rurais, vindo de diversas regiões do país, sobretudo do nordeste, para trabalhar no corte da cana.

No entanto, segundo informações de alguns entrevistados, nos últimos anos as usinas têm preferido contratar trabalhadores que tenham residência na região do corte, pois o Ministério do Trabalho tem atuado com mais rigor e intensidade na fiscalização das condições de trabalho e no cumprimento de direitos trabalhistas. Outra característica dessa cultura é a grande circulação de veículos longos e pesados conhecidos como Bitrem e tritrem.



Foto 3.6.5.11- 187 - Foto: Caminhão Bi-trem

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

No caso da circulação desses veículos foi possível observar principalmente nos municípios do Estado de São Paulo, que esses circulam não só nas estradas rurais, mas também, com freqüências as rodovias estaduais e federais que cortam a região. Por isso, durante o período da obra é preciso ficar atento para que não ocorra acidentes.

- **Soja e Milho**

A sojicultura é atividade agrícola como maior intensidade no trecho atravessado Mato Grosso e sul de Rondônia, ocupando extensas áreas cultivadas, formando com as pastagens, a paisagem predominante na região. A vários fatores pode-se atribuir o desenvolvimento da sojicultura na região, tais como a topografia favorável, que permite um elevado grau de mecanização, baixo valor da terra, em comparação à região Sul, de onde são grande parte dos produtores, e abundante malha rodoviária que permite u maior escoamento da produção.



Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

O escoamento da produção no corredor em estudo se dá através da extensa malha rodoviária existente. Permite o abastecimento de agroindústrias da região e a exportação. As grandes áreas de plantio de soja do Estado do Mato Grosso estão concentradas em Vila Bela da Santíssima Trindade, Jaciara e Juscimeira.

Na região próxima aos municípios de Mineiros e Serranópolis-GO, foi possível identificar algumas áreas sobretudo, os chapadões destinadas ao plantio de grãos (Soja, milho e sorgo). No entanto, é importante ressaltar que a soja é cultura que possui um destaque maior. Ela começa a ser plantada no Centro-Oeste no início da década de 1970 através de programas governamentais de expansão agroindustrial que tinham a soja como estratégia de desenvolvimento econômico para a região.

Sobre o manejo dessas culturas um produtor explicou que normalmente, essas culturas são plantadas em períodos intercalares, ou seja, quando é colhida a soja o produtor prepara a terra e planta o milho ou sorgo. O modelo de produção exige tratores, colheitadeiras e pouca mão-de-obra.

Esse tipo de cultura (grãos) não existiria incompatibilidade com o empreendimento, entretanto, é comum ouvir relatos de pilotos agrícolas reclamarem que não poderiam sobrevoar as lavouras que se encontra em baixo de Linhas de Transmissão, por causa da segurança dos pilotos e aeronaves. Com isso, nas faixas de servidão o rendimento por área colhido ficaria prejudicado, pois a pulverização na faixa de servidão de LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 acabaria não acontecendo.

- **Avicultura**

Alem da pecuária e das culturas citadas anteriormente outra modalidade de agricultura encontrada no município de Mineiros-GO foi o sistema de integração da Perdigão, que é caracterizado pelos contratos entre a Perdigão e os proprietários rurais, que ficam responsáveis por criarem as aves para o abate e processamento.

Essa unidade da Perdigão foi inaugurada em 2007, numa área de 135 hectares, sendo composto de dois abatedouros, um incubatório e uma fábrica de ração. O complexo tem capacidade para processar 81 mil toneladas anuais de produtos à base de carne de aves pesadas, o equivalente a 24 mil cabeças de perus e 140 mil de frangos e de aves chester por dia.

No processo de criação das aves a empresa dividiu os proprietários que estão participando da integração em dois grupos, aqueles responsáveis pela fase inicial, e os responsáveis pela fase terminal. Essas propriedades que fazem parte do processo de integração são conhecidas como Núcleo do Sistema Integrado da Perdigão, nas placas de identificação de cada núcleo é possível identificar o nome do proprietário da granja.

Os recursos utilizados pelos produtores integrados na construção dos módulos provêm principalmente do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) via Banco do Brasil. Normalmente em cada, propriedade existe um casal que fica responsável por tomar conta até de 44.000 aves, esses funcionários são conhecidos como coordenadores de produção. Durante o período de transferência das aves para a fase de terminação ou até mesmo abate, são contratadas empresas especializadas nesse tipo de tarefa.

As instalações conhecidas como módulos correspondem a galpões de 100mx8m para as aves, silos de armazenamento de ração, casas para os empregados e depósito de gás para aquecimento dos galpões. Em algumas propriedades é possível encontrar

plantações de eucalipto envolta das granjas, que servem como barreira de vento e que também, são explorados pela própria Perdigão.

O manejo e as normas das granjas seguem um padrão bem rigoroso, não permitindo a entrada de estranhos na área dos galpões, e a entrada nos galpões dos funcionários só é possível depois de realizar todos os tramitem profiláticos, inclusive tomando banho para entrar na granja.

- **Mandioca**

A cultura da mandioca está presente em todo trecho pesquisado de Porto Velho à São Paulo, principalmente entre os agricultores familiares e assentados. É o principal item da dieta destas populações e apresenta elevada importância economia para estas famílias. Seja na venda da própria mandioca, ou na produção de farinha, o principal destino da produção são as sede municipais sendo lá comercializados e garantindo um renda mensal mínima para cada família. O principal meio de descolamento da produção é através de utilitários, em geral, transportada pelo próprio agricultor para feiras e mercados.



Foto 3.6.5.11- 189 - Sistema de cultivo de roça de toco no preparo da terra e crescimento da mandioca.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

O cultivo através do sistema de roça de toco depende predominantemente das condições meteorológicas e da força de trabalho empreendida em cada ano, e no caso do trecho pesquisado é o sistema mais utilizado. A área destinada ao plantio é relativamente pequena se comparada à outras culturas, o que implica em menores áreas desmatadas para a sua produção. Não há acompanhamento técnico para a cultura, a não ser que paguem por isto. Como os resultados produtivos não são facilmente alcançados com uma ou outra visita técnica e tendo em vista o retorno financeiro com a comercialização da produção, os produtores descapitalizados desconsideram totalmente esta possibilidade.

Há também ocorrência do cultivo da mandioca, geralmente destinado à produção de farinha. Neste caso, os produtores recorrem a uns poucos que possuem maquinários e fornos para o processamento. Pagam porcentagem da produção final. Depoimentos confirmam que 01 alqueire plantado com mandioca tem capacidade de produção de até 200 sacos de farinha. Um saco chega a ser vendido, em períodos de mercado aquecido, por R\$ 100,00.

- **Fruticultura**

No trecho pesquisado, a banana, abacaxi e melancia são as principais frutas e produzidas e comercializadas. As suas produções estão intimamente ligadas à oferta de crédito e de assistência técnica ao agricultor familiar da região. Possuem elevada importância para a composição da renda mensal e ocorrem ao longo do trecho pesquisa, especialmente nos assentamentos rurais de reforma agrária.



Foto 3.6.5.11- 190 - Plantio de banana consorciado com mandioca.



Foto 3.6.5.11- 191 - Plantio de abacaxi em assentamento rural.

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

A forma de escoamento da produção é similar ao da mandioca, onde as sedes dos municípios são os principais destinos, sendo então, comercializados em feiras e mercados. Para aumentar o lucro e diminuir o custo do plantio, começa a ocorrer de acordo com os entrevistados, parceria entre os agricultores familiares para a formação de preços, aumento da área cultivada e transporte da produção.

- **Eucalipto**

Na AID, sobre a cultura do eucalipto identificou-se áreas de cultivo e extração no Sudoeste Goiano, no município de Santa Rita do Araguaia. No estado de São Paulo, identificou-se plantações de eucalipto nos municípios de Fernandópolis, Sebastianópolis do Sul, Neves Paulista, Nova Aliança, Marapoama e Fernandópolis. Contudo, não foi identificada nenhuma plantação expressiva dessa cultura. No entanto,

em alguns trechos encontrou-se eucalipto plantado como cerca de ventos, principalmente nos municípios de Goiás, ou na divisa de algumas propriedades que se encontravam próximas a estradas.

- **Citros**

A cultura do citros, sobretudo laranja e limão, foi encontrada predominantemente nos municípios paulista, ou seja, nos municípios de Votuporanga, Maceônia, Nova Aliança, Potirendaba, Urupês, Marapoama, Itajobi, Itápolis e Gavião Peixoto. Foi possível ainda encontrar algumas lavouras de laranja que vão se estender até próximo ao município de Araraquara.



Foto 3.6.5.11-192 - Laranjal

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

A laranja na região seguiu o ciclo de substituição de culturas, ou seja, segundo fontes de campo, a laranja começou a se expandir e a substituir as antigas lavouras de café que ocupavam essa região. Com a expansão da laranja, vieram toda uma infraestrutura e empresas ligadas ao setor.

Conforme entrevista realizada em campo, um produtor explicou que a laranja produzida na região tem como finalidade principal, abastecer as indústrias fabricantes de suco.

Apesar de ter assumido uma importância econômica muito grande para a região, muitas áreas cultivadas com citros têm sido substituídas pelo plantio de cana-de-açúcar. Essa realidade tem sido mais constante nos últimos cinco anos, na qual a cultura da cana-de-açúcar passou a expandir para áreas ora ocupadas por citros.

- **Seringueira**

A cultura da Seringueira no estado de São Paulo ocupa um papel importante na produção de Borracha Natural. A atividade está relacionada à heveicultura, que é o cultivo comercial da seringueira. De acordo com os estudos do Instituto de Economia

Agrícola - IEA, a introdução da seringueira no estado, data da década de 70 e foi fruto da política pública do governo, com o objetivo de dispor novas alternativas agrícolas aos produtores. Hoje, a heveicultura paulista está concentrada no noroeste do estado, em municípios da mesorregião de São José do Rio Preto. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) em 2004, a produção de borracha do gênero *Hevea* – *Hevea brasiliensis*, a seringueira, chegou a 79.041 toneladas (t). Em 2007 (últimos dados divulgados pelo instituto), a produção atingiu 95.541 (t) de borracha, ou seja, um crescimento de 22%. Atualmente 80% da produção são destinados à indústria pneumática e os outros 20% às indústrias leves; como farmacêutica e decoração (Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha – Apabor). Os números mostram: atualmente, a heveicultura paulista ocupa uma área plantada de 70 mil hectares, dividido por quatro mil propriedades (entre pequenas, médias e grandes). “Existem no Estado de São Paulo 38 milhões de pés, sendo 25 milhões em produção e o restante em formação. Os seringais estão presentes em cinco mil propriedades que produzem 65 mil toneladas de borracha seca e empregam 10 mil sangradores”, informou o engenheiro agrônomo da CATI Regional Votuporanga¹⁴.

A produção de borracha natural é realizada de modo artesanal, embora haja cursos de qualificação e orientação para a realização da sangria. A atividade heveícola possui grande valor social, conhecida pela capacidade em geração de trabalho permanente, principalmente familiar, pois é uma atividade que abre espaço para o trabalho feminino, uma vez que a prática da sangria exige habilidade, sensibilidade e não necessita força¹⁵.



Foto 3.6.5.11-193 - Seringal e Gado

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009

Assim, como a seringueira por causa do seu porte é uma cultura incompatível com o empreendimento é preciso registrar que foram encontradas o cultivo dessa cultura apenas em algumas propriedades localizadas nos municípios paulista influenciados

¹⁴ Portal: <http://www.cati.sp.gov.br/Cati>. Acesso: 8/3/2010.

¹⁵ Celma da Silva Lago Baptistella - ANÁLISE COMPARATIVA DA HEVEICULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1995/96 e 2007/08

pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, principalmente entre os municípios de Monte Aprazível, Sebastianópolis do Sul, Neves Paulista, Potirendaba, Pedranópolis e Votuporanga. Totalizando cerca de 940 unidades de produção, numa área de pouco mais de 16.000 hectares. O município que merece destaque é Monte Aprazível com cerca de 220 unidades de produção, conforme pode ser observado a seguir.

Quadro 3.6.5.11- 22 - Seringueira, por Municípios influenciados pelo empreendimento no Estado de São Paulo safra 2007/08.

Município	UPAs*	Área ha	Plantas	Ranking de Área
Monte Aprazível	215	3.242,50	1.504.746	1
Neves Paulista	45	1.278,40	681.100	15
Fernandópolis	43	783,80	390.790	29
Meridiano	21	554,80	269.250	37
Valentim Gentil	23	351,10	150.727	60
Nova Aliança	23	337,40	229.400	65
Turmalina	29	309,30	148.650	69
Itajobi	23	272,80	143.200	77
Urupês	9	227,60	76.580	84
Ouroeste	12	129,60	57.900	124
Potirendaba	13	122,70	59.200	128
Itápolis	7	91,60	46.500	148
Tabatinga	1	72,60	35.164	164
Total	951	16.146,20	8.105.904	

Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro de 2009. Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA.*UPA's Unidades de Produção Agropecuárias

Foi possível observar no trabalho de campo que essa cultura na área de Influência Direta está centrada, sobretudo, em médias e pequenas propriedades.

No entanto, entre os municípios de Neves Paulista foi encontrada uma grande propriedade denominada fazenda Santa Helena, onde existe uma usina de processamento de látex, serraria, olaria e vilas perfilando um total de 50 casas de trabalhadores que estão em sua maioria envolvidos com a atividade da seringa. De acordo com um funcionário entrevistado seriam aproximadamente 180 alqueires de terra, sendo boa parte ocupada com seringa.

O sistema de produção se dá duas formas: parceria ou assalariada. As áreas em parceria, em geral, são pequenas ou médias propriedades, onde a empresa entrega a muda para o proprietário e este recebe uma orientação sobre a espécie e o período de realização da sangria e este vende o látex para a indústria.

De acordo com as pesquisas realizadas, grande parte desses trabalhadores são provenientes da região amazônica, que devido a expansão do agronegócio deixaram os seringais dos municípios de origem e migraram para São Paulo para trabalhar nos seringais da região.

c. Travessia de Rios Navegáveis

O traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 cruzará ou margeará diversos rios tributários das sub-bacias hidrográficas pertencentes às bacias regionais do rio Amazonas, Tocantins e Paraná. Dentre as sub-bacias e rios contribuintes atravessados pelo traçado da LT, destacam-se:

Quadro 3.6.5.11 - 23 – Sub-bacias e principais rios contribuintes atravessados pela LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Sub-bacia	Curso d'água	Comprimento da Travessia (m)
Rio Jamari	Rio Candeia	67
	Rio Jamari	75
	Rio Pardo	188
Rio Ji-Paraná	Rio Jaru	92
	Cór. Índio Cocheiro	47
	Rio Pimenta Bueno	63
Rio Guaporé	Rio Cabixi	30
	Rio Guaporé	ND
Rio Paraguai	Rio Jauru	90
	Rio Branco	53
	Rio Sepotuba	76
	Rio Paraguai	51
Rio Cuiabá	Rio Cuiabá	340
	Rio Coxipo	41
Rio São Lourenço	Rio São Lourenço	58
Rio Araguaia	Rio Araguaia	31
Rio Paranaíba	Rio Verde	112
	Rio Paranaíba	279
	Rio Arantes	41
Rio Grande	Rio Grande	600
Rio Tietê	Rio do Cubatão	ND

N.D.: Não Determinado – Fotos de satélite com baixa resolução e/ou cobertura de nuvens

Na maioria dos rios identificados ao longo do corredor em estudo e no entorno dos empreendimentos a navegação se dá através de embarcações a remo para a pesca de subsistência, em especial no período de cheia (entre novembro e março). A exceção de rios maiores os quais permitem a navegação de embarcações com passageiros ao longo de todo o ano e embarcações motorizadas destinadas a pesca esportiva, em especial nos rios os quais as sedes municipais se situam as suas margens, dentre os principais rios que permitem navegação, podemos citar:

- **Rio Jamari:** A nascente do rio Jamari localiza-se no sudoeste da Serra dos Pacaás Novos, em Rondônia, apresentando um desenvolvimento no sentido norte com desembocadura na margem direita do rio Madeira. Seus principais afluentes pela margem direita são os rios Branco, Preto do Crespo e Quatro Cachoeiras e, pela margem esquerda, os rios Massangana e Candeias. A LT abrangerá uma extensão próxima de 213 km, em cujo percurso destacam-se as travessias do **rio Candeias**..
- **Rio Ji-Paraná (ou Rio Machado):** tem sua nascente localizada na Chapada dos Parecis formada pela confluência dos rios Comemoração e Pimenta Bueno. Constitui o mais importante afluente do rio Madeira, devido à longa extensão de seu curso, atravessando todo o Estado de Rondônia no sentido sudeste-norte. A área de drenagem contribuinte é de 75.400km² e descarga média anual de 700 m³/s, apresentando um comprimento total de 972km. Ao longo de seu curso, recebe a contribuição de outros 5 tributários: Rolim de Moura, Urupá, Jarú, Machadinho e Preto. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N^o 01 abrangerá uma extensão de 339km, nas proximidades da cidade de Ji-Paraná, a trajetória da linha acompanhará o curso do rio principal, cortando diversos pequenos tributários contribuintes pela margem esquerda.
- **Rio Guaporé:** o rio Guaporé nasce no Estado de Mato Grosso, nos contrafortes meridionais da Serra dos Parecis, em altitudes próximas de 650 m. A maior parte do seu percurso atua como linha divisória entre o Brasil e a Bolívia. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N^o 01 abrangerá uma extensão de 387 km, cortando uma seqüência de tributários afluentes pela sua margem direita.
- **Rio Paraguai:** O rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis, no estado de Mato Grosso e desemboca ao sul no rio Paraná, após receber vários tributários, principalmente da margem esquerda. Faz fronteira do Brasil com a Bolívia só num trecho ao sul da Bolívia. Em seu percurso inicial, cerca de 50 km, tem o nome de rio Paraguaíinho, mas logo passa a ser conhecido como rio Paraguai, percorrendo um trajeto de cerca de 2.621 Km até sua foz, no rio Paraná. A bacia do rio Paraguai constitui uma das doze regiões hidrográficas do território brasileiro. Dentre estes tributários, destaca-se o rio Jauru. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N^o 01 atravessará as porções médio-alto da bacia em uma extensão aproximada de 234 km, cortando o curso d'água principal e pequenos tributários contribuintes pela sua margem direita.
- **Rio Cuiabá:** nasce no município de Rosário do Oeste, nas encostas da Serra Azul, tendo como formadores os rios Cuiabá da Larga e Cuiabá do Bonito. Após

a confluência destes rios recebe o nome de Cuiabazinho e somente após encontrar o rio Manso, passa a se chamar de Cuiabá. É um dos principais afluentes do Rio Paraguai. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 atravessará as porções médio-alto da bacia em uma extensão aproximada de 181 km, cortando o curso d'água principal e pequenos tributários contribuintes pela sua margem esquerda.

- **Rio São Lourenço:** rio situado na região bacia do Prata, afluente pela margem direita do Rio Cuiabá e conseqüentemente uns dos formadores do Rio Paraguai. Rio com uma estrutura de pesca muito boa, com praias, areões, alguns pontos com corredeiras e até ilha. O volume de água é grande e o rio bem sinuoso apresentando trechos estreitos e outros bem largos. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 atravessará as porções médio-alto da bacia em uma extensão aproximada de 167 km, cortando o curso d'água principal e pequenos tributários contribuintes pela sua margem esquerda.
- **Rio Araguaia:** nasce no estado de Goiás, nos contrafortes da Serra do Caiapó, próximo ao Parque Nacional das Emas, na divisa com os Estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desaguando no rio Tocantins pela sua margem esquerda. Este rio faz a divisa natural entre os Estados de Mato Grosso e Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará. Seus principais afluentes são: Rio das Mortes e Cristalino. Na metade do seu percurso o Araguaia se divide formando a maior ilha fluvial do mundo a Ilha do Bananal, importante área de pesca e turismo ao longo do rio. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 cruzará uma pequena extensão da região de cabeceiras desta bacia em percurso aproximado de 91 km.
- **Rio Paranaíba:** nasce na serra da Mata da Corda, município de Rio Paranaíba, estado de Minas Gerais. Tem aproximadamente 1.070Km de curso até a junção ao rio Grande, onde ambos passam a formar o rio Paraná, no ponto que marca o encontro entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, e forma a divisa natural de Minas Gerais com Goiás e, já próximo de sua foz, de Minas Gerais com Mato Grosso do Sul. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 abrangerá uma extensão de 337km do baixo curso desta bacia. Grande parte deste percurso acompanha o rio Verde, um dos tributários afluentes pela margem direita do rio Paranaíba
- **Rio Grande:** nasce no estado de Minas Gerais na Serra da Mantiqueira em Bocaina de Minas e percorre 1.360 km até encontrar o rio Paranaíba, formando o rio Paraná. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 cruzará

transversalmente uma pequena extensão do território bacía, com percurso aproximado de 101 km, em região situada próximo a sua foz no rio Paraná.

- **Rio São José dos Dourados:** nasce em Mirassol e abastece parte do município, passa por municípios como Neves Paulista, Monte Aprazível, e Nhandeara. Tem a foz no rio Paraná, correndo paralelamente ao rio Tietê. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 cruzará transversalmente uma pequena extensão do território bacía, com percurso aproximado de 39 km.
- **Rio Tietê:** nasce nas contrafortes da serra do mar, no município paulista de Salesópolis em cotas aproximadas de 1.120m, atravessando em seu percurso a capital do estado de São Paulo e praticamente todo o território paulista indo desaguar no rio Paraná. A LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 não cruzará o curso d'água principal, contornando longitudinalmente a região próxima aos divisores de água desta bacía em um percurso aproximado de 206 km. Nesta extensão, a linha atravessa diversos pequenos tributários formadores afluentes pela margem direita do rio Tietê
- **Navegação e Usos dos Rios ao longo do corredor em estudo:**

Nos primeiros quilômetros do traçado os rios identificados nas Áreas de Influência Direta são tributários do Rio Candeias, divisor natural entre os municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari. No trecho de Porto Velho foram identificados o Rio das Garças, João Ramos e Cavaló "Véio". No município de Candeias do Jamari o único rio identificado foi o Tapagi. O uso desses rios está relacionado à extração comercial de areia, transporte fluvial, fornecimento de alimento às famílias locais, pesca esportiva e lazer.

Uma das atividades comerciais realizadas no Rio Candeias é a extração de areia. Diversas empresas mineradoras exploram o leito e as margens do Rio, fornecendo a produção principalmente para as obras de construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Segundo informações coletadas na cidade de Candeias do Jamari, a atividade está ocasionando a degradação ambiental do Rio, situação que está levando a Prefeitura a acionar os órgãos ambientais e exigir compensações/recuperação das áreas impactadas.



**Foto 3.6.5.11-194 - Rio Candeias
Candeias do Jamari(RO).**



**Foto 3.6.5.11 - 195 - pequena embarcação
Rio João Ramos– Porto Velho (RO).**

Fonte: Pesquisa de campo, 06/02/2010 a 13/02/2010

Como principal rio da região estudada, as Candeias é o que apresenta melhores condições de navegabilidade, apesar das grandes cachoeiras não permitirem o transporte fluvial em todo o seu curso no período de verão. As embarcações mais utilizadas são os barcos de alumínio e lanchas com comprimento até 8 metros. Em função da grande quantidade de cachoeira, os rios menores possuem navegação muito restrita, inclusive no período de inverno. Nesses rios a navegação é realizada com pequenas canoas e somente em alguns trechos.

Também na bacia do rio Jamari, o Rio Jamari, em seu trecho localizado nas Áreas de Influência Direta não possui nenhuma ponte. As pontes existentes encontram no Rio das Garças e Cavalo “Véio”, em Porto Velho; e no Rio Tapagi, em Candeias do Jamari. Na Linha 22, na AID do Eletrodo Nº 001 da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, o acesso encontra-se limitado pela ausência de uma ponte sobre o Rio João Ramos, inviabilizando a ligação da região com a BR 364, no sentido Porto Velho/Candeias do Jamari. Um dos acessos à AID do Eletrodo de Terra, ocorre pela travessia do Rio Candeias através uma balsa, ligando as linhas 43 e 27 à cidade de Candeias do Jamari.



**Foto 3.6.5.11- 196 - Rio João Ramos
Porto Velho (RO)**



**Foto 3.6.5.11 - 197 - Ponte sobre o Rio Cavallo “Véio”
Porto Velho (RO)**

Fonte: Pesquisa de campo, 06/02/2010 a 13/02/2010

A pesca esportiva é uma atividade que cada vez mais ganha importância na região, sendo o Rio Candeias o destino mais procurado pelos turistas e pescadores profissionais das cidades de Porto Velho e Candeias do Jamari. Esta modalidade se intensifica no verão, período que ocorre os festivais de pesca, bastante comum na região. Para a população residente na AID, a pesca é uma atividade que está mais relacionada ao lazer do que como uma base relevante da dieta familiar. Ela é realizada com maior frequência pelas famílias que vivem em propriedades cortadas ou próximas aos rios. O Rio das Garças, João Ramos e Tapagi, são os mais procurados, locais onde são pescadas as espécies Tucunaré Jatuarana, Piau, Traíra e Cará.

No Estado do Mato Grosso, com exceção do rio Guaporé que permite a negação de embarcações com passageiros, somente no período da cheia (entre novembro e março) não foram identificados trechos de rios navegáveis no corredor em estudo. Em geral a navegação destes rios no trecho pesquisado se dá através de embarcações a remo para a pesca de subsistência.



Foto 3.6.5.11- 198 - Embarcações a remo de moradores do rio Cuiabá

Fonte: Pesquisa de campo, 06/02/2010 a 13/02/2010

Em virtude de estarem localizadas em propriedades particulares e com o acesso por consequência impedido, inclusive para a população da região, não foi possível visitar todos os possíveis pontos de travessia do empreendimento sobre os rios do corredor.

O Rio Guaporé nasce na Chapada dos Parecis, na sua extensão de aproximadamente 1.400 km, cerca de 1.000 km são navegáveis a partir de Vila Bela da Santíssima Trindade, passando pelas cidades de Pontes e Lacerda e seguindo até Vila Bela da Santíssima Trindade, O Rio Guaporé possui uma grande importância para Pontes e Lacerda, tanto para pesca e para o turismo e lazer, promovendo Festival de Pesca, com diferentes categorias para o campeonato de pesca, como: pesca embarcada, pesca esportiva e outras atividades que são desenvolvidas na beira do rio.



Foto 3.6.5.11- 199 - Campeonato de pesca no rio Guaporé.

Fonte: <http://www.ponteselacerda.mt.gov.br>

Outro rio de relevância no segundo trecho do traçado é o rio São Lourenço. O rio é utilizado pela população local como área de pesca e por possuir praias, areões, alguns pontos com corredeiras e até ilha. O volume de água é grande e o rio bem sinuoso apresentando trechos estreitos e outros bem largos. A navegação apesar de tranqüila merece atenção especial devido a quantidade de sedimento e troncos depositados no leito do rio. O rio é utilizado tanto para a pesca artesanal como para a pesca esportiva, da população residente, principalmente em Rondonópolis – MT.

No trecho 3, entre os municípios de Santa Rita do Araguaia(GO) e Araraquara (SP) os principais rios navegáveis encontrados foram os rios Paranaíba, que divide os Estados de Goiás e Minas Gerais, o Rio Grande, popularmente conhecido como “Água Vermelha”. É importante ressaltar que nesta região o rio Paranaíba vai compor a hidrovia do Tietê-Paranaíba– Paraná realizada para o transporte de cargas e passageiros entre os rios Paraná e Tietê.



Foto 3.6.5.11- 200 - Rio Paranaíba

Fonte: levantamento de campo: outubro – dezembro de 2009

Segundo dados da Administração da Hidrovia do Paraná – AHRANA/MT a hidrovia tem uma extensão de 1.020km, sendo dividida em quatro trechos conforme dados e figura, logo abaixo.

1. O Trecho 01, da Hidrovia está situado entre a UHE de Itaipu e a entrada do Canal de Navegação, sob a Ponte Rodoviária Ayrton Senna, apresentando profundidades que variam entre 10m e 180m, com extensão de 170 km.
2. O Trecho 02, com extensão de 245 km, estende-se desde o Canal de Navegação sob a Ponte Rodoviária Ayrton Senna até a UHE Eng.º Sérgio Motta (Porto Primavera).
3. O Trecho 03, com extensão de 270km e totalmente situado no reservatório da UHE de Eng.º Sérgio Motta.
4. O Trecho 04, com extensão de 225 km, apresenta boas condições de navegação desde a foz do Rio São José dos Dourados até o Complexo Portuário de São Simão (GO), com o percurso de 55 km no Rio Paraná, 170 km no Rio Paranaíba e 80 km no Rio Grande (trecho IV-A). O Rio Grande nasce na Serra da Mantiqueira (MG), corre até a Barragem de Água Vermelha e depois, na confluência com o Rio Paranaíba, dá origem ao Rio Paraná. Nele, foi identificada a barragem da UHE Água Vermelha, que desde sua implementação, provocou alterações sociais, econômicas e principalmente no meio ambiente, devido às modificações hidrológicas que acarretam nos rios



Foto 3.6.5.11- 201 - : Rio Grande – “Água Vermelha”

Fonte: levantamento de campo: outubro – dezembro de 2009

Na região de transposição da balsa o rio apresenta uma largura estimada em 50 metros, onde suas margens tanto no lado goiano quanto mineiro apresentam-se quase que em sua totalidade desprovidos de vegetação. Esta quando observada apresenta-se rala em uma faixa de menos de 10 metros de largura.

Também, foi observado que a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 passa por alguns rios que são pouco utilizados para navegação. Estes rios na grande maioria das vezes não possuem corredeiras nem quedas d'água, não são muito profundos e geralmente de largura reduzida. Suas margens são providas de mata ciliar com largura variada envolta por áreas de cultivo de cana de açúcar, ou áreas de pastagem. Nestes rios é comum a população utilizá-los como área de lazer para a pesca, e banho principalmente no estado de Goiás.

Na área de segurança do Eletrodo Nº 01 – São Paulo, foi possível identificar alguns córregos e represas, como ilustra o quadro a seguir. Contudo, o seu uso se limita a bebedouros para o gado. Nenhum entrevistado revelou o uso dos rios, córregos e represas para irrigação ou para uso doméstico. A água usada nas propriedades identificadas, geralmente vem de poços artesianos. O quadro abaixo ilustra os pontos encontrados.

d. Projetos de Desenvolvimento Econômico

De modo geral, as informações sobre os projetos econômicos da região de estudo foram apreendidas por meio de um exaustivo trabalho de campo, ao longo de toda All, o que revela dados qualitativos dos representantes institucionais de cada município da All. Nesse sentido, aliado as informações de órgãos de licenciamento ambiental (IBAMA) foi possível sistematizar o corpo, de modo geral, dos projetos na região de estudo.

Os projetos de desenvolvimento econômico da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 em grande parte se caracterizam por diferentes empreendimentos que visam alterar as condições econômicas dos municípios da All desse trabalho. Suas principais atividades se caracterizam por projetos de grande porte, otimizando os recursos de cada região, como é o caso do potencial energético de rios, na geração e produção de energia, em todos os trechos desse corredor de estudo e o plantio de cana, na produção de outras fontes de geração de combustíveis, com diversas instalações de usinas de álcool.

De modo geral, no trecho 1 e 2 desse corredor de estudo foi mais observado as atividades econômicas voltadas para a geração e transmissão de energia, com diferentes tipos de instalação de instrumentos de captação de energia como usinas hidrelétricas e PCHs, excetuando o Município de Pimenta Bueno (RO), que apresentou o projeto de uma usina de álcool.

Nos primeiro quilômetros do traçado há a construção de uma Pequena Hidrelétrica Central Hidrelétrica no Rio Candeias, município de Candeias do Jamari (RO). Segundo os representantes da Prefeitura do Município, o processo para a autorização da obra encontra-se em tramitação na Agência Nacional de Energia Elétrica. O projeto tem o objetivo de suprir as necessidades rurais e a crescente demanda por energia pelos domicílios, comércios e indústrias localizadas na Vila Triunfo. As outras formas de uso e ocupação do solo, caracterizada por projetos de desenvolvimento econômico podem ser destacados no trecho 1, foi identificado no município de **Cacaulândia (RO)** projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água. Em **Primavera de Rondônia (RO)** foi identificada um projeto de usina de álcool, no perímetro urbano. Na rodovia RO 479 que liga a BR 364 ao município de Rolim de Moura (RO), foi identificada a existência de uma Linha de transmissão com potência de 69 KV, que tem a função de atender a demanda do espaço rural e do urbano no referido município. No município de **Pimenta Bueno (RO)** o projeto da Usina Hidrelétrica Rondon II, está sendo construída, no rio Melgaço, ainda sem operação.

Já no município de **Chupinguaia (RO)**, ainda em processo de licenciamento ambiental, está prevista a operação de duas PCHs, uma no rio Urubu, ainda em fase de construção e outra no rio Cascata, já construída, mas sem operação, bem como outros empreendimentos. No trecho que corta o município de Chupinguaia, em região próxima ao Rio Pimenta Bueno, segundo entrevista com um morador próximo, foi possível descobrir que encontra-se em andamento a elaboração de um projeto para a construção de uma hidrelétrica no Rio Pimenta Bueno, em local que se superpõe ao trecho em que passará a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Para os moradores locais, a hidrelétrica apoiará o desenvolvimento das atividades

agropecuária e o fortalecimento da produção leiteira na região. Ainda no município de Chupinguaia encontra-se a Usina Hidrelétrica Cachoeira do Lago Nari. Segundo os informantes locais, existe uma proposta de ampliação da hidrelétrica para atender as demandas da cidade de Chupinguaia.

Em **Corumbiara (RO)** foi identificado um projeto de construção da rede de abastecimento de água e esgoto. Também em **Cerejeiras (RO)**, a atividade agrícola do estado tende a ser otimizada com a construção de uma usina de álcool, uma esmagadora de soja e uma indústria de biodiesel. A construção de três PCHs em propriedades particulares, no município de **Colorado do Oeste (RO)**; bem como a realização de três PCHs – Águas Claras, Miranda e o projeto de exploração de recursos minerais (ouro e níquel), pela Mineração Anglo Americana, no Morro sem Boné, no município de **Comodoro (RO)**. Em **Nova Lacerda (RO)** foi identificada a construção de três PCHs, uma no rio Galera, outra de Cuiabá – Suvinil, e outra da Preformax, ainda em estágio de licenciamento ambiental, bem como projetos de exploração mineral (ouro), com a empresa Yamana Gold.

No trecho 2 foi identificado diferentes projetos de desenvolvimento econômico no corredor de estudo, todos situados no estado de Mato Grosso. No município de **Vila Bela da Santíssima Trindade** foi observado dois projetos: de construção de um terminal turístico à beira rio, bem como a realização de um aterro sanitário de resíduos sólidos. Projetos de natureza de exploração mineral têm sido ampliada pela empresa Yamana Gold, na exploração de ouro. Em **Pontes Lacerda**, existe a previsão de instalação da empresa Vale do Rio Doce, bem como a exploração de ouro pela empresa Yamana Gold. Já em **Santo Antonio do Leverger** está sendo construída a PCH São Tadeu. No município de **Vale São Domingos**, foi identificado o projeto de uma usina hidrelétrica, de caráter particular, nos rios Corgão e Guaporé, ainda em processo de licenciamento ambiental. Também em **Jauru** foi identificado o projeto de construção de uma PCH, no rio Jaú, operada pela empresa Queiroz Galvão.



Foto 3.6.5.11 – 202 - Portaria da UHE Jauru



Foto 3.6.5.11 - 203- Passagem de linha de transmissão em área de pasto

Em **Reserva do Cabaçal** a construção de três PCHs, de caráter privado está com previsão de operação, no rio Cabaçal – Aracutil encontra-se em processo de licenciamento ambiental. No município de **Araputanga** foi identificado o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Arapucer, no rio Jaú, bem como a recuperação de nascentes, no Córrego das Pitas. Em **Indiavaí** foi observado o projeto de uma PCH, em Figueiropolis e no município de Rio Branco projetos de desenvolvimento ligados a exploração de metais. Em **Salto do Céu**, também foi identificado o projeto de construção de três usinas hidrelétricas, no rio Vermelho. Assim como o município de **Lambari do Oeste**, existe a previsão de construção de uma usina hidrelétrica, próxima a sede do município. Em **Barra dos Bugres** a atividade com previsão de desenvolvimento econômico se concentra na atividade de exploração mineral de cal, no distrito de Curupira, bem como o município de **Alto Paraguai**, que prevê a extração de areia, no bairro do São Pedro, perto do Córrego São Pedro. No município de **Rosário do Oeste** foi identificado o projeto de construção de uma grande frigorífico, da empresa Marfredi, em situação de licenciamento ambiental, bem como a construção de uma indústria de cimento na região. A captação de areia, no rio Cuiabá, bem como a exploração de água mineral, no Quilombo compõe os projetos privados de desenvolvimento econômico do município de **Jangada**. Em **Várzea Grande**, foi identificada a previsão de exploração de recursos minerais de areia, cascalho e argila, no rio Cuiabá por quatro empresas já licenciadas. No município de **Santo Antonio Leverger** existe apenas um projeto de reflorestamento de áreas descampadas, em fase de licenciamento ambiental. No município de **Juscimeira** foi identificado o projeto de construção de duas usinas hidrelétricas: José Fernandes, já licenciada e Usina Sete Quedas, em fase de licenciamento. Em **Rondonópolis** foi identificado apenas a exploração de recurso mineral de areia. Em **São Jose do Povo**, o projeto de recursos mineral de areia, na beira do rio Prata é realizado pela empresa Tadamana, bem como a captação de saibro para empresa Cerâmica Rondonópolis é retirada da estrada de acesso a cidade. No município de **Poxoréo** foi observada a exploração de mineral de pedras preciosas como diamantes, bem como a captação de areia, e pedra, nas margens do rio Areia, Jacomo e Coité. Também em **Guiratinga** foi identificado a previsão de construção de 10 PCHs, no rio Garças, em fase final da elaboração do EIA/RIMA. No município de **Pedra Preta** prevê-se a construção de um aterro sanitário, em fase de licenciamento ambiental, na região da Taboca, a 6 km da sede. E por fim, nesse corredor de estudo, no município de **Alto Araguaia** existe o projeto de construção de uma usina hidrelétrica, na cachoeira Couto Magalhães, ainda em fase de licenciamento ambiental.

No trecho 3, pela composição geográfica de três estados, e pelo favorecimento do potencial agrícola desse trecho com o plantio de cana em grande parte dos municípios

dessa All, observou-se além de atividades ligadas a geração e transmissão de energia, como usinas hidrelétricas, PCHs e LTs, o alto potencial de usinas de álcool na produção de combustível alternativo como o álcool.

No sudoeste goiano, no município de **Santa Rita do Araguaia (GO)** foi identificado o projeto de uma usina hidrelétrica (UHE) Couto Magalhães, operada pelo Grupo CEMAT Centrais Elétricas do Mato Grosso, ainda dependendo da licença de instalação (IBAMA). Em **Mineiros (GO)** foi observado três projetos de médio porte já em fase de operação: a instalação de do frigorífico Marfrig, o pólo industrial da Perdigão e a usina de álcool Brenco, já com licença de operação para liberar; o município também está concedendo licença nos loteamentos Assentamento Serra das Araras, Pouso Alegre e Formiguinha e desenvolve atividade de extração de calcário, em Pinga Fogo. Já em **Serranópolis (GO)**, outra usina hidrelétrica, denominada Itumirim está sendo construída, bem como um grande silo da COMIGO. **Jataí (GO)** a usina Cosan, do setor de energia renovável sucroenergético individual já foi licenciada, bem como a Trans Energia Renovável está sendo licenciada e a Usina Sinimbu (álcool) foi licenciada para entrar em operação. A Cosan está expandindo suas instalações, o Grupo Cabreira (álcool) está finalizando uma usina, bem como outras empresas estão com projetos de instalação de algumas linhas de transmissão na região. No tocante a exploração mineral nesse município, observou-se a extração de pedra brita próxima a saída para Caçu na BR-364. Em **Itarumã (GO)**, os projetos de construção das usinas hidrelétricas no Rio Verde passaram por licenciamento ambiental na Secretaria de Meio Ambiente do Estado. As duas usinas hidrelétricas no Rio Verde, localizadas na divisa com o município de Caçu, estão sendo operadas pelos grupos: Rio Verde Energia e Rio Verdinho Energia (participação da empresa Votorantim). Também foi identificada o projeto de instalação da Usina Rio Claro (cana-de-açúcar), com participação da Odebrecht. No município de **Caçu (GO)** duas UHE estão sendo construídas, já existem três PCHs. Identificou-se as AHE Salto do Rio Verdinho a 2 km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, em fase de finalização; AHE Foz do Rio Claro a 5 km da LT, no município de São Simão, também em construção com previsão de inauguração em 2010. Uma usina de cana também está sendo construída. Todos esses empreendimentos estão causando grandes impactos no município, a população está muito incomodada com as constantes intervenções no município por conta dos empreendimentos.

O triângulo mineiro atende a um pólo de produção de álcool. O município de **Santa Vitoria (MG)**, por exemplo, foi identificado a criação do primeiro pólo alcoolquímico do país, na Região do Pontal do Triângulo Mineiro, numa parceria entre a Dow Química e a SantelisaVale, do grupo Crystalsev. Nesse projeto prevê-se a instalação da Usina Vale do São Simão – Grupo Andrade (finalizado), a DOWQUIMICA (Usina sede em

Santa Vitória – em construção), a USINA ANDRADE (Grupo paulista – sede), ambas usinas de Cana. Em **Limeira do Oeste (MG)** a Usina de álcool Coruripe, com obras encerradas em 2004, passou por licenciamento ambiental e já está em operação. Atualmente a construção da Energética Cabrera (álcool) está sendo licenciada. No município de **União de Minas (MG)**, atualmente está sendo reestruturada uma atravessadora da produção leiteira do município (Unileite). E por fim, em **Itarumã (MG)** foi observado a 300m da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01, 2 linhas de transmissão cruzando a pista, bem como um projeto de construção de um Matadouro Municipal, ainda em processo de licenciamento está previsto para ser construído.

O trecho final dessa AID, no noroeste e oeste paulista, foi observado no município de **Populina (SP)** a instalação de um aterro sanitário, já em fase de licenciamento, atualmente o lixo é depositado em valas. E no tocante a exploração mineral identificou-se a extração de areia no Rio Grande na localidade Porto de Areia. Em **Ouroeste (SP)** a Usina Ouroeste (cana) funciona faz dois anos e passou por processo de licenciamento ambiental e já está em operação, bem como a lagoa de tratamento de esgoto no distrito de Arabá está sendo licenciada, no momento está com a LI; também a UHE Água Vermelha, a 4,5Km do eixo da linha de transmissão faz parte dos empreendimentos do município. No município de **Indiaporã (SP)**, foi identificado apenas projetos de pequeno porte, atualmente uma fábrica de extintores está passando por licenciamento e já existe uma fábrica de tecidos licenciada. Em **Pedranópolis (SP)** foi observado o projeto de construção de uma Usina de cana de açúcar, com previsão para o início das obras já 2010. No município de **Fernandópolis (SP)** foi identificado apenas projetos de investimentos no setor da agroindústria, sem muitos detalhes declarados e o desassoreamento da represa beira Rio e levantamento de estudo de área para extração do solo. Em **Meridiano (SP)** também foi identificada o projeto de uma Usina de álcool, operada pelo grupo Noroeste Paulista. Em **Votuporanga (SP)**, observou-se a Usina Noroeste Paulista, usina de beneficiamento de concreto, na Rodovia a caminho do município de **Sebastianópolis do Sul (SP)**. Monte Aprazível foi possível identificar uma LT a 2,4 Km do empreendimento, indicando um possível cruzamento. **Monte Aprazível (SP)** observou-se uma LT a 2,4 Km do empreendimento, indicando um possível cruzamento. Já em **União Paulista (SP)** foi observada a proposta de construção de uma fabrica de refrigerante, na zona rural do município, a beira da Rodovia que liga União Paulista à Poloni. Em **Neves Paulista (SP)** prevê-se a construção de 30 chácaras em um loteamento de 220 lotes por parte de uma empresa privada CRV Metalúrgica. No município de **Jose Bonifácio (SP)** foi identificado o projeto de recuperação de nascentes, implantação de um aterro sanitário com a coleta seletiva. Neste momento o projeto encontra-se em fase de

estruturação para futura análise ambiental e assim obter a concessão do licenciamento. Em **Irapuã (SP)** prevê-se a criação de alargamento de resíduos de Produtos, organizado pela prefeitura local. No município de **Urupês (SP)** a área de transbordo e triagem está em fase de autorização para começar a operação. Em **Novo Horizonte (SP)** também a área de triagem e transbordo pela CETESB está em fase de licenciamento e o projeto de construção de usinas de álcool está em fase de licenciamento com o DAIA. No município de **Itápolis (SP)** estão iniciando projetos para construir um Aterro Sanitário, o lixão encontra-se na saída que segue Ibitinga, há 2,3km da sede urbana. No município de **Borborema (SP)** foi identificado apenas projeto de exploração mineral de brita, na estrada vicinal Antonio Mazuti, na estrada estadual SP 304. Em **Itápolis (SP)**, em direção ao Bairro Córrego do Meio, a 80m da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01, uma outra LT que cruza a pista da Rodovia. Em **Tabatinga (SP)** foram identificados dois empresários que querem ampliar as indústrias de extrato para suco de laranja. Em **Nova Europa (SP)** foi identificado apenas o licenciamento da Lagoa de tratamento que está sendo realizada pela prefeitura, com a empresa privada FIHIDRO. No município de **Gavião Peixoto (SP)** foi observado a instalação de um aterro sanitário, já com licença renovada, bem como uma estação de tratamento de esgoto. E por fim, em **Araraquara (SP)** foi identificado o projeto de instalação de um novo aterro sanitário, próximo a Guatapara, ainda em processo de licenciamento, bem como a Usina Zanin de Açúcar e Álcool Ltda. que, apesar de se localizar a 15 km do eixo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01, se destaca, pois possui algumas propriedades com canais na AID. Na área de estudo do **Eletrodo de Terra N° 01- São Paulo** não foram identificadas projetos de desenvolvimento econômico.

Os quadros a seguir apresentam os empreendimentos e projetos de desenvolvimento econômico identificados nos municípios da AII, ao longo do corredor em estudo e empreendimento vinculados ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA.

Destaca-se que nem todos os empreendimentos listados a seguir possuem interferência direta com o empreendimento, em especial, os relacionados à geração de energia, os quais possuem áreas de reservatórios e que nem sempre é possível precisar essa informação. Da mesma forma, em se observado tais interferências, essas informações podem contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de preservar, na medida do possível, as benfeitorias existentes e, desviar, quando possível das áreas com interferência. Ressalta-se que os distúrbios e interferências causadas pela implantação e operação da linha de transmissão limitam-se largura da faixa de servidão (78m) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01.

Quadro 3.6.5.11 - 24 – Projetos de Desenvolvimento Econômico na All e no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Município	Atividade	Distancia da LT (m)	Coordenadas	
				S	W
Trecho 1					
RO	Candeias do Jamari	Projeto de construção de uma PHC (Pequena Central Hidrelétrica) no Rio Candeias	Sem inf	Sem inf	Sem inf
RO	Chupinguaia	Projeto de construção de uma hidrelétrica no Rio Pimenta Bueno próximo ao traçado da LT.	35352	682166	8616714
RO	Chupinguaia	Em execução a obra de construção da Usina Hidrelétrica Cachoeira no Lago Nari ou Nariz	21547	701901	8606410
RO	Primavera de Rondônia	Projeto de construção de usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
RO	Pimenta Bueno	Projeto de construção de usina hidrelétrica Rondon II, no rio Melgaço	Sem inf	Sem inf	Sem inf
RO	Colorado do Oeste	Projeto de três PCHs	Sem inf	Sem inf	Sem inf
RO	Nova Lacerda	Projeto de construção de três PCHs	Sem inf	Sem inf	Sem inf
Trecho 2					
MT	Santo Antonio do Leverger	PCH São Tadeu (canteiro de obras)	4601	655817	8257871
MT	Jauru	UHE Queiroz Galvão	12346	314414	8313587
MT	Jauru	UHE Antonio Brennand (portaria)	9482	312419	8335350
MT	Jauru	PCH Ombreiras	625	314596	8326577
MT	Jauru	PCH Indiavaí (portaria)	14175	315491	8311802
MT	Araputanga	LT Juba-Jauru	1988	345797	8327248
MT	Vale de São Domingos	Construção de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Reserva do Cabaçal	Construção de três PCHs	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Indiavaí	Construção de uma PCH	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Salto do Céu	Construção de três UHE de pequeno porte	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Lambari do Oeste	Construção de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Juscimeira	Instalação de duas UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Guiratinga	Instalação de 10 PCHs	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MT	Alto do Araguaia	Construção de UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
Trecho 3					
GO	Santa Rita do Araguaia	Instalação de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
GO	Serranópolis	Construção de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
GO	Jataí	Instalação de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
GO	Itarumã	Construção de uma UHE	Sem inf	Sem inf	Sem inf
GO	Caçu	AHE Salto - Rio Verde Energias S/A + Triunfo (construção)	2149	476.408	7.932.270
MG	Santa Vitória	Instalação de um pólo álcoolquímico	Sem inf	Sem inf	Sem inf
MG	Iturama	Usina Coruripe	493	569.356	7.820.644
MG	Iturama	2 LTs cruzando a pista, próximo ao VA 51	300	568.131	7.823.204
MG	Limeira do Oeste	Instalação de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Ouroeste	UHE Água Vermelha	4492	567.894	7.805.117
SP	Ouroeste	Construção de usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Pedranópolis	Construção de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Meridiano	Construção de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Votuporanga	Usina Noroeste Paulista -UNP - Rodovia para Sebastianópolis do Sul	1780	608.705	7.723.117

Estado	Município	Atividade	Distancia da LT (m)	Coordenadas	
				S	W
SP	Votuporanga	LT com torres de concreto	130	608.322	7.726.915
SP	Monte Aprazível	Cruzamento com LT	2400	632.132	7.701.328
SP	Novo Horizonte	Construção de uma usina de álcool	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Itapólis	Instalação de uma LT	Sem inf	Sem inf	Sem inf
SP	Araraquara	Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda.	15000	Sem inf	Sem inf

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro, 2009.

.Quadro 3.6.5.11 - 25 – Projetos de Desenvolvimento Econômico vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na All da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Nº do processo IBAMA	Cód. PAC	Empreendimento	Empreendedor	Situação junto ao IBAMA
Ferrovias				
02001.000616/96-30	MT. 00416	ALL - Ferronorte - Trecho MS - MT	All-America Latina Logística Malha Norte S/A	Empreendimento licenciado por trecho - parte com LO e parte com LI
Hidrovia e Dragagem				
02013.003212/97-11	MT. 00646	Dragagem - Hidrovia do Alto Paraguai - Entre Barra Norte do Bracinho e Cáceres	Comp. Docas Do Estado De São Paulo Dodesp	Licença de Operação expirada
02013.003212/97-11	MT. 00647	Dragagem - Hidrovia do Alto Paraguai - Entre Barra Norte do Bracinho e Cáceres	Comp. Docas Do Estado De São Paulo Dodesp	Licença de Operação expirada
Dutos				
02001.000604/92-27	MME. 00297	Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL)	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Tbg	Licença de Operação emitida
02001.006092/2000-65	MME. 00310	Gasoduto Urucu - Porto Velho	TNG Participações Ltda.	Em fase de instalação
Geração e Transmissão de Energia				
02001.002988/2004-07	MME. 00062	UHE Cachoeira	Cia Hidro Elétrica Do São Francisco-Chesf	Aguardando Análise Check-List Estudos para LP
02001.001829/2008-19	MME.5760	UHE Couto Magalhães	Rede Couto Magalhães S.A.	TR emitido, aguardando elaboração de estudo ambiental
02001.002715/2008-88	MME.00077	UHE Jirau	Energia Sustentável do Brasil S.A.	Licença de Instalação emitida
02001.000508/2008-99	MME.00076	UHE Santo Antônio (Rio Madeira)	Santo Antônio Energia S/A	Licença de Instalação emitida
02001.004419/2007-31	MME.00075	UHE Tabajara	Construtora Queiroz Galvão S A	Processo paralisado

Fonte: site IBAMA, acesso: fevereiro de 2010.

e. Proximidade com Estruturas Impeditivas

Para que a linha de transmissão possa ser implantada e operada com segurança tanto para os trabalhadores como para a população local, as normas de segurança determinam algumas restrições no uso do solo e impedimentos de algumas estruturas, a partir do estabelecimento da faixa de servidão, de 78 metros de largura, tais como pistas de pouso de aeronaves e pivôs centrais para irrigação agrícola. Ressalta-se que, os distúrbios e interferências causadas pela operação da linha de transmissão limitam-se largura da faixa de servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

Com relação à operação do eletrodo de terra, a bibliografia que versa sobre tema, não aponta impedimento sobre equipamentos de qualquer natureza, restringindo-se há alguns procedimentos de segurança, em especial sobre estruturas metálicas. Tais restrições ou medidas de segurança dependem da resistividade do solo no local de instalação dos eletrodos de terra e serão determinadas a partir dos estudos específicos do projeto dos eletrodos de terra, os quais deverão ser avaliados cada caso, conforme a distância e posicionamento de cada equipamento em relação às curvas equipotenciais. Para o *eletrodo*, o estudo contemplou uma AID compatível com a área de mitigação do empreendimento, ou seja, um raio de 15km ao redor do ponto central do eletrodo.

Na fase de estudo de impacto ambiental, buscou-se identificar os pivôs centrais e aeródromos existentes ao longo do corredor de estudo - - localidades existentes no corredor de 5 km (2,5 km para cada lado do eixo da LT) por onde passa a LT -, com o objetivo de contribuir para refinamento e melhoria do traçado, no sentido de preservar, na medida do possível, as benfeitorias existente e, desviar, quando possível, das estruturas que sejam incompatíveis com o estabelecimento da faixa de servidão da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Seguindo as orientações do órgão ambiental, os usos incompatíveis com a faixa de servidão da LT são: plantio árvores de grande porte, utilização de queimadas como técnica de manejo do uso, instalação de benfeitorias e áreas de lazer, linhas de transmissão, PCH e demais empreendimentos que se encontram no corredor de estudo e que possam ter alguma interface/interferência com o estabelecimento da faixa de servidão. Estes usos são apresentados nos itens i – Superposição e Atividades Incompatíveis com Usos Futuros da Faixa de Servidão na seção 3.6.5.3 Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana e no item d- Projetos de Desenvolvimento Econômico na seção 3.6.5.11 Dinâmica e Uso do Território e Outras Informações.

O traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 atravessa terras destinadas ao “agronegócio” brasileiro, ocupadas com plantio de cana-de-açúcar, soja, citrus, pecuária, granja e etc.

Devido a pouca disponibilidade de rede viária para acessos as fazendas, há muitas propriedades com pista de pouso e com a utilização de pulverização como forma de manejo de defensivos agrícolas. Ressalva-se, contudo, que a existência de pistas de pouso ou aeródromos ao longo de toda AID - localidades existentes no corredor de 5 km (2,5 km para cada lado do eixo da LT) por onde passa a LT - podem ser configuradas para além das citadas nesse estudo, considerando as dinâmicas de uso e ocupação desordenada e sem licença prévia de operação, o que caracteriza maior controle das operações locais. As informações aqui sistematizadas revelam as declarações dos representantes legais das prefeituras dos municípios da AII.

De modo geral, foram identificadas no trecho 1 algum tipo de atividade na área nas proximidades da AID, em sua grande maioria, aeródromos não homologados nos municípios de Primavera de Rondônia (RO), em Pimenta Bueno (RO), Parecis (RO), Cerejeiras (RO), Colorado do Oeste (RO), Cabixi (RO), Comodoro (RO) e Nova Lacerda (RO), que são utilizado por fazendeiros locais, deslocamento de funcionários públicos (meio de deslocamento mais rápido para garantir a presença de algum representante institucional no município) e também por instituições financeiras, na rotina bancária de malotes de bancos. Foram identificados apenas dois municípios Chupinguaia (RO) e Corumbiara (RO) que possuem aeródromos homologados.

No trecho 2 dessa AID, a situação de atividades aéreas na região é muito semelhante ao trecho 1, ou seja, em razão da existência de muitas fazendas na região e pouca oferta de aeroportos com vôos comerciais, são identificadas muitas pistas de pouso não homologadas em propriedades particulares, inclusive servindo de deslocamento para empresários locais, funcionários públicos e políticos da região. Nesse sentido, a existência de aeródromos homologados só foi identificada nos municípios (todos no estado do Mato Grosso) de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Pontes Lacerda, Jauru, Juscimeira, Santo Antonio Leverger, Rondonópolis e Alto Araguaia, que na área das indústrias foram identificadas pistas particulares; além das fazendas Arruda e Marzagão, no município de Rosário do Oeste, também foi identificado aeródromo homologado. Nos municípios de Araputanga, Indiavaí, Rio Branco, Salto do Céu, Lambari do Oeste; bem como nos municípios de Acorizal, Pedra Preta e Jangada (nas fazendas Tira Barro e Fazenda 163 3 164) foram identificados aeródromos não homologados. Em Barra dos Bugres foram identificados a existência de muitos aeródromos com e sem homologação, assim como no município de Pedra Preta, onde todas as fazendas, cerca de 196 propriedades, possuem pista de pouso. No município

de Alto Paraguai foi observada uma pista homologada, mas desativada. No município de Rondonópolis foi identificado um aeródromo homologado, com vôos comerciais da TRIP com acesso para Cuiabá e Campo Grande, situado a 20 km da sede, próximo ao autódromo, rumo a BR 163, além, de pistas de pouso particulares nas fazendas da região. No município de São Jose do Povo foi identificada apenas uma pista de pouso particular na Fazenda Vale. Em Guiratinga foi observado a presença de um aeródromo desativado e várias pistas de pouso não homologadas em fazendas. No município de Alto das Garças foi identificada aeródromos privado nas fazendas Arco-Iris, Trentini e São Lourenço. A capital, Cuiabá, é atendida pelo aeroporto internacional, com vôos comerciais, situado no município de Várzea Grande, bem como aeródromos localizados na zona industrial da capital do estado. No município de Jaciara (MT) foi identificado também duas atividades impeditivas: clube de tiro e pista de pouso a 1881m da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 (601414 / 8289687) e outra pista de pouso a 1264m (0678988 / 8241329).

No trecho 3, foram identificados muitas pistas de pouso nas mesmas condições dos trechos 1 e 2, ou seja, em razão da existência de muitas fazendas na região e pouca oferta de aeroportos com vôos comerciais, são identificadas muitas pistas de pouso não homologadas em propriedades particulares, inclusive servindo de deslocamento para empresários locais, funcionários públicos e políticos da região. No sudoeste goiano, no município de Santa Rita do Araguaia (GO) identificou-se um aeródromo homologado para usuários da FERRONORTE e uma pista não homologada, na Fazenda Santa Rita. Já em Mineiros (GO) foi encontrado apenas um aeródromo municipal homologado. Em Serranópolis (GO) foi identificado uma pista de pouso a apenas 2km da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. Em Serranópolis (GO) foram identificados também atividades impeditivas, uma pista de pouso a 2581m (400420 / 7977414) da LT. E em Jataí (GO), foi observado um aeródromo homologado, na saída para Caiapônia, já com previsão de vôos comerciais pela TRIP. No município de Itarumã (GO) foi identificado um aeródromo, não homologado, em perímetro urbano. Atividades impeditivas também foram observadas em Itarumã (GO), com uma pista de pouso a 3326m (488305 / 7904331) da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01. O município de Caçu (GO), também localiza-se uma pista de pouso, em perímetro urbano. Já em Santa Vitória (MG), no triângulo mineiro, foi observado uma pista de pouso não homologada e pista de heliporto, nas proximidades das usinas da região. Como pode ser observado no município de Limeira do Oeste (MG), que se identificou um aeródromo, não homologado, na usina de Coruripe. Em Itarumã (MG) foi identificada uma pista de pouso homologada, no perímetro urbano.

Já no noroeste e oeste paulista não foram identificados muitos aeródromos, no município de Ouroeste (SP) foi observado apenas um aeródromo homologado. Somente em Indiaporã (SP) foi identificado uma pista na Fazenda Agronete, nas proximidades do perímetro urbano. Em Estrela do Oeste (SP), foi localizada também uma pista de pouso particular, da empresa FrigoEstrela, mas que concede operação para transporte para empresários locais e funcionários públicos. No município de Fernandópolis (SP), segundo informações do prefeito, já existe um projeto de um aeroporto internacional e de um novo terminal de cargas e uma zona de processamento de exportação. Tal projeto está em fase de aprovação no ministério público, o local será na zona rural, porém ainda não existe localização específica. No trecho entre os municípios de Valentim Gentil a Neves Paulista (SP) foi identificada apenas uma pista de pouso que funciona como escola de aviação e uso de empresários locais, no município de Votuporanga (SP). Já em José Bonifácio (SP) foi declarado a existência de várias pista de pouso homologadas em diferentes pontos do território municipal. Em Novo Horizonte (SP) foi identificado uma pista de pouso de uso público, embora de propriedade da família Debiase, homologada, a cerca de 10 km da sede municipal, na estrada para Taquaral. O município de Itapópolis (SP) possui, a terceira melhor escola de aviação do Brasil, no Aeroporto de Itápolis Dr. Luiz Dante Santoro, onde há uma das melhores escolas de formação de pilotos do país, através dos cursos dados pelo Aeroclube de Itápolis, certificados pelo Departamento de Aviação Civil, segundo declaração dos informantes locais. No município de Nova Europa (SP) localiza-se um campo de aviação não-legalizado de uma fazenda, situado na estrada do Bairro Rural Meia Légua. A fazenda faz divisa com Tabatinga, aproximadamente 10km. Já em Gavião Peixoto (SP) foi identificado um aeroporto da EMBRAER, utilizado apenas para testes de aviões, ensaios de vôos e certificação de aeronaves. E em Araraquara (SP), foi observado um aeroporto comercial, homologado, em operação desde 2007.

A seguir são apresentadas os pivôs centrais, pistas de pouso e aeródromos identificadas no corredor em estudo ao longo dos 2.369km do traçado e suas respectivas distancias em relação a LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

Quadro 3.6.5.11 - 26 – Estruturas Impeditivas ao longo do corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Município	Descrição	Distancia da Linha LT IE Madeira	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
Trecho 01					
RO	Chupinguaia	Pista de pouso localizada na Fazenda São Judas	979	728000	8603000
RO	Chupinguaia	Pista de pouso localizada na Fazenda Nossa Senhora Aparecida	1481	731500	8587300
Trecho 02					
MT	Pontes de Lacerda	Pista de pouso da Fazenda São José	8583	258102	8339193
MT	Barra dos Bugres	Pista de pouso da Fazenda Marjulee	553	466133	8319701
MT	Barra dos Bugres	Pista de Pouso da Fazenda Okhurara	3860	517645	8328704
MT	Barra dos Bugres	Pista de Pouso da Fazenda Primo	2601	495612	8324807
MT	Cuiabá	Clube de tiro e pista de pouso	4344	601414	8289687
MT	Rosário Oeste	Pista de pouso da Fazenda Tamborü	4580	245013	8332362
Trecho 03					
GO	Santa Rita do Araguaia	Aeródromo	6000	271.484	8.072.468
GO	Serranópolis	Pista de Pouso	2.848	400.342	7.977.050
MG /SP	Iturama /Ouroeste	Pivô central	3000	566.342	7.805.416
MG	Itarumã	Pista de Pouso	3.255	488.305	7.904.331
SP	Votuporanga	Aeroporto Estadual Domingos Pignatari	1608	604.069	7.737.232
SP	Itápolis	Aeroclube e Escola de aviação de Itápolis	7099	724.373	7.610.665

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro, 2010.

f. Projetos Viários

De modo geral, as informações sobre abertura de projetos de abertura de sistemas viários se confundem com projetos desenvolvimento econômicos na região do empreendimento. Haja visto, que o sistema modal é essencial para o escoamento da produção de mercadorias e circulação de pessoas, elementos estes determinantes no processo de desenvolvimento econômico de qualquer região ou país. Nesse sentido, buscou-se separar os temas conforme TR do IBAMA e apresentar neste item somente os relativos às rodovias, ferrovias e hidrovias, com enfoque no corredor em estudo.

Os projetos de âmbito regional, são apresentados nas seções 3.6.5.2 – Aspectos Geopolíticos para a AAR e 3.6.5.7 – Infra-estrutura para AID e AII. A diferença é que nesta seção - projetos de abertura de sistemas viários é apresentado projetos com interferências diretas sobre o empreendimento.

. De acordo com as pesquisas de campo, não foi identificado nenhum tipo de projeto formal ou obra de abertura de novos sistemas viários ao longo de todo o corredor de passagem da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N1 e nas áreas de estudo dos eletrodos de terra – municípios de Porto Velho - RO, Bariri, Boa Esperança do Sul, Bocaina e Itaju - SP. No entanto, segundo os moradores da Linha 22, município de Porto Velho, encontra-se em discussão uma proposta junto à Prefeitura para a

construção de uma ponte sobre o Rio João Ramos, completando a ligação da linha e a BR 364. Observou-se no trecho entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade(MT) e Alto Araguaia(MT) obras de duplicação da Rodovia MT-251 no período dos levantamentos de campo (novembro/2009). Esta rodovia permite o acesso ao distrito de Coxipó do Ouro à sede do município de Cuiabá.



Foto 3.6.5.11 - 204 - Ponto de cruzamento da linha de transmissão com MT - 251 no acesso para Coxipó do Ouro

No trecho 1, no tocante a aberturas de sistemas viários nos municípios da All, mas fora do corredor em estudo, observou-se que o município de Presidente Médici, vem desenvolvendo o Programa Terra Legal, que estabelece a regulamentação fundiária urbana, bem como a ampliação da infra-estrutura asfáltica ligando o centro urbano ao distrito de Riachuelo. Também foi identificado projetos de ampliação e asfaltamento da rodovia estadual 479 e do núcleo urbano do município de Castanheiras (RO). Em Parecis (RO) foi observado um projeto de construção de estrada entre os municípios São Felipe do Oeste (RO) e Parecis (RO). No município de Colorado do Oeste (RO) foi identificado dois projetos de ampliação e recapeamento de 11 km de estradas e 15km de asfalto em vias urbanas. Também em Cabixi (RO) foi identificado um projeto viário de construção de uma estrada entre os municípios de Cabixi (RO) e Comodoro (RO). E por fim, nesse trecho 1, foi identificado um projeto de construção de uma ferrovia Leste – Oeste e via Águas Claras, no município de Comodoro (RO).

No trecho 2, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi identificado o projeto de construção da estrada federal de acesso à Bolívia BR 251, popularmente conhecida como a “cascalheira”, com previsão de pavimentação asfáltica de 120 km. Em Vale de São Domingos existe o projeto de construção da estrada federal BR 352, ligando os municípios de Jauru, Vale de São Domingos e Pontes Lacerda. Já no município de Jauru, além do projeto que liga os três municípios citados, foi identificado o projeto de uma estrada estadual MT 070. Em Barra dos Bugres foi observado o projeto de ampliação da rodovia Cuiabá. Já no município de Acorizal foi identificado o projeto de

urbanização da avenida Beira Rio, já em fase de licenciamento ambiental. Em Jangada existe o projeto de duplicação das rodovias 163 e 164. E somente no município de Juscimeira está prevista o projeto de abertura do sistema viário, com o projeto de uma ferrovia – a FERRONORTE, em parceria com o governo federal e o grupo Itamarati, em fase de licenciamento ambiental, estabelecendo uma ligação entre os estados de São Paulo, Rondônia, passando nos municípios de Jaciara e Juscimeira. E por fim, nesse trecho, em Rondonópolis, foi identificado o projeto de duplicação da estrada federal BR 364.

Já o trecho 3, foi observado projeto de abertura do sistema viário em diversos municípios, sobretudo voltado para escoamento da produção canavieira da região, que intensifica o trânsito nesse trecho, com alta rotatividade de transporte de caminhões. No sudoeste goiano em três municípios foi identificado algum projeto viário: Jataí (GO), onde a estrada federal BR364 está sendo duplicada e existe o projeto de ampliação do anel viário ao redor do perímetro urbano; Itarumã (GO) com obras de adequação para transposição viária de áreas que serão alagadas no represamento das futuras usinas hidrelétricas na região; e Caçu onde a estrada estadual GO 206 está sendo construída uma ponte para substituir o trecho da rodovia que será alagada.

No triângulo mineiro, no município de Limeira do Oeste (MG) foi identificado projetos de hidrovias, da Usina Cabrera, para construir um porto no rio Paranaíba para escoar a produção local. Bem como foi observado projeto de abertura do sistema viário com o asfaltamento da rodovia de acesso a Usina de Álcool São Simão, em Santa Vitória. Esse trajeto é sobreposto pelo traçado da LT. Em União de Minas (MG) existe uma possibilidade de ampliação da FERRONORTE. Já em Itarumã (MG), a ferrovia Norte Sul apresenta projeto de expansão.

Já no noroeste e oeste paulista, o município de Ouroeste (SP) foi identificado o projeto de expansão da FERRONORTE com expectativas de construção de um porto para ampliação de hidrovias. Em Guarani do Oeste (SP) foi observado o projeto de construção de uma ponte, na divisa com o município Estrela do Oeste (SP), bem como a readequação de duas estradas vicinais rurais. No município de Indiaporã (SP) foi identificado o projeto de uma rodovia estadual de acesso ao município de Macedônia. Em Fernandópolis (SP) a expectativa de um anel viário que está sendo construído em torno da cidade, ao redor do perímetro urbano, possibilitará o desvio de caminhões de escoamento da produção de cana. No município de Votuporanga (SP) foi identificado apenas o alargamento e asfaltamento das estradas vicinais P287, P283 e P347. Já em Sebastianópolis (SP) a abertura do sistema viário é observada no projeto de desvio dos caminhões canavieiros do perímetro urbano, na saída da rodovia Samuel Henrique de Carvalho até STS 040 – Esteada Municipal deixando de passar por dentro do perímetro

urbano e passando pelo perímetro Rural. A obra é custeada pela Prefeitura de Sebastianópolis junto com a CONASP, através do projeto Melhor Caminho. Em Neves Paulista (SP) foi identificado apenas um projeto embrionário, em concordância com o município de Sebastianópolis (SP) de construção de um anel viário da rodovia Neves Jaci, com saída para o distrito de Barra Dourado. Em José Bonifácio (SP) também foi identificado um projeto de construção de anel viário, utilizando a BR 153 a SP 425. No município de Pontirendaba (SP) há o projeto de construção de estradas para ligação entre os municípios de Pontirendaba (SP) a Urupês (SP), com cerca de 20 a 25 km de estradas. Em Irapuã (SP) a CODASP vem realizando, intensivamente, projetos de melhorias de estradas na região. Já em Novo Horizonte (SP) foi identificado projeto de hidrovias, na construção de um porto para o turismo; bem como um projeto de abertura do sistema viário, com o asfaltamento de estradas vicinais da zona rural, uma delas é a estrada da sede até o rio Tietê, cerca de 10km. No município de Itajobi (SP) identificou-se projeto de abertura de estradas de acesso entre os municípios de São José do Rio Preto a Catanduva. Em Itápolis (SP) existe o projeto de implantação do anel viário do município de Itápolis, iniciando no entroncamento da Rod. SP-317 e estrada vicinal da Roseirinha (IPS-460), seguindo até o entroncamento com a Av. Araldo do Amaral Arruda, deste ponto seguirá paralelamente pelas duas marginais do Córrego Querubim até a Av. das Tulipas (conforme processo licitatório). Em Tabatinga (SP) também há um anel viário, já em fase de construção, com 50% aberto, entrando pelo bairro Canaleiras e seguindo até o acesso a cidade, com Via de acesso pela SP 331. E por fim, em Araraquara (SP) foi identificado o projeto de desvio ferroviário.

O quadro a seguir apresenta os empreendimentos e projetos de abertura do sistema viário identificados nos municípios da All vinculados ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA.

Destaca-se que nem todos os empreendimentos apontados acima possuem interferência direta com o empreendimento. Da mesma forma, em se observando tais interferências, essas informações podem contribuir para refinamento e melhoria do traçado, utilizar as novas vias de acesso promovidas pela abertura dos sistemas viários na região.

Quadro 3.6.5.11 – Projetos de Desenvolvimento Econômico vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na AII da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº1

Nº do processo IBAMA	Cód. PAC	Empreendimento	Empreendedor	Situação junto ao IBAMA
Ferrovias				
02001.000616/96-30	MT.00416	ALL - Ferronorte - Trecho MS - MT	ALL-AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA NORTE S/A	Empreendimento licenciado por trecho - parte com LO e parte com LI
Rodovias				
02001.004924/98-13	MT.00148	BR 050 - Trecho Uberlândia - Divisa São Paulo	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Em fase de discussão de Termo de Ajustamento de Conduta
02001.002051/2008-57	MT.00518	BR 050/GO - Entr. BR-352/GO-210(B)/330 (Catalão) - Div. GO/MG km 285,5 - km 314,0	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Em fase final de elaboração de parecer técnico para LO
02001.001750/2007-07	MT.00315	BR 050/MG - Subtrecho Divisa GO/MG - Entronc. BR 365 (Uberlândia)	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Em fase inicial de licenciamento
02001.000388/2008-20	MT.00116	BR 060 GO - Duplicação	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando atendimento de condicionantes de LP pelo empreendedor
02001.003563/98-43	MT.00115	BR 153 - Trecho Aparecida de Goiânia - Itumbiara	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Em fase inicial de licenciamento
02001.002419/2004-53	MT.00119	BR 158 MT - Subtrecho Divisa MT/PA - Entroncamento BR 242 MT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Licença de Instalação emitida
02001.002849/2006-37	MT.0192	BR 163 - Divisa MT/MS e MT/PA - subtrecho Cuiabá - Santa Helena (km 342,2 - 955,3)	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando elaboração Estudo Ambiental pelo empreendedor
02018.000043/2000-30	MT.00138	BR 163 - Trecho Divisa MT/PA	8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO - BEC	Em fase de instalação
02001.006183/2004-24	MT.00137	BR 163 - Trecho Nova Santa Helena - Guarantã (MT)	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando Complementações ao PBA
02001.006860/2005-95	MT.00112	BR 319 - Trecho Porto Velho - Manaus: restauração e melhorias	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando Análise Check-List Estudos para LP
02001.008053/2002-64	MT.00618	Ponte sobre o rio Madeira	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	Aguardando elaboração Estudo Ambiental pelo empreendedor
Hidrovia e Dragagem				
02013.003212/97-11	MT.00646	Dragagem - Hidrovia do Alto Paraguai - Entre Barra Norte do Bracinho e Cáceres	COMP DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO DODESP	Licença de Operação expirada
02013.003212/97-11	MT.00647	Dragagem - Hidrovia do Alto Paraguai - Entre Barra Norte do Bracinho e Cáceres	COMP DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO DODESP	Licença de Operação expirada

Fonte: site IBAMA, acesso: fevereiro de 2010.

g. Malhas Urbanas Vulneráveis ao Empreendimento

As malhas vulneráveis ao empreendimento caracterizam como aquelas áreas onde os efeitos do empreendimento serão sentidos em maior grau, de modo geral, estes efeitos estão concentrados nas sedes dos municípios que servirão de base de apoio para a realização das obras, em especial os locais onde serão instalados os canteiros de obra

principais e secundários, onde haverá um aumento de circulação de pessoas e maquinários, tanto nas sedes como na zona rural até o local de instalação das torres.

Para implantação da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 estima-se que sejam necessárias, durante a fase de implantação do empreendimento cerca de 7.000 trabalhadores diretos e 11.000 trabalhadores indiretos ao longo de toda a obra. A previsão inicial é que haja cerca de 16 canteiros de obras ao longo de todo o trecho da LT.

De modo geral, o traçado da LT distancia-se entre 4km e 30km das sedes dos municípios previstos para sediarem os canteiros de obra. Dentre elas, as cidades mais próximas do traçado destaca-se a sede de Jaru – RO (4.5Km), Itápolis – SP (a cerca de 6Km), União de Minas- MG (cerca de 8Km) e Fernandópolis –SP (8,5Km) , conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 3.6.5.11 - 27 – Localização dos Canteiros de Obras e distancia das sedes municipais em relação ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01

Estado	Município	Distancia da LT IE	Coordenadas (UTM)	
			X	Y
Trecho 1				
RO	Porto Velho	17.185	403.088	9.029.853
RO	Jaru	4.403	557.048	8.846.792
RO	Ji- Paraná	23.262	614.997	8.797.335
RO	Pimenta Bueno	30.693	697.357	8.709.023
RO	Cabixi	15.782	765.692	8.508.235
MT	Pontes e Lacerda	12.177	250.522	8.316.515
Trecho 2				
MT	Jauru	21.434	299.002	8.303.838
MT	Barra do Bugres	13.423	480.750	8.333.574
MT	Cuiabá	17.070	596764	8274990
MT	Rondonópolis	25.185	752.268	8.177.897
MT	Alto Araguaia	8.649	264.244	8.084.196
Trecho 3				
GO	Jataí	38.195	424.952	8.022.539
MG	União de Minas	8.783	569.451	7.840.401
SP	Fernandópolis	8.760	578.617	7.757.285
SP	Itáplis	6.035	726.224	7.610.489
SP	Araraquara	18.961	791.813	7.588.348

Fonte: Levantamento de campo, outubro – dezembro, 2010.

No caso do eletrodo de terra, o aglomerado urbano mais próximo da Área de Influência Direta do Eletrodo de Terra Nº 01 - Porto Velho é a cidade de Porto Velho.

Porto Velho, capital de Rondônia, é a cidade mais populosa Estado e a terceira da Amazônia, ficando atrás de Manaus (AM) e Belém (PA). Localizada às margens do Rio Madeira, atualmente possui uma população estimada em 382.829 pessoas (IBGE,

2009). O acesso à cidade ocorre por meio rodoviário, aéreo e fluvial. A Rodovia BR 364 é a principal via de acesso para chegar a Porto Velho, ligando a cidade ao resto do País. Não menos importante é o transporte aéreo, viabilizado pelo Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira, o maior do Estado. O acesso fluvial ocorre através do Rio Madeira, responsável pelo transporte de pessoas no trecho entre Porto Velho e Manaus, capital do Estado do Amazonas. A economia porto-velhense ancora-se na atividade industrial e no comércio de produtos e serviços. A cidade concentra os mais importantes serviços na área de saúde e educação. Possui cerca de 110 estabelecimentos de saúde, sendo 60 públicos e 50 privados, responsáveis pelo adendimentos dos casos de alta complexidade provenientes de todo o Estado (IBGE, Assistência Médica Sanitária 2005). A rede de ensino é composta por 83 escolas de educação infantil, 261 escolas de Ensino Fundamental I e II, 83 de Ensino Médio e 13 de Ensino Superior (INEP, Censo Educacional 2008).

A cidade de **Candeias do Jamari** encontra-se distante 20 quilômetros de Porto Velho, com acesso terrestre pela Rodovia BR 364. O município surgiu a partir de um povoado localizado no cruzamento da BR 29 (atual BR 364) com o Rio Candeias. Atualmente possui uma população de 17.547 pessoas (IBGE, 2009). Era conhecida como Vila Candeias em homenagem ao rio que corta a cidade. Economicamente vive da indústria e do comércio de produtos e serviços, com estreita dependência do meio rural e da cidade de Porto Velho. A cidade possui 3 estabelecimentos de saúde, todos públicos e de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Pela proximidade, é bastante comum a população procurar os hospitais de Porto Velho em busca de atendimento à saúde (IBGE, Assistência Médica Sanitária 2005). A rede de ensino é composta por 3 escolas de educação infantil, 21 escolas de Ensino Fundamental I e II e 3 de Ensino Médio (INEP, Censo Educacional 2008). A cidade não possui instituições de ensino superior, os interessados procuram as Universidades e Faculdades da cidade de Porto Velho.

O município de **Ji-Paraná** é a segunda cidade mais populosa do Estado de Rondônia. Está localizada na região central do estado. O município possui boa infra-estrutura contando com aeroporto, centro comercial, shopping center, instituições de ensino superior e demais serviços.

Jaru, a sexta maior cidade de Rondônia, com mais de 50 mil habitantes. Ela foi fundada em 1981, e fica localizada a 250km daqui de Porto Velho. **Pimenta Bueno** possuía em 2000 uma população de cerca de 31 mil habitantes. A cidade situa-se a cerca de 440Km da capital Porto Velho. Ambos os municípios são bem estruturados, possuem ruas asfaltadas, comercio e áreas de lazer.

No trecho 1 outros centros urbanos próximos ao traçado que apresentam algum tipo de infraestrutura para o apoio às obras da Linha de Transmissão, são as cidades de Cabixi, Pontes e Lacerda, Colorado do Oeste e Rolim de Moura. Os demais centros, pelas limitações estruturais, apresentam possibilidades de apoio com serviços de alimentação, hospedagem e mão de obra com baixa e média complexidade.

No trecho 2 destacam-se as cidades de **Rondonópolis e Cuiabá**, capital do Mato Grosso. Por serem pólo regionais, encontram-se no topo da hierarquia urbana deste trecho e boa toda infra-estrutura de serviços e mobiliário urbano. Em uma posição “intermediária” tanto em infraestrutura, quanto em distância, estão as sedes de Pontes e Lacerda, Comodoro, Jauru, Barra do Bugres e Alto Araguaia que podem servir de apoio no processo construtivo, mas que podem sofrer maiores impactos nesta etapa, devido ao porte destes municípios.

No estado de Goiás, além do município de **Jataí** o município de Mineiros apresenta boa infraestrutura de ofertas de serviços e mobiliário urbano. As ruas são asfaltadas e sinalizadas. Possui iluminação pública, serviço autônomo de água e esgoto prestado pela SAAE.

O município **Fernandópolis**, localizado no estado de São Paulo possui aproximadamente 61.392 habitantes. Dentre as áreas urbanas identificadas no corredor em estudo, este município é o de maior porte. Possui ruas asfaltadas, iluminação pública, sistema de água e esgoto SABESP e transporte mais acessível.

O município de **Itápolis** é de médio porte e possui 38.633 habitantes. Sua malha urbana é bem desenvolvida. O município tem suas ruas pavimentadas, asfaltadas e iluminadas, o saneamento e distribuição de água é feito pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itápolis. O sistema de transporte é mais eficiente e atende melhor a população local, do que os municípios de menor porte na região.

O município de **Araraquara**, com 195.815 habitantes, possui ruas asfaltadas e iluminadas, e como cidade de grande porte, possui um sistema de transporte urbano mais desenvolvido, assim como, o sistema de saúde e educação. Apresenta também Departamento Autônomo de Água e Esgoto. É considerado pólo Universitário da Região. Araraquara conta com Aeroporto, Ferrovia e é cortado por diversas Rodovias como SP-255, SP-257, SP-310 e SP-300, o que facilita o escoamento de grandes empresas que se instalaram na região, como por exemplo, a Cutrale, a Nestlé e a Lupo.

Além das sedes dos municípios previstos para serem canteiros de obras, foi identificado também algumas áreas urbanas no corredor em estudo. Com destaque

para as sedes dos municípios de São José do Povo (1,8Km) e Salto do Céu (3Km) e no trecho 2. No trecho 3 foram identificados em 9 municípios em áreas urbanas que estão mais próximas da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01, optou-se por identificar aqueles municípios que se encontram há pelo menos cinco quilômetros do traçado do empreendimento. Assim destaca-se o município de Serranópolis, em Goiás; Limeira do Oeste, em Minas Gerais; e os municípios de Turmalina, Nhandeara, Nipoã, Nova Europa e Gavião Peixoto, no estado de São Paulo. Esses municípios se caracterizam por áreas de recentes construções, que se expandiram nos últimos anos, formados por conjuntos habitacionais populares. Seus moradores, em sua maioria, são originários de outros municípios e migraram da área rural para as cidades a partir de trabalhos temporários que realizavam nas colheitas de laranja e cana-de-açúcar na região.

O Quadro a seguir apresenta as sedes dos municípios e suas respectivas distâncias em relação ao empreendimento.

Quadro 3.6.5.11- 28 – Áreas urbanas identificadas no corredor em estudo da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N° 01

Estado	Município	Áreas urbanas vulneráveis ao Empreendimento	Distancia da LT IE	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
Trecho 1					
RO	Chupinguaia	5.171	728.144	8.613.177	Chupinguaia
Trecho 2					
MT	Reserva do Cabaçal	sede do município	4.872	345.018	8.330.153
MT	Salto do Céu	sede do município	3.338	378.398	8.326.938
MT	Jangada	sede do município	5.857	554587,47	8315607,39
MT	Acorizal	sede do município	4.149	568.397	8.320.108
MT	Juscimeira	sede do município	6.852	726.165	8.222.901
MT	São Jose Do Povo	Sede do município	1.855	793.785	8.178.735
Trecho 3					
SP	Ouroeste	sede do município	2.479	565.188	7.787.720
SP	Sebastianópolis do Sul	sede do município	2.709	611.986	7.715.952
SP	Monte Aprazível	Bairro Itaiúba	360	617.431	7.712.914
SP	Urupês	sede do município	5.219	677.175	7.654.400
SP	Marapoama	sede do município	1.408	694.040	7.648.062
SP	Itajobi	sede do município	1.577	700.932	7.642.046

Fonte: Levantamento de campo, outubro – dezembro, 2010.

Conforme destacado anteriormente, o traçado está concentrado nas zonas rurais dos municípios atravessados, mantendo proximidade com algumas sedes municipais e núcleos urbanos. Nesse sentido, destaca-se que os chamados “bairros rurais” ou distritos rurais estão mais suscetíveis as intervenções do empreendimento, em especial, os situados ao longo do trajeto entre o traçado e a sede dos municípios que serão canteiros de obras, dentre eles o distrito de Planalto, situado a cerca de 500m do

traçado da LT, a comunidade Campo Limpo, a cerca de 650m, o povoado de Santa Elvira (138m), comunidade Aldeinha(500m), Retiro (300m), Córrego do Meio(400m), Coxipó do Ouro (2,6Km), Vilas Bueno e Naboreiro (1,8Km). dentre outros. No quadro a seguir é apresentado os distritos mais próximos do traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01 e suas respectivas distâncias. No item a. dessa seção são descritos os povoados identificados ao longo do corredor de passagem do empreendimento.

Quadro 3.6.5.11 - 29 – Distritos e bairros rurais próximos ao traçado da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Nº 01.

Estado	Município	Áreas urbanas	Distancia da Linha	Coordenadas (UTM)	
				X	Y
Trecho 1					
RO	Candeias do Jamari	Vila Triunfo	8097	448600	8974100
RO	Cabixi	Distrito de Planalto	428	779900	8519800
RO	Chupinguaia	Distrito de Boa Esperança	2.789	713800	8639400
RO	Corumbiara	Comunidade (D. Mezina)	4.952	740000	8560600
RO	Castanheiras	Distrito de Jardinópolis	4298	621900	8728400
Trecho 2					
MT	Jauru	Distrito de Taquarussú	8.388	300.738	8.322.697
MT	Jauru	Distrito de Lucialva	1.500	303.800	8.326.890
MT	Araputanga	Botas (Sede do PA Vereda) Pólo Local	3.700	331.500	8.322.600
MT	Salto do Céu	Vila São Jorge	1.593	396.205	8.324.763
MT	Barra dos Bugres	Distrito de Currupira	3.371	561.474	8.328.848
MT	Jangada	Nova Jangada e Novo Horizonte (área de sítios)	500	553.025	8.322.230
MT	Acorizal	Comunidade Campo Limpo	665	563.864	8.319.651
MT	Acorizal	Comunidade Xavier (Charquinho, Mata grande e Laranjal)	3.240	567.961	8.312.130
MT	Acorizal	Distrito de Baús	3.157	574.042	8.314.785
MT	Cuiabá	Coxipó do Ouro	2.656	609.305	8.290.943
MT	Jaciara	Vila Residencial Santa Fé (Usina Pantanal)	605	689.684	8.239.241
MT	Jaciara	Placa Santo Antonio	2.596	730.036	8.216.760
MT	Juscimeira	Santa Elvira	138	735.423	8.211.651
MT	Juscimeira	Comunidade Aldeinha	490	757.308	8.209.737
MT	Rondonópolis	Vila Naboreiro	1.823	778.885	8.197.476
MT	Cuiabá	Distrito de Guia	5.200	582288	8302619
Trecho 3					
SP	Sebastianópolis do Sul	Povoado Retiro	294	616789	7713841
SP	Urupês	Distrito de São João de Itaguaçu	1.303	688.080	7.653.321
SP	Marapoama	Centro da cidade	1.200	693.802	7.648.012
S	Itajobi	Vila Açai	2.609	714.422	7.624.999
SP	Tabatinga	Bairro Córrego do meio	369	746.450	7.600.756
SP	Tabatinga	Distrito de Curupá.	1.627	750254	7595877

Fonte: Levantamento de campo, outubro – dezembro, 2010.

h. Demandas por infra-estrutura decorrentes do empreendimento

O empreendimento encontra-se na fase de estudo e avaliação de sua viabilidade ambiental, não sendo possível nesse momento afirmar os locais os quais onde haverá necessidade de melhoria da infra-estrutura existente. As cidades ou localidades onde a instalação do empreendimento demandará a reforma, ampliação ou construção de novas estradas e acessos, ou demais empreendimentos de infra-estrutura será informado ao órgão ambiental na fase de detalhamento do projeto executivo da LT. 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2 , N° 01.

3.6.5.12 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL ARQUEOLÓGICO E DE LAZER

(a) Áreas de valor histórico, arqueológico, cultural e paisagístico

a.1 Patrimônio Arqueológico

Para o diagnóstico arqueológico, foram observadas as recomendações constantes da Portaria IPHAN 230/2002, que estabelece os procedimentos mínimos a serem seguidos nos estudos para avaliação de potencial arqueológico de áreas sujeitas a eventual implantação de projetos de engenharia.

Os dados utilizados no diagnóstico de fontes secundárias, no que concerne à etno-história regional, importante por oferecer um quadro da ocupação indígena mais recente da região, abrindo a possibilidade de, a partir de elementos de boa visibilidade arqueológica, identificar as etnias e culturas associadas aos remanescentes arqueológicos mais recentes. Os dados etno-históricos foram abordados apenas no contexto da Área de Abrangência Regional, uma vez que populações indígenas são móveis e sua localização num determinado ponto dos mapas utilizados não significa que no passado elas não tenham circulado por um território mais amplo (aliás, certamente o fizeram).

No que concerne à arqueologia especificamente, os dados secundários foram obtidos em especial, no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, constantes do SGPA do IPHAN (principalmente no tocante à AAR e à AII), e também em relatórios de arqueologia realizados no entorno do empreendimento e ainda não incorporados ao CNSA/IPHAN. Do levantamento de dados secundários, elaborado no intuito de compreender o contexto regional, foram extraídos e detalhados os dados para caracterização da AII. Os resultados do levantamento extensivo feito em campo forneceram os dados para a AID e, eventualmente também para a AII.

Esse procedimento se respalda nas exigências da Portaria IPHAN 230/2002, que, no que concerne aos EIAs/RIMAs, diz:

Artº 1 - Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

Uma vez que, na fase de diagnóstico, é impraticável fazer o levantamento intensivo do traçado da LT, o que exigiria que este já estivesse referenciado em campo com piquetes, colocou-se como objetivo da pesquisa de campo a avaliação do potencial arqueológico dos diversos compartimentos ambientais identificados próximos aos

vértices da LT, como forma de obter subsídios para identificar os impactos que o patrimônio arqueológico poderia sofrer com a implantação do empreendimento.

Para cumprir tais metas, decidiu-se, como procedimentos de pesquisa, fazer um levantamento extensivo de campo e proceder à coleta de informações orais junto a moradores dos arredores dos vértices da LT. Neste tipo de abordagem, a área de pesquisa é percorrida de forma oportunística, buscando-se a localização de sítios arqueológicos através de vistoria arqueológica de áreas com boa visibilidade de superfície ou de indicação de locais de ocorrência de material arqueológico. Também foram verificadas quais as unidades ambientais mais favoráveis ao assentamento humano.



Foto 3.5.6.12-1 - Metodologia de campo (caminhamento para verificação de bens arqueológicos aflorados em superfície).

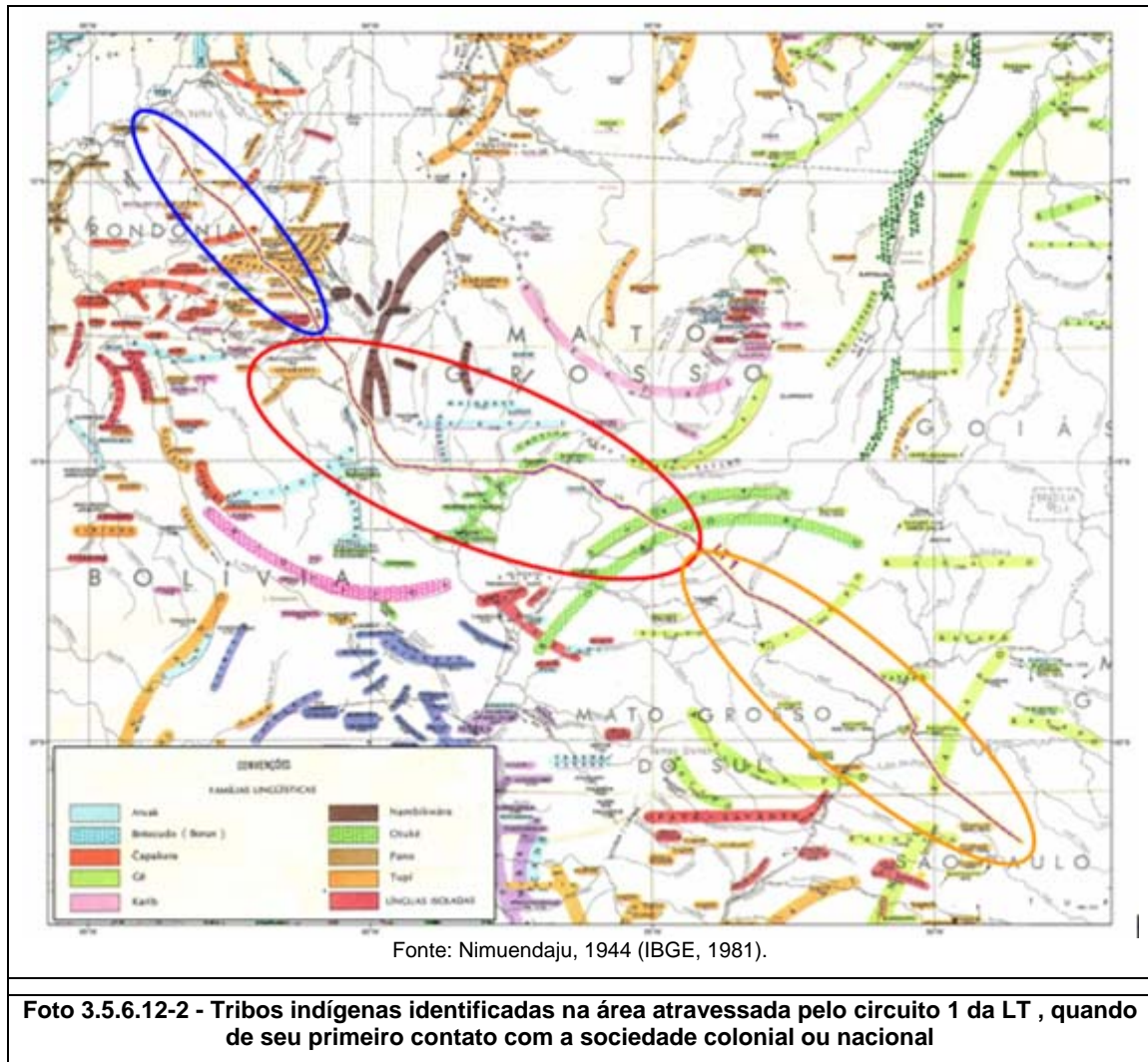
Durante a etapa de campo do diagnóstico, foram identificados 9 sítios arqueológicos na área de influência direta (AID) e 4 sítios arqueológicos na área de influência indireta (All), apresentados no mapa anexo.

(1) Área de Abrangência Regional-AAR e Área de Influência Indireta-All

- **Etno-história**

Uma vez que a arqueologia do Novo Mundo, à exceção de períodos muito recuados, estuda os testemunhos da história das populações indígenas encontradas pelos conquistadores europeus nas Américas, justifica-se o interesse arqueológico pela problemática etnográfica e etno-histórica da área de estudo.

Uma primeira análise da área a ser estudada no presente projeto revela, de norte para sul, quais etnias indígenas foram registradas historicamente pelos primeiros colonizadores com as quais elas entraram em contato.



Na região cruzada pela LT em Rondônia foram registrados, historicamente, tribos indígenas de línguas Pano, Chapakura e Tupi. No Estado de Mato Grosso, foram registradas tribos de língua Nambikwara, Aruak e Otuké (Bororo). Nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, foram registrados os Kayapó Meridionais, de língua Ge. Em São Paulo, há ainda registro de um grupo Guarani, de língua Tupi.

Essa diversidade cultural reflete a diversidade de ambientes e de áreas culturais cortadas pelas LT.

Mellati (2005) propõe uma distribuição geográfica das áreas etnográficas da América do Sul, tendo como premissa o conceito de áreas culturais (Krober, 1939; Galvão, 1960). Melatti (2005) combinou os fatores tradicionalmente utilizados no estudo

pioneiro das áreas culturais do Brasil (Galvão, 1960), que incluíam aspectos da cultura material, da lingüística, da distribuição espacial, dos limites temporais, dos contatos intertribais e dos contatos com a sociedade nacional; com a noção de “pólos de articulação”.

Pólos de articulação é um conceito que privilegia o contato interétnico, conferindo uma rede geográfica hierárquica das sociedades que partilham suas vidas sociais, ou seja, que se relacionam de algum modo entre si (e.g., trocas comerciais, convites para ritos, intercassamentos).

Apesar das críticas aos estudos das áreas culturais, como a dificuldade em delimitar as fronteiras entre uma área e outra, a certa arbitrariedade dos limites e o fato de as áreas culturais refletirem a distribuição espacial em um momento específico no tempo, de certa forma Melatti consegue avançar nesta problemática, com a inclusão do conceito de “pólos de articulação”.

Pelo modelo de Melatti, a LT, atravessaria as áreas culturais Amazônia Central Meridional, Aripuanã, Alto Juruena e Tocantins-Xingu.

Os estados de Minas Gerais e São Paulo, despovoados de suas populações nativas pelos processos históricos de conquista territorial, ocorridos principalmente no período colonial, atualmente não mais configuram áreas culturais indígenas.



Fonte: Melatti, 2005

Figura 3.5.6.12-2 - Traçado do empreendimento em estudo no mapa das áreas etnográficas da América do Sul

Áreas etnográficas cortadas pela ou no entorno da LT (Fonte: Melatti, 2005)

As características principais dos grupos indígenas que se articulam nessas áreas são retomadas a seguir, de Melatti (2005). Ressalta-se, aqui, que duas dessas áreas são apenas limítrofes ao empreendimento, não sendo cortadas por ele (áreas Aripuanã e Alto Juruena) e outra, muito extensa, é cortada apenas em seu extremo sul (Área Tocantins-Xingu). Elas são aqui mencionadas pelo fato de que refletem uma configuração atual, que pode ter sido mais ampla no passado.

➤ Área etnográfica “Amazônia Centro-Meridional”:

“Esta área, que também podemos chamar de Tapajós-Madeira, como fez Galvão, justifica-se pela articulação entre os grupos nela presentes, pelo menos no passado, como também pela existência de um fundo cultural comum.

A dita articulação nem sempre se constituiu de relações amigáveis. Os grupos étnicos incluídos nesta área eram, por exemplo, alvos das incursões mundurucus para obter cabeças. (...) Surpreende ver os apiacás neste arrolamento diante da afirmação do casal Murphy de que os mundurucus tinham como inimigos qualquer outro grupo, menos os vizinhos apiacás, que lhes eram subservientes e por vezes os acompanhavam em suas expedições guerreiras (Murphy & Murphy 1974: 80). Conforme os mesmos pesquisadores, os mundurucus, que no final do século XVIII constituíam um obstáculo à expansão lusitana, vieram posteriormente unir-se aos colonizadores e, por volta de 1820, dispersaram os muras e os araras do baixo Madeira (: 29-30). (...) Os parintintins eram inimigos dos tenharins, dos apiacás, dos pirahãs (Kracke 1978: 7).

No que tange a um fundo cultural comum, vale notar que a caça de cabeças não era privilégio dos mundurucus; também os xipaias, os curuaias, os araras, os parintintins, a exerciam. Essa prática podia estar combinada ou não com o canibalismo, outrora mantido pelos parintintins, apiacás, xipaias, bem como pelos pirahãs, que continuam a admiti-lo como um costume de certos seres espirituais. A importância simbólica da bebida feita de mandioca é por sua vez bastante evidente entre os mundurucus e os araras” (Melatti, 2005).

➤ Área etnográfica “Aripuanã”:

A região das bacias dos rios Aripuanã e Ji-paraná, sobre a fronteira de Mato Grosso com Rondônia, perfaz a Área Etnográfica Aripuanã. Duas são as características principais dos povos que constituem essa área: quase todos os grupos indígenas aí presentes falam línguas da família mondé, integrante do tronco tupi; e todos fizeram

contato com os membros da sociedade brasileira recentemente, na segunda metade do século XX, de modo mais intenso a partir da década de 1970 (Melatti, 2007).

“Uma instituição central na vida dos paiter, e que talvez ainda vigore, é a separação da comunidade em dois grupos: um que deve viver na aldeia e outro que se instala, durante a estação seca, numa clareira dela distante de quinhentos a mil metros. Os moradores da aldeia devem se dedicar principalmente ao trabalho nas roças, enquanto os da clareira, ou seja, do mato, à caça, pesca, coleta e confecção de artefatos. Essas atividades, entretanto, não chegam a ser exclusivas de um e de outro grupo. Depois de um ano, há uma troca de posições e tarefas. Os que estavam no mato passam para a aldeia e os que tinham ficado nesta, para aquele. A composição dos dois grupos se faz de tal modo que cada homem tenha sempre a sua irmã e o marido dela no grupo oposto. Assim, os que estão no mato fabricam artefatos para dar aos cunhados que estão na aldeia, os quais devem retribuir com alimentos. A participação nesses grupos depende do envolvimento em relação matrimonial efetiva, embora os solteiros muito jovens possam participar ao lado do pai. Na prática, esses dois grupos resultam como que em metades exogâmicas (Melatti, 2005).

➤ **Área etnográfica “Alto Juruena”:**

“Nesta área reunimos algumas sociedades de culturas e línguas muito diferentes entre si: do tronco macro-jê (ricbactsa, umutina), da família aruaque (pareci, salumã), da família nambiquara, de língua não classificada (iranxe, muncu). Vale perguntar então pelo motivo de os incluirmos numa mesma área etnográfica. A mera contigüidade espacial, pois a maioria vive nas margens do alto Juruena ou dos rios que para ele correm, ou dos rios que dele divergem a partir da serra dos Parecis (altos cursos do Ji-Paraná, Guaporé e Paraguai), não seria razão suficiente. O que parece articular essa área é não apenas o contato entre as diferentes sociedades, mas um contato que se faz sob a orientação da sociedade branca hegemônica. Assim, no início do século XX, a atuação de Rondon contribuiu para articular os parecis, trabalhadores das linhas, com os nambiquaras, freqüentadores das estações telegráficas. Depois a missão jesuítica atuou junto a eles e mais os iranxes e ricbactsas, cujas crianças também eram internadas em sua escola” (...).

A colonização de Mato Grosso foi presidida pela sucessão de três centros de mineração: Cuiabá, Vila Bela e Diamantino. Com o esgotamento do ouro de Cuiabá, sua população se voltou para o apresamento de índios, sendo especialmente visados os parecis. A partir de 1731 descobre-se ouro no alto Guaporé, o que culmina com a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, como sede da recém-criada capitania de Mato Grosso. Os parecis continuaram a ser procurados como escravos e

também como fornecedores de alimentos. O governo real, entretanto, pretendia um outro tratamento para os parecis, em termos mais amistosos, uma vez que sua incorporação à sociedade colonial contribuiria para reforçar a posição portuguesa diante dos vizinhos espanhóis.

Mas no fim do século XVIII Vila Bela já estava em decadência e em 1805 o governo regulamenta e permite a exploração de diamantes, cujas minas entre as cabeceiras do Arinos e do Paraguai já estavam descobertas desde 1728. Os parecis são requisitados para trabalhar nas minas e também na navegação do rio Tapajós. No terceiro quartel do século XIX a mineração em Diamantino se esgotava (Costa 1985: 201-8).

Mas as terras parecis eram ricas em seringueiras que logo se passam a explorar no último quartel do século XIX com a incorporação da mão-de-obra dos indígenas às atividades extrativas ou a sua expulsão e aniquilamento. Também se intensifica a extração da poaia, ipeca ou ipecacuanha, um arbusto cuja raiz contém um alcalóide utilizado na fabricação de expectorantes, vomitivos, e também no tratamento da desinteria amebiana. Era possível combinar a extração da borracha com a da poaia, a primeira realizada na estação seca e a segunda na chuvosa. Se o período de intensa exploração da borracha termina na segunda década do século XX, a extração da poaia chega a seu final nos anos 1970” (Melatti, 2005).

➤ **Área etnográfica “Tocantins-Xingu”:**

“Esta área, que contorna a borda oriental e sudestina da Amazônia e até nela se intromete, foi chamada por Eduardo Galvão de Tocantins-Xingu e, de certo modo, foi consagrada pelo Harvard Central Brazil Research Project (também conhecido como Projeto Harvard-Museu Nacional), cujos pesquisadores se ocuparam da comparação de várias sociedades jês (crincati, apinajé, craô, caiapó, xavante) ou a elas semelhantes (bororo) ao longo de sua extensão. Como precursores dessa pesquisa, Curt Nimuendaju (que estudou os ramcocamecrás, os apinajés e os xerentes) e os salesianos Colbacchini e Albisetti (que estudaram os bororos), deram as primeiras descrições detalhadas dessas sociedades ao mundo científico, deixando-o intrigado perante o contraste entre as complexas regras sociais e a simplicidade tecnológica que elas apresentavam.

Falando sobre o que caracteriza esta área etnográfica, Melatti destaca que:

a) Quanto ao **ambiente**, ela inclui a maioria das sociedades indígenas do cerrado, mas não todas. Por outro lado, inclui sociedades que não estão no cerrado. Mas como

excluir da área os caiapós, já na mata amazônica, mas tão próximos culturalmente dos timbiras do cerrado?

b) Quanto à origem, inclui a maioria das sociedades falantes de línguas da família jê, mas não todas. Exclui, por exemplo, os caingang e xócleng, do Planalto Meridional, separados por grande distância e por uma área onde não há índios presentes. Exclui os jês que estão na área do Alto Xingu. Inclui, por outro lado, os carajás e os bororos, não propriamente jês, mas do tronco macro-jê. E, por força da proximidade, dois grupos tupis: os tapirapés e os avás.

Embora Melatti (2005) trate das áreas etnográficas atuais, elas foram definidas também a partir de suas formações históricas, congregando tribos que ali foram registradas desde quando se deu o primeiro contato com o colonizador europeu, conforme se pode constatar consultando o mapa de Nimuendaju.

Línguas e etnias indígenas registradas historicamente ao longo da LT (Fonte: Nimuendaju, 1944)

Na caracterização dos grupos indígenas historicamente apontados por Nimuendaju, estes foram agrupados por troncos e famílias lingüísticas e os aspectos privilegiados foram os de cultura material e ambiente, por sua maior visibilidade arqueológica. Não foram considerados os grupos indígenas que aparecem no mapa, mas que foram extintos antes de seu registro etnolingüístico. A apresentação é feita de Norte para Sul.

➤ Grupos indígenas de língua Karipuna - RO

Sobre estes grupos, é importante ressaltar que, no mapa de Nimuendaju, aparece, no início da LT, em Rondônia, a denominação Karipuna para índios de língua Pano. A mesma denominação aparece em Métraux, 1942. Uma análise do mapa mostra que tribos indígenas de língua Pano realmente se encontravam na região dos tributários do Rio Madeira, circulando entre a Bolívia e os atuais estados do Amazonas e de Rondônia, o que pode ter levado à confusão. Eles são mencionados como Pano por Acuña (1994¹); Métraux (1942) e Nimuendaju (1944).

Os Karipuna de Rondônia, no entanto, historicamente habitantes do Rio Madeira e seu tributário Jaci-Paraná, exatamente onde são localizados no mapa de Nimuendaju. são falantes da língua homônima, do tronco Tupi.

¹ A edição original, espanhola, é de 1891.

- *Primeiros registros na área de estudo:* primeiras décadas do século XX.
- *Dados etnográficos:*
 - > Ambiente: Mata
 - > Assentamento: em clareiras abertas na mata, constroem hoje casas de moradia de planta retangular, estilo sertanejo, com paredes de madeira e teto coberto por folhas de palmeira.
 - > Subsistência: pesca, caça (dos mais variados animais) e plantio de mandioca, milho e banana.
 - > Artefatos: arco e flecha; vasilhas de cerâmica (no passado); tipóias de algodão; cestos e canoas.
 - > Tecnologia: fiação, olaria (no passado), cestaria, tecelagem, agricultura.



Fontes: Hugo (1959); Meireles (1983); Azanha e Leão (2005).

Foto 3.5.6.12-2 – Aldeia Karipuna no rio Jaci-Paraná.



Foto 3.5.6.12-3 - Caça de anta com arco e flecha.



Foto 3.5.6.12-4 - Família Karipuna em canoa.

➤ **Grupos indígenas de língua Tupi (RO): *Kawahiwa, Tupari e outros***

As informações sobre essas tribos são poucas, motivo pelo qual todas as constantes do Mapa de Nimuendaju se encontram juntadas neste item. Sua cultura material compartilha algumas características e se diferencia em outras. Quando existe a informação, esta é ressaltada.

- *Primeiros registros na área de estudo:* primeiras décadas da segunda metade do século XIX
- *Dados etnográficos*
- > Ambiente: Mata
- > Assentamento: Em clareiras abertas na mata, construíam casas comunais circulares, abobadadas, recobertas de sapé, com um corredor central, em torno do qual se dispunham as redes de dormir. Atualmente, as casas não seguem mais o modelo tradicional, apresentando plantas retangulares.
- > Subsistência: caça, pesca, coleta de crustáceos, larvas, insetos, castanhas, frutos e mel e plantio de milho, inhame, taioba, amendoim, mamão, batata doce e aipim.
- > Artefatos: machados de pedra polida; facas de bambu e de concha; pilões de madeira; arco e flecha; bordunas de madeira; vasilhas de cerâmica; brinquedos (bolas de borracha); canoas. Instrumentos tradicionais constam de relato coletado por Caspar, em 1948, sobre os primeiros encontros desses indígenas com a sociedade nacional:

“Vimos os machados e facas que os Makurap receberam dos estrangeiros. Esses eram muito mais duros do que os nossos de pedra, com os quais trabalhávamos e não se quebravam com o uso. As facas também eram muito melhores do que as nossas de bambu e talo de cana, com que cortávamos a carne e as penas das setas. (...) foram procurar as árvores chamadas por nós de "herub" com cujo suco fazemos bolas para jogar. Os homens brancos, no entanto, não fizeram bolas de brinquedo com o suco do herub, mas grandes bolões que levavam rio abaixo nos seus barcos.”

- > Tecnologia: fiação, olaria, cestaria, tecelagem, agricultura.
- > Adornos: de conchas, de dentes e ossos de animais, de sementes (brincos, braceletes e colares), de penas e de algodão (faixas nos tornozelos, nos pulsos e na cabeça).
- > Práticas funerárias: o corpo do falecido era enterado dentro de sua cabana, sob sua rede, com seus instrumentos e adornos.

Fontes: Rondon (1913); Snethlage (1934); Lévi-Strauss (1948); Caspar (1953 e 1976) e Nimuendaju (1944 e 1948).

As figuras e fotos a seguir documentam os aspectos da cultura material Tupari de interesse para a interpretação arqueológica.

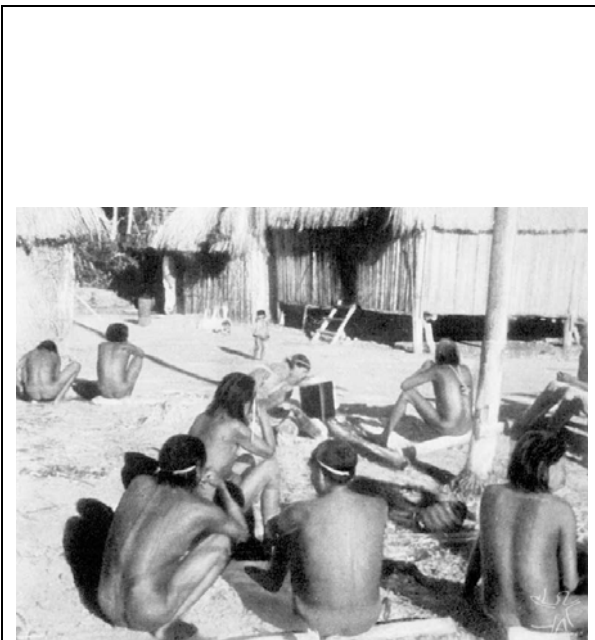


Foto 3.5.6.12-5 - Índios Tupari em pátio de aldeia recente

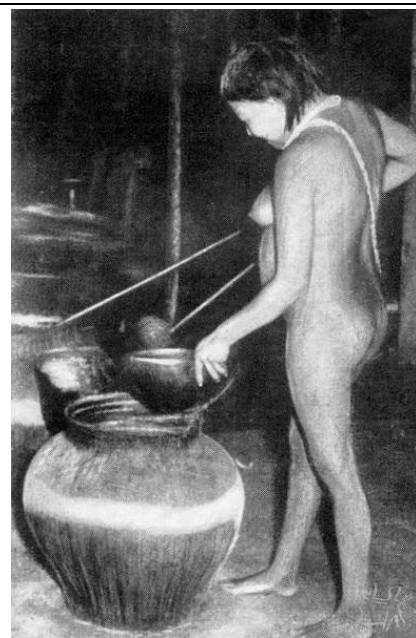


Foto 3.5.6.12-6 - Mulher Tupari servindo chicha armazenada em pote de cerâmica, usando recipiente também de cerâmica.

➤ Grupos indígenas de língua Arikém (RO)

Os únicos remanescentes da família lingüística Arikém (tronco Tupi) na atualidade são os Karitiana de Rondônia, dos quais se retiraram informações sobre a cultura material que possam ser de utilidade arqueológica, pressupondo-se, aqui, que guardem alguma semelhança com a época do contato.

- *Primeiros registros na área de estudo:* primeira década do século XX.
- *Dados etnográficos:*
 - > Ambiente: Mata
 - > Assentamento: Em clareiras abertas na mata, as casas tradicionais , arredondadas, eram erguidas com troncos, cipó e palha de babaçu .
 - > Subsistência: caça, pesca, cultivo de milho e macaxeira.
 - > Artefatos: arcos, flechas e cerâmica (no passado).
 - > Tecnologia: olaria (no passado); agricultura.



Fontes: Nimuendaju (1944); Demolin e Storto, (1979/80, 1991); Lúcio (1996); Storto e Velden (2005)

Foto 3.5.6.12-7 - Casa karitiana na aldeia Kyōwã

➤ **Grupos indígenas de língua Xapakura (RO): Jaru e Urupá**

As informações sobre esses grupos são extremamente restritas, sendo preciso utilizar, aqui, o que é dito de maneira geral sobre as tribos Chapakura do Madeira por Métraux (1942).

- *Primeiros registros na área de estudo:* últimas décadas do século XIX.
- *Dados etnográficos:*
 - > Ambiente: Mata
 - > Assentamento: Em clareiras abertas na mata, construía casas comunais de grandes dimensões feitas de madeira e recobertas com folhas de palmeira, sendo comum a existência de uma casa cerimonial feita de ossos humanos.
 - > Subsistência: caça, pesca, coleta de cacau, de ovos de tartaruga e de moluscos aquáticos e cultivo de mandioca, inhame, batata doce e milho.
 - > Artefatos: machados de pedra polida, cestos, cabaças e redes de algodão.
 - > Tecnologia: fiação, cestaria.
 - > Adornos: de madeira (nasais), de conchas e de dentes de animais (braceletes e colares), de algodão (faixas), de resina (tembetás labiais) e tatuagem corporal.

Fontes: Missão Rondon (1916); Métraux (1942) e Nimuendaju (1944).

➤ **Grupos indígenas de língua Nambikwara (MT)**

- *Primeiros registros na área de estudo:* segunda metade do século XVIII.
- *Ambiente:* Cerrado e mata
- *Dados etnográficos:*
 - > Assentamento: casas comunais de moradia, como cabanas, com cerca de 30m de diâmetro, recobertas com folhas de palmeira. No interior, havia plataformas de bambu, onde se estocava a comida. Cabanas temporárias feitas ficando dois galhos no chão, unidas por uma madeira transversal, no alto, recoberta por galhos ou folhas de palmeira até o chão .
 - > Subsistência: caça, pesca, coleta de mel, vegetais e larvas, plantio de mandioca, milho, cará, batata doce, mamão e feijões.

- > Artefatos: machados de pedra polida, vasilhas de cerâmica, armadilhas para caça, arcos, flechas, cabaças, cestos, flautas e assobios feitos de bambu e cabaça.
- > Tecnologia: cestaria; agricultura, fiação.
- > Adornos: fibras de embira e faixas de algodão; plumária; braceletes e colares de sementes, dentes de animais, conchas e secções de rabos de tatu; pintura corporal.
- > Práticas funerárias: alguns grupos enterravam os corpos em sepulturas circulares; outros em poços alongados.

Fontes: Rondon (1913); Missão Rondon (1916); Pyreneus de Souza (1920); Roquette-Pinto (1917, 1938); Métraux (1942); Aytai (1967/8); Boglár (1969); Roosevelt (19762) Price (1981); Costa (2002) e Miller (2008).



Foto 3.5.6.12-8 - Casa Nambikwara Mamaindê, Aldeia Central, MT



Foto 3.5.6.12-9 - Habitação dos índios Nambikwara Kithaulu, Rio Camararé, MT

- **Grupos indígenas de língua Aruak (MT): Saraveka, Kozarini, Paresi e Guaná**
 - *Primeiros registros na área de estudo:* primeiras décadas do século XVIII.
 - *Ambiente:*
 - *Dados etnográficos:*
- > Assentamento: as aldeias eram construídas próximo às cabeceiras dos rios, sendo as casas, comunais, arredondadas ou ovaladas, com cerca de 10m a 13m de diâmetro, abobadadas e recobertas com folhas de palmeira, com uma porta em cada extremidade.

² Versão original, americana, de 1914.

- > Subsistência: caça; pesca (com timbó e anzóis); coleta de castanhas e de frutas em geral; criação de abelhas; cultivo de milho, mandioca, cará, batata doce, abacaxi, feijões e algodão.
- > Artefatos: redes de algodão e de fibras de tucum, cestos, vasilhas de cerâmica, armadilhas para pesca, arcos e flechas, anzóis, canoas.
- > Tecnologia: cestaria, olaria, agricultura, fiação, apicultura.
- > Adornos: faixas de algodão; braceletes e colares de sementes e de taquara, plumária e pintura corporal.
- > Práticas funerárias: os mortos eram enterrados em suas cabanas, com comida e todos os seus pertences pessoais, com as cabeças voltadas para leste. As casas eram abandonadas temporária ou permanentemente.

Fontes: von den Steinen (1940); Schmidt (1914); Rondon (1913); Missão Rondon (1916); Roquette-Pinto (1917, 1938); Métraux (1942); Roosevelt (19763); Costa, 1985; ISA, 2009.



Foto 3.5.6.12-10 - Chefe Pareci, com colares de sementes e faixa de algodão na cabeça, portando e flechas emplumadas, MT.



Foto 3.5.6.12-11 - Índia Paresi, com saia de algodão e colares de sementes, rodeada por cestos suspensos, MT.

³ Versão original, americana, de 1914.



Foto 3.5.6.12-12 - Índios Paresi, adornados com plumas e pintura corporal, durante a Festa Nacional do Índio

➤ Grupos indígenas de língua Macro-Gê (MT): Bororo

Existe uma ampla bibliografia sobre os bororo. Aqui, no entanto, buscou-se padronizar as informações conforme feito para os demais grupos. As fontes, no final, mostram a riqueza das informações sobre esta tribo de família lingüística homônima.

- *Primeiros registros na área de estudo:* meados do século XIX
- *Ambiente:* cerrado e mata.
- *Primeiros registros na área de estudo:*
- *Ambiente:*
- *Dados etnográficos:*
- > Assentamento viviam em casas de planta retangular, dispostas em círculo no interior da aldeia, no centro da qual ficava a casa dos homens.
- > Subsistência: coleta de sementes, nozes e raízes; caça e pesca. O cultivo vegetal tradicional parece não ter incluído produtos alimentícios, compreendendo tabaco, cabaças e algodão. Mais recentemente, passaram a cultivar milho e mandioca.
- > Artefatos: redes para pesca; arpões; arcos e flechas; vasilhas de cerâmica (semiesféricas e globulares); cabaças; cestos.
- > Tecnologia: fiação, cestaria, olaria e, mais recentemente, agricultura.
- > Adornos: auriculares, labiais, braceletes e colares, de conchas, de penas, de dentes de animais, de fibras, de algodão e de sementes.

> Práticas funerárias:

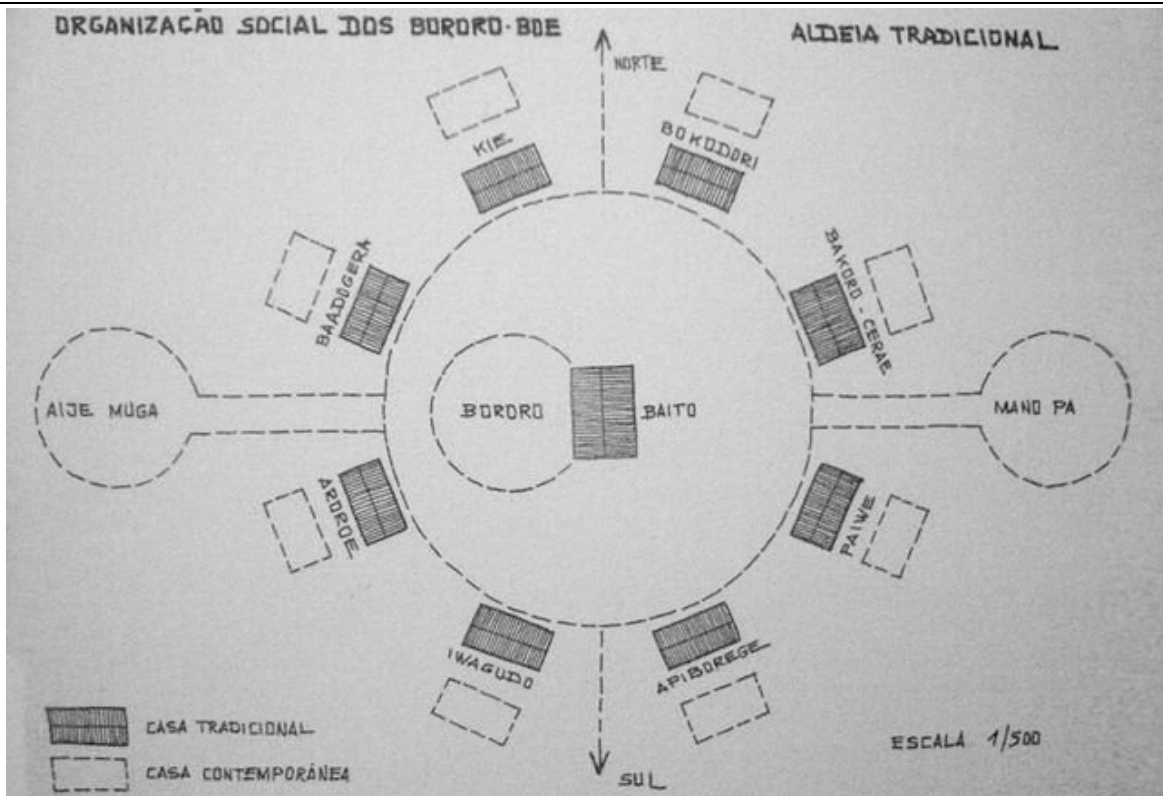
“O corpo do morto é envolto em esteiras e enterrado em cova rasa, aberta no pátio central da aldeia circular. Diariamente, esta cova é regada para acelerar a decomposição do corpo, cujos ossos deverão, ao final desse processo, ser ornamentados. Entre a morte de um indivíduo e a ornamentação de seus ossos, que serão depois definitivamente enterrados, passam-se de dois a três meses”.

Fontes: Waehneltd (1864); Koslowsky (1895); Fric & Radin (1906); Cook (1907); Petruzzo (1932); Lévi-Strauss (1936); Baldus, 1936; Steinen (1940); Colbacchini (1942); Nimendaju (1944); Lowie (1946); Albisetti e Venturelli (1962); Maybury-Lewis (1972); Viertler (1973); Bordignon (1986); Novaes (1983, 1998); Grupioni (1992); Wüst (1983, 1990, 1992, 1994 e 1999; Serpa (2001).



Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_jRC-Z7--u0w/Sg8FtnDgu3I/AAAAAAAAAPg/lfHBagOmMk/s1600-h/Aldeia+Bororo.jpg
(acesso em junho/2009)

Foto 3.5.6.12-13 - Aldeia Bororo atual, mantendo a morfologia circular tradicional, com casas de influência sertaneja



Fonte: http://www.fabriciopedroza.com.br/_/rsrc/1222466081884/projeto-meri-ore-eda-para-o-povo-bororo-2004-2005/6.jpg (acesso em junho/2009).

Figura 3.5.6.12-3 - Planta da aldeia tradicional Bororo.



Foto 3.5.6.12-14 – Índios bororo em sua aldeia.



Foto 3.5.6.12-15 - Índios Bororo paramentados para ocasião ritual, com plumária, pintura corporal e vestes de fibras



Foto 3.5.6.12-16 - Funeral bororo. O crânio do morto, recém desenterrado, é adornado com urucum e penas de aves.

➤ Grupos indígenas de língua Gê (GO/MG/SP): Kayapó Meridionais

Giraldin (2000: 163) menciona que, na história da ocupação do Centro-Oeste brasileiro, os índios Cayapó aparecem como um dos povos indígenas que ofereceram maior resistência à fixação dos não-indígenas na região.

“Os Cayapó viveram e experimentaram todo um processo de invasão da região sul de Goiás, do Triângulo Mineiro, leste de Mato Grosso e norte de São Paulo, a partir do início do século XVIII. Agiram com ações guerreiras que os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos e, em decorrência, mais intensamente combatidos durante o século XVIII e XIX em todo o Brasil Central”.

Tidos como uma tribo extinta pela maioria dos estudiosos, hoje tal extinção está sendo contestada por Giraldin (2000), que vem reunindo evidências de que estariam representados, na atualidade, pelos índios Panará, que vivem em Goiás e no Triângulo Mineiro.

- *Primeiros registros na área de estudo: primeiras décadas do século XVIII*
 - *Ambiente: Cerrado e mata*
 - *Dados etnográficos:*
- > Assentamento: viviam em casas recobertas com folhas, dispostas circularmente em grandes aldeias, com centenas de habitantes. Os moradores dormiam em estrados (jiraus), próximos a fogueiras de pedras. Cozinham em fornos de pedra e terra, no exterior das residências.

- > Subsistência: caça, pesca, coleta e plantio de milho, batata, cará, banana, mandioca, abóbora e amendoim.
- > Artefatos: cestos, redes, arcos, flechas e bordunas de madeira e vasilhas de cerâmica (no período pré-colonial).
- > Tecnologia: olaria (no período pré-colonial), cestaria, tecelagem, trabalho da madeira e agricultura.
- > Adornos: colares de sementes e de dentes de animais; plumária; pintura corporal.
- > Práticas funerárias: seus mortos eram enterrados sentados, acompanhados de alimentos e objetos pessoais, em covas circulares.

Fontes: Neme (1969); Saint-Hilaire (1975); Pohl (1976); Ataídes (1998); Giralдин (1997, 2000).



Foto: Pedro Martinelli, 1973. In:

Foto 3.5.6.12-17 – Implantação paisagística de Aldeia Panará, com as áreas de roça nos arredores

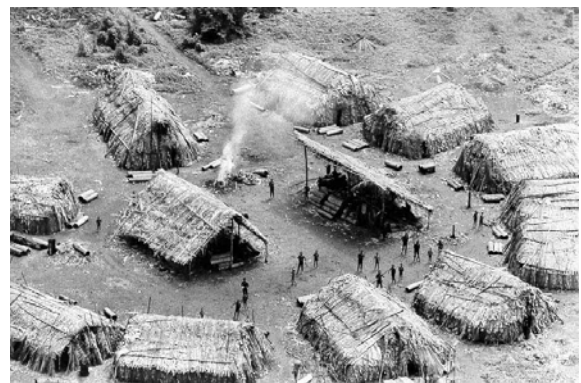


Foto: Pedro Martinelli, 1973. In: www.socioambiental.org.

Foto 3.5.6.12-18- Aldeia Panará (considerados os últimos remanescentes dos Kayapó Meridionais).



Foto: Pedro Martinelli, 1973. In: www.socioambiental.org.

Foto 3.5.6.12-19 - Flechas dos Panará.



Foto: Agda Detogni, 1991. In: www.socioambiental.org.

Foto 3.5.6.12-20 - – Índios Panará adornados durante ritual cerimonial.

➤ **Grupos indígenas de língua Tupi-Guarani (SP): Guarani**

- *Primeiros registros na área de estudo: segunda metade do século XIX.*
 - *Ambiente: Mata*
 - *Dados etnográficos:*
- > Assentamento: as aldeias típicas eram constituídas de quatro a oito grandes casas retangulares, dispostas ao redor de uma praça central. Cada casa possuía duas portas e poderia abrigar até 50 famílias. As aldeias eram fortificadas por paliçadas
- > Subsistência: Couturier & Pernin (2000) descrevem as técnicas de exploração do ecossistema pelos Guarani

Os povoados Carijó-Guarani situavam-se na floresta, na proximidade dos cursos de água. Assim, eles podiam praticar a caça, a pesca, a colheita e a agricultura. Para estabelecer seu habitat, eles evitavam as formações muito densas, preferindo as florestas mais claras. A floresta original, com árvores que não ultrapassavam 20 metros, corresponde a este tipo de formação.

A floresta cultivada, situada no entorno das casas, era composta de parcelas cultivadas e de parcelas de floresta em diversos estágios de regeneração.

Os Carijó-Guarani não praticavam sistemas de pastoreio, mas cultivavam:

- *um cereal: o milho*
- *tubérculos: a batata doce, a mandioca (Manihot utilissima)*
- *leguminosas: amendoim (Arachis hypoganea L.), diversas variedades de feijões (Phaseolus vulgaris)*
- *cucurbitáceas: abóboras, cabaças;*
- *uma planta têxtil: o algodão;*
- *o tabaco.*

Os Guarani associavam no seio de uma mesma parcela diversas culturas, em particular milho, feijão, mandioca e batata doce.

Após dois ou três anos de cultura numa mesma parcela, deixava-se a floresta crescer de novo, antes de começar um novo ciclo de culturas. Parece que é necessário um intervalo de 70 anos para reconstituir a vegetação original. No entanto, não dispomos de dados sobre a duração efetiva do descanso florestal.

A floresta não cultivada, explorada para a caça, era, com os rios usados para a pesca, a única fonte de proteínas animais.. Além disso, a coleta fornecia frutos (abacaxis, cocos de palmeira), mel e plantas medicinais.

- > Artefatos: Vasilhas de cerâmica, artefatos de pedra lascada, arcos e flechas, cestos objetos de fibra trançada; machados e tembetás de pedra polida, canoas.
- > Tecnologia: olaria; cestaria; fiação e tecelagem lascamento e polimento da pedra.
- > Adornos: de penas, fibras e sementes; adornos labiais (tembetás) de pedra polida; plumária e pintura corporal.
- > Práticas funerárias: Os guarani enterravam seus mortos em urnas, acompanhados de seus pertences pessoais mais significativos.

Fontes: Azara (1808); Schmidel (1903); Angelis (1910); Lothrop (1946); Sepp (1972); Couturier & Pernin (2000); Almeida e Mura (2003).



Fonte: Ulrich Schmidel (1535).

Figura 3.5.6.12-4 - Ilustração de índios Guarani, vendo-se a aldeia protegida por paliçada em segundo plano.



www.socioambiental.org.

Foto 3.5.6.12-21 - Aldeia guarani kaiowa.

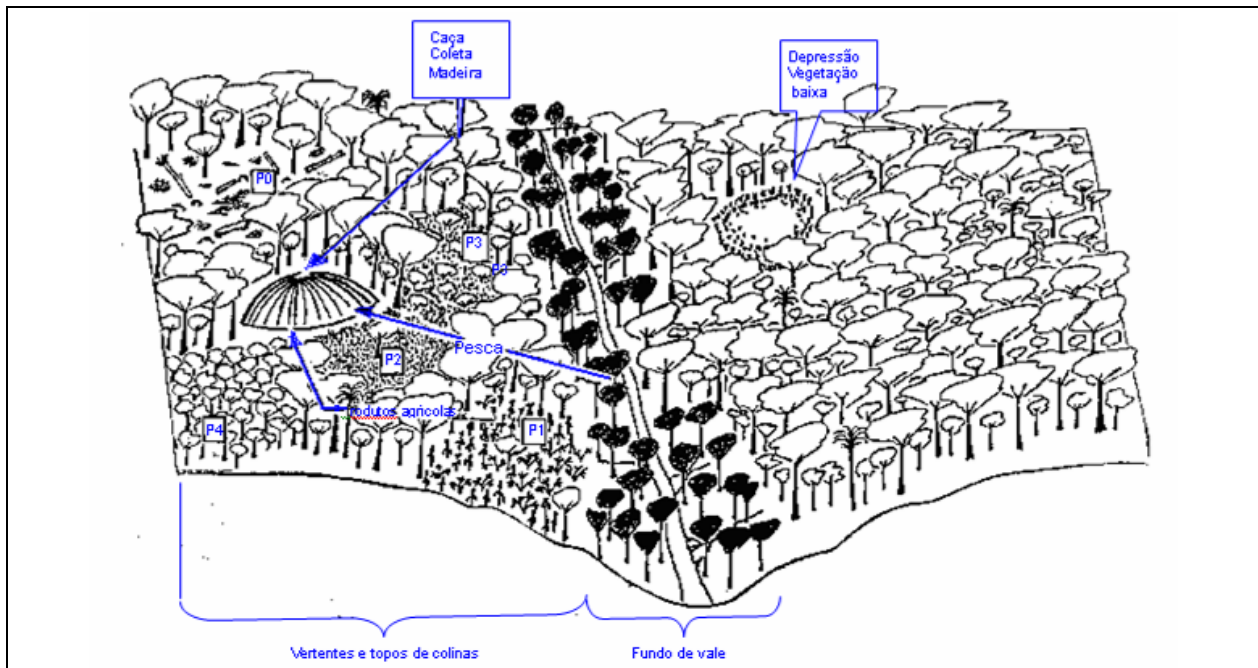


Figura 3.5.6.12-5 – Ecossistema explorado pelos Guarani (Fonte: Couturier & Pernin, 2000).

LEGENDA

- P0 – Parcela desmatada no ano
- P1 – Parcela com culturas do 2º ano
- P2 - Parcela em repouso florestal de 1 ano
- P3 – Parcela em repouso florestal de 2 anos
- P4 - Parcela em repouso florestal de 3 anos



Acervo: ISA (foto s/autor).In: www.socioambiental.org

Foto 3.5.6.12-22 - Guaranis ñandeva com arcos, flechas e cesto.



Acervo: Museu do Índio, 1943

Foto 3.5.6.12-23 - Interior de casa de guarani kaiowá, observando-se mulher com criança em rede de fibras e cabaça sobre o chão



Foto: Egon Schaden, 1949. In: www.socioambiental.org.

Foto 3.5.6.12-24 - - Artesã guarani-ñandeva tecendo.



Fonte: <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/subindex.cfm?Paramend=1&IDCategoria=4320>



Fonte: <http://www.verdestrigos.org/sitenovo/imagens/diversos/indio.jpg>

Foto 3.5.6.12-25 - Menino e adulto guarani paramentados com colares, adornos de penas e pintura corporal, em ocasião festiva.

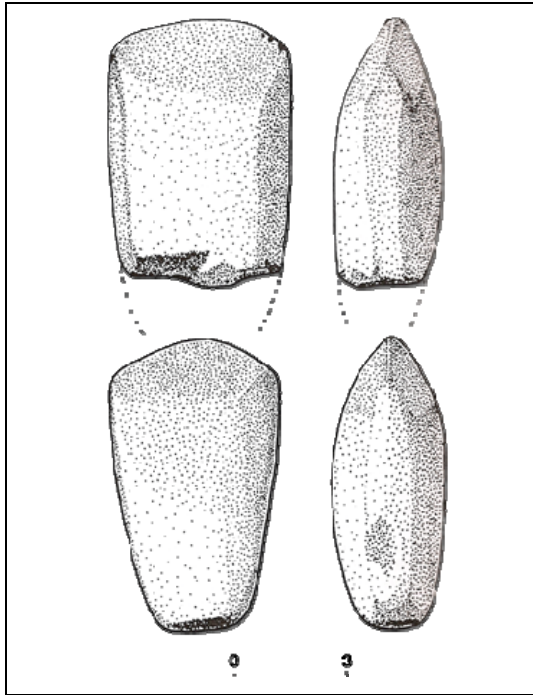


Figura 3.5.6.12-6 – Ilustração de lâminas de pedra polida guaranis.

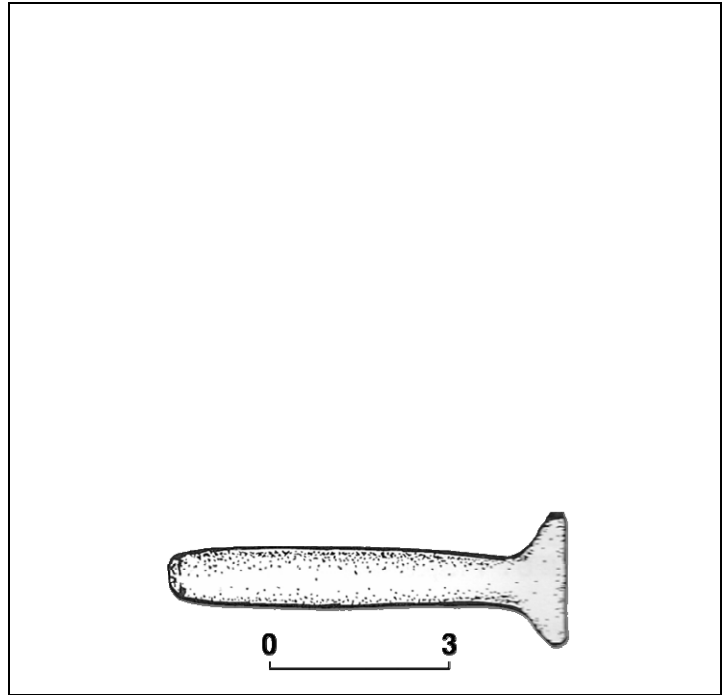


Figura 3.5.6.12-7 – Ilustração de tembetá de pedra polida guarani.

Desenhos: A. A. Kern. Fonte: <http://proprata.com/conhecimentos/litico-guarani>



Fonte: http://ao.correia.zip.net/arch2009-05-01_2009-05-31.html

Foto 3.5.6.12-26 - Urna funerária guarani com decoração pintada. Acervo: Museu de Arqueologia de Iepê, SP

Arqueologia

Para uma melhor compreensão do contexto arqueológico da área em que estará inserida a Linha de Transmissão 600kV Porto Velho/RO - Araraquara/SP, circuito nº 01, decidiu-se unir a AAR com a AII, uma vez que os dados do CNSA/SGPA/IPHAN são

fornechos por município. Assim, os conhecimentos existentes sobre sítios arqueológicos já conhecidos na área de estudo serão apresentados de acordo com o Estado, o Município e a sub-bacia a que pertencem.

As informações sobre as sub-bacias foram consideradas importantes porque as bacias hidrográficas são, convencionalmente, consideradas meios importantes de penetração, migração e expansão dos grupos indígenas pelo território brasileiro.

O empreendimento em questão atravessará cinco Estados brasileiros: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e um total de 84 municípios. As sub-bacias hidrográficas conjugadas abrangidas pelo empreendimento são: do rio Madeira; do rio Paraguai; do rio Araguaia; e do rio Paraná.

O levantamento de dados referentes aos sítios já cadastrados pelo CNSA/IPHAN revelou um total de 621 sítios arqueológicos nos municípios atravessados pela Linha de Transmissão. Destes, 228 estão localizados em Rondônia, 304 em Mato Grosso, 67 em Goiás e 22 em São Paulo. Nos municípios do Estado de Minas Gerais, por onde passará a LT, não foram registrados sítios arqueológicos. Pode-se afirmar que estes constituem apenas uma pequena parcela da totalidade de sítios arqueológicos que certamente existem nessa grande região.

Quadro 3.5.6.12-1 – Municípios levantados por UF, bacia hidrográfica e sub-bacia hidrográfica

UF	MUNICÍPIOS	SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	BACIA HIDROGRÁFICA
SP	Araraquara	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Paraná	Bacia hidrográfica do rio da Prata
	Bariri		
	Boa Esperança do Sul		
	Bocaina		
	Fernandópolis		
	Gavião Peixoto		
	Guarani d'Oeste		
	Ibirá		
	Indiaporã		
	Itajobi		
	Itápolis		
	Jaci		
	Macedônia		
	Marapoama		
	Meridiano		
	Mirassol		
	Monte Aprazível		
	Neves Paulista		
	Nova Aliança		
Nova Europa			
Ouroeste			
Pedranópolis			

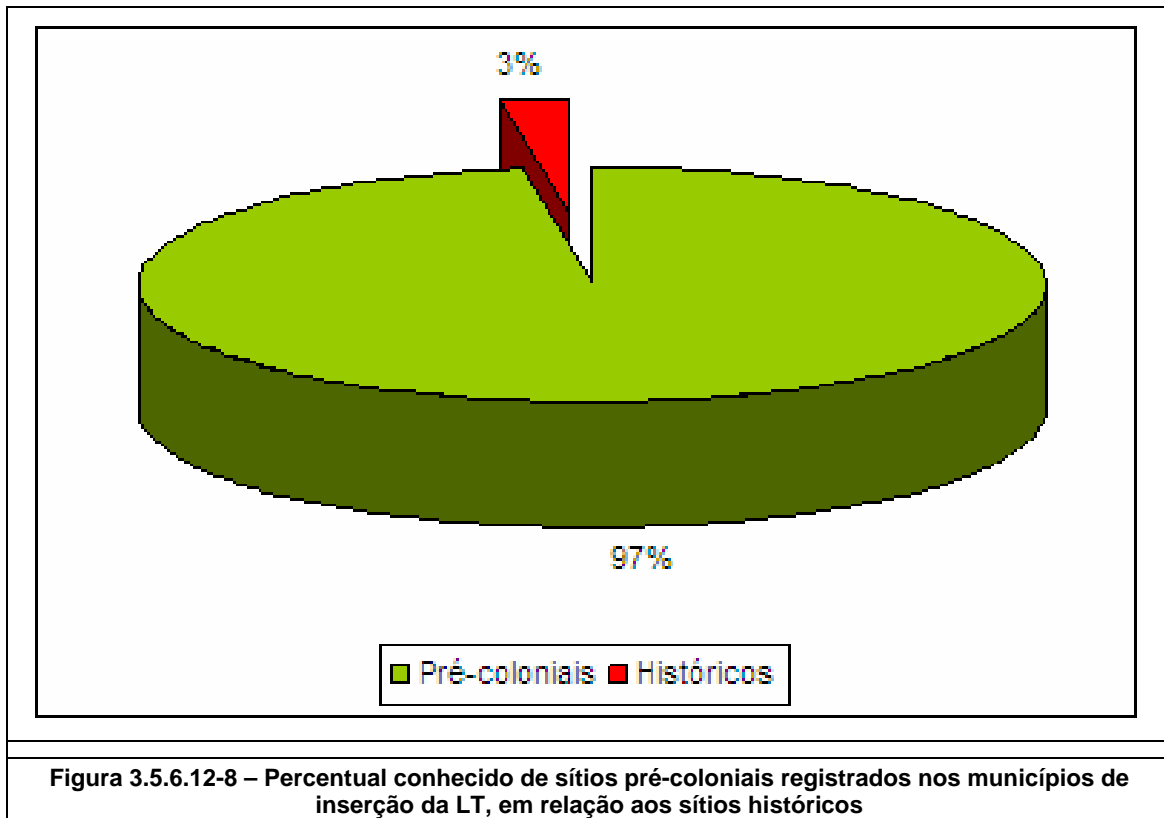
UF	MUNICÍPIOS	SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	BACIA HIDROGRÁFICA
	Poloni		
	Potirendaba		
	Sebastianópolis do Sul		
	Tabatinga		
	Urupês		
	Valentim Gentil		
	Votuporanga		
MG	Ituramã		
	Limeira do Oeste		
	Santa Vitória		
	União de Minas		
GO	Caçu		
	Jataí		
	Serranópolis		
	Santa Rita do Araguaia		
MT	Mineiros	Paraguai / Araguaia / Paraná	Entre bacias
	Guiratinga	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Paraguai	Bacia hidrográfica do rio da Prata
	Alto Araguaia		
	Acorizal		
	Barra do Bugres		
	Campo Verde		
	Cuiabá		
	Jangada		
	Rosário Oeste		
	Alto Garças		
	Santo Antônio do Leverger		
	Alto Paraguai		
	Rio Branco		
	Jaciara		
	Araputanga		
	Jauru		
	Juscimeira		
	Lambari D'Oeste		
	São José do Povo		
	Pedra Preta		
	Salto do Céu		
	Poxoréo		
	Rondonópolis		
	Reserva do Cabaçal		
	Vale de São Domingos		
	Comodoro		
	Nova Lacerda		
Pontes e Lacerda			
Vila Bela da Santíssima Trindade			
RO	Alto Paraíso	Sub-bacias hidrográficas conjugadas do rio Madeira	Bacia hidrográfica do rio Amazonas
	Ariquemes		
	Cabixi		
	Cacaulândia		
	Candeias do Jamari		

UF	MUNICÍPIOS	SUB-BACIA HIDROGRÁFICA	BACIA HIDROGRÁFICA
	Castanheiras		
	Chupinguaia		
	Colorado do Oeste		
	Corumbiara		
	Jaru		
	Ji-Paraná		
	Nova Brasilândia D'Oeste		
	Ouro Preto do Oeste		
	Parecis		
	Pimenta Bueno		
	Porto Velho		
	Presidente Médici		
	Primavera de Rondônia		
	Rolim de Moura		
	São Felipe D'Oeste		
	Teixeirópolis		

As diversas categorias de sítios arqueológicos foram agrupadas, para fins comparativos, nos diversos Estados e municípios abrangidos pelo empreendimento em questão. Os resultados do levantamento (636 sítios arqueológicos), por categoria de sítio e UF.

Quadro 3.5.6.12-2 - Categorias de sítios arqueológicos por UFDos sítios arqueológicos registrados pelo IPHAN nos Estados atravessados pela LT , a grande maioria corresponde a sítios pré-coloniais, enquanto que sítios históricos (relacionados à sociedade colonial ou nacional e a algumas etnias indígenas) comparecem apenas com alguns exemplos isolados (ver Figura 2), o que se explica pela pouca atenção que se dava aos sítios históricos até poucos anos atrás.

UF	Sítios Cadastrados	Lítico a céu aberto	Cerâmico a céu aberto	Cerâmico em abrigo	Arte rupestre em abrigo	Pintura em abrigo	Arte rupestre a céu aberto	Gravura rupestre a céu aberto	Oficina de Polimento	Histórico	Etnohistórico	Lítico polido a céu aberto	Não informa a céu aberto	Não informa em abrigo	Não informa	Ocorrência isolada	TOTAL
		RO	Sítios cadastrados no IPHAN	13	168	-	-	-	12	-	21	6	-	3	5	-	-
	Sítios descobertos em campo	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	5
	Total	13	171	-	-	-	12	-	21	7	-	4	5	-	-	-	233
MT	Sítios cadastrados no IPHAN	26	122	44	3	1	-	4	3	6	6	-	48	35	1	5	304
	Sítios descobertos em campo	-	4	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	8
	Total	26	126	44	3	1	-	5	3	9	6	-	48	35	1	5	312
GO	Sítios cadastrados no IPHAN	5	23	21	-	-	-	-	-	-	-	2	14	2	-	-	67
	Sítios descobertos em campo	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
	Total	5	24	21	-	-	-	-	-	1	-	2	14	2	-	-	69
SP	Sítios cadastrados no IPHAN	8	11	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	22
	Sítios descobertos em campo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	8	11	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	22
TOTAL		52	332	65	3	1	12	5	27	17	6	6	67	37	1	5	636



No que concerne apenas aos sítios pré-coloniais, o Quadro mostra que a predominância, nos Estados de inserção da LT, é de sítios cerâmicos a céu aberto (52,17% dos sítios registrados), categoria extremamente ampla, que inclui tradições culturais distintas, sem associação étnica e cultural conhecida. A morfologia e as dimensões dos sítios são extremamente variadas, assim como as características dos vasilhames cerâmicos que neles se encontram. Os sítios remanescentes de antigas aldeias Bororo foram classificados como sítios etno-históricos.

Na sequência, comparecem os sítios cerâmicos em abrigos sob rocha (10,46%) e os sítios líticos a céu aberto (8,37% dos sítios registrados). Os primeiros mostram a ocupação das cavidades naturais por sociedades ceramistas, provavelmente horticultoras, enquanto os segundos documentam a ocupação mais antiga da área de estudo por sociedades móveis, de caçadores-coletores produtores de artefatos de pedra lascada, os quais dominaram essa ampla região antes da penetração dos horticultores ceramistas de diversas etnias. Cabe ressaltar, que considerou-se cerâmicos todos os sítios nos quais este material estava presente, independentemente da presença, no mesmo sítio, de artefatos de outras matérias-primas (como artefatos de pedra, lascados, polidos ou funerários).

A distribuição das diversas categorias de sítios pelos Estados de interesse para o presente estudo pode ser visualizada, também, no Quadro , a cima, onde se observa,

na, que o Estado do Mato Grosso lidera em número de informações (com 304 sítios arqueológicos conhecidos), seguido pelo Estado de Rondônia (com 228 sítios).

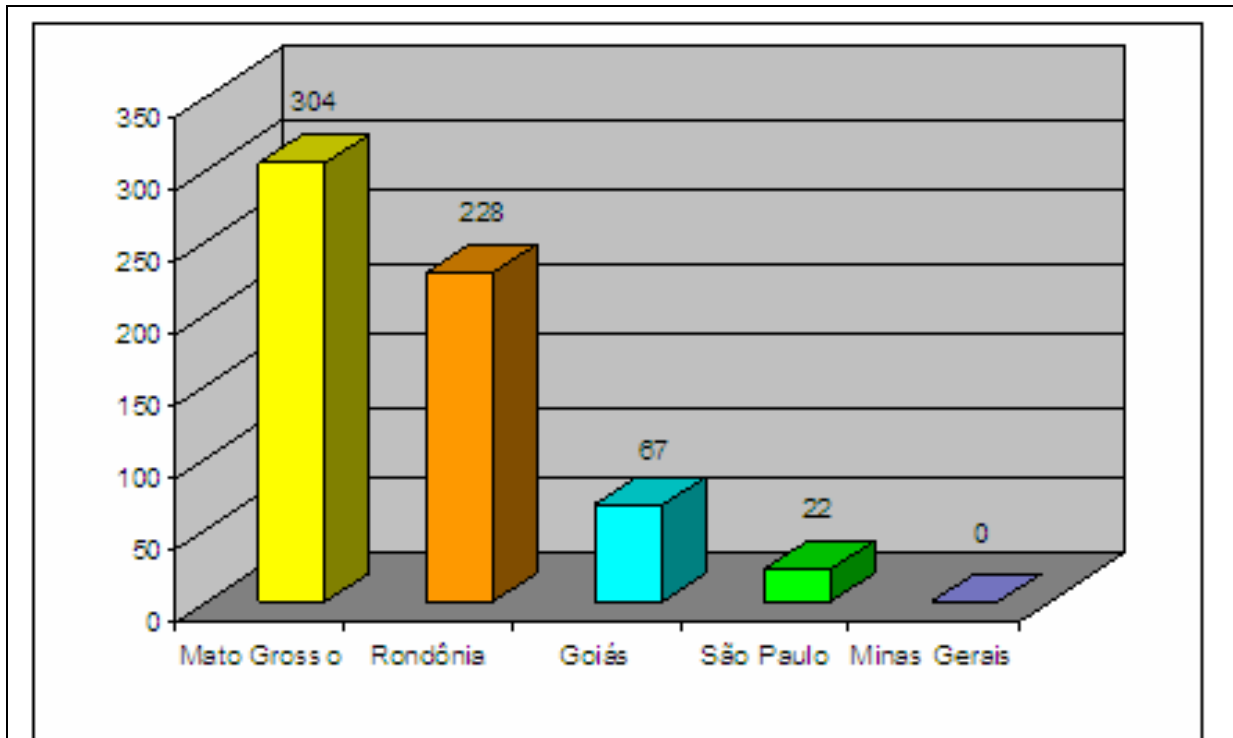


Figura 3.5.6.12-9 – Distribuição dos sítios arqueológicos levantados, por Estado da área de estudo

Quanto à freqüência das categorias de sítios pré-coloniais nos Estados de inserção do empreendimento, o cenário que se descortina é o apresentado no Quadro (onde os sítios multicomponenciais foram divididos em seus componentes simples), abaixo.

Quadro 3.5.6.12-3 - Categoria de sítios pré-coloniais por município.

UF	Município	Tipo									Total
		Céu aberto							Em abrigo		
		Lítico	Cerâmico	Lítico polido	Gravura	Arte Rup.	Of. Pol.	Etno-histórico	Cerâmico	Arte Rup.	
RO	Ariquemes	2	18	3	-	-	2	-	-	-	25
	Jaru	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
	Ji-Paraná	-	27	-	-	-	4	-	-	-	31
	Pimenta Bueno	-	1	-	-	-	2	-	-	-	3
	Porto Velho	10	113	-	-	1	12	-	-	-	136
	Presidente Médici	1	6	-	-	11	1	-	-	-	19
MT	Alto Araguaia	3	-	-	-	-	-	-	2	-	5
	Alto Garças	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
	Araputanga	-	4	-	-	-	-	-	1	-	5
	Campo Verde	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	Comodoro	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10
	Cuiabá	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	Guiratinga	9	3	-	-	-	-	-	2	-	14
	Jaciara	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
	Jangada	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
	Jauru	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	Juscimeira	4	4	-	-	-	3	-	11	-	22
	Pedra Preta	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2
	Pontes e Lacerda	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9
	Poxoréo	2	31	-	-	-	-	1	11	-	45
	Rio Branco	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
	Rondonópolis	2	47	-	1	-	-	3	5	3	61
Rosário Oeste	6	4	-	2	-	-	-	7	1	20	
Santo Antônio do Leverger	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	
Vila Bela da Santíssima Trindade	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	
GO	Caçu	-	13	1	-	-	-	-	-	-	14
	Jataí	-	6	1	-	-	-	-	1	-	8
	Mineiros	3	1	-	-	-	-	-	1	-	5
	Serranópolis	2	3	-	-	-	-	-	19	-	24
SP	Bocaina	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Gavião Peixoto	1	-	-	-	-	1	-	-	-	2
	Indiaporã	2	2	-	-	-	-	-	-	-	4
	Ouroeste	2	6	-	-	-	2	-	-	-	10
	Pedranópolis	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL		52	323	5	4	12	27	6	66	4	497

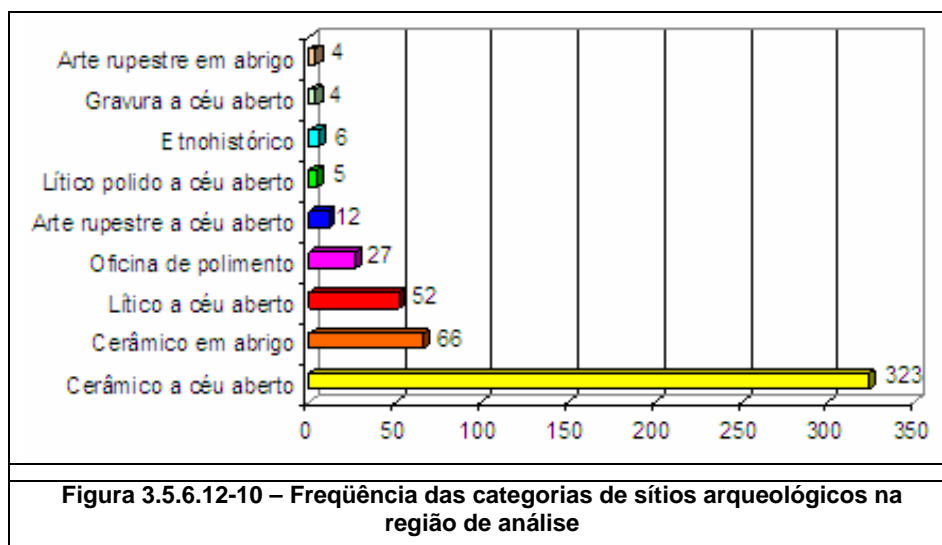
Na área de estudo predominam, portanto, os sítios cerâmicos a céu aberto (321 sítios, ou 64,72% dos sítios levantados), o que se explica por sua maior visibilidade, já que se encontram ou na superfície do solo ou enterrados em baixa profundidade; portanto, facilmente aflorados por atividades naturais ou antrópicas.

Os sítios líticos a céu aberto, quando enterrados em pequenas profundidades, também afloram em superfície, motivo pelo qual 52 desses sítios (10,42% do total) foram registrados nos Estados analisados⁴.

Os sítios cerâmicos em cavidades naturais (genericamente denominadas, neste diagnóstico, de “abrigos sob rocha”) também têm ocorrência expressiva, tendo sido registrados 66 deles na área de estudo (13,22% do total). Esse fato se explica pela pesquisa arqueológica voltada a cavidades naturais, não interventiva, que leva à descoberta dos vestígios mais superficiais (aflorados). Não se pode descartar a existência de níveis líticos, remanescentes da ocupação mais antiga dos abrigos sob rocha por sociedades caçadoras-coletoras, não descobertos por estarem enterrados em estratos mais profundos, o que exige sondagens no subsolo.

A arte rupestre, embora menos numerosa (20 sítios, ou 4% do total), já que depende de suportes rochosos para sua confecção, é aqui destacada pela sua importância social pretérita (trata-se de um testemunho de manifestações simbólicas intencionalmente deixadas na rocha por seus responsáveis). Na área de estudo, a arte rupestre aparece, de acordo com a técnica empregada em sua confecção, em dois grandes grupos distintos (gravuras ou pinturas, com predominância das primeiras) e estilos diversificados, demonstrando estarem associadas a grupos étnico-culturais também distintos. Quando não se conseguiu identificar a técnica (gravura ou pintura) de arte rupestre (16 sítios, ou 80%), o sítio foi contabilizado apenas genericamente, como de “arte rupestre”, conforme Figura, abaixo.

⁴ É importante ressaltar que não foram levantados todos os sítios dos Estados citados, mas sim aqueles que figuravam nos municípios de interesse.



Algumas vezes, as sinalações rupestres coexistem nos mesmos sítios que os testemunhos líticos ou cerâmicos, compondo uma categoria mista denominada “sítio multicomponencial” que, no presente diagnóstico, foi decomposta em categorias simples. Dos 21 sítios de arte rupestre conhecidos até o momento na área de estudo, 5 (23% dos sítios de arte rupestre) fazem parte da categoria “sítio multicomponencial”.

Na All especificamente, durante o trabalho de campo, foram identificados cinco sítios arqueológicos, listados a seguir.

Nome	Município/ Estado	Tipo de Sítio	Artefatos identificados
Sítio Santa Luzia 2	Rosário Oeste/MT	Histórico a céu aberto	Histórico (telhas)
Sítio Santa Luzia 1	Rosário Oeste/MT	Pré-colonial a céu aberto	Gravura
Sítio Bagalho	Rondonópolis/MT	Histórico a céu aberto	Histórico (estruturas edificadas)
Sítio Vila Bela	Vila Bela da Santíssima Trindade/MT	Pré-colonial a céu aberto	Cerâmico, sobre osso, concha, chifre, madeira, etc
Sítio Córrego Fundo	Serranópolis/GO	Não especificado, a céu aberto	Lítico, cerâmico, histórico (vidro, faiança, cerâmica, telhas)

A ocupação pré-colonial na All da LT está marcada por dois grandes horizontes culturais – um mais antigo, representado por populações caçadoras-coletoras pré-ceramistas, produtoras de artefatos líticos lascados - e um mais recente, representado por populações agricultoras, produtoras de cerâmica. Se houve uma transição de uma cultura para outra, com populações caçadoras-coletoras passando a produzir cerâmica e a cultivar alimentos, a arqueologia ainda não sabe, motivo pelo qual esses dois grandes horizontes têm sido tratados separadamente.

É preciso ressaltar, no entanto, que a diversidade ambiental dessa ampla área e o grande espaço de tempo abrangido pelas ocupações pré-coloniais indicam uma diversidade sócio-cultural muito maior do que a divisão em horizontes pode sugerir. Essa divisão, aqui, apenas tem a finalidade de separar dois modos de subsistência

distintos: um predador, baseado na caça e coleta, e outro produtor, baseado na agricultura, apesar de manter, subsidiariamente, também atividades de caça e coleta.

As fontes consultadas e os dados de campo revelam que 499 sítios arqueológicos pré-coloniais com registro disponível nos Estados estudados estão localizados na AI do empreendimento.

O desequilíbrio numérico da distribuição dos sítios pela região analisada não reflete a realidade, mas a intensidade diferenciada das áreas que foram objeto de pesquisas arqueológicas realizadas, em especial em decorrência do licenciamento de projetos de impacto ambiental.

- **Descrição sumária dos sítios arqueológicos identificados durante os levantamentos de campo na AI**

1) Sítio Santa Luzia 2: (Fazenda Santa Luzia, no distrito de Bauxi, município de Rosário Oeste/MT, coordenadas UTM 21L 0532838/ 8336417)

Sítio histórico a céu aberto com aproximadamente 2500m². Trata-se de uma habitação rural simples, em formato retangular, edificada com adobe e reboco de barro. As telhas são feitas artesanalmente e o banheiro foi construído afastado da residência.

A casa recebeu interferência em época mais recente, sendo ampliada com tijolo furado e parte do telhado foi trocado por folhas de amianto. Todo o conjunto está em processo acelerado de arruinamento devido à queda do telhado.

O Sr. Alinor Correa Perreira relatou que a propriedade foi adquirida por seu pai em março de 1949 e que lhe pertenceu na sequência, sendo abandonada posteriormente. Informou ainda que bem antes de seu pai a adquirir, ela já existia no local.



Foto 3.5.6.12-27- registro fotográfico do Sítio Santa Luzia 2. Fotos: Scientia, 2010

2) Sítio Santa Luzia 1: (Fazenda Santa Luzia, no distrito de Bauxi, município de Rosário Oeste/MT, coordenadas UTM 21L 0532761/ 8336112)

Gravura a céu aberto em um bloco possivelmente de arenito com forma circular e tamanho estimado em 2,25 m², com aproximadamente 0,50m de altura. Em sua superfície aplainada foram aplicadas incisões que formam círculos concêntricos (4 círculos, sendo 2 bem visíveis e 2 menos) e outra em sua parede lateral W. O sítio fica a aproximadamente 100m de um córrego não identificado e as margens da estrada. No local existe uma capela (Santa Luzia) edificada com técnicas e materiais modernos, no entanto segundo informações a capela é muito antiga, feita por escravos. Possivelmente a original foi demolida e substituída por esta nova que também está em processo inicial de arruinamento.

A capela tem ligação direta com o sítio uma vez que a mesma foi edificada em homenagem a Santa Luzia. Os moradores locais viram na pedra os “olhos” da santa impressos (gravuras), dando nome inclusive a fazenda. A tradição é mantida até hoje, havendo romarias ao local. Na base e superfície do bloco, são acesas velas em homenagem a santa.



Foto 3.5.6.12-28 - registro fotográfico do Sítio Santa Luzia 1. Fotos: Scientia, 2010.

3) Sítio Bagalho: (Fazenda Boa Esperança, no município de Rondonópolis/MT, coordenadas UTM 21K 0753026/ 8207253

Sítio histórico a céu aberto, sede de fazenda colonial provavelmente do final do século XIX ou do início do século XX, com aproximadamente 100m².

Em áreas próximas encontram-se ruínas de outras ocupações, possivelmente de agregados da fazenda. A casa principal encontra-se em uso, mas apresentando uma série de alterações estilísticas.



Foto 3.5.6.12-29 - registro fotográfico do Sítio Bagalho. Fotos: Scientia, 2010

4) Sítio Vila Bela: (Estrada Vila Bela - Conquista do Oeste, Sítio Duas Irmãs, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, coordenadas UTM 21L 0185919/ 8379250)

Sítio pré-colonial a céu aberto localizado em região plana, distante aproximadamente 5 km do rio mais próximo com dimensão aproximada de 1000m x 500m. Encontra-se em área próxima da sede da fazenda, sendo observados vários fragmentos de cerâmica no

quintal e na área de pasto próximo a casa (cerca de 100m), assim como na área de lavoura de milho (cerca de 500m da sede).

Na área mais próxima da casa do proprietário, na ocasião de limpeza do terreno o proprietário encontrou duas grandes vasilhas de cerâmica (40cm de diâmetro de boca) em uma profundidade de aproximadamente 40cm. O morador coletou seus fragmentos e encontrou ossos no interior da vasilha.

Segundo o informante os vestígios se estendem por toda sua propriedade restringindo-se a uma área com solo areno-argiloso, próprio para agricultura, diferente dos solos das áreas vizinhas.

5) Sítio Córrego Fundo: (Fazenda Córrego Fundo, Município de Serranópolis/GO, coordenadas UTM 22k 0362389/8023243)

Sítio a céu aberto sem especificação. Trata-se de uma fazenda, desmembrada de uma propriedade maior da família Carvalho. As informações orais relatam que é uma fazenda antiga, mas sem precisar quanto. Material arqueológico foi registrado e alguns coletados do quintal (fragmentos de vidro, faiança, cerâmica, telhas e lítico lascado), que tem um declive acentuado em direção ao córrego.



- **Considerações gerais sobre a arqueologia e a etnohistória da AAR e da AII.**

A região do Madeira, onde se inicia a LT, apesar de ser arqueologicamente pouco conhecida, apresenta indícios de ocupações antigas, que datam do início do Holoceno, por volta de 9.000 anos antes do presente e inclui o que parecem ser os sítios mais antigos de terras pretas em toda a Amazônia (Miller et al, 1992).

As ocupações pré-coloniais mais antigas em Rondônia e um pouco a sul, no Mato Grosso, relacionam-se à ocupação da região por bandos caçadores-coletores com grande mobilidade, reconhecidos especialmente pelos remanescentes da produção e

uso de artefatos líticos produzidos pela técnica do lascamento (Tradição Itaparica, Tradição Serranópolis e Complexo Dourado). Dominaram a região ao menos por 8.000 anos (entre 12.000 anos AP e 4.000 anos AP), havendo datas, ainda muito contraditórias, que sugerem inclusive uma maior antiguidade (Miller, 1987; Vilhena-Vialou e Vialou, 1994; Vilhena-Vialou et al, 1995). Os primeiros povos estabeleceram-se tanto em grutas e abrigos sob rocha quanto a céu aberto (Miller et al, 1992; Vialou, 2005, 2006).

As ocupações pré-coloniais mais antigas na região do Guaporé, também tributário do Rio Madeira, relacionam-se à ocupação da região por bandos caçadores-coletores com grande mobilidade, reconhecidos especialmente pelos remanescentes da produção e uso de artefatos líticos produzidos pela técnica do lascamento. Dominaram a região ao menos por 8.000 anos (entre 12.000 anos AP e 4.000 anos AP), havendo datas, ainda muito contraditórias, que sugerem inclusive uma maior antiguidade (Miller, 1987). As primeiras comunidades de caçadores-coletores estabeleceram-se tanto na região do Madeira e do Guaporé tanto em grutas e abrigos sob rocha quanto a céu aberto (Miller et al, 1992).

A arqueologia dos povos de caçadores-coletores do bioma Amazônia é ainda muito pouco conhecida, tanto do ponto de vista cronológico, quanto cultural. Sabe-se que as ocupações iniciais foram caracterizadas por uma rápida colonização de diversos tipos de ambiente, de modo que, há cerca de 8.000 anos, diferentes partes da bacia Amazônica já eram ocupadas, incluindo locais próximos às planícies aluviais dos grandes rios, mas também áreas de terra firme, distantes dos rios principais (Kipnis e Scheel-Ybert, 2005; Roosevelt et al. 1996, 1998, 2002).

Durante o Holoceno médio, entre 3.000 e 7.000 anos AP, quando o registro arqueológico torna-se mais escasso, muito possivelmente em decorrência de um viés amostral nas pesquisas arqueológicas, no Alto Madeira as evidências indicam uma continuidade dos povos caçadores-coletores durante o Holoceno médio.

É a região do Madeira o suposto centro de domesticação inicial de plantas economicamente importantes na Amazônia, como a mandioca (*Manihot esculenta*) e a pupunha (*Bactris gasipaes*). Essa pode ser também o centro inicial de dispersão de povos falantes de línguas do tronco Tupi, processo iniciado há mais de 2.000 anos AP (Balée & Moore 1994; Neves, 2006).

A partir de suas pesquisas na área do Madeira, Miller faz uma estimativa de 2.500 anos antes do presente para o princípio da fase cerâmica mais antiga da região (Fase Urucuri; Miller et al., 1992:49). O autor sugere um novo horizonte arqueológico para a

região da bacia do Alto Madeira baseando-se nas características da cultura material e datações absolutas. A Tradição Jamari tem início por volta de 2.130 anos antes do presente, sendo contemporânea a Tradição Una que ocorre no Brasil Central. A Tradição Jamari consiste em quatro fases: Urucuri, Jamari, Cupuí e Matapi.

A Tradição Polícroma da Amazônia ocorre em Rondônia segundo Miller (1987, 1992) associada à subtradição Jatuarana 2730 ± 75 - 2340 ± 90 AP. Os sítios habitação pertencentes a essa subtradição apresentam Terra Preta Arqueológica de 0 até 210cm de profundidade.

Por volta de 2.500 AP parece ocorrer, tanto no Brasil Central como na Amazônia, mudanças significativas nos padrões de assentamento com o estabelecimento de diferentes tradições ceramistas, sobretudo na região da Amazônia. Do mesmo modo, é a partir dessa época que ficam mais visíveis e numerosos os sítios associados aos solos antrópicos conhecidos como terras pretas de índio, correlatos de processos de ocupação sedentárias (Erickson 2000; Kern, 2003; Neves et al. 2003, 2004; Myers, 2004; Petersen et al. 2001).

Ao redor de 1.000 AD, existem evidências de grandes deslocamentos populacionais, como os povos Arawak e Tupi, em consequência talvez de pressões populacionais e de um rearranjo das estruturas sociais entre as várias sociedades étnicas das terras baixas da América do Sul, como guerras, alianças, casamentos interétnicos, entre outros.

Já as informações existentes sobre a arqueologia do Brasil Central (áreas cortadas pela LT em Goiás e Minas Gerais) indicam que sociedades caçadoras-coletoras se estabeleceram na região entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, entre 12.000 e 10.000 AP, ocupando áreas de planalto, em altitudes entre 700 e 800 m. Os estudos realizados sugerem uma preferência por vegetações abertas, entre as quais inclui-se o complexo sistema de áreas de cerrado, fundamental para o sistema de captação de recursos naturais dessas sociedades (Schmitz 1976-1977; Schmitz et al. 1986).

Os artefatos líticos produzidos por esses caçadores-coletores apresentavam características tecno-tipológicas que foram classificadas pelos pesquisadores numa tradição arqueológica denominada *Tradição Itaparica*. O artefato considerado diagnóstico pelos arqueólogos que estudaram a cultura material dos sítios da Tradição Itaparica foram as *lesmas*, um raspador periférico lascado unifacialmente, de morfologia ovalar e secção plano-convexa.

Entre 9.000 e 7.000 AP, aproximadamente, o clima tornou-se mais quente e úmido, com a conseqüente expansão da vegetação de mata. Associada a este contexto climático, novas características culturais aparecem, não se sabe se representando uma adaptação dos primeiros caçadores-coletores às novas condições ambientais ou se pela penetração na área de novas sociedades caçadoras-coletoras (Schmitz, 1980). As novas características da cultura material foram agrupadas pelos pesquisadores na *Tradição Serranópolis*, registrada no sudoeste goiano nos vales do Paranaíba e do alto Araguaia, entre 9.020 ± 70 e 6.690 ± 90 AP (Schmitz et al. 1989).

A maioria dos sítios arqueológicos resultantes da ocupação da área de estudo pelos caçadores-coletores antigos foi encontrada em abrigos sob rocha, onde se assentaram grupos pouco numerosos, provavelmente com grande mobilidade espacial, que percorriam um território um território imprecisamente demarcado, em busca de seus recursos naturais (Schmitz, 1984).

Ressaltam Oliveira e Viana (2000) a probabilidade de que os primeiros caçadores-coletores tenham utilizado técnicas de forrageio na exploração de seus territórios de captação de recursos.

Baseando-se nos remanescentes arqueológicos encontrados em Goiás, Schmitz et al. (1978-1980) e Schmitz (1980) consideram que a subsistência dos grupos baseava-se principalmente na caça generalizada. Este modelo foi recentemente questionado por Kipnis (1998), a partir de pesquisas realizadas no vale do Peruaçu, Minas Gerais; seus estudos revelam uma economia caçadora-coletora estruturada basicamente em produtos de coleta vegetal, haja vista que, conforme Neves et al. (1996), a alta incidência de cáries nos indivíduos indica uma dieta rica em carboidratos. Tanto a confirmação quanto a refutação desses modelos passam por um maior número de pesquisas extensivas, acompanhadas de grande detalhamento arqueológico e maior refinamento de dados paleoambientais.

No que concerne à subsistência, os caçadores-coletores da *Tradição Serranópolis* adicionaram, aos produtos obtidos através de caça e coleta generalizadas, o consumo de moluscos terrestres, encontrados em grande quantidade no ambiente, devido às novas condições climáticas holocênicas acima mencionadas (Schmitz 1984). O aumento da umidade teria sido vetor da multiplicação desses moluscos, com a conseqüente diversificação da dieta alimentar das sociedades caçadoras-coletoras (Barbosa, 1981-1984).

A tecnologia empregada pelos caçadores-coletores na produção de seus artefatos era relativamente simples, com um predomínio de instrumentos líticos e, em menor escala,

de instrumentos ósseos. Outras matérias-primas menos resistentes à ação do tempo provavelmente devem ter sido utilizadas, mas sua perecibilidade prejudicou sua preservação, que não ficou guardada no registro arqueológico.

A matéria-prima para a confecção dos artefatos líticos da *Tradição Itaparica* era aquela disponível localmente (arenito silicificado, quartzito, etc.) não havendo registro de uso de matéria-prima distante (Schmitz et al., 1989).

Os instrumentos eram confeccionados por percussão direta, com auxílio de percutores duros. Os artefatos mais freqüentes eram os unifaciais, com uma face plana, não-trabalhada, e outra convexa, transformada: facas unilaterais e bilaterais, furadores, buris, bifaces, bicos, picões, grandes raspadores, lâminas de machado lascadas e uma gama variada de raspadores de secção plano-convexa: raspadores terminais, raspadores com bico, raspadores periféricos, etc. (Schmitz et al., 1982; Schmitz, 1984). Artefatos de material ósseo também foram registrados, em especial espátulas feitas de restos de cervídeos e de outros mamíferos.

Os artefatos líticos da *Tradição Serranópolis*, mais recentes, resultam de uma tecnologia de produção semelhante, mas apresentam uma morfologia mais simples, com uma tipologia diferente da observada nos artefatos da tradição precedente (*Tradição Itaparica*).

Na *Tradição Serranópolis*, não ocorrem os artefatos laminares da *Tradição Itaparica*, substituídos por lascas, usadas predominantemente sem qualquer modificação e outros tipos aparecem: goivas; raspadores e bico, pequenos raspadores laterais e terminais; perfuradores; pontas de entalhe; cunhas; plainas; buris; talhadores; formões; quebra-cocos etc. As espátulas de ossos desaparecem, surgindo alguns anzóis e artefatos feitos de carapaças de moluscos (Barbosa, 1981-1982).

Os mais antigos enterramentos humanos registrados até o momento no Planalto Central são de sociedades caçadoras-coletoras da região de Serranópolis. Os enterramentos evidenciados são primários: os mortos eram enterrados em posição fletida, deitados sobre um dos lados e podiam ter o corpo coberto por blocos de pedras. Foram registrados sepultamentos de indivíduos adultos e, em menor proporção, de crianças. Em alguns casos, observaram-se acompanhamentos funerários, como um conjunto de contas vegetais, sobre o corpo de uma criança e de um jovem.

Os territórios dominados pelas antigas sociedades caçadoras do Planalto Central, segundo Schmitz et al. (1982), eram bem identificados por acidentes geográficos e sinalizações rupestres, em especial pinturas.

O registro arqueológico ainda não livrou dados sobre o amplo período decorrido entre os mais recentes sítios líticos de caçadores coletores e os mais antigos indícios de cerâmica na região.

As hipóteses atuais são de que as sociedades caçadoras-coletoras tenham ali permanecido até a penetração, bem mais recente, das sociedades agricultoras, havendo, inclusive, sugestão de que tenham desenvolvido, na região, técnicas incipientes de cultivo associadas à produção de vasilhas cerâmicas. Wüst (1990), observando mudanças no padrão de assentamento, implantação e morfologia dos sítios existentes na região do rio Vermelho, avança a hipótese de as sociedades caçadoras-coletoras mais recentes terem passado por um processo de transição no qual, primeiramente, teriam adotado a prática do cultivo e, posteriormente, a produção de cerâmica, a da *Tradição Una*. Se essas novas práticas resultaram de fatores sócio-econômicos internos ou foram influenciadas por contatos com outras sociedades, praticantes de agricultura e produtoras de cerâmica são respostas que o registro arqueológico ainda não fornecer.

Em todo caso, a hipótese de uma fase de transição, em que as sociedades caçadoras-coletoras foram desenvolvendo práticas de horticultura e de produção e uso de vasilhas cerâmicas, correspondentes aos sítios arqueológicos da *Tradição Una*, é, até o momento, aventada apenas para algumas áreas do Planalto Central Brasileiro, a saber: alto Araguaia e bacia do rio Vermelho (Wüst 1990).

No que concerne sua implantação na paisagem, dizem Oliveira e Viana (2000):

... dados apontam que os portadores da Tradição Una estabeleceram-se em ambientes de relevo acidentado, com predomínio de áreas de cerrado, e ocuparam as camadas mais superficiais de grutas e abrigos rochosos, às vezes os mesmos utilizados pelos antigos caçadores-coletores. Há também registros de ocupações em áreas abertas...

Algumas características observadas nos sítios dos caçadores-coletores mais recentes reforçam a hipótese de continuidade entre os sítios da *Tradição Una* e os sítios líticos que os antecederam, indicando elementos de transição de uma economia baseada exclusivamente na caça e coleta para uma economia produtora de bens cultivados. Dentre essas características, ressaltam-se (Wüst, 1983):

- o aumento na área ocupada pelos sítios (indicativo de maior densidade populacional);
- a implantação desses sítios em áreas de mata/cerrado, em locais estratégicos para que o território de captação de recursos dessas comunidades abrangesse áreas com

maior diversidade de recursos naturais, dentre eles: solos com melhor aptidão ao cultivo agrícola e com presença das argilas necessárias à produção de cerâmica.

Existe inclusive uma hipótese de que o decréscimo registrado nos restos de origem animal no sítio arqueológico GO-JA-01 seja explicado pela crescente contribuição de vegetais cultivados à alimentação das sociedades de transição (Moreira, 1981/4).

As sociedades de transição de economia de caça e coleta para economia horticultora estariam representadas, no sudoeste Goiano, pelos sítios arqueológicos da *Tradição Una*, já mencionados, os quais apresentam datações em torno de 1.000 AP (Schmitz et al., 1989).

Alguns dos sítios estudados indicam que essas sociedades de transição teriam cultivado diversas espécies vegetais para consumo alimentar (milho, mandioca, amendoim, abóbora) e utilitário (cabaça), ao mesmo tempo em que as atividades de coleta de vegetais, apanha de moluscos e caça de animais continuavam a desempenhar papel importante para a obtenção dos produtos consumidos em sua alimentação (Schmitz, 1976/7; Schmitz e Barbosa, 1985).

Quanto à cerâmica, elemento cultural diagnóstico da *Tradição Una*, destacam-se recipientes de pequenas dimensões, de contorno simples ou infletido e cor escura, cujas formas reconstituídas revelaram a confecção e o uso de pratos rasos, tigelas e pequenas panelas. Foi registrado engobo branco ou vermelho no tratamento da superfície das vasilhas. A decoração, rara, limitou-se aos tipos conhecidos como inciso e ponteados. O antiplástico empregado foi predominantemente mineral, ocorrendo, em menor proporção, cariapé e partículas brancas de origem animal, ainda não identificadas (Wüst e Schmitz, 1975).

Além dos sítios arqueológicos da *Tradição Una*, formados pelos remanescentes materiais, em espaços delimitados, das atividades das sociedades de transição entre um sistema forrageiro, mais recentemente o Planalto Central brasileiro foi ocupado por populações distintas, que ali conviveram simultaneamente, inter-relacionando-se socialmente e influenciando-se mutuamente, conforme demonstra sua cultura material remanescente.

Essas sociedades que penetraram mais recentemente no Planalto Central Brasileiro e dominaram o cenário regional por alguns séculos, apresentavam como principal característica cultural material a produção de cerâmica em quantidade abundante, contrariamente ao registrado na *Tradição Una*. As tradições cerâmicas a elas

associadas foram designadas, pelos arqueólogos que as estudaram, como tradições *Aratu*, *Uru* e *Tupiguarani* (Schmitz & Barbosa, 1985; Oliveira e Viana, 2000a e 2000b).

González (1996) apresenta argumentos que demonstram que grande parte da região Centro-Oeste representou uma área de confluência para onde sociedades ceramistas de regiões distintas se deslocaram. Dentre essas sociedades, são mencionados os portadores da *Tradição Tupiguarani*, comumente correlacionados a grupos étnicos de língua Tupi, originários da Amazônia (Brochado, 1989; 1991), que, ao atingirem o Centro-Oeste, constituíram uma força de pressão sobre outras sociedades, ali estabelecidas anteriormente. Essa situação de tensão aparece no registro arqueológico pela ocupação ocasional de altos topográficos antes evitados, o que sugere a adoção de estratégias defensivas pelos antigos ocupantes da região (Wüst & Vaz 1998).

As sociedades indígenas pré-coloniais dessas tradições ficaram conhecidas na literatura arqueológica como as sociedades que formaram as grandes aldeias identificadas no registro arqueológico, demonstrativas de uma densidade populacional muito superior à das pequenas aldeias dos horticultores da *Tradição Una*.

As primeiras sociedades claramente agricultoras que penetraram no Sudoeste Goiano foram as sociedades ceramistas agrupadas pelos especialistas na *Tradição Aratu*, cujos sítios, na área de interesse para o presente diagnóstico, foram registrados, até o momento, nos altos afluentes do Paranaíba e do Araguaia. Sua penetração na região parece ter ocorrido por volta do século IX d.C, entrando em colapso muito antes do início da Conquista Ibérica (Oliveira e Viana, 2000b).

As aldeias da *Tradição Aratu* apresentam morfologia anular e geralmente são encontradas em ambientes abertos, de relevo ondulado, mais frequentemente em zonas de mata e, mais raramente, em zonas de cerrado. O sistema de assentamento compreende várias classes de sítios, com funções específicas. Alguns dos sítios, em especial os de menores dimensões e com menor densidade de refugio, deveriam relacionar-se a períodos de plantio e colheita em roças mais distantes da aldeia principal e a atividades temporárias de caça e coleta (Wüst 1983).

Contrariamente ao que se possa imaginar, nem sempre os sítios *Aratu* encontram-se implantados em áreas de solos de alta aptidão agrícola, apesar de uma dieta alimentar baseada em produtos cultivados. De acordo com Wüst (1983), além dos dados ambientais, é preciso levar em conta, na definição do território de captação de recursos dessas sociedades, o equipamento tecnológico de que dispunham e critérios de natureza sócio-cultural.

Sítios da *Tradição Aratu* foram registrados sobre encostas suaves de colinas, nas proximidades de cursos d'água de porte variado. As aldeias são identificadas pelas diversas concentrações de refugio, formadas por dois ou três anéis concêntricos, no qual predominam os restos cerâmicos. Sua morfologia varia entre circular, oval e em ferradura e suas dimensões podem ir de de 13.000 m² a 345.000 m² (Wüst e Barreto 1999; Oliveira & Viana, 2000).

Ocorrem também sítios pequenos, constituídos por uma única concentração de material. Essas diferenças são devidas ao padrão de assentamento, composto, como dito anteriormente, por sítios funcionalmente diversificados, e a alterações culturais e demográficas ocorridas nos diversos séculos em que essas sociedades estiveram presentes no Planalto Central Brasileiro, inclusive como consequência de contatos inter-tribais. Alguns dos sítios indicam ocupação curta, enquanto outros podem ter sido ocupados por duas a três gerações (Wüst, 1983).

Com população variando em torno de 150 a 2.000 pessoas (Wüst, 1983), suas aldeias poderiam permanecer longamente no mesmo lugar, deslocando-se quando necessário para um espaço próximo, porque o território era fértil e estava sob domínio. Também o sistema de cultivo, baseado em tubérculos, feijões e milho, pôde resistir aos avanços dos grupos mandioqueiros das tradições Uru e Tupiguarani, que chegaram posteriormente ao Planalto Central (Barbosa, 2003).

Os artefatos líticos constantes do registro arqueológico revelam as novas necessidades tecnológicas introduzidas pela prática da agricultura. Um fator novo é o emprego da técnica do polimento na produção de artefatos, dentre os quais destacam-se lâminas de machado, mãos-de-pilão e martelos (Schmitz et al. 1986). A indústria de lascas é reduzida e geralmente limita-se ao uso de lascas sem trabalho secundário (Wüst 1983). Adornos labiais polidos (tembetás) são comuns.

A cerâmica, elemento diagnóstico da cultura material produzida pelas sociedades da *Tradição Aratu*, apresenta formas periformes, esféricas ou elipsóides. Suas dimensões revelam vasilhas que podiam comportar de dezenas a centenas de litros, demonstrando seu amplo uso nas mais diversificadas atividades do cotidiano. Uma outra forma característica é um pequeno vasilhame geminado.

A decoração é praticamente ausente, limitando-se a incisões, entalhes, unguações, ponteados, borda acastelada, asa, aplique mamilonar, banho vermelho e pintura preta. Esses tipos decorativos incidem sobre a minoria das vasilhas. O antiplástico predominante é o mineral, seguido pelo cariapé, que parece ser uma aquisição mais recente (Schmitz 1976/7; Schmitz e Barbosa, 1985).

Para fins funerários, eram empregadas grandes urnas, encontradas atrás dos espaços residenciais ou em cemitérios a céu aberto. Foram registrados tanto sepultamentos primários quanto secundários. Os acompanhamentos compreendiam, entre outros, adornos pessoais, como tembetás, e vasilhas cerâmicas.

No caso de São Paulo, a arqueologia da área cortada pela LT ainda é incipiente, mas revela a existência de uma ocupação caçadora-coletora, ligada à bacia do Rio Paraná, iniciada em período mais recente que a do Centro-Oeste (por volta de 6.000 anos AP), caracterizada pela predominância absoluta de remanescentes líticos (artefatos confeccionados em pedra, pela técnica do lascamento).

No período mais recente, as sociedades agricultoras mais presentes na arqueologia desta região são afiliadas à cultura Aratu e à cultura Tupiguarani, sendo os sítios arqueológicos desta última mais numerosos, ao menos no estágio atual dos conhecimentos produzidos.

No século V d.C, os sítios arqueológicos guarani já dominam a paisagem paulista, documentando o que foi observado pelos primeiros colonizadores europeus da região: uma história marcada por constantes movimentos expansionistas.

Quanto à visibilidade arqueológica das ocupações indígenas historicamente registradas na área de estudo, pode-se indicar que os objetos de pedra e de cerâmica então entre os vestígios privilegiados. No entanto, os sistemas de assentamento, em especial a morfologia das aldeias, deixam traços no solo que podem ser recuperáveis arqueologicamente, sendo a probabilidade desta recuperação maior ou menor na dependência em especial dos fatores antrópicos (usos históricos do solo) que podem ter alterado mais ou menos os marcadores espaciais das macroestruturas aldeãs ou de suas microestruturas internas.

Sumarizando, são muitas e diversificadas as problemáticas arqueológicas associadas à grande extensão territorial cortada pelo empreendimento, uma vez que este corta ecossistemas diversos e áreas de ocupação humana prolongada e diversificada, iniciada em época muito anterior à colonização europeia do território brasileiro.

(2) Área de Influência Direta - AID

Para fins de melhor sistematização dos dados, os resultados obtidos durante o levantamento de campo na AID serão expostos por Estado, Municípios e, como referência, os vértices mais próximos da LT, nesta ordem.

Cabe ressaltar que, neste estudo, foi considerada Área de Influência Direta a faixa de 1000m de largura ao longo de toda a extensão da LT.

Inicia-se, aqui, por uma breve descrição das características ambientais de interesse arqueológico observadas nos trabalhos de campo.

- **Descrição dos trechos vistoriados**

Estado de Rondônia

Trecho 01: Município de Porto Velho

SEPVH - UTM = 21L 266127 / 9007157

Área da futura subestação da LT. Localizado nas proximidades de Porto Velho, situado nas proximidades do km 18 da BR-364 (cerca 1200m), próximo a estrada para Teutônio. Encontra-se em uma área de reserva legal com mata fechada e praticamente nenhuma visibilidade de solo.

Trecho 02: Município de Porto Velho, Fazenda Morro do Chapéu

VA-01 - UTM = 21L 253593 / 9003123

Zona rural, área de pasto com capoeiras altas e áreas alagadiças. A visibilidade do solo na região varia de razoável a ruim e não foi encontrado material arqueológico de nenhuma espécie, sendo inconclusivo o diagnóstico da região por falta de visibilidade do solo e falta de informações.

Trecho 03: Município de Candeias do Jamari

VA-02 - UTM = 20L 449042 / 8965833

Zona rural, com pasto e área matada. Na área de pastagem, que possui ainda algum solo visível, foi executado um percurso de área com pequenas retiradas de cobertura vegetal (50cmX50cm) para averiguar presença de material arqueológico. O solo é de coloração marrom avermelhada, com manchas acinzentadas, areno-argiloso e bastante friável, a região é plana com um declive leve em direção ao igarapé.

Trecho 04: Município de Ariquemes, Fazenda Duas Barras

VA-03 - UTM = 20L 494412 / 8888363

Área rural com pasto, o relevo é ondulado até as proximidades de um igarapé, que sendo bastante encaixado escava um declive intenso por entre matacões rochosos e áreas de charco. Não foi identificado material neste percurso. O solo é argilo-arenoso, de coloração marrom avermelhada e de granulação espessa. Apresenta boa quantidade de fragmentos de rocha.

Uma moradora local relatou ter visto machados de pedra, trazidas pelo marido, procedentes de além do mesmo igarapé, no entanto já não estavam mais em sua posse.

Trecho 05: Município de Jarú

VA-04 - UTM = 20L 556292 / 8841770

Área de topografia ondulada com grandes afloramentos de rocha. Solo argiloso de coloração avermelhada. Cobertura de pastagens e de alguns capões com árvores ralas e palmeiras.

Não foi identificado material arqueológico.

Trecho 06: Município de Presidente Médice

VA-05 - UTM = 20L 610802 / 8762179

Zona rural, com pastagens e plantações de milho. Está a 5km do rio Machado e existem dois córregos de nascente próxima. O solo é marrom-avermelhado, argiloso e plástico se úmido.

Foi identificado um sítio arqueológico denominado Sítio Dona Susana, com fragmentos cerâmicos, artefatos líticos polidos e possíveis polidores nas margens de um córrego próximo. Foi registrada uma ocorrência de artefato lítico polido (20L 608275/8761520).

Na área dos Sítios Jatobá e Pingo de Ouro o relevo é ondulado e situa-se num platô com ampla visibilidade para as serras e rios dos arredores. A cobertura vegetal é de pastos e roças (milho, frutíferas). O proprietário mencionou três áreas específicas com achados arqueológicos. Uma nas proximidades do vértice, 300m a Oeste, onde abrindo uma cerca encontrou fragmentos cerâmicos (fato verificado pela equipe). A menos de 50m está a antiga sede do Sítio Jatobá (ainda são vistas as ruínas), menciona ter encontrado uma “bola de borracha” ou um “pão-de-índio”.

A terceira área situa-se a cerca de 1km da anterior (Norte) numa estrada lateral, e situa-se nas terras de seu irmão, trata-se de um local onde, ao abrir para execução de

uma estrada, foi encontrado um “pote bem grande, inteiro”. Entre as duas áreas há uma mina d’água. Informou, também, ter encontrado uma grande quantidade de machados de pedra polida por toda a região, sem que pudesse recordar claramente um local específico, já que, em média, os encontrou nos campos, soltos.

Trecho 07: Município de Castanheiras

VA-06 - UTM = 20L 616917 / 8739049

Área rural com pastagens e pequenas roças. Possui pouca vegetação mata e drenagens com pequeno porte, com nascentes na região.

Foram identificados fragmentos cerâmicos (20L 607714/8759081).

Trecho 08: Município de Nova Estrela/Cacoal

VA-07 - UTM = 20L 658245 / 8708617

Zona rural, com pastagens e pequenas roças. Possui pouca vegetação mata e cursos d’água de pequeno porte com nascentes na região.

Foi identificado um fragmento de ulna parcialmente fossilizado e um artefato lítico polido (20L 658220/8708005).

Trecho 09: Município de Primavera de Rondônia e São Felipe D’Oeste

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-07 e VA-08 (Intermediário)	20L 682917 / 8675424
VA-07 e VA-08 (Intermediário)	20L 673620 / 8683383

Toda a área percorrida é de zona rural, com pastagens e pequenas roças. Possui áreas com mata mais preservada, na direção do VA-8. O solo é coberto por seixos rolados de tamanhos variados. O relevo é formado por pequenas colinas.

Foram identificados fragmentos cerâmicos.

Trecho 10: Município de Colorado D’Oeste

Foram vistoriados 04 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

Colorado I	20L 736826 / 8573074
Colorado II	20L 766203 / 8540432
Colorado III	20L 756086 / 8540504
VA-11	20L 777363 / 8536294

Toda a área percorrida é de zona rural, com pastagens, casas e pequenas plantações. Possui pouca vegetação mata. Existem diversos cursos d'água de pequeno porte, sendo que alguns estão represados (pesqueiros). O relevo tem ondulações suaves a pouco acidentadas. Foram identificados artefatos líticos polidos e fragmentos cerâmicos.

Trecho 11: Município de Rolim de Moura

UTM = 20L 633491 / 8724074

Zona rural com áreas de pasto e pequenas roças. Possui pouca vegetação mata e drenagens de pequeno porte com nascentes na região.

Não foi identificado material arqueológico.

Trecho 12: Município de Ouro Preto do Oeste

PLA32 - Coord. Geog. = 10°47'32.0"S 062°16'14.7"O

O ponto está localizado nas proximidades da Fazenda Capivara. A equipe encontrou material na frente da residência, no terreno aos fundos, próximo a um bananal, na lateral da casa e no curral. O solo está bastante remexido e encontram-se descartes domésticos recentes, bem como perturbações de uma antiga fundação de concreto. Existem muitos fragmentos de metal recentes por toda a área. Na área situada no outro lado da estrada foi identificado material cerâmico em boa quantidade, no pomar ao fundo da propriedade. O filho do proprietário relatou ter encontrado machadinhas feitas de pedra neste local.

O relevo é relativamente plano, a área está situada nas proximidades de um regato (400m O) que deságua no rio Boa Vista. O solo é de coloração castanho-avermelhada, argilo-arenoso.

Estado de Mato Grosso

Trecho 13: Município de Indiavaí, Jauru e Araputanga

Foram vistoriados 05 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-21	21L 280083 / 8329284
VA-22	21L 290914 / 8324910
VA-23	21L 316131 / 8325977
VA-24	21L 354307 / 8324999
VA-24 e VA-25 (Intermediário)	8322144N / 367162E

Área rural com pasto, a vegetação é formada por áreas com fragmentos de mata secundária densa, áreas somente com mata ciliar e áreas com árvores esparsas. O relevo varia de suaves ondulações, topos de colina com afloramento rochoso a fortes ondulações (características de divisor de águas).

Área com alto potencial arqueológico. Na área do VA22 foi identificado o marco MV19 em área com grande quantidade de afloramentos e o marco MA 20/2 a 2km do VA23.

Não foram encontrados vestígios arqueológicos.

Trecho 14: Município de Rio Branco, Salto do Céu, Reserva Cabaçal e Araputanga

VA-24 e VA-25 (Intermediário): UTM = 8322144N / 367162E

Zona rural, área de pasto com o solo revirado por terraplanagem. Área com alto potencial arqueológico.

Trecho 15: Município de Lambari D'Oeste

Foram vistoriados 03 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

MAV226 (Bandeira)	21L 0405284 / 8323410
VA-25	21L 0407692 / 8324331
VA-25	21L 0396098 / 8322484

Toda a área percorrida é de zona rural, com pastagens e plantações de cana de açúcar. A vegetação é Mata Estacional e Campo Cerrado (com a presença de buritis nas áreas alagadas). O solo é formado por argilas de boa qualidade, solo fértil, sem afloramentos, onde ocorrem alagamentos sazonalmente.

Neste trecho a disponibilidade de grandes rios é alta (rio Vermelho, afluente do rio Paraguai), oferecendo, assim, boas condições de deslocamento e farta alimentação (são todos piscosos). O relevo é aplanado, com colinas e morros, formados principalmente por rochas do Grupo Aguapeí.

O potencial para a ocupação pré-colonial é alto e para a colonial é médio. Foi identificado um sítio arqueológico, denominado Sítio Santiago (21L 0396579 / 8322435), com fragmentos cerâmicos e informação sobre machadinho. O sítio provavelmente faz parte do sítio Floresteca (já cadastrado pelo IPHAN), distando apenas 400m um do outro.

Trecho 16: Município de Barra do Bugres, Porto Estrela e Cáceres

Foram vistoriados 9 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir.

Ponto Intermediário VA/VB	21L 0489894 / 7880844
Garimpo	21L 0484569 / 8327561
MAP233 (Estaca)	21L 0445873 / 8322599
Margem do rio Sepotuba	21L 0425801 / 8316825
Ponto Intermediário VA/VB	21L 0465022 / 8326311
Ponto Intermediário VA/VB (Bandeira)	21L 0405224 / 8323410
VA aleatório	21L 0449772 / 8322088
VA aleatório	21L 0416536 / 8322748
VA-28	21L 0476284 / 8320415

Toda a área percorrida é de zona rural, com pastagens e plantações de cana de açúcar. A vegetação é Savana Parque, associada à Cerradão e Campo Cerrado. O solo é formado por cascalheiras de seixos rolados com as mais diversas litologias e tamanhos (arenito silicificado, quartzito, quartzo leitoso, calcedônia). São oriundos provavelmente de paleo-leito de rios com uma boa vazão já que há seixos de grande porte. A qualidade da argila neste trecho é ruim para confecção de cerâmica, o que não quer dizer sua ausência já que esta pode ser transportada facilmente de outras localidades através dos rios. Os solos muito arenosos impõem certa limitação à agricultura, mas não a impedem totalmente, principalmente próximo aos cursos d'água. É comum a presença de solos arenosos enegrecidos semelhantes às terras pretas antrópicas, no entanto as sondagens efetuadas mostraram que sua origem é natural.

Neste trecho a disponibilidade de grandes rios é alta (Rio Sepotuba, Rio Paraguai), oferecendo, assim, boas condições de deslocamento e farta alimentação (são todos piscosos). O relevo é predominantemente plano e foram identificadas diferentes áreas de inundação. Nos locais mais elevados, distantes dos rios e com solo com textura arenosa a rápida infiltração da água causa um encharcamento de curta duração, enquanto nos locais mais baixos, com solo argiloso, onde a infiltração da água é mais lenta, o período de encharcamento é mais longo. Nessas áreas o local mais utilizado para instalação das sedes de fazendas é no alto de pequenas elevações. Alguns pontos não foram acessados por estarem em área de mata densa.

O potencial para ocupação pré-colonial é alto e médio para o colonial. Foi identificada uma ocorrência arqueológica histórica (pilão) nas seguintes coordenadas: UTM: 21L 0423327 / 8318423.

Trecho 17: Município de Rosário Oeste (Distrito de Bauxi) e Barra do Bugres.

Foram vistoriados 03 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-30	21L 0506124 / 8326907
VA-33	21L 0551342 / 8323580
VA-34 e VB-61 (Intermediário)	21L 0594169 / 8298647

A vegetação é composta por formações savânicas associadas à vertentes com encraves de matas em grotões de drenagem (Savana Arborizada e contato Mata Estacional/Savana) e por áreas de uso antrópico. A geologia local é formada por rochas do Grupo Alto Paraguai, especificamente da Formação Araras (predominam sedimentos carbonáticos calcíferos com finas intercalações de siltitos e folhelhos), da Formação Raizama (arenitos ortoquartzíticos com intercalações de siltitos e argilitos) e da Formação Diamantino (arcóseos com intercalação de siltitos e folhelhos micáceos). A drenagem possui padrão paralelo e ocorrem terraços fluviais. O relevo é formado por ampla superfície aplanada e levemente dissecada.

A área possui alto potencial para ocupações pré-coloniais, coloniais, para ocupações em abrigos e representações rupestres. Foram identificados dois sítios arqueológicos, denominados Sítio Santa Luzia I (21L 0532761/8336112) e Sítio Santa Luzia II (0532838/8336417).

Trecho 18: Município de Santo Antônio do Leverger, Cuiabá, Acorizal e Jangada.

Foram vistoriados 05 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

Garimpo	21L 0629890 / 8276376
VA-37	21L 0615261 / 8279411
VA-37 e VB-67 (Intermediário)	21L 0617652 / 8277730
VA-39	21L 0642536 / 8261921
VA-40	649193/8255269; 649624/8254182; 650260/8254616; 649213/8253824; 650746/8256119

A área percorrida é de zona rural, com pastagens e áreas de garimpo. A vegetação é formada por Savana Parque, Mata Estacional, Savana Matada e Savana Arborizada.

Em grande parte o solo possui cascalho, é extremamente raso ou com sedimentação ausente. A matéria prima disponível para o lascamento é de má qualidade, com quartzitos com grande quantidade de clivagens, arenitos muito alterados e arcósios também bastante alterados. As jazidas de argila são praticamente ausentes, só aparecendo num pequeno trecho nas barrancas do rio Formosa. Apenas o ponto VA-40 possui afloramentos de arenito com bom perfil para lascamento e quartzitos.

O relevo apresenta basicamente três sub-divisões: as superfícies aplainadas com leves ondulações representadas por colinas suaves e amplas, com alto potencial hidrológico e solo propício à agricultura; os fundos de vale representados por solos pouco espessos, drenagens intermitentes e solo pouco fértil; e as planícies aluviais, áreas planas que estão sujeitas a inundação periodicamente com possibilidade de cultivo de lavoura e pesca sazonalmente

No ponto VA-40 o relevo é dissecado, formado por rochas do Granito São Vicente, mantidas por quartzitos do Grupo Cuiabá, formando, assim, cristas alongadas, elevadas e estreitas com potencial para existência de abrigos sob rocha. No ponto VA-37 a área estava alagada.

O potencial arqueológico desta região é baixo para o pré-colonial e alto para o colonial. Foi identificado um sítio arqueológico, denominado Sítio 3 Irmãos (0629190/8275934), registrado como sítio histórico de mineração.

Trecho 19: Município de Jaciara, Fazenda Agropecuária São José até a cidade de Jaciara

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-40	21L 649624 / 8254182
VA-41	21L 675958 / 8249827

Área utilizada para plantação de soja (várias fazendas), por vezes há um campo de pastagem e a mata original (Cerrado) aparece em alguns vales de córregos ou riachos. Presença de uma cascalheira, no entorno.

Neste trecho passa o riacho São José, onde foi localizado um sítio histórico com estruturas edificadas. Possível posto de fiscalização da Estrada Real que ia até Cuiabá. Não foram encontrados registros no *site* do IPHAN/MT de sítios na localidade, ou proximidades. O potencial da área é elevado em consequência das ocorrências de pinturas rupestres.

Trecho 20: Município de Juscimeira a São Lourenço de Fátima

VA-42 - UTM = 21K 720252 / 8217830

A equipe recolheu informações sobre pinturas rupestres a 900m do VA-42 e ao sul da Serra da Beleza. Foram realizadas pesquisas arqueológicas na área impactada pela PCH São Lourenço e PCH Sete Quedas. O levantamento e resgate arqueológico das PCHs foi realizado pela Documento Arqueologia, porém não foi possível o acesso aos relatórios.

Trecho 21: Município de Rondonópolis e Poxoréu, de São Lourenço de Fátima a Jarudore

VA-43 - UTM = 21K 783506 / 8192434

Área de morros na margem esquerda do Rio Vermelho. Foram identificados 4 sítios arqueológicos: Sítio Sucuri, ocupação de ex-garimpeiros desde o século XIX na cabeceira do Córrego Sucuri; Sítio Bagalho, ruínas e casario antigo do final do século XIX e início do século XX; Sítio Boroaba, sede de fazenda do final do século XIX e início do século XX e ocupação pré-colonial com referências às gravuras rupestres e machado com furo (borduna); Sítio Jarudore, antiga aldeia Bororo e ocupação histórica a partir da década de 1940.

As localidades Três Pontes e Naboreiro são locais com potencial arqueológico-histórico, porém não foram averiguados em detalhe.

Trecho 22: Município de Pedra Preta e São José do Povo, de Jarudore até final da Serra da Petrovina.

VA43 - UTM = 21K 783506 / 8192434

Área de vales na margem direita do Rio Vermelho e áreas de escarpa da Serra da Petrovina. Área de colonização paulista, da década de 1960. Compreendendo os povoados de: Nova Galiléia, Nova Catanduva, São José do Povo, Vale Rico.

Foi identificado um sítio arqueológico denominado Sítio Água da Serra, de ocupação pré-colonial composto por gravuras, material lítico e terra preta.

Nesta etapa de diagnóstico foi registrado um sítio na Serra da Petrovina, mesmo a área sendo de difícil acesso; porém o potencial arqueológico das formações é elevado.

Trecho 23: Município de Pedra Preta e Alto Garças, do final da Serra da Petrovina até Alto Garças.

VA-44 - UTM = 22K 251672 / 8079974

Área de plantação de soja e algodão em larga escala. Arroio da Onça: are de matéria prima (seixos de sílex); Vestígios de ocupação histórica: área de reserva legal.

Área de cultivo extremamente mecanizada, somente com moradores recentes nas poucas sedes de fazendas.

Trecho 24: Município de Alto Garças e Alto Araguaia, de Alto Garças até o Rio Araguaia.

VA-44 - UTM = 22K 251672 / 8079974

Área de campo de pastagem para pecuária intercalada por reservas legais de mata nativa. Área impactada pela implantação da ferrovia da América Latina Logística. Área inacessível na margem esquerda do Rio Araguaia (várzea). Sugere-se averiguar as informações referentes ao levantamento arqueológico para a implantação da ferrovia ALL.

Estado de Goiás

Trecho 25: Município de Mineiros e Santa Rita do Araguaia

VA-45 - UTM = 22k 289867 / 8064184

Área com grandes plantações de soja e muitas granjas industriais próximo à Linha nº1. Entre as linhas alguns pontos de plantação de eucalipto e o restante Cerrado.

A fazenda Santa Fé (0325860/8047975) foi classificada como uma ocorrência histórica, por causa de um relato do funcionário presente e da aparência de uma edícula e das árvores frutíferas no quintal. Uma fazenda vizinha foi visitada, por indicação de uma informante, mas não aparentou ter potencial e estava abandonada (0326452/8049647).

A fazenda Monte Alto (0317419/8033417) foi classificada como sítio arqueológico histórico, devido aos elementos registrados no local, tais como a casa, e a idade das mangueiras, e a ocorrência de faiança no quintal da casa. Assim como muitas (a maioria) das fazendas registradas como ocorrência histórica na região de Mineiros e algumas ainda no município de Serranópolis, ela tem um cruzeiro na frente da casa, que demarca o local como ponto de procissão e parada, hoje em dia em desuso.

Fazendas com nomes iguais dificultaram muito a localização de locais indicados nas entrevistas, o mesmo para as georreferências com nomes populares.

Região de alto potencial arqueológico, relatos de fazendas antigas na região.

26. Trecho: Município de Mineiros e Santa Rita do Araguaia

VA-45 - UTM = 22k 289867 / 8064184

Em Santa Rita do Araguaia a equipe encontrou uma região arenosa, bastante diferente de todos os outros locais visitados em Goiás, com grandes plantações de eucalipto, visualmente sem potencial arqueológico.

As fazendas São Paulo (0273603/8069780), Modelo (0269338/8070027), Água Branca (267819/8061747), e Heral (ou Eral) (0268244/8059307), foram visitadas e nada foi registrado. São todas em área de eucalipto e solo arenoso.

Em Mineiros, a região visitada continua demonstrando alto potencial arqueológico, com relatos de fazendas centenárias, descendentes de escravos, e vestígios indígenas.

Na comunidade quilombola Cedro (0331570/8054999), um morador acompanhou a equipe e mostrou os limites da comunidade, o local conhecido como Morro do Moleque (0325979/8066597), aonde o pioneiro do quilombo fez a sua primeira casa, e os levou em algumas fazendas antigas da região. Pelo relato a região tem altíssimo potencial arqueológico, tanto pré-histórico quanto histórico. As duas fazendas visitadas foram classificadas como ocorrências (Fazenda Flores/Invernada 0324762/8066577 e Fazenda Flores/Sertãozinho 0322625/8062747), pois os dados são confusos quanto à idade das casas, e nenhum material significativo foi localizado.

As duas comunidades quilombolas e as ocorrências registradas estão distantes da Linha.

Trecho 27: Município de Mineiros

VA-46 - UTM = 22K 317940 / 8050952

Na fazenda Flores/Marfrig (0318788/8053658) o funcionário deu várias informações pertinentes, como a extensão das plantações de soja, a localização da Linha nº1 e o nome de informantes que seriam mais indicados a contar sobre a história da região. Na fazenda Flores/Capivara (0319461/8050574) nada foi informado. Na fazenda Babilônia (0296576/8050382) há uma casa antiga, mas não havia ninguém presente, assim, foi classificada como uma ocorrência histórica. Na fazenda Quati (0298629/8048943) o informante relatou que há outra fazenda antiga na região, que foi visitada, mas também estava deserta (0301547/8048330), e foi classificada como uma ocorrência histórica.

Região de alto potencial arqueológico, semelhante às formações naturais de Serranópolis.

Trecho 28: Município de Serranópolis

VA-47 - UTM = 22K 361127 / 8023249

A fazenda Guanabara (0365467/8023327) foi classificada como ocorrência, por falta de dados. O funcionário presente no momento da entrevista não soube informar nada com precisão, mas as construções aparentam ser antigas e material recente foi encontrado em superfície nos quintais. Fragmentos de faiança foram coletados a fim de avaliar a idade de fabricação em laboratório.

Na fazenda Córrego Fundo (362389/8023243) apesar da negativa do informante foram encontrados no quintal da casa vários fragmentos de cerâmica, alguns de lítico lascado, bem como material histórico, sendo esse local classificado como um sítio multi-componencial. Foi realizada coleta de um fragmento de cada tipo para análise em laboratório.

Na fazenda Água Clara (0354695/8015493) entrevistamos uma integrante da família Vilela, que foram os primeiros desbravadores daquela região. Ela informou que na família há memória oral de muitos conflitos com indígenas e explicou que a casa mais antiga das fazendas da família dentro do vale está na mesma estrada de acesso da sua fazenda.

Região de alto potencial arqueológico, semelhante às formações naturais de Serranópolis e relatos históricos de conflitos de desbravadores com indígenas.

Trecho 29: Município de Jataí e Serranópolis

VA-47 - UTM = 22K 361127 / 8023249

Na zona rural de Jataí, ao norte da Linha nº1, a gruta visitada ainda não foi formalmente explorada, e apesar de não ter um nome é conhecida como “a gruta da ponte de pedra” (0404684/7994627). É visitada por pessoas da região, e apesar de ter acesso fácil, pois está muito próximo da estrada, não é considerada um ponto turístico da região. Nenhum vestígio arqueológico associado foi identificado.

No entorno imediato desta gruta há muitas árvores frutíferas (mangueiras, jaboticabeiras, laranjeiras), e outras plantas não nativas (bambuzal) claramente antigas, e por esta paisagem é considerado como uma ocorrência histórica

(0404598/7994767). Está próxima da GO-184, estando assim impactada pela implantação desta via.

Sítio histórico Cemitério Luz (0395048/7981423) foi identificado através de relatos orais, e encontra-se relativamente preservado, apesar de não receber nenhum tipo de manutenção e de ser usado para rituais (despachos).

A fazenda Canguçu (0390787/7983100), caracterizada como ocorrência, tem sua sede preservada, construída em 1940. Há muitas mangueiras antigas no entorno da sede e em pontos isolados da propriedade, mas o informante disse que todas foram plantadas por seu finado pai.

Por indicação oral a equipe visitou um paredão com inscrições rupestres, denominado de Canguçu (0390078/7982987). Trata-se de um abrigo com ocorrência de petroglifos e pinturas, mas não foi visualizado material lítico em superfície. Encontra-se muito próximo ao córrego Canguçu e apresenta depredações (inscrições nas pedras e paredes), apesar de pouco conhecido. Aparentemente ele foi registrado por arqueólogos do IGPA ano passado.

O sítio arqueológico Palmito I (0406021/7967761) e Palmito II (0405875/7967256) são fazendas vizinhas. Ambos são sedes de antigas fazendas da região, com baixa concentração de fragmentos em superfície, mas com estruturas construtivas remanescentes. O Palmito I está abandonado e o Palmito II tem uma casa ocupada, mas relatos apontam que a antiga sede que foi demolida é mais antiga (mais antiga que a casa do Palmito I).

Foi localizado um sítio histórico na Fazenda Buriti (043208/7976291) e alguns pontos prováveis de sítios históricos nas fazendas Pastinho (0410735/7991286) e Três Cachoeiras (0402965/7974351). Outro ponto provável de sítios rupestres seria no ribeirão da Felicidade ou da Ponte de Pedra, em Jataí.

Trecho 30: Jataí, Caçu e Itarumã

VA-48 - UTM = 22K 477540 / 7934049

Na fazenda São Luís (0446328/7958839) o informante disse que já soube da ocorrência de machado polido, próximo ao córrego da Felicidade, mas não soube precisar o local. Na fazenda Santa Maria (0443674/7956992) foram encontrados vestígios de uma casa, que segundo o informante já estava destruída há pelo menos 20 anos. A área foi fotografada e classificada como uma ocorrência histórica pois outro

informante afirmou que a antiga fazenda Boa Vista da Felicidade, a que deu o nome para a região, ficava bem perto desta fazenda.

Na fazenda Divina Vitória (0451307/7956138) duas entrevistas foram realizadas. Um informante afirmou que próximo ao rio Verde já viu cerâmica e outra contou de três fazendas próximas ao córrego da felicidade que têm vestígios de escravos, a equipe não conseguiu localizar nenhuma delas. Na fazenda Bálsamo (0453484/7954835), o informante falou sobre vestígios de uma casa antiga, à aproximadamente 5 quilômetros de distância, somente acessível à cavalo, e que pode estar próxima ao local aonde a Linha nº1 vai passar pela fazenda.

Nas fazendas Periquito (0444821/7957600), em Caçu, e São Pedro (0447665/7942330), em Itarumã, nenhuma informação positiva foi relatada. Na fazenda “Furna” (0450418/7941763) a informante disse que existem algumas fazendas antigas, mas os locais que ela indicou não foram considerados como ocorrência.

Há uma espécie de vila nas margens do rio Verde, em Caçu (0450095/7946195), mas não foi possível entrevistar ninguém no local.

Trecho 31: Município de Jataí e Serranópolis

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-47	22K 361127 / 8023249
VA-48	22K 477540 / 7934049

Área de Cerrado, próximo a represa do rio Verde, o solo foi muito remexido e a área está muito impactada.

Na Fazenda Jaraguá foi identificado material cerâmico (0472589/7928051).

Trecho 32: Município de Cachoeira Alta, Caçu, Itarumã

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-48	22K 477540 / 7934049
VA-49	22K 527386 / 7891377

Zona rural dos municípios citados, fazendas de grandes extensões de canaviais e pastos para a criação de gado. Nenhuma ocorrência foi encontrada.

Muitas fazendas inacessíveis (trancadas) e muita área de canavial. Percebe-se que em fazendas de criação de gados os informantes sempre ignoram a presença de

fragmentos em superfície. A equipe foi repetidamente informada que nada será encontrado na região.

Trecho 33: Município de Caçu, Itarumã e Itaguaçu

VA-49 - UTM = 22K 527386 / 7891377

Área rural com pasto, plantações de cana de açúcar e áreas de cerrado preservado. O ponto está localizado em área próxima a represa do rio Verdinho. Foram identificadas ocorrências de material lítico com baixo estado de conservação. A área está extremamente impactada.

Estado de Minas Gerais

Trecho 34: Município de Limeira do Oeste

VA-49 e VA-50 (Intermediário)

Área rural com pastagem e plantações de cana. A vegetação predominante é composta por mata de galeria e capões de cerrado. O solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). Possui drenagens que escoam para a margem esquerda do rio Grande, na divisa SP-MG e para a margem direita do rio Paranaíba, na divisa MG-GO. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas. O ponto VB86 está localizado na margem esquerda do rio Paranaíba

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas em áreas de cultivo de cana é de média a baixa, mudando de média a alta nas áreas de pastagem, que geralmente não foram sistematicamente submetidas ao arado. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 30cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica é de média a alta próximo às drenagens do rio Grande e do rio Paranaíba.

Nenhum vestígio arqueológico aflorado em superfície foi detectado.

Trecho 35: Município de Iturumã, localidade Usina Coruripe e Fazenda Toasa

Foram vistoriados 04 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir.

VA-51 e VA-50 (Intermediário)	569875/7820692
VA-51 e VA-50 (Intermediário)	568627/7823121
VA-51	570263/7819999
VA-52 e VA-53 (Intermediário)	565063/7809572

Toda a área percorrida é de zona rural, sendo que na localidade da Usina Coruripe a área é utilizada como plantação de cana de açúcar e na Fazenda Toasa, para pasto. A vegetação se mantém somente como mata de galeria. O solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto).

Neste trecho existem drenagens que escoam para a margem esquerda do rio Grande, na divisa SP-MG e para a margem direita do rio Paranaíba, na divisa MG-GO. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

Na área da Usina Coruripe o potencial para conservação de sítios ceramistas é de média a baixa, em áreas de cultivo de cana, e de média a alta nas áreas de pastagem, que geralmente não foram sistematicamente submetidas ao arado. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 30cm de profundidade. Para sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica o potencial varia de médio a alto próximo às drenagens do rio Grande e do rio Paranaíba.

Na área da Fazenda Toasa a possibilidade de conservação de sítios ceramistas é média. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios entre 30 e 40cm de profundidade. É alta a possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica próximo à drenagem, devido a identificação prévia de sítios registrados na área.

Nenhum vestígio arqueológico aflorado em superfície foi detectado.

Trecho 36: Município de Santa Vitória, localidade de Barra do São Domingos

VA-54 - UTM = 22K 595013/7748884

Área de mata fechada, com solo areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). Existem drenagens que escoam para a margem esquerda do rio Grande, na divisa SP-MG e para a margem direita do rio Paranaíba, na divisa MG-GO. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas em áreas de cultivo de cana varia de média a baixa, mudando de média a alta nas áreas de pastagem, que geralmente não foram sistematicamente submetidas ao arado. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 30cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta próximo às drenagens do rio Grande e do rio Paranaíba.

Nenhum vestígio arqueológico aflorado em superfície foi detectado.

Estado de São Paulo

Trecho 37: Município de Ouroeste e Populina, localidades de Fazenda Conquista e Arabá

Foram vistoriados 05 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

Sítio Ceva do Piau	560319/7809645
Sítio Ceva do Piau	560319/7809645
VA-52 e VA-53 (Intermediário)	561813/7802540
VA-53	561425/7798182
VA-54 e VA-55 (Intermediário)	566895/7789631
Ponto Intermediário VA/VB	556855/7799070

Zona rural, com pastagens e plantações de banana. A vegetação é formada por pequenas porções de mata de galeria, o solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). Possui drenagens que escoam para a margem direita do rio Grande (divisa SP-MG), alagada pela barragem da Água Vermelha. O relevo plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

Foram identificados fragmentos cerâmicos esparsos (561008/7808406, 561039/7808354, 561045/7808329, 561042/7808317, 560921/7808131) e lascas em superfície.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas é considerada média. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios entre 30 e 40cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica é considerada alta próximo às drenagens, devido à identificação prévia de sítios registrados na área.

O ponto VA-52 e VA-53 (Intermediário) está localizado próximo ao cemitério do distrito e no ponto VA-54 e VA-55 (Intermediário) foram identificadas ruínas de residência construída por volta de 1950.

Trecho 38: Municípios de Fernandópolis, Macedônia e Indiaporã

Foram vistoriados 06 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-54 e VA-53 (Intermediário)	587640/7759923
VA-54 e VA-53 (Intermediário)	582177/7767610
VA-54 e VA-55 (Intermediário)	574418/7788180

Zona rural, com pastagens, plantações de cana de açúcar e seringais. A vegetação é formada por pequenas porções de mata de galeria, o solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 2m (Arenito Botucatu e/ou basalto). Possui drenagens que escoam para a margem direita do rio Grande (divisa SP-MG), alagada pela barragem da Água Vermelha. O relevo plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas varia de média a baixa. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 50cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta próximo às drenagens.

A visibilidade da superfície do solo variou de menos de 40% a nula, devido à intensa cobertura vegetal das lavouras em novembro, que se encontravam em seu maior desenvolvimento vegetativo à época deste diagnóstico. O traçado da LT corre paralelamente à estrada que liga o município de Macedônia com Indiaporã, a cerca de 2 km à esquerda. Vistoriada uma capela rural abandonada próxima à entrada de Indiaporã.

Trecho 39: Municípios de Nhandeara-Fernandópolis: Meridiano

VA-54: UTM = 701887/7639640

Zona rural, com pastagens e seringais. Localizado a margem direita da rodovia SP-320. Nenhum vestígio arqueológico aflorado em superfície foi detectado.

Trecho 40: Município de Jaci

VA-56 e VA-55 (Intermediário): UTM = 625092/7704143

Zona rural, com pastagens e plantações de cana.

Trecho 41: Município de Poloni

Foram vistoriados 02 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-55	603276/7710286
VA-56 e VA-55 (Intermediário)	619679/7694886

O ponto VA55 está localizado em área urbana com plantação de cana de açúcar e o ponto intermediário entre o VA-56 e VA-55 está localizado em área rural com pastagem e plantações de cana de açúcar.

Nenhum vestígio arqueológico aflorado em superfície foi detectado.

Trecho 42: Município de Poloni

Foram vistoriados 03 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-56 e VA-55 (Intermediário)	668189/7669985
VA-55 e VA-54 (Intermediário)	608344/7727158
VA-55 e VA-54 (Intermediário)	597379/7744619

Zona rural com pastagens plantações (cana e laranja) e áreas de rematamento de eucaliptos.

Nenhum vestígio arqueológico aflorado em superfície foi detectado.

Trecho 43: Município de Valentim Gentil

VA55 e VA54 (Intermediário): UTM = 587732/7736390

Zona rural com plantações de cana de açúcar. Não foram identificados vestígios arqueológicos.

Trecho 44: Município de Urupês

VA56: UTM = 677904/7659095

Zona rural, área de pasto. Não foram identificados vestígios arqueológicos.

Trecho 45:

Foram vistoriados 06 pontos neste trecho, conforme tabela a seguir:

VA-54	22K 595013 / 7748884
VA-55	22K 619397 / 7708883
VA-56	22K 678238 / 7660397

VA-54	22K 595013 / 7748884
VA-57	22K 701733 / 7639110
VA-57 e VA-56 (Intermediário)	651570 / 7682700
VA-57 e VA-56 (Intermediário)	646755 / 7686902

Área em zona rural, com pastos, plantações (cana, laranja, milho e soja) e seringais, possui preservada apenas as matas de galeria, o solo é areno-argiloso e argilo-arenoso, de cor vermelha, com profundidade de 1m (Arenito Botucatu). As drenagens escoam para a margem direita do rio Tietê, alagada pela barragem da Promissão. O relevo é plano/suave e possui elevações com encostas aplainadas.

A possibilidade de conservação de sítios ceramistas varia de média a baixa. A intensa agricultura perturbou o contexto de sítios até 50cm de profundidade. A possibilidade de sítios pré-históricos líticos e lito-cerâmicos e vestígios de ocupação histórica varia de média a alta.

No ponto 646755 / 7686902 a LT possui traçado paralelo a estrada estadual que liga Urupês a Marapuama.

- **Informações orais coletadas em campo**

Foram realizadas 177 entrevistas, sendo que destas 108 (61%) resultaram positivas, quanto a informações de interesse arqueológico, conforme tabela abaixo.

Estado	Entrevistas	Entrevistas Positivas
SÃO PAULO	8	3
GOIÁS	56	26
MATO GROSSO	58	31
RONDÔNIA	55	48
MINAS GERAIS	0	0

No Estado de São Paulo, foram realizadas 08 entrevistas, sendo que destas 03 foram positivas (37,5%). A região tem potencial para sítios históricos e para sítios pré-coloniais. Foi coletada 01 informação sobre indício de vestígio histórico e 02 informações sobre indícios de vestígios pré-coloniais.

No Estado de Goiás, foram realizadas 56 entrevistas, sendo que destas 26 foram positivas (46,4%). A região tem potencial para sítios históricos e sítios pré-coloniais. Foram coletadas 11 informações sobre indícios de vestígios históricos e 14 informações sobre indícios de vestígios pré-coloniais.

No Estado de Mato Grosso, foram realizadas 58 entrevistas, sendo que destas 31 (53,44%) foram positivas. A região tem potencial para sítios históricos e para sítios pré-coloniais. Foram coletadas 16 (informações sobre indícios de vestígios históricos e 27 informações sobre indícios de vestígios pré-coloniais. Apesar do menor número de relatos sobre sítios históricos, existem diversas evidências de mineração e de intervenções históricas feitas pela equipe de Marechal Rondon na região.

No Estado de Rondônia, foram realizadas 55 entrevistas, sendo que destas 48 foram positivas (87,27%). A região tem baixo potencial para sítios históricos e alto potencial para sítios pré-coloniais. Foram coletadas 07 informações sobre indícios de vestígios históricos e 41 informações sobre indícios de vestígios pré-coloniais.

Não foram realizadas entrevistas no Estado de Minas Gerais.

- **Relação e descrição dos sítios arqueológicos identificados na AID, em campo**

Os 8 sítios arqueológicos identificados na etapa de campo deste diagnóstico são apresentados na tabela abaixo e descritos a seguir:

Nome	Município/ Estado	Tipo de Sítio	Artefatos identificados
Sítio Orlando da Silva	Candeias do Jamari/RO	Pré-colonial a céu aberto	Lítico, histórico (tacho de ferro, túmulos)
Sítio Dona Susana	Presidente Médice/RO	Pré-colonial a céu aberto	Cerâmico
Heleno Amaro da Silva	Alto Paraíso/RO	Pré-colonial a céu aberto	Cerâmico
Sítio Santiago	Lambari D'Oeste/MT	Pré-colonial a céu aberto	Cerâmico, lítico
Sítio Vila Bela 2	Vila Bela da Santíssima Trindade/MT	Pré-colonial a céu aberto	Lítico, Cerâmico
Sítio São José	São Vicente/MT	Histórico a céu aberto	Cerâmico
Sítio 3 Irmãos	Santo Antônio do Leverger/MT	Histórico a céu aberto	Mineração de ouro
Sítio Vida Nova	Candeias do Jamari/RO	Pré-colonial a céu aberto	Cerâmico

1) Sítio Orlando da Silva: (Linha C110, travessão 10, no município de Candeias do Jamari /RO, coordenadas UTM 20L 0457400/08951339)

Sítio multicomponencial, onde foram identificadas duas ocupações dentro de uma área relativamente restrita. Em dois ou três lugares do sítio foram encontrados machados polidos nas proximidades do regato que atravessa a propriedade e existem também vestígios de uma ocupação histórica bem anterior aos atuais moradores (as árvores frutíferas encontradas são antigas). Neste local se encontrou um tacho de ferro e túmulos, que dão fama de assombrado ao local.

Os achados arqueológicos pré-históricos foram encontrados dispersos ao longo da propriedade, com maior concentração junto ao canto SO do lote, enquanto o material

histórico (tacho de ferro, árvores frutíferas e possíveis túmulos) está concentrado junto ao canto NO, cerca de 200m antes da divisa do lote.

A área do sítio possui topografia ondulada, sendo que este se situa numa área dissecada pelo córrego Água Boa, no ponto mais baixo entre outras áreas mais altas. Seu diâmetro é maior que 300m.



Foto 3.5.6.12.a-31 - registro fotográfico do Sítio Orlando da Silva. Fotos: Scientia, 2010.

2) Sítio Dona Susana: (Rodovia RO-429, próximo a Fazenda Jamaica, no município de Presidente Médici/RO, coordenadas UTM 20L 0610275/08761920)

Sítio cerâmico a céu aberto localizado em área de média vertente com inclinação suave nas proximidades de nascente. A presença de concentrações de fragmentos cerâmicos (lisa e corrugada) foi detectada nas proximidades da residência, expostos pela erosão. Foi relatada à equipe a existência de afloramentos líticos com modificações de origem antrópica (“amoladores”) nas margens do córrego que nasce nas proximidades.

O sítio não teve sua área delimitada devido à pouca visibilidade da superfície (vegetação rasteira).

3) Sítio Heleno Amaro da Silva: (Linha 105, gleba 65, próximo a Triunfo, no município de Candeias do Jamari /RO, coordenadas UTM 20L 0556234/08841727)

Sítio cerâmico a céu aberto, com dimensões maiores que 50m de raio a partir da entrada da propriedade, ponto onde se encontrou mais material, inclusive do outro lado da estrada. O lote fica situado a meia encosta nas proximidades do Rio Bonito (100m a leste), o solo é argiloso, compacto, com coloração castanho-avermelhada. A área é parcialmente coberta por pastagens, entretanto é possível ampla visibilidade de solo

nas proximidades devido ao terreiro do proprietário, onde se encontrou mais material, também foi encontrada cerâmica nos barrancos da estrada.



Foto 3.5.6.12.a-32 - registro fotográfico do Sítio Heleno Amaro da Silva. Fotos: Scientia, 2010

4) Sítio Santiago: (Estrada MT 247, comunidade de São Jorge, Sítio Santiago, no município de Lambari d'Oeste/MT, coordenadas UTM 21L 0396579/ 8322435)

Sítio lito-cerâmico a céu aberto, em superfície de um topo de colina suave e aplanado coberto por pasto e pequenas áreas de cultivo de milho aradas recentemente. Distância aproximadamente 350m do córrego Corgão que circunda a área.

Foram localizados fragmentos cerâmicos não decorados no solo revolvido pelo arado. O proprietário encontrou dois machados e informa ter encontrado outros na mesma propriedade e no entorno imediato. Nas margens do córrego existe um possível um polidor fixo que atualmente se encontra soterrado pelo sedimento carregado pelas chuvas. Aparentemente o estado de conservação do sítio é razoável apesar de constantemente arado. Pela informação prestada, o sítio aparenta ter grande proporção (240.000m²) e extrapola o terreno da propriedade.



Foto 3.5.6.12.a-33 - registro fotográfico do Sítio Santiago. Fotos: Scientia, 2010

5) Sítio Vila Bela II: (Estrada MT 246, Fazenda Novo Horizonte, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, coordenadas UTM 21L 0222018/ 8335806)

Sítio lito-cerâmico a céu aberto. Foi considerado sítio a partir das informações orais e materiais apresentados no local. Os locais onde o morador encontrou material estão distantes cerca de 1900m entre si. Isso indica que nesta área há potencial para se encontrar material arqueológico. A área encontra-se parcialmente comprometida por atividades agrícolas efetivadas ao longo de 30 anos.

6) Sítio São José: (Fazenda Andorinha, à margem do riacho São José, no município de São Vicente/MT, coordenadas UTM 21K 0673508/ 8249293)

Sítio histórico a céu aberto possui casas de pedra com presença de material cerâmico, com dimensão aproximada de 50x50m², tendo na proximidade, também, a citação de uma estrada do período colonial.



Foto 3.5.6.12.a-34 - registro fotográfico do Sítio São José. Fotos: Scientia, 201

7) Sítio 3 Irmãos: (Av. Ariás, Chácara 3 Irmãos, no município de Santo Antônio do Leverger /MT, coordenadas UTM 21L 0629190/ 8275934)

Sítio de mineração possivelmente colonial, de ouro em pó. em área de cascalheira de quartzito coberta por capoeira. Consiste numa pequena área ainda preservada de aproximadamente 02 hectares, onde se notam várias pilhas de rejeito e o negativo da área que sofreu interferência. No local o proprietário encontrou uma chave antiga. O entorno foi profundamente alterado pela ação da mineração na década de 1980 impossibilitando uma verificação do real tamanho do sítio. Estima-se que ocupava uma área bem maior do que a atual, apesar de nenhuma outra estrutura ter sido observada.



Foto 3.5.6.12.a-35 - registro fotográfico do Sítio Três Irmãos. Fotos: Scientia, 2010

.8) Sítio Vida Nova: (Linha 42, no município de Candeias do Jamari /RO, coordenadas UTM 20L 0425108 / 08989713)

Sítio cerâmico a céu aberto em área que mede cerca de 70m de raio coincidindo parcialmente com um urucurizal de cerca de 60m de diâmetro. Situa-se numa zona plana, um tanto mais alta que o rio da Onça que passa ao sul da dita fazenda. O solo é de coloração amarelo acinzentada, menos na área do sítio onde se encontra bem mais escuro (não foi identificado se o solo é terra preta), contando também com manchas mais escuras e orgânicas em toda a área. Foram encontrados cerca de 12 fragmentos de cerâmica de pelo menos quatro tipos diferentes, em pouco tempo de verificação, com maior concentração nas proximidades do urucurizal.



Foto 3.5.6.12.a-36 - Registro fotográfico do Sítio São José. Fotos: Scientia, 2010

- **Considerações sobre o potencial arqueológico da AID**

Com base na problemática arqueológica regional, nas informações orais e nos sítios arqueológicos identificados em campo, conclui-se pelo potencial arqueológico positivo de toda a área interceptada pelo empreendimento.

A maior ou menor potencialidade de cada trecho está diretamente relacionada ao ambiente atravessado (o qual tem relação direta com o interesse pretérito em sua exploração) e às alterações decorrentes principalmente dos sucessivos usos do solo, que podem ter afetado em maior ou menor grau o registro arqueológico de toda essa imensa região.

Apenas prospecções arqueológicas intensivas e não sistemáticas poderão indicar conclusivamente se existem ou não sítios arqueológicos em risco nas áreas de intervenção do empreendimento.

a.2 Patrimônio Paisagístico

Á área de implantação do empreendimento caracteriza-se pelo predomínio de relevos colinosos e aplanados que constituem planaltos e depressões. A presença de relevos de morros e escarpas nessa região destaca-se pela sua beleza cênica.

As serras e chapadas que apresentam valor paisagístico foram mapeadas ao longo das Áreas de Influência Indireta e Direta da Linha de Transmissão, conforme espacialização apresentada nas **Figuras 3.6.5.12-1-A a C**. A seguir relaciona-se as principais feições de beleza cênica referentes ao relevo da região:

- **Serra do Cardoso:** localizada na região nordeste do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.
- **Serra São Vicente:** localizada na região nordeste do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.
- **Serra da Borda:** localizada no extremo noroeste do município de Pontes de Lacerda, MT, conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-37, 3.6.5.12-38, 3.6.5.12-39 e 3.6.5.12-40**.
- **Chapada dos Parecis:** localizada a noroeste do estado do Mato Grosso conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-41 e 3.6.5.12-42**.
- **Serra de Monte Cristo:** localizada no município de Reserva do Cabaçal, MT.
- **Serra da Fortuna:** localizada na divisa dos municípios Salto do Céu e Rio Branco, MT.
- **Serra das Araras:** localizada ao leste do município de Barra dos Bugres, MT, conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-43, 3.6.5.12-44, 3.6.8.12-45 e 3.6.5.12-46**.

- **Serra do Tombador:** localizada ao sul do município de Alto Paraguai na divisa com Rosário Oeste, MT.
- **Serra São Lourenço:** localizada no município de Jaciara, MT.
- **Serra Jega Jega:** localizada a nordeste do município de Pedra Preta, MT
- **Serra da Petrovina:** localizada entre os municípios de Rondonópolis e Alto Garças, conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-47, 3.6.5.12-48, 3.6.5.12-49 e 3.6.5.12-50.**
- **Serra Azul:** localizada entre os municípios de Mineiros e Serranópolis, conforme ilustrada nas **Fotos 3.6.5.12-51, 3.6.5.12-52, 3.6.5.12-53 e 3.6.5.12-54.**
- **Serra do Caiapó:** localizada ao norte do município de Mineiros, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-55.**
- **Serra do Rio Verde:** localizada entre os municípios de Serranópolis e Jataí.
- **Serra da Guariroba:** localizada na região central do município de Caçu.
- **Serra Negra:** localizada na região central do município de Caçu.

Outras feições de beleza cênica são as cachoeiras e corredeiras identificadas ao longo dos principais cursos d'água e especializadas nas **Figuras 3.6.5.12-1-A a C.** A seguir são listadas as principais cachoeiras e corredeiras que ocorrem na All da Linha de Transmissão:

- **Cachoeira de Santo Antonio:** localizada no município de Porto Velho, RO conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-56.**
- **Cachoeira de Teotônio:** localizada no município de Porto Velho, RO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-57.**
- **Cachoeira Santa Rita:** localizada ao sudoeste do município de Ji-Paraná, RO.
- **Cachoeira do Apuí:** localizada no município de Urupá, RO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-58.**
- **Cachoeira Primeiro de Março:** localizada no município de Urupá, RO.
- **Cachoeira dos Patos:** localizada no município de Presidente Médici, RO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-59.**

- **Cachoeira Chapéu do Sol:** localizada no município de Presidente Médici, RO.
- **Cachoeira do Urubu:** localizada no município de Chupinguaia, RO.
- **Cachoeira Salto do Céu:** localizada no município de Salto do Céu, MT, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-60**.
- **Cachoeira Jaguatirica:** localizada no município de Lambari D'Oeste, MT.
- **Corredeira Cinco Oitavos:** localizada no município de Acorizal, MT.
- **Corredeiras das Tortas:** localizada no município de Acorizal, MT.
- **Corredeira das Pedras:** localizada no município de Acorizal, MT.
- **Corredeiras do Funil:** localizada no município de Acorizal, MT.
- **Cachoeira da Fumaça:** localizada no município de Jaciara, MT, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-61**.
- **Cachoeira do Prata:** localizada no município de Jaciara, MT, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-62**.
- **Cachoeira Couto Magalhães:** localizada no município de Santa Rita do Araguaia, GO, conforme ilustrada na **Foto 3.6.5.12-63**.
- **Cachoeira dos Índios:** localizada no município de Ouroeste, SP.

As cinco cavidades naturais subterrâneas encontradas na AII da LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, N^o 1, todas situadas no Estado de Mato Grosso, também apresentam valor paisagístico. As cavernas estão espacializadas na **Figura 3.6.5.12-1-B** e relacionadas no **Quadro 3.6.5.12-1**.

Quadro 3.6.5.12-4 – Cavidades Naturais Subterrâneas existentes na AII do empreendimento

NOME	LOCALIDADE	LAT.(º)	LONG. (º)	MUNICÍPIO / ESTADO
Gruta Areia Branca	Capital	-15,75	-55,58	Santo Antônio do Leverger (MT)
Caverna São Vicente	Sem informação	-15,54	-55,84	Cuiabá (MT)
Abrigo Barreirão	Taquaruçu	-15,14	-58,71	Araputanga (MT)
Gruta Monte Cristo	Faz. Volta Redonda	-15,11	-58,32	Reserva do Cabaçal (MT)
Gruta dos Índios	Distrito de Vila Bela	-14,67	-59,92	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)

Fonte: CECAV (09/03/2010)



Foto 3.6.5.12-37 - Terrenos Amorreados Escarpados que formam a Serra da Borda, no Planalto Residual do Alto Guaporé.

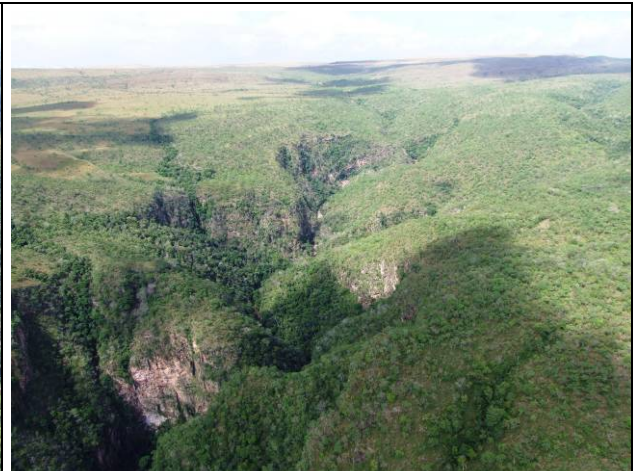


Foto 3.6.5.12-38 - Relevo de Morros que formam a Serra da Borda, no Planalto Residual do Alto Guaporé.

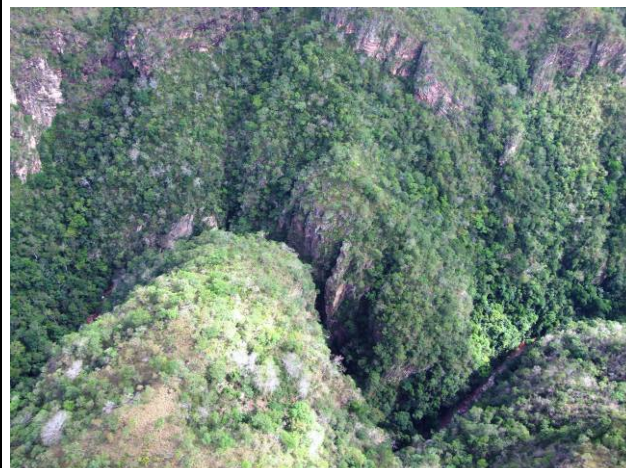


Foto 3.6.5.12-39 – Cânions profundos que ocorrem na Serra da Borda.

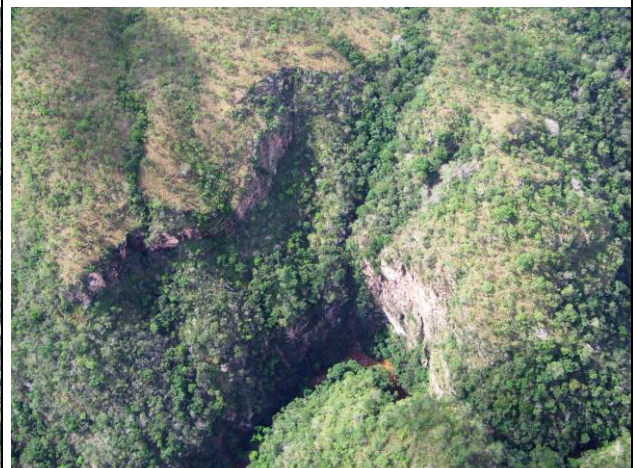


Foto 3.6.5.12-40 – Cânions profundos com paredes rochosas e canais erosivos em rocha.



Foto 3.6.5.12-41 – Chapada dos Parecis



Foto 3.6.5.12-42 – Chapada dos Parecis



Foto 3.6.5.12-43 – Relevo de Crista na Serra das Araras.



Foto 3.6.5.12-44 – Serra das Araras, localizada a oeste de Cuiabá.



Foto 3.6.5.12-45 – Topo rochoso e encostas íngremes que caracterizam a Serra das Araras.



Foto 3.6.5.12-46 – Detalhe dos afloramentos rochosos que constituem o topo do relevo de Crista na Serra das Araras.



Foto 3.6.5.12-47 - A Serra da Petrovina, constituída por relevo de Morros e Morrotes alcantilados.



Foto 3.6.5.12-48 - Vales profundos e canyons com paredes rochosas, e canais em rocha e blocos que caracterizam a Serra da Petrovina, entre Rondonópolis e Alto Garças.



Foto 3.6.5.12-49 – Cânion com encostas íngremes e escarpadas, recoberta por matas, que formam a Serra da Petrovina, no Planalto Central da Bacia do Paraná.



Foto 3.6.5.12-50 – Relevos residuais (Morrotes e Morros tabulares) que ocorrem associados a Serra da Petrovina.

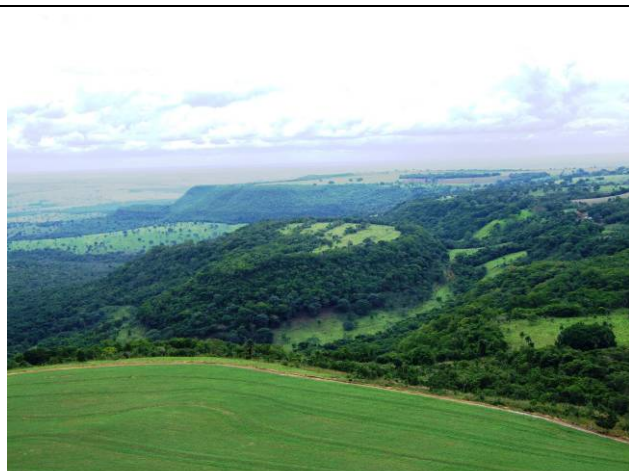


Foto 3.6.5.12-51 - Relevo de Escarpa na Serra Azul, localizada entre Mineiros e Serranópolis.



Foto 3.6.5.12-52 - Vales encaixados e florestados que caracterizam os terrenos Amorreados e Escarpados na Serra Azul, no Planalto Central da Bacia do Paraná.



Foto 3.6.5.12-53 - Encostas íngremes e escarpas rochosas que caracterizam a Serra Azul.



Foto 3.6.5.12-54 - Encostas íngremes, escarpas rochosas e relevos residuais (Morrotes e Morros tabulares) que constituem a paisagem da Serra Azul.



Foto 3.6.5.12-55 - Serra do Caiapó, MT



Foto 3.6.5.12-56 – Cachoeira de Santo Antonio - Porto Velho, RO



Foto 3.6.5.12-57 – Cachoeira de Teotônio - Porto Velho, RO



Foto 3.6.5.12-58 – Cachoeira de Apuí - Urupá, RO



Foto 3.6.5.12-59 – Cachoeira dos Patos – Presidente Médici, RO



Foto 3.6.5.12-60 – Cachoeira Salto do Céu – Salto do Céu, MT



Foto 3.6.5.12-61 – Cachoeira da Fumaça - Jaciara, MT



Foto 3.6.5.12-62 – Cachoeira do Prata - Juscimeira, MT



Foto 3.6.5.12-63 – Cachoeira Couto Magalhães – Santa Rita do Araguaia, MT

a.3 Patrimônio Histórico e Cultural

Este Diagnóstico de Dados Secundários tem como objetivo apresentar os bens materiais e imateriais dos municípios da Área de Influência Indireta da LT 600kV CC Coletora Porto Velho - Araraquara 2, N°01.

Para a elaboração do presente diagnóstico, recorreu-se às seguintes fontes: (i) Bibliografia e publicações especializadas (livros, artigos em periódicos e anais de eventos científicos), relativas às pesquisas realizadas nos municípios atravessados pela LT; (ii) *Sites* especializados na internet sobre arqueologia, etnografia, etno-história e história regional; (iii) Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e (iv) Cadastro de Bens Materiais tombados e Bens Imateriais registrados pelo IPHAN, assim como o cadastro de Pontos de Cultura.

Entende-se por bens materiais os sítios e achados arqueológicos (patrimônio arqueológico); as formações rurais e urbanas (patrimônio urbanístico); os agenciamentos paisagísticos (patrimônio paisagístico); os bens móveis, como objetos de arte, objetos utilitários, documentos arquivísticos e iconográficos (patrimônio artístico); e os bens imóveis, como edificações rurais e urbanas (patrimônio arquitetônico).

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico, etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis — núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos e bens individuais – e bens móveis, que são constituídos por coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A concepção de “patrimônio imaterial” empregada atualmente pelas políticas públicas situa-se em contexto mais amplo⁵. Com as propostas da UNESCO, referentes aos bens imateriais, inicia-se no país o processo de valorização dos aspectos “intangíveis” ou “patrimônio cultural imaterial”:

É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial.⁶

A categoria “patrimônio imaterial” foi, por conseguinte, adotada pela política patrimonial brasileira. A elaboração desse conceito teve como embasamento o Decreto 3.155 de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como patrimônio cultural brasileiro. Desta forma, políticas públicas passam a ser acionadas para a aplicação deste novo conceito. Segundo o IPHAN, a “Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos

⁵Para uma discussão sobre a formação dessa categoria, ver *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Rio de Janeiro: IPAHN, 2000.

⁶www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonio/patrimoniomaterial/mostra_padrao - 14k – (aceso: maio/ 2008)

que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.⁷

Pode-se dizer que há uma recente política do IPHAN de valorização de elementos de cultura popular, classificados como “bens culturais”, e não apenas aqueles de “pedra e cal”, como os que constituiriam e distinguiriam a “nação” brasileira.

O Ministério da Cultura vem desenvolvendo também os Pontos de Cultura, para o estímulo de propostas de manifestações culturais. Os Pontos de Cultura são iniciativas promovidas pela sociedade civil que, após seleção por edital público, firmam convênio com a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer – SECEL e o Ministério da Cultura, e tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações culturais nas comunidades alvos.

Os Pontos de Cultura são ações de cunho cultural desenvolvidas pela comunidade que ganham o reconhecimento do Estado e passam a receber aporte de recursos para aplicar conforme o plano de trabalho próprio. Eles não possuem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade.

Desta forma, será apontado por esse diagnóstico alguns municípios que se destacam no âmbito patrimonial, assim como em manifestações culturais, a partir das localidades selecionadas pelo empreendimento. Os municípios que se destacam nestes setores serão abordados para possibilitar um maior conhecimento de suas características socioculturais.

▪ **Patrimônio Material**

Patrimônio cultural material é o conjunto de todos os bens, que, pelo seu valor histórico e cultural são considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Fazem parte bens imóveis tais como igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, e ainda locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral. Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, pinturas, esculturas e artesanato.

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são da responsabilidade do IPHAN e

⁷Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan> (maio/ 2008)

começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens⁸.

O processo de tombamento, após avaliação técnica preliminar, é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Caso seja aprovada a intenção de proteger um determinado bem, seja cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. Essa notificação significa que o bem já se encontra sob proteção legal, até que seja tomada a decisão final, depois do processo ser devidamente instruído, ter a aprovação do tombamento (pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural) e a homologação ministerial publicada no Diário Oficial. O processo finalmente termina com a inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários de tais bens.

Desta forma, nesse item serão apresentados os bens matrimoniais tombados pelo IPHAN, por estados componentes da AII.

(1) Rondônia

- **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:**

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, teve sua construção iniciada em 1907 e concluída em 1912, sendo um marco importante para a história da Amazônia. Em 25 de maio de 1966, depois de 54 anos de atividades a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve sua desativação determinada pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco. A ferrovia foi, porém, substituída pelas rodovias BR-425 e BR-364, que ligam Porto Velho a Guajará-Mirim, a fim de que não se configurasse o descumprimento do Acordo celebrado em Petrópolis, em 1903. Tal ferrovia voltou a funcionar parcialmente em 1981, quando seus 7 km iniciais passaram a ser usados como passeio turístico entre Porto Velho e Cachoeira de Santo Antônio, percurso também conhecido como “Ferrovia dos Trilhos de Ouro” ou “Ferrovia do Diabo”, graças à lenda de que cada um dos 549 mil dormentes correspondia à vida de um homem que trabalhou em sua construção. Ainda fazem parte deste complexo ferroviário o **Museu da E. F. M. M. (Estrada de Ferro Madeira-Mamoré)**, o **Museu Geológico**, o **Prédio do Relógio**, as **Três Marias** e a **Capela de Santo Antônio**⁹.

⁸ Fonte: IPHAN

⁹ Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia (acesso: março/2010)



Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

Foto 3.6.5.12-64 - Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Após cinco anos de paralisação, em 2 de novembro de 2005, uma composição faria uma única viagem, transportando convidados para participar de uma missa de Finados no Cemitério da Candelária, em memória às centenas de operários de diversas nacionalidades que faleceram durante a construção da ferrovia. Finalmente, em 10 de novembro de 2005, a *ferrovia histórica foi tombada pelo* IPHAN, embora continue sem operação de trens regulares. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86¹⁰ e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

- **Prédio Sede da E.F.M.M:**

O Prédio Sede da E.F.M.M. também é patrimônio histórico de Porto Velho. Inaugurado em 15 de janeiro de 1949, o prédio tem a forma arquitetônica de uma locomotiva estilizada, em homenagem aos primeiros colonizadores da região. Conhecido hoje como **Prédio do Relógio** é atualmente sede da FUNCETUR (Fundação Cultural e Turística do Estado de Rondônia). Suas linhas retas, esquadrihas com perfil de ferro e vidros compõem o estilo moderno da primeira metade do século. A entrada principal, com seus vitrôs, mostra os ciclos econômicos da região, a linha férrea, o Rio Madeira, galpões, o porto, corte e defumação da seringa, o índio e a fauna da Amazônia.

¹⁰ Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.



Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

Foto 3.6.5.12-65 - Prédio do Relógio

Com a desativação da E. F. M. M., um de seus galpões à margem do Rio Madeira foi transformado no **Museu da Estrada de Ferro**. Preservando os bens históricos da ferrovia, o Museu reúne várias peças da época de sua construção e funcionamento. Além da primeira locomotiva trazida para a Amazônia (Cel. Churchill), pode-se apreciar também uma “Cegonha” e um “Velocípede”, usados no transporte de feitores que fiscalizavam a linha, além de tornos, máquinas, móveis, fotografias de operários, livros, documentos, dentre outros.

O acervo do Museu faz parte do complexo ferroviário **Madeira-Mamoré**, tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86¹¹ e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

- **Museu Geológico:**

O Museu Geológico é localizado numa sala da sede da Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer (Secel), no Prédio do Relógio. Este Museu conta com aproximadamente 400 peças entre minerais, minérios, rochas, fósseis e artefatos líticos. Esse Museu também faz parte do complexo ferroviário **Madeira-Mamoré**, tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86¹² e a Superintendência do

¹¹ Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.

Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

- **Três Marias:**

As Três Marias vieram dos Estados Unidos no começo do século para servir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Apelidadas de as “Três Marias”, podem ser vistas de vários pontos da cidade. Hoje, fazem parte da Praça das Caixas D’água. A primeira Caixa D’água foi construída em 1908, a segunda em 1909, e a terceira concluída nos fins de 1912. Nesta praça, são desenvolvidas várias atividades culturais. Também faz parte do complexo ferroviário **Madeira-Mamoré**, tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86¹³ e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.



Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

Foto 3.6.5.12-66 - Três Marias

- **Capela de Santo Antônio:**

A Capela de Santo Antônio foi concluída em 1914, depois da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. A igreja tem grande importância para a comunidade, que é muito devota deste santo. A Capela faz parte do complexo ferroviário **Madeira-Mamoré**, tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de

¹² Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.

¹³ Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.

tombamento é 1220-T-86¹⁴ e a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO) é o órgão responsável por sua preservação atualmente.

(2) Mato Grosso

- **Ruínas de Vila Bela da Santíssima Trindade:**

Trata-se das ruínas da antiga capital da província do Mato Grosso, situada no extremo oeste do Estado, às margens do rio Guaporé. Fundada em 17 de março de 1752, para a fixação de um núcleo urbano, permaneceu como capital até 1820, quando esta foi transferida para Cuiabá. Em 1752 o governador Rolim de Moura e comitiva chegaram ao povoado e no ano de 1771 foi iniciada a construção da Matriz da Santíssima Trindade.

Sabe-se que, em 1775, houve uma primeira reconstrução em face do desmoronamento anterior, seguida de outra em 1793. No início do século XX, quando o Gal. Rondon passou pela região, a Matriz ainda estava intacta assim como o Palácio dos Generais localizados, ambos, em uma grande praça no centro de Vila Bela.

Com o passar do tempo, ambos os edifícios foram se deteriorando e a Matriz ganhou o aspecto de ruínas, com seus espessos muros de taipa de pilão sendo, aos poucos, destruídos pelas intempéries. O Palácio teve melhor sorte, pois foi recuperado na década passada e, hoje, nele funciona a Prefeitura Municipal. As proporções da Matriz são avantajadas para a cidade, e o Palácio é uma construção térrea, assemelhando-se mais à uma morada senhorial que a um Palácio.

As ruínas da **Igreja Matriz da Santíssima Trindade** constituem um marco histórico da expansão colonial portuguesa. Mostram paredes em adobes de extraordinária espessura e alicerces com embasamento de cantaria em pedra canga. A matriz nunca chegou a ser concluída, provavelmente, por ter sua construção iniciada no período da decadência de Vila Bela. Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon alcançou a matriz intacta e assim a descreveu: "A Igreja Matriz da Santíssima Trindade é um edifício muito alto ainda não concluído, faltando o frontispício e as duas torres, cuja construção fora apenas iniciada. O seu fundamento é de pedra canga, o pedestal e parte das paredes na altura deste são de cantaria da mesma pedra. Só a parte superior das paredes é de adobes (tijolos crus) sendo estes da largura de 1,50 m" (Fonte: IPHAN).

¹⁴ Fonte: Londres Fonseca, Maria Cecília. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.

O **Palácio dos Capitães Gerais** era a residência dos governadores da capitania de Mato Grosso, em Vila Bela da Santíssima Trindade. Foi edificado na época de riqueza aurífera pelo primeiro capitão-general Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja. É uma extensa casa térrea de linhas sóbrias erguida em taipa de pilão. Possuía cunhais em cantaria de pedra canga e interiores profusamente decorados com pinturas e trabalhos em talha aplicada e dourada. O Palácio formava com a Câmara Municipal, a Cadeia, a Casa de Fundição, o Quartel dos Dragões, a Matriz da Santíssima Trindade, a Igreja de Santo Antônio dos Militares e a de Nossa Senhora do Carmo, o núcleo primitivo da vila fundada em 19 de março de 1752 para servir de capital da nova capitania, com a denominação evocativa de Vila Bela da Santíssima Trindade.

O Palácio teve sua estrutura original mantida por mais de dois séculos, apesar de seu interior ter sofrido com a passagem do tempo, pela decadência de Vila Bela. Desapareceram as pinturas, os móveis e os adereços, mas permaneceu o corpo estrutural pelo menos até a década de 60. Remanescente da arquitetura luso-brasileira do século XVIII, o Palácio foi restaurado pela então Fundação Nacional Pró-Memória, hoje IPHAN, em meados da década de 1980, e hoje sedia a Prefeitura Municipal de Vila Bela. O Palácio é considerado o ponto de partida do processo de constituição de Vila Bela. Símbolo material do poder, sua edificação antecedeu as construções particulares, as outras edificações oficiais e as religiosas. Tal fato não é gratuito, decorre do próprio desejo da Coroa Portuguesa de constituir Vila Bela como marca de sua presença na fronteira oeste da Colônia. A cidade de **Vila Bela da Santíssima Trindade** foi tombada pelo IPHAN, inscrita no Livro Histórico, em 1988, de Inscrição 526 e data 13-6-1988. O Número do Processo de tombamento é 0877-T-73 15. Atualmente é utilizada pela Prefeitura Municipal de Cuiabá (Palácio dos Capitães Gerais).

- **Arraial São Francisco Xavier:**

O Arraial São Francisco Xavier, faz parte de um conjunto de onze arraiais implantados pelos portugueses no século XVIII. Está localizado na Serra de São Vicente no município de Vila Bela da Santíssima Trindade na região do Alto Guaporé, totalizando área tombada de aproximadamente 1.006,391 m², constituída pelas ruínas e seu entorno, voltado para preservação.

A procura dos bandeirantes por metais preciosos levou-os cada vez mais para o interior do país chegando à região que hoje pertence ao estado de Mato Grosso, sendo lá, um dos últimos movimentos bandeirantes do final do século XVI. Os arraiais ali localizados

¹⁵ Fonte: IPHAN

serviram para expandir as fronteiras lusas, aos domínios que deveriam pertencer aos espanhóis pelo Tratado de Tordesilhas.

Hoje apresenta rico material arqueológico, testemunho das diversas fases pela qual passou o Arraial. A preservação das ruínas pelo sítio arqueológico, em 2007, contribuiu para o conhecimento e a valorização da história do Estado. Foi tombado pelo Estado, inscrito Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, cujo Diploma Legal é a Portaria nº. 030/07 e Publicado no Diário Oficial em 18/07/2007. A sua ocupação atual é de Sítio Arqueológico.¹⁶

- **Cadeia Pública de Santo Antônio do Leverger:**

Com o aumento crescente da população do município de Santo Antônio de Leverger, o então intendente (que equivale ao prefeito de hoje) do município ordenou a construção de uma cadeia pública. Assim, a Cadeia Pública foi entregue em 1925.

O prédio funcionou como cadeia até 1985, quando foi desativado pelas precárias instalações. Em 1999, o espaço foi reformado e reaberto, tornando-se o Centro Cultural Cadeia Pública de Santo Antônio de Leverger.

A reforma iniciada em 2006 é a maior desde a construção e irá garantir a preservação do prédio pelos próximos anos. A restauração do Centro Cultural Cadeia Pública de Santo Antônio de Leverger faz parte da proposta do Governo do Estado de restauração do Patrimônio Histórico e Cultural de Mato Grosso. Foi tombada pelo Estado através da Portaria nº 13/00¹⁷ e publicado em Diário Oficial em 21/07/2000. Atualmente é a Sala de Memória.

- **Paróquia de Santa Cruz de Barra do Bugres**

Em 8 de abril de 1896, é criada a Paróquia de Santa Cruz de Barra do Bugres, sob a Lei nº 145. O nome foi escolhido pelos povoadores, com jurisdição em São Luiz de Cáceres, fortalecendo então o já existente núcleo populacional. Essa Igreja foi atualmente tombada pelo Estado no Livro do Tombo Histórico, Diário Oficial nº 24949, data de publicação de 29/10/2008, Matéria nº 174451, Portaria nº 035/SEC/2008.¹⁸

- **Casas históricas da Aldeia Umutina - Barra do Bugres:**

As referidas Casas foram construídas pela Comissão Rondon entre os anos de 1943 a 1945, quando de sua passagem pela região para a construção das linhas telegráficas.

¹⁶ Fonte: Portal Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso (acesso: março 2010)

¹⁷ Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

¹⁸ Fonte: Superintendência da Imprensa Oficial do Estado do Mato Grosso (acesso: março 2010)

O projeto de Rondon junto à população indígena era de pacificá-los, criando um novo aldeamento, e colocando-os aos cuidados da Comissão. Foram tombadas no Livro de Tombo Histórico, com data de publicação de 29/10/2008, Matéria nº 174452, Diário Oficial nº 24949, Portaria nº 036/SEC/2008.¹⁹

- **Centro Histórico de Acorizal:**

Centro Histórico localizado em Acorizal, cuja povoação surgiu à sobra da mineração. Os primeiros habitantes buscavam as novas minas promissoras, e outros, no entanto, enveredaram-se pelas margens do Rio Cuiabá acima na tentativa de real fixação ao solo, através do cultivo agrário. Em Acorizal o cururu e o siriri se fazem presentes nos festejos da cidade e das comunidades rurais. As primeiras casas edificadas ao redor da igreja de Nossa Senhora de Brotas, na Praça Coronel Tonho, preservam as características do surgimento do povoado. Foi tombado pelo Estado em 2006 através da Portaria: 047/2006 e Publicação no Diário Oficial em 9/25/2006 .²⁰

- **Cuiabá — Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico**

Cuiabá foi fundada com a exploração da mineração no início do século XVIII que, apesar de intensa, só durou de 1722 a 1730. A formação urbana se deu através de uma bipolarização que, nos primeiros 15 anos, foi fundamental para traçar a rede interna básica do aglomerado, adensando-o na margem direita do córrego da Prainha no sentido Sul-Norte, adotadas as balizas Igreja do Bom Jesus do Cuiabá-Sítio da Mandioca. Já na margem esquerda do córrego, as capelas Nossa Senhora do Bom Despacho (existente desde 1726) e a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (construída possivelmente em 1730) constituíram-se em pólos de atração e expansão posterior. Em 1727, o Arraial do Cuiabá e/ou "Minas Novas", recebeu o título de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, instalando-se ali terminais burocráticos e arrecadores. Nos anos subseqüentes o espaço de poder foi consolidado no quadrilátero do Largo da Matriz, no qual foram implantados o Pelourinho, as Casa de Câmara e Cadeia, a residência dos Ouvidores/Juízes-de-Fora.

Com a descoberta de ouro na região do Guaporé (1730-1734), a Vila de Cuiabá assumiu uma função de "metrópole", apresentando, durante toda a segunda metade do século XVIII, desempenho econômico e população superiores aos de Vila Bela. No restante do século, a Vila Real se expandiu ao longo do córrego. De 1807 a 1821, ao espaço urbano foram acrescentadas novas construções como, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia e o Campo d'Ourique, em torno do qual residências foram construídas.

¹⁹ Fonte: Superintendência da Imprensa Oficial do Estado do Mato Grosso (acesso: março 2010)

²⁰ Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (acesso: março 2010)

Em 1818, Cuiabá foi elevada à categoria de cidade. Em 1835, foi ungida Capital da Província. Após a Guerra do Paraguai, com a abertura do rio Paraguai à navegação, o espaço urbano ganhou novo dinamismo, com introdução de equipamentos de ferro, construção de jardins, chafarizes e coretos; a penetração de capitais e mercadorias européias foi acompanhada de mão de obra qualificada; e engenheiros dotaram a cidade de inovações, com edificações, fachadas, desenhos de praças e calçamentos que rompiam com os modelos coloniais vigentes até então.

O processo de expansão da cidade, interrompido por duas décadas, foi retomado durante o Estado Novo. Este só foi suplantado em relação aos efeitos urbanos, na segunda metade dos anos de 1960 e 1970, quando aconteceram as demolições de bens históricos sob a indiscutida justificativa da "modernização". Portanto, nos dias atuais, apenas uma pequena área se mantém na forma original.

Fazem parte desse conjunto as ruas mais antigas de Cuiabá e equipamentos que documentam momentos marcantes da história da cidade, desde o colonial até as primeiras décadas desse século, quer no que se refere aos materiais e técnicas de construção, quer no que diz respeito aos diferentes estilos ainda preservados.



Foto 3.6.5.12-67 - Centro histórico de Cuiabá²¹

A cidade foi tombada pelo IPHAN em 1993. Foi inscrita nos seguintes livros de Tombo²²: Livro Histórico, Inscrição: 534; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição:107; Livro de Belas Artes, Inscrição: 601. Data de tombamento: 24/3/1993 e Nº Processo: 1180-T-85. (Fonte: IPHAN)

Casa de Nhô Nhô Manduca (ou Casa de Bem Bem): É uma construção datada de 1850, com estilo colonial. Situa-se na antiga Rua do Campo (atual Rua Barão de

²¹ Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

²² Fonte: IPHAN

Melgaço) e é uma das mais tradicionais casas de festas de São Benedito de Cuiabá. É chamada também de Casa de Dona Bem Bem (Constança Figueiredo, uma das proprietárias). As festas de São Benedito eram realizadas isoladamente em residências, entretanto, a partir de 1974 foi escolhida essa casa para realização da festa anual do Santo. A comemoração permaneceu nessa casa até 1981. A Casa de Nhô Nhô consiste atualmente numa residência particular. Ela foi tombada como patrimônio histórico pelo Estado no ano de 1998, através da Portaria Estadual nº 10/98 e a Publicação no Diário Oficial em 08/06/98. A Portaria Federal é nº 10/92, com Publicação no Diário Oficial da União em 06/11/92.

A **Antiga Residência Oficial dos Governadores de Mato Grosso** foi construída em Cuiabá entre os anos de 1939 e 1941, no Governo do Interventor Júlio Müller. Foi a primeira construção das Obras Oficiais do Governo Vargas. Getúlio Vargas foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o Estado e, também, o primeiro hóspede ilustre da casa. Durante 45 anos a residência abrigou 14 dirigentes do Estado de Mato Grosso e seus familiares, sendo desativada como residência oficial em 1986. A última reforma/restauro ocorrida em 2000 devolveu à residência suas características do projeto original. Foi também, palco de grandes decisões políticas e governamentais. A residência possui uma arquitetura típica do Estado Novo. Atualmente é ocupada pelo Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso/ MT. Foi tombada em 1941, através da Portaria nº 53/83 e Publicação no Diário Oficial em 09/01/1941 ²³.

Museu Histórico de Mato Grosso: antigo prédio do Tesouro do Estado. Abriga o registro da história do Estado e foi criado em 29 de agosto de 1896, onde funcionava a Tesouraria Provincial (Contadoria Provincial) de Mato Grosso, denominada Tesouro do Estado após a Proclamação da República. Foi reinaugurado em 2006, passando a abrigar o Museu Histórico de Mato Grosso, recebendo equipamentos, iluminação e mobiliário para a instalação do acervo de mais de 9 mil peças entre filatelia, objetos ornamentais, documentos textuais, iconográficos, medalhas e condecorações, mobiliários, numismática e obras de arte. Está localizada na Praça da República, no Centro de Cuiabá. Foi tombado pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso em 1983.²⁴

²³ Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

²⁴ Fonte: Portal da Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)



Foto 3.6.5.12-68 - Museu Histórico de Mato Grosso²⁵

Residência dos Frades Franciscanos: o imóvel é um bem relevante para o patrimônio, pela sua significação histórica e seu valor cultural. O monumento é representativo de uma época na qual as técnicas e materiais construtivos utilizados em Cuiabá, não permitiam um maior apuro arquitetônico, o que não o desmerece, porque expressa fielmente o período de declínio da produção aurífera. Em 1940, estando abandonada, foi adquirida de Vicente Fortunato e sua esposa Clarinda de Matos Fortunato, por Dom Aquino Corrêa para nela se instalar os franciscanos. Em 1962 sua propriedade fora transferida à Missão Franciscana da 1ª Ordem de São Francisco do Estado de Mato Grosso, que a detém até os dias atuais. Sua construção data do Século XIX, com estilo colonial. A residência foi tombada pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso em 1987, através da Portaria nº 77/87, com Publicação no Diário Oficial em 04/11/1987. Encontra-se atualmente reformado e recuperado. Localiza-se na Rua Cândido Mariano no Centro de Cuiabá.²⁶

Casa do Artesão: A linha construtiva do edifício segue o padrão típico das obras públicas executados em Mato Grosso, no início do século XX (1908). A Fachada principal apresenta um frontão enriquecido por balaústres e adornos metálicos, com uma porta única e central. O espaço arquitetônico interior é bem definido, podendo-se distinguir o núcleo da construção de onde se faz o acesso para as duas alas da escola, inclusive ao pátio interno. O prédio ainda conserva todas as suas características originais de construção. Funcionou como estabelecimento de ensino desde a sua inauguração até o ano de 1975 quando, em 15 de maio passou a abrigar a Casa do Artesão. Em 15/11/1983 foi tombado pela Fundação Cultural de Mato Grosso,

²⁵ Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

²⁶ Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

passando a fazer parte do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Está localizada na Rua Treze de Junho esquina c/ a rua Senador Metello-Cuiabá, nº 315, Porto, em Cuiabá-MT. Foi tombado através da Portaria é nº 57/83, com Publicação no Diário Oficial em 09/01/84. É ocupado atualmente pela Casa do Artesão, em bom estado de conservação, administrado pela Prosol/Sesc/Setec.

Palácio da Instrução: foi construído em 1913, para servir à área da educação, em Cuiabá. É imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e foi recuperado e revitalizado em 2005. Atualmente é sede da Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça e do Conselho Estadual de Cultura. O Palácio da Instrução foi tombado para integrar o Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, através da portaria nº 03/1983 da Fundação Cultural de Mato Grosso e Publicação no Diário Oficial em 02/05/1983.²⁷

Igreja Nossa Senhora da Guia: antiga capela, localizada no Distrito da Guia, em Cuiabá. Representa parte da história do Distrito, região que abrigou muitos garimpeiros em busca de alternativas às lavras do Cuiabá há 275 anos. A construção rústica de adobe e taipa-de-pilão (material feito à base de barro, restos de madeira e ossos), de estilo frontispício, foi revitalizada em janeiro de 2008 e tombada pelo Estado em 2009. Foi inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, através da Portaria nº 012/2003 e com Publicação no Diário Oficial em 09/09/2003.²⁸

Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho: localizada na Praça do Seminário, em Cuiabá, a Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho data da década de 20, tendo o lançamento de sua pedra fundamental sido em 1918, quando era Presidente do Estado o Arcebispo D. Francisco de Aquino Correa. A obra, com estilo neogótico, foi projetada com sua construção iniciada pelo engenheiro francês Georges Mousnier, Conde de Manoir e concluída por seu filho Leon de Mousnier. A igreja já passou por várias reformas, todas procurando manter fidelidade a sua arquitetura original. Considerada símbolo de Cuiabá, está assentada sob o Morro da Conceição, uma das vistas mais altas da cidade, em local privilegiado no centro e de grande visibilidade. Possui estilo neogótico. Passou a ser patrimônio histórico com o seu tombamento pelo Estado em 1977. Foi inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, através da Portaria nº 47/77 e Publicação no Diário Oficial em 13/10/1977.²⁹

Casa Barão de Melgaço: o imóvel foi inaugurado em 1802. O Almirante Augusto João Manoel Leverger, o Barão de Melgaço chega a Cuiabá em 1830 e faz dessa casa sua

²⁷ Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

²⁸ Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

²⁹ Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

residência. Em 1926, o imóvel é desapropriado pelo Estado. Em 1931 o Estado de Mato Grosso doa o bem para a sede do Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Mato-grossense de Letras. Possui o estilo colonial com características neoclássicas. O casarão foi tombado pelo Estado em 8 de junho de 1998, através da Portaria Nº 13/98 e Publicação no Diário Oficial em 08/06/1998. Atualmente na Casa Barão do Melgaço funcionam o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e também a Academia Mato-grossense de Letras. Foi recuperado e revitalizado em 2006, permitindo, desta forma, sua adequada ocupação e utilização.³⁰



Ponte de Ferro do Coxipó: a Ponte de Ferro do Rio Coxipó, construída em 1896, em Cuiabá, foi importada da França, adotando o sistema construtivo Eiffel. A sua montagem representou um marco nas relações comerciais de Mato Grosso, viabilizando a penetração de capitais, mercadorias, técnicos e imigrantes europeus. Foi destruída por uma enchente em 1995. Em 2006 foi feito um trabalho de recuperação das ferragens que estavam submersas no leito e nas margens do Coxipó, sendo entregue à comunidade cuiabana em 2008. A Ponte de ferro foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Mato Grosso no ano de 1984, através da Portaria nº 26/84 e com Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984

Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito: é a mais antiga igreja erguida no Estado, construída aproximadamente em 1736. Foi minuciosamente restaurada, desde os altares e imagens rigorosamente cuidados por especialistas nacionais e locais em arte sacra, às grossas paredes de adobe que foram expostas ao seu estado mais original. Foi reaberta em 21 de junho de 2006. A Igreja do Rosário foi tombada pela

³⁰ Fonte: Portal da Secretaria do Estado de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

³¹ Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

primeira vez em 4 de dezembro de 1975 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), após o processo de tombamento nº 553-T-57A. A igreja encontra-se registrada no Livro do Tombo das Belas Artes, sob inscrição número 523, e no Livro do Tombo Histórico, sob inscrição número 457. O tombamento inclui todo o recheio da igreja, como retábulos, alfaias, imaginárias, o mobiliário antigo ainda restante e todo seu acervo. Em 15 de outubro de 1987, a Fundação Cultural de Mato Grosso tombou a igreja do Rosário através da portaria nº 76/87 referente ao Processo de Tombamento de Bens nº 03/87. Nesse tombamento, foram incluídos os imóveis vizinhos como área de entorno. Por fim, a igreja e seu entorno foram incluídos no tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, tombado em 24 de março de 1993, após o processo nº 1180-T-85. (Fonte: IPHAN)



Foto 3.6.5.12-70 - Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito³²

O Estádio Presidente Dutra: A doação do terreno situado à Rua Joaquim Murinho - Praça Benjamin Constant, com uma área de 25.650m² para construção do novo estádio, foi feita pela Prefeitura Municipal de Cuiabá no dia 02 de fevereiro de 1950. Foi declarado Tombado como Patrimônio Histórico de Cuiabá-MT, pela Lei Municipal 2.761 de 25/05/1990, de autoria de vereador Emanuel Pinheiro, como forma de preservá-lo.

Igreja Nosso Senhor dos Passos : imóvel histórico localizado no antigo centro de Cuiabá. Revitalizado, foi entregue à sociedade no dia 07 de fevereiro de 2006. O restauro foi realizado em regime de parceria envolvendo o IPHAN e o Governo de Mato Grosso. O investimento no prédio do seminário é um dos projetos do Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico de Mato Grosso, que envolve uma política de valorização e revitalização de todo o centro histórico de Cuiabá, em um total

³² Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

de 1.005 imóveis. O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado pelo IPHAN em 1987, como já citado.



Foto 3.6.5.12-71 - Igreja Nosso Senhor dos Passos³³

Arquivo Público do Estado: local que abriga o maior acervo histórico de Mato Grosso. O Arquivo Público possui atualmente mais de 81 mil documentos de valor histórico, mais de 50 mil fotografias, além de objetos como é o caso dos que estão expostos na Sala da Memória dos antigos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Está localizado na cidade de Cuiabá em edifício construído na década de 1940, no período do Estado Novo e ocupado por outros órgãos públicos ao longo da história. O investimento no prédio do seminário é um dos projetos do Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico de Mato Grosso, que envolve uma política de valorização e revitalização de todo o centro histórico de Cuiabá, em um total de 1.005 imóveis. O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado pelo IPHAN em 1987.

Seminário da Conceição: este é um dos mais antigos bens imóveis de Cuiabá (datado de 1882) sendo a sede do Museu de Arte Sacra, fechado desde 1988. Foi alvo de recuperação e revitalização de 2004 a 2007. Uma parte importante do passado religioso mato-grossense foi recuperada pelo artesão Ariston Paulino. São milhares de fragmentos da antiga Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que formaram altares do século XVIII (altar de Santa Terezinha em estilo rococó e um dos altares do Cruzeiro em estilo barroco, além do neoclássico altar de São Miguel - século 19). O acervo remanescente da antiga Catedral do Senhor Bom Jesus e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, conta com cerca de 4.300 peças entre imagens sacras, paramentos, alfaias, altares e vestuários épicos, e parte de objetos pessoais do Arcebispo Dom Aquino Correia. O investimento no prédio do seminário é também um dos projetos do Programa Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico de Mato Grosso, que

³³ Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

envolve uma política de valorização e revitalização de todo o centro histórico de Cuiabá, em um total de 1.005 imóveis. O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado em 1987. A Fundação Cultural de Mato Grosso efetuou o tombamento do histórico monumento como Patrimônio Estadual, em 1977, através da Portaria de número 047/1977, com Publicação no Diário Oficial em 10/14/1981.

Imprensa Oficial de Mato Grosso: é considerada por alguns historiadores, a primeira Imprensa Oficial do Centro-Oeste brasileiro. De acordo com o autor³⁴, a Imprensa Oficial assegurou a instituição do primeiro órgão de imprensa mato-grossense, no dia 14 de agosto de 1839 — o jornal Themis Mattogrossense. Ela também rodou o Cuyabano, em 1842, e A Gazeta Cuyabana em 1847. Um ano depois, em 1848, o então vice-presidente Antonio Nunes da Cunha vendeu a Typographia Provincial, com o aval da Assembléia Legislativa Provincial. Os atos oficiais passaram a ser publicados em um jornal local chamado Echo Cuiabano que circulou até 1850, depois em gráficas particulares. A Imprensa Oficial ressurgiu após 42 anos. O Governo de Mato Grosso criou a Typographia do Estado de Mato Grosso e com ela o jornal “Gazeta Oficial”. A Typographia funcionou em um prédio já demolido, Praça da República, em 1938. A Imprensa Oficial adota o nome de Diário Oficial de Mato Grosso em 1968 e é instalada na Praça Ipiranga na época que sofreu profundas mudanças. Em 1977, a Imprensa Oficial foi transformada em autarquia pelo decreto nº 1090 e lei 3.907, assinado pelo então Governador José Garcia Neto. Foi tombada, através da Portaria de dezembro de 1998, com Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998.

Liceu Cuiabano: foi criado pela Lei 536 de 12/12/1879, no governo de João José Pedrosa, e instalado a 07/03/1880, no governo do General Enéias Rufino Galvão, o “Barão de Maracajú”. O Colégio Liceu Cuiabano marcou uma nova fase na instrução e no ensino dos jovens mato-grossenses. Fazendo parte das chamadas Obras Oficiais do Governo Getúlio Vargas, sendo Interventor do Estado Júlio Strubing Müller, o projeto para a construção do Colégio Estadual de Mato Grosso, visou abrigar as instalações do Liceu Cuiabano. Tal projeto foi elaborado no Rio de Janeiro, trazido para Cuiabá pelo Engenheiro Cássio Veiga de Sá, responsável pela execução da obra. O estilo de sua construção é de arquitetura característica do Estado Novo e foi tombado pelo Estado através da Portaria de número 59/1983 e com Publicação no Diário Oficial: 1/9/1984

Mercado do Peixe: É um dos ícones da cultura mato-grossense e constitui importante marco de referência da vida cuiabana, não só do tradicional Bairro do Porto, como para toda a cidade e população da região ribeirinha. Sua localização privilegiada facilita o

³⁴ Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

acesso às embarcações fluviais, tornando-se importante ponto de troca de mercadorias e receptor dos produtos oriundos dos grandes centros abastecedores do país. As obras foram executadas pelo construtor corumbaense, Demenciano Félix de Oliveira. Concluída em 1899, o prédio traz consigo as características técnicas construtivas disponíveis em Cuiabá, já que na época em que não havia cimento em Cuiabá. É de estilo neoclássico e foi tombado através da Portaria de número 26/1983, com Publicação no Diário Oficial: 6/13/1983.³⁵

Palácio da Justiça: Na década de 40, as chamadas Obras Oficiais do Governo do Presidente Getúlio Vargas, em Cuiabá, visavam consolidar e manter Cuiabá como capital do Estado. As Obras Oficiais possuem características arquitetônicas que revelam o início do modernismo na arquitetura do Brasil. Com elementos que caracterizam o estilo art-déco, os prédios trazem novas tecnologias de materiais e em técnicas de construção. São linhas despojadas e imponentes, onde novos elementos, como o granilite, são introduzidas na construção em Cuiabá. No governo do interventor Júlio Müller o Palácio da Justiça foi construído para dotar a capital do Estado, de infraestrutura necessária para o funcionamento do Tribunal de Justiça, Tribunal do Júri e Cartório. Inaugurado no ano de 1942, seguindo o estilo das obras estadonovistas, o Palácio da Justiça foi uma obra econômica, na sua construção foram usadas sobras de materiais de outras obras oficiais, como o pó de pedra usado no seu revestimento. São linhas simples e despojadas com janelas simétricas de linhas retas e limpas, onde novos materiais granilite, mármore e porta de ferro foram introduzidos na construção de prédios públicos. Com a construção do Palácio da Justiça instalou-se toda a atribuição do poder judiciário em Mato Grosso. De estilo art-déco, foi tombado pelo Estado através da Portaria de maio de 2000, com Publicação no Diário Oficial em 4/28/2000.

Palácio Episcopal: localizado no Complexo Arquitetônico da Igreja Bom Despacho e do Seminário da Conceição, foi avaliado tecnicamente como de importância na representação da arquitetura do Estado. Para justificar sua importância no seio da comunidade, o membro da Academia Brasileira de Letras Dom Aquino Correa realizou oficialização da morada dos eclesiásticos. Possui estilo eclético e foi tombado em 1998, através da Portaria 08/98, com Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998

Antiga Casa da Rua Joaquim Murtinho: Casa de Alírio de Figueiredo da Rua Joaquim Murtinho, 246 construída no final do século XIX, a obra foi executada em estilo neoclássico, com algumas tendências espanholas, onde há uma perfeita simetria, um lado da casa é reprodução do outro, sendo composta de uma só arquitetura, tendo um equilíbrio plástico na composição. Caracteriza-se nesta casa, portanto, um estilo do

³⁵ Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

novo neoclássico, no qual segue a tendência moura, com mistura portuguesa e espanhola. O que justifica o seu tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual em 2007, é pela sua vinculação a fatos memoráveis da História de Mato Grosso, por seu valor arquitetônico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. A linha construtiva do antigo casarão, situado à Rua Joaquim Murtinho, “antiga rua Formosa”, esquina com a travessa João Dias, obedecem aos padrões comuns dos casarios cuiabanos ainda do século XIX, época em que suas fachadas eram construídas geralmente rentes às ruas, os telhados eram feitos em duas águas, com caídas para frente e para trás. Naquele mesmo século após o término da Guerra do Paraguai, bem como com a chegada dos imigrantes europeus (italianos e espanhóis) aplica-se em Cuiabá, por influência dos mesmos, a técnica de coletar as águas pluviais dos telhados, através do antigo sistema Português de paredes socadas e também do madeiramento roliço utilizado na estrutura do telhado, cuja cobertura são confeccionadas em telhas de cerâmica, tipo canal. Foi tombado pelo Estado através da Portaria nº 045/06, com Publicação em Diário Oficial em 19/09/2006.

Arsenal de Guerra: criado inicialmente com o nome Real Trem de Guerra, por Carta Régia de D. João VI em 1818, destinado a um estabelecimento militar para o conserto e fábrica de armas. Teve iniciada a construção em 1819, durante o governo do 9º e último Capitão General de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, vindo a concluir-se em 1832, quando foi inaugurado. Em 1831, por determinação da lei, foi criado o Arsenal de Guerra da Província de Mato Grosso. O edifício foi posteriormente ampliado e adaptado para funcionamento do Arsenal de Guerra e os varandões dos flancos foram construídos em 1848. Foram utilizadas técnicas construtivas e materiais da região para erguer um edifício neoclássico, nos moldes franco-lusitanos que caracterizavam, em maioria, as construções oficiais do Rio de Janeiro. Os ambientes internos são protegidos por um avarandado ininterrupto. As insígnias da casa militar estão nos frisos em relevos simétricos, destacados das superfícies lisas para atender à sobriedade que qualifica o estilo, observado na composição da fachada principal. As cores ocre para as áreas planas e branco para os relevos acentuam a composição e tornam ainda mais expressiva a linearidade clássica. As sucessivas reformas e ampliações modificaram aspectos interiores, mas evitaram alterações estruturais da fisionomia original do bem. Foi tombado em 1984, através da Portaria de número 61/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/1/1984.

Assembléia Provincial de Mato Grosso: localizada no Centro Histórico de Cuiabá à rua Pedro Celestino esquina com a rua Campo Grande é um dos marcos da história mato-grossense. A sua construção é datada de 1776. Construído com a finalidade de armazenar materiais bélicos, chamado de Armazém Geral, foi transformado em 1835

na sede da primeira Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso que funcionou por mais de um século, de 1835 a 1937. Sua importância também é ressaltada pois em 28 de agosto de 1835, foi ali aprovada a lei que declarou oficialmente, Cuiabá, Capital da Província de Mato Grosso, treze anos após a Independência do Brasil. Nesse imóvel também funcionou o Tribunal Eleitoral, Delegacia de Polícia do Estado, Delegacia de Polícia Federal e o Sistema Nacional de Emprego-SINE e o Cartório Eleitoral (50ª Zona). Foi tombado em 1984, através da Portaria de número 38/1984, Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984.³⁶

Cadeia Pública: prédio da antiga Cadeia Pública de Cuiabá, atualmente, é a sede do Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa, localizado a Rua Joaquim Murinho nesta capital. Desde 1857, quando era presidente da Província Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare, Chefe da Divisão da Marinha, preocupou-se com a construção de uma nova cadeia pública em Cuiabá, pois a antiga, situada onde hoje é a Praça da República, além de ser ainda dos tempos coloniais, não oferecia nenhuma segurança. No governo do Presidente da Província de Mato Grosso, Ten. Cel. Antonio Pedro de Alencastro pela Carta Imperial 13/06/1859, a obra foi iniciada. No governo do Presidente da Província Senador Herculano de Souza Ferreira Penna em 1862 a construção chegou ao seu término. Os materiais empregados na construção dos alicerces são em pedra canga até cinco palmos acima do chão, com as paredes formadas de adobe e o muro continuado com taipa. Na entrada uma escada, ou paiol de pedra canga sendo as arestas dos degraus reforçadas e protegidas por capas de ferro e as cavidades enchidas com cimento artificial, o calçamento de pedras cangas e de pedra cristal. Funcionou como Cadeia Pública até 1975, quando foi transferida para o Presídio Central. Foi tombada no ano de 1984 através da Portaria de número 55/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/9/1984. Encontra-se em bom estado de conservação.

Casa Cuiabana é uma construção de Cuiabá feita em taipa e adobe sobre alicerces em pedra canga. Todas as janelas traziam gelsias em sua metade inferior e caixilhos de vidro em sua parte superior; este tipo de janela era usado nas residências mais ricas da época. Objetivando manter a ambiência de um quintal cuiabano, foi executado um projeto para um espaço cultural de uso múltiplo onde foi inserido um Teatro de Arena proporcionando mais uma alternativa para os grupos artísticos regionais. A Casa Cuiabana ou Chácara de Deidâmia constitui um dos mais expressivos exemplares arquitetônicos da Cuiabá do século XVIII. Foi tombada em 1983, através da Portaria de número 27/1983 e Publicação no Diário Oficial: 6/13/1983 .

³⁶ Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: março, 2010)

Casa Dom Aquino, localiza-se à margem esquerda do Rio Cuiabá, lugar também conhecido como Chácara Bela Vista. Construída no ano de 1842, completando a ocupação dessa imensa área, encontra-se a Casa Predestinada, na qual foram nela nascidos: Joaquim Duarte Murtinho, o Restaurador das Finanças Brasileiras no governo de Campos Sales, e Dom Francisco de Aquino Correa, Presidente do Estado de Mato Grosso de 1918 a 1922, fundador da Academia Mato-grossense de Letras em 1926 e membro efetivo da Academia de Letras. A casa segue uma arquitetura colonial, com 12 peças distribuída em “u”, construída em adobe, com seu alicerce em tijolinho maciço, em toda sua volta segue um calçamento em pedra cristal. Sua fachada principal abre-se para o Rio Cuiabá, numa composição simétrica. As janelas são do tipo guilhotina como caixilho de vidro. O madeiramento do telhado segue o padrão local, com madeiras roliças e lavradas a mão, com telhas coloniais. Tombada em 1997, através da Portaria de número 08/97 e Publicação no Diário Oficial em 7/24/1997. Encontra-se em reforma atualmente.



Foto 3.6.5.12-72 - Casa Dom Aquino³⁷

Chafariz do Mundéu: é localizado na Praça Bispo Dom José, Centro de Cuiabá. A construção teve início em 1871 e recebeu o nome do tradicional bairro onde fica localizado. O Chafariz foi construído para serventia pública, por ordem do presidente da província Dr. Francisco José Cardoso Júnior. Era alimentado por um aqueduto em que ele captava água das nascentes do Córrego “Maranhão”, constituindo assim umas das mais antigas fontes de abastecimento de água da capital. Até 1910 o Chafariz forneceu água à população do bairro e a do centro da cidade. Hoje, o chafariz de estilo neoclássico encontra-se desativado e em bom estado de conservação, com tombamento realizado em 1980, através da Portaria de número 032/1979 e Publicação no Diário Oficial em 1/8/1984.

Cine Teatro de Cuiabá: é integrante do conjunto de obras realizadas na década de 40, denominada “Obras Ophiciaes” (governo Getúlio Vargas) foi projetado pelo engenheiro

³⁷ Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

e arquiteto Humberto Kaulino e construído pelo engenheiro Cássio Veigas de Sá. O Edifício do Cine Teatro materializa a transformação entre a construção em taipa para as construções em concreto armado. Surgiu quando se pretendeu dotar a capital de Mato-Grosso com ares de metrópole, pois, na época a cidade possuía tão somente um local para as suas manifestações artísticas que era o antigo "Amor a Arte". A edificação caracteriza-se pela extrema racionalidade e fundamentalmente pelos aspectos histórico, sócio-cultural e econômico do estado, com estilo de arquitetura típico do Estado Novo, construído em 1942 e tombado em 1984 através da Portaria de número 31/1984 e Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984.

Fachada do 1º Batalhão da Polícia Militar: localizado em Cuiabá, unidade histórica da corporação criada por ato deliberativo dos deputados provincianos, através do decreto-lei nº 30, de 05 setembro de 1835, criando o Corpo Policial denominado Homens do Mato. A história da Polícia Militar de Mato Grosso, confunde-se com a do 1º Batalhão, pois nasceu onde hoje se encontra instalado o 1º Batalhão, sendo esta, portanto, a unidade mais antiga da corporação. A Fachada do 1º BPM é composta de tijolos maciços assentados com agregados miúdos do tipo argiloso, revestimento com argamassa de cimento, portão de ferro, a cobertura de telhas de barro que conduz as águas pluviais para tubos de queda embutidos. Ainda em funcionamento, foi tombado em 2004, através da Portaria de número 32/2004, Publicação no Diário Oficial em 12/27/2004.

Fachada do Cemitério Nossa Senhora da Piedade: a edificação constitui uma parte da história do município por ainda preservar componentes de interesse para o patrimônio cultural. Tal patrimônio é representado pela sua Fachada Principal com duas colunas da cada lado do portão, de estilo eclético: o portão de ferro da época e o frontispício retratando traços neoclássicos. Tombado em 1998, através da Portaria de número 15/1998 e Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998.

Fachada Principal da Santa Casa de Misericórdia: a área pertenceu ao Senhor Manoel Fernandes Guimarães, falecido em 1755, a propriedade era uma chácara em Cuiabá, deixada como herança pelo falecido, para que nela se fundasse um hospital de caridade. O Hospital mantém anexa uma pequena capela decorada, com um altar-mor com a imagem da Padroeira da Justiça do Brasil, Nossa Senhora da Conceição. Tombado em 1998, de estilo eclético, através da Portaria de número 14/1998 e Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998.

Grande Hotel: ocupado atualmente pela Secretaria de Estado de Cultura, em Cuiabá, conhecido como Grande Hotel tem a denominação de Edifício Júlio Muller e é tombado pelo o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual pela Lei 3.774, que protege e gerencia

o patrimônio cultural de Mato Grosso. O edifício faz parte das quinze Obras Oficiais de Cuiabá, construídas no Governo do Presidente Getúlio Vargas (Estado Novo), que vieram dotar a cidade de infra-estrutura para sua consolidação como capital do Estado. As Obras Oficiais possuem características arquitetônicas que revelam o início do modernismo na arquitetura do Brasil. Projetado em estilo art-déco, com varandas em arcos, apresenta novas tecnologias em materiais de construção. São linhas despojadas e imponentes, onde novos elementos como o granilite, são introduzidos na construção civil em Cuiabá. O Grande Hotel é para a historiografia de Mato Grosso e do Brasil, uma referência material expressiva. As obras foram iniciadas em 1940 sendo o projeto elaborado pelo arquiteto Carlos Porto e executado pelo engenheiro Cássio Veiga de Sá, contendo 38 quartos sendo apenas quatro suítes. Adaptado posteriormente para sediar administração central do Banco do Estado de Mato Grosso S/A(BEMAT), criado em 1965 e desativada em 1995. Foi tombado pelo Estado através da Portaria de número 61/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/1/1984.

Igreja da Boa Morte: inicialmente a Igreja possuía uma única torre encimada com solução piramidal, um único telhado em duas águas e sua composição arquitetônica era gosto barroco sendo sua fachada com característica neoclássica. A Igreja da Boa Morte carrega na sua historia grandes tradições e manifestações de fé cristã, católica, como a festa de Nossa Senhora da Glória (agosto), e de Santo Antônio (junho), bem como a distribuição de alimentos aos pobres de Santo Antônio, toda primeira terça-feira do mês. Funciona normalmente e foi tombada pelo Estado em 1987, através da Portaria de número 75/1987 e Publicação no Diário Oficial em 11/4/1987.

Igreja de São Gonçalo: edificação da primeira Capela na Freguesia de D. Pedro II deveu-se aos esforços do Dr. José Carlos Pereira, terceiro Juiz do Foro de Minas de Cuiabá, depois ouvidor da Vila do Bom Jesus de Cuiabá, cargo este ocupado em substituição a Luiz de Azevedo Sampaio. Ao assumir o cargo de ouvidor-Geral, fez uma visita de inspeção à Freguesia, onde se constatou a situação da capela em estado de abandono. Iniciou a construção da Igreja em 1782 e, ali se celebrou a missa inaugural na manhã de 15/11/1782. Durante a Guerra do Paraguai para lá foram transferidas imagens dos fortes de Coimbra e Corumbá. Ao longo dos anos, o templo passou por diversas reformas até chegar a composição arquitetônica que começa a ser definida em 1894 com a chegada da Missão Salesiana em Mato Grosso, dando-lhe o estilo neoclássico. Em 1916 foi incorporado seu ultimo adereço a imagem do Cristo Redentor. Foi tombada pelo Estado em 1987, através da Portaria:74/1987 e Publicação no Diário Oficial: 11/4/1987.³⁸

³⁸ Fonte: Portal da Secretaria de Cultura do Mato Grosso (acesso: fevereiro, 2010)

- **Centro Histórico de Poxoréu:**

Poxoréu tem suas origens no garimpo. A fixação da população à cidade se dá a partir de 1920, quando os primeiros moradores ali residiram, demarcando ruas e estabelecendo laços entre seus moradores. A preservação do Centro Histórico acontece em um momento de salvaguarda da memória de Mato Grosso, como já aconteceu em outros municípios. As ruas foram tombadas no centro histórico de Poxoréu, mais especificamente as Ruas Bahia e Maranhão, que fazem limite com os rios Poxoréu e Bororo. A área mantém íntegro o traçado urbano de 1926, de ruas tortuosas e casario da primeira metade do séc. XX. As arquiteturas das décadas de 30, 40, 50 e 60 eram comuns nas cidades brasileiras, lembrando as casas do Pelourinho de Salvador - BA. Uma área de aproximadamente 47 mil metros quadrados foi tombada na cidade. As ruas Bahia e Maranhão, nas proximidades da margem direita dos rios Poxoréu e Bororo, e as ruas Pará, Goiás, Mato Grosso e Paraíba, no cruzamento, formam a região tombada e o entorno. A Secretaria Estadual de Cultura será responsável pela realização.

A antiga **Farmácia São Pedro** localizada na Rua Mato Grosso nº. 106 com a Rua Minas Gerais, ao norte da cidade de Poxoréu. A Farmácia São Pedro, guarda ainda em bom estado de conservação todo um acervo de utensílios de manipulação, sais, vidros, balcões, livros de anotações e controle entre outros objetos que pertenceram ao senhor Amarílio. No seu dia a dia, era o único que conhecia naquele local a ciência e manuseio dos produtos, fazendo parte da história de Poxoréu. Hoje é um Museu da Farmácia. São tombados pela Secretaria de Estado de Cultura (SEC), agora compõe a lista de patrimônios Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso. A secretaria determinou que seja feita a inscrição do "Centro Histórico de Poxoréu" e da 'Farmácia São Pedro' no Livro do Tombo Histórico, através, respectivamente da portaria nº 015/SEC/2007, com Data de publicação em 24/05/2007, Matéria nº : 76860, e Publicação no Diário Oficial nº : 24599; E tombamento através da Portaria nº. 013/2007 e Publicação no Diário Oficial em 16/05/2007, data: 06/07/2007.

(3) Goiás

- **Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro (Mineiros)**

Ela resistiu ao tempo e manteve as tradições dos quilombolas. Ali existe um laboratório de plantas medicinais do cerrado, conservando toda a sabedoria milenar da medicina alternativa. Também merece destaque a região dos Três Pilões, por sua água sulfurosa e barro medicinal (lama negra).

A Comunidade se situa em uma das áreas mais importantes de Cerrado, nas proximidades do Parque Nacional das Emas, considerado Patrimônio da Humanidade e área núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal. O Cerrado é uma das vegetações mais ricas e ameaçadas do planeta, com altos níveis de destruição de sua paisagem natural (mais de 80%). A utilização sustentável de seus recursos naturais é fundamental para a valorização e proteção dos remanescentes.

O **Buracão** também é um antigo quilombo, o qual preserva os traços culturais de populações negras. Vivem do artesanato e da agricultura de subsistência. É tombado pelo Patrimônio Histórico.

Casario Antigo (Mineiros): Construções tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal.

- **Corpo de Bombeiros Militar (Jataí):**

É uma construção do século passado, de pedra e estruturada em tijolos. É coberta de telha colonial sobre estrutura de madeira. Tombado em 15 de março de 1999, pela Lei Municipal 2007.

- **Biblioteca Pública Municipal Dante Mosconi (Jataí)**

Tombada pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994. Tem o caráter de órgão multidisciplinar, com objetivo educativo - cultural, sem fins lucrativos, que agrega a **Biblioteca Pública Municipal Dante Mosconi** e desenvolve uma programação toda voltada para pessoas que têm interesse pela leitura e cultura em seu sentido mais amplo e generalizado. Data de 15/08/68, a Lei Municipal, nº 721 que criou a **Biblioteca Pública Municipal**, passando posteriormente, a denominar-se, **Dante Mosconi** que conta hoje, com um acervo multidisciplinar, nas mais diversas áreas do conhecimento, aproximadamente, 30 mil itens. A biblioteca conta ainda, com um acervo de, aproximadamente, 2.300 livros de literatura infantil, incluindo a Gibiteca com mais de 1.400 títulos entre quadrinhos e

periódicos, utilizada por crianças e adultos, sendo que as crianças têm à sua disposição uma sala infantil. Foi tombada pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994.

- **Museu de Arte Contemporânea (Jataí)**

Tombado pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, a partir do Decreto-Lei nº 530, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994. O museu funciona em casarão estilo colonial, construído em 1893. O espaço foi inaugurado em 1995 e hoje possui um acervo de mais de 200 peças. O Museu de Arte Contemporânea de Jataí foi inaugurado em 09 de maio de 1995. Situado em um casarão colonial construído em 1893 pela família Alfaix. É uma instituição vinculada a Superintendência de Cultura do Município de Jataí, que atende a comunidade, instituições de ensino e grupos organizados. Tem por objetivo valorizar e divulgar a produção artística, através de salões, cursos, exposições, oficinas, palestras e ações pedagógicas. Foi tombado pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, a partir do Decreto-Lei nº 530, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994.

- **Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos (Jataí)**

O Museu Histórico de Jataí foi criado através da Lei nº 1.542, de 10 de março de 1993, e instalado no sobrado Francisco Honório de Campos, uma residência histórica do século XIX. Aberta oficialmente ao público em 14 de maio de 1994, a instituição passou a ser chamada Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos. Além de atender a comunidade em geral e de fornecer um espaço alternativo integrado às escolas, por meio de diversificada programação de oficinas e cursos, as atividades do Museu visam preservar o monumento como patrimônio histórico, resguardar a cultura da região. Foi tombado pela prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994.

(4) **Minas Gerais**

- **Capela de Nossa Senhora das Vitórias da Batalha de Lepanto (Santa Vitória)**

Conta-se que um dos primeiros moradores da região onde hoje está o município foi Manoel Joaquim Alves, natural de São Tomé das Letras, que ali se estabeleceu, tornando-se grande proprietário de terras nas proximidades do ribeirão São Jerônimo Grande. Foi ele quem doou o terreno para a construção da primeira capela, consagrada a **Nossa Senhora das Vitórias da Batalha de Lepanto** (a batalha decisiva entre cristãos e muçulmanos). Nos arredores da capela, nasceu o povoado

que deu origem ao município de Santa Vitória, criado em 1948, com território desmembrado de Ituiutaba. A Capela Nossa Senhora das Vitórias revela a história do município, sendo um dos bens tombados de maior expressão de Santa Vitória³⁹.



Foto 3.6.5.12-73 - Igreja Nossa Senhora das Vitórias⁴⁰

(5) São Paulo

Município de Ouroeste

- **Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste – Museu Água Vermelha**

O município ainda conta com um **Museu Arqueológico**, de patrimônio nacional, que conta a história dos primeiros moradores da região, habitantes da área onde hoje se encontra Água Vermelha. Fósseis foram reunidos, fotografias tiradas e estudos realizados, sendo tudo registrado na sede do museu.

Após uma inundação, pescadores encontram grande quantidade de ossos humanos, às margens do Rio Grande, a um quilometro da Barragem da Usina Água Vermelha, em Ouroeste, divisa de Minas com São Paulo. A partir da identificação efetuada, a 9ª SR/IPHAN, recolheu o material que havia coletado, disponibilizou-o para os

³⁹ Fonte: Portal da Prefeitura de Santa Vitória (acesso: fevereiro, 2010)

⁴⁰ Fonte: Portal da Prefeitura de Santa Vitória (acesso: fevereiro, 2010)

pesquisadores que seriam contratados e efetuou gestões com os envolvidos. O processo culminou com a ação do Ministério Público da União, que garantiu o estabelecimento de acordo entre as partes por meio da elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta. A construção do museu é fruto destes entendimentos e viabilizou a manutenção do acervo próximo ao local de origem, a devolução do conhecimento produzido, assim como estimulou o desenvolvimento regional e sua inclusão nas políticas culturais do país.

A prefeitura elaborou sua política municipal de preservação, cedeu o terreno para a construção e criou o Museu Municipal de Arqueologia (lei 224/2001)⁴¹. A prefeitura editou a lei de proteção dos bens culturais, instituiu o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, declarou o **tombamento municipal** e a proibição de destruição destes bens, assim como a isenção de imposto predial e territorial urbano como incentivo à preservação. O Centro Cultural e Arqueológico de Ouroeste foi criado em 11 de julho de 2001 pela Lei Municipal nº 224/2001, localizando-se em uma área de 500 metros quadrados. O prédio compreende uma área de 282,52 m², contendo um auditório para 45 pessoas (com 41m²), área administrativa junto com a reserva técnica (com 81,18 m²), reserva técnica (com 19,75 m²) e área de acesso coberta de 50,3 m².

O acervo do Centro Cultural é composto por documentos e materiais arqueológicos pertencente ao município. Suas coleções são do período pré-coloniais líticos, cerâmicos e cemitérios, totalizando aproximadamente 12.500 peças (acondicionadas na reserva técnica), 500 estão na exposição em uma área de 90,27 m², que permite ao visitante conhecer um pouco da pré-história dos antigos habitantes das margens do Rio Grande e região.

A Exposição é composta por um painel introdutório que localiza o visitante nas questões trabalhadas durante o percurso expositivo, através de painéis e elementos cenográficos das duas escavações realizadas em 1997/98 e 2001. O acervo foi analisado por arqueólogos, biólogos e bioantropólogos da USP e é cuidado em laboratório, realizando lavagem, secagem e classificação (lítico, cerâmico, fauna ou ossos humanos), posteriormente são registrados em fichas específicas e colocados em painel que retrata a riqueza arqueológica da região de Ouroeste.

Os objetos e ossadas humanas expostos no Museu de Arqueologia Água Vermelha em Ouroeste retratam ocupações de quatro civilizações que viveram na região em diferentes épocas. Depois de muita pesquisa e cruzamento de dados, os arqueólogos da USP chegaram à conclusão de que os primeiros habitantes, chamados de

⁴¹ Fonte: <http://ondequando.com/local/3927/Museu-Cultural-e-Arqueol%C3%B3gico-de-Ouroeste-%E2%80%93-Museu-%C3%81qua-Vermelha/> (acesso: fevereiro 2010)

“Povoadores”, formaram seus assentamentos há 9 mil anos e sobreviviam essencialmente da caça e da pesca. Usavam arcos, flechas, armadilhas e pedras para caçar e processar seus alimentos. Em seguida, em torno de 5 a 3 mil anos, foi a vez dos “Caçadores-especializados” habitarem a área. Eles praticamente reproduziam os costumes de seus antepassados.

Um terceiro grupo, chamado de “Grandes Aldeias Circulares”, ocupou o local há cerca de 1,5 mil anos. Sua organização econômica era baseada na agricultura e no domínio de técnicas para a fabricação de cerâmica. Os dados apontam que eles foram os primeiros a cultivar mandioca, milho e algodão.

Município de Araraquara

- **Casa da Cultura “Luiz Antônio Martinez Corrêa”:**

Localizado na Praça Santos Dumont (rua São Bento), o prédio foi construído em 1914 pelo Arquiteto e Engenheiro Alexandre de Albuquerque Machado. Na mesma praça está o Prédio da Câmara Municipal (onde anteriormente funcionou a Prefeitura Municipal) e cuja arquitetura original foi alterada; estes dois locais formavam um conjunto arquitetônico desde os anos 20, do século passado, sendo tombados pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, desde 1998.

- **Casa Térrea:**

A região em que se localiza o município de Araraquara, cujo desenvolvimento e urbanização foram impulsionados pela cultura do café, guarda ainda remanescentes dos seus antigos núcleos urbanos, reflexos da riqueza daquele período. O comendador José Pinto Ferraz, por volta de 1880, construiu a sua residência, projetada por Belarmino Grossi, em alvenaria de tijolos e cobertura em telhas de barro, arrematada por platibanda. Na elevação principal sobressaem os elementos característicos do estilo neoclássico: janelas em verga curva dispostas simetricamente em relação ao eixo vertical, definido pela única porta, em arco pleno, e, ainda, o tratamento dado aos cunhais, com a presença de capitéis jônicos. Em 1930, foi adquirida pela Sociedade Brasileira de Educação e Instrução, mantenedora do Colégio Progresso de Araraquara. Foi tombada em 1987 pelo CONDEPHAAT, através do Processo 22166/82. Constitui tombamento de residência em 8 de 21/1/87, com Publicação em Diário Oficial em 24/1/87, no Livro do Tombo Histórico com Inscrição nº 265, p. 69, 23/1/1987.

- **Conjunto de Imóveis e Logradouros:**

A Capela de São Bento foi construída em 1805 e ao seu redor floresceu o povoado de São Bento de Araraquara. Em 1817, tornou-se distrito e, em 1889, foi elevada à categoria de cidade. O desenvolvimento de Araraquara aconteceu somente no final do século XIX com a chegada da ferrovia e a introdução de imigrantes na lavoura de café.

Nas primeiras décadas do século 20, a prefeitura remodelou e construiu logradouros e edifícios públicos que formam um conjunto expressivo no âmbito da arquitetura eclética paulista.

A Praça da Matriz, a Esplanada das Rosas, o Clube Araraquarense e o Hotel Municipal foram projetados pelo engenheiro-arquiteto Alexandre Ribeiro Marcondes Machado. Os demais bens integrantes do conjunto são a Casa da Cultura, inicialmente utilizada como estabelecimento de ensino, o edifício da Câmara Municipal e as praças Santos Dumont e da Independência, antigo Jardim Público.

Antiga sede social do Clube Araraquarense e hoje, juntamente com o prédio do Hotel Municipal, faz parte do conjunto arquitetônico tombado pelo CONDEPHAAT, desde abril de 1998 (Resolução nº 42, de 02 de abril de 1998). O Clube recebeu a visita de Dom Pedro II que registrou a sua presença do livro do clube, em novembro de 1886. Um outro acontecimento histórico e que marcou a vida cultural da cidade, foi a visita do filósofo Jean Paul Sartre em Araraquara, acompanhado de Simone de Beauvoir, em 1960. Acompanhado de Simone, Sartre participou de um debate no antigo Teatro Municipal, discutindo questões políticas com trabalhadores, tomou café no bar São Jorge, na Av. Duque de Caxias e proferiu a célebre “Conferência de Araraquara”, no antigo prédio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, local onde hoje está a Casa da Cultura de Araraquara. Foi tombado através do Processo de número 28687/91 Tomb.: Res. SC 42 de 2/4/98, Publicado em Diário Oficial em 21/4/98, no Livro do Tombo Histórico, com Inscrição nº 324, pp. 81 e 82, 5/4/1999. Além dos bens citados acima, no município de Araraquara, são protegidos os seguintes bens, áreas e edifícios:

Quadro 3.6.5.12-5 - Bens protegidos no Município de Araraquara

Bens Protegidos	Localização
Prédio Casa do Artista – Colégio Progresso	Rua Padre Duarte, 1425
Edifício Palacete São Bento	Praça Santos Dumont
Casa da Cultura Luis Antonio Martinez Correa	
Estadual Carlos Baptista Magalhães	Rua Gonçalves Dias nº 291
Escola Estadual Antonio Joaquim de Carvalho	Praça Pedro de Toledo, s/nº
Estação Ferroviária de Araraquara	Rua Antonio Prado s/n
Estação Ferroviária de Bueno de Andrada	Distrito de Bueno de Andrada
Torre da antiga Fábrica de Meias Lupo	Rua Gonçalves Dias
Igreja Matriz de São Bento	Praça da Matriz, Centro
Hospital Beneficência Portuguesa	Avenida José Bonifácio 569
Casa de Saúde Santa Isabel	Rua Voluntários da Pátria s/n
Santa Casa de Misericórdia	Avenida José Bonifácio 764
Antigo Edifício da Maternidade Gota de Leite de Araraquara	localizado na Rua Carlos Gomes 1610
Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria	Praça Pedro de Toledo, Centro, s/n
Edifício da Estação de Tratamento de Água de Araraquara e a Praça da Fonte Luminosa	Av. Bento de Abreu s/n
Complexo Ferroviário de Ouro	Estação Ferroviária, a Vila e a Sub-Estação Elétrica
Edifício do Solar de Antonio Lourenço Correa	Avenida São Paulo nº 660.
Chácara Sapucaia	Centro Cultural Prof. Waldemar Safiotti, da Unesp de Araraquara, localizada na Rua dos Libaneses nº 1111.
Capela do Cemitério São Bento.	
Edifício - antigo Conservatório Musical do maestro José Tescari	Rua Voluntários da Pátria nº 1435

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de São Paulo (Processo de número 28687/91 Tomb.: Res. SC 42 de 2/4/98, Publicado em Diário Oficial em 21/4/98, no Livro do Tombo Histórico, com Inscrição nº 324, pp. 81 e 82, 5/4/1999.)

O Quadro a seguir apresenta um resumo dos principais bens tombados identificados ao longo da All do LT 600 kV CC Coletora Porto velho – Araraquara 2, N°01

Quadro 3.6.5.12-6 - Bens Materiais Tombados na All do empreendimento.

UF	Município	Bem Tombado	Tombamento
Rondônia	Porto Velho	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	tombada pelo IPHAN, embora continue sem operação de trens regulares. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Rondônia	Porto Velho	Prédio Sede da E.F.M.M	tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Rondônia	Porto Velho	Museu Geológico	tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Rondônia	Porto Velho	Três Marias	tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Rondônia	Porto Velho	Capela de Santo Antônio	tombado em 10 de novembro de 2005. O Número do Processo de tombamento é 1220-T-86
Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade	Ruínas de Vila Bela da Santíssima Trindade	tombada pelo IPHAN, inscrita no Livro Histórico, em 1988, de Inscrição 526 e data 13-6-1988. O Número do Processo de tombamento é 0877-T-73
Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade	Arraial São Francisco Xavier	Foi tombado pelo Estado, inscrito Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, cujo Diploma Legal é a Portaria nº. 030/07 e Publicado no Diário Oficial em 18/07/2007.
Mato Grosso	Santo Antônio do Leverger	Cadeia Pública de Santo Antônio do Leverger	tombada pelo Estado através da Portaria nº 13/00 e publicado em Diário Oficial em 21/07/2000
Mato Grosso	Barra do Bugres	Paróquia de Santa Cruz de Barra do Bugres	tombada pelo Estado no Livro do Tombo Histórico, Diário Oficial nº 24949, data de publicação de 29/10/2008, Matéria nº 174451, Portaria nº 035/SEC/2008
Mato Grosso	Barra do Bugres	Casas históricas da Aldeia Umulina	tombadas no Livro de Tombo Histórico, com data de publicação de 29/10/2008, Matéria nº 174452, Diário Oficial nº 24949, Portaria nº 036/SEC/2008
Mato Grosso	Acorizal	Centro Histórico de Acorizal	tombado pelo Estado em 2006 através da Portaria: 047/2006 e Publicação no Diário Oficial em 9/25/2006
Mato Grosso	Cuiabá	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	Foi inscrita nos seguintes livros de Tombo : Livro Histórico, Inscrição: 534; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição:107; Livro de Belas Artes, Inscrição: 601. Data de tombamento: 24/3/1993 e N° Processo: 1180-T-85
Mato Grosso	Cuiabá	Casa de Nhô Nhô Manduca (ou Casa de Bem Bem)	tombada como patrimônio histórico pelo Estado no ano de 1998, através da Portaria Estadual nº 10/98 e a Publicação no Diário Oficial em 08/06/98. A Portaria Federal é nº 10/92, com Publicação no Diário Oficial da União em 06/11/92.
Mato Grosso	Cuiabá	Antiga Residência Oficial dos Governadores de Mato Grosso	tombada em 1941, através da Portaria nº 53/83 e Publicação no Diário Oficial em 09/01/1941
Mato Grosso	Cuiabá	Museu Histórico de Mato Grosso	tombado pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso em 1983
Mato Grosso	Cuiabá	Residência dos Frades Franciscanos	tombada pela Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso em 1987, através da Portaria nº 77/87, com Publicação no Diário Oficial em 04/11/1987. Encontra-se atualmente reformado e recuperado. Localiza-se na Rua Cândido Mariano no Centro de Cuiabá
Mato Grosso	Cuiabá	Casa do Artesão	tombado pela Fundação Cultural de Mato Grosso, passando a fazer parte do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Está localizada na Rua Treze de Junho esquina c/ a rua Senador Metello-Cuiabá, nº 315, Porto, em Cuiabá-MT. Foi tombado através da Portaria é nº 57/83, com Publicação no Diário Oficial em 09/01/84
Mato Grosso	Cuiabá	Palácio da Instrução	tombado para integrar o Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, através da portaria nº 03/1983 da Fundação Cultural de Mato Grosso e Publicação no Diário Oficial em 02/05/1983

UF	Município	Bem Tombado	Tombamento
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja Nossa Senhora da Guia	Foi inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, através da Portaria nº 012/2003 e com Publicação no Diário Oficial em 09/09/2003
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho	tombamento pelo Estado em 1977. Foi inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes, através da Portaria nº 47/77 e Publicação no Diário Oficial em 13/10/1977
Mato Grosso	Cuiabá	Casa Barão de Melgaço	tombado pelo Estado em 8 de junho de 1998, através da Portaria Nº 13/98 e Publicação no Diário Oficial em 08/06/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Ponte de Ferro do Coxipó	tombada pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Mato Grosso no ano de 1984, através da Portaria nº 26/84 e com Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	tombada pela primeira vez em 4 de dezembro de 1975 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), após o processo de tombamento nº 553-T-57A. A igreja encontra-se registrada no Livro do Tombo das Belas Artes, sob inscrição número 523, e no Livro do Tombo Histórico, sob inscrição número 457. O tombamento inclui todo o recheio da igreja, como retábulos, alfaiais, imaginárias, o mobiliário antigo ainda restante e todo seu acervo. Em 15 de outubro de 1987, a Fundação Cultural de Mato Grosso tombou a igreja do Rosário através da portaria nº 76/87 referente ao Processo de Tombamento de Bens nº 03/87. Nesse tombamento, foram incluídos os imóveis vizinhos como área de entorno. Por fim, a igreja e seu entorno foram incluídos no tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, tombado em 24 de março de 1993, após o processo nº 1180-T-85
Mato Grosso	Cuiabá	Estádio Presidente Dutra	Tombado como Patrimônio Histórico de Cuiabá-MT, pela Lei Municipal 2.761 de 25/05/1990
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja Nosso Senhor dos Passos	foi tombado pelo IPHAN em 1987
Mato Grosso	Cuiabá	Arquivo Público do Estado	O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado pelo IPHAN em 1987
Mato Grosso	Cuiabá	Seminário da Conceição	O patrimônio do centro histórico de Cuiabá foi tombado em 1987
Mato Grosso	Cuiabá	Imprensa Oficial de Mato Grosso	tombada, através da Portaria de dezembro de 1998, com Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Liceu Cuiabano	tombado pelo Estado através da Portaria de número 59/1983 e com Publicação no Diário Oficial: 1/9/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Mercado do Peixe	tombado através da Portaria de número 26/1983, com Publicação no Diário Oficial: 6/13/1983
Mato Grosso	Cuiabá	Palácio da Justiça	tombado pelo Estado através da Portaria de maio de 2000, com Publicação no Diário Oficial em 4/28/2000
Mato Grosso	Cuiabá	Palácio Episcopal	tombado em 1998, através da Portaria 08/98, com Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Antiga Casa da Rua Joaquim Murinho	tombado pelo Estado através da Portaria nº 045/06, com Publicação em Diário Oficial em 19/09/2006
Mato Grosso	Cuiabá	Arsenal de Guerra	tombado em 1984, através da Portaria de número 61/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/1/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Assembléia Provincial de Mato Grosso	tombado em 1984, através da Portaria de número 38/1984, Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Cadeia Pública	tombada no ano de 1984 através da Portaria de número 55/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/9/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Casa Cuiabana	tombada em 1983, através da Portaria de número 27/1983 e Publicação no Diário Oficial: 6/13/1983
Mato Grosso	Cuiabá	Casa Dom Aquino	. Tombada em 1997, através da Portaria de número 08/97 e Publicação no Diário Oficial em 7/24/1997
Mato	Cuiabá	Chafariz do Mundéu	tombamento realizado em 1980, através da Portaria de número 032/1979

UF	Município	Bem Tombado	Tombamento
Grosso			e Publicação no Diário Oficial em 1/8/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Cine Teatro de Cuiabá	tombado em 1984 através da Portaria de número 31/1984 e Publicação no Diário Oficial em 9/10/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Fachada do 1º Batalhão da Polícia Militar	tombado em 2004, através da Portaria de número 32/2004, Publicação no Diário Oficial em 12/27/2004
Mato Grosso	Cuiabá	Fachada do Cemitério Nossa Senhora da Piedade	Tombado em 1998, através da Portaria de número 15/1998 e Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Fachada Principal da Santa Casa de Misericórdia	Tombado em 1998, de estilo eclético, através da Portaria de número 14/1998 e Publicação no Diário Oficial em 6/8/1998
Mato Grosso	Cuiabá	Grande Hotel	tombado pelo Estado através da Portaria de número 61/1983 e Publicação no Diário Oficial em 1/1/1984
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja da Boa Morte	tombada pelo Estado em 1987, através da Portaria de número 75/1987 e Publicação no Diário Oficial em 11/4/1987
Mato Grosso	Cuiabá	Igreja de São Gonçalo	tombada pelo Estado em 1987, através da Portaria:74/1987 e Publicação no Diário Oficial: 11/4/1987
Mato Grosso	Poxoréu	Centro Histórico de Poxoréu e Farmácia São Pedro	inscrição do "Centro Histórico de Poxoréu" e da 'Farmácia São Pedro' no Livro do Tombo Histórico, através, respectivamente da portaria nº 015/SEC/2007, com Data de publicação em 24/05/2007, Matéria nº : 76860, e Publicação no Diário Oficial nº : 24599; E tombamento através da Portaria nº. 013/2007 e Publicação no Diário Oficial em 16/05/2007, data: 06/07/2007
Goiás	Mineiros	Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro	É tombado pelo Patrimônio Histórico.
Goiás	Mineiros	Casario Antigo	É tombado pelo Patrimônio Histórico.
Goiás	Jataí	Corpo de Bombeiros Militar	tombada pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994
Goiás	Jataí	Biblioteca Pública Municipal Dante Mosconi	tombada pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994
Goiás	Jataí	Museu de Arte Contemporânea	tombado pela Prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, a partir do Decreto-Lei nº 530, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994
Goiás	Jataí	Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos	tombado pela prefeitura de Jataí em 24 de novembro de 1998, com a Lei nº 1706, de 1º de março de 1994
Minas Gerais	Santa Vitória	Capela de Nossa Senhora das Vitórias da Batalha de Lepanto	Tombamento municipal
São Paulo	Ouroeste	Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste	tombamento municipal
São Paulo	Araraquara	Casa da Cultura "Luiz Antônio Martinez Corrêa"	tombados pelo CONDEPHAAT desde 1998
São Paulo	Araraquara	Casa Térrea	tombada em 1987 pelo CONDEPHAAT, através do Processo 22166/82. Constitui tombamento de residência em 8 de 21/1/87, com Publicação em Diário Oficial em 24/1/87, no Livro do Tombo Histórico com Inscrição nº 265, p. 69, 23/1/1987
São Paulo	Araraquara	Conjunto de Imóveis e Logradouros	tombado através do Processo de número 28687/91 Tomb.: Res. SC 42 de 2/4/98, Publicado em Diário Oficial em 21/4/98, no Livro do Tombo Histórico, com Inscrição nº 324, pp. 81 e 82, 5/4/1999

- **Patrimônio Imaterial**

Segundo a Unesco, Patrimônio Cultural Imaterial compreende “*as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural*”⁴².

Transmitido de geração em geração, esse patrimônio é mantido e permanentemente recriado pelas comunidades e grupos em função de sua interação com o meio em que vivem e com a sociedade mais ampla.

O Decreto nº 3.551/2000 institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Bens são agrupados por categoria e registrados em livros:

- Registro dos Saberes: para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- Registro de Celebrações: para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social;
- Registros das Formas de Expressão: para as manifestações artísticas em geral;
- Registro dos Lugares: para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

- **Bens Imateriais Registrados**

O processo de registro de bens imateriais ainda é uma política pública recente e em implantação, desta forma, possui poucos bens registrados atualmente. Apesar da enorme diversidade cultural nos estados de Rondônia, Minas Gerais, Goiás e São Paulo, não foi encontrado nenhum registro de patrimônio imaterial na região selecionada para o empreendimento. Tendo sido encontrado apenas a viola de Cocho, no estado do **Mato Grosso**, conforme descrição a seguir.

- **Viola de Cocho:**

A Viola-de-Cocho⁴³ é um instrumento musical encontrado nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no centro-oeste brasileiro. Na Área de Influência do

⁴² http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=49

empreendimento, destacam-se os municípios de Jangada, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Cuiabá⁴⁴.

Recebe este nome por ser confeccionada em tronco de madeira inteiriço, esculpido no formato de uma viola e escavado na parte que corresponde à caixa de ressonância.

Viola-de-Cocho é instrumento musical produzido artesanalmente com forma e sonoridade especial. Destaca-se em manifestações tradicionais ligadas à religiosidade e à brincadeira: o cururu e o siriri.

O cururu expressão musical, que acontece em uma roda de cururueiros, quase sempre homens, eventualmente pode também marcar ritmo sapateando. O som do cururu é garantido em geral por duas violas-de-cocho acompanhado por um ganzá – espécie de reco-reco de taquara ou bambu talhado e percutindo com um pedaço de osso de costela bovina ou um pedaço de pau.

No siriri, a viola-de-cocho é acompanhada por reco-reco e por mocho ou tamborim. Tanto do siriri quanto do cururu as letras das músicas retratam a vida cotidiana, as relações sociais, os amores e dissabores, a fé e a religiosidade popular e a relação com o cosmo e a natureza.



Foto 3.6.5.12-74 - Viola de cocho. Fonte: IPHAN

É usada também em manifestações populares da região, como a dança de São Gonçalo, folião, ladainha, rasqueado limpa banco (ou rasqueado cuiabano), e em festas religiosas tradicionais realizadas por devotos associados em irmandades.

As celebrações sagradas mais marcantes e concorridas são as festas de São Benedito,

⁴³ Fonte: IPHAN

⁴⁴ Entre outros municípios que produzem a viola-de-cocho na região, esses locais foram destacados pelo Registro.

São Sebastião, São Gonçalo, e aquelas ligadas ao ciclo junino: São Pedro, Santo Antônio e São João. Nelas, há sempre uma roda de cururu que, composta de um grupo de homens, dança em círculo e toca violas-de-cocho e ganzás, cantando suas louvações ao santo homenageado, cuja imagem fica exposta em um altar.

Cada “moda” que o cantador canta é para um santo. As violas podem ser decoradas com temas do pantanal, desenhadas a fogo e pintadas com tinta colorida, ou bem brancas, na madeira crua, com ou sem verniz. As fitas coloridas amarradas no cabo indicam o número de rodas de cururu em que a viola foi tocada em devoção a algum santo, tendo cada qual sua cor particular.

A viola-de-cocho é produzida artesanalmente, com equipamentos de carpintaria. As matérias-primas usadas são extraídas da natureza, da fauna e da flora dos meios ambientes cerrado e pantanal. O corpo da viola é feito das madeiras, preferidas, ximbuva e o sarã-de-leite. As cordas são feitas de tripas de ouriço-cacheiro (porco-espinho), ou de bugio (macaco de grande porte), ou de irara, ou de macaco-prego.

Esse instrumento é feito da mesma maneira como se faz um cocho, objeto lavrado em um tronco maciço de árvore usado para colocar alimentos para animais na zona rural. Nesse "cocho" é afixado um tampo e as partes que caracterizam o instrumento, como o cavalete, o espelho, o rastilho e as cravelhas.

Principal instrumento do cururu e outros folguedos da região pantaneira, o seu modo de fazer foi registrado pelo IPHAN no Livro dos Saberes em 14/01/2005 pelo Governo Federal como Patrimônio Histórico Imaterial. Em Mato Grosso o incentivo a produção e ensino do instrumento vem se dando através do incentivo a curso para jovens e pela Orquestra de Mato Grosso, criada em 2005, e, a única do mundo a utilizar o instrumento entre os principais naipes.

- **Manifestações Culturais**

O Brasil conta com uma imensa e variada gama de manifestações de cultura popular. Do ponto de vista operacional, trata-se de um universo bastante amplo e diversificado. Nesse sentido, podemos considerar que a cultura popular se constitui das maneiras de ser, agir, pensar e se expressar dos diferentes segmentos da sociedade, observadas tanto em áreas rurais quanto urbanas⁴⁵.

(1) Rondônia

⁴⁵ <http://www.cultura.gov.br/site/pnc/diagnosticos-e-desafios/manifestacoes-culturais/>

Para além dos bens materiais e imateriais tombados representativos de sua história de formação, a mesorregião do Madeira-Guaporé possui uma grande variedade de manifestações culturais, muitas delas relacionadas ao catolicismo popular e às diferentes misturas étnicas que compõe a região.

Botos que dançam nas festas e “emprenham” donzelas, iaras que seduzem os homens e os levam para seus reinos encantados, cobras-grandes, curupiras, caaporas, matintapereira, cabeças voadoras de pessoas transformadas em duendes que vagam à noite são algumas das lendas do folclore rondoniense, de influência indígena e amazonense.

- **Arraial Flor de Maracujá**

Uma das grandes festas folclóricas é o Arraial Flor de Maracujá em Porto Velho. É nesta festa que o Boi Bumbá se manifesta. Herdado do Nordeste, o bumba-meu-boi é uma manifestação folclórica que resume elementos culturais portugueses, africanos e indígenas. A festa do bumba-meu-boi acontece em Porto Velho, o qual transforma-se num verdadeiro “arraial”, com milhares de bandeirinhas coloridas enfeitando as barracas das praças e ruas, onde é servida grande variedade de pratos típicos. A quadrilha é comandada pelo “marcante”, uma pessoa que conduz o desenvolvimento e a mudança dos movimentos de dança, executada pelos participantes vestidos de “caipira”. É uma manifestação popular das mais interessantes da região e ocorre simultaneamente à época das festas juninas.



Foto 3.6.5.12-75 - Arraial Flor de Maracujá⁴⁶

⁴⁶ Fotos: Portal do Governo do Estado de Rondônia - <http://www.rondonia.ro.gov.br> (aceso: fevereiro, 2010)

- **Arraial Flor do Candeias**

Já em Candeias do Jamari há o Arraial Flor do Candeias. Estima-se que cerca de oito mil pessoas compareceram ao 13º Arraial Flor do Candeias, no ano de 2009. É considerado a 2ª maior festa Junina do Estado de Rondônia, tornando-se uma tradição no município de Candeias do Jamari, que reúne os moradores da localidade e os visitantes dos municípios vizinho, os quais buscam conhecer novas culturas folclóricas e tradições. O Arraial Flor do Candeias é uma realização da prefeitura do município de Candeias. Além apresentações das quadrilhas, como por exemplo da Mirim Rosas de Ouro ou da quadrilha Arrasta-Pé de Candeias, o Arraial oferece também comidas típicas, promove a escolha da Rainha, premiação da barraca mais enfeitada e parque de diversões. Há também apresentações de bumba-meu-boi, como por exemplo o Flor do Maracujá e Diamante Negro, além de shows com bandas locais.

- **Jerusalém da Amazônia**

Outra festa de grande importância para o Estado de Rondônia, especialmente para a mesorregião do Madeira-Guaporé, é a celebração de Jerusalém da Amazônia, a segunda maior cidade cenográfica do mundo onde se encena a Paixão de Cristo durante a Semana Santa, perdendo somente para Recife. Local de construção rústica com amplo espaço, Jerusalém fica a 21 km do centro de Porto Velho. Para não coincidir com o calendário de outras festas do Estado, a encenação normalmente é realizada na segunda quinzena de maio, na BR 364 - km 15, sentido Cuiabá.



Foto 3.6.5.12-76 - Jerusalém da Amazônia - Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

- **Festa do Divino**

Além das manifestações culturais já listadas ao longo da descrição dos municípios, podemos destacar algumas delas que são comuns a Mesorregião do Madeira-Guaporé, configurando-se características fundamentais da cultura rondoniense. Dentre elas, podemos citar como uma manifestação cultural predominante no Estado, presente em quase todos os municípios a **Festa do Divino Espírito Santo**.

Tradição de origem portuguesa, a Festa do Divino Espírito Santo é uma das mais cultuadas em Rondônia. Trata-se de um verdadeiro ato de fé e religiosidade entre cristãos e visitantes dos mais diversos lugares do Brasil. A festa consegue reunir centenas de fiéis nos meses de abril, maio e junho. Segundo moradores, o Divino é festejado desde 1899, mas a origem está em Portugal, sendo oficializada pela rainha Dona Isabel, em peregrinações feitas por cristãos que carregavam uma bandeira com o símbolo do Divino, a pomba.

Adaptada aqui no Brasil, a festa tem como principal meta de peregrinação a coleta de donativos em benefício da comunidade, mas tem também a música e apresentações. Segundo Cascudo⁴⁷ :

A folia constituía-se de músicos e cantores, com a Bandeira do Divino ilustrada pela pomba simbólica, recepcionada devocionalmente por toda a parte. Essas folias percorriam grandes regiões, gastando semanas ou meses inteiros. [...] A festa é precedida por uma novena e ladainha, com a procissão das bandeiras e a quermesse na praça, assistida por uma multidão de devotos. No domingo chegam à cidade grupos de Moçambique, congadas e companhias, vindos dos municípios vizinhos, e a festa prossegue com queima de fogos à noite, encerrando a comemoração. (2001: 198-199)

A festa do Divino Espírito Santo realiza-se no Domingo de Pentecostes, festa móvel católica, que acontece sempre cinqüenta dias depois da Páscoa, em comemoração à vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo. Ela se realiza em inúmeras localidades do país.

Como acontece nas grandes festas, apesar de o momento central acontecer num único dia, no caso o Domingo de Pentecostes (chamado por todos de “Domingo do Divino”), os preparativos são feitos antes.

No período que antecede a festa, os momentos centrais são o do sorteios dos “encargos do Divino” e a **“Coroação do Imperador”**.

⁴⁷ CASCUDO, Luis da Câmara. *O Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

Aqueles que se comprometem com os festejos do Divino redefinem-se, uns para com os outros, ao se integrarem a um sistema de posições e relações que apesar de algumas vezes derivarem de relações que acontecem em outras áreas da sociedade local, somente possuem valor dentro da situação da festa e de seus vários rituais.

Como um ritual religioso e que é, ao mesmo tempo, visto como folclórico, passível de ser entendido como demonstração da identidade local, a Festa do Divino é um acontecimento que deve ter as características do culto ao Espírito Santo e ser organizado de forma a constituir um acontecimento da cidade.

Assim, sua organização deve ter sempre em vista a possibilidade de ampliação de cultos e rituais de esfera individual ou restrito a pequenos grupos, até as dimensões da cidade ou mais amplas, já que as festas se expandem ao ponto de alcançar as áreas rurais ao redor de outras cidades e de absorver pessoas de toda a região, e mesmo de fora dela.

O principal responsável pela preparação e realização da festa é o imperador do Divino, devendo ser, ao mesmo tempo, seu maior investidor e aquele através de quem a cidade presta suas homenagens ao Espírito Santo, o Divino.

Como uma espécie de representante temporário do Divino Espírito Santo, o imperador se torna objeto de todas as homenagens e deferências durante a comemoração. Por esta razão, o momento principal em toda a sucessão de momentos do festejo, que dura dias, é o da “Coroação do imperador”.

É o momento em que simbolicamente o Espírito Santo vem à terra, sobre o imperador do Divino ou personificado nele, como na época dos apóstolos, e em que a festa promove, num único ritual, seus dois principais atores e personagens: o imperador e o padre. E é também o momento em que a sociedade local estabelece os termos rituais da continuidade da festa do Divino, de modo solene, ao estabelecer a passagem de um “ano imperial” para outro.

É também uma característica fundamental do Estado a sua **culinária** e reflete o seu processo multicultural de colonização. Seus pratos típicos, como por exemplo a Caldeirada de Dourado, sofrem a influência de paranaenses, riograndenses, amazonenses, cearenses, nortistas, nordestinos e bolivianos. Mas a influência predominante é a do índio, percebida na enorme variedade de pratos à base de peixes. São mais de 20 espécies nos rios de Rondônia e seu preparo, apesar de simples, envolve verdadeiro ritual, desde a compra do peixe até a escolha dos complementos, que geralmente são liderados pelo sabor exótico do tucupi. Dentre a grande variedade

de peixes rondonienses, pode-se destacar o Pirarucu, o bacalhau da Amazônia, por ter o sabor semelhante ao do bacalhau.

No café da manhã, também é característico o consumo de mingaus, tapioca, pamonha, bolo de macaxeira e frutas como tucumã, jambo, pupunha cozida ou cremes de cupuaçu, cajá e manga. O Tacacá, uma comida típica cuja base é o tucupi, é servido em cuias e preparada com camarão, goma de mandioca e folhas de jambú (erva que causa um leve adormecimento dos lábios).

Os pratos como o tucunaré frito, a costela de tambaqui, o filé de dourado frito, o pato no tucupi e a caldeirada de dourado são também consumidos. Eminentemente, é de grande consumo peixes, temperos, farinha de mandioca, castanha-do-Brasil, guaraná e frutas regionais.

(2) Mato Grosso

Mato Grosso é um estado rico em manifestações de cultura popular. Do modo de fazer a gastronomia, o artesanato, as danças, lendas e contos estão a síntese das heranças mato-grossenses, principalmente, do índio e do negro e mais recentemente dos migrantes mestiços de norte a sul do Brasil.

A história da Santíssima Trindade está ligada intimamente com o surgimento do Estado de Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital de Mato Grosso. De 1748 a 1835, o poder estadual se instalou naquela cidade, depois se transferindo para Cuiabá.

No século XVIII, o crescimento de um quilombo em Vila Bela preocupou a Coroa Portuguesa. A líder do Quilombo do Piolho ou Quariterê era Teresa de Benguela. Conta-se que ela comandou uma comunidade com mais de três mil habitantes. O quilombo cresceu, recebeu migrantes índios, bolivianos e brasileiros, tornando-se um núcleo multicultural com organização política.

Por isso, surgiu na Corte o temor que Teresa passasse a liderar um mercado binacional na faixa da fronteira Oeste com a Bolívia. Foi destacada uma bandeira fortemente armada para confrontar Teresa e seus quilombolas. Segundo versão oficial, a líder foi presa e se suicidou.

Pode-se dizer que existe forte influência da cultura negra, além da indígena nas manifestações culturais de Mato Grosso. Isto pode ser observado nas festas de catolicismo popular e em contos e lendas da região.

Seu **artesanato** é pautado na tecelagem, principalmente na confecção de redes. Conta também, com peças de madeira, normalmente utilitários, como o pilão; e peças em cerâmica, tanto utilitárias quanto decorativas. Os trançados com fibras vegetais de taquara, buriti e urumbumba são feitos pelos índios e moradores da zona rural, gerando cestarias e móveis. O artesanato indígena prima pelo colorido e pela simbologia.

O artesanato mato-grossense reflete o dia-a-dia e os costumes de vida do próprio artista. Destacam-se os ceramistas de São Gonçalo-Beira-Rio, as rendeiras de Várzea Grande, as mulheres de Fibra de Nova Olímpia, o artesanato em madeira e as biojóias (sementes diversas) do norte e médio norte do Estado, além do artesanato indígena, força do Araguaia e médio-Araguaia. Este segmento vem ganhando qualidade para comercialização internacional com programas desenvolvidos pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso e pelo Sebrae. Mais organizados em associações e cooperativas, os artesões realizam exposições e feiras permanentes.

Suas músicas, normalmente são acompanhadas pela viola de cocho, produzidas pelos tocadores, em madeira e cordas feitas de tripa de macaco, bugio ou ouriço.

As **festas populares** mais expressivas no estado são as juninas, São João, Santo Antônio e São Pedro, com danças, jogos, representações, doces, salgados e refeições preparadas em fogão a lenha. A Folia de Reis é comum nos Municípios do Vale do Araguaia, com a Catira sendo dançada e cantada. A Festa do Divino Espírito Santo é celebrada em diversos Municípios, com seus participantes dançando o Lundu. Após a Festa do Divino, acontece a cavalhada, nos Municípios de Poconé, Porto Esperidião e Cáceres. As procissões fluviais são comuns nas populações ribeirinhas, celebrando o dia dos padroeiros das cidades.

As **danças** Rasqueado e Siriri são comum nas festas de aniversários, carnaval e nas de santos, principalmente nos Municípios próximos de Cuiabá. No Carnaval, o Boi-à-Serra (variante do Bumba-meu-Boi) é o mais popular, principalmente com as crianças, animado pela música do Cururu, com cururueiros tocando viola de cocho e ganzá.

Outra festa popular é a de São Gonçalo, onde homenagens ao Santo são prestadas pelos devotos que cantam e dançam a Dança de São Gonçalo. Já a Dança do Congo homenageia São Benedito, principalmente em Vila Bela da Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Livramento. As mulheres não participam da dança, apenas do Chorado, outra dança desta Festa.

A Dança dos Mascarados é característica do Município de Poconé, e também presta homenagem a São Benedito.

Dentre as lendas e crendices mato-grossenses mais famosas estão: Mãe do Morro, Cracachá, Piraputanga Dourada, Alavanca de Ouro, o Minhocão do Pari e o Boi-a-Serra. São lendas regionais que vem sendo transmitidas de geração a geração, seja através de literatura e tradição oral.

- **Festas Populares:**

Festa do Tríduo

Anualmente, a população de Vila Bela da Santíssima Trindade promove a Festa do Tríduo em homenagem ao Divino Espírito Santo, Glorioso São Benedito e à Santíssima Trindade no período de julho. Nas comemorações, o sagrado e o profano se fundem numa combinação caracterizada pela cantoria, dança, hinos religiosos, roupas coloridas e festas.

O período da "Festança" é caracterizado por manifestações de origem afro-brasileira, mantendo a cultura dos negros que vieram para Mato Grosso para o trabalho nas minas, na lavoura e nas atividades manufatureiras e domésticas. Os destaques da festa são as **Danças do Congo**, do **Chorado** e do **Tambor**.

Dentre as atrações, se destacam os grupos Raízes do Quilombo, apresentando a dança do tambor, e Aurora do Quariterê, tocando e cantando ao ritmo de serestas, batuques e rasqueados. Também é apresentada a Dança do Congo, na qual os dançantes protegem os festeiros, o Rei, a Rainha, o Juiz e a Juíza que carregam objetos sagrados, e ainda as "promesseiras" que acompanham o cortejo levando flores em homenagem a São Benedito. Na ocasião, é feito pedido às autoridades para passar o comando da cidade ao Rei do Congo, segundo a tradição. Após a missa em louvor ao Glorioso São Benedito, ocorre a Dança do Chorado e, em seguida, a Dança do Congo.

O trabalho dos festeiros e as doações recebidas garantem a oferta das comidas ao povo. Cada festeiro representa uma das Irmandades e eles têm um ano para organizar a festa. O Divino Espírito Santo é representado por Imperador e Imperatriz, enquanto que o Glorioso São Benedito é representado por Rei, Rainha, Juiz e Juíza. Os festeiros da Santíssima Trindade são chamados de Juiz e Juíza. As Irmandades realizam eleições para escolher os próximos festeiros, que são anunciados no ultimo dia de festa.

Além dessas festas, são manifestações culturais características de Mato Grosso:

Siriri - Uma das danças mais populares do folclore mato-grossense, praticada especialmente na periferias das cidades e na zona rural da região chamada Baixada Cuiabana (vários municípios no entorno da Capital) e Cáceres, fazendo parte das festas de batizados, casamentos e festejos religiosos. É uma dança que lembra os divertimentos indígenas.

Cururu – O cururu também destaca-se como uma manifestação cultural importante no Estado. É uma dança de roda, só para homens, ao som de desafio cantado, com acompanhamento instrumental da viola de cocho e o ganzá.

Dança do Congo - Também chamada Congadas. É concebida de origem africana. Esta dança geralmente fazia parte das comemorações festivas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.

Boi-a-Serra - É um folguedo encontrado em Mato Grosso, que tem como temática o boi.

Cavanhada - A Cavanhada é uma batalha que se trava entre os mouros e os cristãos (segundo reza a tradição).

Dança dos Mascarados - A Dança dos Mascarados é uma réplica da Contradança européia mesclada com influências através dos tempos com as danças afros e indígenas.

Caretas - No período de carnaval a tradição na cidade de Guiratinga é um desfile de mascarados em que nada do corpo é mostrado.

Chorado - Dança afro da região de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Dança do Zinho Preto - A Dança do Zinho Preto ou Dança Cabocla, existe em Jauru, desde a década de 1970, tendo sido trazida da cidade de Mantenópolis, no Espírito Santo, por José Alves Batista - o Zinho Preto, criador da dança.

Folia de Reis – Folgado popular de origem portuguesa em que um grupo de foliões carregando bandeiras, pede esmolas para a festa dos Reis Magos.

Cateretê - Dança de origem africana da região do Congo, trazida ao Brasil por escravos daquela região. Foi disseminada na região sudeste e Estado de Goiás.

Catira - Considerada a mais contundente expressão rural originada do Lundu, ao lado do Cateretê, Cururu Paulista, Arrasta-Pé, Balanço, Calango Mineiro, Pagode e etc.

Polca Paraguuaia – Ritmo que surgiu na Bacia Platina. O gênero Polca, de origem eslava (polka) é designação dada a dança rápida. A Polca é um ritmo que veio da síntese das músicas espanholas e a interpretação impulsiva do povo paraguaio.

Guarânia - De origem paraguaia foi criada em 1925. Guarânia significa paixão, amor, desejo e tudo que é romântico e bucólico. A guarânia é uma das expressões musicais mais fortes do cone sul e Mato Grosso conheceu-a desde o início.

Santa Fé ou Chopin - Dança platina, da Província de Santa Fé (Argentina) implanta-se nos músicos da região pantaneira e fronteira, com técnica peculiar. A técnica do teclado, tanto do acordeom, harmônica, pé-de-bode (sanfona de oito baixos), tem uma profunda desenvoltura na sua mão esquerda aqui no Estado, pois não se iguala em nenhuma parte do Brasil.

Lambada - De origem paraense. Suas raízes são o carimbó/sirimbó e a cúmbia colombiana, ambas de origem negra. A lambada já era cantada e tocada (pois também é instrumental) desde meados de 1960, com os cantores Pinuca e Carlos Martins. Em 1999, na região do município de Poconé, músicos regionais misturam toada de siriri e lambada, surgindo então o ritmo denominado popularmente de “*lambadão*”.

Ladainha - É uma cantoria que também é conhecida pelo nome de ladainha de beira-de-rio. Trata-se de uma derivação de Canto Gregoriano, característico do Cerrado e da Baixada Cuiabana, criando conotação própria comum nas rezas de festas de santo.

Dança dos Lenços - Esta dança originou-se na cidade pantaneira de Barão de Melgaço, sendo criada por D. Leodina Oliveira da Silva. É expressão cultural tirada de um dos passos do siriri, chamado de Barco do Alemão. Os bailarinos dançam ao ritmo de rasqueado ao som de acordeom, violão e percussão. A dança é uma declaração singela de amor.

Rasqueado Cuiabano - Definição da palavra rasqueado: “... *arrastar as unhas ou um só polegar sobre as cordas, sem as pontear*”. (*Dicionário Musical Brasileiro* - Mário de Andrade). O pesquisador da cultura mato-grossense, compositor e cantor nativista Milton Pereira de Pinho (o Guapo) escreveu que “o ritmo começou após o fim da Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), quando os prisioneiros e refugiados da Retomada de Corumbá ficaram confinados à margem direita do Rio Cuiabá, atualmente cidade de Várzea Grande”.

Moda de Viola - Em Mato Grosso é facilmente encontrada em toda extensão araguaiana, trazida pelos migrantes de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, onde é muito comum.

Música Nordestina - A música nordestina influenciou Mato Grosso em toda região do Vale do Araguaia e norte do Estado, principalmente depois da fundação de Brasília.

Danças Gauchescas - Os migrantes de origem sulistas mantêm e difundem seus ritmos em Mato Grosso mantendo em todo o estado CTGs (Centro de Tradições Gaúchas). Algumas das danças são: **Dança do Facão, Bugio, Milonga, Chote, Fandango e Vanerão**⁴⁸.

- **Culinária**

A culinária de Mato Grosso também merece destaque: apresenta a carne com arroz, costela ao sol, feijão empamonado, carne com banana verde, paçoca de pilão, moqueca de pintado, peixe ao urucum e caldo de piranha, entre outros, como pratos típicos. Seus doces tradicionais são o furrundu, cuscuz cuiabano, pixé e suas frutas, a acerola, a banana-da-terra, cajá-manga, caju, carambola, goiaba, guaraná, jenipapo, pequi, pitanga, pitomba, seriguela, entre outras, com as quais se fazem doces, refrescos e licores.

Dentre as receitas mais populares do cerrado, encontra-se a farofa de banana, paçoca de pilão, maria-izabel, pacu assado, frito ou ensopado, abóbora com carne seca, licor de pequi, fruta nativa da região, o furrundu, sobremesa feita com mamão e rapadura de cana, etc. É muito difundido o consumo de guaraná, ralado na hora e substituto do café, tomado logo pela manhã, ou servido às visitas. Dentre os costumes culinários típicos, destacam-se:

⁴⁸ <http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=263&cid=835> (acesso: fevereiro, 2010)

O Tereré: Herdado da tradição guarani, o Tereré é uma bebida servida em cuia, com erva-mate e água gelada. É bastante consumido pelos pantaneiros, principalmente antes do meio dia, depois da realização do trabalho matutino. Também se toma o tereré a tarde e antes da noite, quase sempre em rodas de conversas entre famílias, peões ou amigos. Esse costume também chegou nas cidades pantaneiras, locais onde as pessoas se reúnem nas calçadas para conversar e se refrescar com a bebida.

Urucu: é uma semente de coloração avermelhada, que vem do tupi uru-ku, significa vermelho, conhecida popularmente por Urucu, açafroa, colorau, nome científico da família botânica Bixáceas, serve como tempero e corante de alimentos. É muito utilizado na culinária pantaneira em preparos de peixes, jacarés e caldo de piranha, os índios sempre usaram para pintar o corpo em suas comemorações festivas e com isso, se defender contra picadas dos mosquitos.

Caldo de piranha Pantaneiro: as piranhas são um grupo de peixes carnívoros de água doce que habitam alguns rios do pantanal e demais regiões brasileiras, existem 3 espécies de piranha no Pantanal e elas podem ser perigosas. Na região do Pantanal sua carne é utilizada para se fazer o famoso Caldo de Piranha.

(3) Goiás

Dentre os municípios da Área de Influência do empreendimento situados no estado de Goiás, as manifestações populares mais que possuem mais expressão são a Folia de Reis e a Festa do Divino.

- **Folia de Reis**

Em 378, o papa Júlio I considerou que como não havia data fixa para comemorar o nascimento de Jesus Cristo, o dia 25 de dezembro seria dedicado a essa recordação, ficando o 6 de janeiro como dia de Reis. A partir daí as festas da Natividade pouco a pouco foram sendo acrescidas de elementos diversos, como as figuras de Gaspar, Melchior e Baltasar, os três reis magos que, segundo a lenda, foram do Oriente à Judéia para adorar Jesus Cristo, e que por volta do ano 1600 passaram a fazer parte das comemorações. Eles levavam consigo ouro, incenso e mirra, que representam a dimensão do Messias: o ouro, simbolizando sua realeza; o incenso, a divindade; e a mirra, a humanidade, porque o óleo de mirra era então usado para embalsamar os mortos. Uma tradição revela que mais tarde São Tomé batizou os três reis magos, e partir daí eles pregaram o Evangelho em seus países.

A festa foi trazida ao Brasil pelos portugueses, que a comemoravam em sua terra mais como divertimento. Ela adquiriu o espírito religioso que conserva até hoje, sendo

desenvolvida com características próprias e transformando-se em manifestação folclórica.

Seu início acontece no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, prosseguindo até o dia 2 de fevereiro, período em que grupos festivos de pessoas saem cantando ao som de violão, sanfona, cavaquinho, pandeiro, reco-reco, pistão, chocalho, triângulo, tantãs e outros instrumentos, exaltando o Deus Menino e percorrendo as ruas da zona urbana, indo de porta em porta em busca de oferendas que podem variar de um prato de comida a uma xícara de café. É a chamada “banda de folia de reis”, ou “música de folia de reis”.

Quando ela passa por sítios e fazendas da zona rural, tem o nome de “caixa de folia de reis”. O chefe do grupo é denominado “alferes de folia de reis”, e eles seguem seu caminho representando pequenas peças teatrais e cantando à porta das casas, cujos moradores lhes oferecem comida, bebida e esmolas que serão utilizadas no dia de Reis, considerado o dia da gratidão.

Os personagens que compõem a folia somam doze pessoas, todas trajando roupas bastante coloridas, sendo elas o mestre e contra-mestre, donos de conhecimentos sobre a manifestação e líderes dos foliões; além do palhaço, dos foliões e dos três reis magos. O palhaço, usando vestimentas coloridas, deve proteger o Menino Jesus confundindo os soldados de Herodes, sendo o seu jeito alegre e descontraído motivo para distração e divertimento dos assistentes; os foliões, geralmente homens simples e de origem rural, são os participantes da festa, dando exemplo grandioso através de sua cantoria de fé; Por sua vez, os três reis magos fazem uma viagem de esperança, certos de que ela os levará ao encontro de sua estrela.

Ao som dos instrumentos musicais os foliões efetuam longas caminhadas levando a “bandeira”, um estandarte de madeira ornado com motivos religiosos, à qual tributam especial respeito. Vão liderados pelo mestre e contra-mestre, figuras de relevância dentro da Folia por conhecerem os preciosos versos, preservados de geração em geração por tradição oral, como por exemplo: “*Ó de casa, ó de casa / Alegria esse morador / Que o glorioso santo Reis / Na sua porta chegou*”. E também: “*Santos Reis vai despedindo / Deixando muita saudade. / Vai deixando muita benção / Pro povo desta cidade*”.

Os foliões cumprem promessa de por sete anos consecutivos saírem com a Folia, arrecadando em suas andanças donativos para realizarem anualmente, no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, festa com cantorias e ladainhas. Bastante conhecida, a

folia de Reis é realizada no interior de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, existindo diferenças no modo de cantar e dançar dos grupos que a representam.

As canções são sempre sobre temas religiosos, com exceção daquelas tocadas nas tradicionais paradas para jantares, almoços ou repouso dos foliões, onde acontecem animadas festas com cantorias e danças típicas regionais, como catira, moda de viola e cateretê. Contudo ao contrário dos Reis da tradição, o propósito da folia não é o de levar presentes mas de recebê-los do dono da casa para finalidades filantrópicas, exceto, obviamente, as fartas mesas dos jantares e as bebidas que são oferecidas aos foliões.

- **Festa do Divino**

No Brasil central a festa do Divino parece ser a mais relevante e mobilizante das festas. Se nas demais regiões temos outras festas aglutinadoras da população (como o Carnaval no sudeste, as festas juninas no norte e nordeste, as FESTS no sul), a festa do Divino Espírito Santo cumpre este papel no Brasil central.

Tradição de origem portuguesa, a Festa do Divino Espírito Santo trata-se de um verdadeiro ato de fé e religiosidade entre cristãos e visitantes dos mais diversos lugares do Brasil. A festa consegue reunir centenas de fiéis nos meses de abril, maio e junho. Segundo moradores, o Divino é festejado desde 1899, mas a origem está em Portugal, sendo oficializada pela rainha Dona Isabel, em peregrinações feitas por cristãos que carregavam uma bandeira com o símbolo do Divino, a pomba.

Adaptada aqui no Brasil, a festa tem como principal meta de peregrinação a coleta de donativos em benefício da comunidade, mas tem também a música e apresentações. Segundo Cascudo⁴⁹ :

A folia constituía-se de músicos e cantores, com a Bandeira do Divino ilustrada pela pomba simbólica, recepcionada devocionalmente por toda a parte. Essas folias percorriam grandes regiões, gastando semanas ou meses inteiros. [...] A festa é precedida por uma novena e ladainha, com a procissão das bandeiras e a quermesse na praça, assistida por uma multidão de devotos. No domingo chegam à cidade grupos de Moçambique, congadas e companhias, vindos dos municípios vizinhos, e a festa prossegue com queima de fogos à noite, encerrando a comemoração. (2001: 198-199)

A festa do Divino Espírito Santo realiza-se no Domingo de Pentecostes, festa móvel católica, que acontece sempre cinquenta dias depois da Páscoa, em comemoração à

⁴⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *O Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo. Ela se realiza em inúmeras localidades do país.

Como acontece nas grandes festas, apesar de o momento central acontecer num único dia, no caso o Domingo de Pentecostes (chamado por todos de “Domingo do Divino”), os preparativos são feitos antes.

No período que antecede a festa, os momentos centrais são o do sorteios dos “encargos do Divino” e a “Coroação do Imperador”.

Aqueles que se comprometem com os festejos do Divino redefinem-se, uns para com os outros, ao se integrarem a um sistema de posições e relações que apesar de algumas vezes derivarem de relações que acontecem em outras áreas da sociedade local, somente possuem valor dentro da situação da festa e de seus vários rituais.

Como um ritual religioso e que é, ao mesmo tempo, visto como folclórico, passível de ser entendido como demonstração da identidade local, a Festa do Divino é um acontecimento que deve ter as características do culto ao Espírito Santo e ser organizado de forma a constituir um acontecimento da cidade.

Assim, sua organização deve ter sempre em vista a possibilidade de ampliação de cultos e rituais de esfera individual ou restrito a pequenos grupos, até as dimensões da cidade ou mais amplas, já que as festas se expandem ao ponto de alcançar as áreas rurais ao redor de outras cidades e de absorver pessoas de toda a região, e mesmo de fora dela.

O principal responsável pela preparação e realização da festa é o imperador do Divino, devendo ser, ao mesmo tempo, seu maior investidor e aquele através de quem a cidade presta suas homenagens ao Espírito Santo, o Divino.

Como uma espécie de representante temporário do Divino Espírito Santo, o imperador se torna objeto de todas as homenagens e deferências durante a comemoração. Por esta razão, o momento principal em toda a sucessão de momentos do festejo, que dura dias, é o da “Coroação do imperador”.

É o momento em que simbolicamente o Espírito Santo vem à terra, sobre o imperador do Divino ou personificado nele, como na época dos apóstolos, e em que a festa promove, num único ritual, seus dois principais atores e personagens: o imperador e o padre. E é também o momento em que a sociedade local estabelece os termos rituais da continuidade da festa do Divino, de modo solene, ao estabelecer a passagem de um “ano imperial” para outro.

(4) Minas Gerais

No estado de Minas Gerais destacam-se as festas religiosas como formas mais significativas de manifestações populares encontradas nos municípios da Área de Influência do empreendimento. É também uma referência do folclórico Congado, da Folia de Reis e os grupos de violeiros; além do seu rico artesanato regional, a fé nos eventos religiosos ecumênicos e a tradicional romaria de Nossa Senhora da Abadia.

- **Festas religiosas**

Os variados templos religiosos presentes nas cidades históricas de Minas oferecem bem a dimensão da importância e da influência da igreja católica no Estado, sabidamente uma imposição da Coroa Portuguesa em tempos de colonização.

Vários municípios mineiros surgiram com o aparecimento de uma santa ou santo. Ou a partir de uma capela erigida em homenagem ou agradecimento. Assim, de história em história, forjou-se uma cultura religiosa ímpar, que se manifesta através de grandes festas, especialmente a **Semana Santa**.

As comemorações da Semana Santa em Minas Gerais são verdadeiras devoções, com imagens adornadas pelos fiéis que realizam procissões e cerimônias litúrgicas tradicionais, compostas por música barroca e manifestações populares de origens remotas.

As celebrações começam logo após o carnaval, na quarta-feira de cinzas, com o início da Quaresma, das via-sacras e do Centenário das Dores. Nesta época, percebe-se sutil mudança nos hábitos de alguns moradores da cidade. Muitos deles ainda adotam a abstinência e o recolhimento.

A sexta-feira da Paixão tem como ponto máximo a cerimônia em que Jesus é retirado da cruz, em frente a igreja de São Francisco de Assis. Em seguida começa a Procissão do Enterro. Na madrugada de sábado para o Domingo de Páscoa, a cidade volta a se alegrar. Na manhã do Domingo, os fiéis percorrem as ruas da cidade para celebrar a ressurreição de Cristo.

- **Congadas**

As manifestações folclóricas, que representam a cultura típica de um povo em determinada região, encontram em Minas solo fértil para as suas mais variadas formas de expressão.

De origem anglo-saxônica, o termo folclore é uma derivação da palavra *folk*, no sentido de habitante, e *lore*, conferindo sabedoria. É a expressão do modo de vida de uma comunidade, seus hábitos, comportamentos, vivências e valores, que permanecem vivos por várias gerações. As manifestações folclóricas não têm autoria — são criadas individualmente ou em grupo e transmitidas para as comunidades, visando ao seu bem estar.

São vários os tipos mais expressivos de manifestação folclórica, sendo considerados, para efeito de turismo, a culinária, o artesanato e a arte popular, a dança e a música típicas, os folguedos, os brinquedos e brincadeiras, as lendas e as festas com manifestações folclóricas, religiosas e profanas.

Desde a mais remota antiguidade, o canto e a dança são elementos de linguagem comuns entre os povos, integrando rituais religiosos e profanos ligados à vida e à morte. Esses rituais, comuns em várias partes do mundo, se manifestam em Minas Gerais, lugar onde se misturam o sagrado e o profano, os valores portugueses e africanos, os ritmos e movimentos de cada um.

Uma dessas expressões, bastante difundidas no Estado, é a **Congada**. As festas de coroação de reis congos são celebradas em diversos estados do país, especialmente aqueles onde havia grande contingente de trabalhadores escravos e controle da coroa portuguesa. Há variações dessa manifestação folclórica. Algumas delas trazem os participantes com fardas, chapéus, bastões e guizos.

Segundo Cascudo⁵⁰ a congada é:

Um folguedo de formação afro-brasileira, em que se destacam as tradições históricas, os usos e costumes tribais de Angola e do Congo, com influências ibéricas no que diz respeito à religiosidade. [...] as congadas com representação teatral focalizam sempre a luta entre mouros e cristãos, terminando com a vitória dos cristãos e a conversão dos mouros, que são batizados no final. [...] em Minas Gerais as congadas integram a irmandade da Nossa Senhora do Rosário e se realizam no mês de outubro, em homenagem a padroeira.

⁵⁰ Idem.

Em Minas, as festas de coração de reis e de lutas entre bem e o mal ganham praticamente todo Estado, sem uma data fixa para a sua celebração. De forma geral, é realizada no ciclo da santa de maior devoção entre os negros, **Nossa Senhora do Rosário**, entre os meses de agosto, setembro e outubro. É um ritual sagrado, ao qual se associa o profano, conferindo à manifestação grande colorido e diversidade.

Hábitos e costumes de um lugar podem migrar para outras regiões através de pessoas que deixam a sua comunidade levando a sua tradição cultural. Por esta razão, as várias irmandades de Nossa Senhora do Rosário, com suas guardas de congado, podem ser encontradas em diversas regiões de Minas.

- **Cavalhada**

A Cavalhada é um folguedo (brincadeira) popular muito comum nas **Festas do Divino**. São inspiradas nas antigas lutas entre cristãos e mouros. Este folguedo, que chegou ao Brasil trazido pelos colonizadores portugueses, apresenta uma animada disputa entre 12 homens vestidos de vermelho (que representam os mouros) e 12 vestidos de azul (os cristãos). Os cavaleiros usam lanças, chapéus e lenços e desfilam com toda pompa até o local onde será a partida. Nessa luta, um mastro é colocado no meio dos cavaleiros com argolas penduradas. Os cavaleiros saem em disparada tentando retirar a argola com suas lanças. Também costumam acompanhar o evento um baile de cavaleiros, espetáculos de luzes e danças.

(5) São Paulo

As festas populares mais expressivas no estado são as juninas, São João, Santo Antônio e São Pedro, com danças, jogos, representações, doces, salgados e refeições preparadas em fogão a lenha. A Folia de Reis é encontrada em todas as regiões em estudo.

- **Folia de Reis**⁵¹

É tão expressiva a presença das Folias de Reis ao Norte e Noroeste paulista que muitos dos municípios da região realizam grandes Encontros de Folias de Reis que chegam a mobilizar acima de 50 grupos em cada um, afluxo de devotos e fatura de comezainas. No calendário dos eventos buscam os organizadores nos muitos municípios não coincidir datas, o que em muitos momentos torna-se inevitável, estendendo-se os mesmos até o mês de Maio, com interrupções pelo período quaresmal, e até mesmo pelo 2º semestre.

⁵¹ Fonte: <http://www.brazilsite.com.br/folclore/estados/saopaulo/dancas/catira.htm>

- **Bom Jesus da Cana Verde**

A devoção ao Bom Jesus da Cana Verde, ao lado de mais uma ou outra de suas denominações, é bastante difusa em todo o estado. Padroeiro de vários municípios, deu origem a cinco centros de peregrinação, sendo dois Santuários, patrono de várias romarias organizadas e cavalarias, de viajantes e pescadores.

- **Catira e cateretê**

Catira e cateretê são denominações de nossas danças de sapateado, derivadas do antigo fandango português. Ponteiam todo o Estado, incluindo-se a grande São Paulo.

Com os Encontros de Catira no Revelando São Paulo estimula-se a participação das crianças e grupos de jovens.

- **Festa de São Benedito**

A devoção a São Benedito é muito forte e difusa por todo o estado, motivando grandes festas e a existência e atuação dos congos, moçambiques, jongo e batuque. Suas festas se estendem por todo o ano, sendo que o grande número das mesmas ocorre em todo o Vale do Paraíba e Litoral Norte, concentradas no período compreendido entre a pascoela e o 13 de Maio, estabelece um verdadeiro Ciclo de São Benedito.

- **Festas de Cosme e Damião**

Entre meados de setembro e outubro ocorrem as Festas de Cosme e Damião, cuja data festiva no calendário litúrgico ocorre em 27 de setembro. De forma mais sincrética, envolve católicos, umbandistas e candomblesistas. É a festa das crianças, sempre com distribuição de balas, brinquedos, doces e guloseimas, em geral. Distribuição feita no interior dos terreiros, nas portas dos templos, de passagem pelas ruas, nas residências, em salões de festas dos prédios, em orfanatos e creches.

Em alguns lugares do Vale do Paraíba e da Região Bragantina, há um ritual com vários elementos comuns e finalidades similares: a Mesa dos Anjos.

b. Atendimento às Recomendações do IPHAN

Conforme já indicado no item 2.1.2.3 do presente EIA, em 21 de julho de 2009, foi enviado Ofício (Carta CE-LT-MA-007/2009), para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), protocolado sob o número de 01450.00.8646.2009-46, apresentando a LT 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara 2, Nº 01, Estação

Retificadora CA/CC Nº 02 e Estação Inversora CC/CA Nº 02 e solicitando orientações sobre estudos específicos que viessem a ser necessários.

Em resposta a essa correspondência, o IPHAN enviou ao empreendedor o Ofício nº 043/09 CNA/DEPAM/IPHAN com algumas diretrizes sobre o correto andamento do processo nesse órgão. A partir de então, foi dado início aos trabalhos referentes aos estudos sobre o patrimônio histórico, artístico e arqueológico nacional, com a elaboração de um diagnóstico, conforme apresentado no **item (a)** da presente seção deste EIA. Vale ressaltar que tal atuação considera todas as fases do processo de licenciamento, os instrumentos legais e normativos aplicáveis.

Todos os documentos supracitados, pertinentes ao processo perante o IPHAN, encontram-se disponíveis no **Anexo 2.1.2-5**.

c. Instituições Envolvidas com o Patrimônio Histórico/Cultural Local

A partir dos levantamentos de dados sobre o Patrimônio Histórico/Cultural nas Áreas de Influência do empreendimento, foi possível identificar as instituições públicas e privadas locais e regionais envolvidas com a pesquisa e preservação do patrimônio histórico cultural. O **Quadro 3.6.5.12.c – 1**, a seguir, apresenta a listagem dessas entidades, e seus contatos.

Quadro 3.6.5.12-7 - Instituições envolvidas com o Patrimônio Material e Imaterial

UF	Município	Instituição	Endereço	Contato
Rondônia	Porto Velho	Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU/RO)	Avenida Carlos Gomes, nº 501 – Centro de Porto Velho-RO - CEP: 78.900-030	E-mail: grpu.ro@planejamento.gov.br Tel: 55 (69) 3216-8261/8262/8263/8264/8265 - Fax: 55 (69) 3229-8213
Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade	Secretaria de Estado de Cultura do Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370	Fone/Fax: 0xx65-613-9200/9208 Portal: http://www.cultura.mt.gov.br/TNX/contato2.php
Mato Grosso	Santo Antônio do Leverger	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 http://www.cultura.mt.gov.br
Mato Grosso	Barra do Bugres	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 http://www.cultura.mt.gov.br
Mato Grosso	Acorizal	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370 –	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 http://www.cultura.mt.gov.br

UF	Município	Instituição	Endereço	Contato
Mato Grosso	Cuiabá	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370 –	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 http://www.cultura.mt.gov.br
Mato Grosso	Poxoréu	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso	Av. Presidente Getúlio Vargas, 247 – Centro – Cuiabá – MT – CEP 78005-370 –	Fone/Fax: 0xx(65) 3613-0201 http://www.cultura.mt.gov.br
Goiás	Mineiros	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - Departamento de Museu e Preservação do Patrimônio	Palácio Pedro Ludovico Teixeira, rua 82. 1º andar, Setor Sul - Goiânia CEP: 74088-900 - Goiás - Brasil	Fone: 55(0xx62) 3201-5115 / 3201-5116 - Fax 55(0xx62) 3201-5114
Goiás	Jataí	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - Departamento de Museu e Preservação do Patrimônio	Palácio Pedro Ludovico Teixeira, rua 82. 1º andar, Setor Sul - Goiânia CEP: 74088-900 - Goiás - Brasil	Fone: 55(0xx62) 3201-5115 / 3201-5116 - Fax 55(0xx62) 3201-5114
Minas Gerais	Santa Vitória	Prefeitura de Santa Vitória		
São Paulo	Ouroeste	CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo	Rua Mauá, 51 - 3º andar CEP 01028-900 - Luz São Paulo - Capital/ "	Telefone: 11 2627-8000 - www.cultura.sp.gov.br
São Paulo	Araraquara	CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo	Rua Mauá, 51 - 3º andar CEP 01028-900 - Luz São Paulo - Capital	Telefone: 11 2627-8000 - www.cultura.sp.gov.br

d. Locais para Prática de Turismo e Lazer

(1) Atividades Turísticas nos municípios da All

- **Mesorregião Madeira-Guaporé**

A mesorregião Madeira-Guaporé é composta pelos municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari. O município de **Porto Velho** é banhado pelo rio Madeira, principal atrativo natural da localidade, que atrai muitos turistas para pescarias esportivas e por sua grandiosidade. No município são mantidas várias construções antigas que têm grande apelo turístico.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve sua construção iniciada em 1907 e concluída em 1912, tem 364 km de extensão e representa um marco importante para a história local. A EFMM foi desativada em 1972, voltando a funcionar parcialmente em 1981,

quando seus 7 km iniciais passaram a ser usados como passeio turístico aos domingos. A atração permanece até hoje. O passeio vai de Porto Velho a Cachoeira de Santo Antônio, a bordo da famosa “Maria Fumaça”. Este percurso também é conhecido como “Ferrovia dos Trilhos de Ouro” ou “Ferrovia do Diabo”, graças à lenda de que cada um dos 549 mil dormentes correspondia à vida de um homem que trabalhou em sua construção. Ainda fazem parte deste complexo ferroviário o Museu da EFMM, o Museu Geológico, o Prédio do Relógio, as Três Marias e a Capela de Santo Antônio.

O município de **Candeias do Jamari**, que fica a 20 km da capital do estado, não possui planejamento turístico. A Usina Hidrelétrica de Samuel é o grande atrativo para os visitantes da cidade, sendo o lago da hidrelétrica formado pelo rio Jamari, principal destino de visitação.

Quadro 3.6.5.12-8 - Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Madeira-Guaporé/RO

Porto Velho	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rios Madeira, Verde e Jaci, Ilha do Papagaio, Cachoeira de Santo Antônio, Cachoeira de Teotônio, Balneários.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Municipal de Porto Velho
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Lago do Cuniã.
Outros	Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Vila Ferroviária Três Caixas D'água, Prédio do Relógio, Seminário Maior João XXIII, Catedral Sagrado Coração de Jesus, Palácio do Governo, Prédio do Antigo Porto Velho Hotel, Capela de Santo Antônio, Casa da Cultura Ivan Marrocos, Museu Geológico, Vila Candelária, Memorial ao Imigrante, Porto do Cai n'Água
Candeias do Jamari	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Candeias, Rio Jamari.
Atividades Turísticas	
Outros	Usina Hidrelétrica de Samuel.

Fonte: www.ferriastur.tur.br e SETUR – RO

- **Mesorregião Leste Rondoniense**

A Mesorregião Leste Rondoniense é composta pelos seguintes municípios: Alto Paraíso, Ariquemes, Monte Negro, Cacaúlândia, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Teixeirópolis, Ji Paraná, Presidente Médici, Monte Negro, Nova Brasilândia D'Oeste, Castanheiras, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, São Felipe D'Oeste, Primavera de Rondônia, Parecis, Chupinguaia, Corumbiara, Colorado do Oeste e Cabixi.

O turismo na região ainda é muito incipiente e o potencial turístico é apenas explorado em alguns municípios, sendo que não ocorrem incidências significativas nos demais, por esta razão não foi possível a descrição de todos eles.

O município de **Alto Paraíso** está localizado a pouco mais de 200 km de Porto Velho. No município, o principal atrativo é a Corrida do Jericó, ou a Fórmula 1 da Amazônia, como é conhecida. Realizada anualmente, consiste numa prova em uma pista de barro e lama, com veículos adaptados a vida rural. A cada ano, por conta de sua popularidade, atrai cada vez mais público, se tornando uma referência em todo o estado. O município possui um local específico para essas provas chamado de jericódromo.



O rio Jamari é o mais procurado por turistas, para campeonatos de pesca esportiva, e também é utilizado como praia por muitos visitantes, que inclusive acampam em suas margens. Na localidade ocorre todos os anos a tradicional Procissão de Nossa Senhora Aparecida até o santuário da Serrinha. A população do município de Alto Paraíso participa da Romaria de Nossa Senhora Aparecida, que sai da comunidade Nossa Senhora Auxiliadora e encerra com uma missa no Santuário localizado da Serrinha na LC-85. Essa festa religiosa teve início no ano de 1987 em Alto Paraíso em que, a cada ano, aumenta o número de seguidores. No ano de 2009 recebeu cerca de dois mil fieis com caravanas de várias linhas que interligam o Município.

O município de **Ariquemes** é muito articulado em relação às questões turísticas, apesar de não possuir uma secretaria específica para tal. Seus atrativos são as cachoeiras e os rios, com suas praias e locais para acampar. O município possui também um museu municipal, uma biblioteca e um centro cultural. O Balneário Batistão possui aproximadamente 250 hectares de mata nativa que vem sendo preservada e utilizada para realização de turismo pedagógico, através da Escola Agrícola, que mantém a área em seu território. O local possui trilhas, árvores catalogadas, cachoeira, uma grande variedade de pássaros, aves e animais silvestres. Os alunos e professores

da Escola Agrícola fazem o trabalho de guias e orientam os visitantes sobre a importância da preservação do meio ambiente. A visitação requer agendamento prévio com a Escola.



Fonte: panoramio,2009.

Foto 3.6.5.12-78 - Cachoeira em Ariquemes

Com relação ao turismo cultural, destaca-se o Museu Rondon, que conta um pouco da história do Município. Ele foi criado em 2007. Ariquemes conta com infra-estrutura voltada para a prática esportiva, com ginásios de esportes e quadras cobertas na maioria dos bairros. Os principais pontos de lazer da cidade estão localizados na Avenida Canaã, onde se encontram restaurantes, lanchonetes, cachaçarias e cinema. Aproximadamente no fim do mês de julho acontece em Ariquemes, no Parque de Exposições da APA, uma das maiores exposições agropecuárias do país, a ExpoARI, evento que expõe maquinários e animais.

No município de **Monte Negro** os grandes atrativos são: a Festa de São José e o Festival de Praia (setembro). O município não possui grande apelo turístico, tendo apenas o Museu Minereológico e Histórico Assis Chateuberland, como opção cultural.

Em **Cacaulândia** não foram identificadas áreas de valor histórico e cultural. A festa de aniversário da cidade (fevereiro ou março, de acordo com as chuvas), Festa de Nossa Senhora do Carmo (julho) e Expo Agricultura (julho a setembro) são os pontos altos do turismo na cidade. A cidade possui ainda uma cachoeira e uma pousada ecológica.



Fonte: Prefeitura de Cacaulândia

Foto 3.6.5.12-79 - Festa de Aniversário do Município de Cacaulândia

O município de **Jaru** possui algumas opções para turismo, sendo os Balneários Bela Vista e Primavera os mais procurados para o turismo ecológico. O rio Jaru é utilizado como lazer para a população local. O município ainda possui um estádio de futebol e um parque, o Amazon Park, que abriga eventos, destaque para o campeonato de motocross, que atrai muitos visitantes ao município.

Segundo informações apuradas em campo, o município de **Ouro Preto do Oeste** possui algumas atrações turísticas, sendo o Parque Chico Mendes, a de maior destaque. O Parque Chico Mendes é uma reserva municipal a cinco quilômetros do centro do município. Dentro do parque fica o morro Chico Mendes, de cerca de 450 metros de altura, coberto de vegetação nativa, que atrai por possuir algumas trilhas. O local é área de preservação ambiental.



Fonte: www.bichoderondônia.com.br

Foto 3.6.5.12-80 - Vale das Cachoeiras – Ouro Preto do Oeste

Ji-Paraná possui um teatro com capacidade para 200 pessoas, onde são realizadas várias peças e eventos, no espaço ainda são ministradas aulas para os moradores da cidade. A intenção do governo municipal é aumentar o interesse da população pelo teatro, esperando como consequência que o município seja inserido na rota de peças de maior porte.

O município possui o mais moderno aeroporto do interior do estado, o Aeroporto de Ji-Paraná (JPR/SWJI), localizado a sudoeste da cidade, com uma boa infraestrutura e com capacidade para aviões de pequeno e médio portes.

As atrações culturais são bastante diversificadas, indo desde o Teatro Municipal, o Museu das Comunicações, exposições, o Festival Estadual de Rock (conhecido como

“rock in jipa”) até o diferente Fuscacross. Há também opções de lazer em clubes e associações, como a AABB, Piscinão, Balneário Bernardi, além de bares e casas noturnas. Em Ji-paraná, a natureza também serve como uma opção de lazer, onde é possível pescar, nadar, praticar esqui aquático, remar e caminhar pela mata.

Outro atrativo cultural que merece destaque é o Museu das Comunicações, construção que data de 1912, feita pelo Marechal Cândido Rondon e que serviu de base para a primeira estação telegráfica. Posteriormente foi sede dos Correios e Telégrafos e, em 1985, foi restaurado para abrigar o Museu. Lá existe uma galeria com a história do Município de Ji-Paraná, cujo acervo é constituído por telégrafos utilizados por Rondon, correspondências expedidas e recebidas durante sua passagem pela região, entre outros.

O Tracoá Water Park é um centro de lazer do estado de Rondônia, e o único parque aquático do estado. Localizado em uma área de 260.000 m², com cerca de 15 piscinas, restaurantes, banana boat, berçário, quiosques, quadras poliesportivas, passeio a cavalo, salão de jogos, playground, túnel aquático, academia de ginástica, lan house, entre muitas outras opções de entretenimento.

O Balneário Bernadi fica a cinco quilômetros do centro e é local muito freqüentado pelos jovens da cidade. No local, além do rio Urupá, tem ainda uma boa pista para a prática de motocross.

O município possui kartódromo, um parque aquático, estádio de futebol, alguns clubes para lazer e o Parque de Exposições Hermínio Victorelli, que abriga festas importantes, como a Exposição Agropecuária de Ji-Paraná, a Expojipa.

Ainda no município de Ji-Paraná, destaca-se a **Reserva Biológica do Jarú**, criada em julho de 1979 para proteger amostras representativas da floresta amazônica, o local possui também uma área de transição do bioma Amazônia para o Cerrado, é considerada fonte de grande riqueza biológica. Tem predominância de Floresta Fluvial com cobertura vegetal do tipo Floresta Tropical Aberta com Palmeiras. São muitas espécies de animais presentes, como: macacos, guaribas, micos, tamanduás, jacarés e tartarugas, mutuns e jacumins. Além de grande variedade de peixes, cerca de duas mil diferentes espécies. Recentemente (2006) o espaço da reserva foi ampliado em 60 mil hectares, a fim de facilitar a fiscalização contra invasões.

O município de **Presidente Médici** é conhecido pela preservação de sítios arqueológicos. Já foram identificados mais de 70 sítios arqueológicos com mais de 13 mil anos.

Em **Rolim de Moura** os grandes atrativos turísticos são as festas que ocorrem regularmente. Entre as principais festas podemos citar: Baile Anos Incríveis; Baile do Havaí; Baile Universitário Fest; EXPOAGRO; Festa do Patrão; Festa do Tambaqui; RolimChop; Etapas Regionais de Fusca Cross e MotoCross; Copa ROTARY de Futsal; Copa conectiva de futsal; Festa do Milho; Os bailes realizados na Estância Balneária de lazer Number One. No município também há o Porto Rolim, banhado pelo rio Guaporé, que é muito procurado por praticantes da pesca esportiva. A cidade possui um kartódromo e o Rolim Skate Park, um parque para a prática de skate.

No município **Pimenta Bueno** encontra-se o último seringal nativo de Rondônia, na Fazenda Seringal do Ouro. No local é preservado parcialmente um antigo seringal. Lá é mantida intacta a infraestrutura necessária para a produção de borracha, podendo-se visitar e acompanhar todas as fases, desde a coleta efetuada nas seringueiras até os processos de beneficiamento do produto.

Outro ponto de atração turística é Balneário Lago do Sonho, muito utilizado como opção de lazer para a população, se constitui de um lago artificial com mais de 3.000 m², formado pelo represamento duradouro de um igarapé; mantêm-se fragmentos de vegetação nativa em suas margens. Nas proximidades do encontro das águas dos rios Pimenta Bueno e Comemoração, afloram diversas praias freqüentadas por moradores locais e visitantes, na época de baixa nos rios.

Quadro 3.6.5.12-9 - Atividades Turísticas na Mesorregião Leste Rondoniense/RO

Alto Paraíso	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Jamari, Rio Massangana
Atividades Turísticas	
Outros	Santuário da Serrinha
Ariquemes	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Quatro Cachoeiras, Rio Canaã, Rio Jamari, Cachoeira Descovado, Cachoeira Monte Cristo
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário Batistão
Equipamentos Culturais	
Outros	Museu Rondon, Biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha, Centro Cultural Rui Barbosa
Monte Negro	
Equipamentos Culturais	
Outros	Museu Minereológico e Histórico Assis Chateaubriand
Cacaulândia	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira Vale do Rio Pardo
Atividades Turísticas	
Outros	Pousada Ecológica

Alto Paraíso	
Jaru	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Jaru, Cachoeira Bom Jardim
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário Bela Vista, Balneário Primavera
Atividades Turísticas	
Outros	Amazon Park, Estádio Leal Chapelão
Ouro Preto do Oeste	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Vale das Cachoeiras
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Chico Mendes
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Vôo livre (Parque Chico Mendes)
Outros	Hotel Fazenda Coimbra Parque
Ji-Paraná	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Urupá, Rio Machado
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário Bernardi, Reserva Biológica do Jarú
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	O Parque de Exposições Hermínio Victorelli, Tracoá Water Park, Esporte Clube Vera Cruz, Maré Mansa Clube de Campo
Equipamentos Culturais	
Outros	Museu das Comunicações, Teatro Dominginhos
Presidente Médici	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Machado
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Alpinismo
Equipamentos Culturais	
Outros	Sítio Arqueológico, Museu Arqueológico e Centro Cultural Municipal
Rolim de Moura	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Guaporé, Rio Rolim de Moura
Atividades Turísticas	
Festas e Eventos	Baile Anos Incríveis; Baile do Havaí; Baile Universitário Fest; EXPOAGRO; Festa do Patrão; Festa do Tambaqui; RolimChop; Etapas Regionais de Fusca Cross e MotoCross; Copa ROTARY de Futsal; Copa conectiva de futsal; Festa do Milho; Estancia Balneária Number One. Além do C.T.G.
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Porto Rolim, kartódromo, Rolim Skate Park
Pimenta Bueno	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Pimenta Bueno, Rio Comemoração, Cachoeira da Pedra Redonda, Cachoeira Rebojo e Cachoeira São Paulo.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário Lago do Sonho, Praia Descrição.

Alto Paraíso	
Atividades Turísticas	
Outros	Fazenda Seringal do Ouro
Corumbiara	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Corumbiara
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário dos Índios

- **Mesorregião Norte Mato-grossense**

O município de **Comodoro** está procurando se organizar para oferecer uma melhor infraestrutura turística para seus visitantes. A administração municipal vem apoiando a realização de eventos, como a feira agropecuária e a festa do peão, festivais de pesca, festival da canção e carnaval de rua, e investindo na implantação de uma infraestrutura que possibilite a exploração do potencial natural do município para o ecoturismo. Recentemente o município participou de um evento realizado pela SEDTUR-MT, com objetivo de orientar as secretarias municipais sobre o planejamento turístico do ano de 2010. No encontro estiveram presentes representantes do Ministério do Turismo e da AGE COPA, a Agência que vai coordenar as ações específicas visando a Copa do Mundo de 2014, uma vez que Cuiabá será uma das sedes.

Quadro 3.6.5.12-19 - Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Norte Mato-grossense/MT

Comodoro	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Romualdo, Cachoeira da Usina, Cachoeira do córrego Areia Branca.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário Santolin, Horto Florestal



Fonte: www.citybrazil.com.br

Foto 3.6.5.12-81 - Cachoeira do Córrego Areia Branca

- **Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense**

A Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense é composta pelos seguintes municípios: Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos, Jauru, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, Lambari D'Oeste e Barra do Bugres.

Na Mesorregião do Sudoeste Mato-Grossense, os **municípios** estão em processo de estruturação para que o turismo se torne expressivo e potencialmente rentável. A escolha de Cuiabá como uma das cidades sede do evento, foi o fator decisivo para essa mudança de estratégia dos municípios. As Prefeituras Municipais, apoiadas pelo Governo Estadual estão se unindo em parcerias para melhorias no setor de turismo de todos os municípios no entorno de Cuiabá, porém, ainda há muito trabalho a ser feito, pois alguns municípios, como por exemplo, **Salto do Céu**, onde não foi possível identificar nenhum atrativo turístico no município, não existem informações para o público, no trabalho de campo foi apurado que o município possui mais de 50 cachoeiras diferente, porém nem a Prefeitura tem esses locais catalogados.

Nova Lacerda é um município famoso por preservar seu patrimônio natural, como o rio Guaporé e a Cascata Uirapuru, que são atrativos para quem busca turismo ecológico. O rio Galera conserva águas vivas e transparentes. A Prefeitura Municipal tem em vista vários projetos de desenvolvimento turístico, em andamento, inclusive uma parceria com o ramo hoteleiro local no sentido de implantar a atividade turística no município.

No município **Vila Bela da Santíssima Trindade** as ruínas da antiga capital da província do Mato Grosso, situadas às margens do rio Guaporé, são um grande atrativo. O Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, localizado nas terras altas da Amazônia Ocidental, no chamado Vale do Guaporé, entre os estados de Mato Grosso e Rondônia, preserva animais ameaçados de extinção como a onça-pintada, o tamanduá-de-colete, a preguiça-real e o boto-cor-de-rosa.

As festas populares quase sempre estão unidas às religiosas, como a dança do Congo e a do Chorado que são exibidas durante a festa de São Benedito, em julho, e têm origem nas manifestações dos escravos africanos.



Foto 3.6.5.12-82 - ruínas da antiga capital da província do Mato Grosso

O município de **Pontes e Lacerda**, através da sua Secretaria de Turismo, vem investindo na potencialidade do turismo, em especial do ecoturismo no município. A secretaria traçou metas para a exploração turística dos locais predeterminados. A Prefeitura está ciente que para tanto serão necessárias várias medidas, tais como: transformação das potencialidades em produtos, formatação de roteiros e divulgação, qualificação e agrupamento de artesões, qualificação no atendimento ao turista, agência receptiva, melhorias no acesso ao município.



Fonte: www.feriastur.tur.br

Foto 3.6.5.12-83 - Cascata Uirapuru – Pontes e Lacerda

No município de **Jaru**, a Usina Hidrelétrica de Jauru é um dos principais pontos de visitação, por sua grandiosidade. O município tem uma forte presença religiosa - são realizadas festas e comemorações tradicionais, como o retiro de oração em fevereiro; a

comemoração da chegada da imagem de Nossa Senhora do Pilar; e a tradicional festa do dia 12 de Outubro, com romeiros vindos de vários estados brasileiros e inclusive do exterior.

No município de **Reserva do Cabaçal**, apesar do turismo ainda não ser uma atividade econômica explorada pela Prefeitura, as cachoeiras são o grande atrativo do município. As mais visitadas são: a Cachoeira Rabo de Galo, com aproximadamente vinte metros de queda livre, situada a doze quilômetros da cidade e que faz parte do complexo de cachoeiras e corredeiras originadas do Córrego Sete de Setembro, afluente do Rio Cabaçal. Outro atrativo é Cachoeira Chuva de Prata localizada na Comunidade Sete de Setembro, a 8 km da cidade, e que possui aproximadamente trinta metros de queda livre.



Fonte: www.feriastur.tur.br

Foto 3.6.5.12-84 - Cachoeira Chuva de Prata

Quadro 3.6.5.12-11 - Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Sudoeste Mato-Grossense/MT

Nova Lacerda	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cascata Uirapuru, Sararé II “Cachoeira da Funai”), Rio Galera
Pontes e Lacerda	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Alegre, Rio Barbado, Rio Guaporé, Cachoeira do Rio Minuto, Cascata Uirapuru
Atividades Turísticas	
Festas e Eventos	Femuse, festa do padroeiro Bom Jesus, Festa da Maria Capoeira, Expoeste (feira agropecuária), Festival de Pesca, Festival gastronômico de peixe, Festival de licores e cachaça e Festival de música
Turismo Rural	Estância pousada do sol, Associação centro de tecnologia alternativa, Chácara do Serginho e Fazenda família Fagundes.
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Morro Monte Cristo, Ruínas, Mirante da Serra do Patrimônio e visitas as propriedades com rede de expansão de telégrafos de marechal Rondon, escalada, rapel, banho de cachoeira, passeio de barco, bote ou caiaque pesca esportiva, contemplação da fauna e flora
Jaru	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Jauru
Atividades Turísticas	
Outros	Usina Hidrelétrica de Jauru
Reserva do Cabaçal	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Cabaçal, Cachoeira Rabo de Galo, Cachoeira Chuva de Prata, Cachoeira do Lajeado, Cachoeira Salto das Estrela

Fonte: Prefeituras municipais de Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Jauru e Reserva do Cabaçal.

• Mesoregião do Centro-Sul Mato-grossense

A Mesoregião do Centro-Sul Mato-grossense é composta pelos municípios: Alto Paraguai, Jangada, Rosário Oeste, Acorizal, Cuiabá, Santo Antônio do Leverger. Nessa Mesoregião, **Cuiabá** é o principal destino turístico. Conforme citado anteriormente, os demais municípios do estado, especialmente do entorno de Cuiabá, estão se organizando para oferecer ao turista uma infraestrutura turística ao nível de Cuiabá, para 2014.

O município de Cuiabá, sendo a capital do estado do Mato Grosso, recebe muitos turistas que vem a trabalho, portanto sua rede de hotéis está pronta para atender a demanda de visitantes. A cidade tem todos os atrativos de um grande centro urbano, como *shopping centers*, cinema, boates, lojas, bares e restaurantes. Além disso, existem várias opções de lazer ecológico. O centro de Cuiabá é agitado pelo comércio, mas ainda possui vários monumentos que lembram muito seu passado e sua história de quase três séculos. A cidade de quase 300 anos, apesar de ser um centro urbano, guarda símbolos de sua colonização, como a Igreja Matriz que é de 1722.

O município é passagem natural dos turistas que estão a caminho do Pantanal, que fica a cerca de 100 quilômetros da capital do Estado. São oferecidos ao turista que segue viagem de Cuiabá para qualquer município Pantaneiro, várias opções de transporte como carro, avião ou barco. A própria viagem de Cuiabá se torna um passeio pelos diversos rios da bacia ou um safári fotográfico pela Rodovia Transpantaneira.

Em 2009, a cidade foi escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, em 2014. A Prefeitura está finalizando um Plano Diretor que pretende investir bilhões de reais para melhorias até a data do evento. Será construído um novo e moderno estádio de futebol. A cidade ganhará um anel viário, e ainda milhões de reais em investimentos em transportes públicos, ampliação, adequação e construção de vias públicas. O *slogan* da campanha da cidade é “Copa no Pantanal – Cuiabá 2014”.



Fonte: www.copanopantanal.com.br

Foto 3.6.5.12-85 - Obelisco do Centro Geodésico da América do Sul.

A economia no município de **Santo Antônio de Leverger** se apóia fortemente no turismo cuja atividade expande-se através do rio Cuiabá, Pantanal e no próprio sítio urbano. As praias atraem muitos turistas, que também visitam a cidade durante o carnaval, onde vários blocos vão as ruas.

O caminho das águas, conhecido como Rota das Baías, é feito de barco entre Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, passando por antigas usinas de açúcar e álcool, podendo-se ver toda a beleza do pantanal.

O município abriga o povoado de Mimoso, localizado às margens da Baía de Chacororé. Nesse distrito nasceu Cândido Mariano da Silva Rondon, o “Patrono das Comunicações”. Está sendo construído o Memorial Rondon, que abrigará museu, biblioteca e base para atividades turístico-culturais, além de um aeródromo, uma marina e uma casa de festas.



Fonte: www.feriastur.tur.br

Foto 3.6.5.12-86 - Rota das Baías

No município de **Rondonópolis** se localiza a Cidade de Pedra, um complexo rochoso e sítio arqueológico, que é referência para o turismo cultural local. Na Cidade da Pedra os sítios arqueológicos guardam pinturas rupestres espalhadas em diversas "lapas". A Cidade da Pedra se encontra dentro do Parque Ecológico João Basso, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O Parque Ecológico João Basso é uma das maiores reservas reconhecidas do Mato Grosso e está entre as dez maiores do Brasil e compreende um ecossistema de cerrado, rios cachoeirados, sítios arqueológicos, fauna e flora típicas da região. Ao longo do rio Ponte de Pedra e Rio Vermelho é possível a prática de esportes radicais e possui várias áreas para lazer.

Quadro 3.6.5.12-12 - Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Centro-Sul Mato-grossense/MT

Santo Antônio de Leverger	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Paraguai, Rio Cuiabá, Rio São Lourenço, Bacia do Prata, Praia de Santo Antônio do Leverger, Praia das Veredas,.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Serra de São Jerônimo
Cuiabá	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Coxipó, Rio Cuiabá.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Mãe Bonifácia, Parque Mossairo Okamura, Morro da Luz (Morro da Colina), Horto Florestal.
Equipamentos Culturais	
	Museu do Rio, Museu Rondon, Museu da Imagem e do Som de Cuiabá, Museu de Arte e Cultura Popular (Universidade Federal de Mato Grosso)
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Aquário Municipal, Zoológico da Universidade Federal do Mato Grosso.
Outros	Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Igreja do Rosário, Igreja de São Benedito, Palácio da Instrução, Obelisco do Centro Geodésico da América do Sul.

Fonte: www.copanopantanal.com.br

- **Mesorregião Sudeste Mato-grossense**

A Mesorregião Sudeste Mato-grossense é composta pelos seguintes municípios: Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis, Poxoréu, São José do Povo, Guiratinga, Pedra Preta, Alto Graças e Alto Araguaia. Nesta Mesorregião os principais destinos são Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis, Poxoréu e Guiratinga.

O turismo ainda é uma atividade promissora no município de **Campo Verde**, que é contemplado por cachoeiras, corredeiras, quedas d'água, morros, formações rochosas, cavernas, construções centenárias e sítios arqueológicos. O município aposta no crescimento da atividade.

As atrações no município ainda são pouco exploradas economicamente, locais como as cachoeiras do rio da Casca, São Lourenço, Roncador e o morro da Rapadura, que possui um sítio arqueológico com inscrições rupestres datadas de mais de quatro mil e quinhentos anos, e o morro da Cruz, com mirante de mais de 400 metros que proporciona uma ampla visão da paisagem e da beleza da região da localidade de Coronel Ponce.

O distrito de Capim Branco fica a 20 km de Campo Verde e abriga casas centenárias que serviam de moradia ao Marechal Cândido Rondon e guarda parte da história da colonização da região. A Cidade de Pedra possui várias formações rochosas, além das lagoas Azul e Dois Corações e a Gruta do Francês. O Turismo ecológico fica por conta

das várias fazendas da região do distrito Capim Branco, que ainda possui três rios: Roncador, Galheiros e da Casca.



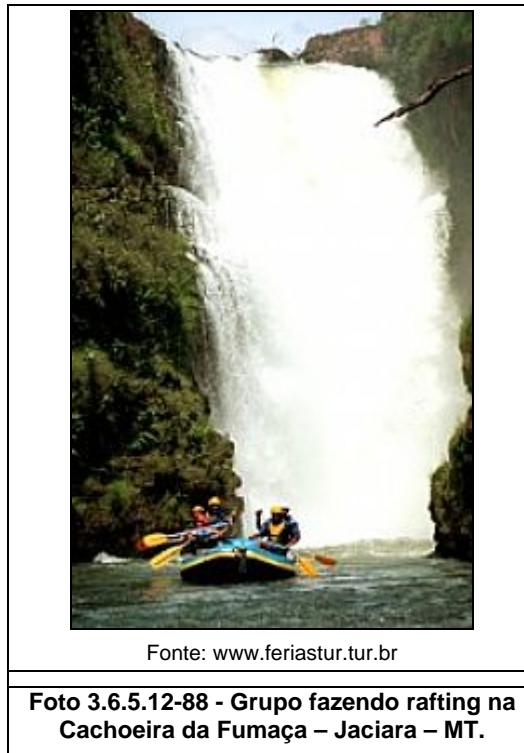
Fonte: Prefeitura de Campo Verde

Foto 3.6.5.12-87 - Prefeitura Municipal de Campo Verde – Campo Verde - MT

A atividade turística no município de **Jaciara** é recente, tendo como principais atrativos as cachoeiras, distribuídas por todo o território. A mais visitada é a Cachoeira da Fumaça, distante 10 km da cidade. No Complexo Cachoeira da Fumaça estão localizados os Balneários Rocha, Thermas Cachoeira da Fumaça, Estância ECO GAETA e Paraíso das Águas, acessíveis através da Estrada Parque Cachoeira da Fumaça, que cruza todo o Complexo.

Outro atrativo é o Altar da Lua, no rio Tenente Amaral, no Vale das Perdidas, onde, além das pinturas rupestres, existem várias corredeiras de águas cristalinas que vão desembocar no rio São Lourenço, um dos formadores da Bacia Pantaneira. No rio Tenente Amaral pratica-se o *rafting*, esporte radical com forte apelo turístico na região.

No momento a Prefeitura investe no Turismo visando à Copa do Mundo, em 2014. Foi criada uma comissão de turismo, o Comitê Jaciarense Pro - Copa 2014, já que a cidade não possui secretaria específica. A meta é organizar todo tipo de investimento turístico no município para o evento esportivo que terá em Cuiabá uma de suas sedes.



O grande atrativo turístico e de lazer de **Juscimeira** são os balneários de águas termais, destacando-se entre elas: a Termas Alphaville, Termas Aquários, Garimpos das Águas, o Hotel Tropical, as Termas São Francisco e a Fazenda JR. O município é conhecido como paraíso das águas quentes.

Além delas, constituem-se em locais de visitação as Cachoeiras do Chuveirão, do Prata, das Sete Quedas e do Bispo.



O município de **Rondonópolis**, ao sul do estado, atrai turistas aos *canyons* que cortam o cerrado e águas que vão desembocar no rio Vermelho, um dos formadores da bacia do Prata, onde são disputadas provas de canoagem, assim como no rio Ponte de Pedra.

Na Cidade de Pedra encontram-se preciosos sítios arqueológicos, com pinturas rupestres espalhadas em diversas "lapas". Tudo isso se encontra dentro do Parque Ecológico João Basso, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.



Fonte: A Tribuna do Mato Grosso

Foto 3.6.5.12-89 - Canyons do Parque Ecológico João Basso – Rondonópolis – MT.

Constituem-se em principais atrativos para as atividades turísticas e de lazer do município de **Poxoréu**: o Balneário Lagoa (urbano), o Balneário Águas Quentes (rural), Jarudore, as Cachoeiras do Lucas e do Zacarias, Tartarugas Gigantes (formações rochosas), que atraem visitantes de várias regiões, indicando o potencial turístico do município.



Fonte: Prefeitura Municipal de Poxoréu

Foto 3.6.5.12-90 - Igreja de São Francisco

Dentre as atrações naturais para o lazer em **Guiratinga**, destacam-se como as mais procuradas: as quedas d'água de Cachoeiras do Amor, do Itobório, dos Carbonatos, do Celular e da Pecuária, além das praias naturais, *canyons* (do Inferninho e do Infernã), sítios arqueológicos (fósseis de dinossauros) e trilhas ecológicas.

O planalto dos Alcantilados, localizado entre os municípios de Guiratinga e Poxoréu, também é muito visitado pelos amantes da natureza. Destacam-se, ainda, a pescaria nos rio das Garças e rio Prata, assim como o Festival da Praia no rio Prata, no rio das Garças e no Rio Bandeiras.

As Vilas de Pescadores oferecem passeios de barco e pescaria. Na Vila Nova, uma passarela suspensa com 115 metros de extensão leva o visitante a cruzar as águas do rio Garças. Na Vila do Alcantilado existem vários pontos de pesca, praias naturais, e passeios de barco que levam ao *canyon* dos Alcantilados.



Fonte: www.panoramio.com

Foto 3.6.5.12-91 - Centro do Município de Guiratinga- Guiratinga – MT

Quadro 3.6.5.12-13 - Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Sudeste Mato-grossense/MT

Campo Verde	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Rio da Casca, Cachoeira São Lourenço, Cachoeira Roncador, Rio Roncador, Rio Galheiros, Rio da Casca.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Fazenda Soberana, Fazenda Santa Luzia, Fazenda Serrinha, Fazenda Água Fria.
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Lagoa Azul, Morro da Cruz.
Outros	Gruta do Francês, Lagoa Dois Corações.
Jaciara	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira da Fumaça, rio São Lourenço, rio Tenente Amaral
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Vale das Perdidas
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Balneários Rocha, Termas Cachoeira da Fumaça, Estância ECO GAETA e Paraíso das Águas
Outros	Altar da Lua
Juscimeira	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Chuveirão, Cachoeira do Prata, Cachoeira das Sete Quedas, Cachoeira do Bispo, Cachoeira do Beleza.
Atividades Turísticas	
Outros	Alphaville, Termas Aquários, Garimpos das Águas, o Hotel Tropical, as Termas São Francisco e a Fazenda JR., Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.
Rondonópolis	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Vermelho, Rio Ponte de Pedra
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Ecológico João Basso

Poxóreu	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Lucas, Cachoeira do Zacarias.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário Lagoa (urbano), Balneário Águas Quentes (rural), Tartarugas Gigantes.
Atividades Turísticas	
Outros	Igreja São Francisco.
Guiratinga	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Amor, Cachoeira do Itobório, Cachoeira dos Carbonatos, Cachoeira do Celular, Cachoeira da Pecuária, Rio das Garças, Rio Bandeiras, Rio Prata.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Cânions do Inferninho e Infernã, Parque Temático Morro da Arnica, Área de Preservação Ambiental do Cai-Cai.
Atividades Turísticas	
Outros	Vila de Pescadores do Alcantilado, Vila de Pescadores da Vila Nova

Fonte: Prefeituras municipais.

- **Mesorregião do Sul Goiano**

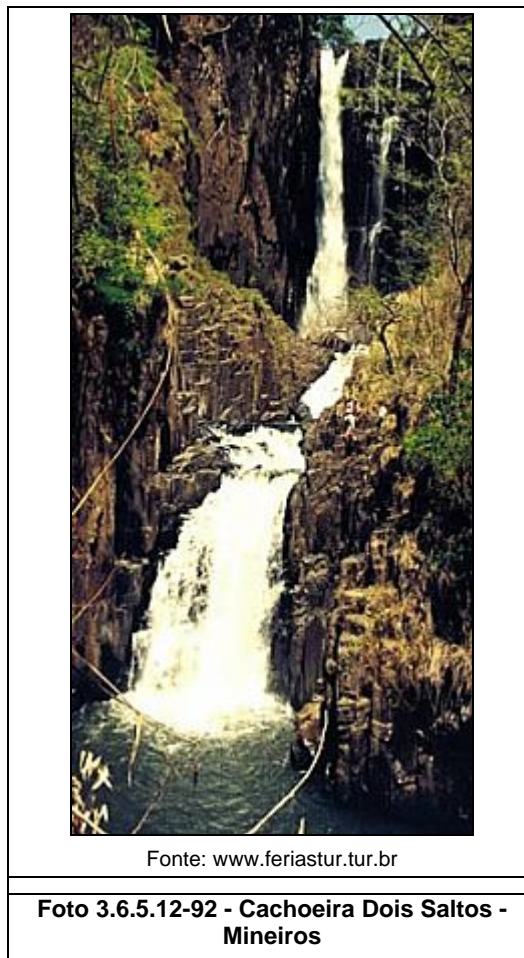
A Mesorregião do Sul Goiano é composta pelos municípios: Santa Rita do Araguaia, Mineiros, Serranópolis, Jataí e Caçu. Não foi possível identificar atrativos turísticos de Caçu.

Em **Santa Rita do Araguaia** os principais atrativos são naturais, como rios, córregos e cachoeiras. As principais atividades culturais são as Festas Religiosas: Festa de Santa Rita dos Impossíveis, padroeira da cidade; Festa Junina na praça. O Rio Araguaia é o seu principal atrativo turístico. O município está às margens do rio, para onde seguem vários turistas, em época de temporada

Em **Mineiros** destacam-se as cachoeiras juntamente com o Parque Nacional das Emas. O Parque foi criado em 1961 e está a 85 quilômetros do centro urbano. Ele possui uma área de 131.800 hectares e está localizado no extremo sudoeste do estado de Goiás, próximo às divisas com o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Representa uma das mais importantes Unidades de Conservação do Cerrado devido à sua extensão e integridade de habitats, riqueza faunística e presença de espécies raras e ameaçadas de extinção, em 1999 foi incluído nas Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (MMA, 1999) como área de importância biológica extremamente alta, considerado Patrimônio Mundial. Possui uma rica biodiversidade e abundância de espécies como a onça-pintada, a onça-parda, o tatu-canastra, o queixada, o lobo-guará, a anta, o veado-campeiro, a jaguatirica, o cachorro-do-mato, a ema, entre outros. A fragmentação do habitat natural fez com que o Parque e as reservas legais das propriedades adjacentes se tornassem refúgios para a fauna

nativa. Os limites do Parque não representam barreiras para os animais, que se deslocam entre o parque e as propriedades rurais.

Mineiros é também um município de muitas cachoeiras. Até então já foram catalogadas mais de cento e vinte, todas com possibilidade para a prática do turismo. Pode-se destacar a Cachoeira da Pinguela, do Sucuri e a dos Dois Saltos, considerada como uma das mais bonitas do Brasil. As **Correntes das Cachoeiras** são uma série de quedas d'água, cercadas por vegetação típica do cerrado. As mais conhecidas são: Cachoeira do Rio Verde, do Ribeirão, Invernadinha, Dois Saltos, do Sucuri, da Pinguela, das Perdizes, localizadas na região do Pinga-Fogo, onde se encontra um conjunto de serras.

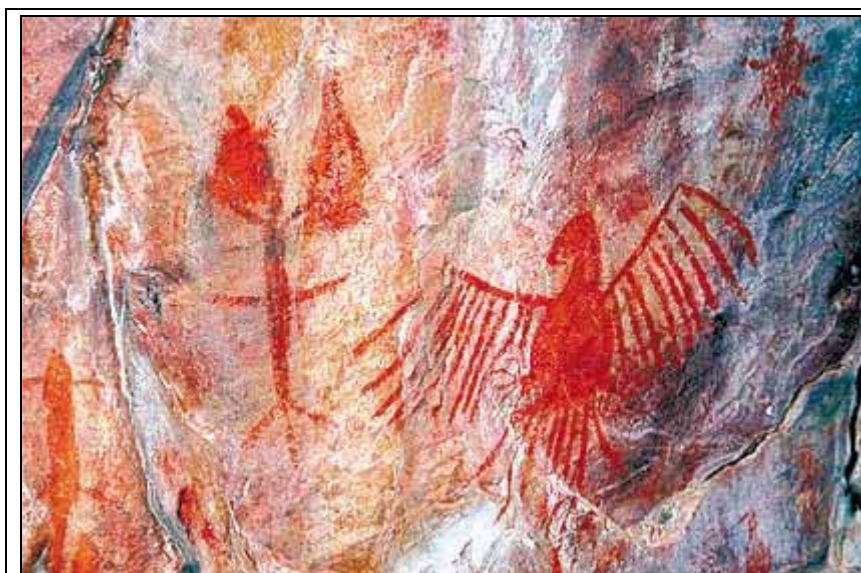


No município podem-se observar mirantes na região do pinga-fogo. Um conjunto de serras, cortadas pelos rios Formiguinha, Diamantino e Matrinchã, também constitui suas paisagens bem como a Serra dos Caiapós, de onde brotam mais de duas mil nascentes de água.

Mineiros conta com rica variedade de fauna, flora, piscinas naturais, grutas e abrigos, destacando-se o lendário morro da **Pedra Aparada**, que fica a 63 quilômetros de da sede do município e conta com um sítio arqueológico e ecológico importante, seja pela imponência de suas formas e características ecológicas, bem como, por suas lendas. Outro atrativo: Águas Sulfurosas dos Pilões, que é uma fonte hídrica considerada medicinal pelo alto teor de enxofre em suas águas. Na região os sítos arqueológicos se fazem presentes, estando dentro da Fazenda da Lagoa Azul, A Fazenda Iema e Fazenda Paturi, onde foram encontradas pinturas rupestres.

As suas principais festas culturais e religiosas são: Festa dos Santos Reis; Carnaval; Festa dos Amigos do Mineirinho; Festa de Nossa Senhora de Fátima, no Salto Jataí; Juninão – Festa Junina do município/ Festa Junina do Buracão/ Festa de Santo Antônio/ Festa Junina no Bira – Matrinchã; Festa de Nossa Senhora da Abadia; Festa da Comunidade do São Domingo e Dia da Consciência Negra.

Serranópolis tem um dos maiores patrimônios pré-históricos do Brasil, por suas serras com grutas onde foram encontrados esqueleto humanos com 11 mil anos atrás. No interior das grutas foram também encontrados materiais líticos como pontas de flecha, machadinha e cavadeira, entre outros. Por esta razão a cidade é procurada por estudantes e pesquisadores em busca de pesquisas e novas descobertas.



Fonte: EcoViagem Uol

Foto 3.6.5.12-93 - Pinturas Rupestres nas Grutas de Serranópolis

O sítio arqueológico da Pousada das Araras é um dos maiores sítios arqueológicos da América do Sul, e é uma RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Nacional). No local foram encontrados evidências de um homem primitivo de 11 mil anos. Além disso,

suas grutas, passeios ecológicos e seu olho d'água atraem inclusive turistas que não vão ao local com estudo por finalidade.

As Folias de Reis e Festa Junina são as atividades culturais mais expressivas da localidade. O início da preparação da primeira acontece em dezembro e é realizada em diversos pontos da cidade de Serranópolis e proximidades rurais pelo grupo de foliões. A segunda tem início em junho e é uma festa folclórica, envolvendo as diversas instituições sociais e culturais da cidade. Realizam também a Festa de Nossa Senhora de Fátima, no mês de maio, uma manifestação religiosa tradicional realizada através de Romaria e confraternização no Salão Paroquial, que envolve a comunidade religiosa local e turistas.

Além das festas religiosas o Município realiza a Exposição Agropecuária em agosto, uma festa tradicional da cidade com rodeios e exposições agropecuárias, que acontece no Parque de Exposição, promovida pelo Sindicato Rural envolvendo toda a comunidade e turistas.

O município de **Jataí** é bem articulado em termos de organização turística, o município possui tanto atrações naturais, quanto, museus e parques. Pode ser destacado o monumento histórico do Busto do Tenente Diomar Menezes, consagrado herói na Segunda Guerra Mundial e natural do município. O município também realiza anualmente as festas: Folia de Reis, Festa de São Sebastião, Carnaval, Festa do Divino Espírito Santo, Festa Junina, Festa do Milho, Rodeio Criolo, Festa de Nossa Senhora de Abadia e o Mutirão das Fiandeiras e Tecedeiras.



Fonte: Wikipédia

Foto 3.6.5.12-94 - Lago Bonsucesso, Jataí.

Quadro 3.6.5.12-14 - Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Sul Goiano/GO

Santa Rita do Araguaia	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Araguaia, Cachoeira Couto Magalhães, Cachoeira Dois Saltos - Ribeirão Salto, Cachoeira - Córrego Cervo Cachoeira cidades Santa Rita e Alto Araguaia/Unsina Rio Babilônia Corgão, Bebedouro, Agrovila Ivapé, da Jóia e Matinha
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Dunas na Foz do Córrego Marimbondo com o Rio Araguaia Grutas e Cavernas
Mineiros	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Ribeirão Invernadinha , Cachoeira do Rio Verde Cachoeiras: Pinguela, Sucurí, e Dois Saltos,, Cachoeiras dos Coqueiros, Corrente das Cachoeiras
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Nacional das Emas, Pedra Aparada, Morro do Caixão
Serranópolis	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Corrente, Cachoeira do Diogo.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Fazenda Três Cachoeiras, Pinturas Rupestres
Equipamentos Culturais	
Outros	Sítio Arqueológico Manoel Vieira Braga, Museu de História Natural da Serra do Cafezal, Aquário Natural.
Jataí	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira Bonsucesso
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Diacuí, Parque Ecológico JK e Lago Bonsucesso, Balneário Brasnipo
Atividades Turísticas Festas e equipamentos culturais	
Festas e Eventos	Folia de Reis; Festa de São Sebastião; Carnaval de Rua em Jataí; Festa do Divino Espírito Santo; Festa Junina; Festa do Milho, Rodeio Criolo; Festa de Nossa Senhora de Abadia –Festa de Nossa Senhora D’Abadia
Outros	Centro Cultural Basileu Toledo França , Memorial JK (Jataí), Cristo Redentor , Pontal do Urutau, Catedral Divino Espírito Santo, Thermas Beach Parklube, Casa do Artesão

Fonte: www.feriastur.tur.br

- **Mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Parnaíba**

A Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba é composta pelos municípios de Santa Vitória, Limeira do Oeste, União de Minas, Ituramã. Os municípios desta Mesorregião apóiam suas economias na agricultura, o turismo ainda é uma atividade muito incipiente.

Em **Itarumã**, destaca-se o Parque Ecológico de Água Vermelha: com área de aproximadamente 45 hectares, localizada às margens da rodovia que liga Ituramã a Usina Hidrelétrica de Água Vermelha (a 16 km de Iturama). O parque possui uma área com cerrado e uma significativa mata com diversas espécies vegetais e animais.

O Parque possui uma de minerais semipreciosos ao longo do leito do rio lá são encontrados quartzos, ágatas, e minério de ferro. Na sua parte superior, há uma grande área de erosão natural, provocada pelas intempéries naturais, chamada de cratera, onde se nota visivelmente as camadas de solo, com uma altura aproximada de 25 metros.

No Parque de Exposições de Ituramã, o recinto Rubens Bernardes Coelho, foi o primeiro espaço totalmente coberto no Brasil para fins de rodeios, provas do laço e outras modalidades do gênero. Com uma área de 8.500 m², o recinto abriga doze mil e quinhentas pessoas sentadas, mais de duzentos e vinte camarotes com capacidade de quatro pessoas cada um. O palco para shows tem cento e vinte metros quadrados. Possui ainda em seu andar superior, um amplo salão de recepções.

No mês de agosto acontece a exposição Agro-Industrial de Ituramã, com rodeio profissional, grandes shows, demonstrações de produtos e gado e muitas festas. Neste período o parque de exposições e o recinto coberto, ficam totalmente lotados.

No município todo dia 1º de Maio é realizada uma feira cultural na principal praça da cidade, em homenagem ao dia do trabalho. Nessa feira os artistas locais expõem seus trabalhos, sendo: artesanatos, peças de teatro, danças, apresentações e shows musicais, gastronomia, pinturas, exposições de tecidos, roupas e calçados.

Ituramã é conhecida como a cidade das festas. O calendário festivo da cidade é bastante amplo. Como principal festa, a EXPORAMA é a festa agropecuária de Ituramã, que reúne um grande público, que presencia shows, exposições de animais, de máquinas e implementos agrícolas, parque de diversões e montaria em touros e cavalos. É realizada sempre no mês de julho.

Outras festividades são a Festa das Igrejas Matriz e de Santa Rosa de Lima e as festas de Peão e os shows tradicionais realizados em locais próprios.

- **Mesorregião São José do Rio Preto**

A Mesorregião São José do Rio Preto é composta pelos seguintes municípios: Ouroeste, Indiaporã, Guarani d'Oeste, Macedônia, Pedranópolis, Fernandópolis, Meridiano, Valentim Gentil, Votuporanga, Sebastianópolis do Sul, Monte Aprazível, Poloni, Neves Paulista, Jaci, Marisol, Nova Aliança, Potirendaba, Ibirá, Urupês, Marapoama e Itajobi. Dentre todos os municípios dessa Mesorregião, destaca-se Votuporanga.

O município de **Votuporanga** conta com conselho para trabalhar as questões turísticas — o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que tem como objetivo planejar, controlar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do turismo local, além de promover e apoiar iniciativas de gestão compartilhada, formação de parcerias e alianças, que visam o desenvolvimento do turismo municipal. Ainda em fase de formação, seus principais objetivos são: fortalecimento do artesanato local, qualificar agentes culturais, dando aos jovens da cidade a oportunidade do primeiro emprego e inventariar a oferta turística no município a fim de melhor promover a cidade, registrar as ofertas já existentes. Já foram formulados roteiros turísticos para implementar a atividade local, conforme apontado no quadro a seguir.

Quadro 3.6.5.12-15 - Roteiros Turísticos Programas pela Prefeitura de Votuporanga

Roteiro 1	<p>Museu Municipal Edward Coruripe Costa Antiga Algodoeira Matarazzo Antigo prédio do Fórum e câmara Municipal Estação Ferroviária Igreja Matriz Complexo de casas dos ferroviários</p> <p>Estrada Cultural “Lendas e Mitos”: levá-los a conhecer os vestígios das primeiras vilas e fazendas da região da década de 20 e 30. Desbravados pelas comitivas boiadeiras.</p>
Roteiro 2	<p>Cruzamento Pólo Regional Noroeste Paulista - APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) Nascente Boiadeira Túneis arbóreos de mata nativa Vila Carvalho Cemitério Boiadeiro Bairro Cruzeiro Cemitério Boiadeiro da Prata Bairro do Carrilho Cemitério de crianças da Dona Arcanja Casarão de 1932 Casarão de 1936 Engenho de cachaça artesanal Estrada dos Lima Simonsem</p>
	<p>Cachaça Artesanal: conhecer o processo de fabricação da cachaça artesanal e ainda curiosidades sobre armazenamento e degustação.</p>
	<p>Fazendas Históricas: apresentar o cenário onde foram vivenciadas as primeiras fazendas cafeeiras da cidade da década de 30.</p>
Roteiro 3	<p>Fazenda Bell Champ (engenho) Fazenda Favaro Fazenda Santa Terezinha Fazenda Torres</p>

Fonte: Prefeitura de Votuporanga.

Dentre outras atividades destacam-se as feiras de artesanato e as feiras livres. A **Feira Livre:** Acontece toda quinta-feira das 15h às 22 horas, na praça São Bento. O

evento já é um referencial no turismo da região, pois oferece aos seus visitantes uma grande variedade de produtos, serviços e lazer. Verduras, frutas e legumes fresquinhos, doces e salgados da cozinha brasileira, fazem da sua praça de alimentação uma grande atração.

Feira de Artesanato: O turista que visita Votuporanga não pode deixar de conhecer as produções artesanais da Cidade que ficam expostas todo início do mês, do dia 1º ao dia 11, das 09 h até 22 horas na Praça Matriz, pela Avoart (Associação Votuporanguesa de Artesãos).



Fonte: Prefeitura de Votuporanga

Foto 3.6.5.12-95 - Igreja Matriz de Votuporanga

No município de **Fernandópolis** o destaque fica por conta do Museu Histórico Carlos Barozzi e o do Museu Arqueológico, nele há exposição de parte das ossadas encontradas no sítio arqueológico nas margens do Rio Grande, assim como outras ossadas e objetos de civilizações antigas da região.

A Estrada de Ferro de Araraquara (EFA) foi fundada em 1896, com seu primeiro trecho aberto ao tráfego em 1898. Somente em 1933, depois de ter sido estatizada a linha foi prolongada até Mirassol, e em 1941 começou a avançar mais rapidamente, chegando a Presidente Vargas em 1952, seu ponto final à beira do rio Paraná.

Quadro 3.6.5.12-16 - Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião São José do Rio Preto/SP

Votuporanga	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Horto Florestal
Equipamentos Culturais	
Outros	Igreja Nossa Senhora Aparecida – Praça da Matriz; Biblioteca Municipal; Concha Acústica; Praça São Bento; Monumento Tori; Centro de Lazer do Trabalhador

Fonte: Prefeitura de Votuporanga

- **Mesorregião de Araraquara**

A Mesorregião de Araraquara é composta pelos municípios: Itápolis, Tabatinga, Bariri, Bocaina, Nova Europa, Gavião Peixoto, Boa Esperança do Sul e Araraquara. Os maiores atrativos dessa região são as construções antigas e de patrimônio histórico.

Bariri possui casario de interesse histórico para a cidade, por representar o patrimônio arquitetônico do município e contar, por meio de suas construções, um pouco da história da cidade. A maioria dos bens históricos é encontrada na parte central da cidade. Um dos destaques é a Igreja Nossa Senhora das Dores, a Igreja Matriz. Sua história remonta à época da fundação do povoado de Bariri. A primeira construção data de 1864, feita de barro, sapé e madeira. Com o crescimento da cidade, a capela tornou-se pequena e em 1906 teve início à construção de uma nova Igreja, construída no mesmo local da anterior.

Além do patrimônio arquitetônico, Bariri é um dos municípios mais banhados do Estado, sendo que dois importantes rios - Teitê e Jacaré Pepira - passam pelo município, além de inúmeros córregos e ribeirões. Um destaque deve ser dado para a Usina de Bariri que formou um grande lago, ligado à parte inferior por uma eclusa, a primeira a ser construída na América Latina. Outro passeio interessante é o lago Municipal Prefeito Accácio Masson, com área de lazer de acesso livre para a prática de pesca, parque infantil, e lanchonete.

No município de **Bocaina** destaca-se o ecoturismo. O rio Jacaré Pepira, um dos poucos rios ainda não poluídos do interior paulista, tem praias naturais e mata nativa no seu entorno, com preservação da fauna e flora.

O município também preserva alguns casarões da época em que o café era cultura predominante no país e os casarões onde dos chamados barões do café viviam ostentavam a sua riqueza. Dois prédios públicos merecem destaque: a Câmara Municipal, cuja edificação, construída em 1908 no centro de um amplo jardim, ostenta uma forma pouco comum e Igreja Matriz de São João Batista de Bocaina, construída

entre 1907 e 1910, onde estão expostas as 13 telas de arte sacra do pintor Benedito Calixto.

Bocaina também possui dois sítios arqueológicos em seu território: Bocaina I - Sítio do Ipê Amarelo e o Bocaina II - Fazenda Aguiinha. Foram encontrados cerca de 30 artefatos de pedra lascada. Tudo indica que se trata de um sítio-oficina, com indícios de que fizeram parada para fabricar ferramentas e foram embora. Há vestígios de lascamento e dois raspadores, empregados para descarnar animais ou raspar madeira.

Araraquara é a maior cidade da Mesorregião que leva seu nome. O município possui várias atrações culturais. A cidade possui quatro teatros, um com capacidade para até 3 mil pessoas. O município também possui uma Orquestra Filarmônica Experimental Uniara, da universidade local, que se apresenta regularmente na cidade.



Fonte: Prefeitura de Araraquara

Foto 3.6.5.12-96 - Teatro de Arena Araraquara

Quadro 3.6.5.12-17 - Principais Atrativos Turísticos na Mesorregião Araraquara/SP

Araraquara	
Atrativos Naturais e Ecológicos	
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Fonte Luminosa, Parque do Basalto, Parque Infantil, Parque Pinheirinho, Bosque do Botânico, Bosque D.E.R.
Equipamentos culturais	
Outros	Casa da Cultura Luiz Antônio Martinez Corrêa, Palacete da Esplanada das Rosas, Arquivo Público Histórico Prof. Rodolpho Telarollí, Espaço Cultural Paulo Mascia Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, Museu Ferroviário Francisco Aureliano de Araújo, Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara, Museu da Imagem e do Som Maestro José Tescari, Teatro Municipal de Araraquara, Teatro Wallace Leal Valentin Rodrigues, Teatro de Arena Prefeito Benedito de Oliveira, Biblioteca Municipal Mario de Andrade, Biblioteca Municipal Infantil Monteiro Lobato.

Fonte: Prefeitura de Araraquara, 2009.

(2) Locais de turismo e lazer ao longo do corredor em estudo

O patrimônio natural aparece como o principal atrativo turístico da região estudada. Nos trechos 1 e 2 entre os municípios de Porto Velho (RO) / Nova Lacerda (MT) no Alto Araguaia, destacam-se os balneários e a pesca esportiva como principais atividades de turismo e lazer identificados ao longo de todo o corredor em estudo. Os locais com potencial interferência do empreendimento estão elencados no quadro a final desse item.

Em Rondônia, as cachoeiras do Rio Candeias e seus tributários são lugares bastante procurados pelos turistas das cidades de Rondônia e Acre.

No caso de Rondônia, nota-se que o fim do pólo turístico das Cachoeiras de Santo Antônio e Teotônio com a implantação da UHE do Madeira, está deslocando o fluxo turístico do Madeira para os balneários e sítios localizados às margens do Rio Candeias, Rio das Garças e Rio João Ramos, incrementando significativamente a atividade existente na bacia hidrográfica do rio Candeias.

Os sítios, balneários e restaurantes mais procurados encontram-se no entorno da AID dos Eletrodos e nas proximidades do traçado da LT. No Ramal Rio das Garças e Linha 22, município de Porto Velho, foram identificados diversos balneários freqüentados regularmente pelos moradores da capital, de Candeias do Jamari e Jaci-Paraná. Nesses locais os visitantes contam com infra-estrutura básica como barracas e restaurantes.



Foto 3.6.5.12-97 - Balneário localizado na Linha 03 Candeias do Jamari (RO) Pesquisa de campo, 05/10/2009 a 22/10/2009

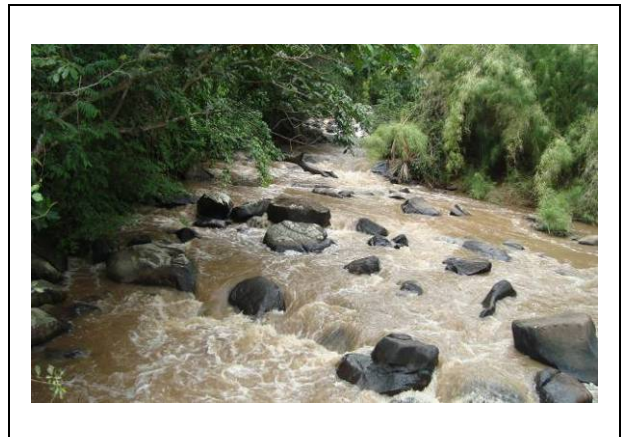


Foto 3.6.5.12-98 - Beleza cênica em Colorado do Oeste (RO) Pesquisa de campo, 05/10/2009 a 22/10/2009

A pesca esportiva é uma atividade que ganha destaque para a prática do turismo e do lazer, identificada ao longo de todo o corredor em estudo, nos estados de RO- MT e GO. Esta modalidade se intensifica no verão, período em que ocorrem os festivais de

pesca, bastante comuns na região. A cidade de Candeias do Jamari é o local de partida das centenas de embarcações que adentram no Rio Candeias. Porém, ainda assim existem denúncias de moradores rurais que afirmam que alguns visitantes não respeitam as medidas determinadas pela legislação ambiental e praticam a pesca predatória no local. Por outro lado, uma importante parcela dos visitantes navega pelo Rio Candeias procurando somente contemplar suas belezas naturais.

As exceções são observadas nos casos de Parques Nacionais e Áreas de Pesca Esportiva nos grandes rios da região. Atividades eminentemente turísticas, elas contam com infra-estrutura de serviços, tais como pousadas, guias e equipamentos, para atender freqüentadores de diversas partes do país e do exterior.

Quanto à população residente na AID, a pesca é uma atividade de lazer dos finais de semana. Os moradores pescam nos rios Garças, João Ramos e Tapagi, locais onde capturam Tucunaré Jatuarana, Piau, Traíra e Cará. A atividade esportiva também faz parte da vida dos moradores. Campos de futebol são comuns nos sítios e fazendas da região.

De modo geral, no trecho 2 os balneários e pontos de pesca esportiva nos rios que atravessam o corredor de estudo localizam-se no interior das vilas e comunidades visitadas.



Foto 3.6.5.12-99 - Balneário localizado no distrito de Baús, distrito de Acorizal



Foto 3.6.5.12-100 - Obras de instalação do Balneário Ponte de Ferro, área rural de Cuiabá

Balneários e sítios de fim de semana são espaços normalmente utilizados por moradores das regiões onde eles estão localizados. Eles se caracterizam por sua relação íntima com uma população que vê nestes espaços os locais privilegiados para os descansos semanais. Seus proprietários também são moradores dos povoados ou dos municípios onde eles estão instalados. A população utiliza as quadras esportivas e

os campos de futebol como principal área de lazer, além de utiliza-los para as festas religiosas.

Outra prática comum de lazer é o deslocamento nos finais de semana dos moradores das cidades para os diversos sítios localizados nas zonas rurais à procura de restaurantes que oferecem a culinária típica da região à base de peixe e galinha caipira

No trecho 3, entre os municípios de Santa Rita do Araguaia (GO) e Araraquara (SP), a prática do turismo está centrada nas atividades de ecoturismo e na pesca esportiva, em especial os campeonatos que ocorrem ao longo dos rios Araguaia, Paranaíba, Rio Verdinho e Rio Grande.

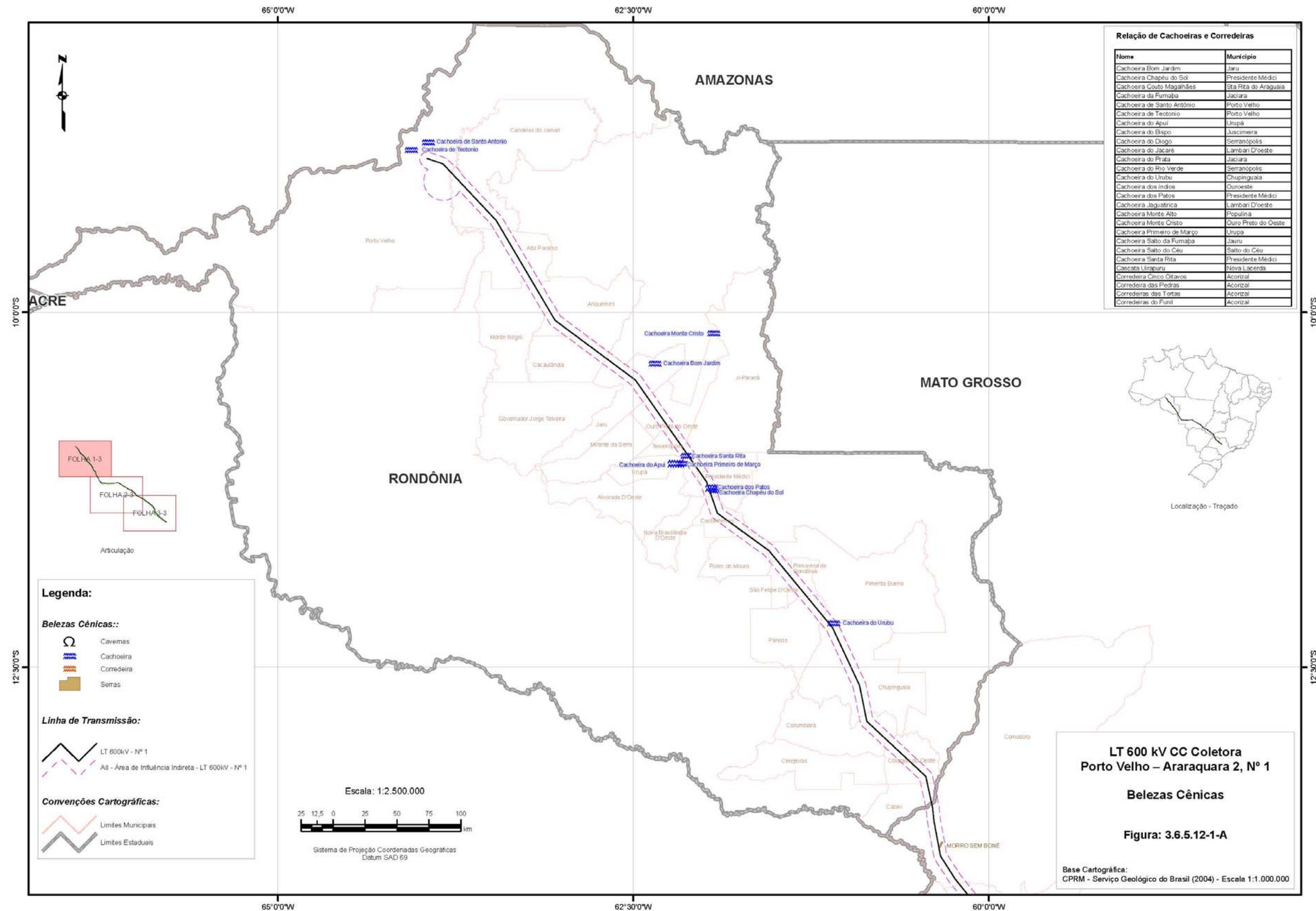
Quadro 3.6.5.12-18 - Locais de atividade e/ou potencial turístico identificados ao longo do corredor em estudo da LT 600kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 N1

Município/Estado	Localidade	Atividade turística	Interferências do empreendimento
Trecho 1			
Candeias do Jamari- RO	Rio das Garças - Balneários Taboca, Rio das Garças e Dal Santos - BR 364 (PV/RB)- Ramal das Garças e Linha 22	Balneário	Para os balneários localizados em sítios banhados pelo Rio das Garças, incrementando a atividade existente na microbacia.
Candeias do Jamari-RO	Rio Candeias	Balneário e pesca esportiva	incrementando a atividade existente na microbacia.
Candeias do Jamari-RO	Rio Preto – Vila Triunfo	Balneário	-
Trecho 2			
Jauru	Próximo ao distrito de Lucialva	Pesca esportiva	Travessia do rio Jauru
Reserva do Cabaçal	Próximo da sede	Festa anual na margem do rio e banhos regulares	Travessia do rio Cabaçal
Barra dos Bugres	Pesqueiro Santa Fé	Pesca esportiva e camping	Travessia do rio Paraguai
Barra do Bugres	Distrito de Currupira	Banho	Próximo do rio Currupira
Acorizal	Distrito de Baús	Banho e pesca	Travessia do rio Cuiabá
Cuiabá	Distrito de Coxipó do Ouro	Banho e pesca	Travessia do rio Coxipó
Cuiabá	Balneário Ponte de Ferro	Banho e pesca	Travessia do rio Cuiabá
Trecho 3			
Santa Rita do Araguaia / GO	Estrada de terra para Mineiros, na altura das Fazendas Paraíso e Santa Angela	Rali	O empreendimento passará a 740m das fazendas cruzando a estrada de terra. As torres provavelmente ficarão às margens da estrada.
Serranópolis / GO	Rio Verdinho	Ecoturismo e Sítio Arqueológico	A LT irá passar a 700m do Rio Verdinho podendo influenciar a movimentação de pessoas e veículos. O sítio arqueológico compreende 25 Km da extensão do rio e talvez seja alterado com o projeto.
Caçu / GO	Rio Verde	Pesca Recreativa	A linha se aproxima do Rio Claro onde há a construção de duas usinas: AHE Rio Claro e AHE Salto. Assim como os pescadores, a LT pode encontrar problemas devido à grande região alagada
São Simão / GO	Praia do Lago Azul	1 Km de praia com área de lazer	O empreendimento não afetará esta área.
Ouroeste / SP	Rio Água Vermelha	Pesca Artesanal e recreativa	Com a chegada da LT alguns ranchos podem ficar temporariamente fechados

Fonte: levantamento de campo, outubro – dezembro de 2009.

ANEXO 3.6.5.12-1

BELEZAS CÊNICAS



ANEXO 3.6.5.12-2

BELEZAS CÊNICAS

ANEXO 3.6.5.12-3

BELEZAS CÊNICAS

